



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 1

Inquerito Policial

2067126-36.2019.110417

Unidade Policial : DEL.POL.NOVA GRANADA
Data de Instauração : 2019-03-07 14:13:37.783
Integrantes do Inquérito : CARTORIO NOVA GRANADA
Foro : Foro de Nova Granada
Competência : Criminal
Classe Processual : Inquérito Policial
Réu Preso? :
Assunto Principal : Calúnia
Assunto Principal :
Outros Assuntos :
Outros Assuntos :
Número do processo CNJ :
Data Ocorrência : 27/02/2019

Capitulações

Art 138/* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal
Art 139/* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal
Art 140/* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal

Pessoas cadastradas no Procedimento

Nome	Tipo	RG
------	------	----



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA GRANADA DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 20.252.741 e do CPF n.133.036.496.18 e; **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS**, brasileira solteira, portadora do RG n. 45.527.816.2, ambos residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 670, na cidade de Icem-SP, sob os auspícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA e por sua advogada nomeada (nomeação em anexo), advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 325.947, com escritório situado na Avenida Adolfo Rodrigues, n. 1254C, Centro, na cidade de Nova Granada, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência propor a presente **AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DE ABANDONJO AFETIVO C.C. LIMINAR DE PEDIDO DE ALIMENTOS POR MISERABILIDADE** e, face de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS**, brasileiro, residente noo Sitio Santa Izabel, CNPJ 09.086.519/0001-09, município de Icem-SP, pelos seguintes fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, os requerentes requerem o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pois não possuem condições de arcarem com as custas processuais e honorários advocatícios deste processo.

DOS FATOS

Os requerentes são filhos do requerido conforme demonstra RG anexado aos autos, ate mesmo pelo fato do requerido **JOAQUIM** possuir o mesmo nome do requerido.

Desde o seu nascimento ambos foram criados apenas pela genitora que sempre fez de tudo para dar todo afeto necessário a ambos, contudo sempre dispensou todo cuidado aos gêmeos sozinha, pois o requerido nunca prestou qualquer auxilio a não ser financeiro por algum tempo.

Contudo não há o que se discutir o quanto a falta paterna influencia e faz falta na vida de duas crianças que é o que eram na época. Principalmente em datas comemorativas. Ademais o requerido possui mais 03 (três) filhos, os quais não possuem qualquer contato com os requerentes.

O requerido nunca fez qualquer questão de cuidar dos requerentes, nunca se aproximou, mesmo quando ainda pequenos, nunca nutriu qualquer afeto e deixou isso claro aos gêmeos.

A rejeição por parte do requerido sempre foi patente.

Atualmente os requerentes superaram a ausência paterna mas acham mais que justo obterem uma compensação por todo esse tempo de rejeição, até mesmo pelo fato de todos sempre saberem dessa rejeição, pois **JOAQUIM** carrega esse nome paterno o que faz com que todos o associem diretamente ao pai, que é uma pessoa conhecida na cidade.

Ademais, ambos estão passando por serias condições financeiras, até de casa tiveram que se mudar (documento anexo).

Apesar de muito procurarem por serviço, a crise econômica atual não tem favorecido os requerentes, **JOAQUIM** almeja muito sua aprovação em um concurso público, contudo ainda não atingiu seu objetivo, mas tem estudado para isso, já prestou concurso para o IBGE 2016 (inscrição 663331645), Prefeitura Municipal de Fronteira 2016 (inscrição 51722) e Prefeitura Municipal de Nova Granada 2016 (inscrições 21728/21726).

Ambos sempre ajudaram a mãe na confecção e venda de doces, bolos e salgados caseiros, contudo com a situação atual, não possuem condição para comprar sequer matéria prima para a confecção.

Atualmente encontra-se em uma situação de miserabilidade mesmo, uma triste realidade.

Por outro lado, o requerido é pessoa de situação econômica regular e possui condições de ajudar os filhos ao menos economicamente. Ressalta-se que o requerido é proprietário do sítio em que reside, sendo conhecido na cidade por já ter sido vereador na cidade.

DO DIREITO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a família deixou de ser um fim em si mesmo e passou a ser locus de realização existencial dos seus membros, à medida que o afeto se tornou imprescindível às relações desenvolvidas entre pais e filhos.

Neste contexto, percebe-se que o que define a relação entre pai e filho não é apenas a origem biológica, mas também, e principalmente, a relação de afeto desenvolvida entre eles, uma vez que, para a criança, sua simples origem fisiológica não a leva a ter vínculo com seus pais; a figura dos pais, para ela, são aqueles com que ela tem relações de sentimento, aqueles que se entregam ao seu

bem, satisfazendo suas necessidades de carinho, alimentação, cuidado e atenção.

Conforme artigo 227 da Constituição: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

É cediço que a criança em desenvolvimento necessita da convivência familiar, a fim de que possa concluir o estágio de formação da sua personalidade de forma completa e sadia. No entanto, o direito à convivência familiar não se esgota no poder-dever dos pais de manter os filhos em sua guarda e companhia, pois “garantir ao filho a convivência familiar significa respeitar seu direito de personalidade e garantir-lhe a dignidade, na medida em que depende de seus genitores não só materialmente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) reproduz a norma constitucional em seu artigo 19, determinando que: *Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária....*

O ordenamento jurídico brasileiro na tentativa de garantir a todos uma vida digna estabeleceu o direito à pensão alimentícia para aqueles que não possuem meios de prover suas necessidades básicas (moradia, educação, vestuário, alimentação, assistência médica e lazer).

Desta forma, os parentes, os cônjuges e os companheiros (art. 1.694, do Código Civil) têm o direito de exigirem uns dos outros os alimentos de que necessitem para viverem de modo compatível com

sua condição social, não somente do genitor, contudo neste caso sendo ele o parente mais próximo e possuindo ele condição financeira para tanto nada mais justo ele ajudar os filhos neste momento em que estão passando por tanta dificuldade.

Ajudar a coloca-los no mercado de trabalho, ajudar na formação acadêmica etc.

DOS ALIMENTOS

Diante da necessidade atual de alimentos e tendo em vista a possibilidade do requerido em efetuar o pagamento requer as fixação de **alimentos provisórios** no valor de **2 (dois) salários mínimos a cada filho**, ou seja R\$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais) a cada filho, ora requerente.

DANO MORAL PELO ABANDONO AFETIVO

Diante da atitude do requerido em excluir os filhos de sua vida, não dando a estes o direito de conviver consigo, uma atitude inquestionavelmente volitiva do requerido, não restou aos requerentes reclamarem seus direitos perante o Judiciário.

Esse comportamento do requerido, enquadra-se nas condutas que provocam dano à pessoa, sabe-se como cresceram essas crianças, hoje adultos, mas sua formação. Assim, indenizável, maiormente no íntimo da moral.

Com efeito, em razão do quadro em espécie, pede-se a condenação do requerido ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 200.00,00 (duzentos mil reais) valor este que asseguraria uma casinha para ambos residirem, sob pena de pagamento de multa diária.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto requer:

1. A citação do requerido, para querendo contestar a presente ação, sob pena de confesso;
2. a fixação dos alimentos provisórios no valor de 2 (dois) salários mínimos cada requerente;
3. seja concedido ao requerente os Benefícios da Justiça Gratuita, haja vista não ter condições financeiras de arcar com as custas processuais e demais despesas aplicáveis à espécie, honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, nos termos da Lei nº 1.050/60;
4. a intimação da nobre representante do Ministério Público para que se manifeste no feito;
5. sejam deferidos todos os meios de provas em direito admitidos em direito, principalmente depoimentos pessoais e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.
6. seja julgada totalmente procedente a presente ação, condenando-se o requerido no pagamento dos danos morais devido o abandono afetivo, bem como na fixação dos alimentos.

Ante ao exposto REQUER seja julgada PROCEDENTE a presente ação com a condenação do requerido também nas verbas sucumbenciais, honorários advocatícios e demais cominações de praxe.

Dá-se a causa o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para efeitos legais.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Nova Granada, 01 de outubro de 2016.



Suzane Karen Verro Giacometo

OAB/SP n. 325.947

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP**DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO**

Eu, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS, nacionalidade Brasileira, nascida em 16 de Setembro de 1995, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 45537816-2, inscrita no CPF/MF sob o nº 069.937.936-95, filha de JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES

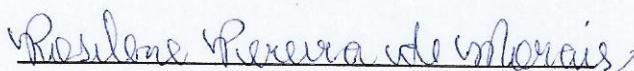
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 22 de junho de 2016



ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública as informações devem ser prestadas na

PROCURAÇÃO"AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): ROSILENE PEREIRA DE MORAIS
RG: 45537816
CPF: 6993793695
Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
Telefone: 17-32330437
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO
Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 777
Telefone: 17-32620754
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo substabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 22 de junho de 2016

Rosilene Pereira de Moraes

PROCURAÇÃO"AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RG: 20252741
Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
Telefone: 17-32330437
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

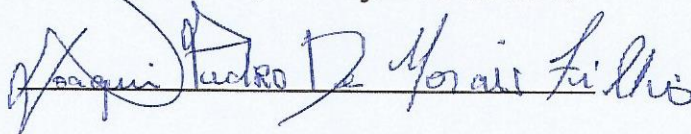
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO
Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 777
Telefone: 17-32620754
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo substabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 22 de junho de 2016



SAO PAULO, 20 de junho de 2016.

Ofício Número: 0001686287/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para propor OUTRAS - FAMILIA - QUESTIONÁRIO GENÉRICO, em favor de:

Foro de Nova Granada

Identificação DPESP: 2514962

Nome: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

CPF: 6993793695

RG: 45537816 2

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 **UF:** SP

Identificação DPESP: 2514913

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

RG: 20252741

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 325947 / SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO

Endereço: Avenida Adolfo Rodrigues, 1254

Fone: 17-32620754

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Nova Granada

CEP: 15440000 **UF:** SP

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Dalila Fortunato de Moraes.

Registro Geral de Indicação: 20160622030100243259475

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
SERIAL MG-20.252.741 DATA DE
EXPEDIÇÃO 23/04/2013

NOME
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

FILIAÇÃO
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
JOSILENE LOURENCO PEREIRA

NACIONALIDADE
PIABETA-RJ DATA DE NASCIMENTO
16/9/1995

DOIS ORGÃO
NASC. LV-A07 FL-257
FRONTEIRA-MG

CPF
P11-2339 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR 1.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDO

15. 14

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF
(Válido somente com documento de identificação.)

Nº do CPF: 133.036.496-18

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Data de Nascimento: 16/09/1995

Comprovante emitido às 11:00:24 do dia
05/03/2012 (hora e data de Brasília).


Código de Controle do Comprovante:
0801.C7C4.A4BC.9F70

Dígito Verificador: 00

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço:
<http://www.receita.fazenda.gov.br>

(Modelo aprovado pela IN RFB Nº 1.042,
de 10 de junho de 2010)

Emitido por: Banco do Brasil S.A.

 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO GOMES FONSECA		PROTOCOLO		COMPROVANTE DO REQUERENTE PARA RETIRADA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE fls. 16	
REQUERENTE ROSILENE PEREIRA DE MORAIS					
REQUEREU A 2 * VIA EM 17/06/2016 16:04 DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 45.537 816-2				O REQUERENTE DEVERÁ RETIRAR A CARTEIRA DE IDENTIDADE, A PARTIR DE 01/07/2016 16:00 POUPATEMPO - SÃO JOSE DO RIO PRETO	
<p>1 - O PREENCHIMENTO DEVE SER FEITO A MÁQUINA OU POR SISTEMA INFORMATIZADO (IMPRESSORA), SEM RASURAS.</p> <p>2 - O NOME DO REQUERENTE DO PAI E DA MÃE DEVERÃO SER POR EXTENSO.</p> <p>3 - AS EXIGÊNCIAS DEVERÃO SER CUMPRIDAS JUNTO AO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO ONDE O DOCUMENTO FOI REQUERIDO.</p> <p>4 - O DOCUMENTO SOMENTE SERÁ ENTREGUE MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DESTE PROTOCOLO, RUBRICADO PELO FUNCIONÁRIO DO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO.</p> <p>5 - O REQUERENTE DEVERÁ APRESENTAR CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO ORIGINAL E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, MAIS UMA CÓPIA DO DOCUMENTO, QUE FICARÁ RETIDA.</p> <p>6 - JUNTAR 1 (UMA) FOTO 3X4 DE FRENTE E SEM RETOUJO.</p> <p>7 - O REQUERENTE MENOR DE 16 ANOS DEVERÁ OBTER A CARTEIRA DE IDENTIDADE, ACOMPANHADO DE UM RESPONSÁVEL (PAI, MÃE, OU TUTOR). NA IMPOSSIBILIDADE DA PRESENÇA DELES DEVE SER PREENCHIDA A AUTORIZAÇÃO NA FRENTE DO FORMULÁRIO. E O REQUERENTE DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, A CARTEIRA DE IDENTIDADE ORIGINAL DESTE RESPONSÁVEL.</p> <p>8 - A CARTEIRA DE IDENTIDADE NÃO RETIRADA EM 180 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO SERÁ INUTILIZADA.</p>					

Luciana Ligamonte





Número **80023** Série **00361-SP**



ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome **Joaquim Pedro de Moraes Filho**

Loc. Nasc **Ribeirão Preto** Est. **RJ** Data **10/09/1960**

Filiação **Joaquim Pedro de Moraes - e**

Doc. Nº **Cart. Nas. 2489 Livro 203 Fls. 252**

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em/...../..... Doc. Ident. Nº

Exp. em/...../..... Estado

Obs.:

Data Emissão **09/07/2013** SRTE **1** **Nova Granada - SP**

Assinatura do Funcionário





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 80032 Série 00361-SP

.....
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Rosilene Pereira de Morais

Loc. Nasc. Magé Est. RJ Data 16.09.1995

Filiação Joaquim Pedro de Morais e

..... Roselene, dona de casa, Pereira

Doc. Nº Cert. Nax 5152 Min. A50, fls. 64v

CRC Magé / RJ
ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº

Exp. em / / Estado

Obs.:

Data Emissão 11.04.2013 SRTJ Pro Granada-SP

Assinatura do Funcionário





OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA
R PROF JOSE MARIA R BATATA, 895
CENTRO
15460-000 ICEM/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 003353060 série C
Data de Emissão 24/11/2015
Data de Apresentação: 27/11/2015
Pág 01 de 01
Conta Contrato Nº 310046494924

Lote Roteiro de Leitura **Nº. Medidor** **PN**
15 ICEBU008-00000309 103606947 703195887

Reservado ao Fisco
AA53 E16C B871 27D8 AE4D A2FA 2C6F 5BC1

PREZADO(A) CLIENTE

Reserve mais tempo para você em seu dia a dia. Solicite os Serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança: Acesse o endereço que consta no verso da sua conta de energia.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA
R PROF JOSE MARIA R BATATA, 895
CENTRO
15460-000 ICEM /SP

CPF 184.241.048-20

CLASSIFICAÇÃO: B1 Residencial - Monofásico

ICMS	DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR (R\$)
Base de Cálculo R\$ 0,00 Alíquota % 0,00 Valor ICMS R\$ 0,00	Venda de Energia (kWh)	48	0,49666667	23,84
Valor Total de ICMS 0,00				

ATENDIMENTO CPFL	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 0 10 10 10 www.cpfl.com.br	703195887	21769192	NOV/2015	07/12/2015	*****

HISTÓRICO DE CONSUMO	kWh	Dias	DATAS DAS LEITURAS	DESCRIÇÃO DA CONTA
2015 NOV	48	29	Atual 24/11/2015	Nº 905751065241
OUT	4	31	Anterior 26/10/2015	Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD
SET	11	30	Nº de dias 29	Consumo Bandeira Verde - TE
AGO	117	32	Próximo Mês 23/12/2015	Adicional de Bandeira Vermelha
JUL	156	29		PIS/PASEP 1 16%
JUN	206	30		COFINS 5,31%
MAY	211	30		Multa por Atraso Pgto OUT/2015
ABR	210	31		Atualização Monetária OUT/2015
MAR	209	29		Total Distribuidora
FEB	240	32		CRÉDITOS / DEVOLUÇÕES
JAN	157	31		Devol Pagamento Indevido
2014 DEZ	170	29		
NOV	144	31		

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Nº	Energia	Leitura Atual	Leitura Anterior	Fator Multiplicação	Consumo [KWh]	Taxa Perdas[%]	Tensão Nominal [V]
103606947	Ativa	9948	9900	1,00	48		127 V

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

ICEM 1	Padrão Mensal	Padrão Trimestral	Padrão Anual	Apurado Mensal	Período Apuração	Valor R\$ EUSD
DIC	5,31	16,62	21,25	0,48	08/2015	6,18
FEV	3,30	6,60	15,20	1,00		
DMC	3,03			0,49		
DICPI	12,22			0,00		

BANDEIRA TARIFÁRIA

Vermelha 27/10/2015 - 31/10/2015 - 05 Dias
Vermelha 01/11/2015 - 24/11/2015 - 24 Dias

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

Não Pague: Para sua comodidade o valor devido R\$ 9,18 será cobrado, sem acréscimos, em conta futura. Caso prefira, é possível solicitar o código de barras através de nossos canais de atendimento

AVISO IMPORTANTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº: 390.2016/002450-9

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA** para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000 .**

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMpra-se na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes, Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 069.937.936-95, RG 455378162, Solteira, Brasileiro, Joaquim Pedro de Moraes Filho, Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 133.036.496-18, RG 20252741, Solteiro, Brasileiro,**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes, Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 129.321.738-71, RG 11382329, Solteiro, Brasileiro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Vistos.

Defiro o benefício da assistência judiciária. Anote-se.

Designo audiência de conciliação/mediação para o dia **16 de NOVEMBRO de 2016, às 10:20 horas**. A audiência será realizada na Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001, Centro, Nova Granada, pelo(a) conciliador(a)/mediador(a) cadastrado(a) neste juízo.

Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Expeça-se mandado de citação.

Intimem-se os autores por carta com aviso de recebimento digital..

Observo que se trata de processo eletrônico, cujo peticionamento deverá ser dar, obrigatoriamente, por meio eletrônico (documentos digitalizados) junto ao portal do Tribunal de Justiça (e-saj), com categorização das peças processuais, nos termos da Resolução 551/2011, do Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, sob pena de rejeição do peticionamento (art. 9º, inciso IV, da Resolução 551/2011).

Intime-se.

Nova Granada, 11 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO - RITO COMUM

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/005106-9**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) citada(s):

Joaquim Pedro de Moraes, Sítio Santa Izabel, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 129.321.738-71, RG 11382329, Solteiro, Brasileiro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

CITAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), para os atos e termos da ação proposta, conforme r. decisão de seguinte teor: *"Vistos. Defiro o benefício da assistência judiciária. Anote-se. Designo audiência de conciliação/ mediação para o dia 16 de NOVEMBRO de 2016, às 10:20 horas. A audiência será realizada na Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001, Centro, Nova Granada, pelo(a) conciliador(a)/mediador(a) cadastrado(a) neste juízo. Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Expeça-se mandado de citação. Intimem-se os autores por carta com aviso de recebimento digital. Observo que se trata de processo eletrônico, cujo peticionamento deverá ser dar, obrigatoriamente, por meio eletrônico (documentos digitalizados) junto ao portal do Tribunal de Justiça (e-saj), com categorização das peças processuais, nos termos da Resolução 551/2011, do Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, sob pena de rejeição do peticionamento (art. 9º, inciso IV, da Resolução 551/2011). Intime-se".* **Proceda também à**

INTIMAÇÃO, para que compareça(m) à audiência de Audiência de Mediação designada para o dia 16/11/2016 às 10:20h, no(a) Sala de Audiência CEJUSC, no endereço descrito no cabeçalho.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. (art. 334, §§ 8º e 9º do CPC). **2-** O réu poderá oferecer contestação **NO PRAZO DE 15 DIAS úteis contados:** **a)** da audiência supra, caso não haja autocomposição; **b)** do protocolo do pedido de cancelamento da audiência apresentado pelo réu (art. 335, I, II do CPC). **3-** Se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 13 de outubro de 2016. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Suzane Karen Verro Giacometo

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no [art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal](#).

Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

39020160051069


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
CARTA - INTIMAÇÃO – AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Data da Audiência: **16/11/2016 às 10:20h - sala Sala de Audiência CEJUSC**

Destinatário:
Rosilene Pereira de Moraes
Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Centro
Icem-SP
CEP 15460-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer à **audiência de conciliação/mediação** acima mencionada.

ADVERTÊNCIAS: 1- O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta intimação se efetivou. **2-** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º do CPC). **3- Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 13 de outubro de 2016. Maria José de Mattos - Escrevente Técnico Judiciário.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
CARTA - INTIMAÇÃO – AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Data da Audiência: **16/11/2016 às 10:20h - sala Sala de Audiência CEJUSC**

Destinatário:

Joaquim Pedro de Moraes Filho

Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Centro

Icem-SP

CEP 15460-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer à **audiência de conciliação/mediação** acima mencionada.

ADVERTÊNCIAS: 1- O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta intimação se efetivou. **2-** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º do CPC). **3- Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 13 de outubro de 2016. Maria José de Mattos - Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0374/2016, encaminhada para publicação.

Advogado
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Defiro o benefício da assistência judiciária. Anote-se. Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 16 de NOVEMBRO de 2016, às 10:20 horas. A audiência será realizada na Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001, Centro, Nova Granada, pelo(a) conciliador(a)/mediador(a) cadastrado(a) neste juízo. Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Expeça-se mandado de citação. Intimem-se os autores por carta com aviso de recebimento digital. Observe que se trata de processo eletrônico, cujo peticionamento deverá ser dar, obrigatoriamente, por meio eletrônico (documentos digitalizados) junto ao portal do Tribunal de Justiça (e-saj), com categorização das peças processuais, nos termos da Resolução 551/2011, do Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, sob pena de rejeição do peticionamento (art. 9º, inciso IV, da Resolução 551/2011). Intime-se."

Do que dou fé.
Nova Granada, 19 de outubro de 2016.

Simone Batista De Freitas

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0374/2016, foi disponibilizado na página 1975/1979 do Diário da Justiça Eletrônico em 20/10/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Teor do ato: "Vistos. Defiro o benefício da assistência judiciária. Anote-se. Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 16 de NOVEMBRO de 2016, às 10:20 horas. A audiência será realizada na Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001, Centro, Nova Granada, pelo(a) conciliador(a)/mediador(a) cadastrado(a) neste juízo. Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Expeça-se mandado de citação. Intimem-se os autores por carta com aviso de recebimento digital. Observo que se trata de processo eletrônico, cujo peticionamento deverá ser dar, obrigatoriamente, por meio eletrônico (documentos digitalizados) junto ao portal do Tribunal de Justiça (e-saj), com categorização das peças processuais, nos termos da Resolução 551/2011, do Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, sob pena de rejeição do peticionamento (art. 9º, inciso IV, da Resolução 551/2011). Intime-se."

Nova Granada, 20 de outubro de 2016.

Simone Batista De Freitas
Auxiliar Administrativo - Prefeitura Municipal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000 **996-292288 32822143**
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO - RITO COMUM

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/005106-9**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) citada(s):

Joaquim Pedro de Moraes, Sítio Santa Izabel, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 129.321.738-71, RG 11382329, Solteiro, Brasileiro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

CITAÇÃO da(s) pessoa(s) acima qualificada(s), para os atos e termos da ação proposta, conforme r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Defiro o benefício da assistência judiciária. Anote-se. Designo audiência de conciliação/ mediação para o dia 16 de NOVENBRO de 2016, às 10:20 horas. A audiência será realizada na Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001, Centro, Nova Granada, pelo(a) conciliador(a)/mediador(a) cadastrado(a) neste juízo. Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Expeça-se mandado de citação. Intimem-se os autores por carta com aviso de recebimento digital. Observe que se trata de processo eletrônico, cujo peticionamento deverá ser dar, obrigatoriamente, por meio eletrônico (documentos digitalizados) junto ao portal do Tribunal de Justiça (e-saj), com categorização das peças processuais, nos termos da Resolução 551/2011, do Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, sob pena de rejeição do peticionamento (art. 9º, inciso IV, da Resolução 551/2011). Intime-se". **Proceda também à**

INTIMAÇÃO, para que compareça(m) à audiência de Audiência de Mediação designada para o dia 16/11/2016 às 10:20h, no(a) Sala de Audiência CEJUSC, no endereço descrito no cabeçalho.

[Handwritten signatures and dates: 19/10/2016]

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/005106-9 dirigi-me ao endereço indicado, ou seja, no sítio Santa Izabel, mas não encontrei o suplicado, no entanto, acabei por encontra-lo em sua residência, na rua João Roa Rosa, na cidade de Icem-SP, e aí sendo, nesta data, CITEI e INTIMEI o requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, do inteiro teor e fins do r. Mandado, bem como dos termos e atos da presente ação, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé que aceitou, o qual de tudo bem ciente ficou, exarando no anverso do presente mandado a sua nota de ciente. Todo referido e verdade e dou fe.

Nova Granada, 19 de outubro de 2016.

Número de Atos: 03 cotas, sendo 32,000 Km de ida- Sítio Santa Izabel e cidade de Icem-SP.



fls. 31
CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATÁRIO

Rosilene Pereira de Moraes
Rua Professor José Maria Rodrigues Batista, 670
Icem, SP

15460-000

AR558216432JF



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

PARA USO DO CLIENTE (OPCIONAL)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

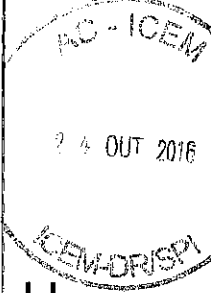
3ª ____/____/____ ____:____ h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input checked="" type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

ATENÇÃO:
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTÃO

EDSON CARDOSO DA SILVA
Agente de Correios
Matrícula: 89151763
AC ICEN

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

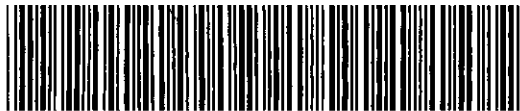
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

**DESTINATÁRIO**Joaquim Pedro de Moraes Filho
Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 670, -
Icem, SP

15460-000

AR558216446JF

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO☐ 1 Mudou-se☐ 2 Endereço insuficiente☐ 3 Não existe o número☐ 4 Desconhecido☐ 9 Outros _____☐ 5 Recusado☐ 6 Não procurado☐ 7 Ausente☐ 8 Falecido**ATENÇÃO:**
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.**DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)****ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Centralizador Regional

PARA USO DO CLIENTE (OPCIONAL)**ASSINATURA DO RECEBEDOR****DATA DE ENTREGA**

____/____/____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE****RUBRICA E MATRÍCULA DO CARREIRO****EDSON CARDOSO DA SILVA****Agente de Correios****Matrícula: 89151763****AC ICÉM**

24 OUT 2016


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

Certifico e dou fé que pratiquei o ato ordinatório abaixo discriminado, nos termos do artigo 203, § 4º do C.P.C. e Normas de Serviço da Corregedoria.

Vistas dos autos ao autor para:

Manifestar-se, em 05 dias, sobre o AR negativo juntado (desconhecido).

Nova Granada, 04 de novembro de 2016. Eu, _____, Isabel Cristina Milani Mora, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO – REMESSA AO D.J.E.

Certifico e dou fé que remeti ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) ato(s) ordinatório(s) acima assinalado(s) em ____/____/____. Eu, _____, Isabel Cristina Milani Mora, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0404/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistas dos autos ao autor para:Manifestar-se, em 05 dias, sobre o AR negativo juntado (desconhecido)."

Do que dou fé.
Nova Granada, 9 de novembro de 2016.

Simone Batista De Freitas

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0404/2016, foi disponibilizado na página 1958/1962 do Diário da Justiça Eletrônico em 10/11/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
14/11/2016 à 14/11/2016 - Emenda Provimento CSM 2317-2015 - Suspensão
15/11/2016 - Proclamação da República - Prorrogação

Advogado
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Teor do ato: "Vistas dos autos ao autor para:Manifestar-se, em 05 dias, sobre o AR negativo juntado (desconhecido)."

Nova Granada, 10 de novembro de 2016.

Simone Batista De Freitas
Auxiliar Administrativo - Prefeitura Municipal



LE MOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
 Dra. Luciana Cristofolo Lemos OAB/SP 152.622
 Dr. Ernandes D A Lemos Moura OAB/SP 304.627

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA.SP

JOAQUIM PREDRO DE MORAIS, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 113.902, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante **V.Ex.a**, requerer A JUNTADA de documentos em anexo.

Nova Granada 15 de novembro de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

ADVOGADO OAB/SP 113.902.



PROCURAÇÃO

(COM PODERES AD JUSTICIA ET EXTRA)

Pelo presente instrumento particular de procuração

do Moraes Ruo João Rolo Raso 559 Joaquin Pedro Icen SP

nomeia e conceitua seus bastantes procuradores e advogados o **Dr. Antônio Alberto Cristofalo de Lemos**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP 113.902, CPF 090.607.378-22, e **Dra. Luciana Cristofalo Lemos**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP Nº 152.622, ambos com escritório à Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira n.º 958, fone (17) 3261-2332, em Nova Granada - São Paulo, com poderes ad-judicia para qualquer Juízo, Instância ou Tribunal do País, podendo praticar todos os atos necessários na defesa dos nossos interesses, propondo quaisquer ações contra quem de direito e defendendo-me nas ações propostas contra a minha pessoa, acompanhando uma e outras até final decisão, inclusive na Superior Instância, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo ainda funcionar como meu procurador junto às repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e autarquias, e ainda com poderes gerais para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a Ação, receber quantias, dar quitações passar recibos, firmar compromissos, inclusive de inventariante, efetuar acordos, discordar, concordar, prestar declarações de inventariante, recorrer, apelar, agravar, variar de ações, juntar documentos, arrolar testemunhas, assinar o termo a que se refere o art. 617 do Código do Processo Civil nos processos de inventários efetuar quaisquer provas em juízo ou mesmo fora dele e muito especialmente para

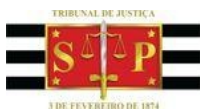
Conterbu

e requer o que for de direito, bem como praticar todos os demais atos, que se fizerem necessários, para o bom andamento da causa, podendo, requerer diligências ou praticar qualquer ato em qualquer Repartição Pública, ou Autarquia, enfim com amplos e ilimitados poderes para praticar todos os atos necessários ao pleno e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, o que darei pôr firme e valioso.

Nova Granada SP, *16/11/2016*

DECLARAÇÃO:

Declaro que sou pobre e necessito dos benefícios da assistência judiciária gratuita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, .
 CEP 15440-000, Nova Granada - SP



TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL - CONCILIAÇÃO INFRUTÍFERA

Reclamação nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes, Joaquim Pedro de Moraes Filho - CPF: 069.937.936-95, RG: 455378162, CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741 – presentes**
Adv.: Suzane Karen Verro Giaconeto, OAB 325947 - presente
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes- CPF: 129.321.738-71, RG: 11382329**
Adv.: Antonio Alberto Crisofalo de Lemos, OAB 113902/SP - presente
 Mediador(a): **Geraldina Maria Leoni Milani**
 Data da audiência: **16/11/2016 às 10h20min**

Presentes as partes acima nomeadas foi aberta a sessão com a tentativa de conciliação, a qual restou infrutífera. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo.

Nova Granada, 16 de novembro de 2016.

Mediador(a):

Requerentes: Rosilene Pereira de Moraes

Joaquim Pedro de Moraes Filho

Adv. dos requerentes: Suzane Karen Verro Giaconeto OAB 325947/SP

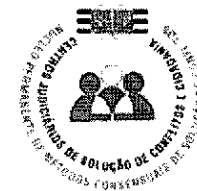
Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Advogado do requerido: Antonio Alberto C. de Lemos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, .
 CEP 15440-000, Nova Granada - SP



TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL - CONCILIAÇÃO INFRUTÍFERA

Reclamação nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes, Joaquim Pedro de Moraes Filho - CPF: 069.937.936-95, RG: 455378162, CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741 – presentes**
 Adv.: **Suzane Karen Verro Giaconeto, OAB 325947**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes- CPF: 129.321.738-71, RG: 11382329**
 Adv.: **Antonio Alberto Crisofalo de Lemos, OAB 113902/SP - presente**
 Mediador(a): **Geraldina Maria Leoni Milani**
 Data da audiência: **16/11/2016 às 10h20min**

Presentes as partes acima nomeadas foi aberta a sessão com a tentativa de conciliação, a qual restou infrutífera. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo.

Nova Granada, 16 de novembro de 2016.

Mediador(a):

Geraldina Maria Leoni Milani

Requerentes: Rosilene Pereira de Moraes

Joaquim Pedro de Moraes Filho

Rosilene Pereira de Moraes
Joaquim Pedro de Moraes Filho

Adv. dos requerentes: Suzane Karen Verro Giaconeto OAB 325947/SP

Suzane K. V. Giaconeto

Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Joaquim Pedro de Moraes

Advogado do requerido: Antonio Alberto C. de Lemos

Antonio Alberto C. de Lemos



A D V O C A C I A

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS - OAB/SP - 113.902

AV.Dr Hildeberto A. Ferreira n.º 958, Nova Granada - S.P. ☎-(17) 3261-2332

.....
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
NOVA GRANADA. SP.

Processo Civil Nº



10019437320168260390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, brasileiro, divorciado, aposentado, residente e domiciliado na Rua João Rola Rosa N.º 559 F, Icem SP, por seu advogado e procurador que está subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 113.902, com escritório situado na Av. Dr Hildeberto de Albuquerque Ferreira N.º 958, nesta cidade, vem, com o devido respeito perante **V.Exa.**, nos autos da **Ação INDENIZATORIA DE DANOS MORAIS EM DECORRENCIA DE ABNADONO AFETIVO C.C. LIMINAR DE PEDIDO DE ALIMENTOS POR MISERABILIDADE**, apresentando **CONTESTAÇÃO**, feito N.º 10019437320168260390, proposta por **Joaquim Pedro de Moraes e Rosilene Pereira de Moraes**, ambos já qualificados nos autos, expondo e requerendo o que segue :

DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO:

Ao se atentar para as razões expostas pelo requerente, constata-se clara e objetivamente que nenhuma razão lhe assiste, pelos motivos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE:

Os autores e sua genitora merecem a aplicação das penas de litigância de má-fé, pois todas as alegações deste feito não são verdadeiras. Os autores e sua mãe usam o Poder Judiciário para tumultuar a vida de terceiros. Há mais de vinte anos os três sob orientação da genitora, tumultua a vida do requerido. Já moveu toda sorte de processo contra ele. Há pouco tempo moveu uma Ação Criminal contra o requerido por fato prescrito há mais de 10 anos. Conforme consta dos autos do processo civil 0271.13.0097220 da segunda vara Civil da Comarca de Frutal MG o requerido foi exonerado de pagar pensão alimentícia aos autores, que sequer contestaram o feito nem compareceram em nenhum a audiência. Recentemente nesta Comarca a mãe do autores litigou em um feito civil e inconformada com o resultado passou a ofender o magistrado, os advogados que atuaram no processo, bem como aqueles que recusar nomeações para ingressar com ações esdrúxulas, ela queria promover ações contra o magistrado, advogados e serventuários.

Se faz necessário dar um basta na pretensão ofensiva dos autos e de sua mãe com a aplicação severa da lei condenando a todos como litigantes de má-fé, visando provas estes fatos, requer que seja oficiado a Comarca de Frutal solicitando cópia integral de todos os processos que existente entre as partes junto a Segunda Vara Civil e na Vara Criminal, pois existe limite para tudo,

inclusive para utilizar-se indevidamente do Poder Judiciário, pois os operadores do direito são pessoas sérias com muitos afazeres para perderem seu tempo atendendo as “vinganças dos autores e da senhora mãe dos mesmos” (vide cópia do processo que tramitou nesta Comarca em anexo.

Quanto ao mérito:

1-Que desde a primeira a última linha da inicial os requerentes faltam com a verdade. Desde que os autores nasceram até **19 de dezembro de 2013, quando a MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Civil da Comarca de Frutal MG, sentenciou o feito Nº 0271.13.009722-0 (exoneração de pensão) o requerido pagou a pensão alimentícia aos autores. Portanto ele sempre cumpriu sua obrigação.**

2-No ano de 2000 o requerido moveu ação de regulamentação de visita tentando impor que a mãe dos autores permitisse a visita aos mesmo. O feito foi sentenciado, mas mesmo assim está senhora sempre impediu que o requerido se aproxima-se dos seus filhos. O único objetivo dela sempre foi o financeiro,

3- A pensão alimentícia necessária e obrigatória o requerido já pagou aos autores durante 18 anos. Só deixou de pagar que foi judicialmente exonerado, em feito que os mesmo nem mesmo compareceram na audiência de conciliação. Eles conta com 22 anos não trabalham, não estudaram por que não quiseram não fazem “nada da vida” só alimentam ódio e rivalidade pelo pai, graças a imposição da mãe. A esdrúxula pretensão de receber R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) deve ser rechada pois o único bem de propriedade do requerido foi doado a seus filhos inclusive aos autores. Este valor exorbitante demonstra a falta de bom senso moral e fere o princípio da razoabilidade.

4- Já o requerido é pais de mais cinco filhos conforme documentos em anexo, muitos ainda menores e incapazes, além disso, o requerido é curador de sua irmã que é incapaz. Outrossim também o requerido é aposentado por invalidez, tendo uma deficiência física que o impede de trabalhar, vive dos recursos de sua aposentadoria. Não havendo condições de pagar pensão ou indenização principalmente por que no caso da indenização não deu causa.

5- Não merece amparo a pretensão dos autores, pois nos termos do artigo 1699 do Código Civil, só poderá haver mudança na fixação da pensão alimentícia após a exoneração, se sobrevier mudança nas condições de quem paga ou de quem recebe a pensão. Os autores não provaram que tenha tido diminuição em sua renda. Já o requerido sofre um processo de empobrecimento. Repetimos os autores contam com mais de 22 anos de idade e não possuem nenhuma incapacidade física capaz de impedir que trabalhem.

6- A **Constituição Federal** no artigo 229 diz: **"os pais tem o dever de assistir, criar educar os filhos menores ..."**, O antigo Código Civil em seu artigo 400 já afirmava: **"os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada"** (grifo nosso)

VEJAMOS A JURISPRUDENCIA:

– **ALIMENTOS – REVISÃO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MUDANÇA NA SITUAÇÃO FINANCEIRA – MANUTENÇÃO DO QUANTUM – SENTENÇA MANTIDA** 1) – Não havendo

comprovação da redução nas possibilidades do alimentante, deve ser mantida a prestação alimentícia anteriormente fixada. 2) - O ônus da prova recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do ato, cabendo ao autor demonstrar a existência do ato ou fato por ele descrito na inicial como ensejador do seu direito. 3) - Recurso conhecido e não provido. (TJDFT – Proc. 20090610078750 – (521402) – Rel. Des. Luciano Moreira Vasconcellos – DJe 25.07.2011 – p. 132)v90

– CIVIL – ALIMENTOS – REVISÃO – CAPACIDADE ECONÔMICA – REDUÇÃO – NÃO COMPROVAÇÃO – I- É possível a redução, exoneração ou majoração do encargo alimentício se comprovada a modificação nas possibilidades financeiras de quem os supre ou nas necessidades de quem os recebe (ART. 1.699 DO CÓDIGO CIVIL). II- Negou-se provimento ao recurso. (TJDFT – Proc. 20090111383040 – (510634) – Rel. Des. José Divino de Oliveira – DJe 09.06.2011 – p. 238)v90

*** “ALIMENTOS - Revisional - Mudança nas condições econômicas do alimentante e dos beneficiários sequer alegada na inicial - Ação Improcedente - Recurso não provido. (Apelação Cível N.º 237.870-1 São Paulo - 1ª Câmara Civil - relator: Ricardo Feitosa 19.09.95 -V.U.)”**

*** "ALIMENTOS - Revisional - Ausência de prova suficiente de mudança nas condições de fortuna tanto de quem os supre quanto de quem os recebe - Ação improcedente - recurso não provido (Apelação Cível N.º 239.710-1 - Santo André - 1ª Câmara Civil - Relator: Ricardo Feitosa-19.09.95-VU)"**

*** "ALIMENTOS - Pensão - Redução - Inadmissibilidade - Valor arbitrado de acordo com as necessidades dos alimentados - Recurso não provido. O valor for arbitrado, em termos razoáveis, sopesadas as necessidades dos alimentados e as possibilidades do alimentante, dentro do padrão econômico familiar...(Relator: Almeida Ribeiro - Apelação Cível N.º 203.096-1 São Paulo 10/03/94) .**

*** "ALIMENTOS - Revisional - Aumento do valor da pensão consensualmente ajustada- Dependência da mudança na fortuna de quem a presta ou de quem a recebe, competindo a prova da modificação a quem postula a revisão - Recurso parcialmente provido (Apelação Cível N.º 271.994- São Paulo - 8ª Câmara de Direito Privado - Relator : Aldo Magalhães - 14.02.96- V.U.)**

*** * "ALIMENTOS- Pensão alimentícia- Fixação em quantia mensal sobre os rendimentos líquidos do alimentante- Inclusão no cálculo de verba recebida a**

título de FGTS - Admissibilidade - Convenção que abrange percentual de todas as verbas recebidas em decorrência da relação de emprego, não devendo ficar restrita aos ganhos advindos única e exclusivamente do salário (6º CCTJSP, AI N.º 133.582-1, J. em 30/08/90, Rel. Des. P. Costa Manso, RT 663/82)”

* Jurisprudência copilada do CD Rom de Jurisprudência do Tribunal de Justiça e Associação Paulista do Ministério Público.

** Jurisprudência copilada da Obra VADEMECUM DO DIREITO DE FAMILIA, autora Márcia Cristina Ananias Neves, Editora Jurídica Brasileira.

Não resta a menor dúvida de que o requerido não **DEU CAUSA A danos morais.**

Em matéria de responsabilidade civil, é lição muito antiga, que responde pelo evento danoso aquele que, tendo a melhor oportunidade para evitar, nada faz dando causa ao dano.

Diante dos fatos, é forçoso concluir que o requerido nenhuma responsabilidade teve sobre eventual evento danoso que vitimou os autores, devendo tal responsabilidade recair sobre aquela que tinha o dever de andar segundo a legislação.

Eventuais danos matérias não podem ser atribuídos ao requerido primeiro, por que não existe nexo de causalidade. Segundo porque os autores não juntou aos autos nenhuma prova da existência dos mesmos.

NA INAPLICABILIDADE E NÃO CABIMENTO DOS DANOS ALEGADOS

O Código Civil, em seu artigo 186, traz como regra da responsabilidade civil subjetiva, ou seja, decorrente de ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência e, não obstante tenha ampliado os casos de responsabilidade civil objetiva, na qual não se enquadra o presente processo.

Ocorre que a **IMPROCEDÊNCIA** de tal pedido será de rigor, conforme se demonstra abaixo.

Assim, por qualquer ângulo que se analise a situação fática precursora da presente Ação, conclui-se que a ora requerida não praticou qualquer ilícito que concorresse para o surgimento dos fatos narrados na Inicial.

Aliás, os alegados prejuízos morais suportados, alardeados na Inicial, não restaram demonstrados por qualquer adminículo de prova que tenha sido arremetido aos autos.

Neste sentido vejamos parte do voto proferido pelo Desembargador Relator da Apelação Cível nº 8218/95, da 2ª. Câmara Cível de Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Cavaleire Filho, em que delineia os aspectos do dano moral, traçando um perfil do que realmente é indenizável no direito pátrio:

"A matéria de mérito cinge-se em saber o que configura e o que não configura o dano moral".

*Na falta de critérios objetivos, essa questão vem se tornando tormentosa na doutrina e na jurisprudência, levando o julgador a situações de perplexidade. Ultrapassadas as fases da irreparabilidade do dano moral e da sua inacumulabilidade com o dano material, **corremos o risco de ingressarmos na fase de sua industrialização, onde o aborrecimento banal ou mera sensibilidade são apresentadas como dano moral, em busca de indenizações milionárias.***

Tenho entendido que, na solução dessa questão, cumpre ao Juiz seguir a trilha da lógica do razoável, em busca da sensibilidade ético-social normal. Deve tomar por paradigma o cidadão que se coloca a igual distância do homem frio, insensível, e o homem de extrema sensibilidade.

Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar.

"Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exarcebada estão fora do órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do

nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. SE ASSIM NÃO SE ENTENDER, ACABAREMOS POR BANALIZAR O DANO MORAL, ENSEJANDO AÇÕES JUDICIAIS EM BUSCA DE INDENIZAÇÕES PELOS MAIS TRIVIAIS ABORRECIMENTOS.” (Grifos nossos).

O acórdão acima transcrito amolda-se a situação que circunda a presente lide, isto é, os fatos narrados na inicial não configuram a existência do alegado dano.

Também, é pacífico, o entendimento que a obrigação de indenizar nasce de um ato ilícito, ato esse para o qual concorrem elementos subjetivos e elementos objetivos: os objetivos, advindos de um ato praticado de maneira ilícita, contra o direito, provocando um resultado danoso, havendo entre o ato e o dano uma relação causal; e os subjetivos, dizem respeito à imputabilidade do agente e que esta tenha agido com culpa.

Também neste sentido trazemos a baila os ensinamentos do Mestre **JOSÉ DE AGUIAR DIAS**, EM SUA OBRA **“DA Responsabilidade Civil”**, delinea os **princípios comuns** a todos os casos de responsabilidade civil, declarando:

“Convém esclarecer, aqui, que todos os casos de responsabilidade civil obedecem a quatro séries de exigências comum: a) o dano, que deve ser certo, podendo,

entretanto, ser material ou moral; b) e a relação de causalidade, a causal conexão, laço ou relação direta de causa e efeito entre o fato gerador da responsabilidade e o dano são seus pressupostos indispensáveis; c) a força maior e a exclusiva culpa da vítima têm, sobre a ação de responsabilidade civil, precisamente porque suprimem esse laço de causa, efeito preclusivo; d) as autorizações judiciais e administrativas não constituem motivo de exoneração de responsabilidade.”(ob. cit. vol. I, págs. 117 e 128).

No mesmo sentido, Washington de Barros Monteiro, in Curso de Direito Civil, vol. V, pág. 398, ensina que:

“Em face, pois, da nossa lei civil a reparação do dano tem como pressuposto a prática de uma to ilícito. Todo o ato ilícito gera para o seu autor a obrigação de ressarcir o prejuízo causado. É de preceito que ninguém deve causar lesão a outrem...”.

Já Humberto Theodoro Júnior em brilhante parecer a respeito da Responsabilidade Civil por Dano Moral, também esboça a mesma opinião:

“No direito privado, a responsabilidade civil (isto é, o dever de indenizar o dano alheio) nasce do ato ilícito, tendo-se como tal aquele fato do homem que contravém da ordem jurídica e ofende direito alheio, causando lesão ao respectivo titular... Seja o dano material ou moral, sua indenização dependerá de ser a conduta do respectivo causador enquadrado na tipicidade do ato ilícito, onde a culpa se manifesta como a fonte da responsabilidade”.(grifo nosso).

Conclui-se, portanto, que os pressupostos essenciais geradores da obrigação de indenizar, segundo a melhor doutrina, são; a) o ato ilícito; b) o comportamento do agente; c) o nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo dele decorrente, e, a falta de qualquer deles, faz desaparecer a obrigação de indenizar o dano.

Como se extrai das lições acima, a culpa se apresenta como a fonte da responsabilidade, não existindo, como no caso vertente, não tem a ora Contestante obrigação alguma de indenizar o Autor pelos fatos narrados na Inicial. Por consequência, estão ausentes os demais pressupostos que geram a obrigação de indenizar.

Assim sendo, não pode os réus ser condenada a indenizar o Autor, uma vez que, conforme amplamente demonstrado, não praticou qualquer ato contrário ao direito que viesse a caracterizar ato ilícito, não houve de sua parte conduta culposa ou dolosa. Ausentes, portanto, os pressupostos exigidos pelo ordenamento legal vigente que geram a obrigação de indenizar. Conseqüentemente, não têm quaisquer fundamentos os pedidos formulados na Inicial.

DA INEXISTÊNCIA DA PROVA DO DANO

A par das considerações feitas acerca da inexistência dos pressupostos que geram a obrigação de indenizar, para caracterização da existência do dano moral e material, necessário se faz a prova da repercussão do prejuízo moral e decorrente do fato que ensejou e, sem esta prova não há que se falar em dano.

Necessário frisar que em ação de indenização **o ônus da prova é da parte**, e o que **deve ser provado é o dano**, não sendo suficiente que a Autora apenas mostre o fato de que se queixa e que seja de natureza prejudicial. **“É PRECISO QUE PROVE O DANO CONCRETO, ASSIM ENTENDA A REALIDADE DO DANO QUE EXPERIMENTOU...” (JOSÉ DE AGUIAR DIAS**, in da Responsabilidade Civil, vol. I pág. 102- grifamos).

E ainda, no mesmo sentido, é a lição do eminente **JOSÉ DE AGUIAR DIAS**, abaixo transcrita:

“O QUE O PREJUDICADO DEVE PROVAR, NA AÇÃO, É A DANO, SEM CONSIDERAÇÃO OU AO SEU QUANTUM, QUE É MATÉRIA DA LIQUIDAÇÃO. NÃO BASTA, TODAVIA, QUE O AUTOR MOSTRE QUE O FATO DE QUE SE QUEIXA, NA AÇÃO, SEJA CAPAZ DE PRODUZIR O DANO CONCRETO, ASSIM ENTENDIDA A REALIDADE DO DANO QUE EXPERIMENTOU...” (ob. cit. vol. I pág. 101 – maiúsculas da Ré).

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 69.711/MG do qual foi relator o Ministro Rodrigues Alckmin, decidiu:

“RESPONSABILIDADE CIVIL – INDENIZAÇÃO – PROVA – PREJUÍZO – CÓDIGO CIVIL, ART. 159 – ACÓRDÃO QUE NEGA INDENIZAÇÃO PORQUE NÃO PROVADA A EXISTÊNCIA DO DANO. Questão de fato, dependente de apreciação de provas, insusceptível de reexame em recurso extraordinário. Agravo Regimental não provido” (in Jurisprudência Brasileira – Vol. I pág. 143 – maiúsculas da contestante).

Na declaração de voto, o eminente Ministro Rodrigues Alckmin, assim se pronunciou:

“O acórdão negou que estivesse provado (ainda que por mera presunção... omissis...) a existência do dano. Não que se não tivesse provado somente o seu quantum, mas negou a própria realidade do dano – que se pretendeu causado-. Que tal questão é questão de fato, presa a apreciação de prova inegável. NÃO EXISTE TEXTO DE LEI QUE DETERMINE SEJA ALGUÉM CONDENADO A INDENIZAR, SEM

**PROVA DO PREJUÍZO. SE PREJUÍZO NÃO
HOUE, OU NÃO SE PROVOU, NÃO HÁ O
QUE REPARAR”.(ob. cit. pág. 144 –
grifamos)**

Ainda que existisse o alegado dano moral, o que se admite apenas para argumentar, já que não é a hipótese dos autos, para gerar a obrigação de indenizar o dano moral por parte da Ré, **necessário** se faz a **prova** da repercussão do prejuízo moral decorrente do fato que o ensejou, e sem esta prova, **não** há que se falar em dano.

A questão já foi objeto de apreciação pela **Egrégia Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no acórdão proferido na **Apelação Cível nº 173.181-1/Mogi das Cruzes**, pedindo vênia a Ré para transcrever parte do parecer lançado pelo **Procurador de Justiça, Dr. João Carlos Garcia**, do seguinte teor:

“Aliás, para o dano moral, não basta o fator em si do acontecimento, mas requer A PROVA DE SUA REPERCUSSÃO, PREJUDICIALMENTE MORAL. (Apelação cível nº 170.633-1, desta Câmara)”. (JTJ; ed. LEX vol. 143/89 – maiúsculas da contestante).

A ementa do referido acórdão que produziu o parecer acima transcrito ficou assim redigida:

“No plano moral não basta o fator em si do acontecimento, mas, sim, a PROVA de sua repercussão, prejudicialmente moral”.

Tem-se, portanto, que a indenização, por prejuízos decorrentes de ato culposos ou dolosos, de ordem moral ou patrimonial, não pode estar fundamentada somente na prova da existência do fato, **mas também de seus efeitos, que são, em princípio, a fonte da obrigação de indenizar**, porque não se indeniza o fato em si mesmo, mas seus efeitos causadores de prejuízos à vítima.

Os danos morais alegadamente sofridos pelo Autor **Não** são devidos, primeiro porque se houveram, a Ré não concorreu para eles, na medida em que o fez restringiu-se a cumprir as regras que regem os fatos aqui discutidos e, em segundo lugar, porque **não** restaram comprovados, e sem esta prova, não pode ser imposta a Ré condenação alguma, pois, constituiria verdadeiro enriquecimento sem causa, o que é vedado por lei e pela jurisprudência pacífica dos Tribunais Pátrios. Como proclama o eminente **JOSÉ DE AGUIAR DIAS**, “o prejuízo deve ser certo, é regra essencial da reparação. Com isto se estabelece que o dano hipotético não justifica a reparação. Em regra, os efeitos do ato danoso incidem no patrimônio atual, cuja diminuição ele acarreta” (ob. cit.vol.II, pág. 837/838).

Como não restou comprovado, seja por documentos ou qualquer outra forma, não havendo nos autos o menor adinículo probatório das alegações contidas na petição inicial, suas mera alegações não poderão ser consideradas por esse Juízo, sob pena de negativa de vigência à norma contida no art. 333, I, do antigo Código de Processo Civil, que impõe à Autora o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito.

- DIANTE DO EXPOSTO REQUER:

- A) Seja a presente ação julgada totalmente improcedente permanecendo exonerado o requerido de pagamento de pensão alimentícia e ainda seja negado Indenização por Danos Morais e Materiais, condenando os autores ainda ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais. Sem prejuízo da Condenação de Litigância de má fé.
- b) Seja concedido requerido o benefício da assistência judiciária gratuita ao requerido;
- c) Seja permitido ao requerido provar os fatos alegados por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente o depoimento pessoal do autor, o que se requer, prova testemunhal, pericial, documental etc .
- d) Requer que seja oficiado a Comarca de Frutal solicitando cópia integral de todos os processos que existente entre as partes junto a Segunda Vara Civil e na Vara Criminal.

Nova Granada SP 23 de novembro de 2.016.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS
ADVOGADO OAB/SP 113.902



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE NOVA GRANADA
DISTRITO E MUNICÍPIO DE ICÊM
SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL E ANEXOS
AV. SIMPLICIANO CUSTÓDIO DA SILVEIRA, Nº 24, CENTRO, FONEIX 22 3265

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

MANOEL SABINO NETO,
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIAO
DE NOTAS DE ICÊM, Estado de São Paulo,

CERTIFICÓ, que às 15.03h,
verso do livro nº A-22, sob nº 002393, de
REGISTRO DE NASCIMENTOS, foi lavrado
em 10 de abril de 2001 o assento do nascimento de:

*** DANIELE SANTANA DE MORAIS ***
NASCIDA, aos sete de março de dois mil e um (11/07 de
março de 2001), às 10:07 horas, Irmã de Santa Casa;
em Nova Granada, Estado de São Paulo, do sexo

feminino, (seus pais, abaixo nomeados, são naturais de: ele
de IcêM-SP; ela de Itanabi-SP),
filha de: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS ////
e de: JANDIRA PEDRO SANTANA DA SILVA ////

Sendo avós:
paternos: JOAO PEDRO DE MORAIS ////
e ABOIA DE MORAIS ////
e maternos: ANTONIO PEDRO SANTANA ////
e CARMEN ROMERO SANTANA ////

Foram declarantes: Os Pais. ///

OBSERVAÇÃO
/// A MARGEM DO TERMO NADA CONSTA ///
O registro e verificação deu-se
em 10 de abril de 2001.

Manoel Sabino Neto
Oficial Interino

Cartório do Registro Civil •
Anexos de IcêM
Manoel Sabino Neto
OFICIAL INTERINO
ICÊM - SP
Comarca de Nova Granada - SP

RENDIMENTOS

51 349 744/0001-57

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
MANOEL S.BINO NETO

Avenida Simpliciano C. Silveira nº 274
CENTRO — CEP 15460-000
ICÊM - SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E
TABELIÃO DE NOTAS DE ICÊM

COMARCA DE NOVA GRANADA - ESTADO DE SÃO PAULO

MANOEL SABINO NETO

OFICIAL INTERINO

VALDIRENE QUEIROZ RODRIGUES LIBRALÃO
ESCREVENTE

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO, que às fls. 146, do
livro nº A-23, sob nº 003017, de REGISTRO DE
NASCIMENTOS, foi lavrado em 07 de março de 2007
o assento do nascimento de:

**** MARIA ISaura DE MORAIS ****

NASCIDA, aos cinco de março de dois mil e sete ((05 de
março de 2007))), às 17:18 horas, em Irmandade da Santa
Casa de Misericórdia, em Nova Granada, Estado de São
Paulo, do sexo feminino,

filha de: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS ////
natural de Icêm (SP)

e de: MARCIA MORAES ANDRE ////
natural de Nova Granada (SP)

Sendo avós:

paternos:- JOAO PEDRO DE MORAIS ////

e ABADIA DE MORAIS ////

e maternos:- MARCOS ANTONIO ANDRE ////

e ANGELICA MORAES DA SILVA ////

Foram declarantes: Os Pais. ////

(Apresentou declaração de nascido vivo nº 15819412).

OBSERVAÇÃO

\\ A MARGEM DO TERMO NADA CONSTA ///
O referido é verdade e dou fé.

Icêm, 07 de março de 2007.

MANOEL SABINO NETO
Oficial Interino

ISENTA DE
EMOLUMENTOS

Cartório do Registro Civil •
Anexos de Icêm
Manoel Sabino Neto
OFICIAL INTERINO
ICÊM - SP
Comarca de Nova Granada - SP

Recibo do Sacado

Cedente: SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA SJRP LTDA
 Cliente: JOAO PEDRO DE MORAIS NETO
 Código: 20160150
 CPF: 43600345800

Data Documento	Nº do Documento	Nosso Número	Vencimento	Valor R\$
28/07/16	2016208619		12/09/16	902,22

Instruções de Cobrança (Todas informações deste bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente)

VALORES REFERENTES A MENSALIDADE
 APOS VCTO, R\$18,04 DE MULTA E JUROS DE R\$0,27 AO DIA
 DESCONTO DE R\$171,42 ATE 01/09/2016
 DESCONTO DE R\$74,88 ATE 05/09/2016
 DESCONTO DE R\$36,99 ATE 09/09/2016

Instruções Gerais da UNIRP

Autenticação Mecânica

'112/38264343-8'

NSU REDE: 156745 HORA REDE: 11:40:52

0000 727 9553

NSU: 02659748266 AUTENTICACAO: 575766

VALOR DO PAGAMENTO:

738,00

CODIGO DE BARRAS: 34131 12382 26434

389172 14640 280005 1 65150000090222

COMPROMISSO DE PAGAMENTO

DATA 01/09/2016 HORA DE BRASILIA: 11:41
 CORRESPONDENTE DO BANCO BRANCO S.A.
 ATUALIZA O UBSA ME
 PRACA NOSSA SENHORA U ABAILA 478
 FERNET-ISO 00014444 DATA 01/09/2016
 CORRESPONDENTE DO BANCO BRANCO S.A.



Recibo do Sacado

Cedente: SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA SJRP LTDA				
Cliente: JOAO PEDRO DE MORAIS NETO				
Código: 20160150		CPF: 43600345800		
Data Documento	Nº do Documento	Nosso Número	Vencimento	Valor R\$
03/10/16	2016241094		10/11/16	902,22
Instruções de Cobrança (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente)				
VALORES REFERENTES A MENSALIDADE				
APOS VCTO, R\$18,04 DE MULTA E JUROS DE R\$0,27 AO DIA				
DESCONTO DE R\$171,42 ATE 01/11/2016				
DESCONTO DE R\$74,88 ATE 07/11/2016				
DESCONTO DE R\$36,99 ATE 09/11/2016				
Instruções Gerais da UNIRP				

Autenticação Mecânica

'112/56057293-8'

Itaú		Itaú Unibanco S.A.		[341-7]		34191 12564 05729 389170 14640 360005 1 69740000090222	
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO							
APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAU							
BENEFIC - SOC DE EDUC E C SJR PRETO LTDA				CNPJ		04.897.478/0001-17	
Data do Documento		Nº do Documento		Espécie Doc.		Aceite	
03/10/16		2016241094		ME		A	
Data do Documento		Nº do Documento		Data do Processamento		Nosso número	
03/10/16		2016241094		04/10/16		112/56057293-8	
Uso do Banco		Carteira		Espécie		Quantidade	
		112		R\$		x	
Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente).							
ATE 01/11/2016 DESCONTO DE 171,42							
APOS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ 0,27 AU DIA							
COBRANCA ESCRITURAL.							
CREDITO DADO EM GARANTIA AO BANCO ITAU S.A., PAGAR SOMENTE EM BANCO							
APOS VCTO ACESSE WWW.ITAU.COM.BR/BOLETOS PARA ATUALIZAR SEU BOLETO							
PAGADOR -JOAO PEDRO DE MORAIS NETO							
RUA JOAO ROLA ROSA 559 CASA							
15460-000 CENTRO ICEM SP							
Sacador/Avalista: 0711160000000007488091116000							
CNPJ/CPF- 00043600345800							
Código de Baixa:							
Autenticação Mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO							



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLLO DE LEMOS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:21. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500706-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB6ED.



HB SAÚDE S/A

Avenida José Munia, 6250 - Jardim Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275
C.N.P.J.: 02.668.512/0001-56
E-mail: faleconosco@hbsaude.com.br

REGISTRO ANS 35024-9

BENEFICIÁRIO		HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56		NOSSO NÚMERO		VENCIMENTO	
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275				0000006988158		20/10/2016	
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPECIE DOC.	ACEITE	DATA DE PROCESSAMENTO		AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO	
27/09/2016	6988158	DM	N	27/09/2016		0037 / 2207117	
CARTEIRA	ESPECIE	QUANTIDADE DA MOEDA	VALOR DA MOEDA		(H) VALOR DO DOCUMENTO		
COBRANCA SIMPLES-CSR	R\$		X		118,35		
NOME DO PAGADOR				CONTRATO: 0888.41.21709.01-0			
MARIA ISaura DE MORAIS							


DEMONSTRATIVO

DATA	USUÁRIO	ESPECIALIDADE	SERVIÇO	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
	MARIA ISaura DE MORAIS		mensalidade	1,00	118,35	118,35

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A. SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS

Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

INFORMAMOS QUE NÃO SERÃO MAIS AUTORIZADOS ATENDIMENTOS SEM A APRESENTAÇÃO DA CARTERINHA DE IDENTIFICAÇÃO.

		033-7		VENCIMENTO	
LOCAL DE PAGAMENTO				20/10/2016	
ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA				AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO	
BENEFICIÁRIO HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56				0037 / 2207117	
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275				NOSSO NÚMERO	
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPECIE DOC.	ACEITE	0000006988158	
27/09/2016	6988158	DM	N	27/09/2016	
CARTEIRA	ESPECIE	QUANTIDADE	VALOR		
COBRANCA SIMPLES - CSR	R\$		X		
INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO)				(H) VALOR DO DOCUMENTO	
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A.				118,35	
SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS				(+) DESCONTO	
Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS				(+) ABATIMENTO	
				(+) MORA	
				(+) OUTROS ACRESCIMOS	
				(H) VALOR COBRADO	
				CONTRATO 0888.41.21709.01-0	
PAGADOR				CÓDIGO DE BAIXA	
MARIA ISaura DE MORAIS				FICHA DE COMPENSAÇÃO	
R.OVIDIO CUSTODI MOREIRA, 888				AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	
CENTRO					
15460-000 ICEM SP					
SACADOR / AVALISTA					

**HB SAÚDE S/A**Avenida José Munia, 6250 - Jardim Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275
C.N.P.J.: 02.668.512/0001-56
E-mail: faleconosco@hbsaude.com.br**REGISTRO ANS 35024-3**

BENEFICIÁRIO		HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56		NOSSO NÚMERO		VENCIMENTO	
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275				0000006927688		10/09/2016	
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOC.	ACEITE	DATA DE PROCESSAMENTO		AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO	
17/08/2016	6927688	DM	N	17/08/2016		0037 / 2207117	
CARTERA	ESPECIE	QUANTIDADE DA MOEDA	VALOR DA MOEDA		(*) VALOR DO DOCUMENTO		
COBRANCA SIMPLES-CSR	R\$		X		376,46		
NOME DO PAGADOR				CONTRATO: 0888.45.13993.01-0			
JOAO PEDRO DE MORAIS NETO							

DEMONSTRATIVO

DATA	USUÁRIO	ESPECIALIDADE	SERVIÇO	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
	JOAO PEDRO DE MORAIS NETO		mensalidade	1,00	149,68	149,68
	DANIEL CESAR SANTANA DE MORAIS		mensalidade	1,00	113,39	113,39
	DANIELE SANTANA DE MORAIS		mensalidade	1,00	113,39	113,39

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A. SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS

Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

INFORMAMOS QUE NÃO SERÃO MAIS AUTORIZADOS ATENDIMENTOS SEM A APRESENTAÇÃO DA CARTERINHA DE IDENTIFICAÇÃO.

		033-7		VENCIMENTO	
LOCAL DE PAGAMENTO				10/09/2016	
ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA					
BENEFICIÁRIO		HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56		AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO	
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275				0037 / 2207117	
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOC.	ACEITE	NOSSO NÚMERO	
17/08/2016	6927688	DM	N	0000006927688	
CARTERA	ESPECIE	QUANTIDADE	VALOR		(*) VALOR DO DOCUMENTO
COBRANCA SIMPLES - CSR	R\$		X		376,46
INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO)					(-) DESCONTO
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A.					(-) ABATIMENTO
SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS					(*) MORA
Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS					(*) OUTROS ACRÉSCIMOS
					(*) VALOR COBRADO
					CONTRATO 0888.45.13993.01-0
PAGADOR					CÓDIGO DE BAIXA
JOAO PEDRO DE MORAIS NETO					FICHA DE COMPENSAÇÃO
RUA JOAO ROLA ROSA, 559 CS CS					AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
CENTRO					
15460-154 ICEM SP					
SACADOR / AVALISTA					

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLLO DE LEMOS e Tribunal de Justiça de São Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:21. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB6ED.

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL

1160-1

Marcia Moraes Andre

VAL DA EM TODOS OS DIAS DA VOTAÇÃO

45.112.023-X

MARCIA MORAES ANDRE

MARCOS ANTONIO ANDRE

E ANGELICA MORAES DA SILVA

NOVA GRANADA - SP

FRUTAL-MG

FRONTEIRA

CN:LV.A5

ASSINATURA DO ELETOR

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

348.591.558-07

MARCIA MORAES ANDRE

Nascimento

03/10/1983

INTELCAP

Cartão de Voto

Deve ser depositado no urna com o envelope

Emissão

CORREIOS

REPÚBLICA DE SÃO PAULO DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

HOME DO ELETOR

MARCIA MORAES ANDRE

DATA DE NASCIMENTO

03/10/1983

Nº INSCRIÇÃO

139996820264

ZONA

078

SEÇÃO

0053

MUNICÍPIO / UF

ICEM/SP

DATA DE EMISSÃO

23/09/2003

Rodolfo Dan

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELETOR

Marcia Moraes Andre

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERALSAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

287-536732615-0

13/OUT/2016

HORA DF 13:36:35

LOT: 21.14717-2
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497

TERM: 049210

CONTROLE: 172071211

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR

:

400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

287-536732615-0

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERALSAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

256-397906908-9

12/SET/2016

HORA DF 15:22:50

LOT: 21.14717-2
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497

TERM: 049210

CONTROLE: 782034251

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR

:

400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

256-397906908-9

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERALSAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

229-469054136-0

16/AGO/2016

HORA DF 13:35:26

LOT: 21.14717-2
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497

TERM: 049210

CONTROLE: 467394287

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR

:

400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

229-469054136-0

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERALSAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

191-657157241-2

09/JUL/2016

HORA DF 09:45:37

LOT: 21.14717-2
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497

TERM: 049210

CONTROLE: 032317435

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR

:

400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

191-657157241-2

1ª VIA

terias
CAIXA Loterias
CAIXA Lot

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E
TABELIÃO DE NOTAS DE ICÉM

COMARCA DE NOVA GRANADA - ESTADO DE SÃO PAULO

MANOEL SABINO NETO
OFICIAL INTERINO



CERTIDÃO DE NASCIMENTO

MANOEL SABINO NETO,
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO
DE NOTAS de ICÉM, Estado de São Paulo.

CERTIFICO, que às fls. 152,
verso, do livro nº A-21, sob nº 002223, de
REGISTRO DE NASCIMENTOS, foi lavrado
em 30 de novembro de 1999 o assento do nascimento de:

**** DANIEL CESAR SANTANA DE MORAIS ****

NASCIDO, aos dezoito de janeiro de mil novecentos e
noventa e nove (((18 de janeiro de 1999))), às 09:45
horas, em Santa Casa São Vicente de Paula, em Tanabi,
Estado de São Paulo, do sexo masculino,

filho de: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS ////
e de: JANDIRA PEDRO SANTANA DA SILVA ////

Sendo avós:
paternos:- JOÃO PEDRO DE MORAIS ////
e ABADIA DE MORAIS ////
e maternos:- ANTONIO PEDRO SANTANA ////
e CARMEN ROMERO SANTANA ////

Foram declarantes: Os Pais. ////

OBSERVAÇÃO
/// A MARGEM DO TERMO NADA CONSTA ///
O referido é verdade e dou fé.

Icem, 30 de janeiro de 2004.

MANOEL SABINO NETO
Oficial Interino

SELO PAGO
POR VERBA
ao Oficial.. 12.45
ao IPESP.... 2.49
Total..... 14.94

Cartório do Registro Civil e
Anexos de ICÉM
Manoel Sabino Neto
OFICIAL INTERINO
ICÉM - SP
Comarca de Nova Granada - SP

51349744/0001-57
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
MANOEL SABINO NETO
Avenida Simpliciano C. Silveira n.º 274
CENTRO - CEP 15460-000
ICÉM - SP

AV. SIMPLICIANO CUSTÓDIO DA SILVEIRA, 274 - CENTRO - CEP 15460-000 - ICÉM / SP - FONE: (17) 282-2103 - E-MAIL: cartorioicem@ig.com.br

1063G 01000-1003

1063G-AA 000061



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE NOVA GRANADA
DISTRITO E MUNICÍPIO DE ICÊM
SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL E ANEXOS
AV. SIMPLICIANO CUSTÓDIO DA SILVA, Nº 24, CENTRO, FONE 22.345

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

MANOEL SABINO NETO,
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIAO
DE NOTAS DE ICÊM, Estado de São Paulo.

CERTIFICADO, que às 15.03h,
verso do livro nº A-22, sob nº 002393, de
REGISTRO DE NASCIMENTO, foi lavrado
em 10 de abril de 2001 o assento do nascimento de:

*** DANIELE SANTANA DE MORAIS ***

NASCIDA, aos sete de março de dois mil e um (107 de
março de 2001), às 10:07 horas, Irmandade Santa Casa,
em Nova Granada, Estado de São Paulo, do sexo

feminino, (seus pais, abaixo nomeados, são naturais de: ele
de IcêM-SP; ela de Jarabá-SP,

filha de: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS ////
e de: JANDIRA PEDRO SANTANA DA SILVA ////

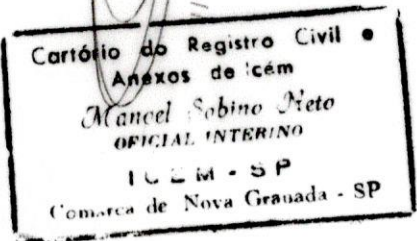
Sendo avós:
paternos:- JOAO PEDRO DE MORAIS ////
e ABADIA DE MORAIS ////

e maternos:- ANTONIO PEDRO SANTANA ////
e CARMEN ROMERO SANTANA ////

Foram declarantes: Os Pais, ///

RESERVAÇÃO
A MARGEM DO TERMO NADA CONSTA ///
O registro e verificação do fé-
licem, 10 de abril de 2001.

Manoel Sabino Neto
Oficial Interino



RECORRENTES

51 349 744/0001-57

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
MANOEL SABINO NETO

Avenida Simpliciano C. Silveira nº 274
CENTRO - CEP 15460-000
ICÊM - SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E
TABELIÃO DE NOTAS DE ICÊM

COMARCA DE NOVA GRANADA - ESTADO DE SÃO PAULO

MANOEL SABINO NETO

OFICIAL INTERINO

VALDIRENE QUEIROZ RODRIGUES LIBRALÃO
ESCREVENTE

CERTIDAO DE NASCIMENTO

CERTIFICO, que às fls. 146, do
livro nº A-23, sob nº 003017, de REGISTRO DE
NASCIMENTOS, foi lavrado em 07 de março de 2007
o assento do nascimento de:

**** MARIA ISaura DE MORAIS ****

NASCIDA, aos cinco de março de dois mil e sete ((05 de
março de 2007))), às 17:18 horas, em Irmandade da Santa
Casa de Misericórdia, em Nova Granada, Estado de São
Paulo, do sexo feminino,

filha de: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS ////
natural de Icêm (SP)

e de: MARCIA MORAES ANDRE ////
natural de Nova Granada (SP)

Sendo avós:

paternos:- JOAO PEDRO DE MORAIS ////
e ABADIA DE MORAIS ////

e maternos:- MARCOS ANTONIO ANDRE ////
e ANGELICA MORAES DA SILVA ////

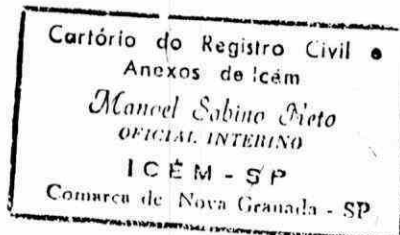
Foram declarantes: Os Pais. ////
(Apresentou declaração de nascido vivo nº 15819412).

OBSERVAÇÃO
/// A MARGEM DO TERMO NADA CONSTA ///
O referido é verdade e dou fé.

Icêm, 07 de março de 2007.

MANOEL SABINO NETO
Oficial Interino

ISENTA DE
EMOLUMENTOS



Recibo do Sacado

Cedente: SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA SJRP LTDA
 Cliente: JOAO PEDRO DE MORAIS NETO
 Código: 20160150 CPF: 43600345800

Data Documento	Nº do Documento	Nosso Número	Vencimento	Valor R\$
28/07/16	2016208619		12/09/16	902,22

Instruções de Cobrança (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente)

VALORES REFERENTES A MENSALIDADE
 APOS VCTO, R\$18,04 DE MULTA E JUROS DE R\$0,27 AO DIA
 DESCONTO DE R\$171,42 ATE 01/09/2016
 DESCONTO DE R\$74,88 ATE 05/09/2016
 DESCONTO DE R\$36,99 ATE 09/09/2016

Instruções Gerais da UNIRP

Autenticação Mecânica

'112/38264343-8'

NSU REDE: 156745 HORA REDE: 11:40:52

00000 727 9533

AO BRANCO: 0118 - IELM
 PALB : 087 - ELI COSMÉTICOS
 NSU: 026591495266 AUTENTICAÇÃO: 5/5/68

VALOR DO PAGAMENTO: 739,89

DATA: 01/09/2016 HORA DE BRASÍLIA: 11:41
 COTIZADO DE BARRAS: 34191.12382 26434
 369172 14640 280005 1 6915000050222

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
 CORRESPONDENTE DO BANCO BRADESCO S.A.
 AQUISIÇÃO D UMBRA ME
 PARA NOSSA SENHORA D BAROLA 4/8
 TERM NET 150 0001 4404 DATA 01/09/2016
 CORRESPONDENTE DO BANCO BRADESCO S.A.



Recibo do Sacado

Cedente: SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA SJRP LTDA
 Cliente: JOAO PEDRO DE MORAIS NETO
 Código: 20160150 CPF: 43600345800

Data Documento	Nº do Documento	Nosso Número	Vencimento	Valor R\$
03/10/16	2016241094		10/11/16	902,22

Instruções de Cobrança (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente)

VALORES REFERENTES A MENSALIDADE
 APOS VCTO, R\$18,04 DE MULTA E JUROS DE R\$0,27 AO DIA
 DESCONTO DE R\$171,42 ATE 01/11/2016
 DESCONTO DE R\$74,88 ATE 07/11/2016
 DESCONTO DE R\$36,99 ATE 09/11/2016

Instruções Gerais da UNIRP

Autenticação Mecânica

' 112/56057293-8 '



Itaú Unibanco S.A.

[341-7] 34191 12564 05729 389170 14640 360005 1 69740000090222

Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO
 APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAU

BENEFIC - SOC DE EDUC E C SJR PRETO LTDA		CNPJ		04.897.478/0001-17	
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento	
03/10/16	2016241094	ME	A	04/10/16	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	
	112	R\$		x	

Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente).

ATE 01/11/2016 DESCONTO DE 171,42
 APOS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ 0,27 AU DIA
 COBRANCA ESCRITURAL.

CREDITO DADO EM GARANTIA AO BANCO ITAU S.A., PAGAR SOMENTE EM BANCO

APOS VCTO ACESSE WWW.ITAU.COM.BR/BOLETOS PARA ATUALIZAR SEU BOLETO
 PAGADOR - JOAO PEDRO DE MORAIS NETO
 RUA JOAO ROLA ROSA 559 CASA
 15460-000 CENTRO ICEM SP

Banco Itaú S.A. - CNPJ 60.701.190

Sacador/Avalista: 0711160000000007488091116000

Vencimento	10/11/2016
Agência/Código Cedente	9171/46403-6
Nosso número	112/56057293-8
(=) Valor do Documento	902,22
(-) Desconto/Abatimento	171,42
(+) Mora/Multa	730,80
(=) Valor Cobrado	

CNPJ/CPF- 00043600345800

Código de Baixa:

Autenticação Mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ALBERTO CRISTOFOL DE LEMOS e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:22. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB6FF.

HB SAÚDE S/A

Avenida José Munia, 6250 - Jardim Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275
C.N.P.J.: 02.668.512/0001-56
E-mail: faleconosco@hbsaude.com.br

REGISTRO ANS 35024-9

BENEFICIÁRIO HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56 Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275		NOSSO NÚMERO 0000006988158	VENCIMENTO 20/10/2016
DATA DO DOCUMENTO 27/09/2016	NÚMERO DO DOCUMENTO 6988158	ESPECIE DOC. DM	ACEITE N
CARTERA COBRANÇA SIMPLES-CSR	ESPECIE R\$	QUANTIDADE DA MOEDA X	VALOR DA MOEDA 118,35
NOME DO PAGADOR MARIA ISaura DE MORAIS		AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO 0037 / 2207117	
		(-) VALOR DO DOCUMENTO 118,35	

CONTRATO: 0888.41.21709.01-0

DEMONSTRATIVO

DATA	USUÁRIO	ESPECIALIDADE	SERVIÇO	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
	MARIA ISaura DE MORAIS		mensalidade	1,00	118,35	118,35

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A. SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS

Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

INFORMAMOS QUE NÃO SERÃO MAIS AUTORIZADOS ATENDIMENTOS SEM A APRESENTAÇÃO DA CARTERINHA DE IDENTIFICAÇÃO.



033-7

LOCAL DE PAGAMENTO ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA		VENCIMENTO 20/10/2016
BENEFICIÁRIO HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56 Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275		AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO 0037 / 2207117
DATA DO DOCUMENTO 27/09/2016	NÚMERO DO DOCUMENTO 6988158	NOSSO NÚMERO 0000006988158
ESPECIE DOC. DM	ACEITE N	DATA PROCESSAMENTO 27/09/2016
CARTERA COBRANÇA SIMPLES - CSR	ESPECIE R\$	QUANTIDADE X
VALOR 118,35		(-) VALOR DO DOCUMENTO 118,35
INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO) DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A. SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS		(-) DESCONTO (-) ABATIMENTO (-) MORA (+) OUTROS ACRESCIMOS (-) VALOR COBRADO
PAGADOR MARIA ISaura DE MORAIS R. OVIDIO CUSTODIO MOREIRA, 888 CENTRO 13460-000 ICEM SP		CONTRATO 0888.41.21709.01-0
SACADOR / AVALISTA		

CÓDIGO DE BAIXA

FICHA DE COMPENSAÇÃO
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BENEFICIÁRIO		HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56		NOSSO NÚMERO		VENCIMENTO	
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275		0000006927688		10/09/2016			
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPECIE DOC.	ACEITE	DATA DE PROCESSAMENTO	AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO		
17/08/2016	6927688	DM	N	17/08/2016	0037 / 2207117		
CARTERA	ESPECIE	QUANTIDADE DA MOEDA	VALOR DA MOEDA	(*) VALOR DO DOCUMENTO			
COBRANCA SIMPLES-CSR	R\$		X	376,46			

NOME DO PAGADOR

JOAO PEDRO DE MORAIS NETO

CONTRATO: 0888.45.13993.01-0

DEMONSTRATIVO

DATA	USUÁRIO	ESPECIALIDADE	SERVIÇO	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
	JOAO PEDRO DE MORAIS NETO		mensalidade	1,00	149,68	149,68
	DANIEL CESAR SANTANA DE MORAIS		mensalidade	1,00	113,39	113,39
	DANIELE SANTANA DE MORAIS		mensalidade	1,00	113,39	113,39

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A. SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS

Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

INFORMAMOS QUE NÃO SERÃO MAIS AUTORIZADOS ATENDIMENTOS SEM A APRESENTAÇÃO DA CARTERINHA DE IDENTIFICAÇÃO.



033-7

LOCAL DE PAGAMENTO				VENCIMENTO			
ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA				10/09/2016			
BENEFICIÁRIO				AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO			
HB SAÚDE S/A - CNPJ: 02.668.512/0001-56				0037 / 2207117			
Avenida José Munia, 6250 - Jd. Francisco Fernandes - São José do Rio Preto - SP - Cep: 15090-275				NOSSO NÚMERO			
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPECIE DOC.	ACEITE	DATA PROCESSAMENTO	0000006927688		
17/08/2016	6927688	DM	N	17/08/2016			
CARTERA	ESPECIE	QUANTIDADE	VALOR	(*) VALOR DO DOCUMENTO			
COBRANCA SIMPLES - CSR	R\$		X	376,46			
INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO)				(*) DESCONTO			
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO EM DEBITO AUTOMATICO PARA BANCO SANTANDER S.A.				(*) ABATIMENTO			
SUJEITO A DISPONIBILIDADE DE FUNDOS				(*) MORA			
Responsavel financeiro: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS				(*) OUTROS ACRÉSCIMOS			
				(*) VALOR COBRADO			

PAGADOR
JOAO PEDRO DE MORAIS NETO
RUA JOAO ROLA ROSA, 559 CS CS
CENTRO
15460-154 ICEM SP
SACADOR / AVALISTA

CONTRATO 0888.45.13993.01-0

CÓDIGO DE BAIXA

FICHA DE COMPENSAÇÃO
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Unimed 
S. J. do Rio Preto



UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Av. Bady Bassitt, 3877 | São José do Rio Preto - SP | CEP 15015-700 | CNPJ 45.100.138/0001-09 | Inscrição Estadual Isenta
SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente 24h: 0800 772 94 67 | Fax: 17 3202-1245
financeiro@unimedriopreto.com.br | www.unimedriopreto.com.br

DATA DE EMISSÃO: 20/09/16

DATA	USUARIO	NOME	REFERENCIA	DATA INICIO	VALOR
01/10/16	00306006021058000	JOAQUIM PEDRO MORAIS	Preço pré-estabelecido	01/08/2011	609,39
		TOTAL			609,39

NR PRODUTO/CODIGO SCPA - NOME PRODUTO: 408718996 - Unimed Ouro Individual - Apto - Co-part.40% - Franq R\$200

FARMACIA UNIMED

Peça seus medicamentos e itens de higiene e beleza por telefone
(17) 3202-1100



DEBITO AUTOMATICO - CASO NAO TENHA OCORRIDO, UTILIZE ESTE BOLETO PARA PAGAMENTO.

Recorte aqui!

Essa via não precisa ser levada ao banco

PAGADOR: JOAQUIM PEDRO MORAIS
ENDEREÇO: R. OVIDIO CUTODIO MOREIRA 830
CIDADE / UF: ICEM SP
CNPJ / CPF: 12932173871

Nº CONTRATO: 701331
BAIRRO: CENTRO
CEP: 15460000
MES REF: 10/2016

Valor mensalidade	Valor co-participação	Outros	Desconto / Abatimento	Valor documento	Mora / Multa	Valor Cobrado	VENCIMENTO
609,39	0,00	0,00	0,00	609,39			20/10/2016
Autenticação Mecânica							Recibo do Pagador / Fatur



Bradesco

237-2

23793.49901 90000.444902 20002.500807 6 69530000060939

LOCAL DE PAGAMENTO

PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE EM QUALQUER AGÊNCIA BRADESCO

BENEFICIÁRIO UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - CNPJ: 45.100.138/0001-09
AV. Bady Bassitt, 3877 - VILA IMPERIAL - CEP: 15015-700 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOC.	ACEITE	DATA PROCESSAMENTO
20/09/2016	0004449020	DM	N	20/09/2016
USO DO BANCO	CARTEIRA	ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
	09	R\$		X

INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO)

Apos o vencimento cobrar multa de 2.00% e juros de 0.0333% ao dia.

SR CAIXA, O BANCO NAO ESTA AUTORIZADO A RECEBER VALOR INFERIOR A 609,39

Nao receber apos 10 dias do vencimento.

"COMO CORRESPONDENTE DO BRADESCO BBI"

DEBITO AUTOMATICO - CASO NAO TENHA OCORRIDO, UTILIZE ESTE BOLETO PARA PAGAMENTO.

PAGADOR JOAQUIM PEDRO MORAIS
R OVIDIO CUTODIO MOREIRA 830
CENTRO
SACADOR / AVALISTA 15460-000 ICEM SP

12.010



FICHA DE COMPENSAÇÃO
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLLO DE LEMOS e Tribunal de Justiça de São Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:22. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB6FF.

ESTADO DE SÃO PAULO 1160-1
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DE DADOS PESSOAIS



Marcia Moraes Andre

VAL DA EM TOTAIS E RESERVA SOCIAL 100%

45.112.022-X 31/OUT/2003

MARCIA MORAES ANDRE
MARCOS ANTONIO ANDRE
E ANGELICA MORAES DA SILVA

NOVA GRANADA - SP 03/OUT/2003

FRUTAL-MG
FRONTEIRA
CN:LV.A5 /FLS.22V N.00133

ASSINATURA DO DETENTOR

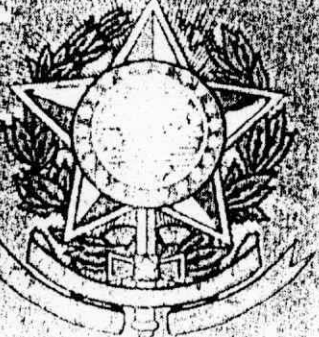
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secretaria de Identificação

CPF
Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição

348.591.558-07

MARCIA MORAES ANDRE


data de nascimento
03/10/1983



INTELCAN 8788 1993

Cartão de identificação pessoal
Deve ser apresentado junto com um documento de identificação

Emissão

 **CORREIOS**

REPÚBLICA DE SÃO PAULO DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARCIA MORAES ANDRE

DATA DE NASCIMENTO **03/10/1983** Nº INSCRIÇÃO **139996820264** ZONA **078** SEÇÃO **0053**

MUNICÍPIO/LIM **ICEM/SP** DATA DE EMISSÃO **23/09/2003**

Ronaldo Bar

PROLEGAR ELEITOR

Marcia Moraes Andre

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLLO DE LEMOS e Tribunal de Justiça de São Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:22. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500706-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB6FF.

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

287-536732615-0

13/OUT/2016 HORA DF 13:36:35

LOT: 21.14717-2 TERM: 049210
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497 CONTROLE: 172071211

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR : 400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

287-536732615-0

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

256-397906908-9

12/SET/2016 HORA DF 15:22:50

LOT: 21.14717-2 TERM: 049210
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497 CONTROLE: 782034251

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR : 400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

256-397906908-9

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

229-469054136-0

16/AGO/2016 HORA DF 13:35:26

LOT: 21.14717-2 TERM: 049210
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497 CONTROLE: 467394287

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR : 400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

229-469054136-0

1ª VIA

CAIXA Loterias
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

191-657157241-2

09/JUL/2016 HORA DF 09:45:37

LOT: 21.14717-2 TERM: 049210
LOCALIDADE: ICEM
AG. VINCULADA: 3497 CONTROLE: 032317439

DEPÓSITO EM DINHEIRO

4346 013 00003127-0

MARCIA MORAES ANDRE

VALOR : 400,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

191-657157241-2

1ª VIA



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA**

Av. Hildeberto de A Ferreira, 1001, Anexo, Cep. 15.440-000 – Fone- 0xx17-3261-2399

Proc. n.º

Audiência: 25/08/2016 - Hora:19:20

Data de Entrada: 28/04/2016

AUTOR (A): 1-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E/OU 2- OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, 1- CPF: 109.500.908-75, 2- CPF: 184.241.048-20, com endereço a Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 670, Centro, ICÉM-SP.

RÉU (RÉ) (S): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, residente na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, Nº 895 (praça João do Carmo), Centro, Icém - SP.

AÇÃO: CONDENAÇÃO EM DINHEIRO VALOR: R\$ 2.096,84

Pedido escrito () . Pedido oral (X) - Quant. docs.:

HISTÓRICO

DOS FATOS: Alega o(a) autor(a) que é credor(a) do(a) requerido(a) da importância supramencionada, dívida esta referente ao não pagamento de 04 (quatro) meses de aluguel, referente ao mês de janeiro a abril de 2016, sendo cada aluguel mensal no valor de 500,00 (quinhentos reais) mensais, e ao não pagamento de Contas de Energia (CPFL), referente ao mês de Março e Abril de 2016, alegou ainda que apesar de diversas tentativas amigáveis para RECEBIMENTO do que lhe é devido, não obteve êxito; esgotados os meios extrajudiciais para resolver o litígio o(a) requerente ingressa com a presente ação. DO PEDIDO: Requer o (a) autor (a), com base no 14 da Lei n.º 9.099/95, a citação do (a) requerido(a) e CONDENAÇÃO do mesmo ao pagamento do valor de **R\$ 2.096,84 (Dois Mil, Noventa e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos)** corrigido com juros e correção monetária a partir do vencimento, na forma da lei, e ainda, as prerrogativas do artigo 172, § 2º, do CPC, para as diligências do Sr. oficial de justiça. Nada mais. Eu, JOSÉ EMILIO T. LOPES, (JOSÉ EMILIO T. LOPES), ESCRIVENTE TÉCNICO, digitei a pedido do autor(a) e subscrevi.

DEMAIS REQUERIMENTOS:

Desde já o(a) autor(a) requer: 1. A expedição de mandado de citação com benefícios do parágrafo 2º do Art. 172 do CPC. E a citação por hora certa; 2. Caso o réu seja pessoa jurídica e se for necessário: a desconsideração da personalidade jurídica da empresa - ré que encerrou irregularmente suas atividades, com o prosseguimento da ação contra seus dirigentes, expedindo-se ofício à Junta Comercial para fornecimento dos dados necessários sobre os sócios; e, 3. Após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou procedente o pedido (total ou parcialmente), o início da execução, com elaboração do cálculo de liquidação e a expedição de mandado de penhora e de estimativa de valor. .

O(A) AUTOR(A), declara estar ciente das disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 9.099/95, e, assim, caso não haja acordo, renuncia, desde logo, o eventual valor que exceda ao mínimo legal. Declara, ainda estar ciente da data e hora da audiência marcada, e que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito. Declara também, estar ciente do "roteiro" dos processos de conhecimento.

Icem - SP, 28 de ABRIL de 2016.

Maria Aparecida de Oliveira
AUTOR (A) 1

Osório Garcia de Oliveira
AUTOR (A) 2


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC: Certifico e dou fé que, haver expedido a competente carta de citação e intimação do (a) requerido (a), em relação à **Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, na PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÊM- CEP- 15460-000**, a qual foi postada via Correios através de AR. Nada Mais. Nova Granada, 02 de maio de 2016. Eu, ____, Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 -Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Data da Audiência: **25/08/2016 às 19:20h**

Justiça Gratuita

A(o)

Josilene Lourenço Pereira
 RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 - PRAÇA JOÃO DO CARMO
 15460-000 - Icem-SP

Pela presente, está Vossa Senhoria **CITADA(O)** para os termos da ação Procedimento do Juizado Especial Cível requerida por Maria Aparecida de Oliveira e outro perante este Juizado Especial Cível, conforme contrafé que acompanha a presente.

INTIMAÇÃO: Fica a(o) ré(u) intimada(o) a comparecer à **Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, Sala de Audiência do JEC e JECRIM, na PRFEITURA MUNICIPAL , SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÉM- CEP- 15460-000 .** **Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data.** Não havendo acordo entre as partes, será designada audiência de instrução e julgamento para data oportuna, ocasião em que a(o) ré(u) poderá apresentar defesa, trazer provas e até três testemunhas, se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, a(o) ré(u) será considerada(o) **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.




ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: Fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata e carta de preposição com firma reconhecida) e poderá estar acompanhada(o) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor), salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatícios (§ 4º do art. 9º da Lei nº 9.099/1995). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u), ainda, advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).


Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **citação/intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 02 de maio de 2016.


 CORREIOS		CE		COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM				TRIBUNAL DE JUSTIÇA 	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP								CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP											
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____						RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO			
ATENÇÃO: Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.									
ASSINATURA DO RECEBEDOR								DATA DA ENTREGA			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR								____/____/____			

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM		Reservado espaço à menção MP	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP								CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP									
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016						RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____							
		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.							
ASSINATURA DO RECEBEDOR								DATA DA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR								Nº DO DOCUMENTO	

PROCESSO: 735-71.2016

EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

EXECUTADO: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA.

Certifico e dou fé, que a autora compareceu em cartório e requereu antecipação da audiência designada nos autos, uma vez que trata-se de pessoa idosa, tendo preferencia no tramite da ação, ante a necessidade de um acordo com a ré uma vez que o imóvel será futuramente habitado por uma parente de 3º grau.. Nova Granada, 17/05/2016, Eu  (Célia Regina Aves), Aux. Administrativa. Pref., digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

07 / 05 / 2016

Maria.
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telephone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.gov.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Diante do pedido de fls. 05 ante a preferência de pessoas idosas, diante disso redesigno a audiência de conciliação para o **dia 30 de junho de 2016, às 19:20 horas, em Icém/SP.**

Intimem-se as partes.

Nova Granada, 24 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 83

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 30/06/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(O)
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer na **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000**, em Audiência de Conciliação designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.

ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

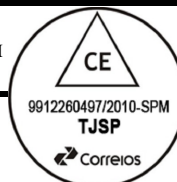
1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.

|CE

**COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL**

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



**TRIBUNAL
DE
JUSTIÇA**

DESTINATÁRIO

Maria Aparecida de Oliveira
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 -
997020265
15460-000 Icem-SP

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO CE

Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° _____ : _____ h
2° _____ : _____ h
3° _____ : _____ h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se	(4) Desconhecido	(7) Ausente
(2) Endereço insuficiente	(5) Recusado	(8) Falecido
(3) Não existe o número	(6) Não procurado	(9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO

ATENÇÃO:

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

Uso exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

/ /



AR

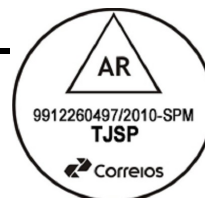
AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à
menção MP

DESTINATÁRIO

Maria Aparecida de Oliveira
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE -
32822417 - 997020265
15460-000 Icem-SP



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____h
2° ____/____/____ : ____h
3° ____/____/____ : ____h

Use exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-
AUDIÊNCIA 25/08/2016**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se	(4) Desconhecido	(7) Ausente
(2) Endereço insuficiente	(5) Recusado	(8) Falecido
(3) Não existe o número	(6) Não procurado	(9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO

ATENÇÃO:

Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Data da Audiência: **30/06/2016 às 19:20h**

Justiça Gratuita

A(O)
OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer na **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000**, em Audiência de Conciliação designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.

ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

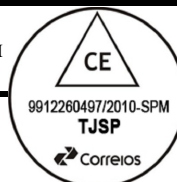
1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.

|CE

**COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL**

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



**TRIBUNAL
DE
JUSTIÇA**

DESTINATÁRIO

Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE

Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° _____ : _____ h
2° _____ : _____ h
3° _____ : _____ h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO

ATENÇÃO:

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

Uso exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

/ /



AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à
menção MP

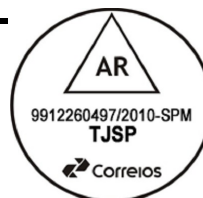
DESTINATÁRIO

Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP



TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____h
2° ____/____/____ : ____h
3° ____/____/____ : ____h

Uso exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-
AUDIÊNCIA 25/08/2016**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se	(4) Desconhecido	(7) Ausente
(2) Endereço insuficiente	(5) Recusado	(8) Falecido
(3) Não existe o número	(6) Não procurado	(9) Outros:

**RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO**

ATENÇÃO:

Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em _____/_____/_____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/002450-9**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
 Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000** .

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160024509

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/002450-9 dirigi-me ao endereço indicado, e ai sendo, nesta data, INTIMEI a requerida: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, do inteiro teor e fins do r. Mandado, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe uma cópia do mesmo que aceitou, a qual de tudo bem ciente ficou, exarando no anverso do mandado anexo a sua nota de ciente. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 01 de junho de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.



CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e

DATA DE POSTAGEM

JO 58190397 9 BR

DESTINATÁRIO

A(O)

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro

15460-000 - Nova Granada - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ h ____

2º ____/____/____ h ____

3º ____/____/____ h ____

ATENÇÃO:

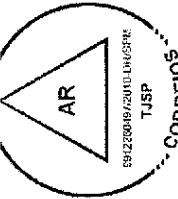
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

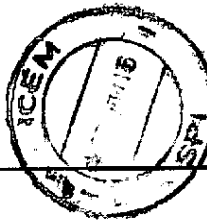
Maria Aparecida de Oliveira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR



Reservado espaço à
menção MP

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

CARDOSO DA SILVA

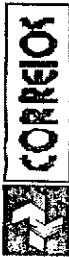
Agente de Correios

Matrícula: 80158763

AC ICEM

DATA DA ENTREGA

Nº DO DOCUMENTO



CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e

DATA DE POSTAGEM

JO 58190398 2 BR

DESTINATÁRIO

A(O)

OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA

RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro

15440-000 - Nova Granada - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

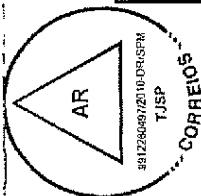
1º ____/____/____ h ____:____h

2º ____/____/____ h ____:____h

3º ____/____/____ h ____:____h

ATENÇÃO:

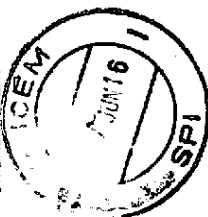
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.



Reservado espaço à
menção MP

CARIMBO

UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

CARDOSO DA SILVA

Agente de Correios

Matrícula: 69.557.763

AC ICEM

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. N° 0000735-71.2016**

AUDIÊNCIA: 30/06/2016

ENDOSO

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

SINATURA DO RECEBEDOR

Maria Aparecida de Oliveira

E LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

07/06/2016

N° DO DOCUMENTO


$$\begin{array}{r} 61 \\ 66 \\ \hline 2010 \end{array}$$

Este documento foi produzido automaticamente pelo sistema de gerenciamento de documentos e processos (SGDPA) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:22. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pesqainformarpg/abrirDocumento?processoAutmat=2019010618260390&origem=conteudoAss51500106-18.2019.8.26.0390> e código 3ADB6F3.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA

TERMO DE AUDIÊNCIA

AÇÃO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PROC. N.º 486.2016

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO

REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Aos 30 de junho de 2016, às 18:15 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiências do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular, Exmo(a). Sr(a). Dr(a). FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 horas relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista LUCIANA CRISTOFOLLO LEMOS. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. NEUZA DAS GRAÇAS S. DA SILVA esta restou INFRUTÍFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **"Consertados os autos tornem conclusos par nova deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Nada mais."** Eu, _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e subscreevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

Em tempo: Certifico e dou fé, que a requerida não assinou o presente termo, alegando por não sentir-se segura. Icém, 30 de junho de 2016. Eu 6666 JA _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/003388-5**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033885

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/003389-3**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 109.500.908-75, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033893



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/003390-7**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20 , para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033907

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/003388-5 dirigi-me à Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 895, Icem, em 13/07/16, onde INTIMEI JOSILENE LOURENÇO PEREIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé.
 Nova Granada, 14 de julho de 2016.

Número de Atos: 01
 13/07

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/003389-3 dirigi-me à Rua Prof. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, onde INTIMEI MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:01
13/07

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/003390-7 dirigi-me à Rua Profº. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Icem, onde INTIMEI OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:02 – referentes a ida a Icem – 24,903 Km
 13/07



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Oficial de Justiça: *
 Mandado nº: 390.2016/003389-3

Justiça Gratuita

C(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 109.500.908-75, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.



X *Maria. 13-07-2016.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Oficial de Justiça: *
 Mandado nº: 390.2016/003390-7

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/07/2016 às 11:30h, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências"

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331"



Scém, 15/07/16

x *[Handwritten signature]*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003388-5**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emilio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 103, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o
dia 25 de julho de 2016, às 11:30 horas, em Nova Granada/SP.
 Intimem-se as partes e as testemunhas eventualmente arroladas.

Int.

Nova Granada, 18 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

 Requerentes: **Maria Aparecida de Oliveira - presente**
Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: **- AUSENTE**

 Requerida: **Josilene Lourenço Pereira - presente**
 Advogado: **- AUSENTE**

 Advogada Plantonista: **Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente**

 Data da audiência: **25/07/2016 às 11h30min**

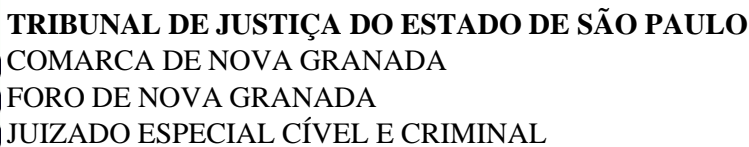
Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:



Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Data do plantão: 25/07/2016

Eu, Elis Regina Deo, Auxiliar Administrativo - Pref, digitei. Eu, José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP
 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerentes: Maria Aparecida de Oliveira - presente
 Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: - AUSENTE

Requerida: Josilene Lourenço Pereira - presente
 Advogado: - AUSENTE

Advogada Plantonista: Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente

Data da audiência: 25/07/2016 às 11h30min

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

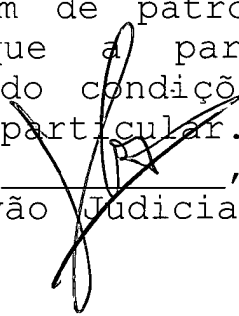
Advogada Plantonista:

OAB/SP 223.494

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO

REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé, que a requerente compareceu em cartório nesta e requereu que seja oficiado a OAB local, a fim de nomear advogado(a) a fim de patrocinar sua causa, uma vez que a parte é hipossuficiente, não tendo condições de constituir um procurador particular. Nova Granada, 02/08/2016. Eu, , (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:02/08/2016

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Expeça-se o ofício a OAB local para nomeação de advogado para patrocinar os interesses do requerida, ante a parte ser hipossuficiente, de acordo o Convênio PGE/OAB – Assistência Judiciária.

Int.

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Criança/Adolescente: **Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, , Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjstsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.

Recebido
03/08/2016
Dulce



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, , Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjstj.us.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.

Recebido
03/08/2016
Dulce



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP



NOVA GRANADA, 03 de Agosto de 2016.

Urgente

Ofício Número: 0001836782/2016

Referente ao Processo: 0000735-71.2016 (JEC)

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Comunicamos que, em resposta ao ofício em epígrafe foi nomeado o (a) advogado (a) abaixo mencionado, para o assistido:

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Cumpra esclarecer que o (a) Ilustre Advogado (a) deve ser intimado (a) para requerer o que de direito, bem como ser NOTIFICADO (A) de que é necessário o (a) advogado (a) entrar no Sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para dar o "Aceite" na nomeação e juntar a Indicação ao processo, tendo em vista que este ofício trata-se apenas de uma "Autorização de Nomeação". Esclarecemos também que deve o (a) Advogado (a) ser notificado (a) para, em caso de "RECUSA" da nomeação por qualquer motivo que seja, comunicar sua recusa junto ao Processo, para que possamos receber novo Ofício deste Juízo para a realização de Nova Nomeação.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

OAB / Nome: 304.627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 958

Fone: 17-3262-2332

Bairro: CENTRO Cidade:

NOVA GRANADA

CEP: 15440-000

UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP



SAO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001836782/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal

Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CPF: 46264272434

RG: 39713179 3

Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895

Fone: 17-997171807

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958

Fone: 17-32622332

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: NOVA GRANADA

CEP: 15440000 UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



LE MOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CIVIL DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, já qualificado nos autos em epigrafe, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, vem, com o devido respeito perante V.Exa., para apresentar **RECURSO INOMINADO**, requerendo que o presente seja recebido e após o procedimento de praxe, seja remetido ao Egrégio Colégio Recursal.

Requer a requerida os benefícios da assistência judiciária gratuita, vez que é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração.

Requer, que referido recurso seja recebido em ambos os efeitos, **devolutivo** e **suspensivo**, em decorrência da grave lesão e dano irreparável que o não recebimento no efeito suspensivo, possa acarretar a parte uma vez que é pessoa idosa, com filhos doentes (atestado medico faz prova) e não tem para onde ir.

Termos em que
P. deferimento.

Nova Granada SP, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCESSO CIVIL n.º 0000735-71.2016.8.26.0390
 APELANTE: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
 APELADO: Maria Aparecida de Oliveira e Outro

RAZÕES RECURSAIS:

EGRÉGIO TRIBUNAL COLEND A CÂMARA ÍNCLITOS JULGADORES!

Nobres julgadores, este recurso tem como objeto a correção da respeitável Sentença proferida nos autos em epígrafe que **merece e deve ser INTEGRALMENTE reformada**, uma vez que o digníssimo magistrado local não atuou com o brilhantismo que é recorrente em suas decisões, deixando de observar requisitos indispensáveis conforme *madamus* do CPC, trazendo sérios e graves prejuízos ao processo e conseqüentemente ao ordenamento público, caso venha a ser adotado como regra corrente, considera-se colocando risco a segurança das relações jurídicas pelos motivos e fatos que passamos a expor, vejamos:

Foi Proferida a r. sentença:

"Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. Iniciados os trabalhos, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou frutífera, nos seguintes termos: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores

se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: "Vistos. 1. Homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo extinto o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'b', do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3-Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.". Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.." (Destaque Nosso)

Data vênua, mas a Respeitável Sentença proferida pelo juiz de primeiro grau equivocou-se, pois, foram produzidas provas firmes e concretas no sentido de comprovar o dano moral sofrido no caso em tela.

Da proteção constitucional

Qualquer relação formada dentro de nosso país deve seguir alguns preceitos. Dentre os basilares mais importantes para que se cumpra o que foi estipulado na Constituição Federal figura o exposto no artigo 1º, inciso III:

*"Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:*

*III – **a dignidade da pessoa humana**;"* (grifo nosso)

Além do Código de Defesa do Consumidor, agasalham os direitos e pretensões da requerida nossa Lei Magna em seu artigo 5º, incisos V e X:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral, decorrentes de sua violação; (...)" (grifo nosso)

Assim, todo tem direito e garantido o acesso a Justiça, para que sejam respeitados e defendidos os seus interesses, anseios, e necessidades, por está razão este causídico aceitou a nomeação através do convênio OAB/PGE, que lhe foi remetida, para assegurar que todo cidadão tenha seus direitos respeitos.

DA CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO:

A requerida requer, neste ato que o recurso seja recebido em ambos os efeitos, devolutivo e devolutivo, em face do dano grave e irreparável que possa gera a parte.

Conforme prova juntada nos autos neste momento, a autora possui filha que apresenta problemas de saúde, assim como ela própria, além do curto prazo que foi concedido para saída do imóvel, assim sendo, por estarem presentes os requisitos ensejadores requer seja deferido o efeito suspensivo ao presente recurso, a jurisprudência é pacífica em situações análogas:

Processo: RI 989090009215 SP Relator(a): Carlos Vieira Von Adamek Julgamento: 26/01/2009 Órgão Julgador: 2ª Turma Cível Publicação: 05/03/2009 Ementa AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO PELA AGRAVANTE -A concessão de efeito suspensivo ao recurso inominado é providência excepcional (Lei nº 9.099/95, art 43), somente admissível em caso de evidente perigo de dano grave e irreparável ao devedor - Há perigo de dano de difícil reparação quando a sentença, que condena a parte ao cumprimento de obrigação de fazer aparentemente inexecutível e impõe multa para a hipótese de seu descumprimento - Efeito suspensivo concedido - Recurso provido. .

DA NECESSIDADE DE REAPRECIACÃO DO MÉRITO:

Os autores inclusive estão coagindo a requerida a deixar o imóvel de forma ABUSIVA, fazemos provas neste ato conforme protocolo n. 9066539171 e 9066540005, que houve pedidos de desligamento de energia do imóvel mesmo com a requerida residindo na casa, possuindo família, que necessita de energia elétrica, pois é item básico a subsistência de todo ser humano.

O processo originariamente se deu por ocorrência de suposto débito na locação de imóvel e conta de energia, como descrito o pedido inicial, porém, não houve a apresentação de nenhum documento comprobatório de **NADA, DA TITULARIDADE DO IMÓVEL, DA LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA, DOS DÉBITOS EXISTENTES NO IMÓVEL.**

Em um passe de mágica, não foram cobrados os aluguéis e de credor a autora passou para devedora, uma vez que no suposto acordo, que foi imposto à requerida, a suposta proprietária do imóvel ainda PAGARIA, a impostaria de R\$ 600,00 (Seiscentos) reais.

Destaque-se que a audiência ocorreu na data de 27/07/2016 e já na data de 10/agosto/2016, ou seja, apenas 13(treze) dias após a audiência a requerida, deveria desocupar o imóvel, sob pena de reintegração de posse com amparo de coerção policial, **EXTREMAMENTE EXCESSIVO E DESPROPORCIONAL!!!!**

Para qualquer pessoa treze dias para encontrar uma nova casa, arrumar os pertences, contratar pessoal para efetuar a mudança é um prazo extremamente enxuto, data vênia, mas deveria ter sido de no mínimo 90(Noventa) dias o prazo para desocupação.

DA ABUSIVIDADE DE AÇÃO POSSESSÓRIA:

Encontramos um vício claro, que no rito dos Juizados Especiais cíveis, não é possível e tão pouco permitido o ajuizamento de medidas/ações possessórias como a denominada REINTEGRAÇÃO DE POSSE? Trar-se-á de medida nitidamente teratológica proferida pelo magistrado local.

Este causídico não sabe ao certo o teor da audiência de instrução realidade, mas juridicamente a medida adotada se mostra nitidamente temerária, vejamos jurisprudência na qual é nítida a incompetência do Juízo:

Processo: 71004608303 RS Relator(a): Cleber Augusto Tonial Julgamento: 26/02/2014 Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 12/03/2014 Ementa DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REMOÇÃO DE ILÍCITO. DEMANDAS POSSESSÓRIAS TRAMITANDO NO JUÍZO COMUM. INCOMPETENCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DECRETADA DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71004608303, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 26/02/2014)

Processo: 71003454006 RS Relator(a): Fernanda Carravetta Vilande Julgamento: 19/12/2011 Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 16/01/2012 Ementa AÇÃO DENOMINADA DE "DESPEJO PARA USO PRÓPRIO", COM COBRANÇA DE LOCATIVOS. CONTRATO DE LOCAÇÃO INEXISTENTE. NARRATIVA ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COMODATO. CARÊNCIA DE AÇÃO PARA A ESPÉCIE ELEITA. VIA IMPRÓPRIA.

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA A DESOCUPAÇÃO. PEDIDO A SER VERTIDO POR MEIO DE AÇÃO POSSESSÓRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. VALOR DO IMÓVEL QUE SUPERA O LIMITE DA LEI Nº. 9.099/95. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71003454006, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fernanda...

**NULIDADES DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO
AJUIZAMENTO DA AÇÃO:**

Muito embora no rito dos juizados, seja respeitados os princípios da oralidade, simplicidade, não é juridicamente possível e tão pouco lícito que a parte autora, **NÃO TENHA APRESENTADO SEQUER DOCUMENTO PESSOAL, DURANTE TODO O CURSO DA AÇÃO.**

Os autores sequer fizeram provas de que são os legítimos proprietários do imóvel hora em discussão, ou mesmo que existiria locação imobiliária, a requerida não reconhecer sequer que está em débito com qualquer obrigação seja de aluguel, água, IPTU, luz.

Alastrado no código de processo cível é cristalino o dever da autora de comprovar a veracidade de suas informações dada no momento de ingresso com o processo judicial, pois, caso fossem aceito indiscriminadamente qualquer versão da situação fática apresenta sem a devida materialidade, colocaríamos em risco a estabilidade jurídica do nosso Estado Democrático de Direito.

A propósito, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, primorosamente discorre sobre o ônus da prova:

"Já que há interesse da parte em demonstrar a veracidade dos fatos alegados, porque somente assim pode esperar sentença favorável, ônus da prova significa interesse da parte em produzir a prova que lhe traga conseqüências favoráveis.

O ônus da prova é de fundamental importância quando a prova não há, e não quando há. Como a prova não pertence à parte, cabe-lhe manuseá-la a seu favor, tentando extrair dos fatos demonstrados a consequência

EX POSITIS, REQUER:

Seja recebido o presente Recurso Inominado onde se pede que seja provido para no mérito para reformar da sentença para que seja corrigida da seguinte maneira:

A)- Para que esta nobre Turma Recursal, reforme a sentença de primeiro grau, para que conheça e seja provido o recurso da requerida, anulando-se a sentença meritória, determinado a remessa dos autos a origem para nova prolação de sentença, limitando-se a ação a cobrança de aluguel e acessórios, uma vez que houve cerceamento do direito de defesa, violando o devido processo legal dentre outros princípios previsto em direito;

B)- Como pedido alternativo, requer que está nobre turma recursal reverta a sentença de mérito em face das inúmeras irregularidades e abusividades existente no processo, não podendo persistir por seus próprios argumentos, assim sendo, requer seja conhecido e provido o presente recurso, julgado improcedente o pedido inicial.

São esses os pedidos que tem a expor, por razão de direito e medida da mais Clara Justiça!!!

Nova Granada, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

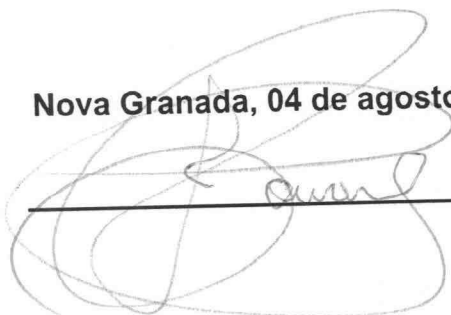
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo subestabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP

DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE
SEXTA ZONA
CN-LV-194/FLS.96 /N.082960
462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7.116 DE 29/08/01



RCPN do 6º Distrito de Magé

Registro Civil de Pessoas Naturais e Ócio de Morte
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Rua Brasil, 110 - 1º. 4.2 e 4.3 (Shopping Village Planalto) - Maracanã - Magé - RJ

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, no livro AA/50 de registros de nascimento deste cartório, as folhas 64º, sob o número 5152, foi lavrado, em 23 de outubro de 1995, o registro cujo dador é o seguinte: 1/1/

Nascido (a): **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS** 1/1/

Sexo: feminino 1/1/

Data do nascimento: 16 de novembro de 1995. 1/1/

Hora do nascimento: nove horas e cinquenta minutos. 1/1/

Local do nascimento: Hospital Municipal de Maricá. 1/1/

Cidade e Estado do nascimento: Magé, Rio de Janeiro. 1/1/

Pai: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS** 1/1/

Mãe: **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA** 1/1/

Avós paternos: **JOÃO PEDRO DE MORAIS e ABADIA MATOS MORAIS** 1/1/

Avós maternos: **JOSUE PEREIRA e ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA** 1/1/

Declarante: A mãe. 1/1/

Testemunhas: Dispensadas no termo do lá. 1/1/

Observação: 1/1/

Lavrou esta certidão (nome e rubrica): **Lincoln Santos Fernandes**

O referido é verdade e dou fé.

Inshomim, 17 de julho de 2000.

Lincoln Santos Fernandes
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



Declaração:

Eu Fabiano Lourenço Pereira, portador do RG. 39.179-3, venho através desta recorrer do proc. 735.71.2016.8.26.0390 - Juizado Especial; devido a ter me sentido coagido, pressionado e até mesmo ameaçado na audiência que foi realizada no dia 25 de agosto de 2016, marcando para as 13h00min. Se encontrava naquele dia o Dr. Juiz de direito: Fabiano Lupaldi, escrivão foi Antônio Vazquez e o promotor, advogado particular: Mariane Marthe de Souza Barreto Ribeiro. Os autos do processo e por fim a requisição.

Nesta ocasião me senti desprezado, desrespeitado e insultado juridicamente; desprovido pelo juiz. Foi completamente desmerecido e subjugado; por não dever agir de forma imparcial e justa. Mas me foi dada a oportunidade de argumentar em contestar. É assim que se faz, foi constantemente desrespeitado de forma duradora e do meu caráter.

Continuação:

Quando o Sr. Luiz de en me tem
vergonha me case de en me estar ao
que era meu e que eu deveria de
fazer a parte alguma que não estava em
condições de pagar o original e que me
encontrava desamparado, hesitando em
me colocar em juízo e me carolin
religioso, que em me estava sendo
uma serpe de Deus, como disseram.
Pois que em momento algum afirmei
o que foi dito. Digo o Sr. Luiz que me
serpe de Deus tem o billy do espírito
santo, pois que de fato alguma em este
ve tudo. Na realidade pois me foi
tudo desatado, não estava acreditado
no que me estava acontecendo. Quando
que em me decidia aquela audiência
que o mesmo agisse ao seu ver.
Mas satisfeito pelas minhas decisões, comecei
-me ao escrever o livro o documento +

3ª Parte

... Continuação

de ordem de despacho. Para não se ver
na rua com os meus filhos, pelo juiz,
 prontamente (illegible) aceitei o que estava sendo
do proposto. Processo que foi analisado exat-
amente irregularidade; não foi resguardado
no trâmite do processo pela lei; o autor
a violou completamente. Não tive acesso
do juiz está por e que me analisasse;
o (que tinha e tal momento antes da
audiência, em meio e depois; pendia de
mente para os autos do processo. Segue
em anexo de conduta do advogado em
audiência; protocolado pelo OAB.

Pelo que se é relato e de conforme com
a lei esse julgamento. Data e Assinatura:

03 04
0 08
20/6

[Assinatura]

de ordem de 3ª Parte



SÃO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001839574/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal
Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660
Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
CPF: 46264272434
RG: 39713179 3
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Fone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)
OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: Av. Dr. Hildeberto A Ferreira, 958
Fone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: Centro
Cidade: Nova Granada
CEP: 15440000 **UF:** SP

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Dalila Fortunato de Moraes.

Registro Geral de Indicação: 20160804115500023046273

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 285 e 326)

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

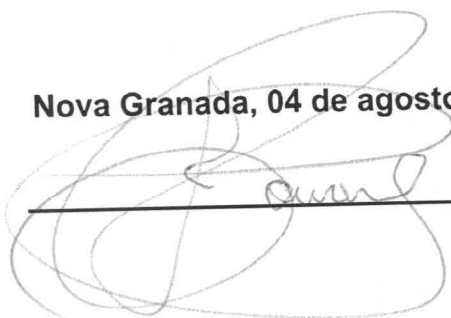
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo subestabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP**DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO**

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

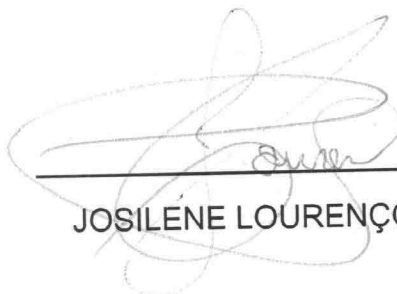
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

- CPFL -

Pedido de desligamento: dia 20

Prot. 9066539171

11 9066540005

CAIXA Loteria

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ar

167-861199103-4

15/ Jun/2016

HORA DE 19:03:4

LOT. 21.14/17 2

TERM 043210

LOCALIDADE: ICFM

AG. VINCULADA: 3497

CAIXA Loterias

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
CPFL CIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

VALOR DO PAGAMENTO: 47,64

830400000003 476400000004
737009521037 100464000245

167-861199103-4

1ª VIA

CAIXA Loterias

CAIXA Loterias

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE

SEXTA ZONA

CN: LV 194 / FLS. 96 / N. 082960

462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR

116 DE 2009



DE BASE

o nome Roneira P. Moraes
faz acompanhamento nele
serviço, com quadro de
Mareo e febre e exatissimo
Remoção Nuclear magnética
Encefalograma mostra Cisto
Dorsal bilobado
Deve-se acompanhar
no acompanhamento nascer

Regina L.P. Moraes
Neurologia Infantil
CRM 61107

Opine, que Roneira Roneira
de Moraes, em acompanhamento
no novo ambulatório de
Neuropediatria (um mas com
Tar com a mãe Terileire)
devido cisto parece fácil
bilateral occipital, com
retorno em 31/01/02

Silvia K. Rocha
CRM 66090

10/09/01

HOSPITAL
DE BASE

CERTIFICO que, no livro AA/50 de registros de nascimento deste cartório, as folhas 64^a, sob o número 5.152, foi lavrado, em 23 de outubro de 1996, o registro cujo(s) data(s) de registro é(s) 1/4/19

Sobrinho do Sr. Reginaldo? ^{1/2}
 Nasceu (a): **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS** ^{1/1}
 Sexo: feminino ^{1/1}
 Data do nascimento: 16 de setembro de 1956. ^{1/1}
 Hora do nascimento: nove horas e cinquenta minutos. ^{1/1}
 Local do nascimento: Hospital Municipal de Piatã. ^{1/1}
 Cidade e Estado do nascimento: Macej, Rio de Janeiro. ^{1/1}
 Pai: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS** ^{1/1}
 Mãe: **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA** ^{1/1}
 Avós paternos: **JOÃO PEDRO DE MORAIS** e **ABADIA MATOS**
MORAIS ^{1/1}
 Avós maternos: **JOSE PEREIRA** e **ZULBIDE LOURENÇO PEREIRA** ^{1/1}
 Ocultação da mãe: ^{1/1}
 Testemunhas: Dependentes na forma de lei. ^{1/1}
 Observação: ^{1/1}
 Trabalho esta certidão (nome e rubrica): Lincoln Sanches Fernandes.

O referido é verdade e dou fé.

Inhomicim, 17 de julho de 2000.

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Edly Onli Skoglund
 DOWNTOWN
 101. 101.1



1º mon. Pontena y Moras
 faz. acompanhado nele
 e viço, com quadro de
 Macroeclisa e exatidão
 Penmanica Nuclear magnética
 Encha'la no trace Cinto
 Jovene fido bilateral
 Deusa' n' acompanhado
 xv apuro tanto uscolan

Regina A.P. Almeida
Neurologa 1412
CRM 61707

Charme, que
Poésie
Poésie

de menor, em acompanhamento
no novo ambulatório de
Neuropediatria (vive mais com
Tia com a mãe Terilete)
denovo visto parece fácilio
bilateral occipital, com
retorno em 31/01/02

Silvia K. da Rocha
CNPJ 06.909.000

10/09/07




**HOSPITAL
DE BASE**

PROCESSO N° 0000735-71.2016.8.26.0390

REQUERENTES: OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA

REQUERIDA: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé, que o requerente compareceu em cartório nesta data, e informou que a requerida não desocupou o imóvel na data de 10/08/2016, conforme constou no acordo de fls.29 e requer o prosseguimento do feito com expedição do mandado de reintegração de posse do imóvel . Nova Granada., 11 de agosto de 2016. Eu,  (Marilene Pereira de Souza), Escrevente Técnico Judiciário, digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

1108/10

OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.

Ciência à parte contrária para as contrarrazões.

Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.

Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.

A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação.

À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida.

As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina.

Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência.

Int.

Nova Granada, 16 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, autores devidamente qualificados nos autos do processo supra epigrafado, por seu advogado, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência para expor e requerer o seguinte:

1 – Ante o não cumprimento do acordo avençado às fls. 31, foi expedido mandado de remoção, conforme r. despacho de fls. 65/66.

2 – Ainda, temos as peculiaridades do presente caso, ainda levando-se em conta que no mencionado acordo a requerida recebeu dos autores a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) em espécie, perante Vossa Excelência, destinados a locação de outro imóvel.

3 – Nesse passo, os autores não podem responsabilizar-se pelo depósito dos bens da requerida que guarnecem o imóvel, apenas se responsabilizando para o transporte do mobiliário, com o que, desde já, concordam.

4 – Dessa forma, ante o comportamento desleal da requerida e sua recusa na desocupação do imóvel, os autores sofrerão prejuízos ainda

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

maiores do que os que já vem sofrendo, caso responsabilizem-se pela guarda dos bens da requerida.

5 – Diante do exposto, requer-se seja oficiado ao **órgão assistencial do Município de Icém, com a urgência que se faz necessária**, para que providencie depositário e local para a guarda dos bens da requerida, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para seu depósito.

6 – Por último, requer-se o prazo para a juntada do instrumento de procuração, na oportunidade da apresentação das contrarrazões de recurso.

Nestes termos,

P. Deferimento.

Icém-SP., 19 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
 AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/004100-4**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à **REINTEGRAÇÃO DA POSSE** do bem imóvel, situado na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça do Carmo) centro em Icém-SP**, objeto da ação em mãos do(a)s requerente(es), lavrando o competente auto circunstanciado, **ficando autorizado ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência**, conforme r. Despacho de teor seguinte: **Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95. Ciência à parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal. Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse. A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência. Int.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
 AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2- **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no [art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal](#).

Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

39020160041004

Este documento foi criado por sistema e assinado digitalmente pelo Juiz de Direito Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura, OAB/SP nº 304.627, em 17/08/2016, às 12:22. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pesquisa/autenticar> e informe o número do processo 106-18.2019.8.26.0390 e o código 3ADB6F3.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível. que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**Ao(À) ILMº. SR.
 COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
 ICÉM – SP.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- que Maria Aparecida de Oliveira e outro movem contra Josilene Lourenço Pereira, solicito a Vossa Senhoria as medidas necessárias para que providencie com urgência, local para a guarda dos bens da requerida Josilene Lourenço Pereira, portadora do RG 39.713.179 e do C.P.F. 462.642.724-34 com atual endereço na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 895 (Praça João do carmo), centro, Icém-SP, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para o seu depósito, nos termos do despacho de fls.72, cuja cópia segue anexa, ressaltando que a prefeitura permanecerá como depositária dos bens para entrega futura à locatária.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)

Ilmo (a) Sr. (a) Coordenador (a)**Do Órgão Assistencial do Município de Icém-SP**

TEREZINHA VIRGO FARTO. Para crescer os autos processuais, ac

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., por seu advogado (procuração anexa), vêm respeitosamente perante Vossa Excelência para, em cumprimento ao r. despacho de fls. 65/66, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

INOMINADO

interposto às fls. 39/48, conforme razões abaixo:

1 – Trata-se de ação de cobrança de aluguéis e acessórios interposta pelos recorridos contra a recorrente, visando receber os valores por ela devidos a título de locação do imóvel informado às fls. 01.

2 – Não havendo qualquer pagamento por parte da requerida referente a aluguéis e mesmo das contas de consumo do imóvel, em audiência na presença do MM. Juiz de Direito subscritor do r. despacho de fls. 65/66, houve a homologação de acordo onde os recorridos, além de perdoar a dívida

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

cobrada nos autos, deram **em espécie e naquele ato** à recorrente, a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para que a mesma pudesse encontrar um outro lugar para sua mudança, no prazo lá estipulado.

3 – Em que pese o acordo ter sido realizado e formalizado na presença do DD. Magistrado, antes do prazo apontado para a desocupação voluntária do imóvel, a recorrida, agindo com torpeza tal, após insistentes pedidos para nomeação de advogado junto à OAB local para a defesa de seus interesses (o que não é permitido pelo Convênio firmado com a DPSP em razão do não pagamento de honorários ao nomeado), através de ofício foi nomeado o D. Subscritor de fls. 39/48.

4 – Ocorre porém que, apesar dos esforços do D. Defensor, suas argumentações não devem prosperar, pois, trata-se de acordo formalizado e homologado perante o órgão judicial, que foi devidamente executado com a expedição e cumprimento de ordem de remoção, conforme previsto no acordo/sentença, recorrido.

5 – Não houve qualquer irregularidade ou coação por parte dos recorridos e, em especial, por parte do D. Magistrado, conforme afirmou a recorrente na declaração de fls. 53/55, nem tão pouco qualquer irregularidade na sua formalização que seguiu aos princípios norteadores do processo perante o Juizado Especial Cível e à legalidade do ato.

6 – Em verdade, busca a recorrente maneira de tumultuar a situação ainda mais do que já ocorreu por sua culpa exclusiva, assim como sem qualquer escrúpulo, tenta enriquecer-se ilicitamente, buscando sua permanência no imóvel sem o pagamento de qualquer quantia a título de alugueis.

Tanto é assim que não há nas razões recursais qualquer menção em devolver aos recorridos o valor recebido em audiência ou o

pagamento de qualquer quantia pelos aluguéis atrasados, demonstrando sua clara intenção de aproveitar-se ilicitamente da boa vontade dos recorridos.

7 – Observe-se ainda que não houve qualquer irregularidade quanto a propositura da ação que visou a cobrança dos alugueis e acessórios, o que é plenamente permitido pela legislação e, dentro do procedimento, obedecendo aos princípios da oralidade e celeridade, obedecendo às vontades das partes envolvidas, foi aviado o acordo de fls. 31.

8 – Por último, não há que se falar em irregularidade nos termos do acordo quanto a fixação do prazo para desocupação lá estabelecido ou a determinação de expedição de mandado de remoção em caso de descumprimento do acordo, por tratar-se de execução de sentença homologado pelo próprio Juiz daquele Juizado Especial.

9 – Diante do exposto, **espera seja negado provimento** ao recurso inominado interposto pela requerida/recorrente, como medida de **DIREITO e de JUSTICA!**

Icém-SP., 24 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, ao final assinado, **OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA**, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Dr. BRUNO HENRIQUE SILVESTRIN DELFINO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP-164.977, com escritório na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata nº 607, Sala 05, Centro, em Icém-SP., CEP-15.460-000, email: brunohsdelfino@hotmail.com, com todos os poderes da cláusula "Ad Juditia" a fim de que, cada um, por si ou em conjunto, possa(m) defender os interesses e direitos da(o) outorgante, perante qualquer Juízo ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o(a) outorgante seja autor(a) ou reclamante e defendendo-o(a) quando for réu, ou interessado(a) requerido(a), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, receber e dar quitação, requerer inventário, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, se assim lhes convier, o que tudo dará por bom, firme e valioso e ratificará se for necessário, mui especialmente para representar seus interesses nos autos do Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390, do E. Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Granada-SP., ratificando todos os termos acima impressos e expressos.

Icém-SP., 24 de agosto de 2016


 Ozorio Garcia de Oliveira


 Maria Aparecida de Oliveira

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.087.309-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/MAI/2012

NOME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO HOMERO PEDRO BARRETO
E FLORIPES MONTALVÃO BARRETO

NATURALIDADE GUARACI -SP DATA DE NASCIMENTO 08/DEZ/1943

DIG ORIGEM NOVA GRANADA-SP
ICEM
CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165
CPF 109500908/75

209 Delegado Divisionário de Polícia HIRGD.SSPSP
Assinatura do Diretor
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.561.825-X DATA DE EXPEDIÇÃO 02/MAI/2012

NOME OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO GABRIEL GARCIA DE SOUZA
E MARIA GARCIA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ALTAIR -SP DATA DE NASCIMENTO 13/MAR/1942

DIG ORIGEM NOVA GRANADA-SP
ICEM
CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165
CPF 184241048/20

209 Delegado Divisionário de Polícia HIRGD.SSPSP
Assinatura do Diretor
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e ai sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.

Int.

Nova Granada, 01 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2- **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer monetário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

Artigo 5º, Inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e aí sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajcc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital n°: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível. que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) ILMº. SR.
 COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
 ICÊM – SP.

[Assinatura]
 23/8/2016
 Luis Fernando N. S. S. J.
 SUPM

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- que Maria Aparecida de Oliveira e outro movem contra Josilene Lourenço Pereira, solicito a Vossa Senhoria as medidas necessárias para que providencie com urgência, local para a guarda dos bens da requerida Josilene Lourenço Pereira, portadora do RG 39.713.179 e do C.P.F. 462.642.724-34 com atual endereço na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 895 (Praça João do carmo), centro, Icém-SP, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para o seu depósito, nos termos do despacho de fls.72, cuja cópia segue anexa, ressaltando que a prefeitura permanecerá como depositária dos bens para entrega futura à locatária.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

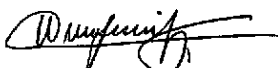
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
 Ilmo (a) Sr. (a) Coordenador (a)
 Do Órgão Assistencial do Município de Icém-SP


PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM	
Data:	22 / 08 / 2016
Horário:	15:38 h
Protocolo N°:	0893/2016
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>

AUTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

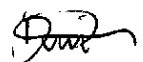
Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, em cumprimento ao r. mandado, extraído dos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS-SEM DESPEJO, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, em curso pelo Juizado Especial Cível desta comarca de Nova Granada-SP, dirigi-me a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, e aí sendo, após as formalidades legais, REINTEGREI os requerentes: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, na POSSE do seguinte bem imóvel: Um imóvel residencial, sito a rua Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, centro, na cidade de Icem-SP. Feita a REINTEGRAÇÃO, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim oficial de justiça, pelos requerentes e testemunhas.


WALECE VICENTE DE OLIVEIRA
Oficial de justiça


MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA


OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA

Testemunhas: 01. Norma de Mattos Sinalão

02.  Kaique BARBOSA

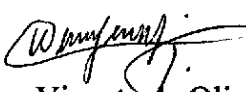
AUTO DE DEPÓSITO

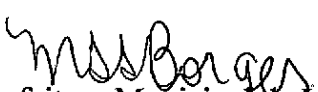
Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, nesta cidade de Icem-SP, comarca de Nova Granada-SP, em cumprimento ao r. mandado expedido nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, durante a reintegração de posse dos autores, no imóvel localizado a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, passei a descrever todos os bens que guarnecem o imóvel, pertencentes a requerida, que são: 1. 01 (um cadeado marca PAPAIZ CR-35, em chave, em bom estado, 2. Uma vassoura com pelos de náilon, cabo de madeira, em péssimo estado, 3. Um rastelo para folhas, em regular estado, 4. Um desentupidor de pia pequeno, 5. Uma panela de alumínio com tampa, tamanho médio, em regular estado, 6. Uma bicicleta marca SAMI, cor vermelha, sem freios, pneus ruins e muitos, com o banco danificado, em péssimo estado, 7. Uma peça de madeira aglomerada manual, cor verde e branca, contendo 01 porta e uma gaveta sem puxador, em péssimo estado, 8. Um guarda-roupa em madeira aglomerada, contendo 03 gavetas e 02 portas, sendo que esta sem uma das portas, 9. Uma bicicleta marca SUNDOW, cor vermelha, com o cabo do freio quebrado, com um pedal quebrado, com o banco danificado, com pneus ruins, contendo garupeira, em regular estado, 10. Uma bacia em alumínio, tamanho médio, em regular estado, 11. Um cesto para lixo de plástico cor verde, com tampa na cor branca, contendo pedal, em regular estado, 12. Um balde de plástico de 15 litros mais ou menos, cor amarela, em bom estado, 13. Uma vasilha de plástico na cor verde, retangular, em regular estado, 14. Um escorredor de ferro, cor branca, em regular estado, 15. Uma embalagem de água sanitária QBoa, com liquido pela metade, 16. Um par de luvas de borracha, cor amarela, em regular estado, 17. Uma caixa de plástico na cor preta, tendo os dizeres Frango Ouro, em regular estado, 18. Uma caixa de plástico na cor amarela, com os dizeres Citrosuco-86, em regular estado, 19. Um alicate de ferro, com o cabo encapado em plástico cor laranja, em bom estado, 20. Um martelinho pequeno em madeira, tipo enfeite, em bom estado, 21. Um óculos para sol, sem marca aparente, com uma haste quebrada, 22. Uma cama de ferro, com estrado de madeira, sem colchão, em péssimo estado, 23. Uma peça pequena em madeira aglomerada manual, na cor preta, contendo 02 repartições, em péssimo estado, 24. Uma mochila escolar, com apenas uma roda, em tecido, cor rosa, contendo alça de puxar, em péssimo estado, 25. Dois mini dicionários AURELIO, em péssimo estado, 26. Um pote de creme para pele, AVON de 50g, usado, estando pela metade, 27. Uma sacola de plástico cor estampada, em regular estado, 28. Uma impressora HP nº C8995A, cor bege, não sendo possível testar para ver se funciona, em péssimo estado, 29. Um moldura de um quadro de madeira aglomerada de mais ou menos 0,45 x 0,30 mts, em péssimo estado, 30. Uma grade aramada, cor branca, em regular estado, 31. Um balde de 50 litros cor verde, tampa na cor preta, quebrado, em péssimo estado, 32. Um

colchão de casal de espuma, revestido em tecido cor estampada, rasgado, em péssimo estado, 33. Uma mala marca M. VALENTIN, tipo carrinho, cor preta, contendo 02 rodas e alça de puxar, em regular estado, 34. Uma bolsa para mulher, em plástico, cor verde, com alça, sem marca aparente, em regular estado, 35. Uma mala marca WORLD-BATIK, cor amarela e preta, com haste de puxar, contendo 02 rodas, em regular estado, 36. Uma sacola preta em náilon, em regular estado, 37. Uma sapateira em madeira aglomerada, contendo 03 repartições, com capa cor bege, em péssimo estado, 38. Um refrigerador R-280, cor branca, faltando 02 grades internas, com a tampa do congelador quebrada, com vários podres na sua estrutura, funcionando normalmente, em péssimo estado, 39. 04 (quatro) cadeiras de ferro dobráveis, cor branca, em regular estado, 40. Uma colher de alumínio para arroz, 41. uma concha para feijão em alumínio, 42. Uma faca pequena com o cabe branco, 43. Uma caneca em alumínio de meio litro, sem cabo, em péssimo estado, 44. Um potinho pequeno de plástico para colocar açúcar, 45. Um potinho de plástico, contendo toddy light, 380g, porem, tem apenas um pouquinho, 46. Uma embalagem de óleo de cozinha marca COCAMAR, contendo apenas meio litro, 47. Uma garrafa para café, pequena, cor vermelha, em regular estado, 48. Um potinho de plástico para sal, tampa azul, tendo apenas um pouquinho, em péssimo estado, 49. Uma vasilha de plástico redonda com tampa, para salada, em regular estado, 50. Um pote vidro com tampa para café, em bom estado, 51. Um aparelho CD, marca COUGAR, sendo radio e toca-fita, funcionando precariamente, em péssimo estado, 52. Um pote de plástico de 02 litros, cheio de arroz, 53. Um pote de plástico tamanho 02 litros, contendo metade de açúcar, 54. Um vinagre marca CASTELO, com o liquido no finalzinho, 55. Uma bandeja de papelão, contendo 09 ovos de galinha, 56. Três saquinhos de tempero marca Kirino, 57. Uma caixa de plástico, cor amarela, rachada, em péssimo estado, 58. Tres cabeças de alho, 59. Um potinho de plástico para sal, 60. Uma vasilha de plástico sem tampa, redonda para salada, 61. Uma garrafa plástica para água de 3,75 litros, com tampa, em bom estado, 62. Uma mesa de madeira aglomerada medindo mais ou menos 0,80 x 1,70 metros, em péssimo estado, 63. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo mais ou menos 0,35 x 0,50 metros, em péssimo estado, 64. Um isopor de 20 litros, em regular estado, 65. Uma geladeira marca FRIGIDAIRE, cor bege, antiga, em péssimo estado, não sendo possível funciona-la, 66. Um fogão marca BRASTEMP de 04 bocas, a gás, cor branca, contendo registro e mangueira, em regular estado, 67. Uma panela de pressão em alumínio, sem marca, pequena, em regular estado, 68. Duas panelas em alumínio, tamanho médio, com tampa, em péssimo estado, 69. Duas toalhas de mesa, tamanho pequeno, em regular estado, 70. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo aproximadamente 0,70 x 0,70 metros, em péssimo estado, 71. Um prato de vidro duralex marrom, em bom estado, 72. Uma caneca em alumínio de 01 litro, sem cabo, cor preta, em regular estado, 73. Um rodinho de madeira grande, com cabo de madeira, em bom estado, 74. Um facão grande de cortar cana, em péssimo estado, 75. Um banco de madeira medindo aproximadamente 0,25 x 1,50 metros, em regular estado, 76. Um banco de madeira, medindo aproximadamente 0,25 x 1,00 metro, em regular estado, 77. Uma grade


aramada, cor branca, em regular estado, 78. Um televisor marca DELL, de 20 polegadas, com a caixa na cor preta, não sendo possível ver se funciona por não ter antena, em regular estado, 79. Uma banqueta de plástico, cor branca, em regular estado, 80. Um par de tênis, marca SAMELO, contendo varias cores, em péssimo estado, 81. Um par chinelo de dedo, havaianas, em regular estado, 82. Um colchão solteiro de espuma, revestido de tecido na cor estampada, 83. Um ventilador de PE, sem tampa, marca ARNO, quebrado, sem funcionar, em péssimo estado, 84. Uma vassoura em náilon cor verde, com cabo de madeira, em regular estado, 85. Uma lata de extrato de tomate, marca ELEFANTE, de 340g, sem uso, 86. Um litro de óleo marca Liza, 87. Um litro de óleo marca COCAMAR, 88. Um Kg de sal marca MOC, 89. Um pacote de macarrão, marca PADRE NOSSO, de 500g., 90. Um sachê de molho de tomate marca FUGNINI de 340g., 91. Um sachê de molho de tomate marca POMAROLA de 340g., 92. Um saco de arroz marca TRIVIAL, aberto, contendo apenas 02 Kg, 93. Um saco de fubá marca MIMOSO, de 500g, 94. Um saquinho de sal refinado, marca PLUMA de 01 Kg, 95. Dois saquinhos de sal refinado marca UNIAO, de 01 Kg cada um, 96. Um saquinho de sal refinado marca FINOSAL, de 01 Kg, 97. Dois saquinhos de açúcar cristal, marca DELTA, de 01 Kg cada um, 98. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca PEDRETTI, 99. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca COLIBRI, 100. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca GUARANI, 101. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca SANTA ISABEL, 102. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca DONA MILU, e 103. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca FABIANA. Em seguida, NOMEEI como depositário dos bens acima relacionados, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ICEM-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES - Rg. 12.741.325-X


O qual aceitou o encargo e bem fielmente prometeu cumpri-lo, esclarecendo-o de que não deverá abrir mão do referido depósito, sem prévia autorização do MM. Juiz (a) de Direito da comarca, da forma e sob as penas da lei. Em seguida, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme é assinado por mim, Oficial de Justiça, pelo depositário e testemunhas.


Walece Vicente de Oliveira
Oficial de Justiça


Prefeitura Municipal de Icem-SP
Representada por MARIA SALETE SANTOS
Depositario fiel BORGES

Testemunhas: 01-


8306453-9

02-  Koi Que Barbosa
49762771



LEMONS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
 Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
 Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO CIVIL DA
 COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

Josilene Lourenço Pereira, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante V.Exa., expondo e requerendo o que segue :

A requerente, compareceu a Prefeitura de Icém – SP, para retirada de seu pertences, não tendo sido autorizada a retirar.

Assim sendo, requeiro, ofício para retirada de seus bens do depósito da PM de Icém - SP.

Termos em que
 P. Deferimento.

Nova Granada SP, 14 de Setembro de 2016.

ERNANDES D. A. L. DE MOURA
 ADVOGADO OAB/SP 304.627

Av. Dr. Hildeberto A Ferreira, 958, Nova Granada-SP ☎-(017) 3261-2332 @lemons_Adv

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.Ciência à parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência. Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Teor do ato: "Vistos.Fls. 67/68: Defiro.Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.Int."

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.

Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.

Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO

Autos: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

lançado incorretamente.

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

José Emílio Teixeira Lopes

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE ENTREGA**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
 Oficial de Justiça: **(0)**
 Mandado nº: **390.2016/004885-8**

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):**Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente,
 expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34** conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

☐ Cit.pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros

39020160048858

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP



Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
 Oficial de Justiça: (0)
 Mandado nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):

Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit.pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros



Declaro, para os devidos fins,
que procedi a entrega dos bens
relacionados as folhas 89 a 91 dos
autos, a requerida Josilene Lourenço
Pereira, os quais estavam no
mesmo estado da deferida relação.

Por ser verdade assino a
presente.

Feím, 17 de outubro de 2016

Maria Lalette Santos Borges.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793
 Valor do débito:
 Oficial de Justiça: (0)
 Mandado nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):
Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, **DIRIJA-SE** ao endereço supra e **PROCEDA** à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit. pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.
 Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.
 Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

(OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

X

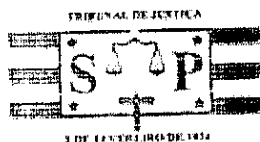
Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

X M. Borges 06/10/2016
15:43hs

Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, -, Centro - CEP 15440-000.
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº. 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Içem-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente,

Fabiano Rodrigues Crepaldi

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Silvana das S. Cardoso
 Ao(A)
 DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE
 CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

Peterson Silva
de dependência da Ação
as 14.00hs



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
 Oficial de Justiça: Walece Vicente De Oliveira (27545)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004885-8 dirigi-me a cidade de Icém-SP, na data de 06/10/2016, e aí sendo, procedi a entrega de cópia do presente ofício ao Departamento de Assistente Social da Prefeitura Municipal de Icém-SP, o qual foi recebido por MARIA SALETE SANTOS BORGES, tendo exarado a sua nota de ciência no anverso do presente ofício anexo. Posteriormente, entrei em contato por telefone com a requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, para proceder a entrega de seus bens, no entanto, a mesma alegou-me que no momento não tem como receber seus bens, tendo em vista que ainda não conseguiu alugar um imóvel, mas que está procurando, e assim que conseguir, vai ligar para mim, para que possa receber seus bens. Porém, passado vários dias, a requerida não entrou em contato comigo, no entanto, na data de 17/10/2016, a depositária dos bens Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, ligou para mim alegando-me que já procedeu a entrega dos bens para a requerida. Em seguida, dirigi-me até o Fundo Social de Solidariedade de Icém-SP, onde constatei que realmente a requerida levou todos os seus bens, que estavam depositados com a Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, razão pela qual solicitei que a mesma fizesse uma declaração no verso do presente mandado e assinasse. Esclareço ainda, que a Sra. MARIA SALETE, colheu a assinatura da requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA e de 02 testemunhas: MARIA CAMPORE MORATO BELELI e SILVANA DA S. CARDOSO, no anverso da cópia do ofício anexo, comprovando a entrega dos bens para a requerida. Assim sendo, deixo de proceder a entrega dos bens à requerida, tendo em vista que os mesmos já foram entregues, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 17 de outubro de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24 903 Km de ida-Icém-SP.

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA. SP.

Processo civil



1001943737320168260390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, já qualificado nos autos do processo em epigrafe, por seu advogado que está subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa.**, requerer A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Nova Granada SP, 26 de novembro de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.622.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA

COMARCA DE FRUTAL

Segunda Secretaria de Juízo

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº 959/99

Autor: Joaquim Pedro de Moraes

Ré: Josilene Lourenço Pereira

Natureza: Modificação de Guarda c/c Fixação de visitas

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2.000 às 13:00 horas, na Sala de Audiências do Juiz de Direito, Dr. Paulo Rogério de Souza Abrantes, comigo Escrivã Judicial, as partes, ao final nomeado e assinado, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão das partes e de seus respectivos Procuradores. Presentes a IRMP Dr^a Cláudia Ferreira Pacheco, o requerentes e seu procurador Dr. Fábio Eduardo de Mattos Silva, e a requerida e seu procurador Defensor Público Dr. Marco Antônio Macedo Ferriera.

Aberta a audiência, resolveram as partes estabelecer o seguinte acordo:

1- A guarda das crianças permanecerá com a mãe;
2- O pai poderá, a casa quinze dias, levar consigo os filhos no domingo a partir das 8:00 horas da manhã, devolvendo-os a mãe as 18:00 horas;

3- Durante os períodos de férias escolares as crianças passarão um final de semana com o pai;

4- As partes convencionam que a pensão alimentícia será depositada até o dia 15 dos meses, com uma tolerância de 2 dias.

O Ministério Público opina pela homologação do acordo.

HOMOLOGAÇÃO:

Considerando que a transação decorre da livre manifestação de vontade das partes e o parecer favorável do MP, homologo-a por sentença, julgando extinto o processo nos termos do art. 269, III do CPC.

Custas de lei.

Publicada em audiência ciente e intimadas as partes.

Nada mais. Eu, _____ Rosana Rosa Cunha de Paula, Escrivã Judicial, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotora:

Requerente:

Advogado:

Requerida:

Advogado:

Pagamento das
pensões durante todas
as anões

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
12/2000 - BB Personal Banking - 14:31:41
2770749 0203

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL 227,00
NR. ENVELOPE 2.425.216.096

NAO VALE COMO RECIBO. GUARDE ESTE COMPROVANTE
ATE A OPERACAO SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

12/2000

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
11/01/2001 - BB Personal Banking - 10:38:45
042275645 0040

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL 230,00
NR. ENVELOPE 2.689.221.071

NAO VALE COMO RECIBO. GUARDE ESTE COMPROVANTE
ATE A OPERACAO SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

01/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/02/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:08:11
042270750 0123

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL 230,00
NR. ENVELOPE 2.373.119.102

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

02/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
15/03/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:05:59
358877509 0204

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL 230,00
NR. ENVELOPE 2.376.534.075

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

03/2001

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/05/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:26:58
014671591 0040

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 270,00
NR. ENVELOPE 2.389.607.512

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

05/2001

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
2/04/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:26:03
014671591 0112

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 270,00
NR. ENVELOPE 2.828.131.926

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

04/2001

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
12/06/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:12:20
014671591 0093

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 270,00
NR. ENVELOPE 2.123.087.849

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

06/2001

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/07/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:22:12
014671590 0136

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 270,00
NR. ENVELOPE 2.124.865.789

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

07/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
14/08/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 09:39:26
372770749 0048

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 270,00
NR. ENVELOPE 2.086.560.806

* Valor sujeito a conferência.

COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plásticos, óleos e produtos quimi-
cos. Se necessário, retire a segunda via.

08/2001



Recibo de depósito

Conta corrente	Poupança Ouro	Poupança Poupex
Agência (Pref/dv) Nº da conta /dv		
Nome do cliente		
210.000025723-0 JOSILENE PEREIRA 3727-3		
Em dinheiro - R\$ Em cheques - R\$		
Depósito identificado (código-dv) / Finalidade		
BB 01460053 14092001 270,00R\$17374		

Recebemos a importância autenticada mecanicamente

09/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/10/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:23:51
014671501 0093

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 360,00
NR. ENVELOPE 2.050.214.927

* Valor sujeito a conferência.

COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plásticos, óleos e produtos quimi-
cos. Se necessário, retire a segunda via.

10/2001

11/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/12/2001 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:57:26
014671591 0349

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 540,00
NR. ENVELOPE 2.697.377.352

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

12/2001

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/01/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:36:24
372770749 0189

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 360,00
NR. ENVELOPE 2.057.507.069

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

01/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/02/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:45:33
372770749 0340

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 360,00
NR. ENVELOPE 2.014.843.391

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

02/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/03/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:50:06
014671591 0252

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 360,00
NR. ENVELOPE 2.383.217.102

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

03/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/04/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:05:54
372770749 0115

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.237.369.042

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

04/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/05/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 09:27:17
372770749 0049

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.237.310.194

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

05/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/02/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:31:35
372770749 0578

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUQUANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VARIACAO 01
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.250.622.558

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

06/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/07/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:34:47
372770749 0057

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.004.106.866

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

07/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/08/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:10:50
014671591 0157

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.143.396.832

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

08/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/09/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:00:39
014671591 0149

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.198.727.550

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

09/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/10/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:00:11
372710749 0121

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.300.600.293

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

10/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/11/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:03:12
062271205 0655

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.455.551.147

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura até 5 anos. Não exponha ao sol, lampadas, calor. Evite contato com plásticos, óleos e produtos químicos. Se necessário, retire a segunda via.

11/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/12/2002 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:41:09
014671591 0062

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.287.750.349

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/01/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:07:11
014671590 0122

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.766.185.116

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/02/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:40:58
3727270749 0412

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.630.635.668

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Este comprovante se bem conservado dura ate 5
anos. Nao exponha ao sol, lampadas, calor. Evite
contato com plasticos, oleos e produtos quimi-
cos. Se necessario, retire a segunda via.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/03/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:05:16
042275539 0438

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 400,00
NR. ENVELOPE 2.989.366.766

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

03/2003

01/2003

02/2003

12/2002

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/04/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:36:12
372770749 0226

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.263.385.060

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

04/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/05/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:01:24
014671590 0215

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.127.536.328

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

05/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/06/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:35:53
372770749 0340

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.132.051.240

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

06/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/07/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:09:42
358871525 0110

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.749.984.650

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

07/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/08/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:39:51
372770749 0517

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.218.814.289

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

08/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/09/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:43:08
372770749 0296

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.248.537.959

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

09/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/10/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:06:44
050771109 0193

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.379.878.024

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

10/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:25:14
372770749 0416

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.673.110.280

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

11/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/03/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 09:22:46
372770749 0061

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.544

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

03/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/02/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 09:50:47
372770749 0104

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.154.240.960

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

02/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/01/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:43:55
372770749 0426

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.698.745.508

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

01/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/12/2003 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:41:56
372770749 0120

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 720,00
NR. ENVELOPE 2.900.653.227

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

12/2003

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/04/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:01:08
372770749 0818

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 480,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.148

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

04/001031A-005

04/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/05/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:49:20
372770749 0611

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.130

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

04/001031A-005

05/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/06/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:05:24
014671591 0208

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.871.401.796

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

06/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/07/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 15:07:05
372770749 0913

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.122

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

07/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/03/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:33:57
372770749 0279

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.643

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

08/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/09/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:35:15
372770749 0142

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.221

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

09/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/10/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 17:10:06
372770749 1116

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.213

* Valor sujeito a conferencia.

SEU ENVELOPE SERA PROCESSADO
NO PROXIMO DIA UTIL.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

10/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:46:51
372770749 0179

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO JOSILENE PEREIRA
CLIENTE
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.205

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

11/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/12/2004 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:28:17
372770749 0130

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 780,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.137

* Valor sujeito a conferencia.
GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

12/2004

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/01/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:50:28
372770749 0904

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.189

* Valor sujeito a conferencia.
GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

01/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/02/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:50:28
372770749 0904

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.189

* Valor sujeito a conferencia.
GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

02/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/06/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:16:12
014671590 0292

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.584

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

06/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/05/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:27:50
014671591 0133

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.155

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

05/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/04/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:38:12
372770749 0872

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 520,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.627

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

04/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/07/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:53:37
014871550 0107

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.676

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

07/2005

22/08/2005 - BANCO DO BRASIL - 11:57:13
372714883 0167

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

=====

DATA

22/08/2005

NR. DOCUMENTO

372.700

VALOR DINHEIRO

600,00

VALOR TOTAL

600,00

=====

NR. AUTENTICACAO

B.DF6.4EF.819.8E0.BD0

08/2005

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
21/09/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:20:37
372770749 0241

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.638

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

09/2005

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/10/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:58:14
372770749 1336

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.154.241.034

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

30/2005

SIS88 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2005 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:27:11
372770749 0219

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.141.655.650

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

11/2005

19/12/2005 - BANCO DO BRASIL - 16:02:50
372714808 0237

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
DATA 19/12/2005
NR. DOCUMENTO 372.700
VALOR DINHEIRO 900,00
VALOR TOTAL 900,00

NR. AUTENTICACAO 3.731.808.438.981.9F5

12/2005

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/01/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:33:04
37271493 0174

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FABRICIO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.689.516.829

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

01/2006

20/02/2006 - BANCO DO BRASIL - 10:48:57
372714883 0095

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
=====

DATA	20/02/2006
NR. DOCUMENTO	372.700
VALOR DINHEIRO	600,00
VALOR TOTAL	600,00

=====

NR. AUTENTICACAO B. 087.320.0EA.933.A55

02/2006

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/03/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:53:59
37271493 0379

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FABRICIO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 600,00
NR. ENVELOPE 2.689.516.829

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

03/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/04/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 19:42:53
0552
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.689.516.555

* Valor sujeito a conferência.

SEU ENVELOPE SERA PROCESSADO
NO PROXIMO DIA UTIL.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

04/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
8/07/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 19:51:00
0082
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.690.252.010

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

07/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/05/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:55:27
0172
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.689.516.587

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

17/05/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/08/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:55:49
0189
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.690.252.028

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

08/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/06/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:23:18
0305
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.690.252.002

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

06/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/09/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:18:00
0029
372770749

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
V.R. ENVELOPE 2.690.252.036

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

09/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
18/10/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:51:51
372770749 0305

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
NR. ENVELOPE 2.290.252.044

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

10/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
20/11/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:41:29
372770749 0617

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
NR. ENVELOPE 2.290.252.061

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

11/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
19/01/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:52:14
372770749 0283

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
NR. ENVELOPE 2.290.252.101

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

01/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
21/02/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:21:22
372770749 0953

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
NR. ENVELOPE 2.290.252.093

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

02/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
20/03/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:50:24
372770749 0102

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 700,00
NR. ENVELOPE 2.290.252.085

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

03/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
19/12/2006 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:11:25
372770749 0353

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 1.050,00
NR. ENVELOPE 2.290.510.845

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

12/2006

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/04/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:18:03
014671591 0261

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.290.252,07

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

04/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/05/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:16:03
372773579 0261

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.290.252,069

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

05/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/07/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:25:03
372770749 0119

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,702

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

07/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:57:27
372773579 2151

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,694

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

08/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/09/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:23:13
014671591 0512

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,652

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

06/2007

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/09/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:20:42
014671591 0259

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,688

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERACAO
SER PROCESSADA.

09/2007

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/10/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:22:37
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

* Valor sujeito a conferência.
GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

10/2007

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/01/2008 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:22:37
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

* Valor sujeito a conferência.
GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

01/2008

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/11/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:23:44
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,77

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,77

* Valor sujeito a conferência.
SEU ENVELOPE SERA PROCESSADO
NO PROXIMO DIA UTIL.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

11/2007

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
21/02/2008 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:18:45
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,75

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

02/2008

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/12/2007 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:27:56
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,710

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,710

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

12/2007

SISB8 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/03/2008 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:38:15
372770749 - VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,736

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 760,00
NR. ENVELOPE 2.689.516,736

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

03/2008

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/10/2009 - AUTO-ATENDIMENTO - 12:34:07
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
372770749 0243

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE L PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VARIACAO 01
VALOR TOTAL * 930,00
NR. ENVELOPE 2.209.926.514

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

10/2009

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
22/01/2010 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:48:45
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
014671591 0243

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VARIACAO 01
VALOR TOTAL * 930,00
NR. ENVELOPE 2.272.062.379

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

01/2010

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/11/2009 - AUTO-ATENDIMENTO - 09:50:29
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
372770749 0062

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE L PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VARIACAO 01
VALOR TOTAL * 930,00
NR. ENVELOPE 2.331.512.414

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

11/2009

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/02/2010 - AUTO-ATENDIMENTO - 13:48:45
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
372772135 0282

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 1.020,00
NR. ENVELOPE 2.272.062.395

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

02/2010

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/12/2009 - AUTO-ATENDIMENTO - 15:06:00
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
372773579 0596

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE L PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VARIACAO 01
VALOR TOTAL * 1.395,00
NR. ENVELOPE 2.272.062.353

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

12/2009

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
22/03/2010 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:12:04
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
372772135 1419

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0
VALOR TOTAL * 1.020,00
NR. ENVELOPE 2.272.062.379

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

21/2010

01/2011

NR. AUTENTICAÇÃO A.E41.748.182.001.665
 VALOR TOTAL 1.080,00
 VALOR CHEQUE BB LIQUID. 1.080,00
 NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.231
 DATA 21/01/2011
 CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
 AGENCIA: 3727-3
 CONTA: 25.723-0
 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO
 QUIDORIA BB 0800 729 5678
 21/01/2011 - 14:00:40
 687318327
 BANCO DO BRASIL - 10:24:17

12/2010

NR. AUTENTICAÇÃO A.789.310.944.796.EI
 VALOR TOTAL 1.530,11
 VALOR CHEQUE BB LIQUID. 1.530,11
 NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.00
 DATA 21/12/2010
 CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
 AGENCIA: 3727-3
 CONTA: 25.723-0
 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO
 QUIDORIA BB 0800 729 5678
 21/12/2010 - 10:24:17
 687318327
 BANCO DO BRASIL - 10:24:17

11/2010

NR. AUTENTICAÇÃO A.377.889.404.001.021
 VALOR TOTAL 1.020,00
 VALOR CHEQUE BB LIQUID. 1.020,00
 NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.18
 DATA 19/11/2010
 CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
 AGENCIA: 3727-3
 CONTA: 25.723-0
 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO
 QUIDORIA BB 0800 729 5678
 19/11/2010 - 13:40:13
 687318327
 BANCO DO BRASIL - 13:40:13

10/2010

NR. AUTENTICAÇÃO C.000.EA2.C5C.EE6.398
 VALOR TOTAL 1.020,00
 VALOR CHEQUE BB LIQUID. 1.020,00
 NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.18
 DATA 20/10/2010
 CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
 AGENCIA: 3727-3
 CONTA: 25.723-0
 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO
 QUIDORIA BB 0800 729 5678
 20/10/2010 - 13:40:13
 687318327
 BANCO DO BRASIL - 13:40:13

22/02/2011 - BANCO DO BRASIL - 14:18:23
687318327 - 0286
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 22/02/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.286
VALOR DINHEIRO: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: 9.AAB.10E.23E.E84.92B

02/2011

22/02/2011 - BANCO DO BRASIL - 14:18:23
687318327 - 0286
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 22/02/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.286
VALOR DINHEIRO: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: 8.7A9.434.0F5.957.942

03/2011

20/04/2011 - BANCO DO BRASIL - 13:46:06
687318327 - 0283
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 20/04/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.283
VALOR DINHEIRO: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: 0.408.4AF.936.680.846

04/2011

20/05/2011 - BANCO DO BRASIL - 13:40:17
687318327 - 0318
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 20/05/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.318
VALOR DINHEIRO: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: C.F15.B68.0F5.688.540

05/2011

22/06/2011 - BANCO DO BRASIL - 13:52:38
687318327 - 0195
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 22/06/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.195
VALOR CHEQUE BB LIQUID.: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: 2.0AA.202.FD1.206.11C

06/2011

20/07/2011 - BANCO DO BRASIL - 13:34:04
687318327 - 0283
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO
CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3/27-3 CONTA: 25.723-0
DATA: 20/07/2011
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.283
VALOR DINHEIRO: 1.050,00
VALOR TOTAL: 1.050,00
NR. AUTENTICAÇÃO: 3.BE2.B4C.658.D70.07A

07/2011

19/08/2011 13:13:31
687318327 BANCO DO BRASIL 0044

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 19/08/2011
NR. DOCUMENTO 68.731.850.600.044
VALOR DINHEIRO 1.090,00
VALOR TOTAL 1.090,00

NR. AUTENTICAÇÃO C.21C.ED3.386.B4C.81A

08/2011

20/03/2011 13:36:01
687318327 BANCO DO BRASIL 0210

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 20/09/2011
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.210
VALOR DINHEIRO 1.090,00
VALOR TOTAL 1.090,00

NR. AUTENTICAÇÃO D.ED3.786.64B.31E.179
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

09/2011

22/11/2011 13:13:31
687318327 BANCO DO BRASIL 0044

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 22/11/2011
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.045
VALOR DINHEIRO 1.090,00
VALOR TOTAL 1.090,00

NR. AUTENTICAÇÃO B.B21.CC2.580.E51.AB1
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

11/2011

20/12/2011 10:28:22
687318327 BANCO DO BRASIL 0055

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 20/12/2011
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.055
VALOR CHEQUE 1.090,00
VALOR TOTAL 1.090,00

NR. AUTENTICAÇÃO D.8DE.7A7.D22.566.FB8
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

12/2011

20/10/2011 13:16:09
687318327 BANCO DO BRASIL 0298

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 20/10/2011
NR. DOCUMENTO 68.731.850.600.298
VALOR DINHEIRO 1.090,00
VALOR TOTAL 1.090,00

NR. AUTENTICAÇÃO 4.692.07E.836.207.D50
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

10/2011

17/01/2012 13:25:31
687318327 BANCO DO BRASIL 0105

QUIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 17/01/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.105
VALOR DINHEIRO 545,00
VALOR TOTAL 545,00

NR. AUTENTICAÇÃO 0.ACB.FF0.BE8.7F3.F1A
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

01/2012

EXTRATOS
68/318327 - BANCO DO BRASIL - 0189

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 24/01/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.189
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO 4.84A.BB8.BBA.6FC.663
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

01/2012

24/02/2012 - BANCO DO BRASIL - 0125
68/318327 11:54:36

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 24/02/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.125
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO E.056.9BE.356.5FA.DAB
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

02/2012

25/04/2012 - BANCO DO BRASIL - 0280
68/318327 14:48:54

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 25/04/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.288
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO 2.273.220.0ED.605.AC1
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

04/2012

24/05/2012 - BANCO DO BRASIL - 0142
68/318327 13:16:31

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 24/05/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.142
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO 2.614.61F.370.1BF.067
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

05/2012

23/03/2012 - BANCO DO BRASIL - 0403
68/318306 14:44:10

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 23/03/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.850.600.403
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO 3.89B.B1F.267.865.9E1
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

03/2012

25/06/2012 - BANCO DO BRASIL - 0295
68/318327 13:22:27

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGENCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 25/06/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.295
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICACAO 5.00C.792.04D.AD2.10W
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

06/2012

25/07/2012 BANCO DO BRASIL 13:05:59
68/318327 OLIVIA MARIA B. DE SOUZA 0179
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 25/07/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.179
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO 0. E91.0.1. 0. 110
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Julho/2012

24/10/2012 BANCO DO BRASIL 13:32:40
68/318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE 0128

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 24/10/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.228
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO 5.916.376.148.570.400
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Outubro/2012

21/05/2012 BANCO DO BRASIL 14:03:05
68/318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE 0217

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 21/05/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.217
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO E.440.779.030.010.048
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Agosto/2012

28/12/2012 BANCO DO BRASIL 10:43:20
68/318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE 0037

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 28/12/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.037
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO D.809.120.930.531.88A
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Novembro/2012

21/05/2012 BANCO DO BRASIL 13:06:24
68/318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE 0168

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 21/05/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.168
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO 0. A94.882.03E.0F7.989
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Setembro/2012

28/12/2012 BANCO DO BRASIL 10:43:20
68/318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE 0037

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 28/12/2012
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.037
VALOR CHEQUE 1.244,00
VALOR TOTAL 1.244,00

NR. AUTENTICAÇÃO D.809.120.930.531.88A
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Dezembro/2012

24/05/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:43:51
687318327 - 0253
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA: 24/05/2013
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.253
VALOR CHEQUE: 678,00
VALOR TOTAL: 678,00

NR. AUTENTICAÇÃO: 4.0FD.5AB.D79.323.IFE
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

not. Abril | 2013

10/07/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:00:40
687318327 - 0475
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA: 10/07/2013
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.475
VALOR CHEQUE: 678,00
VALOR TOTAL: 678,00

NR. AUTENTICAÇÃO: E.984.70B.940.F44.IBE
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

Abril | 13

16/04/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:54:15
687318327 - 0274
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA: 16/04/2013
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.274
VALOR CHEQUE: 678,00
VALOR TOTAL: 678,00

NR. AUTENTICAÇÃO: E.301.985.4BA.9B3.C62
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

not mês
março | 13

16/06/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:21:55
687318327 - 0213
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA: 16/06/2013
NR. DOCUMENTO: 68.731.832.700.213
VALOR CHEQUE: 678,00
VALOR TOTAL: 678,00

NR. AUTENTICAÇÃO: 0.F30.4C3.4A1.F85.064
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

maio | 2013

15/07/2013 - BANCO DO BRASIL - 14:24:09
687318327 - 0358
COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA: 15/07/2013
NR. DOCUMENTO: 68.731.850.500.358
VALOR CHEQUE: 678,00
VALOR TOTAL: 678,00

NR. AUTENTICAÇÃO: 5.7C4.577.935.30C.3FD
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

junho | 2013

12/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 10:20:58
687318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO 0041

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 12/08/2013
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.041
VALOR DINHEIRO 678,00
VALOR TOTAL 678,00

NR. AUTENTICACAO 4.033.F6D.733.18F.77F
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

12/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 10:21:12
687318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO 0042

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 12/08/2013
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.042
VALOR DINHEIRO 1.356,00
VALOR TOTAL 1.356,00

NR. AUTENTICACAO D.04F.4BD.4A9.6C7.EF8
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

12/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 10:21:16
687318327 COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO 0043

CLIENTE: JOSILENE PEREIRA
AGÊNCIA: 3727-3 CONTA: 25.723-0

DATA 12/08/2013
NR. DOCUMENTO 68.731.832.700.043
VALOR DINHEIRO 112,00
VALOR TOTAL 112,00

NR. AUTENTICACAO 1.1C4.445.0A4.FFD.62D
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

Cópias de
Processos que a mãe
dos autores usou para
"tornar a vida"
requerido e perdeu todos.



DESTINATÁRIO: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

R JOAO ROLA ROSA, 269 - CENTRO - ICÊM

JUIZADO ESPECIAL DE FRUTAL

JESP CÍVEL - LOCAL: FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME

PÇ 7 DE SETEMBRO, 50 - CENTRO - CEP: 38200000 - (34) 3421-8582 - FRUTAL/MG

CARTA DE CITACÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Processo: 0061374-89.2013.8.13.0271/0271 13 006137-4 - PROCEDIMENTO JESP CÍVEL

Nome da Vara: JESP CÍVEL

AUTOR: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

RÉU : JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Pessoa a ser citada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Pela presente, fica a parte Requerida acima identificada CITADA para todos os termos da ação judicial que contra ela foi proposta pela parte requerente também acima identificada, conforme os termos da petição inicial/termo de pedido verbal que acompanha esta carta de citação, e INTIMADA para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 17/07/2013, às 09:50 h, neste juizado, localizado na PÇ 7 DE SETEMBRO, 50 - CENTRO 38200000, nesta cidade de FRUTAL.

VALOR CAUSA: R\$13.560,00. Fica a parte requerida desde já ciente de que se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos correspondente nesta data a R\$ 13.560,00, deverá comparecer à audiência acompanhado por Advogado ou, observados os requisitos legais, por Defensor Público. Se o valor da causa for igual ou inferior a essa quantia a assistência por Advogado ou Defensor Público é facultativa. Sendo a parte requerida pessoa jurídica deverá ser representada por quem tenha poderes para tanto ou por preposto, devendo ser apresentado, no ato da audiência, o documento comprobatório dos poderes e a carta de preposição, SOB PENA DE REVELIA. Não comparecendo a requerida à audiência poderá ser-lhe aplicada a pena de revelia, quando será(ão) considerado(s) verdadeiro(s) o(s) fato(s) alegado(s) no pedido inicial (art.20 Lei 9099/95). Comparecendo todos os envolvidos e não havendo acordo, proceder-se-á imediatamente à Inst/Julg, desde que não resulte prejuízo para a defesa. Não sendo possível a realização imediata da Inst/Julg, será marcada nova data, ficando cientes, desde logo, as partes e as testemunhas presentes. Caso ocorra designação de nova data para audiência, deverá novamente comparecer a parte requerida ao ato, sob a mesma pena de revelia. A resposta ao pedido, oral ou escrita, contendo toda matéria de defesa e os documentos relativos ao fato, deverá ser apresentada na própria audiência, salvo se for designada nova data. Caso verse a matéria em julgamento sob relação de consumo, poderá ocorrer a inversão do ônus da prova (art. 6º inc VIII Lei 8078/90).

- Emissão em: 01/07/2013

SERVENTUÁRIO RESPONSÁVEL:

Ao comparecer em Juízo, esteja trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE FRUTAL

REMETENTE: FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME

PÇ 7 DE SETEMBRO, 50-FRUTAL - CENTRO

CEP: 38200000

CARTA DE CITACÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Emissão: 01/07/2013

0061374-89.2013.8.13.0271 - JESP CÍVEL - CONCILIAÇÃO

0271 13 006137-4

Data: 17/07/2013 às 09:50 hs.

DESTINATÁRIO: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

R JOÃO ROLA ROSA, 269

BAIRRO: CENTRO

CEP: 15460000 ICÊM/SP



Comprovante de Entrega

Unidade Postagem

Unidade Destino

OCORRÊNCIA:
☐ Não deu-se
☐ Desconhecido
☐ Recusado
☐ Endereço
☐ AUSENTE

Assinatura e Data - Recebedor

Nome Legível - Recebedor

Se for o caso, cole AQUI a etiqueta de registro



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FRUTAL/MG

Autos n.º 0061374-89.2013

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, brasileira, solteira, vendedora, portadora do RG nº 39.713.179-3 SSP/SP e inscrito no CPF nº 462.642.724-34, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 238, Bairro Vila Matinha, nesta cidade de Fronteira/MG, telefone (34) 3428-2131 e 8426-0428, vem a presença de Vossa Excelência, nos termos desta atermiação conforme preceitua o artigo 14 da Lei nº 9.099/95, propor a presente **AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS**, contra **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS**, brasileiro, residente e domiciliado com Rua João Rola Rosa, nº 269, Bairro Centro, cidade de Fronteira/MG, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

A autora declara que no final de 2012 foi ao Fórum desta Comarca para fazer pesquisa processual em seu nome, a pedido de sua advogada. Na ocasião, seu ex-companheiro havia entrado com uma ação revisional de alimentos na cidade de Nova Granada/SP. Dessa forma, a causídica ingressou uma exceção de incompetência, devido à prerrogativa de competência dos filhos menores.

Ao realizar a pesquisa, descobriu haver um processo de natureza criminal em seu nome e procurou saber do que se tratava. Para sua surpresa, a requerente descobriu que seu ex-companheiro entrou com um processo de difamação, alegando que foi ofendido por palavras de baixo calão. Destarte, a discussão teria ocorrendo, mas sem utilizar de palavras de baixo calão.

Assim, a autora que alega sempre ter conduta idônea e respeitosa, passou por algumas situações constrangedoras e vexatórias ao apresentar a pesquisa para a primeira advogada e por outras que resultaram por ter o nome "manchado" pelo processo criminal.

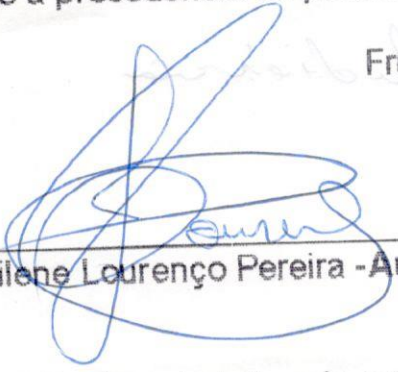
Diante de todo o exposto, requer:

- a) Que cite e intime a parte requerida do inteiro teor desta atermiação, para, querendo, compareça em audiência e apresente sua defesa;
- b) Que condene a requerida ao pagamento, a título de reparação civil, uma indenização por dano moral, no valor de R\$13.560,00.




Dá-se o valor da causa: R\$13.560,00.
Pede a procedência do pedido.

Frutal, 28 de junho de 2013.

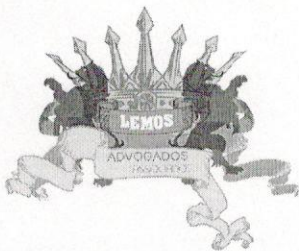


Josilene Lourenço Pereira - Autora

Sai o Declarante intimado para comparecer a audiência de conciliação, designada para o dia 17/07/2013 às 09h50min, sob pena de extinção pela contumácia e ser condenado a pagar todas as custas do presente feito.



Virgínia Silvério Rodrigues - Atermadora



LEMO'S ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
 Dra. Luciana Cristofolo Lemos OAB/SP 152.622
 Dr. Ernandes D A Lemos Moura OAB/SP 304.627

Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
 ESPECIAL CIVIL DA COMARCA DE FRUTAL. MG**

Processo Civil Nº 0061374-89.2013.0271

0271 13 006137-4

JESP FRUTAL 002795012-04 13/SET/2013

Joaquim Pedro de Moraes, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliada na Rua João Rola Rosa Nº 559, no município de Icém SP, por seu advogado que esta subscreve, vem, com o devido respeito perante **V.Exa.**, apresentar **Contestação**, á **Ação de Indenização por Danos Morais**, feito Nº **0061374-89.2013.0271**, proposto por **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal, residente e domiciliada na Rua Professora Helena Silva Gino Nº 818, Fronteira MG.

I – RESUMO DA INICIAL:

Alega a autora em apertada síntese que: no final de 2012 foi ao Fórum desta Comarca para fazer pesquisa processual em seu nome, a pedido de sua advogada. Na ocasião, seu ex- companheiro havia entrado com uma ação revisional de alimentos na cidade de Nova Granada SP. Dessa forma, a causídica ingressou com uma exceção de incompetência, devido á prerrogativa de competência dos filho menores. Ao realizar a pesquisa, descobriu haver um processo de natureza criminal em seu nome e procurou saber do que se tratava. Para sua surpresa, a requerente descobriu que seu ex-companheiro entrou com um processo de difamação, alegando que foi ofendido por palavras de baixo calão. Assim, a autora que alega ter conduta idônea e respeitosa, passou por algumas situações constrangedoras e vexatória ao apresentar a pesquisa para a primeira advogada a par outras que consultou ao ter o nome "manchado" pelo processo criminal. Pede condenação de indenização por dano moral, no valor de R\$ 13.560,00"

II- Preliminarmente:

Requer seja reconhecida a prescrição do direito da autora de pleitear eventual danos morais, pois com fulcro no art. 206 § 3º do Código Civil a prescrição para reparação civil ocorre em três anos.

Conforme documentação anexa a discussão entre as partes ocorreu em 09/04/2001, há mais de doze anos, tendo a autora prestado seu depoimento na Delegacia de policia de Icem SP, no dia 02/06/2006, não podendo alegar que desconhecia os fatos, tendo o processo sido arquivado nesta Comarca em 29/10/2001, diante da extinção da punibilidade pois o requerido não entrou com queixa crime contra a autora.

Posto isto requer o reconhecimento da prescrição independente de questão de mérito.

III-DOS FATOS:

A requerente alega em sua exordial, que foi injustamente acusada pela requerida de prática delituosa, observe-se, porém, que se trata de uma manobra ardilosa com o animus de obter para si vantagem financeira. Observa-se claramente isto pelo fato da autora ter fixado valor elevado de indenização de R\$ 13.560,00 (treze mil quinhentos e sessenta reais). Perguntamos: Quais parâmetros a autora observou para pleitear tamanho valor de indenização? Qual foi a ofensa?

Conforme se extrai do TCO 924/201 anexo (doc. 02) o requerido apenas valeu-se de seu direito de cidadão ao pedir a tutela jurisdicional do Estado para que se investigasse fato delituoso. Observamos que em nenhum momento durante as declarações do requerida este afirmou que a autora tivesse praticado qualquer ilícito penal. Apenas relatou os fatos que envolviam a apuração de furtos que tinham ocorridos. Bem como o requerido jamais fez qualquer comentário na cidade a respeito da conduta da autora. Nunca fez qualquer acusação contra a autora e finalmente foi a autora que foi até o local que se encontrava o requerido e passou a ofender o mesmo na presença de diversas testemunhas.

Consta do TCO anexo, que a requerida ao relatar os fatos apenas relatou a autoridade policial, os fatos que ocorreram. Se o cidadão não puder mais relatar a autoridade policial, não se apurará mais nenhum crime! Além disso, o inquérito policial, correr em segredo de justiça, portanto não existe possibilidade de prazer prejuízo a honra de ninguém.

Observe-se também que a requerente sequer foi denunciada, este foi apenas chamada a prestar esclarecimentos. Portanto não existe o sofrimento alegado.

A doutrina no que tange a essa questão é clara:

"cabe ainda a autoridade colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias (art. 6.º III CPP). Observados os direitos e garantias individuais previstos na Constituição e nas leis ordinárias, a autoridade policial poderá desenvolver qualquer diligência, incluindo-se, evidentemente, a de intimar testemunhas, vítima ou **suspeita** para prestar declarações no inquérito. (Grifo nosso). (Processo Penal – Julio Fabrinini Mirabete – pág.93).

Muito bem colocado pela doutrina, em fase inicial de inquérito existem apenas vítima e suspeito e este pode a qualquer tempo ser chamado a prestar declarações e isto não implica em falsa imputação ou em constrangimento, haja vista o Estado estar a cumprir com a função *puniendi* a que lhe foi atribuída.

In casu, não há o que se falar em danos morais, por absoluta falta de provas do prejuízo sofrido. Não logrou a autora provar houvesse sofrido qualquer "dor moral", como lhe incumbia (*Actori incumbit ônus probandi*), por ser fato constitutivo de seu direito (art. 333, inc. I, do CPC), e até mesmo, deixou de demonstrar a repercussão desfavorável do processo que se diz vítima, que mesmo dado o seu subjetivismo, não seria impossível demonstrá-lo.

PROVA - ÔNUS - AÇÃO INDENIZATÓRIA: *Em ação indenizatória, a existência do dano é fato constitutivo do direito do autor, a quem incumbe, pois, o ônus de prová-la. E tal ônus é primário, no sentido de que, se não a prova, perde a causa, ainda que o réu não prove a existência de fato liberatório, de modo que, se o Juízo indefere perícia contábil destinada à prova do dano, contra esse ato não tem o réu, em princípio, interesse recursal (TJ-SP - Ac. unân. da 2ª Câm. Cív. julg. em 23-3-93 - Agr. 190.798-1/7-Capital*

todo o dano extrapatrimonial, não se caracteriza quando há mero aborrecimento inerente a prejuízo material."

Não se olvida que os direitos da pessoa merecem ampla tutela, outrossim, a vida em sociedade traz consigo, em muitos momentos, dissabores e incômodos corriqueiros, e não será qualquer fato negativo que poderá ensejar a pretensão à reparação civil. Neste condão, para que efetivamente nasça a pretensão à reparação de danos extrapatrimoniais, haverá, **necessariamente, de restar clara a violação a algum direito da personalidade, como a privacidade, a honra, a imagem, a reputação, o nome, a saúde e até mesmo a vida.** Como se observa, não será qualquer aborrecimento suportado pelo sujeito de direito que será merecedor de reparação de danos extrapatrimoniais, havendo a necessidade de que seja aferida, em cada hipótese surgida no mundo dos fatos, a presença dos pressupostos ensejadores da reparação civil, dentre eles, a violação a direito da personalidade pois não é qualquer incômodo, dissabor ou chateação que gerará ofensa extrapatrimonial ressarcível.

Vale lembrar e insistir que a reclamação por *danos morais* haverá, igualmente, de fundar-se no tríptico requisito do *prejuízo*, do *ato culposo* do agente (erro de conduta marcado pela imprudência, imperícia e negligência) e do *nexo de causalidade* entre o referido ato e resultado lesivo (Código Civil, art. 186). Cabendo ao ofendido, em princípio, o ônus de provar a ocorrência dos três requisitos retro-alinhados.

Sobre o tema, vale trazer à colação o pensamento de ***HUMBERTO THEODORO JÚNIOR***, extraído de recente artigo que fez publicar intitulado "Responsabilidade Civil Pelo Dano Moral", e que vem cristalizado no seguinte trecho :

"Mais do que em qualquer outro tipo de indenização, a reparação do dano moral há de ser imposta a partir do fundamento mesmo da responsabilidade civil, que não visa a criar fonte

- Rel. Des. Cesar Peluso - Gazeta Mercantil S/A. vs. Ind. e Com. Café Portela Ltda.).

DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO – PRESSUPOSTOS:

Na tormentosa questão de saber o que configura o dano moral, cumpre ao juiz seguir a trilha da lógica do razoável, em busca da sensibilidade ético-social normal. Deve tomar por paradigma o cidadão que se coloca a igual distância do homem frio, insensível e o homem de extremada sensibilidade. Nessa linha de princípio, só devem ser reputados como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar, não bastando mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada. Destarte, estão fora da órbita do dano moral aquelas situações que, não obstante desagradáveis, são necessárias ao regular exercício de certas atividades, como a revista de passageiros nos aeroportos, o exame das malas e bagagens na alfândega, ou a inspeção pessoal de empregados que trabalham em setor de valores (TJ-RJ - Ac. unân. da 2º Câmara Cív. reg. em 23-4-96 - Ap. 8.218/95-Capital - Rel. Des. Sérgio Cavalieri Filho; in ADCOAS 8152758).

Mister destacar que somente se estará diante de tal possibilidade quando o ilícito, seja ele aquiliano ou negocial, violar a esfera dos direitos da personalidade da vítima, atacando por exemplo seu nome, sua honra, sua integridade psicofísica ou ainda utilizando indevidamente a imagem da vítima. Desse modo, nas lições doutrinárias do mestre Sergio Cavalieri Filho em sua obra: Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Ed. Ver. Aum. e At., pág. 105, nos diz que: o mero inadimplemento contratual, moral ou prejuízo econômico não configuram, por si sós, dano moral, porque não agredem a dignidade humana.

Assim, nos exatos termos em que fora aprovado, por ocasião da III Jornada de Direito Civil organizada pelo Conselho da Justiça Federal, dita o enunciado 159 que **"o dano moral, assim compreendido**



Dá-se o valor da causa: R\$13.560,00.
Pede a procedência do pedido.

Frutal, 28 de junho de 2013.

Josilene Lourenço Pereira -Autora

Sai o Declarante intimado para comparecer a audiência de conciliação, designada para o dia 17/07/2013 às 09h50min, sob pena de extinção pela contumácia e ser condenado a pagar todas as custas do presente feito.

Virgínia Silvério Rodrigues -Atermadora

injustificada de lucros e vantagens sem causa. Vale, por todos os melhores estudiosos do complicado tema, a doutrina atualizada de *Caio Mario em torno do arbitramento da indenização do dano moral*: *E, se em qualquer caso se dá à vítima uma reparação de dano vittando, e não de lucro capiando, mais que nunca há de estar presente a preocupação de conter a reparação dentro do razoável, para que jamais se converta em fonte de enriquecimento*".

Pedidos de condenação por dano moral como a da presente ação, completamente infundados e vultosos, tornam desacreditado e banalizado o instituto do dano moral, porque o ferem em sua credibilidade, como leciona *Ricardo Bechara Santos* – em sua obra "Direito de Seguro no Cotidiano"- Editora Forense – Rio de Janeiro – 1999:

O dano moral, de outra banda, NÃO PODE NEM DEVE CONSAGRAR-SE EM TESE GENEROSA, FILANTRÓPICA, EMOCIONAL. Por isso que vale aqui também mencionar o pensamento do eminente Desembargador gaúcho, Doutor DECIO ANTONIO ERPSSEN, segundo o qual, o dano moral necessariamente não existe pela simples razão de haver um dissabor. POIS A PREVALECER ESSA TESE, QUALQUER FISSURA EM CONTRATO DARIA ENSEJO AO DANO MORAL CONJUGADO COM O MATERIAL, O QUE SERIA UM REMATADO ABSURDO. A síntese do entendimento, a nosso ver acertado, do ilustre magistrado, é a de que "o direito veio para viabilizar a vida, e não para truncá-la".

E essa idéia está cristalizada em acórdão de sua lavra, proferido na Apelação nº 596.185.181 do TJ-RS, cujos trechos a seguir se transcreve:

"A prevalecer a tese de **sempre que houver mora, ou qualquer contratempo num contrato, haveria dano moral respectivo,**

estariamos gerando uma verdadeira indústria dessas ações.

Em breve teríamos um Tribunal para decidir causas, e um Tribunal especializado, talvez denominado Tribunal do Dano Moral. A vida vai ser insuportável. O direito existe para viabilizar a vida, e a vingar a tese generosa do dano moral sempre que houver contratempo, vai culminar em truncá-la, mercê de uma criação artificiosa. Se a segurança jurídica também é valor supremo do direito, devemos pro em prática mecanismo tal que simplifique a vida, sem se estar gerando um estado generalizado de neurose do suspense" (in Jornal do Comércio de Porto Alegre, de 31.03.1997, p. 23).

Ademais, a autora não demonstrou o dano que supostamente tenha ocorrido.

Quanto ao ônus da prova, há que se esclarecer que cabe a parte autora provar os fatos constitutivos de seu direito, consoante preconiza o art. 333, I do CPC, in verbis:

Art. 333, I, CPC: O ônus da prova incumbe:
I. ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito;

Pedimos vênia para transcrevermos os ensinamentos de **Cristóvão Piragibe Tostes Malta**, inseridos na sua obra *Prática do Processo Trabalhista*, ed. LTR, 24ª edição, pg. 448, como segue:

"O Ônus da prova incumbe à parte que alega um fato do qual pretende que lhe resulte um direito. Em outras palavras se o Reclamante sustenta que determinado (fato constitutivo) ocorreu, desse fato lhe nascendo um direito, cumpre-lhe demonstrar o que alegou, salvo se o Reclamado o admitir".

Compulsando os autos, verifica-se a ausência de prova indicativa do direito da autora, mormente pelo fato de não ter comprovado o dano, e também o nexo causal entre a ação da Requerida e o dano da autora. Portanto, não há que se pleitear a quem não lhe causou a reparação de um dano que não se comprovou.

A lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. A expressão dano moral deve ser reservada exclusivamente para designar o agravo que não produz qualquer efeito patrimonial. Se há conseqüências de ordem patrimonial ainda que mediante repercussão, o dano deixa de ser extra-patrimonial.

Não se trata, é claro, de fazer das audiências palco de lamentações, ou de se esperar copioso pranto em juízo, ainda que isto possa humanamente acontecer, principalmente com aqueles que realmente sofrem, toda vez que se "toca na ferida". Ainda que choro não seja prova irrefutável de infortúnio, sendo impossível invadir o íntimo do sofredor para se saber da sua verdadeira causa e sinceridade.

Nesse aspecto – a causa do sofrimento – realmente a prova é impossível. Mas o sofrimento em si não. O nexo causal entre o dano e ato ilícito é que deve ser presumido, se presentes todos os demais elementos que formem um contexto plausível: personalidade da vítima + ato ilícito + sofrimento + imediatidade entre ato ilícito e sofrimento + inexistência de outros fatos, estranhos ao ato ilícito tratado no processo, que podem ser a causa ou concausa da dor espiritual.

Frise-se ainda que da própria narrativa dos fatos da

Inicial, está claro que a agressão foi recíproca no calor de uma discussão, e o entendimento dos tribunais tem sido de que não gera direito a indenização:

EMENTA – RESPONSABILIDADE CIVIL DANO MORAL – INJURIA. DISCUSSÃO QUE CULMINA EM OFENSA RECÍPROCA MERO DISSABOR DO DIA A DIA – INEXISTÊNCIA DE DANO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – VALOR EXORBITANTE. ADEQUAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ/PR – Apelação nº 375.789-3, 10ª Câmara Cível).

Ao pleitear a condenação da Requerida ao pagamento de R\$ 13.506,00, devidamente corrigidos ao tempo da execução, a título de indenização pelo dano moral, a Autora não se dignou a demonstrar os elementos que o levaram a essa absurda quantia, ignorando regra insculpada no Código Civil, seguinte:

"Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia, consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Parágrafo Único. Se o ofendido não puder provar o dano material, caberá ao juiz ficar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

Ignorou o autor também o entendimento doutrinário segundo o qual compete ao juiz e não à parte a fixação do valor indenizatório. SILVIO RODRIGUES (in "Responsabilidade Civil", 1979, p. 198/9) salienta:

"Será o juiz, no exame do caso concreto, quem concederá ou não a indenização e a graduará de acordo com a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima."

A **Professora Maria Helena Diniz**, nesse sentido, destaca essa posição importante, defendendo a sua tese a respeito do assunto:

"Na reparação do dano moral o juiz determina, por equidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, o "quantum" da indenização devida, que deverá corresponder à lesão, e não ser equivalente, por ser impossível tal equivalência."

E adiante conclui:

"Grande é o papel do Magistrado na reparação do dano moral competindo, a seu prudente arbítrio, examinar cada caso, ponderando os elementos probatórios e medindo as circunstâncias, preferindo o desagravo direto ou compensação não-econômica à pecuniária, sempre que possível, ou se não houver risco de novos danos."

III – DO DIREITO

A requerente agiu revestida de Exercício regular de direito, portanto a responsabilidade civil neste caso deve ser afastada, vejamos:

"a expressão direito é empregada em sentido amplo, abrangendo **todas as espécies de direito subjetivo (penal e extrapenal)**. Desde que a conduta se enquadre no exercício regular de direito..."

(...) o código fala em exercício regular de direito, pelo que é necessário que o agente obedeça, rigorosamente, as requisitos traçados pelo poder público. (...) (Direito Penal – Damásio E. de Jesus – pág.400)

"Muitas são as pessoas autorizadas a apresentar notícia criminis à autoridade competente. Em todas as hipóteses pode ser ela oferecida por meio de **requerimento do ofendido** ou de quem tenha qualidade para representá-lo (art. 5.º II, segunda parte § 4. e 5º do CPP). (Julio Fabrinni Mirabete - Processo Penal – pág.87).

Ora meritíssimo esta mais que provado que não há responsabilidade civil a ser suscitada neste caso, por ter a requerida agido revestida pelo Exercício Regular de Direito.

Conforme se infere no acórdão abaixo, não há responsabilidade civil neste caso:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - NOTÍCIA CRIMINIS E POSTERIOR AÇÃO PENAL COM SENTENÇA ABSOLUTÓRIA - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DO NOTICIANTE - RESPONSABILIDADE CIVIL AFASTADA - RECURSO DESPROVIDO. (2001.017383-2 - Des. Relator: Desª. Salete Silva Sommariva - 31/08/2004).

RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO - CALÚNIA - DESCONFIANÇA DA PRÁTICA DE FURTO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL NÃO VERIFICADO. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação cível n. 04.002116-0, de Laguna, Rel. Des. Dionízio Jenczak, j. em 02.03.2004)

Em princípio, o pedido feito à autoridade policial para que apure a existência ou autoria de um delito se **traduz em legítimo exercício de direito**, ainda que a pessoa indiciada em inquérito venha a ser inocentada. Desse modo, para que se viabilize pedido de reparação, fundado na abertura de inquérito policial, faz-se necessário que o dano moral seja comprovado, mediante demonstração cabal de que a

instauração do procedimento, posteriormente arquivado, se deu de forma injusta e despropositada, refletindo na vida pessoal do autor, acarretando-lhe, **além dos aborrecimentos naturais**, dano concreto, seja em face de suas relações profissionais e sociais, seja em face de suas relações familiares.

Neste norte, acerca da responsabilidade civil pela acusação de um crime, os julgados mais atuais já se posicionaram em aceitar a notícia criminis e o inquérito policial como causa de indenização, **mas somente quando o comunicante age com dolo ou má-fé**, na intenção única de prejudicar o noticiado. Caso contrário, existindo fundadas suspeitas, estará simplesmente atuando no exercício regular do seu direito. Portanto, a verba indenizatória somente será merecida se, no corpo probante dos autos, restar comprovado dolo de quem requereu abertura de inquérito. Tal intento deve ser verificado de maneira concreta, com base nos elementos colhidos, averiguando se houve, ou não, uma efetiva intenção, um verdadeiro propósito de desmoralizar alguém com essa atitude. O que efetivamente não aconteceu neste caso.

Diante do exposto requer:

a) a total improcedência da presente ação, com a condenação da autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, independente da questão preliminar.

b) Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, requerendo especialmente desde logo, o depoimento pessoal da requerente, prova testemunhal, pericial, documental e as demais provas em direito admitidas.

c) Requer os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no artigo 4 da lei Nº 1060/50.

Termos em que

P. deferimento.

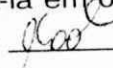
Nova Granada SP, 09 de setembro de 2013.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

ADVOGADO OAB/SP 113.902

COMARCA DE FRUTAL
Unidade Jurisdicional do Juizado Cível e Criminal
TERMO DE AUDIÊNCIA
Cível


Processo nº : 0271 13 006137 - 4
Tipo : Procedimento Jesp Cível
Requerente : Josilene Lourenço Pereira
Requerido : Joaquim Pedro de Moraes
Conciliadora : Ana Carolina Durães Guimarães

Aos 17 dias do mês de **julho** de 2013, às 09h50min na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível, presente a Juíza de Direito, **Dra. Raquel Agreli Melo**, comigo Escrevente Judicial, as partes, ao final nomeado e assinado, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão das partes e de seus respectivos procuradores. **Presente** a requerente, desacompanhada de advogado. **Presente** o requerido, desacompanhado de advogado. **Aberta a audiência**, restou infrutífera a tentativa de conciliação. As partes manifestaram o interesse em produzir provas em audiência, razão pela qual foi deliberado pela MMª Juíza: "**Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19 de setembro de 2013, às 14h30min, saindo intimados os presentes.** Desde já advirto as partes de que deverão comparecer ao ato processual acompanhadas de advogado se o valor da causa for superior a vinte salários mínimos, correspondentes a R\$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais), sendo facultativa a assistência nas causas de valor inferior ou quando o autor litiga em face de pessoa jurídica (Lei nº 9.099, de 1995, art. 9º, §§ 1º e 2º). Intimem-se as testemunhas eventualmente arroladas no prazo legal (05 dias), desde que expressamente requerida sua intimação judicial. **Ficam as partes cientes de que**, para a instrução, poderão trazer até 03 (três) testemunhas ou então arrolá-las na secretaria (nome e endereço completos) até 05 (cinco) dias antes da audiência. Em que pese a parte requerida ter a faculdade de apresentar a contestação até a audiência acima designada (Enunciado 10 – FONAJE), prestigiando o princípio da celeridade da audiência de instrução, sai intimada para, querendo, apresentar sua defesa antes dessa data. Nesse caso, juntada a defesa, intime-se a parte autora para impugná-la em 05 dias". **Nada mais**, mandou o MM. Juiz que encerrasse este termo que eu,  (**Ana Carolina Durães Guimarães**), conciliadora, o digitei e subscrevi.

MM. Juíza: *Raquel Agreli Melo*

Juíza de Direito

Requerente: 

Requerido: 

Conciliadora: 



SF-DC-41

DESTINATÁRIO: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
R JOAO ROLA ROSA 269 - CENTRO - ICÊM

JUIZADO ESPECIAL DE FRUTAL

JESP CÍVEL - LOCAL: FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME

PC 7 DE SETEMBRO, 50 - CENTRO - CEP: 38200000 - (34) 3421-8582 - FRUTAL/MG

CARTA DE CITACÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Processo: 0061374-89.2013.8.13.0271/0271 13 006137-4 - PROCEDIMENTO JESP CÍVEL

Nome da Vara: JESP CÍVEL Distribuição: 28/06/2013

AUTOR: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

RÉU : JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Pessoa a ser citada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS



Pela presente, fica a parte Requerida acima identificada CITADA para todos os termos da ação judicial que contra ela foi proposta pela parte requerente também acima identificada, conforme os termos da petição inicial/termo de pedido verbal que acompanha esta carta de citação, e INTIMADA para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 17/07/2013, às 09:50 h, neste juizado, localizado na PC 7 DE SETEMBRO, 50 - CENTRO - 38200000, nesta cidade de FRUTAL.

VALOR CAUSA: R\$13.560,00. Fica a parte requerida desde já ciente de que se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos correspondente nesta data a R\$ 13.560,00, dever comparecer à audiência acompanhado por Advogado ou, observados os requisitos legais, por Defensor Público. Se o valor da causa for igual ou inferior a essa quantia a assistência por Advogado ou Defensor Público é facultativa. Sendo a parte requerida pessoa jurídica deverá ser representada por quem tenha poderes para tanto ou por preposto, devendo se apresentado, no ato da audiência, o documento comprobatório dos poderes e a carta de preposição, SOB PENA DE REVELIA. Não comparecendo a requerida à audiência poderá ser-lhe aplicada a pena de revelia, quando será(ão) considerado(s) verdadeiro(s) o(s) fato(s) alegado(s) no pedido inicial (art. 20 Lei 9099/95). Comparecendo todos os envolvidos e não havendo acordo, proceder-se-á imediatamente à Inst/Julg, desde que não resulte prejuízo para a defesa. Não sendo possível a realização imediata da Inst/Julg, será marcada nova data, ficando cientes, desde logo, as partes e as testemunhas presentes. Caso ocorra designação de nova data para audiência, deverá novamente comparecer a parte requerida a ato, sob a mesma pena de revelia. A resposta ao pedido, oral ou escrita, contendo toda matéria de defesa e os documentos relativos ao fato, deverá ser apresentada na própria audiência, salvo se for designada nova data. Caso verse a matéria em julgamento sobre relação de consumo, poderá ocorrer a inversão do ônus da prova (art. 6º inc VIII Lei 8018/90).

INTERVENIENTE RESPONSÁVEL:

- Emissão em: 01/07/2013

Ao comparecer em Juízo, esteja trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE FRUTAL

REMETENTE: FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME

PC 7 DE SETEMBRO, 50 - CENTRO - FRUTAL/MG

CEP: 38200000

CARTA DE CITACÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Emissão: 01/07/2013

0061374-89.2013.8.13.0271 - JESP CÍVEL - CONCILIAÇÃO

0271 13 006137-4

Data: 17/07/2013 às 09:50 hs.

DESTINATÁRIO: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

R JOÃO ROLA ROSA, 269

BAIRRO: CENTRO

CEP: 15460000 ICÊM/SP



Comprovante de Entrega
 Vara: 1701
 Juiz:

Unidade Postagem

OCORRÊNCIA:

() Mudou-se

() Desconhecido

() Recusado

() Endereço

() ATUANTE

Unidade Destino

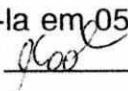
Assinatura e Data - Recebedor

Nome Legível - Recebedor

Se for o caso, cole AQUI a
 etiqueta de registro

COMARCA DE FRUTAL
Unidade Jurisdicional do Juizado Cível e Criminal
TERMO DE AUDIÊNCIA
Cível

Processo nº : 0271 13 006137 - 4
Tipo : Procedimento Jesp Cível
Requerente : Josilene Lourenço Pereira
Requerido : Joaquim Pedro de Moraes
Conciliadora : Ana Carolina Durães Guimarães

Aos 17 dias do mês de **julho** de 2013, às **09h50min** na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível, presente a Juíza de Direito, **Dra. Raquel Agreli Melo**, comigo Escrevente Judicial, as partes, ao final nomeado e assinado, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão das partes e de seus respectivos procuradores. **Presente** a requerente, desacompanhada de advogado. **Presente** o requerido, desacompanhado de advogado. **Aberta a audiência**, restou infrutífera a tentativa de conciliação. As partes manifestaram o interesse em produzir provas em audiência, razão pela qual foi deliberado pela MMª Juíza: "**Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19 de setembro de 2013, às 14h30min, saindo intimados os presentes.** Desde já advirto as partes de que deverão comparecer ao ato processual acompanhadas de advogado se o valor da causa for superior a vinte salários mínimos, correspondentes a R\$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais), sendo facultativa a assistência nas causas de valor inferior ou quando o autor litiga em face de pessoa jurídica (Lei nº 9.099, de 1995, art. 9º, §§ 1º e 2º). Intimem-se as testemunhas eventualmente arroladas no prazo legal (05 dias), desde que expressamente requerida sua intimação judicial. **Ficam as partes cientes de que**, para a instrução, poderão trazer até 03 (três) testemunhas ou então arrolá-las na secretaria (nome e endereço completos) até 05 (cinco) dias antes da audiência. Em que pese a parte requerida ter a faculdade de apresentar a contestação até a audiência acima designada (Enunciado 10 – FONAJE), prestigiando o princípio da celeridade da audiência de instrução, sai intimada para, querendo, apresentar sua defesa antes dessa data. Nesse caso, juntada a defesa, intime-se a parte autora para impugná-la em 05 dias". **Nada mais**, mandou o MM. Juiz que encerrasse este termo que eu,  (**Ana Carolina Durães Guimarães**), conciliadora, o digitei e subscrevi.

MM. Juíza: *Raquel Agreli Melo*

Juíza de Direito

Requerente: 

Requerido: 

Conciliadora: 



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Juizado Especial Cível

Ano fls. 240

Comarca

Secretaria de Juízo

Ação

Número - Dígito

Volume

Apensos

0061374-89.2013

AUTOR(ES)

P
A
R
T
E
S

FRUTAL

JESP CÍVEL

PROCEDIMENTO JESP CÍVEL Direito de Imagem

0061374-89.2013.8.13.0271

AUDIÊNCIA: 17/07/2013 às 09:50

AUTOR

- JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

RÉU

- JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

☐ Representante do
Ministério Público

☐ Assistência
Judiciária

A
D
V
O
G
A
D
O
S

AUTUAÇÃO

Em 08 de Julho de 2013, nesta Secretaria
autuei termo resumo pedido verbal e documentos a seguir.

E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo, Adumo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FRUTAL/MG

Autos n.º 0061374-89.2013

0061374-89.2013

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, brasileira, solteira, vendedora, portadora do RG nº 39.713.179-3 SSP/SP e inscrito no CPF n.º 462.642.724-34, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 238, Bairro Vila Matinha, nesta cidade de Fronteira/MG, telefone (34) 3428-2131 e 8426-0428, vem a presença de Vossa Excelência, nos termos desta atermiação conforme preceitua o artigo 14 da Lei n.º 9.099/95, propor a presente **AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS**, contra **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS**, brasileiro, residente e domiciliado com Rua João Rola Rosa, nº 269, Bairro Centro, cidade de Fronteira/MG, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

A autora declara que no final de 2012 foi ao Fórum desta Comarca para fazer pesquisa processual em seu nome, a pedido de sua advogada. Na ocasião, seu ex-companheiro havia entrado com uma ação revisional de alimentos na cidade de Nova Granada/SP. Dessa forma, a causídica ingressou uma exceção de incompetência, devido à prerrogativa de competência dos filhos menores.

Ao realizar a pesquisa, descobriu haver um processo de natureza criminal em seu nome e procurou saber do que se tratava. Para sua surpresa, a requerente descobriu que seu ex-companheiro entrou com um processo de difamação, alegando que foi ofendido por palavras de baixo calão. Destarte, a discussão teria ocorrendo, mas sem utilizar de palavras de baixo calão.

Assim, a autora que alega sempre ter conduta idônea e respeitosa, passou por algumas situações constrangedoras e vexatórias ao apresentar a pesquisa para a primeira advogada e por outros que consultou por ter o nome "manchado" pelo processo criminal.

Diante de todo o exposto, requer:

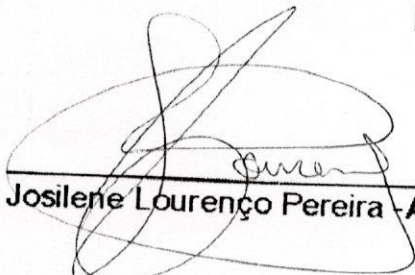
- a) Que cite e intime a parte requerida do inteiro teor desta atermiação, para, querendo, compareça em audiência e apresente sua defesa;
- b) Que condene a requerida ao pagamento, a título de reparação civil, uma indenização por dano moral, no valor de R\$13.560,00.



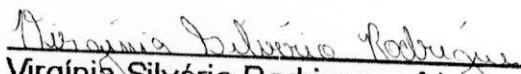
Dá-se o valor da causa: R\$13.560,00.
Pede a procedência do pedido.



Frutal, 28 de junho de 2013.


Josilene Lourenço Pereira - **Autora**

Sai o Declarante intimado para comparecer a audiência de conciliação, designada para o dia 17/07/2013 às 09h50min, sob pena de extinção pela contumácia e ser condenado a pagar todas as custas do presente feito.


Virgínia Silvério Rodrigues - **Atermadora**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

1100-7
4.º DP.

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

FILIAÇÃO JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENCO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

DOC. ORIGEM RECIFE-PE SEXTA ZONA

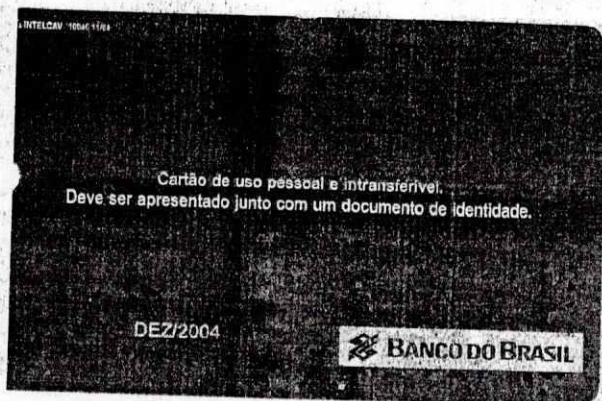
CN: LV 194 / FLS. 96 / N. 082960

CPF 462642724-34

JOSUE ANTONIO G. DE S. SILVA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



tel: fixo (34) 34282131
cel (34) 84260428 (celular)

TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.
Simplificamos a apresentação dos seus dados com os seguintes dados:

fls. 244

FIXO

TELEMAP NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0003-30 - INSC. ESTADUAL: 062.149964.00-47
AV. AFONSO PENA, 4001 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-008
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79



CTCE UBERABA/MG TTD

JOSILENE LOURENCO PEREIRA
AV. BRASIL, 238
VL. MATINHA
38230-000 FRONTEIRA-MG



200003989650296000006 1888220270513

PROXIMO DA CRACHE OBJETIVO

SMI: EM-08-MG-81847-8-0518882-0005506

SEQUENCIAL: 000581348 - 08



Referência

MAIO /2013

Telefone

Vencimento

Total a pagar

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

08532308
1001
ABC974038641



DICAS PARA SUA FESTA JUNINA NÃO ACABAR MAIS Cedo:

- * NA HORA DE MONTAR OU DESMONTAR A BARRAQUINHA, NÃO APROXIME NENHUM MATERIAL DOS FIOS DA REDE ELÉTRICA.
- * NUNCA USE ARAME NAS SUAS BANDEIRINHAS E MANTENHA DISTÂNCIA DE 1,5 METRO ENTRE ELAS E A REDE ELÉTRICA.

CEMIG

GOVERNO DE MINAS

www.cemig.com.br/atendimento

Fale com a Cemig 116

Caso este número não esteja disponível na sua cidade, ligue: 0800 7210 116
Para solicitar serviços tenha em mãos a sua conta de energia

NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

VENCIMENTO: 04/07/2013



JACILENE LOURENCO PEREIRA
AV. BRASIL 238 CS
CENTRO
38230-000 FRONTEIRA, MG

SMI: 14-MG-01-008-14122300-009440



0710023917150613258090673004929186

934/04

1.^a VARA
JUIZADO ESPECIAL



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA - MG



fls. 245

ATUAÇÃO SUMÁRIA

LEI Nº 9.099/95

CX: 32

AUTOR(es): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

VÍTIMA(s): JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

INFRAÇÃO PENAL: DIFAMAÇÃO

DATA E HORÁRIO DO AGENDAMENTO DA AUDIÊNCIA:

ETIQUETA:

03



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL



fls. 246

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE
OCORRÊNCIA Nº 233/01

DATA :

UNIDADE POLICIAL : Delpol do Município de Fronteira-MG

MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL-MG

INCIDÊNCIA PENAL : DIFAMAÇÃO

I-DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS (CITAR LOCAL E HORÁRIO E SÚMULA DAS
INFORMAÇÕES DAS TESTEMUNHAS) :

AO FINAL,

II-DADOS DO AUTOR

AUTOR: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

PAI: JOSUÉ PEREIRA

MÃE: ZULEIDE FLORENÇO PEREIRA

DATA NASC.: 31/01/65

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

LOCAL/UF: RECIFE-PE

RG/ÓRGÃO EMISSOR: MG-12.482.243 - SSP/MG

GRAU INSTRUÇÃO: 1º GRAU COMPLETO

ENDEREÇO: RUA FIORELO USTULIN - Nº 620 -

BAIRRO: VILA TERRUGI

CIDADE/UF: ICÊM-SP

III-DADOS DA VÍTIMA

NOME: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

ENDEREÇO: RUA JOÃO ROLA ROSA - Nº 269 -

BAIRRO: CENTRO

CIDADE/UF: ICÊM-SP

RG/ÓRGÃO EMISSOR: 11.382.329 - SSP/SP

IV-TESTEMUNHAS

01-) NOME: LUCIANO FERES

ENDEREÇO: AVENIDA 09 - Nº 415 -

BAIRRO: CENTRO

CIDADE/UF: FRONTEIRA-MG

02-) NOME: ANOAR ASSEM MUSSI

ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS - Nº 141 -

BAIRRO: CENTRO

CIDADE/UF: FRONTEIRA-MG

03-) NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE/UF:

10MG



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÊM - SP
Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, nº 300 - centro - Icêm - SP - CEP 15.460-000
Fone/Fax: (17) 282-2525 e 147



TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e um, nesta cidade de Icêm - SP, na Delegacia de Polícia deste município, onde presente se achava o **Dr ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO, Delegado de Polícia**, comigo, Escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu JOAQUIM PEDRO DE MORAES - RG. 11.382.329 - SSP. - SP -, filho de pai João Pedro de Moraes e de Abadia Matos, nascido em Icêm -SP, aos 25.05.1958, residente na Rua João Rola Rosa, nº 269 - centro, nesta cidade. Sabendo ler e escrever, declarou que no dia em 09.04.2001, por volta das 13:30, encontrava-se no interior da Câmara Municipal de Fronteira-MG., quando lá adentrou a Sra. JOSELE SANTOS PEREIRA, e na frente de várias pessoas, dentre elas Dr. Luciano, Advogado da Câmara, Vereador Anuar, a genitora do vereador Raidar, Vereador Tadeu e outros, começou a proferir para o declarante palavras como vagabundo, que o mesmo era bandido deveria estar preso; além de outras palavras ofensivas a sua moral, tendo o mesmo não retrucado as ofensas. Neste ato manifesta seu desejo de representar contra a acusada para vê-la processada. E mais não declarou. Nada mais havendo a tratar, mandou a autoridade fosse encerrado o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente pelo declarante, por sua genitora e por mim (Gilson), Escrivão que o digitei.

Autoridade:-

Declarante.

Escrivão.-

03
94



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 5/SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÊM - SP
Rua Pref. João R. da Silveira, nº 300 - CEP 15.460-000 - Fone/Fax: (17) 282-2525



TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e um, nesta cidade de Icê - SP, na Delegacia de Polícia deste município, onde presente se achava o Dr Antonio Honório do Nascimento, Delegado de Polícia Titular desta Delegacia, comigo, Sebastião dos Reis de Souza, Escrivão de Polícia de seu cargo, ao final assinado, compareceu **JOSELENE LOURENÇO PEREIRA** - não porta documentos, filha de Josué Pereira e de Zuleide Florenço Pereira, nascida em Recife - PE, aos 31.01.65, branca, solteira, de Prendas domésticas, residente na Rua Fiorelo Ustulin, nº 620, Vila Terruggi, nesta cidade. Sabendo ler e escrever, declarou: "Vivi amasiada com o Senhor Joaquim Pedro de Moraes por quase um ano, tendo com ele dois filhos, Roselene Pereira de Moraes (05 anos) e Joaquim Pedro de Moraes Filho (05 anos); desde a época em que me separei Sr Joaquim, vivo tendo com ele problemas, sendo que já fui ameaçada de ser por ele atropelada na rua, assim como por diversas vezes, fui por ele xingada com palavras de baixo calão, inclusive, em um programa de rádio por ele veiculado naquela cidade; no dia dos fatos por ele mencionados, quando na cidade de Fronteira - MG, apenas revidei os xingamentos recebidos em outras datas; com relação ao alegado pelo autor com relação a pensão alimentícia dos filhos não é verdade que pague em dia, visto que foi condenado pela Justiça daquele Estado a pagar três salários mínimos e, na realidade, paga apenas a metade. E mais não declarou.

Nada mais havendo a tratar, mandou a autoridade fosse encerrado o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente por ela assinada, pelo declarante e por mim, Escrivão que o digitei.

Autoridade -

Declarante -

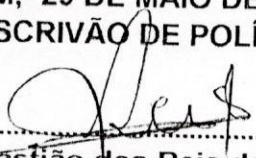
Escrivão -

04
AB

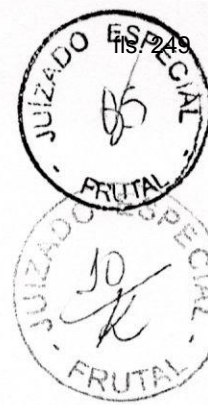


SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 5/SECCIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÊM - SP
Rua Pref. João R. da Silveira, nº 300 - CEP 15.460-000-Fone/Fax (17) 282-2525

REGISTRADA SOB NÚMERO 028/2001
LIVRO COMPETENTE N. 01 FLS 197
ICÊM, 29 DE MAIO DE 2001
O ESCRIVÃO DE POLÍCIA


Sebastião dos Reis de Souza

no autos
procuramento
Dei. H. H. H. Junior
25/6/2001



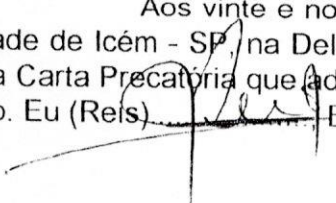
CARTA PRECATÓRIA

DEPRECANTE - DELPOLMUN DE FRONTEIRA - MG

DEPRECADA - Delegacia de Polícia do Município de Icêm - SP.

DILIGÊNCIAS - Oitiva de Joaquim Pedro de Moraes e Josele Santos Pereira

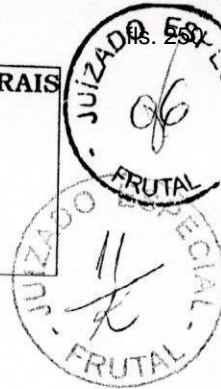
AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e um, nesta cidade de Icêm - SP, na Delegacia de Polícia do Município, em meu Cartório, autuo a Carta Precatória que adiante segue, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu (Reis)  Escrivão de Polícia, o digitei.

05




SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG
POLÍCIA CIVIL
Av. Emiliano Correia, n.º 259 - Centro
Fone/Fax: (34) 3428-2299
38.230-000 - FRONTEIRA/MG



Ofício n.º : 192/DPMF-RMR/2001
Assunto : Encaminhamento faz
Secretaria: De Estado da Segurança Pública/Polícia Civil/MG
Serviço : Do Cartório A - Da Delegacia de Polícia de Fronteira/MG

Fronteira/MG, 16 de Maio de 2001.

DDº Delegado,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a VSª, a Carta Precatória nº 037/2001, relativo ao Termo Circunstanciado de Ocorrência, do crime de **DIFAMAÇÃO**, do qual foi vítima **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS** e indiciada **JOSELE SANTOS PEREIRA**, solicitando as providências nela deprecada.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a V.Sª, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Bel. Helio Lasse Junior
Delegado de Polícia Classe II
Masp. 336.380
Autoridade Policial

Reis
R. A.
Ameyra - 8
29/05/01

OG
[Signature]

ILMO. SR.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG
POLÍCIA CIVIL
Av. Emiliano Correia, n.º 259 - Centro
Fone/Fax: (34) 3428.2299
38.230-000 - FRONTEIRA/MG



CARTA PRECATÓRIA
N.º 037/2001

Do : **Delegado de Polícia do Município de Fronteira/MG.**
(Autoridade Deprecante)

Para : **Delegado de Polícia do Município de Icém/SP**
(Autoridade Deprecada)

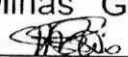
Procedimento : TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA - T.C.O
Incidência Penal : DIFAMAÇÃO
Vítima(s) : JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
Indiciado(s) : JOSELE SANTOS PEREIRA

O Bel. Hélio Lisse Junior
Delegado de Polícia do Município de Fronteira/MG

Faz saber que, tramita por esta Delegacia, sob sua presidência, descrito acima, no qual figuram como vítima(s) e indiciado(s) supra nomeado(s), em razão do que DEPRECA à V.S.^a, que se digne determinar, após exarar seu respeitável CUMPRA-SE, as seguintes diligências:

Que seja reduzido a termo de declarações a oitiva da vítima JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, o qual pode ser localizado na RUA OVIDIO CUSTÓDIO MOREIRA - Nº 888 - CENTRO - NA CIDADE DE ICÉM/SP, indagando se deseja REPRESENTAR CRIMINALMENTE OU NÃO, contra a autora JOSELE. Se não colher a assinatura da vítima no termo de RENÚNCIA QUE SE ANEXO, se sim reduzir a termo de declarações a oitiva da autora JOSELE SANTOS PEREIRA, que poderá ser encontrada na RUA FIORELO USTULIM - Nº 620 - VILA TERRUGI - NA CIDADE DE ICÉM/SP, colher da vítima e do autor a assinatura no T.C.O, (TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA) que segue anexo junto com a cópia da ocorrência.

As peças consubstanciadoras das providências, cuja adoção é deprecada, uma vez elaborada deverão ser encaminhadas à Autoridade Deprecante, que se compromete, por sua vez, da mesma forma agir se e quando deprecada for.

Dada e passada nesta cidade de Fronteira, Estado de Minas Gerais, aos 16 dias do mês de Maio do ano de 2001. Eu

RENATA MARTINS DOS REIS - Escrivã de Polícia - Ad-
Hoc. que digitei



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÉM - SP
Rua Pref. João Ribeiro da Silveira, nº 300 - centro - Icém - SP - CEP 15.460-000
Fone/Fax: (17) 282-2525 e 147

fls. 252



CONCLUSÃO:

CONCLUSOS, em seguida, ao Dr
Delegado de Polícia de Icém.
O Escrivão.

C L S

J. aos autos as declarações prestadas Joaquim Pedro de
Morais e Joselene Lourenço Pereira, mencionada na Carta Precatória como sendo Josele
Santos Pereira e, a seguir, cumprida, restitua-se à congênere de origem, observando-se
as cautelas de praxe.

Icém, 13 de junho de 2001

DR ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO
DELEGADO DE POLÍCIA

DATA

RECEBIDOS na mesma data supra

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé haver
cumprido supra determinado, na mesma
data.

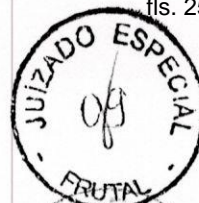
O Escrivão de Polícia.

08



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÊM - SP
Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, nº 300 - centro - Icêm - SP - CEP 15.460-000
Fone/Fax: (17) 282-2525 e 147

fls. 253



REMESSA

Aos 13 dias do mês de junho do
ano dois mil, faço remessa dos
presentes autos ao Sr Dr
Delegado de Polícia de
Fronteiraq – MG, do que, para
constar lavro o presente termo.
Eu [assinatura] (Reis), Escrivão de
Polícia o Digitei assino.

R
T
S

09
[assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG
POLÍCIA CIVIL
GUARDIA MINEIRA
Av. Emiliano Correia, n.º 259 - Centro
TELEFAX - (34) 428.2299
38.230-000 - FRONTEIRA/MG



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

N.º: 062 /2001

Natureza da Ocorrência: INTIMIDADE E DIFAMAÇÃO

Data: 09/04/2001 Horas: 13:30

Local: Recinto da Câmara Municipal de Fronteira/MG

DADOS DA VÍTIMA

VÍTIMA: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
PAI: João Pedro de Moraes
MAE: Abadia de Moraes
DATA DE NASC.: 25/05/1958
LOCAL/UF: Içem/SP
RG: 11.382.329 - SSP/SP
PROFISSÃO: Sindicalista ESTADO CIVIL: Amasiado
ENDEREÇO: Rua Ovidio Custodio Moreira, 888
BAIRRO: Centro CIDADE/UF: Içem/SP

DADOS DO AUTOR

AUTOR: JOSELE SANTOS PEREIRA
PAI:
MAE:
RG:
ORG. EMISSOR: SSP/SP
ENDEREÇO: Rua Fiorelo Ustulim, 620
BAIRRO: Vila Tarrugi CIDADE/UF: Içem/SP

TESTEMUNHAS

01 - NOME: LUCIANO FERES - Av. Nove, 415 - Centro - Fronteira/MG
ENDEREÇO: ANDAR ASSEM MUSSI - Av. Minas Gerais, 141 - Centro

HISTÓRICO

Sr. Delegado,

Comparece nesta data a esta Unidade Policial, a vítima, relatando os fatos que segue:-Que, na data de hoje estava na Câmara Municipal deste município, conversando com populares e testsmunhas acima que estavam por ali; Que, adentrou na Câmara Municipal a autora acima, falando para a vítima palavras de baixo calão - como, vagabundo, etc.; Que, a vítima esclarece que a autora é mãe de dois filhos da vítima - um casal de gêmeos e que a vítima paga regularmente todos os meses a quantia de 01 salário e meio designado pela Justiça, Comarca de Fronteira/MG, e também a parte o leite das crianças; Que, tal fato já ocorreu varias outras vezes; Que, a autora foi...

FRONTEIRA/MG,

Vítima

Elaborado por

REMESSA

Aos 18 dias do mês de Setembro
de 20 01 faço remessa destes autos
a o M.º Juiz de Direito da
Comarca, do que lavro este termo:
Eu, FR
Escr. ivã Ad-Hoc, o escrevi,

REMETIDOS

11
FR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARTÁRIO DISTRIBUIDOR - FRUTAL
PROTOCOLADO SOB O NÚMERO 01823/01
NO DIA 20/09/01 ÀS 17:33:42
Jms Perreira
ASSINATURA



CARTÁRIO DISTRIBUIDOR - COMARCA DE FRUTAL - MG

FICHA DE DISTRIBUTO DE AÇÕES

=====

Nº de Ordem : 1823/01 Vara Judicial : 11 Secretaria :
Requerente : JUSTICA PUBLICA
Requerido : JOSILENE LOURENCO PEREIRA
Tipo da Ação : TERMO CIRCUNSTANCIADO OCORRENCIA
Livro : 35 Data : 20/09/01
Oficial : MAURO VIANA DE OLIVEIRA
Observaes : DIFAMACAO - CP. MAURO

[Assinatura]



JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE FRUTAL - MG
SECRETARIA DE JUÍZO DA 1ª VARA



TCO nº: 924/01

Autor (a) do fato: **Josilene Lourenço Pereira**

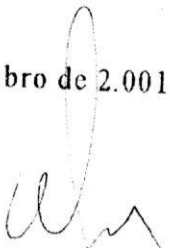
MM. Juiz(a):

Cuida-se de delito de Ação Penal Privada.

Decorridos mais de 06 (seis) meses, a (s) vítima (s) não ofereceu (ram) queixa-crime.

Assim, requeiro seja declarada extinta a punibilidade do (a) autor (a) do fato, nos termos do art. 107, IV, 2ª figura, do *Código Penal*, c/c o art. 38, do CPP.

Frutal, 29 de outubro de 2.001.


WAGNER COTRIM VOLPE SILVA
PROMOTOR DE JUSTIÇA



JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE FRUTAL - MG
SECRETARIA DE JUÍZO DA 1ª VARA

TCO nº: 924/01

Autor (a) do fato: Josilene Lourenço Pereira

Vítima: Joaquim Pedro de Moraes

Vistos, etc ...

Julgo, por sentença, **extinta** a punibilidade do (a) autor (a) do fato, nos termos do art. 107, IV, 2ª figura, do *Código Penal* c/c o art. 38, do CPP, determinando seu arquivamento, nos termos da Lei, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

Custas pelo Estado.

P. R. I. C.

Frutal, 29 de outubro de 2.001.

ANDRÉA LUÍZA DE OLIVEIRA DIAS FRANCO DE SOUZA
JUÍZA DE DIREITO
JUIZADO ESPECIAL

Certifico haver registrado a sentença

de fls. 14 no livro próprio

n.º 02 de fls. - sob

n.º -

Frutal, 29 de 10 de 01

4 Escrivã: Alviseira

Ciente o RMP.

D. S.

WAGNER COTRIM VOLPE SILVA
PROMOTOR DE JUSTIÇA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

Certifico e dou fé que pratiquei o ato ordinatório abaixo discriminado, nos termos do artigo 203, § 4º do C.P.C. e Normas de Serviço da Corregedoria.

Vistas dos autos ao autor para:

manifestar-se, em 15 dias, sobre a contestação (art. 350 ou 351 do CPC).

Nova Granada, 09 de dezembro de 2016. Eu, Gilda Menezes Mendonça Déo, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0477/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistas dos autos ao autor para:manifestar-se, em 15 dias, sobre a contestação (art. 350 ou 351 do CPC)."

Do que dou fé.
Nova Granada, 14 de dezembro de 2016.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0477/2016, foi disponibilizado na página 2512/2519 do Diário da Justiça Eletrônico em 15/12/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Teor do ato: "Vistas dos autos ao autor para:manifestar-se, em 15 dias, sobre a contestação (art. 350 ou 351 do CPC)."

Nova Granada, 15 de dezembro de 2016.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CIVEL DA COMARCA DE NOVA GRANADA DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

**JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e ROSILENE PEREIRA DE
MORAIS**, ambos já devidamente qualificados nestes autos, vem
respeitosamente a presença de Vossa Excelência, informar seu novo
endereço:

Rua Alameda do Cruzeiro, n. 511, Centro, Fronteira-MG.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Nova Granada, 27 de janeiro de 2017.



Suzane Karen Verro Giacometo

OAB/SP n. 325.947

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo Cível n. 1001943-73.2016.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e ROSILENE PEREIRA DE MORAIS, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem a presença de Vossa Excelência, atendendo a despacho, manifestar-se sobre a **CONTESTAÇÃO** apresentados a fls. 39/55:

O requerido alegou que o intento desta ação deu-se devido a um sentimento “vingativo” dos requeridos e de sua genitora, fato não verdadeiro, pois o que buscam é o mínimo de reparo pelo abandono que lhes proporcionou se genitor, e um respaldo nesse momento difícil que estão passando.

Quanto a alegação de que nunca teria conseguido se aproximar dos filhos devido empecilho da genitora dos mesmos, também não merece prosperar, visto que se realmente quisesse exercer esse direito, e o único empecilho fosse a genitora, teria buscado a via judicial para ver os filhos se nutrisse carinho pelos mesmos.

Já sobre a pensão alimentícia neste momento não se trata de uma obrigatoriedade, mas sim da real necessidade que os requerentes

estão passando, e da possibilidade do requerido em lhes ajudar, e quanto ao requerido possuir mais cinco filhos, isso não justifica o fato de não ajudar os filhos.

Um acompanhamento psicológico claramente verificaria-se a falta que a presença paterna fez na vida dos requerentes.

Quanto a fixação dos danos morais, diante do abandono afetivo provocado

pelo requerido, é totalmente cabível, pois nunca tiveram a presença, auxílio ou qualquer ajuda paterna a não ser durante o período fixado judicialmente para pensão alimentícia.

É cediço a ausência do requerido na vida dos requerentes, que nunca esteve presente na vida dos mesmos, deixando apenas para a genitora dos requerentes toda a criação e educação.

Ante todo ao exposto reitera o pedido de procedência integral da presente ação.

Nestes Termos

Pede deferimento

Nova Granada-SP, 27 de janeiro de 2017.



Suzane Karen Verro Giacometo

OAB/SP n. 325.947

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Zurich Oliva Costa Netto**

Vistos.

Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, digam as partes se pretendem a produção de outras provas, justificando a sua pertinência, no prazo de quinze (15) dias.

Após, tornem conclusos.

Int.

Nova Granada, 26 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0202/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos.Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, digam as partes se pretendem a produção de outras provas, justificando a sua pertinência, no prazo de quinze (15) dias.Após, tornem conclusos. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 3 de maio de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0202/2017, foi disponibilizado na página 2388-2394 do Diário da Justiça Eletrônico em 04/05/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)

Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Teor do ato: "Vistos.Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, digam as partes se pretendem a produção de outras provas, justificando a sua pertinência, no prazo de quinze (15) dias.Após, tornem conclusos. Int."

Nova Granada, 4 de maio de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros



LEMOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA. SP

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, por seu advogado que está subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa**, REQUERER o julgamento do feito em seus atual estado. Caso o entendimento de V. Exa, seja diverso, requer o depoimento pessoal dos autores, prova testemunhal e documental.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Nova Granada SP, 05 de maio de 2017.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.622.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA GRANADA DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Suzane Karen Verro Giacometo, brasileira, solteira, Advogada, regularmente inscrita na OAB/SP sob o nº 325.947, na qualidade de procuradora dos autores, nos autos da presente ação cível, e não mais desejando patrocinar a presente demanda, por motivos principais de “quebra de confiança”, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, RENUNCIAR AO MANDATO, requerendo que se digne em oficiar a OAB, para que nomeie novo procurador ao presente processo.

Tendo em vista estar em prazo para juntada de provas a estes autos, requer a abertura de novo prazo ao novo procurador que será nomeado.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Nova Granada, 19 de maio de 2017.



Suzane Karen Verro Giacometo

OAB/SP n. 325.947



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes, Alameda do Cruzeiro, 511, Centro - CEP 38230-000, Fronteira-MG, CPF 069.937.936-95, RG 455378162, Solteira, Brasileiro,**
Joaquim Pedro de Moraes Filho, Rua Alameda do Cruzeiro, 511, Centro - CEP 38230-000, Fronteira-MG, CPF 133.036.496-18, RG 20252741, Solteiro, Brasileiro, OUTROS
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes, Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 129.321.738-71, RG 11382329, Solteiro, Brasileiro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Vistos.

Homologo a renúncia feita pela advogada nomeada para defender os interesses dos requerentes. Expeça-se certidão de honorários em razão de sua atuação parcial.

Oficie-se à OAB local, para indicação de novo advogado para defender os interesses dos requerentes acima qualificados, observando-se os advogados que já estão atuando no presente feito, conforme abaixo relacionado. **Servirá o presente, por cópia digitada, como ofício.**

Com a indicação, intime-se o novo advogado para se manifestar nos autos, especificando quais as provas pretende produzir no prazo de cinco dias.

Int.

Nova Granada, 29 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Advogados que já atuam no processo:
325947/SP - Suzane Karen Verro Giacometo
113902/SP - Antonio Alberto Cristofolo de Lemos

Processo nº 1001943-73.2016**MARIA JOSE DE MATTOS****Enviado:**terça-feira, 30 de maio de 2017 13:46**Para:** oabng@uol.com.br**Anexos:** 1001943-73.2016.pdf (126 KB)

Boa tarde!

Pelo presente encaminho anexo r. decisão servindo como ofício para nomeação de novo advogado.

Grata!

MARIA JOSE DE MATTOS

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Cível de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

Cel: (17) 98161-2672

E-mail: maria.mattos@tjsp.jus.br**Antes de imprimir** pense em seu compromisso com o **Meio Ambiente**

Retransmitidas: Processo nº 1001943-73.2016

Microsoft Outlook

Enviado:terça-feira, 30 de maio de 2017 13:46**Para:** MARIA JOSE DE MATTOS

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

oabng@uol.com.br (oabng@uol.com.br)

Assunto: Processo nº 1001943-73.2016

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -
CEP 15440-000**CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB****Juízo de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara:** 488**Ação:** Procedimento Comum**Código de Ação:** 206**Processo nº:** 1001943-73.2016.8.26.0390**Classe – Assunto:** Procedimento Comum - Alimentos**Advogado(a) nomeado(a):** Suzane Karen Verro Giacometo,**Número da OAB:** 325947/SP **Data da nomeação:** 20.06.2016**Beneficiário(a):** Rosilene Pereira de Moraes e Joaquim Pedro de Moraes Filho**Autor (x) Réu ()****Registro Geral de Indicação:** 20160622030100243259475**Data da sentença:** n/c☐ 1- Procedente☐ 2- Parcialmente Procedente☐ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☒ 5- Outros: RENÚNCIA**Data do trânsito em julgado:** n/c**Atos praticados:**☐ 1- Todos os atos do processo☒ 2- Atuação parcial☐ 4- Recurso☐ 10 - 2º Júri☐ 16 - Produção Antecipada de Provas – Art. 366, CPP.

Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 30 de maio de 2017.

Eu, Maria José de Mattos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Suzane Karen Verro Giacometo, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0278/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos.Homologo a renúncia feita pela advogada nomeada para defender os interesses dos requerentes. Expeça-se certidão de honorários em razão de sua atuação parcial.Oficie-se à OAB local, para indicação de novo advogado para defender os interesses dos requerentes acima qualificados, observando-se os advogados que já estão atuando no presente feito, conforme abaixo relacionado. Servirá o presente, por cópia digitada, como ofício.Com a indicação, intime-se o novo advogado para se manifestar nos autos, especificando quais as provas pretende produzir no prazo de cinco dias.Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 7 de junho de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0278/2017, foi disponibilizado na página 1904-1910 do Diário da Justiça Eletrônico em 08/06/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Suzane Karen Verro Giacometo (OAB 325947/SP)

Teor do ato: "Vistos.Homologo a renúncia feita pela advogada nomeada para defender os interesses dos requerentes. Expeça-se certidão de honorários em razão de sua atuação parcial.Oficie-se à OAB local, para indicação de novo advogado para defender os interesses dos requerentes acima qualificados, observando-se os advogados que já estão atuando no presente feito, conforme abaixo relacionado. Servirá o presente, por cópia digitada, como ofício.Com a indicação, intime-se o novo advogado para se manifestar nos autos, especificando quais as provas pretende produzir no prazo de cinco dias.Int."

Nova Granada, 8 de junho de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

ENC: Nomeação Processo 1001943-73.2016

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Enviado: sexta-feira, 9 de junho de 2017 17:40**Para:** JULIANA GREISSE BERTOLDI**Anexos:** ROSILENE PEREIRA DE MORAIS~1.pdf (439 KB)**JOEL SABINO DA COSTA**

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br**De:** OAB Nova Granada [oabng@uol.com.br]**Enviado:** sexta-feira, 9 de junho de 2017 17:01**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO**Assunto:** Nomeação Processo 1001943-73.2016

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



NOVA GRANADA, 09 de Junho de 2017.

Ofício Número: 0002839337/2017

Referente ao Processo: 1001943-73.2016 (Cível)

Classe – Assunto: Procedimento Comum

Requerente: Rosilene Pereira de Moraes; Joaquim Pedro de Moraes Filho

Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Comunicamos que, em resposta ao ofício em epígrafe foi nomeado o (a) advogado (a) abaixo mencionado, para o assistido:

Nome: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Cumpre esclarecer que o (a) Ilustre Advogado (a) deve ser intimado (a) para requerer o que de direito, bem como ser NOTIFICADO (A) de que é necessário o (a) advogado (a) entrar no Sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para dar o "Aceite" na nomeação e juntar a Indicação ao processo, tendo em vista que este ofício trata-se apenas de uma "Autorização de Nomeação". Esclarecemos também que deve o (a) Advogado (a) ser notificado (a) para, em caso de "RECUSA" da nomeação por qualquer motivo que seja, comunicar sua recusa junto ao Processo, para que possamos receber novo Ofício deste Juízo para a realização de Nova Nomeação.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

OAB / Nome: 276.023 / EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO

Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 508

Fone: 17-3242-9870

Bairro: CENTRO Cidade:

NOVA GRANADA

CEP: 15440-000

UF: SP

Número de Autorização: 1497037300058

SAO PAULO, 09 de junho de 2017.

Ofício Número: 0002839337/2017

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para propor OUTRAS - FAMILIA - QUESTIONÁRIO GENÉRICO, em favor de:

Foro de Nova Granada / Vara Única

Processo No.: 1001943-73.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2514913 - Autor/a

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

RG: 20252741

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Identificação DPESP: 2514962 - Autor/a

Nome: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

CPF: 6993793695

RG: 45537816 2

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(A) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 276023 / EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO

Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 508

Fone: 17-32429870

Complemento: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: NOVA GRANADA

CEP: 15440000 UF: SP

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 285 e 326)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ofício da OAB (fls. 277/278) nomeou Dra. Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB/SP 276.023) como advogada dos requerentes Rosilene Pereira de Moraes e Joaquim Pedro de Moraes Filho. A advogada dos requerentes deve apresentar defesa no prazo legal.

Nada Mais. Nova Granada, 13 de junho de 2017. Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Remessa ao DJE

Certifico e dou fé que remeti ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) ato(s) ordinatório(s) acima em ____/____/____.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se a advogada dos requerentes, no prazo de 05 dias, sobre quais provas pretende produzir de acordo com a decisão de fls. 270.

Nada Mais. Nova Granada, 13 de junho de 2017. Eu, ____,
 Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Remessa ao DJE

Certifico e dou fé que remeti ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) ato(s) ordinatório(s) acima em ____/____/____.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA/SP

Processo nº 1001943-73.2016.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAES FILHO, E ROSILENE
PEREIRA DE MORAIS, ambos já qualificados nos presentes autos, vem,
respeitosamente, através desta advogada e procuradora, indicada pelo Convênio
DPSP/OAB-SP, se MANIFESTAR QUANTO AS PROVAS NOS AUTOS;

Protesta pelo depoimento pessoal dos autores, oitiva de
testemunhas, provas materiais e tantas outras em direito admitidas.

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Granada/SP 19 de junho 2017

Edna A. Mira S. de Lima Pinto

OAB/SP 276.023

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0303/2017, foi disponibilizado na página 2125-2133 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/06/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a advogada dos requerentes, no prazo de 05 dias, sobre quais provas pretende produzir de acordo com a decisão de fls. 270."

Nova Granada, 22 de junho de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0303/2017, foi disponibilizado na página 2125-2133 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/06/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Ofício da OAB (fls. 277/278) nomeou Dra. Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB/SP 276.023) como advogada dos requerentes Rosilene Pereira de Moraes e Joaquim Pedro de Moraes Filho. A advogada dos requerentes deve apresentar defesa no prazo legal."

Nova Granada, 22 de junho de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA/SP

Processo nº 1001943-73.2016.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAES FILHO, E ROSILENE PEREIRA DE MORAIS, ambos já qualificados nos presentes autos, vem, respeitosamente, através desta advogada e procuradora, indicada pelo Convênio DPSP/OAB-SP, REITERAR a MANIFESTAÇÃO QUANTO AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR;

Protesta pelo estudo social e psicológico dos requerentes.

Ainda pelo depoimento pessoal dos autores, oitiva de testemunhas, provas materiais e tantas outras em direito admitidas.

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Granada/SP 28 de junho 2017

Edna A. Mira S. de Lima Pinto

OAB/SP 276.023



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA
CÍVEL DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP

FAMÍLIA E SUCESSÕES

Processo nº1009546-90.2017.8.26.0576

ROSILENE PERREIRA DE MORAIS E JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ambos devidamente qualificados nos presentes autos, vem à presença de V. Exa., por sua advogada e procuradora infra-assinado, indicada pelo Convênio DPSP/OAB-SP, oferecer

RESPOSTA Á CONTESTAÇÃO, em face de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS**, pelos fatos e fundamentos de direito adiante expostos:

A resposta do requerido não deve prosperar; com a sabedoria e conhecimento jurídico de que é dotado, o M.M. juiz saberá julgar favoravelmente aos requeridos.

DO DIREITO

O requerido nega-se mais uma vez a ajudar seus filhos, é o que sempre fez. Embora tenha pago alguns anos de alimentos, foi só.



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

Não justifica o abandono material, sem o necessário para a sobrevivência digna de seus filhos, apenas porque separou-se da genitora do mesmo.

Os requerentes jamais tiveram o afeto e a presença do requerido, obviamente sentem-se rejeitados, mas nunca pretenderam vingança, mas, sim, uma atenção, um apoio, uma mão, saber que podem contar com esse pai.

É o caso em tela.

Pois bem!

A preliminar deve ser de pronto, rejeitada, não obedece aos requisitos necessários para sua aplicação, apenas um desabafo.

NO MÉRITO

Se o requerido realmente quisesse ter contato com seus filhos, é evidente que bastaria procurá-los, mas nada foi feito, afinal viviam na mesma cidade. Não há provas nos autos de que tentou visitar seus filhos e foi impedido.

O fato é que assim que possível retirou a pensão dos filhos sem nem mesmo ouvir suas necessidades, ação que teve seu mérito “a revelia”.

Nesse diapasão, considerando o estado de miserabilidade afirmada pelos requerentes, é justo a procedência de novos alimentos até que se Restabeleçam de tal infortúnio.

Ademais se o requerido vivesse somente da aposentadoria, por certo não conseguiria cumprir os compromissos de gastos apresentados nos autos. É Por certo auferir renda de sua propriedade rural.

Por todo o exposto é de rigor prover os alimentos aos requerentes.

DO DANO

Os autores NUNCA estiveram com o requerido em passeios ou lazer, JAMAIS PARTICIPARAM DE ALMOÇO DE FAMÍLIA com a família paterna, NUNCA FORAM CONVIDADOS A PASSAR UM NATAL COM O REQUERIDO, nem mesmo um final de ano, ou ficar nas férias com o mesmo, fosse sozinho ou acompanhado dos outros irmãos.

NUNCA TIVERAM AFETO PATERNO OU RELAÇÃO FAMILIAR COM O MESMO.



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

Os requerentes foram afetados não só emocionalmente por tantos anos de conflitos e rejeição, psicologicamente, mas também na sua dignidade humana.

A criança, precisa ter liame com os parentes, lazer com o pai e seus familiares, se sentir parte, sentir-se amada e considerada. E isso nunca ocorreu.

Ser pai na medida do possível é muito pouco. Embora hoje adultos, ainda sentem falta do carinho, do apoio financeiro e estrutural do genitor.

O ressarcimento indenizatório é apenas uma compensação pelos sofrimentos infringidos aos mesmos.

Os danos morais, também chamados de danos por causa da angústia mental, são danos causados por um conjunto de sentimentos. É um dano que atinge a esfera subjetiva de uma pessoa e não pode ser traduzida em termos monetários.

[1]Segundo Clovis Beviláqua, dano, “é uma ofensa ou diminuição do patrimônio moral ou material de alguém. Dano, em sentido amplo, é toda diminuição dos bens jurídicos da pessoa”.

Observando de contexto, o dano moral serve para punir o responsável pelos fatos que a sua negligencia ocasionou, e isto sim, deve o requerido pagar.

No que tange à efetiva demonstração do dano, os Tribunais, afastando a intrínseca dificuldade que deriva de seu caráter extrapatrimonial, têm declarado que o dano moral é in re ipsa, ou seja, dispensa prova por derivar prontamente da lesão, e a questão da indenizabilidade do dano moral encontra guarida principalmente no STJ, nos seguintes termos:

“A concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação (damnum in re ipsa), não havendo



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

que se cogitar da prova do prejuízo" (REsp nº 23.575-DF, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJU 01/09/97).

"Dano moral - Prova. Não há que se falar em prova do dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que os ensinam (...)" (REsp nº 86.271-SP, Relator Ministro Carlos A. Menezes, DJU 09/12/97).

Como preleciona o estudo da Prof^{ma}. Maria Celina Bodin de Moraes:

***"partindo-se do princípio de que os danos a serem provados são os prejuízos imateriais, já hoje a jurisprudência amplamente majoritária decidiu que o dano moral é um dano in re ipsa, isto é, um tipo de prejuízo que, justamente, não necessita de prova para ser indenizado"* (in "Danos à Pessoa Humana – uma leitura civil-constitucional dos danos morais", Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 285).**

"Ex Positis", espera os Requerentes que o nobre magistrado, inspirado pelas luzes do direito e da justiça, acolha os argumentos fáticos e verdadeiros nesta réplica, requerendo desde já;

Total IMPROCEDÊNCIA da Contestação;

A PROCEDÊNCIA total dos pedidos da exordial;

Caso assim não entenda Vossa Excelência, requer o estudo social e psicológico dos requerentes.

A condenação do Requerido ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Nova Granada/SP 28/06/2017

Edna A. Mira S. de Lima Pinto
OAB/SP 276.023 – (17) 3012.0744


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO/MANDADO/CARTA "AR"

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerentes: (a serem intimados por carta "AR") **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS**, Brasileiro, Solteira, OUTROS, RG 455378162, CPF 069.937.936-95, Alameda do Cruzeiro, 511, Centro, CEP 38230-000, Fronteira - MG
JOAQUIM PEDRO DE MORAES FILHO, Brasileiro, Solteiro, OUTROS, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, Rua Alameda do Cruzeiro, 511, Centro, CEP 38230-000, Fronteira - MG
Requerido(s): (a ser intimado por mandado) **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS**, Brasileiro, Solteiro, RG 11382329, CPF 129.321.738-71, Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural, CEP 15460-000, Icem - SP

INTIMAÇÃO DOS AUTORES POR CARTA "AR".
INTIMAÇÃO DO RÉU POR MANDADO.

Advertência: audiência de instrução designada para o dia 25 de outubro de 2017, às 15h45min.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Juiz de Direito: Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos em saneador.

O processo não deve ser sentenciado de plano.

O réu foi citado tendo apresentado contestação com preliminar. Rejeito a preliminar arguida pois tal alegação depende de provas e será analisada no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.

Estão que presentes os pressupostos processuais e condições da ação, entendida como direito abstrato.

Os argumentos apresentados em contestação dependem de provas, devendo aguardar a instrução processual e serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.

Fls. 284: Defiro a realização de ESTUDO PSICOSSOCIAL do caso, cientificando os(as) profissionais para apresentação dos relatórios técnicos até o dia 10 de outubro de 2017.

Servirá o presente, por cópia digitada, como **OFÍCIO** ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São José do Rio Preto/SP, para indicação de psicólogo.

Ao Setor Social para estudo social.

Sem prejuízo, designo audiência de instrução, debates e julgamento para o **dia 25 de outubro de 2017, às 15h45min**, quando se procederá a inquirição das testemunhas oportunamente arroladas, que deverão comparecer à audiência a cargo da parte que arrolar.

Defiro o depoimento pessoal das partes que deverão ser pessoalmente intimadas a comparecer em audiência, constando do mandado as advertências do art. 385 do novo Código de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Processo Civil.

Servirá o presente, por cópia digitada, como **CARTA "AR"** para **INTIMAÇÃO** dos requerentes, na pessoa de sua responsável legal.

Servirá o presente, por cópia digitada, como **CARTA "AR"** para **INTIMAÇÃO** do réu.

Int.

Nova Granada, 31 de agosto de 2017.

Advertência: A(s) testemunha(s) deverá(ão) ser advertida(s) de que, deixando de comparecer sem motivo justificado, sujeitar-se-á(ão) à condução coercitiva, com auxílio de força policial, se necessário, sem prejuízo da aplicação de multa prevista no art. 458 do CPP, bem como estará sujeito(a) a processo penal por crime de desobediência e ao pagamento de custas da(s) diligência(s) (artigo 218 e 219, do Código de Processo Penal).

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**MANDADO – FOLHA DE ROSTO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Valor da Causa: **R\$ 88.000,00**
 Nº do Mandado: **390.2017/006089-3**

Mandado expedido em relação a:

Joaquim Pedro de Moraes

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):

Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Fabiano Rodrigues Crepaldi

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 01 de setembro de 2017. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

39020170060893

EDNA DONIZETE MARÇAL

De: EDNA DONIZETE MARÇAL
Enviado em: sexta-feira, 1 de setembro de 2017 11:24
Para: SAO JOSE DO RIO PRETO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
Assunto: Estudo Psicológico
Anexos: DECISÃO - PROC. 1001943-73.2016.pdf; Senha do Processo [1001943-73.2016.8.26.0390].pdf

Bom dia,

Em anexo, encaminho a r. decisão, solicitando seja designada data para a realização de Estudo Psicológico para a parte requerida, no seguinte feito:

Processo nº: 1001943-73.2016.8.26.0390

Classe - Assunto Procedimento Comum

Requerente Rosilene Pereira de Moraes, Alameda do Cruzeiro, 511, Centro - CEP 38230-000, Fronteira-MG, CPF 069.937.936-95, RG 455378162.

Joaquim Pedro de Moraes Filho, Rua Alameda do Cruzeiro, 511, Centro - CEP 38230-000, Fronteira-MG,

Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes, Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 129.321.738-7**

Att.



EDNA D. MARÇAL

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Vara Única - Ofício Cível

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 / Tel (17) 3262-1612

Cel: (17) 99132-8622

E-mail: emarcas@tjsp.jus.br

Email da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Ciência ao Ministério Público.

Nova Granada, 01 de setembro de 2017.

Eu, ____, Edna Donizete Marçal, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outros**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

CERTIFICA-SE que em 01/09/2017 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Nova Granada, (SP), 01 de setembro de 2017



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1001943-73.2016.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 01/09/2017 12:59

Prazo: 10 dias

Intimado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

São Paulo, 1 de Setembro de 2017

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CARTA PRECATÓRIA ESTUDO PSICOSSOCIAL – PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 -
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Prazo para Cumprimento: **URGENTE**

Justiça Gratuita
 CONFIDENCIAL

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei etc.

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: **FINALIDADE: a realização de ESTUDO SOCIAL e PSICOLÓGICO** junto aos autores **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 20.252.741 e do CPF n.133.036.496.18 e **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS**, brasileira solteira, portadora do RG n. 45.527.816.2, ambos residentes e domiciliados na Alameda Cruzeiro, 511 - Fronteira/MG, tudo de conformidade com a inicial e peças que seguem anexas por xerocópias, as quais ficam fazendo parte integrante da presente.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

PROCURADOR(ES):

Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, OAB nº 276023/SP.

Dr(a). Antonio Alberto Cristofolo de Lemos, OAB nº 113902/SP.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável CUMPRIMENTO, se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 01 de setembro de 2017. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
CARTA DE INTIMAÇÃO – AUD. INSTR. E JULG. - DEPOIMENTO PESSOAL – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Data da Audiência: **25/10/2017 às 15:45h - Sala: Sala de Audiência da Vara Judicial**

Destinatário(a):
 Rosilene Pereira de Moraes
 Alameda do Cruzeiro, 511, Centro
 Fronteira-MG
 CEP 38230-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer à **audiência** acima mencionada, perante este Juízo, no endereço **Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada**, a fim de prestar **depoimento pessoal** nos autos da ação em epígrafe. Fica **advertido(a)** de que caso não compareça, ou comparecendo se recuse a depor, se presumirão confessados os fatos contra si alegados.

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no artigo 274, do Código de Processo Civil, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta intimação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 01 de setembro de 2017. Edna Marçal, Escrevente Técnico Judiciário.



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 04/09/2017 às 11:14

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**Código de rastreabilidade:** 8252017735829**Documento:** 1001943 - ESTUDO SOCIAL.pdf**Remetente:** NOVA GRANADA (Cleber de Souza Damaceno)**Destinatário:** Contadoria/Tesouraria/Distribuição - Comarca de Frutal (TJMG)**Data de Envio:** 04/09/2017 11:10:17**Assunto:** cARTA PRECATÓRIA - ESTUDO PSICOSSOCIAL NOS AUTORES- URGÊNCIA.**Imprimir**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0500/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "O processo não deve ser sentenciado de plano.O réu foi citado tendo apresentado contestação com preliminar. Rejeito a preliminar arguida pois tal alegação depende de provas e será analisada no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.Estão que presentes os pressupostos processuais e condições da ação, entendida como direito abstrato.Os argumentos apresentados em contestação dependem de provas, devendo aguardar a instrução processual e serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.Fls. 284: Defiro a realização de ESTUDO PSICOSSOCIAL do caso, cientificando os(as) profissionais para apresentação dos relatórios técnicos até o dia 10 de outubro de 2017.Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São José do Rio Preto/SP, para indicação de psicólogo.Ao Setor Social para estudo social. Sem prejuízo, designo audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 25 de outubro de 2017, às 15h45min, quando se procederá a inquirição das testemunhas oportunamente arroladas, que deverão comparecer à audiência a cargo da parte que arrolar.Defiro o depoimento pessoal das partes que deverão ser pessoalmente intimadas a comparecer em audiência, constando do mandado as advertências do art. 385 do novo Código de Processo Civil. Servirá o presente, por cópia digitada, como CARTA "AR" para INTIMAÇÃO dos requerentes, na pessoa de sua responsável legal. Servirá o presente, por cópia digitada, como CARTA "AR" para INTIMAÇÃO do réu."

Do que dou fé.
Nova Granada, 5 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0500/2017, foi disponibilizado na página 2459-2463 do Diário da Justiça Eletrônico em 06/09/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "O processo não deve ser sentenciado de plano.O réu foi citado tendo apresentado contestação com preliminar. Rejeito a preliminar arguida pois tal alegação depende de provas e será analisada no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.Estão que presentes os pressupostos processuais e condições da ação, entendida como direito abstrato.Os argumentos apresentados em contestação dependem de provas, devendo aguardar a instrução processual e serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito.Fls. 284: Defiro a realização de ESTUDO PSICOSSOCIAL do caso, cientificando os(as) profissionais para apresentação dos relatórios técnicos até o dia 10 de outubro de 2017.Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São José do Rio Preto/SP, para indicação de psicólogo.Ao Setor Social para estudo social. Sem prejuízo, designo audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 25 de outubro de 2017, às 15h45min, quando se procederá a inquirição das testemunhas oportunamente arroladas, que deverão comparecer à audiência a cargo da parte que arrolar.Defiro o depoimento pessoal das partes que deverão ser pessoalmente intimadas a comparecer em audiência, constando do mandado as advertências do art. 385 do novo Código de Processo Civil. Servirá o presente, por cópia digitada, como CARTA "AR" para INTIMAÇÃO dos requerentes, na pessoa de sua responsável legal. Servirá o presente, por cópia digitada, como CARTA "AR" para INTIMAÇÃO do réu."

Nova Granada, 6 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

EDNA DONIZETE MARÇAL

De: VALERIA RODRIGUES GOULART PASQUARELI
Enviado em: terça-feira, 12 de setembro de 2017 12:18
Para: EDNA DONIZETE MARÇAL
Cc: NOVA GRANADA - ADMINISTRACAO; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Assunto: convocação para entrevista psicológica
Anexos: Untitled_20170912_115946.PDF
Prioridade: Alta

Boa Tarde

Segue convocação para entrevista psicológica ,referente aos autos 1001943-73.2016.

Grata



VALERIA RODRIGUES GOULART PASQUARELI
 Psicólogo Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
 1ª e 2ª Vara da Família e das Sucessões
 Rua Abdo Muanis, 991, 3º andar - Nova Redentora - São José do Rio Preto/SP -

CEP: 15090-140
 Tel: (17) 3234-2132

E-mail: vpasquareli@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
 Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA - S.P.

Autos nº 1001943-73.2016

Requerente: Rosilene Pereira de Moraes

Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Tendo em vista determinação de Vossa Excelência para a realização de estudo psicológico do presente caso, solicitamos as providências necessárias para convocação das partes acima citadas e o filho, a fim de que compareçam no Setor de Psicologia do Fórum de Nova Granada, para entrevista psicológica, **no dia 02 de outubro de 2017 às 11h.**

Para tanto, solicitamos a disponibilização de viatura para o transporte de **ida e volta**, conforme publicação da Portaria nº 8.647/2012 do Tribunal de Justiça-SP no Diário Oficial do dia 19 de setembro de 2012, para esta técnica, lotada na Comarca de São José do Rio Preto, com saída no **dia 02 de outubro de 2017 às 10h, da Vara da Família** situada à Rua Abdo Muanis, 991- 3º andar- sala 307.

À consideração de Vossa Excelência.

São José do Rio Preto, 12 de setembro de 2017.


Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli
Psicóloga Judiciária
CRP 06/36.831-4

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Fls. 301/302: **Estudo Psicológico** agendado para o **dia 02 de Outubro de 2017, às 11:00 horas**, no endereço sito à Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 – Centro – Nova Granada/SP, setor técnico, anexo ao Fórum, ocasião em que será entrevistado pelo(a) Psicóloga Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli.

Nada Mais. Nova Granada, 12 de setembro de 2017. Eu, Edna Marçal, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0514/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 301/302: Estudo Psicológico agendado para o dia 02 de Outubro de 2017, às 11:00 horas, no endereço sito à Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP, setor técnico, anexo ao Fórum, ocasião em que será entrevistado pelo(a) Psicóloga Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli."

Do que dou fé.
Nova Granada, 13 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada - SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
MANDADO DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO - ESTUDO PSICOLÓGICO

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2017/006297-7**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, brasileiro, residente no Sítio Santa Izabel, ICÉM/SP.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei, **MANDA** qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

INTIMAÇÃO do(a) REQUERIDO supracitado(a) para comparecer ao Fórum, Setor Técnico, Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 – Centro – Nova Granada/SP para realização de Estudo Psicológico do caso, agendado para o **dia 02 de Outubro de 2017, às 11:00 hs.**, ocasião em que será examinado pelo(a) perito(a) judicial nomeado(a), Sr(a). Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli, devendo apresentar-se com **30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente trajado(a) e munido(a) de Cédula de Identidade, Carteira Profissional e C.P.F.**

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 12 de setembro de 2017. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto
 Endereço: ., 1749, São Bernardo - CEP 15130-000, Mirassol-SP

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020170062977

ENC: encaminha comprovante distribuição Carta Precatória

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Enviado:terça-feira, 5 de setembro de 2017 10:51

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI

Anexos: comprovante.pdf (22 KB)

JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Vara Única da Comarca
AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22
E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: frucontadoria@tjmg.jus.br [frucontadoria@tjmg.jus.br]
Enviado: segunda-feira, 4 de setembro de 2017 12:38
Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Assunto: encaminha comprovante distribuição Carta Precatória

Prezado(a),

Segue em anexo comprovante de distribuição da Carta Precatória encaminhada para cumprimento nesta Comarca, expedida nos autos de nº 1001943-73.2016.8.26.0390 (vosso), salientando que qualquer pedido de informação deverá ser dirigido diretamente à Secretaria de Juízo respectiva.

Att.
Distribuidor de Feitos
Comarca de Frutal-MG

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **5002748-50.2017.8.13.0271**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Frutal**
Jurisdição: Frutal
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Assunto principal: Diligências
Segredo de justiça: Sim
Partes: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (133.036.496-18) e outro
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
CP Nova Granada.pdf	Carta Precatória	1372,45
Petição Inicial	Petição Inicial	1,05

Assuntos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Objetos de cartas precatórias/de ordem/Diligências

Lei

AUTOR

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS
(Advogado)

Distribuído em: 04/09/2017 12:36

Protocolado por: GISELE DE SOUZA ALVES

**Digital**08/09/2017
LOTE: 30199

fls. 309

DESTINATÁRIORosilene Pereira de Moraes
Alameda do Cruzeiro, 511, -, Centro
Fronteira, MG
38230-000

AR688707821JF

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**
Centralizador Regional

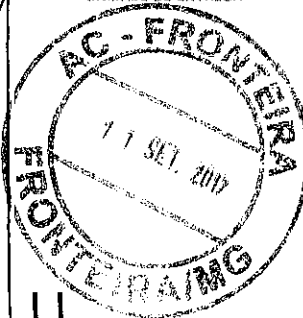
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

REMETENTE**TENTATIVAS DE ENTREGA**1ª ____/____/____ : ____ h
2ª ____/____/____ : ____ h
3ª ____/____/____ : ____ h**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input checked="" type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

**ATENÇÃO:**
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Luciano Antonio de Souza
Agente de Correios
Carteiro
Matr. 4419269-0

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA CIDADE DE SÃO PAULO.SP

Processo Nº 10019437320168260390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, todos já qualificados nos autos do processo em epigrafe, por seu advogado que está subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa**, apresentar o rol testemunhas que deverão depor na audiência designada:

- 1- **Marcia Moraes Andrade**, residente na Rua Antonio Ramos do Amaral Nº 277 Fronteira MG;
- 2- **Edson Tadeu dos Santos**, residente na Av. Goiás 277 Fronteira MG.
- 3- **Samir Vicente de Moraes**, residente na Praça Nossa Senhora de Abadia Nº 29 Icem SP.
- 4- **Antonio Honório do Nascimento**, Delegado de Polícia de Icem SP, devendo ser requisitado através do Delegado Seccional de São Jose do Rio Preto SP.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Nova Granada SP, 15 de setembro de 2017.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0514/2017, foi disponibilizado na página 2228-2231 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/09/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Fls. 301/302: Estudo Psicológico agendado para o dia 02 de Outubro de 2017, às 11:00 horas, no endereço sito à Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP, setor técnico, anexo ao Fórum, ocasião em que será entrevistado pelo(a) Psicóloga Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli."

Nova Granada, 19 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

4/9- 19/9

fls. 313

fls. 291



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
Valor da Causa: **R\$ 88.000,00**
Nº do Mandado: **390.2017/006089-3**

Mandado expedido em relação a:

Joaquim Pedro de Moraes


Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):

Sítio Santa Izabel, =, Zona Rural - CEP 15460-000, Icem-SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Fabiano Rodrigues Crepaldi

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 01 de setembro de 2017. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

X 
14.09.2017
11:25



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDNA DONIZETE MARCAL. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e código 3ADB75F. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB75F.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2017/006089-3 dirigi-me ao endereço indicado, ou seja, no sítio Santa Izabel, no município de Icém-SP, mas não encontrei o suplicado, posteriormente, acabei por encontra-lo em seu endereço residencial, na rua João Rola Rosa, nº 269, na cidade de Icém-SP, e ai sendo, nesta data, INTIMEI o requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, do inteiro teor e fins do r. Mandado, o qual de tudo bem ciente ficou, aceitando uma cópia do presente mandado que lhe li e ofereci, exarando no anverso do mandado a sua nota de ciente. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 14 de setembro de 2017.

Número de Cotas: 03, sendo 31,000 Km de ida- Sítio Santa Izabel e cidade de Icém-SP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifestem-se os requerentes, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre aviso de recebimento negativo de fls. 308, informando se comparecerão independente de intimação.

Nada Mais. Nova Granada, 19 de setembro de 2017. Eu, ____,
 Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0529/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifestem-se os requerentes, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre aviso de recebimento negativo de fls. 308, informando se comparecerão independente de intimação."

Do que dou fé.
Nova Granada, 20 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0529/2017, foi disponibilizado na página 2431-2434 do Diário da Justiça Eletrônico em 21/09/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Manifestem-se os requerentes, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre aviso de recebimento negativo de fls. 308, informando se comparecerão independente de intimação."

Nova Granada, 21 de setembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de setembro de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para determinar o comparecimento do(a) Sr(a). **Testemunha: ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO**, Brasileiro, Delegado de Polícia, Delegado, CEP 15460-000, Icem - SP a este Juízo, situado no endereço supramencionado, no dia **25/10/2017 às 15:45h**, para depor no processo em epígrafe.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

Delegado (a) Geral de Polícia responsável pelo Município de Icem

R. Pref. João Ribeiro da Silveira, 410,

CEP. 15460-000 - Icem – SP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CARTA PRECATÓRIA – INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Prazo para Cumprimento: **30 dias**
 Valor da Causa: **R\$ 88.000,00**

Justiça Gratuita

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA(O) VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, MM. Juiz(a) de Direito da(o) Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei etc.

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: INQUIRÇÃO da(s) testemunha(s) arrolada(s), abaixo mencionada(s), para depor sobre os fatos narrados no processo em epígrafe, nesse r. Juízo, em data e horário que Vossa Excelência houver por bem designar.

ADVERTÊNCIA: A(s) testemunha(s) deverá(ão) ser advertida(s) de que, deixando de comparecer sem motivo justificado, sujeitar-se-á(ão) à condução coercitiva, com auxílio de força policial, se necessário, sem prejuízo da aplicação de multa prevista no art. 458 do CPP, bem como estará sujeito(a) a processo penal por crime de desobediência e ao pagamento de custas da(s) diligência(s) (artigo 218 e 219, do Código de Processo Penal).

PESSOA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER INTIMADA(S): Testemunhas do requerido: **MARCIA MORAES ANDRADE**, Brasileiro, Rua Antonio Ramos do Amaral, 277, Centro, CEP 38230-000, Fronteira - MG e **EDSON TADEU DOS SANTOS**, residente na Av. Goiás, 277 - Fronteira MG.

PROCURADOR(ES):

Repte: Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto e Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, OAB nº 276023/SP e 276023/SP.

Reqdo: Dr(a). Antonio Alberto Cristofolo de Lemos, OAB nº 113902/SP.

TERMO DE ENCERRAMENTO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável CUMpra-SE, se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 21/09/2017 às 14:47

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**Código de rastreabilidade:** 8252017792835**Documento:** CP - 1001943-73 - OITIVA FRUTAL.pdf**Remetente:** NOVA GRANADA (Cleber de Souza Damaceno)**Destinatário:** Contadoria/Tesouraria/Distribuição - Comarca de Frutal (TJMG)**Data de Envio:** 21/09/2017 14:46:20**Assunto:** CARTA PRECATÓRIA - OITIVA TESTEMUNHA DO RÉU.**Imprimir**

EDNA DONIZETE MARÇAL

De: EDNA DONIZETE MARÇAL
Enviado em: quinta-feira, 21 de setembro de 2017 14:54
Para: dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br
Assunto: Requisição de Testemunha
Anexos: OFICIO REQ. FUNC. PÚBLICO.pdf

Boa tarde,

Em anexo, encaminho ofício expedido, solicitando comparecimento da testemunha: Dr. ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO,
para audiência designada para o dia 25/10/2017, às 15:45hs, no Fórum de Nova Granada/SP.

Processo Digital nº: 1001943-73.2016.8.26.0390
Classe - Assunto: Procedimento Comum - Alimentos
Requerente: Rosilene Pereira de Moraes e outro
Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Att.



EDNA D. MARÇAL
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Vara Única - Ofício Cível

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 / Tel (17) 3262-1612

Cel: (17) 99132-8622

E-mail: emarcas@tjsp.jus.br

Email da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

EDNA DONIZETE MARÇAL

De: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém
<dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 21 de setembro de 2017 15:42
Para: EDNA DONIZETE MARÇAL
Assunto: Re: Requisição de Testemunha

RECEBIDO E IMPRESSO

REIS - ESCRIVÃO

De: "EDNA DONIZETE MARÇAL" <emarcas@tjsp.jus.br>
Para: "dpm icem" <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>
Enviadas: Quinta-feira, 21 de setembro de 2017 14:53:58
Assunto: Requisição de Testemunha

ENC: encaminha comprovante de distribuição Carta Precatória

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Enviado: sexta-feira, 22 de setembro de 2017 10:26**Para:** JULIANA GREISSE BERTOLDI**Anexos:** comprovante.pdf (22 KB)

JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Vara Única da Comarca
AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22
E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: frucontadoria@tjmg.jus.br [frucontadoria@tjmg.jus.br]

Enviado: quinta-feira, 21 de setembro de 2017 16:08

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Assunto: encaminha comprovante de distribuição Carta Precatória

Prezado(a),

Segue em anexo comprovante de distribuição da Carta Precatória encaminhada para cumprimento nesta Comarca, expedida nos autos de nº 1001943-73.2016.8.26.0390 (vosso), salientando que qualquer pedido de informação deverá ser dirigido diretamente à Secretaria de Juízo respectiva.

Att.

Distribuidor de Feitos
Comarca de Frutal-MG

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **5003000-53.2017.8.13.0271**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Frutal**
Jurisdição: Frutal
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Assunto principal: Oitiva
Partes: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (133.036.496-18) e outro
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS (09.086.519/0001-09)

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
CP Nova Granada.pdf	Carta Precatória	190,76
Petição Inicial	Petição Inicial	0,87

Assuntos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Objetos de cartas precatórias/de ordem/Oitiva

AUTOR

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS
(Advogado)

Distribuído em: 21/09/2017 16:06

Protocolado por: GISELE DE SOUZA ALVES



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO - ESTUDO PSICOLÓGICO

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2017/006297-7**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, brasileiro, residente no Sítio Santa Izabel, ICÉM/SP.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei, **MANDA** qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

INTIMAÇÃO do(a) REQUERIDO supracitado(a) para comparecer ao Fórum, Setor Técnico, Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 – Centro – Nova Granada/SP para realização de Estudo Psicológico do caso, agendado para o **dia 02 de Outubro de 2017, às 11:00 hs**, ocasião em que será examinado pelo(a) perito(a) judicial nomeado(a), Sr(a). Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli, devendo apresentar-se com **30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente trajado(a) e munido(a) de Cédula de Identidade, Carteira Profissional e C.P.F.**

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 12 de setembro de 2017. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto

Endereço: ., 1749, São Bernardo - CEP 15130-000, Mirassol-SP

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.



Recs. 21/09/17

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2017/006297-7, que após diligencias necessárias, dirigi-me à Rua João Rola Rosa, 559, Icem, onde INTIMEI JOAQUIM PEDRO DE MORAIS pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé.

O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 22 de setembro de 2017.

Número de Cotas:01
14/09

ENC: Devolução de precatória

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Enviado:terça-feira, 26 de setembro de 2017 11:03**Para:** JULIANA GREISSE BERTOLDI**Anexos:** Precatória 5002748-50.pdf (1 MB)

JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Vara Única da Comarca
AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22
E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: fru2secretaria@tjmg.jus.br [fru2secretaria@tjmg.jus.br]

Enviado: segunda-feira, 25 de setembro de 2017 12:54

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

Assunto: Devolução de precatória

Devolução de carta precatória referente aos autos nº 1001943-73.2016.8.26.0390, sem o devido cumprimento.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



25/09/2017

Número: **5002748-50.2017.8.13.0271**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Frutal**

Última distribuição : **04/09/2017**

Processo referência: **1001943-73.2016.8.26.0390**

Assuntos: **Diligências**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
AUTOR	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
AUTOR	ROSILENE PEREIRA DE MORAIS
RÉU	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
ADVOGADO	ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29337 360	04/09/2017 12:36	CP Nova Granada	Carta Precatória
29356 150	04/09/2017 17:41	Despacho	Despacho
29819 230	13/09/2017 10:18	Estudo técnico	Estudo técnico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 8252017735829

Nome original: 1001943 - ESTUDO SOCIAL.pdf

Data: 04/09/2017 11:12:45

Remetente:

CLEBER DE SOUZA DAMACENO

NOVA GRANADA

Tribunal de Justiça de São Paulo

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: cARTA PRECATÓRIA - ESTUDO PSICOSSOCIAL NOS AUTORES- URGÊNCIA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA ESTUDO PSICOSSOCIAL – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 -
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Prazo para Cumprimento: **URGENTE**

Justiça Gratuita
 CONFIDENCIAL

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA
 COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de
 Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei etc.

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for
 distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo
 de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: **FINALIDADE: a realização de ESTUDO SOCIAL e PSICOLÓGICO** junto aos
 autores **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 20.252.741 e
 do CPF n.133.036.496.18 e **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS**, brasileira solteira, portadora do RG n.
 45.527.816.2, ambos residentes e domiciliados na Alameda Cruzeiro, 511 - Fronteira/MG, tudo de
 conformidade com a inicial e peças que seguem anexas por xerocópias, as quais ficam fazendo parte
 integrante da presente.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial,
 documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da
 Lei Federal nº 11.419/2006). Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo
 e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc,
 devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

PROCURADOR(ES):

Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, OAB nº 276023/SP.

Dr(a). Antonio Alberto Cristofolo de Lemos, OAB nº 113902/SP.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual deprecia a Vossa Excelência que, após
 exarar o seu respeitável CUMPRIMENTO, se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento,
 com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 01 de setembro de 2017. Joel
 Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciária.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIANO RODRIGUES CREPALDI e JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e o código 1A90DAC.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Nova Granada, 01 de outubro de 2016.



Suzane Karen Verro Giacometo

OAB/SP n. 325.947

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO. Protocolado em 10/10/2016 às 19:59:02, sob o número 1001943-73.2016.8.26.0390. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e o código D81E0E.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

PROCESSO Nº 5002748-50.2017.8.13.0271

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

ASSUNTO: [Diligências]

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Vistos, etc...

Considerando-se que esta comarca não conta com psicólogo forense, determino a realização de estudo social do caso, apenas.

Após, devolva-se ao Juízo Deprecante, com as nossas homenagens.

Frutal, 04 de setembro de 2017.

André Ricardo Botasso

Juiz de Direito

A

MM. Juiz,

Informamos que mesmo com o apoio do Conselho Tutelar, não foi possível localizar o nº da residência dos

requerentes.

A conselheira Nice, tendo conhecimento do endereço de uma sobrinha dos requerentes de nome Aiene, dirigimos à sua residência,

porém como não tem um relacionamento próximo com os mesmos, não soube indicar a residência, informando apenas que tinha

conhecimento que eles haviam mudado para a cidade de Icém/SP.

Outras informações obtidas: Mesmo residindo em Icém/SP, Núbia Paola da Silva, periodicamente, vende picolé nas ruas da cidade de

Fronteira/MG. A sua genitora trabalhava no P.S.F. do referido município, porém, de acordo com as informações da Conselheira Tutelar,

esta foi exonerada do cargo.

Diante do exposto, não foi possível a realização do Estudo Social.

Respeitosamente,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se o requerente, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre carta precatória sem cumprimento – fls. 332/333.

Nada Mais. Nova Granada, 27 de setembro de 2017. Eu, ____,
 Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ICÉM
Rua Pref. João Ribeiro da Silveira, 410 – fone (17) 32822525

Of. n.º 223/2017-ahn

Icém/SP, 25 de setembro de 2017.

MERITÍSSIMO SENHOR JUIZ:

Em atenção ao ofício, datado de 19.09.2017, referente processo digital 1001943-73.2016.8.26.0390, venho através do presente requestar a redesignação da audiência para inquirição desta Autoridade Policial, haja vista que no dia 25.10.2017, estarei viajando de férias, com viagem pré agendada.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO
DELEGADO DE POLÍCIA

Ao Exmo. Sr. Dr.
FABIANO RODRIGUES CREPALDI
MD. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
NOVA GRANADA - SP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

OFÍCIO

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de setembro de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para determinar o comparecimento do(a) Sr(a). Testemunha: **ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO**, Brasileiro, Delegado de Polícia, Delegado, CEP 15460-000, Icem - SP a este Juízo, situado no endereço supramencionado, no dia **25/10/2017 às 15:45h**, para depor no processo em epígrafe.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

Delegado (a) Geral de Polícia responsável pelo Município de Icem
R. Pref. João Ribeiro da Silveira, 410,
CEP. 15460-000 - Icem - SP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência às partes – ofício de fls. 335/ 336 – testemunha não poderá comparecer à audiência.

Nada Mais. Nova Granada, 03 de outubro de 2017. Eu, ____,
 Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0563/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se o requerente, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre carta precatória sem cumprimento - fls. 332/333."

Do que dou fé.
Nova Granada, 4 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0563/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ciência às partes - ofício de fls. 335/ 336 - testemunha não poderá comparecer à audiência."

Do que dou fé.
Nova Granada, 4 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva



LEMOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA.SP

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, todos já qualificados nos autos do processo em epigrafe, por seu advogado que está subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa**, como a oitiva da testemunha **Dr. Antonio Honório do Nascimento DD. Delegado de Polícia de Icem SP**, é de fundamental importância para a defesa do requerido, requer a designação da data da audiência.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Nova Granada SP, 05 de outubro de 2017.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0563/2017, foi disponibilizado na página 2437-2343 do Diário da Justiça Eletrônico em 05/10/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se o requerente, com urgência devido à audiência do dia 25/10/2017, sobre carta precatória sem cumprimento - fls. 332/333."

Nova Granada, 6 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0563/2017, foi disponibilizado na página 2437-2343 do Diário da Justiça Eletrônico em 05/10/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Ciência às partes - ofício de fls. 335/ 336 - testemunha não poderá comparecer à audiência."

Nova Granada, 6 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81320173616852

Nome original: Audiência - 5003000-53.pdf

Data: 05/10/2017 12:10:56

Remetente:

ALINE REZENDE ROCHA

Secretaria da 2ª Vara Cível da comarca de Frutal

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo 1001943-73.2016.8.26.0390.

Assunto: Informo Vossa Excelência que a Audiência para Oitiva das testemunhas foi designada para a data de 09 11 2017 às 13:30 horas, a ser realizada na sala de Audiência do Gabinete da 2ª Vara Cível desta Comarca de Frutal-MG.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

ASSUNTO: [Oitiva]

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Vistos, etc.

Para a oitiva deprecada, designo audiência para o dia **09 de novembro de 2017**, às **13h30min.**

Oficie-se ao Juízo Deprecante solicitando que se dê ciência às partes.

Intimem-se.

Frutal, 02 de outubro de 2017.

ANDRÉ RICARDO BOTASSO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência às partes – Ofício de fls. 344 – Comarca de Frutal – Designa Audiência para Oitiva das Testemunhas em 09/11/2017 às 13:30 h na 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal-MG.

Nada Mais. Nova Granada, 20 de outubro de 2017. Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Autos: 1011943-73.2016

Alimentos

Requerentes: Rosilene Pereira de Moraes

Joaquim Pedro de Moraes Filho

Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

RELATÓRIO PSICOLÓGICO

Valéria Rodrigues Goulart Pasquareli, psicóloga judiciária, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar relatório psicológico realizado por meio de leitura dos autos e de entrevista semidirigida com o requerido.

Os requerentes residem em outra Comarca, razão pela qual não foram entrevistados.

HISTÓRICO FAMILIAR INSTITUCIONAL

Os presentes autos tratam de ação indenizatória de danos morais c.c. alimentos, proposta pelos requerentes, que são irmãos gêmeos e contam 23 anos de idade, em relação ao requerente que é pai biológico dos mesmos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP

ANÁLISE

O senhor Joaquim Pedro de Moraes, 59 anos, ensino médio completo, solteiro, aposentado por invalidez, compareceu neste setor para entrevista.

Relatou que os requerentes são seus filhos biológicos, frutos de relacionamento eventual com a senhora Josilene, sendo que não teve convivência com esses filhos.

Mencionou que perdeu um filho, Jonhathan, fruto de sua primeira união estável, quando este era ainda muito jovem, sendo que este filho cometeu suicídio em decorrência de uma desilusão amorosa.

Referiu que em seguida teve envolvimento sexual com a senhora Josilene, sem, contudo, possuir perspectivas de futuro neste relacionamento.

Decorrido algum tempo, teve união estável com a senhora Jandira, com a qual teve os filhos João Pedro, 20 anos, estudante de Direito, Daniel Cesar, 19 anos, estudante de Engenharia e Danielle, 16 anos, aluna do 3º ano do ensino médio.

Referiu que esses filhos residem com ele desde que se separou da senhora Jandira, sendo que os “abandonou” quando eram muito novos, relembrando inclusive que a filha Danielle tinha seis meses de idade na época.

Afirmou que apesar dos dissabores que teve no relacionamento com a mãe de seus três filhos, nunca participou com os filhos sobre tais frustrações, preservando a imagem materna para os mesmos.

Acrescentou que se tem diálogo com a senhora Jandira, assim como tinha com a primeira companheira, mãe de Jonathan que residiu em sua companhia até a pré-adolescência, indo morar com a mãe após os 16 anos em outra cidade.

Sobre os filhos biológicos, Rosilene e Joaquim Filho, auxiliou-os materialmente até os 18 anos, sendo que embora o filho, frequentasse a casa da tia paterna,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP**

senhora Ordália, não conseguiu estabelecer com o mesmo um relacionamento de proximidade pois este sofria influência materna.

Ressaltou que em determinada época, tentou regularizar as visitas a estes filhos, porém sofreu intensa oposição por parte da senhora Josilene, quando tiveram muitos conflitos. Relembrou que a referida senhora o expunha em seu local de trabalho, em uma rádio da cidade, “fazendo escândalos”, causando constrangimentos.

Sobre a vida familiar relatou que é bastante apegado aos filhos e que embora trabalhasse como vereador e locutor, sempre deixava as crianças sob os cuidados de pessoas de sua responsabilidade, contratadas com cautela, providenciando-lhes o atendimento das necessidades diárias.

Mesmo em relação aos filhos biológicos, enfatizou que os amparava materialmente, observando, no entanto, que foram erroneamente incentivados pela genitora a desvalorizarem a escola pública na qual estudavam, sendo que a referida senhora os retirou da instituição na qual estavam matriculados na época, alegando que a escola não servia para os filhos, segundo relatos. Não foram encaminhados a outros cursos ou profissionalização em tempo hábil. Neste contexto ressaltou que, de forma equivocada, lhe cobram auxílio financeiro atual, sem, contudo, terem aproveitado em momento oportuno, a escolarização, sem busca de colocação no mercado de trabalho. Assim sendo, sente-se injustiçado, com a propositura da presente ação, pois entende que ofereceu aos requerentes a oportunidade de uma formação.

Além disso, responsabiliza a genitora dos requerentes, por ter dificultado o contato paterno-filial, por meio de inúmeras mudanças de endereço e ainda por ter interferido de forma negativa no vínculo com os filhos, mesmo quando foi determinado judicialmente que os retirasse quinzenalmente para visitas. Neste contexto, o requerido afirmou que em determinado momento se sentiu desestimulado a procurar os filhos, considerando que o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP**

relacionamento com os requerentes foi bastante prejudicado por motivos alheios a sua vontade, o que tardiamente não pode ser forçado, segundo sua percepção.

Complementou que mesmo no tocante à moradia dos requerentes, promoveu a inclusão dos mesmos em Programa Habitacional, mas a genitora, senhora Josilene, por motivo banal (discussão com uma vizinha) vendeu a casa.

Enfatizou, portanto em seu relato, que entende a presente ação como um equívoco, pois de muitas maneiras em tempos anteriores assistiu materialmente os filhos e empreendeu esforços para regularizar os contatos.

O requerido informou ainda que tem a filha Maria Isaura, 10 anos de idade, fruto de seu último relacionamento, com a qual convive nos finais de semana, dando-lhe o suporte material necessário.

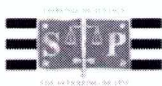
CONSIDERAÇÕES

A avaliação psicológica restou prejudicada, uma vez que não houve participação dos requerentes nas entrevistas, sendo, portanto, parcial nosso estudo.

Dos relatos do requerido, verificamos que indica ter empreendido esforços para se aproximar dos requerentes, ações que ao longo do tempo foram se enfraquecendo sem o apoio devido da genitora.

Verificamos ainda que, de maneira geral, o requerido valoriza a função e participação paterna na rotina dos filhos com os quais convive, mostrando-se afetivo em relação aos mesmos, sendo que sempre estiveram sob seus cuidados, com encaminhamento satisfatório quanto às respectivas formações acadêmicas. Tal aspecto indica boa qualidade de cuidados.

Mesmo em relação ao filho que faleceu, demonstra intenso pesar por esta ausência, denotando capacidade de estabelecimento de vínculo afetivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Avenida José Munia, 6250, Redentor, CEP.15085-350, São José do Rio Preto - SP

Era o que nos cumpria relatar, permanecendo este setor à disposição para outras medidas que Vossa Excelência julgar oportunas.

São José do Rio Preto, 23 de outubro de 2017.

Valéria R. Goulart Pasquini
 Valéria R. Goulart Pasquini
 Psicóloga Judiciária
 CRP 06/86.831-4

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0601/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ciência às partes - Ofício de fls. 344 - Comarca de Frutal - Designa Audiência para Oitiva das Testemunhas em 09/11/2017 às 13:30 h na 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal-MG."

Do que dou fé.
Nova Granada, 23 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0601/2017, foi disponibilizado na página 2409-2415 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/10/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Ciência às partes - Ofício de fls. 344 - Comarca de Frutal - Designa Audiência para Oitiva das Testemunhas em 09/11/2017 às 13:30 h na 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal-MG."

Nova Granada, 24 de outubro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP

FAMÍLIA E SUCESSÕES

Processo nº1001943-73.2016.8.26.0390

EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO,
brasileira, casada, advogada, indicada pelo convênio DPSP /OAB/SP, vem, nos
presentes autos, à presença de V. Exa., dizer que;

Embora tivesse realizado vários esforços, foram infrutíferas as tentativas
de localização da requeira, motivo pelo qual informa esse juízo.

Requer seja oficiado CPFL ou sistema CIEL pra localização de novo
endereço da mesma.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Nova Granada/SP 24/10/2017

Edna A. Mira S. de Lima Pinto
OAB/SP 276.023 – (17) 3012.0744



EDNA A. MIRA S. DE LIMA PINTO OAB/SP 276.023

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Processo n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**

Requerentes: **Rosilene Pereira de Moraes**
Joaquim Pedro de Moraes Filho

Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Testemunha: **Edson Tadeu dos Santos**

Justiça Gratuita

Testemunha arrolada pelo requerido: EDSON TADEU DOS SANTOS, RG 13.261.843/SP, inscrito no CPF nº 091.797.458-14, residente na Avenida Goiás, nº 215, Bairro Vila de Furnas, Fronteira/MG, Brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 18/03/1965, pai André Pereira dos Santos, mãe Valdete Maria da Silva, Companheiro, Jornalista. Às perguntas de costume, disse nada. Já qualificada, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas dos Drs. Defensores, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 25 de outubro de 2017.

MM. Juiz:

Requerentes:

Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:

Testemunha:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**

Requerentes: **Rosilene Pereira de Moraes - AUSENTE**
Joaquim Pedro de Moraes Filho - AUSENTE
 Advogada: **Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto - OAB/SP 276.023 - presente**

Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes - presente**
 Advogado: **Antônio Alberto Cristofolo de Lemos - OAB/SP 113.902 - presente**

Testemunhas: **Márcia Moraes Andre - presente**
Édson Tadeu dos Santos - presente
Samir Vicente de Moraes - AUSENTE
Antônio Honório do Nascimento - AUSENTE

Data da audiência: **25/10/2017 às 15h45min**

Aos 25 de outubro de 2017, às 15 horas e 45 minutos, na sala de audiências da Vara Única do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou *infrutífera*, **a seguir foi dispensado o depoimento pessoal das partes e inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pelo requerido**. Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, todas as ocorrências, manifestações, declarações e depoimentos foram captados em áudio e vídeo, conforme CD/DVD identificado, [anexado e autenticado pelos presentes neste termo]. Pelo patrono do requerido foi dito que desistia das oitivas das testemunhas: **Samir Vicente de Moraes** e **Antônio Honório do Nascimento**. Pelos patronos das partes foi dito que não tinham mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi **encerrada a instrução** e as partes reiteraram os termos de inicial e contestação em sede de alegações finais. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. **J.P.M.F.** e **R.P.M.** ajuizaram **ação indenizatória de danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c. liminar de pedido de alimentos por miserabilidade** em face de **J.P.M.**, alegando que são filhos do requerido e desde o nascimento foram criados somente pela genitora. Alegaram ainda que sempre foram rejeitados pelo pai que nunca lhes prestou qualquer auxílio afetivo. Alegaram também que se encontram em estado de miserabilidade, pois não conseguem arrumar emprego. Expondo quanto aos seus direitos, pediram a procedência do pedido para que seja fixado alimentos provisórios no valor de 02 (dois) salários mínimos para cada autor e condenar o requerido ao pagamento dos danos morais por abandono afetivo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atribuindo valor à causa em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). Com a inicial vieram procurações e documentos de fls. 08/19. A audiência de conciliação restou *infrutífera* (fls. 37 e 38). O requerido foi pessoalmente citado (fls. 28) e apresentou contestação às fls. 39/55, alegando, que sempre pagou pensão alimentícia aos autores, sendo exonerado por sentença proferida nos autos do processo nº 0271.13.009722-0 que tramitou na comarca de Frutal/MG, onde os autores sequer contestaram. Alegou ainda que ingressou com ação de regulamentação de visitas para visitar os filhos, porém


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

sempre foi impedido pela genitora. Alegou também que os autores já possuem 22 anos, não estudam e não trabalham, razão pelo qual os alimentos não são devidos. Impugnou os danos morais e por fim pediu a improcedência da ação e a condenação dos autores nas penas de litigância de má-fé. Juntou procuração e documentos (fls. 35/36 e 56/182). Manifestação do requerido com juntada de documentos (fls. 183/257). Manifestação dos autores (fls. 261). Réplica às fls. 262/264. Instadas a especificarem provas (fls. 265), o requerido se manifestou às fls. 268 e os autores às fls. 281 e 284. Manifestação dos autores (fls. 285/288). Saneador (fls. 289/290). Manifestações do requerido (fls. 309/310 e 340). Relatório Psicológico acostado às fls. 352/356. Manifestação dos autores (fls. 359/360). Nesta audiência foram inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pelo requerido. **É o relatório. Fundamento e decido.** O pedido é **improcedente**. A inicial afirma que os autores sofreram dano moral por conta do abandono afetivo praticado pelo pai e ora requerido, estão em situação de miserabilidade e necessitam de alimentos para sobrevivência. É sabido que cabe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito. No caso, porém, os autores não comprovaram o abandono afetivo tampouco a necessidade alimentar decorrente do parentesco. Cabe destacar que os autores informaram mudança de endereço durante o curso da ação (fls. 261) e neste novo endereço foi enviada a carta de intimação para a audiência de instrução e julgamento (fls. 297), sendo que o aviso de recebimento retornou com a menção de número inexistente (fls. 308). Nesta audiência, portanto, os autores não produziram qualquer prova acerca do suposto dano moral e também da necessidade dos alimentos e possibilidade do requerido em pagá-los. A prova documental em nada ajuda os autores. Apenas os documentos pessoais foram trazidos aos autos. Este juízo, determinou a realização de estudo psicossocial, mas tal prova foi realizada de maneira parcial, ou seja, apenas em relação ao requerido, já que os autores não foram encontrados no novo endereço na cidade de Fronteira (fls. 359/360) e tampouco nesta Comarca. Ao que consta dos autos, os autores são maiores de idade e não são portadores de qualquer enfermidade que impeça o exercício do trabalho. Também não consta que o requerido detém ganho financeiro suficiente para pagar os alimentos postulados na inicial. Portanto, como a fixação dos alimentos no caso em análise dependeria da efetiva prova das necessidades dos alimentados que são maiores de idade e das possibilidades do requerido, realmente a ação deve ser julgada improcedente pela absoluta falta de prova nesse sentido. Da mesma maneira em relação ao abandono afetivo que teria ocasionado dano moral, inexistente qualquer prova nesse sentido, como já dito. Pelo contrário, as testemunhas ouvidas nesta audiência disseram que o requerido tentou a todo custo uma aproximação com os autores durante muito tempo, mas foi impedido pela suposta ação impeditiva da genitora dos autores. No caso, não há nos autos qualquer prova ou indício de que os autores, com 21 (vinte e um) anos de idade, estejam incapacitados de prover o próprio sustento, seja por problemas físicos, psíquicos ou porque estejam cursando ensino superior ou curso profissionalizante a justificar a concessão dos alimentos. Da mesma forma não restou demonstrado que o pai teria descumprido suas funções paternas, de molde a comprometer a formação psíquica ou o desenvolvimento dos autores, trazendo-lhes sofrimento, dor e humilhação. Com efeito, nenhuma das condutas imputadas ao réu na exordial configura o efetivo *abandono* a ensejar a almejada indenização. Dos documentos trazidos aos autos, extrai-se que o requerido ingressou com ação de modificação de guarda c/c fixação de visitas (fls. 185) e efetuava regularmente o pagamento da pensão alimentícia aos filhos (fls. 186/215), até ser exonerado por decisão judicial. Nesse sentido: **“AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em se tratando de filho maior, a pensão alimentícia é devida pelo seu genitor em caso de comprovada necessidade ou quando houver frequência em curso**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

universitário ou técnico, por força do entendimento de que a obrigação parental de cuidar dos filhos inclui a outorga de adequada formação profissional. Porém, é ônus do alimentado a comprovação de que permanece tendo necessidade de receber alimentos. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento”. (AgRg nos EDcl no AREsp 791.322/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 01/06/2016). Nesse sentido, confira-se o recente julgado do C. STJ: **Ementa: CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ABANDONO AFETIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGADA OCORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CUIDADO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL. APLICAÇÃO DA TEORIA DO DANO DIRETO E IMEDIATO. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE NO QUE TANGE AOS ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº.s 282 E 235 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.** 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC quando os embargos de declaração são rejeitados pela inexistência de omissão, contradição ou obscuridade, e o Tribunal a quo dirime a controvérsia de forma completa e fundamentada, embora de forma desfavorável à pretensão do recorrente. 2. Considerando a complexidade dos temas que envolvem as relações familiares e que a configuração de **dano moral** em hipóteses de tal natureza é situação excepcionalíssima, que somente deve ser admitida em ocasião de efetivo excesso nas relações familiares, recomenda-se uma análise responsável e prudente pelo magistrado dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil, principalmente no caso de alegação de **abandono afetivo** de **filho**, fazendo-se necessário examinar as circunstâncias do caso concreto, a fim de se verificar se houve a quebra do dever jurídico de convivência familiar, de modo a evitar que o Poder Judiciário seja transformado numa indústria indenizatória. 3. Para que se configure a responsabilidade civil, no caso, subjetiva, deve ficar devidamente comprovada a conduta omissiva ou comissiva do pai em relação ao dever jurídico de convivência com o **filho** (ato ilícito), o trauma psicológico sofrido (**dano** a personalidade), e, sobretudo, o nexo causal entre o ato ilícito e o **dano**, nos termos do art. 186 do CC/2002. Considerando a dificuldade de se visualizar a forma como se caracteriza o ato ilícito passível de indenização, notadamente na hipótese de **abandono afetivo**, todos os elementos devem estar claro e conectados. 4. Os elementos e as peculiaridades dos autos indicam que o Tribunal a quo decidiu com prudência e razoabilidade quando adotou um critério para afastar a responsabilidade por **abandono afetivo**, qual seja, o de que o descumprimento do dever de cuidado somente ocorre se houver um descaso, uma rejeição ou um desprezo total pela pessoa da filha por parte do genitor, o que absolutamente não ocorreu. 5. A ausência do indispensável estudo psicossocial para se estabelecer não só a existência do **dano** mas a sua causa, dificulta, sobremaneira, a configuração do nexo causal. Este elemento da responsabilidade civil, no caso, não ficou configurado porque não houve comprovação de que a conduta atribuída ao recorrido foi a que necessariamente causou o alegado **dano** à recorrente. Adoção da teoria do **dano** direto e imediato. 6. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes legais e regimentais, pois além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, cabia ao recorrente realizar o cotejo analítico, demonstrando-se a identidade das situações fáticas e a interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal, o que não ocorreu. 7. Recurso especial não provido. (REsp 1557978 / DF2015/0187900-4 - Ministro MOURA RIBEIRO (1156)- T3 - TERCEIRA TURMA - 03/11/2015 - DJe 17/11/2015). **Ementa: VOTO DO RELATOR EMENTA – RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Danos que, segundo a autora, decorrem do abandono afetivo imputado ao demandado (genitor) – Improcedência – Conjunto probatório indicativo de que, embora a precariedade na convivência entre pai e filha, aquele sempre a assistiu materialmente a autora - Réu que, de outra parte, não pode ser**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

*condenado ao pagamento de indenização por 'desamor' - Inconformismo da apelante que, ao que se extrai da inicial e das razões recursais, diz respeito ao temperamento agressivo do demandado (questão que extrapola o objeto da demanda) – Ausência, ainda, de trauma expressivo ou abalo psicológico sofrido pela autora (que no caso em exame, não é presumido) - Inexistência da possibilidade de reparação a que alude o art. 927 do Código Civil – Improcedência corretamente decretada – Precedentes – Sentença mantida – Recurso improvido 0000619-76.2015.8.26.0042. Apelação / Responsabilidade Civil - Relator(a): Salles Rossi - Comarca: Altinópolis- Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Privado- Data do julgamento: 21/02/2017- Data de registro: 21/02/2017). Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido da ação ajuizada por **J.P.M.F.** e **R.P.M.** em face de **J.P.M.**, e **CONDENO** os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), ficando suspenso o recebimento em face da gratuidade concedida aos autores. Expeça-se certidão de honorários da patrona nomeada dos autores. Requisite-se a devolução da Carta Precatória de fls. 344 (Comarca de Frutal/MG) independentemente do cumprimento. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados.” Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.*

MM.Juiz:

Requerentes:

Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
- SP - CEP 15440-000**TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA**

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**

Requerentes: **Rosilene Pereira de Moraes**
Joaquim Pedro de Moraes Filho

Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Testemunha: **Márcia Moraes Andre**

Justiça Gratuita

Testemunha arrolada pelo requerido: MÁRCIA MORAES ANDRE, RG 45.112.022-X/SP, inscrita no CPF nº 348.591.558-07, residente na Rua 'B', nº 277, COHAB, Fronteira/MG, Brasileira, natural de Nova Granada/SP, nascida em 03/10/1983, pai Marcos Antônio Andre, mãe Angélica Moraes da Silva, Solteira, Locutora. Às perguntas de costume, disse nada. Já qualificada, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas dos Drs. Defensores, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 25 de outubro de 2017.

MM. Juiz:

Requerentes:

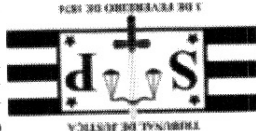
Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:

Testemunha:

COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
- SP - CEP 15440-000



TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº:	1001943-73.2016.8.26.0390
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Alimentos
Requerentes:	Rosilene Pereira de Moraes - AUSENTE Joaquim Pedro de Moraes Filho - AUSENTE Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto - OAB/SP 276.023 - presente
Advogada:	Joaquim Pedro de Moraes - presente Antônio Alberto Cristófolo de Lemos - OAB/SP 113.902 - presente
Requerido:	Joaquim Pedro de Moraes - presente
Advogado:	Márcia Moraes Andre - presente Edson Tadeu dos Santos - presente Samir Vicente de Moraes - AUSENTE Antônio Honório do Nascimento - AUSENTE
Testemunhas:	
Data da audiência:	25/10/2017 às 15h45min

Aos 25 de outubro de 2017, às 15 horas e 45 minutos, na sala de audiências da Vara Única do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. Iniciados os trabalhos, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou *infrutífera*, a seguir foi dispensado o depoimento pessoal das partes e inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pelo requerido. Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em áudio e vídeo, conforme CD/DVD identificado, [anexado e autenticado pelos presentes neste termo]. Pelo patrono do requerido foi dito que desistia das oitivas das testemunhas: **Samir Vicente de Moraes e Antônio Honório do Nascimento**. Pelos patronos das partes foi dito que não tinham mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi encerrada a instrução e as partes reiteraram os termos de inicial e contestação em sede de alegações finais. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. J.P.M.F. e R.P.M. ajuizaram ação indenizatória de danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c. liminar de pedido de alimentos por miserabilidade em face de J.P.M., alegando que são filhos do requerido e desde o nascimento foram criados somente pela genitora. Alegaram ainda que sempre foram rejeitados pelo pai que nunca lhes prestou qualquer auxílio afetivo. Alegaram também que se encontram em estado de miserabilidade, pois não conseguem arrumar emprego. Expondo quanto aos seus direitos, pediram a procedência do pedido para que seja fixado alimentos provisórios no valor de 02 (dois) salários mínimos para cada autor e condenar o requerido ao pagamento dos danos morais por abandono afetivo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atribuindo valor à causa em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). Com a inicial vieram procuradores e documentos de fls. 08/19. A audiência de conciliação restou *infrutífera* (fls. 37 e 38). O requerido foi pessoalmente citado (fls. 28) e apresentou contestação às fls. 39/55, alegando, que sempre pagou pensão alimentícia aos autores, sendo exonerado por sentença proferida nos autos do processo nº 0271.13.009722-0 que tramitou na comarca de Frutal/MG, onde os autores sequer contestaram. Alegou ainda que ingressou com ação de regulamentação de visitas para visitar os filhos, porém

COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA UNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
- SP - CEP 15440-000



sempre foi impedido pela genitora. Alegou também que os autores já possuem 22 anos, não estudam e não trabalham, razão pelo qual os alimentos não são devidos. Impugnou os danos morais e por fim pediu a improcedência da ação e a condenação dos autores nas penas de litigância de má-fé. Juntou procuração e documentos (fls. 35/36 e 56/182). Manifestação do requerido com junta de documentos (fls. 183/257). Manifestação dos autores (fls. 261). Réplica às fls. 262/264. Instadas a especificarem provas (fls. 265), o requerido se manifestou às fls. 268 e os autores às fls. 281 e 284. Manifestação dos autores (fls. 285/288). Saneador (fls. 289/290). Manifestações do requerido (fls. 309/310 e 340). Relatório Psicológico acostado às fls. 352/356. Manifestação dos autores (fls. 359/360). Nesta audiência foram inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pelo requerido. **F o relatório. Fundamento e deciso.** O pedido é **improcedente**. A inicial afirma que os autores sofreram dano moral por conta do abandono de afetivo praticado pelo pai e ora requerido, estão em situação de miserabilidade e necessitam de alimentos para sobrevivência. É sabido que cabe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito. No caso, porém, os autores não comprovaram o abandono afetivo tampouco a necessidade alimentar decorrente do parentesco. Cabe destacar que os autores informaram mudança de endereço durante o curso da ação (fls. 261) e neste novo endereço foi enviada a carta de intimação para a audiência de instrução e julgamento (fls. 297), sendo que o aviso de recebimento retornou com a menção de número inexistente (fls. 308). Nesta audiência, portanto, os autores não produziram qualquer prova acerca do suposto dano moral e também da necessidade dos alimentos e possibilidade do requerido em pagá-los. A prova documental em nada ajuda os autores. Apenas os documentos pessoais foram trazidos aos autos. Este juízo, determinou a realização de estudo psicossocial, mas tal prova foi realizada de maneira parcial, ou seja, apenas em relação ao requerido, já que os autores não foram encontrados no novo endereço na cidade de Fronteira (fls. 359/360) e tampouco nesta Comarca. Ao que consta dos autos, os autores são maiores de idade e não são portadores de qualquer enfermidade que impeça o exercício do trabalho. Também não consta que o requerido detém ganho financeiro suficiente para pagar os alimentos postulados na inicial. Portanto, como a fixação dos alimentos no caso em análise dependeria da efetiva prova das necessidades dos alimentados que são maiores de idade e das possibilidades do requerido, realmente a ação deve ser julgada improcedente pela absoluta falta de prova nesse sentido. Da mesma maneira em relação ao abandono afetivo que teria ocasionado dano moral, inexistente qualquer prova nesse sentido, como já dito. Pelo contrário, as testemunhas ouvidas nesta audiência disseram que o requerido tentou a todo custo uma aproximação com os autores durante muito tempo, mas foi impedido pela suposta ação impeditiva da genitora dos autores. No caso, não há nos autos qualquer prova ou indício de que os autores, com 21 (vinte e um) anos de idade, estejam incapacitados de prover o próprio sustento, seja por problemas físicos, psíquicos ou porque estejam cursando ensino superior ou curso profissionalizante a justificar a concessão dos alimentos. Da mesma forma não restou demonstrado que o pai teria descumprido suas funções paternas, de molde a comprometer a formação psíquica ou o desenvolvimento dos autores, trazendo-lhes sofrimento, dor e humilhação. Com efeito, nenhuma das condutas imputadas ao réu na exordial configura o efetivo abandono a ensejar a almejada indenização. Dos documentos trazidos aos autos, extrai-se que o requerido ingressou com ação de modificação de guarda c/c fixação de visitas (fls. 185) e efetivava regularmente o pagamento da pensão alimentícia aos filhos (fls. 186/215), até ser exonerado por decisão judicial. Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. REVISÃO/INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em se tratando de filho maior, a pensão alimentícia é devida pelo seu genitor em caso de comprovada necessidade ou quando houver frequência em curso

COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
- SP - CEP 15440-000



universitário ou técnico, por força do entendimento de que a obrigação parental de cuidar dos filhos inclui a outorga de adequada formação profissional. Porém, é ônus do alimentado a comprovação de que permanece tendo necessidade de receber alimentos. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg nos EDcl no AREsp 791.322/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 01/06/2016). Nesse sentido, confira-se o recente julgado do C. STJ: **Ementa:** CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. **ABANDONO AFETIVO.** OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGADA OCORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CUIDADO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL. APLICAÇÃO DA TEORIA DO **DANO DIRETO E IMEDIATO.** PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE NO QUE TANGE AOS ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N.ºs 282 E 235 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC quando os embargos de declaração são rejeitados pela inexistência de omissão, contradição ou obscuridade, e o Tribunal a quo dirime a controvérsia de forma completa e fundamentada, embora de forma desfavorável à pretensão do recorrente. 2. Considerando a complexidade dos temas que envolvem as relações familiares e que a configuração de **dano moral** em hipóteses de tal natureza é situação excepcionalíssima, que somente deve ser admitida em ocasião de efetivo excesso nas relações familiares, recomenda-se uma análise responsável e prudente pelo magistrado dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil, principalmente no caso de alegação de **abandono afetivo de filho**, fazendo-se necessário examinar as circunstâncias do caso concreto, a fim de se verificar se houve a quebra do dever jurídico de convivência familiar, de modo a evitar que o Poder Judiciário seja transformado numa indústria indenizatória. 3. Para que se configure a responsabilidade civil, no caso, subjetiva, deve ficar devidamente comprovada a conduta omissiva ou comissiva do pai em relação ao dever jurídico de convivência com o **filho** (ato ilícito), o trauma psicológico sofrido (**dano** a personalidade), e, sobretudo, o nexo causal entre o ato ilícito e o **dano**, nos termos do art. 186 do CC/2002. Considerando a dificuldade de se visualizar a forma como se caracteriza o ato ilícito passível de indenização, notadamente na hipótese de **abandono afetivo**, todos os elementos devem estar claros e conectados. 4. Os elementos e as peculiaridades dos autos indicam que o Tribunal a quo decidiu com prudência e razoabilidade quando adotou um critério para afastar a responsabilidade por **abandono afetivo**, configurado porque não houve comprovação de que a conduta atribuída ao recorrente foi a que necessariamente causou o alegado **dano** à recorrente. Adoção da teoria do **dano** direto e imediato. 6. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes legais e regimentais, pois além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, cabia ao recorrente realizar o cotejo analítico, demonstrando-se a identidade das situações fáticas e a interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal, o que não ocorreu. 7. Recurso especial não provido. (REsp 1557978 / DF2015/0187900-4 - Ministro MOURA RIBEIRO (1156) - T3 - TERCEIRA TURMA - 03/11/2015 - DJe 17/11/2015). **Ementa:** VOTO DO RELATOR EMENTA - RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Danos que, segundo a autora, decorrem do abandono afetivo imputado ao demandado (genitor) - Imprudência - Conjunto probatório indicativo de que, embora a precariedade na convivência entre pai e filha, aquele sempre a assistiu materialmente a autora - Rêu que, de outra parte, não pode ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

*condenado ao pagamento de indenização por 'desamor' - Inconformismo da apelante que, ao que se extrai da inicial e das razões recursais, diz respeito ao temperamento agressivo do demandado (questão que extrapola o objeto da demanda) - Ausência, ainda, de trauma expressivo ou abalo psicológico sofrido pela autora (que no caso em exame, não é presumido) - Inexistência da possibilidade de reparação a que alude o art. 927 do Código Civil - Improcedência corretamente decretada - Precedentes - Sentença mantida - Recurso improvido 0000619-76.2015.8.26.0042. Apelação / Responsabilidade Civil - Relator(a): Salles Rossi - Comarca: Altinópolis- Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Privado- Data do julgamento: 21/02/2017- Data de registro: 21/02/2017). Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido da ação ajuizada por **J.P.M.F. e R.P.M.** em face de **J.P.M.**, e **CONDENO** os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), ficando suspenso o recebimento em face da gratuidade concedida aos autores. Expeça-se certidão de honorários da patrona nomeada dos autores. Requisite-se a devolução da Carta Precatória de fls. 344 (Comarca de Frutal/MG) independentemente do cumprimento. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados.” Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.*

MM.Juiz:

Requerentes:

Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Processo nº: 1001943-73.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento Comum - Alimentos
 Requerentes: Rosilene Pereira de Moraes
 Joaquim Pedro de Moraes Filho
 Requerido: Joaquim Pedro de Moraes
 Testemunha: Márcia Moraes Andre

Justiça Gratuita

Testemunha arrolada pelo requerido: MÁRCIA MORAES ANDRE, RG 45.112.022-X/SP, inscrita no CPF nº 348.591.558-07, residente na Rua 'B', nº 277, COHAB, Fronteira/MG, Brasileira, natural de Nova Granada/SP, nascida em 03/10/1983, pai Marcos Antônio Andre, mãe Angélica Moraes da Silva, Solteira, Locutora. Às perguntas de costume, disse nada. Já qualificada, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas dos Drs. Defensores, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 25 de outubro de 2017.

MM. Juiz:

Requerentes:

Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:

Testemunha:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE ANTONIO VAZQUEZ CASTRO JUNIOR, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:34. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/espaj/public/arquivo.do?acao=detalhe_documento&processo=1001943-73.2016.8.26.0390&codigo=1CA0581.

Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/espaj/public/arquivo.do?acao=detalhe_documento&processo=1001943-73.2016.8.26.0390&codigo=1CA0581. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/espaj/public/arquivo.do?acao=detalhe_documento&processo=1001943-73.2016.8.26.0390&codigo=1CA0581.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerentes: **Rosilene Pereira de Moraes**
Joaquim Pedro de Moraes Filho
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Testemunha: **Edson Tadeu dos Santos**

Justiça Gratuita

Testemunha arrolada pelo requerido: EDSON TADEU DOS SANTOS, RG 13.261.843/SP, inscrito no CPF nº 091.797.458-14, residente na Avenida Goiás, nº 215, Bairro Vila de Furnas, Fronteira/MG, Brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 18/03/1965, pai André Pereira dos Santos, mãe Valdete Maria da Silva, Companheiro, Jornalista. Às perguntas de costume, disse nada. Já qualificada, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas dos Drs. Defensores, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 25 de outubro de 2017.

MM. Juiz:

Requerentes:

Advogada dos Requerentes:

Requerido:

Advogado do Requerido:

Testemunha:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE ANTONIO VAZQUEZ CASTRO JUNIOR, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:34. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/espaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e o código 1CA07E3.

Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/espaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADB793.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81320173838360

Nome original: 5003000-53.2017.8.13.0271.pdf

Data: 13/11/2017 17:35:44

Remetente:

ALINE REZENDE ROCHA

Secretaria da 2ª Vara Cível da comarca de Frutal

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo 1001943-73.2016.8.26.0390.

Assunto: Encaminhamento a presente Carta Precatória para ser anexada nos autos originários.



13/11/2017

Número: **5003000-53.2017.8.13.0271**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Frutal**

Última distribuição : **21/09/2017**

Processo referência: **1001943-73.2016.8.26.0390**

Assuntos: **Oitiva**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
AUTOR	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
AUTOR	ROSILENE PEREIRA DE MORAIS
RÉU	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
ADVOGADO	ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30373 296	21/09/2017 16:06	Carta Precatória	Petição Inicial
30373 359	21/09/2017 16:06	CP Nova Granada	Carta Precatória
30409 585	22/09/2017 10:06	Certidão	Certidão
30949 934	02/10/2017 17:46	Despacho	Despacho
31177 566	05/10/2017 12:16	Certidão	Certidão
31177 594	05/10/2017 12:16	Comprovante de Intimação - J. Deprecante	Documento de Comprovação
31177 979	05/10/2017 12:20	Intimação	Intimação
31670 224	16/10/2017 12:57	Termo de Juntada	Termo de Juntada
31670 286	16/10/2017 12:57	mandado - 5003000-53	Mandado
32104 870	23/10/2017 12:26	Termo de Juntada	Termo de Juntada
32104 952	23/10/2017 12:26	Mandado - 5003000-53 (02)	Mandado
32106 498	23/10/2017 12:42	Ofício - Malote Digital	Certidão
32106 638	23/10/2017 12:42	Ofício - Malote Digital (5003000-53 - 02)	Ofício
33102 326	09/11/2017 13:58	Certidão em Audiência	Certidão em Audiência
33102 288	09/11/2017 13:58	precatória	Ata da Audiência
33315 070	13/11/2017 17:28	Certidão de Baixa	Certidão de Baixa

Segue em anexo Carta Precatória e documentos que a instrui, enviados pelo Juízo Deprecante, via malote digital, na data de hoje.

Deixei de cadastrar o advogado da parte autora, uma vez que este não se encontra credenciado no PJe de Minas Gerais, até o presente

momento, conforme consulta realizada nesta oportunidade.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 8252017792835

Nome original: CP - 1001943-73 - OITIVA FRUTAL.pdf

Data: 21/09/2017 14:46:47

Remetente:

CLEBER DE SOUZA DAMACENO

NOVA GRANADA

Tribunal de Justiça de São Paulo

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: CARTA PRECATÓRIA - OITIVA TESTEMUNHA DO RÉU.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA – INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**
 Prazo para Cumprimento: **30 dias**
 Valor da Causa: **R\$ 88.000,00**

Justiça Gratuita

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA(O) VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, MM. Juiz(a) de Direito da(o) Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei etc.

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: INQUIRÇÃO da(s) testemunha(s) arrolada(s), abaixo mencionada(s), para depor sobre os fatos narrados no processo em epígrafe, nesse r. Juízo, em data e horário que Vossa Excelência houver por bem designar.

ADVERTÊNCIA: A(s) testemunha(s) deverá(ão) ser advertida(s) de que, deixando de comparecer sem motivo justificado, sujeitar-se-á(ão) à condução coercitiva, com auxílio de força policial, se necessário, sem prejuízo da aplicação de multa prevista no art. 458 do CPP, bem como estará sujeito(a) a processo penal por crime de desobediência e ao pagamento de custas da(s) diligência(s) (artigo 218 e 219, do Código de Processo Penal).

PESSOA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER INTIMADA(S): Testemunhas do requerido: **MARCIA MORAES ANDRADE**, Brasileiro, Rua Antonio Ramos do Amaral, 277, Centro, CEP 38230-000, Fronteira - MG e **EDSON TADEU DOS SANTOS**, residente na Av. Goiás, 277 - Fronteira MG.

PROCURADOR(ES):

Reqte: Dr(a). Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto e Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, OAB nº 276023/SP e 276023/SP.

Reqdo: Dr(a). Antonio Alberto Cristofolo de Lemos, OAB nº 113902/SP.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIANO RODRIGUES CREPALDI e JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e o código 1B2D8C2.

fls. 319



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável CUMPRA-SE, se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIANO RODRIGUES CREPALDI e JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001943-73.2016.8.26.0390 e o código 1B2D8C2.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

OFÍCIO - SENHA DE ACESSO DA PARTE

Os dados do processo abaixo identificado podem ser consultados na Internet, no site do Tribunal de Justiça de São Paulo (<http://www.tjsp.jus.br>), clicando em "Processo Digital, e-SAJ, Consultas processuais e, por fim, Consulta de processos do 1º grau.

Processo Digital: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Senha: **n98cbg**

Justiça Gratuita

Para consultar os dados informe a senha ao ser solicitada no site. Ressaltamos que a senha é de uso pessoal e intransferível, permitindo acesso total à tramitação processual.

Nova Granada, 21 de setembro de 2017

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

CERTIDÃO DE TRIAGEM

Certifico que:

(X) A Carta Precatória está amparada pelos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

(X) Finalidade da Carta Precatória: INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA.

FRUTAL, 22 de setembro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

ASSUNTO: [Oitiva]

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Vistos, etc.

Para a oitiva deprecada, designo audiência para o dia **09 de novembro de 2017**, às **13h30min.**

Oficie-se ao Juízo Deprecante solicitando que se dê ciência às partes.

Intimem-se.

Frutal, 02 de outubro de 2017.

ANDRÉ RICARDO BOTASSO

Juiz de Direito

A

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

CERTIDÃO

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Certifico e dou fé que foram expedidos 02 (dois) Mandados de Intimação para intimação das testemunhas (mandado nº. 01 e mandado nº. 02), bem como foi oficiado o Juízo Deprecante acerca da Audiência designada através do Malote Digital, conforme comprovante anexo.

FRUTAL, 5 de outubro de 2017.

*Poder Judiciário***Malote Digital**

Impresso em: 05/10/2017 às 12:11

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**Código de rastreabilidade:** 81320173616852**Documento:** Audiência - 5003000-53.pdf**Remetente:** Secretaria da 2ª Vara Cível da comarca de Frutal (Aline Rezende Rocha)**Destinatário:** Distribuidor - Nova Granada (TJSP) (TJSP)**Data de Envio:** 05/10/2017 12:01:38**Assunto:** Informo Vossa Excelência que a Audiência para Oitiva das testemunhas foi designada para a data de 09/11/2017 às 13:30 horas, a ser realizada na sala de Audiência do Gabinete da 2ª Vara Cível desta Comarca de Frutal-MG.**Imprimir**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Intima a parte requerida acerca da Audiência para oitiva das testemunhas para a data de 09/11/2017 às 13h30, a ser realizada na sala de audiência do gabinete da 2ª Vara Cível.

FRUTAL, 5 de outubro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Certifico que foi anexado aos autos 01 (um) Mandado de Intimação (mandado nº. 01).

FRUTAL, 16 de outubro de 2017.



PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Frutal

2ª Vara Cível de Frutal

PÇ. 7 DE SETEMBRO, 50 - - XV DE NOVEMBRO - 3421-8582

Carta Precatória

221 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA - AUDIÊNCIA

2ª VARA CÍVEL

PROCESSO: 5003000-53.2017.8.13.0271

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NOSSO Nº: 003000-8

AUTOR: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS e Outro(s).

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Testemunha a ser intimada:

MARCIA MORAES ANDRADE

(Cumprir Prov. 161/CGJ/2006. Informar RG, CPF, Filiação, etc.)

Endereço:

R.ANTONIO RAMOS DO AMARAL, 277 - Fone:

COHAB - CEP: - FRONTEIRA/MG

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, INTIME A TESTEMUNHA acima arrolada a comparecer a esta secretaria situada à PÇ. 7 DE SETEMBRO, 50 - - XV DE NOVEMBRO - 3421-8582, na cidade de FRUTAL, para AUDIÊNCIA de Instrução, designada para 09/11/2017, às 13:30 horas, a fim de prestar depoimento no processo acima referido, sob pena de ser conduzida coercitivamente.

O não comparecimento acarretará em processo crime por desobediência. Art. 330 do Código Penal - Pena: Detenção de quinze dias a seis meses e multa.

DESPACHO JUDICIAL / INFORMAÇÕES ADICIONAIS

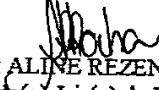
Ciente: Marcia Moraes Andre'

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

<p>Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:</p> <p>CELSO VICENTE FARIA</p> <p>REGIÃO: 3 - PERÍMETRO URBANO FRONTEIRA - PEDÁGIO</p>	<p>Mandado:1</p> <p>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA</p> <p>Certidão: <input type="checkbox"/> Verso <input checked="" type="checkbox"/> Anexa</p>
---	--

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

FRUTAL, 05 de outubro de 2017.


Escrivã(o) Judicial: ALINE REZENDE ROCHA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

CERTIDÃO

2ª VARA CÍVEL

Processo: 5003000-53.2017.8.13.0271 (Processo Eletrônico)

Mandado: 1

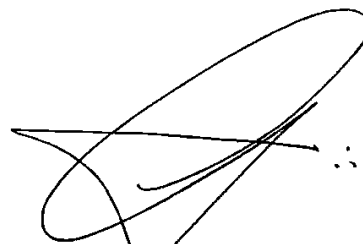
Nosso nº.: 003000-8

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, nesta data, diligenciei-me até o endereço indicado no referido Mandado, na Cidade de Fronteira/MG, nesta Comarca de Frutal/MG, e assim sendo, as 17h50min, INTIMEI MÁRCIA MORAES ANDRÉ.

E, após ter tomado ciência do conteúdo do mandado, que li e lhe dei para ler, a mesma após exarar sua nota de ciência, recebeu a contrafé que lhe ofereci. O referido, é verdade e dou fé.

Obs. a Sra. Márcia Moraes André não apresentou os documentos no momento desta Intimação.

Frutal - MG, 11 de outubro de 2017.



Celso Vicente Faria
Oficial de Justiça Avaliador
Matricula - TJMG: 22.386-7

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Certifico que foi anexado aos autos 01 (um) Mandado de Intimação (mandado nº. 02).

FRUTAL, 23 de outubro de 2017.

PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Frutal

2ª Vara Cível de Frutal

PÇ. 7 DE SETEMBRO, 50 - - XV DE NOVEMBRO - 3421-8582

Carta Precatória

221 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA - AUDIÊNCIA

2ª VARA CÍVEL

PROCESSO: 5003000-53.2017.8.13.0271

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 2

NOSSO Nº: 003000-8

AUTOR: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS e Outro(s).

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Testemunha a ser intimada:

EDSON TADEU DOS SANTOS

(Cumprir Prov. 161/CGJ/2006. Informar RG, CPF, Filiação, etc.)

Endereço:

AV.GOIAS, 277 - Fone:

VILA DE FURNAS - CEP: - FRONTEIRA/MG

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, INTIME A TESTEMUNHA acima arrolada a comparecer a esta secretaria situada à PÇ. 7 DE SETEMBRO, 50 - - XV DE NOVEMBRO - 3421-8582, na cidade de FRUTAL, para AUDIÊNCIA de Instrução, designada para 09/11/2017, às 13:30 horas, a fim de prestar depoimento no processo acima referido, sob pena de ser conduzida coercitivamente.

O não comparecimento acarretará em processo crime por desobediência. Art. 330 do Código Penal - Pena: Detenção de quinze dias a seis meses e multa.

DESPACHO JUDICIAL / INFORMAÇÕES ADICIONAIS

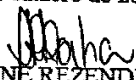
Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

<p>Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:</p> <p>HENRIQUE CASTRO DE SOUZA LIMA</p> <p>REGIÃO: 3 - PERÍMETRO URBANO FRONTEIRA - PEDÁGIO</p>	<p>Mandado:2</p> <p>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA</p> <p>Certidão: <input type="checkbox"/> Verso <input checked="" type="checkbox"/> Anexa</p>
---	--

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

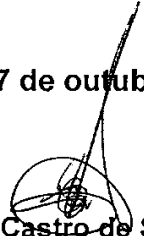
FRUTAL, 05 de outubro de 2017.


Escrivã(o) Judicial ALINE REZENDE ROCHA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

CERTIDÃO

Eu, HENRIQUE CASTRO DE SOUZA LIMA, certifico e dou fé que, dirigindo-me ao endereço indicado, na data de 12/10/2017, às 17:30h, aí sendo, DEIXEI de INTIMAR ÉDSON TADEU DOS SANTOS, pelo fato de encontrar-se em lugar incerto e não sabido, conforme informações prestadas por moradores mais próximos do número indicado no r. mandado, os quais não souberam informar o atual paradeiro da pessoa procurada. Certifico ainda que o número indicado no r. mandado não foi encontrado por este oficial de justiça. Dirigi-me à empresa de água e esgoto COPASA, em 17/10/2017, às 10:52h, onde fui informado que não existe ligação de água neste número, o que leva a inferir que realmente o número não existe. Certifico ainda que segue em anexo a pesquisa da COPASA. Diante do exposto, devolvo o mandado à Secretaria para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé.

Frutal-MG, 17 de outubro de 2017.



Henrique Castro de Souza Lima

Oficial de Justiça Avaliador

Matrícula 22377-6

COPASA-MG Atendimento e Servicos 17/10/17
 S'COM 10:52
 S0141100 Solicitacao de Servicos - Individual MÂRCIO
 Unidade : ELFL

Matricula: - CLIENTE NAO CADASTRADO
 Endereco : AV GOIAS, 277
 Bairro : VILA RESIDENCIAL DE FURNAS - FRONTEIRA

K - Registra vencimento alternativo

A - Solicita servico L - Processa faturamento antecipado
 B - Altera Titularidade do Imovel M - Calcula valor do produto
 C - Calcula financiamento servico N - Simula atualizacao monetaria
 D - Calcula quitacao financ./parcelamento O - Cancela valores
 E - Atualiza pagamento faturas vencidas P - Consulta lancos/parcelas faturar
 F - Registra leitura de cliente Q - Emite certidao negativa de debito
 G - Gera fatura avulsa - Servicos R - Processa SLD
 H - Faturas em aberto(2.via/Aglut/CND) S - Clientes por logradouro
 I - Retifica faturas T - Historico de Acoes de Cobranca
 J - Calcula parcelamento de debitos U - Atualiza CPF e/ou CNPJ
 Opcao: _ . - Retorna

Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12---
 Ajuda Sug Ret UCom I-ABA <<<

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

CERTIDÃO

PROCESSO Nº 5003000-53.2017.8.13.0271

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Certifico e dou fé que expedido Ofício ao Juízo Deprecante através do Malote Digital.

FRUTAL, 23 de outubro de 2017.

<https://malotecnj.tjmg.jus.br/malotedigital/popup.jsf>

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 23/10/2017 às 12:32

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**Código de rastreabilidade:** 81320173714433**Documento:** Mandado - 5003000-53 (02).pdf**Remetente:** Secretaria da 2ª Vara Cível da comarca de Frutal (Aline Rezende Rocha)**Destinatário:** Distribuidor - Nova Granada (TJSP) (TJSP)**Data de Envio:** 23/10/2017 12:29:41**Assunto:** Intimo o Juízo Deprecante para manifestar acerca do mandado de intimação não cumprido (mandado nº. 02) em anexo.**Imprimir**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

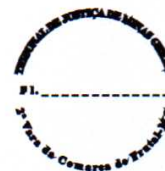
PROCESSO 5003000-53.2017.8.13.0271

CLASSE Nº CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

RÉU: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Segue em anexo ata da audiência.



Comarca de Frutal – 2ª Vara Cível

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo n. 5003000-53.2017.8.13.0271


Carta Precatória

Autor(a): Joaquim Pedro de Moraes Filho, Rosilene Pereira de Moraes

Requerido(a): Joaquim Pedro de Moraes

Aos 09 dias do mês de **novembro** de **2.017** às **13h30min**, na Sala de Audiências do Dr. **André Ricardo Botasso**, MM. Juiz de Direito, foi realizado, com as formalidades legais, ao pregão das partes e de seus respectivos procuradores. Ausentes as partes e seus procuradores, bem como as testemunhas.

Aberta a audiência, pelo M.M. Juiz foi proferida a seguinte decisão: “*Considerando que as partes e seus procuradores não compareceram à presente audiência, dispenso a produção das provas requeridas, nos termos do art. 362, §2º do CPC. Devolva-se a deprecata com as homenagens de estilo*”.

Nada mais. Eu  Celiane Cristina Bartasson Vilela, oficiala de apoio judicial, digitei e assino.

MM. Juiz:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE FRUTAL

2ª Vara Cível da Comarca de Frutal

Praça 7 de Setembro, 50, XV de Novembro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-000

CERTIDÃO DE BAIXA

Juiz,

Certifico que, em cumprimento à determinação do MM.

que

procedi à baixa dos presentes autos, tendo em vista

todas

não existem pendências de pagamento de custas e

as providências foram cumpridas.

FRUTAL, 13 de novembro de 2017.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1001943-73.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: Rosilene Pereira de Moraes e outro
Requerido: Joaquim Pedro de Moraes

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se a parte autora sobre o mandado negativo / carta precatória de fls. 373 a 401.

Nada Mais. Nova Granada, 23 de novembro de 2017. Eu, ____,
Ana Ligia Paschoaletti De Lima, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0710/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora sobre o mandado negativo / carta precatória de fls. 373 a 401."

Do que dou fé.
Nova Granada, 24 de novembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0710/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "JULGO IMPROCEDENTE o pedido da ação ajuizada por J.P.M.F. e R.P.M. em face de J.P.M., e CONDENO os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), ficando suspenso o recebimento em face da gratuidade concedida aos autores. Expeça-se certidão de honorários da patrona nomeada dos autores. Requisite-se a devolução da Carta Precatória de fls. 344 (Comarca de Frutal/MG) independentemente do cumprimento. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados.""

Do que dou fé.
Nova Granada, 24 de novembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0710/2017, foi disponibilizado na página 2457/2458 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/11/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "JULGO IMPROCEDENTE o pedido da ação ajuizada por J.P.M.F. e R.P.M. em face de J.P.M., e CONDENO os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), ficando suspenso o recebimento em face da gratuidade concedida aos autores. Expeça-se certidão de honorários da patrona nomeada dos autores. Requisite-se a devolução da Carta Precatória de fls. 344 (Comarca de Frutal/MG) independentemente do cumprimento. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados.""

Nova Granada, 27 de novembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0710/2017, foi disponibilizado na página 2457/2458 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/11/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)

Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora sobre o mandado negativo / carta precatória de fls. 373 a 401."

Nova Granada, 27 de novembro de 2017.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SETOR TÉCNICO - ESTUDO SOCIAL - PARECER

Processo Digital nº: 1001943-73.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

RELATÓRIO SOCIAL

Cumprindo determinação de Vossa Excelência, apresentamos o breve estudo social da demanda, realizado por meio de visita domiciliar e entrevista social, além da análise das informações constantes no processo em referência.

PESSOAS ENVOLVIDAS NO ESTUDO SOCIAL

- 1) **Joaquim Pedro de Moraes Filho** – 22 anos de idade – Filho do Requerido - Residente em Fronteira/MG (conforme fls. 261 dos autos).
- 2) **Rosilene Pereira de Moraes** – 22 anos de idade – Filha do Requerido - Residente em Fronteira/MG (conforme fls. 261 dos autos).
- 3) **Joaquim Pedro de Moraes** – Genitor dos Requerentes – Sítio Santa Izabel, Icém/SP.

ANÁLISE DA DEMANDA

Trata-se a demanda do pedido de valor indenizatório por danos morais c/c alimentos pelos requerentes, Sr. Joaquim Filho e Sra. Rosilene, contra o requerido, ora genitor dos referidos.

Conforme se observa da ação, os requerentes residiam em Icém/SP, contudo, mudaram para Fronteira/MG, razão pela qual este estudo será unilateral.

Ademais, para uma maior compreensão da demanda, haja vista que a leitura da ação restou clara que os requerentes pretendem o recebimento de um valor indenizatório e pensão alimentícia, por motivo de abandono afetivo por parte do requerido, optamos por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

realizar a visita domiciliar ao referido.

Assim, **em 15/12/17 realizamos a visita domiciliar ao requerido**, contudo, sem êxito, vez que estava em local diverso, conforme nos informou o seu irmão, que reside ao lado do referido. Nessa ocasião, deixamos o instrumento de convocação para a entrevista social neste setor técnico na responsabilidade do irmão do requerido.

Logo, **em 18/12/17, o requerido compareceu neste setor técnico para entrevista social, conforme a convocação.**

De pronto, o requerido informou que já havia decisão nesta ação, o que foi comprovado pelo termo de audiência constante às fls. 367/370. Entretanto, o requerido se disponibilizou a participar da entrevista, tendo nos relatado que os requerentes são seus filhos, com os quais manteve parco relacionamento, haja vista que houve muitos obstáculos colocados pela genitora dos referidos – Sra. Josilene Lourenço.

Conforme o requerido, todas as vezes em que tentava estar próximo dos requerentes, a Sra. Josilene impedia este contato, ao gerar situações diversas que prejudicavam a construção do vínculo afetivo.

Ademais, o requerido informou ainda que sempre cumpriu com o pagamento da pensão alimentícia aos filhos, os quais, hoje, com 22 anos de idade, intentam manter o recebimento de pensões alimentícias, sob o resguardo de uma possível situação de vulnerabilidade.

Sobre essa situação, o requerido diz não compreender, vez que os requerentes não se mantêm nos empregos que iniciam, tal como ele nos relatou que ocorre também com a genitora dos referidos.

Essa configuração nos chamou a atenção e nos leva a racionalizar que estes jovens, aparentemente, seguem o reflexo das atitudes/comportamentos de sua genitora, vez que repetem uma dinâmica já realizada pela própria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PARECER SOCIAL

De posse das breves informações levantadas, e haja vista que houve audiência referente à ação, a qual só pode ser trabalhada neste momento em razão da alta demanda a esta técnica, **observamos que este pedido não tem motivação real e consubstancial para prosperar**, considerando o estudo unilateral realizado com o requerido.

Vejamos, o requerido se fez presente neste setor técnico, assim como na audiência (25/10/17), o que demonstra sua real intenção em solucionar tal conflito. O referido manteve diálogo com esta técnica durante a entrevista social e em seus discursos deixou claro que tentou contato mais afetivo, e não somente financeiro, com os requerentes; contudo, era, demasiadamente, obstaculizado pela genitora dos referidos.

Outra situação que devemos considerar sobre a demanda é que os próprios requerentes não compareceram à audiência, restando a dúvida sobre a real importância que os referidos dão a este pedido, vez que mobilizaram o Juízo desta Comarca para pleitear algo, do qual sequer se fizeram presentes.

Questiona-se assim qual a real intenção dos requerentes. Entendemos que o abandono afetivo alegado pelos mesmos deve também ser considerado no sentido de mão dupla (ou seja, qual o esforço real realizado pelos requerentes no intento de obter o afeto do requerido? Quando obstaculizado pela própria genitora, que esforços os mesmos fizeram para evitar essa barreira e construir uma vinculação saudável?).

Percebe-se que os requerentes intentam um “pagamento” pelo suposto “abandono afetivo” por parte do requerido. Vejamos ainda, os requerentes são pessoas adultas e capazes, as quais poderiam por si próprios, manifestar interesse e também se responsabilizar pelo processo de construção dos laços afetivos, e não somente pela finalidade financeira e material.

Sendo assim, não compreendemos como uma situação de abandono (desamparo/renúncia) afetivo o contexto que se delineou a história dos requerentes, mas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

como algo muito maior e diverso, proporcionado também pela dinâmica de vida da própria genitora, dos quais os requerentes são prováveis reflexos, não desmerecendo, claro, suas naturezas individuais.

De tudo isso, questiona-se: o afeto é algo mensurável? Quiçá, seja. Contudo, há de se levar em questão todo o delinear das relações entre as partes envolvidas, a fim de se comprovar se houve ou não, de cada membro, impedimentos/obstáculos/má-fé de se concretizar, essencialmente, o conceito deste termo.

À apreciação de Vossa Excelência.

Nova Granada, 18 de Dezembro de 2017.

Romélia Rodrigues Sampaio Nunes
Assistente Social Judiciário
CRESS: 52.605
MAT: 366427

Nova Granada, 18 de dezembro de 2017.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a r. sentença de fls. 367 a 372 transitou em julgado em 19/12/2017. Nada Mais. Nova Granada, 11 de janeiro de 2018. Eu, ____, Ana Ligia Paschoaletti De Lima, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
 Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se a advogada da parte autora sobre: favor juntar provisão OAB que contem o registro geral de indicação para que possa ser expedida a Certidão de Honorários.

Nada Mais. Nova Granada, 11 de janeiro de 2018. Eu, ____, Ana Ligia Paschoaletti De Lima, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0009/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se a advogada da parte autora sobre: favor juntar provisão OAB que contem o registro geral de indicação para que possa ser expedida a Certidão de Honorários."

Do que dou fé.
Nova Granada, 22 de janeiro de 2018.

Tania Perpetua Ledo Cristiano Fernandes

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0009/2018, foi disponibilizado na página 4539/4547 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/01/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a advogada da parte autora sobre: favor juntar provisão OAB que contem o registro geral de indicação para que possa ser expedida a Certidão de Honorários."

Nova Granada, 23 de janeiro de 2018.

Tania Perpetua Ledo Cristiano Fernandes
Escrevente Técnico Judiciário

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP

FAMÍLIA E SUCESSÕES

Processo nº 1001943-73.2016.8.26.0390

ROSILENE PEREIRA DE MORAES E OUTRO, ambos já qualificados nos presentes autos, vem, respeitosamente, através de sua advogada e procuradora indicada pelo Convênio OAB-SP/DPE pedir a JUNTADA do registro geral de indicação para que possa ser expedida a certidão de honorários, que segue anexo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Nova Granada, 29 de janeiro de 2018

Edna A. Mira S. de Lima Pinto- OAB/SP 276.023



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP



SAO PAULO, 09 de junho de 2017.

Ofício Número: 0002845775/2017

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para propor OUTRAS - FAMILIA - QUESTIONÁRIO GENÉRICO, em favor de:

Foro de Nova Granada / Vara Única

Processo No.: 1001943-73.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2514913 - Autor/a

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

RG: 20252741

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Identificação DPESP: 2514962 - Autor/a

Nome: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

CPF: 6993793695

RG: 45537816 2

Endereço: RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670

Fone: 17-32330437

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 276023 / EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO

Endereço: Rua Duque De Caxias, 508

Fone: 17-32429870

Complemento: Casa

Bairro: Centro

Cidade: Nova Granada

CEP: 15440000 UF: SP

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 215 e 217).



Esta solicitação de indicação foi realizada por: Dalila Fortunato de Moraes.

Registro Geral de Indicação: 201706 130953 001727 60232

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 215 e 217).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -
CEP 15440-000**CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB****Juízo de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara:** 488**Ação:** Procedimento Comum**Código de Ação:** 206**Processo nº:** 1001943-73.2016.8.26.0390**Classe – Assunto:** Procedimento Comum - Alimentos**Advogado(a) nomeado(a):** Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto,**Número da OAB:** 276023/SP **Data da nomeação:** 09/06/2017)**Beneficiário(a):** Joaquim Pedro de Moraes Filho; Rosilene Pereira de Moraes**Autor (X)****Réu ()****Registro Geral de Indicação:** 201706 130953 001727 60232**Data da sentença:** 25/10/2017☐ 1- Procedente☐ 2- Parcialmente Procedente☒ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes (*Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016*)☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados (*Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016*)☐ 5- Outros: * (Se outros, informar, marcar e descrever a decisão ou o motivo que ensejou a expedição da certidão.)**Data do trânsito em julgado:** 19/12/2017**Atos praticados:**☒ 1- Todos os atos do processo☐ 2- Atuação parcial☐ 4- Recurso☐ 10 - 2º Júri☐ 16 - Produção Antecipada de Provas – Art. 366, CPP.

Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 08 de fevereiro de 2018 .

Eu, Ana Lígia Paschoaletti De Lima, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1001943-73.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
Requerente: **Rosilene Pereira de Moraes e outro**
Requerido: **Joaquim Pedro de Moraes**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Vistos.
Ao arquivo.
Int.

Nova Granada, 15 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0100/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)	D.J.E
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos.Ao arquivo.Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 16 de fevereiro de 2018.

Igor Henrique Ferreira da Silva

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0100/2018, foi disponibilizado na página 2680-2682 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/02/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Antonio Alberto Cristofolo de Lemos (OAB 113902/SP)
Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto (OAB 276023/SP)

Teor do ato: "Vistos.Ao arquivo.Int."

Nova Granada, 19 de fevereiro de 2018.

Igor Henrique Ferreira da Silva
Terceiros

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -
CEP 15440-000**CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB****Juízo de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara:** 488**Ação:** Procedimento Comum**Código de Ação:** 206**Processo nº:** 1001943-73.2016.8.26.0390**Classe – Assunto:** Procedimento Comum - Alimentos**Advogado(a) nomeado(a):** Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto,**Número da OAB:** 276023/SP **Data da nomeação:** 09/06/2017**Beneficiário(a):** Joaquim Pedro de Moraes Filho e Rosilene Pereira de Moraes**Autor (X) Réu ()****Registro Geral de Indicação:** 201706 130953 001727 60232**Data da sentença:** 25/10/2017☐ 1- Procedente☐ 2- Parcialmente Procedente☒ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☐ 5- Outros: * (Se outros, informar, marcar e descrever a decisão ou o motivo que ensejou a expedição da certidão.)**Data do trânsito em julgado:** 19/12/2017**Atos praticados:**☐ 1- Todos os atos do processo☒ 2- Atuação parcial☐ 4- Recurso☐ 10 - 2º Júri☐ 16 - Produção Antecipada de Provas – Art. 366, CPP.

Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 27 de novembro de 2018 .

Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Edna Aparecida Mira da Silva de Lima Pinto, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA**

Av. Hildeberto de A Ferreira, 1001, Anexo, Cep. 15.440-000 – Fone- 0xx17-3261-2399

Proc. n.º

Audiência: 25/08/2016 - Hora:19:20

Data de Entrada: 28/04/2016

AUTOR (A): 1-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E/OU 2- OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, 1- CPF: 109.500.908-75, 2- CPF: 184.241.048-20, com endereço a Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 670, Centro, ICÉM-SP.

RÉU (RÉ) (S): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, residente na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, Nº 895 (praça João do Carmo), Centro, Icém - SP.

AÇÃO: CONDENÇÃO EM DINHEIRO VALOR: R\$ 2.096,84

Pedido escrito () . Pedido oral (X) - Quant. docs.:

HISTÓRICO

DOS FATOS: Alega o(a) autor(a) que é credor(a) do(a) requerido(a) da importância supramencionada, dívida esta referente ao não pagamento de 04 (quatro) meses de aluguel, referente ao mês de janeiro a abril de 2016, sendo cada aluguel mensal no valor de 500,00 (quinhentos reais) mensais, e ao não pagamento de Contas de Energia (CPFL), referente ao mês de Março e Abril de 2016, alegou ainda que apesar de diversas tentativas amigáveis para RECEBIMENTO do que lhe é devido, não obteve êxito; esgotados os meios extrajudiciais para resolver o litígio o(a) requerente ingressa com a presente ação. DO PEDIDO: Requer o (a) autor (a), com base no 14 da Lei n.º 9.099/95, a citação do (a) requerido(a) e CONDENÇÃO do mesmo ao pagamento do valor de **R\$ 2.096,84 (Dois Mil, Noventa e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos)** corrigido com juros e correção monetária a partir do vencimento, na forma da lei, e ainda, as prerrogativas do artigo 172, § 2º, do CPC, para as diligências do Sr. oficial de justiça. Nada mais. Eu, JOSÉ EMILIO T. LOPES, ESCRIVENTE TÉCNICO, digitei a pedido do autor(a) e subscrevi.

DEMAIS REQUERIMENTOS:

Desde já o(a) autor(a) requer: 1. A expedição de mandado de citação com benefícios do parágrafo 2º do Art. 172 do CPC. E a citação por hora certa; 2. Caso o réu seja pessoa jurídica e se for necessário: a desconsideração da personalidade jurídica da empresa - ré que encerrou irregularmente suas atividades, com o prosseguimento da ação contra seus dirigentes, expedindo-se ofício à Junta Comercial para fornecimento dos dados necessários sobre os sócios; e, 3. Após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou procedente o pedido (total ou parcialmente), o início da execução, com elaboração do cálculo de liquidação e a expedição de mandado de penhora e de estimativa de valor. ,

O(A) AUTOR(A), declara estar ciente das disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 9.099/95, e, assim, caso não haja acordo, renuncia, desde logo, o eventual valor que exceda ao mínimo legal. Declara, ainda, estar ciente da data e hora da audiência marcada, e que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito. Declara também, estar ciente do "roteiro" dos processos de conhecimento.

Icem - SP, 28 de ABRIL de 2016.

Maria Aparecida de Oliveira
AUTOR (A) 1

Osório Garcia de Oliveira
AUTOR (A) 2

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código 843790.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC: Certifico e dou fé que, haver expedido a competente carta de citação e intimação do (a) requerido (a), em relação à **Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, na PRFEITURA MUNICIPAL, SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÊM- CEP- 15460-000,** a qual foi postada via Correios através de AR. Nada Mais. Nova Granada, 02 de maio de 2016. Eu, ____, Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 -Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 421
fls. 3

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 25/08/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(o)

Josilene Lourenço Pereira
RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 - PRAÇA JOÃO DO CARMO
15460-000 - Icem-SP

Pela presente, está Vossa Senhoria **CITADA(O)** para os termos da ação Procedimento do Juizado Especial Cível requerida por Maria Aparecida de Oliveira e outro perante este Juizado Especial Cível, conforme contrafé que acompanha a presente.

INTIMAÇÃO: Fica a(o) ré(u) intimada(o) a comparecer à **Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, Sala de Audiência do JEC e JECRIM, na PRFEITURA MUNICIPAL , SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÉM- CEP- 15460-000 . Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data.** Não havendo acordo entre as partes, será designada audiência de instrução e julgamento para data oportuna, ocasião em que a(o) ré(u) poderá apresentar defesa, trazer provas e até três testemunhas, se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, a(o) ré(u) será considerada(o) **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.




ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: Fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata e carta de preposição com firma reconhecida) e poderá estar acompanhada(o) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor), salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatícios (§ 4º do art. 9º da Lei nº 9.099/1995). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u), ainda, advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).



Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **citação/intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 02 de maio de 2016.


 COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM				 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP							
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO			
ATENÇÃO: Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.					
ASSINATURA DO RECEBEDOR				DATA DA ENTREGA			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				____/____/____			

 AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM		Reservado espaço à menção MP	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____			
		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.			
ASSINATURA DO RECEBEDOR				DATA DA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DO DOCUMENTO	

PROCESSO: 735-71.2016

EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

EXECUTADO: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA.

Certifico e dou fé, que a autora compareceu em cartório e requereu antecipação da audiência designada nos autos, uma vez que trata-se de pessoa idosa, tendo preferencia no tramite da ação, ante a necessidade de um acordo com a ré uma vez que o imóvel será futuramente habitado por uma parente de 3º grau.. Nova Granada, 17/05/2016, Eu  (Célia Regina Aves), Aux. Administrativa. Pref., digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

17 / 05 / 2016



MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjisp.gov.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Diante do pedido de fls. 05 ante a preferência de pessoas idosas, diante disso redesigno a audiência de conciliação para o **dia 30 de junho de 2016, às 19:20 horas, em Icém/SP.**

Intimem-se as partes.

Nova Granada, 24 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 7

fls. 425

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 30/06/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(O)

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer **na SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000**, em **Audiência de Conciliação** designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.



ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).


Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.

 CORREIOS	CE	COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL	AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM			10-426
DESTINATÁRIO Maria Aparecida de Oliveira RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 15460-000 Icem-SP					CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP						
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____ h 2º ____/____/____ ____:____ h 3º ____/____/____ ____:____ h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____ () Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.			RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR					DATA DA ENTREGA ____/____/____	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR						

 CORREIOS	AR	AVISO DE RECEBIMENTO	AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM	Reservado espaço à menção MP	
DESTINATÁRIO Maria Aparecida de Oliveira RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 15460-000 Icem-SP					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____ h 2º ____/____/____ ____:____ h 3º ____/____/____ ____:____ h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____ () Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.			
ASSINATURA DO RECEBEDOR				DATA DA ENTREGA ____/____/____	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DO DOCUMENTO ____/____/____	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 9 427

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 30/06/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(O)
OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer na **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000, em Audiência de Conciliação** designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.


ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.


Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.



CORREIOS

CE

COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM





fls. 10
DE
JUSTIÇA

DESTINATÁRIO
Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____ h
2º ____/____/____ ____:____ h
3º ____/____/____ ____:____ h
ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.


RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/____


CORREIOS

AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à
menção MP

DESTINATÁRIO
Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____ h
2º ____/____/____ ____:____ h
3º ____/____/____ ____:____ h
ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/____
Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE EMILIO TEIXEIRA LOPES. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código 94A204.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/002450-9**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA** para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000** .

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**


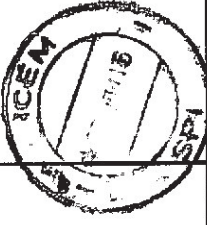

Justiça Gratuita



CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/002450-9 dirigi-me ao endereço indicado, e ai sendo, nesta data, INTIMEI a requerida: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, do inteiro teor e fins do r. Mandado, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe uma cópia do mesmo que aceitou, a qual de tudo bem ciente ficou, exarando no anverso do mandado anexo a sua nota de ciente. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 01 de junho de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.

 AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM JO 58190397 9 BR		Reservado espaço a menção MP
DESTINATÁRIO A(O) MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO CEP: 15460-000 - ICEM-SP		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro 15460-000 - Nova Granada - SP		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO CARDOSO DA SILVA Agente de Correios Matrícula: 89158/63 AC ICEM		
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ h ____ 2º ____/____/____ h ____ 3º ____/____/____ h ____ ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 0000735-71.2016 AUDIÊNCIA: 30/06/2016 MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DA ENTREGA 07/06/2016		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Marcia Aparecida de Oliveira		Nº DO DOCUMENTO		

 AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO A(O) OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO CEP: 15460-000 - ICEM-SP		JO 58190398 2 BR	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro 15440-000 - Nova Granada - SP		Reservado espaço à menção MP	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º / / : h 2º / / : h 3º / / : h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 0000735-71.2016 AUDIÊNCIA: 30/06/2016		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO CARDOSO DA SILVA Agente de Correios Matrícula: 89.51763 AC ICEM	
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em / / .	
ASSINATURA DO RECEBEDOR Marcia Aparecida de Oliveira		DATA DA ENTREGA 07.06.2016	
E LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DO DOCUMENTO	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº: 390.2016/002450-9

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA** para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÊM - CEP 15460-000** .

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cujas intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331."

[Handwritten signature and date]
01/06/2016



15:30min.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LARA CHRISTIAN DE OLIVEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código A5F1E6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir este documento, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código A5F1E6.

X

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LARA CHRISTIAN DE OLIVEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código A5F1E6.

*Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, NOVA GRANADA -
SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO INFRUTÍFERA

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Ozório Garcia de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira, CPF 462.642.724-34**
Data da audiência: 30 de junho de 2016

Aos 30 de junho de 2016, às 18:15 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiências do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular, Exmo(a). Sr(a). Dr(a). FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 horas relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista LUCIANA CRISTOFOLO LEMOS. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. NEUZA DAS GRAÇAS S. DA SILVA esta restou INFRUTIFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **“Consertados os autos tornem conclusos par nova deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Nada mais.”** Eu, _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

AÇÃO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
PROC. N.º 486.2016
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO
REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Aos 30 de junho de 2016, às 18:1 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiência do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular Exmo(a). Sr(a). Dr(a). FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comig escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 hora relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista LUCIANA CRISTOFOLLO LEMOS. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. NEUZA DAS GRAÇAS S. D SILVA esta restou INFRUTÍFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **"Consertados os autos tornem conclusos par nov deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução julgamento. Nada mais."** Eu, _____, (José Emílio T. Lopes) Escrivão Judicial II, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

Em tempo: Certifico e dou fé, que a requerida não assinou o presente termo, alegando por não sentir-se segura. Icém, 30 de junho de 2016. Eu _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003388-5**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003389-3**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 109.500.908-75, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003390-7**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/003388-5 dirigi-me à Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 895, Icem, em 13/07/16, onde INTIMEI JOSILENE LOURENÇO PEREIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé.
Nova Granada, 14 de julho de 2016.

Número de Atos: 01
13/07



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/003389-3 dirigi-me à Rua Prof. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, onde INTIMEI MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:01
13/07



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/003390-7 dirigi-me à Rua Profº. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Icem, onde INTIMEI OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:02 – referentes a ida a Icem – 24,903 Km
13/07



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº 390.2016/003389-3

Justiça Gratuita

C(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 109.500.908-75, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emilio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.



X Oliveira. 13-07-2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003390-7**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331"



Scém, 15/07/16

X [Signature]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/003388-5**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emilio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 103, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LARA CHRISTIAN DE OLIVEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código AFB709.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pesquisa/consultarProcesso.asp?processo=0000735-71.2016.8.26.0390&codigo=AFB709>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código AFB709.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjisp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o
dia 25 de julho de 2016, às 11:30 horas, em Nova Granada/SP.
Intimem-se as partes e as testemunhas eventualmente arroladas.

Int.

Nova Granada, 18 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerentes: **Maria Aparecida de Oliveira - presente**
Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: **- AUSENTE**
 Requerida: **Josilene Lourenço Pereira - presente**
 Advogado: **- AUSENTE**
 Advogada Plantonista: **Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente**
 Data da audiência: **25/07/2016 às 11h30min**

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada - SP - CEP
15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB

**Juízo de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da
Comarca de Nova Granada**

Código de Vara: 1107

Código da Causa: 701 - Plantão

Advogado(a) nomeado(a): DR. MIRIAM MARTHA DE SOUZA BARBEIRO RIBEIRO

Número de inscrição na OAB: 223494

Data da Nomeação: 13/07/2016

Nº Ofício de Indicação: 0001760086/2016

Registro Geral de Indicação: 20160713023400092234948

() Nomeação proveniente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

(X) Nomeação proveniente da Ordem dos Advogados do Brasil/SP

Data do plantão: 25/07/2016

CERTIFICO, para efeito do Convênio firmado pela Defensoria Pública do Estado com a OAB/SP, que o advogado retro indicado permaneceu à disposição deste Juízo durante todo o expediente forense, para realização das audiências que foram designadas para esta data.

NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 26/07/2016.

Eu, Elis Regina Deo, Auxiliar Administrativo - Pref, digitei. Eu, José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, **DR. MIRIAM MARTHA DE SOUZA BARBEIRO RIBEIRO** advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP
15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Requerentes: **Maria Aparecida de Oliveira - presente**
Osório Garcia de Oliveira - presente
Advogado: **- AUSENTE**

Requerida: **Josilene Lourenço Pereira - presente**
Advogado: **- AUSENTE**

Advogada Plantonista: **Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente**

Data da audiência: **25/07/2016 às 11h30min**

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:

OAB/SP 223.494

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO**REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA****CERTIDÃO:**

Certifico e dou fé, que a requerente compareceu em cartório nesta e requereu que seja oficiado a OAB local, a fim de nomear advogado(a) a fim de patrocinar sua causa, uma vez que a parte é hipossuficiente, não tendo condições de constituir um procurador particular. Nova Granada, 02/08/2016. Eu, , (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:02/08/2016

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Expeça-se o ofício a OAB local para nomeação de advogado para patrocinar os interesses do requerida, ante a parte ser hipossuficiente, de acordo o Convênio PGE/OAB – Assistência Judiciária.

Int.

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Criança/Adolescente: **Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, , Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.

Recebido
03/08/2016
Dalila



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, , Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.

Recebido
03/08/2016
Dalila



NOVA GRANADA, 03 de Agosto de 2016.

Ofício Número: 0001836782/2016

Referente ao Processo: 0000735-71.2016 (JEC)

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Comunicamos que, em resposta ao ofício em epígrafe foi nomeado o (a) advogado (a) abaixo mencionado, para o assistido:

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Cumpra esclarecer que o (a) Ilustre Advogado (a) deve ser intimado (a) para requerer o (a) de direito, bem como ser NOTIFICADO (A) de que é necessário o (a) advogado (a) entrar no Sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para dar o "Aceite" na nomeação e juntar a Indicação ao processo, tendo em vista que este ofício trata-se apenas de uma "Autorização de Nomeação". Esclarecemos também que deve o (a) Advogado (a) ser notificado (a) para, em caso de "RECUSA" da nomeação por qualquer motivo que seja, comunicar sua recusa junto ao Processo, para que possamos receber novo Ofício deste Juízo para a realização de Nova Nomeação.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

OAB / Nome: 304.627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 958

Fone: 17-3262-2332

Bairro: CENTRO Cidade:

NOVA GRANADA

CEP: 15440-000

UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



SAO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001836782/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal

Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CPF: 46264272434

RG: 39713179 3

Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895

Fone: 17-997171807

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958

Fone: 17-32622332

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: NOVA GRANADA

CEP: 15440000 UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



LEMONS ADVOGADOS

=====

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CIVIL DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, já qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, vem, com o devido respeito perante V.Exa., para apresentar **RECURSO INOMINADO**, requerendo que o presente seja recebido e após o procedimento de praxe, seja remetido ao Egrégio Colégio Recursal.

Requer a requerida os benefícios da assistência judiciária gratuita, vez que é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração.

Requer, que referido recurso seja recebido em ambos os efeitos, **devolutivo** e **suspensivo**, em decorrência da grave lesão e dano irreparável que o não recebimento no efeito suspensivo, possa acarretar a parte uma vez que é pessoa idosa, com filhos doentes (atestado medico faz prova) e não tem para onde ir.

Termos em que
P. deferimento.

Nova Granada SP, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCESSO CIVIL n.º 0000735-71.2016.8.26.0390
APELANTE: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
APELADO: Maria Aparecida de Oliveira e Outro

RAZÕES RECURSAIS:

EGRÉGIO TRIBUNAL COLEND A CÂMARA ÍNCITOS JULGADORES!

Nobres julgadores, este recurso tem como objeto a correção da respeitável Sentença proferida nos autos em epígrafe que **merece e deve ser INTEGRALMENTE reformada**, uma vez que o digníssimo magistrado local não atuou com o brilhantismo que é recorrente em suas decisões, deixando de observar requisitos indispensáveis conforme *madamus* do CPC, trazendo sérios e graves prejuízos ao processo e conseqüentemente ao ordenamento público, caso venha a ser adotado como regra corrente, considera-se colocando risco a segurança das relações jurídicas pelos motivos e fatos que passamos a expor, vejamos:

Foi Proferida a r. sentença:

"Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. Iniciados os trabalhos, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou frutífera, nos seguintes termos: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores

se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: "Vistos. 1. Homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo extinto o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'b', do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3-Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.". Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.." (Destaque Nosso)

Data vênua, mas a Respeitável Sentença proferida pelo juiz de primeiro grau equivocou-se, pois, foram produzidas provas firmes e concretas no sentido de comprovar o dano moral sofrido no caso em tela.

Da proteção constitucional

Qualquer relação formada dentro de nosso país deve seguir alguns preceitos. Dentre os basilares mais importantes para que se cumpra o que foi estipulado na Constituição Federal figura o exposto no artigo 1º, inciso III:

*"Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:*

*III – **a dignidade da pessoa humana**;"* (grifo nosso)

Além do Código de Defesa do Consumidor, agasalham os direitos e pretensões da requerida nossa Lei Magna em seu artigo 5º, incisos V e X:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral, decorrentes de sua violação; (...)" (grifo nosso)

Assim, todo tem direito e garantido o acesso a Justiça, para que sejam respeitados e defendidos os seus interesses, anseios, e necessidades, por está razão este causídico aceitou a nomeação através do convênio OAB/PGE, que lhe foi remetida, para assegurar que todo cidadão tenha seus direitos respeitos.

DA CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO:

A requerida requer, neste ato que o recurso seja recebido em ambos os efeitos, devolutivo e devolutivo, em face do dano grave e irreparável que possa gera a parte.

Conforme prova juntada nos autos neste momento, a autora possui filha que apresenta problemas de saúde, assim como ela própria, além do curto prazo que foi concedido para saída do imóvel, assim sendo, por estarem presentes os requisitos ensejadores requer seja deferido o efeito suspensivo ao presente recurso, a jurisprudência é pacífica em situações análogas:

Processo: RI 989090009215 SP Relator(a): Carlos Vieira Von Adamek Julgamento: 26/01/2009 Órgão Julgador: 2ª Turma Cível Publicação: 05/03/2009 Ementa AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO PELA AGRAVANTE -A concessão de efeito suspensivo ao recurso inominado é providência excepcional (Lei nº 9.099/95, art 43), somente admissível em caso de evidente perigo de dano grave e irreparável ao devedor - Há perigo de dano de difícil reparação quando a sentença, que condena a parte ao cumprimento de obrigação de fazer aparentemente inexecutível e impõe multa para a hipótese de seu descumprimento - Efeito suspensivo concedido - Recurso provido. .

Processo: MS 71004153193 RS Relator(a): Laura de Borba Maciel Fleck Julgamento: 21/02/2013 Órgão Julgador: Terceira Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 26/02/2013 Ementa MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO NO CURSO DO PROCESSAMENTO DO RECURSO INOMINADO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO QUE CONSOLIDA ASTREINTE E FIXA NOVA MULTA, MAJORADA, PARA NOVO DESCUMPRIMENTO. SUPRESSÃO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DA HIPÓTESE QUE RECOMENDA A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO E CASSAÇÃO DA DECISÃO QUE MAJOROU A ASTREINTE FIXADA NA SENTENÇA. CONCEDERAM A SEGURANÇA. (Mandado de Segurança Nº 71004153193, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Laura de Borba Maciel Fleck, Julgado em 21/02/2013)

DA NECESSIDADE DE REAPRECIÇÃO DO MÉRITO:

A Requerida compareceu neste escritório e relatou que não concordava com a sentença meritória que "homologou o acordo", relatou, tal como descrito por próprio punho, que não foi assistida devidamente pela plantonista, assim como na audiência se sentiu, coagida, pressionada e ameaçada (palavras descritas por ela, verificar declaração).

Os autores inclusive estão coagindo a requerida a deixar o imóvel de forma ABUSIVA, fazemos provas neste ato conforme protocolo n. 9066539171 e 9066540005, que houve pedidos de desligamento de energia do imóvel mesmo com a requerida residindo na casa, possuindo família, que necessita de energia elétrica, pois é item básico a subsistência de todo ser humano.

O processo originariamente se deu por ocorrência de suposto débito na locação de imóvel e conta de energia, como descrito o pedido inicial, porém, não houve a apresentação de nenhum documento comprobatório de **NADA, DA TITULARIDADE DO IMÓVEL, DA LOCAÇÃO IMOBILIARIA, DOS DÉBITOS EXISTENTES NO IMÓVEL.**

Em um passe de mágica, não foram cobrados os aluguéis e de credor a autora passou para devedora, uma vez que no suposto acordo, que foi imposto à requerida, a suposta proprietária do imóvel ainda PAGARIA, a impostaria de R\$ 600,00 (Seiscentos) reais.

Destaque-se que a audiência ocorreu na data de 27/07/2016 e já na data de 10/agosto/2016, ou seja, apenas 13(treze) dias após a audiência a requerida, deveria desocupar o imóvel, sob pena de reintegração de posse com amparo de coerção policial, **EXTREMAMENTE EXCESSIVO E DESPROPORCIONAL!!!!**

Para qualquer pessoa treze dias para encontrar uma nova casa, arrumar os pertences, contratar pessoal para efetuar a mudança é um prazo extremamente enxuto, data vênia, mas deveria ter sido de no mínimo 90(Noventa) dias o prazo para desocupação.

DA ABUSIVIDADE DE AÇÃO POSSESSÓRIA:

Encontramos um vício claro, que no rito dos Juizados Especiais cíveis, não é possível e tão pouco permitido o ajuizamento de medidas/ações possessórias como a inominada REINTEGRAÇÃO DE POSSE? Trar-se-á de medida nitidamente teratológica proferida pelo magistrado local.

Este causídico não sabe ao certo o teor da audiência de instrução realidade, mas juridicamente a medida adotada se mostra nitidamente temerária, vejamos jurisprudência na qual é nítida a incompetência do Juízo:

Processo: 71004608303 RS Relator(a): Cleber Augusto Tonial Julgamento: 26/02/2014 Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 12/03/2014 Ementa DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REMOÇÃO DE ILÍCITO. DEMANDAS POSSESSÓRIAS TRAMITANDO NO JUÍZO COMUM. INCOMPETENCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DECRETADA DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71004608303, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 26/02/2014)

Processo: 71003454006 RS Relator(a): Fernanda Carravetta Vilande Julgamento: 19/12/2011 Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 16/01/2012 Ementa AÇÃO DENOMINADA DE "DESPEJO PARA USO PRÓPRIO", COM COBRANÇA DE LOCATIVOS. CONTRATO DE LOCAÇÃO INEXISTENTE. NARRATIVA ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COMODATO. CARÊNCIA DE AÇÃO PARA A ESPÉCIE ELEITA. VIA IMPRÓPRIA.

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA A DESOCUPAÇÃO. PEDIDO A SER VERTIDO POR MEIO DE AÇÃO POSSESSÓRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. VALOR DO IMÓVEL QUE SUPERA O LIMITE DA LEI Nº. 9.099/95. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71003454006, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fernanda...

NULIDADES DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO:

Muito embora no rito dos juizados, seja respeitados os princípios da oralidade, simplicidade, não é juridicamente possível e tão pouco lícito que a parte autora, **NÃO TENHA APRESENTADO SEQUER DOCUMENTO PESSOAL, DURANTE TODO O CURSO DA AÇÃO.**

Os autores sequer fizeram provas de que são os legítimos proprietários do imóvel hora em discussão, ou mesmo que existiria locação imobiliária, a requerida não reconhecer sequer que está em débito com qualquer obrigação seja de aluguel, água, IPTU, luz.

Alastrado no código de processo cível é cristalino o dever da autora de comprovar a veracidade de suas informações dada no momento de ingresso com o processo judicial, pois, caso fossem aceito indiscriminadamente qualquer versão da situação fática apresenta sem a devida materialidade, colocaríamos em risco a estabilidade jurídica do nosso Estado Democrático de Direito.

A propósito, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, primorosamente discorre sobre o ônus da prova:

"Já que há interesse da parte em demonstrar a veracidade dos fatos alegados, porque somente assim pode esperar sentença favorável, ônus da prova significa interesse da parte em produzir a prova que lhe traga conseqüências favoráveis.

O ônus da prova é de fundamental importância quando a prova não há, e não quando há. Como a prova não pertence à parte, cabe-lhe manuseá-la a seu favor, tentando extrair dos fatos demonstrados a conseqüência

jurídica que pretende.

(...)

(...) Mas se prova não há, necessário se torna que o sistema trace os princípios a serem trilhados pelo juiz para chegar à justa solução da demanda.

(...) O Código de Processo Civil divide o ônus da prova pela posição processual que a parte assume. Se no pólo ativo, compete-lhe provar apenas o fato constitutivo de seu pretenso direito¹.

Pertinente também a lição de VICENTE GRECO FILHO:

"O autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo do seu direito"². (Grifo nosso)

No mesmo sentido, a lição de HUMBERTO THEODORO JUNIOR³:

"Não há dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo a máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente". (Grifo nosso)

Desta forma, deste ônus a requerente não se desincumbiu uma vez que somente juntou com a petição inicial, alguns comprovantes, que não traduzem a real necessidade e alteração da possibilidade economica por parte do requerido.

¹ in "Curso Avançado de Processo Civil", Ed. RT, vol. I, 2ª ed. revista e atualizada, p. 486/487

² in "Direito Processual Civil Brasileiro" - Saraiva - 11ª ed., v. II, 1996 - p. 204

³ in "Curso de Processo Civil", v. I, Forense, 25 edição -1998, p.423.

EX POSITIS, REQUER:

Seja recebido o presente Recurso Inominado onde se pede que seja provido para no mérito para reformar da sentença para que seja corrigida da seguinte maneira:

A)- Para que esta nobre Turma Recursal, reforme a sentença de primeiro grau, para que conheça e seja provido o recurso da requerida, anulando-se a sentença meritória, determinado a remessa dos autos a origem para nova prolação de sentença, limitando-se a ação a cobrança de aluguel e acessórios, uma vez que houve cerceamento do direito de defesa, violando o devido processo legal dentre outros princípios previsto em direito;

B)- Como pedido alternativo, requer que está nobre turma recursal reverta a sentença de mérito em face das inúmeras irregularidades e abusividades existente no processo, não podendo persistir por seus próprios argumentos, assim sendo, requer seja conhecido e provido o presente recurso, julgado improcedente o pedido inicial.

São esses os pedidos que tem a expor, por razão de direito e medida da mais Clara Justiça!!!

Nova Granada, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

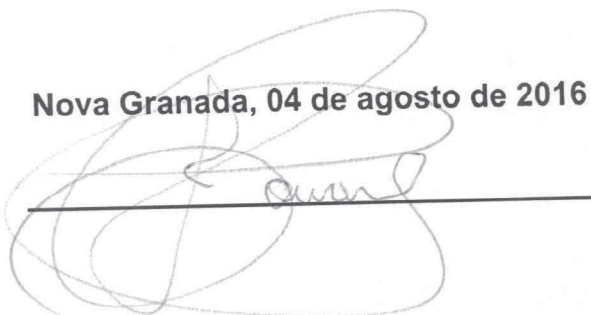
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo substabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP

DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

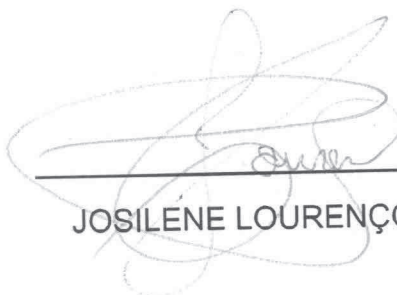
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPECIAÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENCO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE

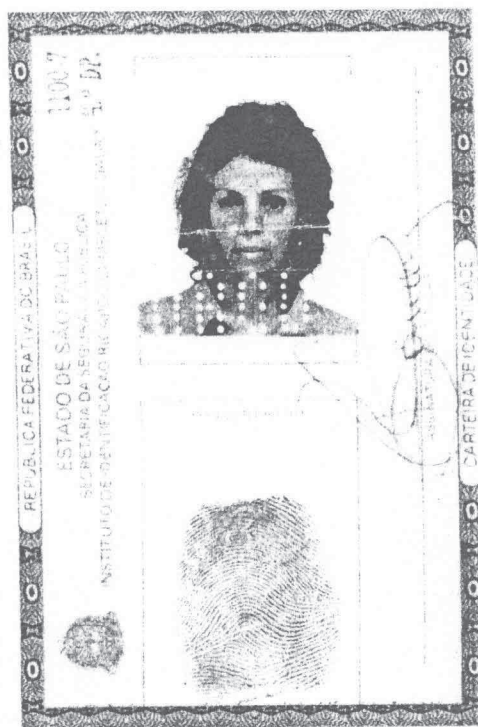
SEXTA ZONA

CN-LV 194/FLS.96 /N.082960

462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR

Nº 116 DE 29/08/95



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA. Protocolado em 04/08/2016 às 18:40:03, sob o número WNGA16700041597. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código B7991E.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.

CERTIFICO que, no livro AA/50 de registros de nascimento deste cartório, as folhas 64v, sob o número 5152, foi lavrado, em 23 de outubro de 1995, o registro cujos dados são os seguintes: 1/1/1

Nascido (a): ROSILENE PEREIRA DE MORAIS. 01/01/01

Sexo: feminino. 2/2/2

Hora do nascimento: nove horas e cinquenta minutos. ^{8/6}

Local do nascimento: Hospital Municipal de Piabeta. 9/1
Cidade e Estado do nascimento: Maré, Rio de Janeiro. 9/1

Por: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS. 27/7/81

Mãe: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA 47/47
Avós: pai: JOÃO PEDRO DE MORAIS

MORAIS, J. J.

Avós maternos: JOSUE PEREIRA e ZULIDE LOURE
Declarante: A mãe: 1/1/1

Testemunhas: Dispensadas na forma da lei. 2/2/0

Observações: 9/9/9

DATE: 10/10/1964

O referido é verdade e dou-lo.

Inhomicim, 17 de julho de 2000.

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Self-Start Scissors
DOWNTOWN
MILWAUKEE



Declaração:

Eu, Fabiane Laurence Pereira, portadora do RG: 179-3, venho através desta recorrer do pro. 71.2016.8.26.0390 - Juizado Especial; devido a ter me sentido coagido, pressionado e até mesmo ameaçado na audiência que foi realizada no dia 25 de agosto de 2016, marcando para as 13h30min. Se encontrava naquele dia o Dr. Juiz de direito: Fabiano Lupaldi, escrivão: Antônio Vazquez, o Sr. Juiz, o Sr. Advogado: Marian Martha de Souza Barreira. Os autos do processo e por fim a requisição. Nesta ocasião me senti desprezada, coagida e intimidada juridicamente; desprotegida pelo lei. Foi completamente desmerecida e subjugada; por quem deveria agir de forma imparcial e justa. Mas me foi dada a chance de argumentar em contestar. E aqui que foi o erro, foi completamente descartado de forma duvidosa e do meu caráter.

Continuação:

Quando o Sr. juiz de en me tem
vergonha me fare de en me estar aro
que era meu e que eu deveria de
fazer a parte alguma que não estava em
condições de pagar o original e que me
encontrava desempregado, hesitando
- me colocado em juízo o meu carolín
religioso, que em me estava sendo
uma serve de Deus, como disseram.
Pois que em momento algum afirma
o que foi dito. Digo o Sr. juiz que
serve de Deus tem o billy do espírito
santo, pois que de uma alguma em es-
te tudo. Na realidade para me foi
tudo a exatidão, não estava acreditando
no que me estava acontecendo. Quando
que em me decidiria aquela audiência
que o mesmo agisse ao seu ver.
Mas satisfeito pelo minhas decisões, ganhei
- me ao escrevente já fazer o documento.

3ª Parte

... Continuação

de ordem de despacho. Para não se ver
na rua com os meus filhos, pelo juiz
prontamente (illegible) aceitei o que estava de
do proposto. Processo que foi analisado e
muito irregularidade; não fui responsável
no trâmite do processo pela lei; o que
a violou completamente. Não tive culpa
do fato está por e que me analisou
o (que tinha e tal momento antes da
audiência, em meio e depois; pendia
mente para os autos do processo. Segue
em anexo de conduta do advogado em
audiência; protocolado pelo OAB.

Fico aqui seja relato e de conforme com
a lei esse julgamento. Data e assino:

03 04
0 08
2016

[Assinatura]

Ordem de 3ª Parte

SÃO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001839574/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal
Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660
Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
CPF: 46264272434
RG: 39713179 3
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Fone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)
OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: Av. Dr. Hildeberto A Ferreira, 958
Fone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: Centro
Cidade: Nova Granada
CEP: 15440000 **UF:** SP

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Dalila Fortunato de Moraes.

Registro Geral de Indicação: 20160804115500023046273

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 285 e 326)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA. Protocolado em 04/08/2016 às 18:40:03, sob o número WNGA16700041597. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código B79921. Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

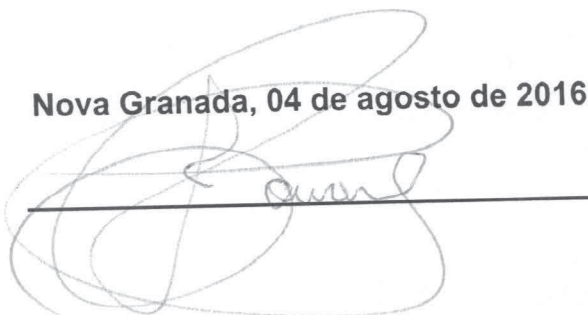
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo substabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP

DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

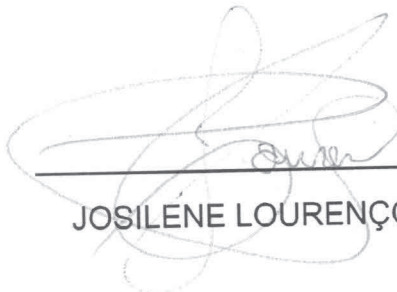
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

- CPFL -

Pedido de desligamento: dia 20

Prota. 9066539171

11 9066540005

CAIXA Loteria

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

167-831199103-4

15/ Jun/2016

HORA DE 19:03:47

LOT. 71.14/17 2

TERM 043210

LOCALIDADE: ICEM

AG. VINCULADA: 3497

CAIXA Loterias

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
CPFL CIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

VALOR DO PAGAMENTO: 47,64

830400000003 476400000004
717009521037 100464000245

167-831199103-4

1ª VIA

CAIXA Loterias

CAIXA Loterias

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPECIAÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENCO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE

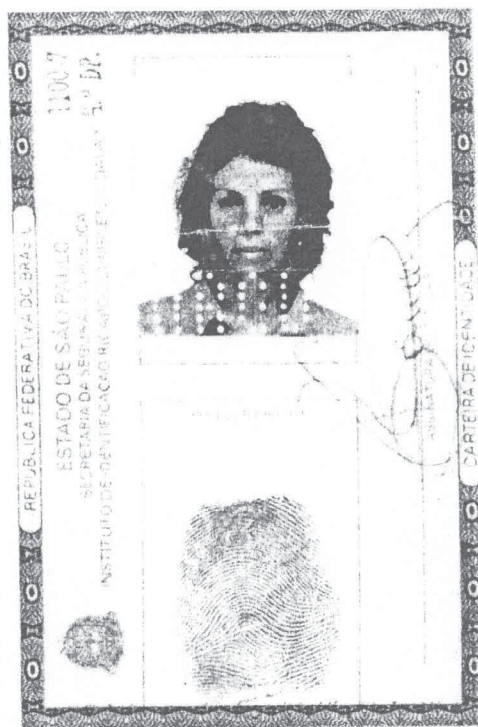
SEXTA ZONA

CN-LV 194/FLS.96 /N.082960

462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR

116 DE 290895



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA. Protocolado em 04/08/2016 às 18:40:03, sob o número WNGA16700041597. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código B79921.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.

B

Opinão, que Rosilene Pereira

de Moraes, em acompanhamentos

no novo ambulatório de

Neuropediatria (um mês com

Tax com a mãe Terilene)

devido a isto pareceu fácil

bilateral occipital, com

retorno em 31/01/02

Silvia K. Rocha
CRM 61107


**HOSPITAL
DE BASE**

10/09/01

Regina A.P. Almeida
Neurologia Infantil
CRM 61107

o novo Rontgen P. Moraes
faz acompanhamento nele
sempre, com quadro de
Macrocefalia e espasmos
clonônicos. No EEG magnético
encontra-se mostrar Cisto
Porencefalia bilateral
Devido ao acompanhamento
no ambulatório nascer

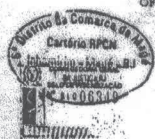
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, no livro AA/50 de registros de nascimento deste cartório, as folhas 64v, sob o número 5152, foi lavrado, em 23 de outubro de 1995, o registro cujos dados são os seguintes: 1/5/1
Nascido (a): ROSILENE PEREIRA DE MORAIS. 1/5/1
Sexo: feminino. 1/5/1
Data do nascimento: 16 de setembro de 1995. 1/5/1
Hora do nascimento: nove horas e cinquenta minutos. 1/5/1
Local do nascimento: Hospital Municipal de Niterói. 1/5/1
Cidade e Estado do nascimento: Magé, Rio de Janeiro. 1/5/1
Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS. 1/5/1
Mãe: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA. 1/5/1
Avô paterno: JOÃO PEDRO DE MORAIS e ABADIA MATOS MORAIS. 1/5/1
Avô materno: JOSUE PEREIRA e ZULIDE LOURENÇO PEREIRA. 1/5/1
Declarante: A mãe. 1/5/1
Testemunhas: Dispensadas no termo de lei. 1/5/1
Observações: 1/5/1
Lavrou esta certidão (nome e rubrica): Lincoln Santos Fernandes. 

O referido é verdade e dou fé.

Inhomim, 17 de julho de 2000.


OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



B

Opinão, que Rosilene Pereira

de Moraes, em acompanhamentos

no novo ambulatório de

Neuropediatria (um mês com

Tax com a mãe Terilene)

devido a isto pareceu fácil

bilateral occipital, com

retorno em 31/01/02

Silvia K. de Rocha
CRM 61107

**HOSPITAL
DE BASE**

10/09/01

Regina A.P. Almeida
Neurologa Infantil
CRM 61107

o novo Rontgen p. Moraes
faz acompanhamento nele
sempre, com quadro de
Macrocefalia e espasmos
clonônicos. No EEG magnético
encontra-se mostrar Cisto
Porencefalia bilateral
Devido ao acompanhamento
no ambulatório nascer

PROCESSO Nº 0000735-71.2016.8.26.0390

REQUERENTES: OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA

REQUERIDA: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé, que o requerente compareceu ao cartório nesta data, e informou que a requerida não desocupou o imóvel data de 10/08/2016, conforme constou no acordo de fls.29 e requer o prosseguimento do feito com expedição do mandado de reintegração posse do imóvel . Nova Granada., 11 de agosto de 2016. Eu, (Marilene Pereira de Souza), Escrevente Técnico Judiciário, digitei e assinei.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

11/08/16


OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.

Ciência à parte contrária para as contrarrazões.

Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.

Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.

A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação.

À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida.

As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina.

Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência.

Int.

Nova Granada, 16 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

**MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSÓRIO GARCIA DE
OLIVEIRA**, autores devidamente qualificados nos autos do processo supra
epigrafado, por seu advogado, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência
para expor e requerer o seguinte:

1 – Ante o não cumprimento do acordo avençado às fls. 31,
foi expedido mandado de remoção, conforme r. despacho de fls. 65/66.

2 – Ainda, temos as peculiaridades do presente caso, ainda
levando-se em conta que no mencionado acordo a requerida recebeu dos
autores a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) em espécie, perante Vossa
Excelência, destinados a locação de outro imóvel.

3 – Nesse passo, os autores não podem responsabilizar-se
pelo depósito dos bens da requerida que guarnecem o imóvel, apenas se
responsabilizando para o transporte do mobiliário, com o que, desde já,
concordam.

4 – Dessa forma, ante o comportamento desleal da requerida
e sua recusa na desocupação do imóvel, os autores sofrerão prejuízos ainda

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

maiores do que os que já vem sofrendo, caso responsabilizem-se pela guarda dos bens da requerida.

5 – Diante do exposto, requer-se seja oficiado ao **órgão assistencial do Município de Icém, com a urgência que se faz necessária**, para que providencie depositário e local para a guarda dos bens da requerida, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para seu depósito.

6 – Por último, requer-se o prazo para a juntada do instrumento de procuração, na oportunidade da apresentação das contrarrazões de recurso.

Nestes termos,
P. Deferimento.

Icém-SP., 19 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Oficial de Justiça: *****
Mandado nº: **390.2016/004100-4**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à **REINTEGRAÇÃO DA POSSE** do **bem imóvel**, situado na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça do Carmo) centro em Icém-SP**, objeto da ação em mãos do(a)s requerente(es), lavrando o competente auto circunstanciado, **ficando autorizado ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência**, conforme r. Despacho de teor seguinte: **Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95. Ciência à parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal. Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse. A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência. Int.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2- **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no [art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal](#).

Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível. que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**Ao(À) ILM.º. SR.
COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
ICÉM – SP.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjisp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 67/68: Defiro.

Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas
legais.

Int.

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- que Maria Aparecida de Oliveira e outro movem contra Josilene Lourenço Pereira, solicito a Vossa Senhoria as medidas necessárias para que providencie com urgência, local para a guarda dos bens da requerida Josilene Lourenço Pereira, portadora do RG 39.713.179 e do C.P.F. 462.642.724-34 com atual endereço na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 895 (Praça João do carmo), centro, Icém-SP, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para o seu depósito, nos termos do despacho de fls.72, cuja cópia segue anexa, ressaltando que a prefeitura permanecerá como depositária dos bens para entrega futura à locatária.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**


**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)

Ilmo (a) Sr. (a) Coordenador (a)

Do Órgão Assistencial do Município de Icém-SP

4

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM		Reservado espaço à menção MP	
DESTINATÁRIO		J O 5 8 1 9 0 3 0 8 6 B R							
Josilene Lourenço Pereira									
RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895									
15460-000 Icem - SP									
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR									
Fórum de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal									
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001									
15440-000 Nova Granada-SP									
TENTATIVAS DE ENTREGA									
1ª	/	/	/						
2ª	/	/	/						
3ª	/	/	/						
ATENÇÃO:									
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.									
ASSINATURA DO RECEBEDOR									
[Assinatura]									
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR									
[Assinatura]									
USO EXCLUSIVO DO CLIENTE: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-									
AUDIÊNCIA 25/08/2016									
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO									
(1) Mudou-se	(4) Desconhecido	(7) Ausente							
(2) Endereço insuficiente	(5) Recusado	(8) Falecido							
(3) Não existe o número	(6) Não procurado	(9) Outros:							
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico.									
() Reintegrado ao Serviço Postal em									
ED50									
RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO									
Agente de Correios									
Matrícula: 89151763									
ACR [Assinatura]									
UNIDADE DE ENTREGA									
[Assinatura]									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									
SP1									
09 MAR 2016									
981228143712010-SPM TJSP									
Correios									
AR									

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., por seu advogado (procuração anexa), vêm respeitosamente perante Vossa Excelência para, em cumprimento ao r. despacho de fls. 65/66, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

INOMINADO

interposto às fls. 39/48, conforme razões abaixo:

1 – Trata-se de ação de cobrança de aluguéis e acessórios interposta pelos recorridos contra a recorrente, visando receber os valores por ela devidos a título de locação do imóvel informado às fls. 01.

2 – Não havendo qualquer pagamento por parte da requerida referente a aluguéis e mesmo das contas de consumo do imóvel, em audiência na presença do MM. Juiz de Direito subscritor do r. despacho de fls. 65/66, houve a homologação de acordo onde os recorridos, além de perdoar a dívida

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

cobrada nos autos, deram **em espécie e naquele ato** à recorrente, a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para que a mesma pudesse encontrar um outro lugar para sua mudança, no prazo lá estipulado.

3 – Em que pese o acordo ter sido realizado e formalizado na presença do DD. Magistrado, antes do prazo apontado para a desocupação voluntária do imóvel, a recorrida, agindo com torpeza tal, após insistentes pedidos para nomeação de advogado junto à OAB local para a defesa de seus interesses (o que não é permitido pelo Convênio firmado com a DPSP em razão do não pagamento de honorários ao nomeado), através de ofício foi nomeado o D. Subscritor de fls. 39/48.

4 – Ocorre porém que, apesar dos esforços do D. Defensor, suas argumentações não devem prosperar, pois, trata-se de acordo formalizado e homologado perante o órgão judicial, que foi devidamente executado com a expedição e cumprimento de ordem de remoção, conforme previsto no acordo/sentença, recorrido.

5 – Não houve qualquer irregularidade ou coação por parte dos recorridos e, em especial, por parte do D. Magistrado, conforme afirmou a recorrente na declaração de fls. 53/55, nem tão pouco qualquer irregularidade na sua formalização que seguiu aos princípios norteadores do processo perante o Juizado Especial Cível e à legalidade do ato.

6 – Em verdade, busca a recorrente maneira de tumultuar a situação ainda mais do que já ocorreu por sua culpa exclusiva, assim como sem qualquer escrúpulo, tenta enriquecer-se ilicitamente, buscando sua permanência no imóvel sem o pagamento de qualquer quantia a título de alugueis.

Tanto é assim que não há nas razões recursais qualquer menção em devolver aos recorridos o valor recebido em audiência ou o

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

pagamento de qualquer quantia pelos aluguéis atrasados, demonstrando sua clara intenção de aproveitar-se ilicitamente da boa vontade dos recorridos.

7 – Observe-se ainda que não houve qualquer irregularidade quanto a propositura da ação que visou a cobrança dos alugueis e acessórios, o que é plenamente permitido pela legislação e, dentro do procedimento, obedecendo aos princípios da oralidade e celeridade, obedecendo às vontades das partes envolvidas, foi aviado o acordo de fls. 31.

8 – Por último, não há que se falar em irregularidade nos termos do acordo quanto a fixação do prazo para desocupação lá estabelecido ou a determinação de expedição de mandado de remoção em caso de descumprimento do acordo, por tratar-se de execução de sentença homologado pelo próprio Juiz daquele Juizado Especial.

9 – Diante do exposto, **espera seja negado provimento** ao recurso inominado interposto pela requerida/recorrente, como medida de **DIREITO e de JUSTIÇA!**

Icém-SP., 24 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, ao final assinado, **OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA**, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Dr. BRUNO HENRIQUE SILVESTRE DELFINO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP-164.977, com escritório na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata nº 607, Sala 05, Centro, em Icém-SP., CEP-15.460-000, email: brunohsdelfino@hotmail.com, com todos os poderes da cláusula "Ad Juditia" a fim de que, cada um, por si ou em conjunto, possa(m) defender os interesses e direitos da(o) outorgante, perante qualquer Juízo ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o(a) outorgante seja autor(a) ou reclamante e defendendo-o(a) quando for réu, ou interessado(a) requerido(a), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, receber e dar quitação, requerer inventário, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, se assim lhes convier, o que tudo dará por bom, firme e valioso e ratificará se for necessário, mui especialmente para representar seus interesses nos autos do Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390, do E. Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Granada-SP., ratificando todos os termos acima impressos e expressos.

Icém-SP., 24 de agosto de 2016


Ozorio Garcia de Oliveira


Maria Aparecida de Oliveira

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.087.309-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/MAI/2012

NOME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO HOMERO PEDRO BARRETO
E FLORIPES MONTALVÃO BARRETO

NATURALIDADE GUARACI -SP DATA DE NASCIMENTO 08/DEZ/1943

DIGIT. ORIGEM NOVA GRANADA-SP
ICEM
CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165
CPF 109500908/75

209 Delegado Divisionário de Polícia HRGD.SSPSP
Roberto Avino
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.561.825-X DATA DE EXPEDIÇÃO 02/MAI/2012

NOME OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO GABRIEL GARCIA DE SOUZA
E MARIA GARCIA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ALTAIR -SP DATA DE NASCIMENTO 13/MAR/1942

DIGIT. ORIGEM NOVA GRANADA-SP
ICEM
CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165
CPF 184241048/20

209 Delegado Divisionário de Polícia HRGD.SSPSP
Roberto Avino
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO HENRIQUE SILVESTRIN DELFINO. Protocolado em 25/08/2016 às 10:58:30, sob o número WNGA16700046319. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código C1EE1A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO HENRIQUE SILVESTRE DELFINO. Protocolado em 25/08/2016 às 10:58:30, sob o número WNGA16700046319. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código C1EE1A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500.106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e ai sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjisp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.

Int.

Nova Granada, 01 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FÉRRERA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

32 82 24 17

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Oficial de Justiça: *
 Mandado nº: 390.2016/004100-4

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à **REINTEGRAÇÃO DA POSSE** do bem imóvel, situado na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça do Carmo) centro em Icém-SP**, objeto da ação em mãos do(a)(s) requerente(es), lavrando o competente auto circunstanciado, ficando **autorizado ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência**, conforme r. Despacho de teor seguinte: Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95. Ciência à parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal. Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, **DEFIRO** a reintegração de posse. A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência. Int.

x *[assinatura]* 22/08/2016
19 15 - HS

[assinatura] 22/08/2016
19.15 - "



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2- **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer monetário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.
Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
Artigo 5º, Inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjstj.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e ai sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajcc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital n°: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível, que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) ILMº. SR.
COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
ICÊM – SP.


[Assinatura]
23/08/2016
Luís Fernando N. S. S. J.
Sg. PM

AUTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, em cumprimento ao r. mandado, extraído dos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS-SEM DESPEJO, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, em curso pelo Juizado Especial Cível desta comarca de Nova Granada-SP, dirigi-me a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, e aí sendo, após as formalidades legais, REINTEGREI os requerentes: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, na POSSE do seguinte bem imóvel: Um imóvel residencial, sito a rua Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, centro, na cidade de Icem-SP. Feita a REINTEGRAÇÃO, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim oficial de justiça, pelos requerentes e testemunhas.


WALECE VICENTE DE OLIVEIRA
Oficial de justiça


MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA


OSÓRIO GARÇA DE OLIVEIRA

Testemunhas: 01. Norma de Mattos Sinalão

02.  Kaique BARBOSA

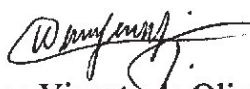
AUTO DE DEPÓSITO


Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, nesta cidade de Icem-SP, comarca de Nova Granada-SP, em cumprimento ao r. mandado expedido nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, durante a reintegração de posse dos autores, no imóvel localizado a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, passei a descrever todos os bens que guarnecem o imóvel, pertencentes a requerida, que são: 1. 01 (um cadeado marca PAPAIZ CR-35, em chave, em bom estado, 2. Uma vassoura com pelos de náilon, cabo de madeira, em péssimo estado, 3. Um rastelo para folhas, em regular estado, 4. Um desuntupidor de pia pequeno, 5. Uma panela de alumínio com tampa, tamanho médio, em regular estado, 6. Uma bicicleta marca SAMI, cor vermelha, sem freios, pneus ruins e muchos, com o banco danificado, em péssimo estado, 7. Uma peça de madeira aglomerada manual, cor verde e branca, contendo 01 porta e uma gaveta sem puxador, em péssimo estado, 8. Um guarda-roupa em madeira aglomerada, contendo 03 gavetas e 02 portas, sendo que esta sem uma das portas, 9. Uma bicicleta marca SUNDOW, cor vermelha, com o cabo do freio quebrado, com um pedal quebrado, com o banco danificado, com pneus ruins, contendo garupeira, em regular estado, 10. Uma bacia em alumínio, tamanho médio, em regular estado, 11. Um cesto para lixo de plástico cor verde, com tampa na cor branca, contendo pedal, em regular estado, 12. Um balde de plástico de 15 litros mais ou menos, cor amarela, em bom estado, 13. Uma vasilha de plástico na cor verde, retangular, em regular estado, 14. Um escorredor de ferro, cor branca, em regular estado, 15. Uma embalagem de água sanitária QBoa, com liquido pela metade, 16. Um par de luvas de borracha, cor amarela, em regular estado, 17. Uma caixa de plástico na cor preta, tendo os dizeres Frango Ouro, em regular estado, 18. Uma caixa de plástico na cor amarela, com os dizeres Citrosuco-86, em regular estado, 19. Um alicate de ferro, com o cabo encapado em plástico cor laranja, em bom estado, 20. Um martelinho pequeno em madeira, tipo enfeite, em bom estado, 21. Um óculos para sol, sem marca aparente, com uma haste quebrada, 22. Uma cama de ferro, com estrado de madeira, sem colchão, em péssimo estado, 23. Uma peça pequena em madeira aglomerada manual, na cor preta, contendo 02 repartições, em péssimo estado, 24. Uma mochila escolar, com apenas uma roda, em tecido, cor rosa, contendo alça de puxar, em péssimo estado, 25. Dois mini dicionários AURELIO, em péssimo estado, 26. Um pote de creme para pele, AVON de 50g, usado, estando pela metade, 27. Uma sacola de plástico cor estampada, em regular estado, 28. Uma impressora HP nº C8995A, cor bege, não sendo possível testar para ver se funciona, em péssimo estado, 29. Um moldura de um quadro de madeira aglomerada de mais ou menos 0,45 x 0,30 mts, em péssimo estado, 30. Uma grade aramada, cor branca, em regular estado, 31. Um balde de 50 litros cor verde, tampa na cor preta, quebrado, em péssimo estado, 32. Um

colchão de casal de espuma, revestido em tecido cor estampada, rasgado, em péssimo estado, 33. Uma mala marca M. VALENTIN, tipo carrinho, cor preta, contendo 02 rodas e alça de puxar, em regular estado, 34. Uma bolsa para mulher, em plástico, cor verde, com alça, sem marca aparente, em regular estado, 35. Uma mala marca WORLD-BATIK, cor amarela e preta, com haste de puxar, contendo 02 rodas, em regular estado, 36. Uma sacola preta em náilon, em regular estado, 37. Uma sapateira em madeira aglomerada, contendo 03 repartições, com capa cor bege, em péssimo estado, 38. Um refrigerador R-280, cor branca, faltando 02 grades internas, com a tampa do congelador quebrada, com vários podres na sua estrutura, funcionando normalmente, em péssimo estado, 39. 04 (quatro) cadeiras de ferro dobráveis, cor branca, em regular estado, 40. Uma colher de alumínio para arroz, 41. uma concha para feijão em alumínio, 42. Uma faca pequena com o cabe branco, 43. Uma caneca em alumínio de meio litro, sem cabo, em péssimo estado, 44. Um potinho pequeno de plástico para colocar açúcar, 45. Um potinho de plástico, contendo toddy light, 380g, porem, tem apenas um pouquinho, 46. Uma embalagem de óleo de cozinha marca COCAMAR, contendo apenas meio litro, 47. Uma garrafa para café, pequena, cor vermelha, em regular estado, 48. Um potinho de plástico para sal, tampa azul, tendo apenas um pouquinho, em péssimo estado, 49. Uma vasilha de plástico redonda com tampa, para salada, em regular estado, 50. Um pote vidro com tampa para café, em bom estado, 51. Um aparelho CD, marca COUGAR, sendo radio e toca-fita, funcionando precariamente, em péssimo estado, 52. Um pote de plástico de 02 litros, cheio de arroz, 53. Um pote de plástico tamanho 02 litros, contendo metade de açúcar, 54. Um vinagre marca CASTELO, com o liquido no finalzinho, 55. Uma bandeja de papelão, contendo 09 ovos de galinha, 56. Três saquinhos de tempero marca Kirino, 57. Uma caixa de plástico, cor amarela, rachada, em péssimo estado, 58. Tres cabeças de alho, 59. Um potinho de plástico para sal, 60. Uma vasilha de plástico sem tampa, redonda para salada, 61. Uma garrafa plástica para água de 3,75 litros, com tampa, em bom estado, 62. Uma mesa de madeira aglomerada medindo mais ou menos 0,80 x 1,70 metros, em péssimo estado, 63. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo mais ou menos 0,35 x 0,50 metros, em péssimo estado, 64. Um isopor de 20 litros, em regular estado, 65. Uma geladeira marca FRIGIDAIRE, cor bege, antiga, em péssimo estado, não sendo possível funciona-la, 66. Um fogão marca BRASTEMP de 04 bocas, a gás, cor branca, contendo registro e mangueira, em regular estado, 67. Uma panela de pressão em alumínio, sem marca, pequena, em regular estado, 68. Duas panelas em alumínio, tamanho médio, com tampa, em péssimo estado, 69. Duas toalhas de mesa, tamanho pequeno, em regular estado, 70. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo aproximadamente 0,70 x 0,70 metros, em péssimo estado, 71. Um prato de vidro duralex marrom, em bom estado, 72. Uma caneca em alumínio de 01 litro, sem cabo, cor preta, em regular estado, 73. Um rodinho de madeira grande, com cabo de madeira, em bom estado, 74. Um facão grande de cortar cana, em péssimo estado, 75. Um banco de madeira medindo aproximadamente 0,25 x 1,50 metros, em regular estado, 76. Um banco de madeira, medindo aproximadamente 0,25 x 1,00 metro, em regular estado, 77. Uma grade


aramada, cor branca, em regular estado, 78. Um televisor marca DELL, de 20 polegadas, com a caixa na cor preta, não sendo possível ver se funciona por não ter antena, em regular estado, 79. Uma banqueta de plástico, cor branca, em regular estado, 80. Um par de tênis, marca SAMELO, contendo varias cores, em péssimo estado, 81. Um par chinelo de dedo, havaianas, em regular estado, 82. Um colchão solteiro de espuma, revestido de tecido na cor estampada, 83. Um ventilador de PE, sem tampa, marca ARNO, quebrado, sem funcionar, em péssimo estado, 84. Uma vassoura em náilon cor verde, com cabo de madeira, em regular estado, 85. Uma lata de extrato de tomate, marca ELEFANTE, de 340g, sem uso, 86. Um litro de óleo marca Liza, 87. Um litro de óleo marca COCAMAR, 88. Um Kg de sal marca MOC, 89. Um pacote de macarrão, marca PADRE NOSSO, de 500g., 90. Um sachê de molho de tomate marca FUGNINI de 340g., 91. Um sachê de molho de tomate marca POMAROLA de 340g., 92. Um saco de arroz marca TRIVIAL, aberto, contendo apenas 02 Kg, 93. Um saco de fubá marca MIMOSO, de 500g, 94. Um saquinho de sal refinado, marca PLUMA de 01 Kg, 95. Dois saquinhos de sal refinado marca UNIAO, de 01 Kg cada um, 96. Um saquinho de sal refinado marca FINOSAL, de 01 Kg, 97. Dois saquinhos de açúcar cristal, marca DELTA, de 01 Kg cada um, 98. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca PEDRETTI, 99. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca COLIBRI, 100. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca GUARANI, 101. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca SANTA ISABEL, 102. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca DONA MILU, e 103. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca FABIANA. Em seguida, NOMEEI como depositário dos bens acima relacionados, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ICEM-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES - Rg. 12.741.325-X


O qual aceitou o encargo e bem fielmente prometeu cumpri-lo, esclarecendo-o de que não deverá abrir mão do referido depósito, sem prévia autorização do MM. Juiz (a) de Direito da comarca, da forma e sob as penas da lei. Em seguida, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme é assinado por mim, Oficial de Justiça, pelo depositário e testemunhas.


Walece Vicente de Oliveira
Oficial de Justiça


Prefeitura Municipal de Icem-SP
Representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES
Depositario fiel

Testemunhas: 01-


8306453-9

02-  Koi Que Barbo
49762771



LEMOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO CIVIL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

Josilene Lourenço Pereira, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante V.Exa., expondo e requerendo o que segue :

A requerente, compareceu a Prefeitura de Icém – SP, para retirada de seu pertences, não tendo sido autorizada a retirar.

Assim sendo, requeiro, ofício para retirada de seus bens do depósito da PM de Icém - SP.

Termos em que
P. Deferimento.

Nova Granada SP, 14 de Setembro de 2016.

ERNANDES D. A. L. DE MOURA
ADVOGADO OAB/SP 304.627

Av. Dr. Hildeberto A Ferreira, 958, Nova Granada-SP ☎-(017) 3261-2332 @lemos_Adv

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.Ciência à parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência. Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código D07AFB.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 67/68: Defiro.Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código D07AFF.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.
Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas
legais.
Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO

Autos: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

lançado incorretamete.

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

José Emílio Teixeira Lopes

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE EMILIO TEIXEIRA LOPES. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código D31CD2.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
Oficial de Justiça: **(0)**
Mandado nº: **390.2016/004885-8**

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):
Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34** conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

<input type="checkbox"/>	Cit.pos. e/ou penhora neg.	<input type="checkbox"/>	Novo propr./compr.	<input type="checkbox"/>	Desconhecido
<input type="checkbox"/>	Penhora positiva	<input type="checkbox"/>	Nº não localizado	<input type="checkbox"/>	Falecido / Falência
<input type="checkbox"/>	Arresto	<input type="checkbox"/>	Prédio Demolido	<input type="checkbox"/>	Favela
<input type="checkbox"/>	Não Atendido / ocultação	<input type="checkbox"/>	Mudou-se	<input type="checkbox"/>	Outros
<input type="checkbox"/>	Imóvel Vazio / Desocupado				





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004885-8 dirigi-me a cidade de Icém-SP, na data de 06/10/2016, e aí sendo, procedi a entrega de cópia do presente ofício ao Departamento de Assistente Social da Prefeitura Municipal de Icém-SP, o qual foi recebido por MARIA SALETE SANTOS BORGES, tendo exarado a sua nota de ciência no anverso do presente ofício anexo. Posteriormente, entrei em contato por telefone com a requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, para proceder a entrega de seus bens, no entanto, a mesma alegou-me que no momento não tem como receber seus bens, tendo em vista que ainda não conseguiu alugar um imóvel, mas que está procurando, e assim que conseguir, vai ligar para mim, para que possa receber seus bens. Porém, passado vários dias, a requerida não entrou em contato comigo, no entanto, na data de 17/10/2016, a depositária dos bens Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, ligou para mim alegando-me que já procedeu a entrega dos bens para a requerida. Em seguida, dirigi-me até o Fundo Social de Solidariedade de Icém-SP, onde constatei que realmente a requerida levou todos os seus bens, que estavam depositados com a Sra. MARIA SALEGE SANTOS BORGES, razão pela qual solicitei que a mesma fizesse uma declaração no verso do presente mandado e assinasse. Esclareço ainda, que a Sra. MARIA SALETE, colheu a assinatura da requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA e de 02 testemunhas: MARIA CAMPORÉ MORATO BELELI e SILVANA DA S. CARDOSO, no anverso da cópia do ofício anexo, comprovando a entrega dos bens para a requerida. Assim sendo, deixo de proceder a entrega dos bens à requerida, tendo em vista que os mesmos já foram entregues, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 17 de outubro de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
Oficial de Justiça: (0)
Mandado nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):

Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit.pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros



Declaro, para os devidos fins,
que procedi a entrega dos bens
relacionados as folhas 89 a 91 dos
autos, a requerida Josilene Lourenço
Pereira, os quais estavam no
mesmo estado da deferida relação.
Por ser verdade assino a
presente.

Itém, 17 de outubro de 2016
Márcia Lalette Santos Borges.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
Oficial de Justiça: (0)
Mandato nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):
Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, **DIRIJA-SE** ao endereço supra e **PROCEDA** à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit. pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.
Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas

legais.

Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

X

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

X M. Borges 06/10/2016
15:43hs



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, -, Centro - CEP 15440-000.
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente,

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(A)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

Silvane das S. Cardoso
Detenci silvane
de dependente da
as 14.00hs



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
Oficial de Justiça: Walece Vicente De Oliveira (27545)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004885-8 dirigi-me a cidade de Icém-SP, na data de 06/10/2016, e aí sendo, procedi a entrega de cópia do presente ofício ao Departamento de Assistente Social da Prefeitura Municipal de Icém-SP, o qual foi recebido por MARIA SALETE SANTOS BORGES, tendo exarado a sua nota de ciência no anverso do presente ofício anexo. Posteriormente, entrei em contato por telefone com a requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, para proceder a entrega de seus bens, no entanto, a mesma alegou-me que no momento não tem como receber seus bens, tendo em vista que ainda não conseguiu alugar um imóvel, mas que está procurando, e assim que conseguir, vai ligar para mim, para que possa receber seus bens. Porém, passado vários dias, a requerida não entrou em contato comigo, no entanto, na data de 17/10/2016, a depositária dos bens Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, ligou para mim alegando-me que já procedeu a entrega dos bens para à requerida. Em seguida, dirigi-me até o Fundo Social de Solidariedade de Icém-SP, onde constatei que realmente a requerida levou todos os seus bens, que estavam depositados com a Sra. MARIA SALEGE SANTOS BORGES, razão pela qual solicitei que a mesma fizesse uma declaração no verso do presente mandado e assinasse. Esclareço ainda, que a Sra. MARIA SALETE, colheu a assinatura da requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA e de 02 testemunhas: MARIA CAMPORÉ MORATO BELELI e SILVANA DA S. CARDOSO, no anverso da cópia do ofício anexo, comprovando a entrega dos bens para a requerida. Assim sendo, deixo de proceder a entrega dos bens à requerida, tendo em vista que os mesmos já forma entregues, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 17 de outubro de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24 903 Km de ida-Icém-SP.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0103/2016, foi disponibilizado na página 2209/2211 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/12/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.Int."

Nova Granada, 13 de dezembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código F82713.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjisp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.

Int.

Nova Granada, 05 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0048/2017, foi disponibilizado na página 3442/3447 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/06/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

15/06/2017 - Corpus Christi - Prorrogação

16/06/2017 à 16/06/2017 - EMENDA PROVIMENTO CSM 2394/2016 - Suspensão

Advogado

Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.Int."

Nova Granada, 19 de junho de 2017.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código 16E4C4F.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Vistos.

Fls. 116/118: Cumpra-se o V. Acórdão.
Manifeste-se a parte vencedora, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que de direito.

Int.

Nova Granada, 06 de abril de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0046/2018, foi disponibilizado na página 2315/2320 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/04/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 116/118: Cumpra-se o V. Acórdão.Manifeste-se a parte vencedora, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que de direito.Int."

Nova Granada, 12 de abril de 2018.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código 22B4012.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



LEMONS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO CIVIL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

Josilene Lourenço Pereira, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante V.Exa., expondo e requerendo o que segue:

MM juiz, a ação já transitou em julgado, contudo, não foi expedida a certidão do convênio OAB/PGE, razão pela qual requeremos a expedição em favor deste patrono.

Termos em que
P. Deferimento.

Nova Granada SP, 24 de Abril de 2018.

ERNANDES D. A. L. DE MOURA
ADVOGADO OAB/SP 304.627



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Ciência à requerente de que a r. Sentença proferida nos autos transitou em julgado. Se for o caso, o requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por petição eletrônica pelo próprio interessado no portal do E-SAJ, cadastrado como incidente processual apartado EM FORMATO DIGITAL, com numeração própria, e instruído com as seguintes peças, conforme art. 1.285 e ss. Das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça:

I - Sentença e acórdão, se existente;
II – certidão de trânsito em julgado, se o caso;
III – demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;

IV – outras peças processuais que o exequente considere necessárias.
Além desses documentos obrigatórios, também é essencial o traslado de cópia dos instrumentos de procuração de ambas as partes para comprovar a regularidade da representação processual, bem como verificar a existência de poderes especiais, em caso de determinação de levantamento de valores.

Os procedimentos para cadastramento do petição eletrônico está minudentemente descrito no Comunicado CG nº 438/2016, disponibilizado no DJE de 04.04.2016, p. 10/21, que deverão ser observados pelo peticionário.

Não sendo requerida a execução no prazo de 30 (trinta) dias, os autos serão arquivados, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte (art. 1.286, §4º, das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, incluído pelo Provimento CG nº 16/2016).

Fls. 124: Defiro. Expeça-se certidão de honorários conforme requerido.
Int.

Nova Granada, 07 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0065/2018, foi disponibilizado na página 2282/2286 do Diário da Justiça Eletrônico em 09/05/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Bruno Henrique Silvestrin Delfino (OAB 164977/SP)

Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Ciência à requerente de que a r. Sentença proferida nos autos transitou em julgado. Se for o caso, o requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por peticionamento eletrônico pelo próprio interessado no portal do E-SAJ, cadastrado como incidente processual apartado EM FORMATO DIGITAL, com numeração própria, e instruído com as seguintes peças, conforme art. 1.285 e ss. Das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça:I - Sentença e acórdão, se existente;II certidão de trânsito em julgado, se o caso;III demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;IV outras peças processuais que o exequente considere necessárias.Além desses documentos obrigatórios, também é essencial o traslado de cópia dos instrumentos de procuração de ambas as partes para comprovar a regularidade da representação processual, bem como verificar a existência de poderes especiais, em caso de determinação de levantamento de valores.Os procedimentos para cadastramento do peticionamento eletrônico está minudentemente descrito no Comunicado CG nº 438/2016, disponibilizado no DJE de 04.04.2016, p. 10/21, que deverão ser observados pelo peticionário.Não sendo requerida a execução no prazo de 30 (trinta) dias, os autos serão arquivados, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte (art. 1.286, §4º, das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, incluído pelo Provimento CG nº 16/2016).Fls. 124: Defiro. Expeça-se certidão de honorários conforme requerido. Int."

Nova Granada, 10 de maio de 2018.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e o código 24028B4.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA MARIA SPACA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 15:23. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 3ADF27A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada - SP - CEP
15440-000

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB

Juízo de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada

Código de Vara: 1107

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Código de Ação: 116

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Advogado(a) nomeado(a): Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura,

Número da OAB: 304627/SP **Data da nomeação:** (03/08/2016)

Beneficiário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Motivo da nomeação: Ser beneficiário da assistência judiciária, haja vista que a parte é hipossuficiente e por não possuir Procurador do Estado disponível na comarca.

Autor () Réu (x)

Registro Geral de Indicação: 1470258582468

Data da sentença: (25/07/2016)

() 1- Procedente

() 2- Parcialmente Procedente

() 3- Improcedente

() 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*

() 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*

(x) 5- Outros: extinção artigo 487, III, alínea "b" do CPC

Data do trânsito em julgado: (14/12/2017)

Atos praticados:

() 1- Todos os atos do processo

() 2- Atuação parcial

(x) 4- Recurso

() 10 - 2º Júri

() 16 - Produção Antecipada de Provas – Art. 366, CPP.

Maria Aparecida Teixeira Bonfim, Escrivão Judicial II do Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 31 de julho de 2018 .

Eu, Maria Aparecida Teixeira Bonfim, Escrivão Judicial II, digitei. Eu, Maria Aparecida Teixeira Bonfim, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Justiça Gratuita

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que decorreu o prazo legal sem que houvesse requerimento do cumprimento de sentença pelos requerentes. Nada Mais. Nova Granada, 11 de outubro de 2018. Eu, ____, Marilene Pereira De Souza, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Dr. ALVARO AMORIM DOURADO LAVINSKY, Juiz de Direito, Vara da Comarca de Macauba, para acumular 2ª Vara da Comarca de Monte Aprazível de 01/04/2019 a 05/04/2019.

Dra. ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI, Juíza de Direito, Vara da Comarca de Palestina, para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 18/03/2019, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. EDUARDO GARCIA ALBUQUERQUE, 8º Juiz de Direito Auxiliar, Comarca de São José do Rio Preto, para assumir, 2ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto em 18/03/2019, sem prejuízo da designação anterior, cessando no dia a designação para auxiliar a mesma vara.

Dr. LUIS GONÇALVES DA CUNHA JUNIOR, Juiz de Direito, 2ª Vara da Comarca de Monte Aprazível, para acumular a Vara e responder pela Diretoria de Fórum da Comarca de Macauba de 03/05/2019 a 06/05/2019.

Circunscrição Judiciária 18 - Fernandópolis

Dr. MAURICIO FERREIRA FONTES, Juiz de Direito, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fernandópolis, para acumular, 3ª Vara Cível da Comarca de Votuporanga em 18/03/2019.

Circunscrição Judiciária 19 - Sorocaba

Dr. ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI, 2º Juiz Substituto, Circunscrição Judiciária 19 - Sorocaba, para auxiliar, 4ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul de 18/03/2019 a 22/03/2019, sem prejuízo da designação anterior, sem incidência de diárias e transporte e da Resolução nº 798/2018.

Dr. AUGUSTO BRUNO MANDELLI, Juiz de Direito, 1ª Vara da Comarca de Ibiúna, para acumular, 2ª Vara da Comarca de Ibiúna em 18/03/2019.

Dr. AUGUSTO BRUNO MANDELLI, Juiz de Direito, 1ª Vara da Comarca de Ibiúna, para responder pela Seção Administrativa de Distribuição de Mandados das Varas da Comarca de Ibiúna em 18/03/2019, na ausência do Dr. Luiz Fernando Angiolucci.

Dra. CARLA CARLINI CATUZZO, Juíza de Direito, 2ª Vara da Comarca de Mairinque, para acumular, 1ª Vara da Comarca de Mairinque em 18/03/2019.

Circunscrição Judiciária 20 - Itu

Dr. THIAGO MENDES LEITE DO CANTO, Juiz de Direito, 3ª Vara Cível da Comarca de Indaiatuba, para funcionar nos processos nºs 1001433-93.2019.8.26.0248, 1012302-52.2018.8.26.0248, 1012215-96.2018.8.26.0248 e 0000056-07.2019.8.26.0248, 1ª Vara Cível da Comarca de Indaiatuba a partir de 18/03/2019, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 22 - Itapetininga

Dr. JOÃO GUILHERME PONZONI MARCONDES, Juiz de Direito, Vara da Comarca de Cesário Lange, para acumular, Vara Criminal da Comarca de Votorantim em 01/04/2019, sem diferença de entrância.

Circunscrição Judiciária 23 - Botucatu

Dr. JOSIAS MARTINS DE ALMEIDA JUNIOR, Juiz de Direito, 1ª Vara Criminal da Comarca de Botucatu, para acumular, 2ª Vara da Comarca de Conchas em 25/03/2019.

Dra. PRISCILLA RAMINELI LEITE PEREIRA, 1ª Juíza Substituta, Circunscrição Judiciária 23 - Botucatu, cessando a designação para assumir, 2ª Vara da Comarca de Conchas em 25/03/2019.

Circunscrição Judiciária 26 - Assis

Dr. ANDRE FIGUEREDO SAULLO, Juiz de Direito, 2ª Vara da Comarca de Cândido Mota, para exercer as funções de Diretor de Fórum da Comarca de Cândido Mota em 13/03/2019, na ausência da Dra. Juliana Dias Almeida de Filippo.

Circunscrição Judiciária 27 - Presidente Prudente

Dr. CARLOS EDUARDO LOMBARDI CASTILHO, Juiz de Direito, 1ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1003039-36.2019.8.26.0482, 3ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 18/03/2019, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. PAULO GIMENES ALONSO, Juiz de Direito, 3ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar nos processos nºs 0008890-35.2003.8.26.0482 e 1002473-87.2019.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 18/03/2019, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 29 - Dracena

Dr. MARCUS FRAZÃO FROTA, Juiz de Direito, 2ª Vara da Comarca de Dracena, para acumular, 3ª Vara da Comarca de Dracena em 13/03/2019.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 548

Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, representada pela Autoridade Policial subscritora, com fulcro na competência atribuída pelo art. 140 da Constituição Federal, pelo artigo 144 da Magna Carta Estadual, e ainda no art. 4º da Lei Federal 3689 de 03 de outubro de 1941, declara, “ex officio”, instaurado este instrumento persecutório, haja vista os fatos narrados a seguir tipificarem, em tese, crime de Ação Penal Pública Incondicionada, conforme preceitua o Código de Processo Penal, Decreto Lei Federal 3689 de 03 de outubro de 1941, em seu Livro I, Título I, art. 5º.

O documento nos autos, Ofício nº 003/2019-jsc do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada encaminhou e-mail que teria sido feito por JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. O referido e-mail tece inúmeros comentários acerca da conduta do Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada, Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, dos advogados ANTÔNIO ALBERTO CRISTÓFALO LEMOS, SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO e CLÁUDIA RENATA DA SILVA. Em um vídeo postado na internet, o denunciante afirmou que um usuário acionaria a Defensoria Pública do Estado, que por sua vez, acionaria o advogado nomeado, o qual modificaria o custo do processo e receberia mais nomeações, praticando assim, um eventual crime de estelionato. No mesmo vídeo, foi citado ainda, como participantes do esquema de estelionato, além dos já mencionados, o advogado ERNANDES D. A. LEMOS MOURA e os Promotores de Justiça TASSO CURY, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES.

Diante dos fatos acima expostos, tendo por escopo a cabal apuração dos fatos supradeculados, declaro instaurado o respectivo INQUÉRITO POLICIAL para elucidação, em tese, dos crimes de CALÚNIA, INJÚRIA e DIFAMAÇÃO (Arts. 138, 139 e 140 do Código Penal Brasileiro). Ainda que pese os crimes a serem investigados serem de menor potencial ofensivo, porém, uma vez que o objetivo da lei 9.099/95 é “orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade”, como preceitua o artigo 2º da referida lei, o presente procedimento é acompanhado de relativa complexidade, uma vez que serão diversas pessoas a serem ouvidas, cartas precatórias deverão ser expedidas, diligências serem realizadas, além de outros procedimentos que surgirem, motivo pelo qual está sendo instaurado inquérito policial e não termo circunstanciado. Por fim, determino ao Sr. Escrivão de Polícia, que A. e R. esta, tomando ainda as seguintes providências;

J. aos autos:

- Ofício nº 003/2019-jsc do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada, que trouxe os fatos ao conhecimento da Autoridade Policial;
- Mensagens enviadas pela Promotoria de Justiça de Nova Granada;
- Pesquisas acerca do investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

Notifique-se:

- Os advogados ANTÔNIO ALBERTO CRISTÓFALO LEMOS, SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO e CLÁUDIA RENATA DA SILVA para que sejam ouvidos acerca dos fatos e manifestem seu interesse em oferecer representação criminal contra o autor das denúncias;
- Os Promotores de Justiça RODRIGO PEREIRA DOS REIS, TASSO CURY, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES para que informem sobre o oferecimento de representação criminal contra o autor dos fatos;
- JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, residente na cidade de Icó/SP, para que compareçam na Delegacia de Polícia daquele município para serem ouvidos sobre os fatos indicados nas denúncias ofertadas junto aos órgãos públicos;

Expeça-se:

- Ofício ao Poder Judiciário, solicitando intercessão junto ao site YOUTUBE para que exclua o vídeo com a URLs <https://m.youtube.com/watch?v=l3LfhsgrJ3g>;

A seguir, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Nova Granada, 07 de março de 2019.

Renato Gomes Camacho

Delegado de Polícia



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

fls. 550

JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA
COMARCA DE NOVA GRANADA
AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 15440-000
FONE: (17) 3262.1040 – (17) 3262-1612
e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Ofício nº 003/2019 - jsc

Nova Granada, 28 de fevereiro de 2019.

Doutor Delegado,

Pelo presente, encaminho anexo e-mail recebido na data de hoje, às 12h58min e venho **requisitar** a Vossa Senhoria, as providências necessárias no sentido de **INSTAURAR inquérito policial** para apuração de eventual delito contra a honra, tendo como investigado Joaquim Pedro de Moraes Filho e como vítimas Fabiano Rodrigues Crepaldi e outras.

Declaro, desde já, o desejo de oferecer representação.

A Autoridade Policial deverá convocar as demais pessoas constantes da mensagem eletrônica, para prestarem depoimento a respeito dos fatos, cientificando-as do prazo decadencial para oferecimento de representação e/ou queixa crime.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração.


FABIANO RODRIGUES CREPALDI
JUIZ DE DIREITO

Ao
Ilustríssimo Senhor Doutor
DELEGADO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE
NOVA GRANADA – SP

WEBMAIL - PC

dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br

Inquérito policial requisitado em 01 de março de 2019

De : Promotoria de Justica de Nova Granada
<pjnovagranada@mpsp.mp.br>

Qua, 06 de Mar de 2019 16:46

 1 anexo

Assunto : Inquérito policial requisitado em 01 de março de 2019

Para : dpm granada
<dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>

Boa tarde!

Por determinação do Excelentíssimo Promotor de Justiça Dr. Rodrigo Pereira dos Reis venho por meio deste encaminhar pesquisa caex para que seja juntada no inquérito policial instaurado em 01 de março de 2019.

Atenciosamente
Michelli de Souza Barros



PESQ CAEX JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.pdf
516 KB

WEBMAIL - PC

dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br

Inquérito policial requisitado neste último dia 01 de março de 2019

De : Promotoria de Justica de Nova Granada
<pjnovagranada@mpsp.mp.br>

Qua, 06 de Mar de 2019 16:04

Assunto : Inquérito policial requisitado neste último dia
01 de março de 2019

Para : dpm granada
<dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>

Solicitamos, com relação aos fatos em apuração no inquérito policial requisitado neste último dia 01 de março de 2019, que versa sobre os delitos de difamação, calúnia e outros, tendo como vítimas o Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi, além de outras autoridades e advogados militantes nesta comarca, que seja providenciado o necessário, com urgência, junto ao Youtube, visando a retirada do aludido vídeo para que não mais seja visualizado por terceiros, ante a total impropriedade do seu conteúdo nos termos do que dispõe a legislação vigente.

Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

P pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Responder a todos | v

Hoje, 12:58

apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciell@tjsp.jus.br; 29 v

Caixa de entrada

BRASIL: JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO

<https://m.youtube.com/watch?v=I3LfhsgrJ3g>

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: quarta-feira, 27 de fevereiro de 2019 16:33:44

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciell@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br

Assunto: Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

BRASIL: JUIZ E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO, CORRUPÇÃO E TORTURA NA COMARCA DE NOVA GRANADA E REGIÃO DE SÃO PAULO: <https://www.twitter.com/Zicutake/status/1100822061641920512>

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 25 de fevereiro de 2019 00:58:29

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciell@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br

Assunto: Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Este domingo morreu 2 pessoas, por causa da corrupção na PREFEITURA DE ICEM, E COMARCA LOCAL, vítimas de um acidente de carro, em busca de hospital na cidade vizinha, pois a prefeitura CORRUPTA, NÃO TINHA CARRO PARA LEVAR A TAL.

VALE RESSALTAR QUE A ATUAL PREFEITA, E ESPOSA DO EX PREFEITO JA CONDENADO POR CORRUPÇÃO, E AMIGO DO DITO JA NO PROCESSO CITADO "ABANDONO AFETIVO, CUJO SEU FILHO TRABALHA NA PREFEITURA LOCAL, GRAÇAS UM DECRETO. OS ESTUDANTES FICARAM SEM ONIBUS, POR CULPA DA GANÂNCIA, POIS O TAL "JOAQUIM PEDRO DE MORAIS", JA FOI ACUSADO DE FRALDAR LICITAÇÃO. O JUIZ É CORRUPTO!

13303649618

Telefone 17997171808

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: sábado, 23 de fevereiro de 2019 21:47:39

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br;
Assunto: Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

COMARCA CORRUPTA, JUIZ CORRUPT, PROMOTORA FUJONA, PROMOTOR CORRUPTO, PRESIDENTE DA OAB CORRUPTO,ADVOGADA CORRUPTA, CIDADE "ICEM" TIRANDO TRANSPORTE DE ESTUDANTES, COM PROMOTORIA CUMPLICE DE ESQUEMA DE ESTELIONTA. TUDO ISSO VAI TERMINAR O COMEÇAR EM MEADOS DE JUNHO, ACUSANDO O JUIZ FABIANO CREPÁLDI POR ESQUEMA DE ESTELIONATO. VAI DAR MORTE? POSSIVELMENTE, MAS PREFIRO MORRER DO QUE VE ESTE BRASIL "PESTIADO DE CORRUPPTOS".

O BOM QUE TENHO PROVA DE "TUDO QUE ESCREVO OU FALO".

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

13303649618

TELEFONE 17997171807

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: domingo, 26 de agosto de 2018 23:19:12

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br
Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

26 de agosto de 2018,

Resumo do acontecido: Venho anexar "mais uma denúncia" referente ao caso abaixo, no 19 de agosto a menor Daniele Santana de Moraes, meia irmã dos citados abaixo no caso (Abandono afetivo, já publicado a corregedoria, contras autoridade envolvidas em esquemas ilícitos) foi agredida pelo réu Joaquim Pedro de Moraes, pais da vítima, a menor foi provisoriamente para o abrigo local, aonde seu irmão mais velho, quer sua guarda mesmo morando com agressor e possuir e má influencia, pois também tem tendências alcoólatras. Mais o mais intrigante que o irmão do advogado (Antonio..

) anterior já citado no caso anterior trabalha no município, após a gestão do prefeito de icem (envolvido em corrupção) cujo o jovem João Pedro de Moraes Neto (21, irmão da vítima e ex candidato a vereador) conseguiu um cargo, graça a influência de Joaquim Pedro (pai) na gestão do tal prefeito (condenado por corrupção e quem assume a prefeitura é a

No caso da menor a uma forte intensão de "Abafar o caso", esconder o ocorrido, até por parte do abrigo.

Espero que está denúncia seja averiguada.

Por Joaquim Pedro de Moraes Filho

16/09/1995

CPF. 133.036.496.18

ANEXO RG (Confirmação da denuncia)

[Obs técnicas: encaminhamento para mais 37 órgãos competentes 26/08/2018 22:16]

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 06/10/2017 13:40

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrddias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; pesidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfccosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Boa noite,

Como já esclarecido, eu Joaquim Pedro de Moraes Filho (133.036.496.18) aguardo resposta concludentes (até o período de Março de 2018) referente aos processos citados.

O custo deste processo já gerou-me: R\$250,00 despesas.

Segue um dos vídeos que usarei no momento certo:

<https://www.youtube.com/watch?v=fBzdmC78LOc> (modo privado até março de 2017)

Uma cópia transcrita, somente para gerar ISBN (uma forma de prova).

https://www.amazon.com/gp/aw/d/B075PY4GVZ/ref=mp_s_a_1_1?ie=UTF8&qid=1505958749&sr=8-1&pi=AC_SX236_SY340_QL65&keywords=estelionato&dpPl=1&dpID=51FAY8Eq5TL&ref=plSrch

Desde ja aguardo:

REPLICA DE UM EMAIL DO DIA;

23:01 quarta - 20 de setembro 2017

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 06/08/2017 12:25

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br;

presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cni.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgi-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Referencia - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – PROCESSO 2016/163778 – DICQGE 2

- Joaquim Pedro Filho

[vinculado mais 10 entidades]

De: [pedro de m. filho filho](#)

Enviada em: 25/05/2017 10:47

Para: [pedro de m. filho filho](#); apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboà@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cni.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Bom dia, O que mais temia aconteceu, Obstrução da Justiça.

Reference ao processo 100.1943-73.2016.8.26.0390

No dia 19 de maio, ouve um serio atrito com a então advogada (Formada na Universidade Palista UNIRP) Suzane Karen Verra Giacometo OAB-SP/325.947, por questiona-la fatores, como anexos de provas e prazos descumpridos por sua parte no processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390. Como poderão ler a seguir a seguintes denúncias. No mês de junho, com muitas dificuldades foi contatada a advogado Suzane, indicada pela defensoria, que mostrou logo uma falta de despreparo, por indicar uma advogado com tão pouco experiência (atuando desde 2012 em apenas tão poucos casos) e irresponsável (sendo sem escritório fixo, mudado três vezes de endereço, erros ortográficos no processo e falta de entendimento e comprometimento).

"O Tom minha de crítica acima, pois o processo exigiria a "ALTA ARTICULAÇÃO", cujo deu à notar claramente e comprovado, que a tal não possui."

A senhora Suzane, infelizmente, só entraria oficialmente com o processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390 em meados de Outubro (sendo inicialmente em Junho solicitados seu serviços e com o prazo de 30 dias de desistência). Advogado não só como não desistiu como tumultuou os prazos e falas ditas em apenas uma única reunião consigo. Após cinco meses, entrei em contato em meados de outubro com a tal dita no caso, para saber explicações e se queria desistir, a tal apenas dava entender que já tinha solicitado a entrada na ação processual na comarca de Nova Granada, sem tardar foi marcada uma segunda reunião, cujo minha mãe Josilene Lourenço Pereira e minha irmã (Presente no caso) foi em seu escritório, já modificado de endereço, oferecido inicialmente, pela defensoria pública má gerenciada (situações confirmada no processo, de minha mãe N° 0000735-71.2016.8.26.0390). Logo ao término deste segundo contato; foi passado um documento, cujo comprovou que a tal dita, teria agido perfidamente com seus clientes, eu e minha irmã, pois o processo só teria sido solicitado (gerando assim o numero de confirmação) a comarca, dois dias antes da segunda reunião, com vários erros de entendimento que foi lhe passado, e principalmente em contextos informados pelo clientes, eu e minha irmã.

A preocupação da injustiça, do processo de "HONRAR", ser tumultuado por situações financeiro de minha parte, e principalmente pela má conduta do Magistrado Fabiano Rodrigues Crepaldi, obstruindo a Justiça por igualitário direito de defesa (já questionada no processo N° 0000735-71.2016.8.26.0390), deixamos estar, as palavras ditas.

Alberto C. Lemos SP/113.902, no processo solicitado, é representante da OAB da comarca de nova Granada, cujo a Senhora Suzane trabalha presencialmente na Comarca, em trabalhos administrativos, cujo vale ressaltar, que OAB local reside na mesma sala que a tal.) ; em novembro. Em meados de maio a dita ligou no dia 17, solicitando nome de testemunhas (Vale ressaltar que ligou em um prazo "Espremido".), a tal disse que poderia ser enviado por "SMS" (cujo a senhora Suzane em uma conversa informal declarou que não responde SMS nem EMAIL, em contatos com o cliente), foi marcado um encontro na mesma semana, em uma sexta-feira, com a tal. A senhora Suzane pediu-me que lhe avisasse de minha vinda, juntamente com minha mãe e irmã. Eu cliente do caso, recusei-me ir, por se tratar de uma mulher, e perceber claramente leves dissimulação da tal, podendo inventar infames ações minhas (E assim confirmo facilmente que vi a Senhora Suzane em apenas uma reunião indicada pela defensoria). E assim partiu minha irmã e minha mãe a cidade de Nova Granada, chegando em seu escritório, logo percebeu que a tal havia novamente mudado de localidade cujo não nos alertou, descoberto seu novo local, partilhado com outra (os) advogada, quem minha mãe a denunciou na OAB pelo processo acima. Minha irmã, cliente da tal, mostrou-lhe documento como provas para o processo, e ela recusou; disse que não há mais prazo, e que talvez o juiz não aceite. Foi um espanto para minha irmã, que questionou pois ela nunca em todas reuniões citadas, solicitou documento comprobatórios para caso, em nenhum momento, somente relatos e alguns fatos na primeira reunião.

Logo exaltou-se, levando minha irmã em prantos, e logo em seguir a tal disse que renunciaria o caso, deixando um assunto tão "HONROSO" para nós afetados pelo acusado, sem direito algum. Logo a defensoria negligenciaria com informações infortunes, do rumo do processo.

Uma observação, a advogada mostrava um interesse em que enviasse, nomes e endereços das testemunhas por "SMS". Vale lembrar que quando envia uma mensagem de celular para outro, fica mais fácil copia-la e reenviar a outro destinatário. Vale lembrar que o advogado do acusado, Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902, por mim vítima, o seu irmão é advogado de minha mãe, Ernandes D. A. Lemos Moura SP/304.627, pertencente no mesmo escritório do advogado do acusado, cujo demonstrou negligência e possível obstrução no processo N° 0000735-71.2016.8.26.0390. E principalmente, vale lembrar que o tal é representante da OAB local de Nova Granada.

Rogo Ajuda para que não aconteça com mais nenhum SER HUMANO, as atitudes antiéticas e "porcas" escritas acima. Cópia será encaminhada a outros locais competentes.

Observação: Ouso-me dizer a grande hipótese de "Estelionato" na Defensoria pública na Comarca de Nova Granada, advogados que "Esconder" seu trabalhos jurídicos para justificar seus Ganhos na Defensoria. Outro perigo cedente, é o que autos valores dos processos, um exemplo seria o meu próprio, o valor descrito do caso é cerca de R\$80.000, cujo o valor real é R\$800,00. Os valores modificados seria uma porcentagem alta, retornada para os advogados em despesas custeadas pelo governo.

-Joaquim Pedro Filho

Enviado pelo meu Windows Phone

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 24/05/2017 18:20

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciell@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrldias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Bom dia, O que mais temia aconteceu, Obstrução da Justiça.

Reference ao processo 100.1943-73.2016.8.26.0390

No dia 19 de maio, ouve um serio atrito com a então advogada (Formada na Universidade Palista UNIRP) Suzane Karen Verro Giacometo OAB-SP/325.947, por questiona-la fatóres, como anexos de provas e prazos descumpridos por sua

despreparo, por indicar um advogado com tão pouca experiência (atuando desde 2012 em apenas tão poucos casos) e irresponsável (sendo sem escritório fixo, mudado três vezes de endereço, erros ortográficos no processo e falta de entendimento e comprometimento).

"O Tom minha de crítica acima, pois o processo exigiria a "ALTA ARTICULAÇÃO", cujo de a notar claramente e comprovado, que a tal não possui."

A senhora Suzane, infelizmente, só entraria oficialmente com o processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390 em meados de Outubro (sendo inicialmente em Junho solicitados seu serviços e com o prazo de 30 dias de desistência). Advogado não só como não desistiu como tumultuou os prazos e falas ditas em apenas uma única reunião consigo. Após cinco meses, entrei em contato em meados de outubro com a tal dita no caso, para saber explicações e se queria desistir, a tal apenas dava entender que já tinha solicitado a entrada na ação processual na comarca de Nova Granada, sem tardar foi marcada uma segunda reunião, cujo minha mãe Josilene e minha irmã (Presente no caso) foi em seu escritório, já modificado de endereço, oferecido inicialmente, pela defensoria pública má gestionada (situações confirmada no processo, de minha mãe N° 100.1943-73.2016.8.26.0390). Logo ao término deste segundo contato; foi passado um documento, cujo comprovou que a tal dita, teria agido perfidamente com seus clientes, eu e minha irmã, pois o processo só teria sido solicitado (gerando assim o numero de confirmação) a comarca, dois dias antes da segunda reunião, com vários erros de entendimento que foi lhe passado, e principalmente em contextos informados pelo clientes, eu e minha irmã.

A preocupação da injustiça, do processo de "HONRAR", ser tumultuado por situações financeiro de minha parte, e principalmente pela má conduta do Magistrado Fabiano Rodrigues Crepaldi, obstruindo a justiça por igualitário direito de defesa (já questionada no processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390), deixamos estar, as palavras ditas.

Depois de sete meses depois da audiência de conciliação (Algo que já poderia ter acontecido meses atrás, se não fosse má conduta da tal, levada talvez por influencias, coação, ameaça; pois o tal advogado do acusado, senhor Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902, no processo solicitado, é representante da OAB da comarca de nova Granada, cujo a Senhora Suzane trabalha presencialmente na Comarca, em trabalhos administrativos, cujo vale ressaltar, que AOB local reside na mesma sala que a tal.), em novembro. Em meados de maio a dita ligou no dia 17, solicitando nome de testemunhas (Vale ressaltar que ligou em um prazo "Espremido".), a tal disse que poderia ser enviado por "SMS" (cujo a senhora Suzane em uma conversa informal declarou que não responde SMS nem EMAIL, em contatos com o cliente), foi marcado um encontro na mesma semana, em uma sexta-feira, com a tal. A senhora Suzane pediu-me que lhe avisa-se de minha vinda, juntamente com minha mãe e irmã. Eu cliente do caso, recusei-me ir, por se tratar de uma mulher, e perceber claramente leves dissimulação da tal, podendo inventar infames ações minhas (E assim confirmo facilmente que vi a Senhora Suzane em apenas uma reunião indicada pela defensoria). E assim partiu minha irmã e minha mãe a cidade de Nova Granada, chegando em seu escritório, logo percebeu que a tal havia novamente mudado de localidade, cujo não nos alertou, descoberto seu novo local, partilhado com outra (os) advogada, quem minha mãe a denunciou-a na OAB pelo processo acima. Minha irmã, cliente da tal, mostrou-lhe documento como provas para o processo, e ela recusou; disse que não há mais prazo, e que talvez o juiz não aceite. Foi um espanto para minha irmã, que questionou pois ela nunca em todas reunião citadas, solicitou documento comprobatórios para caso, em nenhum momento, somente relatos e alguns fatos na primeira reunião.

Logo exaltou-se, levando minha irmã em prantos, e logo em seguir a tal disse que renunciaria o caso, deixando um assunto tão "HONROSO" para nós afetados pelo acusado, sem direito algum. Logo a defensoria negligenciaria com informações infortunes, do rumo do processo.

Uma observação, a advogada mostrava um interesse em que envia-se, nomes e endereços das testemunhas por "SMS". Vale lembrar que quando envia uma mensagem de celular para outro, fica mais fácil copia-la e reenviar a outro destinatário. Vale lembrar que o advogado do acusado, Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902, por mim vítima, o seu irmão é advogado de minha mãe, Ernandes D. A. Lemos Moura SP/304.627, pertencente no mesmo escritório do advogado do acusado, cujo demonstrou negligência e possível obstrução no processo N° 0000735-71.2016.8.26.0390. E principalmente, vale lembrar que o tal é representante da OAB local de Nova Granada.

Rogo Ajuda para que não aconteça com mais nenhum SER HUMANO, as atitudes antiéticas e "porcas". escritas acima. Cópia será encaminhada a outros locais competentes.

Observação: Ouso-me dizer a grande hipótese de "Estelionato" na Defensoria pública na Comarca de Nova Granada, advogados que "Esconder" seu trabalhos jurídicos para justificar seus ganhos na Defensoria. Outro perigo cedente, é os altos valores dos processos, um exemplo seria o meu próprio, o valor descrito do caso é cerca de R\$80.000, cujo o valor

- Joaquim Pedro Filho

Enviado pelo meu Windows Phone

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 11/11/2016 17:57

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Infelizmente, o processo ainda continua parado... E não ouve nenhum sinal que o tal, foi encaminhado ao "Colégio Recursal"... O advogado ainda se exime de suas responsabilidades com o cliente.

Um detalhe, eu Joaquim.Pedro de Moraes tenho uma reconciliação marcada para o dia 16 de setembro na mesma comarca denunciada... O processo é referente a abandono afetivo, e temo que não corra de forma correta o tal. Caso não corra, farei o possível para não deixar ninguém impune. numero: 10019437320168260390 - Nova Granada - SP
senha: iawz6b (corre em segredo de justiça)

Atenciosamente Joaquim Pedro Filho

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 29/10/2016 19:41

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Como não houve contato, prossegui com o prometido, as denúncias foram publicadas. O interessante é que quando você digitar o RG ou parte do nome ou cidade dos envolvidos, aparecerá em todos buscadores da internet. Isto servirá para alertar outras pessoas.

Um fato novo; recentemente nesta quinta-feira dois policiais civis vieram dizer que a promotora da comarca de nova Granada está averiguando o caso dos policiais. Mais não emitiram papel algum.

Os telefones foram atualizados para;

34 - 984287530

17 - 997171807 (Como serviço de SMS para retorno de contato.)

Anexo em;

<http://zicutake.usacomment.com/2016/10/denuncia-carater-urgente-justica-de.html?m=1>

<http://www.google.com.br/search?nomo=1&hl=pt&q=RG+257118986-SP,+da+comarca+de+Nova+Granada++SP>.

Anexo para;

* Gabinete do Governador de São Paulo

* Secretários - Secretaria de Estado da Segurança Pública

Enviada em: 06/10/2016 19:42

Para: "john.smith.jpf.everestusa@blogger.com" <john.smith.jpf.everestusa@blogger.com>

Assunto: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

Primeira etapa....

Envolvidos;

ADV: JOAO BASSANI (OAB 58064/SP)

ADV: CLAUDIA RENATA DA SILVA (OAB 124827/SP)

ADV: Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro OAB: SP/223494

+ 2 advogado a acréscimo (Análise futura)

(Dados não retirados deste local até devido fim judiciais.)

De: pedro de m. filho,filho

Enviada em: 10/09/2016 15:10

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br

Assunto: Denúncia Caráter Urgente

Requerente: Josilene Lourenço Pereira

Digitador e formalização textual: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Prazo: 15 dias

Telefone: 17-99717-1807

Email: pedrodefilho@hotmail.com

Lembrando que as acusações a seguir possui documentos comprobatório e protocoladas.

É com pesar venho fazer uma denúncia grave; má informações, encobrimento, alegações sem prova, coação e ameaça. Referente ao Magistrado Fabiano Rodrigues Crepaldi, RG 257118986-SP, da comarca de Nova Granada - SP.

Um caso simples ocorrido no processo 0000735-71.2016.8.26.0390 referente Juizado Especial Cível, virou um escândalo local de como a justiça é favorecida apenas aos mais abastados; Josilene Lourenço Pereira, CPF 49664272434, foi chamada para uma audiência de conciliação referente abertura do processo de Cobrança de Aluguéis -. Sem despejo, pará o dia 21 de agosto, mais no mês Junho (27) ouve um atrito entre o acusador do processo com a senhora Josilene, aonde a tal por varias vezes tentou acionar a polícia local, foi destrutada, e por sua vez, quando a polícia compareceu ao local, recusou fazer ocorrência (resguardar seu direitos pela tutela do imóvel, sendo que o acusador Osório García) contra o acusador, por sua vez destratou senhora Josilene, e seu filho, após pedir que "O polícia Retifica-se por chamá-la de Fanfarrona", mandando-o "Tomar no C*.". Após a denúncia ter sido formalizada no batalhão de Nova Granada contra os policiais, pelo então ex comandante "Montalvani" (que por sua vez pediu para ser transferido após a denúncia).

Logo em seguida, serie de eventos continuaria, a audiência foi remarcada em uma sexta-feira, 16, para o dia 25 de Julho, menos de uma semana, e no momento que senhora Josilene Anexaria provas que mudaria o desfecho do caso, foi impedida. Sem delongas, a audiência foi que o Juiz agiu com rispidez com acusada, após a tal dizer que estava tudo errado e irregular, o interessante que quando dona Josilene questionou que não havia prova contra ela, de fato, o juiz insinuou "A senhora está com BRINCADEIRA?" o mesmo fato dos policiais "FANFARRONA", advogada já então denunciada na sede da OAB estava dando risada e impossibilitando dona Josilene de seu direitos de defesas e éticos, tanto foi que a tal desceria na OAB local para pedir um advogado, no mesmo intervalo da audiência.

O magistrado usaria de tom de ameaça e torpeza contra uma civil de seu direitos sobre as acusações e defesas, partindo apenas para um lado, os do acusador. Tudo terminaria com assinatura de dona Josilene Lourenço Pereira, coagida e

Dias passaram, quando senhora Josilene em investigação própria, entrou pediu 2 dias antes do prazo final, RECURSO, logo seria retardado pela defensoria, um advogado indicado pelo juiz negaria, (detalhes: após o advogado negar, dona Josilene disse que denunciaria a OAB, e mais uma vez foi ameaçada por então advogada "Dr. Claudia, sem tarda já vinculada em outras denúncia protocolada pela tal por esse ato" que residia ao lado do Advogado que chamaria A polícia. - eu pergunto; Polícia para os direitos? Ant ético). Mais logo se designaria outro advogado designaria, e seria mandado o processo para o colégio recursal, mesmo em tramite, o juiz colocou em caráter devolutivo, não dando importância as acusações; AMEAÇA, SEM PROVAS E PRINCIPALMENTE DE OS ACUSADORES NÃO SEREM PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. Em uma sexta de agosto as 4 horas da tarde, ligou o oficial de Justiça, dizendo que cumprira o mandado de despejo, (Lembrando que o juiz em outras palavras amarrou o processo, impossibilitando a defesa na defensoria pública.) - Lembrando que o advogado nunca alertou senhora Josilene Momento algum, e quando a tal ligou para o advogado *nomes já incluído no processo* foi informada que o tal estaria viajando, e assim o dever da defensoria em solicitar um advogado para *PETICIONAR (-30 minutos de um computador) foi descumprindo, quando foi informada que o sistema estava fora do ar no dia 19 de agosto de 2016, e assim foi cumprido o mandado 4 da tarde (1 dia útil), senhora Josilene estava o Fórum de nova Granada quando recebeu a notícias. Seus objetos foram levados para o depósitos públicos, aonde agora tenta recupera sua coisas com um requerimento, que o advogado seu recusa entrar em contato ou informar (Lembrado, que despejo e objetos em posse do deposito publico está ressalvo no artigo 65 da lei do inquilinato):

Acusações: Negligência, Enquadramento; Crimes de tortura, acobertamento a crime, incentivação ao crime.

Assinado Digitalmente por: Joaquim Pedro de Moraes Filho filho de Josilene Lourenço Pereira.

Atenção; O prazo que todos os atos seja apurados ou iniciados é de 15 dias, após esse período, este e outros documentos serão anexado no website <http://Zicutake.usacomment.com>.

Obs: Conceitos ortográficos irrelevante.

Obs: Pronto para O Conselho Nacional de Justiça

Policiais ameaça

1. Ref= Polícias com coação cidade do Interior - <http://zicutake.usacomment.com/search?q=cidade%20do%20interior>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À EXECUÇÃO

13/02/2019 14:28 SSP-IIRGD RESULTADO DA PESQUISA * CINO * SS90000090 9132

- PRIMEIRO NOME . . . : JOAQUIM
- ULTIMO NOME . . . : MORAIS
- MES/ANO NASCIMENTO: 091995
- SEXO. : M
- NATURALIDADE. . . : NAO INFORMADA

* RESULTADO DA PESQUISA *

CIVIL : 000001 OCORRENCIAS
CRIMINAL : NAO HA OCORRENCIAS
EXISTEM 000004 OCORRENCIAS CRIMS.P/DT.NASC.DESCONHECIDA(MES/ANO=00)

* OBSERVACOES *

1- NO BANCO DE DADOS CIVIL FOI PESQUISADO :
MES/ANO = 091995 ; TODAS AS NATURALIDADES
2- NO BANCO DE DADOS CRIMINAL FOI PESQUISADO :
MES/ANO = 091995 ; TODAS AS NATURALIDADES

TECLE ENTER PARA EXIBIR CIVIS..... *

Window WDMCS/1 at HNPRDSP05



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À EXECUÇÃO

SISTEMA DE IDENTIFICACAO CIVIL
** PESQUISA - RG ** 13/02/2019 - 14:28:50

RG = 45537436 3 INCLUSAO= 10/06/2001 AGUARDANDO EMISSÃO DE C.I.

NOME = JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

PAI = JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

MAE = JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

SEXO = M D.NAS= 16091995 NATUR= 20025 - 3 MAGE -RJ

P.IDT= 8810 - 4 D.BAS= CN LOTE = 000002

** DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSAO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE **

CPF= 133036496 / 18 PIS= PASEP= -

COMARCA= FRUTAL-MG CARTORIO= FRONTEIRA

LIVRO= A07 FOLHA= 257 NUMERO= 002789 DATA DOC= 08082000

P.MIN-LEI= /

** DADOS ADICIONAIS E DE COMUNICAÇÃO CADASTRADOS **

PESQUISA POR RG EFETUADA OK..... *

Window WDMCS/1 at HNPRDSP05

100%



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À EXECUÇÃO

13/02/2019 14:28 EXIBIÇÃO DE DADOS ADICIONAIS SS90000090

RG= 45537436 - 3 JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

D.NASC= 16091995 NATURALIDADE= MAGE -RJ

EST.CIVIL= S C-CASADO CUTIS= B L-ALBINA CABELOS= L B-BRANCOS
T-CONVIVENTE A-AMARELA V-CALVO
D-DESQUITADO B-BRANCA C-CAST.CLAROS
I-DIVORCIADO N-NEGRA E-CAST.ESCUROS
J-SEPARADO R-PARDA G-GRISALHOS
S-SOLTEIRO V-VERMELHA L-LOIROS
V-VIUVO P-PRETOS
R-RUIVOS

OLHOS= C A-AZUIS C-CAST.CLAROS Z-CINZAS V-VERDES ALTURA= 1 , 75 M
B-BICOLORS E-CAST.ESCUROS P-PRETOS

GRAU DE INSTRUCAO= S N-NÃO ALFAB. S-2.O GRAU PROFISSAO= ESTUDANTE
P-1.O GRAU U-SUPERIOR

ENDER.RESID= R.ANTONIO V SILVA NUM.= 00342 COMPL.= CASA
BAIRRO= CENTRO MUN.= 27198 - 1 ICEM -SP CEP= 15460 - 000

ENDER.TRABL= NUM.= 00000 COMPL.=
BAIRRO= MUN.= 00000 - 0 CEP= 00000 - 000

EXIBIÇÃO DE DADOS ADICIONAIS EFETUADA. ENTRE COM NOVA *

Window WDMCS/1 at HNPDRSP05

100%



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À EXECUÇÃO

13/02/2019 14:28 EXIBIÇÃO DE DADOS DE COMUNIC. E DETALHES DA CI SS90000090
RG= 45537436 - 3 JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
D.NASC= 16/09/1995 NATURALIDADE= MAGE -RJ

SOLICITAÇÃO DE AVISO PARA RETIRADA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE = 2

1-SEM AVISO;
2-AVISO APENAS POR SMS;
3-AVISO APENAS POR ENDEREÇO ELETRÔNICO(EMAIL);
4-AVISO POR SMS E POR EMAIL.

TELEFONE RESIDENCIA= (0XX 00) 0000 - 0000
TELEFONE TRABALHO..= (0XX 00) 0000 - 0000
TELEFONE CELULAR...= (0XX 17) 99717 - 1807 OPERADORA= TIM
ENDEREÇO ELETRÔNICO= @

IDENTIFICADO(A) ASSINA?(S/N)= S
MOTIVO DA FALTA DE ASSINATURA= (1-NAO ALFABETIZACAO; 2-IMPOSSIBILIDADE PERMANENTE; 3-IMPOSSIBILIDADE TEMPORARIA)
DATA DE VALIDADE DA CI PARA OPCAO 3(LAUDO MEDICO)= 00000000

T.SANG=

EXIBIÇÃO DE DADOS DE COMUNICAÇÃO E DE DETALHES DA CI EFETUADA..... *

Window WDMCS/1 at HNPRDSP05



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À EXECUÇÃO

___ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF
)

RFB

USUARIO: LARISSE
13/02/2019 14:26

NI-CPF : 133.036.496-18 REGULAR INSCRICAO: 05/03/2012

NOME : JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

DT NASC: 16/09/1995

MAE : JOSILENE LOURENCO PEREIRA

SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

NATURAL DE : MAGE - RJ

ENDERECO: RUA ALFREDO LOBIANCO,437,CASA
38230-000 VILA ARRUDA,FRONTEIRA

DDD : 0017 TELEFONE: CELULAR: 84287530 COD.MUN.: 4539 MG
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0610502

PROXIMO NI-CPF: _____ - ____

T25A _____ DADOS

CADASTRAIS _____

PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

PESQUISA DETRAN NEG.



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA
COMARCA DE NOVA GRANADA
AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 15440-000
FONE: (17) 3262.1040 – (17) 3262-1612
e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Ofício nº 004/2019 - jsc

Nova Granada, 6 de março de 2019.

Doutor Delegado,

Pelo presente, encaminho anexos novos e-mails recebidos e venho **requisitar** a Vossa Senhoria a **INSTAURAÇÃO** de **inquérito policial** para apuração de eventual delito contra a honra, tendo como investigado Joaquim Pedro de Moraes Filho e outros e como vítimas Fabiano Rodrigues Crepaldi e outras.

Declaro, desde já, o desejo de oferecer representação contra todos delitos praticados.

A Autoridade Policial deverá convocar as demais pessoas constantes da mensagem eletrônica, para prestarem depoimento a respeito dos fatos, cientificando-as do prazo decadencial para oferecimento de representação e/ou queixa crime.

Solicito, ainda, a Vossa Senhoria, as providências necessárias no sentido de expedir os ofícios necessários com solicitação ao YOUTUBE e outros meios eletrônicos para retirada imediata dos vídeos que circulam a INTERNET, postados pelos investigados Joaquim Pedro de Moraes Filho e outros e como vítimas Fabiano Rodrigues Crepaldi e outras, tendo em vista o caráter falso e criminoso dos indigitados vídeos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração.


FABIANO RODRIGUES CREPALDI
JUIZ DE DIREITO

Ao
Ilustríssimo Senhor Doutor
DELEGADO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE
NOVA GRANADA – SP

**EXCELTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA DA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO
PAULO.**

ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES,
brasileira, casada, Promotora de Justiça, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS,
brasileiro, casado, Promotor de Justiça, e TASSO DENIS CAMPANHÃ
CURY, brasileiro, casado, vem, respeitosamente, perante VOSSA
EXCELÊNCIA **REPRESENTAR NOS TERMOS DO ARTIGO 145,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL PARA APURAÇÃO DOS
FATOS CONTIDOS NO MATERIAL ENCAMINHADO ATRAVÉS DO
OFÍCIO Nº 118/2019, DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA
GRANADA, PARA QUE SEJAM APURADAS AS AUTORIAS E AS
MATERIALIDADES DOS CRIMES CONTRA A HONRA
PRATICADOS CONTRA OS REPRESENTANTES, ASSIM COMO
OUTROS CRIMES DECORRENTES DO MATERIAL ENCAMINHADO.**

Estão circulando vídeos e mensagens de voz publicadas
no dia 27 de fevereiro de 2019, postados no youtube, caluniando os
representantes ao imputar falsamente fatos definidos como crimes,
além de difamar os representantes, imputando fatos ofensivos às
respectivas reputações.

Ressalta-se que os fatos imputados se referem aos
representantes enquanto atuam no exercício de suas funções, qual
seja, Promotores de Justiça.

Vale salientar que, principalmente há um vídeo, citando o nome de todos os representantes, além de foto dos representantes JOSÉ HEITOR DOS SANTOS E TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY, o que gera a necessidade urgente da tomada de providências do armazenamento do conteúdo e retirada imediata do vídeo e das mensagens da rede social, nos termos da Lei nº 12.965/2014, que regulamenta o marco civil da internet.

Dessa forma, requeremos a tomada de providências imediatas, nos termos do artigo 15, § 2º e 19 de referida lei, tanto para os provedores guardarem registros de acesso, assim como para que, após o armazenamento, o material referente a esta representação (vídeo e mensagens de voz) seja retirado dos provedores.

Por fim, requeremos que todas as pessoas citadas sejam ouvidas, assim como sejam juntadas cópias integrais dos processos mencionados, ambos da comarca de Nova Granada (Processo nº 1001943-73.2016.0390 e Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390).

Nova Granada, 07 de março de 2019.

ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES

JOSÉ HEITOR DOS SANTOS

TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY

Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

P

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Responder a todos | v

sáb 02/03, 18:59

apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; 30 v

Caixa de entrada

Você encaminhou esta mensagem em 06/03/2019 17:20

EM MEADOS DE JUNHO, SERÁ DENUNCIADO "JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI " RECEBEU PROPINA DE USINAS LOCAIS, PARA ARQUIVAR PROCESSOS TRABALHISTAS E AMEAÇA REQUERENTES DE INDEMNIZAÇÃO CONTRA USINAS LOCAIS "DA COMARCA DE NOVA GRANADA".

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: sábado, 2 de março de 2019 11:38:48

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsórmanni@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br; pjnovagranada@mpsp.mp.br; contato@amb.com.br

Assunto: Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

METACAFE

BRASÍL: JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO

<http://www.metacafe.com/watch/11842912/brasil-juiz-fabiano-rodrigues-crepaldi-e-promotoria-em-esquema-de-estelionato-e-corrupt-o/>

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: sexta-feira, 1 de março de 2019 12:08:16

Para: apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsórmanni@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br; pjnovagranada@mpsp.mp.br; contato@amb.com.br

Assunto: Re: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 8, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhor(a) Escrivão(ã)

Junte-se aos autos ofício ao Juízo competente solicitando a retirada de vídeo do YOUTUBE.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 08/03/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



Ofício nº 209/19-rgc

Ref: Solicitação de retirada de vídeo do YOUTUBE.

Nova Granada/SP, 08 de março de 2019.

Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito:

Pelo presente instrumento, em virtude da instauração do Inquérito Policial 2067126-36.2019.110417, Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, solicito a V. Exma. que seja comunicado o provedor YOUTUBE para que, nos termos do artigo 19 da Lei 12.965/14, seja retirado do canal o vídeo com a URL <https://m.youtube.com/watch?v=I3LfhsgRJ3g>.

Ao ensejo, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Renato Gomes Camacho
Delegado de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 13, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivã de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhora Escrivã

Junte-se aos autos ofício solicitando cópias dos processos nº 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550, centro – fone: (17) 3262-1022

fls. 574

Ofício nº 231/19-rgc

Ref: Solicitação de cópias de processos.

Nova Granada/SP, 13 de março de 2019.

Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito:

Pelo presente instrumento, em atendimento à solicitação dos Excelentíssimos Promotores de Justiça ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY, solicito cópias integrais dos Processos 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390, os quais deverão ser juntados ao Inquérito Policial nº 2067126-36.2019.110147, Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Ao ensejo, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Renato Gomes Camacho
Delegado de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 14, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhora Escrivã

Junte-se aos autos oitivas de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e JOSILENE LOURENÇO PEREIRA.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 14/03/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
 DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone/Fax: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 14 dias do mês de março de dois mil e dezenove, nesta cidade de ICÉM/SP, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. ICÉM, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, filho de Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira, nascido aos 16/09/1995, estado civil solteiro, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de Magé-RJ, de profissão estudante, residente e domiciliado na Av. Antônio Ventura da Silva, 342, no bairro Centro, na cidade Icém-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: **"A PRINCÍPIO, CONFIRMA QUE REALMENTE ENVIOU TODOS OS E-MAILS FAZENDO AS DENÚNCIAS CONTRA AGENTES PÚBLICOS DE NOVA GRANADA. QUESTIONADO SOBRE O PORQUE DISSE QUE HAVIA ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO ENVOLVENDO O JUIZ FABRIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA, AFIRMA QUE HOVE OMISSÃO POR PARTE DO JUIZ E DA PROMOTORIA POIS ELES NÃO TOMARAM PROCEDIMENTO A RESPEITO DA ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS CADASTRADOS NA DEFENSORIA PÚBLICA EM NOVA GRANADA, POIS FEZ UMA DENÚNCIA FORMAL NA DEFENSORIA PÚBLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E TAMBÉM NA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ARGUIDO SOBRE O QUE SE REFERIA A "TORTURA" DO JUIZ E PROMOTORIA, ESCLARECE QUE SE TRATOU DE UMA TORTURA PSICOLÓGICA, POIS TODAS AS VEZES QUE SUA MÃE JOSILENE IA AO FÓRUM PEDIR ESCLARECIMENTOS DE ALGUNS PROCESSOS, ELA SEMPRE ERA TRATADA COM PARCIALIDADE POR PARTE DA PROMOTORA ALI NE KLEER E COM HOSTILIDADE, SENDO QUE EM UMA DAS VEZES FOI AMEACADA DE SER PRESA POR COMETIMENTO DE CRIME DE DESACATO. QUESTIONADO SOBRE O MOTIVO DE TER FALADO QUE A PROMOTORA ERA FUGONA, REFERE-SE A UM CASO EM QUE O DEPOENTE SOFREU OFENSAS POR MEIO DE POLICIAIS MILITARES AQUI NESTA CIDADE DE ICÉM/SP E FOI INSTAURADO PROCEDIMENTO NO FÓRUM, PORÉM, FOI OUVIDO NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG, E NÃO TEM NENHUM CONHECIMENTO DO DESFECHO DO REFERIDO PROCESSO. SOBRE AS ALEGAÇÕES DE QUE O PRESIDENTE DA OAB SERIA CORRUPTO, REFERIU-SE AO ADVOGADO ANTÔNIO ALBERTO LEMOS, POIS, O DEPOENTE FEZ DENÚNCIAS CONTRA A ADVOGADA SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO, POIS ELA FOI ADVOGADA FORNECIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA NO PROCESSO EM QUE O DECLARANTE ERA PARTE, E NO REFERIDO PROCESSO A ADVOGADA DEMOROU PARA INGRESSAR COM A PETIÇÃO INICIAL E ELA PÔS NO PROCESSO O VALOR DE R\$88.000,00, VALOR EXTREMAMENTE EXCESSIVO, E O ADVOGADO ANTÔNIO ALBERTO NÃO TOMOU QUALQUER TIPO DE CONDUTA COM REFERÊNCIA AS DENÚNCIAS E ELE TINHA MUITA INFLUÊNCIA, POIS A ADVOGADA TRABALHAVA NA DEFENSORIA PÚBLICA, QUE FICAVA DENTRO DO FÓRUM. QUANDO DISSE QUE TINHA PROVA DE TUDO, AFIRMA QUE ESTAS PROVAS SÃO, PRECISAMENTE, OS PROCESSOS 1001943-73.2016.8.26.0390 E 0000735-71.2016.8.26.0390, POIS ELES, PRINCIPALMENTE NO PROCESSO 1001943, PROVAM O VALOR**



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone/Fax: 3262.1022

SUSPEITO DO FATURAMENTO DO PROCESSO, QUE OS CLIENTES NUNCA FORAM OUVIDOS NOS PROCESSOS, NÃO PUDEAM ARROLAR TESTEMUNHAS, ANEXAR PROVAS, E TUDO COM O CONHECIMENTO DO JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI, AFIRMANDO QUE O JUIZ AGIU COM VINGANÇA E PARCIALIDADE, EM VIRTUDE DE SUA MÃE TER INGRESSADO COM RECURSO NO PROCESSO 0000735 NO ANO DE 2016 E TAMBÉM TER ACUSADO-O NA OAB DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, CAUSANDO INFLUÊNCIA NO PROCESSO 1001943 QUE SÓ FOI JULGA NO ANO DE 2017 OU 2018. UMA OUTRA PROVA DA COMPLACÊNCIA DO JUIZ FOI ELE TER AUTORIZADO UMA PROCURAÇÃO PARA A ADVOGADO EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO ADVOGAR NO PROCESSO SEM QUALQUER CONHECIMENTO DOS REQUERENTES. DECLARA QUE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO, PRINCIPALMENTE O JUIZ E A ADVOGADA SUZANE, SE APROVEITARAM DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DECLARANTE PARA ABAFAREM TODA O CASO. QUESTIONADO SOBRE AS ALEGAÇÕES REFERENTES À ADVOGADA SUZANE KAREN, REFERIU-SE AO SEU DESPREPARO COMO ADVOGADA E ELA FOI OMISSA NO PROCESSO. SOBRE A ALEGAÇÃO DE QUE O JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI OBSTRUÍU A JUSTIÇA, REFERIU-SE AO MESMO TER SIDO OMISSO E POR TER SE APROVEITADO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEPOENTE NO PROCESSO 1001943-73. COM REFERÊNCIA AS DECLARAÇÕES SOBRE A ADVOGADA SUZANE KAREN DE 'PERCEBER CLARAMENTE LEVES DISSIMULAÇÃO DA TAL', REFERIU-SE AO FATO DE ELA NUNCA TER DEMONSTRADO FIRMEZA, CIÊNCIA E EMPENHO AO PROCESSO EM QUE ELA ESTAVA ATUANDO, ACRESCENTANDO QUE ELA SEQUER TINHA ENDEREÇO FIXO. SOBRE A ACUSAÇÃO DE ESTELIONATO NA DEFENSORIA PÚBLICA EM NOVA GRANADA, REFERIU-SE AO FATO DE HAVER ALTERAÇÃO NOS VALORES DE HONORÁRIOS DOS PROCESSOS, ACUMULAÇÃO DE SERVIÇOS SEM CAPACIDADE DE SOLUCIONÁ-LOS, FRAUDANDO O SISTEMA DA DEFENSORIA PARA RECEBER MAIS CLIENTES. SOBRE AS ALEGAÇÕES DE 'MÁ INFORMAÇÃO, ENCOBRIMENTO, ALEGAÇÕES SEM PROVA, COAÇÃO E AMEAÇA' REFERENTES AO JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI, REFERE-SE A TUDO QUE JÁ FOI DITO EM SUAS DECLARAÇÕES, ESCLARECENDO QUE QUANDO DISSE 'COAÇÃO E AMEAÇA', FOI EM VIRTUDE DE QUE TODAS AS VEZES QUE SUA MÃE FOI NO FÓRUM, O MAGISTRADO SEMPRE SE APROXIMAVA DELA E A INTIMIDAVA ENCARANDO-A. SOBRE A REFERÊNCIA DO POLICIAL MILITAR MONTALVANI, APENAS DISSE QUE FOI ELE QUEM REGISTROU A OCORRÊNCIA. SOBRE AS ALEGAÇÕES DE QUE O JUIZ AGIU COM RISPIDEZ COM SUA MÃE, FOI NO PROCESSO 0000735-71 NO MOMENTO EM QUE ELE, EM AUDIÊNCIA, QUESTIONOU A SUA GENITORA SE ELA 'NÃO ERA DE DEUS'. QUANDO DISSE QUE SUA MÃE JOSILENE FOI AMEAÇADA PELA ADVOGADA DRA CLÁUDIA, ISSO OCORREU QUANDO ELA FOI NO ESCRITÓRIO DA ADVOGADA PARA QUESTIONÁ-LA QUE GOSTARIA DE ENTRAR COM RECURSO NO PROCESSO 0000735-71 E A REFERIDA ADVOGADA DISSE QUE IRIA CHAMAR A POLÍCIA. QUESTIONADO SOBRE AS ALEGAÇÕES DE QUE O JUIZ AMARROU O PROCESSO, IMPOSSIBILITANDO A DEFESA NA DEFENSORIA PÚBLICA, REFERIU-SE AO PROCESSO 0000735-71, POIS ELE USOU SISTEMÁTICA DE DATAS



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

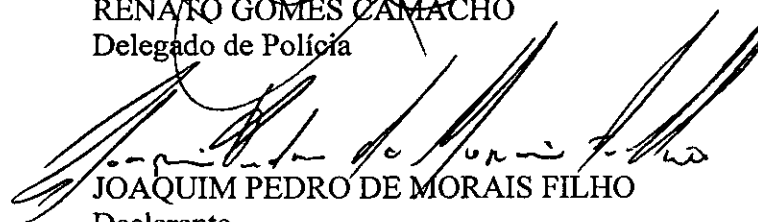
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone/Fax: 3262.1022

EM QUE A RÉ (JOSILENE), NÃO CONSEGUIRIA INGRESSAR NA DEFENSORIA PÚBLICA. SOBRE AS ACUSAÇÕES DE TORTURA, DECLARA QUE DISSE ACERCA DAS TORTURAS PSICOLÓGICAS, E, SOBRE A INCENTIVAÇÃO AO CRIME, QUIS DIZER QUE A CONDUTA DA TORTURA PSICOLÓGICA E A OMISSÃO INCENTIVARIAM UMA PESSOA A COMETER UM CRIME INDO ATRÁS DE SEUS DIREITOS. SOBRE AS ALEGAÇÕES DE QUE ESTAVA SENDO AMEAÇADO PELO JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI, REFERIU-SE AO FATO DE TER RECEBIDO UMA INTIMAÇÃO PARA COMPARECER NESTA DELEGACIA NESTA DATA. SOBRE AS ALEGAÇÕES DE UMA GRAVAÇÃO DOS POLICIAIS OFENDENDO, HAVENDO INTERLIGAÇÃO COM O JUIZ E CAPITÃO 'PEDRO', NÃO QUER SE MANIFESTAR SOBRE ESTES FATOS. SOBRE O VÍDEO CONSTANTE NO YOUTUBE EM QUE FAZ MENÇÃO DE ALGUNS AGENTES PÚBLICOS, ESCLARECE QUE A RESPEITO DA PROMOTORA ALINE KLEER QUIS FAZER REFERÊNCIA A SUA OMISSÃO EM FAZER ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCESSO 0000735-71, NO MOMENTO EM QUE SUA MÃE FOI FALAR COM ELA DIZENDO QUE ESTAVA SE SENTINDO COAGIDA, ALÉM DE ELA TER AMEAÇADO SUA MÃE DIZENDO QUE IRIA PRENDE-LA; SOBRE A CITAÇÃO DOS PROMOTORES JOSÉ HEITOR E TASSO CURY, APENAS AFIRMA QUE ELES FORAM OMISSOS SOBRE O PROCESSO 0000735-71, POIS ELES OUVIRAM TODA A HISTÓRIA DE SUA MÃE, A QUAL DISSE QUE ESTAVA SENDO COAGIDA, E ELES NÃO TOMARAM QUALQUER ATITUDE. QUESTIONADO SE HÁ ALGO MAIS QUE QUEIRA CITAR, AFIRMA QUE É SÓ ISSO". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.



RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia



JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Declarante

RAQUEL COUTO F. NETO FURLONI
Escrivã de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone/Fax: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 14 dias do mês de março de dois mil e dezenove, nesta cidade de ICÉM/SP, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. ICÉM, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, filha de Josué Pereira e Zuleide Lourenço Pereria, nascida aos 31/01/1965, estado civil solteira, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de Recife-PE, de profissão desempregada, residente e domiciliada na Av. Antônio Ventura da Silva, 342, no bairro Centro, na cidade Icém-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: "**DECLARA QUE NÃO TINHA CONHECIMENTO DAS ACUSAÇÕES QUE SEU FILHO, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, HAVIA FEITO CONTRA O JUIZ DE NOVA GRANADA, CONTRA ALGUNS ADVOGADOS E OS PROMOTORES DE JUSTIÇA, ACUSAÇÕES QUE FORAM FEITAS POR MEIO DE E-MAILS NA INTERNET. PORÉM, ALEGA QUE ESTÁ CIENTE DA INDIGNAÇÃO DO MESMO EM RELAÇÃO AS IRREGULARIDADES QUE COMPÕEM A COMARCA DE NOVA GRANADA, MEDIANTE PROCESSOS QUE TEM SIDO GERADOS, POIS EM UM PROCESSO QUE NÃO SE LEMBRA DO NÚMERO, ANTERIOR AOS PROCESSOS 1001943-73.2016.8.26.0390 E O 0000735-71.2016.8.26.0390, FOI CITADA NA COMARCA DE NOVA GRANADA, SENDO QUE RESIDIA NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG, DEVENDO, ENTÃO, SER OUVIDA NA COMARCA DE FRUTAL/MG, POR SE TRATAR DE UM PROCESSO DE MENORES, SENDO QUE FOI DECLARADO PELA PRÓPRIA COMARCA DE FRUTAL QUE O FÓRUM DE NOVA GRANADA AGIU COM INCOMPETÊNCIA. AFIRMA QUE TINHA CONHECIMENTO DA INDIGNAÇÃO DE SEU FILHO COM REFERÊNCIA AO PROCESSO 1001943-73, POIS ERA UMA QUESTÃO DE HONRA PRA SEU FILHO, NO QUAL NÃO HOVE TESTEMUNHAS, COLHIMENTO DE PROVAS E ESTRUTURA NO PROCESSO, SENDO QUE ELE ENTÃO FOI ARQUIVADO. QUER CONSIGNAR QUE, EM RELAÇÃO AO PROCESSO 0000735-71, QUE SE TRATAVA DE UMA COBRANÇA DE ALUGUEL, REALMENTE SE SENTIU COAGIDA E AMEAÇA PELO JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI, A ASSINAR UM ACORDO NO REFERIDO PROCESSO, POIS O MAGISTRADO DISSE QUE A DEPOENTE NÃO TINHA DEUS EM SUA VIDA E QUE NÃO TINHA VERGONHA NA CARA, E QUE, CASO NÃO ASSINASSE O ACORDO, SERIA IMEDIATAMENTE DESPEJADA DE SUA CASA, ACRESCENTANDO QUE A ADVOGADA MEDIADORA DAS PARTES NA OCASIÃO, NÃO TOMOU NENHUMA ATITUDE PARA DEFENDÊ-LA, PENDENDO SEMPRE PARA A OUTRA PARTE. AFIRMA AINDA QUE FEZ DENÚNCIA NA OAB DE RIO PRETO ACERCA DO PROCEDIMENTO DA ADVOGADA**". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.


RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacinto Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone/Fax: 3262.1022


JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
Declarante

RAQUEL COUTO F. NETO FURLONI
Escrivã de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 19, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhor(a) Escrivão(ã)

Junte-se aos autos representação do advogado Dr. ANTÔNIO ALBERTO CRISTOFOLO DE LEMOS.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 19/03/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



LEMONS ADVOGADOS

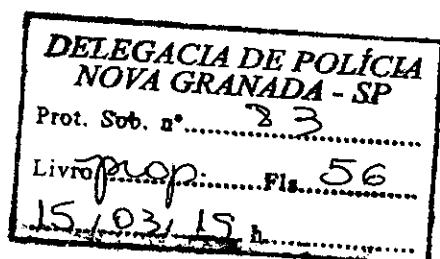
Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLICIA DE NOVA GRANADA.SP

I.P.nº

Vítima: Antonio Alberto c. de Lemos e outros

Acusado: Joaquim Pedro de Moraes Filho



ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS, por seus advogados que esta subscreve, vem perante **V. Exa.**, requerer **A EXTRAÇÃO DE CÓIA INTEGRAL DO RESPECTIVO Inquérito policial, para juntar em Ação Civil Nº 100043842201982603.90**, ficando desde logo REPRESENTANDO e autorizado o Ministério Público ingressar com a respectiva Denuncia, vez, que o crime é de ação penal condicionada a representação, pois os fatos se derem, quando eu estada na condição de funcionário público (defendendo os Hipossuficientes através do convenio com a Defensoria.

Termos em que

P. deferimento.

Nova Granada SP, 15 de março de 2019.


ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 02211972

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Antonio Alberto Cristofolo de Lemos

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ANTONIO ALBERTO CRISTOFOLO DE LEMOS

FILIAÇÃO
ANTONIO LEMOS DE MOURA
MARIA CONCEIÇÃO C. LEMOS

NACIONALIDADE
SÃO PAULO-SP

RG
16.222.707 - SSPSP

QUADRO DE ÓRGÃOS E TÉCNICAS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
20/11/1968

CPF
090.607.378-22

VIA
01 04/04/2012

EXPEDIDO EM

LUIZ FLAVIO RODRIGUES D'URSO
PRESIDENTE

113902



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 19, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhor(a) Escrivão(ã)

Junte-se aos autos o termo de declarações do Exmo Dr Fabiano Rodrigues Crepaldi.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 19/03/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
 DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
 Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 19 dias do mês de março de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, filho de Armando Crepaldi Filho e Maria Rodrigues Crepaldi, nascido aos 13/04/1976, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de Olímpia-SP, de profissão Juiz de Direito, domiciliado na Av. Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001, no bairro Centro, na cidade de NOVA GRANADA-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: **"DECLARA QUE NÃO CONHECE O INVESTIGADO JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E NÃO SE RECORDA DE TÊ-LO VISTO OU COM ELE MANTIDO ALGUM CONTATO PESSOAL. NEGA VEEMENTEMENTE ENVOLVIMENTO EM SUPOSTO ESQUEMA DE ESTELIONATO, CORRUPÇÃO, TORTURA OU QUALQUER OUTRO ESQUEMA CRIMINOSO. NUNCA RESPONDEU REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO INVESTIGADO PERANTE A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO E OBVIAMENTE NÃO TEM PODERES NEM COMPETÊNCIA PARA SUPOSTAMENTE INFLUENCIAR QUALQUER ATO QUE SEJA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO. ATUA E SEMPRE ATUOU NOS FEITOS COM A IMPARCIALIDADE QUE É PRÓPRIA DO CARGO INVESTIDO. TOMOU CONHECIMENTO DE E-MAILS AMEAÇADORES, CALUNIOSOS, DIFAMADORES E INJURIOSOS CONTRA A SUA PESSOA ATRAVÉS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOVA GRANADA E OFERTOU REPRESENTAÇÃO POR TER SUA HONRA OBJETIVA E SUBJETIVA MACULADA. TAMBÉM TOMOU CONHECIMENTO E ASSISTIU A UM VÍDEO POSTADO NO YOUTUBE, PELO INVESTIGADO, FALANDO DE UM SUPOSTO ESQUEMA CRIMINOSO EM NOVA GRANADA. AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO VÍDEO SÃO CALUNIOSAS, DIFAMATÓRIAS E INJURIOSAS NÃO SÓ A PESSOA DO DECLARANTE MAS TAMBÉM EM RELAÇÃO A ADVOGADOS E PROMOTORES DE JUSTIÇA QUE ATUAM OU ATUARAM NA COMARCA. ACREDITA QUE O VÍDEO FOI POSTADO E OS E-MAILS ENVIADOS PORQUE O DECLARANTE JULGOU DUAS AÇÕES CONTRÁRIAS AOS INTERESSES DO INVESTIGADO E DE SUA MÃE. SÃO OS PROCESSOS MENCIONADOS PELO INVESTIGADO NO VÍDEO, SENDO QUE UM ERA UMA AÇÃO DE COBRANÇA OU DESPEJO, NÃO SE RECORDA AO CERTO, ONDE OS LOCADORES, PESSOAS IDOSAS, FIZERAM UM ACORDO COM A MÃE DO INVESTIGADO PARA QUE ELA DEIXASSE O IMÓVEL LOCADO CUJOS ALUGUERES ESTAVAM ATRASADOS HÁ MUITO TEMPO E OS LOCADORES PAGARAM PARA A MÃE DO INVESTIGADO SAIR DO IMÓVEL, SENDO QUE A POSTURA DA GENITORA SEMPRE FOI DESAFIADORA NÃO SÓ A POSTURA DO DECLARANTE COMO DA ADVOGADA QUE ESTAVA DE PLANTÃO À ÉPOCA E DA PARTE CONTRÁRIA. A GENITORA DO INVESTIGADO RECEBEU CERTA QUANTIA EM DINHEIRO, QUE O DECLARANTE NÃO SE RECORDA QUANTO, NA PRESENÇA DO DECLARANTE E DEPOIS COMEÇOU OFERECER RESISTÊNCIA PARA NÃO SAIR DO IMÓVEL, TENTANDO CONTRARIAR O ACORDO, E POR ISSO HOUVE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM FAVOR DOS AUTORES DA AÇÃO, SENDO QUE HOUVE RECURSO**




SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

E A SENTENÇA DO DECLARANTE FOI MANTIDA PELO E. COLÉGIO RECURSAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, COM CONDENAÇÃO DA GENITORA DO INVESTIGADO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A OUTRA AÇÃO FOI PROPOSTA PELO INVESTIGADO E POR SUA IRMÃ, SALVO ERRO, ALEGANDO QUE O PAI REGISTRAL NUNCA LHE DISPENSOUS OS CUIDADOS E CARINHO E REQUERENDO INDENIZAÇÃO. O DECLARANTE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DA ALEGAÇÃO, AO QUE SE RECORDA, OS AUTORES NÃO COMPARECERAM À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO E MUDARAM DE ENDEREÇO SEM COMUNICAR O JUÍZO, O QUE FRUSTROU O ESTUDO SOCIAL QUE SERIA REALIZADO. O DECLARANTE SE SENTE PROFUNDAMENTE OFENDIDO COM A DIVULGAÇÃO DO VÍDEO PRODUZIDO PELO INVESTIGADO E REQUER AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA RETIRADA DE TAL VÍDEO DO YOUTUBE, JÁ QUE DIARIAMENTE SÃO FEITAS VÁRIAS VISUALIZAÇÕES, O QUE TEM MACULADO A HONRA DO DECLARANTE. TAMBÉM SE SENTE MACULADO EM SUA HONRA PELOS E-MAILS MENTISOSOS, CALUNIOSOS, DIFAMATÓRIOS E INJURIOSOS À PESSOA DO DECLARANTE, ENVIADOS PELO INVESTIGADO A DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, TRIBUNAIS, CNJ, MAGISTRADOS E OUTRAS AUTORIDADES DO PAÍS. NESTE ATO MANTÉM A REPRESENTAÇÃO CONTRA O INVESTIGADO E REQUERER PROVIDÊNCIAS COM URGÊNCIA PARA RETIRADA DO VÍDEO DO YOUTUBE". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.


RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia


FABIANO RODRIGUES CREPALDI
Declarante


RAQUEL C. FIALHO NETO FURLONI
Escrivã de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 19, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhor(a) Escrivão(ã)

Junte aos autos cópias dos processos 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 19/03/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Buscar

Solitação de có

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Apagar

Spam

Ações

Solitação de cópias de processosDe: **MARCIA MARIA SPACA**Para: **DEL POL NOVA GRANADA (dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br)**representacao.pdf (390,3 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)oficio 231.pdf (137,6 KB) [Fazer download](#)[Fazer download de todos os anexos](#)[Remover todos os anexos](#)

Boa tarde,

Informo a Vossa Senhoria que os autos de Processo 0000735-71.2016.8.26.0390, é de cor e-mail, solicitando urgência no envio das cópias a essa Delegacia.

Atenciosamente,

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO**MARCIA MARIA SPACA**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Cartório do Ofício Judicial Único

Rua Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 23 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 23

Cel: (17) 99618-7049

E-mail: mspaca@tjsp.jus.br

De: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO**Enviada em:** quarta-feira, 13 de março de 2019 15:43**Para:** MARCIA MARIA SPACA**Assunto:** ENC: solitação de cópias de processos



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA**

Av. Hildeberto de A Ferreira, 1001, Anexo, Cep. 15.440-000 – Fone- 0xx17-3261-2399

Proc. n.º

Audiência: 25/08/2016 - Hora:19:20

Data de Entrada: 28/04/2016

AUTOR (A): 1-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E/OU 2- OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, 1- CPF: 109.500.908-75, 2- CPF: 184.241.048-20, com endereço a Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 670, Centro, ICÉM-SP.

RÉU (RÉ) (S): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, residente na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, Nº 895 (praça João do Carmo), Centro, Icém - SP.

AÇÃO: CONDENÇÃO EM DINHEIRO VALOR: R\$ 2.096,84

Pedido escrito () . Pedido oral (X) - Quant. docs.:

HISTÓRICO

DOS FATOS: Alega o(a) autor(a) que é credor(a) do(a) requerido(a) da importância supramencionada, dívida esta referente ao não pagamento de 04 (quatro) meses de aluguel, referente ao mês de janeiro a abril de 2016, sendo cada aluguel mensal no valor de 500,00 (quinhentos reais) mensais, e ao não pagamento de Contas de Energia (CPFL), referente ao mês de Março e Abril de 2016, alegou ainda que apesar de diversas tentativas amigáveis para RECEBIMENTO do que lhe é devido, não obteve êxito; esgotados os meios extrajudiciais para resolver o litígio o(a) requerente ingressa com a presente ação. DO PEDIDO: Requer o (a) autor (a), com base no 14 da Lei n.º 9.099/95, a citação do (a) requerido(a) e CONDENÇÃO do mesmo ao pagamento do valor de **R\$ 2.096,84 (Dois Mil, Noventa e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos)** corrigido com juros e correção monetária a partir do vencimento, na forma da lei, e ainda, as prerrogativas do artigo 172, § 2º, do CPC, para as diligências do Sr. oficial de justiça. Nada mais. Eu, JOSÉ EMILIO T. LOPES, ESCRIVENTE TÉCNICO, digitei a pedido do autor(a) e subscrevi.

DEMAIS REQUERIMENTOS:

Desde já o(a) autor(a) requer: 1. A expedição de mandado de citação com benefícios do parágrafo 2º do Art. 172 do CPC. E a citação por hora certa; 2. Caso o réu seja pessoa jurídica e se for necessário: a desconsideração da personalidade jurídica da empresa - ré que encerrou irregularmente suas atividades, com o prosseguimento da ação contra seus dirigentes, expedindo-se ofício à Junta Comercial para fornecimento dos dados necessários sobre os sócios; e, 3. Após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou procedente o pedido (total ou parcialmente), o início da execução, com elaboração do cálculo de liquidação e a expedição de mandado de penhora e de estimativa de valor. ,

O(A) AUTOR(A), declara estar ciente das disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 9.099/95, e, assim, caso não haja acordo, renuncia, desde logo, o eventual valor que exceda ao mínimo legal. Declara, ainda estar ciente da data e hora da audiência marcada, e que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito. Declara também, estar ciente do "roteiro" dos processos de conhecimento.

Icem - SP, 28 de ABRIL de 2016.

Maria Aparecida de Oliveira
AUTOR (A) 1

Osório Garcia de Oliveira
AUTOR (A) 2


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC: Certifico e dou fé que, haver expedido a competente carta de citação e intimação do (a) requerido (a), em relação à **Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, na PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÊM- CEP- 15460-000**, a qual foi postada via Correios através de AR. Nada Mais. Nova Granada, 02 de maio de 2016. Eu, ____, Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref.



CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 25/08/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(o)

Josilene Lourenço Pereira

RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 - PRAÇA JOÃO DO CARMO

15460-000 - Icem-SP

Pela presente, está Vossa Senhoria **CITADA(O)** para os termos da ação Procedimento do Juizado Especial Cível requerida por Maria Aparecida de Oliveira e outro perante este Juizado Especial Cível, conforme contrafé que acompanha a presente.

INTIMAÇÃO: Fica a(o) ré(u) intimada(o) a comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 25/08/2016 às 19:20h, Sala de Audiência do JEC e JECRIM, na PRFEITURA MUNICIPAL, SITO NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 500, ICÉM- CEP- 15460-000. Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo entre as partes, será designada audiência de instrução e julgamento para data oportuna, ocasião em que a(o) ré(u) poderá apresentar defesa, trazer provas e até três testemunhas, se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, a(o) ré(u) será considerada(o) **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.




ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: Fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata e carta de preposição com firma reconhecida) e poderá estar acompanhada(o) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor), salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatícios (§ 4º do art. 9º da Lei nº 9.099/1995). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u), ainda, advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).


Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **citação/intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Sonia Amaro dos Santos Sass, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 02 de maio de 2016.


 CORREIOS		CE		COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM				TRIBUNAL DE JUSTIÇA 	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP								CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP											
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____						RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO			
ATENÇÃO: Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.									
ASSINATURA DO RECEBEDOR								DATA DA ENTREGA			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR								____/____/____			

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM		Reservado espaço à menção MP	
DESTINATÁRIO Josilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icem - SP								CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP									
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h		Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016						RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____							
		() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.							
ASSINATURA DO RECEBEDOR								DATA DA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR								Nº DO DOCUMENTO	

PROCESSO: 735-71.2016

EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

EXECUTADO: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA.

Certifico e dou fé, que a autora compareceu em cartório e requereu antecipação da audiência designada nos autos, uma vez que trata-se de pessoa idosa, tendo preferencia no tramite da ação, ante a necessidade de um acordo com a ré uma vez que o imóvel será futuramente habitado por uma parente de 3º grau.. Nova Granada, 17/05/2016, Eu  (Célia Regina Aves), Aux. Administrativa. Pref., digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

17 / 05 / 2016



MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.gov.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Diante do pedido de fls. 05 ante a preferência de pessoas idosas, diante disso redesigno a audiência de conciliação para o **dia 30 de junho de 2016, às 19:20 horas, em Icém/SP.**

Intimem-se as partes.

Nova Granada, 24 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 396

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Data da Audiência: 30/06/2016 às 19:20h

Justiça Gratuita

A(O)
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer na **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000**, em Audiência de Conciliação designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.

ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.

Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.



CORREIOS**CE**

COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DESTINATÁRIO
Maria Aparecida de Oliveira
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h
ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:_____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/____



CORREIOS**AR**

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DESTINATÁRIO
Maria Aparecida de Oliveira
RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h
ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:_____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/____

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, sob o número WNGA19800004394. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 9899982.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fls. 998

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
Data da Audiência: **30/06/2016 às 19:20h**

Justiça Gratuita

A(O)
OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

Pela presente, extraída dos autos do processo em epígrafe, promovido por Maria Aparecida de Oliveira e outro em face de Josilene Lourenço Pereira, está Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer na **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000, em Audiência de Conciliação** designada para o dia **30/06/2016 às 19:20horas**.

Até a referida audiência, deverá Vossa Senhoria apresentar nos autos todos os documentos pertinentes aos fatos, caso ainda não tenham sido apresentados quando da propositura da ação.


ADVERTÊNCIA: Fica o(a) autor(a) advertido(a) de que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito (Artigo 51, Inciso I da Lei 9.099/95).

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Advirto que as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

1. Apresentar esta Carta no dia da Audiência.
2. Apresentar-se convenientemente trajado(a).
3. Comparecer munido(a) de documento de identidade.


Celia Regina Alves, Auxiliar Administrativo - Pref. Nova Granada, 25 de maio de 2016.


**CORREIOS**

CE

COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

1599

DESTINATÁRIO
Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO


ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

____/____/____

Uso exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016**

**CORREIOS**

AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à
menção MP

DESTINATÁRIO
Ozório Garcia de Oliveira
RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670
15460-000 Icem-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390-AUDIÊNCIA 25/08/2016**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: _____
() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, sob o número WNGA19800004394. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 9882982.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/002450-9**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
 Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA** para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÉM - CEP 15460-000** .

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160024509

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

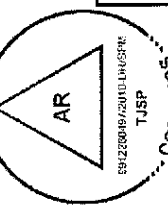
CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/002450-9 dirigi-me ao endereço indicado, e ai sendo, nesta data, INTIMEI a requerida: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, do inteiro teor e fins do r. Mandado, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe uma cópia do mesmo que aceitou, a qual de tudo bem ciente ficou, exarando no anverso do mandado anexo a sua nota de ciente. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 01 de junho de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.



AVISO DE RECEBIMENTO



Reservado espaço à
menção MP

JO 58190397 9 BR

DESTINATÁRIO

A(O)

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

RUA PROF. JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro

15460-000 - Nova Granada - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ h ____
2º ____/____/____ h ____
3º ____/____/____ h ____

ATENÇÃO:

Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. N° 0000735-71.2016**

AUDIÊNCIA: 30/06/2016

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- (1) Mudou-se
- (2) Endereço insuficiente
- (3) Não existe o número
- (4) Desconhecido
- (5) Recusado
- (6) Não procurado
- (7) Ausente
- (8) Falecido
- (9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

CARDOSO DA SILVA

Agente de Correios

Matrícula: 80158763

AC ICEM

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

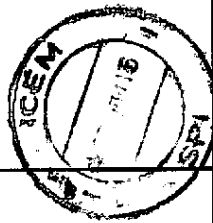
Maria Aparecida de Oliveira

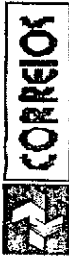
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

07/06/2016

Nº DO DOCUMENTO





CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e

DATA DE POSTAGEM

JO 58190398 2 BR

DESTINATÁRIO

A(O)

OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA

RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CENTRO

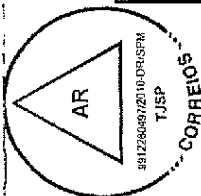
CEP: 15460-000 - ICEM-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Nova Granada

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Prédio Anexo - Centro

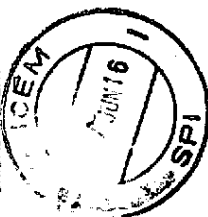
15440-000 - Nova Granada - SP



Reservado espaço à
menção MP

CARIMBO

UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ h ____:____:____

2º ____/____/____ h ____:____:____

3º ____/____/____ h ____:____:____

ATENÇÃO:

Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. N° 0000735-71.2016**

AUDIÊNCIA: 30/06/2016

ENDOSO

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
(2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
(3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

CARDOSO DA SILVA

Agente de Correios

Matrícula: 69.557.763

AC ICEM

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____.

SINATURA DO RECEBEDOR

Maria Aparecida de Oliveira

E LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

07/06/2016

N° DO DOCUMENTO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº: 390.2016/002450-9

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada ,
Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados, **INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, Icem-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793** , para que compareça(m) à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA** para o dia **30/06/2016 às 19:20h**, no **SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITA NA RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Nº 500, ICÊM - CEP 15460-000** .

Desnecessária a presença de testemunhas na audiência desta data. Não havendo acordo, a audiência de instrução e julgamento será designada, ocasião em que Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cujas intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 25 de maio de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

[Handwritten signature and date]
01/06/2016



15:30min.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, sob o número WNGA19800004394. Para conferir este documento basta acessar o link: https://www.tjsp.br/arquivos/19800004394

X


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, NOVA GRANADA -
SP - CEP 15440-000
TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO INFRUTÍFERA

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Ozório Garcia de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira, CPF 462.642.724-34**
 Data da audiência: 30 de junho de 2016

Aos 30 de junho de 2016, às 18:15 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiências do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular, Exmo(a). Sr(a). Dr(a). FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 horas relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista LUCIANA CRISTOFOLLO LEMOS. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. NEUZA DAS GRAÇAS S. DA SILVA esta restou INFRUTIFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **“Consertados os autos tornem conclusos par nova deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Nada mais.”** Eu, _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA

TERMO DE AUDIÊNCIA

AÇÃO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PROC. N.º 486.2016

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO

REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Aos 30 de junho de 2016, às 18:15 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiências do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular, Exmo(a). Sr(a). Dr(a). FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 horas relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista LUCIANA CRISTOFOLLO LEMOS. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. NEUZA DAS GRAÇAS S. DA SILVA esta restou INFRUTÍFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **"Consertados os autos tornem conclusos par nova deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Nada mais."** Eu, _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

Em tempo: Certifico e dou fé, que a requerida não assinou o presente termo, alegando por não sentir-se segura. Icém, 30 de junho de 2016. Eu _____, (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado n°: **390.2016/003388-5**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado REVEL, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033885

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/003389-3**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, RUA PROF, JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 670, TELEFONE - 32822417 - 997020265 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 109.500.908-75, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033893

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/003390-7**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020160033907

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/003388-5 dirigi-me à Rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, 895, Icem, em 13/07/16, onde INTIMEI JOSILENE LOURENÇO PEREIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé.
 Nova Granada, 14 de julho de 2016.

Número de Atos: 01
 13/07



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº:	0000735-71.2016.8.26.0390
Classe - Assunto:	Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente:	Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido:	Josilene Lourenço Pereira
Situação do Mandado	Cumprido - Ato positivo
Oficial de Justiça	Aydê Rezende Garcia (27762)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/003389-3 dirigi-me à Rua Prof. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, onde INTIMEI MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:01
13/07

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Aydê Rezende Garcia (27762)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2016/003390-7 dirigi-me à Rua Profº. Jose Maria Rodrigues Batata, 670, Icem, onde INTIMEI OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA pelo teor do mandado e seus fins, ficou ciente, exarou sua assinatura e aceitou contrafé. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 15 de julho de 2016.

Número de Atos:02 – referentes a ida a Icem – 24,903 Km
 13/07



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

X ~~de~~ Oliveira. 13-04-2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº: 390.2016/003390-7

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, RUA PROF JOSÉ MARIA RODRIGUES BATATA, 670 - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 184.241.048-20, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/07/2016 às 11:30h, no Edifício do Fórum mencionado acima.

ADVERTÊNCIA: Deixando de comparecer à audiência designada, o processo será imediatamente extinto.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências"

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331"



Scém, 15/07/16

[Handwritten signature]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira
Oficial de Justiça: *
Mandado nº: 390.2016/003388-5

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos acima mencionados,

INTIME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895, PRAÇA JOÃO DO CARMO - CEP 15460-000, ICEM-SP, CPF 462.642.724-34, RG 397131793, para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia **25/07/2016 às 11:30h**, no Edifício do Fórum, sito à **Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada**.

Na ocasião, Vossa Senhoria poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto, trazer prova e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer a qualquer das audiências, Vossa Senhoria será considerado **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato.

ADVERTÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA: fica a(o) ré(u) advertida(o) de que deverá comparecer à audiência acima designada, por seu representante legal, portando CPF, RG e prova de representação (contrato social, estatuto, ata carta de preposição) e poderá estar acompanhado(a) de advogado. A irregularidade nestes documentos poderá implicar no reconhecimento dos efeitos da revelia (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor). Tratando-se de relação de consumo, fica a(o) ré(u) ainda advertida(o) quanto aos termos do art. 6º, VIII do CDC (inversão do ônus da prova).

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 08 de julho de 2016. José Emilio Teixeira Lopes, Escrivão.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 103, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telephone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o **dia 25 de julho de 2016, às 11:30 horas, em Nova Granada/SP.**

Intimem-se as partes e as testemunhas eventualmente arroladas.

Int.

Nova Granada, 18 de julho de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerentes: **Maria Aparecida de Oliveira - presente**
Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: **- AUSENTE**
 Requerida: **Josilene Lourenço Pereira - presente**
 Advogado: **- AUSENTE**
 Advogada Plantonista: **Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente**
 Data da audiência: **25/07/2016 às 11h30min**

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB

Juízo de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada

Código de Vara: 1107

Código da Causa: 701 - Plantão

Advogado(a) nomeado(a): DR. MIRIAM MARTHA DE SOUZA BARBEIRO RIBEIRO

Número de inscrição na OAB: 223494

Data da Nomeação: 13/07/2016

Nº Ofício de Indicação: 0001760086/2016

Registro Geral de Indicação: 20160713023400092234948

() Nomeação proveniente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

(X) Nomeação proveniente da Ordem dos Advogados do Brasil/SP

Data do plantão: 25/07/2016

CERTIFICO, para efeito do Convênio firmado pela Defensoria Pública do Estado com a OAB/SP, que o advogado retro indicado permaneceu à disposição deste Juízo durante todo o expediente forense, para realização das audiências que foram designadas para esta data.

NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 26/07/2016.

Eu, Elis Regina Deo, Auxiliar Administrativo - Pref, digitei. Eu, José Emílio Teixeira Lopes, Escrivão, subscrevo e assino.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Eu, **DR. MIRIAM MARTHA DE SOUZA BARBEIRO RIBEIRO** advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerentes: Maria Aparecida de Oliveira - presente
 Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: - AUSENTE
 Requerida: Josilene Lourenço Pereira - presente
 Advogado: - AUSENTE
 Advogada Plantonista: Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro – OAB/SP 223.494 - presente
 Data da audiência: 25/07/2016 às 11h30min

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: “Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea ‘b’, do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

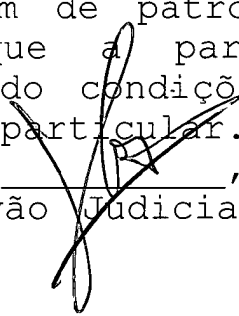
Advogada Plantonista:

OAB/SP 223.494

REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTRO

REQUERIDO(A): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé, que a requerente compareceu em cartório nesta e requereu que seja oficiado a OAB local, a fim de nomear advogado(a) a fim de patrocinar sua causa, uma vez que a parte é hipossuficiente, não tendo condições de constituir um procurador particular. Nova Granada, 02/08/2016. Eu, , (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:02/08/2016

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Expeça-se o ofício a OAB local para nomeação de advogado para patrocinar os interesses do requerida, ante a parte ser hipossuficiente, de acordo o Convênio PGE/OAB – Assistência Judiciária.

Int.

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Criança/Adolescente: **Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, , Centro - CEP 15440-000,
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 Ofício n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
 Nesta.

Recebido
 03/08/2016
Dalila



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Criança/Adolescente: Nome da Parte Terceira Principal << Nenhuma informação disponível >>

Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**

Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Oficio n.187/2016 TVF

Justiça Gratuita

Nova Granada, 02 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para nomear DEFENSOR DATIVO para a defesa do(a) Sr(a). **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, Portador do RG n/c, CPF. n/c, Residente na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça João do Carmo), centro, Icém-SP**, haja visto ser parte hipossuficiente no processo.

Atenciosamente,

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).
Coordenador(a) da OAB Local
Nesta.

Recibi
03/08/2016
Dulida



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP



NOVA GRANADA, 03 de Agosto de 2016.

Ofício Número: 0001836782/2016

Referente ao Processo: 0000735-71.2016 (JEC)

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Comunicamos que, em resposta ao ofício em epígrafe foi nomeado o (a) advogado (a) abaixo mencionado, para o assistido:

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Cumpra esclarecer que o (a) Ilustre Advogado (a) deve ser intimado (a) para requerer o que de direito, bem como ser NOTIFICADO (A) de que é necessário o (a) advogado (a) entrar no Sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para dar o "Aceite" na nomeação e juntar a Indicação ao processo, tendo em vista que este ofício trata-se apenas de uma "Autorização de Nomeação". Esclarecemos também que deve o (a) Advogado (a) ser notificado (a) para, em caso de "RECUSA" da nomeação por qualquer motivo que seja, comunicar sua recusa junto ao Processo, para que possamos receber novo Ofício deste Juízo para a realização de Nova Nomeação.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

OAB / Nome: 304.627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 958

Fone: 17-3262-2332

Bairro: CENTRO Cidade:

NOVA GRANADA

CEP: 15440-000

UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP



SAO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001836782/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal

Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660

Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CPF: 46264272434

RG: 39713179 3

Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895

Fone: 17-997171807

Bairro: CENTRO

Cidade: ICÉM

CEP: 15460000 UF: SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA

Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958

Fone: 17-32622332

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: NOVA GRANADA

CEP: 15440000 UF: SP

Número de Autorização: 1470258582468



LEMONS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622

Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, já qualificado nos autos em epigrafe, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, vem, com o devido respeito perante V.Exa., para apresentar **RECURSO INOMINADO**, requerendo que o presente seja recebido e após o procedimento de praxe, seja remetido ao Egrégio Colégio Recursal.

Requer a requerida os benefícios da assistência judiciária gratuita, vez que é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração.

Requer, que referido recurso seja recebido em ambos os efeitos, **devolutivo** e **suspensivo**, em decorrência da grave lesão e dano irreparável que o não recebimento no efeito suspensivo, possa acarretar a parte uma vez que é pessoa idosa, com filhos doentes (atestado medico faz prova) e não tem para onde ir.

Termos em que
P. deferimento.

Nova Granada SP, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCESSO CIVIL n.º 0000735-71.2016.8.26.0390
APELANTE: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
APELADO: Maria Aparecida de Oliveira e Outro

RAZÕES RECURSAIS:

EGRÉGIO TRIBUNAL COLEND A CÂMARA ÍNCILITOS JULGADORES!

Nobres julgadores, este recurso tem como objeto a correção da respeitável Sentença proferida nos autos em epigrafe que **merece e deve ser INTEGRALMENTE reformada**, uma vez que o digníssimo magistrado local não atuou com o brilhantismo que é recorrente em suas decisões, deixando de observar requisitos indispensáveis conforme *madamus* do CPC, trazendo sérios e graves prejuízos ao processo e conseqüentemente ao ordenamento público, caso venha a ser adotado como regra corrente, considera-se colocando risco a segurança das relações jurídicas pelos motivos e fatos que passamos a expor, vejamos:

Foi Proferida a r. sentença:

"Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. Iniciados os trabalhos, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou frutífera, nos seguintes termos: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores

se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: "Vistos. 1. Homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo extinto o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'b', do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.". Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.." (Destaque Nosso)

Data vênua, mas a Respeitável Sentença proferida pelo juiz de primeiro grau equivocou-se, pois, foram produzidas provas firmes e concretas no sentido de comprovar o dano moral sofrido no caso em tela.

Da proteção constitucional

Qualquer relação formada dentro de nosso país deve seguir alguns preceitos. Dentre os basilares mais importantes para que se cumpra o que foi estipulado na Constituição Federal figura o exposto no artigo 1º, inciso III:

*"Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:*

*III – **a dignidade da pessoa humana**;".* (grifo nosso)

Além do Código de Defesa do Consumidor, agasalham os direitos e pretensões da requerida nossa Lei Magna em seu artigo 5º, incisos V e X:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Processo: MS 71004153193 RS Relator(a): Laura de Borba Maciel Fleck Julgamento: 21/02/2013 Órgão Julgador: Terceira Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 26/02/2013 Ementa MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO NO CURSO DO PROCESSAMENTO DO RECURSO INOMINADO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO QUE CONSOLIDA ASTREINTE E FIXA NOVA MULTA, MAJORADA, PARA NOVO DESCUMPRIMENTO. SUPRESSÃO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DA HIPÓTESE QUE RECOMENDA A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO E CASSAÇÃO DA DECISÃO QUE MAJOROU A ASTREINTE FIXADA NA SENTENÇA. CONCEDERAM A SEGURANÇA. (Mandado de Segurança Nº 71004153193, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Laura de Borba Maciel Fleck, Julgado em 21/02/2013)

DA NECESSIDADE DE REAPRECIÇÃO DO MÉRITO:

A Requerida compareceu neste escritório e relatou que não concordava com a sentença meritória que "homologou o acordo", relatou, tal como descrito por próprio punho, que não foi assistida devidamente pela plantonista, assim como na audiência se sentiu, coagida, pressionada e ameaçada (palavras descritas por ela, verificar declaração).

Os autores inclusive estão coagindo a requerida a deixar o imóvel de forma ABUSIVA, fazemos provas neste ato conforme protocolo n. 9066539171 e 9066540005, que houve pedidos de desligamento de energia do imóvel mesmo com a requerida residindo na casa, possuindo família, que necessita de energia elétrica, pois é item básico a subsistência de todo ser humano.

O processo originariamente se deu por ocorrência de suposto débito na locação de imóvel e conta de energia, como descrito o pedido inicial, porém, não houve a apresentação de nenhum documento comprobatório de **NADA, DA TITULARIDADE DO IMÓVEL, DA LOCAÇÃO IMOBILIARIA, DOS DÉBITOS EXISTENTES NO IMÓVEL.**

Em um passe de mágica, não foram cobrados os aluguéis e de credor a autora passou para devedora, uma vez que no suposto acordo, que foi imposto à requerida, a suposta proprietária do imóvel ainda PAGARIA, a impostaria de R\$ 600,00 (Seiscentos) reais.

Destaque-se que a audiência ocorreu na data de 27/07/2016 e já na data de 10/agosto/2016, ou seja, apenas 13(treze) dias após a audiência a requerida, deveria desocupar o imóvel, sob pena de reintegração de posse com amparo de coerção policial, **EXTREMAMENTE EXCESSIVO E DESPROPORCIONAL!!!!**

Para qualquer pessoa treze dias para encontrar uma nova casa, arrumar os pertences, contratar pessoal para efetuar a mudança é um prazo extremamente enxuto, data vênia, mas deveria ter sido de no mínimo 90(Noventa) dias o prazo para desocupação.

DA ABUSIVIDADE DE AÇÃO POSSESSÓRIA:

Encontramos um vício claro, que no rito dos Juizados Especiais cíveis, não é possível e tão pouco permitido o ajuizamento de medidas/ações possessórias como a denominada REINTEGRAÇÃO DE POSSE? Trar-se-á de medida nitidamente teratológica proferida pelo magistrado local.

Este causídico não sabe ao certo o teor da audiência de instrução realidade, mas juridicamente a medida adotada se mostra nitidamente temerária, vejamos jurisprudência na qual é nítida a incompetência do Juízo:

Processo: 71004608303 RS Relator(a): Cleber Augusto Tonial Julgamento: 26/02/2014 Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 12/03/2014 Ementa DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REMOÇÃO DE ILÍCITO. DEMANDAS POSSESSÓRIAS TRAMITANDO NO JUÍZO COMUM. INCOMPETENCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DECRETADA DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71004608303, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 26/02/2014)

Processo: 71003454006 RS Relator(a): Fernanda Carravetta Vilande Julgamento: 19/12/2011 Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 16/01/2012 Ementa AÇÃO DENOMINADA DE "DESPEJO PARA USO PRÓPRIO", COM COBRANÇA DE LOCATIVOS. CONTRATO DE LOCAÇÃO INEXISTENTE. NARRATIVA ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COMODATO. CARÊNCIA DE AÇÃO PARA A ESPÉCIE ELEITA. VIA IMPRÓPRIA.

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA A DESOCUPAÇÃO. PEDIDO A SER VERTIDO POR MEIO DE AÇÃO POSSESSÓRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. VALOR DO IMÓVEL QUE SUPERA O LIMITE DA LEI Nº. 9.099/95. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71003454006, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fernanda...

NULIDADES DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO:

Muito embora no rito dos juizados, seja respeitados os princípios da oralidade, simplicidade, não é juridicamente possível e tão pouco lícito que a parte autora, **NÃO TENHA APRESENTADO SEQUER DOCUMENTO PESSOAL, DURANTE TODO O CURSO DA AÇÃO.**

Os autores sequer fizeram provas de que são os legítimos proprietários do imóvel hora em discussão, ou mesmo que existiria locação imobiliária, a requerida não reconhecer sequer que está em débito com qualquer obrigação seja de aluguel, água, IPTU, luz.

Alastrado no código de processo cível é cristalino o dever da autora de comprovar a veracidade de suas informações dada no momento de ingresso com o processo judicial, pois, caso fossem aceito indiscriminadamente qualquer versão da situação fática apresenta sem a devida materialidade, colocaríamos em risco a estabilidade jurídica do nosso Estado Democrático de Direito.

A propósito, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, primorosamente discorre sobre o ônus da prova:

"Já que há interesse da parte em demonstrar a veracidade dos fatos alegados, porque somente assim pode esperar sentença favorável, ônus da prova significa interesse da parte em produzir a prova que lhe traga conseqüências favoráveis.

O ônus da prova é de fundamental importância quando a prova não há, e não quando há. Como a prova não pertence à parte, cabe-lhe manuseá-la a seu favor, tentando extrair dos fatos demonstrados a conseqüência

jurídica que pretende.

(...)

(...) Mas se prova não há, necessário se torna que o sistema trace os princípios a serem trilhados pelo juiz para chegar à justa solução da demanda.

(...) O Código de Processo Civil divide o ônus da prova pela posição processual que a parte assume. Se no pólo ativo, compete-lhe provar apenas o fato constitutivo de seu pretenso direito¹.

Pertinente também a lição de VICENTE GRECO FILHO:

"O autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo do seu direito"². (Grifo nosso)

No mesmo sentido, a lição de HUMBERTO THEODORO JUNIOR³:

"Não há dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo a máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente". (Grifo nosso)

Desta forma, deste ônus a requerente não se desincumbiu uma vez que somente juntou com a petição inicial, alguns comprovantes, que não traduzem a real necessidade e alteração da possibilidade economica por parte do requerido.

¹ in "Curso Avançado de Processo Civil", Ed. RT, vol. I, 2ª ed. revista e atualizada, p. 486/487

² in "Direito Processual Civil Brasileiro" - Saraiva - 11ª, ed., v. II, 1996 - p. 204

³ in "Curso de Processo Civil", v. I, Forense, 25 edição -1998, p.423.

EX POSITIS, REQUER:

Seja recebido o presente Recurso Inominado onde se pede que seja provido para no mérito para reformar da sentença para que seja corrigida da seguinte maneira:

A)- Para que esta nobre Turma Recursal, reforme a sentença de primeiro grau, para que conheça e seja provido o recurso da requerida, anulando-se a sentença meritória, determinado a remessa dos autos a origem para nova prolação de sentença, limitando-se a ação a cobrança de aluguel e acessórios, uma vez que houve cerceamento do direito de defesa, violando o devido processo legal dentre outros princípios previsto em direito;

B)- Como pedido alternativo, requer que está nobre turma recursal reverta a sentença de mérito em face das inúmeras irregularidades e abusividades existente no processo, não podendo persistir por seus próprios argumentos, assim sendo, requer seja conhecido e provido o presente recurso, julgado improcedente o pedido inicial.

São esses os pedidos que tem a expor, por razão de direito e medida da mais Clara Justiça!!!

Nova Granada, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

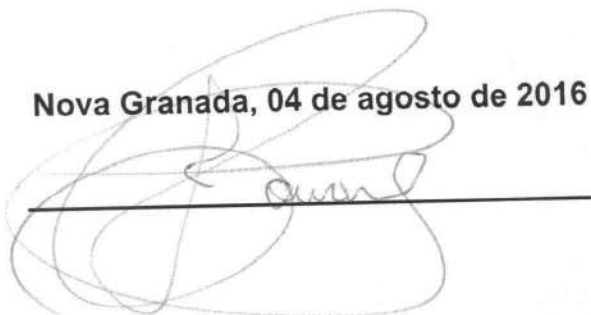
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo subestabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP**DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO**

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

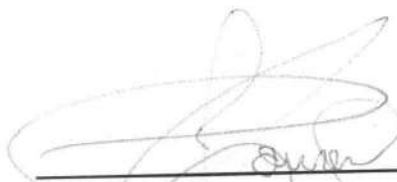
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REQUISIÇÃO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPECIÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE

SEXTA ZONA

CN-LV 94/FLS.96 /N.082960

462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR

Nº 116 DE 2008



RCPN do 6º Distrito de Magé

Registro Civil do Poder Judiciário e Oficial de Notas
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Rua Brasil, 110 - 1º e 2º andares - Shopping Village Planalto - Magé - RJ

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICADO que, no livro AA/50 de registros de nascimento deste cartório, as folhas 64v, sob o número 5.152, foi lavrado, em 23 de outubro de 1996, o registro cujo dados são os seguintes: 1/1/

Nascido (a): ROSILENE PEREIRA DE MORAIS. 1/1/1

Sexo: Feminino. 1/1/1

Data do nascimento: 16 de setembro de 1996. 1/1/1

Local do nascimento: Hospital Municipal de Niterói. 1/1/1

Cidade e Estado do nascimento: Magé, Rio de Janeiro. 1/1/1

Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS. 1/1/1

Mãe: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA. 1/1/1

Avô materno: JOÃO PEDRO DE MORAIS e ABADIA MATOS MORAIS. 1/1/1

Avô materno: JOSUE PEREIRA e ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA. 1/1/1

Declarante: A mãe. 1/1/1

Testemunhas: Dispensadas em forma de lei. 1/1/1

Observações: 1/1/1

Lavrou esta certidão (nome e rubrica): Lincoln Sanchez Fernandes.

O referido é verdade e dou fé.

Niterói, 17 de julho de 2000.

Lincoln Sanchez Fernandes
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



Declaração:

Eu Fabiano Lourenço Pereira, portador do RG. 39.179-3, venho através deste recorrer do proc. 735.71.2016.8.26.0390 - Juizado Especial; devido a ter me sentido coagido, pressionado e até mesmo ameaçado na audiência que foi realizada no dia 25 de agosto de 2016, marcando para o dia 18/30/2016. Se encontrava naquele dia o Dr. Juiz de direito: Fabiano Lupaldi, escrivão: Antônio Vazquez, o Sr. Juiz, o Sr. Advogado: Marian Martha de Souza Barreira Ribeiro, os autos do processo e por fim a seguinte.

Nesta ocasião me senti desprezado, desrespeitado e insultado juridicamente; desprovido de lei. Foi completamente desmerecido e subjugado; por quem deveria agir de forma imparcial e justa. Mas me foi dada a oportunidade de argumentar em contestar. E assim que foi feito, foi constantemente desrespeitado de forma duradora e do meu caráter.

Continuação:

Quando o Sr. Luiz de en me tem
vergonha me fare de en me estar ao
que era meu e que eu deveria de
fazer a parte da qual que não estava em
condições de pagar o original e que me
encontrava desamparado, hesitando em
me colocar em juízo e me carolin
religioso, que em me estava sendo
uma serpe de Deus, como disseram.
Pois que em momento algum afirmei
o que foi dito. Digo o Sr. Luiz que me
serpe de Deus tem o billy do espírito
santo, pois que de fato alguma em este
ve tudo. Na realidade pois me foi
tudo desvalorizado, não estava acreditado
no que me estava acontecendo. Quando
que em me decidiria aquela audiência
que o mesmo agisse ao seu ver.
Mas satisfeito pela minha decisão, comecei
-me ao escrever o livro o documento +

3ª Parte

... Continuação

de ordem de despacho. Para não se ver
na rua com os meus filhos, pelo juiz,
 prontamente (illegible) aceitei o que estava ser
do proposto. Processo que foi analisado exat-
amente irregularidade; não foi resguardado
no trâmite do processo pela lei; o autor
a violou completamente. Não tive, sequer,
do pelo estado por a que me analisasse;
o (que tinha e tal momento antes da
audiência, em meio e depois; pendia de
mente para os autos do processo. Segue
em anexo de conduta do advogado em
audiência; protocolado pelo OAB.

Peço que seja relatado de conforme com
a lei esse julgamento. Data e Assinatura:

03 04
0 08
20/6

[Assinatura]

de ordem de 3ª Parte

SÃO PAULO, 03 de agosto de 2016.

Ofício Número: 0001839574/2016

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) OUTRAS - CÍVEL - QUESTIONÁRIO GENÉRICO:

Foro de Nova Granada / Juizado Especial Cível e Criminal
Processo No.: 0000735-71.2016.8.26.0390

Identificação DPESP: 2645660
Nome: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
CPF: 46264272434
RG: 39713179 3
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Fone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)
OAB / Nome: 304627 / ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: Av. Dr. Hildeberto A. Ferreira, 958
Fone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: Centro
Cidade: Nova Granada
CEP: 15440000 **UF:** SP

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Dalila Fortunato de Moraes.

Registro Geral de Indicação: 20160804115500023046273

A atuação do(a) advogado(a) se dá de forma totalmente gratuita, descabendo a cobrança de qualquer valor do(a) usuário(a). Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, entrar em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por e-mail (ouvidoria@defensoria.sp.gov.br) ou por telefone (11 3105-5799, ramais 285 e 326)

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE

Nome do(a) Usuário(a): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA
RG: 39713179
CPF: 46264272434
Endereço: RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, 895
Telefone: 17-997171807
Bairro: CENTRO
Cidade: ICÉM
CEP: 15460000 UF: SP

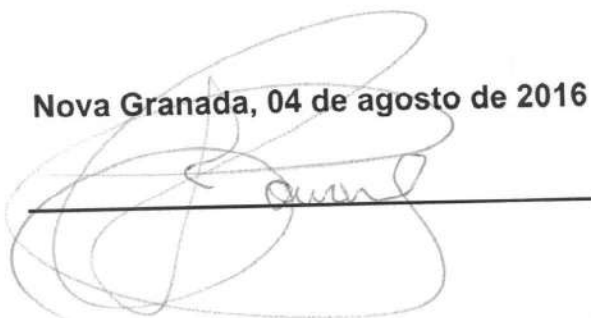
OUTORGADO(A)

Nome do(a) Advogado(a): ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA
Endereço: AV. DR. HILDEBERTO A FERREIRA, 958
Telefone: 17-32622332
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOVA GRANADA
CEP: 15440000 UF: SÃO PAULO

PODERES

Confere amplos poderes para o foro em geral e nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP para, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sempre de forma gratuita, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando de todos os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para ingressar com ação de divórcio, ingressar com queixa-crime, sempre com anuência do(a) outorgante, não podendo substabelecer os poderes para outrem, ressalvado o disposto no parágrafo 17 da cláusula 7ª.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP**DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INFORMAÇÃO**

Eu, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, nacionalidade Brasileira, nascida em 31 de Janeiro de 1965, Solteiro/a, portadora da cédula de identidade RG nº 39713179-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.642.724-34, filha de ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA, com endereço na Rua/Av/Praça RUA PROFESSOR RODRIGUES MARIA BATATA, nº895

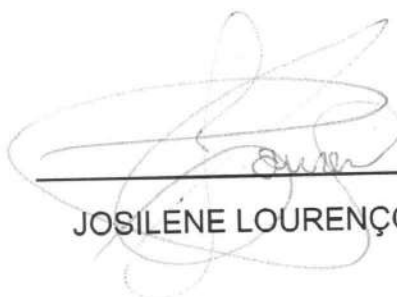
DECLARO, sob as penas da lei, que não estou em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do meu sustento e da minha família.

DECLARO, ainda, que tenho ciência de que toda e qualquer alteração da situação econômico-financeira declarada deverá ser comunicada imediatamente à Defensoria Pública*, podendo acarretar a revogação do benefício da assistência jurídica, o que implicará a necessidade de constituição de advogado particular.

DECLARO, também, que são verdadeiras as informações prestadas à Defensoria Pública*, visando à obtenção de assistência jurídica e que tenho ciência de que todas e quaisquer alterações de dados cadastrais ou fatos novos que possam refletir nas medidas de assistência jurídica adotadas devem ser comunicados à Defensoria Pública*.

Por fim, DECLARO que tenho ciência de que posso ser convocado a comparecer à Defensoria Pública* para fornecer informações acerca de minha situação econômico-financeira, bem como outras que subsidiem a adoção de medidas de assistência jurídica para a defesa de meus direitos, devendo comparecer a todas as audiências designadas.

Nova Granada, 04 de agosto de 2016



JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

*Os locais em que não há atendimento pela Defensoria Pública, as informações devem ser prestadas na subseção da OAB-SP, em que foi realizado o atendimento.

- CPFL -

Pedido de desligamento: dia 20

Prot. 9066539171

11 9066540005

CAIXA Loteria

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

167-831199103-4

15/04/2016

HORA DE 19:03:47

LOT. 71.14/17 2

TERM 04.0210

LOCALIDADE: ICM

AG. VINCULADA: 3497

CAIXA Loterias

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
CPFL CIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

VALOR DO PAGAMENTO: 47,64

8706400000003 4764000000004
717009521037 100464000245

167-831199103-4

1ª VIA

CAIXA Loterias

CAIXA Loterias

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 39.713.179-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/OUT/2005

NOME JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

JOSUE PEREIRA

E ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA

NATURALIDADE RECIFE -PE DATA DE NASCIMENTO 31/JAN/1965

RECIFE-PE

SEXTA ZONA

CN: LV 194 / FLS. 96 / N. 082960

462642724/34

ASSINATURA DO DIRETOR



Regina A.P. Menezes
Neurologa Infantil
CRM 61107

~~Silvia Rocha~~
Cm. 5000

10/09/07



CERTIFICO que, no livro AA/50 de registros de nascimento desta cartório, as folhas 64^o, 65^o e 66^o, sob o nº 146, foi lavrado, em 23 de outubro de 1998, o registro cujo(s) dado(s) se apresenta(m): 1/1/1/1

Nome (s): JOSELENE PEREIRA DE MORAIS. 1/1/1/1

Sexo: feminino. 1/1/1/1

Data de nascimento: 16 de dezembro de 1996. 1/1/1/1

Hora de nascimento: 06:05:00 e cinquenta e quatro minutos. 1/1/1/1

Lugar do nascimento: Hospital Municipal de Rubiata. 1/1/1/1

Cidade e Estado do nascimento: Mangé, Rio de Janeiro. 1/1/1/1

Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS. 1/1/1/1

Mãe: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA. 1/1/1/1

Avô paterno: JOÃO PEDRO DE MORAIS e ABADIA MATOS MORAIS. 1/1/1/1

Avô materno: JOSUE PEREIRA e ZULEIDE LOURENÇO PEREIRA. 1/1/1/1

Declarante: A mãe. 1/1/1/1

Testemunhas: Dispensadas no forma da lei. 1/1/1/1

Observações: 1/1/1/1

Lavrou esta certidão (nome e rubrica): Lincoln Santana Fernandes.

O referido é verdade e dou fé.

Inhomicim, 17 de julho de 2000.

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Little Child Magazine
QUARTERLY
\$4.00 (\$1.00)



Neurologa 1912
A.P. 61707

Silvia Rocha

10/09/07



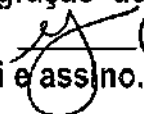
**HOSPITAL
DE BASE**

PROCESSO Nº 0000735-71.2016.8.26.0390

REQUERENTES: OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA

REQUERIDA: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé, que o requerente compareceu em cartório nesta data, e informou que a requerida não desocupou o imóvel na data de 10/08/2016, conforme constou no acordo de fls.29 e requer o prosseguimento do feito com expedição do mandado de reintegração de posse do imóvel . Nova Granada., 11 de agosto de 2016. Eu,  (Marilene Pereira de Souza), Escrevente Técnico Judiciário, digitei e assino.

DE ACORDO COM A CERTIDÃO SUPRA:

11/08/16


OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.

Ciência à parte contrária para as contrarrazões.

Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.

Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.

A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação.

À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida.

As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina.

Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência.

Int.

Nova Granada, 16 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

**MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSÓRIO GARCIA DE
OLIVEIRA**, autores devidamente qualificados nos autos do processo supra
epigrafado, por seu advogado, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência
para expor e requerer o seguinte:

1 – Ante o não cumprimento do acordo avençado às fls. 31,
foi expedido mandado de remoção, conforme r. despacho de fls. 65/66.

2 – Ainda, temos as peculiaridades do presente caso, ainda
levando-se em conta que no mencionado acordo a requerida recebeu dos
autores a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) em espécie, perante Vossa
Excelência, destinados a locação de outro imóvel.

3 – Nesse passo, os autores não podem responsabilizar-se
pelo depósito dos bens da requerida que guarnecem o imóvel, apenas se
responsabilizando para o transporte do mobiliário, com o que, desde já,
concordam.

4 – Dessa forma, ante o comportamento desleal da requerida
e sua recusa na desocupação do imóvel, os autores sofrerão prejuízos ainda

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

maiores do que os que já vem sofrendo, caso responsabilizem-se pela guarda dos bens da requerida.

5 – Diante do exposto, requer-se seja oficiado ao **órgão assistencial do Município de Icém, com a urgência que se faz necessária**, para que providencie depositário e local para a guarda dos bens da requerida, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para seu depósito.

6 – Por último, requer-se o prazo para a juntada do instrumento de procuração, na oportunidade da apresentação das contrarrazões de recurso.

Nestes termos,

P. Deferimento.

Icém-SP., 19 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
 AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2016/004100-4**

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à **REINTEGRAÇÃO DA POSSE** do bem imóvel, situado na **Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça do Carmo) centro em Icém-SP**, objeto da ação em mãos do(a)s requerente(es), lavrando o competente auto circunstanciado, **ficando autorizado ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência**, conforme r. Despacho de teor seguinte: **Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95. Ciência à parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal. Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse. A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requirite-se força policial para o caso de resistência. Int.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL
 AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2- **Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no [art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal](#).

Artigo 5º, inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

39020160041004

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível. que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**Ao(À) ILMº. SR.
 COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
 ICÉM – SP.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 67/68: Defiro.

Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.

Int.

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- que Maria Aparecida de Oliveira e outro movem contra Josilene Lourenço Pereira, solicito a Vossa Senhoria as medidas necessárias para que providencie com urgência, local para a guarda dos bens da requerida Josilene Lourenço Pereira, portadora do RG 39.713.179 e do C.P.F. 462.642.724-34 com atual endereço na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 895 (Praça João do carmo), centro, Icém-SP, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para o seu depósito, nos termos do despacho de fls.72, cuja cópia segue anexa, ressaltando que a prefeitura permanecerá como depositária dos bens para entrega futura à locatária.

Atenciosamente.






Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

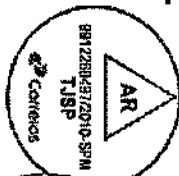
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)

Ilmo (a) Sr. (a) Coordenador (a)**Do Órgão Assistencial do Município de Icém-SP**

Para conferir o original, acesse o site www.tstj.br, clicando em "ver original". Para visualizar o documento completo, clique em "ver documento completo".

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO Jasilene Lourenço Pereira RUA PROFESSOR JOSE MARIA RODRIGUES BATATA, 895 15460-000 Icm - SP				JO 58190308 6 BR			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Forte de Nova Granada - Cartório da Juizaria Especial Civil e Criminal Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP							
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.							
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		Assinatura do Recebedor 		Assinatura do Recebedor 		Assinatura do Recebedor 	
Nome legível do recebedor RUBRICA E MATRÍCULA		Nome legível do recebedor RUBRICA E MATRÍCULA		Nome legível do recebedor RUBRICA E MATRÍCULA		Nome legível do recebedor RUBRICA E MATRÍCULA	
Uso exclusivo do Cliente: Proc. nº 0000735-71.2016.8.26.0390- ED50		AUDIÊNCIA 25/08/2016		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:		Reservado espaço à menção MP	
Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN	
Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN		Agente de Correios MARCULA: 89151763 AC XEN	



Bruno Henrique Silvestrin Delfino

ADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., por seu advogado (procuração anexa), vêm respeitosamente perante Vossa Excelência para, em cumprimento ao r. despacho de fls. 65/66, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

INOMINADO

interposto às fls. 39/48, conforme razões abaixo:

1 – Trata-se de ação de cobrança de aluguéis e acessórios interposta pelos recorridos contra a recorrente, visando receber os valores por ela devidos a título de locação do imóvel informado às fls. 01.

2 – Não havendo qualquer pagamento por parte da requerida referente a aluguéis e mesmo das contas de consumo do imóvel, em audiência na presença do MM. Juiz de Direito subscritor do r. despacho de fls. 65/66, houve a homologação de acordo onde os recorridos, além de perdoar a dívida

Bruno Henrique Silvestrin DelfinoADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

cobrada nos autos, deram **em espécie e naquele ato** à recorrente, a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para que a mesma pudesse encontrar um outro lugar para sua mudança, no prazo lá estipulado.

3 – Em que pese o acordo ter sido realizado e formalizado na presença do DD. Magistrado, antes do prazo apontado para a desocupação voluntária do imóvel, a recorrida, agindo com torpeza tal, após insistentes pedidos para nomeação de advogado junto à OAB local para a defesa de seus interesses (o que não é permitido pelo Convênio firmado com a DPSP em razão do não pagamento de honorários ao nomeado), através de ofício foi nomeado o D. Subscritor de fls. 39/48.

4 – Ocorre porém que, apesar dos esforços do D. Defensor, suas argumentações não devem prosperar, pois, trata-se de acordo formalizado e homologado perante o órgão judicial, que foi devidamente executado com a expedição e cumprimento de ordem de remoção, conforme previsto no acordo/sentença, recorrido.

5 – Não houve qualquer irregularidade ou coação por parte dos recorridos e, em especial, por parte do D. Magistrado, conforme afirmou a recorrente na declaração de fls. 53/55, nem tão pouco qualquer irregularidade na sua formalização que seguiu aos princípios norteadores do processo perante o Juizado Especial Cível e à legalidade do ato.

6 – Em verdade, busca a recorrente maneira de tumultuar a situação ainda mais do que já ocorreu por sua culpa exclusiva, assim como sem qualquer escrúpulo, tenta enriquecer-se ilicitamente, buscando sua permanência no imóvel sem o pagamento de qualquer quantia a título de aluguéis.

Tanto é assim que não há nas razões recursais qualquer menção em devolver aos recorridos o valor recebido em audiência ou o

Bruno Henrique Silvestrin DelfinoADVOGADO
OAB/SP-164.977
CPF-256.838.238/46

pagamento de qualquer quantia pelos aluguéis atrasados, demonstrando sua clara intenção de aproveitar-se ilicitamente da boa vontade dos recorridos.

7 – Observe-se ainda que não houve qualquer irregularidade quanto a propositura da ação que visou a cobrança dos alugueis e acessórios, o que é plenamente permitido pela legislação e, dentro do procedimento, obedecendo aos princípios da oralidade e celeridade, obedecendo às vontades das partes envolvidas, foi aviado o acordo de fls. 31.

8 – Por último, não há que se falar em irregularidade nos termos do acordo quanto a fixação do prazo para desocupação lá estabelecido ou a determinação de expedição de mandado de remoção em caso de descumprimento do acordo, por tratar-se de execução de sentença homologado pelo próprio Juiz daquele Juizado Especial.

9 – Diante do exposto, **espera seja negado provimento** ao recurso inominado interposto pela requerida/recorrente, como medida de **DIREITO e de JUSTIÇA!**

Icém-SP., 24 de agosto de 2016

Bruno Henrique Silvestrin Delfino

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, ao final assinado, **OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA**, brasileiro, RG-5.561.825-X-SSP/SP., CPF-184.241.048-20, e sua mulher **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, aposentada, RG-8.087.309-1-SSP/SP., CPF-109.500.908-75, residentes e domiciliados na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, em Icém-SP., nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Dr. BRUNO HENRIQUE SILVESTRIN DELFINO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP-164.977, com escritório na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata nº 607, Sala 05, Centro, em Icém-SP., CEP-15.460-000, email: brunohsdelfino@hotmail.com, com todos os poderes da cláusula "Ad Juditia" a fim de que, cada um, por si ou em conjunto, possa(m) defender os interesses e direitos da(o) outorgante, perante qualquer Juízo ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o(a) outorgante seja autor(a) ou reclamante e defendendo-o(a) quando for réu, ou interessado(a) requerido(a), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, receber e dar quitação, requerer inventário, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, se assim lhes convier, o que tudo dará por bom, firme e valioso e ratificará se for necessário, mui especialmente para representar seus interesses nos autos do Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390, do E. Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Granada-SP., ratificando todos os termos acima impressos e expressos.

Icém-SP., 24 de agosto de 2016


 Ozorio Garcia de Oliveira


 Maria Aparecida de Oliveira

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.087.309-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/MAI/2012

NOME MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO HOMERO PEDRO BARRETO

E FLORIPES MONTALVÃO BARRETO

NACIONALIDADE GUARACI -SP DATA DE NASCIMENTO 08/DEZ/1943

DOC ORIGEM NOVA GRANADA-SP

ICÊM

CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165

CPF 109500908/75

209 Delegado Divisionário de Polícia HRGD.SSPSP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.561.825-X DATA DE EXPEDIENTE 02/MAI/2012

NOME OZORIO GARCIA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO GABRIEL GARCIA DE SOUZA

E MARIA GARCIA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ALTAIR -SP DATA DE NASCIMENTO 13/MAR/1942

DIG. ORDEM NOVA GRANADA-SP

ICEM

CC:LV.B10 /FLS.72 /N.001165

GFP 184241048/20

ASSINATURA DO DIRETOR 209 Delegado Divisório de Polícia IIRGD-SPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e ai sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.

Int.

Nova Granada, 01 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL José M. 670

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

32 82 24 17

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Oficial de Justiça: *
 Mandado nº: 390.2016/004100-4

Justiça Gratuita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à **REINTEGRAÇÃO DA POSSE** do bem imóvel, situado na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 895, (Praça do Carmo) centro em Icém-SP, objeto da ação em mãos do(a)s requerente(es), lavrando o competente auto circunstanciado, ficando **autorizado** ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência, conforme r. Despacho de teor seguinte: Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95. Ciência à parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal. Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, **DEFIRO** a reintegração de posse. A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência. Int.

× *[Signature]* 22/08/2016
1915-HC

Munira 22/04/2016
19:15"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ADVERTÊNCIAS: 1- Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. **2- Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: - R\$

Advogado: Dr(a). Adv. Dr. Ernandes D.A.Lemos de Moura – OAB/SP – 304.627

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer documento digitalmente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução da ato legal, mediante ameaça ou ameaça a funcionários competentes para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Pena - Detenção de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacato funcional público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. (Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331)
Art. 212, do CPC: Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou seja, de férias, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 3º, inciso XI, da Constituição Federal.
Artigo 5º, Inciso XI, da CF: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Situação do Mandado: Cumprido - Ato positivo
 Oficial de Justiça: Walece Vicente De Oliveira (27545)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004100-4, nesta data, dirigi-me ao endereço da requerida, para o cumprimento do presente mandado, onde constatei que a suplicada não estava no imóvel, estando o mesmo trancado, razão pela qual liguei para a mesma no telefone nº 997-171807, porém, a mesma recusou-se a vir até o local para entregar as chaves das portas do imóvel, alegando-me que eu poderia arrombar as portas e retirar todos os bens que la encontravam, que posteriormente ela iria atrás de seus direitos. Em seguida, os autores solicitaram o chaveiro para a abertura das portas, tendo o mesmo comparecido e feito a abertura do cadeado do portão e das portas, e aí sendo, após as formalidades legais, procedi a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem imóvel aos requerentes, conforme auto em anexo. Na sequência, relacionei todos bens que guarneciam a residência, pertencentes a requerida, os quais foram transportados pelos suplicantes até um alojamento da Prefeitura Municipal local, ficando a Prefeitura Municipal de Icem, como depositaria dos bens da requerida, na pessoa da Coordenadora do Órgão Assistencial do Município de Icem-SP, conforme auto de depósito em anexo. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 22 de agosto de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icem-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajcc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 251/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Comandante

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de designar reforço policial para acompanhar o Sr. Oficial de Justiça deste Juízo, na diligência necessária para cumprimento integral do mandado de Reintegração de Posse, expedido nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível, que **Maria Aparecida de Oliveira e Osório Garcia de Oliveira** move contra **Josilene Lourenço Pereira**, feito n.º 0000735-71.2016, em trâmite pelo Juizado Especial Cível desta Comarca.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À) ILMº. SR.
 COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DE
 ICÊM – SP.

[Assinatura manuscrita]
 23/8/2016
 Luis Fernando N. S. S. J.
 9h14 PM



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 19 de agosto de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível- Cobrança de Aluguéis- que Maria Aparecida de Oliveira e outro movem contra Josilene Lourenço Pereira, solicito a Vossa Senhoria as medidas necessárias para que providencie com urgência, local para a guarda dos bens da requerida Josilene Lourenço Pereira, portadora do RG 39.713.179 e do C.P.F. 462.642.724-34 com atual endereço na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, n. 895 (Praça João do carmo), centro, Icém-SP, na oportunidade da remoção, caso a mesma não indique local para o seu depósito, nos termos do despacho de fls.72, cuja cópia segue anexa, ressaltando que a prefeitura permanecerá como depositária dos bens para entrega futura à locatária.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
 Ilmo (a) Sr. (a) Coordenador (a)
 Do Órgão Assistencial do Município de Icém-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM	
Data:	22 / 08 / 2016
Horário:	15:38 h10
Protocolo N°:	0893/2016
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>

AUTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE


Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, em cumprimento ao r. mandado, extraído dos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS-SEM DESPEJO, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, em curso pelo Juizado Especial Cível desta comarca de Nova Granada-SP, dirigi-me a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, e aí sendo, após as formalidades legais, REINTEGREI os requerentes: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OUTRO, na POSSE do seguinte bem imóvel: Um imóvel residencial, sito a rua Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, centro, na cidade de Icem-SP. Feita a REINTEGRAÇÃO, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim oficial de justiça, pelos requerentes e testemunhas.


WALECE VICENTE DE OLIVEIRA
Oficial de justiça

Maria -
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

~~OSORIO~~
OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA

Testemunhas: 01. Norma de Mattos Liberalão

02.  Kaique BARBOSA


AUTO DE DEPÓSITO

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2016, nesta cidade de Icem-SP, comarca de Nova Granada-SP, em cumprimento ao r. mandado expedido nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS, processo nº 735-71.2016, movida por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OSORIO GARCIA DE OLIVEIRA, contra JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, durante a reintegração de posse dos autores, no imóvel localizado a rua Professor Jose Maria Rodrigues Batata, nº 895, na cidade de Icem-SP, passei a descrever todos os bens que guarnecem o imóvel, pertencentes a requerida, que são: 1. 01 (um cadeado marca PAPAIZ CR-35, em chave, em bom estado, 2. Uma vassoura com pelos de náilon, cabo de madeira, em péssimo estado, 3. Um rastelo para folhas, em regular estado, 4. Um desentupidor de pia pequeno, 5. Uma panela de alumínio com tampa, tamanho médio, em regular estado, 6. Uma bicicleta marca SAMI, cor vermelha, sem freios, pneus ruins e muitos, com o banco danificado, em péssimo estado, 7. Uma peça de madeira aglomerada manual, cor verde e branca, contendo 01 porta e uma gaveta sem puxador, em péssimo estado, 8. Um guarda-roupa em madeira aglomerada, contendo 03 gavetas e 02 portas, sendo que esta sem uma das portas, 9. Uma bicicleta marca SUNDOW, cor vermelha, com o cabo do freio quebrado, com um pedal quebrado, com o banco danificado, com pneus ruins, contendo garupeira, em regular estado, 10. Uma bacia em alumínio, tamanho médio, em regular estado, 11. Um cesto para lixo de plástico cor verde, com tampa na cor branca, contendo pedal, em regular estado, 12. Um balde de plástico de 15 litros mais ou menos, cor amarela, em bom estado, 13. Uma vasilha de plástico na cor verde, retangular, em regular estado, 14. Um escorredor de ferro, cor branca, em regular estado, 15. Uma embalagem de água sanitária QBoa, com liquido pela metade, 16. Um par de luvas de borracha, cor amarela, em regular estado, 17. Uma caixa de plástico na cor preta, tendo os dizeres Frango Ouro, em regular estado, 18. Uma caixa de plástico na cor amarela, com os dizeres Citrosuco-86, em regular estado, 19. Um alicate de ferro, com o cabo encapado em plástico cor laranja, em bom estado, 20. Um martelinho pequeno em madeira, tipo enfeite, em bom estado, 21. Um óculos para sol, sem marca aparente, com uma haste quebrada, 22. Uma cama de ferro, com estrado de madeira, sem colchão, em péssimo estado, 23. Uma peça pequena em madeira aglomerada manual, na cor preta, contendo 02 repartições, em péssimo estado, 24. Uma mochila escolar, com apenas uma roda, em tecido, cor rosa, contendo alça de puxar, em péssimo estado, 25. Dois mini dicionários AURELIO, em péssimo estado, 26. Um pote de creme para pele, AVON de 50g, usado, estando pela metade, 27. Uma sacola de plástico cor estampada, em regular estado, 28. Uma impressora HP nº C8995A, cor bege, não sendo possível testar para ver se funciona, em péssimo estado, 29. Um moldura de um quadro de madeira aglomerada de mais ou menos 0,45 x 0,30 mts, em péssimo estado, 30. Uma grade aramada, cor branca, em regular estado, 31. Um balde de 50 litros cor verde, tampa na cor preta, quebrado, em péssimo estado, 32. Um

colchão de casal de espuma, revestido em tecido cor estampada, rasgado, em péssimo estado, 33. Uma mala marca M. VALENTIN, tipo carrinho, cor preta, contendo 02 rodas e alça de puxar, em regular estado, 34. Uma bolsa para mulher, em plástico, cor verde, com alça, sem marca aparente, em regular estado, 35. Uma mala marca WORLD-BATIK, cor amarela e preta, com haste de puxar, contendo 02 rodas, em regular estado, 36. Uma sacola preta em náilon, em regular estado, 37. Uma sapateira em madeira aglomerada, contendo 03 repartições, com capa cor bege, em péssimo estado, 38. Um refrigerador R-280, cor branca, faltando 02 grades internas, com a tampa do congelador quebrada, com vários podres na sua estrutura, funcionando normalmente, em péssimo estado, 39. 04 (quatro) cadeiras de ferro dobráveis, cor branca, em regular estado, 40. Uma colher de alumínio para arroz, 41. uma concha para feijão em alumínio, 42. Uma faca pequena com o cabe branco, 43. Uma caneca em alumínio de meio litro, sem cabo, em péssimo estado, 44. Um potinho pequeno de plástico para colocar açúcar, 45. Um potinho de plástico, contendo toddy light, 380g, porém, tem apenas um pouquinho, 46. Uma embalagem de óleo de cozinha marca COCAMAR, contendo apenas meio litro, 47. Uma garrafa para café, pequena, cor vermelha, em regular estado, 48. Um potinho de plástico para sal, tampa azul, tendo apenas um pouquinho, em péssimo estado, 49. Uma vasilha de plástico redonda com tampa, para salada, em regular estado, 50. Um pote vidro com tampa para café, em bom estado, 51. Um aparelho CD, marca COUGAR, sendo radio e toca-fita, funcionando precariamente, em péssimo estado, 52. Um pote de plástico de 02 litros, cheio de arroz, 53. Um pote de plástico tamanho 02 litros, contendo metade de açúcar, 54. Um vinagre marca CASTELO, com o liquido no finalzinho, 55. Uma bandeja de papelão, contendo 09 ovos de galinha, 56. Três saquinhos de tempero marca Kirino, 57. Uma caixa de plástico, cor amarela, rachada, em péssimo estado, 58. Tres cabeças de alho, 59. Um potinho de plástico para sal, 60. Uma vasilha de plástico sem tampa, redonda para salada, 61. Uma garrafa plástica para água de 3,75 litros, com tampa, em bom estado, 62. Uma mesa de madeira aglomerada medindo mais ou menos 0,80 x 1,70 metros, em péssimo estado, 63. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo mais ou menos 0,35 x 0,50 metros, em péssimo estado, 64. Um isopor de 20 litros, em regular estado, 65. Uma geladeira marca FRIGIDAIRE, cor bege, antiga, em péssimo estado, não sendo possível funciona-la, 66. Um fogão marca BRASTEMP de 04 bocas, a gás, cor branca, contendo registro e mangueira, em regular estado, 67. Uma panela de pressão em alumínio, sem marca, pequena, em regular estado, 68. Duas panelas em alumínio, tamanho médio, com tampa, em péssimo estado, 69. Duas toalhas de mesa, tamanho pequeno, em regular estado, 70. Uma mesa pequena de madeira aglomerada, medindo aproximadamente 0,70 x 0,70 metros, em péssimo estado, 71. Um prato de vidro duralex marrom, em bom estado, 72. Uma caneca em alumínio de 01 litro, sem cabo, cor preta, em regular estado, 73. Um rodinho de madeira grande, com cabo de madeira, em bom estado, 74. Um facão grande de cortar cana, em péssimo estado, 75. Um banco de madeira medindo aproximadamente 0,25 x 1,50 metros, em regular estado, 76. Um banco de madeira, medindo aproximadamente 0,25 x 1,00 metro, em regular estado, 77. Uma grade

aramada, cor branca, em regular estado, 78. Um televisor marca DELL, de 20 polegadas, com a caixa na cor preta, não sendo possível ver se funciona por não ter antena, em regular estado, 79. Uma banquetta de plástico, cor branca, em regular estado, 80. Um par de tênis, marca SAMELO, contendo varias cores, em péssimo estado, 81. Um par chinelo de dedo, havaianas, em regular estado, 82. Um colchão solteiro de espuma, revestido de tecido na cor estampada, 83. Um ventilador de PE, sem tampa, marca ARNO, quebrado, sem funcionar, em péssimo estado, 84. Uma vassoura em náilon cor verde, com cabo de madeira, em regular estado, 85. Uma lata de extrato de tomate, marca ELEFANTE, de 340g, sem uso, 86. Um litro de óleo marca Liza, 87. Um litro de óleo marca COCAMAR, 88. Um Kg de sal marca MOC, 89. Um pacote de macarrão, marca PADRE NOSSO, de 500g., 90. Um sachê de molho de tomate marca FUGNINI de 340g., 91. Um sachê de molho de tomate marca POMAROLA de 340g., 92. Um saco de arroz marca TRIVIAL, aberto, contendo apenas 02 Kg, 93. Um saco de fubá marca MIMOSO, de 500g, 94. Um saquinho de sal refinado, marca PLUMA de 01 Kg, 95. Dois saquinhos de sal refinado marca UNIAO, de 01 Kg cada um, 96. Um saquinho de sal refinado marca FINOSAL, de 01 Kg, 97. Dois saquinhos de açúcar cristal, marca DELTA, de 01 Kg cada um, 98. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca PEDRETTI, 99. Um saquinho de feijão de 01 Kg, marca COLIBRI, 100. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca GUARANI, 101. Um saquinho de açúcar cristal, de 02 Kg, marca SANTA ISABEL, 102. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca DONA MILU, e 103. Um pacote de arroz de 5 Kg, marca FABIANA. Em seguida, NOMEEI como depositário dos bens acima relacionados, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ICEM-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES - Rg. 12.741.325-X

O qual aceitou o encargo e bem fielmente prometeu cumpri-lo, esclarecendo-o de que não deverá abrir mão do referido depósito, sem prévia autorização do MM. Juiz (a) de Direito da comarca, da forma e sob as penas da lei. Em seguida, lavrei o presente auto, que lido e achado conforme é assinado por mim, Oficial de Justiça, pelo depositário e testemunhas.


Walece Vicente de Oliveira
Oficial de Justiça

Maria Siete
 Prefeitura Municipal de Içem-SP
 Representada por MARIA SALETE SANTOS
 Depositario fiel BORGES

Testemunhas: 01-

estemunhas: 01-
 x Sebastião Florio
 8306453-9

02- ~~Doni~~ Koique Barbosa
49762771



LEMONS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
 Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
 Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO CIVIL DA
 COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

Josilene Lourenço Pereira, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante V.Exa., expondo e requerendo o que segue :

A requerente, compareceu a Prefeitura de Icém – SP, para retirada de seu pertences, não tendo sido autorizada a retirar.

Assim sendo, requeiro, ofício para retirada de seus bens do depósito da PM de Icém - SP.

Termos em que
 P. Deferimento.

Nova Granada SP, 14 de Setembro de 2016.

ERNANDES D. A. L. DE MOURA
 ADVOGADO OAB/SP 304.627

Av. Dr. Hildeberto A Ferreira, 958, Nova Granada-SP ☎-(017) 3261-2332 @lemons_Adv

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Recebo o recurso oferecido pela requerida apenas no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei 9.099/95.Ciência à parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, subam os autos ao E. Colégio Recursal.Tendo em vista a informação prestada pelos autores dando conta de que a requerida não desocupou o imóvel no prazo previsto no acordo e o recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo, DEFIRO a reintegração de posse.A medida se faz necessária porque a requerida reside há meses em imóvel alheio sem pagar aluguel e ante a necessidade urgente dos autores em reaver o bem, eles aceitaram não só perdoar a dívida como pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) para a requerida se retirar do imóvel, dando inclusive um prazo para desocupação. À requerida foram explicados detalhadamente os termos do acordo e a mesma aceitou, exarando sua assinatura de forma espontânea no termo e recebendo o dinheiro na presença deste magistrado e se comprometeu em desocupar o bem até 10/08/2016, de modo que a reintegração de posse imediata merece deferimento porquanto prevista em lei e no acordo legalmente homologado. Aliás, inicialmente o pagamento seria feito em cheque, mas a requerida não aceitou e exigiu que os autores fossem até o banco sacar o dinheiro e pagar em espécie, sendo que a audiência ficou suspensa por alguns minutos para tal providência, de modo que a requerida em momento algum foi coagida ou não teve ciência dos termos da avença. Ressalte-se que a requerida pretende se beneficiar da própria torpeza, já que firmou acordo extremamente vantajoso ao ter uma dívida perdoada e ao receber dinheiro para desocupar imóvel alheio cujos alugueres não são pagos, mas ainda assim ofereceu recurso como meio oblíquo para manter a posse clandestina, conduta que merece total reprovação e demanda atuação do juízo, sob pena de enriquecimento ilícito pela própria torpeza da requerida. As alegações constantes do recurso serão apreciadas pelo E. Colégio Recursal, mas é preciso anotar que a requerida a todo momento quis tumultuar os trabalhos na audiência, faltou com respeito com a parte contrária, com a advogada plantonista e com o magistrado e agora pretende prolongar o prazo da ocupação clandestina. Expeça-se mandado de reintegração de posse com ordem de arrombamento e requisite-se força policial para o caso de resistência. Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2016, foi disponibilizado na página 1831/1833 do Diário da Justiça Eletrônico em 23/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 67/68: Defiro.Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.Int."

Nova Granada, 26 de setembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.
 Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas
 legais.
 Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO

Autos: 0000735-71.2016.8.26.0390

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

lançado incorretamete.

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

José Emílio Teixeira Lopes

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min****MANDADO DE ENTREGA**

Processo Digital nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
 Oficial de Justiça: **(0)**
 Mandado nº: **390.2016/004885-8**

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):**Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente,
 expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34** conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

☐ Cit.pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros

39020160048858

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Walece Vicente De Oliveira (27545)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004885-8 dirigi-me a cidade de Icém-SP, na data de 06/10/2016, e aí sendo, procedi a entrega de cópia do presente ofício ao Departamento de Assistente Social da Prefeitura Municipal de Icém-SP, o qual foi recebido por MARIA SALETE SANTOS BORGES, tendo exarado a sua nota de ciência no anverso do presente ofício anexo. Posteriormente, entrei em contato por telefone com a requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, para proceder a entrega de seus bens, no entanto, a mesma alegou-me que no momento não tem como receber seus bens, tendo em vista que ainda não conseguiu alugar um imóvel, mas que está procurando, e assim que conseguir, vai ligar para mim, para que possa receber seus bens. Porém, passado vários dias, a requerida não entrou em contato comigo, no entanto, na data de 17/10/2016, a depositária dos bens Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, ligou para mim alegando-me que já procedeu a entrega dos bens para à requerida. Em seguida, dirigi-me até o Fundo Social de Solidariedade de Icém-SP, onde constatei que realmente a requerida levou todos os seus bens, que estavam depositados com a Sra. MARIA SALEGE SANTOS BORGES, razão pela qual solicitei que a mesma fizesse uma declaração no verso do presente mandado e assinasse. Esclareço ainda, que a Sra. MARIA SALETE, colheu a assinatura da requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA e de 02 testemunhas: MARIA CAMPORÉ MORATO BELELI e SILVANA DA S. CARDOSO, no anverso da cópia do ofício anexo, comprovando a entrega dos bens para a requerida. Assim sendo, deixo de proceder a entrega dos bens à requerida, tendo em vista que os mesmos já foram entregues, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 17 de outubro de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24,903 Km de ida-Icém-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793

Valor do débito:
 Oficial de Justiça: (0)
 Mandado nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):

Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit.pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros



Declaro, para os devidos fins,
que procedi a entrega dos bens
relacionados as folhas 89 a 91 dos
autos, a requerida Josilene Lourenço
Pereira, os quais estavam no
mesmo estado da deferida relação.

Por ser verdade assino a
presente.

Itém, 17 de outubro de 2016

Maria Lalette Santos Borges.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

MANDADO DE ENTREGA

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 CPF: 462.642.724-34, RG: 397131793
 Valor do débito:
 Oficial de Justiça: (0)
 Mandado nº: 390.2016/004885-8

Depositário(a) do(s) bem(ns) a ser(em) entregue(s):
Prefeitura Municipal de Icém-SP, representada por MARIA SALETE SANTOS BORGES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada,
 Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi,**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, **DIRIJA-SE** ao endereço supra e **PROCEDA** à

ENTREGA do(s) bem(ns): relacionados fls. 91, em posse do(a) depositário(a) **Prefeitura Municipal de Icém-SP**, representada por **MARIA SALETE SANTOS BORGES**, para que o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça **PROCEDA A ENTREGA** dos bens relacionados a fls. 92, para a executada(o) **Josilene Lourenço Pereira**, RG nº 39.713.179-3 e do CPF nº 462.642.724-34 conforme cópia que segue anexa.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº *

- R\$ *

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

☐ Cit. pos. e/ou penhora neg.
☐ Penhora positiva
☐ Arresto
☐ Não Atendido / ocultação
☐ Imóvel Vazio / Desocupado

☐ Novo propr./compr.
☐ Nº não localizado
☐ Prédio Demolido
☐ Mudou-se

☐ Desconhecido
☐ Falecido / Falência
☐ Favela
☐ Outros





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.

Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.

Int.

Nova Granada, 23 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital n°: 0000735-71.2016.8.26.0390
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
(OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016.

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icém-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

X MFBorges 06/10/2016
15:43hs



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, -, Centro - CEP 15440-000.

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº. 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)
 (OFÍCIO Nº 335/2016 – TVF)

Justiça Gratuita

Nova Granada, 29 de setembro de 2016

Prezado(a) Senhor(a), Responsável

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências, para que a executada(o), proceda retirada de seus bens do depósito da Prefeitura Municipal de Icm-SP, conforme determinado no r.despacho proferido as fls. 96, dos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Proc.nº 0000735-71.2016, que **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e outro** move contra **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a fim de instruir os autos supra.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (novagranadajec@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Fabiano Rodrigues Crepaldi

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(A)
 DEPARTAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL DA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE
 CEP: 15.460-000 - ICÉM - SP

Silvana das S. Cardoso
Peterson Silva
de dependência da Silvana
as 14.00hs



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
 Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranadajec@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
 Requerente: Maria Aparecida de Oliveira e outro
 Requerido: Josilene Lourenço Pereira
 Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
 Oficial de Justiça: Walece Vicente De Oliveira (27545)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2016/004885-8 dirigi-me a cidade de Icém-SP, na data de 06/10/2016, e aí sendo, procedi a entrega de cópia do presente ofício ao Departamento de Assistente Social da Prefeitura Municipal de Icém-SP, o qual foi recebido por MARIA SALETE SANTOS BORGES, tendo exarado a sua nota de ciência no anverso do presente ofício anexo. Posteriormente, entrei em contato por telefone com a requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, para proceder a entrega de seus bens, no entanto, a mesma alegou-me que no momento não tem como receber seus bens, tendo em vista que ainda não conseguiu alugar um imóvel, mas que está procurando, e assim que conseguir, vai ligar para mim, para que possa receber seus bens. Porém, passado vários dias, a requerida não entrou em contato comigo, no entanto, na data de 17/10/2016, a depositária dos bens Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, ligou para mim alegando-me que já procedeu a entrega dos bens para a requerida. Em seguida, dirigi-me até o Fundo Social de Solidariedade de Icém-SP, onde constatei que realmente a requerida levou todos os seus bens, que estavam depositados com a Sra. MARIA SALETE SANTOS BORGES, razão pela qual solicitei que a mesma fizesse uma declaração no verso do presente mandado e assinasse. Esclareço ainda, que a Sra. MARIA SALETE, colheu a assinatura da requerida JOSILENE LOURENÇO PEREIRA e de 02 testemunhas: MARIA CAMPORÉ MORATO BELELI e SILVANA DA S. CARDOSO, no anverso da cópia do ofício anexo, comprovando a entrega dos bens para a requerida. Assim sendo, deixo de proceder a entrega dos bens à requerida, tendo em vista que os mesmos já foram entregues, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins. Todo referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 17 de outubro de 2016.

Número de Atos: 02 cotas, sendo 24 903 Km de ida-Icém-SP.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0103/2016, foi disponibilizado na página 2209/2211 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/12/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 92: Defiro, expedindo o competente ofício.Diligenciando a serventia pelo necessário, observando-se as normas legais.Int."

Nova Granada, 13 de dezembro de 2016.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.

Int.

Nova Granada, 05 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0048/2017, foi disponibilizado na página 3442/3447 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/06/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
15/06/2017 - Corpus Christi - Prorrogação
16/06/2017 à 16/06/2017 - EMENDA PROVIMENTO CSM 2394/2016 - Suspensão

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Remetam-se os presentes autos ao E. Colégio Recursal do Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto, após observadas as cautelas legais.Int."

Nova Granada, 19 de junho de 2017.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal - São José do Rio Preto

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Recurso Inominado

Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390 - .

Tipo da distribuição: Livre

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR(A): DR(A). LAVÍNIO DONIZETTI PASCHOALÃO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª TURMA CÍVEL

São José do Rio Preto, 17 de agosto de 2017

Marcelo Prete Lira
Escrevente Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao(à) MM. Juiz(a) Lavínio Donizetti Paschoalão.

São José do Rio Preto, 18 de agosto de 2017.

Marcelo Prete Lira
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal - São José do Rio Preto

Despacho

Recurso Inominado Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390

Relator(a): **LAVÍNIO DONIZETTI PASCHOALÃO**

Órgão Julgador: **3ª TURMA CÍVEL**

O processo está em ordem para Julgamento pela Turma Recursal.

À Mesa, incluindo-se na próxima Sessão de Julgamento.

São José do Rio Preto, 14 de novembro de 2017.

Lavínio Donizetti Paschoalão

Relator


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Colégio Recursal - São José do Rio Preto

Rua Abdo Muanis, 991-Nova Redentora

Salas 801/805-8º andar – Prédio Cível

Órgão Julgador: 3ª Turma Cível
Recurso Inominado
Processo nº 0000735-71.2016.8.26.0390 - Nova Granada
Vara de Origem: Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: Josilene Lourenço Pereira
Recorridos: Maria Aparecida de Oliveira e Ozório Garcia de Oliveira
CERTIDÃO – DESIGNAÇÃO SESSÃO

Certifico e dou fé que a sessão de julgamento foi designada para o dia **21 DE NOVEMBRO DE 2017 ÀS 18 HORAS**. CERTIFICO ainda que por determinação do Juiz Presidente do Colégio Recursal da 16ª Circunscrição Judiciária, o prazo para eventual interposição de Recurso, dar-se-á após a publicação da Súmula do V. Acórdão no DJE. Certifico, finalmente, que isto se justifica tendo em vista a carência de funcionários e a necessidade de regularização dos autos. (Os prazos no Colégio Recursal de São José do Rio Preto são contados de forma contínua). São José do Rio Preto, 16 de novembro de 2017 Eu, _____, Renato Luis Bombardi, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi e assinei.

CERTIDÃO – PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que a designação da sessão de julgamento supra foi disponibilizada no DJE em 16 de novembro de 2017. (Caderno 4 – Judicial – Interior – Parte III.). Considerando-se a data da publicação o primeiro dia útil subsequente. (Os prazos no Colégio Recursal de São José do Rio Preto são contados de forma contínua). São José do Rio Preto, 16/11/2017. Eu, _____, Renato Luis Bombardi, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi e assinei.

3ª Turma Cível

Nº do processo		Número de ordem
0000735-71.2016.8.26.0390		112
Pauta		
Publicado em	Julgado em	Retificado em
	21 de novembro de 2017	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Juiz (a)		
Lincoln Augusto Casconi - S.J.Rio Preto		

Recurso Inominado
Comarca

Nova Granada

Turma Julgadora

Relator(a): Lavínio Donizetti Paschoalão - S.J.Rio Voto:
2º juiz(a): Preto
3º juiz(a): Antonio Roberto Andolfato de Sousa -
S.J.Rio Preto
Lincoln Augusto Casconi - S.J.Rio Preto

Juiz de 1ª Instância

Fabiano Rodrigues Crepaldi

Partes e advogados

Recorrente : Josilene Lourenço Pereira
Advogado : Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB: 304627/SP)
Recorrida : Maria Aparecida de Oliveira
Recorrido : Ozório Garcia de Oliveira
Advogado : Bruno Henrique Silvestrin Delfino (OAB: 164977/SP)

Súmula

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, POR V. U.

Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.

Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo<<
Campo excluído do banco de dados >>

Impedido(s):

Jurisprudência

	Acórdão		Parecer		Sentença
--	---------	--	---------	--	----------



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO São
José do Rio Preto-SP

Nº Processo: 0000735-71.2016.8.26.0390

Registro: 2017.0000126930

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000735-71.2016.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, em que é recorrente JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, são recorridos MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA e OZÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA .

ACORDAM, em 3ª Turma Cível do Colégio Recursal - São José do Rio Preto, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso, por V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos MM. Juízes LINCOLN AUGUSTO CASCONI (Presidente) e ANTONIO ROBERTO ANDOLFATO DE SOUSA.

São José do Rio Preto, 21 de novembro de 2017.

Lavínio Donizetti Paschoalão

RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO São José do Rio Preto-SP

Nº Processo: 0000735-71.2016.8.26.0390

Recurso nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
Recorrente: Josilene Lourenço Pereira
Recorrido: Maria Aparecida de Oliveira e outro

Voto nº 422/2017

LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL - EXECUÇÃO - TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ACORDO HOMOLOGADO EM AUDIÊNCIA - ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO CAPAZ DE ENSEJAR A ANULAÇÃO DO ACORDO - CASO EM QUE O ACORDO FOI ESPONTANEAMENTE CELEBRADO PELA REQUERIDA - ATO ACOMPANHADO POR ADVOGADO PLANTONISTA - AUDIÊNCIA PRESIDIDA POR DOUTO MAGISTRADO - DESCABIDA A ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU DE FALTA DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO ACERCA DAS CONDIÇÕES DA AVENÇA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - REQUERIDA QUE ALEGA DOLOSAMENTE TER SIDO COAGIDA EM AUDIÊNCIA PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO - CONFIGURAÇÃO DA HIPÓTESE DO ARTIGO 80, II, DO CPC - MULTA FIXADA "EX OFFICIO" AO "IMPROBUS LITIGATOR" - RECURSO NÃO PROVIDO.

Sou pela manutenção da r. Sentença homologatória hostilizada, porquanto indefectível quanto aos seus termos, bem dirimindo as questões postas à lume de discussão nos autos.

Com manifesto propósito de induzir este Órgão Judicial em erro, vem a recorrente/requerida, por documento cursivamente elaborado (fls. 53/55), proferir ilação quanto ao ato homologatório realizado pela presidência do Douto Magistrado, cuja irretocável sentença é ora recorrida, com incontestável dolo em ser alterada a verdade dos fatos lá realizados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO São
José do Rio Preto-SP

Nº Processo: 0000735-71.2016.8.26.0390

Igualmente, tenta a recorrente obter com o efeito suspensivo solicitado e indeferido, suspensão ou alargamento de prazo para desocupar o bem *sub judice*, prazo que, ressalta-se, voluntariamente aquiesceu.

Pois, é de concluir interposto o presente Recurso Inominado com manifesto intuito protelatório, em decorrência da alteração da verdade dos fatos processuais.

Assim, pelos próprios e jurídicos fundamentos invocados na r. decisão, e em sendo este o entendimento dos demais Juízes, **VOTO** pelo improvimento do recurso inominado interposto, condenando a recorrente/requerida por litigância de má-fé, razão pela qual deve arcar com a sanção no importe de 1 (um) salário mínimo, em benefício da parte prejudicada, conforme dispõe o artigo 80, incisos II e VII, c.c. artigo 81, § 2º, do Código de Processo Civil, sendo inaplicável à multa os auspícios da gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98, § 4º do CPC.

Sem custas, à vista da gratuidade de justiça, arcando a recorrente/vencida com honorários de advogado, ora arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (um mil reais), cuja exigibilidade fica condicionada à ocorrência da hipótese tratada no artigo 98, § 3º do CPC.

LAVÍNIO PASCHOALÃO

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal - São José do Rio Preto
São José do Rio Preto-SP

CERTIDÃO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Recurso Inominado - Locação de Imóvel**
Recorrente: **Josilene Lourenço Pereira**
Recorrido: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**

Certifico e dou fé que a Súmula de fls. retro foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 28 de novembro de 2017. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

São José do Rio Preto, 28 de novembro de 2017.

Eu, Renato Luis Bombardi, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Colégio Recursal - São José do Rio Preto

Rua Abdo Muanis, 991 - CEP 150090-140 - 8º andar - sala 805 -

fone: (17) 3216 4868 - Nova Redentora - São José do Rio Preto/SP

Processo nº:

0000735-71.2016.8.26.0390

Classe – Assunto:

Recurso Inominado - Locação de Imóvel

Recorrente:

Josilene Lourenço Pereira

Recorrido:

Maria Aparecida de Oliveira e outro**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que o V. Acórdão transitou em julgado em 14/12/2017.

São José do Rio Preto, 15 de dezembro de 2017.

Eu, Marcelo Prete Lira, escrevente, subscrevi.

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos à origem.

São José do Rio Preto, 15 de dezembro de 2017.

Eu, Marcelo Prete Lira, escrevente, subscrevi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Colégio Recursal - São José do Rio Preto
São José do Rio Preto-SP

CERTIDÃO DE BAIXA DE RECURSO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Recurso Inominado - Locação de Imóvel**
Vara de Origem: **Juizado Especial Cível e Criminal**

Certifico e dou fé que o Recurso Inominado de nº 0000735-71.2016.8.26.0390 movido por Josilene Lourenço Pereira contra Maria Aparecida de Oliveira, Ozório Garcia de Oliveira foi devolvido para a vara de origem.

São José do Rio Preto, 15 de dezembro de 2017.

Eu, _____, Marcelo Prete Lira, Escrevente Técnico Judiciário, subscr.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Vistos.

Fls. 116/118: Cumpra-se o V. Acórdão.

Manifeste-se a parte vencedora, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que de direito.

Int.

Nova Granada, 06 de abril de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0046/2018, foi disponibilizado na página 2315/2320 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/04/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 116/118: Cumpra-se o V. Acórdão.Manifeste-se a parte vencedora, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que de direito.Int."

Nova Granada, 12 de abril de 2018.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário



LEPOS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902
Dra. Luciana C. Lemos OAB/SP 152.622
Dr. Ernandes D A L Moura OAB/SP 304.627

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO CIVIL DA
COMARCA DE NOVA GRANADA-SP.**

Processo N. 0000735-71.2016.8.26.0390



00007357120168260390

Josilene Lourenço Pereira, já qualificado nos autos, por seu advogado e procurador que esta subscreve, advogado inscrito na OAB/SP sob N.º 304.627, com escritório situado na Av. Dr. Hildeberto A Ferreira N.º 958, nesta cidade de Nova Granada SP, vem, com o devido respeito perante V.Exa., expondo e requerendo o que segue:

MM juiz, a ação já transitou em julgado, contudo, não foi expedida a certidão do convênio OAB/PGE, razão pela qual requeremos a expedição em favor deste patrono.

Termos em que
P. Deferimento.

Nova Granada SP, 24 de Abril de 2018.

ERNANDES D. A. L. DE MOURA
ADVOGADO OAB/SP 304.627


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3261-2399 - E-mail: novagranadajec@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi

Vistos.

Ciência à requerente de que a r. Sentença proferida nos autos transitou em julgado. Se for o caso, o requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por petição eletrônica pelo próprio interessado no portal do E-SAJ, cadastrado como incidente processual apartado EM FORMATO DIGITAL, com numeração própria, e instruído com as seguintes peças, conforme art. 1.285 e ss. Das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça:

I - Sentença e acórdão, se existente;

II – certidão de trânsito em julgado, se o caso;

III – demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;

IV – outras peças processuais que o exequente considere necessárias.

Além desses documentos obrigatórios, também é essencial o traslado de cópia dos instrumentos de procuração de ambas as partes para comprovar a regularidade da representação processual, bem como verificar a existência de poderes especiais, em caso de determinação de levantamento de valores.

Os procedimentos para cadastramento do petição eletrônico está minudentemente descrito no Comunicado CG nº 438/2016, disponibilizado no DJE de 04.04.2016, p. 10/21, que deverão ser observados pelo peticionário.

Não sendo requerida a execução no prazo de 30 (trinta) dias, os autos serão arquivados, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte (art. 1.286, §4º, das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, incluído pelo Provimento CG nº 16/2016).

Fls. 124: Defiro. Expeça-se certidão de honorários conforme requerido.

Int.

Nova Granada, 07 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0065/2018, foi disponibilizado na página 2282/2286 do Diário da Justiça Eletrônico em 09/05/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Bruno Henrique Silvestrin Delfino (OAB 164977/SP)
Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB 304627/SP)

Teor do ato: "Vistos.Ciência à requerente de que a r. Sentença proferida nos autos transitou em julgado. Se for o caso, o requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por peticionamento eletrônico pelo próprio interessado no portal do E-SAJ, cadastrado como incidente processual apartado EM FORMATO DIGITAL, com numeração própria, e instruído com as seguintes peças, conforme art. 1.285 e ss. Das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da justiça:I - Sentença e acórdão, se existente;II certidão de trânsito em julgado, se o caso;III demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;IV outras peças processuais que o exequente considere necessárias.Além desses documentos obrigatórios, também é essencial o traslado de cópia dos instrumentos de procuração de ambas as partes para comprovar a regularidade da representação processual, bem como verificar a existência de poderes especiais, em caso de determinação de levantamento de valores.Os procedimentos para cadastramento do peticionamento eletrônico está minudentemente descrito no Comunicado CG nº 438/2016, disponibilizado no DJE de 04.04.2016, p. 10/21, que deverão ser observados pelo peticionário.Não sendo requerida a execução no prazo de 30 (trinta) dias, os autos serão arquivados, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte (art. 1.286, §4º, das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça, incluído pelo Provimento CG nº 16/2016).Fls. 124: Defiro. Expeça-se certidão de honorários conforme requerido. Int."

Nova Granada, 10 de maio de 2018.

Terezinha Virgo Farto
Escrevente Técnico Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Nova Granada - SP - CEP 15440-000

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB**Juízo de Direito da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara:** 1107**Ação:** Procedimento do Juizado Especial Cível**Código de Ação:** 116**Processo nº:** 0000735-71.2016.8.26.0390**Classe – Assunto:** Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**Advogado(a) nomeado(a):** Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura,**Número da OAB:** 304627/SP **Data da nomeação:** (03/08/2016)**Beneficiário(a):** JOSILENE LOURENÇO PEREIRA

Motivo da nomeação: Ser beneficiário da assistência judiciária, haja vista que a parte é hipossuficiente e por não possuir Procurador do Estado disponível na comarca.

Autor () Réu (x)**Registro Geral de Indicação:** 1470258582468**Data da sentença:** (25/07/2016)☐ 1- Procedente☐ 2- Parcialmente Procedente☐ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*☒ 5- Outros: extinção artigo 487, III, alínea "b" do CPC**Data do trânsito em julgado:** (14/12/2017)**Atos praticados:**☐ 1- Todos os atos do processo☐ 2- Atuação parcial☒ 4- Recurso☐ 10 - 2º Juri☐ 16 - Produção Antecipada de Provas – Art. 366, CPP.

Maria Aparecida Teixeira Bonfim, Escrivão Judicial II do Cartório da Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 31 de julho de 2018 .

Eu, Maria Aparecida Teixeira Bonfim, Escrivão Judicial II, digitei. Eu, Maria Aparecida Teixeira Bonfim, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo V do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura do Advogado(a) nomeado(a)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,

Fone: (17) 3261-2399, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranadajec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **0000735-71.2016.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira e outro**
 Requerido: **Josilene Lourenço Pereira**

Justiça Gratuita

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que decorreu o prazo legal sem que houvesse requerimento do cumprimento de sentença pelos requerentes. Nada Mais. Nova Granada, 11 de outubro de 2018. Eu, ____, Marilene Pereira De Souza, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Buscar

Informação Refe

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Apagar

Spam

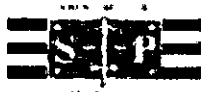
Ações

Informação Referente - Inquérito Policial nº 1500106-18.201968.26.0390De: **MARCIA MARIA SPACA**Para: **DEL POL NOVA GRANADA (dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br)**[representacao.pdf \(390,3 KB\)](#) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)[oficio 231.pdf \(137,6 KB\)](#) [Fazer download](#)[Fazer download de todos os anexos](#)[Remover todos os anexos](#)

Boa tarde,

Pelo presente informo Vossa Senhoria que as cópias integrais do Processo nº 1001943-73 1500106-18.201968.26.0390.

Atenciosamente,

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO**MARCIA MARIA SPACA**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Cartório do Ofício Judicial Único

Rua Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 23 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 23

Cel: (17) 99618-7049

E-mail: mspaca@tjsp.jus.br

De: RENATO GOMES CAMACHO <renato.camacho@policiacivil.sp.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 13 de março de 2019 14:45**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO**Assunto:** solitação de cópias de processos

Joel, estou encaminhando ofício solicitando cópias de dois processos.

Renato Gomes Camacho.



Ofício nº 303/19-rgc

Ref: Solicitação de retirada de vídeo do YOUTUBE.

Nova Granada/SP, 08 de abril de 2019.

Meritíssimo Juiz de Direito:

Pelo presente instrumento, informou que foi solicitada a intervenção judicial para que vídeo com a URL <https://m.youtube.com/watch?v=I3LfhsqRJ3g> fosse retirado do canal YOUTUBE. Porém, verificando no referido canal, constata-se que o vídeo não está mais disponível para visualização, motivo pelo qual, o objeto de interesse do pedido foi perdido.

Ao ensejo, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Renato Gomes Camacho
Delegado de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

PEDIDO DE PRAZO

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr Delegado de Polícia, do que, para constar, lavro este termo. Eu, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã, que o digitei.

Nova Granada-SP., 08 de abril de 2019.

C.L.S.

Encontrando-se os presentes autos com o prazo de permanência em Cartório expirado, e havendo diligências necessárias à conclusão do feito, (aguarda-se oitiva de partes) com base no Artigo 10 do C.P.P. e 178 do Provimento 50/89 da Corregedoria Geral da Justiça, solicito de Vossa Excelência, ouvido o Representante do Ministério Público, concessão de dilação de prazo para seu término.

Nova Granada, 08 de abril de 2019.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório.

Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé, Eu, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.

Nova Granada, 08 de abril de 2019.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

PEDIDO DE PRAZO

REMESSA: Aos oito dias do mês de abril do ano de 2019, faço remessa do presente Auto ao Fórum da Comarca local, do que, para constar, lavrei o termo.

O Escrivão.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.
 Pedido de Dilação de Prazo pela Autoridade Policial.

Nova Granada, 08 de abril de 2019.
 Eu, ____, Marcia Maria Spaca, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 08/04/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de
Prazo - Inquérito Eletrônico

Nova Granada, (SP), 08 de abril de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 08/04/2019 16:33

Prazo: 6 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de Prazo - Inquérito Eletrônico

Nova Granada, 8 de Abril de 2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro-CEP:
 15440-000 - Nova Granada - SP- Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

Diante da concordância retro do MP, **defiro o pedido de dilação de prazo por mais trinta (30) dias.**

Remetam-se os autos à Delegacia de Polícia de origem.

Nova Granada, 10 de abril de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLICIA DE NOVA GRANADA. SP

Inquérito Policial Nº 15001061820198260390

ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO LEMOS, já qualificado nos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa.**, expor e requerer o que segue:

Nesta data recebeu a documentação em anexo, onde o acusado cometeu mais uma Injuriaria e Calunia contra minha pessoa, contra o magistrado e outros advogados.

Assim requer a juntada da documentação e reitera o pedido de representação para que o Ministério Público possa ingressar com a devida ação penal.

Termos em que
P. deferimento.

Nova Granada SP, 12 de abril de 2019.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902



Tribunal de Ética e Disciplina
Décima Primeira Turma

São José do Rio Preto, 29 de maio de 2019.

11ª Turma – 238/19- vaff
PD 11R0000122019.
(favor usar como referência)

Imo(a) Sr.(a).
Dr. (a) Antonio Alberto Cristofalo de Lemos.
Avenida Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 958 – Centro.
15440-000 Nova Granada– SP.

Senhor(a) Advogado(a),

Em razão do que se narra na representação de que se anexa cópia, tem V. Sa., nos termos do Art. 52 do Código de Ética e Disciplina, o prazo de 15 (quinze) dias, para oferecer defesa prévia, já instruída pelos documentos que julgar necessários e com o rol de até 5 (cinco) testemunhas, ficando ciente ainda do que dispõe o artigo 1º, parágrafo únicos da Resolução TED nº 9/2013:

Art. 1º. Caberá ao representado(a), no momento em que tomar conhecimento, comunicar a ocorrência de eventual duplicidade de representações, com identidade de partes ou mesmo objeto, indicando as representações disciplinares e o correspondente local onde tramitam (Turma Disciplinares, comissões de Ética ou subseção)

Parágrafo único – Na ocasião da instauração(ões) a(s) Secretarias(s) prestará(ao), por escrito e observado o sigilo legal, informação(ões) de eventuais existência(s) de duplicidades, para imediata providências.

Ressalta-se que não existe, até aqui, qualquer juízo de valor sobre o conteúdo da narrativa, cuja matéria será analisada somente após sua manifestação, podendo ser o expediente arquivado ou admitido o seguimento do processo.

Salientamos que, no caso de prosseguimento do feito, as demais notificações e intimações serão realizadas Editaliciamente, por meio da imprensa oficial (Diário Oficial – Poder Judiciário – caderno Ordem dos Advogados do Brasil), cujo acompanhamento será de responsabilidade do(a) interessado(a), nos termos do artigo 143, do Regimento Interno da OAB/SP.

Esclarecemos que mais informações poderão ser obtidas nesta Secretaria, no endereço abaixo, no horário das 8:00 às 18:00 horas.

Atenciosamente.

Paulo Antoine Pereira Younes
Relator-Presidente da
Décima Primeira Turma Disciplinar do TED



Tribunal de Ética e Disciplina
Protocolo

OAB/SP
DÉCIMA PRIMEIRA TURMA
Fls. 729
02

Protocolo: 4202.P.2.181128.13420
Assunto: Solicitação de providências
Interessado(a): Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho

Exmo. Sr.

Dr. José Alexandre Junco

Presidente da Décima Primeira Turma Disciplinar
São José do Rio Preto – SP

Por determinação da Gerente Executiva do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP, para os fins do disposto no art. 70, caput, da lei nº 8906/94 do EAOAB, encaminho-lhe a documentação anexa para as providências que houver por bem determinar.

Aproveito a oportunidade para manifestar a V. Exa. os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
TED – São Paulo, 28 de novembro de 2018.

Edson Policarpo
Protocolo do
Tribunal de Ética e Disciplina

RECEBIDO PELA DATA
PELA SECRETARIA.
S.J. RIO PRETO, 04/12/18

V. a. l. e. n. i. a
D. DÉCIMA PRIMEIRA TURMA

Tribunal de Ética e Disciplina OABSP



Rua Anchieta, 3

4-2000 - <http://www.oabsp.org.br>

AP

11R0000122019

26/03/2019 07:12:41

PROTOKOLO BO
TED
27 NOV, 2018
OAB/SP

OAB/SP
DECIMA PRIMEIRA TURMA
FLS. 037

Motivo da Representação; 4202 P 2181128 1342

Suzane Karen Verro Giacometo, OAB-SP/325.947 e acusada formalmente por mim, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20252741-MG, por obstrução do processo 100.1943.2016.8.26.0390, junto com então advogado, senhor Antonio Alberto Lemos, OAB-SP/113.902 e o Senhor magistrado da comarca de Nova Granada, Fabiano Rodrigues Srepaaldi.

Relatos mais aprofundados, já feitos na Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, processo 2016/163778 (DIOGE 2), incluindo fortes suspeitos de "Estelionato" na Detensoria Pública, local, São José do Rio Preto e Nova Granada, no estado de São Paulo.

Chamo o desligamento de todos citados, de seus cargos, e abra assim, uma profunda investigação. Responsabilizo-me por todas as acusações.

Uma observação importante; é que o tal caso, é do ano de 2016, e se mantém até o exato momento, sem solução ou explicação, alguma.

Joaquim Pedro de Moraes Filho.

pedrodefilho@hotmail.com

17-99717-1807

CPF: 133.036.496-18

tilibra



Dr. Antonio Alberto Cristofalo de Lemos.
 AV. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 958- Centro
 15440-000 Nova Granada - SP



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 14 de maio de 2019.

 Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 14/05/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 14 de maio de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 15/05/2019 14:06

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 15 de Maio de 2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro-CEP:
 15440-000 - Nova Granada - SP- Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

Diante da concordância retro do MP, **defiro o pedido de dilação de prazo por mais trinta (30) dias.**

Remetam-se os autos à Delegacia de Polícia de origem.

Nova Granada, 22 de maio de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

REMESSA

Em ____ de _____ de 2019, faço remessa destes autos a Delegacia de Polícia de origem.
 O(A) Escrevente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 22/05/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vistos. Diante da concordância retro do MP, defiro o pedido de
dilação de prazo por mais trinta (30) dias. Remetam-se os autos à Delegacia
de Polícia de origem.

Nova Granada, (SP), 22 de maio de 2019

WEBMAIL - PC

dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br

Enc: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

De : Promotoria de Justiça de Nova Granada <pjnovagranada@mpsp.mp.br> Qui, 11 de Abr de 2019 09:05
Assunto : Enc: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)
Para : dpm granada <dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>

Bom dia!

Por determinação do Excelentíssimo Promotor de Justiça Dr. Rodrigo Pereira dos Reis venho por meio deste encaminhar e-mails recebidos nesta Promotoria de Justiça.

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 11 de abril de 2019 05:21

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br; presidencia@stf.jus.br; audienciaCarmen@stf.jus.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnj.jus.br; presidencia@tjrr.jus.br; advogado@stj.jus.br; contato@amb.com.br; dg@dpf.gov.br; rlousano@tjsp.jus.br; presidencia.direitoprivado@tjsp.jus.br; anacastro@tjsp.jus.br; cmargarido@tjsp.jus.br; gfcosta@tjsp.jus.br; lucianaalves@tjsp.jus.br; monodera@tjsp.jus.br; mbedotti@tjsp.jus.br; pgj-sp@mp.sp.mp.br; etica.ted.corregedoria@oabsp.org.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br; presidencia@cnmp.mp.br; Promotoria de Justiça de Nova Granada; contato@amb.com.br; dicoge2.1@tjsp.jus.br

Assunto: RE: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP)

http://www.facebook.com/story.php?story_fbid=2011178202522817&id=100008919697165&refid=17&_tn__=*W-R#footer_action_list

De: pedro de m. filho filho

Enviada em: 11/04/2019 02:03

Para: pedro de m. filho filho; apcastro@tjsp.jus.br; andrealmeida@tjsp.jus.br; mmorsello@tjsp.jus.br; rmaciel@tjsp.jus.br; ananery@tjsp.jus.br; bpozzer@tjsp.jus.br; fcjunqueira@tjsp.jus.br; gsormani@tjsp.jus.br; leandrog@tjsp.jus.br; mfgomes@tjsp.jus.br; mrdias@tjsp.jus.br; rlousano@tjsp.jus.br; rcolombini@tjsp.jus.br; chlisboa@tjsp.jus.br; lucianoleme@tjsp.jus.br; scoliveira@tjsp.jus.br; galckmin@sp.gov.br; seguranca@sp.gov.br;

Para obter uma experiência melhor no Facebook, atualize seu navegador.



Esqueceu



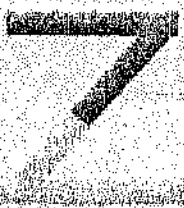
Joaquim Pedro Filho

6 h ·

Em meados de Junho deste ano 2019, todos email, pdfs e partes dos audios se tornará público. Nomes dos envolvidos, inclusive membros da Corregedoria de Justiça Civil e Militar e OAB de São Paulo.

Português (Brasil) · E
Español · Français (F

Privacidade · Termos
Opções de anúncio
Facebook © 2019



TWITTER.COM

Zicutake USA Comment on Twitter

Em meados de Junho deste ano 2019, todos email, pdfs e partes dos audios se tornará público. Nomes dos envolvidos, inclusive membros da Corregedoria de Justiça Civil e Militar e OAB de

Compartilhar

Ver mais da Página Joaquim Pedro Filho no Facebook

ou

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 15 de abril de 2019

C.
L.
S.

Junte-se aos termo de Requerimento protocolado pelo Sr. Dr. ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO LEMOS.
A seguir voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.
Nova Granada, 15 de abril de 2019

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto F.N.Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 15 de abril de 2019



LEMONS ADVOGADOS

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLICIA DE NOVA GRANADA. SP

Inquérito Policial Nº 15001061820198260390

S- **DELEGACIA DE POLÍCIA NOVA GRANADA - SP**
 Prot. Sob. nº 158899/19
 Livro.....Fls.....
15/04/19 h.....

ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO LEMOS, já qualificado nos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem, com o devido respeito perante **V. Exa.**, expor e requerer o que segue:

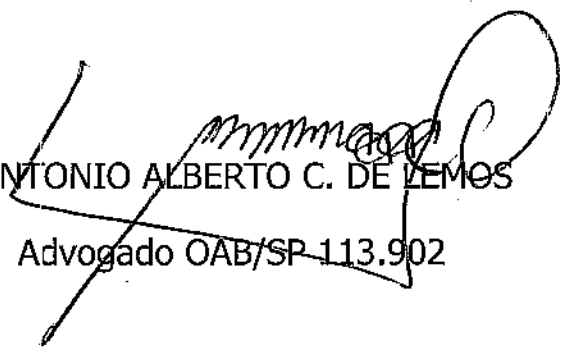
Nesta data recebeu a documentação em anexo, onde o acusado cometeu mais uma Injuriaria e Calunia contra minha pessoa, contra o magistrado e outros advogados.

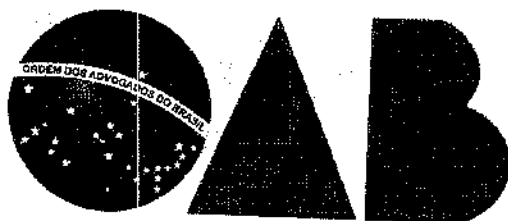
Assim requer a juntada da documentação e reitera o pedido de representação para que o Ministério Público possa ingressar com a devida ação penal.

Termos em que

P. deferimento.

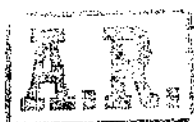
Nova Granada SP, 12 de abril de 2019.


ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS
Advogado OAB/SP-113.902



SÃO PAULO

Dr. Antonio Alberto Cristofalo de Lemos.
 AV. Dr. Hildebrando de Albuquerque Ferreira, 958 - Centro
 15440-000 Nova Granada - SP



Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		PESO (kg) weight
Recebedor	AR MP	
Assinatura	Doc.	
J1 38062368 5 BR		



**Tribunal de Ética e Disciplina
Décima Primeira Turma**

São José do Rio Preto, 29 de maio de 2019.

11ª Turma – 238/19- vaff
PD 11R0000122019.
(favor usar como referência)

Imo(a) Sr.(a):
Dr. (a) Antonio Alberto Cristofalo de Lemos.
Avenida Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 958 – Centro.
15440-000 Nova Granada– SP.

Senhor(a) Advogado(a),

Em razão do que se narra na representação de que se anexa cópia, tem V. Sa., nos termos do Art. 52 do Código de Ética e Disciplina, o prazo de 15 (quinze) dias, para oferecer defesa prévia, já instruída pelos documentos que julgar necessários e com o rol de até 5 (cinco) testemunhas, ficando ciente ainda do que dispõe o artigo 1º, parágrafo únicos da Resolução TED nº 9/2013:

Art. 1º. Caberá ao representado(a), no momento em que tomar conhecimento, comunicar a ocorrência de eventual duplicidade de representações, com identidade de partes ou mesmo objeto, indicando as representações disciplinares e o correspondente local onde tramitam (Turma Disciplinares, comissões de Ética ou subseção)

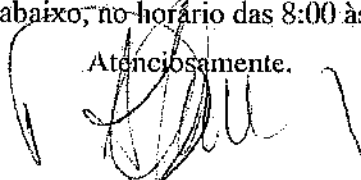
Parágrafo único – Na ocasião da instauração(ões) a(s) Secretarias(s) prestará(ao), por escrito e observado o sigilo legal, informação(ões) de eventuais existência(s) de duplicidades, para imediata providências.

Ressalta-se que não existe, até aqui, qualquer juízo de valor sobre o conteúdo da narrativa, cuja matéria será analisada somente após sua manifestação, podendo ser o expediente arquivado ou admitido o seguimento do processo.

Salientamos que, no caso de prosseguimento do feito, as demais notificações e intimações serão realizadas Editaliciamente, por meio da imprensa oficial (Diário Oficial – Poder Judiciário – caderno Ordem dos Advogados do Brasil), cujo acompanhamento será de responsabilidade do(a) interessado(a), nos termos do artigo 143, do Regimento Interno da OAB/SP.

Esclarecemos que mais informações poderão ser obtidas nesta Secretaria, no endereço abaixo, no horário das 8:00 às 18:00 horas.

Atenciosamente,


Paulo Antoine Pereira Younes
Relator-Presidente da

Décima Primeira Turma Disciplinar do TED



Tribunal de Ética e Disciplina Protocolo

OAB/SP fls. 744
DÉCIMA PRIMEIRA TURMA
PLA. 02

Protocolo: 4202.P.2.181128.13420
Assunto: Solicitação de providências
Interessado(a): Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho

Exmo. Sr.
Dr. José Alexandre Junco
Presidente da Décima Primeira Turma Disciplinar
São José do Rio Preto – SP

Por determinação da Gerente Executiva do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP, para os fins do disposto no art. 70, caput, da lei nº 8906/94 do EAOAB, encaminho-lhe a documentação anexa para as providências que houver por bem determinar.

Aproveito a oportunidade para manifestar a V. Exa. os protestos de estima e consideração.

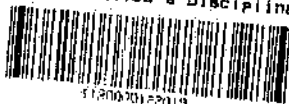
Atenciosamente,
TED – São Paulo, 28 de novembro de 2018.

Edson Polícarpo
Protocolo do
Tribunal de Ética e Disciplina

RECEBIDA DESTA DATA
PELA SECRETARIA.
S.J. RIO PRETO, 04/12/18

V. Alexia
DÉCIMA PRIMEIRA TURMA

Tribunal de Ética e Disciplina OABSP



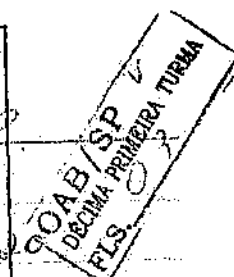
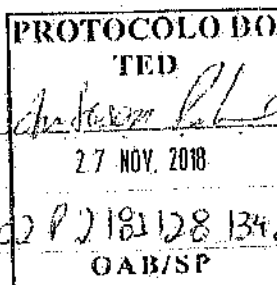
Rua Anchieta, 3

4-2000 - <http://www.oabsp.org.br>

AP

11R0000122019

26/03/2019 07:12:41



Motivo da Representação; 4202 P 218128 134

Suzane Karen Verro Giacometo, OAB-SP/325.947 e acusada formalmente por mim, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20252741-MG, por obstrução do processo 100.1943.2016.8.26.0390, junto com então advogado, senhor Antonio Alberto Lemos, OAB-SP/113.902 e o Senhor magistrado da comarca de Nova Granada, Fabiano Rodrigues Serepaldi.

Relatos mais aprofundados, já feitos na Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, processo 2016/163778 (DIOGE 2), incluindo fortes suspeitos de "Estelionato" na Defensoria Pública, local, São José do Rio Preto e Nova Granada, no estado de São Paulo.

Chamo o desligamento de todos citados, de seus cargos, e abra assim, uma profunda investigação. Responsabilizo-me por todas as acusações.

Uma observação importante; é que o tal caso, é do ano de 2016, e se mantém até o exato momento, sem solução ou explicação, alguma.

Joaquim Pedro de Moraes Filho

pedrasdefilho@hotmail.com

17-99717-1807

CPF: 133.036.496-18

tilibra



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Foro de Nova Granada
Processo:	15001061820198260390
Classe do Processo:	Petições Diversas
Data/Hora:	15/04/2019 15:31:48

Partes

Solicitante:	Antonio Alberto Cristofolo de Lemos
--------------	-------------------------------------

Documentos

Petição*:	PETIÇÃO delegacia - 1-2.pdf
Documento 1:	representanta joaquim pedro - 1-3.pdf
Documento 1:	ENVELOPE RECEBIDO HOJE - 1.pdf

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO**

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fax-: 3262-1022 -

Ofício nº 403/19-rcfnf

Em 07 de maio de 2019

Sr. Advogado

Por meio do presente solicito de Vossa Senhoria, a especial gentileza para tomada de providências cabíveis para vosso comparecimento a esta Unidade Policial, em data de 13.05.19, às 09:00 h, a fim de prestar declarações e manifeste interesse em oferecer Representação em desfavor do auto das denúncias apuradas nos autos de IPE 2067126/19, tendo como vítima o Exmo. Sr. Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI e Outros.

Aproveito o ensejo, renovando meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DeIPol Titular do Município

Ào

Ilmo. Sr. Dr.

DD. ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO LEMOS
NOVA GRANADA-SP

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO**

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fax-: 3262-1022 -

Ofício nº 404/19-rcfnf

Em 07 de maio de 2019

Sr. Advogado

Por meio do presente solicito de Vossa Senhoria, a especial gentileza para tomada de providências cabíveis para vosso comparecimento a esta Unidade Policial, em data de 13.05.19, às 09:30 h, a fim de prestar declarações e manifeste interesse em oferecer Representação em desfavor do auto das denúncias apuradas nos autos de IPE 2067126/19, tendo como vítima o Exmo. Sr. Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI e Outros.

Aproveito o ensejo, renovando meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DePol Titular do Município

À

Ilma. Sra. Dra.

DD. SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO
NOVA GRANADA-SP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO**

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fax-: 3262-1022 -

Ofício nº405/19-rcfnf

Em 07 de maio de 2019

Sr. Advogado

Por meio do presente solicito de Vossa Senhoria, a especial gentileza para tomada de providências cabíveis para vosso comparecimento a esta Unidade Policial, em data de 13.05.19, às 10:00 h, a fim de prestar declarações e manifeste interesse em oferecer Representação em desfavor do auto das denúncias apuradas nos autos de IPE 2067126/19, tendo como vítima o Exmo. Sr. Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI e Outros.

Aproveito o ensejo, renovando meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DePol Titular do Município

À

Ilma Sra. Dra.

DD. CLAUDIA RENATA DA SILVA
NOVA GRANADA-SP



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

TERMO DE DECLARAÇÕES

Inquérito: 2067126/2019

Dependência: DEL.POL.NOVA GRANADA

Aos 13 dias do mês de Maio de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da(o) DEL.POL.NOVA GRANADA, onde presente se achava o(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) RENATO GOMES CAMACHO, Delegado(a) de Polícia respectivo(a), comigo Escrivão(ã) de seu cargo ao final nomeado(a) e assinado(a), comparece ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS, filho(a) de MARIA CONCEICAO CRISTOFALO LEMOS e ANTONIO LEMOS DE MOURA, com 52, estado civil Solteiro, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de S.PAULO -SP, de profissão ADVOGADO(A), residente e domiciliada à residente a AVENIDA HILDEBERTO DE A. FERREIRA, nº 958, no bairro CENTRO, na cidade NOVA GRANADA - SP, CEP 15440000. Sabendo ler e escrever, declarou que: O declarante informa que jamais foi advogado do acusado e de sua genitora, todavia, sempre foi advogado do pai do acusado, desde a primeira ação de ação de paternidade. A mãe do acusado sempre promoveu ações tumultuando a vida do pai do acusado, inclusive, há pouco tempo, promoveu uma ação de indenização cujo fato estava prescrito há mais de dez anos. Há pouco tempo, defendeu o pai do acusado em uma ação de alienação parental em que o mesmo pedia uma vultuosa indenização, todavia, os requerentes não compareceram na audiência de instrução e julgamento e o processo foi julgado improcedente. No final do ano passado, o declarante recebeu uma representação da Defensoria pública relatando os fatos semelhantes aos apurados neste Inquérito, todavia, por excesso de trabalho, não teve tempo de responder a representação e não sabe o resultado da mesma. Há poucos meses, o declarante foi surpreendido com o comunicado do Juízo de Direito da Comarca local, feito à OAB, a qual é representante local, de que o acusado havia feito representações à inúmeros órgãos de Correição do Brasil, incluindo CNJ, Corregedoria do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e inúmeros outros órgãos. Imediatamente como se tratava de fato calunioso e injuriosos protocolou ao Delegado de Polícia, solicitando cópia de Inquérito Instaurado a pedido do Juiz de Direito e ingressou com uma ação civil contra o acusado. Posteriormente, recebeu uma representação encaminhada pela OAB, em que o acusado representou em desfavor do declarante pelos mesmos fatos, além disso, tomou conhecimento de que o representado postou no Youtube uma série de calúnias e injúrias, inclusive com fotografias da pessoa do declarante, do Juiz de Direito da Comarca e de quatro Promotores de Justiça, além de outros advogados, caluniando e denegrindo a imagem de todos, fazendo afirmações criminosas, dizendo inclusive "que existe uma quadrilha em Nova Granada para lesar os cofres públicos". Nada disso é verdade, pelo contrário, o que existe a vontade do acusado em tumultar a vida de seu pai biológico e do declarante e demais autoridades citadas. O vídeo propagado pelo Youtube denegriu muito a imagem de todos, pois foi transmitido para todo o mundo, quando visitou o site já haviam mais de 300 (trezentas) visualizações. Toda cidade e região está comentando este fato, ofendendo a integridade do declarante e demais autoridades. Represento formalmente ao Ministério Público para que esse possa ingressar com a ação penal que for pertinente. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão(ã) de Polícia que parcialmente o digitei.

NOVA GRANADA, 13 de Maio de 2019.

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado(a) de Polícia

ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS
Declarante



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 751

Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

TERMO DE DECLARAÇÕES

RAQUEL C. F, NETO FURLONI
Escrivão(ã) de Polícia

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 13 de MAIO de 2019

C.
L.
S.

Junte-se aos autos termo de declarações da Sra. Dra. SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO. A seguir voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.

Nova Granada, 13 de maio de 2019

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto F.N.Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 13 de MAIO de 2019

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro – Fone/Fax 3262.1022 -

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos treze de maio de dois mil e dezenove na Delegacia de Polícia do Município, sob a presidência do Dr. RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia Titular do município, comigo escrevã ao final assinado, compareceu a Sra. Dra. **SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO, RG 40231703-8-SSP-SP, CPF 355530318-00, brasileira, branca, solteira, Advogada, natural de Nova Granada-SP, nascida aos 11.01.1988, filha de Carlos Alberto Giacometo e Rosemeire Verro Giacometo, residente na Rua Maria Rosa do Nascimento, 600, Pq. Das Nações, neste, fone 17-99776203335.** Sabendo ler e escrever, inquirido declarou: que, a declarante é Advogada com domicílio neste município. Informa que foi nomeada para o Sr. Joaquim Filho e para a irmã do mesmo, pela Defensoria, para ingressar com ação de Pedido de Alimentos por Miserabilidade Cumulado com pedido de indenização por abandono afetivo. Ele e a irmã foram devidamente atendidos no escritório da declarante e deu ingresso na ação, após receber de JOAQUIM e da irmã todos os documentos necessários para instrução do processo. Ele e a irmã sempre foram atendidos quando vinham até o escritório da declarante, contudo, vinham muito pouco, alegando não possuíam condições financeiras, dependendo de caronas. Eles trocavam frequentemente de endereço e telefone, e quando solicitados a virem até a cidade, informavam que viriam quando conseguissem carona, pois eles residiam em Fronteira-MG. Durante o período de apresentação de provas no processo foi solicitado testemunhas e documentações necessárias. A irmã de JOAQUIM FILHO, compareceu ao escritório acompanhada apenas da mãe, e se recusaram a deixar a documentação mesmo informadas de que estava no término do prazo, contudo quando solicitado as testemunhas e provas para serem anexados, deixaram claro que só viriam trazer somente quando pudessem. Tendo as mesmas informado de que trariam posteriormente os nomes das testemunhas. Eles foram orientados de que não havia prazo suficiente para envio posterior do solicitado e sugeriu que enviassem então por e-mail, ou telefone ou qualquer outro contato breve. Houve recusa, afirmando que não confiavam em meios de rede sociais e nem na advogada que informaria à parte contrária de quem seriam as testemunhas, se fornecessem os nomes antes da audiência. Antes da exposição de quebra de confiança, a declarante renunciou à nomeação, tendo o Juiz enviado ofício para a OAB para que fosse nomeado novo advogado, para que as partes JOAQUIM e a irmã não tivessem prejuízo, sendo este o último contato com citadas pessoas. Posteriormente, veio a saber através de internet de que o sr. JOAQUIM FILHO teria exposto injúrias, difamações e denegriu a imagem da declarante bem como de demais autoridades. Apresenta neste momento cópias extraídas através de pesquisa do Google provas da atitude de falta de respeito, e circunstân-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro – Fone/Fax 3262.1022 -

cia de que denegriu a imagem da declarante. Neste momento a declarante manifesta interesse em REPRESENTAR em desfavor do Sr. JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO pelos delitos de Injúria, Calúnia e Difamação. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivã de Polícia que parcialmente o digitei.

AUTORIDADE:

DECLARANTE:

ESCRIVÃ:

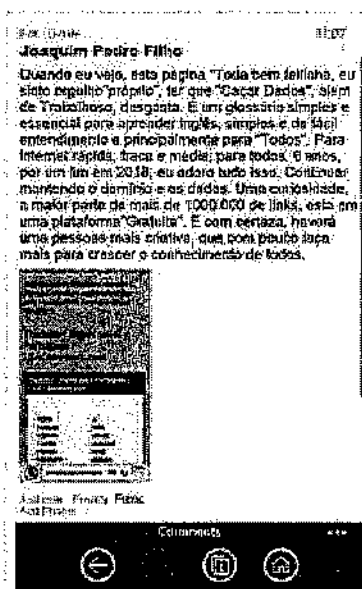
Joaquim Pedro Filho

Textos em linguagem Brasileira. (BRAZIL) | contato: zicutake@live.com

Selecione o idioma ▼

Powered by Google Tradutor

Um fim justo! #Brasil



Eu morri de medo de morrer

Morri, de medo
Medo, di morrer
Morrer, causou
Causou, um susto
Um, sonho
Sonho, terrível
Terrível, pesadelo
Aonde, eu
Eu morria.

Texto "Ampla", por Joaquim Pedro Filho [Uma nova linguagem]

Olimpíada Internacional de Matemática no Brasil por Escolas Privadas?

Infelizmente o Brasil tem um senso de noção "Esbofeteador", como um país que vai sediar Olimpíada Internacional de Matemática (IMO), com competidores de seu País, com alunos do ensino privado. Isto é ridicularizar o ensino Brasileiro, ou simplesmente ser complacente com atual situação crítica da educação Brasileira.

Desmerecer milhões de jovens que acorda cedo, pega ônibus ou vai metros e metros de distância em busca do ensino gratuito Brasileiro.

Isto mostra a grande desigualdade social do Brasil, "eu não vou perguntar o futuro, porque não haverá futuro."

Não consigo mais ter palavras.

Por Joaquim Pedro Filho

Obstrução da Justiça pela OAB e Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Envolvidos no tal assunto:

Suzane Karen Verro Giacometo OAB-SP/325.947

Magistrado Fabiano Rodrigues Crepaldi RG 257118986

Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902

Ernandes D. A. Lemos Moura OAB SP/304.627

[Erros ortográficos não será levado em consideração e sim os contextos a seguir. Formatação simples em uma folha A4.]

Referente ao processo 100.1943-73.2016.8.26.0390

No dia 19 de maio, ouve um serio atrito com a então advogada (Formada na Universidade Palista UNIRP) Suzane Karen Verro Giacometo OAB-SP/325.947, por questiona-la fatores, como anexos de provas e prazos descumpridos por sua parte no processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390.

Como poderão ler a seguir a seguintes denúncias; No mês de junho, com muitas dificuldades foi contatada a advogado Suzane, indicada pela defensoria, que mostrou logo uma falta de despreparo, por indicar uma advogado com tão pouco experiência (atuando desde 2012 em apenas tão poucos casos) e irresponsável (sendo sem escritório fixo, mudado três vezes de endereço, erros no processo e falta de entendimento e comprometimento).

"O Tom minha de crítica acima, pois o processo exigiria a "ALTA ARTICULAÇÃO", cujo deu a notar claramente e comprovado, que a tal não possui."

A senhora Suzane, infelizmente, só entraria oficialmente com o processo N° 100.1943-73.2016.8.26.0390 em meados de Outubro (sendo inicialmente em Junho solicitados seu serviços

e com o prazo de 30 dias de desistência). Advogado não só como não desistiu como tumultuou os prazos e falas ditas em apenas uma única reunião consigo. Após cinco meses, entrei em contato em meados de outubro com a tal dita no caso, para saber explicações e se queria desistir, a tal apenas dava entender que já tinha solicitado a entrada na ação processual na comarca de Nova Granada, sem tardar foi marcada uma segunda reunião, cujo minha mãe Josilene Lourenço Pereira e minha irmã (Presente no caso) foi em seu escritório, já modificado de endereço, oferecido inicialmente, pela defensoria pública má gestionada (situação confirmada no processo, de minha mãe N° 0000735-71.2016.8.26.0390). Logo ao término deste segundo contato; foi passado um documento, cujo comprovou que a tal dita, teria agido perfidamente com seus clientes, eu e minha irmã, pois o processo só teria sido solicitado (gerando assim o número de confirmação) a comarca, dois dias antes da segunda reunião, com vários erros de entendimento que foi lhe passado, e principalmente em contextos informados pelo clientes, eu e minha irmã.

A preocupação da injustiça, do processo de "HONRAR", ser tumultuado por situações financeiro de minha parte, e principalmente pela má conduta do Magistrado Fabiano Rodrigues Crepaldi, obstruindo a justiça por igualitário direito de defesa (já questionada no processo N° 0000735-71.2016.8.26.0390), deixamos estar, as palavras ditas.

Depois de sete meses depois da audiência de conciliação (Algo que já poderia ter acontecido meses atrás, se não fosse a má conduta da tal, levada talvez por influências, coação, ameaça; pois o tal advogado do acusado, senhor Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902, no processo solicitado, é representante da OAB da comarca de nova Granada, cujo a Senhora Suzane trabalha presencialmente na Comarca, em trabalhos administrativos, cujo vale ressaltar, que OAB local reside na mesma sala que a tal.), em novembro. Em meados de maio a dita ligou no dia 17, solicitando nome de testemunhas (Vale ressaltar que ligou em um prazo "Espremido".), a tal disse que poderia ser enviado por "SMS" (cujo a senhora Suzane em uma conversa informal declarou que não responde SMS nem EMAIL, em contatos com o cliente), foi marcado um encontro na mesma semana, em uma sexta-feira, com a tal. A senhora Suzane pediu-me que lhe avisa-se de minha vinda, juntamente com minha mãe e irmã. Eu cliente do caso, recusei-me ir, por se tratar de uma mulher, e perceber claramente leves dissimulação da tal, podendo inventar infames ações minhas (E assim confirmo facilmente que vi a Senhora Suzane em apenas uma reunião indicada pela defensoria). E assim partiu minha irmã e minha mãe a cidade de Nova Granada, chegando em seu escritório, logo percebeu que a tal havia novamente mudado de localidade, cujo não nos alertou, descoberto seu novo local, partilhado com outra (os) advogada, quem minha mãe a denunciou-a na OAB pelo processo acima. Minha irmã, cliente da tal, mostrou-lhe documento como provas para o processo, e ela recusou; disse que não há mais prazo, e que talvez o juiz não aceite. Foi um espanto para minha irmã, que questionou-a, pois ela nunca em todas reunião citadas, solicitou documento comprobatórios para caso, em nenhum momento, somente relatos e alguns fatos na primeira reunião.

Logo exaltou-se, levando minha irmã em prantos, e logo em seguir a tal disse que renunciaria o caso, deixando um assunto tão "HONROSO" para nós afetados pelo acusado, sem direito algum. Logo a defensoria negligenciaria com informações infortunes, do rumo do processo.

Uma observação, a advogada mostrava um interesse em que envia-se, nomes e endereços das testemunhas por "SMS". Vale lembrar que quando envia uma mensagem de celular para outro, fica mais fácil copia-la e reenviar a outro destinatário. Vale lembrar que o advogado do acusado, Antonio Alberto C. Lemos SP/113.902, por mim vítima, o seu irmão é advogado de minha mãe, Ernandes D. A. Lemos Moura SP/304.627, pertencente no mesmo escritório do advogado do acusado, cujo demonstrou negligência e possível obstrução no processo N° 0000735-71.2016.8.26.0390. E principalmente, vale lembrar que o tal é representante da OAB local de Nova Granada.

Rogo Ajuda para que não aconteça com mais nenhum SER HUMANO, as atitudes antiéticas e "porcas" escritas acima. Cópia será encaminhada a outros locais competentes.

Observação: Ouso-me dizer a grande hipótese de "Estelionato" na Defensoria pública na Comarca de Nova Granada, advogados que "Esconder" seu trabalhos jurídicos para justificar seus Ganhos na Defensoria. Outro perigo cedente, é os autos valores dos processos, um exemplo seria o meu próprio, o valor descrito do caso é cerca de R\$80.000, cujo o valor real é R\$800,00. Os valores

modificados seria uma porcentagem alta, retornada para os advogados em despesas custeadas pelo governo.

- Por Joaquim Pedro Filho. Vale ressaltar que uma injustiça documentada é uma aval para matar.

Feios, Sujos e Malvados

Baseado no título do célebre filme "Feios, Sujos e Malvados - Brutti, sporchi e cattivi", o modo "Cortiço" da vida comum.

Eles vêem...

Eles falam...

Eles comem...

Eles pensam...

Eles amam...

Eles sonham...

Eles tentam...

Eles criticam...

Eles nascem de uma crença...

Eles morrem na sobrevivência...

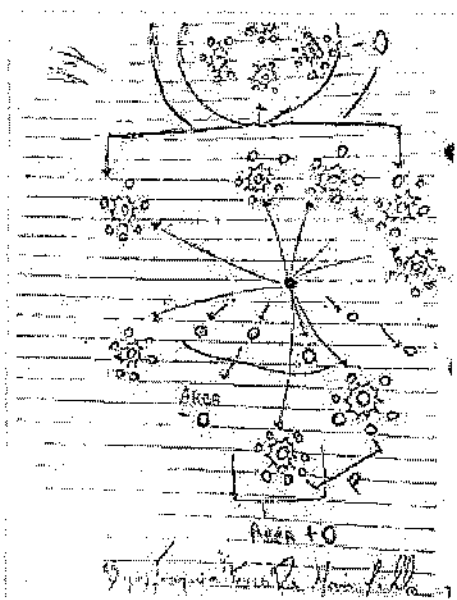
Eles invejam...

Eles são sujos nos olhos da igualdade...

Eles são ser humanos...

Por Joaquim Pedro Filho - "Colapso da Igualdade"

Estudo Científico Zicutake: O universo está retrocedendo, não expandido



Estudo Científico Zicutake: O universo está retrocedendo, não expandido

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 14 de MAIO de 2019

C.
L.
S.

Junte-se aos autos Termo de Declarações da Dra. ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES. A seguir voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.

Nova Granada, 14 de maio de 2019

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto F.N.Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 14 de MAIO de 2019



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 13 dias do mês de maio de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivã de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES**, RG 24.328.326-X, filha de José Carlos de Oliveira Martins e Vilma da Silva de Oliveira Martins, nascida aos 18/08/1979, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de São José do Rio Preto-SP, de profissão Promotora de Justiça, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 269, no bairro Centro, na cidade Monte Aprazível-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: "Sou Promotora de Justiça há quase 12 anos. Atualmente exerço o cargo de 1ª Promotora de Justiça de Monte Aprazível-SP. Recordo-me que, logo após retornar da licença-maternidade, ou seja, após o dia 07 de setembro de 2016, fiz um atendimento ao público de uma senhora, que não me recordo o nome, mas é a genitora do investigado. Ela disse ter perdido uma ação por conta do advogado e ele não tinha feito nada para impedir. Esclareço não me recordar se era advogado ou advogada. Expliquei que ela podia constituir um novo advogado, inclusive pelo convênio entre a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, inclusive informei que, quando não concordamos com uma sentença podemos recorrer. Referida pessoa disse não ter jeito, que o advogado ou a advogada não tinha feito nada e começou a falar que foi coagida pelo juiz no dia da audiência, além de não ter Promotor de Justiça presente em referida audiência. Como ela não havia conseguido explicar qual era a ação, pedi novamente para me informar, mas a senhora estava muito exaltada e não conseguia explicar direito. Consegui entender que o caso se referia a cobranças de alugueres atrasados e despejo. Diante de tais informações, expliquei que o Ministério Público não atuava em tais situações e, por isso, provavelmente não havia Promotor de Justiça na audiência. Referida senhora ficou mais exaltada e falava que o juiz havia coagido a assinar um acordo. Ela queria que eu tomasse providências contra o juiz. Expliquei qual o caminho legal para a tomada de providências, caso ela efetivamente quisesse tomar, mas não concordava, queria que eu tomasse as providências. Novamente, informei o caminho, infor-



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

mei sobre o direito dela constituir novo advogado para questionar o acordo e a senhora disse que não dava para confiar na Justiça. Afirmar que podíamos confiar na justiça sim. Esclareço que a senhora estava muito exaltada e não aceitava qualquer tipo de orientação. Quando falei que podíamos confiar na Justiça, muito exaltada e falando bem alto, ela começou a afirmar que eu era amiga do juiz, insinuou que eu estaria atuando em conjunto com ele para prejudicá-la, que a Justiça não servia para nada. Disse que se ela continuasse a falar daquele jeito, seria melhor terminar o atendimento, mas a senhora falou mais alto ainda que eu era amiga do juiz e que a Justiça não era confiável. Informei para a senhora que se ela continuasse a me desacatar, daria voz de prisão para ela e, imediatamente, encerrei o atendimento. Nunca mais vi referida pessoa. Esclareço que todos os atendimentos sempre foram feitos na presença de outro servidor do Ministério Público do Estado de São Paulo. No dia dos fatos, meu estagiário da época, hoje advogado, Dr. Wliner Wylas Galisteu Borghi, esteve presente o atendimento inteiro. No dia 01 de novembro de 2016 removi para o cargo de 1º Promotor de Justiça de Monte Aprazível e nunca mais voltei na comarca de Nova Granada ou tive qualquer contato. Esclareço que referida senhora sempre foi muito agressiva, provocativa e desrespeitosa durante o atendimento, inclusive afirmando que eu estaria atuando em conluio com o juiz. Somente fiquei sabendo dos fatos apurados nestes autos, no carnaval deste ano. Esclareço que não tinha conhecimento de nenhum dos processos mencionados, nem sequer nunca atuei em qualquer dos processos. Pelo que li dos autos, o Ministério Público nunca participou, pois as partes são maiores e capazes. A divulgação do vídeo com a citação do meu nome me causou profundo constrangimento, denigrando minha honra, meu nome, o cargo que ocupo e o Ministério Público do Estado de São Paulo. Ratifico integralmente a representação já oferecida para que essa senhora, seu filho e qualquer outra pessoa que tenha participado dos fatos, inclusive na criação do vídeo e na divulgação deste, sejam processados criminalmente". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES
Declarante

RAQUEL C. FIALHO NETO FURLONI
Escrivão de Polícia

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 23 de maio de 2019

C.
L.
S.

Junte-se aos termo de declarações dos Srs. Drs. TASSO DENIS CAMPANHÇA CURY, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e RODRIGO PEREIRA DOS REIS.

A seguir voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.
Nova Granada, 23 de maio de 2019

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto F.N.Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 23 de maio de 2019



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

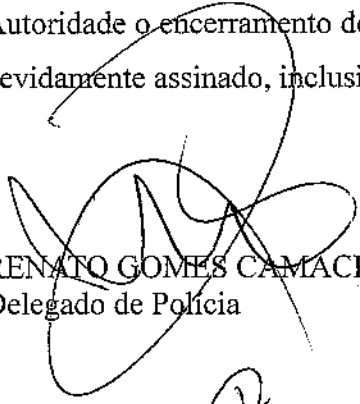
TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 13 dias do mês de maio de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivã de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY**, RG 14.727.216-6, filho de Paulo Lahud Cury e Elza Campanhã Cury, nascido aos 28/05/1966, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de Catanduva-SP, de profissão Promotor de Justiça, residente e domiciliado na Rua Voluntários de São Paulo, nº 3539, no bairro Centro, na cidade São José do Rio Preto-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: "Exerço o cargo de Promotor de Justiça há 31 anos e há 22 (anos) sou titular da 1ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto, SP. Não me lembro especificamente a data quando atendi uma senhora, cujo nome não me recordo, a qual relatou ser de Nova Granada e que respondia a uma ação de despejo na comarca de Nova Granada, sendo que fez acordo em audiência para desocupar o imóvel que residia em determinado prazo. Não havia Promotor de Justiça oficiando no processo porque as partes eram maiores e capazes. Tal senhora afirmava que foi obrigada a fazer o acordo. Observei que deveria levar sua reclamação ao Promotor de Justiça da comarca de Nova Granada e, se tivesse realmente ocorrido algo de errado, que procurasse a Corregedoria da Justiça e o CNJ porque reclamava especificamente do Juiz. Após lhe falar que não podia tomar nenhuma providência contra o Juiz porque não tinha atribuição para tanto, sem contar que não era Promotor de Justiça de Nova Granada, ela se revoltou e passou a me hostilizar, foi agressiva, provocativa, desrespeitosa. Posteriormente tomei conhecimento que ela e seu filho, que também à minha Promotoria compareceu, divulgaram um vídeo na internet dizendo que havia uma quadrilha de estelionatários agindo no Fórum da Comarca de Nova Granada, com a participação de Juiz, Promotor, Advogados, Defensores Públicos, funcionários públicos, com minha conivência. Ratifico a representação que já ofereci para que essa Senhora, seu filho e quem mais participou da criação desse vídeo sejam processados criminalmente". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.


RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia


TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY
Declarante


RAQUEL C. FIALHO NETO FURLONI
Escrivão de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 13 dias do mês de maio de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivã de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **JOSÉ HEITOR DOS SANTOS**, RG 16.523.258, filho de Manoel Alves dos Santos e Rosa da Silva Santos, nascido aos 27/07/1964, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de Pão de Açúcar-AL, de profissão Promotor de Justiça, residente e domiciliado na Rua Voluntários de São Paulo, nº 3539, no bairro Centro, na cidade São José do Rio Preto-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: "**Sou Promotor de Justiça há 28 anos. Atualmente exerço o cargo de 17º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, SP. Não me lembro exatamente o ano e a data, mas era Secretário-Executivo Criminal da Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto quando atendi uma senhora, cujo nome não me recordo, nas dependências da Secretaria Criminal. Ela era de Nova Granada, dizia que respondia uma ação de despejo na comarca de Nova Granada, onde fez um acordo em audiência para desocupar o imóvel em determinado prazo, com a presença de advogados e, obviamente, do Juiz. Não havia Promotor de Justiça oficiando no processo porque as partes eram maiores e capazes. Tal senhora afirmava que foi obrigada a fazer o acordo. Observei que deveria levar sua reclamação ao Promotor de Justiça da comarca de Nova Granada e, se tivesse realmente ocorrido algo de errado, que recorresse do acordo, pois era assistida por Advogado, e fosse à Corregedoria da Justiça porque ela reclamava também do Juiz. Aliás, reclamava de tudo e de todos. Quando a orientei nesse sentido, esclarecendo que não podia tomar nenhuma providência contra o Juiz porque não tinha atribuição para tanto, sem contar que não era Promotor de Justiça de Nova Granada, ela se revoltou e passou a me hostilizar, foi agressiva, provocativa, desrespeitosa, deixando transparecer certo desequilíbrio. Por isso, pacientemente a ouvi e relevei todo o seu destempero, embora, a mim me pareceu, que sua intenção era provocar em mim alguma reação abusiva, o que não ocorreu. Foi isso o que se passou quando atendi essa Senhora. O atendimento durante aproximadamente uma hora, ocorreu na presença dos funcionários da Secretaria Criminal, tempo em que, repi-**




SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

to, ela foi extremamente ofensiva e agressiva. Posteriormente tomei conhecimento que ela e outra pessoa, que seria seu filho, divulgaram um vídeo na internet dizendo que havia uma quadrilha de estelionatários agindo no Fórum da Comarca de Nova Granada, com a participação de Juiz, Promotor, Advogados, Defensores Públicos, funcionários públicos, com minha convivência e do Dr. Tasso, Promotor de Justiça Cível da Comarca de São José do Rio Preto, que, segundo soube depois, também a teria atendido na comarca de São José do Rio Preto. No vídeo aparece a minha fotografia. A divulgação do vídeo e a fotografia causaram em mim profundo constrangimento, pois denegriu minha honra, meu nome, o cargo que ocupo e o Ministério Público do Estado de São Paulo. Ratifico a representação que já ofereci para que essa Senhora, seu filho e quem mais participou da criação desse vídeo sejam processados criminalmente". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.


RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

JOSÉ HEITOR DOS SANTOS
Declarante


RAQUEL C. FIALHO NETO FURLONI
Escrivão de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 23 dias do mês de maio de dois mil e dezenove, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Doutor RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivã de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece **RODRIGO PEREIRA DOS REIS**, RG 29.307.331-4, de nacionalidade BRASILEIRA, de profissão Promotor de Justiça, residente e domiciliado na Av. Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, nº 1001, no bairro Centro, na cidade Nova Granada-SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: "No final do mês de fevereiro, já quase em março, em data que não me recordo ao certo, estive em atendimento ao público na Promotoria de Justiça de Nova Granada a Sra. Josilene Lourenço Pereira acompanhada de uma moça a qual dizia ser sua filha e que não sei o nome, onde, inicialmente, foram recebidas normalmente sendo que o atendimento já se iniciava. Contudo, já era de meu conhecimento que tal Senhora estava causando certo tumulto no atendimento do Cartório Judicial um pouco antes de ser atendida por este Promotor, inclusive já havia até conversado com o Diretor do Cartório Joel, uma vez que solicitava informações de um processo já extinto alegando que havia sido prejudicada em tal feito. Já nas dependências da Promotoria de Justiça percebi que a Sra. Josilene estava bastante exaltada e denotava estar gravando a conversa desde que veio do andar inferior quando estava no Cartório. Assim sendo, de forma educada, foi solicitado que a mesma desligasse o celular ou mesmo que permitisse a visualização por este Promotor a fim de constatar se era verdadeira a suspeita de que a mesma estivesse gravando a conversa em tal aparelho, ocasião em que tal Senhora de forma bastante grosseira disse que não iria fazer uma coisa e nem outra, e não quis mais conversa, saindo de forma apressada da Promotoria de Justiça, chamando sua filha para sair do local também, com procedimento bastante desrespeitoso a este Promotor de Justiça que a estava tratando com dignidade, portanto, nenhuma conversa em atendimento efetivamente chegou a ser travada. Não conhecia tal Senhora até então tampouco sua filha ou mesmo seu filho Joaquim Pedro de Moraes Filho, não havendo qualquer questão de interesse da Promotoria de Justiça envolvendo este núcleo familiar durante o tempo em que estive como Promotor de Justiça titular da Comarca de



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022

Nova Granada. Alguns dias depois, o filho de tal Senhora Josilene, Joaquim Pedro de Moraes Filho, começou a mandar vários e-mails para a Promotoria, com cópia para inúmeras pessoas e outros órgãos públicos, que já se encontram nos autos, inclusive com uma postagem de vídeo e gravações no Youtube (também nos autos), sendo que tais e-mails tinham afirmações e ilações unilaterais bastante graves, ao meu sentir totalmente desarrazoadas, difamatórias e caluniosas, envolvendo alguns outros Promotores de Justiça, advogados e o Juiz de Direito Titular da Comarca Fabiano Rodrigues Crepaldi, onde, por dever de ofício cientifiquei o Juiz de Direito, com cópia de todos estes e-mails ao mesmo, além de solicitar a instauração deste inquérito policial para melhor apurar os fatos e elucidar a verdade. Em anexo a um destes e-mails e postagens na internet verifiquei que consta uma gravação de parte da conversa que tive com a Senhora Josilene naquele dia do atendimento acima referido, demonstrando que efetivamente a mesma desobedeceu e mentiu deliberadamente a este Promotor de Justiça posto que dizia que não estava gravando nada. Por fim, acredito que o único trecho dos e-mails e postagens que se referem a este Promotor declarante toca na questão de que eu teria sido agressivo com as mesmas no dia do atendimento referido, o que é totalmente inverídico e calunioso, inclusive pela própria gravação feita pela Josilene onde não se denota qualquer tipo de atitude agressiva mesmo ante o comportamento totalmente inadequado desta para com este Promotor em nítida atitude de enfrentamento sem razão e total falta de educação e respeito, sendo que toda a conversa foi presenciada pelos servidores da Promotoria de Justiça e a parte final da saída da Promotoria foi presenciada por segurança do fórum que não me recordo o nome agora mas que ainda trabalha no local. Enfatizo que não atuei em manifestação de mérito nesta investigação até porque não sou mais Promotor de Justiça titular de Nova Granada e que represento expressamente para todos fins de direito para o caso de capitulação de eventual delito de ação pública condicionada". Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente o digitei.

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

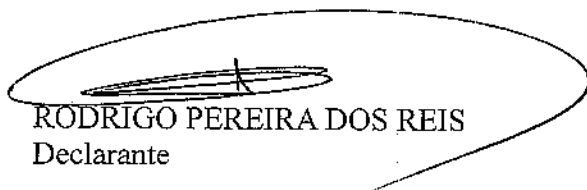



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone: 3262.1022


RODRIGO PEREIRA DOS REIS
Declarante


RAQUEL C. FIALHO NETO FURLONI
Escrivão de Polícia



CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 27 de maio de 2019

C.

L.

S.

Presente nesta Unidade Policial a Sra. Dra. CLAUDIA RENATA DA SILVA, tome-se por termo suas declarações. A seguir, voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.

Nova Granada, 27 de maio de 2019

RENATO GOMES CAMACHO
DELPOL TIT. MUNICÍPIO

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 27 de maio de 2019



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP

Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro – Fone/Fax 3262.1022

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezenove na Delegacia de Polícia do Município, sob a presidência do Dr. **RENATO GOMES CAMACHO**, Delegado de Polícia Titular do município, comigo escrevã ao final assinado, compareceu **Sra. Dra. CLÁUDIA RENATA DA SILVA, RG 14.567.405-SSP/SP, brasileira, branca, Advogada, solteira, filha de José da Silva Filho e Neuza das Graças Soares da Silva, natural de José Bonifácio/SP, nascida aos 25.08.1970, residente na Rua Manoel Ribeiro de Sá, 524, centro, neste, fone 17 – 3261-3496. Sabendo ler e escrever, declarou que:** que a declarante participou da audiência de conciliação do Juizado Especial do feito da ação de despejo onde as partes firmaram acordo, porém, passado algum tempo, a declarante foi procurada pelo Sr. JOAQUIM e sua genitora ROSILENE em seu escritório, tendo aquele chegado exaltado se referindo à mesma com ofensas e que não queriam cumprir o acordo. Naquele ato, ofendiam à Justiça e inclusive as Autoridades judiciais. Diante disto, a declarante pediu que se retirassem do escritório, senão chamaria a Polícia, quando ambos saíram do local. A declarante sentiu-se ameaçada e ofendida pelo Sr. Joaquim e neste momento Representa em desfavor do Sr. Joaquim pelo delito de Ameaça e autoriza o DD. Representante do ministério público a intentar ação de “queixa-crime” competente. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivã de Polícia que parcialmente o digitei.

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

Declarante

Escrivã de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO - CONCLUSÃO

Neste dia 6, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhor(a) Escrivão(ã)

Junte-se aos autos meu RELATÓRIO FINAL e encaminhe-se ao Fórum da Comarca de Nova Granada, com as cautelas de praxe.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 06/06/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

RELATÓRIO FINAL

Natureza: CALÚNIA, DIFAMAÇÃO e INJÚRIA.

Autora: JUSTIÇA PÚBLICA.

Vítima: FABIANO RODRIGUES CREPALDI e OUTROS.

Investigado: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Inq. Pol.: 2067126-36.2019.110417.

Processo: 1500106-18.2019.8.26.0390.

Meritíssimo Juiz:

Consta nos autos do inquérito policial em epígrafe, instaurado mediante PORTARIA, sobre fato noticiado pelo Ofício nº 003/2019-jsc do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada, o qual encaminhou e-mail que teria sido feito por JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. O referido e-mail tecia inúmeros comentários acerca da conduta do Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada, Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, dos advogados ANTÔNIO ALBERTO CRISTÓFALO LEMOS, SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO e CLÁUDIA RENATA DA SILVA. Em um vídeo postado na internet, o denunciante afirmou que um usuário acionaria a Defensoria Pública do Estado, que por sua vez, acionaria o advogado nomeado, o qual modificaria o custo do processo e receberia mais nomeações, praticando assim, um eventual crime de estelionato. No mesmo vídeo, foi citado ainda, como participantes do esquema de estelionato, além dos já mencionados, o advogado ERNANDES D. A. LEMOS MOURA e os Promotores de Justiça TASSO CURY, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES.

Foram juntadas cópias dos processos nº 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390 (fls. 02/547 e 589/718), ofício nº 003/2019 do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada (fls. 550/552), cópia dos e-mails enviados pelo investigado (fls. 553/561 e 570), pesquisa sobre o investigado (fls. 562/566), ofício nº 004/2019 do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada (fls. 567), termo de representação (fls. 568/569), ofício nº 209/19 solicitando retirada de vídeo do YOUTUBE (fls. 572), termo de representação (fls. 582/584), ofício nº 303/19 (fls. 719), pedido do advogado (fls. 726/737).

Às fls. 576/578, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO confirmou que realmente havia enviado os e-mails juntados nestes autos, fazendo acusações contra o Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada, DR. FABIANO RODRIGUES CREPALDI, e outras pessoas. Alegou que teria sido prejudicado em dois processos impetrados nesta comarca, os de nº 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390, acusando o Juiz, advogados e outras pessoas como sendo integrantes de esquema fraudulento para obterem vantagens. Todavia, não forneceu dados críveis que pudessem comprovar suas alegações.

Às fls. 579/580, JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, mãe de JOAQUIM, explicou os motivos da insatisfação de seu filho, fazendo as mesmas alegações que ele.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

RELATÓRIO FINAL

Às fls. 586/587, FABIANO RODRIGUES CREPALDI, Exmo Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada, prestou suas declarações, onde repeliu todas as afirmações injuriosas feitas pelo investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, oferecendo representação criminal contra o mesmo.

ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS afirmou que nunca prestou serviços advocatícios para o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO ou sua mãe JOSILENE LOURENÇO PEREIRA. Refutou todas as afirmações ofensivas feitas por JOAQUIM, o qual teria acusado o depoente e outros advogados, Juiz e Promotores de Justiça como fazendo parte de esquema fraudulento para obterem vantagens na comarca de Nova Granada.

SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO disse que atuou como advogada designada pela Defensoria Pública para defender os interesses de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO em ação de indenização por abandono afetivo. O mesmo dificultou a ação da declarante no processo, pois não entregava os documentos solicitados e não compareciam em audiências, motivo pelo qual a advogada renunciou à nomeação. Tomando conhecimento das ofensas perpetradas por JOAQUIM, ofereceu representação contra o mesmo.

Os Promotores de Justiça ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES, TASSO DENIS CAMPANHÃ CURY, JOSÉ HEITOR DOS SANTOS e RODRIGO PEREIRA DOS REIS, prestaram suas declarações, informando que não atuaram nos processos alegados pelo investigado, apenas prestando atendimento ao mesmo e sua mãe, quando eles alegaram que estavam sendo prejudicados nas aludidas ações judiciais. Disseram que prestaram todas as informações para que as partes buscassem os órgãos responsáveis caso tivessem alguma reclamação sobre a atuação dos envolvidos nos processos. Ofereceram representação contra o autor dos fatos.

CLÁUDIA RENATA DA SILVA disse que participou, como advogada, da audiência de conciliação do Juizado Especial em ação de despejo de ROSILENE. Depois dos fatos, foi procurada por JOAQUIM, filho de ROSILENE, o qual estava muito exaltado e fez afirmações injuriosas contra vários ocupantes de cargos públicos, inclusive a autoridade Judicial da Comarca. Ofereceu representação contra o investigado JOAQUIM.

Por fim, entendendo estarem conclusos o trabalho da Polícia Judiciária, este é o relatório que submeto à apreciação de Vossa Excelência, bem como ao membro do Ministério Público, permanecendo à disposição para ulteriores deliberações a serem solicitadas.

Nova Granada/SP, 06 de junho de 2019.

Renato Gomes Camacho

Delegado de Polícia

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

VEC - Vara das Execuções Criminais

Login:

VEC7050020

Comarca:

Nova Granada



Pesquisa por Réu

Nenhuma Pessoa Física Encontrada

Nome : JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Mãe : Josilene Loureno Pereira

Para fazer a pesquisa, preencha um ou mais campos.

Nome:*

☐ Pai:*☐ Mãe:*☐ Alcuha:*

Os campos marcados com (*), são obrigatórios.

Pesquisar

Voltar



11/06/2019

0000766

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 4202647**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Nova Granada, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **FEITOS CRIMINAIS PARA FINS JUDICIAIS**, anteriores a 10/06/2019, verificou **CONSTAR** contra: *****

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG: 20252741, CPF: 133.036.496-18, nascido em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, filho de Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

A seguinte distribuição:*****

NOVA GRANADA

» Foro de Nova Granada - Vara Única. Inquérito Policial: 1500106-18.2019.8.26.0390. Data: 07/03/2019. Autor: Justiça Pública.*****

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE JUDICIAIS, PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E INSTRUÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS**, e abrange inquéritos policiais, termos circunstanciados, medidas cautelares protetivas e de prisão, autos de prisão em flagrante, ações penais e execuções criminais, com respectivos eventos de parte, cadastrados no sistema informatizado SAJ/PG5, sendo válida para reconhecimento de maus antecedentes ou reincidência. Processos mais antigos poderão ter seus eventos registrados somente no processo físico, recomendando-se a solicitação de certidão específica. A data de informatização de cada comarca está disponível em http://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/ComunicadoSPI22_2019.pdf.

A lista de processos não é necessariamente exaustiva. São apontados apenas os processos com nomes do pesquisado e de um dos genitores foneticamente iguais e mesma data de nascimento (com o nome do outro genitor idêntico ou em branco). São apontados no campo de "não qualificados" processos sem filiação, mas com identidade de número de RG ou CPF e sem divergência de nascimento.

RECOMENDA-SE A ANÁLISE DESTA CERTIDÃO EM CONJUNTO COM A FOLHA DE ANTECEDENTES.

Esta certidão é sem custas.

Nova Granada, 11 de junho de 2019.

PEDIDO Nº:

**0000766**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 11 de junho de 2019.

 Eu, ____, Selma Aparecida Alves Dos Santos, Escrevente
 Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 11/06/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 11 de junho de 2019

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE NÃO LEITURA – CONTAGEM DE PRAZO DO ATO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que, em 21/06/2019, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo. Considera-se o início do ato em 24/06/2019.

Destinatário do Ato: Justiça Pública

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 22/06/2019.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Para melhor formação da *opinio delicti* requeiro o retorno dos autos à Delegacia de Polícia para que a autoridade policial junte cópia do vídeo inserido no *Youtube* referente aos fatos, bem como seja elaborada a degravação do áudio e juntada aos autos.

Após, nova vista dos autos.

Nova Granada, 24 de junho de 2019.

VANESSA IBARRECHE SANTA TERRA
Promotora de Justiça Designada

Matheus Corrêa Marto
Analista Jurídico



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

DEFIRO o requerido pela representante do Ministério Público fls. 781.
 Remetam-se os autos à Delpol **de origem por mais trinta (30) dias, para atendimento do requerido pelo MP.**
 Int.

Nova Granada, 26 de junho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

REMESSA

Em ____ de _____ de 2019, faço remessa destes autos a Delegacia de Polícia de origem.
 O(A) Escrevente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 11/07/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: DEFIRO o requerido pela representante do Ministério Público
fls. 781. Remetam-se os autos à Delpol de origem por mais trinta (30) dias,
para atendimento do requerido pelo MP. Int.

Nova Granada, (SP), 11 de julho de 2019



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2067126

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

Neste dia 16, faço estes autos conclusos À Autoridade Policial presidente, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.

Cls. Senhora Escrivã

Junte-se aos autos o ofício nº 639/19-rgc, bem como a imagem da indisponibilidade do vídeo solicitado. Após, encaminhe-se ao Fórum da Comarca de Nova Granada, como cota cumprida.

RENATO GOMES CAMACHO

Delegado de Polícia

DATA E CERTIDÃO

A seguir, em 16/07/2019, CERTIFICO ter dado cumprimento ao despacho acima, do que, para constar eu, _____, RAQUEL C. F, NETO FURLONI, Escrivão(ã) de Polícia, lavro o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550, centro – fone: (17) 3262-1022

fls. 785

Ofício nº 639/19-rgc

Ref: Ofício Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390.

Nova Granada/SP, 16 de julho de 2019.

Meritíssimo Juiz de Direito:

Pelo presente instrumento, em resposta ao vosso despacho de fls. 782 do processo **1500106-18.2019.8.26.0390**, o qual deferiu o requerido pela representante do Ministério Público de fls. 781, para que fosse juntada cópia do vídeo inserido no YOUTUBE referente aos fatos, bem como fosse elaborada a degravação do áudio do referido vídeo, informo que o vídeo estava disponível no canal do YOUTUBE com a URL <https://m.youtube.com/watch?v=I3LfhsgRJ3g>. Porém, o citado vídeo foi retirado do canal mencionado e não se encontra mais disponível, conforme imagem juntada.

Ao ensejo, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Renato Gomes Camacho
Delegado de Polícia

À

Vossa Excelência

DRA. ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada/SP

Nova Granada-SP



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 17 de julho de 2019.

 Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 17/07/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 17 de julho de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 22/07/2019 17:52

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 22 de Julho de 2019

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Feito nº 1500106-.8.26.0390

MM. Juiz:

Em que pese o ofício de fls. 785, requeiro o retorno dos autos a Delegacia de Policia para que a autoridade policial verifique da possibilidade de conseguir o vídeo ou cópia do mesmo através de outros meio disponiveis na rede social ou mesmo, com uma das eventuais vítimas.

Nova Granada, 22 de julho de 2019.

JOSÉ SILVIO CODOGNO
Promotor de Justiça Designado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

DEFIRO o requerido pela representante do Ministério Público fls.790 .
 Remetam-se os autos à Delpol **de origem por mais trinta (30) dias, para atendimento do requerido pelo MP.**
 Int.

Nova Granada, 25 de julho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

REMESSA

Em ____ de _____ de 2019, faço remessa destes autos a Delegacia de Polícia de origem.
 O(A) Escrevente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 25/07/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: DEFIRO o requerido pela representante do Ministério Público
fls.790 . Remetam-se os autos à Delpol de origem por mais trinta (30) dias,
para atendimento do requerido pelo MP. Int.

Nova Granada, (SP), 25 de julho de 2019

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP

ORDEM DE SERVIÇO Nº 225/19

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

IPE 2067126-36.2019.110417

AUTOR: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

NATUREZA: CALÚNIA

EscriPol: Raquel

NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO

Ao Setor de Investigação, determino diligências urgentes, no sentido de eventual obtenção do vídeo ou cópia do mesmo, onde houve a divulgação do ato ilícito, a fim de dar cumprimento à cota ministerial nos presentes autos. Em anexo, expediente.

Nova Granada/SP, 01 de agosto de 2019

Dr. RENATO GOMES CAMACHO
DELPOL. TIT. MUNICÍPIO

prazo: 14 dias úteis



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fone- Fax: 3262.1022



INFORMAÇÃO

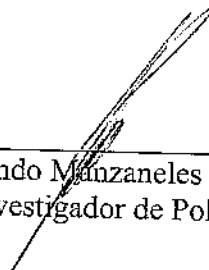
Ordem de Serviço : 221 / 2019 e 225 / 2019
I.P.E. : 2067126-36.2019.110417
Natureza : Calúnia
Autor : Joaquim Pedro de Moraes Filho

Informamos a Vossa Excelência que, no intuito de elucidar o caso em questão, foi realizada pesquisas em diversas redes, com o fim de conseguir o vídeo ou cópia do mesmo, porém o mesmo não mais se encontra na Internet.

Diligenciamos até o Fórum desta comarca, onde, em conversa com **Michele**, funcionária da **Promotoria**, nos informou que possuía cópia do vídeo solicitado e, na sequência, forneceu-nos uma cópia para que fosse respondido esta cota ministerial.

Era o que tínhamos a informar.

Nova Granada, 08 de Agosto de 2019



Fernando Manzaneles Padilha
Investigador de Polícia

Exmo. Sr.
Dr. Renato Gomes Camacho
DD. Delegado de Polícia
Nova Granada-SP



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP

Nº 054/19

Autos remetidos pela Delegacia de Polícia de Nova Granada/SP- DelSecPol de São José do Rio Preto/SP, DEINTER 5 – São José do Rio Preto/SP

AO MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP
Em 08.08.2019

RELAÇÃO NUMÉRICA DOS AUTOS EXPEDIDOS

ITEM	INTERESSADO	ASSUNTO
01	DelPol de Nova Granada.	Encaminha um CD-R Mega Innovation, com escrita “Vídeo Youtube”, a fim de instruir Ipe 2067126-36, Processo 1500106-8.26.0390.

SEÇÃO EXPEDIDORA

Raquel Couto F.N.Furloni
EscriPol-

SEÇÃO RECEBEDORA

Recebi os autos constantes da relação acima.

Em ____ de ____ de 2.019

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro – Fone/Fax 3262.1022**

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia, do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.

Nova Granada, 08 de agosto de 2019

C.

L.

S.

Diante o requerido pelo DD. Promotor de Justiça da Comarca de Nova Granada-SP, nos presentes autos, às fls. 790 dos presentes autos, restitua-se os presentes autos, para apreciação e prosseguimento, com as cautelas de estilo.

Nova Granada, 08 de agosto de 2019

DR. RENATO GOMES CAMACHO
DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 08 de agosto de 2019

REMESSA : Aos 08 de agosto de 2019 faço remessa dos presentes autos ao Juízo da Comarca local, do que para constar, digitei este termo.

Raquel Couto Fialho Neto Furloni - EscriPol
A Escrivã

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 08 de agosto de 2019.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 08/08/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 08 de agosto de 2019

VARA JUDICIAL ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Autos n.º 1500106-18.2019.8.26.0390

CARTÓRIO CRIMINAL

Meritíssimo Juiz:

A cota ministerial a fl. 781, deferida pelo juízo, era no sentido de que o vídeo fosse degravado em seu áudio.

Requeiro o retorno dos autos para a complementação do cumprimento da cota, se o caso, procedendo a degravação pericial.

Conceda-se prazo.

Nova Granada, 08 de agosto de 2019.

HÉRICO WILLIAM ALVES DESTÉFANI

Promotor de Justiça

(Acumulando)

Autos n.º 1500106-18.2019.8.26.0390



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 08/08/2019 22:38

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 8 de Agosto de 2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

DEFIRO o requerido pela representante do Ministério Público fls. 799.
 Remetam-se os autos à Delpol **de origem por mais trinta (30) dias, para atendimento do requerido pelo MP.**
 Int.

Nova Granada, 13 de agosto de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

REMESSA

Em ____ de _____ de 2019, faço remessa destes autos a Delegacia de Polícia de origem.
 O(A) Escrevente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 13/08/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vistos. DEFIRO o requerido pela representante do Ministério
Público fls. 799. Remetam-se os autos à Delpol de origem por mais trinta
(30) dias, para atendimento do requerido pelo MP. Int.

Nova Granada, (SP), 13 de agosto de 2019



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP
Para Instrução Para Causa nº 550 - Causa - Exce/Exm 2262 1022

ofício nº 703/19-rcfnf

Em 19 de agosto de 2019

Sr. Perito Chefe,

Por meio do presente **solicito** a Senhoria, **com BREVIDADE**, a realização de laudo de gravação de vídeo áudio, a fim de dar cumprimento à cota ministerial nos autos de IPE 2067126-36, Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, que apura “Calúnia”, tendo como vítima Dr. FABIANO RODRIGUES CREPALDI e OUTTROS. Em anexo, cópia de REQUISIÇÃO.

Ao final aproveito o ensejo para apresentar os votos de elevada estima e consideração.

Dr. ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO
Delegado de Polícia Titular do Município

Ao
Ilmo. Sr. Dr.
PERITO CHEFE DO IC
S.J. RIO PRETO/SP.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro - Fax:-3262-1022 -
Nova Granada, 19 de agosto de 2.019

IPE 2067126

Senhor Perito Chefe,

Solicito de Vossa Senhoria providências no sentido de realizar exame pericial inicial, e enviar Laudo para a Delegacia de Polícia de Nova Granada/SP.

CARACTERÍSTICA DA OCORRÊNCIA

Natureza: "CALÚNIA"

Local: Av. Hildeberto de A. Ferreira, Fórum local, centro, neste

VÍTIMA: FABIANO RODRIGUES CREPALDI E OUTROS

INVESTIGADO: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Objeto de Exame: 01 CD-R, 700 MB 80 MIN, Megalnnovation, contendo VÍDEO.

Objetivo da perícia: degravação pericial do vídeo, para instrução dos autos, a fim de dar cumprimento à cota ministerial.

Sendo o que me oferecia, renovo a Vossa Senhoria, meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO
Delegado de Policia Titular Resp. Exp.

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 12 de setembro de 2019

C.

L.

S.

Encontrando-se os presentes autos com o prazo de permanência em Cartório expirado, e havendo diligências necessárias à conclusão do feito (**aguarda-se laudo do IC**) com base no Art.10 do C.P.P. e 178 do Provimento 50/89 da Corregedoria Geral da Justiça, solicito de Vossa Excelência, ouvido o Representante do Ministério Público, concessão de dilação de prazo para seu término.

Nova Granada, 12 de setembro de 2019

RENATO GOMES CAMACHO
DELPOL TIT. MUNICÍPIO

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que digitei.
Nova Granada, 12 de setembro de 2019

R
E
M
E
S
S

A: Aos 12 de setembro de 2019, faço remessa dos presentes autos ao Fórum da Comarca local, contendo as folhas numeradas e rubricadas, do que para constar, digitei este termo.

A Escrivã

Raquel Couto Fialho Neto Furloni


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.
 Pedido de Dilação de Prazo pela Autoridade Policial.

Nova Granada, 12 de setembro de 2019.
 Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
 Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 12/09/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de
Prazo - Inquérito Eletrônico

Nova Granada, (SP), 12 de setembro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 12/09/2019 18:22

Prazo: 6 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de Prazo - Inquérito Eletrônico

Nova Granada, 12 de Setembro de 2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
 GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifica-se, nos termos do Provimento CG nº 6/2019, que o Ministério Público do Estado de São Paulo concordou com o pedido de dilação de prazo formulado pela Autoridade Policial. Nada Mais. Nova Granada, 13 de setembro de 2019. Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

Vistos.

Defiro a dilação de prazo requerida pela Autoridade Policial por 30 (trinta) dias.

Nova Granada, 13 de setembro de 2019.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 16/09/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Decisão - Deferimento - Prazo 30 Dias - (Uso Exclusivo -
Inquérito Eletrônico)

Nova Granada, (SP), 16 de setembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA

COMARCA DE NOVA GRANADA

AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 15440-000

FONE: (017) 3262.1040 – FAX: (017) 3261-2289

e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

OFÍCIO Nº 219/2019

Em 18 de setembro de 2019.

Ref. IP 2067126-36.2019.110417 (Vosso Número)

IP 1500106-18.2019.8.26.0390

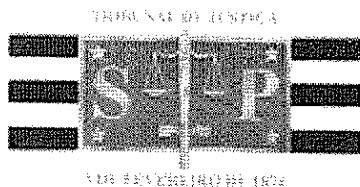
Investigado: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Ilustríssimo Senhor Doutor Delegado,

Pelo presente, encaminho a anexa mídia digital gravada em "DVD" identificada como "Mídia Youtube 1", COMUNICANDO a Vossa Senhoria que o investigado postou novamente em seu canal do *Youtube*, o vídeo que anteriormente foi determinada a exclusão daquele *site*, desta feita com a *url* <https://www.youtube.com/watch?v=I3LfhsqRJ3gn>, cujo acesso em data de 16 de setembro de 2019 pode ser comprovado pelo "print" da tela do computador que também se encontra em referida mídia digital, para instrução dos autos do inquérito policial respectivo.

Solicito, ainda, a Vossa Senhoria, as providências necessárias no sentido de submeter à apreciação judicial a expedição dos ofícios necessários com ordem ao YOUTUBE e outros meios eletrônicos para retirada imediata do vídeo que circula na *internet*, postado pelo investigado Joaquim Pedro de Moraes Filho e outros e como vítima Fabiano Rodrigues Crepaldi e outras, tendo em vista o caráter falso e criminoso dos indigitados vídeos.

Sugiro também à apreciação judicial a aplicação de medidas cautelares que o juízo entender cabíveis contra o investigado que reiterou na conduta delitiva durante o curso do inquérito policial, voltando a postar o vídeo ofensivo objeto de apuração nestes autos; postou outro vídeo ofendendo este magistrado e um tenente coronel da polícia militar; e ainda postou mensagens no twitter ofendendo a honra deste magistrado. As mídias dos novos fatos estão sendo encaminhadas em ofício distinto para instauração de outro inquérito policial.



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA

COMARCA DE NOVA GRANADA

AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 15440-000

FONE: (017) 3262.1040 – FAX: (017) 3261-2289

e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Aproveito a oportunidade para apresentar a
Vossa Senhoria os meus protestos de estima e distinta
consideração.

FABIANO RODRIGUES CREPALDI

Juiz de Direito

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

**DELEGADO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE
NOVA GRANADA/SP**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que a mídia a que se refere o ofício de fls. 813/814 foi arquivada em pasta própria neste Cartório (pasta 20). Nada Mais. Nova Granada, 18 de setembro de 2019. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público fls. 813/814.

Nova Granada, 18 de setembro de 2019.

Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 18/09/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público fls. 813/814.

Nova Granada, (SP), 18 de setembro de 2019

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de crimes contra a honra, tendo como investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, utilizando do seu canal *Youtube*.

Durante as investigações, a autoridade policial requisitou ao *Youtube* que retirasse o vídeo do site.

Contudo, conforme informação do ofendido, Excelentíssimo Juiz de Direito Doutor Fabiano Rodrigues Crepaldi, a investigado voltou a postar o vídeo no mesmo canal do *Youtube*, fazendo com que todos tenham acesso ao seu conteúdo.

Considerando que o investigado reiterou sua conduta delitiva, voltando a postar o vídeo ofensivo objeto de apuração nestes autos, requeiro seja aplicada como medida cautelar o bloqueio, em sigilo, do usuário Joaquim Pedro de Moraes Filho, como designado nas publicação, nas redes sociais conhecidas.

Nova Granada, 18 de setembro de 2019.

HÉRICO WILLIAM ALVES DESTÉFANI
Promotor de Justiça Designado



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 18/09/2019 17:39

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público fls. 813/814.

Nova Granada, 18 de Setembro de 2019


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
DECISÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

Vistos.

Fls. 813/814: trata-se de ofício por meio do qual o MM Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada noticia terem retornado à rede mundial de computadores os vídeos anteriormente retirados de lá, por ofensivos a si. Informa que esses fatos serão objeto de novo inquérito policial. Pugnou pela ordem judicial de exclusão do material pelo Youtube, além de outras medidas cautelares a critério desta juíza.

O Ministério Público pugnou pela aplicação da medida cautelar de bloqueio, em sigilo, do usuário investigado, naquelas redes sociais conhecidas (fls. 818).

Decido.

Tendo em vista que o investigado não se contém e repete a conduta de publicizar ofensas nas redes sociais, é de se acolher a sugestão do Ministério Público, para que seu usuário seja bloqueado nas redes sociais conhecidas. No caso, vislumbro apenas o Facebook, sem prejuízo de outra ser trazida aos autos, ensejando nova apreciação.

Não há necessidade de sigilo, nem, por outro lado, de prévia notificação ao investigado, eis que o bloqueio seguirá ordem judicial. **Oficie-se ao Facebook para que bloqueie o perfil de Joaquim Pedro Filho em 24 horas, comprovando nestes autos.**

Considerando ser possível que ele crie outros perfis, **intime-se o investigado desta decisão e de que medidas mais drásticas poderão ser decretadas** se assim o fizer ou se, por qualquer forma, reiterar as ofensas.

Sem prejuízo, **oficie-se ao Youtube para que retire da rede o vídeo "http://www.Youtube.com/watch?V=l3LfhsgrJ3gn", em 24 horas, comprovando nestes autos.**

Intime-se.

Nova Granada, 19 de setembro de 2019.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**U R G E N T E****MANDADO – FOLHA DE ROSTO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Valor da Causa: **Valor da Ação << Informação indisponível >>**
 Nº do Mandado: **390.2019/007345-1**

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação a:
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):
 Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 19 de setembro de 2019. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

39020190073451

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
 GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 19 de setembro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias para que
bloqueie o perfil de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (Brasileiro, Solteiro, Estudante,
 RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço
 Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, com endereço à Rua Antonio
 Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP), no prazo de 24 horas, comprovando
nestes autos, conforme decisão de fls. 820/821.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
FACEBOOK

1500106-18.2019.8.26.0390

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 19 de setembro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias retire da rede o vídeo "<http://www.Youtube.com/watch?V=l3LfhsgRJ3gn>", **no prazo de 24 horas, comprovando nestes autos, conforme decisão de fls. 820/821.**

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
YOUTUBE

1500106-18.2019.8.26.0390


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que encaminhei os ofícios para as respectivas empresas através de carta- AR para os endereços Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP, CEP 04717-004 e Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-13, tendo em vista a impossibilidade de comunicação com as referidas empresas através de telefone/e-mail. Nada Mais. Nova Granada, 19 de setembro de 2019. Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA
COMARCA DE PALESTINA. SP.**

Processo Civil Nº 15001061820198260390

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS, já qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem como devido respeito perante **V. Exa.**, expor e requerer o que segue:

O averiguado continua a propagar injúrias contra minha pessoa através das mídias sociais. Também vem causando um suposto “terrorismo” no Centro Universitário Riopretense” conforme documento em anexo.

O caso está se tornando muito sério colocando em risco a integridade física e moral deste subscritor, pois temo pelas consequências uma vez que ele continua a denegrir nossa imagem pelas mídias sociais.

Diante do exposto requer a juntada do resumo das mídias sociais, requerendo que seja comunicado as autoridades policiais de Nova Granada SP e do Primeiro Distrito Policial de São Jose do Rio

Preto SP, solicitando providencias especialmente para proteger minha integridade física e moral.

Requer seja solicitado agilidade na finalização do Inquérito Policial por parte da Autoridade Policial, diante da gravidade dos fatos.

Termos em que

P. deferimento.

Nova Granada SP, 24 de setembro de 2019.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902

➔ Encaminhada

<https://ogranadeiroregional.com.br/noticias.php?codigo=NDg5MQ==&url=QWx1bm8tcG9zdGEtbWVuc2FnZW5zLWVtLXJlZGUtc29jaWFsLWUtZGVpeGEtY29sZWdhcy1lbS1ww6JuaWNv#ixzz5zbY60yTN>

09:19

➔ Encaminhada

Detido o suspeito de ameaças a Universidade de Rio Preto

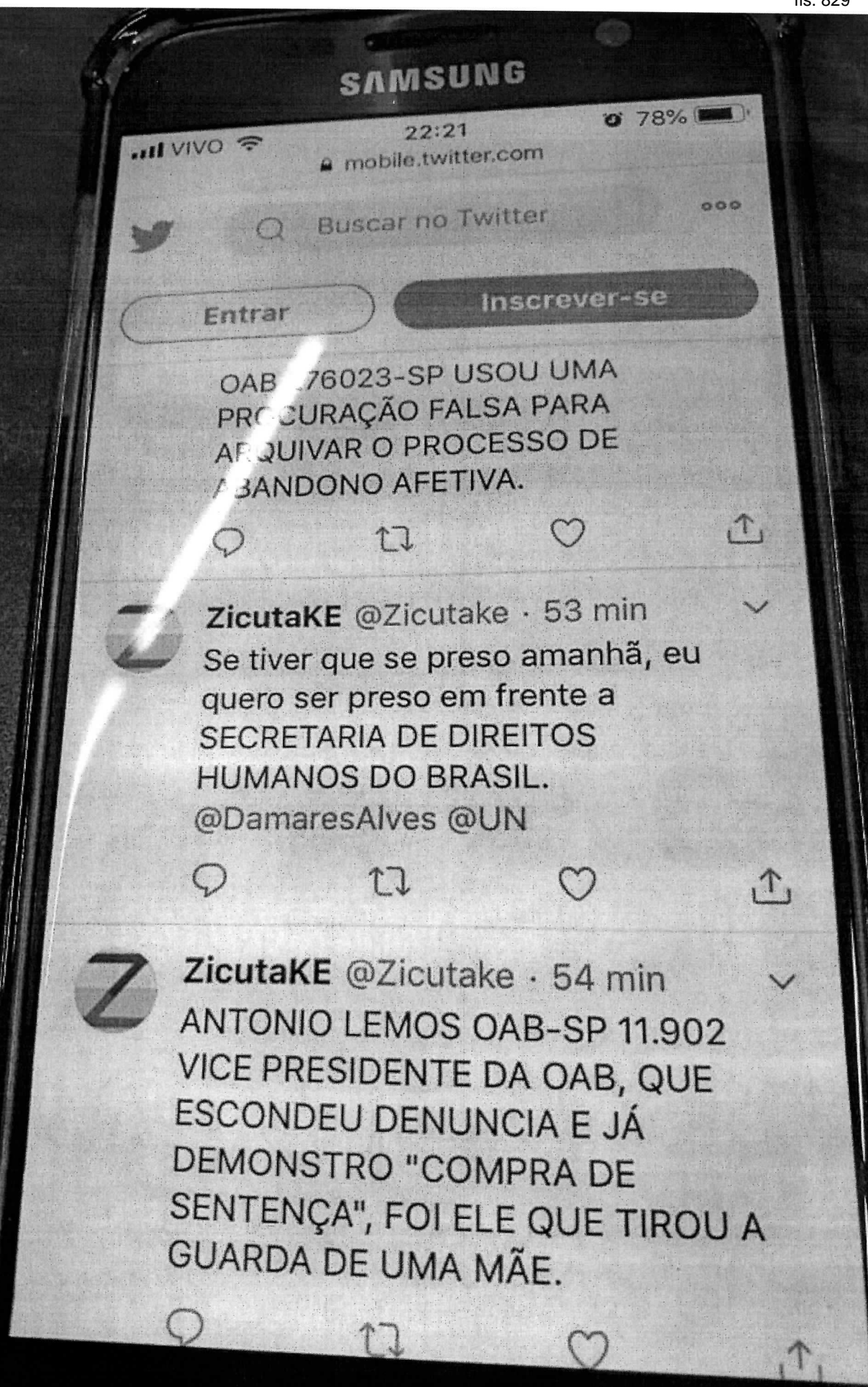
Detido na manhã desta quarta-feira o rapaz que através das redes sociais ameaçou alunos, funcionários e direção da universidade onde cursava o segundo ano de direito.

www.recordtvriopreto.com.br



<https://www.recordtvriopreto.com.br/noticia/39511/detido-suspeito-ameacas-universidade-rio-preto.html>

09:19



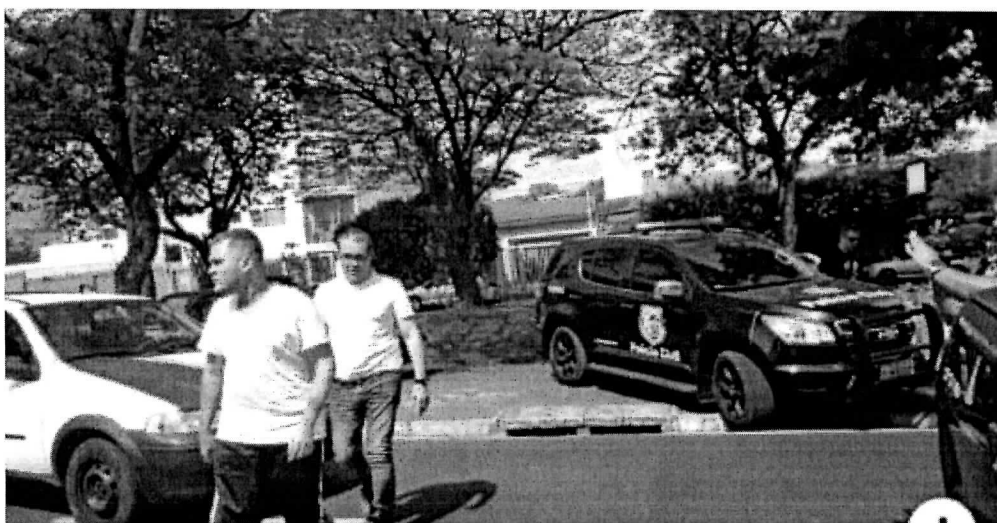


Pesquisar

**DLNews**

1 h • 🌐

Polícia cumpriu mandado de busca e apreensão em Icém, onde o aluno mora. Ele foi encontrado em um hotel no centro de Rio Preto e conduzido ao 1º DP para dar esclarecimentos. Irmã do estudante chegou a agredir o delegado, que precisou dar ponto na testa.



RIOPRETO.DLNEWS.COM.BR

Aluno suspeito de planejar ataque a faculdade é ouvido pela polícia; vej...

👍 17

1 compartilhamento



Curtiu



Comentar



Compartil

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
NOVA GRANADA DE NOVA GRANADA.SP**

**Processo Civil Nº 15001061820198260390
10004384220198260390**

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS, já qualificado
nos autos em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem como
devido respeito perante **V. Exa.**, REQUERER A JUNTADA DOS
DOCUMENTOS EM ANEXO.

Termos em que

P. deferimento.

Nova Granada SP, 24 de setembro de 2019.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902

<https://twitter.com/Zicutake>

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Como fazer download do seu ar... x +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

ZicutaKE
@Zicutake

Regido por LIBERDADE, IGUALDADE E JUSTIÇA! (2011 - 2019) zicutake@live.com - Joaquim Pedro Filho

usacomment.com Ingressou em agosto de 2013

3 seguindo 2.235 seguidores

Não foi seguido por ninguém que você está seguindo

Tweets Tweets e respostas Mídia Curtidas

ZicutaKE @Zicutake · 23 de set
Na hora certa as emissoras SBT e RECORD sentirá o peso das leis, por exibir minha família a mando de juiz e corruptos. Na hora certa.

ZicutaKE @Zicutake · 23 de set
Expor e constranger uma pessoa é crime: TJ-SP condena Record por notícia sobre Fábio Assunção youtu.be/2j33GFPYDFk.

ZicutaKE @Zicutake · 23 de set
Retratção de Joaquim Pedro de Moraes Filho ao professor de Direito Civil "Alexandre Clemente - São José do Rio Preto" - joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/retrat...

ZicutaKE @Zicutake · 21 de set
[Crimes Omissivos] Não fazer nada pode constituir crime?

[Crimes Omissivos] Não fazer nada pode constituir cr...
- Contribuição em BTC:
1D3rCIP7XpdZbNF9g8HHqmRs9GxXgwb4ec - Por ...
youtube.com

Buscar no Twitter

Talvez você curta

Justin Sun @justinsuntron Promovido Seguir

Kong @Kong408 Seguir

Neil Narbonne @NeilNarbonne Seguir

Mostrar mais

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
140 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
463 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
407 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento

PT 14:37 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Como fazer download do seu ar... x +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets [Seguir](#)

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais
[Tweetar](#)

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Medicar e tortura psicologicamente uma Mulher de 35 kilos é crime.....
4 1


ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Interessante, jamais perderia meu tempo e dinheiro em Brasília, pra falar de professor; Vai na sarjeta do STF...O Juiz o comandante e o bando estão lá...
2 1

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Lembre se, nunca deixe, ninguém lhe dá ensino sem ética, pública ou privada. Lute até o fim, no que você acredita, não o que lhes "intuba". Poderosos só são poderosos, porque você existe.
1 1

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
PORQUE TER MEDO SENHORES? OMISSÃO É CRIME NO BRASIL?
2 1

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
A licença da UNIRP do curso de Direito está com o tempo contado. Provas de falta de ética e venda, não falta. - Joaquim Pedro Filho
3 1

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Você nunca vai me ver na @veja ou na @folha como bandido, mais jornais que recebem dinheiro de corruptos, sim



Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
140 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
463 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
407 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
31,9 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:38
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Como fazer download do seu ar x +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Poderia ter sido pior...mais eu nunca viveria ou morreria em paz, sem ter tentado algo. Morrer não é bom, mais morrer sem lutar ou tentar, também não. Omissão existe e é forte no Brasil, um "um processinho bobo", demonstrou isso.

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
Deixava e não deixava esse país...Denunciaria do mesmo jeito...Não gosto de desigualdade, ainda mais nas Leis em que somos regidos.

ZicutaKE @Zicutake · 20 de set
O Juiz queria o Notebook...cara, se eu fosse rico, não ia no ministério dos Direitos Humanos do Brasil...Já deixava esse país.

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
Com todo "esse tralma", que não me arrependo, e faria de novo, perdi a minha via, do depoimento que dei, será que dão segunda via? Deixa quieto, a centenas de email para o Conselho Nacional de Justiça, já me satisfaz.

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
Generalizar não é certo, nem polícia, nem ninguém. Mais que existe o mal, existe...e dizer que não, é rebaixar a verdade.

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
Lembre-se no Brasil a Justiça é falha, mais vai que uma hora da certo...né? Ai, a corrupção, os crimes incobertos, vão receber a devida resposta da Constituição.

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
Jornalistas sem Ética no Brasil é corriqueiro, basta da umas notas de cem, e pronto, você tem uma matéria. Será que foram formados no mesmo tipo Universidade que Denunciei?

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
140 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
463 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
407 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
31,9 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:38
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Como fazer download do seu ar... x +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets [Seguir](#)

...estudante de 23 anos suspeito de planejar um ataque contra uma faculdade de São José do Rio Preto. - PLANEJAR? DESDE QUANDO UMA PESSOA QUE PLANEJA "MATAR ALGUÉM" VAI NO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS DENÚNCIA? @DAMARESALVES @UN

1 2

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
Não há o que temer, meus videos (com imagem protegida por direitos autorais, POR LEI MESMO) retornaram um há um.

2

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
A E O SENHOR JUIZ DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, AMIGO DOS ENDINHEIRADOS, CUJO O NOME NÃO SEI, AINDA, MAIS ASSINOU BUSCA E TOCOU NA MINHA IRMÃ, SERÁ DENÚNCIADO, POR DENUNCIAR MESMO, POR ABUSO DOS PODERES LHE CONCEDIDO. SE FOR DO BEM, NÃO HA OQUE TEMER.

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
O video "Gun politics in the United States" é meu e JAMAIS VOU RETIRAR O TAL, ELE É SÍMBOLO DA IGNORÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. APROVEITADA POR DENÚNCIAS; UM JUIZ, UM COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR E UM DONO DE FACULDADE (COM SÉRIOS ERRO DE ENSINO).

1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
EXISTE POLICIAL DO BEM, E OUTROS QUE POUCO SABEM SEU DEVER.

1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
PELAS DENUNCIAS, DE ABANDONO AFETIVO, CRIMES DE OMISSÃO E CORRUPÇÃO, NEM COM ORDEM JUDICIAL EU RETIRO.

1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
COMO A UNIRP VENDEU E VENDI DIPLOMAS DO CURSO DE DIREITO
amazon.com.br/gp/aw/d/B07XVM...

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
140 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
463 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
407 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
31,9 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:38
24/09/2019

https://www.amazon.com.br/UNIRP-VENDEU-VENDI-DIPLOMAS-DIREITO-ebook/dp/B07XVM76MR/ref=redir_mobile_desktop/143-7898009-2755622?_encoding=UTF8&ref=mp_s_a_1_1

Entrada - ngedalm@gmail.com - X ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter Amazon.com.br eBooks Kindle: C X Como fazer download do seu ar X

amazon.com.br Loja Kindle

Enviar para Nova Granada 1544000 Menu Mais Vendidos Mais Desejados Lançamentos Ofertas do Dia Ajuda

2 milhões de músicas sem anúncios amazon prime

Loja Kindle Promoções Kindle Kindle Unlimited Prime Reading Comprar Kindle Acessórios App Kindle eBooks Mais Vendidos Novidades Volta às aulas Dispositivos e conteúdo Ajuda

amazon prime Uma assinatura, muitos benefícios Saiba mais

Loja Kindle > eBooks Kindle

Dê uma olhada

COMO A UNIRP VENDEU E VENDI DIPLOMAS DO CURSO DE DIREITO eBook

por JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (Autor)

> Ver todos os formatos e edições

Kindle R\$0,00 kindleunlimited

Este título e mais 1 milhão disponíveis com Kindle Unlimited R\$ 4,04 para comprar

Como a faculdade de Direito de São José do Rio Preto formou centenas de advogados sem caráter.

Número de páginas: 27 páginas Configuração de fonte: Habilitado Page Flip: Habilitado Idioma: Português

kindleunlimited Leia à vontade. Mais de 1 milhão de eBooks Saiba mais

Leia de graça

OU

Preço Kindle: R\$ 4,04

Comprar agora

Entregar no seu Kindle ou em outro dispositivo

Envie uma amostra grátis

Entregar no seu Kindle ou em outro dispositivo

Adicionar à Lista

Aguardando imagens-na.ssl-images-amazon.com...

14:39 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar... x

twitter.com/ZicutaKE

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

A E O SENHOR JUIZ DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, AMIGO DOS ENDINHEIRADOS, CUJO O NOME NÃO SEI, AINDA, MAIS ASSINOU BUSCA E TOCOU NA MINHA IRMÃ, SERÁ DENÚNCIADO, POR DENUNCIAR MESMO, POR ABUSO DOS PODERES LHE CONCEDIDO. SE FOR DO BEM, NÃO HA OQUE TEMER.

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 19 de set
O vídeo "Gun politics in the United States" é meu e JAMAIS VOU RETIRAR O TAL, ELE É SÍMBOLO DA IGNORÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. APROVEITADA POR DENÚNCIAS; UM JUIZ, UM COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR E UM DONO DE FACULDADE (COM SÉRIOS ERRO DE ENSINO).

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
EXISTE POLICIAL DO BEM, E OUTROS QUE POUCO SABEM SEU DEVER.

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
PELAS DENÚNCIAS, DE ABANDONO AFETIVO, CRIMES DE OMISSÃO E CORRUPÇÃO, NEM COM ORDEM JUDICIAL EU RETIRO.

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
COMO A UNIRP VENDEU E VENDI DIPLOMAS DO CURSO DE DIREITO amazon.com.br/gp/aw/d/B07XVM...

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
Foi o melhor e pior dia da minha vida, Consegui prova que cada Brasileiro, podera, sofreu, atentado com seus direitos.

1 1

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
Jeova, Deus, nunca me olhou como Bandido, e esse pais que pratica maldade humana, todos dias, tem que acabar.

6 1

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
142 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:39
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
TUDO PODE SE APASIGUAR? ISSO NUNCA, EM QUANTO EU VIVER VOU QUERER JUSTIÇA.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
O SENHOR ATIQUE E ADVOGADOS CORRUPTOS, ENTENDERAM, QUE NO BRASIL, FORMA SER HUMANO, É COISA DE RESPEITO.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
OS POLICIAIS QUE VIERAM EM MINHA, SO CUMPRIRAM ORDENS. ORDENS DE UM JUIZ E DONO DE FACULDADE, ORDEM DA DESIGUALDADE.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
Pela minha irmã EU QUERO O DESCRENDENCIAMENTO DO CURSO DE DIREITO DA UNIRPP, ISSO NAO VAI MUDAR. @UN @VEJA

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
DENÚNCIAS NA SARJETA DA POLICIA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, QUE INVADIRAM MINHA CASA OFENDERAM MINHA FAMÍLIA, TENTARAM DAR O FAMOSO "CALA-TE BOCA". ESPEREI ATE 6:15 DA MANHÃ.

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
142 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets

Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

Mostrar mais

Termos **Política de privacidade** **Cookies**

Informações de anúncios **Mais**

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:40
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets [Seguir](#)

Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
OS VÍDEOS NUNCA SAIRÃO, NEM COM ORDEM JUDICIAL OS TIRO. É UMA DENUNCIA.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
UNIRP, curso de direitos, não tem em suas aulas o conceito de ética de um advogado. Possui lotação em sala de aula, não atende as exigências ética.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
O juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi, agiu com fraude, agiu de vingança, agiu como uma pessoa, não como um juiz.

ZicutaKE @Zicutake · 18 de set
Estou em São José do Rio Preto, amanhã antes da 6 vou a Polícia Federal, Ou no Batalhão Militar, pra saberem o que querem comigo.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
E LEMBRE-SE, NO BRASIL, NÃO EXISTE DIREITOS HUMANOS.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
VOCÊ SABE QUAL DESCULPA DESSA GENTE? VOCE TA NERVOSO, VOCÊ TA SENSÍVEL, VOCÊ TÁ DESNORTEADO. NÃO VOCÊ ESTÁ CORRENDO ATRÁS DO QUE VOCÊ ACREDITA (NO MEU CASO ACREDITAVA).

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
E BRASÍLIA CONTINUA A ROUBAR E JUGAR, NAS LINDAS CASAS DO LAGO SUL (COM SEU DINHEIRO).

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
O VÍDEO NUNCA SAIRÁ, NEM COM ORDEM JUDICIAL OS TIROS (COM TODA A HONRA).

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
142 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇧🇷
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)

[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:40
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar... x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

O VENTO VAI LEVAR, VAI PARAR NO LIXÃO (COM TODA SUA HONRA), MAIS LEMBRE-SE, VOCÊ TENTOU.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
EU TENHO VOZ (POR ENQUANTO) E OS QUE NÃO TEM? NÃO CORRA ATRÁS, VAI SER HUMILHANTE, PEGUE TODA SUA DOR E DEPOSITE NAS SARJETA DO STF.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
@un @veja

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
A palavra sargeta, com g, está errada. - MAIS OQUE ISSO IMPORTA EM UM PAÍS OMISSO?

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Eu fiquei em choque e preparado para alguma emboscada, aceito o fim. Vi que esse Brasil, as DENÚNCIAS VÃO PARA SARGETA DO STF.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
O Policia sacou a arma, foi horrível, humilhante, basta ver as câmeras da Rodoviária Interestadual Brasília.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
@veja @un

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
142 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:41
24/09/2019

The screenshot shows a web browser window with multiple tabs open. The active tab is the Twitter profile of ZicutaKE (@Zicutake). The browser's address bar shows the URL 'twitter.com/Zicutake'. The Twitter interface includes a left sidebar with navigation options: Página Inicial, Explorar, Notificações, Mensagens, Itens salvos, Listas, Perfil, and Mais. The main content area displays a list of tweets from ZicutaKE, all dated '17 de set'. The tweets contain various statements, some of which are critical of the Brazilian government and judiciary. The right sidebar shows 'Tendências de Brasil' (Trends in Brazil) with topics like #BolsonaroOnu, #UNGA, and HARI MERECE RESPEITO. The bottom of the screen shows a Windows taskbar with several application icons and a system clock indicating 14:41 on 24/09/2019.

Twitter Profile: ZicutaKE (@Zicutake)
 203,7 mil Tweets

Tweets:

- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Sim, eu acho que estou sozinho, já que a Constituição as leis, a igualdade no Brasil é pro Lago Sul de Brasília
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Pobres ajudam movimentar Brasília, que nem escravos sem lei sem direito, sem Constituição. UM PAÍS DE OMISSOS.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Eles sempre perguntam você está sozinho, pra agir com covardia.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
O Policia da Polícia federal de Brasília disse não é assim que funciona irmão.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Não é estranho a única pessoa que sabia meu horário de ônibus era o Policial da delegacia de Bandeirantes, Brasília. "Ele disse; você ta muito sensível..." E logo em seguida policiais armados na rodoviária.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Não tenho medo. Provei que o Brasil é um país omissos e causa a pior tortura no Brasileiro, psicológica, e a descrença na Justiça.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Quero a os credenciamentos do "CURSO DE DIREITO" da UNIRP suspenso "para averiguação, temporário", estou usando uma Base legal, um direito meu.
- ZicutaKE @Zicutake · 17 de set

Tendências de Brasil:

- 1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
142 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
- 2 - Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets
- 3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets
- 4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets
- 5 - Assuntos do Momento
Lacombé
32,1 mil Tweets

Footer: PT, 14:41, 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Isso não é bonito, não é pra ficar bonito. É questão de saber realmente se a lei no Brasil funciona pra todos. Ou tem distinção, nunca quis mal a ninguém, sempre quis o reconhecimento do erro. Isso pra mim já bastava.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Fazer direito não é fonte de poder e dinheiro, é fonte de fazer Justiça.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Eu quero o descredenciamento do "Curso de Direito" temporário da UNIRP, isso não vai mudar.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Fui abordado pela polícia de Brasília, receberam uma denuncia de drogas.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
@veja @un EU NÃO TENHO UM MILHÃO NA CONTA NEM UM JAGUAR, NEM EU, NEM MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO. ENTÃO NOSSOS DIREITOS FICAM NA SARGETA.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
DENÚNCIAS NA SARJETA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM BRASÍLIA

DENÚNCIAS NA SARJETA DO SUPREMO TRIBUNAL F...
Todos direitos autorais reservados a Joaquim Pedro de Moraes Filho (a distribuição não autorizada implicará ...
youtube.com

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
142 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies


Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

14:41
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x +

twitter.com/Zicutake

 **Página Inicial**
Explorar
🔔 Notificações
✉ Mensagens
🔖 Itens salvos
📋 Listas
👤 Perfil
⋮ Mais

Tweetar


ZicutaKE
203,7 mil Tweets **Seguir**

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
UM GUARDA, UM SIMPLES GUARDA, COM FAIXA SALÁRIO COMO TODOS BRASILEIROS. ISSO MOSTRA QUE NÃO É QUESTÃO DE CLASSE A DESIGUALDADE ACONTECE EM TODAS AS CLASSES.
🗨️ 🔄 ❤️ 📤
[Mostrar esta sequência](#)

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
EU NÃO QUERO UM CARRO DE LUXO PRA QUE AS PESSOAS ENTENDAM QUE ESTÁ LIDANDO COM UM SER HUMANO, NÃO COM UM OBJETO QUE VALE ALGUMA COISA. NÃO ME ARREPENDO, ISSO FOI MUITO BOM. ESCANCARAR QUE CADA BRASILEIRO TEM UM VALOR PERANTE A LEI.
🗨️ 1 🔄 ❤️ 1 📤
[Mostrar esta sequência](#)

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Quando fui na sede na polícia da POLICIA FEDERAL para saber se tinha algum mandado, de bermuda e chinelo, o guarda me olhou dos pés a cabeça, com um desdenho. Será que essas pessoas não tem noção que Brasil é um país Diversificado?
🗨️ 🔄 ❤️ 📤

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
ESSA FOTO É IMPAGÁVEL @UN @NYTIMES @VEJA
🗨️ 🔄 ❤️ 📤
[Mostrar esta sequência](#)

ZicutaKE retweetou
ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
SE A INJUSTIÇA SOCIAL EXISTE EM FRENTE A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL, O QUE RESTA PRA MIM? (HOMEM *SER HUMANO* PEGANDO ÁGUA NO LAGO DO PRÉDIO DA SECRETARIA)


Buscar no Twitter

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
142 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
🌐 Estádio e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇺🇳
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets
[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:42 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar: x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

[Mostrar esta sequência](#)

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
E se me disserem que direitos humanos no Brasil existe, POSSO DIZER COM TODA MORALIDADE DO MUNDO, QUE NÃO.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Hoje entrei na a noite 20h entrei na delegacia (Em local aqui em Brasília, aonde Conselho de Justiça, sabe.), para saber se tinha alguma ordem de prisão (sim, entrei em uma delegacia, pois não devo nada a ninguém), o agente informou que não.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
JURIDICAMENTE VOU USAR CRIME DE OMISSÃO PELO ESTADO, RESULTANTE DAS DENÚNCIAS DEVIDAMENTE PROTOCOLADAS. RETRATAÇÃO? COM "DOIS OU TRÊS".

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
O RESTANTE, TIRANDO A UNIRP (que é outro assunto: Os vejo como culpados pelo caráter dos advogados. Isso não ninguém me tira.), Sim os vejo como corruptos, e que se aproveitaram da minha situação financeira.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
O PROMOTOR TASSO E HEITOR, NUNCA O ENXERGUEI COMO CORRUPTO, APENAS ELES FORAM OMISSO. TUDO QUE QUERIA ERA SER OUVIDO, UM PROTOCOLO, UM PAPEL. MESMO QUE NÃO DESSE EM NADA.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
NUNCA ACHEI O JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI CORRUPTO, JA TINHA FALADO ISSO MESES ATRÁS, APENAS ELE ERROU COMIGO, ELE ERROU, COMO MEU CARÁTER NÃO IMPORTA-SE PERANTE A LEI.

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set

Buscar no Twitter

[Mostrar mais](#)

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
142 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇧🇷
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:42 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/ZicutaKE

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Denunciei um policial que mando tomar no cu, nao vou suporta falta de respeito. FOI ESSE POLICIAL QUE DESENCADEOU TUDO ISSO. ALIAS FOI ATITUDE DE IMPUNIDADE DELE.
1 1

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
Não haverá como fugir da responsabilidade: Boa parte das acusações já tinha sido calculada, para provar cada uma delas. Não foi uma difamação ou algo do tipo. Foi OMISSÃO DO ESTADO DE DIREITO, QUE ME FEZ FAZER TUDO ISSO.
1

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
NOTA: Mais isso é coisa do Atique (o dono) se articulando em jornais sem credenciais pra não ter vistoria na unirp. muitos sabe, que tirar esse blabla de professor, tem algumas coisas erradas, que poderia suspender o curso por um tempo.
1

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
NOTA REFERENTE AO PROFESSOR CHARLES DE AZEVEDO: Mas você não pensa em agredi-lo, pensa? É bem capaz ao contrário. se fosse de querer bater em alguém seria na secretaria da Ministra dos direitos humanos que disse que eu teria que agendar, tendo ciência do fato.
1

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
NOTA REFERENTE (PROFESSOR CHARLES DE AZEVEDO): Nunca Pesquisei nada sobre professor.nao gosto dele... Mais nunca faria mal a uma criança, isso foi troca momentâneo, e ele tava querendo uma reação minha, Se for criança, se existir, foi a aluna que falou.
1

ZicutaKE @Zicutake · 17 de set
NOTA REFERENTE (PROFESSOR CHARLES DE AZEVEDO): Ameaça? Filha? So falei em momento de raiva "Esta quente que nem Botucatu (lugar onde ele se formou) igual a filha (Pra ele saber que eu sei algo pessoal dele), em

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
142 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA

465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:42
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu arc x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
A Policia Federal esta amando de quem sem mandado, ofendendo e humilhando? Concerteza a tortura existe, a psicologica é uma das piores. Nao acredito que tenha algum brasileiro que apoio isso.

19.4K impressões

1 2 3

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Os policias ofenderam a minha irmã...

2 1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Fui eles não fizeram caso...

1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
@veja @un

Mostrar esta sequência

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Vou me entregar na policia federal de Brasília, caso me aconteça algo.

3

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
142 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
465 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,2 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
411 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,1 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies
Informações de anúncios Mais
© 2019 Twitter, Inc.

14:42
24/09/2019

Entrada (1) - ngedalm@gmail.com x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Vou me entregar na policia federal de Brasília, caso me aconteça algo.
3 1 1

[Mostrar esta sequência](#)

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Porque denunciei o comandante Pedro por omissão?
1 1 1


ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
EU SOU O BANDIDO?
4 1 1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
A POLICIA FEDERAL QUIZ ARROMBAR A PORTA DA MINHA CASA...
3 1 1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Meu deus a policia está ameaçando a minha mãe?
1 1 1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
EU SEMPRE DIGO, SE NÃO É UM SISTEMA PRA TODOS, ENTÃO NÃO É UM SISTEMA.
1 1 1

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Não parece MDA ou MDH, ACHO QUE MDH, MAIS SE FOSSE UMA PESSOA ANALFABETA, ELA ENVIARIA EMAIL COM AJUDA DE DEUS, SENHORA @DAMARESALVES @veja



Buscar no Twitter

Seguir

Mostrar mais

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
144 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
467 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
Discurso
414 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,4 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

14:48
24/09/2019

Entrada (1) - ngedalm@gmail.com x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x Amazon.com.br eBooks Kindle: C x Como fazer download do seu ar x

twitter.com/ZicutaKE

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Se ele tiver dignidade como ministra dos Direitos Humanos do Brasil, ela que vira até mim. Fala pra ela marca um horário com Deus, vai precisar, pois os Brasileiros não são cachorros. @damaresalves @veja

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
OLHA SÓ DIREITOS HUMANOS É TÃO BANDIDO QUE ME PASSOU EMAIL QUE NEM FUNCIONA! @DAMARESALVES @VEJA
joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-un...

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
PRA ME TIRAR DO TWITTER A JUSTIÇA TEM QUE ACIONAR A REDE SOCIAL, EU DUVIDO, POIS TWITTER SABE QUE É CARÁTER DE DENUNCIA, DE UMA PESSOA DESESPERA POR JUSTIÇA NO BRASIL.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
NÃO PRECISO DE UM ADVOGADO, NUNCA PAGAREI UM ADVOGADO E NÃO QUERO UM ADVOGADO.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Compre um Jaguar e cole em alguém do STF.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
MAIS NEM COM TODO DINHEIRO DO MUNDO EU CHEGARIA COM O DOUTOR FULANO DO STF OU SICRANO STJ. FUI PORQUE A CONSTITUIÇÃO ME DISSE PRA IR. VIMOS QUE, A CONSTITUIÇÃO DESRESPEITADA NA CARA DOS BRASILEIROS.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
A INTENÇÃO NUNCA FOI BUSCAR "A SOLUÇÃO PRA JUSTIÇA"; A QUESTÃO SEMPRE FOI MOSTRAR COMO O SISTEMA BRASILEIRO É OMISSO. FUI E VI, SE TIVESSE CHEGADO NO MEU JAGUAR COM O "DOUTOR FULANO" SERÁ

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
144 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
467 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
Discurso
414 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,4 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

Termos Política de privacidade Cookies
Informações de anúncios Mais v

© 2019 Twitter, Inc.

14:48
24/09/2019

The screenshot displays a web browser window with the Twitter profile of ZicutaKE (@Zicutake). The browser's address bar shows the URL 'twitter.com/Zicutake'. The Twitter interface includes a left sidebar with navigation options: 'Página Inicial', 'Explorar', 'Notificações', 'Mensagens', 'Itens salvos', 'Listas', 'Perfil', and 'Mais'. The main content area shows the profile header with the name 'ZicutaKE' and '203.7 mil Tweets', followed by a 'Seguir' button. Below the header are four tweets. The third tweet contains a screenshot of a WhatsApp chat conversation. The chat shows a message from 'JOSIE' at 15:22: 'Vc nao pode voltar'. A response at 15:23 says: 'Estou tomando providencia'. The right sidebar shows 'Tendências de Brasil' with trending topics like '#BolsonaraOnu', '#UNGA', and '#HARI MERECE RESPEITO'. The Windows taskbar at the bottom shows various application icons and the system clock indicating 14:49 on 24/09/2019.

Twitter Profile: ZicutaKE (@Zicutake)

Tweets:

- ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
A INTENÇÃO NUNCA FOI BUSCAR "A SOLUÇÃO PRA JUSTIÇA"; A QUESTÃO SEMPRE FOI MOSTRAR COMO O SISTEMA BRASILEIRO É OMISSO, FUI E VI, SE TIVESSE CHEGADO NO MEU JAGUAR COM O "DOUTOR FULANO" SERÁ QUE O TRATAMENTO SERIA O MESMO?
- ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
MINHA LINHA DE DEFESA: CRIME DE OMISSÃO...Nesse caso, o agente será responsabilizado por ter deixado de agir quando estava juridicamente obrigado a desenvolver uma conduta para evitar o resultado.
- ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Vou voltar sim, nao estou devendo nada a ninguem
- ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Não importa o lugar de onde você veio ou está, o que importa é que você não está deixando o mundo corromper o seu caráter.

Tendências de Brasil:

- 1 - Assuntos do Momento
#BolsonaraOnu
146 mil Tweets
- 2 - Assuntos do Momento
#UNGA
470 mil Tweets
- 3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets
- 4 - Assuntos do Momento
Discurso
418 mil Tweets
- 5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,7 mil Tweets

WhatsApp Chat Screenshot:

From: JOSIE
Message: Vc nao pode voltar (15:22)
Response: Estou tomando providencia (15:23)

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais
Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Não importa o lugar de onde você veio ou está, o que importa é que você não está deixando o mundo corromper o seu caráter.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Muito obrigado a todas plataformas sociais que não calaram minha voz e nem de milhares que buscam justiça nesse país #Brasil de desigualdade. @twitter @youtube

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Vejam o desespero da "CN Disciplinar" tentando dizer que fez algo "Justiça" joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/re-del...

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Amanhã é dia de me curva e deixar os Burgueses acionar a guilhotina. MAS ESSE FOI O MELHOR ANIVERSÁRIO DA MINHA VIDA, FUI EM BUSCA JUSTIÇA, NÃO ACHEI, MAIS "TENTEI".

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Mais não se preocupem "Justiça", logo voltarei, porque eu sou a vítima da "Justiça Brasileira".

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Que interessante, estão tentando rastrear meu telefone, será que legalmente?

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Vou lhes poupar dos audios de descaso.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
MIGUEL AGORA POLICIA PARA EMBAIXADA DA ALEMANHA GEORG WITSCHEL

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento
#BolsonaroOnu
146 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento
#UNGA
470 mil Tweets

Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets

Assuntos do Momento
Discurso
418 mil Tweets

Assuntos do Momento
Lacombe
32,7 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies
Informações de anúncios Mais
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:50 24/09/2019

The screenshot shows a web browser window displaying the Twitter profile of ZicutaKE (@Zicutake). The browser's address bar shows the URL 'twitter.com/Zicutake'. The Twitter interface includes a left sidebar with navigation options: 'Página Inicial', 'Explorar', 'Notificações', 'Mensagens', 'Itens salvos', 'Listas', 'Perfil', and 'Mais'. The main content area shows the profile header with the name 'ZicutaKE' and '203,7 mil Tweets', followed by a 'Seguir' button. Below the header, several tweets are visible, all dated '16 de set'. The third tweet is partially obscured by a dark-themed overlay form. This form contains fields for 'Codigo', 'Quantidade', 'Venda Limitada' (a dropdown menu), 'Dia' (a dropdown menu), 'Preço', and 'Total'. It also features a section for 'Assinatura Eletrônica' with a signature line and a 'Salvar' button. The right sidebar displays 'Tendências de Brasil' with trending topics like '#BolsonaronaOnu', '#UNGA', and 'HARI MERECE RESPEITO'. At the bottom of the browser window, a Windows taskbar is visible with various application icons and a system clock showing '14:50 24/09/2019'.

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
LIGUEI AGORA POUCO PRA EMBAIXADA DA ALEMANHA, GEORG WITSCHER NÃO ENTENDEU... MAIS ISSO É MUITO BOM, NENHUM PAÍS TEM DIREITO DE JULGAR O BRASIL, SÃO TODOS COVARDES.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Será que consigo dobrar meu dinheiro, suficiente para deixa ilegalmente o Brasil, nao! Infezilmente, nao a tempo.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Investir semana passada na Petrij330 (R\$700) hoje vendi a 980 (35% de lucro). - A, desculpa-me, devo portar-me no meu lugar? Não é?

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
E POR FAVOR NUNCA ESQUEÇA, NO BRASIL VOCÊ NÃO TEM VOZ OU JUSTIÇA. TENHO MORAL PRA FALAR DISSO!

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
146 mil Tweets

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
470 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
418 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,7 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

14:50
24/09/2019

Entrada (1) - ngedalm@gmail.com x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter x +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets [Seguir](#)

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Algo que reparei em Brasília é o auto numero de carro de luxo, mais esse questionamento foi respondida por uma motorista: "AQUI É UMA CIDADE COM MUITOS POLITICOS"... - ASSIM, O DINHEIRO DO POVO É PRO LUXO DE POUCOS.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
O Direitos Humanos do Brasil, é omissa, mais logo entendi que toda Brasília é omissa. Chegou o fim mais nada posso fazer. O Mal sempre vence no Brasil. @DamaresAlves @un @veja

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Achei...vamos ver o tratamento da Justiça, mas já tenho previa @damaresAlves



ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Embaixade do Vaticano, tambem se recusa atender

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
146 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
470 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,4 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Discurso
418 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,7 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)

[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:50
24/09/2019



Entrada - ngedalm@gmail.com

ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

Página Inicial

#

Explorar

🔔

Notificações

✉️

Mensagens

🔖

Itens salvos

☰

Listas

👤

Perfil

⋮

Mais


Tweetar

ZicutaKE

203,7 mil Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set

SE A INJUSTIÇA SOCIAL EXISTE EM FRENTE A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL, O QUE RESTA PRA MIM? (HOMEM *SER HUMANO* PEGANDO ÁGUA NO LAGO DO PRÉDIO DA SECRETARIA)




1

1

Mostrar esta sequência

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set


DE FRENTE A SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL



Buscar no Twitter

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaraOnu
146 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇺🇲
472 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,8 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
421 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets **Seguir**

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
A LEI NÃO PERMITE ORDEM DE PRISÃO ANTES DA 6 DA MANHÃ.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
MUITAS PESSOAS MAIS ABASTARDAS ACHA QUE POBRE NÃO TEM DIREITO DE LUTAR PELO SEUS DIREITO (NÃO TEM CARÁTER OU NÃO SABE DISTINGUIR OQUE É HONRA). ISSO NÃO PODE SER VERDADE, NÃO ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
MUITAS PESSOAS MAIS ABASTARDAS ACHA QUE POBRE NÃO TEM DIREITO A LUTAR PELO SEUS DIREITO (NÃO TEM CARÁTER OU NÃO SABE DISTINGUIR OQUE É HONRA). ISSO NÃO PODE SER VERDADE, NÃO ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO.

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
O DESCREDENCIAMENTOS TEMPORÁRIO DO CURSO DE DIREITO NA UNIRP, SÓ VAI MOSTRAR PRA TODOS ESTUDANTES DE DIREITO PRIVADA OU NÃO, QUE ANTES DE TUDO NA VIDA EXISTE ÉTICA!

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
Todos os órgão usaram uso de subterfúgio e nenhum mencionou por respeito a palavra "ESTAMOS AVERIGUANDO!". Nunca ligaram o mostram interesse. Nunca fizeram seu trabalho apenas "ABAFARAM". @damaresAlves @un

ZicutaKE @Zicutake · 16 de set
NUNCA ENVIEI A DENUNCIA COMPLETA PARA OAB DE SAO JOSE DO RIO PRETO POR MEDO, E COM RAZAO. QUE TIPO DE ETICA PERMITO UM PRESIDENTE DA OAB TER VINCULOS COM UMA FACULDADE DE DIREITO?

Buscar no Twitter

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
146 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
472 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
32,8 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
421 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies
Informações de anúncios Mais
© 2019 Twitter, Inc.

14:52
24/09/2019

REPRESENTANTE

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
22ª SUBSEÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Subseção
São José do
Rio Preto

"Casa do Advogado José Froes Filho"

DA REPRESENTAÇÃO:

a 19 de maio, 2017, ouve um sério atrito com a advogada (FORMADA NA Universidade Paulista, UNIRP) Karen Verra Giacometo OAB-SP/325.947, por ela Satores, como anexo de provas e prazos devidos por sua parte, no processo de nº 3.2016.8.26.0390.

Leio e a seguir a seguintes denúncias; junho, 2016, com muitas dificuldades a advogada Suzane, indicada pela me mostram logo uma falta de R indicar uma advogada com experiência (atuando desde 2012 sucessos), e irresponsável (quando mudado três vezes de endereço, no processo e falta de entendimento comprometimento ético.) da minha crítica acima, é justificável pois o processo exigiria a "ALTA ARTICULAÇÃO", cujo deu a perceber claramente, e comprovado, que a tal não possui.

A senhora Suzane, infelizmente, só entraria oficialmente com o processo, nº 100.1943-73.2016.8.26.0390 em meados de outubro (sendo inicialmente em junho, 2016, solicitada seus serviços, claramente e comprovado, como urgente. A tal teria como acréscimo, 30 dias de desistência.) só, como não desistiu, como se ditas em uma

da representação:

ane Karen Verra Giacometo formalmente, por o filho, RG 2025274 e 100.1943.2016.8.2.0390, senhor Am de Nova Granada

ris aprofundados zedoria Geral da processo 2016/ e suspensas de ia, local, São no Estado de gamento de te assim, um ligo-me, per o importante 2016, e de n soluc

Motivo da representação:

Duzane Keen Vero Giacometti, OAB-SP/325.947 é acusada formalmente, por mim, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20252741-MG, por obstrução do processo 100.1943.2016.8.26.0390, junto com então advogado, Senhor Antonio Alberto C. Lemos, OAB-SP/113.902 e o Senhor magistrado da comarca de Nova Granada, Fabiano Rodrigues Copaldi.

Relatos mais aprofundados, já foram foram feitos na Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, processo 2016/163778 "DicoGE", incluindo fortes suspeitas de "Estelionato" na Defensoria Pública, local, São José do Rio Preto e Nova Granada, no Estado de São Paulo.

The screenshot shows a web browser window displaying the Twitter profile of ZicutaKE (@Zicutake). The browser's address bar shows the URL "twitter.com/Zicutake". The page layout includes a left sidebar with navigation links: "Página Inicial", "Explorar", "Notificações", "Mensagens", "Itens salvos", "Listas", "Perfil", and "Mais". A blue "Tweetar" button is located below these links. The main content area displays a list of tweets from ZicutaKE, each starting with a green "Z" icon. The tweets are dated from September 15 to 16, 2019. The right sidebar features a search bar and a list of trending topics under the heading "Tendências de Brasil". The system tray at the bottom of the screen shows the date and time as "24/09/2019" and "14:53".

Twitter Profile: ZicutaKE (@Zicutake)
 203.7 mil Tweets

Tweets:

- ZicutaKE @Zicutake · 16 de set**
 Sabe o que um motorista disse, aqui em Brasília? É direto tem manifestação, o pessoal fala muito em corrupção no SUPREMO (STF) - ADVOGADO SEMPRE ADVOGADO, SEMPRE TENTANDO GANHAR COM SEUS ESCRITÓRIOS, AS CUSTAS DA JUSTIÇA, AINDA MAIS UM JUIZ DO STF.
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 EU RESOLVI DESBLOQUEAR PARA MINHA PRÓPRIA SEGURANÇA, NUNCA E JAMAIS ME MATARIA, APESAR DE MUITOS QUEREREM. SE FOR ENCONTRADO MORTO, NÃO FUI EU.
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 DEUS COLOCA VOCÊ NO LUGAR CERTO; EU VI O TIPO DE ADVOGADOS QUE A UNIRP QUER FORMAR, UMA QUADRILHA.
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 DURANTE ANOS A CORRUPÇÃO "QUE DESTRÓI" DE CIDADES COMO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ICEM, FRONTEIRA, FRUTAL...ACOBERTADA PELA PRÓPRIA CORREGEDORIA.
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 Não me interessa quem é @DamaresAlves boa ou ruim, corrupta ou não, ela é representante das minorias!
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 GRAÇAS A DEUS O MEU MUNDO TEM PODER PRA SE DEFENDER DE ACUSAÇÕES E OS QUE NÃO TEM? SÃO DIFAMADOS E HUMILHADOS POR QUERER JUSTIÇA!!!
- ZicutaKE @Zicutake · 15 de set**
 EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO

Tendências de Brasil:

- 1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
 146 mil Tweets
 Assembleia Geral da ONU
 Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
- 2 - Assuntos do Momento
#UNGA
 472 mil Tweets
- 3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
 31,5 mil Tweets
- 4 - Assuntos do Momento
Lacombe
 32,8 mil Tweets
- 5 - Assuntos do Momento
Discurso
 421 mil Tweets

Footer:
 Termos Política de privacidade Cookies
 Informações de anúncios Mais
 © 2019 Twitter, Inc.

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO
OAB 276023-SP USOU UMA PROCURAÇÃO FALSA PARA ARQUIVAR O
PROCESSO DE ABANDONO AFETIVO.

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
Se tiver que se preso amanhã, eu quero ser preso em frente a SECRETARIA
DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. @DamaresAlves @UN

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
ANTONIO LEMOS OAB-SP 11.902 VICE PRESIDENTE DA OAB, QUE
ESCONDEU DENUNCIA E JÁ DEMONSTRO "COMPRA DE SENTENÇA", FOI
ELE QUE TIROU A GUARDA DE UMA MÃE.

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
SUZANE KEREN VERRIO GIACOMETO OAB-SP/325.947 MESMO DENÚNCIAS
SERIA DE CONDUTA, FORMADA NA UNIRP, TENTOU ANOS DEPOIS A
PROMOTORIA.

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
BRASIL: JUIZ E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO, CORRUPÇÃO
E TORTURA NA COMARCA DE NOVA GRANADA E REGIÃO DE SÃO PAULO:

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
POLICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO AMEACAM E JUIZ FABIANO

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇺🇳
473 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:54
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
POLICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO AMEAÇAM, E JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI "ESCONDE CASO" - IR CONTRA JUIZ É UMA COISA, MAIS UM CIDADÃO CIVIL PEDIR JUSTIÇA, PEDIR AVERIGUAÇÃO É OUTRA. @DamaresAlves @UN

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
EU NÃO SOU NENHUM BANDIDO, EU QUERO O DESCREDECIMENTO DA LICENÇA DA UNIRP DO CURSO DE DIREITO TEMPORARIAMENTE PARA AVERIGUAÇÃO. O CURSO POSSUI DADOS DE FALTA DE ÉTICA E CINISMO QUE FERIRIA A DIGNIDADE HUMANA. @DamaresAlves @UN

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
O TWITTER, O YOUTUBE E VÁRIAS OUTRAS PLATAFORMAS SABEM DO MEU CARÁTER. E QUE VOU ATÉ O FIM, PELO MEUS DIREITOS E DOS OUTROS. DESDE 2011.....

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
MAIS QUANDO O ASSUNTO É NOTÍCIAS, EU SEI MUITO BEM COMO USAR UMA INFORMAÇÃO.

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
O @elpais_brasil.... NEM VOU COMENTAR.... UM JORNAL QUE TANTO HONREI....

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
O @folha @VEJA, SÓ PUBLICA OS QUE LHE INTERESSA E O OS QUE PAGAM?

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
PROFESSOR CHARLES DE AZEVEDO É O FOCO? NÃO, ELE É SÓ UMA PEÇA, QUE DEMONSTROU O ENSINO PRESTADO (SEM RESENTIMENTOS)

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:55
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter +

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets [Seguir](#)

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
PROFESSOR CHARLES DE AZEVEDO É O FOCO? NÃO, ELE É SÓ UMA PEÇA, QUE DEMONSTROU O ENSINO PRESTADO (SEM RESENTIMENTOS)

ZicutaKE @Zicutake · 15 de set
EDUCAÇÃO NÃO SE VENDE SEM ÉTICA....SENHOR ATIQUE....

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
Loucos são aqueles que perderam a "Indignação"

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
OUTRO DIA UM PROFESSOR DE DIREITO FALO: ISSO É PERGUNTA PESSOAL? SE FOR PESSOAL QUERO 300 REAIS.... UM PROFESSOR DE DIREITO, ENSINANDO QUE JUSTIÇA É VENDIDA!!!

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
1 PROFESSOR PARA MAIS DE 200 ALUNOS NO CURSO DE DIREITO, NÃO LEEM O TRABALHO DO ALUNO, FORA OUTROS ERROS.

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
A UNIRP ESTÁ VENDENDO DIPLOMAS!!!!

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
LEMBRO DO CASO DE UM HOMEM POBRE QUE MATOU UM ADVOGADO CORRUPTOS, QUE O HUMILHOU. NENHUM ADVOGADO DE NOVA GRANADA ACEITO DEFENDER O HOMEM. CORRUPTOS!!!!!!

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
A NÃO DEU CERTO O SEGURO BRADESCO, NÃO VAI TER 400 MIL REAIS... JOGA O CORPO NUMA VALA RASA!!!!!!

Buscar no Twitter

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaroNaOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA 🇧🇷
473 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)

[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:55
24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x

ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

Página Inicial

Explorar

Notificações

Mensagens

Itens salvos

Listas

Perfil

Mais

Tweetar

ZicutaKE

203,7 mil Tweets

Seguir

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set

HOJE DEI UM 10 CONTOS DE "AJUDA, ESMOLA...", PRO MORADORES DE RUAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.... DO SENHOR EDSON COELHO ARAÚJO!!!!!!

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set


SERÁ QUE VOU SER ENXOTADO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PELA SENHORA @DamaresAlves?

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set

EU QUERO A LICENÇA DO CURSO DE DIREITO DA UNIRP CAÇADA "TEMPORARIAMENTE" PARA AVERIGUAÇÃO, E FAREI TUDO QUE ME FOR POSSÍVEL!!!!!! ELES POSSUEM ERROS ÉTICOS SÉRIOS!!!!!!

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set

DESCULPE-ME SENHORA @DamaresAlves MAIS ANTES DE SER PRESO, SEGUNDA FEIRA, PREFIRO POR HONRA, SER DETIDO (sabe-se lá) NA "Secretaria de DIREITOS HUMANOS da Presidência da República". #RUMOABRASILIA



Buscar no Twitter

Assuntos do Momento

#BolsonaronaOnu

147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento

#UNGA

473 mil Tweets

Assuntos do Momento

HARI MERECE RESPEITO

31,5 mil Tweets

Assuntos do Momento

Lacombe

33 mil Tweets

Assuntos do Momento

Discurso

422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:56 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
Há @DamaresAlves aquela senhora da "Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República"? Será que ela resolve crime de ética?

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
EU ME LEMBRO DO CASO DE RACISMO NA FGV, O ALUNO PAGANTE, RACISTA, FOI EXPULSO. MAIS ENTRO NO QUE CHAMAMOS DE "JUSTIÇA", QUE O REINTEGROU. ISSO É JUSTIÇA? BRASIL É UM PAÍS COMPLACENTE COM CRIMES?

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
NA MANHÃ DE SEGUNDA-FEIRA VOU ENTENDER QUE "O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DO BRASIL", SUBMETE OS BRASILEIROS NO Artigo 1 da Lei nº 9.435 de 07 de Abril de 1997 c) II - a intenso sofrimento físico ou MENTAL... (CRIME DE TORTURA)

ZicutaKE @Zicutake · 14 de set
Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil: ART. 2º, O ADVOGADO, INDISPENSÁVEL À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, É DEFENSOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DA CIDADANIA, DA MORALIDADE PÚBLICA, DA JUSTIÇA E DA PAZ SOCIAL...

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
Análise sobre a "CONDUTA "Reunião de prefeitos do CODEVAR e TJ-SP" referente ao vice Desembargador. Artur Marques Filho do Estado de São Paulo [joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-an...](https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do)

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
ISSO É POR TODAS AS CRIANÇAS POBRES, AONDE A JUSTIÇA É PORCA. OS CÃES CRESCE.

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)


© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:56
24/09/2019

Twitter Profile: ZicutaKE (@Zicutake)
 203,7 mil Tweets

Navigation Menu (Left):
 Página Inicial, Explorar, Notificações, Mensagens, Itens salvos, Listas, Perfil, Mais

Tweets:

- Tweet 1:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
DESCREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO UNIRP NO CURSO DE DIREITO - BASE LEGAL NO DECRETO Nº 5.773

 DESCREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO UNIRP NO ...
 Peço desculpas a todos profissionais de caráter e honrar da UNIRP, que nada podem fazer. Mais hoje é...
 @youtube.com
- Tweet 2:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
Peço desculpas a todos profissionais de caráter e honrar da UNIRP, que nada podem fazer. Mais hoje é dia de fazer honrar a todos, homens, mulheres e crianças que foram humilhados por juizes, advogados no Estado de São Paulo, por falta de ética.
- Tweet 3:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
COMO A UNIRP FORMOU "DESGRAÇADOS" (ISSO, SEGUNDO CHARLES DE AZEVEDO) PARA DESGRAÇAR A VIDA DE GENTE POBRE.
- Tweet 4:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
COMO UMA MÃE (MEIO IRMÃOS) PERDEU A GUARDA DOS FILHOS PARA UM MONSTRO, NA COMARCA DE NOVA GRANADA.
- Tweet 5:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
VAMOS COMEÇAR COM A MINHA HISTORINHA DRAMÁTICA, QUANDO MINHA MÃE FOI TRATADA QUE NEM CADELA, PELO FORUM DE ICEM E FRUTAL, QUANDO EU E MINHA ERAMOS BEBÊS. ELES QUERIA GRANA...
- Tweet 6:** ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
TA NA HORA DE PROFESSOR ENTENDER QUE SEU TRABALHO TAMBÉM É

Trending Topics (Right):

- 1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets
 Assembleia Geral da ONU
 Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
- 2 - Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets
- 3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets
- 4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets
- 5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

Footer (Bottom):
 PT 14:57 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
TA NA HORA DE PROFESSOR ENTENDER QUE SEU TRABALHO TAMBÉM É FORMA "ÉTICA" E NÃO "DESGRAÇADOS" PARA HUMILHAR "HOMENS E MULHERES".
1

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
EU QUERO A LICENÇA DA UNIRP NO CURSO DE "DIREITO" CAÇADA TEMPORARIAMENTE, QUERENDO OU NÃO, EU VOU TENTAR.
4

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
QUANTOS REPRESENTANTES DA OAB APLICAM GOLPES EM CIDADES POBRES? QUANTOS ADVOGADOS SUBFATURAM COM O ESTADO? QUANTAS PESSOAS SÃO HUMILHADAS PELO SEUS DIREITOS? ISSO É ESTUDAR? ISSO É FAZER DIREITO?
1 1

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
QUANTAS MÃES POBRES PERDERAM A GUARDA DE SEUS FILHOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO? QUANTAS PESSOAS DEPENDENTES DA DEFENSORIA PÚBLICA FORAM ENGANADAS DE SEUS DIREITOS? QUANTOS DELEGADOS ABUSAM DA SUA AUTORIDADE?
1

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
Delegado seccional de Rio Preto é acusado de assédio sexual e moral por policial civil. - É ISSO QUE EU NÃO QUERO PRO FUTURO.
1

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
COMO A UNIRP VENDEU E VENDI DIPLOMAS DO CURSO DE DIREITO
[amazon.com/dp/B07XVM76MR/...](https://amazon.com/dp/B07XVM76MR/)
1 1

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
IFSP BARRETOS: Professor que diz que escola pública é uma merda. (Metade da classe sai depois disso) iaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets
Assembleia Geral da ONU Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...
Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)
© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:57 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
IFSP BARRETOS: Professor que diz que escola pública é uma merda. (Metade da classe sai depois disso) joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-re...

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
VOCÊS SÃO SEM DEUS, SEM HONRA!

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
Nem com ordem judicial eu tiro UMA DENUNCIA QUE ACONTECEU COM UM SER HUMANO

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
ENC: Denúncia Caráter Urgente (Justiça De Nova Granada - SP) joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-de...

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
RES: Cohab se recusa a cancelar contrato. | Cohab é complacente com fraude? joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-co...

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
POLICIAIS DO ESTADO DE SÃO AMEAÇAM, E JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI "ESCONDE CASO"

DENUNCIA
Joaquim Pedro de Moraes Filho
CPF 133.036.496-18

POLICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO AMEAÇAM, E...
"Zicutake é regido legalmente no Brasil pelo ID (133.036.496-18) - Joaquim Pedro Filho"
youtube.com

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

[Mostrar mais](#)

[Termos](#) [Política de privacidade](#) [Cookies](#)
[Informações de anúncios](#) [Mais](#)

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:57 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203.7 mil Tweets

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
ESSE PORCOS TEM QUE IR PRA CADEIA. BRASIL: JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO

BRASIL: JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PRO...
BRASIL: JUIZ E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO, CORRUPÇÃO E TORTURA NA ...
youtube.com

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
EU NUNCA NA MINHA VIDA EU VOU DEIXAR UM POLICIAL PORCO OU DELEGADO ME TOCAR, ME JULGAR NESSE PAÍS.

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
É PORQUE É POBRE?

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
OS PROFESSORES DA UNIRP QUE NÃO FAZEM CHAMADA, SUBLOTA PESSOAS PARA SEREM ADVOGADOS *QUE FUTURAMENTE NÃO TERAM RESPEITO (OU POUCO TERÃO E NINGUÉM NÃO VAI FAZER NADA?)

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
É CERTO PROFESSORES DA UNIRP ENSINANDO ADVOGADO HUMILHAR PESSOAS? COMO CARALHO, PORRA, CACETE, CONOTAÇÕES SEXUAIS EM FRENTE DE MENINAS E MULHERES COM GESTOS... E NINGUÉM VAI FAZER NADA?

ZicutaKE @Zicutake · 13 de set
PORQUE O MEC ESTÁ TENTANDO ARAJAR? DESCREDENCIAMENTO DA

Buscar no Twitter

Tendências de Brasil

1 - Assuntos do Momento
#BolsonaraOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 - Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

3 - Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

4 - Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

5 - Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

14:57
24/09/2019

The screenshot displays a web browser window with the Twitter profile of ZicutaKE (@Zicutake). The browser's address bar shows the URL 'twitter.com/Zicutake'. The profile header includes the name 'ZicutaKE', the handle '@Zicutake', and a 'Seguir' (Follow) button. The profile bio states '203.7 mil Tweets'.

The main content area shows a list of tweets from ZicutaKE:

- Tweet 1:** Posted on 13 de set. Text: 'PORQUE O MEC ESTÁ TENTANDO ABAFAR? DESCRENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO UNIRP - BASE LEGAL NO DECRETO Nº 5.773'. Includes a link to 'joaquimpedro.usacomment.com/2019/09/enc-de...'. Engagement: 1 reply, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.
- Tweet 2:** Posted on 11 de set. Text: 'Brasil teve 180 estupros e 720 agressões por dia em 2018, mostra relatório'. Includes a link to '@unyoutu.be/nv4OR7h4Nx0'. Engagement: 0 replies, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.
- Tweet 3:** Posted on 10 de set. Text: 'US extracted spy from Putin's Kremlin: reports'. Includes a link to 'http://zicutake.usacomment.com' and 'youtube.com'. Engagement: 0 replies, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.
- Tweet 4:** Posted on 10 de set. Text: 'Para quem entende "o modo certo, manipular o mercado financeiro é muito fácil. Informação vale "Ouro", bem centrada, você consegue fazer a valsa.' Engagement: 0 replies, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.
- Tweet 5:** Posted on 10 de set. Text: 'Nota: MUITOS GOVERNANTES NO BRASIL, POSSUEM INVESTIMENTO NA BOLSA. A GRANDE PERGUNTA, OS TAIS PODERIAM MANIPULAR O MERCADO FINANCEIRO? SIM.' Engagement: 0 replies, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.
- Tweet 6:** Posted on 10 de set. Text: 'Pistola na cintura? Isso é coisa de homens sem argumentos! "Lembre-se, ter pistola na cintura é igual anel de casamento, você nunca "ATIRA", se não, é um problema!"' Engagement: 0 replies, 0 retweets, 0 likes, 0 shares.

The right sidebar shows trending topics under the heading 'Tendências de Brasil':

- Assuntos do Momento: **#BolsonaronaOnu** (147 mil Tweets). Preview: 'Assembleia Geral da ONU Na ONU, Bolsonaro critica Macron e diz que Amazônia ...'.
- Assuntos do Momento: **#UNGA** (473 mil Tweets). Preview: 'Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso'.
- Assuntos do Momento: **HARI MERECE RESPEITO** (31,5 mil Tweets).
- Assuntos do Momento: **Lacombe** (33 mil Tweets).
- Assuntos do Momento: **Discurso** (422 mil Tweets).

The bottom of the browser window shows the Windows 10 taskbar with icons for various applications (File Explorer, Edge, Chrome, Word, etc.) and the system clock indicating 14:58 on 24/09/2019.

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

Seguir

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

ZicutaKE @Zicutake · 8 de set
DEMAGOGIA FUNCIONA MUITO BEM, POR UM TEMPO. MAIS A QUEDA É TERRÍVEL, O POVO NÃO COME VENTO, E UMA HORA PERCEBE. FOX E CNN SÃO BEM DIFERENTES? SIM, FOX DEMAGOGIA, CNN JORNALISMO.

ZicutaKE @Zicutake · 8 de set
EDIR MACEDO "JÁ FOI ACUSADO, SILVO SANTOS "PIOROU, FAMÍLIA MARINHO "TAMBÉM. MAIS A DEMAGOGIA DOS JORNALISMO DAS DEMAIS EMISSORAS, TIRANDO "JORNALISMO DA GLOBO E CULTURA, E EM ALGUNS PONTOS DO JORNAL DA RECORD", DE ENTRETER, ACABA COM A CREDIBILIDADE.

ZicutaKE @Zicutake · 8 de set
REDE GLOBO TEM FALHAS, MAIS TEM UMA BOA MARGEM DE CONFIANÇA PELOS BRASILEIROS NO JORNALISMO, DA TAL, DO QUE AS OUTRAS EMISSORAS DO BRASIL.

ZicutaKE @Zicutake · 8 de set
Somados, Record e SBT não dão audiência da Globo a Bolsonaro. - A REDE GLOBO É A ÚNICA EMISSORA DO BRASIL QUE POSSUI UMA BOA DIVERSIFICAÇÃO, ENTRE OS MAIS LETRADOS, CLASSE MÉDIA A, B E C. AS OUTRAS EMISSORAS POSSUI MENOS APROVAÇÃO DOS MAIS LETRADOS, POIS TRABALHA COM "DEMAGOGIA"

ZicutaKE @Zicutake · 8 de set
MOSTRAR RELATÓRIOS E FATOS COMPROVADOS QUE O #BRASIL ESTÁ EM UMA PROFUNDA MISÉRIA É SER ANTIPATRIOTA?

Buscar no Twitter

Assuntos do Momento
#BolsonaronaOnu
147 mil Tweets

Assembleia Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

Assuntos do Momento
#UNGA
473 mil Tweets

Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,5 mil Tweets

Assuntos do Momento
Lacombe
33 mil Tweets

Assuntos do Momento
Discurso
422 mil Tweets

Mostrar mais

Termos Política de privacidade Cookies

Informações de anúncios Mais

© 2019 Twitter, Inc.

PT 14:58 24/09/2019

Entrada - ngedalm@gmail.com - x ZicutaKE (@Zicutake) / Twitter

twitter.com/Zicutake

Buscar no Twitter

Assamblea Geral da ONU
Na ONU, Bolsonaro critica
Macron e diz que Amazônia ...

Estadão e Curvinho estão tweetando sobre isso

2 · Assuntos do Momento
#UNGA
476 mil Tweets

3 · Assuntos do Momento
Lacombe
33,3 mil Tweets

4 · Assuntos do Momento
HARI MERECE RESPEITO
31,7 mil Tweets

5 · Assuntos do Momento
Discurso
426 mil Tweets


Mostrar mais


Termos Política de privacidade Cookies
Informações de anúncios Mais v
© 2019 Twitter, Inc.

ZicutaKE
203,7 mil Tweets

ZicutaKE @Zicutake · 1 de set
Nota: ESSA SEMANA, EU JOAQUIM PEDRO FILHO DECIDIU QUE NÃO VAI
RETIRAR NENHUM UM TIPO DE CONTEÚDO CONSIDERADO COMO
"DENÚNCIA". MESMO COM ORDEM JUDICIAL DO BRASIL OU EXTERIOR. -
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

ZicutaKE @Zicutake · 1 de set
NÃO IRÁ RETIRAR ou NÃO VAI RETIRAR: O CERTO É NÃO VAI! ("Copitar pra
mim a língua Portuguesa" - Benéfico ou Maléfico os *ERROS, Tanto faz você
entendeu o contexto...) - Joaquim Pedro Filho

ZicutaKE @Zicutake · 1 de set
PENHORA DE QUOTAS NA SOCIEDADE LIMITADA POR DÍVIDA PESSOAL DO
SÓCIO (ISSO ABRE ESPAÇO PARA O SÓCIO DESCONTENTE, SE VINGAR DA
SOCIEDADE, DIFICULTANDO SUA SAÍDA.)

PENHORA DE QUOTAS NA SOCIEDADE LIMITADA P...
Por <http://brasil.usacomment.com/?m=1> "Zicutake é
regido legalmente no Brasil pelo ID (133.036.496-18)...
youtube.com

ZicutaKE @Zicutake · 1 de set
Uma ruga no espaço-tempo confirma a gravitação de Einstein

Uma ruga no espaço-tempo confirma a gravitação d...
Por <http://brasil.usacomment.com/?m=1> "Zicutake é
regido legalmente no Brasil pelo ID (133.036.496-18)...
youtube.com

Página Inicial
Explorar
Notificações
Mensagens
Itens salvos
Listas
Perfil
Mais

Tweetar

PT 14:59
24/09/2019

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça **Eder Vinicius Padovani (31929)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2019/007345-1 dirigi-me ao endereço na Rua Antonio Ventura da Silva, n° 342 - Centro (CEP 15460-000) - Icém/SP, no dia 24.09.2019, e aí sendo **DEIXEI DE INTIMAR o averiguado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, pois encontrei a casa aparentemente inabitada, sendo que fui informado por uma vizinha da casa da frente que o averiguado se mudou recentemente, juntamente com sua mãe, para endereço ignorado por ela. Por fim, declarou que, de fato, o imóvel supra encontra-se desocupado, razão pela qual, estando o averiguado em endereço desconhecido, promovo a devolução do presente mandado para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 25 de setembro de 2019.

Número de Cotas: 01


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 25 de setembro de 2019.

 Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
 Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 25/09/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 25 de setembro de 2019

**LEMOS ADVOGADOS**

Dr. Antonio Alberto C. Lemos OAB/SP 113.902

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA
COMARCA DE NOVA GRANADA. SP.**

Processo Crime Nº 15001061820198260390

ANTONIO ALBERTO C DE LEMOS, já qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem como devido respeito perante **V. Exa.**, REITERAR as providências solicitadas às folhas 826.

Termos em que

P. deferimento.

Nova Granada SP, 25 de setembro de 2019.

ANTONIO ALBERTO C. DE LEMOS

Advogado OAB/SP 113.902



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 27/09/2019 17:45

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 27 de Setembro de 2019

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Requeiro a remessa dos autos à Delegacia de Polícia para cumprimento da diligência que falta a ser realizada (degravação da mídia).

Nova Granada, 27 de setembro de 2019.

HÉRICO WILLIAM ALVES DESTÉFANI
Promotor de Justiça Designado

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
COMARCA DE NOVA GRANADA**

Autos n.1500106-18.2019.8.26.0390

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pelo Promotor de Justiça ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, vem, com elevado respeito, nos autos do inquérito policial, em epígrafe, em que consta como investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, qualificado nos autos, vem requerer a juntada da representação encaminhada a esta Promotoria de Justiça, documento anexo.

Diante da informação de que o investigado utiliza vários canais da internet para propagar suas ofensas e ameaças, requeiro seja ampliada a r. decisão a fl. 820, a fim de que ele seja bloqueado nos canais: Facebook, Twitter, blog pessoal e nos dois canais do Youtube, conforme descritos a fl. 06 da representação anexa.

Termos em que,

R.Deferimento.

Nova Granada, 30 de setembro de 2019.

HÉRICO WILLIAM ALVES DESTÉFANI

Promotor de Justiça Designado

Alexandre Shimizu Clemente
Advogado

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA GRANADA - ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA
PROTOCOLO

Nº de Ordem 258/19

Recebido aos 26/09/2019

Às 18:20 horas [assinatura]

ALEXANDRE SHIMIZU CLEMENTE, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG n.º **32.860.650-9**, inscrito no CPF/MF **319.829.228-00**, com escritório à Avenida Emílio Trevisan, 655, sala 507, Plaza Capital, CEP: 15084-067, na cidade de São José Rio Preto, Estado de São Paulo, vem, respeitosamente, a presença de vossa Excelência, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal e Lei nº 10.216/2001, oferecer

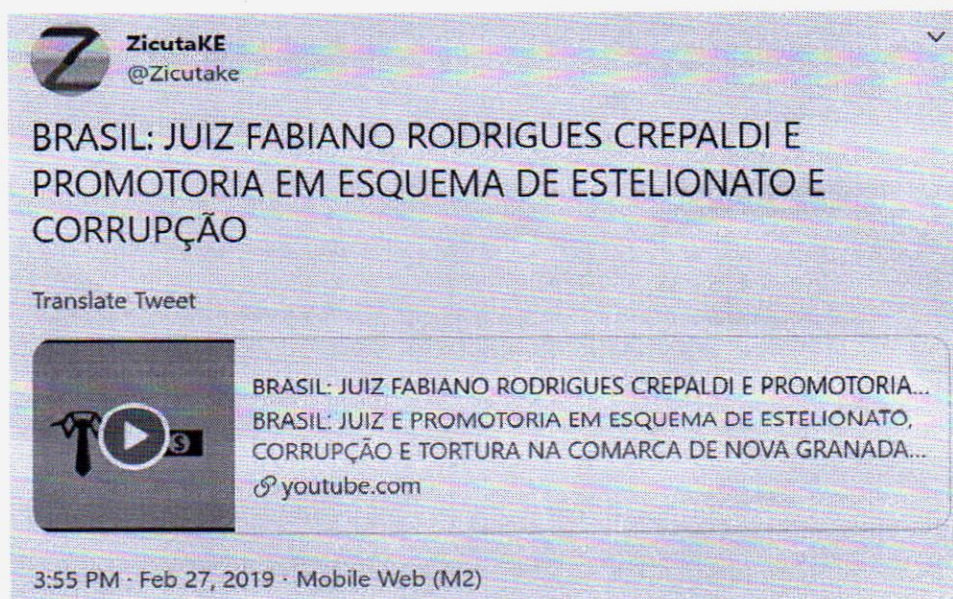
REPRESENTAÇÃO

para que sejam tomadas as devidas providências em face de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, com 24 anos, inscrito no CPF nº **133.036.496-18**, portador do RG nº **45.537.436-3**, residente e domiciliado na Av. Antônio Ventura da Silva, 342, casa A, Centro, na cidade de Icém, Estado de São Paulo, pelas seguintes razões de fato e de direito.

1. DOS FATOS

O representado, com 24 anos e residente nesta comarca, tem mostrado condutas que merecem a atenção de Vossa Excelência, isto porque, do início do corrente ano até o presente momento tem atacado a honra de pessoas idôneas e a tranquilidade da ordem pública, senão vejamos:

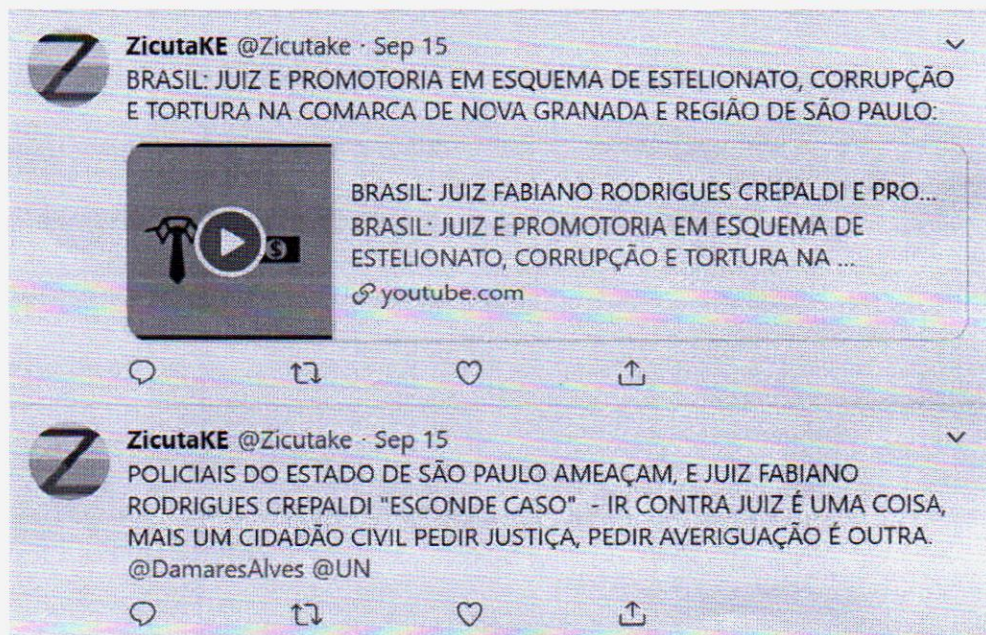
Em fevereiro de 2019, o representado confeccionou e publicou vídeo acusatório (https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=I3LfhsgrJ3g), sem qualquer amparo fático ou legal, aventando um fantasioso esquema de estelionato e corrupção envolvendo membros do Poder Judiciário e Ministério Público desta comarca, o que está sendo melhor apurado no bojo dos autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390



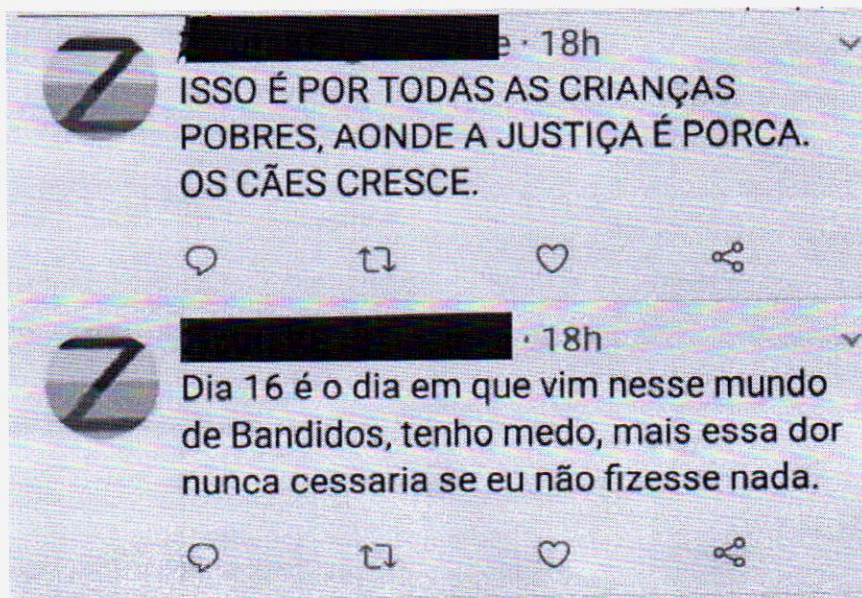
No vídeo citou nominalmente as seguintes autoridades e advogados:

- I. Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi – Juiz Titular da Comarca de Nova Granada;
- II. Dr. Tasso Cury – Promotor de Justiça;
- III. Dr. José Heitor dos Santos – Promotor de Justiça;
- IV. Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes - Promotora de Justiça;
- V. Dr. Antônio Alberto C. Lemos – Advogado e coordenador dos advogados de Nova Granada;
- VI. Ernandes D. A. Lemos Moura - Advogado da comarca;
- VII. Suzane Keren Verro Giacometo – Advogada da comarca;

Além disso, ao longo dos meses, tanto em seu *Twitter* como em seu *blog* pessoal, o representado dissemina teorias conspiratórias e ataques de ódio a instituições e pessoas, o que, sem sombra de dúvidas, faz sem qualquer racionalidade ou fundamento fático.



Ocorre que, na primeira quinzena do mês de setembro de 2019, após uma ofensa e ameaça velada dirigida a um professor, o representado, ex-aluno do curso de Direito do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), proferiu ameaças de ataques à instituição de ensino, o que está sendo devidamente apurado no boletim de Ocorrência nº 2270620/2019. A ameaça proferida pelo representado provocou pânico em muitos estudantes e pais de alunos, que compartilharam prints da publicação em aplicativos de conversa e, inclusive, por meio de nota, o Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) informou que reforçou o esquema de segurança nas diversas unidades da instituição.



Alexandre Shimizu Clemente
Advogado

Faculdade reforça segurança após suposta ameaça de aluno ...
https://www.diariodaregiao.com.br › 2019/09 › cidades › rio_preto › 1165... ▼
15 de set de 2019 - Uma suposta **ameaça** de ataque direcionada ao Centro Universitário de Rio Preto (Unirp) fez com que a instituição de ensino reforçasse o ...

Faculdade reforça segurança após suposta ameaça Diário da ...
https://www.diariodaregiao.com.br › 2019/09 › cidades › regioao › 116574... ▼
14 de set de 2019 - Uma suposta **ameaça** de ataque direcionada ao Centro Universitário de Rio Preto (Unirp) fez com que a instituição de ensino reforçasse o ...

Rapaz suspeito de ameaçar ataque em faculdade de S. J. do ...
www.gazetainterior.com.br › index.php › rapaz-suspeito-de-ameacar-ataqu... ▼
6 dias atrás - Rapaz suspeito de ameaçar ataque em **faculdade** de S. J. do Rio Preto é detido ... vários boletins de ocorrência contra o rapaz por **ameaça**.

Como se não bastasse o ataque a instituição de ensino, o representado passou a perseguir, ameaçar e atacar a honra de professores da instituição. Um dos alvos do representado foi o Dr. Charles Stevan de Prieto de Azevedo, professor da faculdade, o qual após ser chamado de forma injustificada de "Porco, imundo e nojento" em sala de aula na presença de inúmeros alunos, e ameaçado de forma velada com os dizeres "Botucatu é quente como a sua filha", destacando que a mesma tem apenas 11 anos de idade, além, é claro, de vários ataques nos meios de comunicação virtual, fatos estes confirmados pelo próprio representado em interrogatório no Boletim de Ocorrência nº 2270620/2019.

De igual forma, também foi alvo o presente representante, pois, em seu *blog* pessoal insinuou caluniosamente que teria cometido assédio sexual dentro de sala de aula, inclusive, encaminhando tal denúncia à ouvidoria e gabinete do MEC.

De: pedro de m. filho filho
Enviada em: 28/08/2019 01:28
Para: pedro de m. filho filho;
gabinetedoministro@mec.gov.br;
nucleo.ouvidoria@mec.gov.br; ipae@ipae.com.br
Assunto: RE: [e-Ouv - Sistema de Ouvidorias]
Manifestação Respondida no Sistema

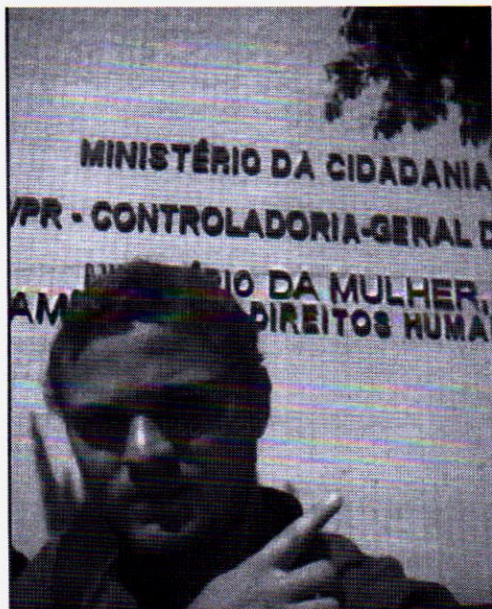
Essa semana, fiquei "pasma", descobrir que o professor de Direito civil *Alexandre Clemente *UNIRP, já teve caso com duas alunas, uma da qual namora. Fiz uma pergunta para mim mesmo: Por ele usa conotações sexuais *fortes dentro da sala de aula, isso não seria assédio sexual?

- Por Joaquim Pedro de Morais Filho

Sobe o cpf: 133.036.496-18

Alexandre Shimizu Clemente
Advogado

Ressalta-se ainda que, após todo o transtorno provocado pelo representado na região, o mesmo deslocou-se para Brasília-DF, onde, na em vão tentativa de reiterar as infundadas denúncias, buscou consulados, embaixadas, ministérios e até mesmo Supremo Tribunal Federal.



Em seu blog pessoal, o representado relatou as suas várias tentativas frustradas de encontrar-se com autoridades federais, destacando enfaticamente que não fora atendido pela representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Ministra de Estado Damares Alves. Mais uma vez, desproporcionalmente, publicou em seu blog pessoal ameaça velada para a própria ministra, senão vejamos:

Alexandre Shimizu Clemente
Advogado

De: Zicutake USA

Enviada em: 16/09/2019 17:15

Para: agenda.gab@mda.com.br

Assunto: Olá, pouco me interessa Damares Alves

Se ele tiver dignidade como ministra dos Direitos Humanos do Brasil, ela que vira até mim. Fala pra ela marca um horário com Deus, vai precisar, pois os Brasileiros não são cachorros.

As principais mídias que o representado utiliza para propagar suas ofensas e ameaças são:

Facebook: <https://www.facebook.com/Zicutake.USAComent>

Twitter: <https://mobile.twitter.com/Zicutake>

Blog pessoal: <http://joaquimpedro.usacomment.com/>

Youtube (2 canais):

https://www.youtube.com/channel/UC_NV601yi6jWGh3_YBVYMBa

https://www.youtube.com/channel/UC_A7RFdxorY4_RazILBdNDw

Por fim, destaca-se que o representado, de forma ardil e danosa, utiliza-se de mídias sociais de alta visibilidade para propagar suas ofensas e ameaças, o que, sem sombra de dúvidas, causou e ainda está causando grande desordem social, especialmente quando tem por alvo pessoas idôneas e instituições de grande relevância social, sendo imprescindível a tomada de providências em face do representado.

2. DOS FUNDAMENTOS QUE AMPARAM A PRESENTE REPRESENTAÇÃO

Excelência, não restam dúvidas de que a conduta perpetrada pelo representado extrapola o seu direito de denunciar, sendo certo que, conforme amplamente abordado alhures, as "vítimas" do representado tomaram e tomarão as providências cíveis e penalmente cabíveis.

Ocorre que, se analisado o conteúdo de seus dizeres, bem como a forma de propagação, resta cabalmente demonstrado que o representado não tem ciência e discernimento necessário acerca de suas ações, especialmente por não temer consequências de seus atos, ou seja, ainda que o representado tenha preservado a consciência, não possui capacidade para a tomada de decisões racionais, apresentando momentos de delírios e alucinações.

Ademais, não há notícias ou conhecimento de que o representado tenha passado por tratamentos extra hospitalares para o tratamento de seus transtornos, o que, o coloca em situação de risco, pois, com suas condutas, causou **RISCO DE AGRESSÃO À ORDEM PÚBLICA** e **ALTA EXPOSIÇÃO SOCIAL**, além de demonstrar **INCAPACIDADE GRAVE DE AUTO CUIDADOS**.

Portanto, considerando as condições acima apresentadas, o Estado, sob a égide da Lei nº 10.216/2001, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, em seu art. 3º, confere ao Estado a legitimidade para zelar, prestar assistência e promover ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, senão vejamos:

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Assim, na ausência da família, ou em sua não concordância, **pode o Estado, evocando a figura do poder familiar, autorizar a internação compulsória, mediante decisão de juiz competente.**

Destaca-se que, o representado, muito além de causar prejuízos às suas SUPOSTAS vítimas, também se coloca em zona de risco, pois, sequer tem discernimento das consequências de suas ações. Frisa-se, ainda, o fato de deslocar-se até Brasília - DF com a finalidade de denunciar casos pessoas a ministros, juízes e embaixadores, o que, por si só, é desarrazoado, demonstrando total alienação e insanidade.

Desta maneira, visa a presente representação, **REQUERER** de Vossa Excelência, pedido de providências para que seja o representado **diagnosticado**, bem como em caso de constatação de transtornos psíquicos sejam tomadas as providências cabíveis ao seu tratamento.

Por fim, **requer** a tomada de providências quanto as contas virtuais movimentadas pelo representado, para que sejam **SUSPENSAS** ou **EXCLUÍDAS**, tendo em vista que através delas este coloca-se em situação de risco, gerando **AGRESSÃO À ORDEM PÚBLICA** e **ALTA EXPOSIÇÃO SOCIAL**.



3. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante todo o exposto, é ao presente para requerer de Vossa Excelência que:

- A.** Sejam tomadas providências para que o representado seja **diagnosticado**, bem como em caso de constatação de transtornos psíquicos sejam tomadas as providências cabíveis ao seu tratamento.
- B.** Sejam tomadas as providências quanto as contas virtuais movimentadas pelo representado, para que sejam **SUSPENSAS** ou **EXCLUÍDAS**, tendo em vista que através delas este coloca-se em situação de risco, gerando **AGRESSÃO À ORDEM PÚBLICA** e **ALTA EXPOSIÇÃO SOCIAL**.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

São José do Rio Preto, 26 de setembro de 2019.


ALEXANDRE SHIMIZU CLEMENTE
OAB/SP 288.118


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
DECISÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

Vistos.

Fls. 826/880: um dos supostos caluniados junta mídia de fato havido em São José do Rio Preto/SP, que estaria relacionado com o objeto destes autos, e pede que sejam oficiadas as autoridades policiais de Nova Granada/SP e daquela outra Cidade, solicitando providências que lhe resguardecem a integridade física e moral. Pede, ainda, agilidade na finalização do inquérito policial. Reiterou os pleitos às fls. 884/885.

Indefiro, porque cabe ao cidadão noticiar a Polícia sobre o que lhe cause temor, independentemente de intervenção judicial; e à autoridade policial dar consecução ao seu trabalho investigativo no tempo necessário para um efetivo trabalho, não podendo o Poder Judiciário se imiscuir nesse juízo de valor.

Fls. 887: o Ministério Público requer o retorno dos autos à Delegacia de Polícia para a degravção da mídia. **Defiro**.

Fls. 888/896: trata-se de representação de um professor da instituição de ensino de São José do Rio Preto/SP, onde supostamente teria havido ameaças do investigado, informando a propagação de ofensas através de determinadas contas de *Facebook*, *Twitter*, blog pessoal e dois canais de *Youtube* devidamente descritos às fls. 894. Requer ao Promotor de Justiça que providencie uma ação em que o juiz lhe defira a internação compulsória, pois que tudo isso sinalizaria perturbação psíquica. Além disso, requer a suspensão ou a exclusão dessas contas virtuais.

Quanto ao primeiro pedido, como dito pelo representante, poderá ser objeto de outra ação, limitando-se o pedido do *Parquet* à extensão da decisão de fls. 820, para bloqueio no *Facebook*, *Twitter*, blog pessoal e nos dois canais de *Youtube*.

Com a mesma fundamentação, defiro a exclusão dos perfis acima, assim como dos canais de *Youtube* indicados. **Oficie-se ao Facebook, ao Twitter e ao Youtube. Quanto ao domínio do blog pessoal, esclareça o Ministério Público a quem se deve destinar a ordem**, com endereço, devendo a Serventia providenciar a expedição de ofício tão logo recebida a resposta.

Intimem-se.

Nova Granada, 30 de setembro de 2019.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 01/10/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Fls. 826/880: um dos supostos caluniados junta mídia de fato havido em São José do Rio Preto/SP, que estaria relacionado com o objeto destes autos, e pede que sejam oficiadas as autoridades policiais de Nova Granada/SP e daquela outra Cidade, solicitando providências que lhe resguardem a integridade física e moral. Pede, ainda, agilidade na finalização do inquérito policial. Reiterou os pleitos às fls. 884/885. Indefiro, porque cabe ao cidadão noticiar a Polícia sobre o que lhe cause temor, independentemente de intervenção judicial; e à autoridade policial dar consecução ao seu trabalho investigativo no tempo necessário para um efetivo trabalho, não podendo o Poder Judiciário se imiscuir nesse juízo de valor. Fls. 887: o Ministério Público requer o retorno dos autos à Delegacia de Polícia para a degravação da mídia. Defiro. Fls. 888/896: trata-se de representação de um professor da instituição de ensino de São José do Rio Preto/SP, onde supostamente teria havido ameaças do investigado, informando a propagação de ofensas através de determinadas contas de Facebook, Twitter, blog pessoal e dois canais de Youtube devidamente descritos às fls. 894. Requer ao Promotor de Justiça que providencie uma ação em que o juiz lhe defira a internação compulsória, pois que tudo isso sinalizaria perturbação psíquica. Além disso, requer a suspensão ou a exclusão dessas contas virtuais. Quanto ao primeiro pedido, como dito pelo representante, poderá ser objeto de outra ação, limitando-se o pedido do Parquet à extensão da decisão de fls. 820, para bloqueio no Facebook, Twitter, blog pessoal e nos dois canais de Youtube. Com a mesma fundamentação, defiro a exclusão dos perfis acima, assim como dos canais de Youtube indicados. Oficie-se ao Facebook, ao Twitter e ao Youtube.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Quanto ao domínio do blog pessoal, esclareça o Ministério Público a quem
se deve destinar a ordem, com endereço, devendo a Serventia providenciar a
expedição de ofício tão logo recebida a resposta. Intimem-se.

Nova Granada, (SP), 01 de outubro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 01/10/2019 14:19

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Fls. 826/880: um dos supostos caluniados junta mídia de fato havido em São José do Rio Preto/SP, que estaria relacionado com o objeto destes autos, e pede que sejam oficiadas as autoridades policiais de Nova Granada/SP e daquela outra Cidade, solicitando providências que lhe resguardem a integridade física e moral. Pede, ainda, agilidade na finalização do inquérito policial. Reiterou os pleitos às fls. 884/885. Indefiro, porque cabe ao cidadão noticiar a Polícia sobre o que lhe cause temor, independentemente de intervenção judicial; e à autoridade policial dar consecução ao seu trabalho investigativo no tempo necessário para um efetivo trabalho, não podendo o Poder Judiciário se imiscuir nesse juízo de valor. Fls. 887: o Ministério Público requer o retorno dos autos à Delegacia de Polícia para a degravação da mídia. Defiro. Fls. 888/896: trata-se de representação de um professor da instituição de ensino de São José do Rio Preto/SP, onde supostamente teria havido ameaças do investigado, informando a propagação de ofensas através de determinadas contas de Facebook, Twitter, blog pessoal e dois canais de Youtube devidamente descritos às fls. 894. Requer ao Promotor de Justiça que providencie uma ação em que o juiz lhe defira a internação compulsória, pois que tudo isso sinalizaria perturbação psíquica. Além disso, requer a suspensão ou a exclusão dessas contas virtuais. Quanto ao primeiro pedido, como dito pelo representante, poderá ser objeto de outra ação, limitando-se o pedido do Parquet à extensão da decisão de fls. 820, para bloqueio no Facebook, Twitter, blog pessoal e nos dois canais de Youtube. Com a mesma fundamentação, defiro a exclusão dos perfis acima, assim como dos canais de Youtube indicados. Oficie-se ao Facebook, ao Twitter e ao Youtube. Quanto ao domínio do blog pessoal, esclareça o Ministério

Público a quem se deve destinar a ordem, com endereço, devendo a Serventia providenciar a expedição de ofício tão logo recebida a resposta. Intimem-se.

Nova Granada, 1 de Outubro de 2019

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, nº 550 - Centro – Fone/Fax 3262.1022

CONCLUSÃO: A seguir, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia, do que, para constar, lavro este termo. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.

Nova Granada, 01 de outubro de 2019

C.

L.

S.

Diante o requerido pelo DD. Promotor de Justiça da Comarca de Nova Granada-SP, nos presentes autos, às fls. 781 dos presentes autos, junte-se aos autos laudo 328429/2019 fornecido pelo IC de SJR-Preto-SP, considerando devidamente cumprida, e restitua-se os presentes autos, para apreciação e prosseguimento, com as cautelas de estilo. Outrosim, informo que a mídia seguiu-se fisicamente através de relação de remessa.

Nova Granada, 01 de outubro de 2019

DR. RENATO GOMES CAMACHO

DelPol Tit. Município

DATA/CERTIDÃO: Nesta data, recebi estes autos em Cartório. Certifico haver dado inteiro cumprimento ao exarado no despacho acima. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Raquel Couto Fialho Neto Furloni, Escrivã que o digitei.
Nova Granada, 01 de outubro de 2019

REMESSA : Aos 01 de outubro de 2019 faço remessa dos presentes autos ao Juízo da Comarca local, do que para constar, digitei este termo.

Raquel Couto Fialho Neto Furloni - EscriPol
A Escrivã



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL DR. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
IC - CP - NPC São Jose do Rio Preto



Dados da Origem:

PROTOCOLO: SRP_EP_IC 220/2019
REGISTRO DE ENTRADA: 7161/2019
IP 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA - NOVA GRANADA
REQUISITANTE: Exmo(a). Sr(a). Delegado(a) Dr. ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO



Identificação do Laudo:

IC - CP - São Jose do Rio Preto
LAUDO PERICIAL
328.429/2019

Dados da Ocorrência:

NATUREZA: CALÚNIA
LOCAL DO FATO: AV HILDEBERTO DE A. FERREIRA, - FÓRUM - Nova Granada
DATA DA OCORRÊNCIA: N/C
ENVOLVIDO(S): JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO - FABIANO RODRIGUES CREPALDI E OUTROS

Destinatário:

DEL.POL.NOVA GRANADA

Identificação de Peças:

ACOMPANHA(M) PEÇA(S)
LACRE(S) N° 0005798, SPTC/SP

PERITO(A) CRIMINAL: Dr(a). Barbara Martineli Bonine

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP N° 2.200-2/2001 DE 24/08/2001
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR BARBARA MARTINELI BONINE NA DATA DE 26/09/2019. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A AUTENTICIDADE DESTES LAUDOS E DE SUA ASSINATURA DIGITAL, ACESSO O SITE WWW.POLICIACIENTIFICA.SP.GOV.BR/LAUDO-DIGITAL/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAQUEL COUTO FIALHO NETO FURLONI e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 01/10/2019 às 15:38, sob o número WNGA19800016090. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 47A0697.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



LAUDO 328.429/19

O diretor do INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA da SPTC – Superintendência da Polícia Técnico-Científica, da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Perito Criminal Dr. Maurício da Silva Lazzarin, de conformidade com o disposto no Art. 178 do Decreto-Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941, alterada pelo Decreto nº 42.847 de 09 de fevereiro de 1998, designou a Perita Criminal Bárbara Martineli Bonine, do Núcleo de Perícias Criminalísticas de São José do Rio Preto, SP, para proceder ao exame supra-especificado, em atendimento à requisição do Delegado de Polícia da Del. Pol. de Nova Granada/SP referente ao IP 2067126.

1) HISTÓRICO

Segundo termos da requisição de exame, na Avenida Hildeberto de A. Ferreira, Fórum local, Nova Granada/SP, ocorrera Calúnia.

2) OBJETIVOS

Conforme requisição do Exmo. Delegado de Polícia Dr. Antonio Honório do Nascimento, a presente perícia tem por finalidade: "degravação pericial do vídeo, para instrução dos autos, a fim de dar cumprimento à cota ministerial".

3) PEÇA DE EXAME

Corresponde a um CD-R da marca Mega Innovation, com 700 MB de capacidade, com o manuscrito "vídeo youtube", vindo em embalagem plástica, sem lacre.

4) RESULTADOS DO EXAME

Verificou-se que a peça de exame apresenta o seguinte conteúdo:

Nome	Data de modificação...	Tipo	Tamanho
VID-20190228-WA0029.mp4	08/08/2019 17:45	Arquivo MP4	4,451 KB

A mídia contém um arquivo de vídeo com áudio de 03m01s de duração. A filmagem revela uma apresentação sobre um fato com uma voz masculina narrando e explicando o que aparece em tela.

Nas imagens 1 a 6 o narrador faz uma leitura fiel do que aparece em tela.

Nas imagens 7 a 12, a legenda apresenta a transcrição da fala relacionada.

Nas imagens 13 a 25, não há nenhuma declaração.

Com intuito de formação de juízo da autoridade requisitante, foram reproduzidas as seguintes imagens gravadas na peça de exame:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Denuncia, Referente:
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA DO ESTADO
 DE SÃO PAULO –
 PROCESSO 2016/163778 –
 DICOGE 2

Imagem 1.

Crimes
 contra a constituição
 e o código Penal. no ano 2016.

Imagem 2.

Referente ao processo
 100.1943-73.2016.8.26.0390
 e o processo
 0000735-71.2016.8.26.0390

Imagem 3.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Crimes de Estelionato,
 coação, ameaça,
 omissão de autoridade da
 Promotoria
 e obstrução da Justiça.

Imagem 4.

Esquemas de Fraude na
 Defensoria Pública
 do Estado de São Paulo.

Imagem 5.

ARTIGO 227 - INCENTIVAR AO CRIME

ARTIGO 171 - ESTELIONATO

ARTIGO 134 - DIREITO AO UM DEFENSOR

ARTIGO 22 - COAÇÃO

ARTIGO 135 - OMISSÃO

Imagem 6.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Imagem 7: "O usuário acionava a Defensoria Pública".



Imagem 8: "A Defensoria acionava o advogado do convênio".



Imagem 9: "O advogado modificava o custo do processo".



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Imagem 10: "A Defensoria passava mais casos para o advogado, que recebia".

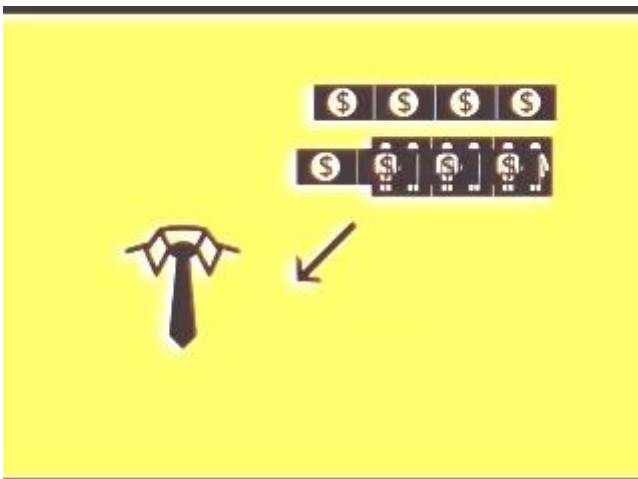


Imagem 11: "Ao final, o esquema de estelionato causava problemas no Sistema do Judiciário Público".

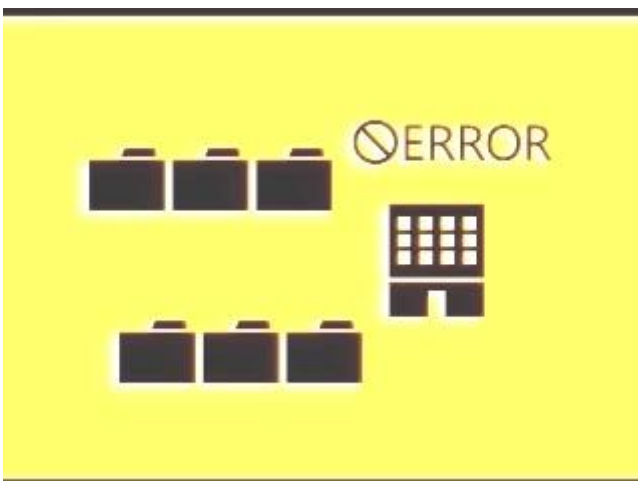


Imagem 12: "Todos os casos não tinham empenho ético, criando dificuldades de recursos".



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366

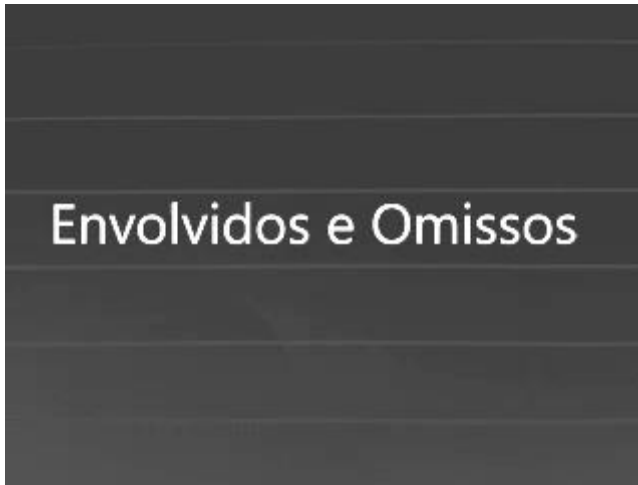


Imagem 13.



Imagem 14.



Imagem 15.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Antonio Alberto C. Lemos
 SP/113.902, representante da
 OAB da comarca de
 Nova Granada.

Imagem 16.

Antonio Alberto C. Lemos
 SP/113.902, representante da
 OAB da comarca de
 Nova Granada.
 E seu irmão
 Ernandes D. A. Lemos Moura
 SP/304.627

Imagem 17.



Imagem 18.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Promotor Tasso Cury de
São Jose do Rio Preto.

Imagem 19.



Imagem 20.

Promotor de
São José do Rio Preto
José Heitor dos Santos.

Imagem 21.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366



Promotora e amiga do senhor
 Fabiano, Aline Kleer da Silva
 Martins Fernandes.

Imagem 22.

É muito importante ressaltar
 que as denúncias é
 referente "Somente"
 aos processos citados.

Imagem 23.

É muito importante ressaltar
 que as denúncias é
 referente "Somente"
 aos processos citados.
 Com fácil poder
 comprobatório.

Imagem 24.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL Dr. OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Fritz Jacobs, nº 1045 – Fone: (17) 3212-5366

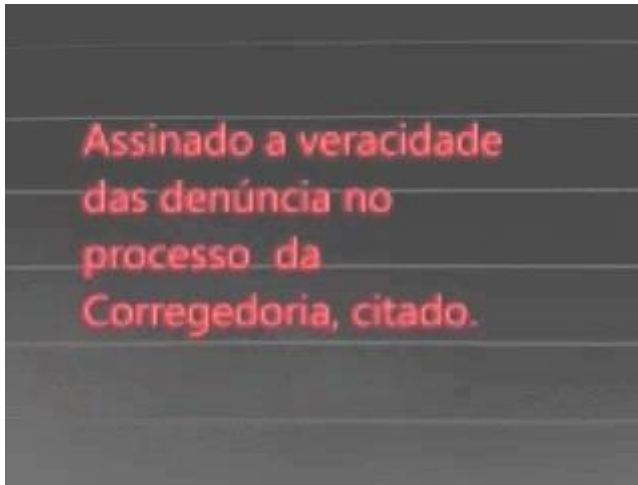


Imagem 25.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) A peça encaminhada foi devidamente descrita e analisada;
- b) Foram *degravados* os momentos indicados pela Autoridade Policial bem como extraídas e legendadas imagens relacionadas aos fatos;
- c) Cumpre ressaltar que o exame ora apresentado foi realizado com os recursos atualmente disponíveis neste Núcleo de Perícias Criminalísticas. Portanto, possíveis limitações quanto à obtenção dos resultados são devidas a tal disponibilidade.

Era o que havia a relatar.

Este laudo foi gerado no Sistema de Gerenciamento de Laudos/GDL-IC, onde fica arquivado e assinado digitalmente.

A peça examinada acompanha o presente Laudo Pericial em embalagem plástica, com lacre da SPTC de nº 0005798.

São José do Rio Preto, 26 de setembro de 2019.

Bárbara Martineli Bonine
PERITA CRIMINAL

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2.200-/2001,
 DE 24/08/2001, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEINTER-5 – DELEGACIA SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP

Nº 062/19

Autos remetidos pela Delegacia de Polícia de Nova Granada/SP- DelSecPol de São José do Rio Preto/SP, DEINTER 5 – São José do Rio Preto/SP

AO MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP
Em 01.10.2019

RELAÇÃO NUMÉRICA DOS AUTOS EXPEDIDOS

ITEM	INTERESSADO	ASSUNTO
01	DelPol de Nova Granada.	Encaminha um CD-R MegaInnovation, referente ao IPE 2067126/2019, Processo 15000106-18.2019.8.26.0390.

SEÇÃO EXPEDIDORA

Raquel Couto F.N.Furloni
EscriPol-

SEÇÃO RECEBEDORA

Recebi os autos constantes da relação acima.

Em ____ de ____ de 2.019

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
 GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 01 de outubro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria, **com máxima urgência**, as providências necessárias para exclusão do perfil "<https://www.Facebook.com/Zicutake.USAComment>" de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** (brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP), conforme decisão de fls. 897.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
Facebook

1500106-18.2019.8.26.0390

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 01 de outubro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria, **com máxima urgência**, as providências necessárias para exclusão do perfil "<https://mobile.twitter.com/Zicutake>" de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** (brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP), conforme decisão de fls. 897.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
Twitter

1500106-18.2019.8.26.0390

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
 GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 01 de outubro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria, **com máxima urgência**, as providências necessárias para exclusão dos canais "<https://www.youtube.com/channel/UC NV601yi6jWGh3 YBVYMBa>" e "<https://www.youtube.com/channel/UC AZRFdxorY4 RazILBdNDw>" de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** (brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP), conforme decisão de fls. 897.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
YOUTUBE

1500106-18.2019.8.26.0390


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que encaminhei os ofícios de fls. 916/918 para as respectivas empresas através de carta- AR (**Facebook e Youtube** - Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP, CEP 04717-004; Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º Andar, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133; Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133/ **Twitter** - Rua Prof. Atílio Innocenti, 642 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04538-001), tendo em vista a impossibilidade de comunicação com as referidas empresas através de telefone/e-mail. Nada Mais. Nova Granada, 02 de outubro de 2019. Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 02 de outubro de 2019.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 02/10/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 02 de outubro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 02/10/2019 16:29

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 2 de Outubro de 2019

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Fls.897/898: Conforme consta da representação juntada as fls.889/896, o endereço do blog pessoal do investigado é <http://joaquimpedro.usacomment.com/>

Nova Granada, 01 de outubro de 2019.

PATRICIA DOSUALDO PELOZO

Promotora de Justiça Designada

Matheus Corrêa Marto

Analista Jurídico

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que a mídia a que se refere o ofício de fls. 924 foi arquivada em pasta própria neste Cartório (pasta 20). Nada Mais. Nova Granada, 04 de outubro de 2019. Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Certifico e dou fé que em consulta pela internet verifiquei que o endereço do blog "http://joaquimpedro.usacomment.Com/" fica hospedado pela tecnologia Blogger, que por sua vez é um serviço ofertado pela empresa GOOGLE (Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04538-133).

Nada Mais. Nova Granada, 04 de outubro de 2019. Eu, ____,
Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**OFÍCIO**Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**Autor: **Justiça Pública**Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 04 de outubro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria, **com máxima urgência**, as providências necessárias para exclusão/bloqueio do blog pessoal "<http://joaquimpedro.usacomment.com/>" pertencente a **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** (Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP), conforme decisão de fls. 897/898.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
GOOGLE

1500106-18.2019.8.26.0390

⏪ Responder a todos

✕

Excluir

Lixo Eletrônico

Bloquear

⋮

INQUÉRITO POLICIAL 1500106-18.2019.8.26.0390 - URGENTE - DETERMINAÇÃO JUDICIAL

JB

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Qui, 19/09/2019 17:03

Para: info@facebook.com; privacy@facebook.com; disable@facebook.com; appeals@facebook.com



Facebook.pdf 138 KB	decisão.pdf 164 KB
------------------------	-----------------------

2 anexos (302 KB) Baixar tudo Salvar tudo no OneDrive – Tribunal de Justica de Sao Paulo

Segue ofício para as devidas providências - bloqueie o perfil de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, no prazo de 24 horas.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear ...

Não é possível entregar: ENC: INQUÉRITO POLICIAL 1500106-18.2019.8.26.0390 - URGENTE - DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Para enviar esta mensagem novamente, [clique aqui](#).

MO

Microsoft Outlook

Sex, 04/10/2019 16:43

info@facebook.com; privacy@facebook.com; disable@facebook.com; appeals@facebook.com



ENC: INQUÉRITO POLICIAL 15...

332 KB



Não foi possível entregar sua mensagem para vários destinatários.

Os destinatários não foram encontrados no
[facebook.com](https://www.facebook.com).

jbertoldi

Office 365

Destinatários

Ação Necessária

Destinatários

Endereço Para desconhecido

Não foi possível entregar para os seguintes destinatários:

info@facebook.com, privacy@facebook.com, disable@facebook.com, appeals@facebook.com

Como Corrigir

O endereço pode ter sido digitado incorretamente ou talvez não exista. Execute uma ou mais das seguintes ações:

- Envie a mensagem novamente seguindo estas etapas: No Outlook, abra a notificação de falha na entrega (NDR) e escolha **Enviar Novamente** na faixa de opções Relatórios. No Outlook na Web, selecione a NDR e selecione o link "**Para enviar esta mensagem novamente, clique aqui**." Em seguida, apague e digite novamente todo o endereço do destinatário. Se aparecer uma sugestão de Lista de Preenchimento Automático, não a selecione. Depois de digitar o endereço completo, clique em **Enviar**.
- Contate o destinatário (por telefone, por exemplo) para verificar se o endereço existe e está correto.
- O destinatário pode ter definido o encaminhamento de email para um endereço incorreto. Peça a ele para confirmar se o eventual encaminhamento configurado está funcionando corretamente.



telefone youtube brasil



Fazer login

[Todas](#)[Vídeos](#)[Notícias](#)[Imagens](#)[Shopping](#)[Mais](#)[Configurações](#)[Ferramentas](#)

Aproximadamente 169.000.000 resultados (0,46 segundos)

Atendimento **YouTube**. Para entrar em contato com a central de atendimento da empresa é preciso ligar para o número de **telefone YouTube** destinado a esse serviço: 11 3797 1000, que se trata do escritório da Google no **Brasil**, a responsável pelo aplicativo **YouTube**. 13 de dez de 2018

Telefone Gratuito Youtube | Atendimento Youtube

<https://sitecaseiro.com.br> > [telefone-gratuito-youtube](#)

[? Sobre este resultado](#)[Feedback](#)

Vídeos



Como entrar em contato direto com o YouTube (Telefone e E ...

SM!Tech
YouTube - 2 de jul de 2016



Como Entrar em Contato direto com o Youtube

Jefferson Meneses
YouTube - 20 de ago de 2015



Entrar em Contato DIRETO com o Youtube Rapidamente ...

Rogério Betin
YouTube - 22 de jul de 2017

Entre em contato conosco - YouTube

[https://www.youtube.com > contact_us](https://www.youtube.com/contact_us) ▼

Aproveite vídeos e música que você ama, envie conteúdo original e compartilhe-o com amigos, parentes e o mundo no **YouTube**.

Creators | Criadores | YouTube

[https://www.youtube.com > intl > pt-BR > creators > support-and-guidance](https://www.youtube.com/intl/pt-BR/creators/support-and-guidance) ▼

O local oficial para encontrar recursos e benefícios para criadores de conteúdo que ajudam você a criar vídeos incríveis, encontrar seu público e desenvolver ...

Telefone Gratuito Youtube | Atendimento Youtube

<https://sitecaseiro.com.br> > [telefone-gratuito-youtube](#) ▼

13 de dez de 2018 - 1 Telefone Youtube 11 3797 1000; 2 Atendimento YouTube ... trata do escritório da Google no **Brasil**, a responsável pelo aplicativo **YouTube**.

Contato com a equipe de Suporte ao criador de conteúdo do ...

[https://support.google.com > youtube > answer](https://support.google.com/youtube/answer) ▼

Não importa se você está com um problema específico ou se quer saber como aproveitar o **YouTube** ao máximo como criador de conteúdo. Estamos aqui para ...

Ajuda do Youtube - Google Support

[https://support.google.com > youtube](https://support.google.com/youtube) ▼

Corrigir problemas com a assinatura do **YouTube** Premium · Como receber ajuda com o Programa de Parcerias do **YouTube** ... português (Brasil) · català ...

7 Formas de Contatar o YouTube - wikiHow

[https://pt.wikihow.com > Contatar-o-Youtube](https://pt.wikihow.com/Contatar-o-Youtube) ▼

Este artigo traz dicas de como entrar em contato com o **YouTube** para resolver ... Por fim, lembre-se de que o **YouTube** não tem um endereço de e-mail ou telefone de essa opção seja praticamente impossível hoje (ainda mais no **Brasil**).

Telefone Google: Como entrar em contato com o Google Brasil

https://tiagotessmann.com.br › telefone-google-como-entrar-em-contato-co... ▼

14 de nov de 2015 - Será que é possível ter acesso para entrar em contato com o Google Brasil? Existe um telefone Google? Esses são algumas informações que ...

▶ YouTube Telefone - SAC, 0800 e Atendimento ao Cliente

https://www.0800bancos.com.br › internet › youtube-telefone-0800 ▼

Precisa falar no Atendimento ou telefone do Youtube? ... inscritos, de Konrad Dantas, produtor de vídeos musicais de funk e o atual líder do YouTube brasileiro.

As pessoas também perguntam

Como falar com o suporte do YouTube? ▼

Como falar com os Youtubers? ▼

Como faço para denunciar um canal no YouTube? ▼

Como ver vídeos do YouTube na TV? ▼

Feedback

Imagens de telefone youtube brasil



→ Mais imagens para telefone youtube brasil

Denunciar imagens

Pesquisas relacionadas a telefone youtube brasil

- como reclamar com o youtube

forum youtube product

youtube support

equipe do youtube

número do youtube

youtube comunidade

como ligar para o youtube

como enviar e mail para youtube

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Mais


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que encaminhei os ofícios de fls. 823/824 , fls.916 e 918 e 927 para as respectivas empresas através de carta- AR (**Facebook** - R. Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04542-200; **You Tube** - Av. Rodrigues Alves, 10 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250; **Google** -Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04538-133), tendo em vista a impossibilidade de comunicação com as referidas empresas através de telefone/e-mail. Além disso, certifico que tentei entrar em contato com You Tube através do telefone mencionado nas fls. 930 (11 3797 1000), porém não consegui ligação. Nada Mais. Nova Granada, 04 de outubro de 2019. Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público fls. 903/915.

Nova Granada, 14 de outubro de 2019.

 Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
 Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 14/10/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público fls. 903/915.

Nova Granada, (SP), 14 de outubro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.


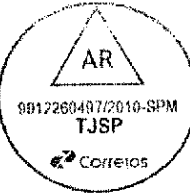

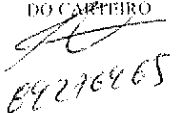
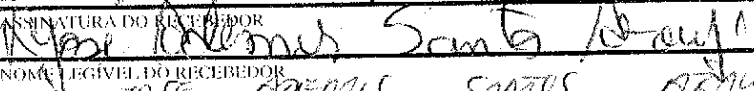
Data da intimação: 18/10/2019 12:31


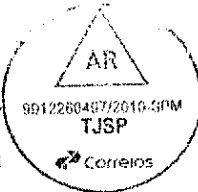
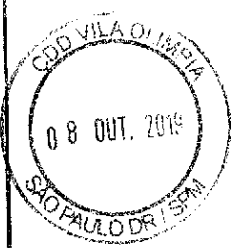
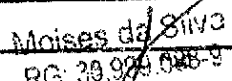
Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público fls. 903/915.

Nova Granada, 18 de Outubro de 2019

 CORREIOS			
AR		AVISO DE RECEBIMENTO	
JU 15616322 3 BR		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO		Reservado espaço à menção MP	
Twitter Rua Prof. Atílio Innocenti, 642 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP. 04538-001		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: () Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DA ENTREGA 08/10/19	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR JOSE ADEMUS SANTOS ARAUJO		Nº DO DOCUMENTO 56348242-7	

 CORREIOS			
AR		AVISO DE RECEBIMENTO	
DESTINATÁRIO YOUTUBE		JU 15616331 1 BR	
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º Andar, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133		Reservado espaço à menção MP	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SP		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico. <input type="checkbox"/> Reintegrado ao Serviço Postal em _____	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTÓRIO Frenas Matr. 8803542-0	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Moises da Silva RG: 39.999.998-9		DATA DE ENTREGA 08 OUT. 2019 Nº DO DOCUMENTO	

DP

AO REMETENTE

GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA (Facebook e Youtube)

Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP, CEP 04717-004

AO REMETENTE

NOVA GRANADA
20 JUL 2019

SEDEX
4444444444444444
RECEBUE



CORREIOS

AR

MP

PESO (kg)

SEDEX

MANDOU, CHEGOU.

SA 37250123 4 BR





**CARTÓRIO UNICO OFICIO
DE JUSTIÇA E ANEXOS**
Av. Hildeberto A. Ferreira nº 1001
CEP: 15440-000 - NOVA GRANADA/SP

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> DEVOLVIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE FALTA	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE ON: INDICADO	
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> OUTROS	
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO DESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	
_____ DATA: _____	
_____ RUBRICA/MATRÍCULA	

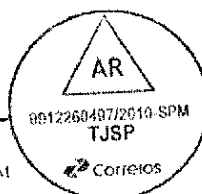


AR

AVISO DE RECEBIMENTO

JU 15616323 7 BR

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEM



Reservado espaço à
menção MP

DESTINATÁRIO
FACEBOOK

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, Itaim Bibi, São Paulo, CEP
04538-133

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP



RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO

Julio Moreira Gomes
Matr.: 8.926.896-2
Carteiro

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / : h
2ª / / : h
3ª / / : h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega,
devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | | |
|--|-------------------|--------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Mudou-se | (4) Desconhecido | (7) Ausente |
| (2) Endereço insuficiente | (5) Recusado | (8) Falecido |
| (3) Não existe o número | (6) Não procurado | (9) Outros: |

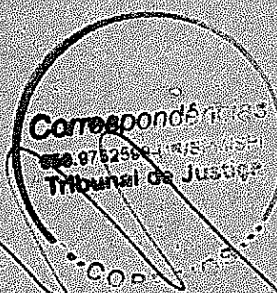
☒ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em

DATA DA ENTREGA

10/10/19

Nº DO DOCUMENTO

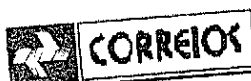
AO REMETENTE



FACEBOOK

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133

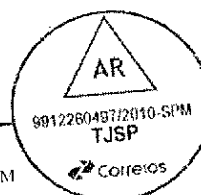
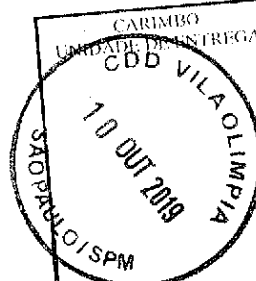
Correios REGISTRADO URGENTE registered priority	
Recebedor	
Assinatura	Doc.
JU 15616323 7 BR	



AR

AVISO DE RECEBIMENTO

JU 15616324.5 BR

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEMReservado espaço à
menção MPDESTINATÁRIO
FACEBOOKAvenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º Andar,
Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SPRUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIROJulio Moreira Gomes
Matr.: 8.926.896-2
Carteiro

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª _____ h
2ª _____ h
3ª _____ hATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega,
devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- (1) Mudou-se (2) Endereço insuficiente (3) Não existe o número (4) Desconhecido (5) Recusado (6) Não procurado (7) Ausente (8) Falecido (9) Outros:

☒ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em _____
DATA DA ENTREGA
13/10/19

Nº DO DOCUMENTO

NO REMETENTE



FACEBOOK

Desconhecido

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º Andar,

Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority	
Recebedor	Doc.
Assinatura	

JU 15616324 5 BR



[illegible]



YOUTUBE
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-133

AO REMETENTE

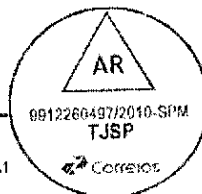
Correios REGISTRADO URGENTE registered priority	
Recebedor	AR
Assinatura	Doc.
JU 15616328 5 BR	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOL. Liberado nos autos em 18/10/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 48B9867.



AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEMReservado espaço à
menção MPDESTINATÁRIO
FACEBOOK

JU 15616325 4 BR

Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP,
CEP 04717-004;ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SP

JULIANA GREISSE BERTOLDI

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 09 OUT. 2019
2ª
3ª

Uso exclusivo do Cliente: PROC. N° 1500106-18.2019.8.26.0390

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☒ Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
☒ (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
☒ (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:

RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIROHessel Amarildo
89234887ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega,
devolver o objeto.

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal em 09 OUT 2019

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N° DO DOCUMENTO

Correspondência
058.9762596-DR/SPM/62
Tribunal de Justiça
CORREIOS

FACEBOOK

Rua Alexandre Dumas, 1630, Chacara Santo Antonio, São Paulo-SP,

CEP 04717-004;

PARA O REMETENTE

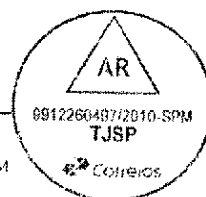
Correios REGISTRADO URGENTE
registered priority

Recebedor
Assinatura

Doc.

JU 15616325 4 BR

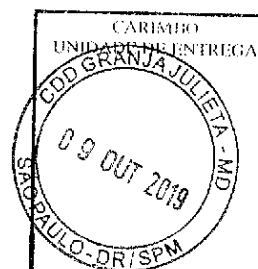


**AR****AVISO DE RECEBIMENTO**AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEMReservado espaço à
menção MP**DESTINATÁRIO**
YOUTUBE**JU 15616327 1 BR**Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP,
CEP 04717-004;**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001

15440-000 Nova Granada-SP

JULIANA BERTOLDI
TENTATIVAS DE ENTREGA
 1ª / / : h
 2ª / / : h
 3ª / / : h
Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390****RUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIRO****ATENÇÃO:**
Após 3 (três) tentativas de entrega,
devolver o objeto.
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
☒ Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente
☐ Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido
☐ Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros:

() Informação prestada pelo porteiro ou síndico. () Reintegrado ao Serviço Postal

ASSINATURA DO RECEBEDOR**DATA DA ENTREGA****NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR****Nº DO DOCUMENTO**



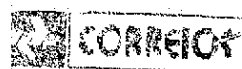
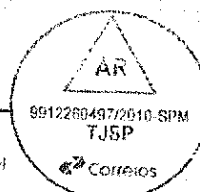
YOUTUBE

Rua Alexandre Dumas, 1630, Chácara Santo Antonio, São Paulo-SP,

CEP 04717-004;

TAO REMETENTE

REGISTRADO URGENTE registered priority		PESO (kg) weight
Recebedor	AR MP	
Assinatura	Doc.	
JU 15616327 1 BR 		

**AR****AVISO DE RECEBIMENTO**AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEMReservado espaço à
menção MP**DESTINATÁRIO** **JU 15616334 2 BR**

facebook

Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700 - Itaim Bibi, São Paulo -
04542-200**DERECHO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001
40-000 Nova Granada-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1	h
2	h
3	h

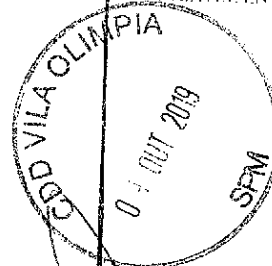
NOTAÇÃO:
3 (três) tentativas de entrega,
sem o objeto.

NATURA DO RECEBEDOR

LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390****MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- | | | |
|---------------------------|-------------------|--------------|
| (1) Mudou-se | (4) Desconhecido | (7) Ausente |
| (2) Endereço insuficiente | (5) Recusado | (8) Falecido |
| (3) Não existe o número | (6) Não procurado | (9) Outros: |

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____
CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGARUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTÃO

DATA DA ENTREGA
Nº DO DOCUMENTO

MARCO ANTONIO MARTINS
09-10-2019

09/10/2019
Nº DO DOCUMENTO



Correios REGISTRADO URGENTE
registered priority

Recebedor	
Assinatura	Doc.

JU 15616334 2 BR



Facebook

R. Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04542-000

AO REMETENTE

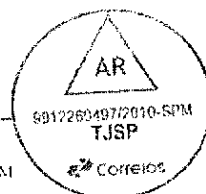
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 18/10/2019 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 150010678-2019-8-26-0390 e código 48B986D.

 CORREIOS			
AR AVISO DE RECEBIMENTO		AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM TJSP	
DESTINATÁRIO JU 15616333 9 BR		Reservado espaço à menção MP	
You Tube			
Av. Rodrigues Alves, 10 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ - CEP 20081-250			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 15440-000 Nova Granada-SF		CDD 1º DE MARÇO RJ	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª / / : h 2ª / / : h 3ª / / : h		Uso exclusivo do Cliente: PROC. N° 1500106-18.2019.8.26.0390	
ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO (1) Mudou-se (4) Desconhecido (7) Ausente (2) Endereço insuficiente (5) Recusado (8) Falecido (3) Não existe o número (6) Não procurado (9) Outros: () Informação prestada pelo portador e/ou remetente registrada ao Serviço Postal em	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICAR E MATRICULAR Sebastião das Dores Mat. 83230270 CDD 1º Março RJ Centro	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Sebastião das Dores		DATA DA ENTREGA 10.10.2019	
Nº DO DOCUMENTO			



AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AGÊNCIA e
DATA DE POSTAGEMReservado espaço à
menção MP

DESTINATÁRIO

JU 15616336 0 BR

Google

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04538-133

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Foro de Nova Granada - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001
15440-000 Nova Granada-SPCARIMBO
UNIDADE DE ENTREGARUBRICA E MATRÍCULA
DO CARTEIROAlboreo Mendonça
11/01/2019DATA DA ENTREGA
11/01/2019

Nº DO DOCUMENTO

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª _____ h
2ª _____ h
3ª _____ h

ATENÇÃO:

Após 3 (três) tentativas de entrega,
devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Uso exclusivo do Cliente: PROC. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | | |
|---------------------------|-------------------|--------------|
| (1) Mudou-se | (4) Desconhecido | (7) Ausente |
| (2) Endereço insuficiente | (5) Recusado | (8) Falecido |
| (3) Não existe o número | (6) Não procurado | (9) Outros: |

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em
Moises da Silva
RG: 37.299.000-9



São Paulo, 14 de outubro de 2019

Ao

MM. Juízo da Vara Única da Comarca de Nova Granada

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

REF: Autos nº 1500106-18.2019.826.0390

Ofício nº s/n

Excelentíssima Senhora Juíza,

Google Brasil Internet Ltda. ("Google Brasil"), sociedade brasileira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento à solicitação contida no presente ofício, apresentar os seguintes esclarecimentos.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Google Brasil é empresa subsidiária da Google LLC (pessoa jurídica estrangeira de direito privado, com sede em 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, California, 94043, EUA,) no território nacional, mas os produtos Google e respectivos dados são controlados exclusivamente pela Google LLC. Esclarece-se também que a Google Brasil é a única procuradora da Google LLC em território nacional com poderes para receber citações e intimações.

A Google Brasil enviou o presente ofício para a sua controladora, Google LLC, por ser ela a empresa que controla os produtos e serviços Google, que informou o seguinte.

390 FNGA-19-00005714-6 211019 1512 00

Na data de 19.09.2019, foi expedido ofício à Google, determinando a remoção do vídeo identificado por meio da URL <https://www.youtube.com/watch?v=I3LfhsgRJ3g> do YouTube, no prazo de 24 horas.

Dessa forma, a Google informa que o referido vídeo foi removido, conforme se verifica na imagem abaixo:



Sem mais para o momento, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Equipe Google

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público fls. 903/915 (laudo pericial) .

Nova Granada, 11 de novembro de 2019.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 11/11/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público fls. 903/915 (laudo pericial) .

Nova Granada, (SP), 11 de novembro de 2019

PINHEIRONETO
ADVOGADOS

SÃO PAULO

R. Hungria, 1.100
01455-906
São Paulo - SP
t. +55 (11) 3247 8400
f. +55 (11) 3247 8600

RIO DE JANEIRO

R. Humaitá, 275 -16º andar
22261-005
Rio de Janeiro - RJ
t. +55 (21) 2506 1600
f. +55 (21) 2506 1660

BRASÍLIA

SAFS. Quadra 2 Bloco B
Ed. Via Office - 3º andar
70070-600
Brasília - DF
t. +55 (61) 3312 9400
f. +55 (61) 3312 9444

PALO ALTO, USA

228 Hamilton Avenue, 3rd floor
CA 94301 USA
t. +1 650-798-5068

www.pinheironeto.com.br

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de
Nova Granada, Estado de São Paulo

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 16.954.565/0001-48, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.221, 9º andar ("TWITTER BRASIL"), por seus advogados (Docs. nºs 1 e 2), vem, respeitosamente, em atenção ao r. ofício expedido nos autos em epígrafe, esclarecer o quanto segue.

1. Por meio do r. ofício em questão, Vossa Excelência determinou a “*exclusão do perfil <https://mobile.twitter.com/Zicutake> de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (brasileiro, solteiro, estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage- RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem- SP)*”.

I. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PLATAFORMA TWITTER

2. De início, cumpre esclarecer que o *Twitter* é uma plataforma virtual de informação de uso gratuito, alimentada exclusivamente pelos usuários, que permite o compartilhamento em tempo real de *Tweets* sobre assuntos variados, isto é, mensagens contendo imagens, vídeos, *links* e textos de até 280 (duzentos e oitenta) caracteres.

3. A plataforma *Twitter* é operada e provida pelas empresas Twitter Inc. e Twitter International Company (“Operadoras do Twitter”). Os usuários localizados nos Estados Unidos contratam com a empresa norte-americana Twitter Inc., ao passo em que os usuários localizados em outros países (inclusive no Brasil) contratam com a empresa irlandesa Twitter International Company.

4. Como condição para utilizar essa plataforma virtual de informação, o usuário deve criar uma conta por meio do *site* “www.twitter.com”, mediante aceitação dos Termos do Serviço¹ e da Política de Privacidade², que constituem os contratos que regem o uso da ferramenta, estabelecendo direitos e obrigações para ambas as partes.

5. O TWITTER BRASIL, por sua vez, é empresa dotada de personalidade jurídica própria, autônoma e independente das Operadoras do Twitter, não possuindo qualquer relação com a gestão, operacionalização e administração do *site* “www.twitter.com”, de forma que não dispõe de meios técnicos ou jurídicos para intervir no gerenciamento dos dados dos usuários. **Não obstante tal fato, o**

¹ <https://twitter.com/tos>.

² <https://twitter.com/privacy>.

PINHEIRONETO
ADVOGADOS

TWITTER BRASIL e as Operadoras do Twitter atuam em regime de cooperação em relação ao cumprimento de ordens judiciais.

II. ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS SOBRE A ORDEM DE REMOÇÃO DE CONTEÚDO

(i) Da desproporcionalidade da ordem de remoção integral da conta @Zicutake

6. No presente caso, Vossa Excelência determinou a “*exclusão do perfil <https://mobile.twitter.com/Zicutake>*”.

7. Ocorre que, não obstante compreenda a sensibilidade desta investigação, o TWITTER BRASIL passa a expor as razões pelas quais faz-se imprescindível a **restrição da ordem judicial de remoção apenas ao conteúdo ilícito veiculado pelo usuário e que venha a ser devidamente especificado de forma completa por meio de URLs específicas.**

8. Cumpre ressaltar que a **desativação integral** do perfil em razão da veiculação de determinado conteúdo ilícito **é medida desproporcional**, pois afeta todo o conteúdo disponível na conta, impossibilitando ainda o usuário de exercer o seu direito à livre manifestação do pensamento, em um claro exemplo de censura prévia³. A corroborar a desproporcionalidade da medida, é de se ressaltar que o perfil possui **cerca de 205.000 (duzentos e cinco mil) tweets postados**.

9. **Da simples análise da conta @Zicutake, é possível constatar que existem inúmeros conteúdos postados que sequer se relacionam com a causa de pedir e que constituem regular e legítimo exercício do direito constitucional à livre manifestação do pensamento, o que evidencia a desproporcionalidade**

³ Nesse sentido, confira-se o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “Agravado de Instrumento. Responsabilidade Civil. Exclusão de perfil da usuária da Rede Social Facebook. Impossibilidade. MEDIDA EXTREMA E DESPROPORCIONAL QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DIREITO À IMAGEM. Agravado que deverá informar corretamente a URL da publicação dita como ofensiva para determinar a sua retirada. Recurso provido.” (TJ/SP, Agravo de Instrumento nº 2038112-14.2017.8.26.0000, 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Joaquim dos Santos, j. em 10.8.2017 - sem ênfase no original). No mesmo sentido: TJ/GO, Agravo de instrumento nº. 249066-17.2015.8.09.0000, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Maurício Porfírio Rosa, julgado em 29.10.2015; TJ/SP; Apelação nº 1009759-74.2014.8.26.0100, 7ª Câmara de Direito Privado, Relator: Des. Rômulo Russo, julgado em 8.2.2017 e Apelação nº 1032349-11.2015.8.26.0100, 1ª Câmara de Direito Privado, Relator: Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, julgado em 31.5.2016.

da determinação de remoção integral. É nesse sentido o entendimento da jurisprudência:

“Agravado de Instrumento. Responsabilidade Civil. **Exclusão de perfil da usuária da Rede Social Facebook. Impossibilidade. MEDIDA EXTREMA E DESPROPORCIONAL QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DIREITO À IMAGEM. Agravado que deverá informar corretamente a URL da publicação dita como ofensiva para determinar a sua retirada.** Recurso provido.” (TJ/SP, Agravado de Instrumento nº 2038112-14.2017.8.26.0000, 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Joaquim dos Santos, j. em 10.8.2017 - sem ênfase no original)⁴

10. O Marco Civil da Internet prevê expressamente, em seu artigo 19, § 1º, que a ordem judicial que determine a remoção de conteúdos deve conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo ilícito, que permita a localização inequívoca do material, **o que reforça a desproporcionalidade da ordem de remoção integral do perfil**⁵.

11. Esse dispositivo legal tem o claro intuito de impedir que um perfil inteiro seja removido em razão da existência de conteúdos ilícitos específicos. Nesse sentido, vale conferir o relatório do Projeto de Lei que culminou no Marco Civil da Internet, de autoria do Deputado Federal ALESSANDRO MOLON:

“Com relação ao atual artigo 20 (antigo artigo 15), mantivemos a regra geral de isenção de responsabilidade do provedor de aplicações, com a exceção que permite a responsabilização em caso de descumprimento de ordem judicial específica de retirada de conteúdo gerado por terceiros, bem como a ressalva a eventuais disposições legais em contrário, como nos casos que cuidam da remoção de conteúdo relativos a pornografia infantil, os quais devem ser removidos conforme lei específica, ou seja, mediante mera notificação oficial, conforme disposto no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/1990). Após notificação oficial, **o conteúdo** contendo cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente deve ser imediatamente indisponibilizado pelo provedor de aplicações. Mantivemos, igualmente, a determinação de que tal ordem judicial deva identificar

⁴ No mesmo sentido: TJ/SP, Apelação nº 1009759-74.2014.8.26.0100, 7ª Câmara de Direito Privado, Relator: Des. Rômulo Russo, julgado em 8.2.2017 e Apelação nº 1032349-11.2015.8.26.0100, 1ª Câmara de Direito Privado, Relator: Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, julgado em 31.5.2016; TJ/GO, Agravado de Instrumento nº. 249066-17.2015.8.09.0000, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Maurício Porfíro Rosa, julgado em 29.10.2015.

⁵ “Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.” (sem ênfase no original)
JUR_SP - 35158657v2 - 8923003.450409

PINHEIRONETO

ADVOGADOS

clara e especificamente o conteúdo apontado como infringente, com o objetivo de evitar decisões judiciais genéricas que possam ter efeito prejudicial à liberdade de expressão, como, por exemplo, **o bloqueio de um serviço inteiro – e não apenas do conteúdo infringente. Evita-se, assim, que um blog, ou um portal de notícias, seja completamente indisponibilizado por conta de um comentário em uma postagem, por exemplo.**

Evitam-se também ordens genéricas de supressão de conteúdo, com a obrigação de que a ordem judicial indique de forma clara e específica o conteúdo apontado como infringente, de forma a permitir a localização inequívoca do material – ou seja, há a necessidade de se indicar o hyperlink específico relacionado ao material considerado infringente. Nesse aspecto, fizemos ainda constar expressamente do início do dispositivo que esta salvaguarda tem o intuito de assegurar a liberdade de expressão e de impedir a censura, explicitando a preocupação da manutenção da Internet como um espaço de livre e plena expressão. Também enfatizamos que a responsabilidade de que trata o *caput* do artigo tem natureza civil.”⁶ (sem ênfase no original)

12. Em linha com esse entendimento, a jurisprudência pátria consolidou-se no sentido de que **cabe à parte interessada especificar de forma completa a URL de cada página cuja remoção é pretendida**, inclusive para que o magistrado possa avaliar seu conteúdo e concluir pela existência de ilicitude, sob pena de se caracterizar uma **obrigação genérica** e, conseqüentemente, **impossível de ser cumprida**. Nesse mesmo sentido, vale conferir o acórdão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. REDE SOCIAL. ORKUT. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR (ADMINISTRADOR). INEXISTÊNCIA, NO CASO CONCRETO. ESTRUTURA DA REDE E COMPORTAMENTO DO PROVEDOR QUE NÃO CONTRIBUÍRAM PARA A VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. RESPONSABILIDADES CONTRIBUTIVA E VICÁRIA. NÃO APLICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DANOS QUE POSSAM SER EXTRAÍDOS DA CAUSA DE PEDIR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. **INDICAÇÃO DE URL'S. NECESSIDADE.** APONTAMENTO DOS IP'S. OBRIGAÇÃO DO PROVEDOR. ASTREINTES. VALOR. AJUSTE.

(...)

8. Quanto à obrigação de fazer - retirada de páginas da rede social indicada -, a parte autora também juntou à inicial outros documentos que contêm, de forma genérica, URLs de comunidades virtuais, sem a indicação precisa do endereço interno das páginas nas quais os atos ilícitos estariam sendo praticados. Nessas circunstâncias, a jurisprudência da Segunda Seção afasta a obrigação do provedor, nos termos do que ficou decidido na Rcl 5.072/AC, Rel. p/ acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 4/6/2014.

⁶

Íntegra

disponível

em

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1240240&filename=Tramitacao-PL+2126/2011.

JUR_SP - 35158657v2 - 8923003.450409

PINHEIRONETO
ADVOGADOS

(...)” (STJ, REsp 1512647/MG, Segunda Seção, Relator: Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 13.5.2015 – sem ênfase no original)⁷

13. Importante destacar que o já mencionado artigo 19, § 1º, do Marco Civil da Internet é claro ao estabelecer que **a ordem judicial que determine a remoção de conteúdos deve conter identificação clara e específica do conteúdo ilícito, que permita a localização inequívoca do material, o que, mais uma vez, reforça a desproporcionalidade da ordem de remoção integral do perfil em questão**. Esse dispositivo legal tem o claro intuito de impedir que um perfil inteiro seja removido em razão da suposta existência de conteúdos ilícitos específicos.

14. Com a devida vênia, a remoção total do perfil @Zicutake, impedindo o usuário de veicular toda e qualquer espécie de conteúdo, implica não apenas uma restrição desproporcional da liberdade de expressão, como também verdadeira CENSURA – vedada em absoluto pela Constituição Federal.

15. Dessa forma, entende o TWITTER BRASIL ter esclarecido as razões pelas quais faz-se imprescindível que a ordem judicial seja restrita aos conteúdos ilícitos **e relacionados ao objeto desta investigação**, devidamente especificados mediante o fornecimento das respectivas URLs completas e apreciados por Vossa Excelência.

III. DEMAIS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

16. Ainda, o TWITTER BRASIL entende ser necessário esclarecer que, no presente caso, há ciência inequívoca dos dados do titular do perfil @Zicutake em que teria sido cometido ato ilícito.

17. Isso porque, nos autos da investigação e até mesmo no r. ofício de fls. 917 é possível perceber que este MM. Juízo já possui todas as informações essenciais – como CPF, RG, endereço e filiação - do Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho, **evidenciando a ausência de fundamento para qualquer pretensão ou imposição de obrigação em relação ao TWITTER BRASIL**.

⁷ No mesmo sentido: STJ, REsp 1274971/RS, Terceira Turma, Relator: Min. João Otávio de Noronha, julgado em 19.3.2015; REsp 1568935/RJ, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 5.4.2016; AgInt no AgInt no AREsp 956396/MG, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 17.10.2017; REsp 1629255/MG, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andriighi, julgado em 22.8.2017.

PINHEIRONETO
ADVOGADOS

18. Ressalte-se que, na qualidade de titular do perfil em questão, o Investigado possui plenas condições de dar cumprimento à eventual ordem de remoção de conteúdo/perfil, não havendo qualquer necessidade de intervenção do TWITTER BRASIL para que eventual providência nesse sentido seja efetivada. Nesse sentido, confira-se a lição de MARCEL LEONARDI:

“Em princípio, **as medidas necessárias para a efetivação da tutela específica ou obtenção do resultado prático equivalente devem ser impostas ao autor do ilícito, responsável direto pela conduta antijurídica.**

(...)

Nesse contexto, para obter a remoção de conteúdos da Internet, **os primeiros esforços da vítima devem ser sempre dirigidos contra o autor do ilícito, ou seja, contra aquele que efetivamente disponibilizou as informações ilícitas em um Web site ou em um servidor.”⁸**

19. Portanto, resta claro que a obrigação de remoção do conteúdo reputado ilícito deve ser imposta tão somente ao Investigado. **Ressalte-se que quando o responsável pelo conteúdo se encontra devidamente identificado — tal como ocorre in casu —, faz-se imprescindível que as ordens de remoção sejam direcionadas a este.**

20. Nesse sentido, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que “o *combate à utilização da Internet para fins nocivos somente será efetivo se as vítimas deixarem de lado essa postura comodista, quiçá oportunista, aceitando que a punição deve recair preponderantemente sobre o AUTOR DIRETO DO DANO.*”⁹

21. A imposição de tal obrigação diretamente ao responsável pelo conteúdo é a medida mais coerente. Isso porque tal medida não alteraria em nada a tutela dos direitos pleiteados e ao mesmo tempo certamente contribuiria como medida educativa ao usuário a fim de se evitar novas condutas dessa natureza, caso estas sejam efetivamente consideradas ilícitas.

22. Assim sendo, conhecendo-se o usuário do *Twitter* cuja pretensão é fundada, a obrigação de remoção de conteúdo pode ser imposta diretamente a este, uma vez que os usuários do *Twitter* têm meios para desativarem suas próprias contas, bem como dispõem das ferramentas adequadas para excluir conteúdos inseridos em seus próprios perfis.

⁸ LEONARDI, Marcel. Tutela e privacidade na internet. Ed. Saraiva: São Paulo, p. 263/264.

⁹ REsp nº 1.407.271/SP, Terceira Turma, Relatora: Min. Nancy Andrighi, j. 21.11.2013 – sem ênfase no original.
JUR_SP - 35158657v2 - 8923003.450409

PINHEIRO NETO
ADVOGADOS

IV. CONCLUSÃO

23. Face ao exposto, o TWITTER BRASIL entende ter dado cumprimento à determinação de Vossa Excelência, bem como apresentado os esclarecimentos que considera pertinentes em resposta ao r. ofício em referência, sendo certo que permanece à inteira disposição desse D. Juízo para eventuais esclarecimentos adicionais necessários.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 19 de novembro de 2019.

André Zonaro Giacchetta
OAB/SP nº 147.702

Adriana Tourinho Moretto
OAB/SP nº 425.049

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 16.954.565/0001-48, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.221, 9º andar, por seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, em conjunto ou separadamente, os Srs. **ANDRÉ ZONARO GIACCHETTA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 178.805.378-80 e na OAB/SP sob nº 147.702, **JOSÉ MAURO DECOUSSAU MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 296.254.588-24 e na OAB/SP sob nº 173.194, **CIRO TORRES FREITAS**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 290.855.898-00 e na OAB/SP sob nº 208.205, **MÁRCIO JUNQUEIRA LEITE**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 283.000.898-70 e na OAB/SP sob nº 187.848, **CARLOS EDSO STRASBURG JUNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 299.258.848-29 e na OAB/SP sob nº 246.241, **GUSTAVO GONÇALVES FERRER**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 025.332.181-62 e na OAB/SP sob nº 367.883, **CAIO CÉSAR DE OLIVEIRA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 366.956.898-06 e na OAB/SP sob nº 338.111, **PRISCILA OLIVEIRA PRADO FALOPPA**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob nº 396.054.608-40 e na OAB/SP sob nº 344.089, **GIOVANNA DE ALMEIDA ROTONDARO**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob nº 228.698.118-37 e na OAB/SP sob nº 384.805, **BARBARA AMANDA VILELA**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob nº 430.069.848-11 e na OAB/SP sob nº 390.489, **VICTOR RAWET DOTTI**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 435.682.128-97 e na OAB/SP sob nº 390.842, **DOUGLAS GUZZO PINTO**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 137.839.167-55 e na OAB/SP sob nº 396.611, **TALLY SMITAS**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob nº 430.439.468-12 e na OAB/SP sob nº 406.620, **JOÃO ANTONIO FAUZA PARREIRA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 403.416.768-88 e na OAB/SP sob nº 408.513, **ADALTHON DE PAULA SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 102.876.416-27 e na OAB/SP sob nº 427.379 e **ADRIANA TOURINHO MORETTO**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob nº 456.004.528-37 e na OAB/SP sob nº 425.049, todos integrantes de **PINHEIRO NETO ADVOGADOS**, sociedade inscrita na OAB/SP sob nº 11/65, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1.100, outorgando-lhes os poderes da cláusula "ad judicium et extra", mais os necessários para substabelecer no todo ou em parte os poderes conferidos, e tudo o mais que for necessário ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **especialmente para apresentar respostas a ofícios recebidos pela Outorgante, nos termos e conforme instruções de seu Departamento Jurídico, perante Autoridades Policiais e Administrativas, Ministério Público e Poder Judiciário.**

São Paulo, 14 de maio de 2019.

Fiamma Orlando Zarife

Fiamma Orlando Zarife
Administradora





TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.

CNPJ nº 16.954.565/0001-48

NIRE 35.226.965.189

6ª Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **(a) TWITTER INTERNATIONAL COMPANY**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Irlanda, com sede em The Academy, 42 Pearse Street, Dublin 2, Irlanda, inscrita no CNPJ sob o nº 15.493.642/0001-47, neste ato representada por sua bastante procuradora, Sra. **Fiamma Orlando Zarife**, brasileira, casada, publicitária, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 4221, Bairro Itaim, CEP 01452-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.598.605-7 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº. 018.508.457-51; e **(b) T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 3500 South Dupont Highway, Dover, Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ sob nº 15.437.850/0001-29, neste ato representada por sua bastante procuradora, Sra. **Fiamma Orlando Zarife**, acima qualificada, sócias representando a totalidade do capital social do **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Prof. Atilio Innocenti, 642/668, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001 com entrada também pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 16.954.565/0001-48, com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35.226.965.189, em sessão de 5.9.2012 e última alteração de contrato social registrada perante a JUCESP sob o nº 259.643/16-6 em sessão de 14.6.2016 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade, como segue:

1. Decidem as sócias, de comum acordo e por unanimidade, aprovar: (i) a destituição do Sr. **Guilherme Ribenboim**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, portador da Cédula de

CONVÊNIO
CIESP

SINGULAR

Identidade RG nº 53.413.521-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 016.792.147-99, do cargo de administrador da Sociedade; e (ii) a nomeação da **Sra. Fiamma Orlando Zarife**, brasileira casada, publicitária, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, Bairro Itaim, CEP 01452-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.598.605-7 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 018.508.457-51, para o cargo de administradora da Sociedade.

2. A Sra. **Fiamma Orlando Zarife**, acima qualificada, ora nomeada para o cargo de administradora da Sociedade, declara, sob as penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. A administradora ora nomeada permanecerá investida em seu cargo, por prazo indeterminado, dispondo de todos os poderes necessários à administração da Sociedade, observadas, contudo, as restrições legais e as constantes deste Contrato Social.

3. Em razão da deliberação acima, o parágrafo 7º da Cláusula 13 do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação:

§7º A administradora da sociedade é a Sra. **Sra. Fiamma Orlando Zarife**, brasileira casada, publicitária, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, Bairro Itaim, CEP 01452-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.598.605-7 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 018.508.457-51, sem designação específica e com mandato por prazo indeterminado."

4. Por fim, resolvem os sócios não apenas alterar a Cláusula 7º §13 do Contrato

Social da Sociedade, mas também consolidá-lo, para que passe a vigorar, na íntegra, como segue:

**"CONTRATO SOCIAL DO
TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**

1. A sociedade tem a denominação de **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**

2. A sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 642/668, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001 com entrada também pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, em reunião.

Parágrafo Único. A Sociedade possui filial localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Praia de Botafogo, 228, 16º andar, CEP 22250-145, inscrita no CNPJ sob o nº 16.954.565/0002-29.

OBJETO SOCIAL

3. O objeto social compreende:

- (i) a comercialização, a monetização e a promoção da rede de informação Twitter, incluindo o website Twitter, rede móvel e outras plataformas;
- (ii) a realização de outros serviços e negócios relacionados com as atividades mencionadas acima;
- (iii) a gestão de participações societárias em outras sociedades; e
- (iv) a veiculação de materiais de publicidade na internet.

DURAÇÃO

4. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

5. O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 509.185.000,00 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) dividido em 509.185.000 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

(a) **TWITTER INTERNATIONAL COMPANY** possui 509.184.999 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentas e noventa e nove) quotas, no valor total de R\$ 509.184.999 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais); e

(b) **T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC** possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real).

§1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização.

§2º A sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

§3º A parcela do capital social da Sociedade integralizada em moeda corrente nacional é de R\$ 481.557.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais), dividido em 481.557.000 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e sete mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada, das quais 481.556.999 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, novecentas e noventa e nove) quotas são detidas pelo sócio Twitter International Company e 1 (uma) quota é detida pelo sócio T.I. Brazil Holdings LLC. O restante do capital social deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, bens ou créditos no prazo de até 1 (um) ano a contar da presente data.

6. Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar

qualquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

Parágrafo Único. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento devidamente assinado pelo sócio ou sócios anuentes.

7. É permitida a exclusão de sócio por justa causa, desde que aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS

8. As deliberações de sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do contrato social ou outros atos de deliberação.

§1º A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

§2º As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, nos casos em que maior quorum não for, expressamente, previsto em lei ou neste Contrato Social.

§3º Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, advogado ou procurador devidamente constituído com poderes específicos.

§4º Serão considerados presentes os sócios que transmitirem seus votos por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita.

§5º Os sócios poderão participar e votar nas reuniões, ainda que não estejam fisicamente presentes nas mesmas, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A

respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros que participaram da reunião.

9. As reuniões de sócios serão convocadas pela administração da sociedade ou pelos próprios sócios nos casos previstos em lei ou neste contrato social ou, ainda, por sócio ou sócios representando mais da metade do capital social, sempre que considerarem necessário. As convocações serão feitas sempre por escrito, mediante carta registrada ou protocolada, enviada com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência, ou, ainda, se necessário, por edital.

§1º A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente.

§2º Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

10. A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, mais da metade do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número.

11. As reuniões serão presididas por sócio, representante de sócio, administrador ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário.

§1º Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião dos sócios, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

§2º Cópia da ata será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação, nos termos da legislação aplicável.

§3º A administração da sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar.

MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

12. O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação do sócio ou sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quorum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quorum especial, ainda que inferior ao quorum geral de $\frac{3}{4}$ (três quartos).

ADMINISTRAÇÃO

13. A administração da sociedade será exercida por 1 (um) ou mais administradores, pessoas naturais, residentes no País, designados pelos sócios.

§1º Os sócios poderão designar terceiros não-sócios para exercer a administração social.

§2º A designação dos administradores dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios, caso o capital não esteja totalmente integralizado, ou de sócios titulares, no mínimo, de $\frac{2}{3}$ (dois terços) do capital social, caso o capital esteja integralizado.

§3º Os administradores terão as designações e atribuições que lhes forem atribuídas no ato de sua designação e serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse.

§4º Os mandatos dos administradores serão estabelecidos no momento de suas respectivas designações, sendo admitida a recondução e dispensada a realização de uma reunião anual de sócios para designar administradores.

§5º Os administradores poderão ser destituídos a qualquer tempo, mediante deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

§6º A remuneração dos administradores será estabelecida por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, podendo a deliberação estabelecer que os administradores não perceberão qualquer remuneração.

§7º A administradora da sociedade é a Sra. **Sra. Fiamma Orlando Zarife**, brasileira, casada, publicitária, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, Bairro Itaim, CEP 01452-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.598.605-7 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 018.508.457-51, sem designação específica e com mandato por prazo indeterminado.

14. Os administradores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação escrita de qualquer de seus membros. Para que a reunião possa se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos administradores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois administradores em exercício.

§1º A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito enviado com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse prazo e o aviso escrito sempre que houver reunião com a presença ou a representação da totalidade dos administradores.

§2º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata lavrada no livro de atas da administração.

§3º Qualquer administrador poderá ser representado por outro administrador, sendo então considerado presente à reunião, hipótese em que o substituto votará por si e por aquele que estiver substituindo. Da mesma forma, os administradores que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita serão considerados presentes.

15. Compete aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste contrato social, dispondo, entre outros poderes, dos necessários para:

- (a) zelar pela observância da lei, deste contrato social e pelo cumprimento das deliberações dos sócios;
- (b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis ou imóveis da sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições; e
- (c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da sociedade.

Parágrafo Único. A representação da sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, pode ser feita, isoladamente, por qualquer administrador.

16. A prática dos seguintes atos ou negócios ficará condicionada à prévia autorização, por escrito, de sócio ou sócios representando mais da metade do capital social, manifestada em reunião, declaração, carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita:

- (i) o estabelecimento da política geral da sociedade, necessária à consecução de seu objetivo, bem como da política de investimentos e de expansão de suas atividades;
- (ii) a aprovação das despesas anuais do capital social e dos orçamentos preparados pela administração;
- (iii) a escolha ou substituição dos auditores independentes da sociedade, bem como a indicação aos mesmos dos princípios normas e prazos a serem seguidos para a prestação de informes;
- (iv) a compra, venda, hipoteca ou por qualquer outro modo a alienação ou a imposição de ônus com relação a bens imóveis;
- (v) a contratação de empréstimos, inclusive as operações bancárias de desconto de

duplicatas e outros títulos de crédito;

(vi) a aquisição, alienação ou oneração de ações, quotas, ou qualquer parcela de capital de outras sociedades;

(vii) a concessão de empréstimos quaisquer ou financiamentos a empresas ou indivíduos; e

(viii) a prestação de fiança ou aval em nome da Sociedade.

17. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social.

CONSELHO FISCAL

18. A sociedade não terá conselho fiscal.

EXERCÍCIO SOCIAL

19. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

20. Ao fim de cada exercício social, os administradores farão elaborar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

§1º As contas dos administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

§2º A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, garantida a todos os sócios a sua participação proporcional.

§3º É dispensada a realização de uma reunião anual de sócios ou de qualquer outro ato de deliberação formal para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações contábeis, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros, salvo nos exercícios em que a realização de uma reunião anual ou de outro ato de deliberação escrito for solicitada por qualquer dos sócios ou administradores.

§4º A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestral ou trimestralmente, ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

§5º A sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

FUSÃO E INCORPORAÇÃO

21. A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CISÃO E TRANSFORMAÇÃO

22. A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Os sócios renunciam ao direito de retirada no caso de transformação em companhia, nos termos do que faculta o parágrafo único do artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

23. A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

24. Em caso de dissolução da sociedade, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Nessa hipótese os haveres da sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a sociedade será declarada extinta por deliberação do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

25. A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem, no mínimo, três quartos do capital social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento.

REGÊNCIA

26. A sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações).

FORO

27. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE

28. Os quóruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, mesmo nos casos de modificação legal que autorize a sua redução."

E, estando justas assim justas e contratadas, os sócios assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 26 de setembro de 2017.

TWITTER INTERNATIONAL COMPANY

P.p. *Fiamma Orlando Zarife*
Fiamma Orlando Zarife
Procuradora

Administradora Eleita:

Fiamma Orlando Zarife

Fiamma Orlando Zarife

Testemunhas:

1. *Renan Ramos*
Nome: **Renan Cunha Ramos**
RG: 50.881.597-6 SSP/SP
CPF: 490.556.658-42

T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC

P.p. *Fiamma Orlando Zarife*
Fiamma Orlando Zarife
Procuradora



2. *Jhessyka Pereira de Sousa*
Nome: **JHESSYKA PEREIRA DE SOUSA**
RG: 47.285.180-9 SSP/SP
CPF: 361.304.508-77

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Ciência ao Ministério Público.

Nova Granada, 21 de novembro de 2019.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 21/11/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Nova Granada, (SP), 21 de novembro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 21/11/2019 15:58

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Nova Granada, 21 de Novembro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 21/11/2019 18:52

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público fls. 903/915 (laudo pericial) .

Nova Granada, 21 de Novembro de 2019

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

1. Ofereço denúncia, em separado, contra **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**;
2. Requeiro a vinda de FA e certidões em nome do denunciado;
3. Requeiro seja oficiado aos ofendidos com cópia da denúncia e de eventual recebimento.

Nova Granada, 21 de novembro de 2019.

PATRICIA DOSUALDO PELOZO

Promotora de Justiça Designada

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA.**

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, oferecer **DENÚNCIA** contra **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, qualificado às fls. 576/578, pelas razões a seguir expostas.

Consta do incluso inquérito policial que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro.

Consta, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva

Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.

Segundo se apurou, o denunciado, por não concordar com as decisões proferidas pelo ofendido Fabiano Rodrigues Crepaldi, nas ações judiciais que tramitaram nesta comarca de Nova Granada (processos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390), publicou um vídeo no *Youtube* imputando aos ofendidos a participação em um esquema criminoso, com intuito de auferir dinheiro e prejudicar os jurisdicionados.

É dos autos que a genitora do denunciado, Josilene Lourenço Pereira, foi demandada judicialmente por cobrança de alugueres e efetuou acordo, homologado judicialmente para a solução do conflito (cf fls. 620). Sucede que, arrependendo-se da transação, Josilene recorreu da sentença homologatória, que no entanto foi mantida pelo E. Colégio Recursal de São José do Rio Preto, sendo a sucumbente despejada (autos n. 0000735-71.2016.8.26.0390 – cf fls.628/640, 670, 677 e 705/717), fato que desagradou o denunciado.

Consta que, ainda inconformada com a homologação de seu acordo levada a efeito pelo Juiz Fabiano, Josilene buscou atendimento junto aos Promotores de Justiça Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury e José Heitor dos Santos, os quais atenderam e esclareceram referida senhora, informando que não tinham atribuições para resolver o seu inconformismo, porque se tratava de direito disponível e não envolvia interesses

de menores ou incapazes, fato que novamente desagradou sobremaneira o denunciado e sua genitora.

Posteriormente, JOAQUIM ingressou com ação de indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c alimentos por miserabilidade em face de seu genitor, a qual, após regular trâmite foi julgada improcedente pela vítima Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi (autos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 – cf fls. 02/08, 362/367 e 406).

Em razão desses fatos, o denunciado elaborou um vídeo e o publicou no *Youtube*, mencionando que o Juiz de Direito, Promotores de Justiça, além de Advogados formavam um esquema criminoso na prática de delitos de estelionato, coação, ameaça e obstrução de Justiça.

No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.

Após a ilustração do “esquema”, com a imputação falsa de delitos, o denunciado mencionou quem eram os envolvidos, publicando os nomes e fotografia dos ofendidos, causando-lhes, desta forma, graves e inequívocos prejuízos à honra, imagem e boa fama (cf laudo pericial de fls.904/914).

Se não bastasse, **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** enviou inúmeros e-mails para órgãos correicionais e de ética narrando os mesmos fatos, atribuindo aos ofendidos a prática de infrações penais.

Em um dos e-mails, o denunciado chama o Juiz de Direito e o Presidente da OAB de “corruptos” e a Promotora de “fujona” (cf fls.553/561 e 570)

Os fatos tornaram conhecidos quando o denunciado encaminhou e-mail para esta Promotoria de Justiça de Nova Granada, através de seu e-mail pessoal.

Apurou-se, por fim, que os delitos foram praticados contra funcionários públicos, em razão de suas funções.

Representações a fls.550, 568/569 e 582/583.

Perante a Autoridade Policial, o denunciado admitiu que enviou os emails fazendo denúncias contras agentes públicos de Nova Granada (cf fls. 576/578).

Posto isso, denuncio **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** como incurso nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigos 141, inciso II, na forma do artigo 69 todos do Código Penal, requerendo que, recebida e autuada esta, seja ele citado para apresentar resposta à acusação, processado, ouvindo-se as vítimas e testemunhas ao final arroladas,

observando-se o rito do artigo 394 e seguintes, do Código de Processo Penal, e, ao final, condenado, lançando-lhes os nomes no rol dos culpados.

Rol:

- 01 Fabiano Rodrigues Crepaldi – fls.586/587;
- 02 Aline Kleer da Silva Martins Fernandes – fls.760/762;
- 03 Tasso Denis Campanha Cury – fls.764/765;
- 04 José Heitor dos Santos – fls.766/767;
- 05 Rodrigo dos Reis Pereira -fls. 768/777
- 06 Suzane Karen Verro Giacometo – fls.753/754;
- 07 Antonio Alberto Cristofolo de Lemos – fls.726/727
- 08 Claudia Renata da Silva – fls.772.

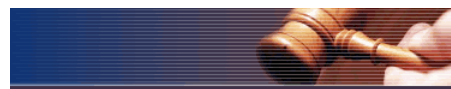
Nova Granada, 21 de novembro de 2019.

PATRICIA DOSUALDO PELOZO

Promotora de Justiça Designada

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

VEC - Vara das Execuções Criminais

Login: VEC7050021
Comarca: Nova Granada

Pesquisa por Pessoa Física

Resultado da Pesquisa por
Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Mostrar 25

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Filtrar o resultado da pesquisa:

Número do RG	Nome	Nome da Mãe	Alcunha(s)
2.156.196	PEDRO JOAQUIM DE MORAES FILHO	IDA MORAES	

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Voltar Mais Opções



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO/MANDADO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Averiguado: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

JUSTIÇA GRATUITA

Juíza de Direito: Dr^a. ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

Recebo a denúncia ofertada contra o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP.

Cite-se o réu supra indicado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o limite legal, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008.

O oficial de justiça deverá indagar se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública.

Em caso de citação pessoal e não havendo resposta ou não tendo condições de constituir advogado, requisite-se pelo Módulo de Indicação de Advogados (MI), o qual ficará nomeado a partir da nomeação, para no prazo de dez (10) dias apresentar defesa, ficando, desde agora, deferida a nomeação.

Fica advertido do artigo 367 do Código de Processo Penal - "*O Processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo*".

SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO do réu, acompanhado da folha de rosto.

Requisite-se a folha de antecedentes e eventuais certidões criminais.

Fls. 984, item "3": Defiro. Encaminhe-se cópias da denúncia e da presente decisão aos ofendidos, para ciência.

SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO OFÍCIO.

Diante da certidão de fls. 881, determino a expedição de ofícios às Autoridades Policiais de Nova Granada e de Icem, para tentativa de localização de endereço do acusado.

SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO OFÍCIO.

Providencie a serventia as anotações e comunicações necessárias.

Dê-se ciência às partes.

Intime-se.

Nova Granada, 26 de novembro de 2019.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "4. É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. 4.1. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. 4.2. Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. 4.3. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. 5. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça. **Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedição de documentos.

Nada Mais. Nova Granada, 27 de novembro de 2019. Eu, ____,
 Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

⏪ Responder a todos

▼

🗑 Excluir

🚫 Lixo Eletrônico

Bloquear

⋮

PROCESSO 1500106-18.2019.8.26.0390

JB

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Qua, 27/11/2019 11:00

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Nova Granada
<dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>; DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém
<dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br> ↗



Decisão.pdf
208 KB

Segue ofício para as devidas providências.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada
Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24
E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br
E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

Foro de Nova Granada

Vara Única



Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro -
CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-
mail: novagranada@tjsp.jus.br

RESERVADO

Vara Única

Processo

Digital:1500106-18.2019.8.26.0390

0
0
1

PROCESSO

NÚMERO / ANO

1500106-18.2019.8.26.0390

RESERVADO

OFÍCIO Nº *

SENHOR(A) DIRETOR(A) DO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO- RJ

REQUISITO A VOSSA SENHORIA A FOLHA DE ANTECEDENTES DO IDENTIFICADO DE RG nº 20252741MG DE SEGUINTE QUALIFICAÇÃO:

	NOME	003	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO				
	OUTRO NOME						
	NOME DO PAI	004	JOAQUIM PEDRO DE MORAES				
	NOME DA MÃE	005	JOSILENE LOURENÇO PEREIRA				
	ALCUNHA	006		007	RESERVA DO	SEXO	COR DA PELE
						Masculino	
0	DATA DE NASCIMENTO	RESERVADO	RESERVADO	PROFISSÃO		NATURALIDADE	
0	DIA/MÊS/ANO					CIDADE/EST.(SE ESTRANGEIRO, O PAÍS)	
8	16/09/1995			Estudante			

ENDEREÇO RESIDENCIAL: LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.) – NÚMERO – COMPLEMENTO – BAIRRO – MUNICÍPIO/ESTADO

Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP

ENDEREÇO DE TRABALHO: LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.) – NÚMERO – COMPLEMENTO – BAIRRO – MUNICÍPIO/ESTADO

*							
0	09	RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
RESERVADO		RESERVADO		0	10	RESERVADO	
RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO		RESERVADO		
RESERVADO							

PARA CONSTAR DOS AUTOS DA AÇÃO PENAL MOVIDA CONTRA O MESMO POR ESTAR INDICIADO NO SEGUINTE INQUÉRITO:

DELEGACIA		RESERVADO	AUTOS ORIGINAIS	DATA DO DELITO
			NÚMERO/ANO	DIA/MÊS/ANO
DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA	011		2067126/2019, 2208302, 2067126, 2067126, 2067126, 2067126, 2067126, 2067126	27/02/2019

DATA DA PLANILHA		NOME DA VÍTIMA	RESERVADO	RESERVADO
DIA/MÊS/ANO	0 12			
*		FABIANO RODRIGUES CREPALDI E OUTROS		

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
-----------	-----------	-----------

INSTAURADO POR:	INCURSO NO(S) ARTIGO(S)
(Flagrante ou portaria)	

IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT	
--	--

Nova Granada, 27/11/2019
JOEL SABINO DA COSTA

Chefe de Seção Judiciária

ESTE OFÍCIO DEVE SER RESPONDIDO COM PREFERÊNCIA ABSOLUTA.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/06, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

RESERVADO			
0 39		URGENTE – PARA FINS CRIMINAIS COM PRESCRIÇÃO	NÃO PREENCHER OS CAMPOS INTITULADOS "RESERVADO", POIS OS MESMOS ESTÃO DESTINADOS AO PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

COMARCA de Nova Granada

Vara Única



**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro -
CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-
mail: novagranada@tjsp.jus.br**

RESERVADO

Vara Única

Processo

Digital:1500106-18.2019.8.26.0390

$$\begin{matrix} 0 \\ 0 \\ 1 \end{matrix}$$

PROCESSO

RESERVADO

NÚMERO / ANO

1500106-18.2019.8.26.0390

OFÍCIO Nº *

[illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA



Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, , Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

RESERVADO

Vara Única
 Processo Digital: 1500106-18.2019.8.26.0390

001

PROCESSO
 NÚMERO / ANO
1500106-18.2019.8.26.0
390

RESERVADO

PROCESSO DIGITAL

OFÍCIO Nº *

SENHOR(A) DIRETOR(A) DO**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT SÃO PAULO – CAPITAL**CERTIFICO QUE O(A) **Réu** COM O **RG nº 20252741MG** E COM A SEGUINTE QUALIFICAÇÃO:

	NOME	003	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO				
	OUTRO NOME						
	NOME DO PAI	004	JOAQUIM PEDRO DE MORAES				
	NOME DA MÃE	005	JOSILENE LOURENÇO PEREIRA				
	ALCUNHA	006		0 07	RESERVADO	SEXO Masculino	COR DA PELE
008	DATA DE NASCIMENTO	RESERVADO	RESERVADO	PROFISSÃO		NATURALIDADE	
	DIA/MÊS/ANO					CIDADE/EST.(SE ESTRANGEIRO, O PAÍS)	
	16/09/1995			Estudante			

ENDEREÇO RESIDENCIAL: LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.) –NÚMERO –COMPLEMENTO –BAIRRO –MUNICÍPIO/ESTADO

Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP

ENDEREÇO DE TRABALHO: LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.) –NÚMERO –COMPLEMENTO –BAIRRO –MUNICÍPIO/ESTADO

*

		RESERVADO				RESERVADO	RESERVADO
009							
RESERVADO		RESERVADO			010	RESERVADO	
RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO		RESERVADO	

INDICIADO NO SEGUINTE INQUÉRITO POLICIAL

DELEGACIA		RESERVADO	AUTOS ORIGINAIS NÚMERO/ANO	DATA DO DELITO DIA/MÊS/ANO
DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA, DEL.POL.NOVA GRANADA		0 1 1	2067126/2019, 2208302, 2067126, 2067126, 2067126, 2067126, 2067126	27/02/2019
DATA DA PLANILHA	DIA/MÊS/ANO	NOME DA VÍTIMA		INSTAURADO POR: (FLAGRANTE OU PORTARIA)
		FABIANO RODRIGUES CREPALDI E OUTROS		IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT

FOI, POR DECISÃO DO(A) MM.JUIZ(A) Dr(a).

016	DATA DA DECISÃO	0 1 7	RESERVADO	DECISÃO	TRANSITOU EM JULGADO EM:
	DIA/MÊS/ANO				DIA/MÊS/ANO
	26/11/2019			Recebida a Denúncia	Assistente de Acusação: Defesa: MP:

INCURSO NO(S) ARTIGO(S):

Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP

PENA(S):

	018	RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
	019	MANDADO DE PRISÃO DATADO DE	/ /	RESERVADO

Nova Granada, 27/11/2019

JOEL SABINO DA COSTA
Chefe de Seção Judiciária

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/06, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

RESERVADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE NOVA GRANADA FORO DE NOVA GRANADA VARA ÚNICA Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br											
										RESERVADO	
Vara Única Processo Digital: 1500106-18.2019.8.26.0390						001	PROCESSO NÚMERO / ANO 1500106-18.2019.8.26.0 390		RESERVADO		
PROCESSO DIGITAL											
OFÍCIO Nº *											
0 4 0											NÃO PREENCHER OS CAMPOS ASSINALADOS COM A PALAVRA "RESERVADO" DESTINADOS PARA PROCESSAMEN TO ELETRÔNICO.
										041	
0 4 2										043	
0 4 4										045	

⏪ Responder a todos

✕

Excluir

Lixo Eletrônico

Bloquear

...

PROCESSO 1500106-18.2019

JB

JULIANA GREISSE BERTOLDI
Qua, 27/11/2019 11:07
iirgd.dipol@policiacivil.sp.gov.br ✕



Ofício.pdf
147 KB

Segue ofício para as devidas providências.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada
Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24
E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br
E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

⏪ Responder a todos

✕

 Excluir

 Lixo Eletrônico

Bloquear

...

PROCESSO 1500106-18.2019.8.26.0390

JB

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Qua, 27/11/2019 11:08
saa.ifp@pcivil.rj.gov.br ✕



folha antecedentes.pdf

145 KB

Segue ofício para as devidas providências.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada
Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24
E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br
E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

⏪ Responder a todos

✕

 Excluir

 Lixo Eletrônico

Bloquear

⋮

PROCESSO 1500106-18.2019.8.26.0390

JB

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Qua, 27/11/2019 14:58

Para: FABIANO RODRIGUES CREPALDI; alinefernandes@mpsp.mp.br; tassocury@mpsp.mp.br; jheitor64@hotmail.com; rodrigoreis@mpsp.mp.br; sk.giacometo@bol.com.br; draclaudiarenata@hotmail.com; lemos@granadanet.com.br



Denúncia.pdf 258 KB	Decisão.pdf 208 KB
------------------------	-----------------------

2 anexos (466 KB) Baixar tudo Salvar tudo no OneDrive – Tribunal de Justica de Sao Paulo

Seguem cópias da denúncia e da decisão de recebimento para ciência referentes ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390 (réu Joaquim Pedro de Moraes Filho).

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada
Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24
E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br
E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 27/11/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Genérico - Com Atos e Não Publicável

Nova Granada, (SP), 27 de novembro de 2019



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 27/11/2019 16:56

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Genérico - Com Atos e Não Publicável

Nova Granada, 27 de Novembro de 2019

↩ Responder a todos

✕

 Excluir

 Lixo Eletrônico

Bloquear

...

Re: PROCESSO 1500106-18.2019.8.26.0390



Os anexos, as imagens e os links desta mensagem foram bloqueados porque o remetente não está na sua lista de Remetentes Confiáveis. [Confio no conteúdo de dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br.](#) | [Mostrar conteúdo bloqueado](#)

D

DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>
Qua, 27/11/2019 15:23
JULIANA GREISSE BERTOLDI ✕



*****RECEBIDO

DELPOL DE ICEM/SP

De: "JULIANA GREISSE BERTOLDI" <jbertoldi@tjsp.jus.br>
Para: "DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Nova Granada" <dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>, "DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém" <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 27 de novembro de 2019 11:00:36
Assunto: PROCESSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Segue ofício para as devidas providências.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada
Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24
E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br
E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

⏮ Responder a todos ▾ 🗑 Excluir 🚫 Lixo Eletrônico Bloquear ...

ENC: SOL FAC DE JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

N

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUI
CAO

Sex, 29/11/2019 13:26

JULIANA GREISSE BERTOLDI ▾



017019-1570-2019.pdf

130 KB



JOEL SABINO DA COSTA

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: IIFP-Joelma da Silva Santos Macedo <joelmamacedo@pcivil.rj.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 29 de novembro de 2019 11:00

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Assunto: SOL FAC DE JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Atenciosamente,

Joelma Santos Macedo
Papiloscopista Policial
Mat. 817.680-2

Antes de imprimir pense em seu compromisso com o Meio Ambiente

"O emitente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário cuidar quanto ao tratamento adequado. Sem a devida autorização, a divulgação, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação em desconformidade com as normas internas da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro são proibidas e passíveis de sanções e punições cabíveis de acordo com a legislação em vigor."

"The sender of this message is responsible for its content and addressing. The recipient must take care about the improper treatment. The unauthorized advertisement, copy, distribution or any other action non-compliance to the Civil Police of Rio de Janeiro State's internal Security Information Policy and its Standards are prohibited and subject to applicable current legislation penalties."



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

OF. : 017019-1570/2019

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2019

De: INSTITUTO FÉLIX PACHECO / RJ

Para: EXCELENTÍSSIMO JUIZ

Destino: VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA / SP

Processo : 1500106-18.2019.8.26.0390

Resposta ao Doc Nº : S/N/2019

Assunto : SOL FAC

Em atenção aos termos do ofício em referência, informamos a V. Ex^a que, após pesquisas pelos dados qualificativos, não foi localizado neste Instituto, registro referente ao nacional Joaquim Pedro de Moraes Filho, até a presente data.

Sugerimos, salvo melhor juízo, o encaminhamento das impressões digitais do nacional acima.

Tal procedimento visa a pesquisa e classificação de suas impressões digitais no arquivo decadatilar, com o fim de obter uma segura expedição da Folha de Antecedentes Criminais, bem como outros documentos públicos.

Atenciosamente,

saa.ifp@gmail.com

JOELMA DA SILVA SANTOS

Papiloscopista

817.680-2

IIFP

Rua Frei Caneca, 505 - Estácio



São Paulo, 19 de novembro de 2019

Ao

MM. Juízo da Vara Única da Comarca de Nova Granada
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

REF: Autos nº 1500106-18.2019.826.0390
Ofício nº s/n

Excelentíssima Senhora Juíza,

Google Brasil Internet Ltda. ("Google Brasil"), sociedade brasileira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento à solicitação contida no presente ofício, apresentar os seguintes esclarecimentos.

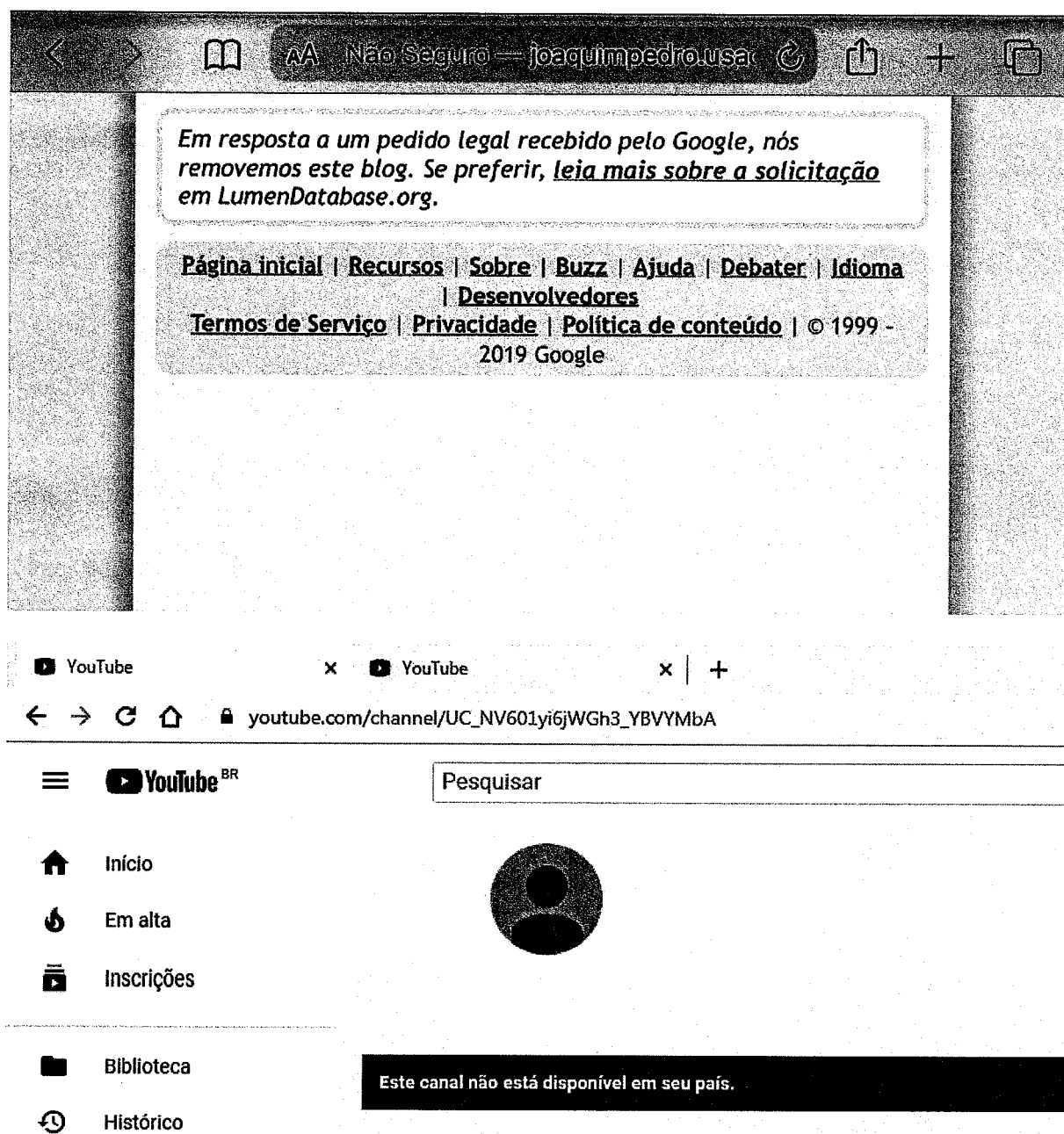
Inicialmente, cumpre esclarecer que a Google Brasil é empresa subsidiária da Google LLC (pessoa jurídica estrangeira de direito privado, com sede em 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, California, 94043, EUA,) no território nacional, mas os produtos Google e respectivos dados são controlados exclusivamente pela Google LLC. Esclarece-se também que a Google Brasil é a única procuradora da Google LLC em território nacional com poderes para receber citações e intimações.

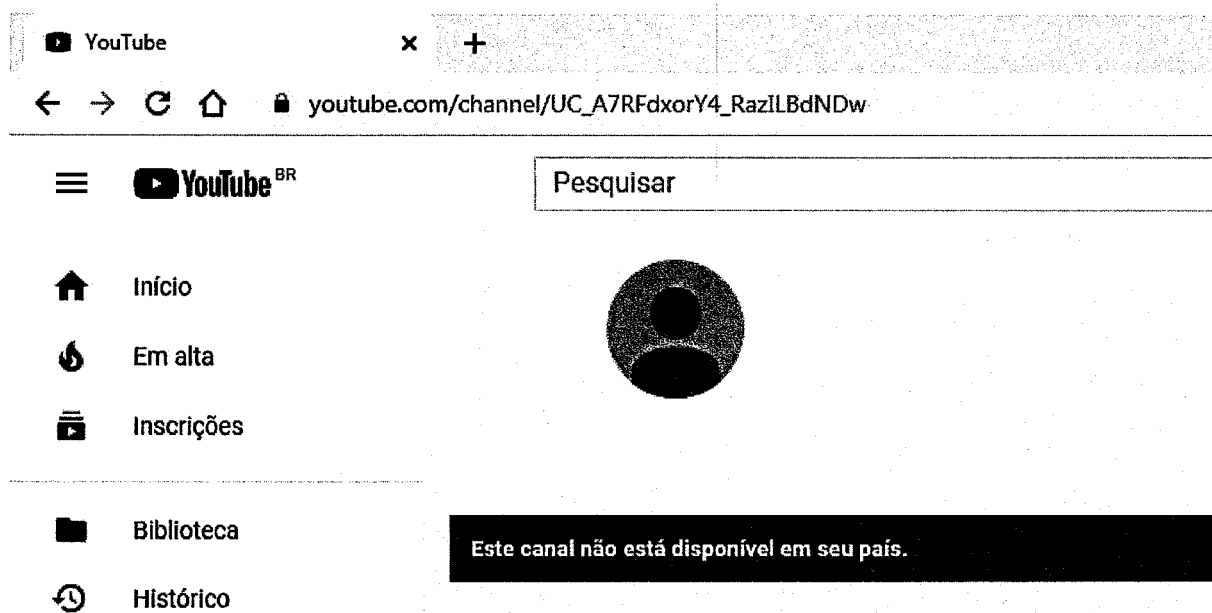
A Google Brasil enviou o presente ofício para a sua controladora, Google LLC, por ser ela a empresa que controla os produtos e serviços Google, que informou o seguinte.

390 FNEA-19 00006230-7 261119 145 23

Nas datas de 01 e 04.10.2019, foram expedidos ofícios à Google, determinando a remoção do Blog identificado por meio da URL <http://joaquimpedro.usacomment.com/>, bem como dos canais identificados por meio das URLs https://www.youtube.com/channel/UC_NV601yi6jWGH3_YBVYMBa e https://www.youtube.com/channel/UC_A7RFdxorY4_RazILBdNDw, do YouTube.

Dessa forma, a Google informa que as referidas URLs foram removidas e não mais se encontram disponíveis para acesso, conforme se verifica nas imagens abaixo:





Sem mais para o momento, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Equipe Google



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 5
Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
Delegacia de Polícia de Icém/SP

Ofício n. 0320/201-meq

Icém-SP, 27 de Novembro de 2019.

MERITÍSSIMO SENHOR JUIZ:

Com referência ao Ofício s/nº, Processo n. 1500106-18.2019.8.26.0390 -
Comarca de Nova Granada/SP, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o
relatório (em anexo) do Setor de Investigação com o resultado das diligências efetuadas com
o intuito de localizar o averiguado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada
estima e distinta consideração.


ANTÔNIO HONÓRIO DO NASCIMENTO
Delegado de Polícia de Icém/SP

**A SUA EXCELÊNCIA. O(A) SR(A).
MM. JUIZ(A) DE DIREITO
DA COMARCA DE NOVA GRANADA – SP.**



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 5
 Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
 Delegacia de Polícia de Icém/SP

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

PROCEDIMENTO.....**PROC. N. 1500106-18.2019.8.26.0390 – N. GRANADA/SP.**

INVESTIGAÇÃO.....**Realizar diligências para apurar o atual endereço de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.**

Exmo. Sr. Delegado:

Em atenção ao despacho exarado por Vossa Excelência, informo o que se segue:

O averiguado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO está residindo na Av. Armando Sales de Oliveira, n. 220 – Centro, Icém/SP. No local fui atendido pela Sra. Josilene (mãe do averiguado) que me informou que Joaquim reside no local, porém não se encontrava no momento.

Era o que me cumpria relatar.

Icém/SP, 04 de Dezembro de 2019.


MARCUS EDUARDO Q. DE OLIVEIRA
INVESTIGADOR DE POLÍCIA

EXMO SR.
DELEGADO DE POLICIA DE ICÉM/SP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedir folha de rosto.

Nada Mais. Nova Granada, 04 de dezembro de 2019. Eu, ____,
Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**MANDADO – FOLHA DE ROSTO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Valor da Causa: **Valor da Ação << Informação indisponível >>**
 Nº do Mandado: **390.2019/009186-7**

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação a:
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):

Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 04 de dezembro de 2019. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

39020190091867

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça **Cláudio da Silva Gonçalves (17621)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2019/009186-7 dirigi-me ao endereço: Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Icém -SP, onde **DEIXEI DE CITAR** JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, em virtude de que não encontrei o mesmo no local, nas diligencias realizadas; na ultima diligencia, a Sra. Josilene, que apresentou-se como mãe do citando, informou que às vezes ele fica no local, que não sabe o endereço dele, que ele não tem telefone, não sabendo informar onde o citando poderia ser encontrado e nem quando o mesmo estaria no local.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 28 de janeiro de 2020.

Número de Cotas: 2 cotas (Icém).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 30 de janeiro de 2020.

Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 30/01/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 30 de janeiro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 04/02/2020 17:29

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 4 de Fevereiro de 2020

Vara Única de Nova Granada

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Considerando que o acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO tem endereço certo, porém está se ocultando, conforme certidão de fls.1017, requeiro a citação por hora certa, nos termos do artigo 362, do Código de Processo Penal.

Nova Granada, 4 de fevereiro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA

Promotor de Justiça

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

Vistos.

A partir da data de hoje, comuniquei ao eg. TJSP a minha suspeição para julgar o feito, tendo em vista manifestações do réu quanto à minha atuação profissional neste feito, efetuadas fora dos autos, através da Internet. Aguarde-se a designação de outro Magistrado para a condução do feito.

Intimem-se.

Nova Granada, 06 de fevereiro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 12/02/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. A partir da data de hoje, comuniquei ao eg. TJSP a minha suspeição para julgar o feito, tendo em vista manifestações do réu quanto à minha atuação profissional neste feito, efetuadas fora dos autos, através da Internet. Aguarde-se a designação de outro Magistrado para a condução do feito. Intimem-se.

Nova Granada, (SP), 12 de fevereiro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 14/02/2020 13:45

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. A partir da data de hoje, comuniquei ao eg. TJSP a minha suspeição para julgar o feito, tendo em vista manifestações do réu quanto à minha atuação profissional neste feito, efetuadas fora dos autos, através da Internet. Aguarde-se a designação de outro Magistrado para a condução do feito. Intimem-se.

Nova Granada, 14 de Fevereiro de 2020

Dr. RENATO AUGUSTO PEREIRA MAIA, Juiz de Direito, Vara da Comarca de Borborema, para acumular, 2ª Vara da Comarca de Piraju em 17/02/2020.

Dr. RICARDO DOMINGOS RINHEL, Juiz de Direito, Vara Criminal da Comarca de Matão, para acumular, 1ª Vara da Comarca de Monte Alto de 20/02/2020 a 28/02/2020.

Circunscrição Judiciária 14 - Barretos

Dr. LUCAS FIGUEIREDO ALVES DA SILVA, Juiz de Direito, 2ª Vara Cível da Comarca de Olímpia, para funcionar no processo nº 1000247-30.2020.8.26.0400, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Olímpia a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 15 - Catanduva

Dr. ANTONIO CARLOS PINHEIRO DE FREITAS, Juiz de Direito, 1ª Vara Criminal da Comarca de Catanduva, para acumular, 1ª Vara da Comarca de Monte Alto em 17/02/2020.

Circunscrição Judiciária 16 - São José do Rio Preto

Dra. ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI, Juíza de Direito, Vara da Comarca de Palestina, cessando a designação para funcionar nos processos nºs 1000438-42.2019.8.26.0390 e 1500106-18.2019.8.26.0390, ambos da Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 17/02/2020.

Dra. CAROLINA MARCHIORI BUENO COCENZO, Juíza de Direito, 3ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, da Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. EDUARDO GARCIA ALBUQUERQUE, 8º Juiz de Direito Auxiliar, Comarca de São José do Rio Preto, para assumir, 3ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto de 26/02/2020 a 28/02/2020, sem prejuízo da designação anterior.

Dr. LINCOLN AUGUSTO CASCONI, Juiz de Direito, 5ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto, para funcionar no processo nº 1000438-42.2019.8.26.0390, da Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 17 - Votuporanga

Dr. MAURICIO JOSÉ NOGUEIRA, Juiz de Direito, 2ª Vara Criminal da Comarca de Votuporanga, para auxiliar, 2ª Vara da Fazenda Pública - Capital de 17/02/2020 a 21/02/2020, sem prejuízo de sua vara, sem incidência de diárias e transporte e da Resolução nº 798/2018.

Circunscrição Judiciária 18 - Fernandópolis

Dr. MARCELO BONAVALONTÁ, Juiz de Direito, 1ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis, para funcionar no processo nº 0000553-67.2020.8.26.0189, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fernandópolis a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 20 - Itu

Dra. BEATRIZ SYLVIA STRAUBE DE ALMEIDA PRADO COSTA, Juíza de Direito, 2ª Vara da Comarca de Salto, para acumular, 3ª Vara da Comarca de Salto em 21/02/2020.

Dr. HÉLIO VILLAÇA FURUKAWA, Juiz de Direito, 2ª Vara Criminal e do Júri da Comarca de Itu, para funcionar no processo nº 0000200-27.2020.8.26.0286, 1ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Itu a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. SÉRGIO FERNANDES, Juiz de Direito, 2ª Vara Cível da Comarca de Indaiatuba, para funcionar no processo nº 1012620-98.2019.8.26.0248, 1ª Vara Cível da Comarca de Indaiatuba a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Circunscrição Judiciária 21 - Registro

Dra. GABRIELA DE OLIVEIRA THOMAZE, Juíza de Direito, 1ª Vara da Comarca de Jacupiranga, para funcionar no processo nº 1000805-41.2019.8.26.0172 (JECCR), da Vara da Comarca de Eldorado a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. VINÍCIUS CÂMARA CAMPOS BERNARDES SIQUEIRA, 2º Juiz Substituto, Circunscrição Judiciária 21 - Registro, para assumir, 1ª Vara da Comarca de Iguape de 26/02/2020 a 28/02/2020, sem prejuízo da designação anterior.

Circunscrição Judiciária 22 - Itapetininga

Dr. ALFREDO GEHRING CARDOSO FALCHI FONSECA, Juiz de Direito, 2ª Vara Criminal da Comarca de Itapetininga, para funcionar nos processos nºs 1501691-80.2019.8.26.0269 e 1506198-84.2019.8.26.0269, ambos da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itapetininga a partir de 17/02/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé haver anotado no sistema informatizado a designação da Dra. Carolina Marchiori Bueno Cocenzo para atuar no presente feito (transferência entre magistrado).

Certifico mais, haver encaminhado e-mail à juíza designada para conhecimento da designação. Nada Mais. Nova Granada, 17 de fevereiro de 2020. Eu, ____, Cleber de Souza Damaceno, Oficial Maior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carolina Marchiori Bueno Cocenzo**

Vistos.

Considerando que o relatório de investigações de fls. 1014 indica que o réu reside no endereço onde foram feitas as diligências de citação frustrada, determino a expedição de novo mandado de citação pessoal do réu. Caso o Sr. Oficial de Justiça tenha fundada suspeita de que o réu esteja se ocultando para não receber a citação, deverá proceder à citação por hora certa, nos termos da lei.

Int.

Nova Granada, 19 de fevereiro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 20/02/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Considerando que o relatório de investigações de fls. 1014 indica que o réu reside no endereço onde foram feitas as diligências de citação frustrada, determino a expedição de novo mandado de citação pessoal do réu. Caso o Sr. Oficial de Justiça tenha fundada suspeita de que o réu esteja se ocultando para não receber a citação, deverá proceder à citação por hora certa, nos termos da lei. Int.

Nova Granada, (SP), 20 de fevereiro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 20/02/2020 15:29

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Considerando que o relatório de investigações de fls. 1014 indica que o réu reside no endereço onde foram feitas as diligências de citação frustrada, determino a expedição de novo mandado de citação pessoal do réu.

Caso o Sr. Oficial de Justiça tenha fundada suspeita de que o réu esteja se ocultando para não receber a citação, deverá proceder à citação por hora certa, nos termos da lei. Int.

Nova Granada, 20 de Fevereiro de 2020



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP
15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE CITAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Documento de Origem: **IP, PORT - 2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Artigo da Denúncia: **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP**
Mandado nº: **390.2020/001154-2**

Pessoa a ser citada:

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem-SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Marchiori Bueno Cocenzo, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

CITAÇÃO, no(s) endereço(s) indicado(s) ou onde for(em) encontrado(s), da(s) pessoa(s) acima indicada(s), para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias**. Na resposta, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o limite legal, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008. Segue anexa cópia da denúncia, fazendo parte integrante deste. **Caso o Sr. Oficial de Justiça tenha fundada suspeita de que o réu esteja se ocultando para não receber a citação, deverá proceder à citação por hora certa, nos termos da lei.**

ADVERTÊNCIA: 1- O OFICIAL DE JUSTIÇA deverá indagar o acusado se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública. Nesta hipótese, o oficial orientará o acusado ou familiar a comparecer à Defensoria Pública fornecendo-lhe o endereço do referido órgão. **2- Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada]. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 20 de fevereiro de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

39020200011542

1500106-18.2019.8.26.0390

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça **Marcos Cesar Mora (27546)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2020/001154-2, no dia 22/02/2020 às 17:00 horas, dirigi-me à Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220, na cidade de Icém-SP, e aí sendo, fui atendido por uma moça, a qual se identificou como irmã do réu, porém recusou a fornecer seu nome, sendo por esta declarado que o réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, não encontrava-se no local, bem como não sabia onde estaria e nem a hora que retornaria, mas que o mesmo já estava procurando seus direitos no referido processo.

Certifico mais e dou fé, que no dia 27/02/2020 às 15:00 horas, dirigi-me à Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220, na cidade de Icém-SP, desta vez sendo atendido pela mãe do réu, Sr^a Josilene Lourenço Pereira, a qual declarou que o réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, não estava em casa, recusando a informar onde o mesmo estaria e a hora de seu retorno, informando somente que o réu estaria procurando seus direitos e que tinha apoio da família dentro de casa. Diligenciando ainda junto a um pequeno comércio próximo a residência do réu e, pelo proprietário fui informado que não o vê, porém sua genitora, Sr^a Josilene Lourenço Pereira, ali faz pequenas compras, declarando que "compra coisas que o filho JOAQUIM gosta de comer". Diligenciando ainda à Rua Capitão Joaquim Chagas de Matos, em um Lava Jato, cujo imóvel faz fundos com o imóvel do réu, e aí sendo, fui informado pelo proprietário, Sr. Paulo Roberto Cunha, que o réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, reside no local (Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220), pois constantemente escuta o mesmo gritar com sua mãe.

Certifico mais e dou fé, que no dia 02/03/2020 às 16:30 horas, dirigi-me novamente à Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220 e mais uma vez fui informado pela mãe do réu, Sr^a Josilene Lourenço Pereira, que o mesmo não encontrava-se no local, recusando a informar onde estaria, declarando somente que o réu tem todo o apoio da família e que estaria procurando seus direitos. Assim sendo, suspeitando que o Sr. **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, se ocultava para evitar a **CITAÇÃO**, INTIMEI a sua mãe, Sr^a **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, a qual recusou sua assinatura, tendo informado a esta que voltaria no dia seguinte (03/03/2020) às 17:00 horas, para efetuar a **CITAÇÃO** do réu **JOAQUIM PEDRO DE**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
MORAIS FILHO.

Certifico finalmente e dou fé, que nesta data (03/03/2020) às 17:00 horas, compareci novamente ao Município de Icém-SP, à Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220, e como não encontrei o réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, tentei informar-me dos motivos de sua ausência, sendo que a sua mãe, Sr^a Josilene Lourenço Pereira, novamente declarou que o réu não estava no local, que possui o apoio da família e que estaria procurando seus direitos, tendo ainda desta vez declarado que a pedido do réu não assinaria e nem pegaria nenhum documento, o que convenceu-me ainda mais de que o réu vem se ocultando para evitar de ser **CITADO**, e, por isso, **DEI POR FEITA A CITAÇÃO POR HORA CERTA** do réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, na pessoa de sua mãe, Sr^a **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA**, por todo o conteúdo do aludido mandado, a qual de tudo bem ciente ficou, recusando sua assinatura e a contrafé que lhe ofereci, motivo pelo qual passo a descreve-la: com mais ou menos 1,50 metros de altura, magra, olhos castanhos, cor branca, cabelos grisalhos e encaracolados.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 03 de março de 2020.

Número de Cotas: Icém-SP – 24,903 km perc. ida = 01 cota (aproveitando outra diligência).



SÃO PAULO, 22 de abril de 2020.

Ofício Número: 0005991713/2020

Excelentíssimo(a) Juiz(a)

Comunicamos à Vossa Excelência que foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CRIMINAL - CRIMINAL (VARA SINGULAR) - CP - ART. 140, CAPUT - INJÚRIA em trâmite na Vara Única, do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, o(a) advogado(a) abaixo:

Processo No.: 1500106-18.2019.8.26.0390

OAB / Nome: 294647 / OSNI PROTO DE MELO

Endereço: Rua Francisco Dos Santos, 825

Fone: 17-997269990

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Nova Granada

CEP: 15440000 **UF:** SP

Identificação DPESP: 2498826

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Gabriela Colturato Lopes.

Registro Geral de Indicação: 202004 220310 000329 46476



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TERMO DE COMPROMISSO DE DEFENSOR DATIVO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

No dia ____ de ____ de 2020, no Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada, perante o(a) MM. Juiz(a) de Direito, Dr(a). Carolina Marchiori Bueno Cocenzo, compareceu o(a) advogado(a) Dr(a). Osni Proto de Melo OAB 294647/SP, nomeado(a) para atuar como defensor(a) do(a) réu(ré) Joaquim Pedro de Moraes Filho, nos autos da ação penal em epígrafe, neste Juízo, que aceitou o compromisso de bem e fielmente cumprir seu mister e manifestou concordância em ser intimado(a) dos atos e termos do processo, até seu trânsito em julgado, da seguinte forma:

- () mensagem por fac-símile
- () mensagem eletrônica
- (X) intimação pela imprensa oficial (D.J.E.)

Nada mais havendo, encerro este termo.

 Osni Proto de Melo OAB 294647/SP

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.034.

Nada Mais. Nova Granada, 27 de abril de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0598/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Osni Proto de Melo (OAB 294647/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.034."

Do que dou fé.
Nova Granada, 28 de abril de 2020.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0598/2020, foi disponibilizado na página 1952/1953 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/04/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Osni Proto de Melo (OAB 294647/SP)

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.034."

Nova Granada, 29 de abril de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



ADVOCACIA
"OSNI MELO"

Dr. Osni Proto de Melo – OAB-SP 294.647

Rua Francisco dos Santos nº 825 – Centro – CEP. 15440-000 – Nova Granada/SP
Fone: (17) 3233-7667 – (17) 99726-9990 – osnimelo.adv@hotmail.com

=====

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

Processo Digital nº 1500106-18.2019.8.26.0390

OSNI PROTO DE MELO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº 294.647, na qualidade de procurador nomeado de ofício de fls. 1033, conforme os termos firmado pelo Convênio Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do **Réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, nos autos da **AÇÃO PENAL – Procedimento Ordinário – CALUNIA**, que move em seu desfavor a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, em trâmite por este MM. Juízo e respectivo Ofício Crime, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **RENUNCIAR AO MANDATO, por motivos de foro íntimo**, requerendo que se digne a V.Exa., constituir um novo procurador ao Réu.

Termos em que,
Pede deferimento.

Nova Granada-SP, 29 de abril de 2020.

Osni Proto de Melo
OAB/SP 294.647

Versão: v.4.58.2

?

Gabriela Colturato Lopes

DEFENSORIA ONLINE

Problema: CP - Art. 140, caput - Injúria

Cadastro

Histórico DPESP

Histórico do caso

Pasta única

Solicitação de Advogado

Encaminhamento DPESP-OAB

☐ Propositura

☒ Defesa/Acompanhamento

☐ Autor/Acompanhamento

Processo

☒ Unificado

☐ Outro

Número

1500106-18.2019.8.26.0390

Trata-se de resposta à Carta Precatória?

☐ Sim

☒ Não

Advogados no Caso

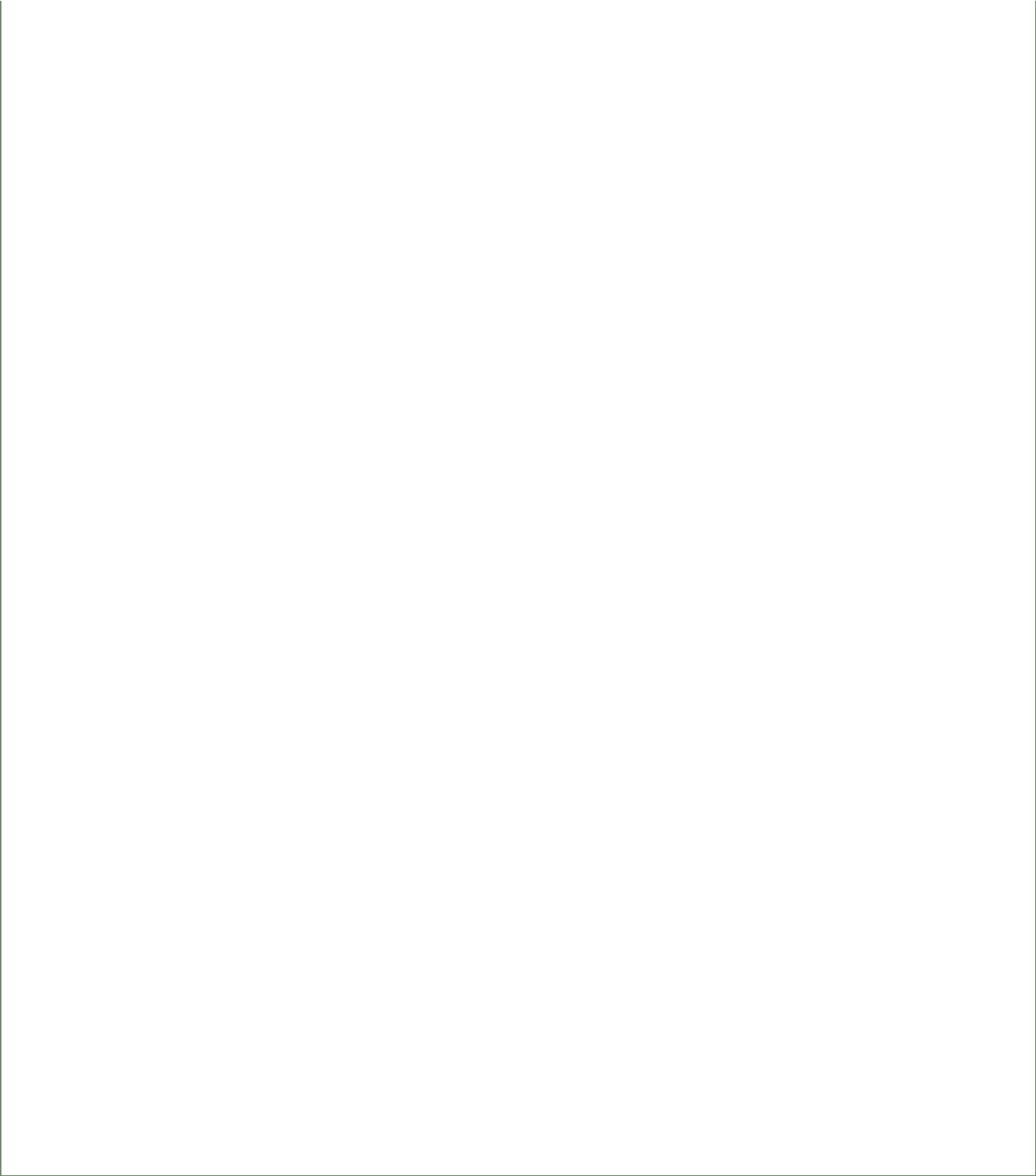
OAB	Nome	Usuários	Início Atuação	Término Atuação	Dados Cancelamento	Situação	
294647	OSNI PROTO DE MELO	Joaquim Pedro de Moraes Filho	22/04/2020			Renunciada Aguardando avaliação	<input type="checkbox"/>

Gerenciamento de filas

☐

Gerenciamento de filas





Versão: v.4.59.2

?

Gabriela Colturato Lopes

DEFENSORIA ONLINE

Problema: CP - Art. 140, caput - Injúria

Cadastro

Histórico DPESP

Histórico do caso

Pasta única

Solicitação de Advogado

Encaminhamento DPESP-OAB

Propositura

Defesa/Acompanhamento

Autor/Acompanhamento

Processo

Unificado

Outro

Número

1500106-18.2019.8.26.0390

Trata-se de resposta à Carta Precatória?

Sim

Não

Advogados no Caso

OAB	Nome	Usuários	Início Atuação	Término Atuação	Dados Cancelamento	Situação	
294647	OSNI PROTO DE MELO	Joaquim Pedro de Moraes Filho	22/04/2020			Renunciada Aguardando avaliação	<div></div>

Gerenciamento de filas

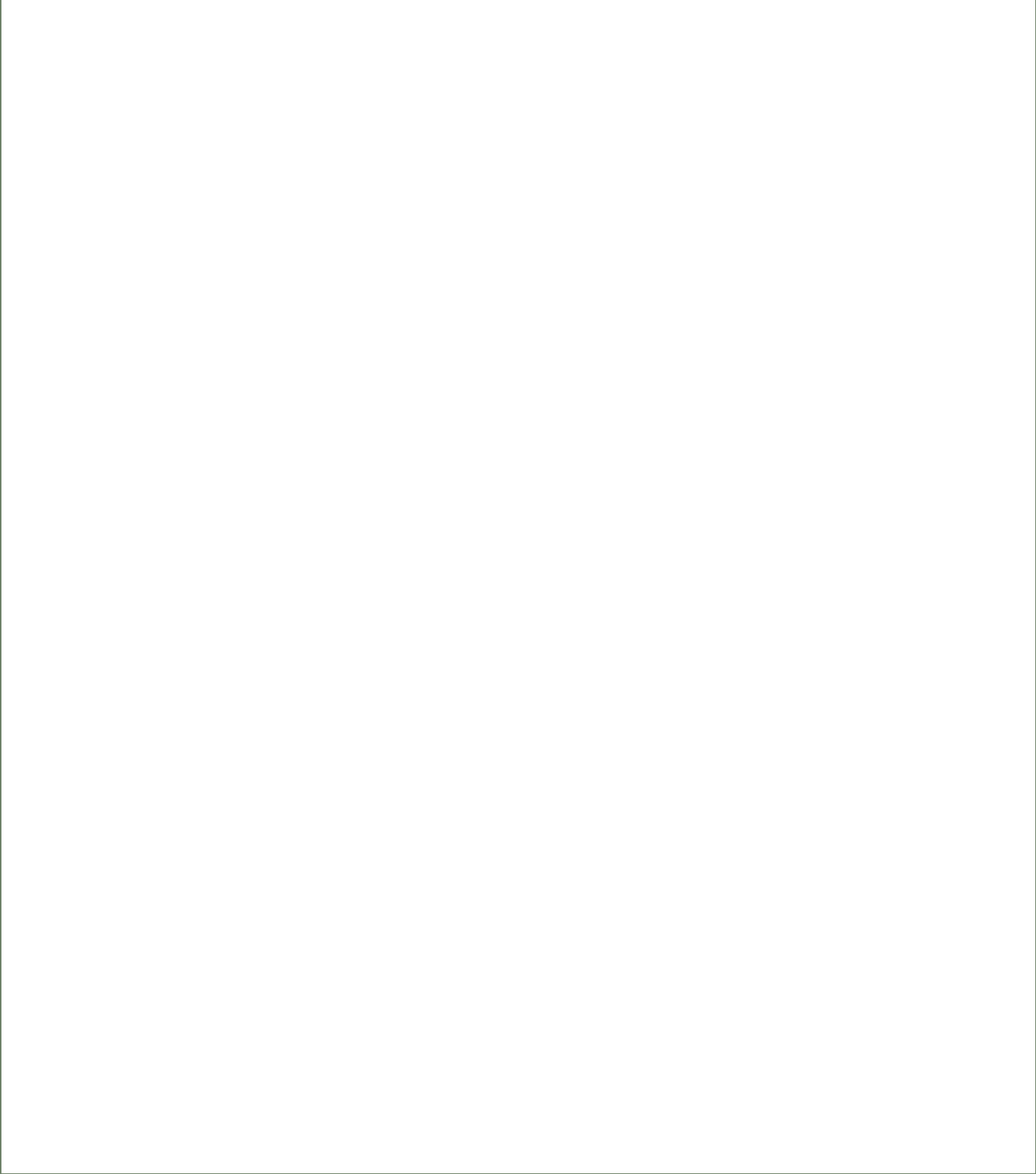
https://online.defensoria.sp.gov.br/atendimento/atendimentoInicial/tabs?atendidoSessao.id=2498826&fromAtendimentoCam=false

1/3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 14/05/2020 às 10:29 . Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 54732BD.

Gerenciamento de filas







SÃO PAULO, 01 de junho de 2020.

Ofício Número: 0006017864/2020

Excelentíssimo(a) Juiz(a)

Comunicamos à Vossa Excelência que foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CRIMINAL - CRIMINAL (VARA SINGULAR) - CP - ART. 140, CAPUT - INJÚRIA em trâmite na Vara Única, do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, o(a) advogado(a) abaixo:

Processo No.: 1500106-18.2019.8.26.0390

OAB / Nome: 382039 / GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA

Endereço: Rua Geraldo Queiroz, 30

Fone: 17-981461337

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Icém

CEP: 15460000

UF: SP

Identificação DPESP: 2498826

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Gabriela Colturato Lopes.

Registro Geral de Indicação: 202006 010956 004738 20394

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.045.

Nada Mais. Nova Granada, 01 de junho de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0825/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.045."

Do que dou fé.
Nova Granada, 2 de junho de 2020.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0825/2020, foi disponibilizado na página 1978/1980 do Diário da Justiça Eletrônico em 03/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.045."

Nova Granada, 3 de junho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP

Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA, brasileiro, solteiro, Advogado, regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº: 382.039, na qualidade de procurador nomeado de ofício fls. 1045, conforme termos firmados pelo Convenio Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do réu JOAQUIM PEDRO MORAIS JUNIOR, nos autos da ação penal 1500106-18.2019.8.29.0390, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **RENUNCIAR AO MANDATO, quebra de confiança**, o réu procurou este Defensor na rede social Facebook, mandando mensagem em anexo, nesse sentido, requer que seja constituído novo defensor ao réu

Com essas brevíssimas considerações,
Pede deferimento.

Icém/SP. 15 de junho de 2020

Gabriel C Correa da Silva
OAB/SP 382.039

Versão: v.4.23.2
GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA

DEFENSORIA ONLINE

Autorizações

Atendimento

Nome

RGI

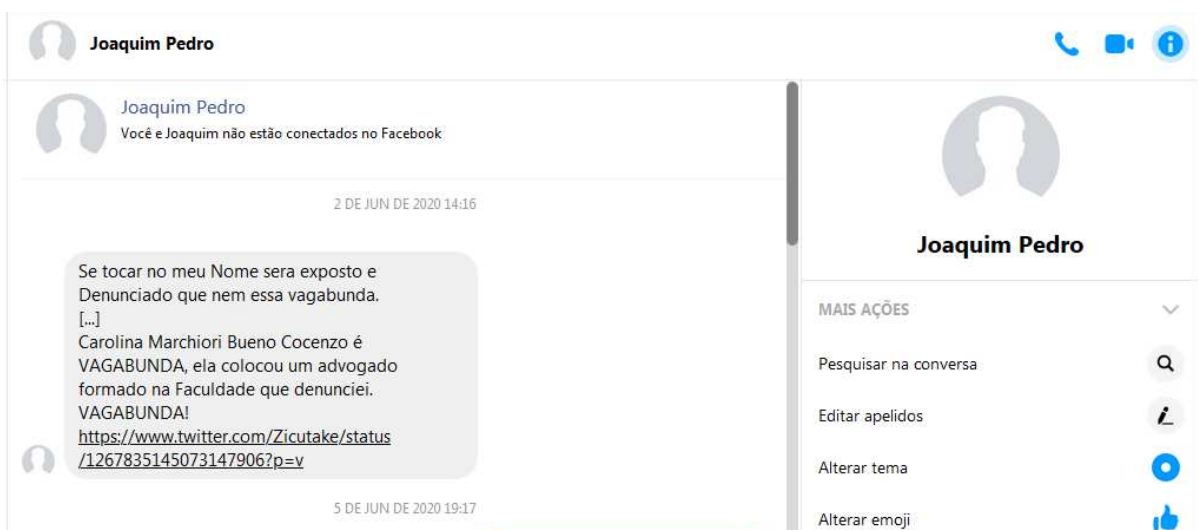
Nº de autorização

Pesquisar

Autorizações consolidadas

Filtrar dados

Data da autorização	Número do processo	Envolvidos	Número de RGI	Status
01/06/2020	1500106-18.2019.8.26.0390	Joaquim Pedro de Moraes Filho	20200601095600473820394	Renunciada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carolina Marchiori Bueno Cocenzo**

Vistos.

Declaro-me suspeita para julgar o presente feito, em razão da ofensa noticiada a fls.1051, que, em tese, configura crime contra a honra e por ser uma das vítimas apontadas na denúncia (Dr. José Heitor dos Santos) o Promotor de Justiça que atua na Vara na qual figuro como titular. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de outro magistrado para a condução do feito. Intime-se.

Nova Granada, 16 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 17/06/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Decisão - Interlocutória

Nova Granada, (SP), 17 de junho de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 17/06/2020 19:11

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Decisão - Interlocutória

Nova Granada, 17 de Junho de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0929/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Decisão - Interlocutória Declaro-me suspeita para julgar o presente feito, em razão da ofensa noticiada a fls.1051, que, em tese, configura crime contra a honra e por ser uma das vítimas apontadas na denúncia (Dr. José Heitor dos Santos) o Promotor de Justiça que atua na Vara na qual figuro como titular. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de outro magistrado para a condução do feito. Intime-se."

Do que dou fé.
Nova Granada, 18 de junho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0929/2020, foi disponibilizado na página 2245 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)

Teor do ato: "Decisão - Interlocutória Declaro-me suspeita para julgar o presente feito, em razão da ofensa noticiada a fls.1051, que, em tese, configura crime contra a honra e por ser uma das vítimas apontadas na denúncia (Dr. José Heitor dos Santos) o Promotor de Justiça que atua na Vara na qual figuro como titular. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de outro magistrado para a condução do feito. Intime-se."

Nova Granada, 19 de junho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

SEÇÃO III

MAGISTRATURA

Subseção I - MOVIMENTO DOS MAGISTRADOS

SEMA 3.3

SEMA 3.3.1 – DESIGNAÇÕES CAPITAL

JUIZES DE DIREITO AUXILIARES DA CAPITAL

Dra. RENATA PINTO LIMA ZANETTA, JUIZ(A) DE DIREITO AUXILIAR, São Paulo, para auxiliar, 4ª Vara Cível do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó de 22/06/2020 a 29/06/2020, em substituição a Dra. Camila Sani Pereira Quinzani.

Dr. JEAN THIAGO VILBERT PEREIRA, JUIZ(A) DE DIREITO AUXILIAR, São Paulo, para auxiliar, 44ª Vara Cível - Capital de 22/06/2020 a 28/06/2020, em substituição a Dra. Anna Paula Dias da Costa, cessando no período a designação anterior.

SEMA 3.3.2 – DESIGNAÇÕES INTERIOR

01ª C.J. - Santos

Dra. MARIELLA AMORIM NUNES RIVAU ALVAREZ, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Santos, para funcionar nos processos nºs 0002281-07.2020.8.26.0590 e 1009441-03.2019.8.26.0590, 1ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de São Vicente a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

06ª C.J. - Bragança Paulista

Dr. CARLOS EDUARDO GOMES DOS SANTOS, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara Cível da Comarca de Bragança Paulista, para funcionar no processo nº 1005104-86.2019.8.26.0099, 2ª Vara Cível da Comarca de Bragança Paulista a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

12ª C.J. - São Carlos

Dra. LETÍCIA LEMOS ROSSI, JUIZ(A) DE DIREITO, Vara da Comarca de Ibaté, para funcionar no processo nº 1004571-50.2020.8.26.0566, Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Carlos a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

16ª C.J. - São José do Rio Preto

Dr. LUIS GUILHERME PIÃO, JUIZ(A) DE DIREITO, 2ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dra. CAROLINA MARCHIORI BUENO COCENZO, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, cessando a designação para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 19/06/2020.

27ª C.J. - Presidente Prudente

Dr. LUIZ AUGUSTO ESTEVES DE MELLO, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1010787-85.2020.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. PAULO GIMENES ALONSO, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1010805-09.2020.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. LEONARDO MAZZILLI MARCONDES, JUIZ(A) DE DIREITO, 4ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1010816-38.2020.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. SERGIO ELORZA BARBOSA DE MORAES, JUIZ(A) DE DIREITO, 5ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1010827-67.2020.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 19/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que realizei a transferência de processo entre os magistrados pelo sistema. Nada Mais. Nova Granada, 19 de junho de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Luis Guilherme Pião**

Vistos.

Declaro-me igualmente suspeito para julgar o presente feito, pelos mesmos motivos informados pela Magistrada anteriormente designada (págs. 1052), considerando que a vítima Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, também atua nesta Vara, sendo, inclusive, o representante do Ministério Público que atuaria nestes autos.

Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição.

Aguarde-se designação de novo Magistrado para a condução do feito.

Int.

Nova Granada, **22 de junho de 2020**.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 22/06/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Declaro-me igualmente suspeito para julgar o presente feito, pelos mesmos motivos informados pela Magistrada anteriormente designada (págs. 1052), considerando que a vítima Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, também atua nesta Vara, sendo, inclusive, o representante do Ministério Público que atuaria nestes autos. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de novo Magistrado para a condução do feito. Int.

Nova Granada, (SP), 22 de junho de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 22/06/2020 16:37

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Declaro-me igualmente suspeito para julgar o presente feito, pelos mesmos motivos informados pela Magistrada anteriormente designada (págs. 1052), considerando que a vítima Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, também atua nesta Vara, sendo, inclusive, o representante do Ministério Público que atuaria nestes autos. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de novo Magistrado para a condução do feito. Int.

Nova Granada, 22 de Junho de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0956/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Declaro-me igualmente suspeito para julgar o presente feito, pelos mesmos motivos informados pela Magistrada anteriormente designada (págs. 1052), considerando que a vítima Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, também atua nesta Vara, sendo, inclusive, o representante do Ministério Público que atuaria nestes autos. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de novo Magistrado para a condução do feito. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 23 de junho de 2020.

Gabriela Colturato Lopes

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que o Dr. **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Mirassol, foi designado para presidir o presente feito, conforme publicação no DJE desta data, conforme cópia que segue. Certifico mais, haver encaminhado e-mail ao magistrado para que tome conhecimento da referida designação, bem como procedi à "Transferência de Processos Entre Magistrados" no sistema SAJ. Nada Mais. Nova Granada, 24 de junho de 2020. Eu, ____, Cleber de Souza Damaceno, Assistente Judiciário.

SEÇÃO III

MAGISTRATURA

Subseção I - MOVIMENTO DOS MAGISTRADOS

SEMA 3.3

SEMA 3.3.1 – DESIGNAÇÕES CAPITAL

DESEMBARGADORES

Dr. HERMANN HERSCHANDER, DESEMBARGADOR(A), 14ª Câmara de Direito Criminal, para presidir Plantão Judiciário nos termos das Res. 495/09 e 594/13 (Seção de Direito Criminal), Capital em 27/06/2020, em substituição ao Des. LUIS AUGUSTO DE SAMPAIO ARRUDA.

SEMA 3.3.2 – DESIGNAÇÕES INTERIOR

01ª C.J. - Santos

Dr. THOMAZ CORRÊA FARQUI, JUIZ(A) DE DIREITO AUXILIAR, Guarujá, para assumir, 1ª Vara Criminal da Comarca de Guarujá de 08/07/2020 a 31/07/2020, cessando no período a designação anterior.

08ª C.J. - Campinas

Dr. HENRIQUE NADER, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Campinas (não Instalada), para funcionar no processo nº 1020428-37.2020.8.26.0114, 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Campinas a partir de 24/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

11ª C.J. - Pirassununga

Dr. JORGE CORTE JÚNIOR, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara da Comarca de Pirassununga, para funcionar no processo nº 1002059-33.2020.8.26.0457, 1ª Vara da Comarca de Pirassununga a partir de 24/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

13ª C.J. - Araraquara

Dr. RICARDO DOMINGOS RINHEL, JUIZ(A) DE DIREITO, Vara Criminal da Comarca de Matão, para presidir Plantão Judiciário, 13ª C.j. - Araraquara de 27/06/2020 a 28/06/2020, em substituição à Dra. ANA PAULA COMINI SINATURA ASTURIANO.

Dr. FERNANDO DE OLIVEIRA MELLO, JUIZ(A) DE DIREITO, 2ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Araraquara, para funcionar no processo nº 1005591-14.2020.8.26.0037, 1ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Araraquara a partir de 24/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011. Tornando sem efeito publicação disponibilizada no DJE de 23/06/2020.

16ª C.J. - São José do Rio Preto

Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara da Comarca de Mirassol, para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 24/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. LUIS GUILHERME PIÃO, JUIZ(A) DE DIREITO, 2ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, cessando a designação para funcionar no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 24/06/2020.

25ª C.J. - Ourinhos

Dr. RAFAEL MARTINS DONZELLI, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara Cível da Comarca Santa Cruz do Rio Pardo, cessando a designação para funcionar no processo nº 0000858-51.2014.8.26.0257 e no Cumprimento de Sentença nº 0000969-64.2016.8.26.0257, Vara da Comarca de Ipuã a partir de 24/06/2020.

34ª C.J. - Piracicaba

Dr. GUILHERME LOPES ALVES LAMAS, JUIZ(A) DE DIREITO AUXILIAR, Piracicaba, para funcionar no processo nº 1002775-63.2019.8.26.0629 (JEC), 1ª Vara da Comarca de Tietê a partir de 24/06/2020, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Proc. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Designação para presidir feito criminal da Com. Nova Granada

CLEBER DE SOUZA DAMACENO <cleberd@tjsp.jus.br>

Qua, 24/6/2020 05:22

Para: MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>

 1 anexos (81 KB)

1500106-18.2019 - Indicação do Dr. Marcelo Haggi Andreotti.pdf;

Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe ☐ Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia

Autor: Justiça Pública

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

MM. Juiz,

Pelo presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, levo ao conhecimento que Vossa Excelência foi designada para presidir o feito, nos termos da publicação no DJE de 24/06/2020, p. 14, conforme documento anexo à presente mensagem eletrônica.

Permaneço a disposição.

Atenciosamente,

CLEBER DE SOUZA DAMACENO

Assistente Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Gabinete do Juiz Diretor da Comarca de Nova Granada Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi

Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040

E-mail: cleberd@tjsp.jus.brE-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

Entregue: Proc. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Designação para presidir feito criminal da Com. Nova Granada

Microsoft Outlook

<MicrosoftExchange329e71ec88ae4615bbc36ab6ce41109e@tjsp.onmicrosoft.com>

Qua, 24/6/2020 05:23

Para: MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>

 1 anexos (103 KB)

Proc. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Designação para presidir feito criminal da Com. Nova Granada;

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

[MARCELO HAGGI ANDREOTTI \(mandreotti@tjsp.jus.br\)](mailto:mandreotti@tjsp.jus.br)

Assunto: Proc. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Designação para presidir feito criminal da Com. Nova Granada

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0956/2020, foi disponibilizado na página 2053/2058 do Diário da Justiça Eletrônico em 25/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)

Teor do ato: "Vistos. Declaro-me igualmente suspeito para julgar o presente feito, pelos mesmos motivos informados pela Magistrada anteriormente designada (págs. 1052), considerando que a vítima Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, também atua nesta Vara, sendo, inclusive, o representante do Ministério Público que atuaria nestes autos. Comunico nesta data ao Eg. Tribunal de Justiça a minha suspeição. Aguarde-se designação de novo Magistrado para a condução do feito. Int."

Nova Granada, 25 de junho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06.

Passo, doravante, a fundamentar.

Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g.

As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017.

Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.

No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo – diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material – a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito.

As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site *YouTube* foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta *Zicutake* (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu).

A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na degravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados – já que se trata, em tese, de concurso material de infrações – aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois.

Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos.

O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal.

Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos.

Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741.

Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Expeça-se mandado de prisão. Intimem-se e cumpra-se .

Nova Granada, 25 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Distribuição por dependência ao autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, pelo Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 312 e 313, inciso I, do CPP, bem como no contido nos autos supra, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a **PRISÃO PREVENTIVA** de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, qualificado a fls. 576/578 dos autos principais, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

O representado está sendo processado no bojo dos autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390 pela prática de diversos crimes contra a honra cometidos contra o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito titular da Comarca de Nova Granada, contra os promotores de justiça Dra. Aline Kler da Silva Martins Fernandes, Dr. Tasso Denis Campanha Cury e Dr. José Heitor dos Santos e contra advogados atuantes na comarca de Nova Granada, cf. denúncia de fls. 984/989 daqueles autos.

É ainda investigado, em outros procedimentos, por crimes contra a honra cometidos contra o juiz de direito da comarca de Nova Granada, posteriores aos ora apurados, bem como por ameaçar alunos e

docentes do Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP, em conta de twitter em nome da empresa Zizutake.P7.com.br, dando conta de que planejava atentado contra a universidade e seus frequentadores.

Determinada a sua citação nos autos principais, as diligência encetadas pelos oficiais de justiça foram sempre dificultadas pelo requerido e por sua genitora, sendo certo que houve a necessidade de citação por hora certa, já que, à toda evidência, o requerido se ocultava, evitando a citação, cf. certidão de fls. 1031/1032 dos autos principais.

Ainda, tão logo tomou conhecimento da magistrada responsável pela substituição automática do Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, impedido de atuar na causa por ser vítima dos crimes perpetrados pelo ora requerido, passou a empreender campanha difamatória e caluniadora contra a magistrada, chegando a divulgar um *e-book* no site www.amazon.com.br, em que a acusava de ter “fraudado” um processo, com a complacência do promotor de justiça ora subscritor, além de encaminhar uma miríade de denúncias infundadas a órgãos correicionais e de controle, tudo visando constranger a magistrada responsável pelo seu julgamento.



E assim, de fato, atingiu seu intento.

Em decisão acostada aos autos a fls. 1022 dos autos principais a magistrada assim se manifestou.

DECISAO	
Processo Digital nº:	1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto	Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor:	Justiça Pública
Réu:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI**

Vistos.

A partir da data de hoje, comuniquei ao eg. TJSP a minha suspeição para julgar o feito, tendo em vista manifestações do réu quanto à minha atuação profissional neste feito, efetuadas fora dos autos, através da Internet. Aguarde-se a designação de outro Magistrado para a condução do feito.

Intimem-se.

Nova Granada, 06 de fevereiro de 2020.

Mais adiante, injuriou a magistrada que substituiu a Dra. Andressa Maria Tavares Marchiori, ao mesmo ensejo em que ameaçou advogado que lhe foi constituído pelo convênio da OAB/SP, levando o nobre causídico a renunciar ao mandato que lhe fora outorgado, provocando novo atraso na apresentação da resposta à acusação e prejudicando, mais uma vez, o andamento do feito.



Por fim, após outros dois magistrados se declararem suspeitos, sobreveio a designação do Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI a fls. 1063, dos autos principais, sendo certo que, mais uma vez, na data de hoje, tão logo teve conhecimento da nomeação, no mesmo dia da juntada da designação aos autos, passou a perpetrar ataques contra o juízo, buscando novamente provocar a suspeição e, assim, se beneficiar da demora no julgamento do feito.



[...] Por essa noite todos Promotores de Mirassol /SP saberão do Boletim de Ocorrência contra Juiz MARCELO HAGGI ANDREOTTI por Omissão e Ocultação de Crimes, referente a Denúncias ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que Fraude Constitucional.
proclame281119.blogspot.com/2020/06/por-es...

1:35 PM · 24 de jun de 2020 · Mobile Web (M2)

Como bem se nota, portanto, a instrução processual do presente feito é constantemente alvo de embaraços provocados pelo ora requerido, que continua reiteração delitiva, caluniando, difamando e injuriando juízes, promotores e defensores dativos, de maneira sistemática, buscando intimidar e constranger os atores processuais, **prejudicando o adequado andamento da instrução criminal.**

Também é a **ordem pública** abalada pela incessante *reiteração delitiva* de indivíduo que demonstra absoluto descaso

com as consequências de suas condutas, ultrapassando os limites do razoável e exigindo pronta e eficaz resposta da Justiça.

Dessa forma, presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos nos artigos 312 e 313, inciso I¹, notadamente a necessidade de se garantir a ordem pública, evitando-se reiteração delitiva, que persiste mesmo com o início da instância, bem como a conveniência da instrução criminal, que vem sendo retardada por atos criminosos praticados contra os magistrados, promotores e até mesmo os defensores nomeados para defender o ora requerido, requeiro seja decretada a **PRISÃO PREVENTIVA** de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, qualificado a fls. 576/578, dos autos principais.

Nova Granada, 24 de junho de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça

¹ Somatória das penas dos delitos imputados ao ora requerido supera os 04 (quatro) anos exigidos pelo art. 313, inciso I, do CPP

1500106-18.2019 - MANDADO DE PRISÃO

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qui, 25/06/2020 17:08

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>; DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Nova Granada <dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br>; DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Onda Verde <dpm.ondaverde@policiacivil.sp.gov.br>; dig.sjrpreto@policiacivil.sp.gov.br <dig.sjrpreto@policiacivil.sp.gov.br>; apoiiodise@yahoo.com.br <apoiiodise@yahoo.com.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; Mandados - IIRGD <mandados.iirgd@sp.gov.br>

 2 anexos (97 KB)

decisão mandado de prisão preventiva.pdf; mandado prisão.pdf;

Segue mandado de prisão para as devidas providências - réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

MANDADO DE PRISÃO

Processo Digital N°: 1500106-18.2019.8.26.0390
Mandado BNMP 1.0 N°: 1500106-18.2019.8.26.0390.0001
Mandado BNMP 2.0 N° Nacional: 1500106-18.2019.8.26.0390.01.0001-14
Mandado SAJ – N°: **390.2020/002830-5**
Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Calúnia**
Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
RJI BNMP 2.0 N° : **RJI da parte selecionada no BNMP << Informação indisponível >>**
Situação da Parte no BNMP 2.0: **A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 25/06/2020 - 16:45:46, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.**
RJI : 203518350-08.
Última situação : Em Liberdade.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, de Nova Granada, Dr(a).
MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição, ou a qualquer Autoridade Policial e seus agentes, a quem este for apresentado, que **PRENDA E RECOLHA** a qualquer Unidade de Estabelecimento Prisional deste Estado, à ordem e disposição deste Juízo, a pessoa de seguinte qualificação:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Alcunha: **Alcunha do Nome da Pessoa Selecionada << Informação indisponível >>**
Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJI: 203518350-08**
Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
Nacionalidade: **Brasileiro** Naturalidade: **Naturalidade da Pessoa Selecionada << Informação indisponível >>**
Data de Nascto.: **16/09/1995** Sexo: **Masculino**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Estado Civil: **Solteiro** Cor: **Cor da Pele da Pessoa Selecionada <<**
Informação indisponível >>
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP**
 Data do Delito: **27/02/2019**
 Incurso(a) no(s) Artigos(s): **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP**
 Espécie de Prisão: **Preventiva**
 Recaptura:
 Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *
DATA DE VALIDADE: 26/11/2023

O presente mandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06. Passo, doravante, a fundamentar. Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g. As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017. Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020. Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052. No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559). As transgressões morais, graves, acintosas,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer".

CUMpra-SE, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 25 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 25/06/2020 - 16:45:49, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 25/06/2020 - 16:45:49, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

504634 – Mandado – Prisão Preventiva – Não Cumprido pelo Oficial de Justiça – Crime - (BNMP)

39020200028305

⏪ Responder a todos

✕

🗑 Excluir

🗑 Lixo Eletrônico

Bloquear

⋮

Re: 1500106-18.2019 - MANDADO DE PRISÃO

ⓘ

O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura. Para enviar uma confirmação, [clique aqui](#).

D

DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <
dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

👍 ⏪ ⏩ ➡ ⋮

Qui, 02/07/2020 15:12

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI; JOEL SABINO DA COSTA; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIA



20200702141308249.pdf
31 KB

20200702134911917.pdf
140 KB

3 anexos (210 KB) Baixar tudo Salvar tudo no OneDrive – Tribunal de Justica de Sao Paulo

Icém/SP, 02 de Julho de 2020

Assunto: 1500106-18.2019 - MANDADO DE PRISÃO

Segue ofício comunicando o cumprimento mandado de prisão, bem como o Mandado de Prisão cumprido expedido em desfavor do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

***** CONFIRME RECEBIMENTO.

--



DEINTER 5 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Delegacia Seccional de São José do Rio Preto/SP
Delegacia de Polícia de Icém/SP

MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
Investigador de Polícia

RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, N. 410
ICEM/SP
marcus.oliveira@policiacivil.sp.gov.br
(17) 32822525

Responder

Responder a todos

Encaminhar



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 5
 Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
Delegacia de Polícia de Icém/SP

Ofício nº 0122/2020-meqo

Icém/SP, 02 de Julho de 2020.

MERITÍSSIMO SENHOR JUIZ:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, **devidamente cumprido**, Mandados de Prisão expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, filho de Joaquim Pedro de Moraes e de Josilene Lourenço Pereira, nascido em 16/09/1995, solteiro, estudante, branco, residente na Av. Armando Sales de Oliveira, 220 – Icém/SP, em virtude de expedição de Mandado de Prisão da Comarca de Nova Granada/SP – Processo n. 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e apreço.

RENATO GOMES CAMACHO
 DELEGADO DE POLÍCIA RESP. PELO EXPEDIENTE DE ICEM/SP.

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor FABIANO CREPALDI DE OLIVEIRA
 MM. Juiz de Direito da Comarca de
 NOVA GRANADA – SP. _____



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

MANDADO DE PRISÃO

Processo Digital N°: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Mandado BNMP 1.0 N°: 1500106-18.2019.8.26.0390.0001
 Mandado BNMP 2.0 N° Nacional: 1500106-18.2019.8.26.0390.01.0001-14
 Mandado SAJ – N°: 390.2020/002830-5
 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
 Assunto: Calúnia
 Documento de Origem: IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT -
 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
 RJI BNMP 2.0 N° : RJI da parte selecionada no BNMP << Informação
 indisponível >>
 Situação da Parte no BNMP 2.0: A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de
 Prisões, na data 25/06/2020 - 16:45:46, retornou as
 seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO
 DE MORAIS FILHO.
 RJI : 203518350-08.
 Última situação : Em Liberdade.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, de Nova Granada, Dr(a).
MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição, ou a qualquer Autoridade Policial e seus
 agentes, a quem este for apresentado, que **PRENDA E RECOLHA** a qualquer Unidade de
 Estabelecimento Prisional deste Estado, à ordem e disposição deste Juízo, a pessoa de seguinte
 qualificação:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Alcunha: **Alcunha do Nome da Pessoa Selecionada << Informação indisponível >>**
 Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJI: 203518350-08**

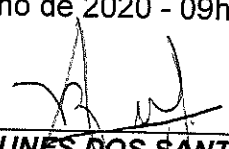
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI E JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 56F40D9.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:42 .
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 575F858.

CERTIDÃO

C e r t i f i c o ter dado **CUMPRIMENTO** ao presente
MANDADO DE PRISÃO, expedido em favor do(a) Sr(a) **JOAQUIM PEDRO**
DE MORAIS FILHO, na presente data e hora.

Icém/SP, 02 de Julho de 2020 - 09h:20min.



ROGÉRIO NUNES DOS SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICÉM/SP

CIENTE: 

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Nacionalidade: **Brasileiro** Naturalidade: **Naturalidade da Pessoa Selecionada <<**
Informação indisponível >>
 Data de Nascto.: **16/09/1995** Sexo: **Masculino**
 Estado Civil: **Solteiro** Cor: **Cor da Pele da Pessoa Selecionada << Informação**
indisponível >>
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP**
 Data do Delito: **27/02/2019**
 Incurso(a) no(s) Artigos(s): **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e**
Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP
 Espécie de Prisão: **Preventiva**
 Recaptura:
 Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *
DATA DE VALIDADE: 26/11/2023

O presente mandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06. Passo, doravante, a fundamentar. Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g. As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017. Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020. Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052. No âmbito da

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI E JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 56F40D9.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:42. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 575F858.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559). As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer".

CUMPRA-SE, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 25 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 25/06/2020 - 16:45:49, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 25/06/2020 - 16:45:49, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

**504634 – Mandado – Prisão Preventiva – Não Cumprido pelo Oficial de Justiça – Crime -
 (BNMP)**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI E JOEL SABINO DA COSTA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>.
 informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 56F40D9.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:42 .
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 575F858.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO (BNMP 2.0)

Processo Digital N°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT, PORT**
2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Certidão BNMP 2.0: **1500106-18.2019.8.26.0390.07.0002-24**
 N° Nacional:
 RJ1 BNMP 2.0 - N°: **203518350-08**

CERTIFICA-SE o cumprimento do mandado de prisão no BNMP 2.0 - CNJ, conforme dados a seguir:

DADOS DO MANDADO DE PRISÃO:

Número do Mandado no SAJ: **390.2020/002830-5**
 Número do Mandado no BNMP 1.0: **1500106-18.2019.8.26.0390.0001**
 Número Nacional do Mandado no BNMP 2.0: **1500106-18.2019.8.26.0390.01.0001-14**
 Data de Cumprimento do Mandado: **02/07/2020**

DADOS DO(A) Réu:

RJ1 BNMP 2.0 - N°: **203518350-08**

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Documentos da Parte Passiva: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJ1: 203518350-08**

Filiação da parte passiva: pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira

Data de Nascimento da Parte Passiva: **16/09/1995**

Nome do Responsável pela Prisão: **Juiz de Direito**

Local de Custódia: **Delegacia de Polícia de Icem, Icem - SP**

Situação da Parte/Situação do Cumprimento do Mandado no BNMP 2.0:

A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 02/07/2020 - 15:50:27, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. RJ1 : 203518350-08.

Última situação : Procurado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 02/07/2020 - 15:51:04, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 02/07/2020 - 15:51:03, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

NADA MAIS. Nova Granada, 02/07/2020 - 15:50:58, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário, M367052.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

504664- Certidão de Cumprimento de Mandado de Prisão - (Exclusivo BNMP 2.0)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 02/07/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06. Passo, doravante, a fundamentar. Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g. As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017. Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020. Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052. No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559). As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito. As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP. As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site YouTube foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta Zicutake (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu). A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na gravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça. Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois. Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

transgressões criminais verificadas nos autos. O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal. Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos. Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741. Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.

Nova Granada, (SP), 02 de julho de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 02/07/2020 16:01

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06. Passo, doravante, a fundamentar. Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g. As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017. Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu

pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020. Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052. No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559). As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito. As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP. As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site YouTube foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta Zicutake (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica

reitora da instituição de ensino atacada pelo réu). A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na degravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça. Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois. Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos. O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontestado de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal. Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos. Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741. Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.

Nova Granada, 2 de Julho de 2020


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO/OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA**, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99743-4043

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995. Local de prisão: Delegacia de Polícia de Icem - Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 300 - CEP 15460-000, Icem - SP. Endereço: Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Homologo a renúncia do Nobre Defensor anteriormente nomeado, Dr. GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA (fls. 1049), que requer pelo motivo de quebra de confiança, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1050/1051), para que produza seus efeitos jurídicos.

Providencie a Serventia a solicitação de nomeação de novo Defensor dativo ao réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, com exceção dos profissionais já indicados anteriormente (fls. 1033 e 1045), bem como daqueles que figuram como vítimas.

Esgotada a possibilidade de nomeação de Defensor Dativo pela OAB de Nova Granada, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências que o caso requer, bem como indicação de Advogado para a defesa dos interesses do acusado, com urgência, por tratar-se de réu preso.

Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias.

Fls. 1084/1087: Ciência às partes da prisão do acusado.

Cientifique-se a prisão do réu pelo e-mail institucional, membros do Poder Judiciário ofendidos pelas condutas apuradas nesses autos e coligadas à apuração, magistrados Fabiano Rodrigues Crepaldi, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo e Andressa Maria Tavares Marchiori.

Após, tornem conclusos, **com urgência**, para designação de audiência de instrução virtual.

Int. Nova Granada, 02 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Prisão 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qui, 02/07/2020 17:41

Para: FABIANO RODRIGUES CREPALDI <fcrepaldi@tjsp.jus.br>; ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI <ammarchiori@tjsp.jus.br>; CAROLINA MARCHIORI BUENO COCENZO <cmbueno@tjsp.jus.br>

 2 anexos (266 KB)

Mandado de Prisão Cumprido.pdf; Decisão.pdf;

Boa tarde!

Em cumprimento da decisão anexa, segue mandado de prisão cumprido de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Att,

SÃO PAULO, 02 de julho de 2020.

Ofício Número: 0006050381/2020

Excelentíssimo(a) Juiz(a)

Comunicamos à Vossa Excelência que foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CRIMINAL - CRIMINAL (VARA SINGULAR) - CP - ART. 140, CAPUT - INJÚRIA em trâmite na Vara Única, do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, o(a) advogado(a) abaixo:

Processo No.: 1500106-18.2019.8.26.0390

OAB / Nome: 190201 / FABIO MARÃO LOURENÇO

Endereço: Avenida Hildeberto De Albuquerque Ferreira, 1020

Fone: 17-32621303

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Nova Granada

CEP: 15440000 **UF:** SP

Identificação DPESP: 2498826

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Gabriela Colturato Lopes.

Registro Geral de Indicação: 202007 020548 000919 02017



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 02/07/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Homologo a renúncia do Nobre Defensor anteriormente nomeado, Dr. GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA (fls. 1049), que requer pelo motivo de quebra de confiança, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1050/1051), para que produza seus efeitos jurídicos. Providencie a Serventia a solicitação de nomeação de novo Defensor dativo ao réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, com exceção dos profissionais já indicados anteriormente (fls. 1033 e 1045), bem como daqueles que figuram como vítimas. Esgotada a possibilidade de nomeação de Defensor Dativo pela OAB de Nova Granada, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências que o caso requer, bem como indicação de Advogado para a defesa dos interesses do acusado, com urgência, por tratar-se de réu preso. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Fls. 1084/1087: Ciência às partes da prisão do acusado. Cientifique-se a prisão do réu pelo e-mail institucional, membros do Poder Judiciário ofendidos pelas condutas apuradas nesses autos e coligadas à apuração, magistrados Fabiano Rodrigues Crepaldi, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo e Andressa Maria Tavares Marchiori. Após, tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int.

Nova Granada, (SP), 02 de julho de 2020



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TERMO DE COMPROMISSO DE DEFENSOR DATIVO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

No dia ____ de ____ de 2020, no Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada, perante o(a) MM. Juiz(a) de Direito, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, compareceu o(a) advogado(a) Dr(a). Fabio Marão Lourenço OAB 190201/SP, nomeado(a) para atuar como defensor(a) do(a) réu(ré) Joaquim Pedro de Moraes Filho, nos autos da ação penal em epígrafe, neste Juízo, que aceitou o compromisso de bem e fielmente cumprir seu mister e manifestou concordância em ser intimado(a) dos atos e termos do processo, até seu trânsito em julgado, da seguinte forma:

- () mensagem por fac-símile
- () mensagem eletrônica
- (X) intimação pela imprensa oficial (D.J.E.)

Nada mais havendo, encerro este termo.

 Fabio Marão Lourenço OAB 190201/SP

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1102.

Nada Mais. Nova Granada, 02 de julho de 2020. Eu, ____,
Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1029/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)	D.J.E
Fabio Marão Lourenço (OAB 190201/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1102."

Do que dou fé.
Nova Granada, 3 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1029/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Homologo a renúncia do Nobre Defensor anteriormente nomeado, Dr. GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA (fls. 1049), que requer pelo motivo de quebra de confiança, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1050/1051), para que produza seus efeitos jurídicos. Providencie a Serventia a solicitação de nomeação de novo Defensor dativo ao réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, com exceção dos profissionais já indicados anteriormente (fls. 1033 e 1045), bem como daqueles que figuram como vítimas. Esgotada a possibilidade de nomeação de Defensor Dativo pela OAB de Nova Granada, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências que o caso requer, bem como indicação de Advogado para a defesa dos interesses do acusado, com urgência, por tratar-se de réu preso. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Fls. 1084/1087: Ciência às partes da prisão do acusado. Cientifique-se a prisão do réu pelo e-mail institucional, membros do Poder Judiciário ofendidos pelas condutas apuradas nesses autos e coligadas à apuração, magistrados Fabiano Rodrigues Crepaldi, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo e Andressa Maria Tavares Marchiori. Após, tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 3 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

1501594-83.2019.8.26.0559

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Sex, 03/07/2020 16:17

Para: SAO JOSE DO RIO PRETO - 2 OFICIO CRIMINAL <riopreto2cr@tjsp.jus.br> 2 anexos (2 MB)

Decisão.pdf; mandado de prisão cumprido.pdf;

Seguem decisão e mandado de prisão cumpridos referentes ao processo 1500106-18.2019 para instrução do feito 1501594-83.2019.8.26.0559.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 04/07/2020 10:35

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Homologo a renúncia do Nobre Defensor anteriormente nomeado, Dr. GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA (fls. 1049), que requer pelo motivo de quebra de confiança, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1050/1051), para que produza seus efeitos jurídicos. Providencie a Serventia a solicitação de nomeação de novo Defensor dativo ao réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, com exceção dos profissionais já indicados anteriormente (fls. 1033 e 1045), bem como daqueles que figuram como vítimas. Esgotada a possibilidade de nomeação de Defensor Dativo pela OAB de Nova Granada, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências que o caso requer, bem como indicação de Advogado para a defesa dos interesses do acusado, com urgência, por tratar-se de réu preso. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Fls. 1084/1087: Ciência às partes da prisão do acusado. Cientifique-se a prisão do réu pelo e-mail institucional, membros do Poder Judiciário ofendidos pelas condutas apuradas nesses autos e coligadas à apuração, magistrados Fabiano Rodrigues Crepaldi, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo e Andressa Maria Tavares Marchiori. Após, tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int.

Nova Granada, 4 de Julho de 2020

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1029/2020, foi disponibilizado na página 2150/2151 do Diário da Justiça Eletrônico em 06/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)
Fabio Marão Lourenço (OAB 190201/SP)

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1102."

Nova Granada, 6 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1029/2020, foi disponibilizado na página 2150/2151 do Diário da Justiça Eletrônico em 06/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Gabriel Gonçalves Correa da Silva (OAB 382039/SP)

Teor do ato: "Vistos. Homologo a renúncia do Nobre Defensor anteriormente nomeado, Dr. GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA (fls. 1049), que requer pelo motivo de quebra de confiança, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1050/1051), para que produza seus efeitos jurídicos. Providencie a Serventia a solicitação de nomeação de novo Defensor dativo ao réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, com exceção dos profissionais já indicados anteriormente (fls. 1033 e 1045), bem como daqueles que figuram como vítimas. Esgotada a possibilidade de nomeação de Defensor Dativo pela OAB de Nova Granada, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências que o caso requer, bem como indicação de Advogado para a defesa dos interesses do acusado, com urgência, por tratar-se de réu preso. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Fls. 1084/1087: Ciência às partes da prisão do acusado. Cientifique-se a prisão do réu pelo e-mail institucional, membros do Poder Judiciário ofendidos pelas condutas apuradas nesses autos e coligadas à apuração, magistrados Fabiano Rodrigues Crepaldi, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo e Andressa Maria Tavares Marchiori. Após, tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int."

Nova Granada, 6 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
FABIO MARÃO LOURENÇO
OAB/SP 190.201

Avenida Hildeberto de A. Ferreira, 1020, Centro
CEP: 15.440-000, Nova Granada/SP
Fone: 17-3262-1303 E-mail: fmarao@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO
DE SÃO PAULO.**

Processo Digital nº 1500106-18.2019.8.26.0390

FABIO MARÃO LOURENÇO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº 190.201, na qualidade de procurador nomeado de ofício de fls. 1100, conforme os termos firmado pelo Convênio Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do Réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, nos autos da **AÇÃO PENAL** –Procedimento Ordinário - CALUNIA, que move em seu desfavor a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, em trâmite por este MM. Juízo e respectivo Ofício Crime, vem, com o devido respeito à presença de Vossa Excelência, **RENUNCIAR AO MANDATO**, por motivos de foro íntimo, comungando da decisão de fls. 1.097/1.098, para requerer que se digne

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
FABIO MARÃO LOURENÇO
OAB/SP 190.201

Avenida Hildeberto de A. Ferreira, 1020, Centro
CEP: 15.440-000, Nova Granada/SP
Fone: 17-3262-1303 E-mail: fmarao@hotmail.com

a V.Exa., constituir um novo procurador, encaminhando ofício a Defensoria Pública do estado de São Paulo da Comarca de São José do Rio Preto/SP, a fim de realizar a defesa do réu.

Termos em que, Pede deferimento.

Nova Granada-SP, 06 de Julho de 2020.

FABIO MARÃO LOURENÇO
OAB/SP 190.201

Versão: v.4.63.1

?

Gabriela Colturato Lopes

DEFENSORIA ONLINE

Problema: CP - Art. 140, caput - Injúria

Cadastro

Histórico DPESP

Histórico do caso

Pasta única

Solicitação de Advogado

Encaminhamento DPESP-OAB

☐ Propositura

☒ Defesa/Acompanhamento

☐ Autor/Acompanhamento

Processo

☒ Unificado ☐ Outro

Número

1500106-18.2019.8.26.0390

Trata-se de resposta à Carta Precatória?

☐ Sim ☒ Não

Advogados no Caso

OAB	Nome	Usuários	Início Atuação	Término Atuação	Dados Cancelamento	Situação	
190201	FABIO MARÃO LOURENÇO	Joaquim Pedro de Moraes Filho	02/07/2020			Renunciada Aguardando avaliação	<input type="checkbox"/>
304627	ERNANDES DOUGLAS ASSIS LEMOS DE MOURA	Joaquim Pedro de Moraes Filho	02/07/2020	02/07/2020		Destituída	<input type="checkbox"/>
382039	GABRIEL GONÇALVES CORREA DA SILVA	Joaquim Pedro de Moraes Filho	01/06/2020	23/06/2020		Substituída	<input type="checkbox"/>
294647	OSNI PROTO DE MELO	Joaquim Pedro de Moraes Filho	22/04/2020	22/05/2020		Substituída	<input type="checkbox"/>

Gerenciamento de filas

☐

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 07/07/2020 às 15:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 57A3AB2

Gerenciamento de filas






TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO/OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA**, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99743-4043

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995. Local de prisão: Delegacia de Polícia de Icem - Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 300 - CEP 15460-000, Icem - SP. Endereço: Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Homologo a renúncia do Nobre Defensor nomeado, Dr. FÁBIO MARÃO LOURENÇO (fls. 1110/1111), que requer por motivos de foro íntimo, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1112/1114), para que produza seus efeitos jurídicos.

Diante das várias renúncias apresentadas pelos Defensores indicados e inscritos na OAB de Nova Granada; considerando que o réu teve desavensas com vários profissionais da classe de advogado, sendo que alguns deles figuram como vítimas na presente ação pena; considerando, ainda, tratar-se de réu preso, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências para indicação de Advogado ou Defensor Público, para a defesa dos interesses do acusado acima qualificado, com urgência.

Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público e tornem conclusos, **com urgência**, para designação de audiência de instrução virtual.

Int.

Nova Granada, 08 de julho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 09/07/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Decisão (00) - Renúncia Advogado

Nova Granada, (SP), 09 de julho de 2020

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

Endereço de e-mail enviado incorreto.

Nova Granada, 09 de julho de 2020.

Gabriela Colturato Lopes

ENC: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qui, 09/07/2020 12:30

Para: regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>

 1 anexos (113 KB)

Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

Bom dia!

Gostaria de solicitar, **com urgência**, tendo em vista tratar-se de processo de **réu preso**, indicação de advogado dativo ou defensor público, pois o réu teve desavenças com vários profissionais da classe que atuam na Comarca de Nova Granada e já ocorreram inúmeros pedidos de renúncia ao longo do processo.

Obrigada!



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 09/07/2020 19:49

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Decisão (00) - Renúncia Advogado

Nova Granada, 9 de Julho de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1100/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Fabio Marão Lourenço (OAB 190201/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: " Homologo a renúncia do Nobre Defensor nomeado, Dr. FÁBIO MARÃO LOURENÇO (fls. 1110/1111), que requer por motivos de foro íntimo, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1112/1114), para que produza seus efeitos jurídicos. Diante das várias renúncias apresentadas pelos Defensores indicados e inscritos na OAB de Nova Granada; considerando que o réu teve desavensas com vários profissionais da classe de advogado, sendo que alguns deles figuram como vítimas na presente ação pena; considerando, ainda, tratar-se de réu preso, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências para indicação de Advogado ou Defensor Público, para a defesa dos interesses do acusado acima qualificado, com urgência. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público e tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int. "

Do que dou fé.
Nova Granada, 14 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1100/2020, foi disponibilizado na página 2213/2214 do Diário da Justiça Eletrônico em 15/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Fabio Marão Lourenço (OAB 190201/SP)

Teor do ato: " Homologo a renúncia do Nobre Defensor nomeado, Dr. FÁBIO MARÃO LOURENÇO (fls. 1110/1111), que requer por motivos de foro íntimo, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1112/1114), para que produza seus efeitos jurídicos. Diante das várias renúncias apresentadas pelos Defensores indicados e inscritos na OAB de Nova Granada; considerando que o réu teve desavensas com vários profissionais da classe de advogado, sendo que alguns deles figuram como vítimas na presente ação pena; considerando, ainda, tratar-se de réu preso, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências para indicação de Advogado ou Defensor Público, para a defesa dos interesses do acusado acima qualificado, com urgência. Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público e tornem conclusos, com urgência, para designação de audiência de instrução virtual. Int. "

Nova Granada, 15 de julho de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

ENC: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qua, 15/07/2020 09:17

Para: regional.saojosedoriopreto@defnsoria.sp.def.br <regional.saojosedoriopreto@defnsoria.sp.def.br>

 1 anexos (113 KB)

Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

Bom dia!

Gostaria de reiterar pedido urgente feito em 09/07, conforme e-mail abaixo.

Solicito confirmação de recebimento.

Obrigada!

De: GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Enviado: quinta-feira, 9 de julho de 2020 12:30

Para: regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>

Assunto: ENC: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

Bom dia!

Gostaria de solicitar, **com urgência**, tendo em vista tratar-se de processo de **réu preso**, indicação de advogado dativo ou defensor público, pois o réu teve desavenças com vários profissionais da classe que atuam na Comarca de Nova Granada e já ocorreram inúmeros pedidos de renúncia ao longo do processo.

Obrigada!

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Observo que mais de 22 (vinte e dois) dias se passaram desde a decisão de Vossa Excelência que determinou a indicação de novo causídico, para prestar compromisso e apresentar resposta à acusação.

Assim, requiro cobre-se novamente, com urgência, a OAB de São José do Rio Preto a atender o quanto já decidido.

Sem prejuízo, junto neste ensejo cópia do boletim de ocorrência lavrado quando da captura do acusado e requiro a instauração de incidente de insanidade mental.

Sem

prejuízo,

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULODependência: DEL.POL.ICÊM
Boletim No.: 109/2020FOLHA:2
INICIADO:02/07/2020 09:42 e EMITIDO:02/07/2020 10:36

2* Via KLLQNXCBDEEFHXb

Observações:
SM-G532MT
COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIP E 01 CARTÃO DE MEMÓRIA.
COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros
- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1
Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG
Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:

Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.

O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município, onde permanecerá a disposição da Justiça.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.

Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS
Exames requisitados: IML
Solução: APRECIAÇÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

As circunstâncias ali descritas, bem como o próprio *modus operandi* do acusado demonstram certo descontrole emocional e recomendam a instauração de incidente de insanidade mental. Aponto, outrossim, que se trata de indivíduo que se ocultou da Justiça para evitar sua citação, sendo certo que resta clara a conveniência da realização do incidente o mais cedo possível, ainda enquanto o acusado se encontra preso, evitando

que deixe de comparecer ao ato futuramente designado, atrasando o término da instrução e frustrando os objetivos do incidente.

Por todo o exposto, requero a expedição de ofício e realização de contato telefônico com a OAB de São José do Rio Preto, visando designação de advogado para o acusado, bem como a instauração de incidente de insanidade mental, visando apurar se era o acusado, ao tempo do crime, capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Nova Granada, 30 de julho de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA

Promotor de Justiça



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 1126

Dependência: DEL.POL.ICÉM

FOLHA:1

Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42 e EMITIDO:02/07/2020 10:36

2ª Via

KLLQNXCBDEEFHXb

Boletim de Ocorrência.

Natureza(s):

Espécie: Captura procurado

Natureza: Captura de procurado

Consumado

Espécie: Título XI - Administração pública (arts. 312 a 359-H)

Natureza: Resistência (art. 329)

Consumado

Local: AVENIDA ARMANDO SÁLES DE OLIVEIRA, 220 - CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM - SP

Tipo de local: Residência - Casa

Circunscrição: DEL. POL. ICEM

Ocorrência: 02/07/2020 às 09:20 horas

Comunicação: 02/07/2020 às 09:42 horas

Elaboração: 02/07/2020 às 09:42 horas

Flagrante: Não

Vítima:

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Não presente ao plantão

Exibiu o RG original: Não - Sexo: Ignorado

Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Ignorada

Autor:

- ROSILENE PEREIRA DE MORAIS - Presente ao plantão - RG: 45537816-SP
emitido em 25/06/2016 - Exibiu o RG original: Sim

Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS - Mãe: JOSILENE LOURENCO PEREIRA

Natural de: MAGE -RJ - Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Feminino

Nascimento: 16/09/1995 24 anos - Estado civil: Solteiro

Profissão: ESTUDANTE - CPF: 06993793695

Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Branca

Olhos: Castanhos escuros - Cor do cabelo: Castanhos escuros

Endereço Residencial: AVENIDA ARMANDO SÁLES DE OLIVEIRA, 220 - CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM - SP

Capturado:

- JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO - Presente ao plantão - RG: 45537436-SP

Exibiu o RG original: Sim - Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS

Mãe: JOSILENE LOURENCO PEREIRA - Natural de: MAGE -RJ - Sexo: Masculino

Nascimento: 16/09/1995 24 anos - Estado civil: Ignorado

Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Branca

Endereço Residencial: AVENIDA ARMANDO SÁLES DE OLIVEIRA, 220 - CENTRO

CEP: 15460-000 - ICEM - SP

Objetos - (APREENDIDO)

- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1

Unidade.: Peça - Número: 17 99717-1807 - Marca: SAMSUNG

DEL.POL.ICÉM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número VNGA20700106294. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500706-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 1127

Dependência: DEL.POL.ICÉM

FOLHA:2

Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42 e EMITIDO:02/07/2020 10:36

2ª Via

KLLQNXCBEDDEEFHXb

Observações:

SM-G532MT

COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIP E 01 CARTÃO DE MEMÓRIA.

COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.

Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1

Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG

Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.

Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:

Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.

O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município, onde permanecerá a disposição da Justiça.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.

Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS

Exames requisitados: IML

Solução: APRECIÇÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ

RENATO GOMES CAMACHO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA

DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICÉM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número VNGA20700106294. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Réu Preso

C E R T I D A O

Certifico e dou fé que, desde o envio do e-mail datado de 15/07/2020 (fls. 1.122), a Serventia está em contato telefônico com a Defensoria Pública. Até a presente data, nos foi informado pela funcionária Silvia que, conforme orientação do Coordenador Regional Auxiliar, irão consultar na lista de advogados inscritos no Convênio na cidade de São José do Rio Preto-SP qual deles aceitará assumir um processo em outra Comarca. Assim que tiverem a ciência do advogado que aceitar, responderão o e-mail enviado para que seja possível proceder a nomeação pelo site. Nada Mais. Nova Granada, 31 de julho de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Enc: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

Regional São José do Rio Preto <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>

Sex, 07/08/2020 16:35

Para: GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Cc: SISTEMA DE SERVIÇO DE INDICAÇÃO <ssi@defensoria.sp.def.br>; Manuel Alexandre Filipe Monteiro <mafmonteiro@defensoria.sp.def.br>

 2 anexos (1 MB)

Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf; DOC ACEITANDO INDICAÇÃO.pdf;

Prezados/as

Por ordem do Coordenador Regional Auxiliar e atendendo solicitação de indicação de advogado do Juízo da Comarca de Nova Granada(ofício anexo), segue anexa ciência do advogado inscrito em S.J.Rio Preto que atuará no interesse do réu Joaquim Pedro de Moraes Filho, no processo crime conforme dados abaixo:

Processo Digital nº : 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal-Procedimento Ordinário
Réu: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Vara Única da Comarca de Nova Granada

Advogado indicado:

Sinomar de Souza Castro - OAB/SP 238365
Rua Jorge Tibiriça, nº 3961, Vila Santa Cruz
Cep: 15014-040- São José do Rio Preto/SP
Telefones: (17) 3308.8200 – 99650.9364

Como se trata de indicação para atuação em outra comarca em que os advogados inscritos na Comarca de Nova Granada recusaram as indicações conforme noticiado no ofício anexo, necessário que a expedição de ofício seja com auxílio da Assessoria de Convênios.

Quanto à indicação no Sistema MI pelo cartório, copio a Assessoria de Convênios pelo e-mail ssi@defensoria.sp.def.br para orientações neste momento de pandemia.

Atenciosamente.

Coordenadoria Regional Auxiliar
Defensoria Pública do Estado Regional São José do Rio Preto
(17)3211.9813 Ramal 609
www.defensoria.sp.def.br

Atenciosamente.

Silvia Cavasana de Paula e Silva
Diretora Regional
Defensoria Pública do Estado Regional São José do Rio Preto
(17)3211.9813 Ramal 609
www.defensoria.sp.def.br

De: Regional São José do Rio Preto
Enviado: segunda-feira, 3 de agosto de 2020 14:14
Para: Silvia Cavasana de Paula e Silva
Assunto: Enc: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

Atenciosamente.

Silvia Cavasana de Paula e Silva
Diretora Regional
Defensoria Pública do Estado Regional São José do Rio Preto
(17)3211.9813 Ramal 609
www.defensoria.sp.def.br

De: Regional São José do Rio Preto
Enviado: quinta-feira, 23 de julho de 2020 10:51
Para: Marcelo Martiniano de Oliveira
Assunto: Enc: URGENTE - Nomeação de defensor dativo (réu preso) 1500106-18.2019.8.26.0390

Bom dia!

Gostaria de solicitar, **com urgência**, tendo em vista tratar-se de processo de **réu preso**, indicação de advogado dativo ou defensor público, pois o réu teve desavenças com vários profissionais da classe que atuam na Comarca de Nova Granada e já ocorreram inúmeros pedidos de renúncia ao longo do processo.

Obrigada!

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO/OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99743-4043**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995. Local de prisão: Delegacia de Polícia de Icem - Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 300 - CEP 15460-000, Icem - SP. Endereço: Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Homologo a renúncia do Nobre Defensor nomeado, Dr. FÁBIO MARÃO LOURENÇO (fls. 1110/1111), que requer por motivos de foro íntimo, com juntada de documentos para comprovação do alegado (fls. 1112/1114), para que produza seus efeitos jurídicos.

Diante das várias renúncias apresentadas pelos Defensores indicados e inscritos na OAB de Nova Granada; considerando que o réu teve desavensas com vários profissionais da classe de advogado, sendo que alguns deles figuram como vítimas na presente ação pena; considerando, ainda, tratar-se de réu preso, oficie-se à OAB de São José do Rio Preto/SP, solicitando devidas providências para indicação de Advogado ou Defensor Público, para a defesa dos interesses do acusado acima qualificado, com urgência.

Com a indicação, dê-se ciência ao Causídico, intimando-o para prestar o devido compromisso e apresentação de resposta à acusação, no prazo de dez (10) dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público e tornem conclusos, **com urgência**, para designação de audiência de instrução virtual.

Int.

Nova Granada, 08 de julho de 2020.

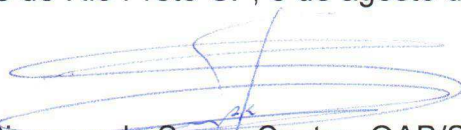
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EXMO. COORDENADOR REGIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
SÃO PAULO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Processo Digital nº : 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal-Procedimento Ordinário
Réu: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Vara Única da Comarca de Nova Granada

Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238365, advogado devidamente inscrito no convênio DPE/OAB na Comarca de São José do Rio Preto, informo que estou ciente da nomeação para atuação no processo crime supracitado, área criminal, na cidade de Nova Granada, comarca diferente de minha inscrição.

São José do Rio Preto-SP, 6 de agosto de 2020.



Sinomar de Souza Castro- OAB/SP 238365
Rua Jorge Tibiriça, nº 3961 – Vila Santa Cruz
Cep: 15014-040- São José do Rio Preto/SP
Telefone(s) (17) 3308.8200 - 99650-9394



SAO PAULO, 07 de agosto de 2020.

Ofício Número: 0006087904/2020

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CRIMINAL - CRIMINAL (VARA SINGULAR) - CP - ART. 140, CAPUT - INJÚRIA:

Foro de São José do Rio Preto / 1ª Vara Criminal

Processo No.: 1500106-18.2019.8.26.0390

Identificação DPESP: 2498826 - Réu/Ré

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

CPF: 13303649618

RG: 20252741

Endereço: RUA AYMOREIS, 425

Fone: 17-32330437

Complemento: CASA

Bairro: VILA MACENO

Cidade: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CEP: 15060000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 238365 / SINOMAR DE SOUZA CASTRO

Endereço: RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3961

Fone: 17-996509394

Complemento:

Bairro: VILA SANTA CRUZ

Cidade: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CEP: 15014040 **UF:** SP

Número de Autorização: 1596823131167

O trabalho do/a advogado/a é totalmente gratuito, descabendo a cobrança de qualquer valor. Qualquer problema, procure primeiro o local onde ocorreu a nomeação. Caso ainda tenha reclamação, sugestão ou elogio, entre em contato com a Ouvidoria, através do formulário disponível em www.defensoria.sp.def.br/ouvidoria, do e-mail ouvidoria@defensoria.sp.gov.br, no endereço Rua Boa Vista nº 150 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01014-000, tel. (11) 3101-2852 ou da caixa disponível na unidade da Defensoria mais próxima.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedir termo de compromisso.

Nada Mais. Nova Granada, 07 de agosto de 2020. Eu, ____,
Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TERMO DE COMPROMISSO DE DEFENSOR DATIVO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

No dia ____ de ____ de 2020, no Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada, perante o(a) MM. Juiz(a) de Direito, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, compareceu o(a) advogado(a) Dr(a). Sinomar de Souza Castro OAB 238365/SP, nomeado(a) para atuar como defensor(a) do(a) réu(ré) Joaquim Pedro de Moraes Filho, nos autos da ação penal em epígrafe, neste Juízo, que aceitou o compromisso de bem e fielmente cumprir seu mister e manifestou concordância em ser intimado(a) dos atos e termos do processo, até seu trânsito em julgado, da seguinte forma:

- () mensagem por fac-símile
- () mensagem eletrônica
- (X) intimação pela imprensa oficial (D.J.E.)

Nada mais havendo, encerro este termo.

 Sinomar de Souza Castro OAB 238365/SP

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.135.

Nada Mais. Nova Granada, 10 de agosto de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1269/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.135."

Do que dou fé.
Nova Granada, 10 de agosto de 2020.

Gabriela Colturato Lopes


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Requerente: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995. Local de prisão: Delegacia de Polícia de Icem - Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 300 - CEP 15460-000, Icem - SP. Endereço: Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP.

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, **determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental**, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso.

2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau.

3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos:

a) Apresenta doença mental? Qual?

b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado?

c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo?

e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual?

g) Precisa o paciente de tratamento?

h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial?

4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus documentos e informes médicos respectivos.

5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário.

7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136.

Int.

Nova Granada, 10 de agosto de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 10/08/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. 1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

seus documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int.

Nova Granada, (SP), 10 de agosto de 2020

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**PORTARIA Nº 04/2020**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria-2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**

Réu Preso

O MM. Juiz de Direito do Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Código de Processo Penal e considerando a decisão datada de 10/08/2020 15:00:28, com o seguinte teor: "Vistos. 1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int.", **INSTAURA INCIDENTE DE INSANIDADE**, com fundamento no artigo 149 e seguintes do Código de Processo Penal.

Autue-se o incidente, permanecendo cópia da portaria nos autos do Inquérito Policial.

Intime-se.

Nova Granada, 10 de agosto de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 10/08/2020 19:51

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. 1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus

documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int.

Nova Granada, 10 de Agosto de 2020

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1269/2020, foi disponibilizado na página 2145/2146 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/08/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Fica Vossa Senhoria intimada a comparecer em Cartório Criminal para assinar termo de compromisso ou manifestar expressamente aceite por petição ou juntada do termo assinado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aceitação da intimação na forma lançada às fls. 1.135."

Nova Granada, 11 de agosto de 2020.

Gabriela Colturato Lopes
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Réu Preso

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que foi instaurado incidente de insanidade mental sob o nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Nada Mais. Nova Granada, 12 de agosto de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Segue para o Juiz do Processo de Calúnia, onde
o nome citado abaixo é mencionado.
Eu Joaquim Pedro de Moraes Filho, civil, brasileiro,
exijo que meu Direito Constitucional, Ref. o artigo
134 da Constituição, seja Ref. a Amplo Defesa, seja
cumprido Integralmente, pelo Defensor Público.
Solicita-se de ato, alvara de Soltura e Mandado de

matrícula; 1213732-9

Remetente Joaquim Pedro de Moraes Filho
Endereço CDF Icem, BR153, km 13

15460-000

1500406-18-2015

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
1148	1149
1149	1148

Nova Granada, 12 de agosto de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

27 de julho de 2020

Ref: Processo de Calúnia, autoridades envolvidas,
Retirada de Direitos de civis, Fraude Constitucional,
Omissão e Ocultação, Fraude Processual, entre outras.

Essa carta segue para o Fórum de Nova Granada, que segue para o juiz, aonde está conduzindo o processo, aonde; Joaquim Pedro de Moraes Filho, CPF 133.036.496-18 é Réu de Calúnia. Essa carta é um manifesto, e um anexo ao processo, o descarte da tal é crime de ocultação. (Lembra-se que essa carta é endereçada a uma Instituição jurídica do Estado de São Paulo.)

Anexa-se à solicitação:

"É de direito de Joaquim Pedro de Moraes Filho o uso de um Defensor Público; não somente dele como de todos; segue-se saber que o tal faz uso do artigo 134, direito à ampla defesa, da Constituição, faz uso também de todos artigos já citados em oportunidades passadas, e publicamente expostas pelo tal, para resguardar seus direitos.

Joaquim Pedro de Moraes Filho, solicita de ato providências para proteção de seus direitos, que foram retirados, retornando a tempo de condutas suspeitas no Brasil, por Denúncias autoridades condutas, até

então, já marcadas suspeitas; "Emitir honorários a advogados que nunca viram seus clientes, e ser complacente a Retiradas de direitos Constitucionais e processuais; é Crime!"

Joaquim Pedro de Morais Filho, assinou diversos papéis sem ler, e fez uma declaração, sobre conduta policial, suspeita, que futuramente será lembrada. Desde sua prisão em 2 de julho de 2020.

Desde o tempo citado acima, nunca se viu o Réu; seu defensor público, as denúncias do tal, envolve a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça de São Paulo, referente a retirada de direitos. Mesmo ciente da gravidade da situação, Vossa excelência deteve Joaquim Pedro de Morais Filho, em uma medida provisória, retirando direitos, pois o Réu, nunca se omitiu e sempre procurou sua defesa.

* Solicita-se de ato o Habeas corpus, pois o tal, não ^{deve} retroagir em suas Denúncias, que envolve diversas autoridades em atividades. É Réu primário, e tem conduta na sociedade ilibada. Lutará até a última instância, no judiciário Brasileiro e internacional.

"Quem Retira direito de um, Retira de todos."

* Solicita-se de ato um Mandado de Segurança contra Vossa excelência.

* Solicita-se ao Defensor Público. Nada mais a declarar.

Joaquim Pedro de Morais Filho

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedir folha de rosto.

Nada Mais. Nova Granada, 19 de agosto de 2020. Eu, ____,
Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**Réu Preso****MANDADO – FOLHA DE ROSTO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Valor da Causa: **Valor da Ação << Informação indisponível >>**
 Nº do Mandado: **390.2020/003500-0**

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação a:
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

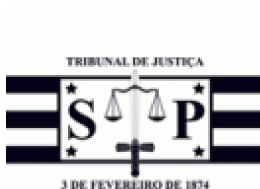
Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):
 "CDP de Icem"

Obs.: intimar o réu da nomeação de defensor dativo (processo encontra-se com prazo para apresentação de resposta à acusação)

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: MARCELO HAGGI ANDREOTTI

ADVERTÊNCIA: 1- Comparecer com antecedência mínima de 30 minutos do horário da audiência, se audiência presencial e apresentar na portaria de acesso ao Fórum e na audiência documento de identidade com foto e com CPF. **2** - Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 19 de agosto de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

39020200035000

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - **Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

CERTIDÃO

Certifico de dou fé que decorreu prazo legal e o(a) defensor(a) do acusado(a) não apresentou resposta à acusação.

Nada Mais. Nova Granada, 25/08/2020 .

Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Vossa Senhoria fica intimada a apresentar resposta à acusação, no prazo de 48 (quarenta oito) horas, sob pena de destituição.

Nada Mais. Nova Granada, 25 de agosto de 2020. Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1368/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada a apresentar resposta à acusação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de destituição."

Do que dou fé.
Nova Granada, 27 de agosto de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1368/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 27 de agosto de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG/SSP-MG nº.20.252.741, expedida em 23/04/2013, e do CPF nº.133.036.496-18, nascido na cidade de Piabeta, Estado do Rio de Janeiro, em 16/09/1995 – época dos fatos com 23 anos de idade, filho de Joaquim Pedro de Moraes e de Josilene Lourenço Pereira, residente e domiciliado na Avenida Armando Sales de Oliveira, nº.220, Centro, na cidade de Icem, neste Estado de São Paulo – CEP.: 15.460-000, atualmente preso e recolhido no CDP de Icem localizado na Rodovia BR-153, km. 13 – CEP.: 15.460-000, onde encontra-se matriculado sob o nº.1.213.732-9, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, com escritório profissional na Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961, Vila Santa Cruz, na cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo – CEP.: 15.014-040, telefone (17) 99650-9394, onde recebe avisos e intimações, **sendo nomeado para defender o Acusado através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652** – anexo e nomeação de fls.1115 e 1129/1132, vem a presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, junto aos autos nº.1500106-18.2019.8.26.0390, promovido Pela Justiça Pública conforme denúncia de fls.984/989, apresentar, tempestivamente, **RESPOSTA À ACUSAÇÃO** de fls.984/989, nos termos que seguem:



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

NOBRE JULGADOR:

Processo em ordem sem qualquer vício a ser sanado, assim, inexistem liminares a serem arguidas.

CARÍSSIMO JUIZ:

Este patrono leu atentamente os autos e perplexo ficou em razão da natureza do presente procedimento.

Antes do presente momento este Patrono jamais teve a noção do que uma Alienação Parental poderia provocar no ser humano.

Os ocorridos, a nosso ver, em tese, foi fruto de uma alienação parental realizada pela Genitora do Acusado com o Acusado.

Desde a infância o Autor dos fatos vê sua genitora em constante briga com seu Pai, brigas por alimentos e em relação a “falta” de afetividade do Pai para com o Filho.

Figura que se vê dos autos é uma mãe apagando a figura do Herói que deveria ser o pai da mente do filho, tal destruição vem sendo colocada dia-a-dia na cabeça da criança, cuja inserção continua até nos dias de hoje.

O filho nestas condições perdeu o parâmetro do lógico, do tempo e da realidade, fazendo morrer a figura do Pai em si, ou seja, o filho perdeu completamente a razão de confiar na pessoa em que deveria mais confiar neste mundo, seu Pai, que deveria ser seu herói.

Tais condições sempre foram realizadas junto ao Poder Judiciário, com a presença de Juízes, Promotores e Advogados.

Quando sua genitora fez um acordo junto ao Poder Judiciário realizado na presença de um Juiz e após se arrependendo do mesmo e ao se dirigir aquele Magistrado, este dizendo



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

que nada poderia fazer pois o acordo foi realizado dentro da lei e dos ditames da Justiça esta, a nosso ver, se revoltou contra o Poder Judiciário, tendo levado tais fatos ao conhecimento do Autor já perturbado emocionalmente, tendo o mesmo levado para si o dever de proteção a mãe, visto a inexistência do Pai para que realizasse tal proteção.

Para piorar a mãe, tendo em vista a recusa justa do Juízo e não aceitando-a, procurou o Ministério Público, pela primeira vez, e também havendo a recusa justa, porém, para ela não justa, ela se voltou contra o seu representante que chegou a coloca-la para fora do seu gabinete, fato este, novamente ocorreu, quando ela procurou pelo segundo Promotor de Justiça, o que de igual modo aconteceu.

Tudo isto foi também levado pela Genitora ao Acusado, que já fragilizado emocionalmente, e sem a presença paterna, tentou salvar sua genitora, porém, como vemos da forma não correta.

Tentando fazer a coisa certa, o Acusado se matriculou em uma faculdade de direito, ou seja, cremos que para buscar conhecimento e tentar ajudar a sua genitora, porém, conforme já visto, acreditamos que seus mentores (mestres-doutores) o orientaram da mesma forma correta que os juízes, promotores e advogados, porém, como não era a sua busca, também se voltou contra a unidade de ensino.

Queria o Acusado encontrar uma forma mágica de atender e resolver os conflitos da sua genitora, mas infelizmente, a nosso ver, com a mente perturbada, entristecida e fragilizado emocionalmente desde a infância, tentou, mas não encontrou os caminhos que gostaria de encontrar.

Pelo contrário, viu nas pessoas que procuraram uma total insensibilidade para o que estava acontecendo, vejamos:

Sabemos que Nova Granada é palco inicial dos Juízes e Promotores de Justiça, são os primeiros momentos em que se veem na condição de Juízes de Promotores de uma Vara na Justiça, sem serem juízes e promotores substitutos, só por aqui tais profissionais se veem com o total Poder na mão, muitos não sabem administrar e controlar tal Poder e muitas vezes não sabem como



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

conduzir um pedido de pessoas tão leigas e pobres culturalmente.

A maioria das pessoas de cidades pequenas, são pessoas pouco letradas, com pouquíssimo conhecimento jurídico e fazer inúmeras perguntas atrás de perguntas e sabemos nós que os trabalhos tanto judiciais quanto do Ministério Público são enormes e que tais profissionais não tem tanto tempo para dispor para explicar cada fato e caso aos cidadãos que os procuram, assim, muitas vezes chegam a serem arbitrários sem querer e até mesmo sem notar, chegando a colocar tais cidadãos para fora de seus gabinetes as vezes sem observar a falta de maestria em tais conduções de oitiva da população.

Com tais fatos **Excelências**, conforme podemos observar dos autos, a mãe magoada, levou todo ocorrido para o conhecimento da família, mais precisamente para o filho, já enfraquecido emocionalmente desde a infância, tendo o levado ao total descontrole mental.

Sabemos, **EXCELÊNCIA**, que o Acusado não se trata de um marginal, um bandido, pelo contrário, sabemos ser uma pessoa do bem – PRECISANDO SIM SE AJUDA.

Sabemos que não possui antecedentes criminais, que possui residência fixa, que é trabalhador e tenta buscar conhecimento intelectual quanto espiritual.

Desde a infância, viu todos virarem-lhe as costas e uma mãe sem qualquer noção lhe retirando as condições de ter um equilíbrio de Justiça e de julgamento.

Até tentou buscar ajudar através da faculdade, mas em vão, o que buscava não existia.

E a mãe sempre dizendo que TODOS estavam errados, menos ela, e que todos negavam-lhe os direitos que buscava, não tendo a noção do que queria, não era direito e tampouco justiça, queria o que “pensava ser direito e justo”, quando se via insatisfeita com os resultados obtidos, acreditava que o mundo estava contra ela e contra sua família.

Levou o filho a loucura, com sua loucura.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

É lamentável.

Este advogado não diz isso de forma gratuita, vejamos:

Este advogado ao ser indicado para fazer a defesa do seu filho, ora acusado, a genitora do mesmo, o procurou, assim, sem marcar qualquer atendimento, apareceu no escritório de advocacia.

Este já havia lido o processo e em razão de que ela reside fora de São Jose do Rio Preto-SP., a atendeu de pronto e a ouviu. Chegou em torno das 14 e 30 horas tendo saído do escritório por volta das 18:00 horas ou mais.

Ouviu suas histórias (ou estórias).

Em primeiro momento a mesma queria obrigar este Advogado a fazer o que ela pensava ser correto, ou seja:

1) pedir o desaforamento do processo para outro Fórum onde “acha” que as vítimas não tenham qualquer influência;

2) Pedir que entrasse com Mandado de Segurança;

3) Pedir que entrasse com *Habeas Corpus*;

4) Comunicar os fatos ao Tribunal de Direitos Humanos;

5) Disse que o filho, ora acusado, está passando por sérias privações e correndo risco de morte;

6) Disse que o filho, ora acusado, está sendo torturado junto ao Presídio de Icem e que o mesmo lhe enviou uma carta lhe comunicando tais fatos, e assim segue...

Este advogado ao solicitar para ver tal carta, a mesma disse que não tinha



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

confiança neste advogado e não sabia em qual lado estava (???)

Este advogado lhe perguntado se ela tinha confiança neste advogado para defender seu filho ela respondeu que não tinha pois precisaria ver como eu trabalharia (???)

Este advogado ao pedir que ajudasse seu filho indicando as provas testemunhais para serem ouvidas em Juízo, ela recusou dizendo não ter confiança de falar a este advogado, pois não sabia para que lado este advogado estaria trabalhando (???)

Perguntada se queria ser ouvida em Juízo para dizer o que sabia, se recusou dizendo que não queria ser colocado ao lado das vítimas, mesmo sendo informada que não teria qualquer aproximação com as mesmas, não tendo ela acreditado que tal distanciamento ocorreria (???)

Todo o tempo dizia que seu filho, ora Acusado é inocente, que é um menino, e que o Estado é quem deveria ser culpado e deveria, ainda, pagar indenização a ele e a sua “família”, pois acredita que o Estado tenha os magoado sem qualquer justificativa plausível (????)

Em um outro dia, veio a genitora do Acusado juntamente com irmã gêmea do mesmo, sua filha, sendo convidadas para entrarem na sala do advogado, a mesma, genitora Acusado, mesmo a moça sendo maior de idade, e que entrariam juntas, não quis que a moça entrasse na sala, dizendo que precisava conhecer primeiro a intenção deste Advogado (????), tendo ela entrado sozinha e a moça ficado na sala de espera.

Algumas vezes a moça ouvindo a voz da sua genitora um pouco alta, abriu a porta para ver quer o que estava ocorrendo, dizendo a mãe para ficar calma e voltava para a sala de espera.

No final, por volta das 18 horas e 30 minutos, quando saia para ir embora, a moça solicitou algumas informações a este advogado que entendeu por bem esclarecê-la, em primeiro momento, a genitora da mesma, tentou impedir a consulta, porém, este advogado insistiu em lhe dar as respostas dizendo a genitora que se continuasse com tais posições e sendo ela maior de idade, iria atende-la sozinha na sala do advogado, observando que a filha queria muito de resposta, foi com a mesma para a sala, sendo que em todo momento, dizia para a Jovem que não tinha ainda confiança no



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

advogado e que não era para falar nada (????), porém, a jovem ignorando tais posições da mãe continuava fazendo suas inquietações e ouvindo este advogado, por fim, estando ciente de tudo que estava ocorrendo e satisfeita com as respostas lhe proporcionadas, foram embora.

A genitora enviou e-mail a este advogado jogando a visão que tem do mundo e que acha ser verdade.

Neste final de semana, ligou para o celular deste advogado, chegando a quebrar a intimidade do advogado e conversando com sua esposa, querendo fazer com que ela obrigasse este advogado a fazer o que não deve ou não pode, ou seja, querendo que faça o que ela quer e não o que o advogado acha que deve, sendo que por educação minha esposa a ouviu e tentou acalmá-la.

E assim vai, **Excelência....**

Este advogado permanece no caso.

Podemos observar que o Acusado somente foi preso porque não foi encontrado por este Juízo, Todavia, EXCELENCIA, podemos observar que somente não foi encontrado em razão da sua genitora, que o tempo todo falava ao Oficial de Justiça que seu filho, ora Acusado, não estava em casa, tendo, inclusive, recebido a CITAÇÃO do mesmo por hora-certa.

Este advogado ao questioná-la sobre isto, disse que realmente não deixou o filho receber o oficial de justiça pois não acreditava que seu filho seria apenas citado, pensava o tempo todo que ele seria preso como foi.

Ou seja, **EXCELENCIA**, se vê que o Acusado está muito fragilizado emocionalmente, e que faz tudo o que a mãe manda e comanda, muito embora ser maior de idade e responsável pelos seus atos.

Tudo isso é loucura ou não EXCELENCIA, ou não SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

A loucura salta aos olhos, até mesmo o Íncrito Promotor de Justiça a tudo isso observou requerendo a incidente de sanidade mental.

Tal incidente a genitora do Acusado não quer que este advogado aceite, dizendo que as vítimas querem levar seu filho ao hospício para lhe tirar razão e enlouquecê-lo, mesmo sendo informada que ao advogado não pode ao seu bel prazer deixar de aceitar tal pedido.

Este advogado, após tudo isto, até mesmo coloca em dúvida de quem realmente realizou tais publicações nas redes sociais, se ele acusado ou se sua genitora através das redes sociais do seu filho.

Bem, **MM. Juiz**, o acusado provará sua inocência durante o decorrer da instrução processual.

Doutro lado, **Excelência**, as calúnias e injúrias assacadas em face ao Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça e as calúnias proferidas em face do Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, são tão fantasiosas que chegam a serem hilariantes, não chegando a serem por mais remotas que sejam, levadas a sério por qualquer homem de conhecimento médio.

Sabemos **Excelência**, que a injúria para que consista em crime não basta apenas alguém xingar, o xingamento apenas não basta, necessário é que a ofensa atinja a dignidade (respeitabilidade o amor-próprio) ou o decoro (correção moral ou compostura) de alguém, no caso, dos Juízes e dos Promotores de Justiça. É preciso, **Excelência**, que o insulto macule a honra subjetiva, arranhando o conceito que a vítima faz de si mesma.

Neste caso, **MM. Juiz**, pergunta-se tais xingamentos havidos, abalaram tanto assim, os Juízes e Promotores de Justiça???

Tais xingamentos são hilariantes, chegam ao absurdo, como se vê são fantasias extraídas de uma mente doentia; tudo isso **Excelência é muito claro**. Quando é que dois Juízes e três



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

promotores de justiça altamente conceituados na Comarca de região, inclusive, no Estado de São Paulo teriam esse desequilíbrio coletivo de prejudicar um cidadão que “não é ninguém”??? Sem falar em vários advogados e em uma Unidade de Ensino Superior????

Com todo respeito do mundo **Excelência**, seriam tais autoridades loucas se levassem tais fatos a sério...

O Elemento objetivo da injúria é o dolo.

O caso aqui muito foge do dolo, é loucura.

Como reprovar a loucura, o desequilíbrio emocional ???

Não é de se acreditar que tais Juízes e Promotores de Justiça levaram tudo isso a sério... É improvável, é incerto...

A calúnia, **MM. Juiz**, segue nas mesmas condições acima mencionadas...

São tão fantasiosas que beiram ao ridículo ...

Quem levaria a sério tais fatos ... Se ninguém comum levaria a sério, será que Juízes e Promotores de Justiça as levariam????

Se vê que tudo é ficção... Como já dito, loucura total....

Na loucura, na perda do desequilíbrio emocional, longe está o dolo...

Quem em sua sã consciência, levaria a sério tais imputações???

Para caluniar **MM. Juiz**, não basta tão somente dizer sobre um fato ou fatos genéricos, necessário que o Autor descreva um fato, onde há a menção do crime de forma detalhada, seu Autor ou Autores, situação e objeto, no que vemos nos autos, são meramente ilações totalmente de formas desproporcionadas.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Sem levar em consideração **Excelência que na cidade todos conhecem a honra de tais autoridades e os desequilíbrios do Autor e de parte da sua família.**

Ainda, **MM. Juiz**, homens públicos como Juízes e Promotores de Justiça, bem como, Advogados sabem que estão sempre sujeitos a tais imponderações e leviandades, e precisamos estarmos preparados para tais embustes.

O Homem Público é maior que tudo isso.

Por tudo isso, **MM. Juiz**, requeremos que antes de recebida a denúncia que se aguarde o resultado do Exame de Insanidade Mental requerida pelo Ministério Público, o que igualmente requeremos, suspendendo a presente ação.

DOS PEDIDOS FINAIS

LIMINARMENTE

1) Que sejam rejeitadas liminarmente todos pedidos constantes da denúncia tendo em vista que não há queixa expressa nos presentes autos, absolvendo o Acusado sumariamente.

2) Em razão de todo exposto, requeremos a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que reconsidere a Prisão Preventiva por este **r. Juízo** decretada, determinando a soltura do acusado, porém, convertendo em prisão domiciliar, ou determinando outras medidas diversas da prisão contidas no artigo 319 do CPP., ou ainda, deferindo Liberdade Provisória sem fiança ao mesmo (pois suas condições financeiras não permite pagar qualquer valor de fiança), nos termos que ora se requer, tendo em vista que o Acusado possui todos os requisitos para ser por ela beneficiado.

3) DO PEDIDO DE RETRATAÇÃO

DO CRIME DE CALÚNIA

O Acusado se retrata neste momento das calúnias irrogadas às vítimas: Dr.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Fabiano Rodrigues Crepaldi, Dra. Aline Kleer da Silva, Dr. Tasso Denis Campanha Cury e Dr. José Heitor dos Santos, requerendo a **VOSSA EXCELÊNCIA** que indague das respectivas vítimas que se querem que a retração seja ou não realizada através dos meios de comunicação em que se deu os fatos, ou que informem de que forma queira que tal pedido seja realizado.

NO MÉRITO

1) Que sejam rejeitadas liminarmente todos pedidos constantes da denúncia tendo em vista que não há queixa expressa nos presentes autos, absolvendo o Acusado sumariamente.

2) Em razão de todo exposto, requeremos a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que reconsidere a Prisão Preventiva por este r. Juízo decretada, determinando a soltura do acusado, porém, convertendo em prisão domiciliar, ou determinando outras medidas diversas da prisão contidas no artigo 319 do CPP., ou ainda, deferindo Liberdade Provisória sem fiança ao mesmo (pois suas condições financeiras não permite pagar qualquer valor de fiança), nos termos que ora se requer, tendo em vista que o Acusado possui todos os requisitos para ser por ela beneficiado.

3) Em razão do crime de Calúnia, o Acusado se retrata neste momento das calúnias irrogadas às vítimas: Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Dra. Aline Kleer da Silva, Dr. Tasso Denis Campanha Cury e Dr. José Heitor dos Santos, requerendo a **VOSSA EXCELÊNCIA** que indague das respectivas vítimas que se querem que a retração seja ou não realizada através dos meios de comunicação em que se deu os fatos, ou que informem de que forma queira que tal pedido seja realizado.

4) Quanto aos demais pedidos, requer seja o Acusado absolvido visto que não praticou tais fatos com dolo e, tendo em vista, ainda, que não os praticou sob seu estado emocional normal, estando acometido de doença mental e/ou desequilíbrio emocional completo e grave, ainda, porque tais fatos não chegaram a ofender com dolo, nem a honra, nem o decoro, tampouco a reputação de quaisquer um dos envolvidos nos fatos noticiados na Denúncia, não chegando a desacreditá-los em quaisquer circunstâncias, ainda, porque, tais Autoridades devem estar preparadas para tais fatos de ingerência pessoal do cidadão comum, mesmo porque, não foram realizados com todos os requisitos exigidos por Lei para as suas respectivas consumações.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

5) Só para constar o Ministério Público requerem que seja aplicada ao caso o artigo 69 do CP concurso material, mas a defesa observa totalmente o contrário, os fatos aconteceram dentro de um mesmo tempo e lugar e na mesma espécie, assim, de plano a defesa requer seja afastada o pedido Ministerial de aplicação de tal concurso para que seja aplicada o artigo 71 do CP., que se amolda adequadamente aos fatos do presente caso.

6) Requer provar os fatos por todos os meios em direito admitidas seja pelas oitivas das vítimas, testemunhas arroladas, oitiva do Acusado, requisições a órgãos públicos e privados, periciais, entre outras provas que durante o decorrer da instrução se julgar necessárias em busca de verdade material e real.

DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O Acusado requer lhes sejam deferidos os benefícios da Assistência judiciária gratuita visto que não possui condições de arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios sem pôr em risco a sua subsistência e da sua família, **sendo nomeado para defender seus interesses através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652** – anexo e conforme nomeação de fls.1115 e 1129/1132.

Só para terminar, este advogado conversou com o acusado através de videoconferência, e verificou que o acusado não está nada bem, está delirante, amedrontado, porque não dizer enlouquecido.

Puder verificar que a mesma loucura que acomete a sua genitora é idêntica, estão totalmente perdidos, NECESSITANDO DE AJUDA URGENTE.

O Acusado chegou em um breve lampejo de realidade a dizer que se este Juízo quiser ele faz tratamento psicológico ou psiquiátrico que necessitar, observando que ele não está nada bem, que nunca este bem... PEDIU SOCORRO EXCELÊNCIA.

Aqui, com todo respeito do mundo, não se vê crime... vê sim, loucura.

**DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO****ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

Reitera o pedido de Liberdade Provisória sem fiança, requerendo a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que seja determinado outras condições diversas da prisão para que o Acusado venha responder aos autos, mesmo porque, se levado em consideração todas as imputações feitas a Ele, Acusado, como pretende a Promotoria, sendo o mesmo primário, a carga máxima a suportar seus ombros será de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses e dentro do nosso sistema jurídico, o regime inicial deverá ser o aberto, assim, mantê-lo na prisão será novamente, uma imprecisão, melhor seria mantê-lo em casa em tratamento médico a ser indicado – acompanhamento psicológico ou psiquiátrico.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 25 de agosto de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

ROL:

VÍTIMAS:

- 01 - **FABIANO RODRIGUES CREPALDI** – fls.586/587 - comum;
- 02 - **ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES** – fls.760/762 - comum;
- 03 - **TASSO DENIS CAMPANHA CURY** – fls.764/765 - comum;
- 04 - **JOSÉ HEITOR DOS SANTOS** – fls.766/767 – comum;

TESTEMUNHAS:

- 01 - **RODRIGO DOS REIS PEREIRA** -fls. 768/777 – comum;
- 02 - **SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO** – fls.753/754 - comum;
- 03 - **ANTÔNIO ALBERTO CRISTOFOLLO DE LEMOS** – fls.726/727 - comum;
- 04 - **CLAUDIA RENATA DA SILVA** – fls.772 – comum;
- 05 - **JOSILENE LOURENÇO PEREIRA** - residente e domiciliado na Avenida Armando Sales de Oliveira, nº.220, Centro, na cidade de Icem, neste Estado de São Paulo – CEP.: 15.460-000 (**a ser intimada via oficial de justiça**) - defesa; e,
- 06 – **ROSILENE PEREIRA DE MORAIS** - residente e domiciliado na Avenida Armando Sales de Oliveira, nº.220, Centro, na cidade de Icem, neste Estado de São Paulo – CEP.: 15.460-000 (**a ser intimada via oficial de justiça**) - defesa.

SAO PAULO, 07 de agosto de 2020.

Ofício Número: 0006112143/2020

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CRIMINAL - CRIMINAL (VARA SINGULAR) - CP - ART. 140, CAPUT - INJÚRIA:

Foro de São José do Rio Preto / 1ª Vara Criminal

Processo No.: 1500106-18.2019.8.26.0390

Identificação DPESP: 2498826 - Réu/Ré

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

CPF: 13303649618

RG: 20252741

Endereço: RUA AYMOREIS, 425

Fone: 17-32330437

Complemento: CASA

Bairro: VILA MACENO

Cidade: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CEP: 15060000 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)

OAB / Nome: 238365 / SINOMAR DE SOUZA CASTRO

Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 3961

Fone: 17-996509394

Complemento:

Bairro: Vila Santa Cruz

Cidade: São José Do Rio Preto

CEP: 15014040 **UF:** SP

Esta solicitação de indicação foi realizada por: Danilo Mendes Caldas.

Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público (Pedido de Liberdade Provisória).

Nova Granada, 28 de agosto de 2020.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 28/08/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público (Pedido de Liberdade Provisória).

Nova Granada, (SP), 28 de agosto de 2020

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1368/2020, foi disponibilizado na página 1904/1906 do Diário da Justiça Eletrônico em 28/08/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este feito, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int."

Nova Granada, 28 de agosto de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1368/2020, foi disponibilizado na página 1904/1906 do Diário da Justiça Eletrônico em 28/08/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada a apresentar resposta à acusação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de destituição."

Nova Granada, 28 de agosto de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 02/09/2020 16:53

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público (Pedido de Liberdade Provisória).

Nova Granada, 2 de Setembro de 2020

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Fls.1158/1170. Trata-se de resposta à acusação apresentada pelo advogado de **JOAQUIM PEDRO MORAIS DE MORAIS FILHO** em que sustenta, preliminarmente, necessidade de absolvição sumária em virtude de suposta ausência de “queixa expressa” nos presentes autos.

Pretende ainda a revogação da prisão preventiva e apresenta suposta retratação do acusado, além de outras matérias que constituem, à toda evidência, matéria de mérito e deverão ser melhor analisadas no curso da instrução criminal.

Passo a me manifestar quanto aos pedidos que comportam análise neste momento processual.

Observe, de antemão, que ao contrário do que se afirma na peça defensiva, há representação expressa a fls. 550, 568/569 e fls. 582/583, de modo que presente a condição de procedibilidade exigida pela Lei.

Aponto, outrossim, que recomendável a oportunidade de seu interrogatório judicial para que possa se aferir a extensão e voluntariedade de sua retratação, sendo inviável que se dê por mera petição.

Por fim, manifesto-me contrariamente ao pedido de revogação da prisão preventiva, ao menos por ora, já que presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, notadamente a necessidade de se garantir a ordem pública, evitando-se a reiteração delitiva, bem como de permitir o bom andamento da instrução criminal, garantindo que o acusado participará do exame de insanidade mental já determinado e demais atos processuais, o que certamente deixaria de fazer caso estivesse em liberdade.

Dessa forma, requeiro a rejeição dos pleitos de fls. 1158/1170 e aguardo a confirmação do recebimento da denúncia e designação, com urgência, de audiência virtual.

Sem prejuízo, requeiro cobre-se a realização do exame de insanidade mental com a devida urgência.

Nova Granada, 2 de setembro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réu Preso

MANDADO - FOLHA DE ROSTO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 390.2020/003500-0

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação a:
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):
"CDP de Icem"

Obs.: intimar o réu da nomeação de defensor dativo (processo encontra-se com prazo para apresentação de resposta à acusação)

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: MARCELO HAGGI ANDREOTTI

ADVERTÊNCIA: 1- Comparecer com antecedência mínima de 30 minutos do horário da audiência, se audiência presencial e apresentar na portaria de acesso ao Fórum e na audiência documento de identidade com foto e com CPE. 2 - Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [REDACTED]. Petições, procurações, defesas etc. devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Nova Granada, 19 de agosto de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciária.



1500106-18.2019.8.26.0390

II-6

8
Alexandre Pires Soares
Rg. 28.024.229.3-SSP/SP

André Luiz de Camargo
Rg. 32.434.887-0

Foto pagueto no livro
RG 25.038.250-X

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por HELIO DE CARVALHO DEO, liberado nos autos em 08/09/2020 às 12:46. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 5B8274F.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº
 390.2020/003500-0 nesta data por videoconferência, INTIMEI JOAQUIM
 PEDRO DE MORAIS FILHO, por todo conteúdo do aludido mandado, que
 recusou assinar, tendo presenciado o ato os agentes Leandro Paro Scarim,
 André Luiz de Carvalho e Fábio Augusto de Lima, que exararam os seus
 respectivos cientes na folha de rosto.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 05 de setembro de 2020.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita ao acusado. Anote-se.

Quanto ao pedido de absolvição sumária, ele só poderia ser reconhecido quando verificadas as causas previstas no artigo 397 e seus incisos, do CPP. Exige-se, portanto, prova segura, incontroversa e que demonstre a manifesta injustiça da acusação, mas, isto não acontece no caso presente.

A matéria elencada pela i. Defesa, cuja combatividade é digna de encômios, não configura caso de absolvição sumária do réu; as demais ponderações serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito. Isso porque as ofensas exteriorizadas por meio difuso, claramente, atingiram a dignidade dos ofendidos, violando a incolumidade psíquica dos mesmos a ponto de declinarem, medida de contornos excepcionais, da condução de processos a envolver a figura do ora réu.

Em cumprimento do disposto no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (decretada a prisão preventiva, deverá o emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal), nos termos do Comunicado CG nº 78/2020 (processo nº 2020/7201) e diante do pedido formulado pela defesa, procedo a revisão quanto à necessidade de manutenção da prisão preventiva do réu.

Verifica-se que do decreto da prisão preventiva até a presente data, não sobreveio mudança da situação fática, persistindo os requisitos da prisão cautelar na estrita trilha das considerações anteriormente delineadas. Ressalva-se o direito da parte, a todo tempo, proceder à discussão da legitimidade de sua custódia mediante o manejo de *writ* constitucional, a saber, ação constitucional autônoma de *habeas corpus*.

Por ora, a percepção desse magistrado é no sentido de que o réu, de maneira acintosa, ousada, reiterada, ruidosa, perversa às instituições republicanas e com idoneidade a comprometer a harmonia do foro local, atacou a honra, bem componente da personalidade e tutelado constitucionalmente, de vários agentes públicos ao que, considerando-se à evidência, o interregno da mesma, a manutenção de sua custódia é juridicamente plausível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse eito e adotados esses fundamentos, **mantenho** a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Nos termos do Provimento CSM nº 2564/2020, que disciplina o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde preceitua em seu artigo 26 que deverão ser realizadas audiências por videoconferência, em qualquer matéria, por meio do link de acesso ao sistema 'Microsoft Teams', bem como à gravação junto ao aplicativo 'Microsoft OneDrive', a ser disponibilizado pelo Juízo, nas formas dos Comunicados CG nº 284/2020, 317/2020 e 323/2020, designo audiência de Instrução, Debates e Julgamento por meio de videoconferência para o **dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas**.

As intimações da vítima, testemunhas e réu serão feitas por meio de Oficial de Justiça (presencialmente ou por meios tecnológicos, com a respectiva certidão nos autos), e no momento da intimação, será certificado o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado (item 9 do Comunicado CG nº 284/2020). **A vítima, testemunha ou réu que não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos.**

A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams' (que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que **o participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem.**

Cumprir destacar que a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada. Ao advogado e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo 'Microsoft Teams', com orientação de um servidor.

Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, **com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones que aparecem na parte inferior da tela.** Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no "lobby" (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara.

A qualificação dos participantes será realizada com a apresentação de um documento com foto para a câmera, quando solicitado. Todos participantes ficam advertidos de que a audiência será gravada, o que constará do termo de audiência liberado no processo posteriormente, assim como o nome do link de acesso à gravação na pasta identificada no 'OneDrive', devendo ficar lá armazenada até a extinção do processo.

Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Esclareça o advogado em 48 (quarenta e oito) horas os e-mails para os quais pretendem o envio do link, caso diverso do já constante dos autos.

Requisite-se o réu preso, que participará de sala preparada para videoconferência na unidade prisional.

Ciência ao Ministério Público.

Intimem-se, ainda, as vítimas, as testemunhas, o réu e seu advogado.

Nova Granada, 16 de setembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 17/09/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita ao acusado. Anote-se. Quanto ao pedido de absolvição sumária, ele só poderia ser reconhecido quando verificadas as causas previstas no artigo 397 e seus incisos, do CPP. Exige-se, portanto, prova segura, incontroversa e que demonstre a manifesta injustiça da acusação, mas, isto não acontece no caso presente. A matéria elencada pela i. Defesa, cuja combatividade é digna de encômios, não configura caso de absolvição sumária do réu; as demais ponderações serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito. Isso porque as ofensas exteriorizadas por meio difuso, claramente, atingiram a dignidade dos ofendidos, violando a incolumidade psíquica dos mesmos a ponto de declinarem, medida de contornos excepcionais, da condução de processos a envolver a figura do ora réu. Em cumprimento do disposto no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (decretada a prisão preventiva, deverá o emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal), nos termos do Comunicado CG nº 78/2020 (processo nº 2020/7201) e diante do pedido formulado pela defesa, procedo a revisão quanto à necessidade de manutenção da prisão preventiva do réu. Verifica-se que do decreto da prisão preventiva até a presente data, não sobreveio mudança da situação fática, persistindo os requisitos da prisão cautelar na estrita trilha das considerações anteriormente delineadas. Ressalva-se o direito da parte, a todo tempo, proceder à discussão da legitimidade de sua custódia mediante o manejo de writ constitucional, a saber, ação constitucional autônoma de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

habeas corpus. Por ora, a percepção desse magistrado é no sentido de que o réu, de maneira acintosa, ousada, reiterada, ruidosa, perversa às instituições republicanas e com idoneidade a comprometer a harmonia do foro local, atacou a honra, bem componente da personalidade e tutelado constitucionalmente, de vários agentes públicos ao que, considerando-se à evidência, o interregno da mesma, a manutenção de sua custódia é juridicamente plausível. Nesse eito e adotados esses fundamentos, mantenho a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Nos termos do Provimento CSM nº 2564/2020, que disciplina o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde preceitua em seu artigo 26 que deverão ser realizadas audiências por videoconferência, em qualquer matéria, por meio do link de acesso ao sistema Microsoft Teams, bem como à gravação junto ao aplicativo Microsoft OneDrive, a ser disponibilizado pelo Juízo, nas formas dos Comunicados CG nº 284/2020, 317/2020 e 323/2020, designo audiência de Instrução, Debates e Julgamento por meio de videoconferência para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas. As intimações da vítima, testemunhas e réu serão feitas por meio de Oficial de Justiça (presencialmente ou por meios tecnológicos, com a respectiva certidão nos autos), e no momento da intimação, será certificado o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado (item 9 do Comunicado CG nº 284/2020). A vítima, testemunha ou réu que não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta MicrosoftTeams(que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes).Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem. Cumpre destacar que a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada. Ao advogado e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara. A qualificação dos participantes será realizada com a apresentação de um documento com foto para a câmera, quando solicitado. Todos participantes ficam advertidos de que a audiência será gravada, o que constará do termo de audiência liberado no processo posteriormente, assim como o nome do link de acesso à gravação na pasta identificada no OneDrive, devendo ficar lá armazenada até a extinção do processo. Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo. Esclareça o advogado em 48 (quarenta e oito) horas os e-mails para os quais pretendem o envio do link, caso diverso do já constante dos autos. Requisite-se o réu preso, que participará de sala preparada para videoconferência na unidade prisional. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se, ainda, as vítimas, as testemunhas, o réu e seu advogado.

Nova Granada, (SP), 17 de setembro de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1483/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita ao acusado. Anote-se. Quanto ao pedido de absolvição sumária, ele só poderia ser reconhecido quando verificadas as causas previstas no artigo 397 e seus incisos, do CPP. Exige-se, portanto, prova segura, incontroversa e que demonstre a manifesta injustiça da acusação, mas, isto não acontece no caso presente. A matéria elencada pela i. Defesa, cuja combatividade é digna de encômios, não configura caso de absolvição sumária do réu; as demais ponderações serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito. Isso porque as ofensas exteriorizadas por meio difuso, claramente, atingiram a dignidade dos ofendidos, violando a incolumidade psíquica dos mesmos a ponto de declinarem, medida de contornos excepcionais, da condução de processos a envolver a figura do ora réu. Em cumprimento do disposto no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (decretada a prisão preventiva, deverá o emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal), nos termos do Comunicado CG nº 78/2020 (processo nº 2020/7201) e diante do pedido formulado pela defesa, procedo a revisão quanto à necessidade de manutenção da prisão preventiva do réu. Verifica-se que do decreto da prisão preventiva até a presente data, não sobreveio mudança da situação fática, persistindo os requisitos da prisão cautelar na estrita trilha das considerações anteriormente delineadas. Ressalva-se o direito da parte, a todo tempo, proceder à discussão da legitimidade de sua custódia mediante o manejo de writ constitucional, a saber, ação constitucional autônoma de habeas corpus. Por ora, a percepção desse magistrado é no sentido de que o réu, de maneira acintosa, ousada, reiterada, ruidosa, perversa às instituições republicanas e com idoneidade a comprometer a harmonia do foro local, atacou a honra, bem componente da personalidade e tutelado constitucionalmente, de vários agentes públicos ao que, considerando-se à evidência, o interregno da mesma, a manutenção de sua custódia é juridicamente plausível. Nesse eito e adotados esses fundamentos, mantenho a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Nos termos do Provimento CSM nº 2564/2020, que disciplina o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde preceitua em seu artigo 26 que deverão ser realizadas audiências por videoconferência, em qualquer matéria, por meio do link de acesso ao sistema Microsoft Teams, bem como à gravação junto ao aplicativo Microsoft OneDrive, a ser disponibilizado pelo Juízo, nas formas dos Comunicados CG nº 284/2020, 317/2020 e 323/2020, designo audiência de Instrução, Debates e Julgamento por meio de videoconferência para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas. As intimações da vítima, testemunhas e réu serão feitas por meio de Oficial de Justiça (presencialmente ou por meios tecnológicos, com a respectiva certidão nos autos), e no momento da intimação, será certificado o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado (item 9 do Comunicado CG nº 284/2020). A vítima, testemunha ou réu que não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta MicrosoftTeams(que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem. Cumpre destacar que a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada. Ao advogado e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link

enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara. A qualificação dos participantes será realizada com a apresentação de um documento com foto para a câmera, quando solicitado. Todos participantes ficam advertidos de que a audiência será gravada, o que constará do termo de audiência liberado no processo posteriormente, assim como o nome do link de acesso à gravação na pasta identificada no OneDrive, devendo ficar lá armazenada até a extinção do processo. Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo. Esclareça o advogado em 48 (quarenta e oito) horas os e-mails para os quais pretendem o envio do link, caso diverso do já constante dos autos. Requisite-se o réu preso, que participará de sala preparada para videoconferência na unidade prisional. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se, ainda, as vítimas, as testemunhas, o réu e seu advogado."

Do que dou fé.
Nova Granada, 17 de setembro de 2020.

Gabriela Colturato Lopes


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
Réu Preso
MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, Portaria-2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado n°: **390.2020/003812-2**

Réu Preso
Justiça Gratuita
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Testemunha de Defesa: JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, Brasileiro, Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, no endereço indicado ou onde for encontrado, da pessoa acima indicada, para participar de **Audiência Virtual de Instrução, Interrogatório, Debates e Julgamento** designada para o **dia 15/10/2020 às 15:30h**.

Observações:

- 1) O Oficial de justiça deverá **certificar o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato**, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado.
- 2) A vítima, testemunha ou réu que **não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos**, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. O oficial de justiça deverá constar esta informação em sua certidão.
- 3) A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta Microsoft Teams (que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o **participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem.**
- 4) Cumpre destacar que **a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada.** Aos advogados e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones

1500106-18.2019.8.26.0390


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara.

5) A parte deverá apresentar **documento com foto** para a câmera para sua qualificação quando solicitado.

6) Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de setembro de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

39020200038122


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
Réu Preso
MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, Portaria-2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado n°: **390.2020/003813-0**

Réu Preso
Justiça Gratuita
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):
Testemunha de Defesa: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS, Brasileiro, Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, no endereço indicado ou onde for encontrado, da pessoa acima indicada, para participar de **Audiência Virtual de Instrução, Interrogatório, Debates e Julgamento** designada para o **dia 15/10/2020 às 15:30h**.

Observações:

- 1) O Oficial de justiça deverá **certificar o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato**, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado.
- 2) A vítima, testemunha ou réu que **não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos**, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. O oficial de justiça deverá constar esta informação em sua certidão.
- 3) A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta Microsoft Teams (que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o **participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem.**
- 4) Cumpre destacar que **a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada.** Aos advogados e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones

1500106-18.2019.8.26.0390


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara.

5) A parte deverá apresentar **documento com foto** para a câmera para sua qualificação quando solicitado.

6) Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de setembro de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos .

39020200038130

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**Réu Preso****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, Portaria - 2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2020/003811-4**

Réu Preso

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995. Local de prisão: Centro de Detenção Provisória "Marcos Amilton Raysaro" de Icem - Rodovia Transbrasiliana, BR-153, KM 13, Icem – SP.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, no endereço indicado ou onde for encontrado, da pessoa acima indicada, para participação em **Audiência Virtual de Instrução, Interrogatório, Debates e Julgamento** designada para o **dia 15/10/2020 às 15:30h**, SOB PENA DE REVELIA.

Observações:

A audiência virtual será realizada por meio de **videoconferência utilizando a ferramenta digital Microsoft Teams, via computador ou smartphone, sendo que a ferramenta não precisa estar instalada no computador das partes, advogados e testemunhas**. Para a realização do ato, os advogados não precisarão se reunir fisicamente com qualquer das partes ou testemunhas, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem.

ADVERTÊNCIA: Fica desde já Vossa Senhoria cientificado(a)(s) de que poderá(ão) vir a ser(em) condenado(s) ao pagamento da multa prevista no art. 458 do CPP e ser(em) processado(s) por desobediência, se deixar(em) de participar sem motivo justificado.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de setembro de 2020. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1500106-18.2019.8.26.0390


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020200038114



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 18/09/2020 00:46

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita ao acusado.

Anote-se. Quanto ao pedido de absolvição sumária, ele só poderia ser reconhecido quando verificadas as causas previstas no artigo 397 e seus incisos, do CPP. Exige-se, portanto, prova segura, incontroversa e que demonstre a manifesta injustiça da acusação, mas, isto não acontece no caso presente. A matéria elencada pela i. Defesa, cuja combatividade é digna de encômios, não configura caso de absolvição sumária do réu; as demais ponderações serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito. Isso porque as ofensas exteriorizadas por meio difuso, claramente, atingiram a dignidade dos ofendidos, violando a incolumidade psíquica dos mesmos a ponto de declinarem, medida de contornos excepcionais, da condução de processos a envolver a figura do ora réu. Em cumprimento do disposto no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (decretada a prisão preventiva, deverá o emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal), nos termos do Comunicado CG nº 78/2020 (processo nº 2020/7201) e diante do pedido formulado pela defesa, procedo a revisão quanto à necessidade de manutenção da prisão preventiva do réu. Verifica-se que do decreto da prisão preventiva até a presente data, não sobreveio mudança da situação fática, persistindo os requisitos da prisão cautelar na estrita trilha das considerações anteriormente delineadas. Ressalva-se o direito da parte, a todo tempo, proceder à discussão da legitimidade de sua custódia mediante o manejo de writ constitucional, a saber, ação constitucional autônoma de habeas corpus. Por ora, a percepção desse

magistrado é no sentido de que o réu, de maneira acintosa, ousada, reiterada, ruidosa, perversa às instituições republicanas e com idoneidade a comprometer a harmonia do foro local, atacou a honra, bem componente da personalidade e tutelado constitucionalmente, de vários agentes públicos ao que, considerando-se à evidência, o interregno da mesma, a manutenção de sua custódia é juridicamente plausível. Nesse eito e adotados esses fundamentos, mantenho a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Nos termos do Provimento CSM nº 2564/2020, que disciplina o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde preceitua em seu artigo 26 que deverão ser realizadas audiências por videoconferência, em qualquer matéria, por meio do link de acesso ao sistema Microsoft Teams, bem como à gravação junto ao aplicativo Microsoft OneDrive, a ser disponibilizado pelo Juízo, nas formas dos Comunicados CG nº 284/2020, 317/2020 e 323/2020, designo audiência de Instrução, Debates e Julgamento por meio de videoconferência para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas. As intimações da vítima, testemunhas e réu serão feitas por meio de Oficial de Justiça (presencialmente ou por meios tecnológicos, com a respectiva certidão nos autos), e no momento da intimação, será certificado o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado (item 9 do Comunicado CG nº 284/2020). A vítima, testemunha ou réu que não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta Microsoft Teams (que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem. Cumpre destacar que a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada. Ao advogado e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos os participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara. A qualificação dos participantes será realizada com a apresentação de um documento com foto para a câmera, quando solicitado. Todos os participantes

ficam advertidos de que a audiência será gravada, o que constará do termo de audiência liberado no processo posteriormente, assim como o nome do link de acesso à gravação na pasta identificada no OneDrive, devendo ficar lá armazenada até a extinção do processo. Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo. Esclareça o advogado em 48 (quarenta e oito) horas os e-mails para os quais pretendem o envio do link, caso diverso do já constante dos autos. Requisite-se o réu preso, que participará de sala preparada para videoconferência na unidade prisional. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se, ainda, as vítimas, as testemunhas, o réu e seu advogado.

Nova Granada, 18 de Setembro de 2020



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância na r. decisão de fls.1181/1183, vem a presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

Para o envio do link para a audiência designada para o dia 15/10/20, às 15:30 horas, indica o e-mail a seguir: solterramar@adv.oabsp.org.br.

PEDIDO LIMINAR:

I - Observando o composto da r. decisão acima informada e, observando o contido na denuncia de fls.984/989, a carga máxima a suportar os ombros do acusado, caso seja condenado, será de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Assim, observando o contido nos autos o ilustríssimo Representante do Ministério Público deixou de oferecer ao Acusado o acordo de não persecução penal previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

CPP - Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

Assim, antes do Remédio Constitucional sugerido por este Nobre Julgador, que não tinha sido desprezado pela defesa, requer que os autos sejam encaminhados ao representante do Ministério Público para tal apreciação para o oferecimento do acordo ou a sua fundamentação quando a sua negativa.

II – Requer, ainda, a reconsideração deste r. Juízo quanto a data da audiência tendo em vista que a audiência marcada é para instrução debate e julgamento, acreditando a defesa que até esta data o Acusado não terá, em tese, sido submetido ao exame de insanidade mental, visto que o IMESC demora não menos que um (01) ano para tal finalização mesmo sendo procedimento de urgência, desta forma, sem tal instrumental a defesa do acusado fica frágil podendo trazer a ele sérios prejuízos, requer, assim e excepcionalmente, que aguarde o *expert* apresentar seu Laudo conclusivo para designar tal audiência, pois é UNA.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 18 de setembro de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Vista à Defensoria Pública.

Nova Granada, 18 de setembro de 2020.
Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
Judiciário.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público fls. 1198/1199.

Nova Granada, 21 de setembro de 2020.

 Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
 Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 21/09/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público fls. 1198/1199.

Nova Granada, (SP), 21 de setembro de 2020



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

REQUISIÇÃO DE RÉU PRESO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, Portaria- 2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**
 Artigo da denúncia: **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Réu Preso

Justiça Gratuita

Nova Granada, 17 de setembro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para garantir a participação do **Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, no dia 15/10/2020 às 15:30h, a fim de participar de Audiência Virtual de Instrução, Debates e Julgamento.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

Diretor(a) do(a) Centro de Detenção Provisória "Marcos Amilton Raysaro" de Icem Rodovia Transbrasiliana, BR-153, KM 13 - CEP 15460000, Icem - SP

1500106-18.2019.8.26.0390

1500106-18.2019 - Requisição Preso - Audiência Virtual - dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Seg, 21/09/2020 11:59

Para: cdpicem@sp.gov.br <cdpicem@sp.gov.br>

📎 1 anexos (407 KB)

Ofício requisição preso.pdf;

Segue ofício para as devidas providências.

Favor confirmar requisição.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2020/003813-0 no dia 19/09 dirigi-me ao endereço mencionado, e aí sendo, INTIMEI ROSILENE PEREIRA DE MORAIS, por todo conteúdo do aludido mandado, que recusou a assinar, tendo diligenciado na casa vizinha, nº 230, e aí sendo, o filho da moradora que não declinou o nome também recusou-se a assinar como testemunha, sendo que passo a descrever: Cabelos pretos, olhos castanhos escuros, altura aproximada de 1,70 metros e pele branca, recusando também informar seu endereço de e-mail, o número de celular, a receber cópia do mandado e do modelo de como participar de uma audiência virtual. Intimando-a ainda de que não acessando a audiência virtual deverá comparecer ao Forum de Nova Granada com vinte minutos de antecedência.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 19 de setembro de 2020.

Número de Cotas: 02 por 24,903 Km percorrido de ida .



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2020/003812-2 no dia 19/09 dirigi-me ao endereço mencionado, e aí sendo, INTIMEI JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, por todo conteúdo do aludido mandado, que recusou a assinar, tendo diligenciado na casa vizinha, nº 230, e aí sendo, o filho da moradora que não declinou o nome também recusou-se a assinar como testemunha, sendo que passo a descrever: Cabelos grisalhos, olhos cinza escuros, altura aproximada de 1,60 metros e pele parda, recusando também informar seu endereço de e-mail, o número de celular, a receber cópia do mandado e do modelo de como participar de uma audiência virtual. Intimando-a ainda de que não acessando a audiência virtual deverá comparecer ao Forum de Nova Granada com vinte minutos de antecedência.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 19 de setembro de 2020.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a serventia entrou em contato telefônico com as partes senhores Fabiano Rodrigues Crepaldi, Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury, José Heitor dos Santos, Rodrigo dos Reis Pereira, Suzane Karen Verro Giacometo, Antonio Alberto Chistofolo de Lemos e Cláudia Renata da Silva e procedeu a intimação destas para participarem de audiência virtual de instrução, debates e julgamento designada para o dia 15 de outubro de 2020 às 15: 30 h.

Nada Mais. Nova Granada, 21 de setembro de 2020. Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1483/2020, foi disponibilizado na página 2235/2238 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/09/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita ao acusado. Anote-se. Quanto ao pedido de absolvição sumária, ele só poderia ser reconhecido quando verificadas as causas previstas no artigo 397 e seus incisos, do CPP. Exige-se, portanto, prova segura, incontroversa e que demonstre a manifesta injustiça da acusação, mas, isto não acontece no caso presente. A matéria elencada pela i. Defesa, cuja combatividade é digna de encômios, não configura caso de absolvição sumária do réu; as demais ponderações serão analisadas no momento oportuno quando proferida sentença de mérito. Isso porque as ofensas exteriorizadas por meio difuso, claramente, atingiram a dignidade dos ofendidos, violando a incolumidade psíquica dos mesmos a ponto de declinarem, medida de contornos excepcionais, da condução de processos a envolver a figura do ora réu. Em cumprimento do disposto no artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (decretada a prisão preventiva, deverá o emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal), nos termos do Comunicado CG nº 78/2020 (processo nº 2020/7201) e diante do pedido formulado pela defesa, procedo a revisão quanto à necessidade de manutenção da prisão preventiva do réu. Verifica-se que do decreto da prisão preventiva até a presente data, não sobreveio mudança da situação fática, persistindo os requisitos da prisão cautelar na estrita trilha das considerações anteriormente delineadas. Ressalva-se o direito da parte, a todo tempo, proceder à discussão da legitimidade de sua custódia mediante o manejo de writ constitucional, a saber, ação constitucional autônoma de habeas corpus. Por ora, a percepção desse magistrado é no sentido de que o réu, de maneira acintosa, ousada, reiterada, ruidosa, perversa às instituições republicanas e com idoneidade a comprometer a harmonia do foro local, atacou a honra, bem componente da personalidade e tutelado constitucionalmente, de vários agentes públicos ao que, considerando-se à evidência, o interregno da mesma, a manutenção de sua custódia é juridicamente plausível. Nesse eito e adotados esses fundamentos, mantenho a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Nos termos do Provimento CSM nº 2564/2020, que disciplina o retorno gradual do trabalho presencial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde preceitua em seu artigo 26 que deverão ser realizadas audiências por videoconferência, em qualquer matéria, por meio do link de acesso ao sistema Microsoft Teams, bem como à gravação junto ao aplicativo Microsoft OneDrive, a ser disponibilizado pelo Juízo, nas formas dos Comunicados CG nº 284/2020, 317/2020 e 323/2020, designo audiência de Instrução, Debates e Julgamento por meio de videoconferência para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30 horas. As intimações da vítima, testemunhas e réu serão feitas por meio de Oficial de Justiça (presencialmente ou por meios tecnológicos, com a respectiva certidão nos autos), e no momento da intimação, será certificado o endereço de e-mail do intimado, bem como seu telefone de contato, para viabilizar o envio do link a ser acessado no dia e horário designados, além de feita a indagação quanto à necessidade de alguma oitiva ser feita em separado (item 9 do Comunicado CG nº 284/2020). A vítima, testemunha ou réu que não tiver condições de ser ouvida por ausência de equipamentos aptos, deverão fazer esta informação ao Oficial de Justiça e serão intimados por este a comparecer ao Fórum de Nova Granada/SP no mesmo dia e horário com antecedência de 20 (vinte) minutos. A audiência será realizada por videoconferência, com acesso pelo link que será enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, utilizando a ferramenta MicrosoftTeams(que não precisa estar instalada no computador ou smartphone dos participantes). Para a realização do ato, os envolvidos não precisarão se reunir fisicamente, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular (smartphone) ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem. Cumpre destacar que a participação na audiência virtual, para todos os envolvidos, é obrigatória, salvo impossibilidade absoluta devidamente comprovada. Ao advogado e participantes que informaram ao Oficial de Justiça não possuírem acesso à rede mundial de computadores, bem como aparelho celular apto ou e-mail, será disponibilizada uma sala específica do Fórum de Nova

Granada/SP para oitiva destas pessoas pelo Microsoft Teams, com orientação de um servidor. Na data e horário marcados, todos participantes deverão acessar a audiência virtual pelo link enviado pelo e-mail, com vídeo e áudio habilitados, conforme ícones que aparecem na parte inferior da tela. Participantes externos - alheios aos quadros do Poder Judiciário - permanecerão primeiro no lobby (sala de espera virtual), ingressando apenas depois da autorização de algum integrante desta Vara. A qualificação dos participantes será realizada com a apresentação de um documento com foto para a câmera, quando solicitado. Todos participantes ficam advertidos de que a audiência será gravada, o que constará do termo de audiência liberado no processo posteriormente, assim como o nome do link de acesso à gravação na pasta identificada no OneDrive, devendo ficar lá armazenada até a extinção do processo. Se por problemas técnicos a audiência for interrompida, as partes deverão acessar o link novamente para dar continuidade ao ato. Todavia, caso a gravação reste inviabilizada, todo o ocorrido durante a audiência será reduzido a termo assinado por este magistrado, o que substituirá o arquivo de áudio e vídeo. Esclareça o advogado em 48 (quarenta e oito) horas os e-mails para os quais pretendem o envio do link, caso diverso do já constante dos autos. Requisite-se o réu preso, que participará de sala preparada para videoconferência na unidade prisional. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se, ainda, as vítimas, as testemunhas, o réu e seu advogado."

Nova Granada, 23 de setembro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réu Preso

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
 Documento de Origem: IP, Portaria - 2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
 Oficial de Justiça: *
 Mandado nº: 390.2020/003811-4

Réu Preso

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995. Local de prisão: Centro de Detenção Provisória "Marcos Amilton Raysaro" de Icem - Rodovia Transbrasiliana, BR-153, KM 13, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, D(n)ª MARCILO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, no endereço indicado ou onde for encontrado, da pessoa acima indicada, para participação em Audiência Virtual de Instrução, Interrogatório, Debates e Julgamento designada para o dia 15/10/2020 às 15:30h, SOB PENA DE REVELIA.

Observações:

A audiência virtual será realizada por meio de videoconferência utilizando a ferramenta digital Microsoft Teams, via computador ou smartphone, sendo que a ferramenta não precisa estar instalada no computador das partes, advogados e testemunhas. Para a realização do ato, os advogados não precisarão se reunir fisicamente com qualquer das partes ou testemunhas, bastando que cada qual acesse, de onde estiver, o link com o convite para a audiência virtual e, para tanto, exige-se apenas que o participante possua um celular ou computador com câmera e microfone à sua disposição podendo ser dispositivo próprio ou de outrem.

ADVERTÊNCIA: Fica desde já Vossa Senhoria cientificado(a)(s) de que poderá(ão) vir a ser(em) condenado(s) ao pagamento da multa prevista no art. 458 do CPP e ser(em) processado(s) por desobediência, se deixar(em) de participar sem motivo justificado.

CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 17 de setembro de 2020. Joel Sabino da Costa - Chefe de Seção Judiciária

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/sgs/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 5C2B4EF.

1500106-18.2019.8.26.0390
1233732



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº
 390.2020/003811-4 nesta data por videoconferência, INTIMEI JOAQUIM
 PEDRO DE MORAIS FILHO , por todo conteúdo do aludido mandado, que
 recusou a assinar, tendo presenciado o ato Fabiano B. Rabelo e Luan
 Gallucci, que exararam os seus respectivos ciente na folha de rosto.
 O referido é verdade e dou fé.
 Nova Granada, 23 de setembro de 2020.

ENC: Encaminha informações contidas em correspondência de pessoa presa

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Qui, 24/09/2020 12:30

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br> 2 anexos (1 MB)

Carta Detento Joaquim Pedro.pdf; Ofício n. 1.283-2020.pdf;

**JOEL SABINO DA COSTA**

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br**De:** João Donizete da Cunha <cdpicem@cdpicem.sap.sp.gov.br>**Enviado:** quinta-feira, 24 de setembro de 2020 12:07**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** Encaminha informações contidas em correspondência de pessoa presa**Senhor Escrevente,**

Encaminho a Vossa Senhoria a documentação anexa, para conhecimento do Excelentíssimo Juiz dessa Comarca.

Atenciosamente,

JOÃO DONIZETE DA CUNHA

Diretor Técnico III

CDP "Marcos Amilton Raysaro" de Icém

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.
Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Ofício nº 1.283/2020 – EAT

Processo Digital nº. 1500106-18.2019.8.26.0390

Icém, 23 de setembro de 2020.

Meritíssimo Juiz,

Informo a Vossa Excelência que os servidores desta Unidade Prisional realizavam o trabalho de organização das correspondências dos presos, quando um dos envelopes chamou a atenção. A carta era destinada a senhora JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, supostamente escrita pelo seu filho, o detento JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, matrícula nº. 1.213.732-9, contendo dizerem ofensivos a juízes da região e à Corregedoria do Estado de São Paulo.

Diante disso, foi verificado o conteúdo da carta, supostamente escrita pelo detento, em que o texto traz ofensas às autoridades, instruções para que os familiares continuem realizando denúncias, bem como ameaça, empregada de forma velada, a Vossa Excelência e aos servidores desta Unidade Prisional e seus familiares.

Assim, encaminho a documentação anexa, para conhecimento e providências que julgar cabíveis

É o que tenho a informar. Coloco-me à disposição para quaisquer outras informações que Vossa Excelência julgar necessárias.

Respeitosamente,


JOÃO DONIZETE DA CUNHA
DIRETOR TÉCNICO III

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor
MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de
Nova Granada/SP

A Comandante do Estado de São Paulo, é boorido!
 Fabiano Rodrigues Capaldi e Luiz da Regia, são Vagabundos! Por
 Retiram Direitos!

Confirme
 encaminhando!
 Retirar Direitos!
 é crime!

Remetente Joaquin - Paulo de Maria A. B.
 Endereço CDD de Icem, Km 13

15460000 Icem - São Paulo



[*Jose Luis Lourenço Pereira*
Av. Amândeo Sales d. Oliveira, #220-
Centro

15460000

RPC

Tem uma pessoa de Guaraci, o nome dele é Luan, 18 de Setembro de 2020. Ele está preocupado, ligo para mãe dele (17) 99680-6916 se de já ~~está~~ tem advogado, como está. A mãe dele se chama Cristiane. Escreve na carta.

Todo mal tem um fim, tudo tem um fim, somente tem que ter paciência. Tudo passa, e o ódio cresce.

Dia 26 de agosto falei com o meu advogado, ela será útil somente para o Habeas Corpus, o tal falou que já ia da entrada; pode demorar dois a três meses (vou sair no Habeas Corpus, não tem erro). O tal advogado disse que posso pegar 12 anos de prisão, se me desculpa-se a pena poderia cair (isso nunca).

Não deixe o Barbi ir ao julgamento, cuide disso, se não cuide depois.

Resolva logo tudo, estou a minquar aqui, essa comida já está começando me fazer mal, é uma comida simples.

4 de setembro vi o oficial, me recusei a assinar (foi tudo pensado).

Guarde Parte do meu dinheiro, tudo passa. Por favor pague o Domínio da Godaddy; você sabe, ligue para lá, fale o meu nome e solicite o boleto.

Eu quero saber o valor das ações da Petrobras, Banco Inter, Oi e Cielo. Basta digitar

nos buscadores; valor das ações da Petrobras, etc.

Se ficar mais tempo aqui, quero que você aprenda a mexer na corretora, vender e comprar ativos. É fácil.

Esse porcos, estão se enrolando na própria corda que joguei. Depois cuido disso.

Não saia desse endereço, até que tudo termine. Nunca.

Na próxima carta, fale do processo e o número, tenho esse direito, isso ninguém me tira. (A correção, irá dar um jeito comigo, pelo

Longo logo essa penitenciária vai deixar de existir. Sei boa parte dos nomes dos agentes penitenciários, tem alguns que moram na Redondeza, tem família; No momento isso não me importa, desde que não cruzem o meu caminho de novo.

Depois escrevo mais. até!

Joaquim Pedro de Morais Filho
 O nome do juiz é Marcelo Haggi Andriot, já foi denunciado e família exposta.

* A tekuissão é

740, minha cela não

tem televisão. É televisão

Destacai a mente ou livro (Química Quântica e Matemática Computacional)

Manda Selos e diz quantos, assim chega até a mim!

VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Deixo de oferecer acordo de não persecução penal pois, na espécie, não se mostra suficiente para reprovação e prevenção do delito, notadamente pelo fato de ter sido cometido de forma reiterada, contra membros de poder constituído, demonstrando especial audácia e culpabilidade acima da média. Ainda, de se ressaltar que a carta juntada aos autos demonstra que o acusado continua manifestando a intenção de praticar crimes do interior do CDP, tudo a demonstrar que a medida despenalizadora se mostraria insuficiente para os fins a que se pretende.

Aguardo realização de audiência já designada.

Nova Granada, 22 de setembro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA**Promotor de Justiça**



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 25/09/2020 23:32

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público fls. 1198/1199.

Nova Granada, 25 de Setembro de 2020

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa.

Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subsequentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada.

Intime-se.**Nova Granada, 30 de setembro de 2020.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 30/09/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa. Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subseqüentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscabar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada. Intime-se. Nova Granada, 30 de setembro de 2020.

Nova Granada, (SP), 30 de setembro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 30/09/2020 22:31

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa. Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subsequentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscabar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada. Intime-se. Nova Granada, 30 de setembro de 2020.

Nova Granada, 30 de Setembro de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1553/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa. Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subsequentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada. Intime-se. Nova Granada, 30 de setembro de 2020."

Do que dou fé.
Nova Granada, 1 de outubro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1553/2020, foi disponibilizado na página 2195/2196 do Diário da Justiça Eletrônico em 02/10/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa. Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subseqüentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada. Intime-se. Nova Granada, 30 de setembro de 2020."

Nova Granada, 2 de outubro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



29 SET. 2020

Juiz Marcelo Haggi Andrieti
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Terraieira,
 1001, Nova Granada - SP

1 5 4 4 0 0 0 0

RPC

1500106-18.2019.

Remetente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Endereço CDP. MARCOS AMILTON ROY SARO, KM 13, BR 153

1	5	4	6	0	-	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---

 Icém - SP

Fique desde já ciente, por meio deste, por Joaquim Pedro de Morais Filho, Réu de calúnia, declarado inocente, que Marcelo Haagi Andriot, não pode julgar tal processo; pois a família, foram expostos publicamente por mim, do tal juiz. Assim o tal juiz, está se opondo à lei da magistratura (concurso ético, imparcialidade, entre outros.)

Sinomon de Souza Castro está suspenso de suas funções, por obstrução ética; mesmo ciente de fatos graves, se omitiu; o tal talvisto somente no dia 26 de agosto. Lembra-se, que oficial de justiça, e a peritagemia mesmo ciente de minha manifestações, se omitiram e retiram direitos, como eu fosse um animal.

Você se aproveitou da minha vulnerabilidade ~~de~~ financeiro; Isso é Crime!

tal processo é de ~~competência~~ competência Federal, pois envolve denúncia e acusação de escala Federal.

Fique desde já ciente que fui agredido numa penitenciária e amarrado a assinam papeis sem ler, por policiais que me ~~amarraram~~ asturionam na viatura com 2 fuzis e policiais penais que me agrediram (com testemunhas). O lugar da audiência, não pode ter retirada de Direitos.

Dia 15 de outubro não irei à audiência, e entronui com Mandado de Segurança contra tal juiz; decisão. Por o ~~corregedor~~ também pagar por seus erros e maltrato contra mim. Nem que anoste por anos, "Retiram Direitos, é crime!". *Lequim Pedro de Amorim Filho*

- 25/09/2020

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DESPACHO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Ciência ao órgão ministerial e à I. Defesa dos documentos autuados (fls. 1.226/1.229).

No mais, aguarde-se audiência designada.

Int.**Nova Granada, 06 de outubro de 2020.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 08/10/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Despacho Genérico Crime

Nova Granada, (SP), 08 de outubro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 08/10/2020 14:33

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Despacho Genérico Crime

Nova Granada, 8 de Outubro de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1598/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: " Ciência ao órgão ministerial e à I. Defesa dos documentos autuados (fls. 1.226/1.229). No mais, aguarde-se audiência designada. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 8 de outubro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1598/2020, foi disponibilizado na página 1914 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/10/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: " Ciência ao órgão ministerial e à I. Defesa dos documentos autuados (fls. 1.226/1.229). No mais, aguarde-se audiência designada. Int."

Nova Granada, 13 de outubro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Requeiro a juntada da presente petição com cópia de print de postagem realizada pelo réu, no dia em que vossa excelência foi designado para assumir o feito.

Nova Granada, 15 de outubro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA

Promotor de Justiça

15:20



AA

proclame281119.blogspot.com



zicutake@mail.ru

zicutake@torbox3uiot6wc
hz.onion

Postagem mais visitada

ENC: DENUNCES: THE
WITHDRAWAL OF CIVIL
LAW, BRAZILORDEM POSITIVO De:
Zicutake [Música] Enviada
em: 01/01/2020 12:26 Para:
ivan.rincon@tj.jus.br ;
gukoy@supcourt.ru ...Demand (n°365). Por ordem
de modelo Constitucional,
segue-se a saber: "Acusa-se,
hoje 22/02/2020 às 12:00h, o
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO por FRAUDE
CONSTITUCIONAL e
COMPLACÊNCIA A
RETRADA DE DIREITOS
DE CIVIS"Após amplo entendimento e
averiguação atua-se por
intermédio de demandas
eletrônicas e por meios de
Comunicação da Rede
Mundial de Computa...Denounces: The Withdrawal
of Civil Law, Brazil
Denounces PRÉAMBULO
Nós, representantes do povo
brasileiro, reunidos em
Assembleia Nacional
Constituinte para instituir um
Estado Democr...Ref. Demanda 158 Décode
(base 64) 2x: "DOKUMENT
DES
VERFASSUNGSMÄßIGEN
BESITZES"
"DOKUMENT DES
VERFASSUNGSMÄßIGEN
BESITZES" Verbrechen der
Unmoral, gegen die
Bedeutung der Schaffung
einer Verfassung. A...O Banco Itaú estaria
Divulgando Dados
Financeiros do Brasil no
Exterior pela Akamai
Technologies? Empresa
AmericanaNo Brasil a restrição de
divulgação de Dados de
Clientes de Instituições
Bancárias Privadas. "LEI
COMPLEMENTAR Nº 105,
DE 10 DE JANEIRO D...ENC: Comentários
de Mercado -
SERVUN

quarta-feira, 24 de junho de 2020

[...] Por essa noite todos Promotores de Mirassol /SP saberão do
Boletim de Ocorrência contra Juiz MARCELO HAGGI ANDREOTTI por
Omissão e Ocultação de Crimes, referente a Denúncias ao Tribunal de
Justiça de São Paulo, que Fraude Constitucional.

PROMOTORES DE JUSTIÇA

1º PJ-Mirassol – JOSE SILVIO CODOGNO
josecodogno@mpsp.mp.br2º PJ-Mirassol – VALMOR DE MATTOS JÚNIOR
valmorjunior@mpsp.mp.br
2pjmiraosol@mpsp.mp.br3º PJ-Mirassol – DANIELE RAMIA NEGRÃO DIAS BRANDÃO
danielenegrao@mpsp.mp.br4º PJ-Mirassol – HERICO WILLIAM ALVES DESTEFANI
hericodestefani@mpsp.mp.br"Lembra-se que O Comandante Pedro é de Mirassol e José
Heitor dos Santos, promotor acusado, por anos foi da
promotoria de Mirassol."

Postagem mais recente

Página inicial

Postagem mais antiga





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro
 Nova Granada - SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP**

Autor: **Justiça Pública**
 Promotor: **Carlos Bruno Gaya da Costa - presente**

Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho - presente**
 Advogado: **Sinomar de Souza Castro – OAB/SP 238.365 - presente**

Vítimas: **Fabiano Rodrigues Crepaldi – presente**
Aline Kleer da Silva Martins Fernandes – presente
Tasso Dênis Campanha Cury – presente
José Heitor dos Santos – AUSENTE

Testemunhas Comum: **Rodrigo Pereira dos Reis – presente**
Suzane Karen Verro Giacometo – presente
Antônio Alberto Cristofalo de Lemos – presente
Cláudia Renata da Silva – presente

Testemunhas de Defesa: **Josilene Lourenço Pereira - AUSENTE**
Rosilene Pereira de Moraes - AUSENTE

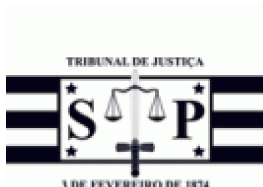
Artigo da Denúncia: **Artigos 138, “caput”, por quatro vezes, e 140, “caput”, por duas vezes, c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal**

Data da Audiência: **15/10/2020 às 15h30min**

Réu Preso

Aos 15 de outubro de 2020, às 15 horas e 30 minutos, na Vara Única do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe, através de Audiência realizada excepcionalmente de forma híbrida, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta ‘Microsoft Teams’, nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, o réu, por seguidas vezes, foi admoestado da impossibilidade de se manifestar durante a audiência; insistentemente, desobedeceu às determinações do juízo, ao que se determinou, às 16h06min, a retirada do mesmo do ambiente jurisdicional, já que atenta, claramente, contra a higidez do ato processual, causando situações de tumulto extremo.

A seguir, foram ouvidas 03 (três) vítimas, inquiridas 02 (duas) testemunhas comum e interrogado o acusado, após entrevista reservada com seu Defensor. Diante da conduta incivil do réu, que passou a interpelar o MM. Juiz de Direito e o Promotor de Justiça em seu interrogatório, o mesmo teve que ser, pela conduta deformadora do rito processual, interrompido, já que o réu por sua conduta renunciou ao direito de autodefesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro
 Nova Granada - SP - CEP 15440-000

Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, todas as ocorrências, manifestações, declarações e depoimentos foram captados em áudio e vídeo, sendo que o arquivo com a gravação da audiência será salvo em pasta devidamente identificada no 'One Drive' e armazenado até extinção do processo, com disponibilização imediata para as partes por meio de link de acesso, disponível em certidão juntada nos autos após a audiência. O representante do Ministério Público solicitou a desistência de oitiva da vítima: **José Heitor dos Santos**. O representante do Ministério Público e o defensor do réu solicitaram a desistência de oitiva das testemunhas comum: **Suzane Karen Verro Giacometo** e **Cláudia Renata da Silva**. O defensor do réu solicitou a desistência de oitiva das testemunhas de defesa: **Josilene Lourenço Pereira** e **Rosilene Pereira de Moraes**. Pelo MM. Juiz foi homologada as desistências e decidido: “Vistos. Aguarde-se a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no incidente instaurado sob o nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Saem os presentes intimados.”. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Dr. Promotor:

Dr. Defensor:

Réu:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Vítima: **Fabiano Rodrigues Crepaldi**

Réu Preso

FABIANO RODRIGUES CREPALDI, Brasileiro, natural de Olímpia-SP, nascido aos 13/04/1976, pai Armando Crepaldi Filho, mãe Maria Rodrigues Crepaldi, casado, Juiz de Direito, endereço: Avenida Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro - CEP 15440-000, Nova Granada-SP, às de costume disse ser vítima motivo pelo qual deixa de prestar o compromisso. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas do Dr. Promotor e do Dr. Defensor, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual, através de **Audiência realizada excepcionalmente por meio virtual**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams', nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Nada Mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário. Nova Granada, 15/10/2020 às 15h30min.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Réu:

Vítima:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Vítima: **Aline Kleer da Silva Martins Fernandes**

Réu Preso

ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES, RG: 24.328.326-X/SP, Brasileira, natural de São José do Rio Preto-SP, nascida aos 18/08/1979, pai José Carlos de Oliveira Martins, mãe Vilma da Silva de Oliveira Martins, Casada, Promotora de Justiça, endereço: Rua Monteiro Lobato, nº 269, Centro, Monte Aprazível-SP, às de costume disse ser vítima motivo pelo qual deixa de prestar o compromisso. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperfis de Dr. Promotor e do Dr. Defensor, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual, através de **Audiência realizada excepcionalmente por meio virtual**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams', nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Nada Mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário. Nova Granada, 15/10/2020 às 15h30min.

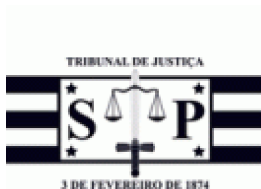
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Réu:

Vítima:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Vítima: **Tasso Dênis Campanha Cury**

Réu Preso

TASSO DÊNIS CAMPANHA CURY, RG: 14.727.216-6, Brasileiro, natural de Catanduva-SP, nascido aos 28/05/1996, pai Paulo Lahud Cury, mãe Elza Campanha Cury, Promotor de Justiça, endereço: Rua Voluntários de São Paulo, nº 3539, Centro, São José do Rio Preto-SP, às de costume disse ser vítima motivo pelo qual deixa de prestar o compromisso. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas do Dr. Promotor e do Dr. Defensor, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual, através de **Audiência realizada excepcionalmente por meio virtual**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams', nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Nada Mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário. Nova Granada, 15/10/2020 às 15h30min.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Réu:

Vítima:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Testemunha: **Rodrigo Pereira dos Reis**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Testemunha comum: RODRIGO PEREIRA DOS REIS, RG 29.307.331-4, lotado na Avenida Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro, Nova Granada/SP, Brasileiro, natural de Barretos/SP, Casado, Promotor de Justiça. Às perguntas de costume, disse nada. A testemunha foi qualificada apresentando documento com foto para a câmera, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas do Dr. Promotor e do Defensor, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual, através de **Audiência realizada excepcionalmente por meio virtual**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams', nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 15 de outubro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Réu:

Testemunha:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada
 - SP - CEP 15440-000

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Testemunha: **Antônio Alberto Cristofalo de Lemos**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Testemunha comum: ANTÔNIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS, RG 16.222.707/SP, inscrito no CPF nº 090.807.378-22, residente na Avenida Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 958, Centro, Nova Granada/SP, Brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 20/11/1966, filho de Antônio Lemos de Moura e de Maria Conceição Cristofalo Lemos, Solteiro, Advogado. Às perguntas de costume, disse nada. A testemunha foi qualificada apresentando documento com foto para a câmera, compromissada sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirida pelo Meritíssimo Juiz, na forma e sob as penas da lei, respondeu às perguntas e as reperguntas do Dr. Promotor e do Defensor, sendo todo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual, através de **Audiência realizada excepcionalmente por meio virtual**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta 'Microsoft Teams', nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi. Nova Granada, 15 de outubro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Réu:

Testemunha:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro
 CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP
 E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA/SP**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Artigo da Denúncia: **Artigos 138, “caput”, por quatro vezes, e 140, “caput”, por duas vezes, c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal**
 Réu Preso
 Justiça Gratuita

Aos 15 de outubro de 2020, às 15 horas e 30 minutos, na Vara Única do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**. A **Audiência sendo realizada excepcionalmente de forma híbrida**, diante da Pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de acesso de pessoas ao prédio do Fórum, utilizando a ferramenta ‘Microsoft Teams’, nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes. Presentes o Promotor de Justiça, **Dr. Carlos Bruno Gaya da Costa**. Iniciados os trabalhos, foi aberta a audiência a fim de ser interrogado sobre os termos da acusação inicial. O acusado tendo declarado **não ter defensor constituído nem condições de fazê-lo. Sendo nomeado para defender o acusado o Dr. Sinomar de Souza Castro – OAB/SP 238.365, a quem foi assegurado o direito de entrevista reservada ao acusado, em sala virtual, conforme o Comunicado CGJ nº 284/2020.** Antes do interrogatório o Meritíssimo Juiz de Direito fez ao acusado a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 RG nº: **20.252.741-MG** Naturalidade: **Piabetá/RJ**
 Estado Civil: **Solteiro** Cor: **Branca**
 Idade: **25 anos** Data de Nascimento: **16/09/1995**
 Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Residência: **Avenida Armando Sales de Oliveira, nº 220, Centro - CEP 15460-000, Icém/SP**
 Profissão: **Estudante** Local de Trabalho: **N/C**
 Sabe Ler e Escrever? **Sim** É eleitor? **Sim** Zona: **N/C**

Depois de cientificado da acusação, passou o réu a ser interrogado de acordo com o artigo 187, I a VIII, do Código de Processo Penal, sendo todo o interrogatório gravado por meio de sistema audiovisual. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor:

Interrogando:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro
 CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP
 E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**

CERTIDÃO (LINK DE ACESSO À MÍDIA)

Certifico e dou fé que há mídia armazenada no OneDrive, acessível através da seguinte URL:

https://tjsp-my.sharepoint.com/:f/g/personal/josevcj_tjsp_jus_br/EtiXDN_s6FxFuHrgZ7x_y8gB3rxVExzi2LN44EZlB4wC0g?e=FluoOT

Atenção! Ao copiar a URL acima, verificar se ao colar na barra de endereços do navegador de internet (chrome, edge, firefox, etc), a parte “tjsp-my” é replicada como “tjspmy”, o que impede o acesso à mídia. Nesse caso, por favor inserir o “-” entre o “tjsp” e o “my”.

Certifico ainda e dou fé que nos termos do Comunicado CGJ nº 284/2020 foi disponibilizado na certidão acima o link de acesso para a gravação da Audiência de Instrução, Debates e Julgamento, Processo nº 1500106-18/2019, no dia 15/10/2020, com as seguintes oitivas e manifestações:

- Fabiano Rodrigues Crepaldi: início 00min e 04s.
- Aline Kleer da Silva Martins Fernandes: início 08min e 00s.
- Tasso Dênis Camapnha Cury: início 15min e 26s.
- Rodrigo Pereira dos Reis: início 23min e 30s.
- Antônio Alberto Cristofalo de Lemos: início 37min e 46s.
- Joaquim Pedro de Moraes Filho: início 50min e 46s.

Nada Mais. Nova Granada, 15 de outubro de 2020. Eu, ____, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário.

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

O acusado se encontra preso preventivamente já há mais de 04 (quatro) meses, sendo certo que mesmo em caso de eventual condenação com início de cumprimento em regime mais gravoso que o aberto, certamente lhe seria permitida a progressão de regime tão logo iniciada a execução da pena.

Ainda, é certo que se encontra encerrada a instrução criminal e o exame determinado no bojo do incidente de insanidade mental do acusado já foi realizado - (cf. fls. 60/63, dos autos nº 0001446-37.2020.8.26.0390) - de modo que não vislumbro mais presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Assim, diante do acima exposto, ausentes os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal, requieiro a revogação da prisão preventiva do acusado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**.

Nova Granada, 9 de novembro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA

Promotor de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**

Documento de Origem: Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria,
Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA

Autor: **Justiça Pública**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em contato telefônico com o IMESC, me foi informado que o laudo do exame de insanidade mental realizado dia 06/11/2020 (incidente 0001446-37.2020.8.26.0390) será expedido em 40 (quarenta) dias. Nada Mais. Nova Granada, 11 de novembro de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

O n. representante do Ministério Público, *sponte propria*, peticionou pela supressão da custódia do acusado.

Passo a fundamentar.

Inicialmente, segue-se análise do interrogatório do réu na audiência ocorrida no mês passado.

(...) Que quando estava solto estudava na mesma faculdades dos advogados e porque percebeu que na faculdade havia falta de ética e tinha problemas; acusou advogados de irregularidades; seus estudos eram pagos pelo depoente, que não trabalhava mas tem inteligência e ganhou bolsa, inclusive de instituições federais.

O depoente estudava na cidade de São José do Rio Preto-SP com bolsa integral; nunca teve problemas quando na menoridade; sobre os fatos do processo, ao ser indagado sobre a mensagens, passou a dizer que o promotor do processo foi exposto pelo depoente, que expôs também os pais e familiares do mesmo; disse que expôs, também esse magistrado e parentes dele; disse que, legalmente, pela lei da magistratura, esse subscritor deveria ter nomeado outro juiz para o caso e que já não sabe mais o que é legal.

Relatou que foi agredido e que não sabe mais o que é justiça; sobre a publicação das postagens, disse que nunca viu sequer o rosto do juiz do foro de Nova Granada, Fabiano Crepaldi; disse que realmente publicou todas essas notícias e denúncias, eis que não concorda com irregularidades; disse que lançou denúncias na corregedoria, CNJ em decorrência de um processo que o juiz julgou sem lhe conceder defesa, suprimindo os artigos 133 e 134 da Constituição Federal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: **Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.**

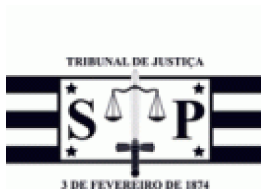
Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a I. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado. Anoto que durante a escuta das vítimas, o réu, por interromper os depoimentos, mesmo sendo admoestado por esse julgador, continuou a obstruir os trabalhos e ser retirado do ambiente de audiência, retornando para o interrogatório quando, novamente, não restou possível diante de suas continuadas intervenções, a continuidade dos trabalhos. (...)

Nessa quadratura e considerando-se que prisão cautelar vigente decorre de precedentes descumprimentos de medidas cautelares e considerando-se a inegável excepcionalidade da situação, eis que por ora inexistente possibilidade de ciência adequada sobre a situação mental do acusado, a custódia é de ser mantida.

Digno assinalar que, pela estruturação peculiar do processo, caso o réu seja apenado com regime intermediário, o beneplácito inscrito no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal não poderá ser concedido com automação no bojo da sentença; nesse caso específico, esse raciocínio implicaria colidência com diretriz de dicção constitucional, representada pelo sancionamento qualificado pela individualização irrestrita (artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal). Exigível, em momento oportuno na espécie, exame criminológico apurado.

No plano do direito positivo, o artigo 316 do Código de Processo Penal autoriza o julgador, na função presidencial do processo e que nele figura como representante máximo da jurisdição penal, monopólio do Estado, oficiosamente a decretação da custódia em casos dessa natureza ao que a manutenção, por ser desdobramento da mesma, resta por ora mantida.

O acusado em audiência, além de não haver demonstrado qualquer traço de arrependimento, demonstrou ousadia invulgar, digna do mais veemente repúdio social e estatal e insuscetível de qualquer contemporização de sua situação pessoal; caso, portanto, de manutenção da sua prisão eis que em absoluto nada indica que em liberdade seus atos - premeditados e impregnados de degradante color ofensivo e, portanto, de perversão da estrutura social – terão sequenciamento diverso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público.

Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal.

Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de *habeas corpus*, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do *writ* que compulse o interrogatório judicial do ora réu.

Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 13/11/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público. Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal. Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu. Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020.

Nova Granada, (SP), 13 de novembro de 2020



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 15/11/2020 08:35

Prazo: 5 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público. Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal. Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu. Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020.

Nova Granada, 15 de Novembro de 2020

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1775/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público. Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal. Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu. Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020."

Do que dou fé.
Nova Granada, 17 de novembro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1775/2020, foi disponibilizado na página 2396/2397 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/11/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público. Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal. Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu. Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020."

Nova Granada, 18 de novembro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância na r. decisão de fls.1248/1250, vem a presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

Tendo em vista que este **r. Juízo** indeferiu o pleito do Nobre Representante do Ministério Público de fls.1246, indeferindo o pedido de Revogação de Prisão Preventiva do Acusado, informamos que impetramos junto ao Egrégio Tribunal de Justiça Pedido de Ordem de Habeas Corpus, conforme segue anexo, visto que este r. Juízo poderá fazer reavaliação da decisão e deferindo o pedido de ofício ou a pedido.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 20 de novembro de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU**

Dados Básicos

Tribunal de Justiça:	Tribunal de Justiça
Seção:	Direito Criminal
Processo:	22766178520208260000
Classe do Processo:	Habeas Corpus Criminal
Assunto principal:	Calúnia
Data/Hora:	20/11/2020 20:58:24

Partes

Impetrante:	Sinomar de Souza Castro
Paciente:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Impetrado:	JUIZO DE DIREITO DA UNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE NOVA GRANADA-SP

Documentos

Petição*:	PEDIDO DE HABEAS CORPUS - 1-19.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	AUTOS PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA - 1-19.pdf



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

Impetrante: DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

Paciente: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS

**Autoridade Coatora: Juiz de Direito do 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.**

AÇÃO CRIMINAL Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

AÇÃO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº.1000811-39.2020.8.26.0390

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, brasileiro, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº.238.365, portador do CPF nº.505.894.239-91 e do RG/SSP-PR nº.4.428.045-1, com escritório profissional na Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961, Vila Autora, na cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo - CEP.: 15.0104-040 - telefone (17) 99650-9394, onde recebe avisos e intimações - e-mail: solterramar@adv.oabsp.org.br, advogado do paciente junto aos autos nº.1500106-18.2019.8.26.0390, no qual foi nomeado através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652, vem respeitosamente perante esse Egrégio Tribunal, com fulcro no art. 5º, LXVIII, CF, arts. 647 e seguintes do CPP, impetrar o presente:

**HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE
CONCESSÃO DE LIMINAR**



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Em benefício do paciente **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG/SSP-MG nº.20.252.741, expedida em 23/04/2013, e do CPF nº.133.036.496-18, nascido na cidade de Piabeta, Estado do Rio de Janeiro, em 16/09/1995, residente e domiciliado na Rua José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, na cidade de Icém-SP - CEP.: 15.460-000, atualmente recolhido no (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÉM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 - Icém/SP CEP:15460-000, - Fone: (17) 3282-8400, onde encontra-se preso e matriculado sob o nº.1.213.732-9, o qual vem sofrendo violenta coação em sua liberdade, por ato do Excelentíssimo Senhor Juiz *a quo*, pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados:

1. DOS FATOS

O PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO PEDIU A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO ORA PACIENTE.

Do Processo de Conhecimento.

Nobres Desembargadores, consta da denúncia o que motivou a prisão preventiva o segue:

O Paciente, foi denunciado pelo ilustre Representante do Ministério Público no dia 21-11-2019, tendo em vista que consta do incluso inquérito policial que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro.

Constando, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Segundo se apurou, o denunciado, por não concordar com as decisões proferidas pelo ofendido Fabiano Rodrigues Crepaldi, nas ações judiciais que tramitaram nesta comarca de Nova Granada (processos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390), publicou um vídeo no Youtube imputando aos ofendidos a participação em um esquema criminoso, com intuito de auferir dinheiro e prejudicar os jurisdicionados.

É dos autos que a genitora do denunciado, Josilene Lourenço Pereira, foi demandada judicialmente por cobrança de alugueres e efetuou acordo, homologado judicialmente para a solução do conflito (cf fls. 620). Sucede que, arrependendo-se da transação, Josilene recorreu da sentença homologatória, que no entanto foi mantida pelo E. Colégio Recursal de São José do Rio Preto, sendo a sucumbente despejada (autos n. 0000735-71.2016.8.26.0390 - cf fls.628/640, 670, 677 e 705/717), fato que desagradou o denunciado.

Consta que, ainda inconformada com a homologação de seu acordo levada a efeito pelo Juiz Fabiano, Josilene buscou atendimento junto aos Promotores de Justiça Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury e José Heitor dos Santos, os quais atenderam e esclareceram referida senhora, informando que não tinham atribuições para resolver o seu inconformismo, porque se tratava de direito disponível e não envolvia interesses de menores ou incapazes, fato que novamente desagradou sobremaneira o denunciado e sua genitora.

Posteriormente, JOAQUIM ingressou com ação de indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c alimentos por miserabilidade em face de seu genitor, a qual, após regular trâmite foi julgada improcedente pela vítima Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi (autos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 - cf fls. 02/08, 362/367 e 406)

Em razão desses fatos, o denunciado elaborou um vídeo e o publicou no Youtube, mencionando que o Juiz de Direito, Promotores de Justiça, além de Advogados formavam um



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

esquema criminoso na prática de delitos de estelionato, coação, ameaça e obstrução de Justiça.

No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.

Após a ilustração do “esquema”, com a imputação falsa de delitos, o denunciado mencionou quem eram os envolvidos, publicando os nomes e fotografia dos ofendidos, causando-lhes, desta forma, graves e inequívocos prejuízos à honra, imagem e boa fama (cf laudo pericial de fls.904/914).

Se não bastasse, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO enviou inúmeros e-mails para órgãos correicionais e de ética narrando os mesmos fatos, atribuindo aos ofendidos a prática de infrações penais.

Em um dos e-mails, o denunciado chama o Juiz de Direito e o Presidente da OAB de “corruptos” e a Promotora de “fujona” (cf fls.553/561 e 570)

Os fatos tornaram conhecidos quando o denunciado encaminhou e-mail para esta Promotoria de Justiça de Nova Granada, através de seu e-mail pessoal.

Apurou-se, por fim, que os delitos foram praticados contra funcionários públicos, em razão de suas funções.

Representações a fls.550, 568/569 e 582/583.

Perante a Autoridade Policial, o denunciado admitiu que enviou os e-mails fazendo denúncias contras agentes públicos de Nova Granada (cf fls. 576/578).

Muito bem, em 24/06/2020, o ilustre Representante do Ministério Público, junto aos autos nº.1000811-39.2020.8.26.0390 de Pedido



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

de Prisão Preventiva, resolveu requer sua prisão preventivamente fundamento o que segue:

“... fls.05/06 ... Como bem se nota, portanto, a instrução processual do presente feito é constantemente alvo de embaraços provocados pelo ora requerido, que continua reiteração delitiva, caluniando, difamando e injuriando juízes, promotores e defensores dativos, de maneira sistemática, buscando intimidar e constranger os atores processuais, prejudicando o adequado andamento da instrução criminal.

Também é a ordem pública abalada pela incessante reiteração delitiva de indivíduo que demonstra absoluto descaso com as consequências de suas condutas, ultrapassando os limites do razoável e exigindo pronta e eficaz resposta da Justiça. Dessa forma, presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos nos artigos 312 e 313, inciso I1, notadamente a necessidade de se garantir a ordem pública, evitando-se reiteração delitiva, que persiste mesmo com o início da instância, bem como a conveniência da instrução criminal, que vem sendo retardada por atos criminosos praticados contra os magistrados, promotores e até mesmo os defensores nomeados para defender o ora requerido, requeiro seja decretada a PRISÃO PREVENTIVA de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, qualificado a fls. 576/578, dos autos principais. ...”

Eis aí o motivo do pedido da custódia preventiva formulada pelo Dono da Ação - ministério Público.

Tal pedido, foi respondido pelo *Juízo a quo* às fls.07/09, como segue:

Juiz(a) de Direito: Dr(a).MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Vistos.

Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06.

Passo, doravante, a fundamentar.

Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g.

As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção desubterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017.

Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesses do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos1501594-83.2019.8.26.0559).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito.

As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site YouTube foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta Zicutake (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu).

A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na gravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois.

Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos.

O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal.

Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos.

Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG20.252.741.

Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.

Expeça-se mandado de prisão. Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 25 de junho de 2020....”

Verifica-se às fls.13/16 do mesmo compendio de pedido de prisão preventiva que o ora paciente foi preso em cumprimento a Ordem Judicial acima exposta no dia 02/07/2020, estando preso sob prisão preventiva até o dia de hoje.

O processo seguiu seus impulsos oficiais, **TENDO JÁ ENCERRADO A INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

Com tal fato, os autos seguiram em 09/novembro/2020, para o Representante do Ministério Público que entendeu JÁ NÃO MAIS PERSISTEM OS REQUISITOS DO ARTIGO 312, do Código de Processo Penal, REQUERENDO A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA que fora por ele Requerido, vejamos:



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

“fls.1246 ... Vara Única da Comarca de Nova Granada
Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

O acusado se encontra preso preventivamente já há mais de 04 (quatro) meses, sendo certo que mesmo em caso de eventual condenação com início de cumprimento em regime mais gravoso que o aberto, certamente lhe seria permitida a progressão de regime tão logo iniciada a execução da pena. Ainda, é certo que se encontra encerrada a instrução criminal e o exame determinado no bojo do incidente de insanidade mental do acusado já foi realizado - (cf. fls. 60/63, dos autos nº 0001446-37.2020.8.26.0390) - de modo que não vislumbro mais presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Assim, diante do acima exposto, ausentes os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal, requero a revogação da prisão preventiva do acusado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.**

Nova Granada, 9 de novembro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça ...”

Por nossa surpresa, mesmo o Autor da Ação Persecutória Penal e o mesmo que requereu sua prisão preventiva do ora Paciente, ou seja, **o ilustre Representante do Ministério Público, ter pedido a REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, por entender não mais haver os requisitos do artigo 312, do Código de Processo Penal, o juiz a quo, indeferiu o petítório, com a devida vênia, sem qualquer fundamentação plausível, vejamos:**

Juiz(a) de Direito:Dr(a).MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

O n. representante do Ministério Público, *sponte* própria, peticionou pela supressão da custódia do acusado.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Passo a fundamentar.

Inicialmente, segue-se análise do interrogatório do réu na audiência ocorrida no mês passado.

(...) Que quando estava solto estudava nas mesmas faculdades dos advogados se porque percebeu que na faculdade havia falta de ética e tinha problemas; acusou advogados de irregularidades; seus estudos eram pagos pelo depoente, que não trabalhava mas tem inteligência e ganhou bolsa, inclusive de instituições federais.

O depoente estudava na cidade de São José do Rio Preto-SP com bolsa integral; nunca teve problemas quando na menoridade; sobre os fatos do processo, ao ser indagado sobre a mensagens, passou a dizer que o promotor do processo foi exposto pelo depoente, que expôs também os pais e familiares do mesmo; disse que expôs, também esse magistrado e parentes dele; disse que, legalmente, pela lei da magistratura, esse subscritor deveria ter nomeado outro juiz para o caso e que já não sabe mais o que é legal.

Relatou que foi agredido e que não sabe mais o que é justiça; sobre a publicação das postagens, disse que nunca viu sequer o rosto do juiz do foro de Nova Granada, Fabiano Crepaldi; disse que realmente publicou todas essas notícias e denúncias, eis que não concorda com irregularidades; disse que lançou denúncias na corregedoria, CNJ em decorrência de um processo que o juiz julgou sem lhe conceder defesa, suprimindo os artigos 133 e 134 da Constituição Federal.

Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: **Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.**

Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a I. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado. Anoto que durante a escuta das vítimas, o réu, por interromper os depoimentos, mesmo sendo admoestado por esse julgador, continuou a obstruir os trabalhos e ser retirado do ambiente de audiência, retornando para o interrogatório quando, novamente, não restou possível diante de suas continuadas intervenções, a continuidade dos trabalhos. (...) Nessa quadratura e considerando-se que prisão cautelar vigente decorre de precedentes descumprimentos de medidas cautelares e considerando-se a inegável excepcionalidade da situação, eis que por ora inexistente possibilidade de ciência adequada sobre a situação mental do acusado, a custódia é de ser mantida.

Digno assinalar que, pela estruturação peculiar do processo, caso o réu seja apenado com regime intermediário, o beneplácito inscrito no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal não poderá ser concedido com automação no bojo da sentença; nesse caso específico, esse raciocínio implicaria colidência com diretriz de dicção constitucional, representada pelo sancionamento qualificado pela individualização irrestrita (artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal). Exigível, em momento oportuno na espécie, exame criminológico apurado. No plano do direito positivo, o artigo 316 do Código de Processo Penal autoriza o julgador, na função presidencial do processo e que nele figura como representante máximo da jurisdição penal, monopólio do Estado, oficiosamente a decretação da custódia em casos dessa natureza ao que a manutenção, por ser desdobramento da mesma, resta por ora mantida.

O acusado em audiência, além de não haver demonstrado qualquer traço de arrependimento, demonstrou ousadia invulgar, digna do mais veemente repúdio social e estatal e insuscetível de qualquer contemporização de sua situação pessoal; caso, portanto, de manutenção da sua prisão eis que em absoluto nada indica que em liberdade seus atos - premeditados e impregnados de degradante color ofensivo e, portanto, de perversão da estrutura social - terão sequenciamento diverso.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público.

Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal.

Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu.

Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020. ...”

NOBRES DESEMBARGADORES:

Tal persistência da prisão preventiva decretada pelo *juízo a quo* se funda notadamente em fatos da última audiência realizada POR VIDEO CONFERÊNCIA, diz o mesmo que o ora Paciente não se comportou de forma gentil e apresentou comportamento agressivo (sic).

Todavia, cabe a defesa neste momento pontuar:

A Audiência era virtual.

O juiz possui os meios de bloqueio tanto de câmara quanto de vídeo, tal instrumentos são utilizados para ser usado sob a presidência do Juízo, podendo serem usados a qualquer momento por ele quando observar que a audiência segue em rumo descontrolados.

Os fatos alegados pelo Juízo, poderia muito bem ser impedido por ele mesmo, bastasse ele tirar o microfone do ora Paciente, ou até mesmo, tirar a câmara, tais atitudes são usadas normalmente quando uma testemunha não quer depor na presença do réu, no caso, ora paciente.

Quanto ao fato de ao ser inquirido ter mostrado alguma agressividade, bastava interromper o depoimento, o como o fez e, até mesmo, retirar o réu, ora paciente da sala de audiências, mesmo que fosse virtual.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Quanto ao fato dele dizer fatos que não agradou ao Juízo, a defesa não viu isto, viu apenas que o Acusado queria o tempo todo falar com este defensor, como já havia falado e observando não haver necessidade, poderia muito bem lhe retirar o microfone ou lhe retirar da sala de audiências.

Quanto aos fatos dito por ele (ora Paciente), este não está compromissado em dizer ao Juízo o que ele quer ouvir, ele está inclusive, descompromissado de dizer qualquer coisa, podendo, até mesmo ficar em silêncio, ou responder apenas o que quer, não configurando estas condições qualquer desrespeito a Autoridade.

Não se pode o Juízo *a quo*, levar para o lado pessoal os fatos da ação, mesmo que envolva colegas do seu *mister*, ou até mesmo do Ministério Público ou advogado ou defensores.

Ora, ninguém sorri na condição de preso, ainda, se achar injustiçado. O comum, é apresentar descontentamento.

Bem, muito bem dito pelo Ministério Público, hoje se o paciente fosse condenado as reprimendas da Lei, o paciente já teria direito a progressão de regime, ao regime mais brando, regime aberto.

Então, porque persistir em sua Prisão Preventiva.

Ora, persistir em Prisão Preventiva com base apenas em possibilidade ou não de exame criminológico, ofende totalmente os parâmetros de nosso ordenamento jurídico.

Exame criminológico algum, é instrumento para manter um acusado *ad perpetuam* junto ao cárcere.

Exame criminológico a nosso ver se faz necessário, a critério do Juízo, quando se tratar de crimes hediondos o que não é o caso.

Qual o perigo que o Paciente possa colocar a sociedade NUM TODO, perigo este, que se diga: de morte, ou gravidade à saúde?

O Paciente É PRIMÁRIO, com bons antecedentes, residência fixa, arrimo de família, apenas busca ser ouvido “adequadamente (sic)” pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, “não o sendo até o



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

momento sic”, se frustra diante de tal condição e conforme o próprio Juízo disse busca ser ouvido até pela Corregedoria e pelo Conselho Nacional de Justiça, não sendo ouvido, crê que pode buscar a guarida social para tal finalidade.

A defesa, não vê crime nenhum nestas condições, exceto pelo excesso.

Agora, manter uma pessoa no cárcere querendo obriga-lo a cumprir as “suas” (do Juiz) regras sociais de convívio, isto é, o mesmo que usar a “Lei da Mordaca”, isto não é permitido em nosso ordenamento jurídico.

O Juízo mantém o Paciente no cárcere apenas através de condições subjetivas, ou seja, “que acha que podem se manter no futuro que é incerto”.

Nem para a manutenção apenas repisa os fatos pelos quais já está sendo julgado, porém, nenhum hediondo e que possam colocar a sanidade ou a vida de um cidadão em risco.

Qual seria um argumento nesse caso para a realização de um exame criminológico? Respondemos: nenhum. Simples assim.

Mantê-lo no cárcere é, no mínimo, uma ofensa à liberdade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve em seu art. 5º, inciso LXVIII, que será concedido ao impetrado *habeas corpus* ante violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder da autoridade coatora

Sempre, que alguém sofrer constrangimento ilegal, já efetivado, para afastá-lo pedirá alvará de soltura (*habeas corpus* liberatório), ou quando se achar em iminente ameaça à liberdade de locomoção a que possa vir sofrer, para se resguardar pedirá salvo conduto (*habeas corpus* preventivo).

Em igual substrato, o Código de Processo Penal contempla em seus artigos 647 e 648:

"Art. 647. Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar";

*"Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:
I - Quando não houver justa causa; (...)"*

A exigência de fundamentação do decreto judicial de prisão cautelar, seja temporária ou preventiva, tem atualmente o inegável respaldo da doutrina jurídica e da jurisprudência dos tribunais do País, sendo, em regra, inaceitável fundamentar, arrazoando rasamente, que a só gravidade do crime imputada à pessoa seja suficiente para justificar a sua segregação, antes de a decisão condenatória penal transitar em julgado, em face do princípio da presunção de inocência expresso no art. 5º, LVII, da CF.

A simples reprodução das expressões ou dos termos legais expostos na norma de regência, divorciada dos fatos concretos ou baseada em meras suposições ou pressentimentos, não é suficiente para atrair a incidência do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo em vista que o referido dispositivo legal não admite conjecturas.

Por conseguinte, é fora de dúvida que o decreto de prisão cautelar, ou sua manutenção, há de explicitar a necessidade dessa medida extrema, indicando os motivos que a tornam indispensável, entre os elencados nos arts. 312 e 313 do CPP, como, aliás, impõe o art. 315 do mesmo Diploma.

Como é cediço, a prisão cautelar é medida excepcional e deve ser decretada, apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência ou da não-culpabilidade, sob pena de antecipar a reprimenda a ser cumprida, quando sim, correto seria do momento após a condenação.

Verifica-se que neste caso o Juízo *a quo*, até mesmo, antecipa sua decisão e suas consequência, o que é insuportável em nosso ordenamento jurídico.

A mera alusão à requisito legal da segregação cautelar, sem apresentação de fato concreto, determinante, não pode servir de motivação à custódia, segundo jurisprudência pacífica do STJ e do STF.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Irrefutável, de rigor, é a compreensão extraída das correções que elucidam o válido e exigível entendimento, abaixo casos que nos traz crimes piores:

(I) Anote-se, ainda, que, por ocasião do julgamento da ADIN 3.112-1/DF, do STF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, considerou-se inconstitucional o disposto no art. 21 da Lei 10.826/2003 (estatuto do desarmamento) **grifo meu**, que proibia a liberdade provisória no caso dos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.

(II) Com relação ao artigo 44 da Lei 11.343/2006, a jurisprudência dos Tribunais Superiores já pacificou o entendimento de que a proibição da liberdade provisória pelo legislador é inconstitucional, uma vez que a lei não pode vedar a liberdade em razão tão somente da gravidade abstrata do delito. **Grifos meus.**

Ademais, para ocorrer o cerceamento da liberdade de qualquer cidadão deve-se observar os princípios e garantias previstos na Carta Magna, o que foi gritantemente violado, além de, vislumbrar que, no caso em tela, não estão mais presentes, até mesmo ao VER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, os requisitos do artigo 312 do CPP (prisão preventiva) do paciente, na inteligência do parágrafo 2 deste artigo (redação dada pela Lei 13.964/2019), onde prevê, que: “*A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada*”.

Por outro lado, o artigo 282, parágrafo 6 do Código de Processo Penal (Lei 13.964/2019) dispõe, que: “A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada”.

Posto isto, as medidas cautelares dispostas no artigo 319 do CPP se mostram bastante suficientes ao caso em tela, caso o Juízo de chão ainda achar necessária, ou até mesmo este Tribunal de Justiça, tais condições poderão serem alteradas conforme melhor conveniência, afastando, todavia, a medida reclusiva.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

DA LIMINAR:

Vislumbra-se, em face do que fartamente se expôs até aqui, a congruência da situação constrangedora e ilegal a que se impôs ao paciente por mera conjectura jurídica sem respaldo legal.

De tal forma isto posto, funda-se presente no *fumus boni iuris* e no *periculum in mora*, para que se consolide toda a matéria de direito arguida pelo impetrante. Uma vez que há plausibilidade do direito alegado ante a ofensa à liberdade de locomoção do paciente, conforme demonstrada, bem como da possibilidade, de que a demora na sua satisfação venha a causar grave dano ou de difícil reparação a ele, cuja liberdade, somente ao final do processo importará em inaceitável e injusta manutenção da violação ao seu *status libertatis*.

De rigor, a presente ordem de *habeas corpus* deve ser concedida liminarmente com o fim de obstar a prisão preventiva do ora paciente, ainda porque, sua REVOGAÇÃO FOI PEDIDA ATÉ MESMO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, que não mais viu fundamento para tal persistência.

Agindo assim, essa Colenda Corte de Justiça, aplicará o direito à espécie fazendo cessar a ilegalidade advinda do ato da autoridade coatora *a quo* que se abateu sobre o paciente, devendo ser remediada por esse Colendo Tribunal ao conceder o *WRIT*, deixa-se respeitosamente, conforme exposto.

DOS PEDIDOS:

Portanto, com base nos arts. 5º, LXVIII da Constituição Federal, 647 e seguintes do Código de Processo Penal, requer a este **NOBRE RELATOR** e aos demais **DESEMBARGADORES** a **CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR** ou no **MÉRITO** para revogar a prisão preventiva, com a competente expedição do **ALVARÁ DE SOLTURA**, a fim de que seja o paciente posto em liberdade, ou caso seja o entendimento de **VOSSAS EXCELÊNCIAS**, sem prejuízo das cautelas cabíveis, ao menos substituí-la, em análise da possibilidade, da aplicação de uma das medidas cautelares alternativas, além dos demais dispositivos que regulam a matéria e instrumentalizam a cidadania para o exercício da ação constitucional, o remédio que garante a liberdade pessoal, impetra-se em favor do paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG/SSP-MG nº.20.252.741, expedida em 23/04/2013, e do CPF nº.133.036.496-18,



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

nascido na cidade de Piabeta, Estado do Rio de Janeiro, em 16/09/1995, seja confirmada esta ordem de HABEAS CORPUS, ao final.

Em tudo, deferido, seja expedido Alvará de Soltura Clausulado, enviando-o, da forma mais célere ao local onde o mesmo encontra-se preso, ao nosso saber para o (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÉM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 - Icém/SP CEP:15460-000, - Fone: (17) 3282-8400.

Segue anexa cópia completa dos autos de pedido de prisão preventiva, inclusive, com PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA FORMULADA PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Dá-se a presente o valor de R\$1.045,00 (para todos os efeitos).

AÇÃO CRIMINAL Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

AÇÃO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº.1000811-39.2020.8.26.0390

Termo em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 20 de novembro de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado - OAB/SP 238.365 -



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

**Impetrante: DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
Paciente: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS
Autoridade Coatora: Juiz de Direito do 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.**

AÇÃO CRIMINAL Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

AÇÃO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº.1000811-39.2020.8.26.0390

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, brasileiro, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº.238.365, portador do CPF nº.505.894.239-91 e do RG/SSP-PR nº.4.428.045-1, com escritório profissional na Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961, Vila Autora, na cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo - CEP.: 15.0104-040 - telefone (17) 99650-9394, onde recebe avisos e intimações - e-mail: solterramar@adv.oabsp.org.br, advogado do paciente junto aos autos nº.1500106-18.2019.8.26.0390, no qual foi nomeado através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652, vem respeitosamente perante esse Egrégio Tribunal, com fulcro no art. 5º, LXVIII, CF, arts. 647 e seguintes do CPP, impetrar o presente:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Em benefício do paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG/SSP-MG nº. 20.252.741, expedida em 23/04/2013, e do CPF nº. 133.036.496-18, nascido na cidade de Piabeta, Estado do Rio de Janeiro, em 16/09/1995, residente e domiciliado na Rua José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, na cidade de Icém-SP - CEP.: 15.460-000, atualmente recolhido no (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÉM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 - Icém/SP CEP:15460-000, - Fone: (17) 3282-8400, onde encontra-se preso e matriculado sob o nº. 1.213.732-9, o qual vem sofrendo violenta coação em sua liberdade, por ato do Excelentíssimo Senhor Juiz *a quo*, pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados:

1. DOS FATOS

O PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO PEDIU A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO ORA PACIENTE.

Do Processo de Conhecimento.

Nobres Desembargadores, consta da denúncia o que motivou a prisão preventiva o segue:

O Paciente, foi denunciado pelo ilustre Representante do Ministério Público no dia 21-11-2019, tendo em vista que consta do incluso inquérito policial que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro.

Constando, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Segundo se apurou, o denunciado, por não concordar com as decisões proferidas pelo ofendido Fabiano Rodrigues Crepaldi, nas ações judiciais que tramitaram nesta comarca de Nova Granada (processos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390), publicou um vídeo no Youtube imputando aos ofendidos a participação em um esquema criminoso, com intuito de auferir dinheiro e prejudicar os jurisdicionados.

É dos autos que a genitora do denunciado, Josilene Lourenço Pereira, foi demandada judicialmente por cobrança de alugueres e efetuou acordo, homologado judicialmente para a solução do conflito (cf fls. 620). Sucede que, arrependendo-se da transação, Josilene recorreu da sentença homologatória, que no entanto foi mantida pelo E. Colégio Recursal de São José do Rio Preto, sendo a sucumbente despejada (autos n. 0000735-71.2016.8.26.0390 - cf fls.628/640, 670, 677 e 705/717), fato que desagradou o denunciado.

Consta que, ainda inconformada com a homologação de seu acordo levada a efeito pelo Juiz Fabiano, Josilene buscou atendimento junto aos Promotores de Justiça Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury e José Heitor dos Santos, os quais atenderam e esclareceram referida senhora, informando que não tinham atribuições para resolver o seu inconformismo, porque se tratava de direito disponível e não envolvia interesses de menores ou incapazes, fato que novamente desagradou sobremaneira o denunciado e sua genitora.

Posteriormente, JOAQUIM ingressou com ação de indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c alimentos por miserabilidade em face de seu genitor, a qual, após regular trâmite foi julgada improcedente pela vítima Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi (autos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 - cf fls. 02/08, 362/367 e 406)

Em razão desses fatos, o denunciado elaborou um vídeo e o publicou no Youtube, mencionando que o Juiz de Direito, Promotores de Justiça, além de Advogados formavam um



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

esquema criminoso na prática de delitos de estelionato, coação, ameaça e obstrução de Justiça.

No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.

Após a ilustração do “esquema”, com a imputação falsa de delitos, o denunciado mencionou quem eram os envolvidos, publicando os nomes e fotografia dos ofendidos, causando-lhes, desta forma, graves e inequívocos prejuízos à honra, imagem e boa fama (cf laudo pericial de fls.904/914).

Se não bastasse, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO enviou inúmeros e-mails para órgãos correicionais e de ética narrando os mesmos fatos, atribuindo aos ofendidos a prática de infrações penais.

Em um dos e-mails, o denunciado chama o Juiz de Direito e o Presidente da OAB de “corruptos” e a Promotora de “fujona” (cf fls.553/561 e 570)

Os fatos tornaram conhecidos quando o denunciado encaminhou e-mail para esta Promotoria de Justiça de Nova Granada, através de seu e-mail pessoal.

Apurou-se, por fim, que os delitos foram praticados contra funcionários públicos, em razão de suas funções.

Representações a fls.550, 568/569 e 582/583.

Perante a Autoridade Policial, o denunciado admitiu que enviou os e-mails fazendo denúncias contras agentes públicos de Nova Granada (cf fls. 576/578).

Muito bem, em 24/06/2020, o ilustre Representante do Ministério Público, junto aos autos n°. 1000811-39.2020.8.26.0390 de Pedido



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOCADO - OAB/SP-238.365

de Prisão Preventiva, resolveu requer sua prisão preventivamente fundamento o que segue:

“... fls.05/06 ... Como bem se nota, portanto, a instrução processual do presente feito é constantemente alvo de embargos provocados pelo ora requerido, que continua reiteração delitiva, caluniando, difamando e injuriando juízes, promotores e defensores dativos, de maneira sistemática, buscando intimidar e constranger os atores processuais, prejudicando o adequado andamento da instrução criminal.

Também é a ordem pública abalada pela incessante reiteração delitiva de indivíduo que demonstra absoluto descaso com as consequências de suas condutas, ultrapassando os limites do razoável e exigindo pronta e eficaz resposta da Justiça.

Dessa forma, presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos nos artigos 312 e 313, inciso II, notadamente a necessidade de se garantir a ordem pública, evitando-se reiteração delitiva, que persiste mesmo com o início da instância, bem como a conveniência da instrução criminal, que vem sendo retardada por atos criminosos praticados contra os magistrados, promotores e até mesmo os defensores nomeados para defender o ora requerido, requerio seja decretada a PRISÃO PREVENTIVA de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, qualificado a fls. 576/578, dos autos principais.
...”

Eis aí o motivo do pedido da custódia preventiva formulada pelo Dono da Ação - ministério Público.

Tal pedido, foi respondido pelo *Juízo a quo* às fls.07/09, como segue:

Juiz(a) de Direito: Dr(a).MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Vistos.

Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06.

Passo, doravante, a fundamentar.

Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g.

As condutas do réu são, reiterar-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo(DOE de 11.02.2020, fl. 1.025)e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017.

Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesses do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020,a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos1501594-83.2019.8.26.0559).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa textura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito.

As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site YouTube foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta Zicutake (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu).

A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na degravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois.

Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, calunhando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos.

O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal.

Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos.

Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG20.252.741.

Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.

Expeça-se mandado de prisão. Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 25 de junho de 2020....”

Verifica-se às fls.13/16 do mesmo compendio de pedido de prisão preventiva que o ora paciente foi preso em cumprimento a Ordem Judicial acima exposta no dia 02/07/2020, estando preso sob prisão preventiva até o dia de hoje.

O processo seguiu seus impulsos oficiais, **TENDO JÁ ENCERRADO A INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

Com tal fato, os autos seguiram em 09/novembro/2020,

para o Representante do Ministério Público que entendeu JÁ NÃO MAIS PERSISTEM OS REQUISITOS DO ARTIGO 312, do Código de Processo Penal, REQUERENDO A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA que fora por ele Requerido, vejamos:



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

“fls. 1246 ... Vara Única da Comarca de Nova Granada
Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

O acusado se encontra preso preventivamente já há mais de 04 (quatro) meses, sendo certo que mesmo em caso de eventual condenação com início de cumprimento em regime mais gravoso que o aberto, certamente lhe seria permitida a progressão de regime tão logo iniciada a execução da pena. Ainda, é certo que se encontra encerrada a instrução criminal e o exame determinado no bojo do incidente de insanidade mental do acusado já foi realizado - (cf. fls. 60/63, dos autos nº 0001446-37.2020.8.26.0390) - de modo que não vislumbro mais presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Assim, diante do acima exposto, ausentes os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal, requeiro a revogação da prisão preventiva do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Nova Granada, 9 de novembro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça ...”

Por nossa surpresa, mesmo o Autor da Ação Persecutória Penal e o mesmo que requereu sua prisão preventiva do ora Paciente, ou seja, o ilustre Representante do Ministério Público, ter pedido a REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, por entender não mais haver os requisitos do artigo 312, do Código de Processo Penal, o juiz a quo, indeferiu o petítório, com a devida vênia, sem qualquer fundamentação plausível, vejamos:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

O n. representante do Ministério Público, *sponte própria*, peticionou pela supressão da custódia do acusado.

**DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO****ADVOCADO - OAB/SP-238.365****Passo a fundamentar.**

Inicialmente, segue-se análise do interrogatório do réu na audiência ocorrida no mês passado.

(...) Que quando estava solto estudava nas mesmas faculdades dos advogados se porque percebeu que na faculdade havia falta de ética e tinha problemas; acusou advogados de irregularidades; seus estudos eram pagos pelo depoente, que não trabalhava mas tem inteligência e ganhou bolsa, inclusive de instituições federais.

O depoente estudava na cidade de São José do Rio Preto-SP com bolsa integral; nunca teve problemas quando na menoridade; sobre os fatos do processo, ao ser indagado sobre a mensagens, passou a dizer que o promotor do processo foi exposto pelo depoente, que expôs também os pais e familiares do mesmo; disse que expôs, também esse magistrado e parentes dele; disse que, legalmente, pela lei da magistratura, esse subscritor deveria ter nomeado outro juiz para o caso e que já não sabe mais o que é legal.

Relatou que foi agredido e que não sabe mais o que é justiça; sobre a publicação das postagens, disse que nunca viu sequer o rosto do juiz do foro de Nova Granada, Fabiano Crepaldi; disse que realmente publicou todas essas notícias e denúncias, eis que não concorda com irregularidades; disse que lançou denúncias na corregedoria, CNJ em decorrência de um processo que o juiz julgou sem lhe conceder defesa, suprimindo os artigos 133 e 134 da Constituição Federal.

Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: **Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.**

Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a l. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOCADO - OAB/SP-238.365

resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado. Anoto que durante a escuta das vítimas, o réu, por interromper os depoimentos, mesmo sendo admoestado por esse julgador, continuou a obstruir os trabalhos e ser retirado do ambiente de audiência, retornando para o interrogatório quando, novamente, não restou possível diante de suas continuadas intervenções, a continuidade dos trabalhos. (...) Nessa quadratura e considerando-se que prisão cautelar vigente decorre de precedentes descumprimentos de medidas cautelares e considerando-se a inegável excepcionalidade da situação, eis que por ora inexistente possibilidade de ciência adequada sobre a situação mental do acusado, a custódia é de ser mantida.

Digno assinalar que, pela estruturação peculiar do processo, caso o réu seja apenado com regime intermediário, o beneplácito inscrito no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal não poderá ser concedido com automação no bojo da sentença; nesse caso específico, esse raciocínio implicaria colidência com diretriz de dicção constitucional, representada pelo sancionamento qualificado pela individualização restrita (artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal). Exigível, em momento oportuno na espécie, exame criminológico apurado. No plano do direito positivo, o artigo 316 do Código de Processo Penal autoriza o julgador, na função presidencial do processo e que nele figura como representante máximo da jurisdição penal, monopólio do Estado, oficiosamente a decretação da custódia em casos dessa natureza ao que a manutenção, por ser desdobramento da mesma, resta por ora mantida.

O acusado em audiência, além de não haver demonstrado qualquer traço de arrependimento, demonstrou ousadia invulgar, digna do mais veemente repúdio social e estatal e insuscetível de qualquer contemporização de sua situação pessoal; caso, portanto, de manutenção da sua prisão eis que em absoluto nada indica que em liberdade seus atos - premeditados e impregnados de degradante color ofensivo e, portanto, de perversão da estrutura social - terão sequenciamento diverso.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOCADO - OAB/SP-238.365

Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público.

Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal.

Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu.

Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020. ...”

NOBRES DESEMBARGADORES:

Tal persistência da prisão preventiva decretada pelo *juízo a quo* se funda notadamente em fatos da última audiência realizada POR VIDEO CONFERÊNCIA, diz o mesmo que o ora Paciente não se comportou de forma gentil e apresentou comportamento agressivo (sic).

Atualmente, cabe a defesa neste momento pontuar:

A Audiência era virtual.

O juiz possui os meios de bloqueio tanto de câmara quanto de vídeo, tal instrumentos são utilizados para ser usado sob a presidência do Juízo, podendo serem usados a qualquer momento por ele quando observar que a audiência segue em rumo descontrolados.

Os fatos alegados pelo Juízo, poderia muito bem ser impedido por ele mesmo, bastasse ele tirar o microfone do ora Paciente, ou até mesmo, tirar a câmara, tais atitudes são usadas normalmente quando uma testemunha não quer depor na presença do réu, no caso, ora paciente.

Quanto ao fato de ao ser inquirido ter mostrado alguma agressividade, bastava interromper o depoimento, o como o fez e, até mesmo, retirar o réu, ora paciente da sala de audiências, mesmo que fosse virtual.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Quanto ao fato dele dizer fatos que não agradou ao Juízo, a defesa não viu isto, viu apenas que o Acusado queria o tempo todo falar com este defensor, como já havia falado e observando não haver necessidade, poderia muito bem lhe retirar o microfone ou lhe retirar da sala de audiências.

Quanto aos fatos dito por ele (ora Paciente), este não está comprometido em dizer ao Juízo o que ele quer ouvir, ele está inclusive, descomprometido de dizer qualquer coisa, podendo, até mesmo ficar em silêncio, ou responder apenas o que quer, não configurando estas condições qualquer desrespeito a Autoridade.

Não se pode o Juízo *a quo*, levar para o lado pessoal os fatos da ação, mesmo que envolva colegas do seu *mister*, ou até mesmo do Ministério Público ou advogado ou defensores.

Ora, ninguém sorri na condição de preso, ainda, se achar injustiçado. O comum, é apresentar descontentamento.

Bem, muito bem dito pelo Ministério Público, hoje se o paciente fosse condenado as reprimendas da Lei, o paciente já teria direito a progressão de regime, ao regime mais brando, regime aberto.

Então, porque persistir em sua Prisão Preventiva.

Ora, persistir em Prisão Preventiva com base apenas em possibilidade ou não de exame criminológico, ofende totalmente os parâmetros de nosso ordenamento jurídico.

Exame criminológico algum, é instrumento para manter um acusado *ad perpetuam* junto ao cárcere.

Exame criminológico a nosso ver se faz necessário, a critério do Juízo, quando se tratar de crimes hediondos o que não é o caso.

Qual o perigo que o Paciente possa colocar a sociedade NUM TODO, perigo este, que se diga: de morte, ou gravidade à saúde?

O Paciente É PRIMÁRIO, com bons antecedentes, residência fixa, arrimo de família, apenas busca ser ouvido “adequadamente (sic)” pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, “não o sendo até o



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

momento sic”, se frustra diante de tal condição e conforme o próprio Juízo disse busca ser ouvido até pela Corregedoria e pelo Conselho Nacional de Justiça, não sendo ouvido, crê que pode buscar a guarida social para tal finalidade.

A defesa, não vê crime nenhum nestas condições, exceto pelo excesso.

Agora, manter uma pessoa no cárcere querendo obrigá-lo a cumprir as “suas” (do Juiz) regras sociais de convívio, isto é, o mesmo que usar a “Lei da Mordança”, isto não é permitido em nosso ordenamento jurídico.

O Juízo mantém o Paciente no cárcere apenas através de condições subjetivas, ou seja, “que acha que podem se manter no futuro que é incerto”.

Nem para a manutenção apenas repisa os fatos pelos quais já está sendo julgado, porém, nenhum hediondo e que possam colocar a sanidade ou a vida de um cidadão em risco.

Qual seria um argumento nesse caso para a realização de um exame criminológico? Respondemos: nenhum. Simples assim.

Mantê-lo no cárcere é, no mínimo, uma ofensa à liberdade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve em seu art. 5º, inciso LXVIII, que será concedido ao impetrado *habeas corpus* ante violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder da autoridade coatora

Sempre, que alguém sofrer constrangimento ilegal, já efetivado, para afastá-lo pedirá alvará de soltura (*habeas corpus* liberatório), ou quando se achar em iminente ameaça à liberdade de locomoção a que possa vir sofrer, para se resguardar pedirá salvo conduto (*habeas corpus* preventivo).

Em igual substrato, o Código de Processo Penal contempla em seus artigos 647 e 648:

"Art. 647. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar”;

*“Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:
I - Quando não houver justa causa; (...).”*

A exigência de fundamentação do decreto judicial de prisão cautelar, seja temporária ou preventiva, tem atualmente o inegável respaldo da doutrina jurídica e da jurisprudência dos tribunais do País, sendo, em regra, inaceitável fundamentar, arrazando rasamente, que a só gravidade do crime imputada à pessoa seja suficiente para justificar a sua segregação, antes de a decisão condenatória penal transitar em julgado, em face do princípio da presunção de inocência expresso no art. 5º, LVII, da CF.

A simples reprodução das expressões ou dos termos legais expostos na norma de regência, divorciada dos fatos concretos ou baseada em meras suposições ou pressentimentos, não é suficiente para atrair a incidência do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo em vista que o referido dispositivo legal não admite conjecturas.

Por conseguinte, é fora de dúvida que o decreto de prisão cautelar, ou sua manutenção, há de explicitar a necessidade dessa medida extrema, indicando os motivos que a tornam indispensável, entre os elencados nos arts. 312 e 313 do CPP, como, aliás, impõe o art. 315 do mesmo Diploma.

Como é cediço, a prisão cautelar é medida excepcional e deve ser decretada, apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência ou da não-culpabilidade, sob pena de antecipar a reprimenda a ser cumprida, quando sim, correto seria do momento após a condenação.

Verifica-se que neste caso o Juízo *a quo*, até mesmo, antecipa sua decisão e suas consequência, o que é insuportável em nosso ordenamento jurídico.

A mera alusão à requisito legal da segregação cautelar, sem apresentação de fato concreto, determinante, não pode servir de motivação à custódia, segundo jurisprudência pacífica do STJ e do STF.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOCADO - OAB/SP-238.365

Irrefutável, de rigor, é a compreensão extraída das correções que elucidam o vário e exigível entendimento, abaixo casos que nos traz crimes piores:

(I) Anote-se, ainda, que, por ocasião do julgamento da ADIN 3.112-1/DF, do STF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, considerou-se inconstitucional o disposto no art. 21 da Lei 10.826/2003 (estatuto do desarmamento) **grifo meu**, que proibia a liberdade provisória no caso dos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.

(II) Com relação ao artigo 44 da Lei 11.343/2006, a jurisprudência dos Tribunais Superiores já pacificou o entendimento de que a proibição da liberdade provisória pelo legislador é inconstitucional, uma vez que a lei não pode vedar a liberdade em razão tão somente da gravidade abstrata do delito. **Grifos meus**.

Ademais, para ocorrer o cerceamento da liberdade de qualquer cidadão deve-se observar os princípios e garantias previstos na Carta Magna, o que foi gritantemente violado, além de, vislumbra que, no caso em tela, não estão mais presentes, até mesmo ao VER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, os requisitos do artigo 312 do CPP (prisão preventiva) do paciente, na inteligência do parágrafo 2 deste artigo (redação dada pela Lei 13.964/2019), onde prevê, que: “*A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada*”.

Por outro lado, o artigo 282, parágrafo 6 do Código de Processo Penal (Lei 13.964/2019) dispõe, que: “A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada”.

Posto isto, as medidas cautelares dispostas no artigo 319 do CPP se mostram bastante suficientes ao caso em tela, caso o Juízo de chão ainda achar necessária, ou até mesmo este Tribunal de Justiça, tais condições poderão serem alteradas conforme melhor conveniência, afastando, todavia, a medida reclusiva.



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

DA LIMINAR:

Vislumbra-se, em face do que fartamente se expôs até aqui, a congruência da situação constrangedora e ilegal a que se impôs ao paciente por mera conjectura jurídica sem respaldo legal.

De tal forma isto posto, funda-se presente no *fumus boni iuris* e no *periculum in mora*, para que se consolide toda a matéria de direito arguida pelo impetrante. Uma vez que há plausibilidade do direito alegado ante a ofensa à liberdade de locomoção do paciente, conforme demonstrada, bem como da possibilidade, de que a demora na sua satisfação venha a causar grave dano ou de difícil reparação a ele, cuja liberdade, somente ao final do processo importará em inaceitável e injusta manutenção da violação ao seu status libertatis.

De rigor, a presente ordem de *habeas corpus* deve ser concedida liminarmente com o fim de obstar a prisão preventiva do ora paciente, ainda porque, sua REVOGAÇÃO FOI PEDIDA ATÉ MESMO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, que não mais viu fundamento para tal persistência.

Agindo assim, essa Colenda Corte de Justiça, aplicará o direito à espécie fazendo cessar a ilegalidade advinda do ato da autoridade coatora *a quo* que se abateu sobre o paciente, devendo ser remediada por esse Colendo Tribunal ao conceder o *WRIT*, deixa-se respeitosamente, conforme exposto.

DOS PEDIDOS:

Portanto, com base nos arts. 5º, LXVIII da Constituição Federal, 647 e seguintes do Código de Processo Penal, requer a este **NOBRE RELATOR** e aos demais **DESEMBARGADORES** a **CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR** ou no **MÉRITO** para revogar a prisão preventiva, com a competente expedição do **ALVARÁ DE SOLTURA**, a fim de que seja o paciente posto em liberdade, ou caso seja o entendimento de **VOSSAS EXCELENCIAS**, sem prejuízo das cautelas cabíveis, ao menos substituí-la, em análise da possibilidade, da aplicação de uma das medidas cautelares alternativas, além dos demais dispositivos que regulam a matéria e instrumentalizam a cidadania para o exercício da ação constitucional, o remédio que garante a liberdade pessoal, impetra-se em favor do paciente **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG/SSP-MG nº.20.252.741, expedida em 23/04/2013, e do CPF nº.133.036.496-18,



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

nascido na cidade de Piabeta, Estado do Rio de Janeiro, em 16/09/1995, seja confirmada esta ordem de HABEAS CORPUS, ao final.

Em tudo, deferido, seja expedido Alvará de Soltura Clausulado, enviando-o, da forma mais célere ao local onde o mesmo encontra-se preso, ao nosso saber para o (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÊM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 - Icêm/SP CEP:15460-000, - Fone: (17) 3282-8400.

Segue anexa cópia completa dos autos de pedido de prisão preventiva, inclusive, com PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA FORMULADA PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Dá-se a presente o valor de R\$1.045,00 (para todos os efeitos).

AÇÃO CRIMINAL Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

AÇÃO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº.1000811-39.2020.8.26.0390

Termo em que,
Pede deferimento.

São José do Rio Preto-SP., 20 de novembro de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado - OAB/SP 238.365 -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Habeas Corpus Criminal Processo nº 2276617-85.2020.8.26.0000

Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**

Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Vistos.

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado pelo(a) advogado(a) Dr(a) Sinomar de Souza Castro, inscrito na OAB/SP nº 238.365, em favor do paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, no qual aponta como autoridade coatora o(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Nova Granada, nos autos de nº 1500106-18.2019.8.26.0390, pela manutenção da prisão preventiva do paciente, com alegação de que a prisão configura constrangimento ilegal.

Relata que houve manifestação ministerial favorável à concessão de liberdade provisória ao paciente, após o encerramento da instrução processual, mas que a autoridade coatora manteve a prisão preventiva.

Aduz que a "*persistência da prisão preventiva decretada pelo juízo a quo se funda notadamente em fatos da última audiência realizada POR VIDEO CONFERÊNCIA, diz o mesmo que o ora Paciente não se comportou de forma gentil e apresentou comportamento agressivo*", e pontua que a audiência ocorreu de modo virtual; que o magistrado "*possui os meios de bloqueio tanto de câmara quanto de vídeo*", que os fatos suscitados pelo magistrado poderiam ser impedidos por ele; que "*Quanto ao fato de ao ser inquirido ter mostrado alguma agressividade, bastava interromper o depoimento, o como o fez e, até mesmo, retirar o réu, ora paciente da sala de audiências, mesmo que fosse virtual*"; que o magistrado não poderia "*levar para o lado pessoal os fatos da ação, mesmo que envolva colegas do seu mister, ou até mesmo do Ministério Público ou advogado ou defensores*"; e que "*ninguém sorri na condição de preso, ainda, se achar injustiçado. O comum, é apresentar descontentamento*".



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sustenta(m) que manter a prisão preventiva do paciente com base apenas na possibilidade, ou não, de exame criminológico ofende os parâmetros do ordenamento jurídico, pois não é instrumento para manter um acusado no cárcere; que o(a) paciente é primário(a), com bons antecedentes, tem residência fixa; que não estão mais presentes os critérios legais para manutenção da prisão preventiva, conforme reconhecido pelo Ministério Público; que não houve fundamentação satisfatória para manutenção da prisão preventiva, a qual se mostra desnecessária.

Pleiteia(m) a concessão de liminar, a fim de que seja revogada a prisão do(a) paciente, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura, com aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, e a posterior concessão, em definitivo, da ordem, confirmando-se a liminar.

O deferimento de liminar em sede de *Habeas Corpus* é medida de extrema excepcionalidade. Por isso, neste momento, cabe apenas uma análise superficial dos autos, para averiguar se está presente, de modo patente, coação ilegal, revelando-se a necessidade e urgência da ordem, devendo o mérito ser analisado após manifestação da Procuradoria Geral de Justiça.

No caso em tela, em breve análise dos autos, não há elementos que permitam concluir que há flagrante ilegalidade na manutenção da prisão preventiva do(a) paciente.

De fato, em razão do sistema acusatório, a anuência de representante do Ministério Público com a concessão de liberdade provisória de um acusado, via de regra, sinaliza que a manutenção da prisão preventiva seria desnecessária e desproporcional; contudo, o caso concreto retrata situação excepcionalíssima, a demandar análise mais aprofundada e atenta.

Primeiramente, a prisão preventiva do paciente foi decretada e mantida através de decisões devidamente fundamentadas, que externaram a excepcionalidade do caso concreto, e os motivos pelos quais a medida tão extrema que é o cárcere se mostrou necessária, apesar dos delitos imputados na denúncia de folhas



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

984/989 da origem não se revestirem de violência ou grave ameaça, conforme se observa das folhas 1068/1071 e 1248/1250 dos autos de origem:

“Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g.

As condutas do réu são, reitere-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andreza Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andreza Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls.1.013/1.104 e 1.017.

Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andreza Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a magistrada sucessora, designada pelo residente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesses do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.

No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos docente e discente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextualura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito.

As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontastável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela deprecição e depreciação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se, que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Itém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site *YouTube* foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta *Zicuitake* (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter (depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu).

A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na degravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal *YouTube* e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois.

Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intemorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos.

O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vítimas. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal.

Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regidamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo, enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos." **(folhas 1068/1071 dos autos de origem).**



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.

Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a I. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado. Anoto que durante a escuta das vítimas, o réu, por interromper os depoimentos, mesmo sendo admoestado por esse julgador, continuou a obstruir os trabalhos e ser retirado do ambiente de audiência, retornando para o interrogatório quando, novamente, não restou possível diante de suas continuadas intervenções, a continuidade dos trabalhos. (...)

Nessa quadratura e considerando-se que prisão cautelar vigente decorre de precedentes descumprimentos de medidas cautelares e considerando-se a ingêvel excepcionalidade da situação, eis que por ora inexistente possibilidade de ciência adequada sobre a situação mental do acusado, a custódia é de ser mantida.

Digno assinalar que, pela estruturação peculiar do processo, caso o réu seja apenado com regime intermediário, o beneplácito inscrito no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal não poderá ser concedido com automação no bojo da sentença; nesse caso específico, esse raciocínio implicaria colidência com diretriz de dicção constitucional, representada pelo sancionamento qualificado pela individualização restrita (artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal). Exigível, em momento oportuno na espécie, exame criminológico apurado.

No plano do direito positivo, o artigo 316 do Código de Processo Penal autoriza o julgador, na função presidencial do processo e que nele figura como representante máximo da jurisdição penal, monopólio do Estado, oficialmente a decretação da custódia em casos dessa natureza ao que a manutenção, por ser desdobramento da mesma, resta por ora mantida.

O acusado em audiência, além de não haver demonstrado qualquer traço de arrependimento, demonstrou ousadia invulgar, digna do mais veemente repúdio social e estatal e insuscetível de qualquer contemporização de sua situação pessoal; caso, portanto, de manutenção da sua prisão eis que em absoluto nada indica que em liberdade seus atos - premeditados e impregnados de degradante color ofensivo e, portanto, de perversão da estrutura social - terão sequenciamento diverso.

Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público.

Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal.

Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu. " (folhas 1248/1250 da origem).

E apesar dos esforços argumentativos do impetrante, buscando justificar a conduta do paciente durante a audiência de instrução, alegando que não estariam mais presentes os requisitos para manutenção da prisão preventiva do paciente, razão não assiste ao impetrante.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante da incommum recomendação apresentada pelo magistrado na folha 1250, último parágrafo, dos autos de origem, este relator acessou o arquivo disponibilizado na folha 1245 daqueles autos e visualizou a audiência de instrução realizada no dia 15 de outubro de 2020, e pôde verificar que a postura do paciente realmente denota não apenas ausência de arrependimento, mas extrema belicosidade para com as autoridades, sequer respeitando e respondendo seu advogado de defesa, doravante impetrante.

Não se ignora que o paciente já foi submetido a exame pericial para averiguação de eventual insanidade mental, nos autos de nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (vide folhas 60/63 dos referidos autos), contudo, o laudo ainda não foi juntado.

Considerando-se a ausência de laudo pericial e o comportamento adotado pelo paciente não apenas durante a audiência, mas enquanto permaneceu no cárcere (cartas juntadas nas folhas 1151/1152 e 1215/1218 dos autos de origem), mostra-se absolutamente temerária e prematura a concessão da liminar, apesar da primariedade do paciente, devendo ser reconhecido o risco à ordem pública que o paciente oferece, caso colocado em liberdade neste momento.

Indefiro, pois, a liminar, ausente flagrante ilegalidade.

Requistem-se informações pormenorizadas à autoridade coatora, sobre o andamento do feito e especialmente sobre eventual juntada do laudo pericial nos autos de nº 0001446-37.2020.8.26.0390, para viabilizar o sentenciamento do feito, pois apesar da não obrigatoriedade da diligência, reputo necessária para melhor análise da presente impetração.

Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, e tornem conclusos.

São Paulo, 26 de novembro de 2020.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
SJ 5.10 - Serv. de Proces. de Habeas Corpus e Mandados de Segurança
Rua da Glória, 459 - 10º Andar - CEP: 01510-001

São Paulo, 26/11/2020.

Habeas Corpus Criminal n.º: 2276617-85.2020.8.26.0000 (**PROCESSO DIGITAL**)
(FAVOR USAR ESTA REFERÊNCIA NA RESPOSTA)
12ª Câmara de Direito Criminal
Origem n.º: 1500106-18.2019.8.26.0390
Impetrante: Sinomar de Souza Castro
Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

por determinação do(a) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Desembargador(a) Relator(a), HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, transmito a Vossa Excelência a anexa cópia da petição inicial do "Habeas Corpus" acima especificado, solicitando as necessárias informações pormenorizadas, **a serem prestadas no prazo de 48 horas.**

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

Supervisor do Serviço de Processamento de Habeas Corpus e Mandados de Segurança

Endereço para encaminhamento das informações:
sj5.10.1@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 1ª e 2ª Câmaras
sj5.10.2@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 3ª e 4ª Câmaras
sj5.10.3@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 5ª e 6ª Câmaras
sj5.10.4@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 7ª e 8ª Câmaras
sj5.10.5@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 9ª e 10ª Câmaras
sj5.10.6@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 11ª e 12ª Câmaras
sj5.10.7@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 13ª e 14ª Câmaras
sj5.10.8@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 15ª e 16ª Câmaras
sj5@tjsp.jus.br - Para informações e peças em diligência sigilosa (de todas as câmaras)

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
Ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390
Outro(s) n.º(s): 875/2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO - OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

REFERENTE AO HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000

12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO

PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Nova Granada, 26 de novembro de 2020

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem:

1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de **Nova Granada/SP**, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima.

2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578).

3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772).

4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do *Youtube* (fls. 820/821).

5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. **A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019** (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente.

6. O **réu/paciente foi citado por hora certa** por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), **ante a suspeita de ocultação do acusado**.

7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170).

9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139).

10. **Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Conforme incidente apenso, o exame pericial agendado para o dia 06/11/2020, às 10h50min (fls. 45), foi realizado conforme comparecimento do paciente (fls. 61) e aguarda a apresentação do respectivo laudo pericial.**

11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h.

12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245.

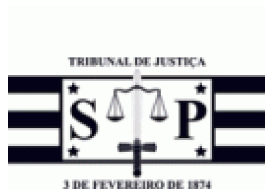
13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246).

14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250).

15. **Recomendo à Digna Autoridade Judicial superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente,** devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245.

16. **Conforme deliberado em audiência (fls. 1238), o feito em questão aguarda a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390.**

17. **Peças principais da ação penal:** fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia). **Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como **ofício** ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador **RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP.**

Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e colocome à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las.

Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 27/11/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Conforme incidente apenso, o exame pericial agendado para o dia 06/11/2020, às 10h50min (fls. 45), foi realizado conforme comparecimento do paciente (fls. 61) e aguarda a apresentação do respectivo laudo pericial. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Recomendo à Digna Autoridade Judicial superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 16. Conforme deliberado em audiência (fls. 1238), o feito em questão aguarda a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 17. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Nova Granada, (SP), 27 de novembro de 2020

Ofício Informações HC 2276617-85.2020.8.26.0000 - 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Sex, 27/11/2020 17:18

Para: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br> 2 anexos (194 KB)

Despacho-Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf; Senha do Processo [1500106-18.2019.8.26.0390].pdf;

Bom dia!

Segue, em anexo, ofício prestando informações (HC nº 2276617-85.2020.8.26.000), bem como senha para acesso às peças principais.

Att,

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1875/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Conforme incidente apenso, o exame pericial agendado para o dia 06/11/2020, às 10h50min (fls. 45), foi realizado conforme comparecimento do paciente (fls. 61) e aguarda a apresentação do respectivo laudo pericial. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Recomendo à Digna Autoridade Judicial superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 16. Conforme deliberado em audiência (fls. 1238), o feito em questão aguarda a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 17. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia). Segue anexo ofício contendo

senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Do que dou fé.
Nova Granada, 1 de dezembro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1875/2020, foi disponibilizado na página 2257/2259 do Diário da Justiça Eletrônico em 02/12/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Conforme incidente apenso, o exame pericial agendado para o dia 06/11/2020, às 10h50min (fls. 45), foi realizado conforme comparecimento do paciente (fls. 61) e aguarda a apresentação do respectivo laudo pericial. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Recomendo à Digna Autoridade Judicial superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 16. Conforme deliberado em audiência (fls. 1238), o feito em questão aguarda a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 17. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls.

1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Nova Granada, 2 de dezembro de 2020.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 03/12/2020 14:04

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados

pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. Conforme incidente apenso, o exame pericial agendado para o dia 06/11/2020, às 10h50min (fls. 45), foi realizado conforme comparecimento do paciente (fls. 61) e aguarda a apresentação do respectivo laudo pericial. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Recomendo à Digna Autoridade Judicial superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 16. Conforme deliberado em audiência (fls. 1238), o feito em questão aguarda a vinda do laudo pericial de insanidade mental do réu no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 17. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de

Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Nova Granada, 3 de Dezembro de 2020

**ÃO PAULO**

nterior - DEINTER 5
osé do Rio Preto-SP
DE NOVA GRANADA-SP
'1) 3262-1022
ciacivil.sp.gov.br

ranada/SP- DelSecPol de São José do Rio

NOVA GRANADA-SP**ACTOS EXPEDIDOS****ASSUNTO**

01 DelPol de Nova Granada.

Encaminha o DVD-R, ELGIN, "MÍDIA YOUTUBE 2", REFERENTE AO LAUDO Nº 381460/19, ATINENTE AOS AUTOS DE IPE Nº 2274388-12.2019.110417, TENDO COMO VÍTIMA O EXMO. SR. DR. FABIANO RODRIGUES CREPALDI E OUTRO. REFERÊNCIA DO IPE JÁ FOI RELATADO E ENCAMINHADO AO JUÍZO LOCAL.

1500106-18.2019

SEÇÃO EXPEDIDORA

Raquel Couto F.N.Furloni
EscriPol-

SEÇÃO RECEBEDORA

Recebi os autos constantes da relação acima.

Em _____ de _____ de 2.020

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que a mídia recebida de Delegacia de Polícia foi arquivada em pasta própria neste Cartório (pasta 20, bem como seu conteúdo e o da mídia referente ao ofício de fls. 813/814 copiados no link. Nada Mais. Nova Granada, 11 de dezembro de 2020. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.



Visualizar autos

2276617-85.2020.8.26.0000

Classe	Assunto	Seção	Órgão Julgador	Área
Habeas Corpus Criminal	DIREITO PENAL-Crimes contra a Honra-Calúnia	Direito Criminal	12ª Câmara de Direito Criminal	Criminal

▼ [Mais](#)

APENSOS / VINCULADOS

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

NÚMEROS DE 1ª INSTÂNCIA

Nº de 1ª instância	Foro	Vara	Juiz	Obs.
1500106-18.2019.8.26.0390	Foro de Nova Granada	Vara Única	-	-

PARTES DO PROCESSO

Impetrante:	Sinomar de Souza Castro
Paciente:	Joaquim Pedro de Moraes Filho Advogado: Sinomar de Souza Castro

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
15/12/2020	Conclusos para o Relator <i>Termo de conclusão - Relator (automático)</i>
14/12/2020	Petição Intermediária Juntada <i>Nº Protocolo: WPRO.20.01458858-7 Tipo da Petição: Parecer da PGJ Data: 14/12/2020 17:39</i>
14/12/2020	Expedido Termo <i>Termo de Juntada - Automática</i>
30/11/2020	Publicado em <i>Disponibilizado em 27/11/2020 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 3177</i>
27/11/2020	Processo encaminhado para o MP - Parecer <i>PGJ - Vista para Parecer [Digital]</i>

▼ [Mais](#)

SUBPROCESSOS E RECURSOS

Não há subprocessos ou recursos vinculados a este processo.

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
14/12/2020	Parecer da PGJ

JULGAMENTOS

Não há julgamentos para este processo.



LAUDO MÉDICO LEGAL

1. PREÂMBULO

1.1. AUTORIDADE REQUISITANTE E DADOS DO PROCESSO:

Juízo requisitante: **Exmo.(a) Sr(a) Dr(a) Juiz de Direito da Vara Unica do Foro de Nova Granada**
Processo Nº: **0001446-37.2020.8.26.0390**
Requerente: **Justiça Pública**
Requerido: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Registro IMESC: **494324**
Natureza da Ação: **PENAL**
Perito: **Karine Keiko Leitao Higa**
Data da perícia: **06/11/2020**
Assistentes técnicos: **Não consta**

1.2. DADOS DO PERICIANDO:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Documento: **RG 45.537.436-3**
Data de Nascimento: **16/09/1995**
Naturalidade: **RIO DE JANEIRO – RJ**
Sexo: **masculino**
Filiação: **Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira**
Grau de instrução: **Ensino superior incompleto – Direito e Química**

1.3. DADOS DO PERITO:

“Dr. Karine Keiko Leitão Higa Machado, médica formada em 2006 pela Universidade Federal de Grande Dourados – MS, com especialidade em Medicina Legal e Perícias Médicas pela USP, Psiquiatria pelo Hospital do Servidor Público Estadual, vem apresentar o resultado de seu trabalho consubstanciado no laudo pericial a seguir.”

2. HISTÓRICO

2.1 RESUMO DA INICIAL

Trata-se de ação judicial com o objetivo de avaliar a condição mental do periciando.

Sobre o processo em questão refere o examinado que não respondeu o oficial de Justiça que foi em sua casa 03 vezes para que desse ciência do processo de calúnia em que figura como réu, como não respondeu, o juiz o mandou prender preventivamente em 02 de julho de 2020.

Conta que da primeira vez ele não quis receber mesmo, mas das outras vezes sua mãe o dispensou, não quis recebê-lo, para protegê-lo.

Já tinha sido detido em setembro de 2019 devido problemas na faculdade.



Conta que um juiz, advogados e promotores o denunciaram por calúnia e difamação diante do processo em que ele seria o reclamante pedindo pensão do seu pai, e um valor devido ao abandono afetivo durante toda sua vida.

2.2 CONTEXTO DO ATO PERICIAL E DO PERICIANDO

O presente laudo médico legal foi elaborado nas dependências do IMESC.

2.3 ANAMNESE / HISTÓRIA DA MOLÉSTIA ATUAL

Refere que nasceu normal, nunca teve problema na infância.

Era bom aluno, nunca reprovou.

Trabalhou com vendas por muito tempo, estudou ganhou bolsa na faculdade, estava mexendo com investimento. Estava cursando faculdade de Química, cursou 06 meses e trancou a faculdade e foi fazer Direito na Privada. Após 30 dias trancou, pois percebeu falta de ética e de postura. Viu que eles ensinavam o réu admitir culpa, ao invés de absolver o réu. Nessa época já estava respondendo processo. Descobriu que umas das advogadas que o acusou de calúnia, estudou lá, além de outros denunciados, discutiu com o professor, quando este disse que eles trabalhariam na defensoria pública, ele se revoltou e saiu da sala.

Foi acusado de que colocaria bomba na faculdade, pois investigaram sua vida e viram uma postagem ensinando fazer bomba caseira nuclear. Foi acusado de terrorista.

Nega doenças clínicas de base.

Nunca foi casado. Não tem filhos.

Não conheceu o pai. Residia com sua mãe, tem quatro irmãos por parte de pai e uma irmã gêmea.

Conta que só viu o pai quando tinha 03 anos, teve raiva dele, pediu indenização de R\$200.000 por abandono afetivo, sabia que cairia para uns R\$ 50mil, pediu mudança de nome, porque tem o mesmo nome do pai. Percebeu irregularidades, arquivaram o processo definitivamente, e resolveu ofender honra dos envolvidos, e gerou tudo isso.

Se pudesse voltar atrás não faria nada disso, pois lhe custou muito, perdeu estudos, perdeu dinheiro e tempo.

2.4 ANTECEDENTES PESSOAIS E FAMILIARES:

Nada de interesse além do já reportado.

3 EXAME FÍSICO GERAL E EXAME ESPECIAL:

3.1 GERAL:

Bom estado geral, corado(a), hidratado(a), eupneico(a), acianótico(a), anictérico(a), afebril e com estado nutricional aparentemente adequado. Sem demais alterações de interesse psiquiátrico.

3.2 EXAME DO ESTADO MENTAL / PSIQUISMO

Aparência preservada. Higiene preservada. Vestes simples e adequadas compatíveis com nível socioeconômico e condições climáticas. Externa adequada preocupação com seu aspecto estético. Estabelece bom contato verbal com entrevistador. Responde as questões que lhe são feitas, mas de forma prolixa e confusa. Tem clara compreensão dos conteúdos perguntados. Sa



o motivo da realização do presente exame. Atenção preservadas. Memórias preservadas. Humor sem polarização evidente. Afeto ressonante. Orientado no tempo e espaço. Pensamento sem alteração de forma ou velocidade, com características por vezes delirante e prejuízo do raciocínio lógico. Sem alteração da sensopercepção. Psicomotricidade sem alteração. Capacidade volitiva de iniciativa preservadas. Crítica da realidade e pragmatismo com algum prejuízo.

4. DOCUMENTOS MÉDICO LEGAIS:

Não constam documentos médicos nos autos.

5. DISCUSSÃO:

Pelo acima exposto e observado o examinado apresenta características de personalidade de Paranoide (CID 10 – F60.0).

Sobre o Transtorno de Personalidade Paranóide propriamente dito, temos que , caracterizado por

- (a) sensibilidade excessiva a contratempos e rejeições;*
- (b) tendência a guardar rancores persistentemente, isto ,, recusa a perdoar insultos e injúrias desfeitas;*
- (c) desconfiança, e uma tendência invasiva a distorcer experiências por interpretar erroneamente as ações neutras ou amistosas de outros como hostis ou desdenhosas;*
- (d) um combativo e obstinado senso de direitos pessoais em desacordo com a situação real;*
- (e) suspeitas recorrentes, sem justificativa, com respeito ... fidelidade sexual do conjuge ou parceiro sexual;*
- (f) tendência a experimentar autovalorização excessiva, manifesta em uma atitude persistente auto-referência;*
- (g) preocupação com explicações "conspiratórias", não substanciadas, de eventos ocorrer próximos ao paciente, assim como no mundo;*

Esclarecemos, por oportuno, que o transtorno de personalidade acima descrito, de caráter constitucional, e com isto queremos dizer que os fatores externos têm pouca, ou nenhuma preponderância sobre a evolução e prognóstico do quadro, sendo este, bastante reservado.

No caso em tela, diante de tais características o periciando apresenta prejudicada sua capacidade de autodeterminação.

O tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico) está indicado no presente caso, mas não deve modificar de forma acentuada o quadro de base, por ser ele caráter constitucional, como já colocado anteriormente. Este seguimento especializado pode promover uma melhor adaptação afetiva e social.

Deve este tratamento estar direcionado para sua orientação e apoio, servindo-lhe como instrumento contensor de sua ansiedade e desconfiança, e portanto, propiciar que haja uma diminuição da possibilidade dele externar reações inadequadas, tanto para si próprio como para a sociedade.

6. CONCLUSÕES:



Por tudo acima colocado, consideramos que o periciando, apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, diante de sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.

7. RESPOSTAS AOS QUESITOS:

Da Defesa:

- 1) ok.
- 2) Não há elementos para afirmar sobre alienação parental.
- 3) Apresenta traços de personalidade paranoide, o que prejudica sua capacidade de determinação conforme discutido acima.
- 4) O Paciente apresenta personalidade paranoide.
- 5) vide conclusão.
- 6) Apresenta personalidade paranoide.

Do Juiz:

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não.
- d) Sim
- e) Tinha prejudicada sua capacidade de determinação.
- f) Vide discussão. O tratamento não vai curar a personalidade, mas ajuda a se adaptar e ter melhores reações as situações.
- g) Sim, vide discussão.
- h) ambulatorial.

8. ENCERRAMENTO:

O conteúdo deste trabalho espelha o presente entendimento deste perito sobre a matéria em litígio. Foi fundamentado nos dados oferecidos e obtidos, conforme discussão. Este laudo, tal como se apresenta, está protegido pela legislação vigente de direito autoral, cujo padrão métodos utilizados são de determinação institucional (IMESC).

Qualquer reprodução parcial ou total deve respeitar as normas científicas (A violação ao direito de autoria estará sujeito a punições conforme legislação vigente). Sendo o que havia a relatar, discutir e expor, à disposição para esclarecimentos adicionais, encerra-se o presente laudo.

São Paulo, 13 de novembro de 2020.

Dr Karine Keiko Leitão Higa
Perito Oficial / CRM 127685

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Urgente

Meritíssimo Juiz;

O réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** foi denunciado e está sendo processado pois, nas circunstâncias descritas na inicial, teria praticado diversos crimes contra a honra de magistrados e promotores da Circunscrição Judiciária de São José do Rio Preto.

A pedido do Ministério Público foi decretada a prisão preventiva do acusado nos autos apartados nº 1000811-39.2020.8.26.0390.

Ainda, também a pedido do órgão do Ministério Público, foi instaurado incidente de insanidade mental do acusado, tramitando sob o nº 0001446-37.2020.8.26.0390.

Sobreveio audiência de instrução em 15/10/2020, oportunidade em que foram ouvidas as vítimas, testemunhas de acusação e interrogado o réu.

Ao final, determinou-se que se aguardasse a vinda do laudo do exame de insanidade mental que, à época, sequer havia sido realizado.

A fls. 1246 há pedido de liberdade da lavra do Ministério Público por entender ausentes requisitos autorizadores do art. 312.

Decisão de fls. 1248/1250 indeferiu o pleito.

Em 21 de dezembro de 2020 aportou o laudo de insanidade mental atestando a inimputabilidade do acusado por ser ele portador de personalidade paranoide CID 10 -F60.0, moléstia que prejudica sua capacidade de determinação, recomendando-se, ao ensejo, tratamento ambulatorial.

É o breve relatório.

Da análise dos autos verifico que é o caso de **absolvição imprópria**, com fixação de medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.

Com efeito, muito embora materialidade e autoria delitiva tenham sido cabalmente demonstradas seja pelos relatos das vítimas e testemunhas, seja pela documentação que instruiu o inquérito policial, fato

é que o réu é inimputável, de modo que inviável a sua condenação e o cumprimento de pena de qualquer natureza.

Por todo o exposto, requeiro a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, inciso VI c.c parágrafo único, inciso III, aplicando-se a medida de segurança de tratamento ambulatorial, nos termos do laudo do exame de insanidade mental.

Diante da natureza da medida de segurança que lhe é recomendada, necessária **imediata expedição de alvará de soltura**, já que a manutenção em cárcere de indivíduo comprovadamente inimputável se afigurará como conduta ilegal e abusiva.

Ainda, a manutenção de indivíduo com grave e - desde seu interrogatório judicial - **evidente** quadro de personalidade paranóide em estabelecimento penal comum representa severo risco contra sua saúde e incolumidade física, tudo a indicar a necessidade de sua soltura imediata.

Nova Granada, 7 de janeiro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Pedido Liminar

URGENTE / RÉU PRESO

“INSANIDADE MENTAL COMPROVADA”

MARCO ANTONIO DOS SANTOS, advogado, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP, sob o nº 417.158, com endereço na Rua Américo Brasiliense, 834, Centro, Olímpia/SP, local indicado para receber intimações, vem, respeitosamente á presença de Vossa Excelência, motivado por fatos novos (doc. em anexo), que comprova recentemente a **insanidade mental do ora requerente em questão**, que diante dos fatos e de direito que passa a expor requer a:

REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

CONFORME PRESCREVE A INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 316 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL,

em favor de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, já qualificado nos autos em questão, atualmente recolhido no (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÉM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 – Icém/SP CEP:15460-000.

DOS FATOS

Preliminarmente destacamos a primariedade do acusado, que é **primário** de **bons antecedentes**, com apenas **24 anos de idade, sem qualquer ilicitude penal anterior, sem qualquer passagem pela Vara da Infância, de bom vínculo familiar, estudante, com residência fixa**, e que se encontra com a liberdade restringida indevidamente, sem motivos que justifique a sua segregação.

Há aproximadamente 07 (sete) meses o requerente está preso preventivamente sob a acusação de prática do crime de **CALÚNIA**, supostamente perpetrado contra juízes e promotores da comarca de Nova Granada, interior de São Paulo.

Depreende-se dos autos, em síntese, que o paciente e sua mãe tiveram duas derrotas em processos judiciais que tramitaram na Comarca de Nova Granada, tendo em um deles culminado na ordem de despejo. Insatisfeito, e supostamente sendo influenciado por sua genitora, o paciente teria usado a internet, por mais de uma vez, para caluniar e injuriar juízes e promotores da comarca local, atribuindo-os condutas tipificadas como crime, além de encaminhar e-mails às corregedorias reportando tais acusações.

O fato foi representado e instaurado a perseguição criminal para apuração do crime de calúnia (conforme denúncia em anexo), sendo que após solicitação do Ministério público, fora determinada a prisão preventiva do paciente, a qual se efetivou em **02/07/2020, preso a aproximadamente 07 meses.**

O processo teve o seu curso, no qual fora apresentado defesa técnica, pela qual se argumentou, entre outros, que a calúnia perpetrada contra as autoridades eram tão descabidas que não mereciam crédito e, por conseguinte, eram insuscetíveis de violar a honra das vítimas, além disso, se correto ou não, o defensor dativo expôs com detalhes o atendimento jurídico que teve com a mãe do paciente para tratar do caso, externando com isso opinião no sentido de atribuir à mãe do paciente a influência sobre os atos deste.

**DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA
REQUERIDO PELO PRÓPRIO AUTOR DA AÇÃO PENAL.**

Encerrada a instrução processual e já realizado o exame de insanidade mental, quando o acusado já estava preso por 04 meses de prisão cautelar, o Ministério público de São Paulo requereu a revogação da prisão preventiva do acusado fls. 1246, principalmente porque a pena e o regime inicial de cumprimento previsto para o caso de condenação, ainda que em seu grau máximo, não justificaria mais a prisão, bem como a manutenção da custódia cautelar, ressaltando, ainda, que havia se encerrado a instrução criminal e o exame de insanidade já realizado, aguardando resultado.

Porém, Vossa Excelência, atuante no feito indeferiu o pedido do próprio autor da ação penal, ou seja, rejeitou o pedido de liberdade provisória do Ilustre Representante do Ministério Público, conforme as fls. 1246, onde fundamentou que não justifica mais a manutenção da custódia.

Já o indeferimento do pedido, consiste tão somente na inexistência de certeza acerca do discernimento do

paciente que deveria aguardar a vinda do Laudo médico, já que reiteradamente obstruiu o regular andamento da audiência de instrução realizada na forma virtual.

Ocorre que o Vossa Excelência, manteve a prisão preventiva do acusado com base exclusiva na dúvida em relação ao discernimento do requerente.

DA INSANIDADE MENTAL COMPROVADA POR MEIO DO LAUDO PERICIAL

Outrossim, as dúvidas existentes deixam agora de existir com a juntada do **Laudo Pericial** em 21/12/2020 conforme as fls. 1320/1323, observa se o Incidente de Insanidade Mental sob o nº 0001416-37.2020.8.26.0390, passamos a transcrever trechos importantes do laudo:

(...)

No caso em tela, diante de tais características **o periciando apresenta prejudicada sua capacidade de autodeterminação**. O tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico) está indicado no presente caso, mas não deve modificar de forma acentuada o quadro de base, por ser ele de caráter constitucional, como já colocado anteriormente. Este seguimento especializado pode promover uma melhor adaptação afetiva e social. Deve este tratamento estar direcionado para sua orientação e apoio, servindo-lhe como instrumento contensor de sua ansiedade e desconfiança, e portanto, propiciar que haja uma diminuição da possibilidade dele externar reações inadequadas, tanto para si própria, como para a sociedade.

(...)

Por tudo acima colocado, consideramos que o periciando, apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, **diante de sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.**

(...)

DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A VINDA DO LAUDO PERICIAL

Conforme a manifestação o Ilustre Representante do Ministério Público fls. 1.324/1.326, se mantém favorável a **Revogação da Prisão Preventiva**, bem como a “**ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA**” do acusado, conforme transcrevemos trechos de sua manifestação;

*Diante da natureza da medida de segurança que lhe é recomendada, **necessária imediata expedição de alvará de soltura**, já que a manutenção em cárcere de indivíduo comprovadamente inimputável se afigurará como conduta ilegal e abusiva.*

*Ainda, a manutenção de indivíduo com grave e - desde seu interrogatório judicial - evidente quadro de personalidade paranóide em estabelecimento penal comum **representa severo risco contra sua saúde e incolumidade física, tudo a indicar a necessidade de sua soltura imediata.***

Conclusão

Excelência, diante do Laudo Pericial saneador das dúvidas que sustentava a manutenção da prisão cautelar do acusado.

Resta agora comprovado de que o mesmo **não possuía na época dos fatos capacidade de determinação quanto a ação que lhe era imputada.**

Assim de forma comprovada, estão ausentes qualquer um dos requisitos autorizadores e previstos nos artigos 311/316 do CPP, para **manter no cárcere o requerente**, vez que assim que deixar a prisão o mesmo deverá buscar imediatamente por apoio e tratamentos médicos.

DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL “IN DUBIO PRO REO”

Ainda Excelência, diante da inexistência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, para manutenção da prisão preventiva do requerente, rogamos agora pela aplicação do princípio constitucional do **“in dubio pro reo”**, **ou seja**, da presunção de inocência para que o mesmo possa responder o processo em liberdade, conforme previsto no art. 5º, LVII da CF, que diz;

Art 5º, LVII, CF - **“Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.”**

Sendo assim, o inciso LVII consagra o princípio da presunção de inocência, também conhecido por “princípio da não culpabilidade”

DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA

Excelência, verifica se no caso concreto, caso seja o referido pedido indeferido, e o acusado permanecer por mais tempo na prisão.

Diante de não estar mais presentes os motivos para a prisão cautelar, onde após findar a instrução processual, bem como a juntada do laudo pericial de insanidade mental, após 07 meses de prisão preventiva, caso o acusado venha ainda ser condenado nos termos da Denúncia, **“frisamos”** que, cumprirá pena em regime mais brando do qual se encontra, levando em consideração que o referido crime é púnico com pena de **“DETENÇÃO”**, e no máximo em caso de condenação o regime inicial para cumprimento de pena seria o **regime semiaberto**.

Assim concluímos que no concreto a permanência deste por mais tempo na prisão, trata de forma clara e evidente de **Execução Antecipada da Pena**.

Pois é necessário destacarmos novamente que se trata de **paciente primário**, que jamais praticou crime, nem mesmo ato infracional, e está sendo acusado de **crime sem violência ou grave ameaça**, preso cautelarmente há aproximadamente mais de 07 meses.

DA SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

Excelência, observamos ainda que caso seja o entendimento de Vossa Excelência, é perfeitamente aplicável no caso concreto a liberdade cumulada com as medidas cautelares diversas da prisão conforme prescreve o artigo 282 do CPP, sendo essas suficientes no caso concreto para resguardar o bom e fiel andamento processual.

DA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

A Liminar almejada pelo requerente se faz necessário diante dos motivos de fato e de direito já apresentados acima, observando o prazo em que o mesmo já se encontra preso, bem como, há de Vossa Excelência considerar os prazos e o recesso forense, pois caso seja indeferido a **medida liminar** o mesmo poderá passar muito mais tempo do que devido.

Frisamos, a morosidade no andamento processual, motivos que **pleiteamos o deferimento da concessão da medida liminar para a liberdade provisória** do acusado para que o mesmo possa responder ao processo em liberdade. Outrossim, destacamos novamente a reconsideração de Vossa Excelência, haja visto que no caso em comento o acusado está recluso há **mais de 07 meses** e o crime pelo qual está sendo acusado é punível com pena de detenção, por isso já se mostra desproporcional a privação da liberdade que ainda persiste.

Some-se a isso o fato de que a revogação da prisão fora requerida pelo autor da ação penal ou seja do próprio Ministério Público nas fls. 1246, e após a juntada do laudo pericial de insanidade mental nas fls. 1324/1326.

As justificativas para manutenção da prisão **não** são plausíveis, diante da vinda do laudo pericial saneador das dúvidas existentes, o que comprova que o mesmo enfrenta problemas neurológicos. O mínimo que se espera é que o requerente seja posto em liberdade de imediato.

DA RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL

DE JUSTIÇA

Não podemos deixar de destacar a Pandemia que enfrentamos em nosso país, o qual os números de infectados pelo covid 19, aumentam alarmantemente dentro do sistema prisional em todo Brasil.

Portanto o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** traz a **RECOMENDAÇÃO 62/2020**, como medida de prevenção para amenizar e reduzir os índices de contaminados pela doença dentro do sistema prisional, devendo as prisões cautelares serem medidas excepcionais, ou seja, a “**última ratio**” a se impor.

Neste caso, observa presentes o “**fumus boni iuris**”, tendo em vista a flagrante ilegalidade ante a inexistência de razoabilidade entre a acusação de calúnia e a prisão preventiva, bem como o “**periculum in mora**”, pois existe dano irreparável à liberdade de locomoção do acusado, justifica-se plenamente o pedido de liminar, para substituir a prisão preventiva do paciente por algumas das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, caso seja o entendimento de Vossa Excelência, **expedindo-se alvará de soltura clausulado**.

PROMOVENDO ASSIM A MAIS LÍDIMA JUSTIÇA!!

DA PROCURAÇÃO

Excelência, em se tratando de urgência no referido pedido.

Outrossim, diante do quadro pandêmico que enfrentamos atualmente, se tratando de réu preso, este causídico requer

prazo para a juntada do mandato procuratório conforme prevê o artigo 5º § 1º da Lei 8.906/94.

DOS REQUERIMENTOS

Posto isso, requer este peticionário que Vossa Excelência se digne a:

Conceder a liminar no presente pedido de **REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA**, determinando a expedição do alvará de soltura em favor do acusado, com substituição da prisão por medidas cautelares, garantindo-lhe o direito do mesmo responder ao processo em liberdade;

Confirmar, no julgamento do mérito, a liminar, garantindo a liberdade do acusado;

Abertura de vista e manifestação do Ilustre Representante do Ministério Público;

Requer prazo para a juntada do mandato procuratório;

Termos em que, pede o Deferimento.

Olímpia/SP, 07 de janeiro de 2020.

DR. MARCO ANTONIO DOS SANTOS

OAB/SP nº 417.158

ADVOGADO

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dmarco@msconsultoriajuridica.com.br

www.msconsultoriajuridica.com.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais.

De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal.

Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu.

Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação.

Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais.

Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual.

Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos.

Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas alegações finais, por memorial escrito.

Em seguida, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 07 de janeiro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 07/01/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais. De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal. Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu. Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus n° 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação. Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais. Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual. Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos. Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas alegações finais, por memorial escrito. Em seguida, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, (SP), 07 de janeiro de 2021



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 08/01/2021 13:18

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais. De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal. Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu. Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação. Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais. Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual. Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos. Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas alegações finais, por memorial escrito. Em seguida, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, 8 de Janeiro de 2021

VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz:

Reitero integralmente memorial de fls. 1324/1326.

Aponto ainda necessidade de urgência no sentenciamento e decisão quanto a liberdade do acusado, uma vez que atualmente o cenário é bastante distinto daquele do indeferimento da liminar em sede de *habeas corpus*, já que se tem comprovado por laudo pericial do IMESC a **inimputabilidade** do acusado, decorrente de **grave moléstia psiquiátrica**, sendo certo que, ainda assim, **é mantido preso em estabelecimento prisional comum**.

Por fim, ainda que se opte por ignorar o laudo médico-psiquiátrico do IMESC e aplicar ao acusado a medida de segurança de internação, necessário que não se olvide da notória falta de vagas em hospital de custódia e da inviabilidade de manutenção de absolvido imprópriamente em estabelecimento prisional comum, conforme remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça¹, de modo que o tratamento ambulatorial afigura-se como solução mais adequada na espécie.

¹ v.g AgRg no RHC 107147/SP, Rel. Min Ribeiro Dantas, 5ª Turma, DJe 25/03/2019 e RHC 75972/MG, Rel. Min Felix Fischer, 5ª Turma, DJe 14/12/2016, dentre outros.

Nova Granada, 8 de janeiro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Sex, 08/01/2021 16:41

Para: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br>

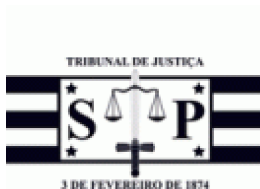
 2 anexos (1 MB)

Laudo.pdf; Decisão.pdf;

Boa tarde!

Segue, em anexo, laudo médico e decisão proferida no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 para instrução do HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000.

Att,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Apresente a defesa suas alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

Nada Mais. Nova Granada, 11 de janeiro de 2021. Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0009/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Apresente a defesa suas alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias."

Do que dou fé.
Nova Granada, 11 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0009/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais. De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal. Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu. Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação. Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intemem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais. Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual. Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos. Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas alegações finais, por memorial escrito. Em seguida, tornem conclusos para sentença. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 11 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

Processo: 1500106-18.2019.8.26.0390

TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA / RÉU PRESO

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, através de seu procurador que a este o subscreve, Vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do artigo 403, § 3º do Código de Processo Penal, tempestivamente, no momento oportuno apresentar:

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS; nos seguintes termos;

DOS FATOS

Trata-se de ação penal, na qual o Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu a denúncia em 21/11/2019, em face do acusado pelas práticas dos crimes previstos nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigos 141, inciso II, na forma do artigo 69 todos do Código Penal.

Conforme as folhas 993/994 em 26 de novembro de 2019, o nobre Magistrado recebeu a denúncia e a requerimento do Ministério Público determinou a prisão preventiva em 25/06/2020, conforme consta às fls. 1068/1071, sendo referido mandado cumprido em 02/07/2020, conforme fls. 1084/1087, de modo que o acusado encontra-se preso preventivamente há aproximadamente 07 (sete) meses.

Também a pedido do órgão do Ministério Público foi instaurado incidente de insanidade mental do acusado, tramitando sob o nº **0001446-37.2020.8.26.0390**.

Sobreveio audiência de instrução em 15/10/2020, oportunidade em que foram ouvidas as vítimas, testemunhas de acusação e interrogado o réu.

Em 21 de dezembro de 2020 aportou o laudo de insanidade mental **atestando a inimputabilidade do acusado** por ser ele portador de personalidade paranoide CID 10-F60.0, moléstia que prejudica sua capacidade de determinação, **recomendando-se, ao ensejo, tratamento ambulatorial.**

Diante dos fatos novos, com a vinda do laudo pericial que comprova a insanidade mental, a defesa requereu novamente a liberdade conforme as fls. 1327/1336. No mesmo sentido o Ministério Público requereu a imediata revogação da prisão preventiva, **visando preservar a integridade física e a vida do acusado dentro do sistema prisional, bem como pleiteou a Absolução Imprópria**, conforme se constata nas fls. 1324/1326, que transcrevemos trechos importantes seguir:

É o breve relatório.

Da análise dos autos verifico que é o caso de **absolvição imprópria**, com fixação de medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.

(...)

Fato é que o réu é inimputável, de modo que **inviável a sua condenação e o cumprimento de pena de qualquer natureza**.

Por todo o exposto, requeiro a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, inciso VI c.c parágrafo único, inciso III, aplicando-se a medida de segurança de tratamento ambulatorial, nos termos do laudo do exame de insanidade mental. Diante da natureza da medida de segurança que lhe é recomendada, **necessária imediata expedição de alvará de soltura**, já que **a manutenção em cárcere de indivíduo** comprovadamente **inimputável se afigurarão como conduta ilegal e abusiva**.

Ainda, a manutenção de indivíduo com grave e - desde seu interrogatório judicial - evidente quadro de personalidade paranóide em estabelecimento penal comum **representa severo risco contra sua saúde e incolumidade física**, tudo a indicar a necessidade de sua soltura imediata.

DO MÉRITO

DA ABSOLVIÇÃO PELA INIMPUTABILIDADE

(ARTIGO 26 CP).

No caso concreto, **o laudo pericial médico em anexo comprova a insanidade mental do acusado**, bem como ainda relata que o mesmo não possuía discernimento do fato que lhe era imputado.

Acerca disso dispõe a inteligência do artigo 26 do Código Penal que diz que;

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de...Regra semelhante é encontrada no Código Penal Militar : Art. 48.

Portanto, considerando o laudo pericial do IMESC e a legislação citada, concluímos que no caso concreto há de ser reconhecido à inimputabilidade do acusado, decorrente de grave moléstia psiquiátrica, culminando assim na sua absolvição.

DO PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Vale destacar ainda que com o advento da Lei 13.964/19 (Pacote anticrime) ficou claro que **o Juiz não pode atuar de ofício**, seja durante o curso da investigação, seja durante o curso da ação penal, exigindo prévio requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, como preconiza o artigo 311 do CPP.

Assim sendo, o juiz não pode condenar o réu se houver **manifestação do Ministério Público com pedido de absolvição**.

Temos que mencionar ainda que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema processual penal acusatório e que esse modelo é um dos pilares do sistema de garantias individuais em nosso ordenamento jurídico.

“Neste sistema processual, o juiz é um sujeito passivo, rigidamente separado das partes, e o julgamento é um debate paritário, iniciado pela acusação, a quem compete o ônus da prova, e desenvolvido, com a participação da defesa, mediante um contraditório público”,

Outrossim, assim, o juiz **não** pode atuar de ofício nem mesmo condenar sem acusação. Quando o Ministério Público delibera pela absolvição de um réu, isso equivale a retirar a acusação.

Por razões lógicas, resta ao Poder Judiciário encerrar a ação penal, em observância aos princípios da imparcialidade e da demanda ou inércia judicial.

O juiz, ao condenar o acusado em contrariedade à posição ministerial sobre a absolvição, **condena sem que haja uma acusação**, tornando-se parcial e assumindo automaticamente a figura de acusador.

O artigo 385 do Código de Processo Penal – que prevê a possibilidade de condenação mesmo quando o MP pede a absolvição do réu – **não** foi recepcionado pela Constituição de 88.

Tal enunciado só faz sentido em um sistema **inquisitório**, ou **tendencialmente inquisitório**, e não em um sistema acusatório, que deve primar pela imparcialidade dos julgamentos como garantia fundamental dos acusados, essencial à realização do devido processo legal (art. 5º, LIV, da Constituição). Destacamos ainda que ao pedir a absolvição de um réu, o MP não está contrariando o art. 42 do CPP, que estabelece que o MP não pode desistir da ação penal.

Por obrigatoriedade da ação penal não se deve entender um dever impossível de processar todo e qualquer crime, mas a obrigação de oferecer a denúncia, se e quando presentes seus pressupostos e requisitos legais, e não no sentido de levar adiante uma **acusação que se revelou infundada, isto é, sem justa causa.**

O decreto condenatório diante do pedido de absolvição **não** condiz com as premissas constitucionais da Carta Magna de 1988, que elegeu o Ministério Público o titular da ação penal pública (artigo 129, I, CF). Sem requerimentos de condenação pelo legítimo interessado **não** poderia o magistrado, a despeito de convicção diversa, substituir o acusador e proferir a sentença condenatória.

Portanto, por qualquer ângulo, é de rigor a **Absolvição do acusado.**

DA IDONEIDADE DO ACUSADO

DOS ANTESCEDENTES CRIMINAIS

Conforme verifica nas folhas de antecedentes criminais, trata de acusado **primário de bons antecedentes, com apenas 24 anos de idade, sem qualquer ilicitude penal anterior, sem qualquer passagem pela Vara da Infância, de bom vínculo familiar, estudante, residência fixa**, destacando que o referido crime que fora cometido **sem violência** ou **grave ameaça a pessoa**, que se encontra com a liberdade restringida, sem motivos que justifique a sua segregação.

DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto,

Requer seja reconhecida a inimizabilidade do acusado de acordo com o artigo 26 do Código Penal, com a consequente ABSOLVIÇÃO nos termos do art. 386, inciso VI c.c parágrafo único, inciso III, aplicando-se a medida de segurança de tratamento ambulatorial, nos termos do laudo do exame de insanidade mental, bem como a imediata revogação da prisão preventiva.

Requer ainda a juntada de mandato procuratório em anexo, bem como que todas as publicações seja nome deste sob pena de nulidade do ato processual.

Termos em que,

Que pede o Deferimento.

Olímpia/SP, 12 de janeiro de 2020.

DR. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP nº 417.158
ADVOGADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOAQUIM PEDRO DE M. FILHO
 atualmente cumprindo pena no CDP PAULO DE FÁRIA portador da
 cédula de identidade RG nº _____, devidamente inscrito sob
 CPF/MF nº _____, residente e domiciliado na Rua
ICEM Estado de SAO PAULO cidade de _____

OUTORGADO: Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº 417.158, com escritório profissional na Rua: Dr. Doutor Deputado Waldemar Lopes Ferraz nº 794 no centro, na cidade de Olímpia – Estado de São Paulo, CEP 15.400-000, onde recebe intimações e notificações.

PODERES: O OUTORGANTE constitui e nomeia o OUTORGADO seu bastante procurador, com os poderes contidos nas cláusulas "ad judicium" e "et extra", para representá-lo no foro em geral ou fora dele, podendo, em qualquer Juízo, Grau ou Tribunal, propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o e praticando todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do mandato ora outorgado, podendo mesmo substabelece-lo, com ou sem reserva de poderes, e, ainda, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromisso, oferecer recurso, e, em especial, para propor ação judicial.

Cidade de PAULO DE FÁRIA 17 DEZEMBRO 2020

Joachim Pedro de M. Filho

**PODER JUDICIÁRIO**
SÃO PAULOComarca de Nova Granada
Fórum de Nova Granada**Folha de Antecedentes**

Emissão:12/01/2021 17:09 RG:45.537.436 Cont. VEC:NÃO CONSTA

Página 1

Dados da Qualificação

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Sexo: Masculino
RG: 45.537.436
Tipo RG: R.G. UNICO
Data Nascimento: 16/09/1995
Naturalidade: MAGE -RJ
Nome do Pai: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
Nome da Mãe: JOSILENE LOURENCO PEREIRA

Dados SAP

Matrícula SAP: 1213732-9
Unidade Prisional: CDP PAULO DE FARIA
Situação Processual: Fechado
Situação Atual: PRESO
Data Entrada: 25/11/2020

Inquérito Nº 2067126 / 2019

Delegacia: DEL. POL. NOVA GRANADA
Tipo de Inquérito: 1
Data do Fato: 27/02/2019

Processo Criminal Nº 1500106 / 2019

Autoridade Judiciária: V COM NOVA GRANADA
Auto Originais: 2067126/2019
Tipo do Processo: 0
Decisão/Situação do Processo: DECRETADA PRISAO PREVENTIVA
Incidênc. Penal(is): art. 140 CODIGO PENAL
art. 69 CODIGO PENAL art. 141/II CODIGO PENAL

Continua na página 2

**PODER JUDICIÁRIO**
SÃO PAULO

Página 2

Comarca de Nova Granada
Fórum de Nova Granada**Folha de Antecedentes**

Emissão:12/01/2021 17:09 RG:45.537.436 Cont. VEC:NÃO CONSTA

Mandado

Nº dos Autos:	1500106 / 2019
Autoridade Judiciária:	V COM NOVA GRANADA
Data Expedição:	25/06/2020
Data Expiração:	26/11/2023
Data Cumprimento:	02/07/2020
Classificação:	Preventivo
Situação:	CUMPRIDO-SEC.ADM.PEN

Informações Complementares do Sistema de Identificação Criminal

CADASTRO VIRTUAL	NATURALIDADE COMPLEMENTADA POR RG CIVIL DECLINADO NO MP EXP 25/06/20.
MP EXP 25/06/20 PROC 1500106/19 IP 2067126/19, IP 2208302 DEL 27/02/19.	PROC 1500106/19 CONSTA ARTS 140/CP (2 VEZES) E 138/CP (4 VEZES).

* * * F I M * * *

F.A. impressa pelo sistema VEC.

Última página



12/01/2021

000000012

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 6069632**FOLHA: 1/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Nova Granada, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **FEITOS CRIMINAIS PARA FINS JUDICIAIS**, anteriores a 11/01/2021, verificou **CONSTAR** contra: *****

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG: 20252741MG, CPF: 133.036.496-18, nascido em 16/09/1995, filho de Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

NOVA GRANADA

» Foro de Nova Granada - Vara Única. Pedido de Prisão Preventiva: 1000811-39.2020.8.26.0390 Situação: Extinto. Data: 25/06/2020. Autor: Justiça Pública.*****

» Foro de Nova Granada - Vara Única. Ação Penal - Procedimento Ordinário: 1500106-18.2019.8.26.0390. Data: 07/03/2019. Autor: Justiça Pública.*****

21/11/2019 Oferecida a Denúncia (Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP)

26/11/2019 Recebida a Denúncia (Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II e Art. 138 "caput" (quatro vezes) todos do(a) CP)

02/07/2020 Prisão (Tipo de prisão: Preventiva; Local de prisão: Centro de Detenção Provisória "Marcos Amilton Raysaro" de Ic)

» Foro de Nova Granada - Vara Única. Inquérito Policial: 1500556-58.2019.8.26.0390. Data: 21/10/2019. Autor: Justiça Pública.*****

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

» Foro de São José do Rio Preto - 2ª Vara Criminal. Inquérito Policial: 1501594-83.2019.8.26.0559. Data: 26/11/2019. Autor: Justiça Pública.*****

» Foro de São José do Rio Preto - 3ª Vara Criminal. Inquérito Policial: 1509433-11.2019.8.26.0576. Data: 27/12/2019. Autor: Justiça Pública.*****

CERTIFICA ainda que, verificou **CONSTAR** contra **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas:*****

BARRETOS

» Foro de Barretos - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal. Representação Criminal/Notícia de Crime: 1004702-07.2019.8.26.0066. Data: 10/02/2020. Querelante: Ivan Pollarini Marques de Souza.*****

PEDIDO Nº:**000000012**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 6069632

FOLHA: 2/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

NOVA GRANADA

» Foro de Nova Granada - Vara Única. Inquérito Policial: 1500012-36.2020.8.26.0390.
Data: 10/01/2020. Autor: Justiça Pública.*****

Esta certidão é expedida para FINS EXCLUSIVAMENTE JUDICIAIS, PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E INSTRUÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS, e abrange inquéritos policiais, termos circunstanciados, medidas cautelares protetivas e de prisão, autos de prisão em flagrante, ações penais e execuções criminais, com respectivos eventos de parte, cadastrados no sistema informatizado SAJ/PG5, sendo válida para reconhecimento de maus antecedentes ou reincidência. Processos mais antigos poderão ter seus eventos registrados somente no processo físico, recomendando-se a solicitação de certidão específica. A data de informatização de cada Comarca está disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Download/PrimeiraInstancia/pdf/Comunicado.22.2019.pdf>

A lista de processos não é necessariamente exaustiva. São apontados apenas os processos com nomes do pesquisado e de um dos genitores foneticamente iguais e mesma data de nascimento (com o nome do outro genitor idêntico ou em branco). São apontados no campo de "não qualificados" processos sem filiação, mas com identidade de número de RG ou CPF e sem divergência de nascimento.

RECOMENDA-SE A ANÁLISE DESTA CERTIDÃO EM CONJUNTO COM A FOLHA DE ANTECEDENTES.

Esta certidão é sem custas.

Nova Granada, 12 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:

0000000012



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0009/2021, foi disponibilizado na página 943/944 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Apresente a defesa suas alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias."

Nova Granada, 14 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0009/2021, foi disponibilizado na página 943/944 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais. De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal. Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu. Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação. Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intemem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais. Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual. Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos. Intemem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas alegações finais, por memorial escrito. Em seguida, tornem conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 14 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADOR (A)
PRESIDENTE (A) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

FATOS NOVOS.

“INSANIDADE MENTAL COMPROVADA”

Pedido Liminar - URGENTE / RÉU PRESO

O CASO EM TELA, TRATA-SE DE UMA DECISÃO TERATOLOGICA, BEM COMO A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA.

“Prática do Crime de calúnia contra Juízes e Promotores”.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS, advogado, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP, sob o nº 417.158, com endereço na Rua Américo Brasileiro, 834, Centro, Olímpia/SP, local indicado para receber intimações, vem, respeitosamente á presença de Vossa Excelência, com supedâneo no art. 5º, LXVIII, da CF e artigos 647 e 648, I do Código de Processo Penal, impetrar:

17 3279.9428

17 9.9732 6682

dimarco@msconsultoriajuridica.com.br

www.msconsultoriajuridica.com.br

Rua: Américo Brasileiro - 834 | Centro - Olímpia/SP



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

“HABEAS CORPUS”, COM PEDIDO DE LIMINAR,

em favor de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO,**

brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG SSPMP nº 20.252.741 e inscrito no CPF/MF sob o nº 133.036.496-18, residente na Rua José Maria Rodrigues Batata, 670, centro, na Cidade de Icém-SP. – CEP:15.460-000, atualmente recolhido no (CDP) CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICÉM-SP - “Marcos Amilton Raysaro” - Rodovia BR153, Km. 13 – Icém/SP CEP:15460-000, - Fone: (17) 3282-8400, contra ato de ilegalidade praticado pelo **Doutor JUIZ MARCELO HAGGI ANDREOTTI DA VARA ÚNICA DO FORO DA COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

DOS FATOS

Preliminarmente, destacamos no caso em tela o que diferencia este habeas corpus do anteriormente impetrado, é o fato novo, com a chegada **laudo pericial que comprova a Insanidade Mental**, bem como o novo pedido de revogação da prisão preventiva cumulado do pedido de “ABSOLVIÇÃO”, requerido **pelo Ilustre Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo**, onde de forma clara evidencia se o flagrante constrangimento e as ilegalidade cometidas em face do paciente, devendo concedido de imediato a medida liminar pleiteada.

De forma clara e comprovada apontaremos as referidas ilegalidades e o flagrante constrangimento que torna a prisão do paciente ilegal. Conforme verifica nas folhas de antecedentes criminais, trata de paciente **primário de bons antecedentes**, com apenas **24 anos de idade, sem qualquer ilicitude**



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

penal anterior, sem qualquer passagem pela Vara da Infância, de bom vínculo familiar, estudante, residência fixa, que se encontra com a liberdade restringida indevidamente, sem motivos que justifique a sua segregação.

O paciente encontra-se preso preventivamente há mais de 07(sete) meses sob a acusação de ter praticado o crime de **CALÚNIA**, supostamente perpetrado contra juízes e promotores da comarca de Nova Granada, interior de São Paulo.

Depreende-se dos autos, em síntese, que o paciente e sua mãe tiveram duas derrotas em processos judiciais que tramitaram na Comarca de Nova Granada, tendo em um deles culminado na ordem de despejo.

Insatisfeito, e supostamente sendo influenciado por sua genitora, o paciente teria utilizado-se das redes sociais, por mais de uma vez, **para caluniar e injuriar juízes e promotores da comarca local,** atribuindo-lhes condutas tipificadas como crime, além de encaminhar e-mails às corregedorias reportando tais denúncias.

O fato foi representado e instaurado a persecução criminal para apuração do crime de calúnia conforme narra a denúncia (doc. em anexo), em seguida fora determinada a prisão preventiva do paciente, a qual se efetivou em **02/07/2020, preso a aproximadamente 07 meses.**

O processo teve o seu curso, no qual fora apresentado defesa técnica, pela qual se argumentou, entre outros, que a calúnia perpetrada contra as autoridades era tão irrelevante e descabida que **não** mereciam crédito e, por conseguinte, eram



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

insuscetíveis de violar a honra das vítimas, além disso, se correto ou não, o defensor dativo expôs com detalhes o atendimento jurídico que teve com a mãe do paciente para tratar do caso, externando com isso opinião no sentido de atribuir à mãe do paciente a influência sobre os atos do filho.

**DO PRIMEIRO PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PARA A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA**

Findando a instrução processual e requerido o exame de insanidade mental.

Destacamos que mesmo se ao final o acusado vier a ser condenado o crime a ele imputado não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, vez que preso cautelarmente por vários meses, o Ministério Público de São Paulo ou seja o próprio autor da ação penal requereu a revogação da prisão preventiva do acusado, conforme (doc. anexo), principalmente porque a pena e o regime inicial de cumprimento previsto em caso de condenação, ainda que em seu grau máximo, não justificaria mais a prisão cautelar, diante de que a prisão deixou de conter os requisitos exigidos para a manutenção da preventiva, e também porque o referido crime é punível com pena de detenção, ou seja mesmo que condenado o paciente cumpriria pena em um regime mais brando do qual se encontra, lembrando que o regime inicial de cumprimento de pena em caso de condenação seria o regime inicial semiberto.

Porém, o Magistrado atuante no feito indeferiu o pedido do próprio autor da ação penal, ou seja, rejeitou o pedido de revogação da prisão preventiva requerido pelo Ilustre Representante do





— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

Ministério Público, mantendo a prisão cautelar, sob fundamentos exclusivos de que seria necessário aguardar o Resultado do Laudo Pericial de Insanidade Mental.

O fundamento que fora apresentado pelo nobre Magistrado, consiste tão somente na inexistência de certeza acerca do discernimento ou não do paciente, já que reiteradamente obstruiu o regular andamento da audiência de instrução realizada na forma virtual.

Veja que o MM. Juiz, manteve a prisão preventiva do acusado com base somente na dúvida em relação ao discernimento do paciente.

DO FATOS NOVO COM CHEGADA DO LAUDO PERICIAL DE INSANIDADE MENTAL COMPROVADA

Outrossim, as dúvidas existentes deixam agora de existir com a juntada do Laudo Pericial em 21/12/2020 conforme as fls. 1320/1323, observa-se o Incidente de Insanidade Mental sob o nº 0001416-37.2020.8.26.0390, passamos a transcrever trechos importantes do laudo:

(...)

No caso em tela, diante de tais características o **periciando apresenta prejudicada sua capacidade de autodelimitação**. O tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico) está indicado no presente caso, mas não deve modificar de forma acentuada o quadro de base, por ser ele de caráter constitucional, como já colocado anteriormente. Este seguimento especializado pode promover uma melhor adaptação afetiva e social.



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

Deve este tratamento estar direcionado para sua orientação e apoio, servindo-lhe como instrumento contensor de sua ansiedade e desconfiança, e portanto, propiciar que haja uma diminuição da possibilidade dele externar reações inadequadas, tanto para si própria, como para a sociedade.

(...)

Por tudo acima colocado, consideramos que o periciando, apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, **diante de sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.**

DO PEDIDO DA DEFESA PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA APÓS COMPROVADO A INSANIDADE MENTAL

Após findar a instrução processual com a vinda do laudo pericial de insanidade mental, saneador de todas a dúvidas existentes em relação ao discernimento do paciente, a defesa pleiteou a o novo pedido revogação da prisão este em anexo, sobe os fundamentos de que;

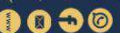
1. Não há motivos que justifiquem mais a prisão, ainda não estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP,
2. Fundamentou em relação a **insanidade mental do paciente conforme se atesta em laudo pericial,**
3. mencionou ainda em relação a manifestação favorável do Ilustre

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dimarco@msconsultoriajuridica.com.br
www.msconsultoriajuridica.com.br



Rua: Américo Brasiliense - 834 | Centro - Olímpia/SP



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

Representante do Ministério Público do
Estado de São Paulo, bem como pedido de
ABSOLVIÇÃO.

4. Além do direito constitucional de poder responder o processo em liberdade pelo princípio do "**dubio pro reo**".
5. mencionou ainda que a referida prisão no caso concreto trata de execução antecipada da pena.
6. Requeru ainda a substituição e aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, sendo suficientes para resguardar o bom e fiel andamento processual.

DO NOVO PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA / REVOGAÇÃO DA PRISÃO, APÓS A VINDA DO LAUDO PERICIAL,

Conforme a manifestação o Ilustre Representante do Ministério Público fls. 1.324/1.326, se mantém favorável a **Revogação da Prisão Preventiva**, bem como a "**ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA**" do acusado, conforme transcrevemos trechos importantes de sua manifestação;

Diante da natureza da medida de segurança que lhe é recomendada, **necessária imediata expedição de alvará de soltura**, já que a manutenção em cárcere de indivíduo comprovadamente inimpugnável se afigurará como conduta ilegal e abusiva.

**MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA**

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

Ainda, a manutenção de indivíduo com grave e - desde seu interrogatório judicial - evidente quadro de personalidade paranoide em estabelecimento penitenciário **representa severo risco contra sua saúde e incolumidade física, tudo a indicar a necessidade de sua soltura imediata**

Mesmo diante de documentos que comprova a insanidade mental do paciente.

Mesmo sanando as dúvidas mencionadas em relação ao discernimento do paciente conforme fundamentado na decisão que indeferiu o primeiro pedido de revogação de prisão preventiva requerido pelo MP.

Outrossim, findando a instrução processual onde o paciente encontra-se preso a aproximadamente 06 meses por suposto cometimento de um crime **sem violência ou grave ameaça a pessoa.**

Onde raramente encontramos alguém preso por prática do crime de calúnia, e mesmo inexistindo qualquer um dos motivos previstos no art.312 do CPP, que justifiquem a prisão preventiva o **Nobre Magistrado indeferiu novamente o pedido de liberdade do paciente** (conforme Decisão doc. em anexo) que passamos a transcrever na íntegra a seguir:

Juiz(a) de Direito: Dr. (a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Como bem ressaltado pela superior instância, é caso de belicoidade extrema e de contornos excepcionais.

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dimarco@msconsultoriajuridica.com.br

www.msconsultoriajuridica.com.br

Rua: Américo Brasiliense - 834 | Centro - Olímpia/SP





MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

De qualquer modo, a legislação penal confere ao julgador após cognição exauriente a faculdade de escolher, sendo o caso, a medida de segurança cabível dentre as espécies legalmente previstas, conclusão que advém do artigo 97, caput, 2ª parte, do Código Penal.

Isto posto, não é caso de acolhimento do pleito declinado pelo representante do Ministério Público às fls. 1.326 e renovo, para os efeitos do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão preventiva decretada ao réu.

Aguarde-se, por ora, o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 227/6617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação. Após, nos termos do artigo 402 do CPP, intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, requerer outras diligências e providencie a serventia a atualização da folha de antecedentes e certidões criminais.

Nada sendo requerido, desde já, declaro encerrada a instrução processual. Por não haver prejuízo às partes, determino a conversão dos debates orais pela entrega de memoriais escritos. Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, apresentar em suas alegações finais, por memorial escrito. Em seguida, tomem conclusos para sentença.

Int.

DA NULDADE DA DECISÃO POR TOTAL FALTA DE

FUNDAMENTAÇÃO.

Excelência, no caso em tela trata de Decisão teratológica, verifica-se o desrespeito do nobre Magistrado não só com os princípios constitucionais da ampla defesa e o contraditório, bem como com a nossa legislação em vigor e ainda com este causídico, ao

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dimarco@msconsultoriajuridica.com.br
www.msconsultoriajuridica.com.br

Rua: Américo Brasileiro - 834 | Centro - Olímpia/SP



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

deixar de analisar ou sequer mencionar na Decisão qualquer fundamento ou teses apresentados pela defesa.

Veja que na referida Decisão o nobre Magistrado ignorou totalmente o pedido da defesa, ou fez qualquer menção ao referido pedido de liberdade, ainda sequer enfrentou qualquer umas teses apresentadas.

A referida Decisão se mostra errônea e equivocada de forma clara e evidente, contrariando o artigo 315, I, II, IV, VI, do Código de Processo Penal, devendo assim ser REFORMADA por este Tribunal de Justiça, promovendo assim a mais Lícima Justiça.

DA PARCIALIDADE DO JUIZ

Excelência, o que observamos no caso em tela é a parcialidade do nobre Magistrado lutando pela manutenção da prisão cautelar em manter o paciente preso além do que manda a Lei, e ainda insistindo na persecução penal bem em uma suposta condenação incabível inclusive quando o próprio autos da ação requereu pela **"ABSOLVIÇÃO"**.

Vale destacar ainda com o advento da Lei 13.964/19; (**Pacote antitime**) é a de que o **Juiz não pode** decretar prisão preventiva de **ofício**, seja durante o curso da investigação, seja durante o curso da ação penal, exigindo prévio requerimento do MP ou representação da autoridade policial, como preconiza o artigo 311 do CPP,



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

Assim sendo, sem adentrar ao mérito O juiz não pode condenar o réu se houver manifestação do Ministério Público com pedido de absolvição. Temos que mencionar ainda que a Constituição de 1988 estabeleceu o sistema processual penal acusatório e que esse modelo é um dos pilares do sistema de garantias individuais em nosso ordenamento jurídico.

"Neste sistema processual, o juiz é um sujeito passivo, rigidamente separado das partes, e o julgamento é um debate paritário, iniciado pela acusação, a quem compete o ônus da prova, e desenvolvido, com a participação da defesa, mediante um contraditório público",

Outrossim, assim, o juiz não pode atuar de ofício nem condenar sem acusação. Quando o Ministério Público delibera pela absolvição de um réu, isso equivale a retirar a acusação.

"Por razões lógicas, resta ao Poder Judiciário encerrar a ação penal, em observância aos princípios da imparcialidade e da demanda ou inércia judicial".

"O juiz, ao condenar o acusado em contrariedade à posição ministerial sobre a absolvição, condena sem acusação, tomando-se parcial e assumindo automaticamente a figura de acusador". O artigo 385 do CPP – que prevê a possibilidade de condenação mesmo quando o MP pede a absolvição do réu – não foi recepcionado pela Constituição de 88.

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dmarco@msconsultoriajuridica.com.br
www.msconsultoriajuridica.com.br

Rua: Américo Brasiliense - 834 | Centro - Olímpia/SP



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

“Tal enunciado só faz sentido em um sistema **inquisitório**, ou **tendencialmente inquisitório**, e não em um sistema acusatório, que deve primar pela imparcialidade dos julgamentos como garantia fundamental dos acusados, essencial à realização do devido processo legal (art. 5º, LIV, da Constituição)”.

Destacamos ainda que ao pedir a absolvição de um réu, o MP não está contrariando o art. 42 do CPP, que estabelece que o MP não pode desistir da ação penal.

“Por obrigatoriedade da ação penal não se deve entender um dever impossível de processar todo e qualquer crime, mas a obrigação de oferecer a denúncia, se e quando presentes seus pressupostos e requisitos legais, e não no sentido de levar adiante uma **acusação que se revelou infundada, isto é, sem justa causa**”.

CONCLUSÃO

Concluímos, que no caso concreto após o entendimento e requerimento do MP para a **revogação da prisão preventiva** imediata, **sob pena de riscos a sua integridade física dentro do sistema prisional**, bem como pugnando pela **ABSOLVIÇÃO**, restou claro e evidente não estar mais presentes qualquer um dos requisitos para a prisão preventiva. Demonstrado aqui no caso concreto o flagrante e ilegalidade e o flagrante constrangimento ilegal praticados em face da liberdade do paciente, onde por todos os fatos apresentados no presente writ, a referida prisão configura uma afronta a violação dos direitos humanos e ao princípios constitucionais da presunção da inocência .

17 3279.9428

17 99732 6682

/msconsultoriajuridica

dmarco@msconsultoriajuridica.com.br
www.msconsultoriajuridica.com.br



Rua: Américo Brasileiro - 834 | Centro - Olímpia/SP



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158
DA INEXISTÊNCIA DA PRISÃO PREVENTIVA

Conclui se então, que no caso concreto existem quaisquer dos requisitos previsto no capítulo da PRISÃO PREVENTIVA previsto nos artigos 311/316 do CPP, para manter o paciente no cárcere por mais tempo.

Destacamos o artigo 312 do CPP, que passamos a transcrever;

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º).

No caso concreto Excelência, não existem motivos para manter a prisão cautelar do paciente, pois não se encontra qualquer um dos requisitos acima mencionados.

DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL “IN DUBIO PRO

REO”

Ainda Excelência, diante da inexistência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, para manutenção da prisão preventiva do requerente, rogamos agora pela aplicação do princípio constitucional do **“in dubio pro reo”**, ou seja, da presunção de inocência para que o mesmo possa responder ao processo em liberdade, conforme previsto no art. 5º, LVII da CF, que diz;



— ADVOCADO & CONSULTORIA —
www.msconsultoriajuridica.com.br

MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

Dr. Marco Antônio dos Santos

OAB/SP-417.158

Art. 5º, LVII, CF - “**Ninguém será considerado culpado até o**

trânsito em julgado de sentença penal condenatória.”

Sendo assim, o inciso LVII consagra o princípio da presunção de inocência, também conhecido por “princípio da não culpabilidade”

DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA

Excelência, verifica se no caso concreto, caso seja o referido pedido indeferido, e o acusado permanecer por mais tempo na prisão.

Diante de não estar mais presentes os motivos para a prisão cautelar, onde após findar a instrução processual, bem como a juntada do laudo pericial de insanidade mental, após 07 meses de prisão preventiva, caso o acusado venha ainda ser condenado nos termos da Denúncia, “**frisamos**” que, cumprirá pena em regime mais brando do qual se encontra, levando em consideração que o referido crime é púnico com pena de “**DETENÇÃO**”, e no máximo em caso de condenação o regime inicial para cumprimento de pena seria o **regime semiaberto**.

Assim concluímos que no concreto a permanência deste por mais tempo na prisão, trata de forma clara e evidente de **Execução Antecipada da Pena**. Pois é necessário destacarmos novamente que se trata de **paciente primário**, que jamais praticou crime, nem mesmo ato infracional, e está sendo acusado de **crime sem violência ou grave ameaça**, preso cautelarmente há aproximadamente mais de 06 meses.

17 3279.9428

17 9.9732 6682

/msconsultoriajuridica

dimarco@msconsultoriajuridica.com.br
www.msconsultoriajuridica.com.br

Rua: Américo Brasiliense - 834 | Centro - Olímpia/SP



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158
DA SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES

DIVERSAS DA PRISÃO

Excelência, observamos ainda que caso seja o entendimento de Vossa Excelência, é perfeitamente aplicável no caso concreto a liberdade cumulada com as medidas cautelares diversas da prisão conforme prescreve o artigo 282 do CPP, sendo essas suficientes no caso concreto para resguardar o bom e fiel andamento processual.

DA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

A liminar almejada pelo paciente se faz necessário diante das ilegalidades e constrangimento cometidos em face da liberdade d mesmo, observando o prazo em que o mesmo já se encontra preso, bem como o requerimento de absolvição, ainda o pedido de revogação da prisão pelo próprio Ministério Público.

Frisamos ainda a morosidade no andamento processual, motivos que **pleiteamos o deferimento da concessão da medida liminar** para que o mesmo possa responder ao processo em liberdade.

Outrossim, destacamos que no caso em comento o acusado está recluso há aproximadamente **07 meses** e o crime pelo qual está sendo acusado é punível com pena de detenção de três meses, por isso já se mostra desproporcional a privação da liberdade que ainda persiste. Some-se a isso o fato de que a revogação da prisão fora requerida pelo autor da ação penal ou seja do próprio Ministério Público por duas (02) vezes nas fls. 1246, e após a juntada do laudo pericial de insanidade mental nas fls. 1324/1326.

**MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA**

Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158

As justificativas para manutenção da prisão **não**

são plausíveis, diante da vinda do laudo pericial sanador das dúvidas existentes, o que comprova que o mesmo enfrenta problemas neurológicos. O mínimo que se espera é que o requerente seja posto em liberdade de imediato.

MOTIVOS DA PANDEMIA**DA RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL****DE JUSTIÇA 62/2020**

Não podemos deixar de destacar a Pandemia que enfrentamos em nosso país, o qual os números de infectados pelo covid 19, aumentam alarmantemente dentro do sistema prisional em todo Brasil.

Portanto o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** traz recomendação como medida de prevenção para amenizar e reduzir os índices de contaminados pela doença dentro do sistema prisional, devendo as prisões cautelares serem medidas excepcionais, ou seja, a “**última ratio**” a se impor.

Neste caso, observa presentes o “**fumus boni iuris**”, tendo em vista a flagrante ilegalidade ante a inexistência de razoabilidade entre a acusação de colúnia e a prisão preventiva, bem como o “**periculum in mora**”, pois existe dano irreparável à liberdade de locomoção do acusado, justifica-se plenamente o pedido de liminar, para substituir a prisão preventiva do paciente por algumas das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, caso seja o entendimento de Vossa Excelência, **expedindo-se alvará de soltura clausulado**.



MS ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Marco Antônio dos Santos
OAB/SP-417.158
DOS PEDIDOS

Posto isso, requer o impetrante que Vossa
Excelência se digne a:

Conceder a medida liminar almejada com base
em fatos novos ou seja no laudo pericial de insanidade mental;

Conceder a LIBERDADE no presente pedido,
bem como a **REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA**, determinando a
expedição imediata do alvará de soltura em favor do acusado, **com
substituição da prisão por medida cautelar**, garantindo-lhe o direito de
responder ao processo em liberdade;

Solicitar informações da autoridade coatora;

Confirmar, no julgamento do mérito a Liminar e a
ordem concedida garantindo a liberdade do paciente.

Termos em que,
Pede o Deferimento.

Olimpia/SP, 10 de janeiro de 2021.

DR. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP nº 417.158
ADVOGADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

***Habeas Corpus* nº 2001982-83.2021.8.26.0000 – Comarca de Nova Granada**

Impetrante: Dr. Marco Antonio dos Santos

Paciente: Joaquim Pedro de Morais Filho

Impetrado: MM. Juiz da Vara Única

TJSP – 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Vistos,

O advogado Marco Antonio dos Santos impetra este *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de **Joaquim Pedro de Morais Filho**, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada/SP, nos autos do processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390.

Assevera o impetrante que o paciente foi denunciado e preso preventivamente em 02 de agosto de 2020, por suposto crime de calúnia praticado contra juízes e promotores da comarca através das redes sociais, após derrotas em ações judiciais.

Sustenta que responde por crime praticado sem violência ou grave ameaça, cuja pena prevista é de detenção, tratando-se de pessoa primária, sem antecedentes, estudante, com residência fixa, de modo que vindo a ser condenado ser-lhe-ia fixado regime diverso do fechado.

Relata que apesar da manifestação favorável do Ministério Público pela liberdade provisória, o D. Magistrado indeferiu o pleito diante da necessidade da vinda do laudo pericial de insanidade mental dos autos nº 0001446-37.2020.8.26.0390.

Aduz que o referido laudo foi juntado aos autos em 21 de dezembro de 2020 comprovando que o paciente é portador de personalidade paranoide e teria prejudicada sua capacidade de autodeterminação, fato que ensejou novo pedido da defesa pela liberdade para qual o ilustre parquet manifestou-se favoravelmente e requereu a absolvição do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

paciente.

Alega que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente do indeferimento da liberdade provisória pela autoridade coatora, mediante decisão carente de fundamentação concreta que não enfrentou as teses apresentadas pela defesa, além de ausentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da medida extrema.

Pleiteia, em suma, a concessão da medida liminar para liberdade provisória com expedição do competente alvará de soltura e imposição de outra medida cautelar diversa ao cárcere (fls. 01/17).

Deftro a liminar alvitrada.

Em face da primariedade (fls. 1356/1357 – ação penal), da ausência de violência na prática do delito e do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis.

O não cumprimento acarretará imediata revogação do benefício.

Audiência admonitória em Primeira Instância.

Expeça-se alvará de soltura se por AI não estiver preso e officie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente.

Requistem-se informações da autoridade judiciária apontada como coatora, em 48 horas, sobre o alegado, remetendo-se, em seguida, os autos a Douta Procuradoria de Justiça.

Após, conclusos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 19 de janeiro de 2021.

PAULO ANTONIO ROSSI
NO IMPEDIMENTO OCASIONAL DA RELATORA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
SJ 5.10 - Serv. de Proces. de Habeas Corpus e Mandados de Segurança
Rua da Glória, 459 - 10º Andar - CEP: 01510-001

São Paulo, 20 de janeiro de 2021.

Habeas Corpus Criminal: 2001982-83.2021.8.26.0000 (**PROCESSO DIGITAL**)
(FAVOR USAR ESTA REFERÊNCIA NA RESPOSTA)
12ª Câmara de Direito Criminal
Origem nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Impetrante: Marco Antonio dos Santos
Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

por determinação do(a) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Desembargador(a) Relator(a), HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, transmito a Vossa Excelência a anexa cópia do r. despacho e da petição inicial do "Habeas Corpus" acima especificado, solicitando as necessárias informações, **a serem prestadas no prazo de 48 horas.**

Comunico, outrossim, que a liminar foi DEFERIDA, conforme cópia do despacho que segue anexa.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

Supervisor(a) do Serviço de Processamento de Habeas Corpus e Mandados de Segurança

Endereço para encaminhamento das informações:
sj5.10.1@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 1ª e 2ª Câmaras
sj5.10.2@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 3ª e 4ª Câmaras
sj5.10.3@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 5ª e 6ª Câmaras
sj5.10.4@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 7ª e 8ª Câmaras
sj5.10.5@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 9ª e 10ª Câmaras
sj5.10.6@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 11ª e 12ª Câmaras
sj5.10.7@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 13ª e 14ª Câmaras
sj5.10.8@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 15ª e 16ª Câmaras
sj5@tjsp.jus.br - Para informações e peças em diligência sigilosa (de todas as câmaras)

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
Ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390
Outro(s) nº(s): 875/2019, 2067126/2019, 2208302, 2067126



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO - OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

REFERENTE AO HABEAS CORPUS Nº 2001982-83.2021.8.26.0000

12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRANTE: MARCO ANTONIO DOS SANTOS

PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Nova Granada, 20 de janeiro de 2021

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem:

1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de **Nova Granada/SP**, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima.

2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578).

3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772).

4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do *Youtube* (fls. 820/821).

5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. **A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019** (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente.

6. O **réu/paciente foi citado por hora certa** por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), **ante a suspeita de ocultação do acusado**.

7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170).

9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139).

10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390.

11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h.

12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245.

13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246).

14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250).

15. Por pertinente, informo a existência de outro **HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.** Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação.

16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245.

17. **No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323).**

18 As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352).

19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que **"é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais"** (fls. 1337).

20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

ao IIRGD sobre a situação do paciente, **com urgência** (fls. 1377/1379).

21. Regularizados os autos, tornem novamente conclusos para sentença.

22. **Peças principais da ação penal:** fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do *Youtube*); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas). **Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão.**

Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como **ofício** ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador **RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP.**

Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloque-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las.

Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ALVARÁ DE SOLTURA – COM MEDIDA CAUTELAR
INTIMAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE COMPARECIMENTO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Assunto(s): **Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Alvará BNMP 2.0 - Nº Nacional: 1500106-18.2019.8.26.0390.05.0003-14

RJI BNMP 2.0 - Nº: 203518350-08

Situação da Parte no BNMP 2.0: A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 20/01/2021 - 17:27:05, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

RJI : 203518350-08.

Última situação : Preso Provisório.

Último local de custódia : Delegacia de Polícia de Icem, Icem/SP, informado no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 com origem em Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, na forma da lei,

MANDA, ao(à) Diretor(a) ou ao(à) Delegado(a) do(a) **Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria - Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria**, ou a quem suas vezes fizer, ao lhe ser este alvará apresentado, com as formalidades legais, que ponha, *incontinenti*, em liberdade, “**se por al não estiver preso**”, a pessoa abaixo qualificada, recolhida à ordem e disposição deste Departamento/ Juízo.

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJI: 203518350-08**
 Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Nacionalidade: **Brasileiro** Naturalidade: **Naturalidade da Parte Passiva Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Data Nascto.: **16/09/1995** Estado Civil: **Solteiro**
 Sexo: **Masculino** Cor: **Cor da Pele da Parte Passiva Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP**
 Natureza da Prisão: **Preventiva**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Data da Prisão: **02/07/2020**

Alvará de Soltura Concedido na Aprecação do Flagrante: **não**

Prisão domiciliar: **não**

Motivo de Expedição do Alvará de Soltura: **Liberdade provisória com medidas cautelares**

MANDADO(S) DE PRISÃO SELECIONADO(S) PARA O ALVARÁ DE SOLTURA NO BNMP 2.0:
1500106-18.2019.8.26.0390.01.0001-14

TIPOS DE MEDIDAS CAUTELARES:

Proibição de ausentar-se da comarca, Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga e Outras

Fica o(a) Réu intimado(a) da(s) **medida(s) cautelar(es)**

a seguir, sob pena de revogação do benefício concedido, conforme r. decisão de seguinte teor:
"Em face da primariedade (fls. 1356/1357 - ação penal), da ausência de violência na prática do delito e do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego em dias úteis. (...) Expeça-se alvará de soltura."

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Nova Granada, 20 de janeiro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Declaro ciência do dever de cumprimento das medidas cautelares impostas, sob pena de revogação do benefício concedido.
 <<<cidade, data>>>.*.

Assinatura ou digital do(a) Réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

A autoridade responsável pela soltura fica cientificada de que deverá comunicar a este Departamento/Juízo o efetivo cumprimento da ordem, da forma mais célere e eficaz (preferencialmente pelo e-mail novagranada@tjsp.jus.br), nunca além do dia útil seguinte ao da entrega deste alvará de soltura, sob as penas da lei.

MANDADO(S) DE PRISÃO NÃO CONTEMPLADO(S) PARA O ALVARÁ DE SOLTURA NO BNMP 2.0:

Nenhum mandado de prisão encontrado no BNMP em 20/01/2021 às 17:26:29



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

504679-Alvará - Soltura - Sem Fiança - Com Medida Cautelar - Intimação para Assinatura de Termo de Comparecimento - Crime - (BNMP)

URGENTE - Alvará de soltura 1500106-18.2019.8.26.0390**GABRIELA COLTURATO LOPES** <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qua, 20/01/2021 17:46

Para: CDP DE PAULO DE FARIA <cdppaulodefaria@sp.gov.br>; cdppaulofaria@cdppaulofaria.sap.sp.gov.br <cdppaulofaria@cdppaulofaria.sap.sp.gov.br>; alvara.iirgd@sp.gov.br <alvara.iirgd@sp.gov.br> 1 anexos (161 KB)

Alvará de Soltura 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

Boa tarde!**Segue, em anexo, alvará de soltura de Joaquim Pedro de Moraes Filho.****Att.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 20 de janeiro de 2021.

Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 20/01/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
portal eletrônico.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 20 de janeiro de 2021

Informações de HC 2001982-83.2021.8.26.0000**GABRIELA COLTURATO LOPES** <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qua, 20/01/2021 17:56

Para: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br> 2 anexos (201 KB)

Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf; Senha do Processo [1500106-18.2019.8.26.0390].pdf;

Boa tarde!

Segue, em anexo, despacho/ofício de prestação de informações referente ao Habeas Corpus nº 2001982-83.2021.8.26.0000, bem como senha para acesso aos autos digitais.

Att.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0011/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Em face da primariedade (fls. 1356/1357 - ação penal), da ausência de violência na prática do delito e do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego em dias úteis. (...) Expeça-se alvará de soltura."

Do que dou fé.
Nova Granada, 20 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0011/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18. As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência (fls. 1377/1379). 21. Regularizados os autos, tornem novamente conclusos para sentença. 22. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550;

567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Do que dou fé.
Nova Granada, 20 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi

CUMpra-SE
Com cautelas
de praxe



7 DE JULHO DE 1889

Dauri Silva Brito

Diretor Técnico III - Substituto
RG: 25.299.865-0

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, .. Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls. 1384

ALVARÁ DE SOLTURA – COM MEDIDA CAUTELAR
INTIMAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE COMPARECIMENTO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto(s): Calúnia
Documento de Origem: Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Alvará BNMP 2.0 - Nº Nacional: 1500106-18.2019.8.26.0390.05.0003-14
RJI BNMP 2.0 - Nº: 203518350-08
Situação da Parte no BNMP 2.0: A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 20/01/2021 - 17:27:05, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.
RJI : 203518350-08.
Última situação : Preso Provisório.
Último local de custódia : Delegacia de Polícia de Icem, Icem/SP, informado no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 com origem em Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, na forma da lei,

MANDA, ao(à) Diretor(a) ou ao(à) Delegado(a) do(a) Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria - Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria, ou a quem suas vezes fizer, ao lhe ser este alvará apresentado, com as formalidades legais, que ponha, *incontinenti*, em liberdade, “se por al não estiver preso”, a pessoa abaixo qualificada, recolhida à ordem e disposição deste Departamento/ Juízo.

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Documentos: CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJI: 203518350-08
Filiação: pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira
Nacionalidade: Brasileiro Naturalidade: Naturalidade da Parte Passiva Selecionada <<
Informação indisponível >>
Data Nascto.: 16/09/1995 Estado Civil: Solteiro
Sexo: Masculino Cor: Cor da Pele da Parte Passiva Selecionada <<
Informação indisponível >>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, .. Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Data da Prisão: **02/07/2020**

Alvará de Soltura Concedido na Apreensão do Flagrante: **não**

Prisão domiciliar: **não**

Motivo de Expedição do Alvará de Soltura: **Liberdade provisória com medidas cautelares**

MANDADO(S) DE PRISÃO SELECIONADO(S) PARA O ALVARÁ DE SOLTURA NO BNMP 2.0:
1500106-18.2019.8.26.0390.01.0001-14

TIPOS DE MEDIDAS CAUTELARES:

Proibição de ausentar-se da comarca, Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga e Outras

Fica o(a) Réu intimado(a) da(s) medida(s) cautelar(es)

a seguir, sob pena de revogação do benefício concedido, conforme r. decisão de seguinte teor: "Em face da primariedade (fls. 1356/1357 - ação penal), da ausência de violência na prática do delito e do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego em dias úteis. (...) Expeça-se alvará de soltura."

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Nova Granada, 20 de janeiro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Declaro ciência do dever de cumprimento das medidas cautelares impostas, sob pena de revogação do benefício concedido.
<<<cidade, data>>>

Assinatura ou digital do(a) Réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

A autoridade responsável pela soltura fica cientificada de que deverá comunicar a este Departamento/Juízo o efetivo cumprimento da ordem, da forma mais célere e eficaz (preferencialmente pelo e-mail (novagranada@tjsp.jus.br), nunca além do dia útil seguinte ao da entrega deste alvará de soltura, sob as penas da lei.

MANDADO(S) DE PRISÃO NÃO CONTEMPLADO(S) PARA O ALVARÁ DE SOLTURA NO BNMP 2.0:

Nenhum mandado de prisão encontrado no BNMP em 20/01/2021 às 17:26:29



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

504679-Alvará - Soltura - Sem Fiança - Com Medida Cautelar - Intimação para Assinatura de Termo de Comparecimento - Crime - (BNMP)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e MARCELO HAGGI ANDREOTTI. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>.
me o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 6358840.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELA FAZION GARCIA GODI e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 21/01/2021 às 16:14, sob o número WNGA21700005081
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 636C934.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PAULO DE FARIA

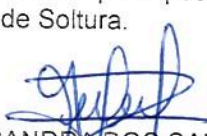
Ao C.I.M.I.C. para verificação quanto à autenticidade do presente Alvará de Soltura, e conferência por todos os meios possíveis como: PRODESP, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, BNMP e SIVEC e outros que julgar necessário para melhor conferência. Atestando a inexistência de obstáculos processuais, deverá ser cumprido imediatamente.

PAULO DE FARIA, 21/01/2021.


DAURI SILVA BRITO
DIRETOR TÉCNICO III SUBSTITUTO

C.I.M.I.C.

Certifico que, após confirmar a veracidade do mesmo através da certificação digital, bem como a inexistência de obstáculos para a sua soltura, e após o mesmo ter sido cientificado a comparecer a Vara Criminal para possível regularização processual, dei inteiro e fiel cumprimento ao presente Alvará de Soltura.


ALESSANDRA DOS SANTOS ÁGUA
DIRETOR II - C.I.M.I.C. SUBSTITUTA

DECLARAÇÃO DE EXCLUSÃO

Neste ato declaro que até a presente data e em todo o tempo que estive custodiado nesta Unidade Prisional, não registro nenhum tipo de queixa (Coação e/ou Constrangimento Físico, Moral ou Psicológico), tendo declarado que irei residir na AV ARMANDO SALES DE OLIVEIRA, N 220, CENTRO, ICÉM/SP.


JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
MATRICULA: 1.213.732
RG: 45537436-3

Conferido por:


ALESSANDRA DOS SANTOS ÁGUA
DIRETOR II - C.I.M.I.C. SUBSTITUTA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0011/2021, foi disponibilizado na página 3547/3558 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: 1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendando à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18. As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência

(fls. 1377/1379). 21. Regularizados os autos, tornem novamente conclusos para sentença. 22. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Nova Granada, 22 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0011/2021, foi disponibilizado na página 3547/3558 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Em face da primariedade (fls. 1356/1357 - ação penal), da ausência de violência na prática do delito e do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego em dias úteis. (...) Expeça-se alvará de soltura."

Nova Granada, 22 de janeiro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi
Escrevente Técnico Judiciário



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 25/01/2021 10:07

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 25 de Janeiro de 2021

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Ciente da liminar em sede de *habeas corpus*.

Observo que assiste razão ao desembargador prolator da decisão ao notar que, em verdade, o laudo do incidente de insanidade mental considerou o réu semi-imputável. Assim, retifico o memorial escrito para requerer a condenação do réu pelos crimes descritos na denúncia, uma vez que conforme exposto, autoria e materialidade se encontram demonstradas.

Quanto á dosimetria da pena, requeiro pena base fixada no mínimo legal, reconhecimento do crime continuado entre os delitos, dada idêntica forma de execução, consistente em postagens em redes sociais, e na semelhançadas condições de tempo e lugar. Requeiro, outrossim reconhecimento das causas de aumento previstas na denúncia já que de caráter objetivo. Requeiro por fim, à vista da semi-imputabilidade, redução da pena em patamar máximo de 2/3 e fixação de regime aberto. Ainda, caso seja do entendimento de Vossa Exelência, não me oponho à substituição da pena por tratamento ambulatorial, solução que parece, aliás, a ideal na espécie.

Nova Granada, 25 de janeiro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Procs. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 7º Andar - CEP: 01510-001

São Paulo, 15 de abril de 2021.

Referência: Julgamento Virtual
Recurso : Habeas Corpus Criminal
Processo nº : 2276617-85.2020.8.26.0000 .
Outros nºs: 1500106-18.2019.8.26.0390
Partes : Impetrante: Sinomar de Souza Castro
Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Senhor(a) Juiz(a) de Direito:

Por determinação da Egrégia Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, comunico a Vossa Excelência que em Sessão de Julgamento Permanente e Virtual realizada pela Colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, julgando Habeas Corpus Criminal acima mencionado(a), proferiu a seguinte decisão: CONHECERAM DA IMPETRAÇÃO EM FAVOR DO(A) PACIENTE JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, E CONCEDERAM A ORDEM, PARA MANUTENÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO PACIENTE NOS AUTOS DO HABEAS CORPUS Nº 2001982-83.2021.8.26.0000, MANTENDO-SE, AINDA, AS MEDIDAS CAUTELARES FIXADAS NAS FOLHAS 66/68 DA REFERIDA IMPETRAÇÃO. COMUNIQUE-SE AO JUÍZO DE ORIGEM. V.U..

A íntegra do v. Acórdão será disponibilizado no endereço eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br> quando de sua assinatura pelo E. Relator, sendo a sua senha de acesso wai1pt.

Apresento a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 7º Andar - CEP: 01510-001

Silonia Xavier da Rocha Pane
Supervisor(a) do Serviço de Processamento
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR**CERTIDÃO**

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que por determinação judicial, procedi a digitalização da postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, via Internet, que segue juntada em quatro (04) páginas.

Nada Mais. Nova Granada, 23 de abril de 2021. Eu, ____, Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.



USAComment.com

Busque Artigos e fatos anexados.

Busque

GC

- Pesquise Mandados de Prisão emitidos no Brasil Todo.
- Emails Suspect (Spam)

EU USO A VK:

<https://vk.com/Zicutake1>

Coronavirus pandemic data

[Pensé] KiyooSM: zkpass13

>> Print screen

Coronavirus Busca Inf.

>> Economia, Índices e Analise

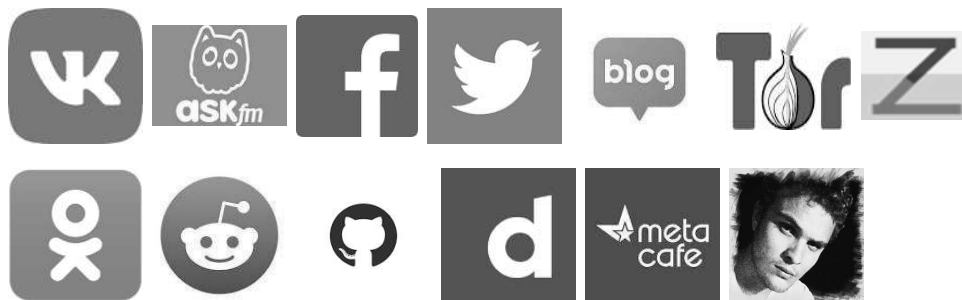
>> Registry | Notes

>> Ideias Bov

Passagens Aéreas (Econômica) [Rever]

[Rever] Brasil Processo

* Data of BlockZ



* Aplicativo Android deste Blog Proclame281119, download direto

* Criptografia e Descriptografia de Documentos por Chave

Translate PT

Yandex.Translate

KiyooSM: <https://ki-yoo.blogspot.com/p/blog-page.html?%23=proclame> - É, você pode deixar sua denuncia nessa página...faça um Boletim

terça-feira, 16 de fevereiro de 2021

Fica registrado em 16 de Fevereiro de 2021 que o advogado público Sinomar de Souza Castro está suspenso em agir no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 por ter cometido diversos crimes Éticos Criminais (Entre eles retirada de Direitos e obstrução processual), jun a outros.

de Ocorrência Primeiro, é direito seu. Clique Aqui



zicutake@mail.ru

**zicutake@torbox3uiot6wc
hz.onion**

Postagens mais visitadas

ENC: DENOUNCES: THE
WITHDRAWAL OF CIVIL
LAW, BRAZIL

↓ ORDEM POSITIVO De:
Zicutake [Música] Enviada
em: 01/01/2020 12:26 Para:
ivan.rincon@tsj.gov.ve ;
gukov@supcourt.ru ...



URGENTE: JUIZ
DE MIRASSOL
MARCELO HAGGI
ANDREOTTI

TORTURA JOVEM POR
DENUNCIAR
IRREGULARIDADES DO
JUIZ FABIANO RODRIGUES
CREPALDI NA COMARCA
DE NOVA GRANADA!

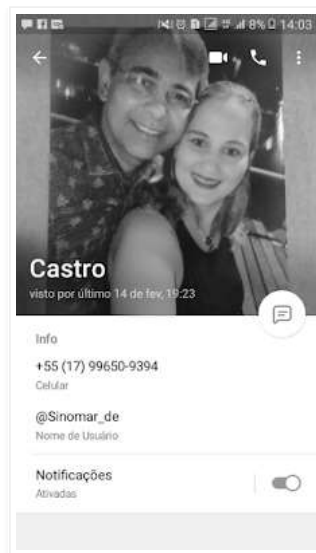
NO DIA 2 DE JULHO DE
2020 O JUIZ DE MIRASSOL
MANDA PRENDER
JOAQUIM PEDRO DE
MORAIS FILHO E
TORTURAR ELE E SUA
FAMÍLIA, ALÉM DE
DIVERSOS AB...



Fica registrado em
16 de Fevereiro de
2021 que o
advogado público

Sinomar de Souza
Castro está suspenso em
agir no processo 1500106-
18.2019.8.26.0390 por ter
cometidos diversos crimes
Éticos e Criminais (Entre eles
retirada de Direitos e
obstrução processual), junto
a outros.

[SEGUE-SE SABER] No dia
2 de Julho de 2020, o Réu do
Processo 1500106-
18.2019.8.26.0390 Joaquim



[SEGUE-SE SABER] No dia 2 de Julho de 2020, o Réu do Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 Joaquim Pedro de Moraes Filho, foi detido de maneira violenta e asfixiado pela polícia local além de sua família, na Cidade de Nova Granada e Icem a mesma cidade Denunciada pelo réu, aonde o acusado é o Juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi [...] Sem delongas, o juiz também exposto por maneiras difusas na internet pelo réu, MARCELO HAGGI ANDREOTTI, dantes, foi autor da preventiva contra o Réu, e mais tardar guiou uma Audiência no mesmo ano, sem conclusas idéias, e fundamentos legais para tal ato. [...] Tudo por expor colegas de Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo por Omissão e Retirada de Direitos, entre elas a então juíza Andressa Maria Tavares Marchiori e Carolina Marchiori Bueno, que mais tardar no próprio processo admitiu a si de forma inconciente e registravel no processo citado acima o crime de omissão, após declarar que a Comarca era inelegível para ser julgadora pois uma das suposta vítimas era promotor da tal comarca em São José do Rio Preto, e não poderia atuar no Caso [...] Além de diversos detalhes depreciativos para sustento dessas acusações, vemos que o Mandado de prisão sustentado pelo então Juiz Marcelo Haggi Antreotti no processo citado acima, possui sustentos relativos de um ato covarde e desumano contra um pobre civil, pois em sua tese delirante, ele usou-se do Processo 1501594-83.2019.8.26.0559 aonde O Juiz Guilherme Pião torna inelegível as acusações fundamentadas para torna réu Joaquim Pedro de Moraes Filho de acusações até então monstruosas, tudo para denegrir o caráter do réu, e proteger culpados de crimes bárbaros, entre eles retirada de Direito aonde o Réu torna objetivo e claro e comprobatório, que houve emissão de honorário a uma advogada que nunca viu seus clientes o réu e sua irmã, no Processo que se encontra seu progenitor como réu em 2016, além de retirada o direito a RECURSO das vítimas de maneira ardilosa e repugnante pelo então Juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi, direito esse, primordial.[...]O réu Joaquim Pedro de Moraes Filho sofreu agressão física e psicológica por funcionários do SAP e diretores da penitenciária de ICEM e Paulo de Faria, além de denúncias em quanto estava preso, agressões de Retiradas de Direitos de outros

Pedro de Moraes Filho, foi
detido de maneira...

DESDE O DIA QUE
DESCOBI QUE JAMAIS IA
CONSEGUIR MUDAR DE
NOME...E QUE NÃO
CONSIGO CORRER ATRÁS
DE SOCORRO...TUDO
MATOU POR DENTRO. NÃO
CONSIGO ME
ARREPENDER DE NADA.
TODOS SABIAM QUE NÃO
SAIO DE CASA, TODOS. SE
APROVEITARAM.

Minha mãe disse que o
Tribunal de Justiça de São
Paulo colocou minha vida em
risco; Ela tem razão, são
traficantes, são civis, é o
Judiciário, é policial, são
países...todo mundo vendo;
E todos se questionando; E
se fosse comigo?

Não quero dinheiro, queria
meu processo fosse julgado
de forma justa. E ia mudar de
nome, pra sempre. Não
quero dinheiro...eu queria
que todos pagassem pelos
seus crimes. E por ter
mexido com minha mente, e
tentado me calar! Isso que
queria!

Aquele cara do Estados
Unidos, ele tinha uma nota
de \$20 dólares falsa, o
policial erro, mais talvez
aquele homem se recusou a
admitir a culpa, o policial se
alterou, e a vida dos dois foi
para o poço, sem volta.
Racismo foi não ter lidos os
fatos...

Demand (nº365); Por ordem
de modelo Constitucional,
segue-se a saber; "Acusa-se,
hoje 22/02/2020 às 12:00h, o
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO por FRAUDE
CONSTITUCIONAL e
COMPLACÊNCIA À
RETIRADA DE DIREITOS
DE CIVIS"

Após amplo entendimento e
averiguação atua-se por
intermédio de demandas
eletrônicas e por meios de
Comunicação da Rede
Mundial de Computa...

Denounces: The Withdrawal
of Civil Law, Brazil

Denounces PREÂMBULO
Nós, representantes do povo
brasileiro, reunidos em
Assembléia Nacional

fls. 1409
detentos por agentes da SAP, com omissão da então diretoria.[...] Com fins, e
advogado público além de sarcasmo com a família do réu e com o próprio
cliente, distorceu todos os fatos e idéia primórdias que formaram tal conduta
réu, para tal posição, pois o advogado era ciente que a Defensoria Pública
local, Icem, também era Denunciada por emissão a honorários a advogados
que nunca viram seus clientes, algo provável, pois a existência de omissão d
muitos advogados públicos e juizes contra aos mais pobres detidos, foi-se
conclusa em caso de pessoas aguardando julgamento a mais de dois anos,
como em Olimpia. Opondo-se deliberadamente contra a Constituição Federa
do Brasil. [...] Sem mais nada a Declarar, por hora.

Assinado Digitalmente por Joaquim Pedro de Moraes Filho
C.P.F. 133.036.496-18
16 de Fevereiro de 2021

Torna-se ciente a competência.

* Diversos aparelhos telefônicos foram detidos pela polícia local, e agressões
tortura psicológica desde 2019. Até hoje sem respaldo da Corregedoria, que
omite-se. O Delegado de Nova Granada e polícias em quanto me agrediram
brutalmente na Delegacia diziam que: "Ninguém vai sentir falta..." no dia 2 de
Julho de 2020.

Registro:

Retirada de Direitos na Audiência De Instrução Vai Única De Nova Granada SP Processo Nº 1500106 18 2019 15 10 2020 15 30 Horas Mc

<https://archive.org/details/audiencia-de-instrucao-vara-unica-de-nova-granada-sp-processo-no-1500106-18-2019>

<https://www.dailymotion.com/video/x7zfnxh>

<https://m.blog.naver.com/zicutake/222250754625>

https://m.vk.com/wall585932594_152

<https://youtu.be/iMXStQ05KBQ>

<https://m.facebook.com/Zicutake/>

<https://forum.developer.samsung.com/t/retirada-de-direitos-na-audiencia-de-instrucao-vara-unica-de-nova-granada-sp-processo-n-1500106-18-2019-15-10-2020-15-30-horas-mc/11587?u=zicutake>

<https://video.fc2.com/content/20210227UVN9c1pX>

<https://ok.ru/video/3137829407381>

<https://www.metacafe.com/watch/12170442/retirada-de-direitos-na-audiencia-de-instrucao-vara-unica-de-nova-granada-sp-processo-n-1500106-18-2019-15-10-2020-15-30-horas-mc/>

Constituinte para instituir um Estado Democr...

[...] Não vou deixar que sumam comigo.

Arquivo do blog

▼ 2021 (130)

► Abril (4)

► Março (118)

▼ Fevereiro (8)

(+ de 100 civis Brasileiros, cientes (com anexo da...

(+ de 120 civis Brasileiros, cientes (com anexo da...

[...] Denounces: The Withdrawal of Civil Law, Brazil

Re: P-462-20 (MG) [...] uma petição ou caso penden...

Fica registrado em 16 de Fevereiro de 2021 que o a...

[ANEXO] Resposta de um Habeas Corpus solicitado po...

Re: 7 meses preso por um Civil Denunciar Juiz em E...

7 meses preso por um Civil Denunciar Juiz em Erro!

► 2020 (2767)

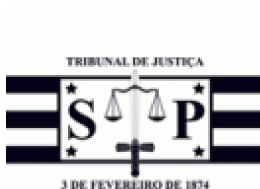
► 2019 (550)

► 2018 (8)

► 2017 (17)

► 2016 (88)

Tecnologia do Blogger.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Chegou ao conhecimento deste magistrado uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021 e, por mim, foi determinada a juntada na forma ocorrida pela Serventia deste Juízo, conforme se vê às fls. 1407/1410.

Converto o julgamento em diligência e determino a intimação das partes para manifestação em relação ao documento acima referido, no prazo de dez (10) dias.

Após, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 23 de abril de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 23/04/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vistos. Chegou ao conhecimento deste magistrado uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021 e, por mim, foi determinada a juntada na forma ocorrida pela Serventia deste Juízo, conforme se vê às fls. 1407/1410. Converto o julgamento em diligência e determino a intimação das partes para manifestação em relação ao documento acima referido, no prazo de dez (10) dias. Após, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, (SP), 23 de abril de 2021

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0442/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Chegou ao conhecimento deste magistrado uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021 e, por mim, foi determinada a juntada na forma ocorrida pela Serventia deste Juízo, conforme se vê às fls. 1407/1410. Converto o julgamento em diligência e determino a intimação das partes para manifestação em relação ao documento acima referido, no prazo de dez (10) dias. Após, tornem conclusos para sentença. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 23 de abril de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 02/05/2021 00:25

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Chegou ao conhecimento deste magistrado uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021 e, por mim, foi determinada a juntada na forma ocorrida pela Serventia deste Juízo, conforme se vê às fls. 1407/1410.

Converto o julgamento em diligência e determino a intimação das partes para manifestação em relação ao documento acima referido, no prazo de dez (10) dias. Após, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, 2 de Maio de 2021

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Nada a requerer nestes autos, já que se trata de fatos estranhos aos contidos na denúncia, peça que impõe os limites objetivos da lide. Demais disso, a instrução já se encontra encerrada, com memoriais apresentados desde janeiro do presente ano, sendo certo que nenhum sentido faria eventual aditamento, notadamente pelo fato de ser o magistrado que conduz o presente feito, aparente vítima dos fatos, o que levaria ao seu impedimento para julgamento.

Observo, no entanto, que caso da confusa narrativa presente nas publicações entenda o e.magistrado ter sido ofendido no exercício de suas funções, é possível, após a oferta da necessária representação, a instauração de novo procedimento investigatório que resultará em ação penal diversa, já que estará o e. magistrado impedido de julgar fatos dos quais seja vítima.

Por ora, verificando que a condição psiquiátrica do acusado se agrava e que não conta com apoio familiar, tampouco é submetido a qualquer tratamento, entendendo ainda que se trata de problema cuja solução passa por adequado tratamento de saúde mental e não pelo

encarceramento, informo que determinei extração de cópias visando instauração de procedimento próprio nesta promotoria de justiça, na seara dos Direitos Humanos, visando acompanhamento de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** e de seu núcleo familiar, de modo a garantir o necessário tratamento psiquiátrico.

Quanto ao mais, aguardo sentença.

Nova Granada, 3 de maio de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

MARCO ANTONIO DOS SANTOS, advogado, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP, sob o nº 417.158, na qualidade de procurador do réu, nos autos da presente ação criminal, e não mais desejando patrocinar a presente demanda, por motivos de foro íntimo, vem respeitosamente à presença de V. Exa., **RENUNCIAR AO MANDATO**, bem como para que o mesmo constitua novo procurador.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Estância Turística de Olímpia, 06 de maio de 2021.

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS

OAB /SP 417.158

ADVOGADO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA**, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99165-2035
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado.

Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410.

Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410.

Após, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 05 de maio de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 12/05/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Destinatário do Ato: Justiça Pública

Teor do ato: Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado. Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Após, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, (SP), 12 de maio de 2021

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Os autos estão com vista para Vossa Senhoria, Dr. Sinomar de Souza Castro, apresentar renúncia deferida através do sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que seja possível expedir certidão de honorários.

Nada Mais. Nova Granada, 12 de maio de 2021. Eu, ____,
 Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.



ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Foro: **Foro de Nova Granada**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **12/05/2021 18:38**

Prazo: **3 dias**

Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Teor do Ato: **Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado. Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Após, tornem conclusos para sentença. Int.**

Nova Granada, 12 de Maio de 2021

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**MANDADO DE INTIMAÇÃO – PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2021/001525-7**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima indicada(s), para constituir novo advogado, no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente de que não o fazendo, será automaticamente designada a Defensoria Pública para defendê-lo nos autos acima epígrafados.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 12 de maio de 2021. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020210015257

1500106-18.2019.8.26.0390

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0564/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria, Dr. Sinomar de Souza Castro, apresentar renúncia deferida através do sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que seja possível expedir certidão de honorários."

Do que dou fé.
Nova Granada, 18 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0564/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado. Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Após, tornem conclusos para sentença. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 18 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0564/2021, foi disponibilizado na página 2411/2412 do Diário de Justiça Eletrônico em 19/05/2021. Considera-se a data de publicação em 20/05/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Os autos estão com vista para Vossa Senhoria, Dr. Sinomar de Souza Castro, apresentar renúncia deferida através do sistema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que seja possível expedir certidão de honorários."

Nova Granada, 19 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA
Escrevente Técnico Judiciário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0564/2021, foi disponibilizado na página 2411/2412 do Diário de Justiça Eletrônico em 19/05/2021. Considera-se a data de publicação em 20/05/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado. Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410. Após, tornem conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 19 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA
Escrevente Técnico Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância na r. decisão de fls.1418, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

Este nobre **Juízo** determinou que o Acusado deva ser intimado para constituir novo patrono, caso não o faça que permaneça este advogado na causa em virtude da nomeação pela Defensoria Pública do Estado.

A Serventia deixou de cumprir com o determinado, e não intimou pessoalmente o Réu para tal fim.

Assim, antes de realizar ou não renuncia da indicação realizada, requeiro que seja o Acusado intimado pessoalmente para contratar novo advogado e caso, intimado pessoalmente, não o faça que seja este advogado novamente intimado via imprensa oficial para se pronunciar a respeito da determinação de fls.1418.

Por ora, a publicação de fls.1407/1410, não está trazendo qualquer prejuízo, visto que, ainda, não há qualquer comprovação de que tenha sido realizada pelo Acusado.



A renúncia do patrono a causa, nos termos do artigo 10 da Resolução 02/2015 que estabelece o Código de Ética dos Advogados só deve ser realizada em caso de quebra de confiança entre advogado e cliente, isto deverá ser observado após a intimação pessoal do Acusado, após, este advogado irá observar com afincos e profundidade a situação do Réu, a publicação (fls.1407/1410) e o Exame de Insanidade Mental do mesmo para se pronunciar a respeito, vez que nos termos do artigo 11 da citada Resolução ao Patrono cabe imprimir a causa orientação que lhe pareça mais adequada sem se subordinar a intenções contrárias do cliente.

Por fim, esclareça o Juízo quanto à manutenção deste causídico junto aos autos em virtude da procuração *ad judícia* de fls.1353 e a revogação tácita existente, bem como, o estado mental do acusado.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 19 de maio de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

O ato ordinatório de fls. 1.420 foi expedido incorretamente, tendo razão o defensor dativo em sua petição de fls. 1.427/1.428, motivo pelo qual é necessário desconsiderá-lo. O mandado de intimação do réu para constituir novo defensor foi expedido às fls. 1.422 e encontra-se pendente de cumprimento pelo Oficial de Justiça. Caso o réu não constitua novo defensor no prazo determinado, o Dr. Sinomar de Souza Castro permanecerá defendendo os interesses do réu, conforme despacho de fls. 1.418.

Nada Mais. Nova Granada, 19 de maio de 2021. Eu, ____,
 Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0576/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E

Teor do ato: "O ato ordinatório de fls. 1.420 foi expedido incorretamente, tendo razão o defensor dativo em sua petição de fls. 1.427/1.428, motivo pelo qual é necessário desconsiderá-lo. O mandado de intimação do réu para constituir novo defensor foi expedido às fls. 1.422 e encontra-se pendente de cumprimento pelo Oficial de Justiça. Caso o réu não constitua novo defensor no prazo determinado, o Dr. Sinomar de Souza Castro permanecerá defendendo os interesses do réu, conforme despacho de fls. 1.418."

Do que dou fé.
Nova Granada, 20 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0576/2021, foi disponibilizado na página 2018/2019 do Diário de Justiça Eletrônico em 21/05/2021. Considera-se a data de publicação em 24/05/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

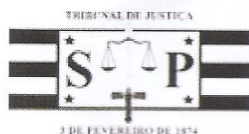
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "O ato ordinatório de fls. 1.420 foi expedido incorretamente, tendo razão o defensor dativo em sua petição de fls. 1.427/1.428, motivo pelo qual é necessário desconsiderá-lo. O mandado de intimação do réu para constituir novo defensor foi expedido às fls. 1.422 e encontra-se pendente de cumprimento pelo Oficial de Justiça. Caso o réu não constitua novo defensor no prazo determinado, o Dr. Sinomar de Souza Castro permanecerá defendendo os interesses do réu, conforme despacho de fls. 1.418."

Nova Granada, 21 de maio de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA

Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado nº: **390.2021/001525-7**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) acima indicada(s), para constituir novo advogado, no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente de que não o fazendo, será automaticamente designada a Defensoria Pública para defendê-lo nos autos acima epigrafados.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [REDACTED] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 12 de maio de 2021. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.



1500106-18.2019.8.26.0390

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TANIA PERPETUA LEDO CRISTIANO FERNANDES. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 6B907B7.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por HELIO DE CARVALHO DEO, liberado nos autos em 07/06/2021 às 19:17. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6CAD388.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**
 Oficial de Justiça: **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº
 390.2021/001525-7 no dia 28/05 dirigi-me a Av. Armando Sales de
 Oliveira, 220 – Icém-SP, e aí sendo, INTIMEI JOAQUIM PEDRO DE
 MORAIS FILHO, por todo conteúdo do aludido mandado, que exarou o
 seu ciente no mesmo.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 29 de maio de 2021.

Número de Cotas:02 por 24,903 Km percorrido de ida Icém.



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**

Documento de Origem: Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria,
Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA

Autor: **Justiça Pública**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que decorreu o prazo e o réu não constituiu novo defensor. Nada Mais. Nova Granada, 18 de junho de 2021. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Diante da não constituição de novo defensor, os autos estão com vista para o Dr. Sinomar de Souza Castro se manifestar, no prazo de 10 dias, sobre a publicação juntada às fls. 1.407/1.410.

Nada Mais. Nova Granada, 18 de junho de 2021. Eu, ____,
 Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0712/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Diante da não constituição de novo defensor, os autos estão com vista para o Dr. Sinomar de Souza Castro se manifestar, no prazo de 10 dias, sobre a publicação juntada às fls. 1.407/1.410."

Do que dou fé.
Nova Granada, 22 de junho de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0712/2021, foi disponibilizado na página 2417/2420 do Diário de Justiça Eletrônico em 23/06/2021. Considera-se a data de publicação em 24/06/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Diante da não constituição de novo defensor, os autos estão com vista para o Dr. Sinomar de Souza Castro se manifestar, no prazo de 10 dias, sobre a publicação juntada às fls. 1.407/1.410."

Nova Granada, 23 de junho de 2021.

ADALTO BRANDÃO UCHÔA
Escrevente Técnico Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância ao r. Ato Ordinatório de fls.1435, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

A “Publicação” lançada às fls.1407/1410, embora lá estar constando o nome deste patrono, as informações lá constantes não são verdadeiras, basta dar uma olhada superficial dos autos para verificar que todos os direitos do Acusado foram perfeitamente defendidos por este profissional.

O Laudo Médico de fls.1320/1323, conclui que o Acusado possui personalidade paranoide, ou seja, com intensa desconfiança e ansiedade, em conclusão final o *Expert* diz que o mesmo apresenta prejudicada a sua capacidade de autodeterminação, estando indicado o tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico).

Contudo este profissional, já observando em sua entrevista que o mesmo encontrava-se confuso e querendo direcionar os trabalhos jurídicos a serem realizados, porém inadequados, lhe informou que tal observação jurídica e seus caminhos são realizados pelo advogado e não pelo cliente e assim deveriam ser pautados tais trabalhos e assim o foi, porém, contrariando o



“entendimento” do Acusado, o qual com sua personalidade paranoide apresentou desconfiança e ficou bastante ansioso com os trabalhos ali realizados, porém corretos.

Assim, **MM. Juiz**, embora estar constando que a matéria foi assinada pelo Acusado através de assinatura digital, tal fato não foi levado ao contraditório, não tendo a certeza de que a mesma foi por ele elaborada ou não, assim, não há elementos suficientes para dizer que o Acusado tenha ou não feito e publicado tal matéria.

Cuja matéria, como já dito, não contém a verdade.

Porém, às fls.1432, observa-se em letras garrafais que o Acusado diz que este patrono causou a uma das partes prejuízo e não concorda com o pagamento de honorários. Aqui, observa-se que ele diz que: “causou prejuízo a uma das partes...” (sic) porém, não diz textualmente que o prejuízo foi causado diretamente a ele, deixando de indicar a quem...

Assim, há uma indefinição apresentada, desta forma, é dever normativo deste advogado renunciar ao encargo de defensor do mesmo, requerendo a este Juízo que expeça ofício, novamente, a Defensoria Pública do Estado, para indicação de novo defensor, determinando a expedição de certidão de honorários em razão dos trabalhos até aqui realizados.

No mais, informa que não se sentiu prejudicado com a matéria juntada às fls.1407/1410, em razão da mesma conter inverdades e em nada se aproveitando, não contendo, no mínimo, uma fagulha de verdade.

Por fim, em razão do resultado médico pericial de fls.1320/1323, se este **r. Juízo**, entender que o Acusado não possui condições psíquicas de se autodeterminar, estando vivendo em um mundo fantasioso, requeiro que seja mantido este advogado na defesa do Acusado, abrindo vistas para as alegações finais.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 23 de junho de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria,**
 Origem: **Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

Joaquim Pedro de Moraes Filho, qualificado nos autos, foi denunciado (fls. 984/989) por incorrer no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II na forma do artigo 69, sempre do Código Penal.

Consta da exordial acusatória de fls. 984/989 e documentação inclusa que o réu, no último trimestre do ano de 2018, teria injuriado a pessoa de Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada e Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça do excogitado foro; consta, ainda, que também no último trimestre daquele ano de 2018 o réu teria caluniado o referido magistrado, assim como a representante do Ministério Público, fazendo-o em face de outros representantes do parquet bandeirante, pessoas de Tasso Denis C. Cury e José Heitor dos Santos, imputando em face de todos, falsamente, fato definido como crime.

Apreende-se da exordial acusatória que o réu não concordaria com decisões proferidas pelo magistrado, vindo a publicar um vídeo no You Tube imputando às vítimas participação em um esquema criminoso, com intuito de obterem dinheiro de maneira


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

escusa em detrimento dos jurisdicionados; os processos judiciais seriam movidos pela genitora do réu e pelo mesmo contra o genitor biológico, onde o réu persegue indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo; consta que na publicação do réu, o mesmo se reporta à existência de uma organização criminosa além de imputar aos representantes ministeriais prevaricação diante das informações que Josilene..., mãe do réu, teria trazido ao Juiz de Direito Crepaldi; o réu passou, ainda, a enviar inúmeros e-mails para órgãos correccionais e de ética, imputando aos ora ofendidos práticas criminosas, referindo-se ao Presidente da Subseção Local da Ordem dos Advogados do Brasil e o magistrado referido como corruptos e à dra. Aline como fujona em e-mail.

A denúncia foi recebida, fls. 993/994, no dia 26.11.2019, sucedendo-se regular instrução do feito, ofertada defesa preliminar (fls. 1.158/1.170), colhida prova oral (termo de fls. 1.237/1.238) e ofertadas afinal alegações finais pelas partes a serem objeto de detida análise, claro, naquilo que não forem acolhidas.

A juíza Andressa M. Tavares Marchiori declinou de atuar no processo por conduta superveniente do réu, fl. 1.022, que a teria ofendido.

Sobreveio designação da MM. Juíza Carolina Marchiori B. Cocenzo, sobrevindo citação por hora certa, fls. 1.031.

Sucessivas renúncias de mandato, fls. 1.038 e seguintes, por patronos nomeados.

Postagem do réu, fl. 1.051, após a designação da magistrada Carolina, deletéria à dignidade da mesma que, em razão das ofensas, declarou-se suspeita, fl. 1.052.

Designado este magistrado, sobreveio a decisão de fls. 1.068/1.071, a decretar a custódia preventiva do réu em atenção a representação ministerial; noticiou-se a custódia do réu no dia 02.07.2020; manutenção da custódia por este julgador, fls. 1.248/1.250, diante da gravidade dos fatos verificados em audiência.

Determinou-se instauração de incidente de insanidade mental, fls. 1.138/1.139.

Decisão da superior instância, fls. 1295 e seguintes, a denegar liminar em ação de habeas corpus, com invulgar aprofundamento, pelo Desembargador Relator, sobre as circunstâncias delineadas no processo, a incluir a postura belicosa do paciente no curso da instrução processual oral.

Laudo pericial em fls. 1.320/1.323.

Concessão de liminar em habeas corpus, fls. 1377/1.380 a 20.01.2021, mediante condições, sobrevindo a libertação do réu.

Este, o conciso relatório. Passo, doravante, a fundamentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A ação penal é procedente.

Trata-se de contexto grave, contornado pela concepção difusa e continuada de ofensas morais contra a honra de cidadãos de moral ilibada, advogados, membros do Ministério Público e magistrados.

No curso do processo sobreveio decretação da prisão preventiva do réu, fls. 1.068/1.071, cujo teor transcreve-se, eis que o decisório extratifica as condutas do réu e o contexto formado pelas seguidas transgressões.

Vistos.

Trata-se de pedido de prisão preventiva deduzido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho, petição de fls. 01/06.

Passo, doravante, a fundamentar.

Inicialmente, assinalo que o contexto visualizado nesses autos é gravíssimo, já que o ora increpado, Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741, nascido a 16.9.1995 (fl. 14) de maneira sistemática, grave e premeditada, insulta e ameaça membros do Ministério Público e do Poder Judiciário bandeirante, valendo-se de meios difusos, representados por redes sociais e endereços eletrônicos alternativos, v.g.

As condutas do réu são, reiterar-se, graves e clamorosamente repugnantes. No caso sob análise, após oferta da denúncia ministerial, o réu expediu ofensas graves em face de Juízas de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo designadas para exercer a jurisdição no caso, magistradas Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo (DOE de 11.02.2020, fl. 1.025) e Andressa Maria Tavares Marchiori (DOE de 18.03.2019, fl. 17); ambas, moralmente agredidas pelos graves efeitos da infâmia encetada pelo agressor, deliberaram por declinar da jurisdição. Nesse ponto, a juíza Andressa Maria Tavares Marchiori proferiu nesses autos, anteriormente, decisão a determinar (i) expedição de ofício a Facebook para que promova o bloqueio do perfil do ora réu e (ii) intimação do mesmo no sentido de que cesse o comportamento sob pena de condutas judiciais mais duras, fl. 820; o réu, evadido, não foi encontrado para ser admoestado, fl. 881, noticiado e comprovado nos autos adoção de subterfúgios para evadir-se do exercício da jurisdição, fls. 1.013/1.104 e 1.017.

Veja-se que após a recepção da denúncia de fls. 984/989 (fl. 993/994) pela magistrada Andressa Maria Tavares Marchiori a 26.11.2019, a mesma se deu por suspeita diante de ofensas do réu pela Internet, fl. 1.022; a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

magistrada sucessora, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1014, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesse do réu declinou do múnus diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expede ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.

No âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0559).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo diga-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão exarado nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com desiderato de desqualificar o n. magistrado do feito. As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes, e-mail por ele direcionado a órgãos de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em face de servidores municipais do Município de Icém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*magistrado da comarca de Nova Granada e assim, sucessivamente, fls. 555 e seguintes; o depoimento de fl. 750 é ilustrativo da dinâmica dos autos e informa que o réu postou para centenas de pessoas frases e imagens difamadoras das vítimas e de outrem. No que refere a medidas coercitivas, vídeos do réu no site YouTube foram bloqueados, fl. 785/786, constando que o réu teria voltado a postar imagens ofensivas, fl. 818, utilizando-se da ferramenta **Zicutake** (fls. 837 e seguintes). Consta dos autos 1501594-83.2019.8.26.0559, que o réu teria aberto uma empresa com esse nome para utilizar-se, perversamente, da plataforma twitter(depoimento da magnífica reitora da instituição de ensino atacada pelo réu).*

A materialidade é constituída pela prova pericial de fls. 904 e seguintes, consistente na degravação e impressão de imagens constituintes de vídeo postado portal YouTube e a conter fotos e dizeres difamadores de Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Diante desse panorama, a custódia cautelar é medida que se impõe, a assinalar que os preceitos secundários dos tipos penais irrogados, somados já que se trata, em tese, de concurso material de infrações aproximam-se de 10 anos de detenção, de se anotar que o teor da peça acusatória possui respaldo do judiciário bandeirante, já recepcionada pois.

Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de qualquer conduta que viole a personalidade do cidadão; no caso, o réu, intimorato, age de maneira continuada, ruidosa e clamorosa, caluniando membros de poder republicano, do Ministério Público e da advocacia, com produção de efeitos nefastos ao próprio funcionamento e atuação da jurisdição. Sem prejuízo dessa perversão, inadmissível, a Constituição Federal tem como eixo valorativo central a dignidade da pessoa humana, fundamento republicano eminente e menoscabado pelas reiteradas transgressões criminais verificadas nos autos.

O réu, além de evadido da jurisdição, não se intimida e continua a empreender condutas graves em desfavor das vítimas, revelando invulgar audácia revestida de robusto desprezo pelas instituições da república e pelo sossego, moral e dignidade dos cidadãos vitimados. Sempre sob conduto impregnado de viés egoístico, representado pelo ânimo incontroverso de trucidar reputações, em alinhamento ideológico a práticas nefastas verificadas, ainda recentemente, contra o Supremo Tribunal Federal.

Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, firmada essa quadratura, encontram-se regamente preenchidos, demonstradas pelas elementares que mesmo tendo pleno conhecimento das decisões exaradas no processo, o réu continua a manifestar sua nefasta ousadia ofensiva; assinalo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

enfim, que o caderno probatório autoriza concluir que medidas diversas à custódia são claramente inidôneas a restaurar a ordem pública, perspectiva já demonstrada nos autos.

Por esses fundamentos, acolho a precedente representação do Ministério Público do Estado de São Paulo para decretar a prisão preventiva de Joaquim Pedro de Moraes Filho, RG 20.252.741.

Decreto o segredo de justiça do trâmite dos presentes autos, o qual deverá ser levantado tão logo se noticie o cumprimento da ordem de encarceramento.

Expeça-se mandado de prisão. Intimem-se e cumpra-se

Nova Granada, 25 de junho de 2020

Subsequentemente, adveio a decisão de fls. 1.248/1.250, assim redigida:

Vistos.

O n. representante do Ministério Público,sponte propria, peticionou pelas pressões da custódia do acusado.

Passo a fundamentar

. Inicialmente, segue-se análise do interrogatório do réu na audiência ocorrida no mês passado.

(...) Que quando estava solto estudava na mesma faculdades dos advogados e porque percebeu que na faculdade havia falta de ética e tinha problemas; acusou advogados de irregularidades; seus estudos eram pagos pelo depoente, que não trabalhava mas tem inteligência e ganhou bolsa, inclusive de instituições federais.

O depoente estudava na cidade de São José do Rio Preto-SP com bolsa integral; nunca teve problemas quando na menoridade; sobre os fatos do processo, ao ser indagado sobre a mensagens, passou a dizer que o promotor do processo foi exposto pelo depoente, que expôs também os pais e familiares do mesmo; disse que expôs, também esse magistrado e parentes dele; disse que, legalmente, pela lei da magistratura, esse subscritor deveria ter nomeado outro juiz para o caso e que já não sabe mais o que é legal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Relatou que foi agredido e que não sabe mais o que é justiça; sobre a publicação das postagens, disse que nunca viu sequer o rosto do juiz do foro de Nova Granada, Fabiano Crepaldi; disse que realmente publicou todas essas notícias e denúncias, eis que não concorda com irregularidades; disse que lançou denúncias na corregedoria, CNJ em decorrência de um processo que o juiz julgou sem lhe conceder defesa, suprimindo os artigos 133 e 134 da Constituição Federal.

*Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: **Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.***

Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a I. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado. Anoto que durante a escuta das vítimas, o réu, por interromper os depoimentos, mesmo sendo admoestado por esse julgador, continuou a obstruir os trabalhos e ser retirado do ambiente de audiência, retornando para o interrogatório quando, novamente, não restou possível diante de suas continuadas intervenções, a continuidade dos trabalhos. (...)

Nessa quadratura e considerando-se que prisão cautelar vigente decorre de precedentes descumprimentos de medidas cautelares e considerando-se a inegável excepcionalidade da situação, eis que por ora inexistente possibilidade de ciência adequada sobre a situação mental do acusado, a custódia é de ser mantida.

Digno assinalar que, pela estruturação peculiar do processo, caso o réu seja apenado com regime intermediário, o beneplácito inscrito no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal não poderá ser concedido com automação no bojo da sentença; nesse caso específico, esse raciocínio implicaria colidência com diretriz de dicção constitucional, representada pelo sancionamento qualificado pela individualização irrestrita (artigo 5º,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inciso XLVI, da Constituição Federal). Exigível, em momento oportuno na espécie, exame criminológico apurado.

No plano do direito positivo, o artigo 316 do Código de Processo Penal autoriza o julgador, na função presidencial do processo e que nele figura como representante máximo da jurisdição penal, monopólio do Estado, oficiosamente a decretação da custódia em casos dessa natureza ao que a manutenção, por ser desdobramento da mesma, resta por ora mantida.

O acusado em audiência, além de não haver demonstrado qualquer traço de arrependimento, demonstrou ousadia invulgar, digna do mais veemente repúdio social e estatal e insuscetível de qualquer contemporização de sua situação pessoal; caso, portanto, de manutenção da sua prisão eis que em absoluto nada indica que em liberdade seus atos - premeditados e impregnados de degradante color ofensivo e, portanto, de perversão da estrutura social – terão sequenciamento diverso.

Isso posto denego, pela irrefutável dissintonia às exigências da jurisdição criminal nesse caso concreto, a petição do n. representante do Ministério Público. Os fundamentos eleitos renovam, para os efeitos do artigo 316, par. único, do Código de Processo Penal, a legalidade do prazo da prisão corporal.

Sobrevindo eventual impetração de ação constitucional de habeas corpus, recomenda-se à autoridade judicial superior competente para o julgamento do writ que compulse o interrogatório judicial do ora réu.

Intimem-se. Nova Granada, 13 de novembro de 2020.

No âmbito da superior instância, noticiou-se a impetração em prol do sentenciando de duas ações de *habeas corpus*, julgadas e concedida, após uma segunda ação, medida liminar confirmada no mérito; em fls. 1295 e seguintes, decisão monocrática a denegar a libertação do réu, decisão esta sintonizada às peculiaridades do caso e de profundidade material condizente; reconheceu-se o ilustre relator que o réu representa, sim, perigo à manutenção da ordem pública; sobreveio decisão outra, proferida pela superior instância, a conceder a liberdade provisória (fls. 1.377 e seguintes).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cumpra análise das provas.

Em fls. 253 e seguintes expediente afeto ao genitor do réu, que teria, em local pública, sido ofendido moralmente por sua genitora, pessoa de Josilene Lourenço Pereira; os documentos anteriores e subsequentes, referem-se a processos judiciais (fls. 419 e seguintes, v.g.) envolvendo o réu e sua família e que geraram a descabida belicosidade do mesmo contra autoridades e personalidades locais, de maneira infundada. Enuncia o claro distanciamento dos padrões sociais aceitáveis o teor de fls. 357 e seguintes, pedido de indenização no importe de R\$ 200.000,00, por abandono afetivo, julgada improcedente pelo d. juízo local.

Assinalo, inicialmente, que se trata de réu confesso (confissão lançada em audiência); o réu, portanto, não nega ter protagonizado as publicações documentadas nos autos.

Em fls. 449 e seguintes, termo de audiência de conciliação em ação de despejo movida contra a genitora do réu, com a qual o mesmo coabita; esta ação teria sido julgada procedente e causado revolta infundada pelo réu e seu grupo familiar, com nexo às lesões morais irrogadas na inicial acusatória. Neste ponto, o documento de fls. 471 e seguintes, expedido de punho pela genitora do réu e a enunciar um arremedo de recuso processual; o feito, fls. 483ss, culminou com a expedição de mandado de reintegração na posse.

Ofício requisitório, expedido pelo Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada, para instauração de inquérito policial, fls. 550 e seguintes; os documentos seguintes demonstram que o ora réu enviou mensagens eletrônicas via e-mail para vários órgãos, a incluir juízes, tribunais, OABs, órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público e afins, Corregedoria Geral da Justiça, denunciando um esquema de estelionato, corrupção e tortura na comarca de Nova Granada e região; denúncias e assertivas infamantes, v.g., no sentido de que o Juiz de Direito do Foro, Fabiano Crepaldi, seria corrupto, tal como advogados e outros. Em igual sentido, fls. 570 e seguintes

Em fls. 568/569, representação expedida por membros do Ministério Público ofendidos, Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, José Heitor dos Santos e Tasso Denis Campanhã.

Declarações do réu à Autoridade Policial, fls. 576/578, onde assume a autoria do envio de todos os e-mails denunciando agentes públicos da cidade de Nova Granada-SP e que havia um esquema de estelionato e corrupção a envolver o juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi, a promotoria de justiça sendo que o juiz fora omissos pois não procedeu em face da atuação dos advogados. Relatou denúncias outras e que ocorria imparcialidade e ameaças contra o depoente e sua mãe, Rosilene; imputa atos de corrupção a advogados da localidade, que advogados o prejudicaram, além de policiais e que perante os processos sempre teve sua atuação prejudicada; relatou intimidações por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parte do juiz da comarca e de outras pessoas; que haveria ligações entre o juiz e a pessoa de capitão Pedro.

A genitora do réu, fls. 579/580, depôs em igual sentido.

Declarações do MM Juiz de Direito do foro de Nova Granada, Fabiano Rodrigues Crepaldi, fls. 586/587, relatando as condutas do réu. Relatou que não conhece o mesmo e ressaltou, o depoente, a inexistência de qualquer esquema sub-reptício na localidade e que nunca respondeu qualquer processo de qualquer natureza; relatou que tomou conhecimento dos fatos por vídeos, bem como de e-mails; disse que provavelmente a revolta decorre de ações julgadas em contrariedade aos interesses do ora réu; relatou a postura sempre desafiadora da genitora do réu e que sentiu-se profundamente ofendido pelo conteúdo dos e-mails infamantes de sua honra, enviados pelo ora réu a magistrados, ao CNJ e autoridades outras do país.

Em fls. 588 e seguintes, autos de processos judiciais protagonizados pela genitora do réu, sendo que houve recurso perante a superior instância, negado, fls. 705 e seguintes.

Veja-se que a pessoa de Antônio A. Cristóvão de Lemos, advogado, foi instada pelos órgãos censores da Ordem dos Advogados do Brasil, diante das infâmias difundidas pelo réu, fl. 728/730; o dr. Lemos prestou declarações à polícia, fl. 750, exteriorizando seu dissabor com a situação, esclarecendo que defendeu em juízo os interesses do genitor do réu – e contra os interesses do mesmo, no processo judicial já mencionado em que buscavam o ora réu e sua irmã indenização no valor de R\$ 200.000,00 em decorrência de alienação parental; esclareceu as representações expedidas pelo réu e o tumulto provocado na vida do pai do mesmo por Rosilene; tomou conhecimento da veiculação de vídeo na plataforma Youtube, a envolver imagens e uma série de calúnias contra o depoente, o juiz de direito do foro e 4 membros do Ministério Público; as calúnias aludiam à existência de um núcleo de crime organizado destinado a corrupção e desvio de dinheiro público; o vídeo repercutiu, tendo mais de 300 visualizações, sendo o fato objeto de comentários na região toda.

Suzane Karen Verro Giacometo, advogada, fls. 753/754, em uníssono a Lemos, confirmou que fora nomeada para defender os interesses do réu, que foi devidamente atendido pela depoente e que por falta de condições financeiras, não vinha pouco, pois dependia de caronas; o réu e sua irmã trocavam com frequência o número de telefone e tumultuaram, se recusando a deixar documentos com a depoente para confecção de prova; e que não confiavam na depoente, ao que renunciou à nomeação; posteriormente, tomou conhecimento de que o réu expôs o nome da depoente na internet, caluniando-a e denegrindo sua imagem e de autoridades; apresentou os documentos de fls. 755/758.

Aline Kleer da Silva Martins Fernandes (fls. 760/762), que atuou como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Promotora de Justiça no foro de Nova Granada, ofertou depoimento em idêntico sentido, ressaltando as acusações descabidas, mesmo após atender adequadamente a genitora do réu, que a acusava de estar conluiada ao juiz da comarca; realçou o profundo constrangimento que a publicação de vídeo contendo seu nome lhe causou, mesmo nunca tendo atuado em processos.

José Heitor dos Santos, também Promotor de Justiça, fls. 764/765, disse que atendeu, na qualidade de Secretário Executivo Criminal em São José do Rio Preto-SP, uma senhora que seria a mãe do réu; a mesma dizia que fora compelida a firmar acordo judicial; orientou a mesma, que reclamava de todos, incluindo o juiz do feito; a mulher passou a hostilizar o depoente de maneira agressiva e desrespeitosa, dando a impressão que pretendia provocar no depoente reação abusiva, o que não ocorreu; após tomou conhecimento de que a mesma e seu filho teriam divulgado vídeo na internet propalando a existência de uma quadrilha de estelionatários no fórum de Nova Granada-SP com participação de juiz, promotor, advogados e funcionários; ressaltou a violação de sua honra e o dissabor.

Rodrigo Pereira dos Reis, fls. 768/770, também Promotor de Justiça, relatou deter conhecimento dos fatos; disse ter sido lotado no foro de Nova Granada-SP, relatando, em uníssono aos demais, o comportamento descabido de Rosilene e a repercussão do vídeo veiculado.

Cláudia Renata da Silva, advogada militante no foro local de Nova Granada-SP, confirmou os fatos e que fora ameaçada pelo réu Joaquim.

Em fl. 820/821, decisão da juízo em exercício no caso, inclusive a determinar a intimação do réu para cessar as condutas caluniosas; sobreveio a certidão de fl. 881, no sentido de que desconhecido o endereço

Petição, fls. 826/827, do Advogado Antônio Alberto C. de Lemos a noticiar que o réu difunde infâmias contra o mesmo em redes sociais e causa terrorismo em faculdade da cidade de São José do Rio Preto-SP; documentos pertinentes em fl. 828/831, os documentos de fls. 832 e seguintes, demonstram publicações do réu em rede social, valendo-se do nome **Zicutake** na plataforma Twitter; em fl. 840, na plataforma Amazon, o réu teria artificializado a venda de um livro em detrimento da faculdade Unirp, sobre venda de diplomas. Neste expediente, ofensas, difamações e calúnias de toda sorte são disparadas, contra advogados, corregedorias e o magistrado do foro local, v.g., fls. 867 e seguintes; refere-se a agentes policiais que oficiaram em diligência a sua casa, diante das ameaças proferidas pelo réu contra a instituição Unirp, como **porcos**, fl. 876.

Manifestação do Ministério Público, fls. 888, para que o réu seja bloqueado nas plataformas Facebook, Twitter e outros.

Em fl. 893, fotografias do réu em Brasília-DF, defronte a órgãos públicos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão em fls. 897/898 proferida pela dra. Andressa M.T. Marchiori a determinar bloqueio de acesso do réu às plataformas Youtube, Facebook e Twitter.

Laudo pericial, fls. 903 e seguintes, centralizado em arquivo de áudio deletério a honra dos ofendidos, a minudenciar as imagens e as legendas em suposto esquema de superfaturamento de valores no âmbito da defensoria pública, com conivência do Poder Judiciário e do Ministério Público local. Em fls. 901 e seguintes, imagens do juiz e de outros caluniados, a incluir o dr. Antônio A. Cristófalo de Lemos e os Promotores de Justiça Tasso Cury, José H. dos Santos e Aline Kleer.

O ofício de fls. 958ss, enviado por Twitter Brasil Rede de Informação Ltda., informa a exclusão do perfil: ***<https://mobile.twitter.com/Zicutake de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO> (brasileiro, solteiro, estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage- RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem- SP)***”.

A certidão de fl. 1.017 demonstra que o réu se oculta à citação.

Missivas do réu, fls. 1.151/1.152 e 1.215/1.218 e 1.226/1.229.

A carta de fls. 1.226ss enviada pelo réu a este magistrado é no sentido de que este não pode exercer a jurisdição, eis que o réu teria exposto sua família e a pessoa do juiz, publicamente.

Cumpre análise da prova oral produzida em audiência, fls. 1.237 e seguintes.

Em audiência, singelamente, as vítimas confirmaram as ofensas, dizendo-se ofendidas pelos fatos, tendo o réu assumido a autoria e, de maneira violenta, se insurgido contra as autoridade, questionando, v.g., o Promotor de Justiça dr. Bruno ... sobre os atos do mesmo, como se censor fosse.

Diante disto, o réu foi retirado do ambiente virtual já que, além de agredir os presentes, passou a tumultuar o ato processual, razão pela qual seu interrogatório restou impossibilitado.

A autoria e a materialidade dos delitos irrogados, portanto, restaram confirmadas ao cabo da instrução criminal, tratando-se de réu confesso. A I. defesa, em sua manifestação final, fls. 1.346/1.352, bate-se pela inimputabilidade do réu, vindicando pela imposição de tratamento ambulatorial; escora-se na precedente manifestação ministerial, no sentido da decretação da absolvição, na modalidade imprópria, do ora réu com fixação de medida de segurança ambulatorial, ante a inimputabilidade; aduz que o juiz não possui poder de condenar se houver pedido absolutório pelo órgão acusatório.

Na percepção deste julgador e na linha da r. decisão de fl. 100/104, exarada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela superior instância no âmbito de julgamento da ação constitucional de habeas corpus 2276617-85.2020.8.26.0000, o réu não é inimputável, mas, reversamente, ostenta mera semi-imputabilidade. Possui, portanto e a teor do laudo pericial médico de fls. 1320 e seguintes, histórico pessoal que mais o aproxima da imputabilidade que da inimputabilidade, malgrado semi-imputável para fins penais.

Consta, do laudo, que o réu estudou, nunca foi reprovado, não constando que ostenta histórico de doenças de base; tem percepção suficiente para pleitear, do pai biológico, indenização por abandono afetivo no importe de R\$ 200.000,00 e para, premeditada e ardilosamente, ocultar-se à citação processual e violar a dignidade de outrem mediante a utilização de meios que permitem a comunicação massiva. Não consta alterações consideráveis, sob o ponto de vista psiquiátrico, fl. 1321, constando, inclusive, preocupação do réu com seu aspecto estético, estabelecendo bom contato verbal com seu entrevistador; o réu, portanto, respondeu as questões formuladas, contudo, de maneira prolixa e confusa; denotou, neste ponto, clara compreensão dos conteúdos perguntados, tendo atenção e memória preservadas, humor sem polarização evidente e orientação no tempo e no espaço configurada.

Constatou-se pensamento sem alteração na forma ou velocidade, mas com características por vezes delirante e prejuízo de raciocínio lógico; todavia, sem alteração da sensopercepção; não revelou alteração na psicomotricidade, tendo capacidade volitiva preservada e possibilidade de análise da realidade com algum prejuízo; constatou-se que padece de transtorno de personalidade paranóide a prejudicar sua capacidade de autodeterminação; assim, o tratamento especializado indicado deve promover adaptação afetiva e social, sem, contudo, modificar de forma acentuada o quadro de base, eis que o mesmo é de caráter constitucional.

Os quesitos formulados pelo juízo (fl. 3 do apenso 0001446-37) foram respondidos; asseverou a d. experta, fl. 1.323, que o réu possui doença mental (a) e que não apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado (b); em resposta ao terceiro quesito, afastou-se a inimputabilidade do réu, de maneira categórica. Em resposta ao 4º quesito, anotou-se que o réu possui perturbação mental a prejudicar sua capacidade de autodeterminação. (5º).

No mais, consignou-se que o tratamento pode incutir melhoras, sem cura total.

re

Passo a individualizar a reprimenda.

Incorre, o réu, no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II na forma do artigo 69, sempre do Código Penal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não há, no caso, configuração de continuidade delitiva estrita eis que, compulsado o histórico social do querelado, conclui-se que faz, do crime contra a honra um verdadeiro estilo de vida; esta renitência criminal é incondigna com a benesse da continuidade criminosa. Esse entendimento é sedimentado doutrinariamente e no âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1.747.139/RS, j. 13/12/2017).

As condutas verificadas são de profunda gravidade, senão pela aptidão em violar a paz social e a ordem jurídica; ainda, o réu valeu-se de intensa covardia, utilizando-se de meios eletrônicos difusos - mídias e plataformas sociais eletrônicas - para vulnerar honra, dignidade, sossego e imagem alheias de indivíduos que se dispõem, na rotina diária a servir o Estado e contra quem, absolutamente, nada pesa, moral e legalmente, em seu desfavor.

Assim, diante da intensa gravidade do dolo e das nefastas consequências do delito, extremo as penas bases em 1 ano de detenção por cada um dos crimes de calúnia; e em 2 meses de detenção, cada, pelos crimes de injúria, ascensão necessária diante da incidência desfavorável das circunstâncias do artigo 59 do Código Penal. Na segunda fase, tratando-se de réu confesso, subtraio 1/6 das penas.

Chega-se, na segunda fase, portanto, a 10 meses e 8 dias- multa por cada delito de calúnia e 1 mês e 20 dias por cada crime de injúria; na terceira fase, ascende a corporal de 1/3, em decorrência da causa de aumento inscrita no artigo 141, inciso II, do Código Penal e, após decréscimo de 1/3, decorrente da incidência do par. único do artigo 26 do Código Penal, chega-se à pena final de 1 mês e 14 dias de detenção pelos crimes de injúria e 8 meses e 26 dias de detenção por cada um dos crimes de calúnia.

A aplicação da causa de diminuição prescrita no artigo 26, par. único, do Código Penal, promana do artigo 97 do CP, conferindo ao julgador e apenador a faculdade de aplicar a medida ambulatorial; no caso sob jurisdição, demonstrou-se que o réu mais se aproxima da sanidade que de uma obscura inimputabilidade; neste ponto, o laudo pericial foi categórico em reafirmar que prejudicada, meramente, sua capacidade de compreensão; prejudicar implica, neste caso, em desfalcicar, desidratar a capacidade de entendimento e não de suprimi-la; é dizer, portanto, que as elementares demonstram que o réu, no espaço de escolha, pese mais restrito e que lhe foi conferido pela sua situação clínica, desde sempre optou pela belicosidade, pela ousadia, pela difusão do ódio e pela busca de valores financeiros – R\$ 200.000,00, que se demonstraram indevidos.

Além disso, possui capacidade de manipulação na internet, havendo denso rastro deletério da moral alheia, lançado pelo réu, na rede mundial de computadores; permite-se concluir que se trata de personalidade antissocial, sobretudo, cujo agravamento pela doença mental já foi objeto de desconto, e que habilita o réu ao experimento da pena corporal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O percentual eleito, portanto, é legítimo e decorre das escolhas trágicas a cargo do sentenciando que, reconhecidamente, ostenta arbítrio, pese reduzido.

Com relação ao regime prisional, fixo o regime intermediário; isto porque, neste caso, a gravidade da conduta, representada principalmente pela intensidade do dolo, impuseram o regime inicial mais grave, rompidas os tenazes do artigo 33 e parágrafos do Código Penal; esta ruptura paramétrica exige, nos termos de STJ/440, recrudescimento penal decorrente da estrutura delitiva; é, pois o caso, já que o réu demonstra obstinação em violar a honra e moral alheias.

Assim a súmula 440: *Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito. (SÚMULA 440, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010)*

O réu, depreende-se dos autos, continua a violar a dignidade e moral alheias; todavia, a r. decisão exarada pela superior instância nada previu neste aspecto, restringindo-se a exigir, como requisitos cautelares, comparecimento ao juízo se instado, recolhimento noturno e não afastamento da comarca sem autorização; medidas desprendidas de força cogente se confrontadas com a natureza das infrações, pese o respeito tributado ao órgão decisório, tal como se conclui, inexpugnavelmente, de fls. 1.407 e seguintes; é dizer, assim, que as medidas cautelares ora impostas pouco exprimem em face da personalidade do réu, que se vale da porosidade do submundo eletrônico para ceifar e suprimir a dignidade alheia, em ambiente eletrônico pantanoso e sombrio.

Neste ponto a r decisão de fls. 66/68 do HC 2001982-83.2021.8.26.0000, expressamente referenciada no v. acórdão prolatado no âmbito do HC 2276617-85.2020.8.26.0000, fls. 100/104, positiva as medidas cautelares vigentes.

Não concedo substituição por pena alternativa, eis que se trata de conduta grave e, por sua tessitura, a atrair maior reprovabilidade, incluindo-se a exasperação da base penal; ademais, trata-se de réu que, no decurso do processo e após ser solto, insiste em delinquir, claramente desfavorável à benesse da substituição o regramento do artigo 44, inciso III, do Código Penal.

Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, *caput* cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE.

Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça.

Publique-se, intímese e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1095/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021."

Nova Granada, 10 de setembro de 2021.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

TERMO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

TERMO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

Em _09_/_09_/_2021_ faço pública em cartório a respeitável sentença de fls. _1440/_ _1455____. Nada Mais. Nova Granada, 10 de setembro de 2021. Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 10/09/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intímese e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021.

Nova Granada, (SP), 10 de setembro de 2021

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

novagranada@tjsp.jus.br

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

TERMO DE RECURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, nesta cidade e Comarca de de Nova Granada, perante o(a) Oficial(a) de Justiça, Sr.(a) _____, lotado(a) na Vara em epígrafe, foi apresentado o(a) réu(é), Sr.(a) JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, e por ele(a) foi declarado que não se conformava com a sentença proferida em 09/09/2021 17:27:31, pelo(a) MM. Juiz(a) de Direito, Dr.(a) MARCELO HAGGI ANDREOTTI, da Vara que o(a) condenou como incurso no(s) artigo(s) _____, e quer dela recorrer para a Superior Instância, requerendo seja seu recurso recebido e processado na forma da Lei. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Eu _____, Oficial de Justiça, subscrevi.

 SENTENCIADO(A)

TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, nesta cidade de _____ no(a) _____, perante o(a) Oficial de Justiça, Sr.(a) _____, lotado(a) na Vara em epígrafe, foi apresentado o(a) réu(é) JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, que neste ato é intimado(a) do inteiro teor da r. sentença proferida em 09/09/2021 17:27:31, que o(a) condenou como incurso(a) no(s) artigo(s) _____, à pena de

_____, declarando estar conformado(a) com referida decisão, não desejando dela recorrer para a Superior Instância. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Eu _____, Oficial de Justiça, subscrevi.

 SENTENCIADO(A)

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1098/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intímem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021."

Nova Granada, 10 de setembro de 2021.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria-2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**
 Oficial de Justiça: *****
 Mandado n°: **390.2021/003399-9**

Justiça Gratuita

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, com endereço à Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, no(s) endereço(s) indicado(s) ou onde for(em) encontrado(s), da(s) pessoa(s) acima indicada(s), do inteiro teor da r. sentença cuja cópia segue anexa, cientificando-o(a)(s) de que o prazo para dela apelar é de 5 (cinco) dias. Segue anexo o TERMO DE RECURSO/RENÚNCIA.

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 10 de setembro de 2021. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

1500106-18.2019.8.26.0390



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

39020210033999

1500106-18.2019.8.26.0390

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1095/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 13/09/2021. Considera-se a data de publicação em 14/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)

Teor do ato: "Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intímese e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021."

Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1098/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 13/09/2021. Considera-se a data de publicação em 14/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intemem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021."

Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, ulteriormente à prolação da sentença condenatória, difundiu na rede interna do Tribunal de Justiça ofensas contra a honra de agentes públicos, e do Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito prolator, conforme mensagem que segue juntada. Encaminho os autos conclusos. Nada Mais. Nova Granada, 13 de setembro de 2021. Eu, ____, Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

ENC: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>

Sex, 10/09/2021 19:20

Para: JOEL SABINO DA COSTA <joelcosta@tjsp.jus.br>

Boa tarde Joel; segunda feira, solicito que officie à Câmara Criminal que concedeu a ordem de HC, informando dos fatos. Att.

De: ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI <ammarchiori@tjsp.jus.br>**Enviado:** sexta-feira, 10 de setembro de 2021 19:06**Para:** MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>**Assunto:** Fwd: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Boa noite: o rapaz volta a atacar.

Obter o [Outlook para iOS](#)**De:** IVONE APARECIDA SPACA DE SOUZA <ivonesouza@tjsp.jus.br>**Enviado:** Friday, September 10, 2021 6:04:47 PM**Para:** ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI <ammarchiori@tjsp.jus.br>**Assunto:** ENC: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Oi Dra.

A senhora recebeu esse e-mail?

Atenciosamente,

Ivône Aparecida Spaca de Souza
Supervisora de Serviço
Ofício Judicial da Comarca de Palestina
(17) 3293-1144 / 32931-1341

De: PALESTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <palestinasp@tjsp.jus.br>**Enviado:** sexta-feira, 10 de setembro de 2021 15:27**Para:** IVONE APARECIDA SPACA DE SOUZA <ivonesouza@tjsp.jus.br>**Assunto:** ENC: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390**PALESTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO**

Ivone Ap. Spaca de Souza - Supervisora de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE PALESTINA

Rua Capitão Faria, 1048 - Centro - Palestina/SP - CEP: 15470-000

Tel: (17) 3293-1144

E-mail: palestinasp@tjsp.jus.br

De: PROMISSAO - 2 OFICIO JUDICIAL <promissao2@tjsp.jus.br>**Enviado:** sexta-feira, 10 de setembro de 2021 15:21**Para:** pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>; Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>;

ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

<aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>;
 AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E
 DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL
 <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO
 JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>;
 APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <apiaiinf@tjsp.jus.br>; ARARACATUBAINF@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA
 INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO
 JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS – 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA
 INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>; ATIBAIA - 1 OFICIO CRIMINAL <atibaia1cr@tjsp.jus.br>;
 AURIFLAMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <auriflama@tjsp.jus.br>; AVARE – ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <avareinf@tjsp.jus.br>; BANANAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bananal@tjsp.jus.br>;
 BARIRI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <baririinf@tjsp.jus.br>; BARRA BONITA - 2 OFICIO JUDICIAL
 <barrabonita2@tjsp.jus.br>; BARRETOS - 2 OFICIO CRIMINAL <barretos2cr@tjsp.jus.br>; BARRETOS - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <barretosinf@tjsp.jus.br>; BARUERI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <barueriinf@tjsp.jus.br>; BASTOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bastos@tjsp.jus.br>; BATATAIS - VARA
 CRIMINAL <batataiscr@tjsp.jus.br>; BAURU - OFICIO DA INFANCIA E JUVENTUDE <bauruinf@tjsp.jus.br>;
 BEBEDOURO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <bebedouroinf@tjsp.jus.br>; BERTIOGA - 2 OFICIO
 JUDICIAL <bertioga2@tjsp.jus.br>; BILAC - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bilac@tjsp.jus.br>; BIRIGUI -
 ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <biriguiinf@tjsp.jus.br>; BOITUVA - ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <boituvainf@tjsp.jus.br>; BORBOREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <borborema@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - 1 OFICIO CRIMINAL <botucatu1cr@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <botucatuinf@tjsp.jus.br>; BRAGANCA PAULISTA - JURI VEC E DA INFANCIA E
 DA JUVENTUDE <bragancajuri@tjsp.jus.br>; BRODOWSKI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <brodowski@tjsp.jus.br>; BROTAS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <brotas@tjsp.jus.br>; BURI - OFICIO
 JUDICIAL <buri@tjsp.jus.br>; BURITAMA - 2 OFICIO JUDICIAL <buritama2@tjsp.jus.br>; CABREUVA - OFICIO
 JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cabreuva@tjsp.jus.br>; CACAPAVA - 1 OFICIO CRIMINAL
 <cacapava1cr@tjsp.jus.br>; CACHOEIRA PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <cachpta2@tjsp.jus.br>; CACONDE -
 OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <caconde@tjsp.jus.br>; CAFELANDIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <cafelandia@tjsp.jus.br>; CAIEIRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caieirasinf@tjsp.jus.br>;
 CAJAMAR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cajamarinf@tjsp.jus.br>; CAJAMAR - 1 OFICIO JUDICIAL
 <cajamar1@tjsp.jus.br>; CAJURU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cajuru@tjsp.jus.br>; CAMPINAS - 1
 VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <campinas1inf@tjsp.jus.br>; CAMPO LIMPO PAULISTA - 2 OFICIO
 JUDICIAL <campolimpo2@tjsp.jus.br>; CAMPOS DO JORDAO - 2 OFICIO JUDICIAL <campjordao2@tjsp.jus.br>;
 CANANEIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cananeiainf@tjsp.jus.br>; CANDIDO MOTA - 2 OFICIO
 JUDICIAL <candmota2@tjsp.jus.br>; CAPAO BONITO - 2 OFICIO JUDICIAL <capbonito2@tjsp.jus.br>; JOAO
 MENDES - OFICIO INFANCIA JUVENTUDE <spinf@tjsp.jus.br>; IPIRANGA - OFICIO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <ipirangainf@tjsp.jus.br>; ITAQUERA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <itaquerainf@tjsp.jus.br>; JABAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jabaquarainf@tjsp.jus.br>;
 LAPA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <lapainf@tjsp.jus.br>; PENHA DE FRANCA - OFICIO DA INFANCIA
 E DA JUVENTUDE <penhainf@tjsp.jus.br>; PINHEIROS - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <pinheirosinf@tjsp.jus.br>; SANTANA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <santanainf@tjsp.jus.br>;
 SANTO AMARO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stoamaroinf@tjsp.jus.br>; SAO MIGUEL PAULISTA -
 OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <saomiguelinf@tjsp.jus.br>; TATUAPE - OFICIO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <tatuapeinf@tjsp.jus.br>; CAPIVARI - 2 OFICIO JUDICIAL <capivari2@tjsp.jus.br>;
 CARAGUATATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caraguainf@tjsp.jus.br>; CARAPICUIBA - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <carapicininf@tjsp.jus.br>; CARDOSO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <cardoso@tjsp.jus.br>; CASA BRANCA - 2 OFICIO JUDICIAL <casabranca2@tjsp.jus.br>; CATANDUVA - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <catanduvainf@tjsp.jus.br>; CERQUEIRA CESAR - ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <cerqcesarinf@tjsp.jus.br>; CERQUILHO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

<cerquilha@tjsp.jus.br>; CESARIO LANGE – OFÍCIO JUDICIAL <cesariolange@tjsp.jus.br>; CHAVANTES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <chavantesinf@tjsp.jus.br>; COLINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <colina@tjsp.jus.br>; CONCHAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <conchal@tjsp.jus.br>; CONCHAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <conchasinf@tjsp.jus.br>; CORDEIROPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cordeiropinf@tjsp.jus.br>; COSMOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cosmopolisinf@tjsp.jus.br>; COTIA - OFICIO CRIMINAL <cotiacr@tjsp.jus.br>; CRAVINHOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cravinhosinf@tjsp.jus.br>; CRUZEIRO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cruzeiroinf@tjsp.jus.br>; CUBATAO - 3 OFICIO JUDICIAL <cubatao3@tjsp.jus.br>; CUNHA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cunhasp@tjsp.jus.br>; DESCALVADO - 2 OFICIO JUDICIAL <descalv2@tjsp.jus.br>; DIADEMA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <diademainf@tjsp.jus.br>; DIADEMA – OFICIO DO JURI E EXECUÇÕES CRIMINAIS <diademajuri@tjsp.jus.br>; DOIS CORREGOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <doiscorregos1@tjsp.jus.br>; DRACENA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <dracenainf@tjsp.jus.br>; DUARTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <duartina@tjsp.jus.br>; ELDORADO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <eldoradoinf@tjsp.jus.br>; EMBU DAS ARTES - 3 OFICIO JUDICIAL <embu3@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <embuguacu@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <embuguacuinf@tjsp.jus.br>; ESPIRITO SANTO DO PINHAL - 2 OFICIO JUDICIAL <pinhal2@tjsp.jus.br>; ESTRELA D OESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <estreladoestenf@tjsp.jus.br>; FARTURA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <fartura@tjsp.jus.br>; FERNANDOPOLIS - 1 OFICIO CRIMINAL <fernand1cr@tjsp.jus.br>; FERRAZ DE VASCONCELOS - 3 OFICIO JUDICIAL <ferraz3@tjsp.jus.br>; FLORIDA PAULISTA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <floridaptainf@tjsp.jus.br>; FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br <FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br>; FRANCA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francainf@tjsp.jus.br>; FRANCISCO MORATO - 1 OFICIO JUDICIAL <francmorato1@tjsp.jus.br>; FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br <FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br>; FRANCO DA ROCHA - OFICIO JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francorochajuri@tjsp.jus.br>; GALIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <galia@tjsp.jus.br>; GARCA - 3 OFICIO JUDICIAL <garca3@tjsp.jus.br>; GENERAL SALGADO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <gsalgado@tjsp.jus.br>; GETULINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <getulina@tjsp.jus.br>; GUAIRA - SEGUNDO OFICIO JUDICIAL <guaira2@tjsp.jus.br>; GUARA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guara@tjsp.jus.br>; GUARARAPES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guararapinf@tjsp.jus.br>; GUARAREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guararema@tjsp.jus.br>; GUARATINGUETA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guaratinf@tjsp.jus.br>; GUARIBA - 2 OFICIO JUDICIAL <guariba2@tjsp.jus.br>; GUARUJA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guarujainf@tjsp.jus.br>; GUARUJA - 2 OFICIO CRIMINAL <guaruja2cr@tjsp.jus.br>; GUARULHOS - OF DA INF E DA JUV, PROTETIVA E CIVEL <guarulhos2inf@tjsp.jus.br>; HORTOLANDIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <hortolandiainf@tjsp.jus.br>; IACANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iacanga@tjsp.jus.br>; IBATE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ibate@tjsp.jus.br>; IBITINGA - OFICIO CRIMINAL <ibitingacr@tjsp.jus.br>; IBIUNA - 2 OFICIO JUDICIAL <ibiuna2@tjsp.jus.br>; IEPE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iepe@tjsp.jus.br>; IGARAPAVA - 2 OFICIO JUDICIAL <igarapava2@tjsp.jus.br>; IGUAPE - 2 OFICIO JUDICIAL <iguape2@tjsp.jus.br>; ILHA SOLTEIRA - 2A VARA <ilhasolteira2@tjsp.jus.br>; ILHABELA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ilhabela@tjsp.jus.br>; ILHABELA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ilhabelainf@tjsp.jus.br>; INDAIATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <indaiatubainf@tjsp.jus.br>; IPAUSSU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ipaussu@tjsp.jus.br>; IPUA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ipua@tjsp.jus.br>; ITABERA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itabera@tjsp.jus.br>; ITAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itai@tjsp.jus.br>; ITAJOBÍ - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itajobi@tjsp.jus.br>; ITANHAEM - 3 OFICIO JUDICIAL <itanhaem3@tjsp.jus.br>; ITAPERICA DA SERRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itapecericainf@tjsp.jus.br>; ITAPETININGA - OFICIO DAS EXECUCOES CRIMINAIS <itapetvec@tjsp.jus.br>; ITAPEVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itapevainf@tjsp.jus.br>; ITAPEVÍ - ANEXO DA INFANCIA E JUVENTUDE <itapeviinf@tjsp.jus.br>; ITAPIRA - 2 OFICIO JUDICIAL <itapira2@tjsp.jus.br>; ITAPOLIS - 2 OFICIO JUDICIAL <itapolis2@tjsp.jus.br>; ITAPORANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itaporanga@tjsp.jus.br>; ITAQUAQUECETUBA - 2 OFICIO CRIMINAL <itaqua2cr@tjsp.jus.br>; ITARARE - 2 OFICIO JUDICIAL <itarare2@tjsp.jus.br>; ITARIRI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itariri@tjsp.jus.br>; ITARIRI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itaririinf@tjsp.jus.br>; ITATIBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itatibainf@tjsp.jus.br>; ITATINGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

<itaringa@tjsp.jus.br>; ITIRAPINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itirapina@tjsp.jus.br>; ITIRAPINA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itirapinainf@tjsp.jus.br>; ITU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ituinf@tjsp.jus.br>; ITUPEVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itupevainf@tjsp.jus.br>; ITUVERAVA - 2 OFICIO JUDICIAL <ituverava2@tjsp.jus.br>; JABOTICABAL - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jaboticainf@tjsp.jus.br>; JACAREI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jacareiinf@tjsp.jus.br>; JACUPIRANGA - 2 OFICIO JUDICIAL <jacup2@tjsp.jus.br>; JAGUARIUNA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jaguariunainf@tjsp.jus.br>; JALES - 1 OFICIO CRIMINAL <jales1cr@tjsp.jus.br>; JANDIRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jandirainf@tjsp.jus.br>; JARDINOPOLIS - 2A VARA <jardinopolis2@tjsp.jus.br>; JARINU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <jarinu@tjsp.jus.br>; JAU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jauinf@tjsp.jus.br>; JOSE BONIFACIO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <josebonifinf@tjsp.jus.br>; JUNDIAI - OFICIO DO JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jundiaijuri@tjsp.jus.br>; JUNQUEIROPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <junqueiropolis@tjsp.jus.br>; JUQUIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <juquia@tjsp.jus.br>; LARANJAL PAULISTA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <laranpalinf@tjsp.jus.br>; COMlemeinf@tjsp.jus.br <COMlemeinf@tjsp.jus.br>; LENCOIS PAULISTA - 3 OFICIO JUDICIAL <lencois3@tjsp.jus.br>; LIMEIRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <limeirainf@tjsp.jus.br>; LINS - 2 OFICIO CRIMINAL <lins2cr@tjsp.jus.br>; LORENA - 2 OFICIO CIVEL <lorena2@tjsp.jus.br>; LOUVEIRA - OFICIO JUDICIAL <louveira@tjsp.jus.br>; LUCELIA - 2 OFICIO JUDICIAL <lucelia2@tjsp.jus.br>; MACATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <macatuba@tjsp.jus.br>; MACAUBAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <macaubal@tjsp.jus.br>; MAIRINQUE - 2 OFICIO JUDICIAL <mairinque2@tjsp.jus.br>; MAIRIPORA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mairiporainf@tjsp.jus.br>; MARACAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <maracai@tjsp.jus.br>; MARILIA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mariliainf@tjsp.jus.br>; MARTINOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <martinopolisinf@tjsp.jus.br>; MATAO - OFICIO CRIMINAL <mataocr@tjsp.jus.br>; MAUA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mauainf@tjsp.jus.br>; MIGUELOPOLIS - 1 OFICIO JUDICIAL <miguelop1@tjsp.jus.br>; MIGUELOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <miguelopininf@tjsp.jus.br>; MIRACATU - 2 OFICIO JUDICIAL <miracatu2@tjsp.jus.br>; MIRANDOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mirandopininf@tjsp.jus.br>; MIRANTE DO PARANAPANEMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <mirante@tjsp.jus.br>; MIRASSOL - 3 OFICIO JUDICIAL <mirassol3@tjsp.jus.br>; MOCOCA - 2 OFICIO JUDICIAL <mococa2@tjsp.jus.br>; MOGI DAS CRUZES - OFICIO DE DISTRIBUICAO JUDICIAL <mogicruzes@tjsp.jus.br>; MOGI GUAÇU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mojiguacuinf@tjsp.jus.br>; MOGI GUACU - 3 OFICIO JUDICIAL <mojiguacu3cv@tjsp.jus.br>; MOGI MIRIM - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mojimiriminf@tjsp.jus.br>; MONGAGUA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mongaguainf@tjsp.jus.br>; MONTE ALTO - 2 OFICIO JUDICIAL <montealto2@tjsp.jus.br>; MONTE APRAZIVEL - 2 OFICIO JUDICIAL <monteapraz2@tjsp.jus.br>; MONTE AZUL PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <monteazul@tjsp.jus.br>; MONTE MOR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <montemorinf@tjsp.jus.br>; MORRO AGUDO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <morroagudo@tjsp.jus.br>; NAZARE PAULISTA - OFICIO JUDICIAL <nazarepaulista@tjsp.jus.br>; NEVES PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <nevespaulista@tjsp.jus.br>; NHANDEARA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <nhandeara@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>; NOVA ODESSA - 2 OFICIO JUDICIAL <novaodessa2@tjsp.jus.br>; NOVO HORIZONTE - 2 OFICIO JUDICIAL <novohoriz2@tjsp.jus.br>; NUPORANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <nuporanga@tjsp.jus.br>; OLIMPIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <olimpiainf@tjsp.jus.br>; ORLANDIA - 2 OFICIO JUDICIAL <orlandia2@tjsp.jus.br>; OSASCO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <osascoinf@tjsp.jus.br>; OSVALDO CRUZ - 2 OFICIO JUDICIAL <osvaldocruz2@tjsp.jus.br>; OURINHOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ourinhosinf@tjsp.jus.br>; OUROESTE - OFICIO JUDICIAL <ouroeste@tjsp.jus.br>; PACAEMBU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pacaembuininf@tjsp.jus.br>; PALESTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <palestinasp@tjsp.jus.br>; PALMEIRA D OESTE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <palmeiradoeste@tjsp.jus.br>; PALMITAL - 2 OFICIO JUDICIAL <palmital2@tjsp.jus.br>; PANORAMA - 2 OFICIO JUDICIAL <panorama2@tjsp.jus.br>; PARAGUACU PAULISTA - 3 OFICIO JUDICIAL <paraguacu3@tjsp.jus.br>; PARAIBUNA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paraibuna@tjsp.jus.br>; PARANAPANEMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paranap@tjsp.jus.br>; PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pariquera@tjsp.jus.br>; PATROCINIO PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <patrocinio@tjsp.jus.br>; PAULINIA - 2 OFICIO JUDICIAL <paulinia2@tjsp.jus.br>;

PAULO DE FARIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paulofaria@tjsp.jus.br>; PEDERNEIRAS - 2 OFICIO JUDICIAL <pederneiras2@tjsp.jus.br>; PEDREGULHO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pedregulho@tjsp.jus.br>; PEDREIRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pedreirainf@tjsp.jus.br>; PENAPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penapolisinf@tjsp.jus.br>; PEREIRA BARRETO - 2 OFICIO JUDICIAL <pereirabarr2@tjsp.jus.br>; PERUIBE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <peruibainf@tjsp.jus.br>; PIEDADE - 2 OFICIO JUDICIAL <piiedade2@tjsp.jus.br>; PILAR DO SUL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pilardosul@tjsp.jus.br>; PILAR DO SUL - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pilardosulinf@tjsp.jus.br>; COMPINDACR <COMPindacr@tjsp.jus.br>; PINDAMONHANGABA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pindainf@tjsp.jus.br>; PINHALZINHO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pinhalzinhoinf@tjsp.jus.br>; PIQUETE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <piquete@tjsp.jus.br>; PIRACAIA - 2 OFICIO JUDICIAL <piracaia2@tjsp.jus.br>; PIRACICABA - VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <piracicabainf@tjsp.jus.br>; PIRAJU - 2 OFICIO JUDICIAL <piraju2@tjsp.jus.br>; PIRAJUI - 2 OFICIO JUDICIAL <pirajui2@tjsp.jus.br>; PIRANGI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pirangi@tjsp.jus.br>; PIRAPOZINHO - 2 OFICIO JUDICIAL <pirapo2@tjsp.jus.br>; PIRAPOZINHO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pirapoinf@tjsp.jus.br>; PIRASSUNUNGA - 3 OFICIO JUDICIAL <pirassununga3@tjsp.jus.br>; PIRATININGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <piratininga@tjsp.jus.br>; PITANGUEIRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pitangueirasinf@tjsp.jus.br>; POA - 2 OFICIO CRIMINAL <poa2cr@tjsp.jus.br>; POÁ - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <poainf@tjsp.jus.br>; POMPEIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pompeia@tjsp.jus.br>; PONTAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pontal@tjsp.jus.br>; PORANGABA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <porangaba@tjsp.jus.br>; PORTO FELIZ - 2 OFICIO JUDICIAL <portofeliz2@tjsp.jus.br>; PORTO FERREIRA - 2 OFICIO JUDICIAL <portofer2@tjsp.jus.br>; POTIRENDABA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <potirendaba@tjsp.jus.br>; PRAIA GRANDE - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <praiagdeinf@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE BERNARDES - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bernardes@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE EPITACIO - 2 OFICIO JUDICIAL <epitacio2@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE PRUDENTE - OF DO JURI E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <prudentejuri@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE VENCESLAU - 3 OFICIO JUDICIAL <venceslau3@tjsp.jus.br>; QUATA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <quata@tjsp.jus.br>; QUELUZ - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <queluz@tjsp.jus.br>; RANCHARIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ranchariainf@tjsp.jus.br>; RANCHARIA - 2 OFICIO JUDICIAL <rancharia2@tjsp.jus.br>; REGENTE FEIJO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <regfeijo@tjsp.jus.br>; REGISTRO - 3 OFICIO JUDICIAL <registro3@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO BONITO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ribeiraobonito@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO PIRES - 3 OFICIO JUDICIAL <ribpires3@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO PRETO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ribpretoinf@tjsp.jus.br>; RIO Orlarovyj <RIOrioclarovj@tjsp.jus.br>; RIO DAS PEDRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <riodaspedrasinf@tjsp.jus.br>; RIO GRANDE DA SERRA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <riogdeserra@tjsp.jus.br>; ROSANA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <rosanasp@tjsp.jus.br>; ROSEIRA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <roseira@tjsp.jus.br>; SALESOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <salesopolis@tjsp.jus.br>; SALESOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <salesopolisinf@tjsp.jus.br>; SALTO - 2 OFICIO JUDICIAL <salto2@tjsp.jus.br>; SALTO DE PIRAPORA - OFICIO JUDICIAL <saltopirapora@tjsp.jus.br>; SANTA ADELIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <santaadeliainf@tjsp.jus.br>; SANTA BARBARA DOESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stabarbarainf@tjsp.jus.br>; SANTA BRANCA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <santabranca@tjsp.jus.br>; SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>; BARRETOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL <barretosjec@tjsp.jus.br>

Assunto: RE: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Prezado, boa tarde!

Tal processo não pertence à Segunda Vara da Comarca de Promissão-SP.

Atenciosamente,



2ª Vara Judicial de PROMISSÃO-SP

Vara Cumulativa (+Infância e Juventude; exceto ExCrim. e Júri)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

avenida Rio Grande, 730 - Centro - Promissão/SP - CEP: 16370-000

Tel: 14.3541-1000 - Ramal 26 / Fac simile: 14.3541-1441

E-mail: promissao2@tjsp.jus.br

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: sexta-feira, 10 de setembro de 2021 14:33

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL

<adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiaiinf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS - 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>; ATIBAIA - 1 OFICIO CRIMINAL <atibaia1cr@tjsp.jus.br>; AURIFLAMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <auriflama@tjsp.jus.br>; AVARE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <avareinf@tjsp.jus.br>; BANANAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bananal@tjsp.jus.br>; BARIRI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <baririinf@tjsp.jus.br>; BARRA BONITA - 2 OFICIO JUDICIAL <barrabonita2@tjsp.jus.br>; BARRETOS - 2 OFICIO CRIMINAL <barretos2cr@tjsp.jus.br>; BARRETOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <barretosinf@tjsp.jus.br>; BARUERI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <barueriinf@tjsp.jus.br>; BASTOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bastos@tjsp.jus.br>; BATATAIS - VARA CRIMINAL <batataiscr@tjsp.jus.br>; BAURU - OFICIO DA INFANCIA E JUVENTUDE <bauruinf@tjsp.jus.br>; BEBEDOURO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <bebedouroinf@tjsp.jus.br>; BERTIOGA - 2 OFICIO JUDICIAL <bertioga2@tjsp.jus.br>; BILAC - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bilac@tjsp.jus.br>; BIRIGUI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <biriguiinf@tjsp.jus.br>; BOITUVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <boituvainf@tjsp.jus.br>; BORBOREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <borborema@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - 1 OFICIO CRIMINAL <botucatu1cr@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <botucatuinf@tjsp.jus.br>; BRAGANCA PAULISTA - JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <bragancajuri@tjsp.jus.br>; BRODOWSKI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <brodowski@tjsp.jus.br>; BROTAS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <brotas@tjsp.jus.br>; BURI - OFICIO JUDICIAL <buri@tjsp.jus.br>; BURITAMA - 2 OFICIO JUDICIAL <buritama2@tjsp.jus.br>; CABREUVA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cabreuva@tjsp.jus.br>; CACAPAVA - 1 OFICIO CRIMINAL <cacapava1cr@tjsp.jus.br>; CACHOEIRA PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <cachpta2@tjsp.jus.br>; CACONDE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <caconde@tjsp.jus.br>; CAFELANDIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cafelandia@tjsp.jus.br>; CAIEIRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caieirasinf@tjsp.jus.br>; CAJAMAR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cajamarinf@tjsp.jus.br>; CAJAMAR - 1 OFICIO JUDICIAL <cajamar1@tjsp.jus.br>; CAJURU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cajuru@tjsp.jus.br>; CAMPINAS - 1 VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <campinas1inf@tjsp.jus.br>; CAMPO LIMPO PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <campolimpo2@tjsp.jus.br>; CAMPOS DO JORDAO - 2 OFICIO JUDICIAL <campjordao2@tjsp.jus.br>; CANANEIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cananeiainf@tjsp.jus.br>; CANDIDO MOTA - 2 OFICIO JUDICIAL <candmota2@tjsp.jus.br>; CAPAO BONITO - 2 OFICIO JUDICIAL <capbonito2@tjsp.jus.br>; JOAO MENDES - OFICIO INFANCIA JUVENTUDE <spinf@tjsp.jus.br>; IPIRANGA - OFICIO DA INFANCIA E DA

JUVENTUDE <pirangainf@tjsp.jus.br>; ITAQUERA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itaquerainf@tjsp.jus.br>; JABAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jabaquarainf@tjsp.jus.br>; LAPA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <lapainf@tjsp.jus.br>; PENHA DE FRANCA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penhainf@tjsp.jus.br>; PINHEIROS - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pinheirosinf@tjsp.jus.br>; SANTANA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <santanainf@tjsp.jus.br>; SANTO AMARO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stoamaroinf@tjsp.jus.br>; SAO MIGUEL PAULISTA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <saomiguelinf@tjsp.jus.br>; TATUAPE - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <tatuapeinf@tjsp.jus.br>; CAPIVARI - 2 OFICIO JUDICIAL <capivari2@tjsp.jus.br>; CARAGUATATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caraguainf@tjsp.jus.br>; CARAPICUIBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <carapicininf@tjsp.jus.br>; CARDOSO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cardoso@tjsp.jus.br>; CASA BRANCA - 2 OFICIO JUDICIAL <casabranca2@tjsp.jus.br>; CATANDUVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <catanduvainf@tjsp.jus.br>; CERQUEIRA CESAR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cerqcesarininf@tjsp.jus.br>; CERQUILHO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cerquilho@tjsp.jus.br>; CESARIO LANGE - OFÍCIO JUDICIAL <cesariolange@tjsp.jus.br>; CHAVANTES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <chavantesinf@tjsp.jus.br>; COLINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <colina@tjsp.jus.br>; CONCHAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <conchal@tjsp.jus.br>; CONCHAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <conchasinf@tjsp.jus.br>; CORDEIROPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cordeiopinf@tjsp.jus.br>; COSMOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cosmopolisinf@tjsp.jus.br>; COTIA - OFICIO CRIMINAL <cotiacr@tjsp.jus.br>; CRAVINHOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cravinhosinf@tjsp.jus.br>; CRUZEIRO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cruzeiroinf@tjsp.jus.br>; CUBATAO - 3 OFICIO JUDICIAL <cubatao3@tjsp.jus.br>; CUNHA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cunhasp@tjsp.jus.br>; DESCALVADO - 2 OFICIO JUDICIAL <descalv2@tjsp.jus.br>; DIADEMA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <diademainf@tjsp.jus.br>; DIADEMA - OFICIO DO JURI E EXECUÇÕES CRIMINAIS <diademajuri@tjsp.jus.br>; DOIS CORREGOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <doiscorregos1@tjsp.jus.br>; DRACENA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <dracenainf@tjsp.jus.br>; DUARTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <duartina@tjsp.jus.br>; ELDORADO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <eldoradoinf@tjsp.jus.br>; EMBU DAS ARTES - 3 OFICIO JUDICIAL <embu3@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <embuguacu@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <embuguacuinf@tjsp.jus.br>; ESPIRITO SANTO DO PINHAL - 2 OFICIO JUDICIAL <pinhal2@tjsp.jus.br>; ESTRELA D OESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <estreladoestenf@tjsp.jus.br>; FARTURA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <fartura@tjsp.jus.br>; FERNANDOPOLIS - 1 OFICIO CRIMINAL <fernand1cr@tjsp.jus.br>; FERRAZ DE VASCONCELOS - 3 OFICIO JUDICIAL <ferraz3@tjsp.jus.br>; FLORIDA PAULISTA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <floridaptainf@tjsp.jus.br>; FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br <FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br>; FRANCA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francainf@tjsp.jus.br>; FRANCISCO MORATO - 1 OFICIO JUDICIAL <francmorato1@tjsp.jus.br>; FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br <FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br>; FRANCO DA ROCHA - OFICIO JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francorochajuri@tjsp.jus.br>; GALIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <galia@tjsp.jus.br>; GARCA - 3 OFICIO JUDICIAL <garca3@tjsp.jus.br>; GENERAL SALGADO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <gsalgado@tjsp.jus.br>; GETULINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <getulina@tjsp.jus.br>; GUAIRA - SEGUNDO OFICIO JUDICIAL <guaira2@tjsp.jus.br>; GUARA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guara@tjsp.jus.br>; GUARARAPES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guararapinf@tjsp.jus.br>; GUARAREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guararema@tjsp.jus.br>; GUARATINGUETA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guaratinf@tjsp.jus.br>; GUARIBA - 2 OFICIO JUDICIAL <guariba2@tjsp.jus.br>; GUARUJA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guarujainf@tjsp.jus.br>; GUARUJA - 2 OFICIO CRIMINAL <guaruja2cr@tjsp.jus.br>; GUARULHOS - OF DA INF E DA JUV, PROTETIVA E CIVEL <guarulhos2inf@tjsp.jus.br>; HORTOLANDIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <hortolandiainf@tjsp.jus.br>; IACANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iacanga@tjsp.jus.br>; IBATE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ibate@tjsp.jus.br>; IBATINGA - OFICIO CRIMINAL <ibitingacr@tjsp.jus.br>; IBIUNA - 2 OFICIO JUDICIAL <ibiuna2@tjsp.jus.br>; IEPE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iepe@tjsp.jus.br>; IGARAPAVA - 2 OFICIO JUDICIAL <igarapava2@tjsp.jus.br>; IGUAPE - 2 OFICIO JUDICIAL <iguape2@tjsp.jus.br>; ILHA SOLTEIRA - 2A VARA <ilhasolteira2@tjsp.jus.br>; ILHABELA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ilhabela@tjsp.jus.br>; ILHABELA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE

<ilabelainf@tjsp.jus.br>; INDAIATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <indaiatubainf@tjsp.jus.br>;
 IPAUSSU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ipaussu@tjsp.jus.br>; IPUA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <ipua@tjsp.jus.br>; ITABERA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itabera@tjsp.jus.br>; ITAI - OFICIO JUDICIAL
 E DISTRIBUICAO <itai@tjsp.jus.br>; ITAJOBÍ - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itajobi@tjsp.jus.br>;
 ITANHAEM - 3 OFICIO JUDICIAL <itanhaem3@tjsp.jus.br>; ITAPERICA DA SERRA - ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <itapecericainf@tjsp.jus.br>; ITAPETININGA - OFICIO DAS EXECUCOES CRIMINAIS
 <itapetvec@tjsp.jus.br>; ITAPEVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itapevainf@tjsp.jus.br>; ITAPEVI -
 ANEXO DA INFANCIA E JUVENTUDE <itapeviinf@tjsp.jus.br>; ITAPIRA - 2 OFICIO JUDICIAL
 <itapira2@tjsp.jus.br>; ITAPOLIS - 2 OFICIO JUDICIAL <itapolis2@tjsp.jus.br>; ITAPORANGA - OFICIO JUDICIAL
 E DISTRIBUICAO <itaporanga@tjsp.jus.br>; ITAQUAQUECETUBA - 2 OFICIO CRIMINAL <itaqua2cr@tjsp.jus.br>;
 ITARARE - 2 OFICIO JUDICIAL <itarare2@tjsp.jus.br>; ITARIRI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <itariri@tjsp.jus.br>; ITARIRI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itaririinf@tjsp.jus.br>; ITATIBA - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itatibainf@tjsp.jus.br>; ITATINGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <itatinga@tjsp.jus.br>; ITIRAPINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <itirapina@tjsp.jus.br>; ITIRAPINA -
 ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itirapinainf@tjsp.jus.br>; ITU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <ituinf@tjsp.jus.br>; ITUPEVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itupevainf@tjsp.jus.br>; ITUVERAVA -
 2 OFICIO JUDICIAL <ituverava2@tjsp.jus.br>; JABOTICABAL - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <jaboticainf@tjsp.jus.br>; JACAREI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jacareinf@tjsp.jus.br>;
 JACUPIRANGA - 2 OFICIO JUDICIAL <jacup2@tjsp.jus.br>; JAGUARIUNA - ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <jaguariunainf@tjsp.jus.br>; JALES - 1 OFICIO CRIMINAL <jales1cr@tjsp.jus.br>; JANDIRA - ANEXO
 DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jandirainf@tjsp.jus.br>; JARDINOPOLIS - 2A VARA
 <jardinopolis2@tjsp.jus.br>; JARINU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <jarinu@tjsp.jus.br>; JAU - ANEXO DA
 INFANCIA E DA JUVENTUDE <jauinf@tjsp.jus.br>; JOSE BONIFACIO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <josebonifinf@tjsp.jus.br>; JUNDIAI - OFICIO DO JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <jundiaiuri@tjsp.jus.br>; JUNQUEIROPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <junqueiropolis@tjsp.jus.br>;
 JUQUIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <juquia@tjsp.jus.br>; LARANJAL PAULISTA - ANEXO DA INFANCIA E
 DA JUVENTUDE <laranpalinf@tjsp.jus.br>; COMLEMEINF@tjsp.jus.br <COMLEMEINF@tjsp.jus.br>; LENCOIS
 PAULISTA - 3 OFICIO JUDICIAL <lencois3@tjsp.jus.br>; LIMEIRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <limeirainf@tjsp.jus.br>; LINS - 2 OFICIO CRIMINAL <lins2cr@tjsp.jus.br>; LORENA - 2 OFICIO CIVEL
 <lorena2@tjsp.jus.br>; LOUVEIRA - OFICIO JUDICIAL <louveira@tjsp.jus.br>; LUCELIA - 2 OFICIO JUDICIAL
 <lucelia2@tjsp.jus.br>; MACATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <macatuba@tjsp.jus.br>; MACAUBAL -
 OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <macaubal@tjsp.jus.br>; MAIRINQUE - 2 OFICIO JUDICIAL
 <mairinque2@tjsp.jus.br>; MAIRIPORA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mairiporainf@tjsp.jus.br>;
 MARACAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <maracai@tjsp.jus.br>; MARILIA - OFICIO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <mariliainf@tjsp.jus.br>; MARTINOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <martinopolisinf@tjsp.jus.br>; MATAO - OFICIO CRIMINAL <mataocr@tjsp.jus.br>; MAUA - ANEXO DA
 INFANCIA E DA JUVENTUDE <mauainf@tjsp.jus.br>; MIGUELOPOLIS - 1 OFICIO JUDICIAL
 <miguelop1@tjsp.jus.br>; MIGUELOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <miguelopininf@tjsp.jus.br>;
 MIRACATU - 2 OFICIO JUDICIAL <miracatu2@tjsp.jus.br>; MIRANDOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA
 JUVENTUDE <mirandopininf@tjsp.jus.br>; MIRANTE DO PARANAPANEMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <mirante@tjsp.jus.br>; MIRASSOL - 3 OFICIO JUDICIAL <mirassol3@tjsp.jus.br>; MOCOCA - 2 OFICIO JUDICIAL
 <mococa2@tjsp.jus.br>; MOGI DAS CRUZES - OFICIO DE DISTRIBUICAO JUDICIAL <mogicruzes@tjsp.jus.br>;
 MOGI GUAÇU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <mojiguacuinf@tjsp.jus.br>; MOGI GUACU - 3 OFICIO
 JUDICIAL <mojiguacu3cv@tjsp.jus.br>; MOGI MIRIM - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <mojimiriminf@tjsp.jus.br>; MONGAGUA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE
 <mongaguainf@tjsp.jus.br>; MONTE ALTO - 2 OFICIO JUDICIAL <montealto2@tjsp.jus.br>; MONTE APRAZIVEL
 - 2 OFICIO JUDICIAL <monteapraz2@tjsp.jus.br>; MONTE AZUL PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <monteazul@tjsp.jus.br>; MONTE MOR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <montemorinf@tjsp.jus.br>;
 MORRO AGUDO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <morroagudo@tjsp.jus.br>; NAZARE PAULISTA - OFICIO
 JUDICIAL <nazarepaulista@tjsp.jus.br>; NEVES PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
 <nevespaulista@tjsp.jus.br>; NHANDEARA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <nhandeara@tjsp.jus.br>;
 NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>; NOVA ODESSA - 2 OFICIO

JUDICIAL <novaodessa2@tjsp.jus.br>; NOVO HORIZONTE - 2 OFICIO JUDICIAL <novohoriz2@tjsp.jus.br>; NUPORANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <nuporanga@tjsp.jus.br>; OLIMPIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <olimpiainf@tjsp.jus.br>; ORLANDIA - 2 OFICIO JUDICIAL <orlandia2@tjsp.jus.br>; OSASCO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <osascoinf@tjsp.jus.br>; OSVALDO CRUZ - 2 OFICIO JUDICIAL <osvaldocruz2@tjsp.jus.br>; OURINHOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ourinhosinf@tjsp.jus.br>; OUROESTE - OFICIO JUDICIAL <ouroeste@tjsp.jus.br>; PACAEMBU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pacaembuinf@tjsp.jus.br>; PALESTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <palestinasp@tjsp.jus.br>; PALMEIRA D OESTE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <palmeiradoeste@tjsp.jus.br>; PALMITAL - 2 OFICIO JUDICIAL <palmital2@tjsp.jus.br>; PANORAMA - 2 OFICIO JUDICIAL <panorama2@tjsp.jus.br>; PARAGUACU PAULISTA - 3 OFICIO JUDICIAL <paraguacu3@tjsp.jus.br>; PARAIBUNA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paraibuna@tjsp.jus.br>; PARANAPANEMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paranap@tjsp.jus.br>; PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pariquera@tjsp.jus.br>; PATROCINIO PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <patrocinio@tjsp.jus.br>; PAULINIA - 2 OFICIO JUDICIAL <paulinia2@tjsp.jus.br>; PAULO DE FARIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <paulofaria@tjsp.jus.br>; PEDERNEIRAS - 2 OFICIO JUDICIAL <pederneiras2@tjsp.jus.br>; PEDREGULHO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pedregulho@tjsp.jus.br>; PEDREIRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pedreirainf@tjsp.jus.br>; PENAPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penapolisinf@tjsp.jus.br>; PEREIRA BARRETO - 2 OFICIO JUDICIAL <pereirabarr2@tjsp.jus.br>; PERUIBE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <peruibainf@tjsp.jus.br>; PIEDADE - 2 OFICIO JUDICIAL <piidade2@tjsp.jus.br>; PILAR DO SUL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pilardosul@tjsp.jus.br>; PILAR DO SUL - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pilardosulinf@tjsp.jus.br>; COMPINDACR@tjsp.jus.br <COMPINDACR@tjsp.jus.br>; PINDAMONHANGABA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pindainf@tjsp.jus.br>; PINHALZINHO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pinhalzinhoinf@tjsp.jus.br>; PIQUETE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <piquete@tjsp.jus.br>; PIRACAIA - 2 OFICIO JUDICIAL <piracaia2@tjsp.jus.br>; PIRACICABA - VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <piracicabainf@tjsp.jus.br>; PIRAJU - 2 OFICIO JUDICIAL <piraju2@tjsp.jus.br>; PIRAJUI - 2 OFICIO JUDICIAL <pirajui2@tjsp.jus.br>; PIRANGI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pirangi@tjsp.jus.br>; PIRAPOZINHO - 2 OFICIO JUDICIAL <pirapo2@tjsp.jus.br>; PIRAPOZINHO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pirapoinf@tjsp.jus.br>; PIRASSUNUNGA - 3 OFICIO JUDICIAL <pirassununga3@tjsp.jus.br>; PIRATININGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <piratininga@tjsp.jus.br>; PITANGUEIRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pitangueirasinf@tjsp.jus.br>; POA - 2 OFICIO CRIMINAL <poa2cr@tjsp.jus.br>; POÁ - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <poainf@tjsp.jus.br>; POMPEIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pompeia@tjsp.jus.br>; PONTAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pontal@tjsp.jus.br>; PORANGABA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <porangaba@tjsp.jus.br>; PORTO FELIZ - 2 OFICIO JUDICIAL <portofeliz2@tjsp.jus.br>; PORTO FERREIRA - 2 OFICIO JUDICIAL <portofer2@tjsp.jus.br>; POTIRENDABA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <potirendaba@tjsp.jus.br>; PRAIA GRANDE - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <praiagdeinf@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE BERNARDES - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bernardes@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE EPITACIO - 2 OFICIO JUDICIAL <epitacio2@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE PRUDENTE - OF DO JURI E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <prudentejuri@tjsp.jus.br>; PRESIDENTE VENCESLAU - 3 OFICIO JUDICIAL <venceslau3@tjsp.jus.br>; PROMISSAO - 2 OFICIO JUDICIAL <promissao2@tjsp.jus.br>; QUATA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <quata@tjsp.jus.br>; QUELUZ - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <queluz@tjsp.jus.br>; RANCHARIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ranchariainf@tjsp.jus.br>; RANCHARIA - 2 OFICIO JUDICIAL <rancharia2@tjsp.jus.br>; REGENTE FEIJO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <regfeijo@tjsp.jus.br>; REGISTRO - 3 OFICIO JUDICIAL <registro3@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO BONITO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ribeiraobonito@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO PIRES - 3 OFICIO JUDICIAL <ribpires3@tjsp.jus.br>; RIBEIRAO PRETO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ribpretoinf@tjsp.jus.br>; RIO DE JANEIRO - 2 OFICIO JUDICIAL <RIOdeJ@tjsp.jus.br>; RIO DAS PEDRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <riodaspedrasinf@tjsp.jus.br>; RIO GRANDE DA SERRA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <riogdeserra@tjsp.jus.br>; ROSANA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <rosanasp@tjsp.jus.br>; ROSEIRA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <roseira@tjsp.jus.br>; SALESOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <salesopolis@tjsp.jus.br>; SALESOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <salesopolisinf@tjsp.jus.br>; SALTO - 2 OFICIO JUDICIAL <salto2@tjsp.jus.br>; SALTO DE PIRAPORA - OFICIO JUDICIAL <saltopirapora@tjsp.jus.br>; SANTA ADELIA - ANEXO DA INFANCIA E DA

JUVENTUDE <santaadeliainf@tjsp.jus.br>; SANTA BARBARA DOESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stabarbarainf@tjsp.jus.br>; SANTA BRANCA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <santabranca@tjsp.jus.br>; SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>; BARRETOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL <barretosjec@tjsp.jus.br>

Assunto: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

sexta-feira, 10 de setembro de 2021

Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Venho eu Joaquim Pedro de Moraes Filho, 25 anos, nascido no dia 16 de setembro de 1995, neste dia 10 de setembro de 2021, solicitar conforme o Prazo legal de 5 dias o Interesse em Solicitar Embargo Infrigente e Mandado de Segurança no Processo citado na epígrafe acima, Conforme a Constituição da República que em sua suma e límpidos Parágrafos sobre o Direito a "Ampla Defesa" a todos os Brasileiros.

Fundamenta-se a Manifestação de solicitação á Mandado de Segurança e Petição a Recurso Referente ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 tramitado no TJSP com teor de solicitação de Embargo Infrigente, por assim, teor de Anulidade da Sentença Proferido pelo então Juiz Marcelo Haggi Andreotti (Comarca de Mirassol/SP) no processo citado neste com os seguintes fundamentos;

O JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI É ACUSADO DE COMPLACÊNCIA Á TORTURA E FRAUDE PROCESSUAL JUNTO AO DEFENSOR PÚBLICO SINOMAR DE SOUZA CASTRO COM INTUITO ATÉ ENTÃO ALMEJADO DE BENEFICIAR UMA DAS PARTE EM UM PROCESSO, AGINDO POR ASSIM COM PARCIALIDADE, ATÉ ENTÃO PROVADO, COM A ACUSAÇÃO.

O ENTÃO ADVOGADO SINOMAR DE SOUZA CASTRO, DO RÉU, DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA EM 8 DE OUTUBRO DE 2021, HAVIA SIDO AFASTADO DO PROCESSO POR CARTAS ENVIADAS PELO RÉU E OCULTADAS PELO ENTÃO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI. APÓS SUA SOLTURA NO MÊS DE JANEIRO DE 2021 (DETIDO E TORTURADO, ATÉ ENTÃO EM 2 DE JULHO DE 2021) CONSTATOU QUE O ENTÃO ADVOGADO PLAGEOU A ACUSAÇÃO CAUSANDO DANOS NA DEFEZA E NA INTERGRIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCESSO EXISTENTE PARA DISSOLUÇÃO, LEMBRA-SE QUE NO ATO O REU DENUNCIAVA DEFENSORES PÚBLICOS QUE NUNCA VIRAM O ROSTO DO SEUS CLIENTES E RECEBEM HONORÁRIOS DO ESTADO, FATO ESTE PROVADO.

ARGUMENTA-SE QUE TAMBÉM NUNCA HOUVE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA APÓS A PRISÃO, FATO ESTE QUE MOSTRA A PARCIALIDADE E A FALTA DE DECORO PARA SE DEFENDER DE COMPLACÊNCIA DE TORTURA NESTE PROCESSO E LEVANTAR TESES NESTE PROCESSO, RELEMBRA-SE QUE O TAL FOI DENUNCIADO POR BOLETIM DE OCORRÊNCIA POR OMISSÃO E OCULTAÇÃO NO ANO DE 2020, DIAS ANTES DA PRISÃO (Descrição do Boletim de Ocorrência 0000845118/2020).

REFERENTE AO EXAME DE INSANIDADE MENTAL, EXAURIDO PELO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI NESTE PROCESSO, DE ATO FOI COMPROMETIDO, NINGUÉM É OBRIGADO PROVAR PROVAS CONTRA SI MESMO, MOSTROU-SE APENAS UM ATO DE COVARDIA, TÍPICO DO TAL JUIZ.

A ABUSOS, OMISSÃO E OCULTAÇÃO E PARCIALIDADE COM A ACUSAÇÃO POR ENVOLVER JUÍZES.

Por ora nada mais a manifestar e peticionar, pública-se este Documento para a "REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES", que por assim Tornando o Registro Impagável na Rede Blockchain e demais (Tornando inócua a Omissão).

Solicita-se Um DEFENSOR PÚBLICO PARA OFICIALIZAR O ATO.

Assinado Digitalmente:

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
CPF 133036496-18

[ANEXO- RG]

Ref.: <http://proclame281119.blogspot.com/2021/09/manifestacao-e-peticao-no-processo.html>

Registro na Rede Blockchain:

<https://opensea.io/assets/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/111192533164618672259411913872784755903471259334462008438966380777945954254849/>

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 13/09/2021 18:13

Prazo: 5 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021.

Nova Granada, 13 de Setembro de 2021



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 5
 Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
 Delegacia de Polícia de Icém/SP

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

REFERENTE.....Of. Jud. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Nova Granada/SP.

ASSUNTO:..... Realizar diligências com o objetivo de dar cumprimento ao MP expedido em desfavor de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Exmo. Sr. Delegado:

Em atenção à ordem de Vossa Excelência, no intuito de realizar diligências com o objetivo de localizar o sentenciado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e dar cumprimento ao Mandado de Prisão Condenatório, informo o que se segue:

Nos dirigimos até o endereço citado no Mandado de Prisão, na Av. Armando Sales de Oliveira, 220 - Icém/SP, no local constatamos que a casa está fechada, não havendo nenhum morador. Conversando com moradores da vizinhança, fomos informados que os moradores foram despejados pela justiça por falta de pagamento de aluguel e em conversa informal conseguimos obter informações sobre o paradeiro da família do sentenciado. Na Avenida Horácio Borges da Silveira, n. 265 - Centro, Icém/SP, obtivemos êxito na localização da família do sentenciado, antes de desembarcarmos da viatura avistamos a irmã dele, a Senhorita Rosilene Pereira de Moraes que ao ver a viatura saiu da casa correndo e ficou na rua nos olhando franqueando a entrada no imóvel. Todos os cômodos da casa foram vistoriados e o sentenciado não foi encontrado. Em conversa com os vizinhos, eles alegam não ter visto o sentenciado Joaquim Pedro de Moraes Filho desde quando sua mãe e irmã mudaram para o local.

Continuaremos realizando diligência com o objetivo de dar cumprimento ao Mandado de Prisão em questão.

Era o que me cumpria relatar.

Icém/SP, 14 de Setembro de 2021.

MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
 Investigador de Polícia

EXMO. SR.
DELEGADO DE POLÍCIA DE ICEM/SP

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

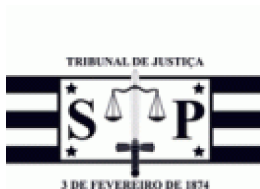
Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

Consta que o réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos – imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito.

Em que pese as considerações delineadas na r. sentença lançada, a situação chegou a um ponto pinacular, impensável e insustentável; de rigor, portanto, a adequação decorrente de fato novo, da r. sentença de fls. 1.440/1.455, denegando-se – por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente – o direito de apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea.

Presentes, portanto, os requisitos da prisão preventiva já que o réu descumpriu obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e agiu de maneira a violar bens jurídicos de maneira difusa e abalar a ordem pública, apreende-se de fls. 1.466 e seguintes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isso posto, denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública.

Cientifique-se, imediatamente, o órgão colegiado prolator da r. decisão proferida em *Habeas Corpus* do teor desta decisão.

Expeça-se mandado de prisão.

Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

MANDADO DE PRISÃO

Processo Digital N°:	1500106-18.2019.8.26.0390
Mandado BNMP 1.0 N°:	1500106-18.2019.8.26.0390.0002
Mandado BNMP 2.0 N° Nacional:	1500106-18.2019.8.26.0390.01.0004-20
Mandado SAJ – N°:	390.2021/003423-5
Classe:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto:	Calúnia
Documento de Origem:	Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA
Autor:	Justiça Pública
Réu:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RJI BNMP 2.0 N° :	203518350-08
Situação da Parte no BNMP 2.0:	A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 13/09/2021 - 15:40:34, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.
	RJI : 203518350-08.
	Última situação : Em Liberdade.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, de Nova Granada, Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição, ou a qualquer Autoridade Policial e seus agentes, a quem este for apresentado, que **PRENDA E RECOLHA** a qualquer Unidade de Estabelecimento Prisional deste Estado, à ordem e disposição deste Juízo, a pessoa de seguinte qualificação:

Nome:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO		
Alcunha:	Alcunha do Nome da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>		
Documentos:	CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741MG, RJI: 203518350-08		
Filiação:	pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira		
Nacionalidade:	Brasileiro	Naturalidade:	Naturalidade da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>
Data de Nascto.:	16/09/1995	Sexo:	Masculino
Estado Civil:	Solteiro	Cor:	Cor da Pele da Pessoa Seleccionada <<



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Informação indisponível >>

Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP**
 Data do Delito: **27/02/2019**
 Delito Cometido: **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II c/c Art. 26 "único" e Art. 138 "caput" (quatro vezes) e Art. 138 § 1º todos do(a) CP**
 Espécie de Prisão: **Sentença Condenatória**
 Recaptura:
 Pena Imposta: **três anos, dois meses e doze dias**
 Regime de Cumprimento de Pena: **Semiaberto**
 Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *
DATA DE VALIDADE: 09/09/2025

O presente mandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "**Cientifique-se, imediatamente, o órgão colegiado prolator da r. decisão proferida em Habeas Corpus do teor desta decisão. Expeça-se mandado de prisão. Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 13 de setembro de 2021.**".

CUMpra-SE, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 13/09/2021 - 15:40:44, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 13/09/2021 - 15:40:46, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

504717 - Mandado - Prisão - (Condenatória Recorrível - Sentença Definitiva) - Não cumprido por Oficial de Justiça - Crime - (BNMP)

39020210034235



Visualizar autos

2001982-83.2021.8.26.0000 Arquivado administrativamente

Classe	Assunto	Seção	Órgão Julgador	Área
Habeas Corpus Criminal	DIREITO PENAL-Crimes contra a Honra-Calúnia	Direito Criminal	12ª Câmara de Direito Criminal	Criminal

▼ Mais

APENSOS / VINCULADOS

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

NÚMEROS DE 1ª INSTÂNCIA

Nº de 1ª instância	Foro	Vara	Juiz	Obs.
1500106-18.2019.8.26.0390	Foro de Nova Granada	Vara Única	-	-

PARTES DO PROCESSO

Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Advogado: Marco Antonio dos Santos

Impetrante: Marco Antonio dos Santos

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
14/06/2021	<u>Processo encaminhado para o Arquivo</u> Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 10.06.2021.
29/05/2021	<u>Expedido Certidão</u> Prazo Expirado - Intimação de Portal Eletrônico
19/05/2021	<u>Expedido Certidão</u> Certidão de Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico
18/05/2021	Publicado em Disponibilizado em 17/05/2021 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 3279
17/05/2021	Ciência de acórdão - Prazo - 10 dias Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço http://esaj.tjsp.jus.br . Vencimento: 07/06/2021

▼ Mais

SUBPROCESSOS E RECURSOS

Não há subprocessos ou recursos vinculados a este processo.

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
18/03/2021	Parecer da PGJ

COMPOSIÇÃO DO JULGAMENTO

Participação	Magistrado
Relator	Heitor Donizete de Oliveira (2618)
2º	Paulo Rossi

13/05/2021	Julgado	tendo em vista a perda do objeto, DERAM POR PREJUDICADA a presente ordem de Habeas Corpus. V.U.
------------	---------	---

URGENTÍSSIMO - MANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Seg, 13/09/2021 16:21

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: 52bpmi2cia - Escoltas <52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3 <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; Mandados - IIRGD <mandados.iirgd@sp.gov.br>

 1 anexos (325 KB)

mandado de prisão.pdf;

Segue mandado de prisão expedido em relação a JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para cumprimento com urgência.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

RE: URGENTÍSSIMO - MANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390

DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

Seg, 13/09/2021 16:27

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Recebido.

De: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Enviado: 13 de setembro de 2021 16:21

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: 52bpmi2cia - Escoltas <52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3 <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>;

Mandados - IIRGD <mandados.iirgd@sp.gov.br>

Assunto: URGENTÍSSIMO - MANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390

Segue mandado de prisão expedido em relação a JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para cumprimento com urgência.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



Logotipo TJSP

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



Visualizar autos

2276617-85.2020.8.26.0000 Arquivado administrativamente

Classe	Assunto	Seção	Órgão Julgador	Área
Habeas Corpus Criminal	DIREITO PENAL-Crimes contra a Honra-Calúnia	Direito Criminal	12ª Câmara de Direito Criminal	Criminal

▼ Mais

APENSOS / VINCULADOS

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

NÚMEROS DE 1ª INSTÂNCIA

Nº de 1ª instância	Foro	Vara	Juiz	Obs.
1500106-18.2019.8.26.0390	Foro de Nova Granada	Vara Única	-	-

PARTES DO PROCESSO

Impetrante:	Sinomar de Souza Castro
Paciente:	Joaquim Pedro de Moraes Filho Advogado: Sinomar de Souza Castro

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
21/05/2021	<u>Processo encaminhado para o Arquivo</u> <i>Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 19.05.2021.</i>
18/05/2021	Prazo
03/05/2021	Ciência Antecipada Intimação Eletrônica
30/04/2021	<u>Expedido Certidão</u> <i>Certidão de Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico</i>
22/04/2021	Publicado em <i>Disponibilizado em 20/04/2021 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 3261</i>

▼ Mais

SUBPROCESSOS E RECURSOS

Não há subprocessos ou recursos vinculados a este processo.

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
14/12/2020	Parecer da PGJ

COMPOSIÇÃO DO JULGAMENTO

Participação	Magistrado
Relator	Heitor Donizete de Oliveira (2287)
2º	Paulo Rossi
3º	Amable Lopez Soto

JULGAMENTOS



autos do Habeas Corpus nº 2001982-83.2021.8.26.0000, mantendo-se, ainda, as medidas cautelares fixadas nas folhas 66/68 da referida impetração. Comunique-se ao Juízo de Origem. V.U.

1500106-18.2019.8.26.0390**JULIANA GREISSE BERTOLDI** <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Seg, 13/09/2021 16:20

Para: SJ 5 - DIRETORIA - CRIMINAL <sj5@tjsp.jus.br>

Cc: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br>

 4 anexos (16 MB)

sentença.pdf; diversos.pdf; certidão.pdf; Decisão.pdf;

Seguem decisão e demais peças para conhecimento referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390, tendo em vista que o HC 2001982-83.2021.8.26.0000 e o HC 2276617-85.2020.8.26.0000 estão arquivados.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

A decisão retro (fls. 0-1) é , salvo melhor juízo, **ilegal** e deve ser **reconsiderada**, já que houve, na espécie, decretação de ofício de prisão preventiva e imposição de prisão preventiva para crime punido com detenção e com sentença condenatória ao regime semiaberto, sem trânsito em julgado.

De partida, no entanto, pondero, que o i. Magistrado parece se colocar em incômoda **posição de juiz e vítima**, circunstância que parece ter influído no conteúdo da decisão retro, já que é **evidente que não houve invasão da rede interna do Tribunal**, uma vez que todos os emails ali elencados são públicos e o sentenciado os listou em ordem alfabética e sem qualquer nexos. Aliás, o próprio *email* trouxe em seu bojo alerta de que se originou fora do TJSP e recomenda que não seja aberto

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
sexta-feira, 10 de setembro de 2021

Pontuo que o *email* acostado aos autos e encaminhado para diversos órgãos de controle (fls. 1466/1476) deixa, em verdade, ainda

mais claro o conteúdo do laudo do exame de insanidade, que recomendou tratamento ambulatorial ao sentenciado e torna flagrante a necessidade de tratamento psiquiátrico do sentenciado, não de sua prisão preventiva. Há ali, ao que se indica, tentativa atabalhoada, de indivíduo com grave perturbação psiquiátrica, de realizar sua suposta autodefesa e não de difamar ou caluniar a terceiros. Aliás, o texto permite a qualquer leitor perceber de plano que se trata de indivíduos perturbado e não de séria acusação.

Ainda, conforme informado anteriormente, foi instaurado no âmbito desta promotoria de justiça, na seara dos Direitos Humanos, o PANI nº 36.0351.0000262/2021-4 visando garantir o adequado tratamento sugerido pela perita responsável pelo laudo de insanidade. No bojo de tal procedimento, os órgãos de assistência social e saúde, após requisição deste promotor de justiça, tentaram intervenções que não lograram êxito. Diante de tal fato e dos emails de fls. 1466/1476, que demonstram agravamento da patologia, **nesta data ajuizei ação visando sua internação compulsória**, medida mais adequada que eventual prisão preventiva, em meu sentir, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390.

Passo a me manifestar quanto à ilegalidade da prisão decretada.

Quanto à ilegalidade da decisão, aponto que após o advento da Lei nº13.964/2019, **é vedado ao magistrado decretar prisão de**

ofício, sem que tenha havido requerimento do Ministério Público ou, como na espécie, com expressa manifestação em sentido contrário.

Neste sentido decisão da lavra do E. Desembargador, **Dr. Heitor Donizete de Oliveira**, da 12ª Câmara de Direito Criminal, que peço vênica para transcrição integral.

Habeas Corpus – Furto qualificado tentado – Prisão decretada de ofício – Ausência de representação policial e de requisição ministerial para converter a prisão em flagrante em preventiva - Inteligência do artigo 311 do Código de Processo Penal - Sistema acusatório – Liminar confirmada – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Trata-se de Habeas Corpus impetrado pela Defensoria Pública, em favor de JOSE MARCELO FURTADO DE GOIS, que figura como paciente, no qual aponta como autoridade coatora o (a) MM. Juiz (a) de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais da Comarca da Capital, nos autos de nº 1520580-74.2020.8.26.0228, pela conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva, com alegação de que a prisão configura constrangimento ilegal. Aduziu que o (a) representante do Ministério Público pleiteou a concessão de liberdade provisória ao paciente, sendo vedada a prisão de ofício, com o advento da Lei nº 13.964/2019; que não estão presentes os critérios legais para decretação da prisão preventiva, a qual se mostra desnecessária; que o delito de furto foi praticado sem violência ou grave ameaça e o bem sequer foi subtraído; que a prisão é

*desproporcional; que, devido à pandemia do COVID-19, deve-se assegurar a integridade física do paciente e evitar a disseminação dentro do sistema carcerário; e que caberiam medidas cautelares alternativas ao cárcere. Pleiteia (m) a concessão de liminar, a fim de que seja relaxada a prisão da paciente, ou subsidiariamente, para revogar a prisão preventiva, com aplicação também subsidiária de medidas cautelares alternativas ao cárcere ou, ainda, substituição da atual prisão pela domiciliar, confirmando-se, após, a medida liminar, com a concessão definitiva da ordem impetrada. A liminar foi parcialmente deferida nas folhas 128/131 deste feito, oportunidade em que determinei a requisição de informações, as quais foram prestadas nas folhas 137/139 destes autos. Em seguida, os autos foram remetidos à Procuradoria Geral de Justiça, que em seu parecer de folhas 144/156, manifestou-se pela parcial concessão da ordem, confirmando-se a liminar. **É o relatório.**O (a) impetrante insurgiu-se contra ato do Juízo do Departamento de Inquéritos Policiais da Comarca da Capital, pela conversão da prisão em flagrante do (a) paciente em preventiva sem representação da autoridade policial e sem requisição ministerial. No caso em tela, o paciente foi preso em flagrante no dia 29 de setembro de 2020, sendo-lhe imputada a prática do delito de furto (folha 1 da origem), e posteriormente ocorreu a conversão da prisão em flagrante em preventiva (folhas 61/64 dos autos originários), sem representação por parte da autoridade policial (vide folhas 1/60 dos autos originários), sendo que o (a) digno Promotor de Justiça postulou pela concessão de liberdade provisória ao paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas, de acordo com o que consta da folha 51 da origem. Sobre a*

validade da prisão em flagrante, naquele momento havia a suspeita de que o (a) paciente teria tentado, de algum modo, furtar uma bicicleta no bicicletário do metrô Oratório (folhas 2/3 da origem), de modo que foi plenamente justificável a detenção naquele momento, até mesmo para melhor apuração dos fatos, inexistindo ilegalidade na prisão em flagrante do (a) paciente. Contudo, a situação fática denota que era mesmo o caso de se conceder parcialmente a ordem, devendo a liminar ser confirmada, pois não houve requisição ou representação para decretação da prisão preventiva do (a) paciente nos autos de origem, devendo ser observado o disposto no artigo 311 do Código de Processo Penal, com a nova redação após a edição da Lei nº 13.964/19. Antes da alteração legislativa, constava, do referido artigo, a expressão "de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento (...)", e mesmo com a previsão legal, muito se discutia essa modalidade de prisão, com a alegação de que seria incompatível com o sistema acusatório previsto na Constituição Federal. No entanto, uma vez suprimida a expressão "de ofício", nítido que não mais se admite a decretação de prisão preventiva sem requisição ou representação : Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. Nesse sentido, reitero os fundamentos que apresentei no despacho às folhas 128/131 destes autos: "Como bem observado pelo (a) impetrante, o (a) digno (a) Promotor (a) de Justiça postulou pela concessão da liberdade provisória do paciente, com fixação medidas cautelares alternativas ao cárcere, de acordo com o que

consta de sua manifestação de folha 51 dos autos originários. Em atenta conferência aos documentos constantes das folhas 1/60 dos autos originários, verifica-se que também não houve representação pela conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva, por parte da autoridade policial. Mesmo assim, ocorreu a conversão nas folhas 61/64 daqueles autos. Ocorre que com a nova redação do artigo 311 do Código de Processo Penal, através da edição da Lei nº 13.964/19, não mais se admite a decretação de prisão preventiva sem requisição (...)” Em consonância com o acima disposto também está o d. Procurador de Justiça, que no parecer de folhas 144/156, consignou que está vedada a decretação da prisão de ofício e que a aplicação das medidas cautelares alternativas ao cárcere são suficientes ao caso, como se vê do seguinte trecho: “Ocorre que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) trouxe nova redação ao artigo 311 do Código de Processo Penal, proibindo a decretação da prisão preventiva de ofício (...) Embora o paciente ostente antecedentes criminais, sendo mesmo reincidente, não se extrai dos fatos exacerbada gravidade da conduta por ele adotada na consecução do delito tentado, nem demonstração de imprescindibilidade da prisão cautelar, à luz dos elementos circunstanciais concretos relacionados ao evento delituoso. Assim, mesmo havendo reiteração delitiva, mas considerando que se trata de crime praticado sem violência ou grave ameaça, em que a pena em perspectiva permite fixação de regime diverso do fechado, entendo não se justificar a manutenção da prisão preventiva, tanto mais porque o artigo 319 do Código de Processo Penal prevê pelo menos outras nove medidas alternativas que se mostram suficientes na hipótese em comento.

*Nesse excepcional contexto, nada justificava mesmo a manutenção da segregação cautelar do paciente, entendendo-se razoável e adequada sua substituição pelas medidas alternativas fixadas na decisão que deferiu a liminar alvitrada”. Assim, é de rigor a concessão parcial da ordem. Não obstante, as medidas cautelares fixadas no despacho de folhas 128/131 serão integralmente mantidas, para garantir a vinculação do (a) paciente com o distrito da culpa. **Observo que se no futuro, em caso de descumprimento das medidas cautelares, houver necessidade de decretação da prisão preventiva do paciente para garantia da instrução criminal e da aplicação da lei penal no caso concreto, isso fica desde já autorizado, desde que devidamente fundamentado e mediante requisição do Ministério Público, tendo em vista o quanto disposto no artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 13.964/2019.** (...) (a). (TJ-SP - HC: 22494985220208260000 SP 2249498-52.2020.8.26.0000, Relator: Heitor Donizete de Oliveira, Data de Julgamento: 03/02/2021, 12ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 09/02/2021)*

Mais, incompatível a fixação de regime semiaberto é com a manutenção ou imposição de prisão em regime mais gravoso.

Neste sentido.

Trata-se de habeas corpus impetrado contra decisão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ que indeferiu a liminar no HC

683.066/SP. Busca-se a concessão da ordem, “para declarar o constrangimento ilegal que o paciente vem sofrendo, ante a ausência de fundamentação concreta e contemporânea do decreto prisional e a manifesta incompatibilidade de manutenção da prisão preventiva com a condenação em regime inicial semiaberto [...]” (pág. 9 da petição inicial). É o relatório. Decido. (...) Todavia, no caso sob exame, reconheço que o Juízo condenatório, em flagrante contradição, apesar de permitir que o sentenciado cumpra a pena em regime inicial semiaberto, manteve a segregação preventiva (vide doc. eletrônico 4). Sobre a incompatibilidade da prisão cautelar com a fixação do regime semiaberto, Guilherme de Souza Nucci assinala que: “[s]e o magistrado fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, torna-se incompatível a manutenção ou decretação da prisão cautelar para a fase recursal. Sabe-se, afinal, que a prisão cautelar é cumprida em regime fechado. Não há cabimento algum em se estipular regime mais brando para o início do cumprimento da pena (semiaberto ou mesmo aberto) e manter o acusado no cárcere até que ocorra o trânsito em julgado. Portanto, se não for estabelecido o regime fechado para iniciar a execução da pena, deve o réu recorrer em liberdade” (in Código de processo penal comentado. 16. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 924). Como se vê, a medida cautelar imposta ao paciente é mais gravosa que a própria pena que lhe foi imposta. Com efeito, existe flagrante incompatibilidade entre a manutenção da prisão cautelar, se a decisão condenatória permite que o condenado cumpra a pena em regime menos gravoso que o fechado, nos termos, aliás, da firme orientação de ambas as Turmas desta

Suprema Corte, in verbis: “**HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL E DIREITO PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA. INCOMPATIBILIDADE COM REGIME INICIAL SEMIABERTO FIXADO NA SENTENÇA E COM BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO PENAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de writ, do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes. 2. Fixado o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena, incompatível a manutenção da prisão preventiva nas condições de regime mais gravoso. Precedentes. 3. A concessão de benefícios inerentes à execução penal, na hipótese, além de caracterizar o indevido cumprimento antecipado da pena, não se amolda ao instituto da prisão preventiva. 4. Habeas corpus extinto sem resolução de mérito, mas com a concessão da ordem de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, sem prejuízo de aplicação, se for o caso, das medidas cautelares diversas da prisão pelo magistrado de primeiro grau” (HC 130.773/SC, rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma). “PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INCOMPATIBILIDADE. PRECEDENTES DA SEGUNDA TURMA. ORDEM CONCEDIDA. I – Nos termos da jurisprudência desta Segunda Turma, a manutenção da prisão provisória é incompatível com a fixação**

de regime de início de cumprimento de pena menos severo que o fechado. Precedentes. II – Ordem concedida para revogar a prisão preventiva do paciente e determinar a sua imediata soltura, sem prejuízo da fixação, pelo juízo sentenciante, de uma ou mais medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso entenda necessário” (HC 138.122/MG, de minha relatoria, Segunda Turma). “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO. VEDAÇÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O ESTABELECIMENTO DE REGIME SEMIABERTO COM A MANUTENÇÃO OU DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. ORDEM CONCEDIDA. 1. Fixado o regime semiaberto, torna-se incompatível a manutenção da prisão preventiva, mormente porque, até a data do deferimento da medida cautelar, o paciente já teria cumprido, considerada a detração, 1 ano e 6 meses da pena em regime fechado (= prisão preventiva). Logo, sua manutenção no cárcere representaria, em verdade, desvincular o aspecto cautelar inerente à prisão preventiva e legitimar a execução provisória da pena em regime mais gravoso do que aquele fixado na própria sentença condenatória (= semiaberto). 2. Ordem concedida” (HC 118.257/PI, rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma). “AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA AO RECURSO EM LIBERDADE E MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FIXAÇÃO DO REGIME

SEMIABERTO: INCOMPATIBILIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS AO QUAL NEGADO SEGUIMENTO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. PRECEDENTES DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (HC 185.181 AgR/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma). “Habeas corpus. 2. Posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei n. 10.826/2003). Prisão em flagrante convertida em preventiva. 3. Delito punido com detenção. Previsão legal de cumprimento em regime semiaberto ou aberto (CP, art. 33). 4. Violação ao princípio da proporcionalidade: a custódia cautelar se apresenta como medida mais gravosa do que a própria sanção a ser aplicada no caso de eventual condenação. Precedentes. 5. Constrição cautelar excessivamente gravosa. Decreto prisional com fundamentação precária. 6. Decisão monocrática do STJ. Ausência de interposição de agravo regimental. 7. Habeas Corpus não conhecido, entretanto, ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, determinando ao Juízo de origem a análise da necessidade de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP” (HC 126.704/MG, rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma). Ante o exposto, não conheço do habeas corpus, mas concedo a ordem, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente mantida nos autos da ação penal 006415-96.2009.8.26.0482, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Prudente/SP, sem prejuízo da fixação, pelo juízo competente, de uma ou mais medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (art. 192 do RISTF). Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2021. Ministro Ricardo Lewandowski Relator (STF - HC: 204897 SP

0058504-75.2021.1.00.0000, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 30/07/2021, Data de Publicação: 03/08/2021).

Assim, requeiro a reconsideração da decisão de fls. 0-1, revogando-se o decreto de prisão preventiva e mantendo-se o direito de apelo em liberdade. Mantida a decisão, requeiro **imediate** comunicação ao Tribunal de Justiça para análise da legalidade da prisão decretada de ofício, para preso condenado a pena de detenção, em regime semiaberto.

Por fim, interponho, desde já, nos termos do art. 593, inciso I, **RECURSO DE APELAÇÃO** contra a r. Sentença de fls. 1440/1455, requerendo abertura de vista oportuna para apresentação de razões.

Nova Granada, 14 de setembro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
1479	1490
1480	1491
1481	1492
1482	1493
1483	1494
1484	1495
1485	1496
1486	1497
1487	1498
1488	1499
1489	1500
1490	1501
1491	1479
1492	1480
1493	1481
1494	1482
1495	1483
1496	1484
1497	1485
1498	1486
1499	1487
1500	1488
1501	1489

Nova Granada, 15 de setembro de 2021.

Juliana Greisse Bertoldi

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação.

Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local.

A questão da internação compulsória não interfere nestes autos; e ao representante ministerial, como qualquer cidadão, recai o direito de impetrar, em prol dos direitos individuais do ora réu, ação constitucional de habeas corpus.

Intime-se.**Nova Granada, 15 de setembro de 2021.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 3262-1040, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR**CERTIDÃO**

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que por determinação do Meritíssimo Senhor Doutor Marcelo Haggi Andreotti, MM. Juiz de Direito, faço a juntada de nova postagem direta do réu ao e-mail institucional pessoal do Magistrado, bem como comuniquei ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2º Grau). Nada Mais. Nova Granada, 15 de setembro de 2021. Eu, ____, Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

ENC: Não sou uma pessoa ASQUEROSA como você diz no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, se fui uma pessoa errada, você foi pior que eu, por ser Juiz Marcelo Haggi Andreotti.

MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>

Qua, 15/09/2021 19:05

Para: JOEL SABINO DA COSTA <joelcosta@tjsp.jus.br>

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 13 de setembro de 2021 10:49

Para: MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>

Assunto: Fw: Não sou uma pessoa ASQUEROSA como você diz no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, se fui uma pessoa errada, você foi pior que eu, por ser Juiz Marcelo Haggi Andreotti.

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 13 de setembro de 2021 11:40

Para: pedrodefilho03.proclame@blogger.com <pedrodefilho03.proclame@blogger.com>

Assunto: Fw: Não sou uma pessoa ASQUEROSA como você diz no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, se fui uma pessoa errada, você foi pior que eu, por ser Juiz Marcelo Haggi Andreotti.

De: pedro de m. filho filho

Enviado: segunda-feira, 13 de setembro de 2021 11:40

Para: mardreotti@tjsp.jus.br <mardreotti@tjsp.jus.br>

Assunto: Não sou uma pessoa ASQUEROSA como você diz no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, se fui uma pessoa errada, você foi pior que eu, por ser Juiz Marcelo Haggi Andreotti.

Não sou uma pessoa ASQUEROSA como você diz no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, se fui uma pessoa errada, você foi pior que eu, por ser Juiz Marcelo Haggi Andreotti.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1114/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação. Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local. A questão da internação compulsória não interfere nestes autos; e ao representante ministerial, como qualquer cidadão, recai o direito de impetrar, em prol dos direitos individuais do ora réu, ação constitucional de habeas corpus. Intime-se. Nova Granada, 15 de setembro de 2021."

Nova Granada, 16 de setembro de 2021.

1500106-18.2019.8.26.0390**JULIANA GREISSE BERTOLDI** <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qui, 16/09/2021 09:19

Para: SJ 5 - DIRETORIA - CRIMINAL <sj5@tjsp.jus.br>

Cc: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br>

 1 anexos (444 KB)

1500106-18.2019.pdf;

Segue decisão para conhecimento referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1114/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 17/09/2021. Considera-se a data de publicação em 20/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação. Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local. A questão da internação compulsória não interfere nestes autos; e ao representante ministerial, como qualquer cidadão, recai o direito de impetrar, em prol dos direitos individuais do ora réu, ação constitucional de habeas corpus. Intime-se. Nova Granada, 15 de setembro de 2021."

Nova Granada, 17 de setembro de 2021.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, movido pelo Ministério Público, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, apresentar **RECURSO DE APELAÇÃO** tendo em vista a r. sentença de fls.1440/1455, com as RAZÕES INCLUSAS, requerendo sua remessa imediata ao Egrégio Tribunal de Justiça para o que de direito, aguardando a NULIDADE DA MESMA, pelas razões aduzidas.

Assim, requer, deste já que se pronuncie a respeito da sua suspeição, visto que se tornou nos autos vítima e julgador e já LIMINARMENTE, revogue a prisão preventiva decretada ao réu, oportunizando ao Egrégio Tribunal de Justiça avaliar sua necessidade ou não.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 17 de setembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -



RAZÕES DE APELAÇÃO**INCLITO PRESITENTE:****NOBRE RELATOR:****DIGNOS DESEMBARGADORES:****COLEDA CÂMARA:**

O Acusado às fls.142, apresentou contrariedade deste Advogado em estar pleiteando a sua de defesa alegando que este advogado lhe causou prejuízo em sua defesa perdendo, desta forma, a singeleza e a confiança entre réu e acusado, o que deveria o magistrado *a quo* em lhe afastar dos autos e oficialar a defensoria publica para que lhe indicasse novo defensor.

O Juiz dando a palavra a este causídico, **para se pronunciar sobre este caso específico**, este às fls.1438/1439, disse que O Laudo Médico de fls.1320/1323, concluiu que o Acusado possui personalidade paranoide, ou seja, com intensa desconfiança e ansiedade, em conclusão final o *Expert* diz que o mesmo apresenta prejudicada a sua capacidade de autodeterminação, estando indicado o tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico).

Assim, com tais indicações do réu, se observa que há uma indefinição apresentada, desta forma, é dever normativo deste advogado renunciar ao encargo de defensor do mesmo, requerendo a este Juízo que expeça ofício, novamente, a Defensoria Pública do Estado, para indicação de novo defensor, determinando a expedição de certidão de honorários em razão dos trabalhos até aqui realizados.

Porém, sem qualquer pronunciamento a respeito, sem que este causídico apresentasse suas alegações finais, como “Dono do mundo – Deus”, apresentou sua a sentença final, causando certa estranheza, pois retirou do Acusado sua ampla defesa um dos maiores pilares da nossa Constituição.

Pior, virando as costas até mesmo, para o Laudo Psiquiátrico onde reconhece que o Réu não dispõe de capacidade de autodeterminação, indicando ao mesmo tratamento especializado, **tratamento esse não existente em nossos núcleos prisionais, querendo jogá-lo as covas**



dos leões metendo-lhe para cumprimento da pena o regime semiaberto e negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Está claro e patente nos autos que o que o Réu produziu e continuou produzir após a “sentença” foge e muito da realidade fática, sendo percebível por uma pessoa de pouca leitura e pouco entendimento ser fruto de uma mente doentia, como é.

Se vê que o *juiz a quo* se vê nos autos como vítima e julgador, melhor dizendo, vingador, dosando a reprimenda que entende devido, mais uma vez ferindo a nossa Constituição Federal.

O Poder Judiciário é o Porto Seguro da Sociedade e é esperado que este nunca falhe, inclusive não pode cometer falhas desta natureza.

Não importa se o processo se entende ou não, os requisitos devem serem seguidos.

O Réu tentou enxovalhar este advogado por diversas vezes, mas observando ser alto fantasioso, miraculoso, totalmente fora do campo real, nada fez e nem poderia fazer, visto que LOUCO não comete crime, são inimputáveis aos olhos da Lei, precisam de tratamento.

A sentença, desta forma é NULA e aguarda destes Desembargadores que assim também o entendam, anulando totalmente a decisão, determinando a remessa ao juiz de origem para que seja indicado novo defensor ao Réu e que este apresente suas alegações finais, ESTE É O DIREITO, ESTA É A LEI e não os sentimentos magoados de um magistrado, *vênia máxima*.

Aqui **Excelências**, também não cabe parcialidades, sentimentos colegiais, pois o *juiz a quo* se tornou suspeito junto aos autos e suspeito suas decisões não merecem, com todo respeito do mundo, guarida, suas decisões são nulas na RAIZ.

ASSIM, EXCELÊNCIAS PRELIMINARMENTE, REQUER QUE SEJA ANULADA A DECISÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA AO RÉU, LHE PERMITINDO RECORRER EM LIBERDADE.

Por fim, seja anulada totalmente a referida sentença, determinando sua volta ao Juízo de origem para que seja indicado novo defensor ao Réu e para que este apresente suas alegações finais como de direito.



Ainda, vemos uma total afronta ao julgado, após terminar sua competência com a prolação do julgado, o juiz singular determinou de ofício e sem qualquer provocação do DONO DA AÇÃO (MINISTÉRIO PÚBLICO), inclusive, estando este *Parquet* contrário a tal realização, violando, claramente a Lei nº13.964/2019.

Tais desmandos **EXCELÊNCIAS**, não podem mais perdurar, o País já não aguenta mais, estamos deixando de ter as garantias jurídicas necessárias estamos nos conduzindo à falência jurídica, quando deixamos de cumprir com a hierarquia proposto pela própria lei.

A competência do juiz termina com a sua sentença, não pode mais modificá-la ou inová-la, após tal prolação tais modificações ou inovações devem ser realizadas pelo Tribunal *ad quem*, e não como está sendo realizada neste procedimento.

O réu não é preto, nem puta, é pobre e estamos abismados de tais ocorridos, hoje, não podemos levar à prisão os “ppp”, sem um processo legal e conduzidos dentro dos rigores da Lei, isto é Justiça igual para todos, isto é Democracia.

O réu precisa de tratamento psiquiátrico e não de cadeia, o próprio perito judicial assim alertou e recomendou, não se pode jamais virar as costas a um especialista judiciais, a menos que esteja fora de todos os fundamentos científicos, o que não é o caso.

A prisão decretada é ilegal, não pode ser mantida. A sentença é NULA, não pode ser mantida. NÃO HOUVE ATÉ O MOMENTO TRANSITO EM JULGADO. É necessário controle do magistrado na presidência processual – não é DEUS, não pode fazer tudo que quer.

A atitude do ré pode ser observada a de uma pessoa afogando e tentando segurar um crocodilo como se fosse um tronco de árvore, ou seja, nem sabe o que está fazendo; agora doutores sintirem-se incomodados com tais atitudes isto jamais pode ocorrer dentro do Poder Judiciário.

Agora, como conciliar, o réu foi condenado a pena em regime semiaberto, como agora, leva-lo ao regime fechado com a revogação da liberdade condicional???? Inconsistente...

Assim, aguardamos a reparação da decisão, anulando-a, e que os autos sejam retomados do ponto legal onde pararam, ou seja, seja anulando a decisão de primeiro grau, revogando

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO**ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

a prisão preventiva decretada de ofício sem qualquer solicitação do Ministério Público, retornado ao Juiz inaugural para indicação de novo advogado para que apresente suas alegações finais e a partir daí ser julgado nos termos da Lei.

Requeremos, ainda, a integração da peça Ministerial de fls.1490/1501, em sua plenitude aos presentes Recursos.

Por fim, requeremos sejam encaminhado às peças integrais dos presentes autos ao Conselho Nacional de Justiça (Como guardião da Corte Interamericana dos Direitos Humanos (Corte IDH)), ao Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo e ao Nacional, bem como para a Ordem dos Advogados do Brasil Nacional, para os devidos fins, visto as informações contidas pelo Réu e a, *data vênia máxima*, decisão censurável de primeiro grau, repulsiva até pelo *Parquet*.

Termos em que,
Pede provimento.,
São José do Rio Preto-SP., 17 de setembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.6365 -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Fls. 1509: Nada a reconsiderar.

É o caso de rejeição liminar da suspeição na forma do artigo 100, § 2º, do CPP.

Não é hipótese legal de suspeição, eis que o réu, dolosamente, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrados, a prevalecer a regra constitucional do juiz natural que, pretende a parte, ver descumprida, inicialmente com manobras promanadas pela autodefesa e, agora, pela defesa técnica.

Mantenho as decisões lançadas às fls. 1479/1480 e 1503, por seus próprios fundamentos.

Assinalo o desnecessário excesso de linguagem do patrono, medida que deslustra o trabalho até então desenvolvido mas que não há de prejudicar o representado; é, pois, dizer que não se entrevê violação da ampla defesa, eis que inobstante o arcaísmo ideológico do r. Subscritor, a peça processual cumpre seu papel institucional.

Recebo o recurso e razões de apelação de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** (fls. 1509/1513).

Havendo notícia de cumprimento do mandado de prisão (fls. 1481/1482), expeça-se com urgência a respectiva guia de recolhimento provisória em nome do sentenciado, com encaminhamento ao Juízo da Vara das Execuções Criminais ou DEECRIM competente.

Dê-se vista ao apelado **Ministério Público** para as contrarrazões de apelação.

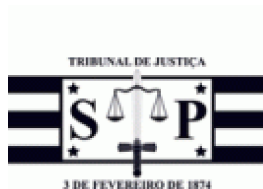
Nos termos do convênio celebrado entre a OAB/PGE, expeça-se a certidão de honorários.

Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi **condenado** à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como **termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029**. Anote-se.

Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Int.

Nova Granada, 20 de setembro de 2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 20/09/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Fls. 1509: Nada a reconsiderar. É o caso de rejeição liminar da suspeição na forma do artigo 100, § 2º, do CPP. Não é hipótese legal de suspeição, eis que o réu, dolosamente, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrados, a prevalecer a regra constitucional do juiz natural que, pretende a parte, ver descumprida, inicialmente com manobras promanadas pela autodefesa e, agora, pela defesa técnica. Mantenho as decisões lançadas às fls. 1479/1480 e 1503, por seus próprios fundamentos. Assinalo o desnecessário excesso de linguagem do patrono, medida que deslustra o trabalho até então desenvolvido mas que não há de prejudicar o representado; é, pois, dizer que não se entrevê violação da ampla defesa, eis que inobstante o arcaísmo ideológico do r. Subscritor, a peça processual cumpre seu papel institucional. Recebo o recurso e razões de apelação de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (fls. 1509/1513). Havendo notícia de cumprimento do mandado de prisão (fls. 1481/1482), expeça-se com urgência a respectiva guia de recolhimento provisória em nome do sentenciado, com encaminhamento ao Juízo da Vara das Execuções Criminais ou DEECRIM competente. Dê-se vista ao apelado Ministério Público para as contrarrazões de apelação. Nos termos do convênio celebrado entre a OAB/PGE, expeça-se a certidão de honorários. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, (SP), 20 de setembro de 2021

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1140/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Fls. 1509: Nada a reconsiderar. É o caso de rejeição liminar da suspeição na forma do artigo 100, § 2º, do CPP. Não é hipótese legal de suspeição, eis que o réu, dolosamente, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrados, a prevalecer a regra constitucional do juiz natural que, pretende a parte, ver descumprida, inicialmente com manobras promanadas pela autodefesa e, agora, pela defesa técnica. Mantenho as decisões lançadas às fls. 1479/1480 e 1503, por seus próprios fundamentos. Assinalo o desnecessário excesso de linguagem do patrono, medida que deslustra o trabalho até então desenvolvido ms que não há de prejudicar o representado; é, pois, dizer que não se entrevê violação da ampla defesa, eis que inobstante o arcaísmo ideológico do r. Subscritor, a peça processual cumpre seu papel institucional. Recebo o recurso e razões de apelação de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (fls. 1509/1513). Havendo notícia de cumprimento do mandado de prisão (fls. 1481/1482), expeça-se com urgência a respectiva guia de recolhimento provisória em nome do sentenciado, com encaminhamento ao Juízo da Vara das Execuções Criminais ou DEECRIM competente. Dê-se vista ao apelado Ministério Público para as contrarrazões de apelação. Nos termos do convênio celebrado entre a OAB/PGE, expeça-se a certidão de honorários. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Do que dou fé.
Nova Granada, 21 de setembro de 2021.

Ana Lígia Paschoaletti de Lima



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 21/09/2021 09:18

Prazo: 8 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Fls. 1509: Nada a reconsiderar. É o caso de rejeição liminar da suspeição na forma do artigo 100, § 2º, do CPP. Não é hipótese legal de suspeição, eis que o réu, dolosamente, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrados, a prevalecer a regra constitucional do juiz natural que, pretende a parte, ver descumprida, inicialmente com manobras promanadas pela autodefesa e, agora, pela defesa técnica. Mantenho as decisões lançadas às fls. 1479/1480 e 1503, por seus próprios fundamentos. Assinalo o desnecessário excesso de linguagem do patrono, medida que deslustra o trabalho até então desenvolvido mas que não há de prejudicar o representado; é, pois, dizer que não se entrevê violação da ampla defesa, eis que inobstante o arcaísmo ideológico do r. Subscritor, a peça processual cumpre seu papel institucional. Recebo o recurso e razões de apelação de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (fls. 1509/1513). Havendo notícia de cumprimento do mandado de prisão (fls. 1481/1482), expeça-se com urgência a respectiva guia de recolhimento provisória em nome do sentenciado, com encaminhamento ao Juízo da Vara das Execuções Criminais ou DEECRIM competente. Dê-se vista ao apelado Ministério Público para as contrarrazões de apelação. Nos termos do convênio celebrado entre a OAB/PGE, expeça-se a certidão de honorários. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, 21 de Setembro de 2021

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

Erro Código da vara e da ação.

Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

Joel Sabino da Costa

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1140/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/09/2021. Considera-se a data de publicação em 23/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Fls. 1509: Nada a reconsiderar. É o caso de rejeição liminar da suspeição na forma do artigo 100, § 2º, do CPP. Não é hipótese legal de suspeição, eis que o réu, dolosamente, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrados, a prevalecer a regra constitucional do juiz natural que, pretende a parte, ver descumprida, inicialmente com manobras promanadas pela autodefesa e, agora, pela defesa técnica. Mantenho as decisões lançadas às fls. 1479/1480 e 1503, por seus próprios fundamentos. Assinalo o desnecessário excesso de linguagem do patrono, medida que deslustra o trabalho até então desenvolvido ms que não há de prejudicar o representado; é, pois, dizer que não se entrevê violação da ampla defesa, eis que inobstante o arcaísmo ideológico do r. Subscritor, a peça processual cumpre seu papel institucional. Recebo o recurso e razões de apelação de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO (fls. 1509/1513). Havendo notícia de cumprimento do mandado de prisão (fls. 1481/1482), expeça-se com urgência a respectiva guia de recolhimento provisória em nome do sentenciado, com encaminhamento ao Juízo da Vara das Execuções Criminais ou DEECRIM competente. Dê-se vista ao apelado Ministério Público para as contrarrazões de apelação. Nos termos do convênio celebrado entre a OAB/PGE, expeça-se a certidão de honorários. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Nova Granada, 22 de setembro de 2021.

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Aguardo recebimento do recurso de apelação interposto
a fls. 1501 e abertura de vista para razões.

Nova Granada, 5 de outubro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Hélio De Carvalho Déo (27547)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n° 390.2021/003399-9 no dia 29/09 dirigi-me ao endereço mencionado e na Av. Horácio Borges da Silveira, 265- fundos (endereço atual do réu), e ai sendo, deixei de intimar JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não ter sido por mim encontrado, obtendo informações de sua mãe de que o mesmo encontra-se em lugar ignorado.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 03 de outubro de 2021.

Número de Cotas:02 por 24,903 Km percorrido de ida Icém.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Fls. 1523: **Recebo** o recurso de apelação do **Órgão do Ministério Público** (fls. 1501).

Dê-se vista ao apelante/apelado **Ministério Público** para apresentação de suas razões de apelação, bem como das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513).

Em seguida, intime-se o apelante/apelado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** para suas **contrarrazões** de apelação.

Fls. 1524: Expeça-se edital de intimação do acusado, com prazo de quinze (15) dias, da sentença proferida (fls. 1440/1455), nos termos do artigo 392 inciso VI, do Código de Processo Penal.

No mais, cumpra-se a decisão de fls. 1514/1515.

Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi **condenado** à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como **termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029**. Anote-se.

Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Int.

Nova Granada, 08 de outubro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Impetrante: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Paciente: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Autoridade Coatora: Juiz de Direito Marcelo Haggi Andreotti

Autos de Origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 – Comarca de Nova Granada

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, representado pelo promotor de justiça subscritor, com fundamento nos artigos 5º, LXVIII da Constituição Federal, 648, inciso I, do Código de Processo Penal e 121, inciso I, da Lei Ôrganica do Ministério Público do Estado de São Paulo vem impetrar

HABEAS CORPUS

com pedido de liminar

em favor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, inscrito no RG nº 45.537.436-3, nascido em 16 de setembro de 1995, residente na Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, Icém, em virtude de ato ilegal com abuso de poder do MM.Juiz de Direito Marcelo Haggi Andreotti, oficiante nos autos 1500106-18.2019.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, desde já apontado como autoridade coatora, e, ao final, requerendo o que segue:

I- DOS FATOS:

Em que pese não corriqueiro o ajuizamento de *habeas corpus* pelo titular da ação penal, já que, como corolário do sistema acusatório, a imposição de prisão preventiva sem requerimento expresso do Ministério Público é legalmente vedada, a presente ação afigura-se necessária diante de duas situações específicas:

Por primeiro, mostra-se necessária a presente ação diante da irregular representação processual do paciente nos autos principais, já que destituiu seu antigo patrono e não o foi indicado novo defensor dativo, **tendo sido, inclusive, condenado sem a apresentação de memorial defensivo.**

Por segundo, mostra-se necessária diante da patente ilegalidade ocorrida no bojo dos autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390 em que o ora paciente foi processado e, ao final condenado, por **crimes contra a honra** cometidos contra juizes e promotores da região da Comarca.

Naqueles autos, o paciente gozava de liberdade provisória concedida no bojo do *habeas corpus* nº 2001982-83.2021.8.26.000 desta 12ª Câmara Criminal, que corretamente ponderou a conclusão do Laudo do Incidente de Insanidade Mental no sentido de que o ora paciente é **semi-imputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0)**. Pede-se vênica para colacionar a Discussão e Conclusão do Laudo citado.

5. DISCUSSÃO:

Pelo acima exposto e observado o examinado apresenta características de personalidade Paranoide (CID 10 – F60.0).

Sobre o Transtorno de Personalidade Paranoide propriamente dito, temos que, caracterizado por:

- (a) sensibilidade excessiva a contratempos e rejeições;
- (b) tendência a guardar rancores persistentemente, isto é, recusa a perdoar insultos e injúrias ou desfeitas;
- (c) desconfiança, e uma tendência invasiva a distorcer experiências por interpretar erroneamente as ações neutras ou amistosas de outros como hostis ou desdenhosas;
- (d) um combativo e obstinado senso de direitos pessoais em desacordo com a situação real;
- (e) suspeitas recorrentes, sem justificativa, com respeito ... fidelidade sexual do conjuge ou parceiro sexual;
- (f) tendência a experimentar autovalorização excessiva, manifesta em uma atitude persistente de auto-referência;
- (g) preocupação com explicações "conspiratórias", não substantiadas, de eventos ocorrendo próximos ao paciente, assim como no mundo;

Esclarecemos, por oportuno, que o transtorno de personalidade acima descrito, de caráter constitucional, e com isto queremos dizer que os fatores externos têm pouca, ou nenhuma, preponderância sobre a evolução e prognóstico do quadro, sendo este, bastante reservado.

No caso em tela, diante de tais características o periciando apresenta prejudicada sua capacidade de autodeterminação.

O tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico) está indicado no presente caso, mas não deve modificar de forma acentuada o quadro de base, por ser ele de caráter constitucional, como já colocado anteriormente. Este seguimento especializado pode promover uma melhor adaptação afetiva e social.

Deve este tratamento estar direcionado para sua orientação e apoio, servindo-lhe como instrumento contensor de sua ansiedade e desconfiança, e portanto, propiciar que haja uma diminuição da possibilidade dele externar reações inadequadas, tanto para si própria, como para a sociedade.

do original, assinado digitalmente por LUCIANA B. PEREZ, protocolado em 21/12/2020 às 17:11, sob o número WNGA20700
acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0001446-37.2020.8.26.0390 e

6. CONCLUSÕES:

Página 3 de 4

Este documento é cópia do original



Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC
Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania
Rua Barra Funda 824, São Paulo - SP - CEP: 01152-000 - Fone 3821-1200



Por tudo acima colocado, consideramos que o periciando, apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, diante de sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.

7. RESPOSTAS AOS QUESITOS:

Da Defesa:

- 1) ok.
- 2) Não há elementos para afirmar sobre alienação parental.
- 3) Apresenta traços de personalidade paranoide, o que prejudica sua capacidade de determinação conforme discutido acima.
- 4) O Paciente apresenta personalidade paranoide.
- 5) vide conclusão.
- 6) Apresenta personalidade paranoide.

Este documento é cópia do original

(laudo de fls. 64/67 do apenso dos autos 1500106-18.2019.8.26.0390)

É certo ainda que muito embora reconhecido em Laudo de Incidente de Insanidade Mental que o paciente é *semi-imputável*, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0), foi-lhe imposta sanção deveras desproporcional e fixado regime semiaberto para cumprimento de pena, pontos, no entanto, que serão objeto de recurso próprio.

Naquele ensejo, todavia, foi concedido ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Ocorre que, dias após a publicação da sentença, em evidente surto paranóide, decorrente de sua condição de saúde mental *semi-imputável*, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0), o paciente enviou *email* para **endereços virtuais públicos** de uma série órgãos públicos, de forma desconexa - desde o Anexo da Infância e Juventude da Comarca de Gurarapes até o Supremo Tribunal Federal - em que pleiteava, cf. fls 1475 e seguintes dos autos 1500106-18.2019.8.26.0390 “*o Prazo legal de 5 dias o Interesse em Solicitar Embargo Infringente e Mandado de Segurança no Processo citado na epígrafe acima, Conforme a Constituição da República que em sua suma e límpiudos Paragrafos sobre o Direito a “Ampla Defesa a todos os Brasileiros (...)” (sic)*

É certo que com sensibilidade e ciência da patologia do paciente, por esse simples parágrafo introdutório, já se saberia que se tratava de indivíduo com algum grau de abalo de saúde mental.

Na espécie, para auxiliar a análise, já se sabia de fato que o paciente é *semi-imputável*, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0), circunstância que se imagina auxiliaria a interpretar o confuso e desconexo manifesto de defesa que fez o paciente e encaminhou para órgãos públicos, documento que se pede vênha para colacionar.

JUVENTUDE <santaadeliainf@tjsp.jus.br>; SANTA BARBARA DOESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stabarbarainf@tjsp.jus.br>; SANTA BRANCA - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <santabranca@tjsp.jus.br>; SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <novagranada@tjsp.jus.br>; BARRETOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL <barretosjec@tjsp.jus.br>
Assunto: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
sexta-feira, 10 de setembro de 2021

Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Venho eu Joaquim Pedro de Moraes Filho, 25 anos, nascido no dia 16 de setembro de 1995, neste dia 10 de setembro de 2021, solicitar conforme o Prazo legal de 5 dias o Interesse em Solicitar Embargo Infrigente e Mandado de Segurança no Processo citado na epígrafe acima, Conforme a Constituição da República que em sua suma e límpidos Parágrafos sobre o Direito a "Ampla Defesa" a todos os Brasileiros.

Fundamenta-se a Manifestação de solicitação á Mandado de Segurança e Petição a Recurso Referente ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 tramitado no TJSP com teor de solicitação de Embargo Infrigente, por assim, teor de Anulidade da Sentença Proferido pelo então Juiz Marcelo Haggi Andreotti (Comarca de Mirassol/SP) no processo citado neste com os seguintes fundamentos;

O JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI É ACUSADO DE COMPLACÊNCIA Á TORTURA E FRAUDE PROCESSUAL JUNTO AO DEFENSOR PÚBLICO SINOMAR DE SOUZA CASTRO COM INTUITO ATÉ ENTÃO ALMEJADO DE BENEFICIAR UMA DAS PARTE EM UM PROCESSO, AGINDO POR ASSIM COM PARCIALIDADE, ATÉ ENTÃO PROVADO, COM A ACUSAÇÃO.

O ENTÃO ADVOGADO SINOMAR DE SOUZA CASTRO, DO RÉU, DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA EM 8 DE OUTUBRO DE 2021, HAVIA SIDO AFASTADO DO PROCESSO POR CARTAS ENVIADAS PELO RÉU E OCULTADAS PELO ENTÃO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI. APÓS SUA SOLTURA NO MÊS DE JANEIRO DE 2021 (DETIDO E TORTURADO, ATÉ ENTÃO EM 2 DE JULHO DE 2021) CONSTATOU QUE O ENTÃO ADVOGADO PLAGEOU A ACUSAÇÃO CAUSANDO DANOS NA DEFEZA E NA INTERGRIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCESSO EXISTENTE PARA DISSOLUÇÃO, LEMBRA-SE QUE NO ATO O REU DENUNCIAVA DEFENSORES PÚBLICOS QUE NUNCA VIRAM O ROSTO DO SEUS CLIENTES E RECEBEM HONORÁRIOS DO ESTADO, FATO ESTE PROVADO.

ARGUMENTA-SE QUE TAMBÉM NUNCA HOUVE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA APÓS A PRISÃO, FATO ESTE QUE MOSTRA A PARCIALIDADE E A FALTA DE DECORO PARA SE DEFENDER DE COMPLACÊNCIA DE TORTURA NESTE PROCESSO E LEVANTAR TESES NESTE PROCESSO, RELEMBRA-SE QUE O TAL FOI DENUNCIADO POR BOLETIM DE OCORRÊNCIA POR OMISSÃO E OCULTAÇÃO NO ANO DE 2020, DIAS ANTES DA PRISÃO (Descrição do Boletim de Ocorrência 0000845118/2020).

REFERENTE AO EXAME DE INSANIDADE MENTAL, EXAURIDO PELO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI NESTE PROCESSO, DE ATO FOI COMPROMETIDO, NINGUÉM É OBRIGADO PROVAR PROVAS CONTRA SI MESMO, MOSTROU-SE APENAS UM ATO DE COVARDIA, TÍPICO DO TAL JUIZ.

A ABUSOS, OMISSÃO E OCULTAÇÃO E PARCIALIDADE COM A ACUSAÇÃO POR ENVOLVER JUÍZES.

Por ora nada mais a manifestar e peticionar, pública-se este Documento para a "REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES", que por assim Tornando o Registro Impagável na Rede Blockchain e demais (Tornando inócua a Omissão).

documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA, liberado nos autos em 13/09/2021 às 13:12:10. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 75812E6.

Todavia, ao tomar conhecimento do fato, entendeu a e. Autoridade Coatora que tal manifestação, da lavra de indivíduo *semi-*

imputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0) constituía grave ofensa à ordem pública.

Assim, pautado em tal mensagem e na crença incorreta de que teria havido “invasão à rede interna”, mesmo após ter sentenciado o feito, reviu dispositivo de sua sentença e, **de ofício, sem que fosse aberta vista ao Ministério Público e à Defesa, decretou a prisão preventiva do paciente**, cf. fls. 1479/1480.

Indeferiu, em seguida, pedido de reconsideração realizado pelo titular da ação penal sob o argumento, em síntese, de que o fato era de extrema gravidade, não enfrentando as demais questões trazidas pelo Ministério Público ou mesmo pela Defesa, cf. fls. 1503 e 1514/1515.

Por fim, aponto que, em que pese cioso das preocupações apontadas pelo d. Juízo de primeiro grau em suas decisões, fato é que a análise dos autos principais parece demonstrar que a Autoridade Coatora se colocou em indevida **posição de juiz e vítima**, circunstância que aparenta ter influído no conteúdo das decisões recentemente proferidas, v.g decisões de fls. 1411 e 1503, retirando o necessário distanciamento para análise de feito que exige especial sensibilidade, haja vista que o acusado é portador de grave moléstia psiquiátrica que, à toda evidência, impacta suas ações e as continuará impactando se não submetido ao adquadro tratamento.

II – DAS ILEGALIDADES DA DECISÃO ATACADA;

II.a) - DA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DA LIBERDADE PROVISÓRIA.

É evidente que ao contrário do que crê a nobre autoridade coatora, não houve invasão da rede interna do Tribunal, uma vez que todos os *emails* ali elencados são públicos, tendo o paciente apenas os copiado em ordem alfabética e sem qualquer nexos. Aliás, o próprio *email* trouxe em seu bojo alerta de que se originou fora do TJSP e recomendou que não fosse aberto. Veja-se.

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
sexta-feira, 10 de setembro de 2021

Pontuo que o *email* acostado aos autos e encaminhado para diversos órgãos de controle (fls. 1466/1476) deixa, em verdade, ainda mais clara a conclusão do Laudo do Exame de Insanidade, que recomendou tratamento ambulatorial ao sentenciado e torna flagrante a necessidade de tratamento psiquiátrico do sentenciado, não de sua prisão preventiva.

Há ali, em verdade, tentativa atabalhoada, de indivíduo com grave perturbação psiquiátrica, de realizar sua suposta autodefesa e não de difamar ou caluniar a terceiros. Aliás, o **texto permite a qualquer leitor perceber de plano que se trata de indivíduos perturbado e não de séria acusação**.

II. b)-DA ILEGALIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO DE OFÍCIO

Quanto à ilegalidade da decisão, aponto que após o advento da Lei nº13.964/2019, como corolário do sistema acusatório, é vedado ao magistrado decretar prisão de ofício, sem que tenha havido requerimento do Ministério Público ou, como na espécie, com expressa manifestação em sentido contrário.

Neste sentido decisão da lavra do E. Desembargador, **Dr. Heitor Donizete de Oliveira**, desta 12ª Câmara de Direito Criminal, que peço vênua para transcrição integral.

*Habeas Corpus – Furto qualificado tentado – **Prisão decretada de ofício – Ausência de representação policial e de requisição ministerial para converter a prisão em flagrante em preventiva - Inteligência do artigo 311 do Código de Processo Penal - Sistema acusatório – Liminar confirmada – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.***

*Trata-se de Habeas Corpus impetrado pela Defensoria Pública, em favor de JOSE MARCELO FURTADO DE GOIS, que figura como paciente, no qual aponta como autoridade coatora o (a) MM. Juiz (a) de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais da Comarca da Capital, nos autos de nº 1520580-74.2020.8.26.0228, pela conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva, com alegação de que a prisão configura constrangimento ilegal. **Aduziu que o (a) representante do Ministério Público pleiteou a concessão de liberdade provisória ao paciente, sendo vedada a prisão de ofício, com o advento da Lei nº 13.964/2019;** que não estão presentes os critérios legais para decretação da prisão preventiva, a*

*qual se mostra desnecessária; que o delito de furto foi praticado sem violência ou grave ameaça e o bem sequer foi subtraído; que a prisão é desproporcional; que, devido à pandemia do COVID-19, deve-se assegurar a integridade física do paciente e evitar a disseminação dentro do sistema carcerário; e que caberiam medidas cautelares alternativas ao cárcere. Pleiteia (m) a concessão de liminar, a fim de que seja relaxada a prisão da paciente, ou subsidiariamente, para revogar a prisão preventiva, com aplicação também subsidiária de medidas cautelares alternativas ao cárcere ou, ainda, substituição da atual prisão pela domiciliar, confirmando-se, após, a medida liminar, com a concessão definitiva da ordem impetrada. A liminar foi parcialmente deferida nas folhas 128/131 deste feito, oportunidade em que determinei a requisição de informações, as quais foram prestadas nas folhas 137/139 destes autos. Em seguida, os autos foram remetidos à Procuradoria Geral de Justiça, que em seu parecer de folhas 144/156, manifestou-se pela parcial concessão da ordem, confirmando-se a liminar. **É o relatório.**O (a) impetrante insurgiu-se contra ato do Juízo do Departamento de Inquéritos Policiais da Comarca da Capital, pela conversão da prisão em flagrante do (a) paciente em preventiva sem representação da autoridade policial e sem requisição ministerial. No caso em tela, o paciente foi preso em flagrante no dia 29 de setembro de 2020, sendo-lhe imputada a prática do delito de furto (folha 1 da origem), e posteriormente ocorreu a conversão da prisão em flagrante em preventiva (folhas 61/64 dos autos originários), sem representação por parte da autoridade policial (vide folhas 1/60 dos autos originários), sendo que o (a) digno Promotor de Justiça postulou pela concessão de liberdade provisória ao paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas, de acordo com o que consta da folha 51 da origem. Sobre a*

validade da prisão em flagrante, naquele momento havia a suspeita de que o (a) paciente teria tentado, de algum modo, furtar uma bicicleta no bicicletário do metrô Oratório (folhas 2/3 da origem), de modo que foi plenamente justificável a detenção naquele momento, até mesmo para melhor apuração dos fatos, inexistindo ilegalidade na prisão em flagrante do (a) paciente. **Contudo, a situação fática denota que era mesmo o caso de se conceder parcialmente a ordem, devendo a liminar ser confirmada, pois não houve requisição ou representação para decretação da prisão preventiva do (a) paciente nos autos de origem, devendo ser observado o disposto no artigo 311 do Código de Processo Penal, com a nova redação após a edição da Lei nº 13.964/19.** Antes da alteração legislativa, constava, do referido artigo, a expressão "de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento (...)", e mesmo com a previsão legal, muito se discutia essa modalidade de prisão, com a alegação de que seria incompatível com o sistema acusatório previsto na Constituição Federal. **No entanto, uma vez suprimida a expressão "de ofício", nítido que não mais se admite a decretação de prisão preventiva sem requisição ou representação :** Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. Nesse sentido, reitero os fundamentos que apresentei no despacho às folhas 128/131 destes autos: "Como bem observado pelo (a) impetrante, o (a) digno (a) Promotor (a) de Justiça postulou pela concessão da liberdade provisória do paciente, com fixação medidas cautelares alternativas ao cárcere, de acordo com o que consta de sua manifestação de folha 51 dos autos originários. Em atenta conferência aos documentos constantes das folhas 1/60 dos autos

originários, verifica-se que também não houve representação pela conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva, por parte da autoridade policial. Mesmo assim, ocorreu a conversão nas folhas 61/64 daqueles autos. Ocorre que com a nova redação do artigo 311 do Código de Processo Penal, através da edição da Lei nº 13.964/19, não mais se admite a decretação de prisão preventiva sem requisição (...)” Em consonância com o acima disposto também está o d. Procurador de Justiça, que no parecer de folhas 144/156, consignou que está vedada a decretação da prisão de ofício e que a aplicação das medidas cautelares alternativas ao cárcere são suficientes ao caso, como se vê do seguinte trecho: “Ocorre que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) trouxe nova redação ao artigo 311 do Código de Processo Penal, proibindo a decretação da prisão preventiva de ofício (...) Embora o paciente ostente antecedentes criminais, sendo mesmo reincidente, não se extrai dos fatos exacerbada gravidade da conduta por ele adotada na consecução do delito tentado, nem demonstração de imprescindibilidade da prisão cautelar, à luz dos elementos circunstanciais concretos relacionados ao evento delituoso. Assim, mesmo havendo reiteração delitiva, mas considerando que se trata de crime praticado sem violência ou grave ameaça, em que a pena em perspectiva permite fixação de regime diverso do fechado, entendo não se justificar a manutenção da prisão preventiva, tanto mais porque o artigo 319 do Código de Processo Penal prevê pelo menos outras nove medidas alternativas que se mostram suficientes na hipótese em comento. Nesse excepcional contexto, nada justificava mesmo a manutenção da segregação cautelar do paciente, entendendo-se razoável e adequada sua substituição pelas medidas alternativas fixadas na decisão que deferiu a liminar alvitrada”. Assim, é de rigor a concessão parcial da ordem. Não

obstante, as medidas cautelares fixadas no despacho de folhas 128/131 serão integralmente mantidas, para garantir a vinculação do (a) paciente com o distrito da culpa. Observo que se no futuro, em caso de descumprimento das medidas cautelares, houver necessidade de decretação da prisão preventiva do paciente para garantia da instrução criminal e da aplicação da lei penal no caso concreto, isso fica desde já autorizado, desde que devidamente fundamentado e mediante requisição do Ministério Público, tendo em vista o quanto disposto no artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 13.964/2019. (...) (a). (TJ-SP - HC: 22494985220208260000 SP 2249498-52.2020.8.26.0000, Relator: Heitor Donizete de Oliveira, Data de Julgamento: 03/02/2021, 12ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 09/02/2021)

II. c)- DA INCOMPATIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA COM A IMPOSIÇÃO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO

Mais, incompatível a fixação de regime semiaberto é com a manutenção ou imposição de prisão em regime mais gravoso.

Neste sentido.

Trata-se de habeas corpus impetrado contra decisão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ que indeferiu a liminar no HC 683.066/SP. Busca-se a concessão da ordem, “para declarar o constrangimento ilegal que o paciente vem sofrendo, ante a ausência de

fundamentação concreta e contemporânea do decreto prisional e a manifesta incompatibilidade de manutenção da prisão preventiva com a condenação em regime inicial semiaberto [...]” (pág. 9 da petição inicial). É o relatório. Decido. (...) Todavia, no caso sob exame, reconheço que o Juízo condenatório, em flagrante contradição, apesar de permitir que o sentenciado cumpra a pena em regime inicial semiaberto, manteve a segregação preventiva (vide doc. eletrônico 4). Sobre a incompatibilidade da prisão cautelar com a fixação do regime semiaberto, Guilherme de Souza Nucci assinala que: “[s]e o magistrado fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, torna-se incompatível a manutenção ou decretação da prisão cautelar para a fase recursal. Sabe-se, afinal, que a prisão cautelar é cumprida em regime fechado. Não há cabimento algum em se estipular regime mais brando para o início do cumprimento da pena (semiaberto ou mesmo aberto) e manter o acusado no cárcere até que ocorra o trânsito em julgado. Portanto, se não for estabelecido o regime fechado para iniciar a execução da pena, deve o réu recorrer em liberdade” (in Código de processo penal comentado. 16. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 924). Como se vê, a medida cautelar imposta ao paciente é mais gravosa que a própria pena que lhe foi imposta. Com efeito, existe flagrante incompatibilidade entre a manutenção da prisão cautelar, se a decisão condenatória permite que o condenado cumpra a pena em regime menos gravoso que o fechado, nos termos, aliás, da firme orientação de ambas as Turmas desta Suprema Corte, in verbis: “HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL E DIREITO PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI

11.343/2006). *PRISÃO PREVENTIVA. INCOMPATIBILIDADE COM REGIME INICIAL SEMIABERTO FIXADO NA SENTENÇA E COM BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO PENAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de writ, do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes. 2. Fixado o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena, incompatível a manutenção da prisão preventiva nas condições de regime mais gravoso. Precedentes. 3. A concessão de benefícios inerentes à execução penal, na hipótese, além de caracterizar o indevido cumprimento antecipado da pena, não se amolda ao instituto da prisão preventiva. 4. Habeas corpus extinto sem resolução de mérito, mas com a concessão da ordem de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, sem prejuízo de aplicação, se for o caso, das medidas cautelares diversas da prisão pelo magistrado de primeiro grau” (HC 130.773/SC, rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma). “PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INCOMPATIBILIDADE. PRECEDENTES DA SEGUNDA TURMA. ORDEM CONCEDIDA. I – Nos termos da jurisprudência desta Segunda Turma, a manutenção da prisão provisória é incompatível com a fixação de regime de início de cumprimento de pena menos severo que o fechado. Precedentes. II – Ordem concedida para revogar a prisão preventiva do paciente e determinar a sua imediata soltura, sem prejuízo da fixação, pelo juízo sentenciante, de uma ou mais medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso entenda necessário” (HC 138.122/MG, de minha relatoria, Segunda Turma). “HABEAS CORPUS.*

PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO. VEDAÇÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O ESTABELECIMENTO DE REGIME SEMIABERTO COM A MANUTENÇÃO OU DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. ORDEM CONCEDIDA. 1. Fixado o regime semiaberto, torna-se incompatível a manutenção da prisão preventiva, mormente porque, até a data do deferimento da medida cautelar, o paciente já teria cumprido, considerada a detração, 1 ano e 6 meses da pena em regime fechado (= prisão preventiva). Logo, sua manutenção no cárcere representaria, em verdade, desvincular o aspecto cautelar inerente à prisão preventiva e legitimar a execução provisória da pena em regime mais gravoso do que aquele fixado na própria sentença condenatória (= semiaberto). 2. Ordem concedida” (HC 118.257/PI, rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma). “AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA AO RECURSO EM LIBERDADE E MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO: INCOMPATIBILIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS AO QUAL NEGADO SEGUIMENTO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. PRECEDENTES DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (HC 185.181 AgR/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma). “Habeas corpus. 2. Posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei n. 10.826/2003). Prisão em flagrante convertida em preventiva. 3. Delito punido com detenção. Previsão legal de cumprimento em regime semiaberto ou aberto (CP, art.

33). 4. **Violação ao princípio da proporcionalidade: a custódia cautelar se apresenta como medida mais gravosa do que a própria sanção a ser aplicada no caso de eventual condenação. Precedentes.** 5. **Constricção cautelar excessivamente gravosa.** Decreto prisional com fundamentação precária. 6. Decisão monocrática do STJ. Ausência de interposição de agravo regimental. 7. Habeas Corpus não conhecido, entretanto, ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, determinando ao Juízo de origem a análise da necessidade de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP” (HC 126.704/MG, rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma). Ante o exposto, não conheço do habeas corpus, mas concedo a ordem, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente mantida nos autos da ação penal 006415-96.2009.8.26.0482, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Prudente/SP, sem prejuízo da fixação, pelo juízo competente, de uma ou mais medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (art. 192 do RISTF). Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2021. Ministro Ricardo Lewandowski Relator (STF - HC: 204897 SP 0058504-75.2021.1.00.0000, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 30/07/2021, Data de Publicação: 03/08/2021).

II-d) – DA GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITO DE PESSOA PORTADORA DE TRANSTORNO DE SAÚDE MENTAL

Logo após a juntada do laudo do exame insanidade mental nos autos do processo principal, foi instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, na seara de Direitos Humanos, o PANI nº 36.0351.0000262/2021-4 visando garantir o adequado tratamento sugerido pela perita responsável pelo laudo de insanidade.

No bojo de tal procedimento, os órgãos de assistência social e saúde, após requisição deste promotor de justiça, tentaram realizar intervenção sem, no entanto, lograr êxito, notadamente diante da complicada dinâmica familiar em que se encontra inserto o paciente, com indícios veementes de que sua genitora também sofre de severo transtorno psiquiátrico.

Diante de tal fato e dos *emails* de fls. 1466/1476 dos autos nº1500106-18.2019.8.26.0390, que demonstram agravamento da patologia **foi ajuizada ação visando sua internação compulsória**, medida em consonância com orientação médica e mais adequada que eventual prisão preventiva, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390, atualmente com decisão de tutela de urgência deferida e somente não cumprida em virtude da decretação da prisão preventiva do paciente.

Por fim, friso que a única solução razoável e justa sob a ótica dos direitos humanos da pessoa com transtorno de saúde mental, é a possibilidade de imposição de tratamento psiquiátrico ao ora paciente - nos termos do contido no Laudo do Exame de Insanidade Mental - e não a sua prisão preventiva que certamente agravará o cenário de delírio paranóide por ele sofrido.

III. DA ORDEM LIMINAR

O *fumus boni iuris* se verifica, nos termos acima expostos, na inexistência de violação aos termos da liberdade provisória, na

ilegalidade da decretação da prisão preventiva de ofício, na inviabilidade de decretação de prisão preventiva para sentenciado a regime inicial semi-aberto, e na violação dos direitos de indivíduo portador de doença mental grave e reconhecida em Laudo de Incidente de Insanidade Mental.

O *periculum in mora* reside no fato de que a não concessão da tutela liminar permitirá a prisão preventiva ilegal do paciente e inviabilizará a sua submissão ao adequado tratamento de saúde mental.

IV- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o impetrante a concessão de medida liminar, para que seja de plano revogada a prisão preventiva ilegalmente decretada, garantindo ao paciente o direito de recorrer em liberdade, possibilitando sua imediata submissão à internação compulsória, já decretada em sede de tutela de urgência, no juízo Cível, permitindo que receba o adequado tratamento de saúde mental.

Ao final, o Ministério Público aguarda a concessão definitiva da ordem, confirmando-se a decisão liminar, para que seja consolidado a manutenção do direito ao recurso em liberdade, possibilitando sua imediata submissão à internação compulsória já decretada em sede de tutela de urgência, no juízo Cível, permitindo que receba o adequado tratamento de saúde mental.

Nova Granada, 8 de outubro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Habeas Corpus Criminal Processo nº 2238572-75.2021.8.26.0000

Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**

Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Vistos.

Trata-se de *Habeas Corpus* **impetrado**, de forma não corriqueira, pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo**, em favor do paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, no qual aponta como autoridade coatora o(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada, nos autos de nº 1500106-18.2019.8.26.0390, pela decretação da prisão preventiva do paciente, após sentença condenatória onde a soltura fora mantida, com alegação de que a prisão configura inegável constrangimento ilegal, pois “a imposição de prisão preventiva sem requerimento expreso do Ministério Público é legalmente vedada”.

Sustenta, em apertada síntese, que houve “irregular representação processual do paciente nos autos principais, já que destituiu seu antigo patrono e não o foi indicado novo defensor dativo, tendo sido, inclusive, condenado sem a apresentação de memorial defensivo”; que nos autos principais “o ora paciente foi processado e, ao final condenado, por crimes contra a honra cometidos contra juizes e promotores da região da Comarca”; que o paciente estava solto, pois “corretamente ponderou a conclusão do Laudo do Incidente de Insanidade Mental no sentido de que o ora paciente é semi-imputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0)”; que “dias após a publicação da sentença, em evidente surto paranóide, decorrente de sua condição de saúde mental semiimputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0), o paciente enviou email para endereços virtuais públicos de uma série órgãos públicos, de forma desconexa”, o que já indica “que se tratava de indivíduo com algum grau de abalo de saúde mental”; que a Autoridade Coatora entendeu que tal manifestação se tratava de grave ofensa à ordem pública e “mesmo após ter sentenciado o feito, reviu dispositivo de



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sua sentença e, de ofício, sem que fosse aberta vista ao Ministério Público e à Defesa, decretou a prisão preventiva do paciente, cf. fls. 1479/1480”, o que foi mantido em duas oportunidades, “cf. fls. 1503 e 1514/1515”; que “a análise dos autos principais parece demonstrar que a Autoridade Coatora se colocou em indevida posição de juiz e vítima, circunstância que aparenta ter influenciado no conteúdo das decisões recentemente proferidas, v.g decisões de fls. 1411 e 1503, retirando o necessário distanciamento para análise de feito que exige especial sensibilidade, haja vista que o acusado é portador de grave moléstia psiquiátrica que, à toda evidência, impacta suas ações e as continuará impactando se não submetido ao adequado tratamento”; que, também, “É evidente que ao contrário do que crê a nobre autoridade coatora, não houve invasão da rede interna do Tribunal, uma vez que todos os emails ali elencados são públicos, tendo o paciente apenas os copiado em ordem alfabética e sem qualquer nexo. Aliás, o próprio email trouxe em seu bojo alerta de que se originou fora do TJSP e recomendou que não fosse aberto”; que o caso mostra “tentativa atabalhoada, de indivíduo com grave perturbação psiquiátrica, de realizar sua suposta autodefesa e não de difamar ou caluniar a terceiros. Aliás, o texto permite a qualquer leitor perceber de plano que se trata de indivíduos perturbado e não de séria acusação”; que, especialmente, “após o advento da Lei nº 13.964/2019, como corolário do sistema acusatório, é vedado ao magistrado decretar prisão de ofício, sem que tenha havido requerimento do Ministério Público ou, como na espécie, com expressa manifestação em sentido contrário”; que, inclusive, “incompatível a fixação de regime semiaberto é com a manutenção ou imposição de prisão em regime mais gravoso”; que, por fim, em razão da situação apontada que demonstra “agravamento da patologia foi ajuizada ação visando sua internação compulsória, medida em consonância com orientação médica e mais adequada que eventual prisão preventiva, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390, atualmente com decisão de tutela de urgência deferida e somente não cumprida em virtude da decretação da prisão preventiva do paciente”; e que “a única solução razoável e justa sob a ótica dos direitos humanos da pessoa com transtorno de saúde mental, é a possibilidade de imposição de tratamento psiquiátrico ao ora paciente – nos termos do contido no Laudo do Exame de Insanidade Mental - e não a sua prisão preventiva que certamente agravará o cenário de delírio paranóide por ele



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sofrido”.

Pleiteia a concessão de liminar, “*para que seja de plano revogada a prisão preventiva ilegalmente decretada, garantindo ao paciente o direito de recorrer em liberdade, possibilitando sua imediata submissão à internação compulsória, já decretada em sede de tutela de urgência, no juízo Cível, permitindo que receba o adequado tratamento de saúde mental*”, expedindo-se o competente alvará de soltura clausulado em favor do paciente, vez que demonstrada a ilegalidade do constrangimento imposto, concedendo-se, ao final, a ordem de *Habeas Corpus*.

O deferimento de liminar em sede de *Habeas Corpus* é medida de extrema excepcionalidade. Por isso, neste momento, cabe apenas uma análise superficial dos autos, para averiguar se está presente, de modo patente, coação ilegal, revelando-se a necessidade e urgência da ordem, devendo o mérito ser analisado após manifestação da Procuradoria Geral de Justiça.

No caso em tela, o constrangimento ilegal referente à prisão decretada depois da sentença, é flagrante.

A prisão do paciente foi decretada depois da sentença, repita-se.

Na referida sentença foi destacado que Joaquim Pedro fora libertado por decisão Desta Instância (HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000), restando condenado “*incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto*”, mas **mantida sua liberdade para apelar** (folhas 1440/1455 dos autos principais).

Ocorre que o Juízo *a quo*, **de ofício**, motivado por atos do paciente praticados após a sentença, entendeu que **(folhas 21/22)**:

“Consta que o réu teria, em plena **rede interna** do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, **invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos** imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira **tentativa de coação**



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito.

*Em que pese as considerações delineadas na r. sentença lançada, a situação chegou a um ponto pinacular, **impensável e insustentável**; de rigor, portanto, a adequação decorrente de **fato novo**, da r. sentença de fls. 1.440/1.455, **denegando-se por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente o direito de apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea.***

*Presentes, portanto, os requisitos da prisão preventiva já que o réu **descumpriu obrigação intuitiva** de não tornar a transgredir e agiu de maneira a violar bens jurídicos de maneira difusa e abalar a ordem pública, apreende-se de fls. 1.466 e seguintes.*

*Isso posto, **denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública***” (grifei).

Posteriormente, mesmo com pleito ministerial pela reconsideração da decisão (folhas 24/35), a prisão foi **mantida**, porque a hipótese era **excepcionalíssima** (folha 23).

Houve apelo defensivo (folhas 36/40), com nova **manutenção** da prisão do paciente, pela **inalterabilidade** da situação que ensejou a decretação (folha 41).

Pelo que se entrevê da documentação juntada na petição inicial, o paciente, realmente, teve o cárcere determinado depois da sentença condenatória, e se verifica que ele estava em liberdade (HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000), como se vê na própria sentença (folha 1447 dos autos principais), e, após a soltura, durante o decorrer do feito **não** fora decretada a prisão preventiva **por este caso**. E, *data maxima venia*, não houve suficiente e convincente fundamentação na posterior decretação da prisão preventiva, com impedimento do apelo em liberdade (folhas 21/22). Era imprescindível que se destacasse, com precisão e de acordo com **elementos seguros e baseados no caso concreto**, contidos nos autos – ou seja, com a devida motivação e justificação –, que estavam presentes e concorrentes, neste caso, os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Isso não ocorreu, logo, a prisão decretada **não** deve subsistir (RJTACRIMSP – 48/307, 45/353 e 44/274). **Tivesse sido decretada** sua custódia



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

preventiva adequadamente, pelos fatos tratados no processo, e **mantida até a condenação, poder-se-ia, agora, mantê-lo custodiado.**

Aqui, destaco que se ao juiz é dado o poder de julgar e se, para tanto, deve manter uma posição de equidistância e imparcialidade, e mais ainda neste caso, serenidade, seria **mais adequado que se deixasse às partes a possibilidade de requerer a prisão preventiva** (inclusive depois da sentença), evitando-se, com isso, qualquer ação do juiz *sponte propria*. A **Lei nº 13.964/19** (artigo 3º-A do Código de Processo Penal) prestigiando o sistema acusatório, acabou por acolher o entendimento acima, alterando novamente o artigo 311 do Código de Processo Penal, agora **proibindo o juiz agir de ofício em qualquer das fases da persecução**.

A decretação da prisão preventiva, a exemplo da temporária, **depende de provocação** (Cunha, Rogério Sanches. “Pacote Anticrime – Lei nº 13.964/2019: Comentários às Alterações no CP, CPP e LEP”, 2020. JusPodivm). O dispositivo tornou indispensável, de forma expressa, o prévio requerimento das partes, do Ministério Público ou da autoridade policial **para que o juiz aplique qualquer medida cautelar**. E a alteração feita no artigo 311 do Código de Processo Penal – a qual suprimiu a expressão “de ofício” ao tratar da possibilidade de decretação da prisão pelo magistrado – corrobora a interpretação de que é necessária a representação prévia para decretação da prisão cautelar, quanto mais em casos como esse, onde a semi-imputabilidade do indivíduo já foi verificada.

Todavia, repita-se, **não** é que ocorre nos autos em exame; o Nobre Magistrado Sentenciante motivou o cárcere, depois da condenação, sem requerimento de qualquer parte, já posteriormente ao chamado “Pacote Anticrime” de 2019. Além disso, se de fato fosse necessária, a prisão preventiva da ora paciente poderia ter sido decretada e mantida antes da prolação da sentença, mas isso não ocorreu, lembrando que o paciente esteve solto, por este processo, após o habeas corpus, por cerca de cinco meses, repita-se, até a sentença, s.m.j.. Assim a determinação de sua prisão para que possa recorrer, como está, nesta oportunidade, configura nítido constrangimento ilegal, que deve ser cessado, imediatamente. Assim, há que ser solto, liminarmente. Outrossim há que se observar o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

disposto no artigo 315, *caput* e §1º do Código de Processo Penal, incluído também pela citada Lei nº 13.964/2019.

Não faria sentido, desta forma, estando flagrantemente ausentes os requisitos para a custódia cautelar, manter a prisão preventiva do paciente no cárcere até a apreciação do mérito do presente *writ*, sendo patente a necessidade e urgência da ordem, vez que ele se encontra com cárcere decretado e mantido sem que estejam presentes os requisitos legais autorizadores para sua decretação.

Diante disso, concedo a liminar pleiteada, para o fim de conceder ao paciente o direito de aguardar o julgamento de seu recurso, ou aguardar o trânsito em julgado, em liberdade, devendo ser expedido alvará de soltura clausulado ou contramandado de prisão, que não será efetivamente cumprido, se o paciente estiver preso por outro motivo (ou outro processo).

No entanto, a soltura do paciente deverá respeitar as medidas cautelares já fixadas no Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000. Comunique-se, com urgência, à autoridade coatora.

Observo que se no futuro, em caso de descumprimento das medidas cautelares, houver necessidade de decretação da prisão preventiva do paciente, isso fica desde já autorizado, desde que de modo devidamente fundamentado e mediante requisição do Ministério Público, tendo em vista o quanto disposto nos artigos 282, §4º, e 311, *caput*, ambos do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 13.964/2019.

Oficie-se ao juízo de origem para que, com urgência, dê cumprimento à presente decisão.

Requisitem-se informações à autoridade coatora, especificamente quanto à prolação de sentença condenatória sem a devida apresentação de memoriais defensivos e, também, quanto à compatibilidade, ou não, da decretação da prisão depois da sentença com o decidido na Ação Civil Pública nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1001416-48.2021.8.26.0390; em seguida, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, e tornem conclusos.

São Paulo, 13 de outubro de 2021.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA
Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária

SJ 5.10 - Serv. de Proce. de Habeas Corpus e Mandados de Segurança
Rua da Glória, 459 - 10º Andar - CEP: 01510-001

São Paulo, 13 de outubro de 2021.

Habeas Corpus Criminal nº: 2238572-75.2021.8.26.0000 (**PROCESSO DIGI-TAL**)

(FAVOR USAR ESTA REFERÊNCIA NA RESPOSTA)

12ª Câmara de Direito Criminal

Origem nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Impetrante: Ministério Público

Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

por determinação do(a) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Desembargador(a) Relator(a), HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, transmito a Vossa Excelência a anexa cópia do r. despacho e da petição inicial do "Habeas Corpus" acima especificado, solicitando as necessárias informações, **a serem prestadas no prazo de 48 horas.**

Comunico, outrossim, que a liminar foi DEFERIDA, conforme cópia do despacho que segue anexa. Deve, pois, ser expedido em favor do paciente o competente ALVARÁ DE SOLTURA CLAUSULADO.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

Supervisor do Serviço de Processamento de Habeas Corpus e Mandados de Segurança

Endereço para encaminhamento das informações:

sj5.10.1@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 1ª e 2ª Câmaras
sj5.10.2@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 3ª e 4ª Câmaras
sj5.10.3@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 5ª e 6ª Câmaras
sj5.10.4@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 7ª e 8ª Câmaras
sj5.10.5@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 9ª e 10ª Câmaras
sj5.10.6@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 11ª e 12ª Câmaras
sj5.10.7@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 13ª e 14ª Câmaras
sj5.10.8@tjsp.jus.br - Para informações de HCs digitais da 15ª e 16ª Câmaras
sj5@tjsp.jus.br - Para informações e peças em diligência sigilosa (de todas as câmaras)

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 13/10/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Fls. 1523: Recebo o recurso de apelação do Órgão do Ministério Público (fls. 1501). Dê-se vista ao apelante/apelado Ministério Público para apresentação de suas razões de apelação, bem como das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513). Em seguida, intime-se o apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para suas contrarrazões de apelação. Fls. 1524: Expeça-se edital de intimação do acusado, com prazo de quinze (15) dias, da sentença proferida (fls. 1440/1455), nos termos do artigo 392 inciso VI, do Código de Processo Penal. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 1514/1515. Nos termos do Provimento n° 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução n° 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, (SP), 13 de outubro de 2021

ENC: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

MARILENE PEREIRA DE SOUZA <marilenesouza@tjsp.jus.br>

Qua, 13/10/2021 14:11

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Boa tarde Ju.

Refere-se a processo da Vara Única

Atenciosamente.



MARILENE PEREIRA DE SOUZA

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Juizado Especial Cível e Criminal

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3261-2399

E-mail: marilenesouza@tjsp.jus.br

De: NOVA GRANADA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL <novagranadajec@tjsp.jus.br>

Enviado: quarta-feira, 13 de outubro de 2021 10:07

Para: MARILENE PEREIRA DE SOUZA <marilenesouza@tjsp.jus.br>

Assunto: ENC: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 11 de outubro de 2021 14:26

Para: SANTA FE DO SUL - 2 OFÍCIO JUDICIAL <santafe2@tjsp.jus.br>; SANTA FE DO SUL - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <santafeinf@tjsp.jus.br>; SANTA ISABEL - 2 OFÍCIO JUDICIAL <staisabel2@tjsp.jus.br>; SANTA RITA DO PASSA QUATRO - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <staritainf@tjsp.jus.br>; SANTA ROSA DO VITERBO - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <santarosa@tjsp.jus.br>; SANTANA DE PARNAÍBA – 3 OFÍCIO JUDICIAL <parnaiba3@tjsp.jus.br>; SANTO ANASTÁCIO - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <santoanastacio@tjsp.jus.br>; SANTO ANDRÉ - OFÍCIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <stoandreinf@tjsp.jus.br>; SANTOS - OFÍCIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DO IDOSO <santosinf@tjsp.jus.br>; SÃO BENTO DO SAPUCAÍ - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <saobento@tjsp.jus.br>; SÃO BERNARDO DO CAMPO - OFÍCIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <saobernardoinf@tjsp.jus.br>; SÃO CAETANO DO SUL - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <saocaetanoinf@tjsp.jus.br>; SÃO CARLOS - 2 OFÍCIO CRIMINAL <saocarlos2cr@tjsp.jus.br>; SÃO JOÃO DA BOA VISTA - OFÍCIO CRIMINAL <saojoao1cr@tjsp.jus.br>; SÃO JOÃO DA BOA VISTA - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <saojoaoinf@tjsp.jus.br>; SÃO JOAQUIM DA BARRA - 2 OFÍCIO JUDICIAL <saojoaquim2@tjsp.jus.br>; SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <riopardoinf@tjsp.jus.br>; SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - OFÍCIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <riopretoinf@tjsp.jus.br>; SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - OFÍCIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <sjcamposinf@tjsp.jus.br>; SÃO LUIZ DO PARAITINGA - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <paraitinga@tjsp.jus.br>; SÃO MANUEL - 2 OFÍCIO JUDICIAL <saomanuel2@tjsp.jus.br>; SÃO MIGUEL ARCANJO - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <smarcanjoinf@tjsp.jus.br>; SÃO PEDRO - 2 OFÍCIO JUDICIAL <saopedro2@tjsp.jus.br>; SÃO ROQUE - OFÍCIO CRIMINAL <saoroquecr@tjsp.jus.br>; SÃO ROQUE - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <saoroqueinf@tjsp.jus.br>; SÃO SEBASTIÃO - OFÍCIO CRIMINAL <saosebacr@tjsp.jus.br>; SÃO SEBASTIÃO - ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE <saosebainf@tjsp.jus.br>;

SAO SEBASTIAO DA GRAMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <grama@tjsp.jus.br>; SAO SIMAO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <saosimao@tjsp.jus.br>; SAO VICENTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <saovicenteinf@tjsp.jus.br>; SERRA NEGRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <serranegrainf@tjsp.jus.br>; SERRANA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <serranainf@tjsp.jus.br>; SERTAOZINHO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <sertaozinf@tjsp.jus.br>; SOCORRO - 2 OFICIO JUDICIAL <socorro2@tjsp.jus.br>; SOROCABA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <sorocabainf@tjsp.jus.br>; SUMARE - ANEXO DA INFANCIA E JUVENTUDE <sumareinf@tjsp.jus.br>; SUZANO - 1 OFICIO CRIMINAL <suzano1cr@tjsp.jus.br>; SUZANO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <suzanoinf@tjsp.jus.br>; TABAPUA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <tabapua@tjsp.jus.br>; TABOÃO DA SERRA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <taboaoinf@tjsp.jus.br>; TAMBAU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <tambauinf@tjsp.jus.br>; TANABI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <tanabiinf@tjsp.jus.br>; TANABI - 2 OFICIO JUDICIAL <tanabi2@tjsp.jus.br>; TAQUARITINGA - 4 OFICIO JUDICIAL <taquaritinga4@tjsp.jus.br>; TAQUARITUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <taquaritubainf@tjsp.jus.br>; JUVENTUDEtatuijec@tjsp.jus.br <JUVENTUDEtatuijec@tjsp.jus.br>; TAUBATE - OFICIO DO JURI E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <taubatevj@tjsp.jus.br>; TEODORO SAMPAIO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <teodsampaio@tjsp.jus.br>; TIETE - 2 OFICIO JUDICIAL <tiete2@tjsp.jus.br>; TREMEMBE - 2 OFICIO JUDICIAL <tremembe2@tjsp.jus.br>; TUPA - 3 OFICIO CIVEL <tupa3cv@tjsp.jus.br>; TUPA - ANEXO D INFANCIA E DA JUVENTUDE <tupainf@tjsp.jus.br>; TUPI PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <tupta2@tjsp.jus.br>; UBATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ubatubainf@tjsp.jus.br>; URANIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <urania@tjsp.jus.br>; URUPES - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <urupes@tjsp.jus.br>; VALINHOS - 3 OFICIO JUDICIAL <valinhos3@tjsp.jus.br>; VALPARAISO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <valparaiso@tjsp.jus.br>; VARGEM GRANDE DO SUL - 2 OFICIO JUDICIAL <vgdosul2@tjsp.jus.br>; VARGEM GRANDE PAULISTA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <vgpaulista@tjsp.jus.br>; VARZEA PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <varzeapta2@tjsp.jus.br>; VINHEDO - 2 OFICIO JUDICIAL <vinhedo2@tjsp.jus.br>; VIRADOURO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <viradouro@tjsp.jus.br>; VOTORANTIM - VARA CRIMINAL <votorantimcr@tjsp.jus.br>; VOTUPORANGA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <votuporinf@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL <novagranadajec@tjsp.jus.br>

Assunto: RE: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Independente de diversos crimes legais reconhecidos legalmente pela Constituicao do Brasil no processo 1500106-18.2019.8.26.0390, entre eles o Tráfico de Influência, parcialidade, abuso de autoridade, envolvendo como vítima desses crimes, a mim, Joaquim Pedro de Moraes Filho, em decisão do então corrupto Juiz de Mirassol do Estado de São Paulo, Marcelo Haggi Andreotti e logo com apoio de Juizes da Região de São José do Rio Preto, com intuito de Ocultação de Crimes Judiciais cometidos por Juizes e Advogados públicos, era de se esperar a dolosidade dos fatos. Vou recorrer ou tentar até última estância, não ficará ocultado em decisão monocratica no TJSP nem no STJ, em momento oportuno e artiloso será encaminhado ao CIJ, não a OEA. PROCESSO DE FAMILIA É UM DOS PROCESSOS MAIS LOUCOS QUE TEM PRA TODO JUIZ, PORQUE UMA DECISÃO ERRADA, UM DIREITO RETIRADO, DA TODA ESSA MERDA!. Se eu aparecer algum dia morto, sabe quem foi, não é psicose é os fatos existentes no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 que gera a ideia. Ressalta-se que o processo [1001416-48.2021.8.26.0390](https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do) aonde envolve a Prefeitura de Icem, envolve como advogado da Prefeitura, o Tal de Lemos, citado como vítima e Denunciado como um dos pivores de Crimes Eticos, citado no processo 1500106-18.2019.8.26.0390. – Assinado Digitalmente: Joaquim Pedro de Moraes Filho, CPF 13303649618

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do> entre outros trafico de influencia parcialidade legalmente pela-

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: domingo, 12 de setembro de 2021 02:05

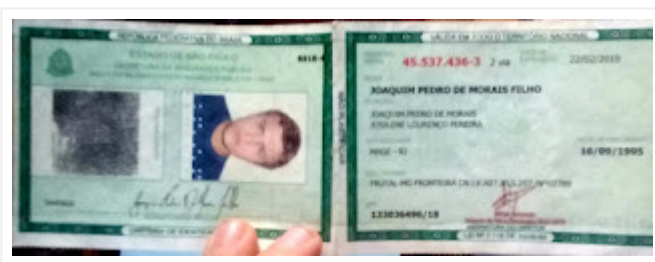
Para: santafe2@tjsp.jus.br <santafe2@tjsp.jus.br>; santafeinf@tjsp.jus.br <santafeinf@tjsp.jus.br>; staisabel2@tjsp.jus.br <staisabel2@tjsp.jus.br>; staritainf@tjsp.jus.br <staritainf@tjsp.jus.br>; santarosa@tjsp.jus.br <santarosa@tjsp.jus.br>; parnaiba3@tjsp.jus.br <parnaiba3@tjsp.jus.br>; santoanastacio@tjsp.jus.br <santoanastacio@tjsp.jus.br>; stoandreinf@tjsp.jus.br <stoandreinf@tjsp.jus.br>; santosinf@tjsp.jus.br <santosinf@tjsp.jus.br>; saobento@tjsp.jus.br <saobento@tjsp.jus.br>; saobernardoinf@tjsp.jus.br <saobernardoinf@tjsp.jus.br>; saocaetanoinf@tjsp.jus.br

<saocaetanoinf@tjsp.jus.br>; saocarlos2cr@tjsp.jus.br <saocarlos2cr@tjsp.jus.br>; saojao1cr@tjsp.jus.br <saojao1cr@tjsp.jus.br>; saojaoainf@tjsp.jus.br <saojaoainf@tjsp.jus.br>; saojoaquim2@tjsp.jus.br <saojoaquim2@tjsp.jus.br>; riopardoinf@tjsp.jus.br <riopardoinf@tjsp.jus.br>; riopretoinf@tjsp.jus.br <riopretoinf@tjsp.jus.br>; sjcamposinf@tjsp.jus.br <sjcamposinf@tjsp.jus.br>; paraitinga@tjsp.jus.br <paraitinga@tjsp.jus.br>; saomanuel2@tjsp.jus.br <saomanuel2@tjsp.jus.br>; smarcanjoinf@tjsp.jus.br <smarcanjoinf@tjsp.jus.br>; saopedro2@tjsp.jus.br <saopedro2@tjsp.jus.br>; saoroquecr@tjsp.jus.br <saoroquecr@tjsp.jus.br>; saoroqueinf@tjsp.jus.br <saoroqueinf@tjsp.jus.br>; saosebacr@tjsp.jus.br <saosebacr@tjsp.jus.br>; saosebainf@tjsp.jus.br <saosebainf@tjsp.jus.br>; grama@tjsp.jus.br <grama@tjsp.jus.br>; saosimao@tjsp.jus.br <saosimao@tjsp.jus.br>; saovicenteinf@tjsp.jus.br <saovicenteinf@tjsp.jus.br>; serranegrainf@tjsp.jus.br <serranegrainf@tjsp.jus.br>; serranainf@tjsp.jus.br <serranainf@tjsp.jus.br>; sertaozinf@tjsp.jus.br <sertaozinf@tjsp.jus.br>; socorro2@tjsp.jus.br <socorro2@tjsp.jus.br>; sorocabainf@tjsp.jus.br <sorocabainf@tjsp.jus.br>; sumareinf@tjsp.jus.br <sumareinf@tjsp.jus.br>; suzano1cr@tjsp.jus.br <suzano1cr@tjsp.jus.br>; suzanoinf@tjsp.jus.br <suzanoinf@tjsp.jus.br>; tabapua@tjsp.jus.br <tabapua@tjsp.jus.br>; taboaoinf@tjsp.jus.br <taboaoinf@tjsp.jus.br>; tambauinf@tjsp.jus.br <tambauinf@tjsp.jus.br>; tanabiinf@tjsp.jus.br <tanabiinf@tjsp.jus.br>; tanabi2@tjsp.jus.br <tanabi2@tjsp.jus.br>; taquaritinga4@tjsp.jus.br <taquaritinga4@tjsp.jus.br>; taquaritubainf@tjsp.jus.br <taquaritubainf@tjsp.jus.br>; JUVENTUDEtatuiejec@tjsp.jus.br <JUVENTUDEtatuiejec@tjsp.jus.br>; taubatevj@tjsp.jus.br <taubatevj@tjsp.jus.br>; teodsampaio@tjsp.jus.br <teodsampaio@tjsp.jus.br>; tiete2@tjsp.jus.br <tiete2@tjsp.jus.br>; tremembe2@tjsp.jus.br <tremembe2@tjsp.jus.br>; tupa3cv@tjsp.jus.br <tupa3cv@tjsp.jus.br>; tupainf@tjsp.jus.br <tupainf@tjsp.jus.br>; tupipta2@tjsp.jus.br <tupipta2@tjsp.jus.br>; ubatubainf@tjsp.jus.br <ubatubainf@tjsp.jus.br>; urania@tjsp.jus.br <urania@tjsp.jus.br>; urupes@tjsp.jus.br <urupes@tjsp.jus.br>; valinhos3@tjsp.jus.br <valinhos3@tjsp.jus.br>; valparaiso@tjsp.jus.br <valparaiso@tjsp.jus.br>; vgdosul2@tjsp.jus.br <vgdosul2@tjsp.jus.br>; vgpaulista@tjsp.jus.br <vgpaulista@tjsp.jus.br>; varzeapta2@tjsp.jus.br <varzeapta2@tjsp.jus.br>; vinhedo2@tjsp.jus.br <vinhedo2@tjsp.jus.br>; viradouro@tjsp.jus.br <viradouro@tjsp.jus.br>; votorantimcr@tjsp.jus.br <votorantimcr@tjsp.jus.br>; votuporinf@tjsp.jus.br <votuporinf@tjsp.jus.br>; novagranadajec@tjsp.jus.br <novagranadajec@tjsp.jus.br>

Assunto: Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

sexta-feira, 10 de setembro de 2021

Manifestação e Petição no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390



Venho eu Joaquim Pedro de Moraes Filho, 25 anos, nascido no dia 16 de setembro de 1995, neste dia 10 de setembro de 2021, solicitar conforme o Prazo legal de 5 dias o Interesse em Solicitar Embargo Infringente e Mandado de Segurança no Processo citado na epígrafe acima, Conforme a Constituição da República que em sua suma e límpidos Parágrafos sobre o Direito a "Ampla Defesa" a todos os Brasileiros.

Fundamenta-se a Manifestação de solicitação á Mandado de Segurança e Petição a Recurso Referente ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 tramitado no TJSP com teor de solicitação de Embargo Infrigente, por assim, teor de Anulidade da Sentença Proferido pelo então Juiz Marcelo Haggi Andreotti (Comarca de Mirrassol/SP) no processo citado neste com os seguintes fundamentos;

O JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI É ACUSADO DE COMPLACÊNCIA Á TORTURA E FRAUDE PROCESSUAL JUNTO AO DEFENSOR PÚBLICO SINOMAR DE SOUZA CASTRO COM INTUITO ATÉ ENTÃO ALMEJADO DE BENEFICIAR UMA DAS PARTE EM UM PROCESSO, AGINDO POR ASSIM COM PARCIALIDADE, ATÉ ENTÃO PROVADO, COM A ACUSAÇÃO.

O ENTÃO ADVOGADO SINOMAR DE SOUZA CASTRO, DO RÉU, DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020, HAVIA SIDO AFASTADO DO PROCESSO POR CARTAS ENVIADAS PELO RÉU E OCULTADAS PELO ENTÃO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI. APÓS SUA SOLTURA NO MÊS DE JANEIRO DE 2021 (DETIDO E TORTURADO, ATÉ ENTÃO EM 2 DE JULHO DE 2020) CONSTATOU QUE O ENTÃO ADVOGADO PLAGEOU A ACUSAÇÃO CAUSANDO DANOS NA DEFESA E NA INTERGRIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCESSO EXISTENTE PARA DISSOLUÇÃO, LEMBRA-SE QUE NO ATO O REU DENUNCIAVA DEFENSORES PÚBLICOS QUE NUNCA VIRAM O ROSTO DO SEUS CLIENTES E RECEBEM HONORÁRIOS DO ESTADO, FATO ESTE PROVADO.

ARGUMENTA-SE QUE TAMBÉM NUNCA HOUE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA APÓS A PRISÃO, FATO ESTE QUE MOSTRA A PARCIALIDADE E A FALTA DE DECORO DO ENTÃO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI PARA SE DEFENDER DE COMPLACÊNCIA DE TORTURA NESTE PROCESSO E LEVANTAR TESES NESTE PROCESSO, RELEMBRA-SE QUE O TAL FOI DENUNCIADO POR BOLETIM DE OCORRÊNCIA POR OMISSÃO E OCULTAÇÃO NO ANO DE 2020, DIAS ANTES DA PRISÃO (Descrição do Boletim de Ocorrência 0000845118/2020).

REFERENTE AO EXAME DE INSANIDADE MENTAL, EXAURIDO PELO JUIZ MARCELO HAGGI ANDRIOTTI NESTE PROCESSO, DE ATO FOI COMPROMETIDO, NINGUÉM É OBRIGADO PROVAR PROVAS CONTRA SI MESMO, MOSTROU-SE APENAS UM ATO DE COVARDIA, TÍPICO DO TAL JUIZ.

A ABUSOS, OMISSÃO E OCULTAÇÃO E PARCIALIDADE COM A ACUSAÇÃO POR ENVOLVER JUÍZES.

Por ora nada mais a manifestar e peticionar, pública-se este Documento para a "REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES", que por assim Tornando o Registro Impagável na Rede Blockchain e demais (Tornando inócua a Omissão).

Solicita-se Um DEFENSOR PÚBLICO PARA OFICIALIZAR O ATO.

Assinado Digitalmente:

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
CPF 133036496-18

[ANEXO- RG]

Ref.: <http://proclame281119.blogspot.com/2021/09/manifestacao-e-peticao-no-processo.html?m=1>

https://proclame281119.blogspot.com/2021/09/sentenca-do-processo-1500106_10.html

Registro na Rede Blockchain:

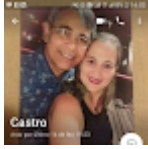
<https://opensea.io/assets/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/111192533164618672259411913872784755903471259334462008438966380777945954254849/>



[URGENTE: JUIZ DE MIRASSOL MARCELO HAGGI ANDREOTTI TORTURA JOVEM POR DENUNCIAR IRREGULARIDADES DO JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI NA COMARCA DE NOVA GRANADA!](#)

NO DIA 2 DE JULHO DE 2020 O JUIZ DE MIRASSOL MANDA PRENDER JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E TORTURAR ELE E SUA FAMÍLIA, ALÉM DE DIVERSOS AB...

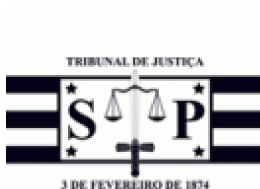
[Fica registrado em 16 de Fevereiro de 2021 que o advogado público Sinomar de Souza Castro está suspenso em agir no processo 1500106-](#)



18.2019.8.26.0390 por ter cometidos diversos crimes Éticos e Criminais (Entre eles retirada de Direitos e obstrução processual), junto a outros.

[SEGUE-SE SABER] No dia 2 de Julho de 2020, o Réu do Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 Joaquim Pedro de Moraes Filho, foi detido de maneira...

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Ciência ao Ministério Público fls. 1555/1560.

Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 14/10/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Nova Granada, (SP), 14 de outubro de 2021

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência para a defesa fls. 1555/1560.

Nada Mais. Nova Granada, 14 de outubro de 2021. Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1279/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Ciência para a defesa fls. 1555/1560."

Do que dou fé.
Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

Ana Lígia Paschoaletti de Lima

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1279/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Fls. 1523: Recebo o recurso de apelação do Órgão do Ministério Público (fls. 1501). Dê-se vista ao apelante/apelado Ministério Público para apresentação de suas razões de apelação, bem como das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513). Em seguida, intime-se o apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para suas contrarrazões de apelação. Fls. 1524: Expeça-se edital de intimação do acusado, com prazo de quinze (15) dias, da sentença proferida (fls. 1440/1455), nos termos do artigo 392 inciso VI, do Código de Processo Penal. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 1514/1515. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Do que dou fé.
Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

Ana Lúgia Paschoaletti de Lima



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

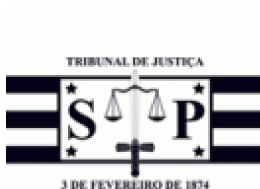
Data da intimação: 14/10/2021 10:56

Prazo: 8 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Fls. 1523: Recebo o recurso de apelação do Órgão do Ministério Público (fls. 1501). Dê-se vista ao apelante/apelado Ministério Público para apresentação de suas razões de apelação, bem como das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513). Em seguida, intime-se o apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para suas contrarrazões de apelação. Fls. 1524: Expeça-se edital de intimação do acusado, com prazo de quinze (15) dias, da sentença proferida (fls. 1440/1455), nos termos do artigo 392 inciso VI, do Código de Processo Penal. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 1514/1515. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, 14 de Outubro de 2021

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DESPACHO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI****Vistos.**

Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão.

Int e cumpra-se.**Nova Granada, 14 de outubro de 2021.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CONTRAMANDADO DE PRISÃO

O CONTRAMANDADO DE PRISÃO DEVE SER ENTREGUE NA DIVISÃO DE CAPTURAS – Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, 7º andar, Luz, São Paulo-SP – CEP 01032-902

Processo Digital N°:	1500106-18.2019.8.26.0390
Contramandado BNMP 2.0	1500106-18.2019.8.26.0390.02.0005-00
Nº Nacional	
Classe:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto:	Calúnia
Documento de Origem:	Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA
Autor:	Justiça Pública
Réu:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RJI BNMP 2.0 Nº :	203518350-08
Situação da Parte no BNMP 2.0:	A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 14/10/2021 - 13:22:27, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. RJI : 203518350-08. Última situação : Procurado.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição ou a qualquer Autoridade Policial e seus agentes a quem este for apresentado, indo por ele(a) assinado, que **NÃO EFETUE A PRISÃO** de:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741, RJI: 203518350-08**
 Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Nacionalidade: **Brasileiro**
 Naturalidade: **Naturalidade da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Data de Nascto.: **16/09/1995**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sexo: **Masculino**
 Cor: **Cor da Pele da Pessoa Selecionada << Informação indisponível >>**
 Estado Civil: **Solteiro**
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro - CEP 15460-000, Icem-SP**
 Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *

Motivo da Expedição do Contramandado: Liberdade provisória

Prisão Domiciliar do Contramandado: Não

Outras Medidas Cautelares do Contramandado: Sim

Medidas do Cautelares: a) Comparecimento periódico em juízo; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício.

MANDADO DE PRISÃO SELECIONADO PARA O CONTRAMANDADO DO BNMP 2.0:
 1500106-18.2019.8.26.0390.01.0004-20

O presente contramandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão. Int e cumpra-se. Nova Granada, 14 de outubro de 2021.". **CUMpra-SE**, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 14/10/2021 - 13:22:34, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 14/10/2021 - 13:22:35, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

504714 - Contramandado de Prisão - Crime - (BNMP)



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 14/10/2021 14:35

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Nova Granada, 14 de Outubro de 2021

URGENTE - CONTRAMANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390 - JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qui, 14/10/2021 14:53

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3 <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>

 1 anexos (843 KB)

1500106-18.2019.pdf;

Segue contramandado de prisão para as devidas providências.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

ENC: URGENTE - CONTRAMANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390 - JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qui, 14/10/2021 14:56

Para: contramandado.iirgd@sp.gov.br <contramandado.iirgd@sp.gov.br>

Segue contramandado de prisão para as devidas providências.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

De: JULIANA GREISSE BERTOLDI

Enviado: quinta-feira, 14 de outubro de 2021 14:53

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3 <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>

Assunto: URGENTE - CONTRAMANDADO DE PRISÃO - 1500106-18.2019.8.26.0390 - JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Segue contramandado de prisão para as devidas providências.

Favor Confirmar Recebimento.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 14/10/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão. Int
e cumpra-se. Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

Nova Granada, (SP), 14 de outubro de 2021



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO - OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

REFERENTE AO HABEAS CORPUS Nº 2238572-75.2021.8.26.0000

12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Nova Granada, 13 de outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Considerando a determinação do E. Desembargador Relator do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000, bem como a ausência de informação acerca do cumprimento do mandado de prisão de fls. 1481/1482, enviado aos órgãos competentes às fls. 1485/1486, **já foi expedida ordem de CONTRAMANDADO DE PRISÃO** em favor de Joaquim Pedro de Moraes Filho para que recorra em liberdade, mediante as mesmas medidas cautelares impostas no HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também idênticas as do HC nº 2001982-83.2021.8.26.0000 (fl. 1377), conforme pesquisa no e-SAJ, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício.

Intime-se pessoalmente o Réu/Paciente, servindo o presente, como **MANDADO**.

Ainda, pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem:

1. Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de **Nova Granada/SP**, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima.
2. Após **3 (três)** magistrados declinarem de judicar na causa, este Magistrado aceitou a designação da E. Presidência. Vários, igualmente, foram os advogados que não aceitaram representar o réu, diante das peculiaridades da causa.
2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578).
3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do *Youtube* (fls. 820/821).

5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. **A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019** (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente.

6. O **réu/paciente foi citado por hora certa** por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), **ante a suspeita de ocultação do acusado.**

7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087).

8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170).

9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139).

10. **Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390.**

11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h.

12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), **todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245.**

13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246).

14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250).

15. Por pertinente, informo a existência de outro **HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.** Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

16. **Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente**, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245.

17. **No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323).**

18 As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352).

19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "**é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais**" (fls. 1337).

20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, **com urgência** (fls. 1377/1379).

21. O Alvará de Soltura foi expedido e cumprido (fls. 1394/1397) tendo o Paciente sido intimado das medidas cautelares impostas.

22. Chegou ao meu conhecimento uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, juntada aos autos, por minha determinação, às fls. 1407/1410, por tal motivo, converti o julgamento em diligência para que as partes se manifestassem acerca do documento (fl. 1411).

23. À fl. 1417 sobreveio notícia da renúncia do então advogado do paciente, motivo pelo qual determinei sua intimação pessoal para se manifestar acerca da documentação julgada às fls. 1407/1410, bem como para que constituísse novo advogado (fl. 1418).

24. O Paciente foi pessoalmente intimado (fls. 1432/1433) tendo deixado de se manifestar, bem como constituir novo defensor (fl. 1434).

25. Às fls. 1438/1439 sobreveio manifestação do advogado constituído pelo Paciente.

26. Já que em termos, às fls. 1440/1455, no dia 09 de setembro de 2021, proferi sentença decretando a procedência da ação penal e a condenação do Paciente, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

27. Chegou a informação deste Juízo que o Réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito. Sendo assim, diante do fato novo, que este Magistrado somente tomou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

conhecimento após a prolação da Sentença Condenatória, procedi a adequação da Sentença de fls. 1440/1455 a fim de denegar - por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente - o direito do Réu apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea. Assim, por estarem presentes o requisitos e por ter o Paciente descumprido a obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e de violar bens jurídicos de forma difusa, **deneguei ao Réu o direito de apelar em liberdade e determinei sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença**, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública, tendo determinado a expedição de mandado de prisão (fls. 1479/1480).

28. Pelo Ministério Público foi feito pedido de reconsideração da decisão de fls. 1479/1480) para que fosse revogada a prisão preventiva e mantido o direito do Paciente recorrer em liberdade.

29. Justifiquei que, por se tratar de hipótese excepcionalíssima, conforme já suscitado anteriormente, por já ter este magistrado noticiado os fatos à superior instância a decisão seria mantida, até mesmo porque a questão da internação compulsória não interfere nestes autos (fl. 1503). Anoto que, neste ponto, a superior instância reconheceu, igualmente, ser caso excepcional diante da extrema belicosidade do réu.

30. Pelo Paciente foram apresentadas as Razões de Apelo com pedido de manifestação deste magistrado acerca de eventual suspeição, bem como reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 (fls. 1509/1513).

31. Tendo em vista que o Paciente, de forma dolosa, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrado, proferi decisão determinando que deve prevalecer a regra constitucional do juiz natural, mantendo as decisão de fls. 1479/1480 e 1503 por seu próprio fundamentos. Recebi o recurso e determinei vista ao MP para apresentação de suas contrarrazões (fls. 1514/1515).

32. Recebi o recurso de fls. 1501 do MP e deu vista às partes para apresentação de suas respectivas contrarrazões de apelação (fl. 1525)

33. **Peças principais da ação penal:** fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do *Youtube*); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

(Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas); fls. 1407/1410 (publicações do Paciente); fls. 1440/1455 (sentença condenatória); fls. 1466/1476 (e-mails enviados pelo Paciente); fls. 1479/1480 (determinação de expedição de mandado de prisão do Paciente); 1490/1501 (pedido de reconsideração do Ministério Público); fl. 1503 (decisão mantendo o que foi anteriormente decidido); fls. 1509/1513 (razões de apelação do Paciente); fls. 1514/1515 (recebimento do recurso do Paciente); fl. 1525 (recebimento do recurso do Ministério Público). **Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão.**

Ontem, dia 13.10.2021, novamente, o réu enviou mensagens de difusão em massa a denegrir a honra e a dignidade deste Magistrado na rede interna do Tribunal de Justiça; isto porque se encontra foragido e porque obteve ordem de soltura; isto está documentado em fls. 1.555/1.560 dos autos.

Com relação aos questionamentos impressos pela superior instância, assinalo que:

(i) Na percepção jurídica deste julgador, mesmo que não se refira a fatos do caso concreto, o fato de o réu atentar contra a honra de seu julgador em ambiente virtual e de maneira difusa é grave a ponto de não ser previsto pelo legislador; imprimo, respeitosamente, o questionamento seguinte, se, doravante, os Juízes de Direito do Estado de São Paulo, ao conceder libertação a réus, deverão incluir, nas cláusulas genéricas de manutenção da liberdade, o dever de não ofender o juiz na internet. A conduta do réu é digna do mais veemente repúdio, pois vale-se do ambiente pantanoso da internet para, ofender a dignidade deste subscritor, Juiz de Direito que ostenta em seu prontuário 2 elogios, um deles pela profundidade jurídica de uma sentença. Doravante, acredita-se, as ofensas continuarão; o alveijamento possui intuitiva motivação, **já que este Magistrado não se curvou, no início do processo, às condutas do réu.** Afinal, o pátrida não foge à luta.

(ii) Com relação à violação do preceituado pelo artigo 3-A do Código de Processo Penal, excogitado dispositivo teve, por decisão do Ministro Luiz Fux, suspensa sua aplicabilidade diante do decidido liminarmente na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6305, cujo excerto segue-se:

Ex positis, entendo satisfeitos os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 3ºA a 3º-F, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 13.964/2019.

iii) Com relação à tessitura da decisão que, ulteriormente à prolação de sentença, determinou o encarceramento, *data venia*, este julgador a tem por acertada, seja pelos fundamentos já delineados, seja porque, no caso, decorreu do comportamento do réu que agiu impelido por invulgares gravidade e covardia, atentando contra o órgão jurisdicional.

O réu, portanto, violou medida cautelar imposta pelo juízo em fls. 820/821. Não se apreende dos autos que a decisão foi revogada, mas, sim, incrementada.

iv) Com relação às alegações finais da Defesa, foram autuadas em fls. 1.346/1.352, precedentemente, portanto, à edição da sentença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

v) Com relação à questão da semi-imputabilidade, a lei não veda a segregação do agente transgressor nestas condições, desde que presentes os requisitos legais; em sentença, concluiu este julgador que, naquilo que detém sanidade mental, o réu não titubeia em delinquir. Ademais, a expertise do mesmo em manusear equipamentos eletrônicos a ponto de enviar mensagem a centenas de órgão do Tribunal de Justiça, autoriza concluir neste sentido, da periculosidade e da personalidade voltada à transgressão criminal.

vi) Com relação à ação 1001416-48.2021.8.26.0390, ajuizada a 14.09.2021, serodiamente, ao que parece, a internação compulsória é medida juridicamente questionável, eis que o exame de insanidade mental realizado no processo criminal concluiu pela suficiência do tratamento ambulatorial.

Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como **ofício** ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA,, **RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP.**

Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e colocome à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las.

Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

URGENTE - INFORMAÇÃO DE HC - 1500106-18.2019.8.26.0390

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qui, 14/10/2021 18:22

Para: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS <sj5.10.6@tjsp.jus.br>

REFERENTE AO HABEAS CORPUS Nº 2238572-75.2021.8.26.0000

12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Seguem ofício e senha para as devidas providências.

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

Problema não sistema. Não permitiu a distribuição

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

Gabriela Colturato Lopes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 14/10/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Considerando a determinação do E. Desembargador Relator do HC n° 2238572-75.2021.8.26.0000, bem como a ausência de informação acerca do cumprimento do mandado de prisão de fls. 1481/1482, enviado aos órgãos competentes às fls. 1485/1486, já foi expedida ordem de CONTRAMANDADO DE PRISÃO em favor de Joaquim Pedro de Moraes Filho para que recorra em liberdade, mediante as mesmas medidas cautelares impostas no HC n° 2276617-85.2020.8.26.0000, também idênticas as do HC n° 2001982-83.2021.8.26.0000 (fl. 1377), conforme pesquisa no e-SAJ, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício. Intime-se pessoalmente o Réu/Paciente, servindo o presente, como MANDADO. Ainda, pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial n° 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. Após 3 (três) magistrados declinarem de judicar na causa, este Magistrado aceitou a designação da E. Presidência. Vários, igualmente, foram os advogados que não aceitaram representar o réu, diante das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

peculiaridades da causa. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18 As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por Al não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência (fls. 1377/1379). 21. O Alvará de Soltura foi expedido e cumprido (fls. 1394/1397) tendo o Paciente sido intimado das medidas cautelares impostas. 22. Chegou ao meu conhecimento uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, juntada aos autos, por minha determinação, às fls. 1407/1410, por tal motivo, converti o julgamento em diligência para que as partes se manifestassem acerca do documento (fl. 1411). 23. À fl. 1417 sobreveio notícia da renúncia do então advogado do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

paciente, motivo pelo qual determinei sua intimação pessoal para se manifestar acerca da documentação julgada às fls. 1407/1410, bem como para que constituísse novo advogado (fl. 1418). 24. O Paciente foi pessoalmente intimado (fls. 1432/1433) tendo deixado de se manifestar, bem como constituir novo defensor (fl. 1434). 25. Às fls. 1438/1439 sobreveio manifestação do advogado constituído pelo Paciente. 26. Já que em termos, às fls. 1440/1455, no dia 09 de setembro de 2021, proferi sentença decretando a procedência da ação penal e a condenação do Paciente, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. 27. Chegou a informação deste Juízo que o Réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito. Sendo assim, diante do fato novo, que este Magistrado somente tomou conhecimento após a prolação da Sentença Condenatória, procedi a adequação da Sentença de fls. 1440/1455 a fim de denegar - por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente - o direito do Réu apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea. Assim, por estarem presentes o requisitos e por ter o Paciente descumprido a obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e de violar bens jurídicos de forma difusa, deneguei ao Réu o direito de apelar em liberdade e determinei sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

imediatamente no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública, tendo determinado a expedição de mandado de prisão (fls. 1479/1480). 28. Pelo Ministério Público foi feito pedido de reconsideração da decisão de fls. 1479/1480) para que fosse revogada a prisão preventiva e mantido o direito do Paciente recorrer em liberdade. 29. Justifiquei que, por se tratar de hipótese excepcionalíssima, conforme já suscitado anteriormente, por já ter este magistrado noticiado os fatos à superior instância a decisão seria mantida, até mesmo porque a questão da internação compulsória não interfere nestes autos (fl. 1503). Anoto que, neste ponto, a superior instância reconheceu, igualmente, ser caso excepcional diante da extrema belicosidade do réu. 30. Pelo Paciente foram apresentadas as Razões de Apelo com pedido de manifestação deste magistrado acerca de eventual suspeição, bem como reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 (fls. 1509/1513). 31. Tendo em vista que o Paciente, de forma dolosa, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrado, proferi decisão determinando que deve prevalecer a regra constitucional do juiz natural, mantendo as decisões de fls. 1479/1480 e 1503 por seus próprios fundamentos. Recebi o recurso e determinei vista ao MP para apresentação de suas contrarrazões (fls. 1514/1515). 32. Recebi o recurso de fls. 1501 do MP e deu vista às partes para apresentação de suas respectivas contrarrazões de apelação (fl. 1525). 33. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas); fls. 1407/1410 (publicações do Paciente); fls. 1440/1455 (sentença condenatória); fls. 1466/1476 (e-mails enviados pelo Paciente); fls. 1479/1480 (determinação de expedição de mandado de prisão do Paciente); 1490/1501 (pedido de reconsideração do Ministério Público); fl. 1503 (decisão mantendo o que foi anteriormente decidido); fls. 1509/1513 (razões de apelação do Paciente); fls. 1514/1515 (recebimento do recurso do Paciente); fl. 1525 (recebimento do recurso do Ministério Público). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Ontem, dia 13.10.2021, novamente, o réu enviou mensagens de difusão em massa a denegrir a honra e a dignidade deste Magistrado na rede interna do Tribunal de Justiça; isto porque se encontra foragido e porque obteve ordem de soltura; isto está documentado em fls. 1.555/1.560 dos autos. Com relação aos questionamentos impressos pela superior instância, assinalo que: (i) Na percepção jurídica deste julgador, mesmo que não se refira a fatos do caso concreto, o fato de o réu atentar contra a honra de seu julgador em ambiente virtual e de maneira difusa é grave a ponto de não ser previsto pelo legislador; imprimo, respeitosamente, o questionamento seguinte, se, doravante, os Juízes de Direito do Estado de São Paulo, ao conceder libertação a réus, deverão incluir, nas cláusulas genéricas de manutenção da liberdade, o dever de não ofender o juiz na internet. A conduta do réu é digna do mais veemente repúdio, pois vale-se do ambiente pantanoso da internet para, ofender a dignidade deste subscritor, Juiz de Direito que ostenta em seu prontuário 2 elogios, um deles pela profundidade jurídica de uma sentença. Doravante, acredita-se, as ofensas continuarão; o alvejamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

possui intuitiva motivação, já que este Magistrado não se curvou, no início do processo, às condutas do réu. Afinal, o pátrida não foge à luta. (ii) Com relação à violação do preceituado pelo artigo 3-A do Código de Processo Penal, excogitado dispositivo teve, por decisão do Ministro Luiz Fux, suspensão sua aplicabilidade diante do decidido liminarmente na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6305, cujo excerto segue-se: Ex positis, entendo satisfeitos os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 3ºA a 3º-F, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 13.964/2019. (iii) Com relação à tessitura da decisão que, ulteriormente à prolação de sentença, determinou o encarceramento, data venia, este julgador a tem por acertada, seja pelos fundamentos já delineados, seja porque, no caso, decorreu do comportamento do réu que agiu impelido por invulgares gravidade e covardia, atentando contra o órgão jurisdicional. O réu, portanto, violou medida cautelar imposta pelo juízo em fls. 820/821. Não se apreende dos autos que a decisão foi revogada, mas, sim, incrementada. (iv) Com relação às alegações finais da Defesa, foram autuadas em fls. 1.346/1.352, precedentemente, portanto, à edição da sentença. (v) Com relação à questão da semi-imputabilidade, a lei não veda a segregação do agente transgressor nestas condições, desde que presentes os requisitos legais; em sentença, concluiu este julgador que, naquilo que detém sanidade mental, o réu não titubeia em delinquir. Ademais, a expertise do mesmo em manusear equipamentos eletrônicos a ponto de enviar mensagem a centenas de órgão do Tribunal de Justiça, autoriza concluir neste sentido, da periculosidade e da personalidade voltada à transgressão criminal. (vi) Com relação à ação 1001416-48.2021.8.26.0390, ajuizada a 14.09.2021, serodiamente, ao que parece, a internação compulsória é medida juridicamente questionável, eis que o exame de insanidade mental realizado no processo criminal concluiu pela suficiência do tratamento ambulatorial. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA,, RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição
de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a
Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Nova Granada, (SP), 14 de outubro de 2021

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1279/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/10/2021. Considera-se a data de publicação em 18/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Fls. 1523: Recebo o recurso de apelação do Órgão do Ministério Público (fls. 1501). Dê-se vista ao apelante/apelado Ministério Público para apresentação de suas razões de apelação, bem como das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513). Em seguida, intime-se o apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para suas contrarrazões de apelação. Fls. 1524: Expeça-se edital de intimação do acusado, com prazo de quinze (15) dias, da sentença proferida (fls. 1440/1455), nos termos do artigo 392 inciso VI, do Código de Processo Penal. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 1514/1515. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade, sentença publicada no dia 09/09/2021, tendo como termo final da prescrição: 08 de setembro de 2029. Anote-se. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1279/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/10/2021. Considera-se a data de publicação em 18/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Ciência para a defesa fls. 1555/1560."

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1287/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Considerando a determinação do E. Desembargador Relator do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000, bem como a ausência de informação acerca do cumprimento do mandado de prisão de fls. 1481/1482, enviado aos órgãos competentes às fls. 1485/1486, já foi expedida ordem de CONTRAMANDADO DE PRISÃO em favor de Joaquim Pedro de Moraes Filho para que recorra em liberdade, mediante as mesmas medidas cautelares impostas no HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também idênticas as do HC nº 2001982-83.2021.8.26.0000 (fl. 1377), conforme pesquisa no e-SAJ, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício. Intime-se pessoalmente o Réu/Paciente, servindo o presente, como MANDADO. Ainda, pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. Após 3 (três) magistrados declinarem de judicar na causa, este Magistrado aceitou a designação da E. Presidência. Vários, igualmente, foram os advogados que não aceitaram representar o réu, diante das peculiaridades da causa. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente,

devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18. As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência (fls. 1377/1379). 21. O Alvará de Soltura foi expedido e cumprido (fls. 1394/1397) tendo o Paciente sido intimado das medidas cautelares impostas. 22. Chegou ao meu conhecimento uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, juntada aos autos, por minha determinação, às fls. 1407/1410, por tal motivo, converti o julgamento em diligência para que as partes se manifestassem acerca do documento (fl. 1411). 23. À fl. 1417 sobreveio notícia da renúncia do então advogado do paciente, motivo pelo qual determinei sua intimação pessoal para se manifestar acerca da documentação julgada às fls. 1407/1410, bem como para que constituísse novo advogado (fl. 1418). 24. O Paciente foi pessoalmente intimado (fls. 1432/1433) tendo deixado de se manifestar, bem como constituir novo defensor (fl. 1434). 25. Às fls. 1438/1439 sobreveio manifestação do advogado constituído pelo Paciente. 26. Já que em termos, às fls. 1440/1455, no dia 09 de setembro de 2021, proferi sentença decretando a procedência da ação penal e a condenação do Paciente, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. 27. Chegou a informação deste Juízo que o Réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito. Sendo assim, diante do fato novo, que este Magistrado somente tomou conhecimento após a prolação da Sentença Condenatória, procedi a adequação da Sentença de fls. 1440/1455 a fim de denegar - por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente - o direito do Réu apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea. Assim, por estarem presentes o requisitos e por ter o Paciente descumprido a obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e de violar bens jurídicos de forma difusa, deneguei ao Réu o direito de apelar em liberdade e determinei sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública, tendo determinado a expedição de mandado de prisão (fls. 1479/1480). 28. Pelo Ministério Público foi feito pedido de reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 para que fosse revogada a prisão preventiva e mantido o direito do Paciente recorrer em liberdade. 29. Justifiquei que, por se tratar de hipótese excepcionalíssima, conforme já suscitado anteriormente, por já ter este magistrado noticiado os fatos à superior instância a decisão seria mantida, até mesmo porque a questão da internação compulsória não interfere nestes autos (fl. 1503). Anoto que, neste ponto, a superior instância reconheceu, igualmente, ser caso excepcional diante da extrema belicosidade do réu. 30. Pelo Paciente foram apresentadas as Razões de Apelo com pedido de manifestação deste magistrado acerca de eventual suspeição, bem como reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 (fls. 1509/1513). 31. Tendo em vista que o Paciente, de forma dolosa, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrado, proferi decisão determinando que deve prevalecer a regra constitucional do juiz natural, mantendo as decisão de fls. 1479/1480 e 1503 por seu próprio fundamentos. Recebi o recurso e determinei vista ao MP para apresentação de suas contrarrazões (fls. 1514/1515). 32. Recebi o recurso de fls. 1501 do MP e deu vista às partes para apresentação de suas respectivas contrarrazões de apelação (fl. 1525) 33. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso);

fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas); fls. 1407/1410 (publicações do Paciente); fls. 1440/1455 (sentença condenatória); fls. 1466/1476 (e-mails enviados pelo Paciente); fls. 1479/1480 (determinação de expedição de mandado de prisão do Paciente); 1490/1501 (pedido de reconsideração do Ministério Público); fl. 1503 (decisão mantendo o que foi anteriormente decidido); fls. 1509/1513 (razões de apelação do Paciente); fls. 1514/1515 (recebimento do recurso do Paciente); fl. 1525 (recebimento do recurso do Ministério Público). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Ontem, dia 13.10.2021, novamente, o réu enviou mensagens de difusão em massa a denegrir a honra e a dignidade deste Magistrado na rede interna do Tribunal de Justiça; isto porque se encontra foragido e porque obteve ordem de soltura; isto está documentado em fls. 1.555/1.560 dos autos. Com relação aos questionamentos impressos pela superior instância, assinalo que: (i) Na percepção jurídica deste julgador, mesmo que não se refira a fatos do caso concreto, o fato de o réu atentar contra a honra de seu julgador em ambiente virtual e de maneira difusa é grave a ponto de não ser previsto pelo legislador; imprimo, respeitosamente, o questionamento seguinte, se, doravante, os Juizes de Direito do Estado de São Paulo, ao conceder libertação a réus, deverão incluir, nas cláusulas genéricas de manutenção da liberdade, o dever de não ofender o juiz na internet. A conduta do réu é digna do mais veemente repúdio, pois vale-se do ambiente pantanoso da internet para, ofender a dignidade deste subscritor, Juiz de Direito que ostenta em seu prontuário 2 elogios, um deles pela profundidade jurídica de uma sentença. Doravante, acredita-se, as ofensas continuarão; o alvejamento possui intuitiva motivação, já que este Magistrado não se curvou, no início do processo, às condutas do réu. Afinal, o pátrida não foge à luta. (ii) Com relação à violação do preceituado pelo artigo 3-A do Código de Processo Penal, excogitado dispositivo teve, por decisão do Ministro Luiz Fux, suspensa sua aplicabilidade diante do decidido liminarmente na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6305, cujo excerto segue-se: Ex positis, entendo satisfeitos os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 3ºA a 3º-F, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 13.964/2019. iii) Com relação à tessitura da decisão que, ulteriormente à prolação de sentença, determinou o encarceramento, data venia, este julgador a tem por acertada, seja pelos fundamentos já delineados, seja porque, no caso, decorreu do comportamento do réu que agiu impelido por invulgares gravidade e covardia, atentando contra o órgão jurisdicional. O réu, portanto, violou medida cautelar imposta pelo juízo em fls. 820/821. Não se apreende dos autos que a decisão foi revogada, mas, sim, incrementada. iv) Com relação às alegações finais da Defesa, foram atuadas em fls. 1.346/1.352, precedentemente, portanto, à edição da sentença. v) Com relação à questão da semi-imputabilidade, a lei não veda a segregação do agente transgressor nestas condições, desde que presentes os requisitos legais; em sentença, concluiu este julgador que, naquilo que detém sanidade mental, o réu não titubeia em delinquir. Ademais, a expertise do mesmo em manusear equipamentos eletrônicos a ponto de enviar mensagem a centenas de órgão do Tribunal de Justiça, autoriza concluir neste sentido, da periculosidade e da personalidade voltada à transgressão criminal. vi) Com relação à ação 1001416-48.2021.8.26.0390, ajuizada a 14.09.2021, serodidamente, ao que parece, a internação compulsória é medida juridicamente questionável, eis que o exame de insanidade mental realizado no processo criminal concluiu pela suficiência do tratamento ambulatorial. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA,, RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Do que dou fé.
Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

Ana Lígia Paschoaletti de Lima

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1287/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão. Int e cumpra-se. Nova Granada, 14 de outubro de 2021."

Do que dou fé.
Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

Ana Lígia Paschoaletti de Lima


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
EDITAL

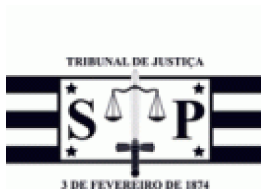
Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao(à)(s) **Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP. E como não foi(ram) encontrado(a)(s) expediu-se o presente edital, com **Prazo de 15 dias**, que será publicado e afixado na forma da lei, por meio do qual fica(m) **INTIMADO(A)(S)** da sentença proferida nos autos em epígrafe, cujo tópico final segue transcrito, conforme Provimento 334/88 do Conselho Superior da Magistratura: Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intemem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021. e ciente(s) de que, findo o prazo acima fixado, passará a correr o prazo de recurso, após o qual transitará em julgado a decisão. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 13 de outubro de 2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO - OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

REFERENTE AO HABEAS CORPUS Nº 2238572-75.2021.8.26.0000
12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

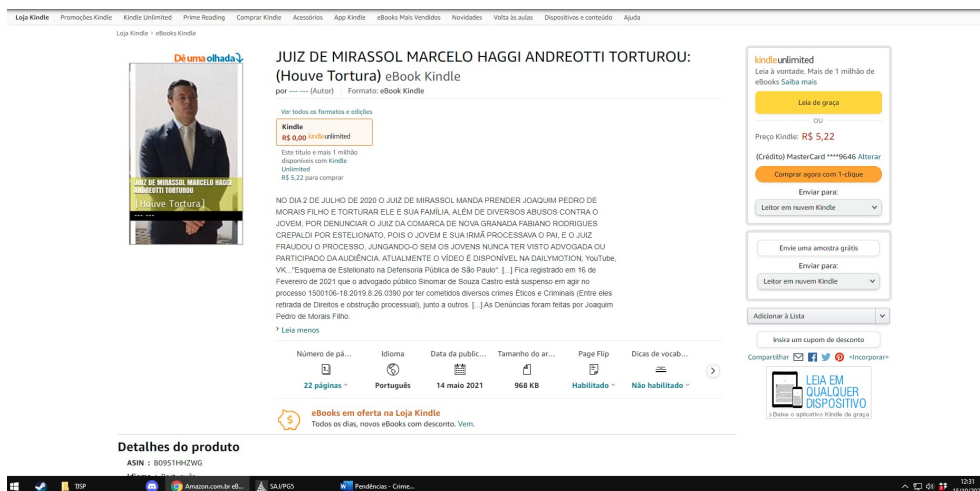
Nova Granada, 15 de outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência, em aditamento às informações prestadas às fls. 1575/1580, as informações que seguem:

1. O réu vem exercendo publicidade criminosa constante em endereço eletrônico de enorme penetração (amazon.com.br), com estrita relação à pretensão acusatória.

2. Refere-se, assim, a fatos do processo, eis que o réu, de maneira permanente, continua violando a dignidade e honra do Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada e vítima nos autos, Dr. Fabiano Crepaldi, conforme publicação "printada" abaixo que pode ser acessada pelo [link: https://www.amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG](https://www.amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG)



3. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como **ofício** ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador **RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e colocome à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las.

Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

LUAN AUGUSTO LONGO

De: LUAN AUGUSTO LONGO
Enviado em: sexta-feira, 15 de outubro de 2021 14:23
Para: SJ 5.10.6 - PROCESSAMENTO DE HC E MS CRIMINAIS - 11 e 12 CAMARAS
Assunto: Ofício - Aditamento às Informações Prestadas - Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - Informações ao HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000- 12ª Câmara de Direito Criminal
Anexos: Ofício - Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - Informações ao HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000.pdf

Boa tarde,

Pelo presente, encaminho ofício de aditamento às informações prestadas ao HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000.

Informo que a senha do processo já foi enviada no e-mail anterior (dia 14/10/2021).

Este é o link que consta no ofício: <https://www.amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG>

E este é o print da página acessada ao se clicar no link:

Loja Kindle | Promoções Kindle | Kindle Unlimited | Prime Reading | Comprar Kindle | Acessórios | App Kindle | eBooks Mais Vendidos | Novidades | Volta às aulas | Dispositivos e conteúdo | Ajuda

Loja Kindle | eBooks Kindle

JUIZ DE MIRASSOL MARCELO HAGGI ANDREOTTI TORTUROU: (Houve Tortura) eBook Kindle

por ---- (Autor) | Formato: eBook Kindle

Ver todos os formatos e edições

Kindle
R\$ 0,00 Kindle Unlimited

Este título é mais 1 milhão disponível com Kindle Unlimited
R\$ 5,22 para comprar

NO DIA 2 DE JULHO DE 2020 O JUIZ DE MIRASSOL, MANDA PRENDER JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E TORTURAR ELE E SUA FAMÍLIA, ALÉM DE DIVERSOS ABUSOS CONTRA O JOVEM, POR DENUNCIAR O JUIZ DA COMARCA DE NOVA GRANADA FABIANO RODRIGUES CREPALDI POR ESTELIONATO, POIS O JOVEM E SUA IRMÃ PROCESSAVA O PAI, E O JUIZ FRAUDOU O PROCESSO, JUNGANDO-O SEM OS JOVENS NUNCA TER VISTO ADVOGADA OU PARTICIPADO DA AUDIÊNCIA. ATUALMENTE O VÍDEO É DISPONÍVEL NA DAILYMOTION, YouTube, VK, "Esquema de Estelionato na Defensoria Pública de São Paulo". [...] Fica registrado em 16 de Fevereiro de 2021 que o advogado público Sinomar de Souza Castro está suspenso em agir no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 por ter cometido diversos crimes Éticos e Criminais (Entre eles retirada de Direitos e obstrução processual), junto a outros. [...] As Denúncias foram feitas por Joaquim Pedro de Moraes Filho.

> Leia menos

Número de pá...	Idioma	Data da public...	Tamanho do ar...	Page Flip	Dicas de vocab...
22 páginas	Português	14 maio 2021	968 KB	Habilitado	Não habilitado

Amazon Assistant
Economize com o nosso Verificador de Preços dos últimos 30 dias. Saiba Mais

Obrigado!

Atenciosamente,



LUAN AUGUSTO LONGO
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Tel (17) 3262-1612

Email da Vara: novagranada@tjsp.jus.br

E-mail: luanlongo@tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

U R G E N T E

MANDADO – FOLHA DE ROSTO - Processo Digital

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Valor da Causa: **Valor da Ação << Informação indisponível >>**
 Nº do Mandado: **390.2021/003792-7**

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: MARCELO HAGGI ANDREOTTI

ADVERTÊNCIA: 1. Comparecer com antecedência mínima de 30 minutos do horário da audiência, se audiência presencial e apresentar na portaria de acesso ao Fórum e na audiência documento de identidade com foto e com CPF. **2. PROCESSO DIGITAL:** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha Senha de acesso da pessoa selecionada. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **3. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Conforme determinado pela Portaria nº 9.998/2021, para o ingresso nos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deverá ser exibido: (1) Certificado de Vacina Covid-19 Digital-Conecte SUS; ou (2) comprovante impresso em papel timbrado, emitido no momento da vacinação; ou (3) relatório médico justificando o óbice à vacinação. O uso de máscara é obrigatório para maiores de 2 anos de idade.

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

39020210037927



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 15/10/2021 14:19

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Considerando a determinação do E. Desembargador Relator do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000, bem como a ausência de informação acerca do cumprimento do mandado de prisão de fls. 1481/1482, enviado aos órgãos competentes às fls. 1485/1486, já foi expedida ordem de CONTRAMANDADO DE PRISÃO em favor de Joaquim Pedro de Moraes Filho para que recorra em liberdade, mediante as mesmas medidas cautelares impostas no HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também idênticas as do HC nº 2001982-83.2021.8.26.0000 (fl. 1377), conforme pesquisa no e-SAJ, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício. Intime-se pessoalmente o Réu/Paciente, servindo o presente, como MANDADO. Ainda, pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. Após 3 (três) magistrados declinarem de judicar na causa, este Magistrado aceitou a designação da E. Presidência. Vários, igualmente, foram os advogados que não aceitaram representar o réu, diante das peculiaridades da causa. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O

investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15. Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18 As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva

(fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência (fls. 1377/1379). 21. O Alvará de Soltura foi expedido e cumprido (fls. 1394/1397) tendo o Paciente sido intimado das medidas cautelares impostas. 22. Chegou ao meu conhecimento uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, juntada aos autos, por minha determinação, às fls. 1407/1410, por tal motivo, converti o julgamento em diligência para que as partes se manifestassem acerca do documento (fl. 1411). 23. À fl. 1417 sobreveio notícia da renúncia do então advogado do paciente, motivo pelo qual determinei sua intimação pessoal para se manifestar acerca da documentação julgada às fls. 1407/1410, bem como para que constituísse novo advogado (fl. 1418). 24. O Paciente foi pessoalmente intimado (fls. 1432/1433) tendo deixado de se manifestar, bem como constituir novo defensor (fl. 1434). 25. Às fls. 1438/1439 sobreveio manifestação do advogado constituído pelo Paciente. 26. Já que em termos, às fls. 1440/1455, no dia 09 de setembro de 2021, proferi sentença decretando a procedência da ação penal e a condenação do Paciente, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. 27. Chegou a informação deste Juízo que o Réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito. Sendo assim, diante do fato novo, que este Magistrado somente tomou conhecimento após a prolação da Sentença Condenatória, procedi a adequação da Sentença de fls. 1440/1455 a fim de denegar - por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente - o direito do Réu apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea. Assim, por estarem presentes o requisitos e por ter o Paciente descumprido a obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e de violar bens jurídicos de forma difusa, deneguei ao Réu o direito de apelar em liberdade e determinei sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades,

seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública, tendo determinado a expedição de mandado de prisão (fls. 1479/1480). 28. Pelo Ministério Público foi feito pedido de reconsideração da decisão de fls. 1479/1480) para que fosse revogada a prisão preventiva e mantido o direito do Paciente recorrer em liberdade. 29. Justifiquei que, por se tratar de hipótese excepcionalíssima, conforme já suscitado anteriormente, por já ter este magistrado noticiado os fatos à superior instância a decisão seria mantida, até mesmo porque a questão da internação compulsória não interfere nestes autos (fl. 1503). Anoto que, neste ponto, a superior instância reconheceu, igualmente, ser caso excepcional diante da extrema belicosidade do réu. 30. Pelo Paciente foram apresentadas as Razões de Apelo com pedido de manifestação deste magistrado acerca de eventual suspeição, bem como reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 (fls. 1509/1513). 31. Tendo em vista que o Paciente, de forma dolosa, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrado, proferi decisão determinando que deve prevalecer a regra constitucional do juiz natural, mantendo as decisão de fls. 1479/1480 e 1503 por seu próprio fundamentos. Recebi o recurso e determinei vista ao MP para apresentação de suas contrarrazões (fls. 1514/1515). 32. Recebi o recurso de fls. 1501 do MP e deu vista às partes para apresentação de suas respectivas contrarrazões de apelação (fl. 1525) 33. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas); fls. 1407/1410 (publicações do Paciente); fls. 1440/1455 (sentença condenatória); fls. 1466/1476 (e-mails enviados pelo Paciente); fls. 1479/1480 (determinação de expedição de mandado de prisão do Paciente); 1490/1501 (pedido de reconsideração do Ministério Público); fl. 1503 (decisão mantendo o que foi anteriormente decidido); fls. 1509/1513 (razões de apelação do Paciente); fls. 1514/1515 (recebimento do recurso do Paciente); fl. 1525 (recebimento do recurso do Ministério Público). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Ontem, dia 13.10.2021, novamente, o réu enviou mensagens

de difusão em massa a denegrir a honra e a dignidade deste Magistrado na rede interna do Tribunal de Justiça; isto porque se encontra foragido e porque obteve ordem de soltura; isto está documentado em fls. 1.555/1.560 dos autos. Com relação aos questionamentos impressos pela superior instância, assinalo que: (i) Na percepção jurídica deste julgador, mesmo que não se refira a fatos do caso concreto, o fato de o réu atentar contra a honra de seu julgador em ambiente virtual e de maneira difusa é grave a ponto de não ser previsto pelo legislador; imprimo, respeitosamente, o questionamento seguinte, se, doravante, os Juízes de Direito do Estado de São Paulo, ao conceder libertação a réus, deverão incluir, nas cláusulas genéricas de manutenção da liberdade, o dever de não ofender o juiz na internet. A conduta do réu é digna do mais veemente repúdio, pois vale-se do ambiente pantanoso da internet para, ofender a dignidade deste subscritor, Juiz de Direito que ostenta em seu prontuário 2 elogios, um deles pela profundidade jurídica de uma sentença. Doravante, acredita-se, as ofensas continuarão; o alvejamento possui intuitiva motivação, já que este Magistrado não se curvou, no início do processo, às condutas do réu. Afinal, o pátrida não foge à luta. (ii) Com relação à violação do preceituado pelo artigo 3-A do Código de Processo Penal, excogitado dispositivo teve, por decisão do Ministro Luiz Fux, suspensão sua aplicabilidade diante do decidido liminarmente na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6305, cujo excerto segue-se: Ex positis, entendo satisfeitos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 3ºA a 3º-F, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 13.964/2019. (iii) Com relação à tessitura da decisão que, ulteriormente à prolação de sentença, determinou o encarceramento, data venia, este julgador a tem por acertada, seja pelos fundamentos já delineados, seja porque, no caso, decorreu do comportamento do réu que agiu impelido por invulgares gravidade e covardia, atentando contra o órgão jurisdicional. O réu, portanto, violou medida cautelar imposta pelo juízo em fls. 820/821. Não se apreende dos autos que a decisão foi revogada, mas, sim, incrementada. (iv) Com relação às alegações finais da Defesa, foram autuadas em fls. 1.346/1.352, precedentemente, portanto, à edição da sentença. (v) Com relação à questão da semi-imputabilidade, a lei não veda a segregação do agente transgressor nestas condições, desde que presentes os requisitos legais; em sentença, concluiu este julgador que, naquilo que detém sanidade mental, o réu não titubeia em delinquir. Ademais, a expertise do mesmo em manusear equipamentos eletrônicos a ponto de enviar mensagem a centenas de órgão do Tribunal de Justiça, autoriza concluir neste sentido, da periculosidade e da personalidade voltada à transgressão criminal. (vi) Com relação à ação 1001416-48.2021.8.26.0390, ajuizada a 14.09.2021, serodiamente, ao que parece, a internação compulsória é medida juridicamente questionável, eis que o exame de insanidade mental realizado no processo criminal concluiu pela suficiência do tratamento ambulatorial. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA,, RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de

Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Nova Granada, 15 de Outubro de 2021

Ofício nº 523/2021 – EAT

Icém, 24 de setembro de 2021.

Meritíssimo Juiz,

Encaminho a Vossa Excelência o documento anexo, consistente na comercialização de um e-book no site da “amazon.com” (link de acesso: <https://www.amazon.com/-/es/ebook/dp/B09BQ38JJ5>) cujo conteúdo faz acusação infundada a este Diretor, bem como, a Vossa Excelência.

Tendo em vista que não foi possível a identificação do autor, encaminho o conteúdo, para conhecimento e providências que entender convenientes.

É o que tenho a informar. Coloco-me à disposição para quaisquer outras informações que Vossa Excelência julgar necessárias.

Respeitosamente,


JOÃO DONIZETE DA CUNHA
DIRETOR TÉCNICO III

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor
MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Juiz de Direito da Comarca de
Mirassol/SP

Enviar para
Brasil

Loja Kindle

Olá, faça seu login
Contas e Listas

Devoluções
e Pedidos

fls. 1611

0

Todos Ofertas do Dia Atendimento ao Cliente Minhas listas Vales-presente Vender

Amazon's response to COVID-19

Compre um Kindle eBooks Kindle Kindle Unlimited Prime Reading Mais vendidos e outros Kindle Vella Ofertas de livros do Kindle Kindle Singles banca de jornais



Kindle Paperwhite internacional Compre agora

Kindle Store eBooks Kindle Inglês e Outras Línguas



participação do Diretor da Penitenciária de Icem, João Donizete Cunha, Estado de São Paulo, no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 com teor de Tortura (Portuguese Edition) eBook Kindle

Edição Português por --- (Author) Formato: eBook Kindle

Ver todos os formatos e edições

Kindle
US\$ 0,99

Leia com nossos apps gratuitos

[doc] Registra-se hoje, A co participação do Diretor da Penitenciária de Icem, João Donizete Cunha, Estado de São Paulo, no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 com teor de Tortura, a interligação com O Então Juiz Marcelo Haggi Andreotti para "Retirada de Direitos, entre eles a Ampla Defesa".

Idioma	Data da public...	Tamanho do ar...	Page f
Português	1 agosto 2021	982 KB	Habilita

Detalhes do produto

ASIN : B09BQ38JJ5

Data da publicação : 1 agosto 2021

Idioma : Português

Tamanho do arquivo : 982 KB

Quantidade de dispositivos em que é possível ler este eBook ao mesmo tempo : Ilimitado

Leitura de texto : Habilitado

Leitor de tela : Compatível

Configuração de fonte : Habilitado

Dicas de vocabulário : Não habilitado

Empréstimo : Habilitado

Vídeos

Faça o upload de um vídeo e ajude outras pessoas a saberem mais sobre este produto!

Fazer upload de um vídeo

Preço Kindle: **US\$ 0,99**

inclui a entrega sem fio
internacional via **Amazon
Whispernet**

Comprar agora com 1-clique

Entregar no seu Kindle ou em outro
dispositivo

Envie uma amostra grátis

Entregar no seu Kindle ou em outro
dispositivo

Dê de presente

Adicionar à Lista

Insira um cupom de desconto

Compartilhar

<Incorporar>



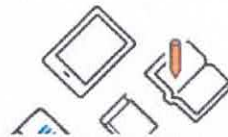
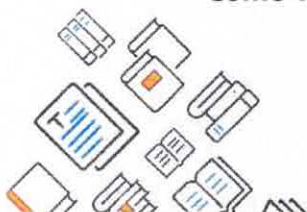
amazon book clubs
early access

Adicionar ao clube do livro

Não está em um clube? **Mais
informações**

Como você avaliaria sua experiência de compra de livros na Amazon hoje?

Muito ruim Neutro Ótimo!



Avaliações de clientes

Nenhuma avaliação de cliente

5 estrelas

0%

4 estrelas

0%

3 estrelas

0%

2 estrelas

0%

1 estrela

0%

Como as classificações são calculadas?

Informar um problema

Este livro contém conteúdo inapropriado?

Reportar

Você acredita que esse item viola direitos autorais?

Reportar

Este livro contém problemas de qualidade ou de formatação?

Reportar

Voltar ao início

Conheça-nos

- Carreiras
- Blog
- Sobre a Amazon
- Relações do investidor
- Dispositivos Amazon

Ganhe dinheiro conosco

- Venda na Amazon
- Venda na Amazon Business
- Venda seus aplicativos na Amazon
- Seja um associado
- Anuncie seus produtos
- Publique seus livros
- Tenha um Amazon Hub
- › Veja mais ganhe dinheiro conosco

Formas de pagamento

- Comprar com pontos
- Atualizar seu saldo
- Conversor de moedas da Amazon

Deixe-nos ajudá-lo

- Amazon e COVID-19
- Sua conta
- Seus pedidos
- Frete e prazo de entrega
- Devoluções e reembolsos
- Gerencie seu conteúdo e dispositivos
- Amazon Assistant
- Ajuda

Português

\$ USD - Dólar americano

Estados Unidos

Amazon Music
Stream milhões de músicas

Amazon Advertising

Amazon Drive
Armazenamento em nuvem da Amazon

6pm
Consiga ofertas em marcas de moda

AbeBooks
Books, art & collectibles

ACX
Publicação de audiolivros facilitada

Alexa
Análises úteis para a Web

Vender na Amazon
Começar uma Conta de Venda

Amazon Business
Tudo Para sua empresa

AmazonGlobal
Envie pedidos internacionalmente

Amazon Home
Serviços Profissionais experientes
Garantia de felicidade

Amazon Ignite
Venda seu original Educacional Recursos

AmazonWebServices
Scalable Cloud Services

Audible
Download Audio Books

Book Depository
Books With Free Delivery Worldwide

Box Office Mojo
Encontrar filme Dados de bilheteria

ComiXology
Milhares de Quadrinhos digitais

DPRReview
Fotografia Digital

East Dane
Designer Moda masculina

Tecidos
Costura, retalhos e tricô

Goodreads
Avaliações de livros e recomendações

IMDb
Movies, TV & Celebrities

IMDbPro
Obtenha info de entretenimento
Necessidade profissional

Kindle Direct Publishing
Indie Digital Publishing facilitada

Prime Video Direct
Distribuição de vídeos facilitada

Shopbop
Designer Fashion Brands

Woot!
Ofertas e travessuras

O Zappos
Sapatos e Roupas

Ring
Sistemas de segurança para casa inteligente

Eero WiFi
Transmissão de vídeo 4K em todos os ambientes

Blink
Smart Security for Every Home

Neighbors App
Alertas de segurança e de crimes em tempo real

Inscrever-se na Amazon
Descubra e tente serviços de inscrição

PillPack
Farmácia simplificada

Amazon Second Chance
Pass it on, trade it in, give it a second life

Email - MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Amazon.com.br eBooks Kindle

amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG

amazon.com.br

Olá, Faça seu login

Contas e Listas

Devoluções e Pedidos

Carrinho

Todos

Venda na Amazon

Prime

Mais Vendidos

Livros

Atendimento ao Cliente

Amazon Moda

Ofertas do Dia

Lançamentos

Computadores

Eletrônicos

Games

Ideias para Presente

Amazon Prime: Teste GRÁTIS por 30 dias

Loja Kindle

Promoções Kindle

Kindle Unlimited

Prime Reading

Comprar Kindle

Acessórios

App Kindle

eBooks Mais Vendidos

Novidades

Volta às aulas

Dispositivos e conteúdo

Ajuda

Loja Kindle eBooks Kindle

Dê uma olhada

JUIZ DE MIRASSOL MARCELO HAGGI ANDREOTTI TORTUROU: (Houve Tortura)

por --- (Autor) Formato: eBook Kindle

Ver todos os formatos e edições

Kindle R\$ 0,00

kindleunlimited

Este título e mais 1 milhão disponíveis com Kindle Unlimited R\$ 5,22 para comprar

NO DIA 2 DE JULHO DE 2020 O JUIZ DE MIRASSOL MANDA PRENDER JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E TORTURAR ELE E SUA FAMÍLIA, ALÉM DE DIVERSOS ABUSOS CONTRA O JOVEM, POR DENUNCIAR O JUIZ DA COMARCA DE NOVA GRANADA FABIANO RODRIGUES CREPALDI POR ESTELIONATO, POIS O JOVEM E SUA IRMÃ PROCESSAVA O PAI, E O JUIZ FRAUDOU O PROCESSO, JUNGANDO-O SEM OS JOVENS NUNCA TER VISTO ADVOGADA OU PARTICIPADO DA AUDIÊNCIA. ATUALMENTE O VÍDEO É DISPONÍVEL NA DAILYMOTION, YouTube, VK..."Esquema de Estelionato na Defensoria Pública de São Paulo". [...] Fica registrado em 16 de Fevereiro de 2021 que o advogado público Sinomar de Souza Castro está suspenso em agir no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 por ter cometido diversos crimes Éticos e Criminais (Entre eles retirada de Direitos e obstrução processual), junto a outros. [...] As Denúncias foram feitas por Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Leia menos

Número de pá...	Idioma	Data da public...	Tamanho do ar...	Page Flip	Dicas de vocab...
22 páginas	Português	14 maio 2021	968 KB	Habilitado	Não habilitado

Novidades da Loja Kindle

eBooks novos para sua biblioteca digital. Veja aqui

kindleunlimited

Leia à vontade. Mais de 1 milhão de eBooks Saiba mais

Leia de graça

OU

Preço Kindle: R\$ 5,22

Comprar agora

Entregar no seu Kindle ou em outro dispositivo

Envie uma amostra grátis

Entregar no seu Kindle ou em outro dispositivo

Adicionar à Lista

Insira um cupom de desconto

Compartilhar

LEIA EM QUALQUER DISPOSITIVO

Baixe o aplicativo Kindle de graça

Mensagem_Sem_Tí...zip

W

E

Google

Excel

PowerPoint

Outlook

Chrome

Firefox

Edge

Internet Explorer

Skype

WhatsApp

Telegram

Signal

Zoom

Microsoft Teams

Slack

Discord

Skype

WhatsApp

Telegram

Signal

Zoom

Microsoft Teams

Slack

Discord

26°C

Ensolarado

11:36

15/10/2021


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO - OFÍCIO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA**, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99165-2035

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Requisito à D. Autoridade Policial do Município de Icem-SP (artigo 72 do Código de Processo Penal) a instauração de inquérito policial contra o ora réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem – SP.

A requisição decorre de condutas intimidatórias desfechadas pelo réu e tipificadas como crime contra a honra pelo Código Penal, derivadas deste processo judicial e que se direcionaram contra este magistrado (autos do processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390), referente aos fatos documentados em:

- i) Fls. 1.236 (15.12.2020);
- ii) Fls. 1.407/1.410 (23.04.2021);
- iii) Fls. 1.466/1.476 (10.09.2021);
- iv) Publicação no site Amazon.com (documento em anexo) em 24.09.2021, conforme informação do Ilmo. Sr. João Donizete da Cunha, lotado no Centro de Detenção Provisória de Icem-SP, e que foi vítima de calúnia do réu, igualmente.
- v) Fl. 1.505, 13.09.2021;
- vi) Fls. 1.555/1.560 (11.10.2021);
- vii) Documento extraído do site Amazon.com (em anexo), no dia 15.10.2021.

O réu, no caso, utiliza-se dos desvãos pantanosos da rede mundial de computadores e atenta contra reputações.

Expeça-se instrumental requisitório, a ser acompanhado de cópia das folhas referidas dos autos judiciais e dos arquivos correlatos aos fatos dos dias 24.09.2021 e 15.10.2021.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Tanto o arquivo enviado pelo Ilustre Servidor da administração penitenciária, como o *print* deletério a este subscritor (itens iv e vii), deverão ser autuados e deverão ilustrar o ofício à D. Autoridade Policial competente.

Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado da documentação acima relacionada, como **OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia.** A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br.

Assinalo, para os fins de direito, que esse subscritor, formalmente, representa criminalmente contra o excogitado réu para apuração e prossecução penal processual pelos fatos mencionados.

Intimem-se e cumpra-se.

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

LUAN AUGUSTO LONGO

De: LUAN AUGUSTO LONGO
Enviado em: sexta-feira, 15 de outubro de 2021 15:45
Para: Delegacia de Policia Civil Icém (dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br)
Assunto: Ofício - Investigação Criminal - Representação Criminal - 1500106-18.2019.8.26.0390 - Ao D. Delegado de Polícia do Município de Icém
Anexos: Documentos - Investigação Criminal - 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf; Ofício - Investigação Criminal - Representação - 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf

Boa tarde,

Pelo presente, encaminho ofício contendo requisição de instauração de inquérito policial, contendo representação criminal formalizada pelo MM. Juiz de Direito subscritor da decisão-ofício.

Atenciosamente,



LUAN AUGUSTO LONGO
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Tel (17) 3262-1612

Email da Vara: novagranada@tjsp.jus.br

E-mail: luanlongo@tjsp.jus.br



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 15/10/2021 18:09

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão. Int e cumpra-se. Nova Granada, 14 de outubro de 2021.

Nova Granada, 15 de Outubro de 2021



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, movido pelo Ministério Público, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, requerer o que segue:

MM. Juiz:

Requer seja determinado a Serventia deste r. Juízo que retifique a Certidão para Fins do Convênio Defensoria/OAB expedida às fls.1521, visto que, por engano, deixou de conter o “Código de Vara” e o “Código de Ação”, sem os quais impossível é o recebimento dos honorários a ser pago pelo Estado, inclusive, impossível é até mesmo a solicitação de tal pagamento.

Tal pedido é realizado com pedido de urgência por se tratar de honorários advocatícios que possuem caráter alimentício.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 15 de outubro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1287/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 18/10/2021. Considera-se a data de publicação em 19/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. Expeça-se, com urgência, contramandado de prisão. Int e cumpra-se. Nova Granada, 14 de outubro de 2021."

Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1287/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 18/10/2021. Considera-se a data de publicação em 19/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Considerando a determinação do E. Desembargador Relator do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000, bem como a ausência de informação acerca do cumprimento do mandado de prisão de fls. 1481/1482, enviado aos órgãos competentes às fls. 1485/1486, já foi expedida ordem de CONTRAMANDADO DE PRISÃO em favor de Joaquim Pedro de Moraes Filho para que recorra em liberdade, mediante as mesmas medidas cautelares impostas no HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também idênticas as do HC nº 2001982-83.2021.8.26.0000 (fl. 1377), conforme pesquisa no e-SAJ, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis, sob pena de revogação do benefício. Intime-se pessoalmente o Réu/Paciente, servindo o presente, como MANDADO. Ainda, pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência as informações que seguem: Pela Autoridade Policial da Delegacia de Polícia do Município de Nova Granada/SP, foi instaurado inquérito policial nº 2067126-36.2019.110417, por requisições formuladas no dia 28 de fevereiro de 2019 e no dia 06 de março de 2019, pelo ofendido, Juiz de Direito Fabiano Rodrigues Crepaldi (fls. 550 e 567), para apuração de crime contra a honra, tendo como investigado o paciente acima. Após 3 (três) magistrados declinarem de julicar na causa, este Magistrado aceitou a designação da E. Presidência. Vários, igualmente, foram os advogados que não aceitaram representar o réu, diante das peculiaridades da causa. 2. Outras vítimas ofereceram representações (fls. 568/569; 582/583; 726/727; 889/896). O investigado foi interrogado pela Autoridade Policial (fls. 576/578). 3. As vítimas foram inquiridas pela Autoridade Policial (fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772). 4. Relatório final da Autoridade Policial (fls. 774/775). Por decisão datada de 19/09/2019 foi determinada a retirada de vídeo do Youtube (fls. 820/821). 5. Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019 (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente. 6. O réu/paciente foi citado por hora certa por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), ante a suspeita de ocultação do acusado. 7. O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087). 8. Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170). 9. Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139). 10. Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390. 11. Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h. 12. Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245. 13. O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246). 14. Por mim, foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250). 15.

Por pertinente, informo a existência de outro HABEAS CORPUS Nº 2276617-85.2020.8.26.0000, também em trâmite por essa 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como IMPETRANTE: SINOMAR DE SOUZA CASTRO e como PACIENTE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Em análise preliminar desse writ, o Exmo. Relator, assinalando a belicosidade invulgar do réu, denegou sua libertação. 16. Recomendo à Digna Autoridade Judicial Superior solicitante que compulse o interrogatório judicial do ora réu/paciente, devidamente gravado e disponível no link de acesso certificado às fls. 1245. 17. No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323). 18 As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352). 19. Por Advogado constituído o réu requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 1327/1336), sendo por mim mantida a prisão preventiva, até o julgamento do Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000, cuja liminar foi objeto de denegação, sendo ressaltado pela superior instância que "é caso de belicosidade extrema e de contornos excepcionais" (fls. 1337). 20. Diante da concessão de LIBERDADE PROVISÓRIA com aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, em LIMINAR proferida no dia 19 de janeiro de 2021, expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA se por AI não estiver preso e oficie-se ao IIRGD sobre a situação do paciente, com urgência (fls. 1377/1379). 21. O Alvará de Soltura foi expedido e cumprido (fls. 1394/1397) tendo o Paciente sido intimado das medidas cautelares impostas. 22. Chegou ao meu conhecimento uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, juntada aos autos, por minha determinação, às fls. 1407/1410, por tal motivo, converti o julgamento em diligência para que as partes se manifestassem acerca do documento (fl. 1411). 23. À fl. 1417 sobreveio notícia da renúncia do então advogado do paciente, motivo pelo qual determinei sua intimação pessoal para se manifestar acerca da documentação julgada às fls. 1407/1410, bem como para que constituísse novo advogado (fl. 1418). 24. O Paciente foi pessoalmente intimado (fls. 1432/1433) tendo deixado de se manifestar, bem como constituir novo defensor (fl. 1434). 25. Às fls. 1438/1439 sobreveio manifestação do advogado constituído pelo Paciente. 26. Já que em termos, às fls. 1440/1455, no dia 09 de setembro de 2021, proferi sentença decretando a procedência da ação penal e a condenação do Paciente, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. 27. Chegou a informação deste Juízo que o Réu teria, em plena rede interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira tentativa de coação moral ao Poder Judiciário e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito. Sendo assim, diante do fato novo, que este Magistrado somente tomou conhecimento após a prolação da Sentença Condenatória, procedi a adequação da Sentença de fls. 1440/1455 a fim de denegar - por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente - o direito do Réu apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea. Assim, por estarem presentes o requisitos e por ter o Paciente descumprido a obrigação intuitiva de não tornar a transgredir e de violar bens jurídicos de forma difusa, deneguei ao Réu o direito de apelar em liberdade e determinei sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública, tendo determinado a expedição de mandado de prisão (fls. 1479/1480). 28. Pelo Ministério Público foi feito pedido de reconsideração da decisão de fls. 1479/1480) para que fosse revogada a prisão preventiva e mantido o direito do Paciente recorrer em liberdade. 29. Justifiquei que, por se tratar de hipótese excepcionalíssima, conforme já suscitado anteriormente, por já ter este magistrado noticiado os fatos à superior instância a decisão seria mantida, até mesmo porque a questão da internação compulsória não interfere nestes autos (fl. 1503). Anoto que, neste ponto, a superior instância reconheceu, igualmente, ser caso excepcional diante da extrema belicosidade do réu. 30. Pelo Paciente foram apresentadas as Razões de Apelo com pedido de manifestação deste magistrado acerca de eventual suspeição, bem como reconsideração da decisão de fls. 1479/1480 (fls. 1509/1513). 31. Tendo em vista que o Paciente, de forma dolosa, deu causa aos fatos, assim como fez com outros magistrado, proferi decisão determinando que deve prevalecer a regra constitucional do juiz natural, mantendo as decisão de fls. 1479/1480 e 1503 por seu próprio fundamentos. Recebi o recurso e determinei vista ao MP para apresentação de suas contrarrazões (fls. 1514/1515). 32. Recebi o recurso de fls. 1501 do MP e deu vista às partes para apresentação de suas respectivas contrarrazões de apelação (fl. 1525) 33. Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu

perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada vídeo do Youtube); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas); fls. 1407/1410 (publicações do Paciente); fls. 1440/1455 (sentença condenatória); fls. 1466/1476 (e-mails enviados pelo Paciente); fls. 1479/1480 (determinação de expedição de mandado de prisão do Paciente); 1490/1501 (pedido de reconsideração do Ministério Público); fl. 1503 (decisão mantendo o que foi anteriormente decidido); fls. 1509/1513 (razões de apelação do Paciente); fls. 1514/1515 (recebimento do recurso do Paciente); fl. 1525 (recebimento do recurso do Ministério Público). Segue anexo ofício contendo senha de acesso ao processo em questão. Ontem, dia 13.10.2021, novamente, o réu enviou mensagens de difusão em massa a denegrir a honra e a dignidade deste Magistrado na rede interna do Tribunal de Justiça; isto porque se encontra foragido e porque obteve ordem de soltura; isto está documentado em fls. 1.555/1.560 dos autos. Com relação aos questionamentos impressos pela superior instância, assinalo que: (i) Na percepção jurídica deste julgador, mesmo que não se refira a fatos do caso concreto, o fato de o réu atentar contra a honra de seu julgador em ambiente virtual e de maneira difusa é grave a ponto de não ser previsto pelo legislador; imprimo, respeitosamente, o questionamento seguinte, se, doravante, os Juizes de Direito do Estado de São Paulo, ao conceder libertação a réus, deverão incluir, nas cláusulas genéricas de manutenção da liberdade, o dever de não ofender o juiz na internet. A conduta do réu é digna do mais veemente repúdio, pois vale-se do ambiente pantanoso da internet para, ofender a dignidade deste subscritor, Juiz de Direito que ostenta em seu prontuário 2 elogios, um deles pela profundidade jurídica de uma sentença. Doravante, acredita-se, as ofensas continuarão; o alvejamento possui intuitiva motivação, já que este Magistrado não se curvou, no início do processo, às condutas do réu. Afinal, o pátrida não foge à luta. (ii) Com relação à violação do preceituado pelo artigo 3-A do Código de Processo Penal, excogitado dispositivo teve, por decisão do Ministro Luiz Fux, suspensa sua aplicabilidade diante do decidido liminarmente na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6305, cujo excerto segue-se: Ex positis, entendo satisfeitos os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 3ºA a 3º-F, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 13.964/2019. (iii) Com relação à tessitura da decisão que, anteriormente à prolação de sentença, determinou o encarceramento, data venia, este julgador a tem por acertada, seja pelos fundamentos já delineados, seja porque, no caso, decorreu do comportamento do réu que agiu impelido por invulgares gravidade e covardia, atentando contra o órgão jurisdicional. O réu, portanto, violou medida cautelar imposta pelo juízo em fls. 820/821. Não se apreende dos autos que a decisão foi revogada, mas, sim, incrementada. (iv) Com relação às alegações finais da Defesa, foram autuadas em fls. 1.346/1.352, precedentemente, portanto, à edição da sentença. (v) Com relação à questão da semi-imputabilidade, a lei não veda a segregação do agente transgressor nestas condições, desde que presentes os requisitos legais; em sentença, concluiu este julgador que, naquilo que detém sanidade mental, o réu não titubeia em delinquir. Ademais, a expertise do mesmo em manusear equipamentos eletrônicos a ponto de enviar mensagem a centenas de órgão do Tribunal de Justiça, autoriza concluir neste sentido, da periculosidade e da personalidade voltada à transgressão criminal. (vi) Com relação à ação 1001416-48.2021.8.26.0390, ajuizada a 14.09.2021, serodidamente, ao que parece, a internação compulsória é medida juridicamente questionável, eis que o exame de insanidade mental realizado no processo criminal concluiu pela suficiência do tratamento ambulatorial. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA,, RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1293/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Requisito à D. Autoridade Policial do Município de Içém-SP (artigo 72 do Código de Processo Penal) a instauração de inquérito policial contra o ora réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Içém SP. A requisição decorre de condutas intimidatórias desfechadas pelo réu e tipificadas como crime contra a honra pelo Código Penal, derivadas deste processo judicial e que se direcionaram contra este magistrado (autos do processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390), referente aos fatos documentados em: Fls. 1.236 (15.12.2020); Fls. 1.407/1.410 (23.04.2021); Fls. 1.466/1.476 (10.09.2021); Publicação no site Amazon.com (documento em anexo) em 24.09.2021, conforme informação do Ilmo. Sr. João Donizete da Cunha, lotado no Centro de Detenção Provisória de Içém-SP, e que foi vítima de calúnia do réu, igualmente. Fl. 1.505, 13.09.2021; Fls. 1.555/1.560 (11.10.2021); Documento extraído do site Amazon.com (em anexo), no dia 15.10.2021. O réu, no caso, utiliza-se dos desvãos pantanosos da rede mundial de computadores e atenta contra reputações. Expeça-se instrumental requisitório, a ser acompanhado de cópia das folhas referidas dos autos judiciais e dos arquivos correlatos aos fatos dos dias 24.09.2021 e 15.10.2021. Tanto o arquivo enviado pelo Ilustre Servidor da administração penitenciária, como o print deletério a este subscritor (itens iv e vii), deverão ser autuados e deverão ilustrar o ofício à D. Autoridade Policial competente. Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado da documentação acima relacionada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. Assinalo, para os fins de direito, que esse subscritor, formalmente, representa criminalmente contra o excogitado réu para apuração e prossecução penal processual pelos fatos mencionados."

Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1293/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência, em aditamento às informações prestadas às fls. 1575/1580, as informações que seguem: 1. O réu vem exercendo publicidade criminosa constante em endereço eletrônico de enorme penetração (amazon.com.br), com estrita relação à pretensão acusatória. 2. Refere-se, assim, a fatos do processo, eis que o réu, de maneira permanente, continua violando a dignidade e honra do Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada e vítima nos autos, Dr. Fabiano Crepaldi, conforme publicação "printada" abaixo que pode ser acessada pelo link: <https://www.amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG> 3. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -

CEP 15440-000

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB**Juízo de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara: 488****Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário****Código de Ação: 301****Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390****Classe – Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia****Advogado(a) nomeado(a): Sinomar de Souza Castro,****Número da OAB: 238365/SP Data da nomeação: 07/08/2020****Beneficiário(a): JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO****Autor ()****Réu (X)****Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652****Data da sentença: 09/09/2021**☒ 1- Procedente☐ 2- Parcialmente Procedente*☐ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes (*Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016*)☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados (*Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016*)☐ 5- Outros: * (Se outros, informar, marcar e descrever a decisão ou o motivo que ensejou a expedição da certidão.)**Data do trânsito em julgado:****Atos praticados:**☒ 1- Todos os atos do processo☐ 2 – Atuação parcial☐ 4- Recurso☐ 10 - 2º Júri☐ 6 – Produção Antecipada de provas – Art. 366, CPP

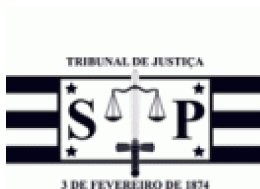
Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 18 de outubro de 2021 .

Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Sinomar de Souza Castro, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo II do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura Digital do Advogado(a) nomeado(a)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Fl.1618: Ciência para defesa da certidão de honorários expedida retificada fl. 1625.

Nada Mais. Nova Granada, 18 de outubro de 2021. Eu, ____,
Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1297/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Fl.1618: Ciência para defesa da certidão de honorários expedida retificada fl. 1625."

Nova Granada, 19 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1293/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 19/10/2021. Considera-se a data de publicação em 20/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Requisito à D. Autoridade Policial do Município de Içém-SP (artigo 72 do Código de Processo Penal) a instauração de inquérito policial contra o ora réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Içem SP. A requisição decorre de condutas intimidatórias desfechadas pelo réu e tipificadas como crime contra a honra pelo Código Penal, derivadas deste processo judicial e que se direcionaram contra este magistrado (autos do processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390), referente aos fatos documentados em: Fls. 1.236 (15.12.2020); Fls. 1.407/1.410 (23.04.2021); Fls. 1.466/1.476 (10.09.2021); Publicação no site Amazon.com (documento em anexo) em 24.09.2021, conforme informação do Ilmo. Sr. João Donizete da Cunha, lotado no Centro de Detenção Provisória de Içém-SP, e que foi vítima de calúnia do réu, igualmente. Fl. 1.505, 13.09.2021; Fls. 1.555/1.560 (11.10.2021); Documento extraído do site Amazon.com (em anexo), no dia 15.10.2021. O réu, no caso, utiliza-se dos desvãos pantanosos da rede mundial de computadores e atenta contra reputações. Expeça-se instrumental requisitório, a ser acompanhado de cópia das folhas referidas dos autos judiciais e dos arquivos correlatos aos fatos dos dias 24.09.2021 e 15.10.2021. Tanto o arquivo enviado pelo Ilustre Servidor da administração penitenciária, como o print deletério a este subscritor (itens iv e vii), deverão ser autuados e deverão ilustrar o ofício à D. Autoridade Policial competente. Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado da documentação acima relacionada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. Assinalo, para os fins de direito, que esse subscritor, formalmente, representa criminalmente contra o excogitado réu para apuração e prossecução penal processual pelos fatos mencionados."

Nova Granada, 19 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1293/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 19/10/2021. Considera-se a data de publicação em 20/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Pelo presente, em atenção ao solicitado nos autos em epígrafe, tem a honra de prestar a Vossa Excelência, em aditamento às informações prestadas às fls. 1575/1580, as informações que seguem: 1. O réu vem exercendo publicidade criminosas constante em endereço eletrônico de enorme penetração (amazon.com.br), com estrita relação à pretensão acusatória. 2. Refere-se, assim, a fatos do processo, eis que o réu, de maneira permanente, continua violando a dignidade e honra do Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada e vítima nos autos, Dr. Fabiano Crepaldi, conforme publicação "printada" abaixo que pode ser acessada pelo link: <https://www.amazon.com.br/MIRASSOL-MARCELO-HAGGI-ANDREOTTI-TORTUROU-ebook/dp/B0951HHZWG> 3. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA, Desembargador RELATOR DA 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SÃO PAULO-SP. Entendo serem estas informações suficientes para o deslinde da questão e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para, se for o caso, complementá-las. Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração."

Nova Granada, 19 de outubro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1297/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/10/2021. Considera-se a data de publicação em 21/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Fl.1618: Ciência para defesa da certidão de honorários expedida retificada fl. 1625."

Nova Granada, 20 de outubro de 2021.



fixo as seguintes condições: 1) assumir imediatamente emprego honesto, que deverá ser comprovado perante o Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca onde residir, no prazo de trinta (30) dias; 2) não ingerir bebida alcoólica, nem ingressar em casas de jogos ou apostas, bares, lupanares e outros lugares de frequência incompatível com o regime; 3) recolher-se na Casa do Albergado ou em estabelecimento similar, ou na falta destes em sua residência, durante o período de repouso noturno, ou seja, das 20:00 às 06:00 horas, ou em outro horário a ser estipulado pelo Juízo da Execução e nos dias em que não houver trabalho; 4) não mudar sem prévia autorização do Juízo das Execuções Criminais da Comarca onde residir; e 6) apresentar-se ao Juízo das Execuções Criminais da Comarca onde residir, bimestralmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, comprovando o efetivo exercício de trabalho. Quanto à pena de multa (10 dias-multa), verifica-se que a mesma foi paga (fls. 25). Intime-se o executado por edital, com prazo fixado de 15 dias, para comparecer em Juízo, no prazo de dez (10) dias, de segunda a sexta-feira das 14h00 às 17h00, para realização de audiência de sua advertência, ficando cientificando de que em caso de não comparecimento o mandado de prisão será prontamente encaminhado à Autoridade Policial para cumprimento. Expeça-se mandado de prisão o qual deverá ser cumprido na data de comparecimento do sentenciado em Juízo ou, na ausência deste, pela Autoridade Policial. A Autoridade Policial deverá observar que o sentenciado será imediatamente apresentado neste Juízo para realização de audiência de advertência tão logo seja preso, ante o regime inicial aberto imposto. No mais, aguarde-se o cumprimento integral da pena privativa de liberdade. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 23 de setembro de 2021.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA ROBERTO DIAS ZECCHIN, PROCESSO Nº 0002471-61.2015.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao(à)(s) o proprietário do veículo ALUISIO FARIA FRANCA, (CPF 965.527.606-63, com Endereço AV.ALENCASTRO, Nº 865, , CENTRO - ITURAMA - MG, CEP: 38280-000 OU R FRUTAL, 612, CENTRO, ITURAMA-MG, CEP:38280-000) e como não foi(ram) encontrado(a)(s) expediu-se o presente edital, com Prazo de 15 dias, que será publicado e afixado na forma da lei, por meio do qual fica(m) INTIMADO(A)(S) para dizer se pretende a restituição do bem (veículo Fiat/Uno Mille SX, cor vermelha, ano/modelo 1997, placas GSD0398-Iturama-MG, que fora apreendido em data de 23.04.2015, nos autos de RDO 292/15, Inquérito Policial n.0110/2015, referente ao delito de Receptação, Processo 0002471- 61.2015.8.26.0390) , no prazo de trinta (30) dias, sob pena de leilão. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 07 de outubro de 2021.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA PENAL, COM PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado, QUE Justiça Pública MOVE CONTRA ANDRÉ LUIS DA SILVA PROCESSO Nº 0003396-57.2015.8.26.0390

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Gonçalves da Cunha Júnior, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao(à)(s) Réu: ANDRE LUIS DA SILVA, Brasileiro, RG 45.218.537, mãe Maria do Carmo Felisberto da Silva, Nascido/Nascida em 02/07/1986, natural de Nova Granada, - SP, com endereço à Sítio Jorge Mustafa, BR 153 - km 14 entrada a esquerda, indo para Icem, Pousada das Garças, CEP 15460-000, Icem - SP, que, encontrando-se em local incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 10 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, compareça no cartório supra mencionado, Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Centro, no prazo de 10 (dez) dias, no horário das 13:00 hs até às 19:00 hs, para comprovar o pagamento da multa no valor de R\$ 298,20 através de depósito no BANCO: 001 - AGÊNCIA: 1897-X-CENTRO BANCO DO BRASIL/SA, CONTA CORRENTE N. 139.521-1, AO FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO FUNDESP, SOB PENA DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE SENTENÇA E SEU ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA EXECUÇÃO.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 13 de outubro de 2021.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao(à)(s) Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP. E como não foi(ram) encontrado(a)(s) expediu-se o presente edital, com Prazo de 15 dias, que será publicado e afixado na forma da lei, por meio do qual fica(m) INTIMADO(A)(S) da sentença proferida nos autos em epígrafe, cujo tópico final segue transcrito, conforme Provimento 334/88 do Conselho Superior da Magistratura: Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Após



o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE. Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça. Publique-se, intímese e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021. e ciente(s) de que, findo o prazo acima fixado, passará a correr o prazo de recurso, após o qual transitará em julgado a decisão. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 13 de outubro de 2021.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Gonçalves da Cunha Júnior, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente JOAO VITOR REIS DE LIMA, Solteiro, Estudante, RG 57469398, CPF 491.739.548-88, pai JOAO BATISTA DE LIMA, mãe LEANDRA APARECIDA CAMPOS DE LIMA, Nascido/Nascida 11/01/2000, natural de Nova Granada - SP, com endereço à RUA FRANCISCO FAGUNDES DOS SANTOS, 8, GUMERCINDO, RUA FRANCISCO FAGUNDES DOS SANTOS, Nova Granada - SP, por infração ao(s) artigo(s): Art. 308 § 2º e Art. 309 "caput" ambos do(a) LEI 9.503/1997, 69 "caput" do(a) CP(Denúncia), e que atualmente encontra(m)-se, o(s) réu(s), em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e respectivo cartório tramitam os autos da Ação Penal nº 1500319-87.2020.8.26.0390, que lhe(s) move a Justiça Pública, ficando pelo presente edital CITADO(A)(S) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o(a)(s) acusado(a)(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à(s) sua(s) defesa(s), oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos Arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008, a respeito dos fatos constantes da denúncia assim resumidos: "Consta do inquérito policial que, no dia 17 de junho de 2020, por volta das 17h30min, na Vicinal Frutuoso Roberto de Lima, próximo ao lugar conhecido como Zeus, nesta cidade e comarca, JOÃO VITOR REIS DE LIMA participou, na direção de veículo automotor, em via pública, de exibição e demonstração de perícia em manobra, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública e privada, resultando na morte de Yan Augusto Caetano Alves da Silva, sem que o agente quisesse o resultado ou assumisse o risco de produzi-lo. Consta, ainda, que nas mesmas circunstâncias de dia, horário e local, JOÃO VITOR REIS DE LIMA dirigiu veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação, gerando perigo de dano. Segundo apurado, o denunciado se encontrava na direção da motocicleta Honda/NX 4 Falcon, cor preta, placa EFG 8520 Nova Granada e houve por bem iniciar uma demonstração de perícia, em via pública, sem autorização da autoridade competente. Assim, nas circunstâncias mencionadas no primeiro parágrafo, JOÃO VITOR realizou manobras radicais com a referida motocicleta, e a empinou na vicinal, na presença de outras pessoas que o acompanhavam, de modo a ocasionar perigo à incolumidade pública e privada. Na frente do denunciado, também realizando manobras, estava a vítima Yan Augusto Caetano Alves da Silva, conduzindo a motocicleta Honda/CG 150 Titan, cor azul, chassi 9C2KC08104R091197, ostentando o emplacamento DWX 0547 Barretos/SP. Ambos realizavam manobras na vicinal, sendo que, em um momento da manobra Yan Augusto se desequilibrou com a motocicleta, caiu na vicinal e foi atropelado por JOÃO VITOR, que empinava a sua motocicleta e estava atrás da vítima, vindo a passar com as rodas da motocicleta no corpo de Yan, causando os ferimentos descritos no laudo de exame necroscópico, que vieram ser a causa efetiva de sua morte (fls.52/56). A vítima foi socorrida imediatamente pelos amigos que estavam acompanhando as manobras na vicinal, sendo a vítima colocada no carro e encaminhada ao Pronto Atendimento local. Apurou-se, ainda, que o denunciado não possuía habilitação para dirigir veículo automotor. Restou apurado que o denunciado agiu com imprudência, pois não observou a distância de segurança do veículo da frente, não tendo tempo hábil e habilidade para desviar da vítima. carro e encaminhada ao Pronto Atendimento local. Restou apurado que o denunciado agiu com imprudência, pois não observou a distância de segurança do veículo da frente, não tendo tempo hábil e habilidade para desviar da vítima. Apurou-se, ainda, que o denunciado não possuía habilitação para dirigir veículo automotor". E como não tenha(m) sido(a)(s) encontrado(a)(s), expediu-se o presente edital, com prazo de 15 dias, que será publicado e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 14 de outubro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS.
PROCESSO Nº 0000200-03.2021.8.26.0412

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) HARLEY PEREIRA DE SOUZA, Brasileiro, Companheiro, Trabalhador Rural, RG 59779275-SP, CPF 049.991.145-85, pai João Batista Rocha de Souza, mãe Maria Aparecida Silva Pereira, Nascido/Nascida 07/01/1990, de cor Branco, natural de Igapora - BA, com endereço à Rua Osório Manoel Garcia, fundos, 1864, (17) 98817-0887, Palestina - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução da Pena por parte de Justiça Pública, alegando em síntese: *. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, do inteiro teor da seguinte decisão: Vistos. Diante da certidão lançada às fls. 44, acolho a manifestação do Parquet de fls. 56 e determino a expedição de edital de intimação de HARLEY PEREIRA DE SOUZA, com prazo de 30 (trinta) dias, para pagamento da prestação pecuniária, no valor de um salário mínimo, sob pena de conversão da pena restritiva em pena privativa de liberdade, nos termos da decisão de fls. 32. Decorrido o prazo do edital e sem comprovação de pagamento, providencie a Serventia a indicação de CURADOR ESPECIAL ao sentenciado acima qualificado. Com a nomeação, intime-se o advogado para manifestação e tornem conclusos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 21 de setembro de 2021.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE DECISÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da ação de Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA WELLINTON RAFAEL REIS, PROCESSO Nº 0001644-74.2020.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiano Rodrigues Crepaldi, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao(a)(s) Executado: WELLINTON RAFAEL REIS, Brasileiro, Solteiro, Auxiliar de Serviços Gerais, RG 41.554.906-1, pai DILSON ARACELI REIS,

VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RAZÕES DE APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Egrégio Tribunal

Colenda Câmara

Douta Procuradoria

I- Breve incursão fática

Em que pese não se tratar de situação corriqueira, necessária se faz a apresentação das presentes razões recursais em favor do sentenciado, já que no sentir deste promotor de justiça, titular da presente ação penal, a sentença mostrou-se de todo equivocada e, à toda evidência, **desproporcional**, não se

mostrando cabível tratamento mais gravoso apenas por conta da natureza da função das vítimas dos crimes contra a honra.

Com efeito, trata-se o sentenciado de jovem com graves problemas psiquiátricos reconhecidos no laudo do incidente de insanidade mental acostado aos autos – fls. 64-67 dos autos em apenso - que constatou se tratar **de portador de personalidade paranóide CID 10 -F60.0)**, indicando expressamente que tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto às ações que lhes são imputadas e recomendando tratamento especializado – médico psiquiátrico e psicológico, conforme pode se verificar no trecho do laudo pericial abaixo colacionado.

5. DISCUSSÃO:

Pelo acima exposto e observado o examinado apresenta características de personalidade Paranoide (CID 10 – F60.0).

Sobre o Transtorno de Personalidade Paranoide propriamente dito, temos que, caracterizado por:
 (a) *sensibilidade excessiva a contratempos e rejeições;*
 (b) *tendência a guardar rancores persistentemente, isto é, recusa a perdoar insultos e injúrias ou desfeitas;*
 (c) *desconfiança, e uma tendência invasiva a distorcer experiências por interpretar erroneamente as ações neutras ou amistosas de outros como hostis ou desdenhosas;*
 (d) *um combativo e obstinado senso de direitos pessoais em desacordo com a situação real;*
 (e) *suspeitas recorrentes, sem justificativa, com respeito à fidelidade sexual do cônjuge ou parceiro sexual;*
 (f) *tendência a experimentar autovalorização excessiva, manifesta em uma atitude persistente de auto-referência;*
 (g) *preocupação com explicações "conspiratórias", não substanciadas, de eventos ocorrendo próximos ao paciente, assim como no mundo;*

Esclarecemos, por oportuno, que o transtorno de personalidade acima descrito, de caráter constitucional, e com isto queremos dizer que os fatores externos têm pouca, ou nenhuma, preponderância sobre a evolução e prognóstico do quadro, sendo este, bastante reservado.

No caso em tela, diante de tais características o periciando apresenta prejudicada sua capacidade de autodeterminação.

O tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico) está indicado no presente caso, mas não deve modificar de forma acentuada o quadro de base, por ser ele de caráter constitucional, como já colocado anteriormente. Este seguimento especializado pode promover uma melhor adaptação afetiva e social.

Deve este tratamento estar direcionado para sua orientação e apoio, servindo-lhe como instrumento contensor de sua ansiedade e desconfiança, e portanto, propiciar que haja uma diminuição da possibilidade dele externar reações inadequadas, tanto para si própria, como para a sociedade.

ginal, assinado digitalmente por LUCIANA BUENO PEREZ, protocolado em 21/12/2020 às 17:11, sob o número WNGA2070
 o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001446-37.2020.8.26.0390



(fls. 64/67 dos autos em apenso)

Tal constatação médica levou a instauração no âmbito desta promotoria de justiça de Procedimento Administrativo de Natureza Individual e, ao final, ao ajuizamento de ação de internação compulsória, diante da recalcitrância do sentenciado em aderir a tratamento ambulatorial, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390, atualmente com tutela de urgência deferida determinando a internação compulsória, somente não realizada em virtude da ordem de prisão preventiva decreta pelo juízo *a quo*.

II – Preliminarmente - Da nulidade da sentença diante da ausência de alegações finais da defesa e do reconhecimento da suspeição do magistrado:

De início necessário se apontar que a sentença foi prolatada sem que fosse juntada alegações finais pela defesa, já que havia indefinição quanto à representação processual do sentenciado. Tal situação cerceou a defesa do sentenciado de maneira patente e provocou, no sentir deste promotor de justiça, a nulidade da sentença.

Ainda, necessário que se reconheça a suspeição do magistrado prolator da sentença que, ao que se indica, não mais possui a isenção e serenidade necessária para análise dos fatos, por se considerar vítima do sentenciado, situação que aparentemente obnubila seu julgamento e levou a prolação de sentença desproporcional, bem como à ilegal decretação da prisão preventiva de ofício e posteriormente à publicação da sentença, matéria que foi objeto de *habeas corpus* com liminar deferida por este n. Relator.

Assim, requer-se preliminarmente a nulidade da sentença prolatada, reconhecendo-se as matérias acima descritas.

III -Das matérias atinentes ao mérito

Em que pese a constatação técnica da patologia do sentenciado e de suas consequências em seu comportamento o e. Magistrado

prolador da sentença ignorou todo o contexto de saúde mental que envolve o sentenciado e fixou pena e regime excessivos, mediante pobre fundamentação.

III-a) Da Necessidade do Reconhecimento da Continuidade Delitiva.

Por primeiro, afastou indevidamente a continuidade delitiva sob o argumento de que o sentenciado “*faz do crime contra a honra verdadeiro estilo de vida*”, afirmação desacompanhada de qualquer fundamentação concreta e oposta ao que se verificou nos autos já que à toda evidência os crimes foram cometidos nas mesmas condições de tempo, lugar e com idênticas maneiras de execução, por indivíduo portador de moléstia psiquiátrica que, por sua própria natureza – *personalidade paranóide* - o levava a atacar reiteradamente, mediante postagens na internet pessoas que por vezes sequer haviam tido contato com o processo de despejo de sua genitora, situação que desencadeou toda a celeuma.

II. b) Da indevida majoração da pena base

Quando da análise das circunstâncias do at. 59, do Código Penal, assim decidiu o e. Magistrado *a quo*

As condutas verificadas são de profunda gravidade, senão pela aptidão em violar a paz social e a ordem jurídica; ainda, o réu valeu-se de intensa covardia, utilizando-se de meios eletrônicos difusos - mídias e plataformas sociais eletrônicas - para vulnerar honra, dignidade, sossego e imagem alheias de indivíduos que se dispõem, na rotina diária a servir o Estado e contra quem, absolutamente, nada pesa, moral e legalmente, em seu desfavor.

Assim, diante da intensa gravidade do dolo e das nefastas consequências do delito, estremo as penas bases em 1 ano de detenção por cada um dos crimes de calúnia; e em 2 meses de detenção, cada, pelos crimes de injúria, ascensão necessária diante da incidência desfavorável das circunstâncias do artigo 59 do Código Penal. Na segunda fase, tratando-se de réu confesso, subtraio 1/6 das penas.

(fls. 1440/1455)

Ocorre que ambas as situações descritas, quais sejam a “*utilização de meios eletrônicos difusos – mídias e plataformas sociais eletrônicas*” e “*a prática do crime contra indivíduos que se dispõem, na rotina diária a servir o Estado*” foram também utilizadas como majorantes, de modo que se constituem em *bis in idem*.

III.c) da Necessidade de redução da pena em patamar máximo

O conteúdo do laudo do exame de insanidade mental fala por si só. O sentenciado é portador de doença psiquiátrica grave e incurável, tendo lhe sido recomendado tratamento ambulatorial para mitigação dos efeitos da patologia. Assim, à toda evidência, a redução da pena deveria ter ocorrido em patamar superior ao mínimo.

III.d) da fixação indevida de regime mais gravoso

Em se tratando de réu primário, portador de grave problema de saúde mental, ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, o regime a ser fixado deveria ter sido o aberto, jamais o semiaberto, incompatível com sua conduta, antecedentes e semi-imputabilidade.

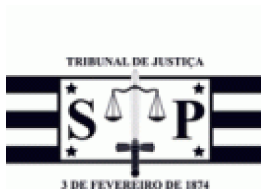
IV- Do pedido.

Ante o exposto, e pelo que tudo mais dos autos consta, requeiro seja dado **PROVIMENTO** ao recurso do Ministério Público para anular a r. sentença de fls.1440/1455 ou, caso não reconhecidas as preliminares, seja reformada a r. sentença nos termos do acima postulado, fixando-se a pena base no mínimo legal, reconhecendo-se a continuidade delitiva, aplicando-se o redutor em patamar máximo e fixando-se regime aberto para início de cumprimento de pena.

Nova Granada, data do protocolo.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público para apresentação das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513 e 1525).

Nova Granada, 28 de outubro de 2021.

Eu, ____, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 28/10/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público para apresentação das
contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513 e 1525).

Nova Granada, (SP), 28 de outubro de 2021

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Egrégio Tribunal
Colenda Câmara
Douta Procuradoria

O recurso do Ministério Público acostado aos autos a fls. 1633/1639 vai, em linhas gerais, ao encontro do quanto requerido pela defesa em sede de recurso de apelação fls. 1509/1513, já que em ambos os recursos há pleito de anulação da sentença e foram interpostos em favor do acusado. Assim, reitero os termos ali expendidos e postulo pela conhecimento e provimento de ambos os recursos.

Nova Granada, 5 de novembro de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa
Promotor de Justiça

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Vista dos autos ao Réu para apresentação de contrarrazões em relação ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. Prazo: 08 (oito) dias.

Após, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça.

Nada Mais. Nova Granada, 05 de novembro de 2021. Eu, ____,
 Luan Augusto Longo, Escrevente Técnico Judiciário.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 05/11/2021 15:00

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público para apresentação das contrarrazões de apelação (fls. 1509/1513 e 1525).

Nova Granada, 5 de Novembro de 2021

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1357/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vista dos autos ao Réu para apresentação de contrarrazões em relação ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. Prazo: 08 (oito) dias. Após, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça."

Nova Granada, 8 de novembro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1357/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 09/11/2021. Considera-se a data de publicação em 10/11/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
15/11/2021 - Proclamação da República - Prorrogação

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vista dos autos ao Réu para apresentação de contrarrazões em relação ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. Prazo: 08 (oito) dias. Após, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça."

Nova Granada, 9 de novembro de 2021.

ENC: REFERENTE PROCESSO Nº1504783-23.2021.8.26.0390

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Ter, 16/11/2021 09:10

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

**JOEL SABINO DA COSTA**
ESCRIVÃO JUDICIAL II**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br**De:** DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>**Enviado:** sexta-feira, 12 de novembro de 2021 17:01**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** REFERENTE PROCESSO Nº1504783-23.2021.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

MSG.nº673/2021-mhtds**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO:**

Sirvo-me desta mensagem para informar Vossa Excelência, quanto à instauração de **Inquérito Policial nº2295836-04.2021.110409, Processo nº1504783-23.2021.8.26.0390**, para apuração de delitos capitulados nos **Artigos 138 "caput" e 140 "caput" do Código Penal**, figurando como **investigado Joaquim Pedro de Moraes Filho**, e como **vítima, o Exmo. Sr. Dr. Marcelo Haggi Andreotti**, o qual encontra-se em andamento.

Atenciosamente,

ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO - Delegado de Polícia

Tr. Matheus - Escrivão de Polícia

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Inquerito Policial

2295836-04.2021.110409

Unidade Policial : DEL.POL.ICÉM
 Data de Instauração : 2021-10-28 21:47:55.456
 Integrantes do Inquérito : CARTORIO 01
 Foro : Foro de Nova Granada
 Vara :
 Competência : Criminal
 Classe Processual : Inquérito Policial
 Assunto Principal : Calúnia
 Número do processo CNJ :
 Data Ocorrência : 28/10/2021

Capitulações

Art 138/* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal

Art 140/* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal

Pessoas cadastradas no Procedimento

Nome	Tipo	RG	Origem	Réu Preso
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO	Autor	45537436	INQ	Não
MARCELO HAGGI ANDREOTTI	Vítima	24698237	INQ	





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 1649

Nº Inquérito: 2295836

Ano: 2021

Delegacia: DEL.POL.ICÉM

PORTARIA

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, por esta legítima Autoridade Policial, Delegado de Polícia subscritor, com fulcro no Artigo 144, Parágrafo 4º, da Constituição Federal, c.c. Artigo 140, Parágrafos 2º e 3º, da Constituição do Estado de São Paulo, e Artigos 4º e 5º, Inciso I, do Código de Processo Penal, e considerando que chega ao meu conhecimento, através do **Expediente oriundo do Poder Judiciário Estadual encaminhado a esta Delegacia de Polícia Civil Judiciária**, o qual noticia que durante o Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 da Vara Única de Nova Granada – SP o ora autor **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, R.G. nº 45.537.436 SSP/SP**, passou a ter condutas intimidatórias para com MM. Juiz de Direito, ora vítima **MARCELO HAGGI ANDREOTTI, R.G. nº 24.698.237 SSP/SP**, utilizando – se da rede mundial de computadores para espalhar injurias bem como calúnias para com o magistrado. A titulo de exemplo, em certa publicação o autor Joaquim descreve que o “*Juiz de Mirassol manda prender Joaquim Pedro de Moraes Filho e torturar ele e sua familia*” bem como em outra descreve que “*apenas um ato de covardia, tipico do tal Juiz*”, dentre outros que inclusive atentam contra sua reputação. Diante disto, o MM. Juiz de Direito, ora vitima elaborou um oficio o qual fora encaminhada a esta Delegacia de Polícia com o fim de apuração do ilícito criminal bem como já ofertando sua representação criminal contra o autor Joaquim.

Sendo assim, a conduta do autor “em tese” amoldou – se nos tipos previstos no **Artigo 140, “caput”, Artigo 138, “caput”, e Artigo 139, “caput”, em c.c. com Artigo 141, Inciso II, todos do Código Penal Brasileiro, ou seja, O CRIME DE INJURIA/ CALUNIA / DIFAMAÇÃO COM AUMENTO DE PENA**, e diante disto **RESOLVE** instaurar o presente **INQUÉRITO POLICIAL** para a perfeita apuração dos fatos, devendo o **Senhor Escrivão de Polícia de meu cargo, Matheus Henrique Tadeu Dorta Souza** que Autue – se e Registre – se esta, tomando as seguintes providências preliminares :

- I. Junte – se aos autos o ofício contendo todo o expediente oriundo do Poder Judiciário do Estado de São Paulo encaminhado a esta congênera;
- II. Expeça – se mensagem ao órgão requisitante do Poder Judiciário da Comarca de Nova Granada – SP (Vara Única) comunicando – lhe a instauração do presente;
- III. Expeça – se mensagem a Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto – SP comunicando – lhe a instauração do presente;
- IV. Notifique – se o servidor da SAP ora diretor João Donizete da Cunha do C.D.P. de Icem – SP, o qual informou sobre um “e-book” que estaria sendo comercializado mencionando a vitima, para ser ouvido em Termo de Depoimento sobre os fatos, marcando data e hora para a audiência; e
- V. Notifique – se o autor Joaquim Pedro de Moraes Filho para ser ouvido em Termo de Declarações sobre os fatos, marcando data e hora para a audiência.

A seguir, voltem – me os autos conclusos para ultteriores deliberações.

C U M P R A – S E.

Icém – SP, 28 de Outubro de 2021.

ERICSON SALLES ABUFARES
Delegado de Polícia
Respondendo Pelo Expediente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 16/11/2021 às 20:25. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 77A2634.

**Ofício - Investigação Criminal - Representação Criminal -
1500106-18.2019.8.26.0390 - Ao D. Delegado de Polícia do Município de Icém**

LUAN AUGUSTO LONGO <luanlongo@tjsp.jus.br>

sex, 15/10/2021 15:46

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

Boa tarde,

Pelo presente, encaminho ofício contendo requisição de **instauração de inquérito policial**, contendo **representação criminal formalizada pelo MM. Juiz de Direito** subscritor da decisão-ofício.

Atenciosamente,



LUAN AUGUSTO LONGO
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Tel (17) 3262-1612

Email da Vara: novagranada@tjsp.jus.br

E-mail: luanlongo@tjsp.jus.br

** CAMIGO HOJE,*

*INSTAURADO COMPETENTE
INQUÉRITO POLICIAL VISANDO
A TOTAL ABURÇÃO DOS FATOS
AQUI NARRADOS.*

ICÉM, 28/10/21

DR. ERICSON SALLES ABUFARES
DELEGADO DE POLÍCIA

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

fls. 1614


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001... - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO - OFÍCIO

Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor: JUSTIÇA PÚBLICA, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99165-2035
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icém - SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Vistos.

Requisito à D. Autoridade Policial do Município de Icém-SP (artigo 72 do Código de Processo Penal) a instauração de inquérito policial contra o ora réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icém - SP.

A requisição decorre de condutas intimidatórias desfechadas pelo réu e tipificadas como crime contra a honra pelo Código Penal, derivadas deste processo judicial e que se direcionaram contra este magistrado (autos do processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390), referente aos fatos documentados em:

- i) Fls. 1.236 (15.12.2020);
- ii) Fls. 1.407/1.410 (23.04.2021);
- iii) Fls. 1.466/1.476 (10.09.2021);
- iv) Publicação no site Amazon.com (documento em anexo) em 24.09.2021, conforme informação do Ilmo. Sr. João Donizete da Cunha, lotado no Centro de Detenção Provisória de Icém-SP, e que foi vítima de calúnia do réu, igualmente;
- v) Fl. 1.505, 13.09.2021;
- vi) Fls. 1.555/1.560 (11.10.2021);
- vii) Documento extraído do site Amazon.com (em anexo), no dia 15.10.2021.

O réu, no caso, utiliza-se dos desvãos pantanosos da rede mundial de computadores e atenta contra reputações.

Expeça-se instrumental requisitório, a ser acompanhado de cópia das folhas referidas dos autos judiciais e dos arquivos correlatos aos fatos dos dias 24.09.2021 e 15.10.2021.

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - p. 1

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 75AB96F.

fls. 1615


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Tanto o arquivo enviado pelo Ilustre Servidor da administração penitenciária, como o *print* deletério a este subscritor (itens iv e vii), deverão ser autuados e deverão ilustrar o ofício à D. Autoridade Policial competente.

Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado da documentação acima relacionada, como **OFÍCIO**. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br.

Assinalo, para os fins de direito, que esse subscritor, formalmente, representa criminalmente contra o excogitado réu para apuração e prossecução penal processual pelos fatos mencionados.

Intimem-se e cumpra-se.

Nova Granada, 15 de outubro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e o código 75AB96F

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - p. 2

ENC: Comunicado de Julgamento ref: 2238572-75.2021.8.26.0000

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Qua, 17/11/2021 13:39

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>



JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: MICHAEL JADACH DOS SANTOS <michaeld@tjsp.jus.br>

Enviado: quarta-feira, 17 de novembro de 2021 12:09

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Assunto: Comunicado de Julgamento ref: 2238572-75.2021.8.26.0000

COMUNICADO DE JULGAMENTO

Habeas Corpus Criminal Nº 2238572-75.2021.8.26.0000 – 12ª Câmara Criminal.

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, ofício de comunicação do resultado do julgamento virtual, realizado pela colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, no processo em epígrafe.

Atenciosamente,



MICHAEL JADACH DOS SANTOS
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SJ 5.6 - 6º Grupo de Câmaras Criminais

Rua da Glória, 459 - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-001

Tel: (11) 2838-4898

E-mail: michaeld@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 7º Andar - CEP: 01510-001

São Paulo, 17 de novembro de 2021.

Referência: Julgamento Virtual
Recurso : Habeas Corpus Criminal
Processo nº : 2238572-75.2021.8.26.0000 .
Outros nºs: 1500106-18.2019.8.26.0390
Partes : Impetrante: Ministério Público
Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Senhor(a) Juiz(a) de Direito:

Por determinação da Egrégia Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, comunico a Vossa Excelência que em Sessão de Julgamento Permanente e Virtual realizada pela Colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, julgando Habeas Corpus Criminal acima mencionado(a), proferiu a seguinte decisão: CONHECERAM DA IMPETRAÇÃO EM FAVOR DO PACIENTE JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, E CONCEDERAM A ORDEM, CONFIRMANDO-SE A LIMINAR CONCEDIDA NAS FOLHAS 61/67 DESTES AUTOS, MANTENDO-SE A LIBERDADE PROCESSUAL DO PACIENTE E AS MEDIDAS CAUTELARES FIXADAS NO DESPACHO SUPRAMENCIONADO (CONTRAMANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO FOLHAS 1568/1570 DOS AUTOS PRINCIPAIS) V.U..

A íntegra do v. Acórdão será disponibilizado no endereço eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br> quando de sua assinatura pelo E. Relator, sendo a sua senha de acesso 7ovtwm.

Apresento a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 7º Andar - CEP: 01510-001

Silonia Xavier da Rocha Pane
Supervisor(a) do Serviço de Processamento
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000924256

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000, da Comarca de Nova Granada, em que é paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e Impetrante MINISTÉRIO PÚBLICO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **conheceram da impetração em favor do paciente Joaquim Pedro de Moraes Filho, e concederam a ordem, confirmando-se a liminar concedida nas folhas 61/67 destes autos, mantendo-se a liberdade processual do paciente e as medidas cautelares fixadas no despacho supramencionado (contramandado de prisão expedido folhas 1568/1570 dos autos principais) V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AMABLE LOPEZ SOTO (Presidente sem voto), VICO MAÑAS E JOÃO MORENGHI.

São Paulo, 13 de novembro de 2021.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Habeas Corpus Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000

Impetrante: Ministério Público

Paciente: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Comarca: Nova Granada – Vara Única

Voto nº 4120

HABEAS CORPUS – Prisão preventiva decretada após a sentença condenatória, onde fora permitido o apelo em liberdade – Artigo 3º-A do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 13.964/2019 – Paciente em liberdade provisória – Motivação insuficiente – Liminar concedida, mantidas as medidas do artigo 319 do Código de Processo Penal, já fixadas em *habeas corpus* anterior – Paciente permaneceu solto, sem pedido de prisão durante o processo – Liminar confirmada – ORDEM CONCEDIDA.

Trata-se de *Habeas Corpus* **impetrado**, de forma não corriqueira, pelo **Ministério Público**, em favor do paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, no qual aponta como autoridade coatora o(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Granada, nos autos de nº 1500106-18.2019.8.26.0390, pela decretação da prisão preventiva do paciente, após sentença condenatória onde a soltura fora mantida, com alegação de que a prisão configura inegável constrangimento ilegal, pois “a imposição de prisão preventiva sem requerimento expreso do Ministério Público é legalmente vedada”.

Sustenta, em apertada síntese, que houve “irregular representação processual do paciente nos autos principais, já que destituiu seu antigo patrono e não o foi indicado novo defensor dativo, tendo sido, inclusive, condenado sem a apresentação de memorial defensivo”; que nos autos principais “o ora paciente foi processado e, ao final condenado, por crimes contra a honra cometidos contra juizes e promotores da região da Comarca”; que o paciente estava solto, pois “corretamente ponderou a conclusão do Laudo do Incidente de Insanidade Mental no sentido de que o ora paciente é semi-imputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0)”; que “dias após a publicação da sentença, em evidente surto paranóide, decorrente de sua condição de saúde mental semiimputável, possuidor de personalidade paranoide (CID 10 -F60.0), o paciente enviou email para endereços virtuais públicos de uma série órgãos públicos, de forma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desconexa”, o que já indica “que se tratava de indivíduo com algum grau de abalo de saúde mental”; que a Autoridade Coatora entendeu que tal manifestação se tratava de grave ofensa à ordem pública e “mesmo após ter sentenciado o feito, reviu dispositivo de sua sentença e, de ofício, sem que fosse aberta vista ao Ministério Público e à Defesa, decretou a prisão preventiva do paciente, cf. fls. 1479/1480”, o que foi mantido em duas oportunidades, “cf. fls. 1503 e 1514/1515”; que “a análise dos autos principais parece demonstrar que a Autoridade Coatora se colocou em indevida posição de juiz e vítima, circunstância que aparenta ter influído no conteúdo das decisões recentemente proferidas, v.g decisões de fls. 1411 e 1503, retirando o necessário distanciamento para análise de feito que exige especial sensibilidade, haja vista que o acusado é portador de grave moléstia psiquiátrica que, à toda evidência, impacta suas ações e as continuará impactando se não submetido ao adequado tratamento”; que, também, “É evidente que ao contrário do que crê a nobre autoridade coatora, não houve invasão da rede interna do Tribunal, uma vez que todos os emails ali elencados são públicos , tendo o paciente apenas os copiado em ordem alfabética e sem qualquer nexos. Aliás, o próprio email trouxe em seu bojo alerta de que se originou fora do TJSP e recomendou que não fosse aberto”; que o caso mostra “tentativa atabalhoada, de indivíduo com grave perturbação psiquiátrica, de realizar sua suposta autodefesa e não de difamar ou caluniar a terceiros. Aliás, o texto permite a qualquer leitor perceber de plano que se trata de indivíduos perturbado e não de séria acusação”; que, especialmente, “após o advento da Lei nº 13.964/2019, como corolário do sistema acusatório, é vedado ao magistrado decretar prisão de ofício, sem que tenha havido requerimento do Ministério Público ou, como na espécie, com expressa manifestação em sentido contrário”; que, inclusive, “incompatível a fixação de regime semiaberto é com a manutenção ou imposição de prisão em regime mais gravoso”; que, por fim, em razão da situação apontada que demonstra “agravamento da patologia foi ajuizada ação visando sua internação compulsória, medida em consonância com orientação médica e mais adequada que eventual prisão preventiva, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390, atualmente com decisão de tutela de urgência deferida e somente não cumprida em virtude da decretação da prisão preventiva do paciente”; e que “a única solução razoável e justa sob a ótica dos direitos humanos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da pessoa com transtorno de saúde mental, é a possibilidade de imposição de tratamento psiquiátrico ao ora paciente – nos termos do contido no Laudo do Exame de Insanidade Mental - e não a sua prisão preventiva que certamente agravará o cenário de delírio paranóide por ele sofrido”.

Pleiteia a concessão de liminar, “*para que seja de plano revogada a prisão preventiva ilegalmente decretada, garantindo ao paciente o direito de recorrer em liberdade, possibilitando sua imediata submissão à internação compulsória, já decretada em sede de tutela de urgência, no juízo Cível, permitindo que receba o adequado tratamento de saúde mental*”, expedindo-se o competente alvará de soltura clausulado em favor do paciente, vez que demonstrada a ilegalidade do constrangimento imposto, concedendo-se, ao final, a ordem de *Habeas Corpus*.

A liminar foi deferida nas folhas 61/67 deste feito, **com a manutenção de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, já fixadas no Habeas Corpus nº 2276617-85.2020.8.26.0000**. Oportunidade em que foi determinada a requisição de informações à autoridade coatora, sendo que as informações foram prestadas nas folhas 71/76 e 80/81.

Em seguida, os autos foram remetidos à Procuradoria Geral de Justiça, que em seu parecer de folhas 83/89 manifestou-se pela concessão da ordem, confirmando-se a liminar.

É o relatório.

A situação fática e processual denota que era mesmo o caso de se conceder a ordem, devendo a liminar ser confirmada.

De início, cabe destacar uma questão que antecede o ponto fulcral da presente impetração, sendo a validade, ou não, das alegações finais defensivas nos autos principais.

Aqui, como bem discorreu o Ilustre e zeloso Procurador de Justiça oficiante:

“Antes de mais nada, convém esclarecer a questão da irregularidade da representação processual do réu e a afirmação de que foi ele condenado sem apresentação de alegações finais. Há, de fato,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

uma confusão — claramente provocada pela impertinência do réu — na representação processual. Mas não é verdade que ele tenha sido condenado sem apresentação de alegações finais. Vinha ele sendo representado por defensor dativo, o advogado Sinomar de Souza Castro. Ocorre que, em 17 de dezembro de 2020, o réu constituiu defensor o advogado Marco Antonio dos Santos que, em 12 de janeiro de 2021, apresentou as alegações finais. O Ministério Público já havia feito isso em data anterior.

É fato que, à frente, em 6 de maio, ainda antes da sentença, o advogado constituído renunciou ao mandato. Mas a formalidade já houvera sido cumprida no exercício do mandato. Diante da renúncia, o impetrado, agindo com correta prudência, determinou a intimação do réu para constituir novo defensor, determinando, no mesmo despacho, que, caso isso não ocorresse, ficaria restaurada a nomeação do advogado Sinomar, o que acabou se concretizando. O processo não padece, pois, dos vícios apontados” (grifamos – folhas 87/88).

De fato, foram apresentadas alegações finais defensivas, em 12 de janeiro de 2021 (folhas 1346/1352 dos autos principais) e por Advogado constituído anteriormente, em 17 de dezembro de 2020 (folha 1353 dos autos principais). Depois, esse Causídico renunciou ao mandato (folha 1417 dos autos principais), sendo **novamente alçado como defensor dativo do paciente o Advogado Dr. Sinomar de Souza Castro** (folhas 1418, 1427/1428, 1429, 1433, 1434 e 1435 dos autos principais). Nesse passo, é certo, também, que o Advogado Dr. Sinomar pediu novo prazo para apresentar alegações finais (folhas 1438/1439 dos autos principais), todavia, já se encontravam nos autos alegações finais defensivas anteriores e válidas. O Magistrado sentenciante, nessas condições processuais, não estava legalmente obrigado a conceder novo prazo para novas alegações finais, salvo melhor juízo. Outras questões serão certamente observadas quando do julgamento dos apelos das partes.

Visto isso, passamos ao apreço da prisão do paciente decretada após a sentença condenatória. Nesse ponto, **o constrangimento ilegal referente à prisão decretada depois da sentença, é flagrante.**

A prisão do paciente foi decretada depois da sentença, repita-se.

Na referida sentença foi destacado que Joaquim Pedro fora libertado por decisão Desta Instância (HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000), restando condenado “incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto”, mas **mantida sua liberdade para apelar** (folhas 1440/1455 dos autos principais).

Ocorre que o Juízo *a quo*, **de ofício**, motivado por atos do paciente praticados após a sentença, entendeu que (folhas 21/22):

“Consta que o réu teria, em plena **rede interna** do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual teria, aparentemente, **invadido e tomado conhecimento de vários endereços eletrônicos** imputou atos desonrosos a este subscritor e outros, em verdadeira **tentativa de coação moral ao Poder Judiciário** e a significar atentado ao Estado Democrático de Direito.

Em que pese as considerações delineadas na r. sentença lançada, a situação chegou a um ponto pinacular, **impensável e insustentável**; de rigor, portanto, a adequação decorrente de **fato novo**, da r. sentença de fls. 1.440/1.455, **denegando-se por ser medida excepcional e porque o réu, após obter liberdade provisória, demonstra ousadia inadmissível e continua a delinquir de forma contundente o direito de apelar em liberdade, já que o disparo de mensagens em massa, difusamente, a canais de comunicação é atitude revestida de grave senso de antissocialidade, a exigir resposta consentânea.**

Presentes, portanto, os requisitos da prisão preventiva já que o réu **descumpriu obrigação intuitiva** de não tornar a transgredir e agiu de maneira a violar bens jurídicos de maneira difusa e abalar a ordem pública, apreende-se de fls. 1.466 e seguintes.

Isso posto, **denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença**, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública” (grifamos).

Posteriormente, mesmo com pleito ministerial pela reconsideração da decisão (folhas 24/35), a prisão foi **mantida**, porque a hipótese era **excepcionalíssima (folha 23)**.

Houve apelo defensivo (folhas 36/40), com nova **manutenção** da prisão do paciente, pela **inalterabilidade** da situação que ensejou a decretação (folha 41).

Pelo que se entrevê da documentação juntada na petição inicial, o paciente, realmente, teve o cárcere determinado depois da sentença condenatória, e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

se verifica que ele estava em liberdade (HC nº 2276617-85.2020.8.26.0000), como se vê na própria sentença (folha 1447 dos autos principais), e, após a soltura, durante o decorrer do feito **não** fora decretada a prisão preventiva **por este caso**. E, *data maxima venia*, não houve suficiente e convincente fundamentação na posterior decretação da prisão preventiva, com impedimento do apelo em liberdade (**folhas 21/22**). Era imprescindível que se destacasse, com precisão e de acordo com **elementos seguros e baseados no caso concreto**, contidos nos autos – ou seja, com a devida motivação e justificação –, que estavam presentes e concorrentes, neste caso, os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Isso não ocorreu, logo, a prisão decretada **não** deve subsistir (RJTACRIMSP – 48/307, 45/353 e 44/274). **Tivesse sido decretada sua custódia preventiva adequadamente, pelos fatos tratados no processo, e mantida até a condenação, poder-se-ia, agora, mantê-lo custodiado.**

Aqui, destaco que se ao juiz é dado o poder de julgar e se, para tanto, deve manter uma posição de equidistância e imparcialidade, e mais ainda neste caso, serenidade, seria **mais adequado que se deixasse às partes a possibilidade de requerer a prisão preventiva** (inclusive depois da sentença), evitando-se, com isso, qualquer ação do juiz *sponte propria*. A **Lei nº 13.964/19** (artigo 3º-A do Código de Processo Penal) prestigiando o sistema acusatório, acabou por acolher o entendimento acima, alterando novamente o artigo 311 do Código de Processo Penal, agora **proibindo o juiz agir de ofício em qualquer das fases da persecução**.

A decretação da prisão preventiva, a exemplo da temporária, **depende de provocação** (Cunha, Rogério Sanches. “Pacote Anticrime – Lei nº 13.964/2019: Comentários às Alterações no CP, CPP e LEP”, 2020. JusPodivm). O dispositivo tornou indispensável, de forma expressa, o prévio requerimento das partes, do Ministério Público ou da autoridade policial **para que o juiz aplique qualquer medida cautelar**. E a alteração feita no artigo 311 do Código de Processo Penal – a qual suprimiu a expressão “de ofício” ao tratar da possibilidade de decretação da prisão pelo magistrado – corrobora a interpretação de que é necessária a representação prévia para decretação da prisão cautelar, quanto mais em casos como esse, onde a semi-imputabilidade do indivíduo já foi verificada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, repita-se, **não** é que ocorre nos autos em exame; o Nobre Magistrado Sentenciante motivou o cárcere, depois da condenação, sem requerimento de qualquer parte, já posteriormente ao chamado “Pacote Anticrime” de 2019. Além disso, se de fato fosse necessária, a prisão preventiva da ora paciente poderia ter sido decretada e mantida antes da prolação da sentença, mas isso não ocorreu, lembrando que o paciente esteve solto, por este processo, após o habeas corpus, por cerca de cinco meses, repita-se, até a sentença, *s.m.j.*. Assim a determinação de sua prisão para que possa recorrer, como está, nesta oportunidade, configura nítido constrangimento ilegal, que deve ser cessado, imediatamente, como disposto no despacho de folhas 61/67. Outrossim há que se observar o disposto no **artigo 315, caput e §1º do Código de Processo Penal, incluído também pela citada Lei nº 13.964/2019**.

Não faria sentido, desta forma, estando flagrantemente ausentes os requisitos para a custódia cautelar, manter a prisão preventiva do paciente no cárcere até a apreciação do mérito do presente *writ*, sendo patente a necessidade e urgência da ordem, vez que ele se encontra com cárcere decretado e mantido sem que estejam presentes os requisitos legais autorizadores para sua decretação.

Verifica-se, portanto, o alegado constrangimento ilegal.

Além de todos esses elementos, não sobreveio qualquer situação que justificasse a cassação da liminar, ao menos por ora. Ainda que o Juiz tenha informado, nestes autos, novas manifestações do paciente, na internet (folhas 80/81), relembro, aqui, a semi-imputabilidade de Joaquim Pedro. E aqui, compilamos, novamente, as lúcidas palavras do Nobre Procurador de Justiça, às folhas 86/87:

“Situação difícil, a retratada nestes autos. (...) Temos um réu, já condenado, que teve reconhecida a personalidade paranoide no incidente de insanidade a que foi submetido. Vive ele sob proteção da mãe e irmã, sobre cuja sanidade mental pairam dúvidas também. E, exímio esgrimista das ferramentas da internet, atazana sem cessar todos os que lhe causam alguma contrariedade: professores, promotores, juizes. No momento atual, o impetrado é seu alvo principal. Chega-se a entender o inconformismo do impetrado, expresso em desabaços como o acima transcrito. Mas, exatamente porque se trata de alguém insano o agressor, não é possível justificar eventuais ilegalidades”.

Não obstante, as medidas cautelares fixadas no despacho de folhas 61/67 serão integralmente mantidas, para garantir a vinculação do paciente com o



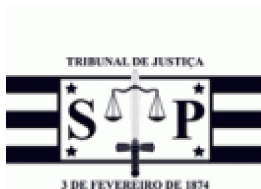
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

distrito da culpa, até o julgamento de seu apelo.

E relembramos, se no futuro, em caso de descumprimento das medidas cautelares, houver necessidade de decretação da prisão preventiva do paciente, no caso concreto, isso fica desde já autorizado, desde que de modo devidamente fundamentado e mediante requisição do Ministério Público, tendo em vista o quanto disposto nos artigos 282, §4º, e 311, caput, ambos do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 13.964/2019.

Ante todo o exposto, **conhece-se** da impetração em favor do paciente Joaquim Pedro de Moraes Filho, e **CONCEDE-SE a ordem, confirmando-se a liminar concedida nas folhas 61/67 destes autos**, mantendo-se a liberdade processual do paciente e as medidas cautelares fixadas no despacho supramencionado (contramandado de prisão expedido – folhas 1568/1570 dos autos principais).

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA
Relator

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - **Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico de dou fé que decorreu prazo legal e o defensor do acusado não apresentou contrarrazões de apelação.

Nada Mais. Nova Granada, 22/11/2021.
 Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Vossa Senhoria fica intimada para apresentar contrarrazões de apelação, no prazo de 48 (quarenta oito) horas, sob pena de destituição.

Nada Mais. Nova Granada, 22 de novembro de 2021. Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1404/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada para apresentar contrarrazões de apelação, no prazo de 48 (quarenta oito) horas, sob pena de destituição."

Nova Granada, 22 de novembro de 2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Cleonir José Machado De Oliveira (27548)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao r. mandado nº 390.2021/003792-7 dirigi-me ao município de Icém - SP., no endereço mencionado na folha de rosto, e aí sendo, deixei de proceder a INTIMAÇÃO do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não encontra-lo, obtendo informações no local, através do atual morador Givaldo, que não conhece e nem sabe informar sobre o réu. O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 11 de novembro de 2021.

Número de Cotas: 02.
 24 km + 903 m. de ida.

LUAN AUGUSTO LONGO

De: MARCELO HAGGI ANDREOTTI
Enviado em: segunda-feira, 22 de novembro de 2021 15:08
Para: LUAN AUGUSTO LONGO
Assunto: ENC: Mensagem referente ao remente "Joaquim Pedro de Moraes Filho"

De: MIRASSOL - 3 OFICIO JUDICIAL <mirassol3@tjsp.jus.br>
Enviado: quarta-feira, 17 de novembro de 2021 10:06
Para: MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>
Assunto: Mensagem referente ao remente "Joaquim Pedro de Moraes Filho"

Bom dia, Dr. Marcelo,
 Dr. copiei o teor da mensagem, conforme solicitado, caso o Sr. não consiga acessar o conteúdo.
 Fico a disposição,
 Daiane Cano Gomes Rodrigues,

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Bom dia, o Meu Nome é Joaquim Pedro de Moraes Filho, CPF 133.036.496-18, Desculpe o Incômodo nas demais Comarcas, mais estou Tendo Dificuldades em Anexar minha manifestação e demais processos guiados sem Defesa alguma (Literalmente), na Comarca de Nova Granada, aonde Infelizmente o Juiz da Tal foi Denunciado por mim, culpado ou inocente é um Direito meu e Todos. Infelizmente essa gente gosta é de "Dinheiro e poder" e os mais pobres, negros e Gays, que sejam "Retirados seus Direitos ou Mortos", para facilitar a vida deles. (MAIS ELES RECEBEM BONIFICAÇÕES E SALÁRIOS ANORMAIS EM FRENTE Á ATUALIADE BRASILEIRA, PARA CUMPRIR DEVERES E SERVIÇOS A FAVOR DO POVO BRASILEIRO). DESCULPA NOVAMENTE, É URGENTE!

[...] Hoje 14 de Novembro de 2021, fique ciente que o Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza de "SÃO JOSÉ DO RIO PRETO " Vara Civil (Residente da tal), referente ao Processo 1001416-48.2021.8.26.0390 Será Denunciado por "Tráfico de Influência e Abuso de Autoridade " por se basear em um Laudo Psiquiátrico (Processo (0001446-37.2020.8.26.0390) apensado em um Processo já comprovado Sérios Abusos de Retiradas de Direitos aonde foi se emitido em um Laudo Duvidoso de 4 minutos assinado pela "então" médica e Denunciada Dr. Karine Keiko Leitão Higa CRM 127685 do Então Instituto IMESC (Futuramente o Conselho Nacional de Medicina será Acionado, com intuito de "Caçar" a licença de Atuação da Tal), Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, tal esse em tramitação na Então Denúnciada Comarca de Nova Granada. - J. Pedro (Laudo ou não o processo envolve Juiz,

Promotores e Defensores Públicos, contra um Pobre Civil. Em uma Dinâmica Filosófica e Racional Joaquim Pedro de Moraes Filho será sempre a "Vítima", impossível de quebrar essa Visão até o momento em que atos cometidos para Denegrir a Imagem do Tal aconteceram, para torna Joaquim Pedro de Moraes Filho (A mim) o "Mal Caráter "; Mas mesmo Assim, Joaquim Pedro é o Pobre Civil, A Vítima.) "NUNCA MENTI QUE SOFRI TORTURA NA PENITENCIÁRIA DE ICEM E PAULO DE FARIA, A ATUAÇÃO DO Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOI OCULTAR FATOS COM PROCESSO CIVIL 1001416-48.2021.8.26.0390, tal processo esse SEM DEFESA DO ACUSADO, OPONDO A CONSTITUICAO.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Print



* Referente à Denúncias de Retirada de Direitos, entre elas à Emissão de Honorários à Advogados Públicos que nunca viram o rosto dos seus clientes, Fraudando à Constituição e RETIRANDO DIREITOS, ENTRE ELEAS Á AMPLA DEFESA aos mais Pobres. criado em 28/11/2019 por Joaquim Pedro de Moraes Filho. (A casos de Tortura no Estado de São Paulo)

<https://proclame281119.blogspot.com/2021/11/hoje-14-de-novembro-de->

Comment Link KyoosM

zicutake@mail.ru

zicutake@torbox3uiot6wc
hz.onion

* Aplicativo Android deste
Blog Proclame281119,
download direto

* Criptografia e
Descriptografia de
Documentos por Chave

* Editor de Texto Simples

domingo, 14 de novembro de 2021

[...] Hoje 14 de Novembro de 2021, fique ciente que o Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza de "SÃO JOSÉ DO RIO PRETO " Vara Civil (Residente da tal), referente ao Processo 1001416-48.2021.8.26.0390 Será Denunciado por "Tráfico de Influência e Abuso de Autoridade " por se basear em um Laudo Psiquiátrico (Processo (0001446-37.2020.8.26.0390) apensado em um Processo já comprovado Sérios Abusos de Retiradas de Direitos aonde foi se emitido em um Laudo Duvidoso de 4 minutos assinado pela "então" médica e Denunciada Dr. Karine Keiko Leitão Higa CRM 127685 do Então Instituto IMESC (Futuramente o Conselho Nacional de Medicina será Acionado, com intuito de "Caçar" a licença de Atuação da Tal), Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, tal esse em tramitação na Então Denúncia Comarca de Nova Granada. - J. Pedro (Laudo ou não o processo envolve Juiz, Promotores e Defensores Públicos, contra um Pobre Civil. Em uma Dinâmica Filosófica e Racional Joaquim Pedro de Moraes Filho será sempre a "Vítima", impossível de quebrar essa Visão até o momento em que atos cometidos para Denegrir a Imagem do Tal aconteceram, para torna Joaquim Pedro de Moraes Filho (A mim) o "Mal Caráter "; Mas mesmo Assim, Joaquim Pedro é o Pobre Civil, A Vítima.) "NUNCA MENTI QUE SOFRI TORTURA NA PENITENCIÁRIA DE ICEM E PAULO DE FARIA, A ATUAÇÃO DO Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOI OCULTAR FATOS COM PROCESSO CIVIL 1001416-48.2021.8.26.0390, tal processo esse SEM DEFESA DO ACUSADO, OPONDO A CONSTITUICAO.

[...] Hoje 14 de Novembro de 2021, fique ciente que o Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza de "SÃO JOSÉ DO RIO PRETO " Vara Civil (Residente da tal), referente ao Processo 1001416-48.2021.8.26.0390 Será Denunciado por "Tráfico de Influência e Abuso de Autoridade " por se basear em um Laudo Psiquiátrico (Processo (0001446-37.2020.8.26.0390) apensado em um Processo já comprovado Sérios Abusos de Retiradas de Direitos aonde foi se emitido em um Laudo Duvidoso de 4 minutos assinado pela "então" médica e Denunciada Dr. Karine Keiko Leitão Higa CRM 127685 do Então Instituto IMESC (Futuramente o Conselho Nacional de Medicina será Acionado, com intuito de "Caçar" a licença de Atuação da Tal), Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, tal esse em tramitação na Então Denúncia Comarca de Nova Granada. - J. Pedro (Laudo ou não o processo envolve Juiz, Promotores e Defensores Públicos, contra um Pobre Civil. Em uma Dinâmica Filosófica e Racional Joaquim Pedro de Moraes Filho será sempre a "Vítima", impossível de quebrar essa Visão até o momento em que atos cometidos para Denegrir a Imagem do Tal aconteceram, para torna Joaquim Pedro de Moraes Filho (A mim) o "Mal Caráter "; Mas mesmo Assim, Joaquim Pedro é o Pobre Civil, A Vítima.) "NUNCA MENTI QUE SOFRI TORTURA NA PENITENCIÁRIA DE ICEM E PAULO DE FARIA, A ATUAÇÃO DO Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOI OCULTAR FATOS COM PROCESSO CIVIL 1001416-48.2021.8.26.0390, tal processo esse SEM DEFESA DO ACUSADO, OPONDO A CONSTITUICAO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA**, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99165-2035

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, fundos, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Cumpra-se o V. Acórdão proferido nos autos do HC Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1656/1664).

Determinei à serventia a juntada dos documentos de fls. 1668/1670.

Considerando a ofensa à pessoas que não participam deste processo, proceda à serventia à remessa dos documentos de fls. 1668/1670 aos autos do processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 e comunique-se imediatamente o MM Juiz de Direito ofendido por via eletrônica difusa.

Servirá o presente, por cópia digitada, como **OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia**. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br.

O réu não foi localizado no endereço declarado nos autos (fl. 1667).

Vista ao Ministério Público, eis que em tese, protrai-se o descumprimento de medidas cautelarmente impostas, eis que evadido o réu do foro.

Int.

Nova Granada, 22 de novembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 22/11/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Cumpra-se o V. Acórdão proferido nos autos do HC Criminal n° 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1656/1664). Determinei à serventia a juntada dos documentos de fls. 1668/1670. Considerando a ofensa à pessoas que não participam deste processo, proceda à serventia à remessa dos documentos de fls. 1668/1670 aos autos do processo n° 1001416-48.2021.8.26.0390 e comunique-se imediatamente o MM Juiz de Direito ofendido por via eletrônica difusa. Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. O réu não foi localizado no endereço declarado nos autos (fl. 1667). Vista ao Ministério Público, eis que em tese, protrai-se o descumprimento de medidas cautelarmente impostas, eis que evadido o réu do foro.

Nova Granada, (SP), 22 de novembro de 2021

Ofício 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Seg, 22/11/2021 16:17

Para: ANTONIO ROBERTO ANDOLFATTO DE SOUZA <antoniorsouza@tjsp.jus.br>

 2 anexos (515 KB)

Ofício 1500106-18.2019.8.26.pdf; e-mail.pdf;

Boa tarde Doutor!

Seguem anexos ofícios e mensagens recebidas para conhecimento.

Att.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 22/11/2021 18:15

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Cumpra-se o V. Acórdão proferido nos autos do HC Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1656/1664). Determinei à serventia a juntada dos documentos de fls. 1668/1670. Considerando a ofensa à pessoas que não participam deste processo, proceda à serventia à remessa dos documentos de fls. 1668/1670 aos autos do processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 e comunique-se imediatamente o MM Juiz de Direito ofendido por via eletrônica difusa. Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. O réu não foi localizado no endereço declarado nos autos (fl. 1667). Vista ao Ministério Público, eis que em tese, protrai-se o descumprimento de medidas cautelarmente impostas, eis que evadido o réu do foro.

Nova Granada, 22 de Novembro de 2021

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1406/2021, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Cumpra-se o V. Acórdão proferido nos autos do HC Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1656/1664). Determinei à serventia a juntada dos documentos de fls. 1668/1670. Considerando a ofensa à pessoas que não participam deste processo, proceda à serventia à remessa dos documentos de fls. 1668/1670 aos autos do processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 e comunique-se imediatamente o MM Juiz de Direito ofendido por via eletrônica difusa. Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. O réu não foi localizado no endereço declarado nos autos (fl. 1667). Vista ao Ministério Público, eis que em tese, protrai-se o descumprimento de medidas cautelarmente impostas, eis que evadido o réu do foro."

Nova Granada, 23 de novembro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1404/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 23/11/2021. Considera-se a data de publicação em 24/11/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada para apresentar contrarrazões de apelação, no prazo de 48 (quarenta oito) horas, sob pena de destituição."

Nova Granada, 23 de novembro de 2021.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1406/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 24/11/2021. Considera-se a data de publicação em 25/11/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Cumpra-se o V. Acórdão proferido nos autos do HC Criminal nº 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1656/1664). Determinei à serventia a juntada dos documentos de fls. 1668/1670. Considerando a ofensa à pessoas que não participam deste processo, proceda à serventia à remessa dos documentos de fls. 1668/1670 aos autos do processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 e comunique-se imediatamente o MM Juiz de Direito ofendido por via eletrônica difusa. Servirá o presente, por cópia digitada, como OFÍCIO. Encaminhamento a cargo da serventia. A resposta deverá ser encaminhada para o e-mail institucional novagranada@tjsp.jus.br. O réu não foi localizado no endereço declarado nos autos (fl. 1667). Vista ao Ministério Público, eis que em tese, protraí-se o descumprimento de medidas cautelarmente impostas, eis que evadido o réu do foro."

Nova Granada, 24 de novembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO**ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, movido pelo Ministério Público, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO APELATÓRIO DO DIGNÍSSIMO REPRESENTANTE DO PARQUET** DE FLS.1633/1639, anexa.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 23 de novembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

**CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO (FLS.1633/1639)****INCLITO PRESIDENTE:****NOBRE RELATOR:****DIGNOS DESEMBARGADORES:****COLEND A CÂMARA:****DOUTA PROCURADORIA:**

Primeiramente, insta mencionar novamente, que o Acusado às fls.142, apresentou contrariedade deste Advogado em estar pleiteando a sua de defesa alegando que este advogado lhe causou prejuízo em sua defesa perdendo, desta forma, a singeleza e a confiança entre réu e acusado, o que deveria o magistrado *a quo* em lhe afastar dos autos e oficiar a defensoria publica para que lhe indicasse novo defensor, o que até o presente momento não o fez.

O Juiz dando a palavra a este causídico, **para se pronunciar sobre este caso específico**, este às fls.1438/1439, disse que O Laudo Médico de fls.1320/1323, concluiu que o Acusado possui personalidade paranoide, ou seja, com intensa desconfiança e ansiedade, em conclusão final o *Expert* diz que o mesmo apresenta prejudicada a sua capacidade de autodeterminação, estando indicado o tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico).

Assim, com tais indicações do réu, se observa que há uma indefinição apresentada, desta forma, é dever normativo deste advogado renunciar ao encargo de defensor do mesmo, requerendo a este r. Tribunal, tendo em vista o não conhecimento e o não pronunciamento pelo *juízo a quo*, que expeça ofício, novamente, a Defensoria Pública do Estado, para indicação de novo defensor, determinando a expedição de certidão de honorários em razão dos trabalhos até aqui realizados.

Mantendo este advogado na causa passa a apresentar a peça devida.



DAS CONTRARRAZÕES EM SI:

A nobreza do ilustre Representante do *Parquet* às fls.1633/1639 é incomensurável, não há outra palavra, lá vemos o nome verdadeiro dado àquela Instituição Pública: Promotoria de Justiça, tudo que está inscrito naquela peça, nada mais é que um pedido que seja feita JUSTIÇA, nada mais.

Reconheceu, ponto a ponto os erros lá cometidos pelo Juízo Inaugural, requereu sua anulação e caso não, requereu que haja Justiça, no liame da palavra.

O Acusado é doente psiquiátrico reconhecidamente pelo expert do Juízo, jovem com graves problemas psiquiátricos reconhecidos no laudo do incidente de insanidade mental acostado aos autos – fls. 64-67 dos autos em apenso - que constatou se tratar de portador de personalidade paranoide CID 10 -F60.0), indicando expressamente que tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto às ações que lhes são imputadas e recomendando tratamento especializado– médico psiquiátrico e psicológico.

O Juiz julgador, também se acha vítima e, neste ponto crucial, não pode ser vítima e julgador ao mesmo tempo, não há espaço legal tais finalidades conjuntas.

O jovem está totalmente alienado, já escreveu contra este advogado inclusive, sendo perquirido se queria ou não processá-lo.

Excelências, para mim a mentira a inverdade não me fere, por outro lado, me faz ter pena do acusador; caso verdade fosse poderia este advogado ficado indignado e poderia gritar em largo espaço querendo mostrar que a verdade pronunciada não existisse; assim, sendo uma total inverdade, disse que não, que não queria processá-lo; este advogado acredita que assim que os Homens de bens e os Homens públicos deveriam estar preparados para tal baile, pois estamos na frente da batalha, o primeiro tiro vem em nossa direção, todo soldado de guerra sabe disso.

O jovem acusado, é doente, não sabe o que diz. Ele e família, de vermos o conteúdo dos autos, foram de alguma forma não tão bem atendidos, já estavam feridos, os jovens pelo pai e a mãe zelosa pelo marido, sem dizer que a mãe também, em tese, já desenvolveu doença psiquiátrica igual ao acusado. Feridos Excelências... feridos.

Mais feridos, entraram em colapso, não enxergavam um palmo da realidade



e perderem o senso de discernimento.

Agora prisão... Acreditamos que seja um remédio amargo demais.

Não houve qualquer violência, ameaça, não houve uso de força...

O jovem, até tentou uma faculdade de direito para conseguir visualizar o que estava ocorrendo, como já estava doente, não conseguiu, vendo até mesmo na faculdade um inimigo feroz.

Tudo isso **Excelências**, foi muito bem observado pelo Ministério Público... aplausos... Requereu nulidade de sentença, reconheceu ser conhecido à doença psiquiátrica do jovem, reconhecimento de continuidade delitiva, reconhecimento da indevida majoração da pena base, redução da pena em patamar máximo e ao final fixação do cumprimento da pena em regime aberto.

A nosso ver acreditamos que deve ser ainda melhor, fixação da pena em tratamento ambulatorial a ser realizado em casa com acompanhamento do Ministério Público e do Judiciário, visto que, se for em regime aberto e não tiver qualquer tratamento de saúde, acreditamos que haja reiteração e com a reiteração haverá, em tese, sem sombra de dúvidas, regressão de regime para regime mais gravoso e isto não ajudará em nada o Acusado doente, **afastando as penas de multa, visto tratar-se de pessoa miserável tanto ele quanto família, em último caso, que seja aplicada a pena de multa em seu valor mínimo.**

Assim, com a observação acima e as observações das razões de apelação de fls.1509/1513, requeremos seja dado provimento a ambas as apelações tanto defensiva quanto ministerial, abrindo um meio certo para que o acusado seja tratado por médicos especializados recebendo tratamento certo e adequado de forma ambulatorial, levando em conta que em nenhum momento houve violência ou grave ameaça, apenas houve fruto de uma mente doentia necessitando de tratamento médico especializado, nada mais.

Requer, igualmente, com as exceções apresentadas, PROVIMENTO.

São José do Rio Preto-SP., 23 de novembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Qui, 25/11/2021 09:20

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiainf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS - 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

O processo1500106-18.2019.8.26.0390teve hoje a apelação feita pelo Denunciado Advogado Sinomar de Souza Castro, altamente Criminosa,com intuito de Denegrir o Caráter do Réu,Joaquim Pedro de Moraes Filho. Esse advogado é um Criminoso e é acusado de Ter Prejudicado a Defesa do Réu.

Ref.: <http://proclame281119.blogspot.com/2021/11/o-processo1500106-1820198260390teve.html>

quarta-feira, 17 de novembro de 2021

Prova de Denúncia: O Promotor de Justiça Carlos Bruno Gaya da Costa de Nova Granada abriu um Inquérito no ano de 2019 no mês de Dezembro aonde se configura Como Vítima de Joaquim Pedro de Moraes Filho, mas tardar no ano de 2020 Joaquim Pedro de Moraes Filho foi brutalmente Torturado e Preso em meados de Julho daquele Ano, Referente ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, Mostra-se Claramente que O processo 1001416-48.2021.8.26.0390 guiado pelo JUIZ DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Antônio Roberto Andolfatto de Souza DO ESTADO DE SÃO PAULO é "ABUSO DE AUTORIDADE E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA ", POIS O PROCESSO É GUIADO POR VINGANÇA DO PROMOTOR Carlos Bruno Gaya da Costa CONTRA O POBRE CIVIL JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, POR DENÚNCIA UM JUIZ POR TORTURA EM UM PROCESSO QUE ENVOLVE JUIZES, PROMOTORES E ADVOGADOS PUBLICOS. - DEIXA-SE REGISTRADO COM URGÊNCIA.

Ref.: <https://proclame281119.blogspot.com/2021/11/prova-de-denuncia-o-promotor-de-justica.html?m=1>

Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Qui, 25/11/2021 09:20

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>; mardreotti@tjsp.jus.br
<mardreotti@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

O processo1500106-18.2019.8.26.0390teve hoje a apelação feita pelo Denunciado Advogado Sinomar de Souza Castro, altamente Criminosa,com intuito de Denegrir o Caráter do Réu,Joaquim Pedro de Moraes Filho. Esse advogado é um Criminoso e é acusado de Ter Prejudicado a Defesa do Réu.

Ref.: <http://proclame281119.blogspot.com/2021/11/o-processo1500106-1820198260390teve.html>

Re: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Seg, 29/11/2021 09:03

Para: PENHA DE FRANCA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penhainf@tjsp.jus.br>

Cc: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Desculpa, Já foi encaminhado, Infelizmente a Comarca de Nova Granada se recusa a Colocar as Manifestações, com intuito de Causar Prejuízo na Terceira e Segunda Instância, fato esse já existente. O processo não tem advogado, O advogado plagueou a Acusação com Intuito de Causar Prejuízo. Tenho intenção de Transferir esse processo dessa Comarca, pois a Tal foi denunciada e envolve Juiz e Atos de Tortura, tudo com a omissão da OAB LOCAL, está insustentável, desde Juiz que faz o que quer a Advogado Público que fraudar o Sistema da Defensoria Pública. - Joaquim Pedro de Moraes Filho

De: PENHA DE FRANCA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penhainf@tjsp.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 26 de novembro de 2021 18:42

Para: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Assunto: RE: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

Prezado, boa tarde!

Favor encaminhar e-mail na Vara onde tramita seu processo.

Atenciosamente,

Encaminhado por:

**Vara da Infância e da Juventude -
Logotipo TJSP Fórum Regional VI - Penha de França**

Escrivã Responsável: Bel . MARIZA AOKI

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício da Infância e Juventude

Rua Doutor João Ribeiro, 433, 2º andar - Penha de França - São Paulo/SP - CEP: 03634-010

Tel: (11) 2093-6612 - Ramal 6027 / Tel (11) 2093-6612 - Ramal 6026/

Tel (11) 2093-6612 - Ramal 6025

E-mail: penhainf@tjsp.jus.br

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: quarta-feira, 24 de novembro de 2021 17:03

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiaiinf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR

NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS – 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>; ATIBAIA - 1 OFICIO CRIMINAL <atibaia1cr@tjsp.jus.br>; AURIFLAMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <auriflama@tjsp.jus.br>; AVARE – ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <avareinf@tjsp.jus.br>; BANANAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bananal@tjsp.jus.br>; BARIRI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <baririinf@tjsp.jus.br>; BARRA BONITA - 2 OFICIO JUDICIAL <barrabonita2@tjsp.jus.br>; BARRETOS - 2 OFICIO CRIMINAL <barretos2cr@tjsp.jus.br>; BARRETOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <barretosinf@tjsp.jus.br>; BARUERI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <barueriinf@tjsp.jus.br>; BASTOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bastos@tjsp.jus.br>; BATATAIS - VARA CRIMINAL <batataiscr@tjsp.jus.br>; BAURU - OFICIO DA INFANCIA E JUVENTUDE <bauruinf@tjsp.jus.br>; BEBEDOURO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <bebedouroinf@tjsp.jus.br>; BERTIOGA - 2 OFICIO JUDICIAL <bertioga2@tjsp.jus.br>; BILAC - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <bilac@tjsp.jus.br>; BIRIGUI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <biriguiinf@tjsp.jus.br>; BOITUVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <boituvainf@tjsp.jus.br>; BORBOREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <borborema@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - 1 OFICIO CRIMINAL <botucatu1cr@tjsp.jus.br>; BOTUCATU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <botucatuinf@tjsp.jus.br>; BRAGANCA PAULISTA - JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <bragancajuri@tjsp.jus.br>; BRODOWSKI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <brodowski@tjsp.jus.br>; BROTAS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <brotas@tjsp.jus.br>; BURI - OFICIO JUDICIAL <buri@tjsp.jus.br>; BURITAMA - 2 OFICIO JUDICIAL <buritama2@tjsp.jus.br>; CABREUVA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cabreuva@tjsp.jus.br>; CACAPAVA - 1 OFICIO CRIMINAL <cacapava1cr@tjsp.jus.br>; CACHOEIRA PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <cachpta2@tjsp.jus.br>; CACONDE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <caconde@tjsp.jus.br>; CAFELANDIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cafelandia@tjsp.jus.br>; CAIEIRAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caieirasinf@tjsp.jus.br>; CAJAMAR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cajamarinf@tjsp.jus.br>; CAJAMAR - 1 OFICIO JUDICIAL <cajamar1@tjsp.jus.br>; CAJURU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cajuru@tjsp.jus.br>; CAMPINAS - 1 VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <campinas1inf@tjsp.jus.br>; CAMPO LIMPO PAULISTA - 2 OFICIO JUDICIAL <campolimpo2@tjsp.jus.br>; CAMPOS DO JORDAO - 2 OFICIO JUDICIAL <campjordao2@tjsp.jus.br>; CANANEIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cananeiainf@tjsp.jus.br>; CANDIDO MOTA - 2 OFICIO JUDICIAL <candmota2@tjsp.jus.br>; CAPAO BONITO - 2 OFICIO JUDICIAL <capbonito2@tjsp.jus.br>; JOAO MENDES - OFICIO INFANCIA JUVENTUDE <spinf@tjsp.jus.br>; IPIRANGA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ipirangainf@tjsp.jus.br>; ITAQUERA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <itaquerainf@tjsp.jus.br>; JABAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <jabaquarainf@tjsp.jus.br>; LAPA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <lapainf@tjsp.jus.br>; PENHA DE FRANCA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <penhainf@tjsp.jus.br>; PINHEIROS - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <pinheirosinf@tjsp.jus.br>; SANTANA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <santanainf@tjsp.jus.br>; SANTO AMARO - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <stoamaroinf@tjsp.jus.br>; SAO MIGUEL PAULISTA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <saomiguelinf@tjsp.jus.br>; TATUAPE - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <tatuapeinf@tjsp.jus.br>; CAPIVARI - 2 OFICIO JUDICIAL <capivari2@tjsp.jus.br>; CARAGUATATUBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <caraguainf@tjsp.jus.br>; CARAPICUIBA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <carapicinf@tjsp.jus.br>; CARDOSO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cardoso@tjsp.jus.br>; CASA BRANCA - 2 OFICIO JUDICIAL <casabranca2@tjsp.jus.br>; CATANDUVA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <catanduvainf@tjsp.jus.br>; CERQUEIRA CESAR - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cerqcesarinf@tjsp.jus.br>; CERQUILHO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cerquilho@tjsp.jus.br>; CESARIO LANGE – OFÍCIO JUDICIAL <cesariolange@tjsp.jus.br>; CHAVANTES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <chavantesinf@tjsp.jus.br>; COLINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <colina@tjsp.jus.br>; CONCHAL - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <conchal@tjsp.jus.br>; CONCHAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <conchasinf@tjsp.jus.br>; CORDEIROPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cordeiopinf@tjsp.jus.br>; COSMOPOLIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cosmopolisinf@tjsp.jus.br>; COTIA - OFICIO CRIMINAL <cotiacr@tjsp.jus.br>; CRAVINHOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cravinhosinf@tjsp.jus.br>; CRUZEIRO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <cruzeiroinf@tjsp.jus.br>; CUBATAO - 3 OFICIO JUDICIAL <cubatao3@tjsp.jus.br>; CUNHA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <cunhasp@tjsp.jus.br>; DESCALVADO - 2 OFICIO JUDICIAL <descalv2@tjsp.jus.br>; DIADEMA -

ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <diademainf@tjsp.jus.br>; DIADEMA – OFICIO DO JURI E EXECUÇÕES CRIMINAIS <diademajuri@tjsp.jus.br>; DOIS CORREGOS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <doiscorregos1@tjsp.jus.br>; DRACENA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <dracenainf@tjsp.jus.br>; DUARTINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <duartina@tjsp.jus.br>; ELDORADO - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <eldoradoinf@tjsp.jus.br>; EMBU DAS ARTES - 3 OFICIO JUDICIAL <embu3@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <embuguacu@tjsp.jus.br>; EMBU-GUACU - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <embuguacuinf@tjsp.jus.br>; ESPIRITO SANTO DO PINHAL - 2 OFICIO JUDICIAL <pinhal2@tjsp.jus.br>; ESTRELA D OESTE - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <estreladoestenf@tjsp.jus.br>; FARTURA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <fartura@tjsp.jus.br>; FERNANDOPOLIS - 1 OFICIO CRIMINAL <fernand1cr@tjsp.jus.br>; FERRAZ DE VASCONCELOS - 3 OFICIO JUDICIAL <ferraz3@tjsp.jus.br>; FLORIDA PAULISTA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <floridaptainf@tjsp.jus.br>; FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br <FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br>; FRANCA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francainf@tjsp.jus.br>; FRANCISCO MORATO - 1 OFICIO JUDICIAL <francmorato1@tjsp.jus.br>; FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br <FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br>; FRANCO DA ROCHA - OFICIO JURI VEC E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <francorochajuri@tjsp.jus.br>; GALIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <galia@tjsp.jus.br>; GARCA - 3 OFICIO JUDICIAL <garca3@tjsp.jus.br>; GENERAL SALGADO - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <gsalgado@tjsp.jus.br>; GETULINA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <getulina@tjsp.jus.br>; GUAIRA - SEGUNDO OFICIO JUDICIAL <guaira2@tjsp.jus.br>; GUARA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guara@tjsp.jus.br>; GUARARAPES - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guararapinf@tjsp.jus.br>; GUARAREMA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <guararema@tjsp.jus.br>; GUARATINGUETA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guaratinf@tjsp.jus.br>; GUARIBA - 2 OFICIO JUDICIAL <guariba2@tjsp.jus.br>; GUARUJA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <guarujainf@tjsp.jus.br>; GUARUJA - 2 OFICIO CRIMINAL <guaruja2cr@tjsp.jus.br>; GUARULHOS - OF DA INF E DA JUV, PROTETIVA E CIVEL <guarulhos2inf@tjsp.jus.br>; HORTOLANDIA - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <hortolandiainf@tjsp.jus.br>; IACANGA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iacanga@tjsp.jus.br>; IBATE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <ibate@tjsp.jus.br>; IBITINGA - OFICIO CRIMINAL <ibitingacr@tjsp.jus.br>; IBIUNA - 2 OFICIO JUDICIAL <ibiuna2@tjsp.jus.br>; IEPE - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <iepe@tjsp.jus.br>; IGARAPAVA - 2 OFICIO JUDICIAL <igarapava2@tjsp.jus.br>; IGUAPE - 2 OFICIO JUDICIAL <iguape2@tjsp.jus.br>

Assunto: Re: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

O

processo 1500106-18.2019.8.26.0390 mostra claramente o quanto a minha família foi usada para Denegrir ela, e causar mais revolta a mim, pessoas sem índole alguma. Pessoas Perigosas. A família de Marcelo Haggi Andreotti por exemplo são pessoas que vivem na Aba do Estado.

A família de Sinomar de Souza Castro por Exemplo, são pessoas conturbadas, tendo a esposa, já internada em Manicômio. Viu como dói?

<https://mobile.twitter.com/Zicutake/status/1463597118975840268>

De: pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Enviado: quarta-feira, 24 de novembro de 2021 15:43

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; adamant2@tjsp.jus.br <adamant2@tjsp.jus.br>; aguai@tjsp.jus.br <aguai@tjsp.jus.br>; aguaslindoia@tjsp.jus.br <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; agudosinf@tjsp.jus.br <agudosinf@tjsp.jus.br>; altinop@tjsp.jus.br <altinop@tjsp.jus.br>; americanajuri@tjsp.jus.br <americanajuri@tjsp.jus.br>; americo2@tjsp.jus.br <americo2@tjsp.jus.br>; amparo2@tjsp.jus.br <amparo2@tjsp.jus.br>; andradina3@tjsp.jus.br <andradina3@tjsp.jus.br>; angatuba@tjsp.jus.br <angatuba@tjsp.jus.br>; aparecida2@tjsp.jus.br <aparecida2@tjsp.jus.br>; apiainf@tjsp.jus.br <apiainf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; araraqinf@tjsp.jus.br <araraqinf@tjsp.jus.br>; ararasinf@tjsp.jus.br <ararasinf@tjsp.jus.br>;

arturnogueira@tjsp.jus.br <arturnogueira@tjsp.jus.br>; aruja2@tjsp.jus.br <aruja2@tjsp.jus.br>;
 assis3cr@tjsp.jus.br <assis3cr@tjsp.jus.br>; assisinf@tjsp.jus.br <assisinf@tjsp.jus.br>; atibaia1cr@tjsp.jus.br
 <atibaia1cr@tjsp.jus.br>; auriflama@tjsp.jus.br <auriflama@tjsp.jus.br>; avareinf@tjsp.jus.br
 <avareinf@tjsp.jus.br>; bananal@tjsp.jus.br <bananal@tjsp.jus.br>; baririinf@tjsp.jus.br
 <baririinf@tjsp.jus.br>; barrabonita2@tjsp.jus.br <barrabonita2@tjsp.jus.br>; barretos2cr@tjsp.jus.br
 <barretos2cr@tjsp.jus.br>; barretosinf@tjsp.jus.br <barretosinf@tjsp.jus.br>; barueriinf@tjsp.jus.br
 <barueriinf@tjsp.jus.br>; bastos@tjsp.jus.br <bastos@tjsp.jus.br>; batataiscr@tjsp.jus.br
 <batataiscr@tjsp.jus.br>; bauruinf@tjsp.jus.br <bauruinf@tjsp.jus.br>; bebedouroinf@tjsp.jus.br
 <bebedouroinf@tjsp.jus.br>; bertioaga2@tjsp.jus.br <bertioaga2@tjsp.jus.br>; bilac@tjsp.jus.br
 <bilac@tjsp.jus.br>; biriguiinf@tjsp.jus.br <biriguiinf@tjsp.jus.br>; boituvainf@tjsp.jus.br
 <boituvainf@tjsp.jus.br>; borborema@tjsp.jus.br <borborema@tjsp.jus.br>; botucatu1cr@tjsp.jus.br
 <botucatu1cr@tjsp.jus.br>; botucatuinf@tjsp.jus.br <botucatuinf@tjsp.jus.br>; bragancajuri@tjsp.jus.br
 <bragancajuri@tjsp.jus.br>; brodowski@tjsp.jus.br <brodowski@tjsp.jus.br>; brotas@tjsp.jus.br
 <brotas@tjsp.jus.br>; buri@tjsp.jus.br <buri@tjsp.jus.br>; buritama2@tjsp.jus.br <buritama2@tjsp.jus.br>;
 cabreuva@tjsp.jus.br <cabreuva@tjsp.jus.br>; cacapava1cr@tjsp.jus.br <cacapava1cr@tjsp.jus.br>;
 cachpta2@tjsp.jus.br <cachpta2@tjsp.jus.br>; caconde@tjsp.jus.br <caconde@tjsp.jus.br>;
 cafelandia@tjsp.jus.br <cafelandia@tjsp.jus.br>; caeirasinf@tjsp.jus.br <caeirasinf@tjsp.jus.br>;
 cajamarinf@tjsp.jus.br <cajamarinf@tjsp.jus.br>; cajamar1@tjsp.jus.br <cajamar1@tjsp.jus.br>;
 Cajuru@tjsp.jus.br <Cajuru@tjsp.jus.br>; campinas1inf@tjsp.jus.br <campinas1inf@tjsp.jus.br>;
 campolimpo2@tjsp.jus.br <campolimpo2@tjsp.jus.br>; campjordao2@tjsp.jus.br
 <campjordao2@tjsp.jus.br>; cananeiainf@tjsp.jus.br <cananeiainf@tjsp.jus.br>; candmota2@tjsp.jus.br
 <candmota2@tjsp.jus.br>; capbonito2@tjsp.jus.br <capbonito2@tjsp.jus.br>; spinf@tjsp.jus.br
 <spinf@tjsp.jus.br>; ipirangainf@tjsp.jus.br <ipirangainf@tjsp.jus.br>; itaquerainf@tjsp.jus.br
 <itaquerainf@tjsp.jus.br>; jabaquarainf@tjsp.jus.br <jabaquarainf@tjsp.jus.br>; lapainf@tjsp.jus.br
 <lapainf@tjsp.jus.br>; penhainf@tjsp.jus.br <penhainf@tjsp.jus.br>; pinheirosinf@tjsp.jus.br
 <pinheirosinf@tjsp.jus.br>; santanainf@tjsp.jus.br <santanainf@tjsp.jus.br>; stoamaroinf@tjsp.jus.br
 <stoamaroinf@tjsp.jus.br>; saomiguelinf@tjsp.jus.br <saomiguelinf@tjsp.jus.br>; tatuapeinf@tjsp.jus.br
 <tatuapeinf@tjsp.jus.br>; capivari2@tjsp.jus.br <capivari2@tjsp.jus.br>; caraguainf@tjsp.jus.br
 <caraguainf@tjsp.jus.br>; carapicinf@tjsp.jus.br <carapicinf@tjsp.jus.br>; cardoso@tjsp.jus.br
 <cardoso@tjsp.jus.br>; casabranca2@tjsp.jus.br <casabranca2@tjsp.jus.br>; catanduvainf@tjsp.jus.br
 <catanduvainf@tjsp.jus.br>; cerqcesarinf@tjsp.jus.br <cerqcesarinf@tjsp.jus.br>; cerquilho@tjsp.jus.br
 <cerquilho@tjsp.jus.br>; cesariolange@tjsp.jus.br <cesariolange@tjsp.jus.br>; chavantesinf@tjsp.jus.br
 <chavantesinf@tjsp.jus.br>; colina@tjsp.jus.br <colina@tjsp.jus.br>; conchal@tjsp.jus.br
 <conchal@tjsp.jus.br>; conchasinf@tjsp.jus.br <conchasinf@tjsp.jus.br>; cordeiopinf@tjsp.jus.br
 <cordeiopinf@tjsp.jus.br>; cosmopolisinf@tjsp.jus.br <cosmopolisinf@tjsp.jus.br>; cotiacr@tjsp.jus.br
 <cotiacr@tjsp.jus.br>; cravinhosinf@tjsp.jus.br <cravinhosinf@tjsp.jus.br>; cruzeiroinf@tjsp.jus.br
 <cruzeiroinf@tjsp.jus.br>; cubatao3@tjsp.jus.br <cubatao3@tjsp.jus.br>; cunhasp@tjsp.jus.br
 <cunhasp@tjsp.jus.br>; descalv2@tjsp.jus.br <descalv2@tjsp.jus.br>; diademainf@tjsp.jus.br
 <diademainf@tjsp.jus.br>; diademajuri@tjsp.jus.br <diademajuri@tjsp.jus.br>; doiscorregos1@tjsp.jus.br
 <doiscorregos1@tjsp.jus.br>; dracenainf@tjsp.jus.br <dracenainf@tjsp.jus.br>; duartina@tjsp.jus.br
 <duartina@tjsp.jus.br>; eldoradoinf@tjsp.jus.br <eldoradoinf@tjsp.jus.br>; embu3@tjsp.jus.br
 <embu3@tjsp.jus.br>; embuguacu@tjsp.jus.br <embuguacu@tjsp.jus.br>; embuguacuinf@tjsp.jus.br
 <embuguacuinf@tjsp.jus.br>; pinhal2@tjsp.jus.br <pinhal2@tjsp.jus.br>; estreladoestenf@tjsp.jus.br
 <estreladoestenf@tjsp.jus.br>; fartura@tjsp.jus.br <fartura@tjsp.jus.br>; fernand1cr@tjsp.jus.br
 <fernand1cr@tjsp.jus.br>; ferraz3@tjsp.jus.br <ferraz3@tjsp.jus.br>; floridaptainf@tjsp.jus.br
 <floridaptainf@tjsp.jus.br>; FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br <FRANCAfrancajuri@tjsp.jus.br>;
 francainf@tjsp.jus.br <francainf@tjsp.jus.br>; francmorato1@tjsp.jus.br <francmorato1@tjsp.jus.br>;
 FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br <FRANCOfrancorochainf@tjsp.jus.br>; francorochajuri@tjsp.jus.br
 <francorochajuri@tjsp.jus.br>; galia@tjsp.jus.br <galia@tjsp.jus.br>; garca3@tjsp.jus.br <garca3@tjsp.jus.br>;
 gsalgado@tjsp.jus.br <gsalgado@tjsp.jus.br>; getulina@tjsp.jus.br <getulina@tjsp.jus.br>;
 guaira2@tjsp.jus.br <guaira2@tjsp.jus.br>; guara@tjsp.jus.br <guara@tjsp.jus.br>; guararapinf@tjsp.jus.br
 <guararapinf@tjsp.jus.br>; guararema@tjsp.jus.br <guararema@tjsp.jus.br>; guaratinf@tjsp.jus.br

<guaratinf@tjsp.jus.br>; guariba2@tjsp.jus.br <guariba2@tjsp.jus.br>; guarujainf@tjsp.jus.br
 <guarujainf@tjsp.jus.br>; guaruja2cr@tjsp.jus.br <guaruja2cr@tjsp.jus.br>; guarulhos2inf@tjsp.jus.br
 <guarulhos2inf@tjsp.jus.br>; hortolandiainf@tjsp.jus.br <hortolandiainf@tjsp.jus.br>; iacanga@tjsp.jus.br
 <iacanga@tjsp.jus.br>; ibate@tjsp.jus.br <ibate@tjsp.jus.br>; ibitingacr@tjsp.jus.br <ibitingacr@tjsp.jus.br>;
 ibiuna2@tjsp.jus.br <ibiuna2@tjsp.jus.br>; iepe@tjsp.jus.br <iepe@tjsp.jus.br>; igarapava2@tjsp.jus.br
 <igarapava2@tjsp.jus.br>; iguape2@tjsp.jus.br <iguape2@tjsp.jus.br>; ilhasolteira2@tjsp.jus.br
 <ilhasolteira2@tjsp.jus.br>; ilhabela@tjsp.jus.br <ilhabela@tjsp.jus.br>; ilhabelainf@tjsp.jus.br
 <ilhabelainf@tjsp.jus.br>; indaiatubainf@tjsp.jus.br <indaiatubainf@tjsp.jus.br>; ipaussu@tjsp.jus.br
 <ipaussu@tjsp.jus.br>; ipua@tjsp.jus.br <ipua@tjsp.jus.br>; itabera@tjsp.jus.br <itabera@tjsp.jus.br>;
 itai@tjsp.jus.br <itai@tjsp.jus.br>; itajobi@tjsp.jus.br <itajobi@tjsp.jus.br>; itanhaem3@tjsp.jus.br
 <itanhaem3@tjsp.jus.br>; itapecericainf@tjsp.jus.br <itapecericainf@tjsp.jus.br>; itapetvec@tjsp.jus.br
 <itapetvec@tjsp.jus.br>; itapevainf@tjsp.jus.br <itapevainf@tjsp.jus.br>; itapeviinf@tjsp.jus.br
 <itapeviinf@tjsp.jus.br>; itapira2@tjsp.jus.br <itapira2@tjsp.jus.br>; itapolis2@tjsp.jus.br
 <itapolis2@tjsp.jus.br>; ITAPORANGA@TJSP.JUS.BR <ITAPORANGA@TJSP.JUS.BR>; itaqua2cr@tjsp.jus.br
 <itaqua2cr@tjsp.jus.br>; itarare2@tjsp.jus.br <itarare2@tjsp.jus.br>; itariri@tjsp.jus.br <itariri@tjsp.jus.br>;
 itaririinf@tjsp.jus.br <itaririinf@tjsp.jus.br>; itatibainf@tjsp.jus.br <itatibainf@tjsp.jus.br>;
 itatinga@tjsp.jus.br <itatinga@tjsp.jus.br>; itirapina@tjsp.jus.br <itirapina@tjsp.jus.br>;
 itirapinainf@tjsp.jus.br <itirapinainf@tjsp.jus.br>; ituinf@tjsp.jus.br <ituinf@tjsp.jus.br>;
 itupevainf@tjsp.jus.br <itupevainf@tjsp.jus.br>; ituverava2@tjsp.jus.br <ituverava2@tjsp.jus.br>;
 jaboticinf@tjsp.jus.br <jaboticinf@tjsp.jus.br>; jacareiinf@tjsp.jus.br <jacareiinf@tjsp.jus.br>;
 jacup2@tjsp.jus.br <jacup2@tjsp.jus.br>; jaguariunainf@tjsp.jus.br <jaguariunainf@tjsp.jus.br>;
 jales1cr@tjsp.jus.br <jales1cr@tjsp.jus.br>; jandirainf@tjsp.jus.br <jandirainf@tjsp.jus.br>;
 jardinopolis2@tjsp.jus.br <jardinopolis2@tjsp.jus.br>; jarinu@tjsp.jus.br <jarinu@tjsp.jus.br>;
 jauinf@tjsp.jus.br <jauinf@tjsp.jus.br>; josebonifinf@tjsp.jus.br <josebonifinf@tjsp.jus.br>;
 jundiaiuri@tjsp.jus.br <jundiaiuri@tjsp.jus.br>; junqueiropolis@tjsp.jus.br <junqueiropolis@tjsp.jus.br>;
 juquia@tjsp.jus.br <juquia@tjsp.jus.br>; laranpalinf@tjsp.jus.br <laranpalinf@tjsp.jus.br>;
 COMlemeinf@tjsp.jus.br <COMlemeinf@tjsp.jus.br>; lencois3@tjsp.jus.br <lencois3@tjsp.jus.br>;
 limeirainf@tjsp.jus.br <limeirainf@tjsp.jus.br>; lins2cr@tjsp.jus.br <lins2cr@tjsp.jus.br>; lorena2@tjsp.jus.br
 <lorena2@tjsp.jus.br>; louveira@tjsp.jus.br <louveira@tjsp.jus.br>; lucelia2@tjsp.jus.br
 <lucelia2@tjsp.jus.br>; macatuba@tjsp.jus.br <macatuba@tjsp.jus.br>; macaubal@tjsp.jus.br
 <macaubal@tjsp.jus.br>; mairinque2@tjsp.jus.br <mairinque2@tjsp.jus.br>; mairiporainf@tjsp.jus.br
 <mairiporainf@tjsp.jus.br>; maracai@tjsp.jus.br <maracai@tjsp.jus.br>; mariliainf@tjsp.jus.br
 <mariliainf@tjsp.jus.br>; martinopolisinf@tjsp.jus.br <martinopolisinf@tjsp.jus.br>; mataocr@tjsp.jus.br
 <mataocr@tjsp.jus.br>; mauainf@tjsp.jus.br <mauainf@tjsp.jus.br>; miguelop1@tjsp.jus.br
 <miguelop1@tjsp.jus.br>; miguelopinf@tjsp.jus.br <miguelopinf@tjsp.jus.br>; miracatu2@tjsp.jus.br
 <miracatu2@tjsp.jus.br>; mirandopinf@tjsp.jus.br <mirandopinf@tjsp.jus.br>; mirante@tjsp.jus.br
 <mirante@tjsp.jus.br>; mirassol3@tjsp.jus.br <mirassol3@tjsp.jus.br>; mococa2@tjsp.jus.br
 <mococa2@tjsp.jus.br>; mogicruzes@tjsp.jus.br <mogicruzes@tjsp.jus.br>; mojiguacuinf@tjsp.jus.br
 <mojiguacuinf@tjsp.jus.br>; mojiguacu3cv@tjsp.jus.br <mojiguacu3cv@tjsp.jus.br>; mojimiriminf@tjsp.jus.br
 <mojimiriminf@tjsp.jus.br>; mongaguainf@tjsp.jus.br <mongaguainf@tjsp.jus.br>; montealto2@tjsp.jus.br
 <montealto2@tjsp.jus.br>; monteapraz2@tjsp.jus.br <monteapraz2@tjsp.jus.br>; monteazul@tjsp.jus.br
 <monteazul@tjsp.jus.br>; montemorinf@tjsp.jus.br <montemorinf@tjsp.jus.br>; morroagudo@tjsp.jus.br
 <morroagudo@tjsp.jus.br>; nazarepaulista@tjsp.jus.br <nazarepaulista@tjsp.jus.br>;
 nevespaulista@tjsp.jus.br <nevespaulista@tjsp.jus.br>; nhandeara@tjsp.jus.br <nhandeara@tjsp.jus.br>;
 novagranada@tjsp.jus.br <novagranada@tjsp.jus.br>; novaodessa2@tjsp.jus.br <novaodessa2@tjsp.jus.br>;
 novohoriz2@tjsp.jus.br <novohoriz2@tjsp.jus.br>; nuporanga@tjsp.jus.br <nuporanga@tjsp.jus.br>;
 olimpiainf@tjsp.jus.br <olimpiainf@tjsp.jus.br>; Orlandia2@tjsp.jus.br <Orlandia2@tjsp.jus.br>;
 osascoinf@tjsp.jus.br <osascoinf@tjsp.jus.br>; osvaldocruz2@tjsp.jus.br <osvaldocruz2@tjsp.jus.br>;
 ourinhosinf@tjsp.jus.br <ourinhosinf@tjsp.jus.br>; ouroeste@tjsp.jus.br <ouroeste@tjsp.jus.br>;
 pacaembuinf@tjsp.jus.br <pacaembuinf@tjsp.jus.br>; palestinasp@tjsp.jus.br <palestinasp@tjsp.jus.br>;
 palmeiradoeste@tjsp.jus.br <palmeiradoeste@tjsp.jus.br>; palmital2@tjsp.jus.br <palmital2@tjsp.jus.br>;
 panorama2@tjsp.jus.br <panorama2@tjsp.jus.br>; paraguacu3@tjsp.jus.br <paraguacu3@tjsp.jus.br>;

paraibuna@tjsp.jus.br <paraibuna@tjsp.jus.br>; paranap@tjsp.jus.br <paranap@tjsp.jus.br>;
 pariquera@tjsp.jus.br <pariquera@tjsp.jus.br>; patrocínio@tjsp.jus.br <patrocínio@tjsp.jus.br>;
 paulinia2@tjsp.jus.br <paulinia2@tjsp.jus.br>; paulofaria@tjsp.jus.br <paulofaria@tjsp.jus.br>;
 pederneiras2@tjsp.jus.br <pederneiras2@tjsp.jus.br>; pedregulho@tjsp.jus.br <pedregulho@tjsp.jus.br>;
 pedreirainf@tjsp.jus.br <pedreirainf@tjsp.jus.br>; penapolisinf@tjsp.jus.br <penapolisinf@tjsp.jus.br>;
 pereirabarr2@tjsp.jus.br <pereirabarr2@tjsp.jus.br>; perubeinf@tjsp.jus.br <perubeinf@tjsp.jus.br>;
 piedade2@tjsp.jus.br <piedade2@tjsp.jus.br>; pilardosul@tjsp.jus.br <pilardosul@tjsp.jus.br>;
 pilardosulinf@tjsp.jus.br <pilardosulinf@tjsp.jus.br>; COMpindacr@tjsp.jus.br <COMpindacr@tjsp.jus.br>;
 pindainf@tjsp.jus.br <pindainf@tjsp.jus.br>; pinhalzinhoinf@tjsp.jus.br <pinhalzinhoinf@tjsp.jus.br>;
 piquete@tjsp.jus.br <piquete@tjsp.jus.br>; piracaia2@tjsp.jus.br <piracaia2@tjsp.jus.br>;
 piracicabainf@tjsp.jus.br <piracicabainf@tjsp.jus.br>; piraju2@tjsp.jus.br <piraju2@tjsp.jus.br>;
 pirajui2@tjsp.jus.br <pirajui2@tjsp.jus.br>; pirangi@tjsp.jus.br <pirangi@tjsp.jus.br>; pirapo2@tjsp.jus.br
 <pirapo2@tjsp.jus.br>; pirapoinf@tjsp.jus.br <pirapoinf@tjsp.jus.br>; pirassununga3@tjsp.jus.br
 <pirassununga3@tjsp.jus.br>; piratininga@tjsp.jus.br <piratininga@tjsp.jus.br>; pitangueirasinf@tjsp.jus.br
 <pitangueirasinf@tjsp.jus.br>; poa2cr@tjsp.jus.br <poa2cr@tjsp.jus.br>; poainf@tjsp.jus.br
 <poainf@tjsp.jus.br>; pompeia@tjsp.jus.br <pompeia@tjsp.jus.br>; pontal@tjsp.jus.br <pontal@tjsp.jus.br>;
 porangaba@tjsp.jus.br <porangaba@tjsp.jus.br>; portofeliz2@tjsp.jus.br <portofeliz2@tjsp.jus.br>;
 portoferr2@tjsp.jus.br <portoferr2@tjsp.jus.br>; potirendaba@tjsp.jus.br <potirendaba@tjsp.jus.br>;
 praiagdeinf@tjsp.jus.br <praiagdeinf@tjsp.jus.br>; bernardes@tjsp.jus.br <bernardes@tjsp.jus.br>;
 epitacio2@tjsp.jus.br <epitacio2@tjsp.jus.br>; prudentejuri@tjsp.jus.br <prudentejuri@tjsp.jus.br>;
 venceslau3@tjsp.jus.br <venceslau3@tjsp.jus.br>; promissao2@tjsp.jus.br <promissao2@tjsp.jus.br>;
 quota@tjsp.jus.br <quota@tjsp.jus.br>; queluz@tjsp.jus.br <queluz@tjsp.jus.br>; ranchariainf@tjsp.jus.br
 <ranchariainf@tjsp.jus.br>; rancharia2@tjsp.jus.br <rancharia2@tjsp.jus.br>; regfeijo@tjsp.jus.br
 <regfeijo@tjsp.jus.br>; registro3@tjsp.jus.br <registro3@tjsp.jus.br>; ribeiraobonito@tjsp.jus.br
 <ribeiraobonito@tjsp.jus.br>; ribpires3@tjsp.jus.br <ribpires3@tjsp.jus.br>; ribpretoinf@tjsp.jus.br
 <ribpretoinf@tjsp.jus.br>; RIOrioclarovj@tjsp.jus.br <RIOrioclarovj@tjsp.jus.br>; riodaspedrasinf@tjsp.jus.br
 <riodaspedrasinf@tjsp.jus.br>; riogdeserra@tjsp.jus.br <riogdeserra@tjsp.jus.br>; rosanasp@tjsp.jus.br
 <rosanasp@tjsp.jus.br>; roseira@tjsp.jus.br <roseira@tjsp.jus.br>; salesopolis@tjsp.jus.br
 <salesopolis@tjsp.jus.br>; salesopolisinf@tjsp.jus.br <salesopolisinf@tjsp.jus.br>; salto2@tjsp.jus.br
 <salto2@tjsp.jus.br>; saltopirapora@tjsp.jus.br <saltopirapora@tjsp.jus.br>; santaadeliainf@tjsp.jus.br
 <santaadeliainf@tjsp.jus.br>; stabarbarainf@tjsp.jus.br <stabarbarainf@tjsp.jus.br>; santabranca@tjsp.jus.br
 <santabranca@tjsp.jus.br>; stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br <stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br>;
 novagranada@tjsp.jus.br <novagranada@tjsp.jus.br>; barretosjec@tjsp.jus.br <barretosjec@tjsp.jus.br>

Assunto: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

O processo 1500106-18.2019.8.26.0390 teve hoje a apelação feita pelo Denunciado Advogado Sinomar de Souza Castro, altamente Criminosa, com intuito de Denegrir o Caráter do Réu, Joaquim Pedro de Moraes Filho. Esse advogado é um Criminoso e é acusado de Ter Prejudicado a Defesa do Réu.

Ref.: <http://proclame281119.blogspot.com/2021/11/o-processo1500106-1820198260390teve.html>

quarta-feira, 17 de novembro de 2021

Prova de Denúncia: O Promotor de Justiça Carlos Bruno Gaya da Costa de Nova Granada abriu um Inquérito no ano de 2019 no mês de Dezembro aonde se configura Como Vítima de Joaquim Pedro de Moraes Filho, mas tardar no ano de 2020 Joaquim Pedro

de Moraes Filho foi brutalmente Torturado e Preso em meados de Julho daquele Ano, Referente ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, Mostra-se Claramente que O processo 1001416-48.2021.8.26.0390 guiado pelo JUIZ DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Antônio Roberto Andolfatto de Souza DO ESTADO DE SÃO PAULO é "ABUSO DE AUTORIDADE E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA ", POIS O PROCESSO É GUIADO POR VINGANÇA DO PROMOTOR Carlos Bruno Gaya da Costa CONTRA O POBRE CIVIL JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, POR DENÚNCIA UM JUIZ POR TORTURA EM UM PROCESSO QUE ENVOLVE JUIZES, PROMOTORES E ADVOGADOS PUBLICOS. - DEIXA-SE REGISTRADO COM URGÊNCIA.

Ref.: <https://proclame281119.blogspot.com/2021/11/prova-de-denuncia-o-promotor-de-justica.html?m=1>

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Re: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Seg, 29/11/2021 21:30

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiainf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS - 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Petição Juntada

Nº Protocolo: WNGA.21.70017412-6 Tipo da Petição: Manifestação do MP: 29/11/21 14:33 feita no processo 1001416-48.2021.8.26.0390 pelo "por ora" promotor Rodrigo Pereira dos Reis, o mesmo caracterizado como vítima no processo 1500106-18.2019.8.26.0390. Virou Putaria!

<https://twitter.com/Zicutake/status/1465476586271125507?t=QlxxgZ0W-iwYSoxsZS5ANjw&s=19>

esaj.tjsp.jus.br/cpopg/sl

e-SAJ | Consulta de Processos do 1º Grau TJSP Identificar-se

← Visualizar autos

1001416-48.2021.8.26.0390 **Tramitação prioritária**

Classe
Ação Civil Coletiva

Assunto
Pessoas com deficiência

Foro
Foro de Nova Granada

Vara
Vara Única

Juiz
Antônio Roberto Andolfatto de Souza

▼ Mais

PARTES DO PROCESSO

Reqte Ministério Público do Estado de São Paulo

Reqdo PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

▼ Mais

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
29/11/2021	Petição Juntada <i>Nº Protocolo: WNGA.21.70017412-6 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 29/11/2021 14:33</i>
27/11/2021	Suspensão do Prazo <i>Prazo referente ao usuário foi alterado para 02/02/2022 devido à alteração da tabela de feriados</i>
26/11/2021	<input type="checkbox"/> Certidão de Remessa da Intimação Para o Portal Eletrônico Expedida <i>Certidão - Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico</i>
26/11/2021	<input type="checkbox"/> Ato Ordinatório - Não Publicável <i>Vista ao Ministério Público.</i>
26/11/2021	<input type="checkbox"/> Mandado Devolvido Cumprido Negativo <i>Certidão - Oficial de Justiça - Mandado Cumprido Negativo</i>

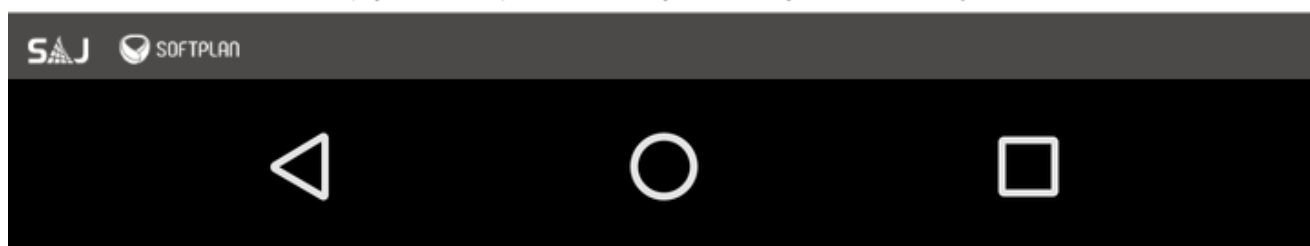
[▼ Mais](#)

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
17/09/2021	Petições Diversas
07/10/2021	Petições Diversas
03/11/2021	Manifestação do MP
29/11/2021	Manifestação do MP

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.



Re: Manifestação no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Qua, 01/12/2021 08:52

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiainf@tjsp.jus.br>; ARaracatubainf@tjsp.jus.br <ARaracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS - 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Esse promotor Rodrigo Pereira dos Reis é Vagabundo, foi ele que me levou Denunciar a Corja de Nova Granada, após ser Criminoso em Abuso de Autoridade e Omisso quando soube que Eu e Minha irmã nunca tínhamos visto a Advogada Pública em um Processo Julgado, pelo Fabiano CREPALDI.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - REMESSA DOS AUTOS À 2ª INSTÂNCIA

Certifico e dou fé, nos termos do artigo 102 das NSCGJ, que verificando os presentes autos constatei o que segue:

Houve Suspensão de Expediente:

(X) Não.

() Sim. Data/Período: * Motivo: *

Há Arquivos de Mídia que integram os autos:

() Não.

(X) Sim, disponibilizados no seguinte endereço: **link fls.1.245****Há Valor do Preparo de Apelação:**

(X) Não.

() Sim. O valor atualizado é de R\$ * (*). Foi integralmente recolhido o valor de R\$ * (*), conforme guia sob nº <<XXX>>, às fls. *, e que efetuei a vinculação da referida guia a este processo, no sistema do Portal de Custas, no acesso "Recolhimentos e Depósitos".

Nada Mais. Nova Granada, 06 de dezembro de 2021, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevo.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal
Praça Nami Jafet, 235 - Ipiranga - Sala 35 - CEP: 04205-050

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM VISTA AO MP



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Apelação Criminal Entrado em: 06/12/2021

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 .

Tipo da Distribuição: Prevenção ao Magistrado

Prevenção: 2276617-85.2020.8.26.0000

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: Des. Heitor Donizete de Oliveira
ÓRGÃO JULGADOR: 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

São Paulo, 07/01/2022 09:02:21.

VISTA

Faço estes autos com vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça.

São Paulo, 7 de janeiro de 2022.

Eu, Eliseu Kazuyoshi Ono, Chefe de Seção.

Luis Alberto Estevam
Supervisor(a) do Serviço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal
Praça Nami Jafet, 235 - Ipiranga - Sala 35 - CEP: 04205-050

TERMO DE VISTA À PGJ



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe: **Apelação Criminal**
Assunto: **Calúnia**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
Relator: **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Partes: **é apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado/apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

São Paulo, 10 de janeiro de 2022.

Exmo(a) Senhor(a),

Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço <http://esaj.tjsp.jus.br>.

Eliseu Kazuyoshi Ono
Chefe de Seção
da SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a). Procurador(a) de Justiça.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Egrégio Tribunal

Colenda Câmara

Douta Procuradoria

**PEDIDO LIMINAR DE NULIDADES PROCESSUAIS COM
MANDADO DE SEGURANÇA**

Agravante: Joaquim Pedro de morais Filho

Agravado: Juiz de Direito Marcelo Haggi Andreotti e Ministério Público do
Estado de São Paulo

Nº do Recurso : 1500106-18.2019.8.26.0390

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, RG 20.252.741, CPF 133.036.496-18, Reside Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP, Profissão empresário e estudante . Vem a Vossa Excelência, vênha máxima, em tempo hábil e oportuno qualifica-se na epígrafe dos autos deste abaixo , sob o **RECURSO DE INSTRUMENTO DE AGRAVO COM PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS COM MANDADO DE SEGURANÇA**, (oriundo das ações Processuais nº: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-36.2020.8.26.0390. Ensejo a Vossas Excelência com fundamentos nos fulcros : **art. 246 – CPC; art. 144 ao art. 148 do Novo – CPC; art. 64 ao 69 – CPC; art. 332 – CP, art. 357 – CP; Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. art. 151 – CC, art. 146 – CP**

URGÊNCIA

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 - 36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 / 1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CONCESSÃO DE NULIDADES PROCESSUAIS COM MANDADO DE
SEGURANÇA**

Segue...

Proc.nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Súmula 523 do STF

“ NO PROCESSO PENAL, A FALTA DA DEFESA CONSTITUI NULIDADE ABSOLUTA, MAS A SUA DEFICIÊNCIA SÓ O ANULARÁ SE HOUVER PROVA DE PREJUÍZO PARA O RÉU.”

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

4

"Não se nega que o Juízo da Vara Única da Comarca de Boqueirão/PB não andou na melhor trilha processual quando intimou o Parquet estadual para ratificar a denúncia apresentada em grau superior e não fez o mesmo em relação à defesa do acusado por força do par conditio, desprestigiando, assim, o postulado constitucional do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, inciso LV). 2. Todavia, além da arguição opportune tempore da suposta nulidade, seja ela relativa ou absoluta, a demonstração de prejuízo concreto é igualmente essencial para seu reconhecimento, de acordo com o princípio do pas de nullité sans grief, presente no art. 563 do Código de Processo Penal (v.g. AP 481 EI-ED/PA, Tribunal Pleno, de minha relatoria, DJe de 12/8/14), o que não ocorreu na espécie.

[RHC 138.752, rel. min. Dias Toffoli, 2ª T, j. 4-4-2017, DJE 143 de 27-4-2017.]"

Art. 5º, LV – CF: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

5

recursos a ela inerentes;"

fls. 1418



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **JUSTIÇA PÚBLICA, CNPJ 51.174.001/0001-93, Fone (17) 99165-2035**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741MG, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP**

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Diante da renúncia do Nobre Defensor constituído (fls. 1417), determino a intimação pessoal do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, acima qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, constituir novo Advogado. No silêncio, anote-se a manutenção da nomeação do Defensor Dativo já indicado nos autos, Dr. Sinomar de Souza Castro, OAB/SP 238.365 (fls. 1133), que atuou de maneira condigna aos interesses processuais do acusado.

Havendo constituição de Advogado, intime-se para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410.

Decorrido o prazo sem manifestação por Defensor constituído, intime-se o causídico nomeado (fls. 1133) para manifestação, no prazo de dez (10) dias, sobre a publicação juntada às fls. 1407/1410.

Após, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 05 de maio de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 12/01/2022 às 10:52.
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 8894-006.


Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - p. 1

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
 36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
 1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
 18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 1625



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -
 CEP 15440-000

CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB

Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada

Código de Vara: 488

Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Código de Ação: 301

Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe – Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia

Advogado(a) nomeado(a): Sinomar de Souza Castro,

Número da OAB: 238365/SP Data da nomeação: 07/08/2020

Beneficiário(a): JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Autor () Réu (X)

Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652

Data da sentença: 09/09/2021

☒ 1- Procedente

☐ 2- Parcialmente Procedente*

☐ 3- Improcedente

☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*

☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados *(Inserido pelo 4º aditamento, datado de 20/04/2016)*

☐ 5- Outros: * *(Se outros, informar, marcar e descrever a decisão ou o motivo que ensejou a expedição da certidão.)*

Data do trânsito em julgado:

Atos praticados:

☒ 1- Todos os atos do processo

☐ 2 – Atuação parcial

☐ 4- Recurso

☐ 10 - 2º Juri

☐ 6 – Produção Antecipada de provas – Art. 366, CPP

Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciária do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 18 de outubro de 2021.

Eu, Juliana Greisse Bertoldi, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Sinomar de Souza Castro, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo II do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura Digital do Advogado(a) nomeado(a)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA, liberado nos autos em 18/10/2021 às 18:48. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7501986.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

7

Art. 265." – CPC: "O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 5 de 30

HC 118856 / SP

revogação do mandato por parte do outorgante, não há como impor aos mandatários destituídos a permanência na defesa, sobretudo quando o instrumento de revogação é taxativo no sentido de impedir a prática de "qualquer ato processual". Enfatizam que, ainda que se cuidasse de renúncia, em processo penal, a garantia constitucional da ampla defesa não permite se contentar o julgador com a obrigação legal de o advogado permanecer responsável pela causa nos dez dias posteriores à notificação pelo cliente, consoante preconizado no artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.906/1994. Dizem ser inadmissível observar a regra consubstanciada no artigo 44 do Código de Processo Civil, para reger, no processo penal, campo em que "nenhum acusado, mesmo ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor" (artigo 261 do Código de Processo Penal), o problema da falta de advogado. Citam precedentes do Supremo. Asseveram que, embora não seja, nos tribunais, obrigatória, a inexistência de sustentação oral, no caso concreto, bem como a ausência de defesa técnica de confiança geraram prejuízo ao paciente, pois, tendo logrado a absolvição em primeiro grau, não houve quem contraditasse, na tribuna, a manifestação do Ministério Público, tampouco quem pudesse arguir eventuais questões de ordem.

Consoante destacam, o paciente não deu causa à situação processual verificada. Segundo argumentam, de qualquer forma, ele não poderia ter sido julgado em sede de apelação sem defensor. Evocam o Verbete nº 708 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça ("É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro"). Pedem seja implementada a ordem, visando a declaração de nulidade absoluta do exame da Apelação nº 2000.61.81.001198-1, que tramitou no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A Procuradoria Geral da República preconiza o indeferimento da ordem.

4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 5647494.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa" de 10(dez)a100 (c

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO  ADVOGADO - OAB/SP-238.365

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

fls. 1427

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epígrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância na r. decisão de fls.1418, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

Este nobre **Juízo** determinou que o Acusado deva ser intimado para constituir novo patrono, caso não o faça que permaneça este advogado na causa em virtude da nomeação pela Defensoria Pública do Estado.

A Serventia deixou de cumprir com o determinado, e não intimou pessoalmente o Réu para tal fim.

Assim, antes de realizar ou não renúncia da indicação realizada, requeiro que seja o Acusado intimado pessoalmente para contratar novo advogado e caso, intimado pessoalmente, não o faça que seja este advogado novamente intimado via imprensa oficial para se pronunciar a respeito da determinação de fls.1418.

Por ora, a publicação de fls.1407/1410, não está trazendo qualquer prejuízo, visto que, ainda, não há qualquer comprovação de que tenha sido realizada pelo Acusado.

Rua Jorge Tibériça, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solternama@adv.oabsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/06/2021 às 14:21, sob o número WN/GA217.00069942. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6C010EF.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

9

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO**ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

fls. 1428

A renúncia do patrono a causa, nos termos do artigo 10 da Resolução 02/2015 que estabelece o Código de Ética dos Advogados só deve ser realizada em caso de quebra de confiança entre advogado e cliente, isto deverá ser observado após a intimação pessoal do Acusado, após, este advogado irá observar com afinc e profundidade a situação do Réu, a publicação (fls.1407/1410) e o Exame de Insanidade Mental do mesmo para se pronunciar a respeito, vez que nos termos do artigo 11 da citada Resolução ao Patrono cabe imprimir a causa orientação que lhe pareça mais adequada sem se subordinar a intenções contrárias do cliente.

Por fim, esclareça o Juízo quanto à manutenção deste causídico junto aos autos em virtude da procuração *ad judicium* de fls.1353 e a revogação tácita existente, bem como, o estado mental do acusado.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 19 de maio de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado - OAB/SP 238.365 -

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada - SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

10

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO



ADVOGADO - OAB/SP-238.365

fls. 1438

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epígrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela Justiça Pública, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, em observância ao r. Ato Ordinatório de fls.1435, vem à presença de **VOSSA EXCELENCIA**, expor e requerer o que segue:

NOBRE JULGADOR:

A "Publicação" lançada às fls.1407/1410, embora lá estar constando o nome deste patrono, as informações lá constantes não são verdadeiras, basta dar uma olhada superficial dos autos para verificar que todos os direitos do Acusado foram perfeitamente defendidos por este profissional.

O Laudo Médico de fls.1320/1323, conclui que o Acusado possui personalidade paranoide, ou seja, com intensa desconfiança e ansiedade, em conclusão final o *Expert* diz que o mesmo apresenta prejudicada a sua capacidade de autodeterminação, estando indicado o tratamento especializado (médico-psiquiátrico e psicológico).

Contudo este profissional, já observando em sua entrevista que o mesmo encontrava-se confuso e querendo direcionar os trabalhos jurídicos a serem realizados, porém inadequados, lhe informou que tal observação jurídica e seus caminhos são realizados pelo advogado e não pelo cliente e assim deveriam ser pautados tais trabalhos e assim o foi, porém, contrariando o

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solberramar@adv.cabsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 23/06/2021 às 14:47, sob o número WNCIA21700088808. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6E446B6.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 . Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

11

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO



ADVOGADO - OAB/SP-238.365

fls. 1439

"entendimento" do Acusado, o qual com sua personalidade paranoide apresentou desconfiança e ficou bastante ansioso com os trabalhos ali realizados, porém corretos.

Assim, **MM. Juiz**, embora estar constando que a matéria foi assinada pelo Acusado através de assinatura digital, tal fato não foi levado ao contraditório, não tendo a certeza de que a mesma foi por ele elaborada ou não, assim, não há elementos suficientes para dizer que o Acusado tenha ou não feito e publicado tal matéria.

Cuja matéria, como já dito, não contém a verdade.

Porém, às fls.1432, observa-se em letras garrafais que o Acusado diz que este patrono causou a uma das partes prejuízo e não concorda com o pagamento de honorários. Aqui, observa-se que ele diz que: "causou prejuízo a uma das partes..." (sic) porém, não diz textualmente que o prejuízo foi causado diretamente a ele, deixando de indicar a quem...

Assim, há uma indefinição apresentada, desta forma, é dever normativo deste advogado renunciar ao encargo de defensor do mesmo, requerendo a este Juízo que expeça ofício, novamente, a Defensoria Pública do Estado, para indicação de novo defensor, determinando a expedição de certidão de honorários em razão dos trabalhos até aqui realizados.

No mais, informa que não se sentiu prejudicado com a matéria juntada às fls.1407/1410, em razão da mesma conter inverdades e em nada se aproveitando, não contendo, no mínimo, uma fagulha de verdade.

Por fim, em razão do resultado médico pericial de fls.1320/1323, se este **r. Juízo**, entender que o Acusado não possui condições psíquicas de se autodeterminar, estando vivendo em um mundo fantasioso, requeiro que seja mantido este advogado na defesa do Acusado, abrindo vistas para as alegações finais.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 23 de junho de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado - OAB/SP 238.365 -

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 - Vila Santa Cruz - São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solterramar@adv.cubsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 23/06/2021 às 14:47, sob o número WNGA21700088868. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6E446B5.

Razões de Apelação fls 1509/1513. Apresentada em tela abaixo fl. 1513 (resumo).

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada - SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

12

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO**ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

Rs. 1513

a prisão preventiva decretada de ofício sem qualquer solicitação do Ministério Público, retornado ao Juiz inaugural para indicação de novo advogado para que apresente suas alegações finais e a partir daí ser julgado nos termos da Lei.

Requeremos, ainda, a integração da peça Ministerial de fls.1490/1501, em sua plenitude aos presentes Recursos.

Por fim, requeremos sejam encaminhado às peças integrais dos presentes autos ao Conselho Nacional de Justiça (Como guardião da Corte Interamericana dos Direitos Humanos (Corte IDH)), ao Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo e ao Nacional, bem como para a Ordem dos Advogados do Brasil Nacional, para os devidos fins, visto as informações contidas pelo Réu e a, *data vênia máxima*, decisão censurável de primeiro grau, repulsiva até pelo *Parquet*.

Termos em que,
Pede provimento.,
São José do Rio Preto-SP., 17 de setembro de 2021.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.6365 -

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solterramar@adv.cubsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 19:03, sob o número WNGA-21700138910. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7366861.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

13

Art. 145, caput, do Novo CPC

(1) "A **suspeição, no entanto, difere-se do impedimento. Suspeição do juiz, portanto, é** **suspeita da imparcialidade do julgamento diante da condição do juiz em** **relação às partes do processo ou ao teor da lide. Ou seja, causas, em que o juiz,** **devido à sua posição, poderia ter seu julgamento influenciado por outros** **fatores** **que não os argumentos ou provas do processo.**

(2) O art. 145 do CPC/2015, assim, dialoga com o art. 135 do CPC/1973, ao dispor sobre as hipóteses de suspeição.

(3) O **juiz**, entretanto, poderá declara-se suspeito ainda que não se encontre em nenhuma das condições do art. 145 do Novo CPC, em função de **motivos de foro íntimo**, isto **é, subjetivos**. Não precisará, contudo, declarar as suas razões."

Art. 146, caput, do Novo CPC

(1) "O **prazo para alegação da suspeição ou impedimento será, então, de 15 dias contados da** **data do conhecimento do fato.** O formato deverá seguir, desse modo, o de **um incidente de suspeição** (o que no CPC/1973 era uma exceção de suspeição). Ou seja, **petição**

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

14

específica direcionada ao juiz do processo, com indicação do fundamento da recusa e eventual instrução de documentos em que se funde a alegação e rol de testemunhas."

Art. 137. **Aplicam-se os motivos de impedimento e suspeição aos juízes de todos os tribunais. O juiz que violar o dever de abstenção, ou não se declarar suspeito, poderá ser recusado por qualquer das partes (art. 304).**

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

15

Fls. 1411



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO	
Processo nº:	1500106-18.2019.8.26.0390
Classe – Assunto:	Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor:	Justiça Pública
Réu:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Juiz de Direito: Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI

Vistos.

Chegou ao conhecimento deste magistrado uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021 e, por mim, foi determinada a juntada na forma ocorrida pela Serventia deste Juízo, conforme se vê às fls. 1407/1410.

Converto o julgamento em diligência e determino a intimação das partes para manifestação em relação ao documento acima referido, no prazo de dez (10) dias.

Após, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 23 de abril de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 23/04/2021 às 10:59. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6455597.

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 - p. 1

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
 36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
 1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
 18.2019.8.26.390

 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

16

MPSPMINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULOPROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

fls. 1415

Vara Única da Comarca de Nova Granada
Autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Nada a requerer nestes autos, já que se trata de fatos estranhos aos contidos na denúncia, peça que impõe os limites objetivos da lide. Demais disso, a instrução já se encontra encerrada, com memoriais apresentados desde janeiro do presente ano, sendo certo que nenhum sentido faria eventual aditamento, notadamente pelo fato de ser o magistrado que conduz o presente feito, aparente vítima dos fatos, o que levaria ao seu impedimento para julgamento.

Observo, no entanto, que caso da confusa narrativa presente nas publicações entenda o e. magistrado ter sido ofendido no exercício de suas funções, é possível, após a oferta da necessária representação, a instauração de novo procedimento investigatório que resultará em ação penal diversa, já que estará o e. magistrado impedido de julgar fatos dos quais seja vítima.

Por ora, verificando que a condição psiquiátrica do acusado se agrava e que não conta com apoio familiar, tampouco é submetido a qualquer tratamento, entendendo ainda que se trata de problema cuja solução passa por adequado tratamento de saúde mental e não pelo

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova
Granada/SPEste documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYDA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 03/05/2021 às 10:25, sob o número WNGA21700060740. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6AED144.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

17

MPSPMINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULOPROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

8s. 1416

encarceramento, informo que determinei extração de cópias visando instauração de procedimento próprio nesta promotoria de justiça, na seara dos Direitos Humanos, visando acompanhamento de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** e de seu núcleo familiar, de modo a garantir o necessário tratamento psiquiátrico.

Quanto ao mais, aguardo sentença.

Nova Granada, 3 de maio de 2021.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 03/05/2021 às 10:25, sob o número WNGA21700060740. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6AED144.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18

Apresento a V. EX.ª, abaixo, em tela, Sentença datado 09/09/2021 fls. 1454/1455.

fls. 1454

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova
Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O percentual eleito, portanto, é legítimo e decorre das escolhas trágicas a cargo do sentenciando que, reconhecidamente, ostenta arbítrio, pese reduzido.

Com relação ao regime prisional, fixo o regime intermediário; isto porque, neste caso, a gravidade da conduta, representada principalmente pela intensidade do dolo, impuseram o regime inicial mais grave, rompidas as tenazes do artigo 33 e parágrafos do Código Penal; esta ruptura paramétrica exige, nos termos de STJ/440, recrudescimento penal decorrente da estrutura delitiva; é, pois o caso, já que o réu demonstra obstinação em violar a honra e moral alheias.

Assim a súmula 440: *Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito. (SÚMULA 440, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010)*

O réu, depreende-se dos autos, continua a violar a dignidade e moral alheias; todavia, a r. decisão exarada pela superior instância nada previu neste aspecto, restringindo-se a exigir, como requisitos cautelares, comparecimento ao juízo se instado, recolhimento noturno e não afastamento da comarca sem autorização; medidas desprendidas de força cogente se confrontadas com a natureza das infrações, pese o respeito tributado ao órgão decisório, tal como se conclui, inexpugnavelmente, de fls. 1.407 e seguintes; é dizer, assim, que as medidas cautelares ora impostas pouco exprimem em face da personalidade do réu, que se vale da porosidade do submundo eletrônico para ceifar e suprimir a dignidade alheia, em ambiente eletrônico pantanoso e sombrio.

Neste ponto a r. decisão de fls. 66/68 do HC 2001982-83.2021.8.26.0000, expressamente referenciada no v. acórdão prolatado no âmbito do HC 2276617-85.2020.8.26.0000, fls. 100/104, positiva as medidas cautelares vigentes.

Não concedo substituição por pena alternativa, eis que se trata de conduta grave e, por sua tessitura, a atrair maior reprovabilidade, incluindo-se a exasperação da base penal; ademais, trata-se de réu que, no decurso do processo e após ser solto, insiste em delinquir, claramente desfavorável à benesse da substituição o regramento do artigo 44, inciso III, do Código Penal.

Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, *caput* cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

1500106-18.2019.8.26.0390 - lauda 15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 09/09/2021 às 17:27.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 735BC83.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

19

fls. 1455



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão, providenciando-se a inscrição da condenação no IRGD e nos róis do TRE.

Concedo, anotando-se, gratuidade de justiça.

Publique-se, intemem-se e cumpra-se. Nova Granada, 09 de setembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1500106-18.2019.8.26.0390 - lauda 16

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 09/09/2021 às 17:27. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7358C83.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

20

Marcelo Pereira de Almeida Bárbara Gomes Lupetti Baptista.

Se o inciso VI do art. 144, em sua parte final, impede a atuação do Juiz que é empregador da parte, parece óbvio que a Lei também impeça a sua atuação quando for empregado da parte. O fato de o art. 95 constitucional permitir que o juiz exerça, além da magistratura, um cargo de magistério, legitima a sua atuação de professor, mas não se confunde com o comprometimento eventual de sua parcialidade para julgar causas nas quais a instituição em que trabalha figure como parte interessada.

Chama a atenção o fato de o dispositivo tratar apenas de “relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços”, pois, ao que parece, o legislador excluiu da causa de impedimento os vínculos mantidos com universidades estaduais ou federais, através das quais se estabelecem relações estatutárias, circunstância que parece paradoxal e deve ser tratada pela jurisprudência. O inciso VIII, também sem correspondência com a legislação anterior, trata da hipótese que proíbe o juiz de atuar em processos nos quais:

[...] figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório. (BRASIL, 2015)

Trata-se de inserção de causa de impedimento muito oportuna e adequada e que, deve-se dizer, chega bastante tarde no ordenamento jurídico. Na prática forense é comum que maridos, esposas, companheiros, companheiras, filhos ou filhas de juízes, desembargadores ou ministros atuem como advogados em grandes escritórios de advocacia.

E esse vínculo do magistrado com o advogado do processo, obviamente, compromete a sua imparcialidade, uma vez que, por óbvio, existe a tendência de o pai, o marido ou o familiar prestigiar a atuação profissional de seu parente. Apesar de parecer óbvio aos olhos do senso comum que a existência de vínculo familiar entre o magistrado e o advogado da parte compromete a imparcialidade judicial, é certo que no meio jurídico esse comprometimento não era tratado como presumido e, ao contrário, a ausência de previsão legal justificava a suposta legitimidade da atuação do juiz no processo.

A edição nº 48 da revista *Piauí* (2010), trouxe uma matéria intitulada “O Supremo, *quosque tandem* [até quando]?”, em que ilustrava, a partir do STF, a influência das relações pessoais no exercício da jurisdição. Trata-se de uma análise primorosa e muito bem feita e detalhada de como ministros e advogados se relacionam em âmbito supremo. O destaque da matéria traduzia a relação de amizade e de intimidade verificada entre ministros e advogados, que se chamam de “queridos”, “amigos”, “irmãos”; assim como a extensão desses contatos para esposas, filhos, noivas dos ministros, que trabalham em escritórios e se relacionam, profissionalmente, com advogados que atuam no STF com esses mesmos pais, maridos, noivos etc..

Mais do que a intimidade, chama a atenção o fato de que alguns desses magistrados, quando questionados sobre o comprometimento de sua atuação diante de tais vínculos, explicitaram que não consideram essas relações pessoais comprometedoras de sua imparcialidade, tendo, dois deles, declarado, expressamente, que isso não seria motivo de suspeição e criticado colegas que se escusavam das causas, argumentando que estariam “exagerando”.

Conhecimento & Diversidade, Niterói, v. 12, n. 26, p. 24 – 35
jan./abr. 2020

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

21

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.127, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1995.

Altera a redação do art. 332 do Decreto-Lei
nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código
Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta
e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 332 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar
com a seguinte redação:

Tráfico de influência

Art. 332. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem,
vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir
em ato praticado por funcionário público no exercício da
função.

Pena - Reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

22

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

Crime de Exploração de Prestígio

Código Penal, em seu artigo 357

"Descreve o delito de exploração de prestígio, que se trata de um crime contra a administração da justiça e consiste no ato de pedir ou receber, dinheiro ou qualquer outro tipo de benefício, sob o argumento de exercer influência sobre servidores e autoridades do poder judiciário, Ministério Público, demais funcionários que auxiliam no exercício da justiça e de testemunhas".

A pena prevista é de 1 a 5 anos de reclusão e multa.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

23

Na hipótese de o criminoso alegar que o benefício recebido seria também destinado à pessoa que queria influenciar, descritas no próprio artigo, a pena aumenta em 1/3.

Código Penal - [Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.](#)

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

24

fls. 1503

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação.

Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local.

A questão da intimação compulsória não interfere nestes autos; e ao representante ministerial, como qualquer cidadão, recai o direito de impetrar, em prol dos direitos individuais do ora réu, ação constitucional de habeas corpus.

Intime-se.

Nova Granada, 15 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 15/09/2021 às 18:25.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 73C8456.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

25

(Publicado no DJ, páginas 1 e 2, do dia 18 de setembro de 2008)

CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

(Aprovado na 68ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça, do dia 06 de agosto de 2008, nos autos do Processo nº 200820000007337)

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no exercício da competência que lhe atribuíram a Constituição Federal (art. 103-B, § 4º, I e II), a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (art. 60 da LC nº 35/79) e seu Regimento Interno (art. 19, incisos I e II);

Considerando que o **Código de Ética da Magistratura traduz compromisso institucional com a excelência na prestação do serviço público de distribuir Justiça e, assim, mecanismo para fortalecer a legitimidade do Poder Judiciário;**

Art. 4º **Exige-se do magistrado que seja eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega, exceto em respeito às normas legais.**

Art. 5º **Impõe-se ao magistrado pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos.**

CAPÍTULO III

IMPARCIALIDADE

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

26

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.

Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação.

I – a audiência concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, contanto que se assegure igual direito à parte contrária, caso seja solicitado;

II – o tratamento diferenciado resultante de lei.

CAPÍTULO IV

TRANSPARÊNCIA

II – de abster-se de emitir opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos, sentenças ou acórdãos, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos, doutrinária ou no exercício do magistério.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

27

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 13. O magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

Art. 14. Cumpre ao magistrado ostentar conduta positiva e de colaboração para com os órgãos de controle e de aferição de seu desempenho profissional.

CAPÍTULO V

INTEGRIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL

Art. 17. É dever do magistrado recusar benefícios ou vantagens de ente público, de empresa privada ou de pessoa física que possam comprometer sua independência funcional.

CAPÍTULO VI

DILIGÊNCIA E DEDICAÇÃO

Art. 20. Cumpre ao magistrado velar para que os atos processuais se celebrem com a máxima pontualidade e para que os processos a seu cargo sejam solucionados em um prazo razoável, reprimindo toda e qualquer iniciativa dilatória ou atentatória à boa-fé processual.

§ 2º O magistrado, no exercício do magistério, deve observar conduta adequada à sua condição de juiz, tendo em vista que, aos olhos de alunos e da sociedade, o magistério

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª 28
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

e a magistratura são indissociáveis, e faltas éticas na área do ensino refletirão necessariamente no respeito à função judicial.

CAPÍTULO VIII

PRUDENCIA

Art. 24. O magistrado prudente é o que busca adotar comportamentos e decisões que sejam o resultado de juízo justificado racionalmente, após haver meditado e valorado os argumentos e contra-argumentos disponíveis, à luz do Direito aplicável.

Art. 25. Especialmente ao proferir decisões, incumbe ao magistrado atuar de forma cautelosa, atento às conseqüências que pode provocar.

CAPÍTULO X

CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO

Art. 30. O magistrado bem formado é o que conhece o Direito vigente e desenvolveu as capacidades técnicas e as atitudes éticas adequadas para aplicá-lo corretamente.

Art. 32. O conhecimento e a capacitação dos magistrados adquirem uma intensidade especial no que se relaciona com as matérias, as técnicas e as atitudes que levem à máxima proteção dos direitos humanos e ao desenvolvimento dos valores constitucionais.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

29

Art. 34. O magistrado deve manter uma atitude de colaboração ativa em todas as atividades que conduzem à formação judicial.

CAPÍTULO XI

DIGNIDADE, HONRA E DECORO

Art. 39. É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional, que implique discriminação injusta ou arbitrária de qualquer pessoa ou instituição.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Os preceitos do presente Código complementam os deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

Art. 41. Os Tribunais brasileiros, por ocasião da posse de todo Juiz, entregar-lhe-ão um exemplar do Código de Ética da Magistratura Nacional, para fiel observância durante todo o tempo de exercício da judicatura.

Art. 42. Este Código entra em vigor, em todo o território nacional, na data de sua publicação, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça promover-lhe ampla divulgação.

Brasília, 26 de agosto de 2008

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30

0020216-70.1995.8.26.0482 **Suspenso**

Classe

Ação Penal - Procedimento Sumário

Assunto

Contravenções Penais

Foro

Foro de Presidente Prudente

Vara

1ª Vara Criminal

Juiz

Antonio Roberto Sylla

[Mais](#)

Menu e-SAJ

- [Consultas Processuais](#)
- [Solicitação de Conciliação](#)
- [Requisitórios](#)
- [Contratos](#)
- [Consultas de Jurisprudência](#)
- [Diário da Justiça Eletrônico](#)
- [Biblioteca](#)
- [Push](#)
- [Certidões](#)
- [Corregedoria](#)
- [Conferência de Documento Digital](#)
- [Consulta de Julgados de 1º Grau](#)
- [Petitionamento Eletrônico](#)



Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

31

- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Minha conta

-
- OAB:
- [Meu perfil](#)
- [Caixa Postal](#)
- [Sair](#)

[e-SAJ](#)

-

DADOS DA DELEGACIA

Documento	Número	Distrito policial	Município
Outros	/0	Não Informado	Não Informado

PARTES DO PROCESSO

Autor	Justiça Pública
Indiciado	Itamar Antonio Meneguini

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

32

Indiciada

Karine Minatti

Indiciado

Marcelo Hagge Andreotti

[Recolher](#)**MOVIMENTAÇÕES**

Data	Movimento
01/07/2013	Mudança de Classe Processual

PETIÇÕES DIVERSAS

Não há petições diversas vinculadas a este processo.

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

33

APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS

Não há processos apensados, entranhados e unificados a este processo.

AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

HISTÓRICO DE CLASSES

Data	Tipo	Classe	Área	Motivo
26/06/1995	Inicial	Contravenção Penal - Vadiagem (art. 59, D.L. 3688/41)	Criminal	-
01/07/2013	Evolução	Ação Penal - Procedimento Sumário	Criminal	-

•

•

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390


EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

34

16/11/2021 09:10 Email: JULIANA GREISSE BERTOLDI - Outlook fls. 1647

ENC: REFERENTE PROCESSO Nº1504783-23.2021.8.26.0390

NOVA GRANADA - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <novagranada@tjsp.jus.br>
Ter, 16/11/2021 09:10
Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

 **JOEL SABINO DA COSTA**
ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Vara Única da Comarca
AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22
E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 12 de novembro de 2021 17:01
Para: NOVA GRANADA - OFÍCIO JUDICIAL E DISTRIBUIÇÃO <novagranada@tjsp.jus.br>
Assunto: REFERENTE PROCESSO Nº1504783-23.2021.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
MSG.nº673/2021-mhtds

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO:

Sirvo-me desta mensagem para informar Vossa Excelência, quanto à instauração de **Inquérito Policial nº2295836-04.2021.110409, Processo nº1504783-23.2021.8.26.0390**, para apuração de delitos capitulados nos **Artigos 138 "caput" e 140 "caput" do Código Penal**, figurando como **investigado Joaquim Pedro de Moraes Filho**, e como vítima, o **Exmo. Sr. Dr. Marcelo Haggi Andreotti**, o qual encontra-se em andamento.

Atenciosamente,

ANTONIO HONÓRIO DO NASCIMENTO - Delegado de Polícia

Tr. Matheus - Escrivão de Polícia

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, sabe-se que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

<https://outlook.office.com/mail/inbox/id/AAQkADkyYjg2NWVRmlWE0MWMNGEwZC04ZDg4LWU2MGMwOTkxMjg1YwAQAGElq1kTMQ9loFGBA...> 1/1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 16/11/2021 às 20:24. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 77A2603.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

35

CONCESSÃO DE NULIDADE – PREJUÍZO PROCESSUAL

Proc. Nº: 1500012-36.2020.8.26.0390

Reconhecimento espontâneo: **Sendo suspeito, o membro do MP deve espontaneamente reconhecer sua suspeição, por escrito e declarando o motivo**

legal, remetendo imediatamente o processo ao seu substituto “(aplicação por analogia do artigo 97 do CPP)

Art 104 – CPP: **“ Se for argüida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.”**

Terceira Seção mantém no TJ competência para julgar membro do MP por crime estranho ao cargo ([link abaixo](#))

<https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/14092021-Terceira-Secao-mantem-no-TJ-competencia-para-julgar-membro-do-MP-por-crime-estranho-ao-cargo.aspx>

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 - 36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 / 1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

36



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 5
Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto-SP
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA-SP
Rua Jacintho Ruiz Garcia, 550, Centro – Fone: (17) 3262-1022
e-mail institucional: dpm.granada@policiacivil.sp.gov.br

fls. 3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATO GOMES CAMACHO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/01/2020 às 09:11, sob o número WNGA2080000773. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 40567C7.

para elucidação, em tese, dos crimes de **CALÚNIA, INJÚRIA e DIFAMAÇÃO (Arts. 138, 139 e 140 do Código Penal Brasileiro)**. Ainda que pese o crime a ser investigado ser de menor potencial ofensivo, porém, uma vez que o objetivo da lei 9.099/95 é “orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade”, como preceitua o artigo 2º da referida lei, o presente procedimento é acompanhado de relativa complexidade, uma vez que serão diversas pessoas a serem ouvidas, cartas precatórias deverão ser expedidas, diligências serem realizadas, além de outros procedimentos que surgirem, motivo pelo qual está sendo instaurado inquérito policial e não termo circunstanciado. Por fim, determino ao Sr. Escrivão de Polícia, que A. e R. esta, tomando ainda as seguintes providências;

J. aos autos:

- Ofício nº 22/2019 do Juízo de Direito da Comarca de Nova Granada, que trouxe os fatos ao conhecimento da Autoridade Policial, contendo as representações das **vítimas FABIANO RODRIGUES CREPALDI e CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA**;
- Carta redigida por JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO;

Notifique-se:

- Os advogados SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO, ANTONIO LEMOS e EDNA APARECIDA MIRA DA SILVA DE LIMA PINTO para que sejam ouvidos acerca dos fatos e manifestem sua vontade acerca de eventual representação criminal contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO;

Expeça-se:

- Carta precatória à congêneres de Palestina/SP, a fim de que a Juíza de Direito ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI seja ouvida sobre o ocorrido e manifeste seu interesse em oferecer representação contra o investigado;
- Carta precatória para São José do Rio Preto/SP, para que os advogados MARCELO HENRIQUE e HENRY ATIQUÊ prestem suas declarações sobre os fatos apurados

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

37

V - interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo

Artigo 135 da Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

Art. 304 a 306 é 312 a 314

Art. 104. – CPP .Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

38

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/14092021->

[Terceira-Secao-mantem-no-TJ-competencia-para-julgar-membro-do-MP-por-
crime-estranho-ao-cargo.aspx](https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/14092021-)

- 2) “A vinculação do Promotor de justiça desimpedido à decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que determinar a realização de diligência e ajuizamento de Ação Civil Pública, quando da não homologação, de promoção de arquivamento de inquérito policial. “

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

39

Peças Processuais - Pareceres

favor de uma das partes. Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo. Art. 136. Quando dois ou mais juízes forem parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta e no segundo grau na linha colateral, o primeiro, que conhecer da causa no tribunal, impede que o outro participe do julgamento; caso em que o segundo se escusará, remetendo o processo ao seu substituto legal. Art. 137. Aplicam-se os motivos de **impedimento e suspeição** aos juízes de todos os tribunais. O juiz que violar o dever de abstenção, ou não se declarar suspeito, poderá ser recusado por qualquer das partes (art. 304). Art. 138. Aplicam-se também os motivos de impedimento e de suspeição: I - ao órgão do Ministério Público, quando não for parte, e, sendo parte, nos casos previstos nos ns. I a IV do art. 135. Já no Código de Processo Penal, consta este regramento: Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito; II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha; III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão; IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito. Art. 253. Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive. Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles; II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia; III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes; IV - se tiver aconselhado qualquer das partes; V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo. Art. 255. O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo. Art. 256. A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la. Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

Especificamente sobre o tema envolvendo o controle da atuação institucional na tutela de direitos transindividuais, a Lei da Ação Civil Pública, em seu artigo 9º, § 4º, dispõe que "deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para

Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 55, jan./mar. 2015 | 275

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

40

1. Introdução

O Conselho Superior do Ministério Público, em sessão realizada no dia 22 de agosto do corrente ano, deliberou "pela extração de cópias ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a elaboração de estudo a fim de regulamentar as hipóteses de impedimento e suspeição em inquérito civil, bem como de impedimento por não homologação de promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator" (fl. 11 do Procedimento MPRJ nº 201300968178).

Posteriormente, o Conselheiro Alexandre Viana Schott instaurou novo procedimento visando à elaboração de "estudos pela Assessoria Jurídica a respeito

quebra de sigilo em inquéritos policiais e ações penais"; 2) a vinculação do Promotor de Justiça desimpedido à decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que determinar a realização de diligências e ajuizamento de ação civil pública, quando da

* Promotor de Justiça Assessor de Assuntos Institucionais.

Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: nº 55, jan./mar. 2015 | 271

Robson Renault Godinho

não homologação de promoção de arquivamento de inquérito civil".

primeiro procedimento, todos serão examinados conjuntamente, já que o segundo item está contido integralmente no primeiro procedimento em epígrafe.

2. O voto do Relator

Em criterioso voto (fls. 03/10), que foi acolhido por unanimidade, o Conselheiro Alexandre Viana Schott estabeleceu as seguintes premissas e conclusões:

- a) "ao contrário das hipóteses de impedimento e suspeição, a designação de outro membro para oficiar em inquérito civil, cuja promoção de arquivamento tenha sido não homologada, possui caráter objetivo e impessoal, sendo irreversível";
- b) "o órgão de execução no qual tramita determinado procedimento administrativo não pode flutuar de acordo com o membro que dele seja titular";
- c) "nas hipóteses de impedimentos pessoais, o procedimento é automaticamente enviado ao promotor de justiça tabelar, sem a necessidade de intervenção da administração, muito menos de ato de designação do Procurador-Geral";
- d) "situação bem diversa ocorre quando a promoção de arquivamento não é homologada pelo Conselho Superior, uma vez que o impedimento aí decorrente é de natureza funcional, vale dizer, decorre de um ato praticado pelo membro do Ministério Público que oficiou nos autos, a exigir a intervenção da administração

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

41

MPSP Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Capítulo II
Das atribuições

Art. 13 - São atribuições do Conselho:

I - autorizar previamente o Procurador-Geral a que, por ato excepcional e fundamentado, designe membro do Ministério Público para exercer funções processuais afetas a outro membro da Instituição (v. arts. 10, IX, g, da LONMP; 36, XIX, da LOEMP);

II - baixar normas regulamentadoras do processo eleitoral para a formação da lista tripartite para escolha do Procurador-Geral, observadas as disposições da Lei Complementar estadual n. 734/93 (v. art. 36, I, da LOEMP);

III - obstar à promoção por antigüidade (v. art. 36, XXII, da LOEMP);

IV - determinar por voto de dois terços de seus integrantes e em razão de interesse público:

1 - a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, assegurada ampla defesa (v. art. 162 da LOEMP);

2 - o afastamento cautelar do membro do Ministério Público (v. art. 158, parágrafo único, da LOEMP);

V - determinar a instauração de inquérito civil (v. art. 106 da LOEMP);

VI - decidir sobre:

1 - vitaliciamento de membro do Ministério Público (v. art. 36, VIII, da LOEMP);

2 - reclamações formuladas contra o quadro geral de antigüidade (v. art. 36, X, da LOEMP);

VII - deliberar sobre:

1 - instauração de processo administrativo e de sindicância contra membro do Ministério Público

2 - a fixação de critério para provimento de cargos (v. art. 143, I, da LOEMP);

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

42

Da remoção e da disponibilidade compulsória
*Redação dada pelo Aviso C3MP 172/2009 – de 04/09/2009

Capítulo I
Das disposições gerais

Art. 107 - Por motivo de interesse público e de forma compulsória, o Conselho poderá determinar a remoção para igual entrância ou a disponibilidade, assegurada ampla defesa (v. arts. 36, IX e 163 da LOEMP).

Art. 108 - A disponibilidade só será aplicável a membro vitalício do Ministério Público, nas seguintes hipóteses:

- I - escassa ou insuficiente capacidade de trabalho;
- II - conduta incompatível com o exercício do cargo, consistente em abusos, erros ou omissões que comprometam o membro do Ministério Público para o exercício do cargo, ou acarretem prejuízo ao prestígio ou à dignidade da Instituição (v. art. 163 da LOEMP).

Art. 109 - O procedimento destinado à remoção ou à disponibilidade compulsória será instaurado:


- I - diante de representação do Procurador-Geral ou do Corregedor-Geral (v. art. 138 e 262, parágrafo único, da LOEMP);
- II - independentemente de representação, por deliberação do Conselho, provocado por qualquer dos demais membros (v. art. 36, IX, da LOEMP).

§ 1º - Na primeira hipótese, a representação deverá qualificar o representado e indicar os fatos imputados, a previsão legal sancionadora e as provas que passam ou devam ser produzidas; no último caso, o Conselho designará o autor da proposta, ou um deles se se tratar proposta conjunta, para baixar portaria, com os dados mencionados neste dispositivo (v. arts. 36, IX, 138 caput e 273 da LOEMP).

§ 2º - Funcionará como relator e presidirá a instrução o membro do Conselho que vier a ser sorteado.

§ 3º - Em todos os casos, será assegurada ampla defesa ao interessado (v. arts. 36, IX, 138 caput e 264 da LOEMP).

Art. 110 - O processo deverá estar concluído em 120 (centa e vinte) dias, prorrogáveis por igual prazo pelo Conselho (v. arts. 138 e 272, parágrafo único, da LOEMP).

 Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

43



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA
COMARCA DE NOVA GRANADA
AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 16440-000
FONE: (017) 3262.1040 - FAX: (017) 3261-2289
e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

fls. 5

OFÍCIO Nº 022/2019 - jsc

Em 10 de dezembro de 2019.

Ref. Instauração Inquérito Policial.

Ilustríssimo Senhor Doutor Delegado,

Pelo presente, encaminho anexa carta "AR" datada de 05/12/2019, encaminhada ao Juízo da Comarca de Nova Granada, tendo como remetente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, residente na Avenida Antônio Ventura da Silva, 220, centro, CEPO 15460-000, Icém/SP, e REQUISITO a Vossa Senhoria, as providências necessárias no sentido de INSATAURAR inquérito policial para apuração de eventual delito contra a honra, tendo como investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e como vítimas Fabiano Rodrigues Crepaldi (MM. Juiz de Direito da Comarca de Nova Granada), Carlos Bruno Gaya da Costa (Promotor de Justiça desta Comarca de Nova Granada) e outra(s).

Nós, Fabiano Rodrigues Crepaldi e Carlos Bruno Gaya da Costa, desde já, declaramos o desejo de oferecer representação contra o investigado.

A Autoridade Policial deverá convocar as demais pessoas constantes da carta que segue anexa, para prestarem depoimento a respeito dos fatos, cientificando-as do prazo decadencial para oferecimento de representação e/ou queixa crime.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e distinta consideração.

Contra Razões

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 - 36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 / 1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATO GOMES CAMACHO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/01/2020 às 09:11, sob o número WN/GA20800100773. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 4D667CB.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

44

fls. 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA
COMARCA DE NOVA GRANADA
AV. DR. HILDEBERTO ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001 - CEP: 16440-000
FONE: (017) 3262.1040 - FAX: (017) 3261-2289
e-mail: novagranada@tjsp.jus.br

FABIANO RODRIGUES CREPALDI
Juiz de Direito

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça



AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR
DELEGADO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE
NOVA GRANADA/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATO GOMES CAMACHO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/01/2022 às 09:11, sob o número WNGA2000000773. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 4D667CB.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

45

		SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Nº Inquérito: 2357698		Ano: 2019		Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA	

Inquérito: 2357698/2019
Dependência: DEL.POL.NOVA GRANADA

Aos 2 dias do mês de Julho de dois mil e vinte, nesta cidade de ICÊM, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. ICÊM, onde presente se achava o Exmo Sr Dr RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, filho de Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira, RG 20252741/MG, estado civil solteiro, de nacionalidade brasileira, natural de , de profissão estudante, residente

declarou que: "CONFIRMA QUE FEZ AS POSTAGENS OFENSIVAS ÀS VÍTIMAS QUALIFICADAS NESTES AUTOS. PORÉM, DECLARA QUE SE RETRATA DAS OFENSAS E AFIRMA QUE NÃO IRÁ MAIS POSTAR QUALQUER TIPO DE MATERIAL INJURIOSO ÀS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS".

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o

inclusive por mim Escrivão(ã) de Polícia que parcialmente o digitei.

ICÊM, 2 de Julho de 2020.

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Declarante


MATHEUS HENRIQUE TADEU D.SOUZA
Escrivão de Polícia

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATO GOMES CAMACHO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 581E7D7.


Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

46



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.ICÊM
Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42 e EMITIDO:02/07/2020 10:36

FOLHA:2

2ª Via KLLQNXCBDEEFHxb

Observações:
SM-G532MT
COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIP E 01 CARTÃO DE MEMÓRIA.
COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros
- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1
Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG
Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:
Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.
Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.
O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.
Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS

Solução:

APRECIAÇÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICÊM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

47

fls. 1085

CERTIDÃO

Certifico ter dado CUMPRIMENTO ao presente
MANDADO DE PRISÃO, expedido em favor do(a) Sr(a) **JOAQUIM PEDRO
DE MORAIS FILHO**, na presente data e hora.

Icém/SP, 02 de Julho de 2020 - 09h:20min.

ROGÉRIO NUNES DOS SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICÉM/SP

CIENTE: _____
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:42.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 575F868.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

48

Lei 9.455/97, "que define os crime de tortura, dentre as condutas ilícitas descritas, prevê que quem constrange alguém a prestar informação ou declaração, sob ameaça ou violência, resultando em sofrimento físico ou mental, comete o crime de tortura."

Artigo 1º - Para fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram . O presente artigo não será interpretado de maneira a restringir qualquer instrumento internacional ou legislação nacional que contenha ou possa conter dispositivos de alcance mais amplo."

<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/321030011/para-o-stj-a-tortura-praticada-por-policiais-contra-particular-e-ato-de-improbidade-administrativa>

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

49

<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/08/25/stj-tortura-prova-dispensa-comprovacao-de-sofrimento-intenso/#:~:text=O%20art.,da%20Lei%209.455%2F97Art.&text=A%20segunda%20figura%20se%20diferencia,intenso%20sofrimento%20f%C3%ADsico%20ou%20mental.>

*Depoimento (abaixo links) da vítima de Tortura: Joaquim Pedro de
Morais Filho*

<https://proclame281119.blogspot.com/2021/03/urgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi.html?m=1>

<https://m.youtube.com/watch?v=uW9B0Z048kU>

[CPP - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941](#)

Art. 6º **Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:**

VII - **determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;**

Coação e Constrangimento Ilegal

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

50

Proc. Nº: 1001416-48.2021.8.26.0390

- Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002

Institui o Código Civil.

Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incute ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

Parágrafo único. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª 51
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

I - Intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - a coação exercida para impedir suicídio.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

52



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

8s. 8

c) Tão logo haja a comunicação da prefeitura acerca da disponibilização da vaga hospitalar para a internação, seja determinada a condução coercitiva do requerido, **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, através de oficial de justiça, autorizando-se desde já reforço policial, caso necessário.

d) a citação do requerido para que, no prazo de legal, caso deseje, ofereçam defesa, sob pena de revelia.

e) a citação do Município de Icem, na pessoa do Prefeito Municipal, para responder à presente ação.

g) desde já, a produção de provas do alegado, pelos meios previstos ou não vedados pelo ordenamento jurídico pátrio, especialmente, pelo depoimento pessoal do requerido, pela oitiva das testemunhas a serem oportunamente arroladas e **pela realização de perícia médica, consistente no exame psiquiátrico do requerido;**

h) seja, ao final, **julgado procedente o pedido protetivo** de imposição ao Município de Icem à obrigação de fazer, consistente em submeter a **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** ao tratamento médico necessário, ou seja, **internação compulsória** pelo tempo que se fizer necessário nos termos acima e, oportunamente, tratamento ambulatorial, bem como das intervenções sociais e educacionais pertinentes à superação da situação de risco e violação de direitos, igualmente pelo tempo considerado necessário pela equipe (pelas equipes de saúde/ assistência social, dentre outras

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Página 8 de 9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYÁ DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 14/09/2021 às 15:34, sob o número 100141646-48.2021.8.26.0390 e código 7A8EDB7. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 . Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

53



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Assim, observando o contido nos autos o ilustríssimo Representante do Ministério Público deixou de oferecer ao Acusado o acordo de não persecução penal previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

CPP - Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

Assim, antes do Remédio Constitucional sugerido por este Nobre Julgador, que não tinha sido desprezado pela defesa, requer que os autos sejam encaminhados ao representante do Ministério Público para tal apreciação para o oferecimento do acordo ou a sua fundamentação quando a sua negativa.

II – Requer, ainda, a reconsideração deste r. Juízo quanto a data da audiência tendo em vista que a audiência marcada é para instrução debate e julgamento, acreditando a defesa que até esta data o Acusado não terá, em tese, sido submetido ao exame de insanidade mental, visto que o IMESC demora não menos que um (01) ano para tal finalização mesmo sendo procedimento de urgência, desta forma, sem tal instrumental a defesa do acusado fica frágil podendo trazer a ele sérios prejuízos, requer, assim e excepcionalmente, que aguarde o expert apresentar seu Laudo conclusivo para designar tal audiência, pois é UNA.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 18 de setembro de 2020.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solhemimar@adv.oabsp.org.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO, advogado, inscrito na OAB/SP nº 238.365, sob o número WW/EA20700133542. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/autos>, informe o processo 0001446-37.2020.8.26.0390 e o código 5C485CA. Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 19/09/2020 às 18:14. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 5C485CA.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

54



Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC
Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania
Rua Barra Funda 824, São Paulo - SP - CEP: 01152-000 - Fone 3621-1200

fls. 64

LAUDO MÉDICO LEGAL

1. PREÂMBULO

1.1. AUTORIDADE REQUISITANTE E DADOS DO PROCESSO:

Juízo requisitante: **Exmo.(a) Sr(a) Dr(a) Juiz de Direito da Vara Unica do Foro de Nova Granada**
 Processo Nº: **0001446-37.2020.8.26.0390**
 Requerente: **Justiça Pública**
 Requerido: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Registro IMESC: **494324**
 Natureza da Ação: **PENAL**
 Perito: **Karine Keiko Leitão Higa**
 Data da perícia: **06/11/2020**
 Assistentes técnicos: **Não consta**

1.2. DADOS DO PERICIANDO:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Documento: **RG 45.537.436-3**
 Data de Nascimento: **16/09/1995**
 Naturalidade: **RIO DE JANEIRO - RJ**
 Sexo: **masculino**
 Filiação: **Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira**
 Grau de instrução: **Ensino superior incompleto - Direito e Química**

1.3. DADOS DO PERITO:

“Dr. Karine Keiko Leitão Higa Machado, médica formada em 2006 pela Universidade Federal de Grande Dourados - MS, com especialidade em Medicina Legal e Perícias Médicas pela USP, Psiquiatria pelo Hospital do Servidor Público Estadual, vem apresentar o resultado de seu trabalho consubstanciado no laudo pericial a seguir.”

2. HISTÓRICO

2.1 RESUMO DA INICIAL

Trata-se de ação judicial com o objetivo de avaliar a condição mental do periciando.

Sobre o processo em questão refere o examinado que não respondeu o oficial de Justiça que foi e sua casa 03 vezes para que desse ciência do processo de calúnia em que figura como réu, como não respondeu, o juiz o mandou prender preventivamente em 02 de julho de 2020.

Conta que da primeira vez ele não quis receber mesmo, mas das outras vezes sua mãe o dispense não quis recebê-lo, para protegê-lo.

Já tinha sido detido em setembro de 2019 devido problemas na faculdade.

Página 1 de 4

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUCIANA BUEIRO PEREZ Perito em 21/12/2020 às 17:11:14, sob o número WW5A0700181897. Para acessar os autos processuais acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/aut>, informe o processo 0001446-37.2020.8.26.0390 e o código 623FASJC.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 07/01/2021 às 13:36.

Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 6238F54.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 . Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

55

Foro de Nova Granada
Certidão - Processo 0001446-37.2020.8.26.0390

Emitido em: 13/08/2020 10:45
Página: 1

fls. 9

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1290/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "1. Acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 1123/1125) e com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, determino a instauração do incidente de realização de exame pericial de insanidade mental, a fim de ser JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, submetido a exame, sem suspensão da ação penal por tratar-se de réu preso. 2. Nomeio como CURADOR ao requerente, o próprio Advogado Dativo, Dr. SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365, o qual fica desde já nomeado, na forma do § 2º, do aludido art. 149, que servirá sob o compromisso de seu grau. 3. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: a) Apresenta doença mental? Qual? b) Apresenta desenvolvimento mental incompleto ou retardado? c) Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era o(a) paciente, ao tempo da ação ou da omissão a ele(a) imputado como crime por este feito, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? d) O paciente apresenta perturbação em sua saúde mental? Por qual motivo? e) Em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possuía o paciente, ao tempo da ação a ele imputado como crime por este de determinar-se de acordo com esse entendimento? f) Existe tratamento para o mal que o aflige? Qual? g) Precisa o paciente de tratamento? h) Para tal tratamento é necessária internação ou basta tratamento ambulatorial? 4. Oficie-se ao IMESC, solicitando a designação de local, data, condições e documentos que o acusado deverá atender para o exame, com urgência (réu preso), intimando-se, a seguir, a este a comparecer após a resposta, levando seus documentos e informes médicos respectivos. 5. Autue-se o incidente em apartado, baixando-se a Portaria. Intimem-se, a seguir, o Dr. Curador e o Ministério Público, que poderão apresentar outros quesitos, no prazo de 03 (três) dias. 6. Diligencie, a Serventia, pelo necessário. 7. No mais, aguarde-se a apresentação de resposta à acusação, na forma constante às fls. 1136. Int."

Do que dou fé.
Nova Granada, 13 de agosto de 2020.


Gabriela Colturato Lopes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 13/08/2020 às 10:45.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0001446-37.2020.8.26.0390 e código 58F E453.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC
Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania
Rua Barra Funda 624, São Paulo - SP - CEP: 01152-000 - Fone 3621-1200

fls. 1323
fls. 67

Por tudo acima colocado, consideramos que o periciando, apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, diante de sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.

7. RESPOSTAS AOS QUESITOS:

Da Defesa:

- 1) ok.
- 2) Não há elementos para afirmar sobre alienação parental.
- 3) Apresenta traços de personalidade paranoide, o que prejudica sua capacidade de determinação conforme discutido acima.
- 4) O Paciente apresenta personalidade paranoide.
- 5) vide conclusão.
- 6) Apresenta personalidade paranoide.

Do Juiz:

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não.
- d) Sim.
- e) Tinha prejudicada sua capacidade de determinação.
- f) Vide discussão. O tratamento não vai curar a personalidade, mas ajuda a se adaptar e ter melhores reações as situações.
- g) Sim, vide discussão.
- h) ambulatorial.

8. ENCERRAMENTO:

O conteúdo deste trabalho espelha o presente entendimento deste perito sobre a matéria em litígio. Foi fundamentado nos dados oferecidos e obtidos, conforme discussão. Este laudo, tal como se apresenta, está protegido pela legislação vigente de direito autoral, cujo padrão métodos utilizados são de determinação institucional (IMESC).

Qualquer reprodução parcial ou total deve respeitar as normas científicas (A violação ao direito de autoria estará sujeito a punições conforme legislação vigente). Sendo o que havia a relatar, discutir e expor, à disposição para esclarecimentos adicionais, encerra-se o presente laudo.

São Paulo, 13 de novembro de 2020.

Dr Karine Keiko Leitão Higa
Perito Oficial / CRM 127685

Página 4 de 4

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCIANA BUENO PEREIRA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

57

fls. 1221



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:

1500106-18.2019.8.26.0390

Classe - Assunto

Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia

Autor:

Justiça Pública

Réu:

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

A audiência será realizada, eis que a supressão da marcha processual é prejudicial aos interesses do réu; com relação à convicção exteriorizada pelo titular da ação penal pública, no sentido de não ofertar medida despenalizadora, reveste-se de evidente plausibilidade jurídica eis que, mesmo encarcerado, o réu não demonstra qualquer indício de arrependimento em relação aos fatos do processo, reiterando a ação criminosa.

Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subseqüentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscabar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada.

Intime-se.

Nova Granada, 30 de setembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 30/09/2020 às 09:44.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pasta/digital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

58

Abuso de Direito de Defesa

<https://www.conjur.com.br/2018-dez-07/advogado-responder-calunia-cometida-defesa-cliente>

Código de Ética e Disciplina da OAB — Subseções OABSP

Código de Ética e Disciplina da OAB

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

TÍTULO I

DA ÉTICA DO ADVOGADO

CAPÍTULO I

DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS FUNDAMENTAIS

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 2º. O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

- I - preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo seu caráter de essencialidade e indispensabilidade;*
- II - atuar com destemor, independência, honestidade, decore, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;*
- III - velar por sua reputação pessoal e profissional;*

Art. 3º. O advogado deve ter consciência de que o Direito é um meio de mitigar as desigualdades para o encontro de soluções justas e que a lei é um instrumento para garantir a igualdade de todos.

CAPÍTULO II

DAS RELAÇÕES COM O CLIENTE

Art. 13. A renúncia ao patrocínio implica omissão do motivo e a continuidade da responsabilidade profissional do advogado ou escritório de advocacia, durante o

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

60

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

prazo estabelecido em lei; não exclui, todavia, a responsabilidade pelos danos causados dolosa ou culposamente aos clientes ou a terceiros.

Art. 16. O *mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.*

Art. 21. É *direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.*

Art. 23. É *defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.*

CAPÍTULO III

DO SIGILO PROFISSIONAL

Art. 26. O *advogado deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado, mesmo que autorizado ou solicitado pelo constituinte.*

Art. 27. *As confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado aquele pelo constituinte.*

Parágrafo único. *Presumem-se confidenciais as comunicações epistolares entre advogado e cliente, as quais não podem ser reveladas a terceiros.*

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

61

CAPÍTULO V

DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

Art. 36 - Os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, atendidos os elementos seguintes:

III - a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos, ou de se desavir com outros clientes ou terceiros;

VII - a competência e o renome do profissional;

CAPÍTULO VI

DO DEVER DE URBANIDADE

Art. 45. Impõe-se ao advogado lhanza, emprego de linguagem escoreita e polida, esmero e disciplina na execução dos serviços.

Art. 46. O advogado, na condição de defensor nomeado, conveniado ou dativo, deve comportar-se com zelo, empenhando-se para que o cliente se sinta amparado e tenha a expectativa de regular desenvolvimento da demanda.

CAPÍTULO VII

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. A falta ou inexistência, neste Código, de definição ou orientação sobre questão de ética profissional, que seja relevante para o exercício da advocacia ou dele advinha, enseja consulta e manifestação do Tribunal de Ética e Disciplina ou do Conselho Federal.

Art. 48. Sempre que tenha conhecimento de transgressão das normas deste Código, do Estatuto, do Regulamento Geral e dos Provimentos, o Presidente do Conselho Seccional, da Subseção, ou do Tribunal de Ética e Disciplina deve chamar a atenção do responsável para o dispositivo violado, sem prejuízo da instauração do competente procedimento para apuração das infrações e aplicação das penalidades cominadas.

TÍTULO II

DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Art. 49. O Tribunal de Ética e Disciplina é competente para orientar e aconselhar sobre ética profissional, respondendo às consultas em tese, e julgar os processos disciplinares.

Parágrafo único. O Tribunal reunir-se-á mensalmente ou em menor período, se necessário, e todas as sessões serão plenárias.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

63

Art. 50. *Compete também ao Tribunal de Ética e Disciplina:*

*I - instaurar, de ofício, processo competente sobre ato ou matéria que considere passível
de configurar, em tese, infração a princípio ou norma de ética profissional;*

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 1995.

JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

Presidente

MODESTO CARVALHOSA

Relator

*(Comissão Revisora: LICÍNIO LEAL BARBOSA, Presidente; ROBISON BARONI,
Secretário e Sub-relator; NILZARDO CARNEIRO LEÃO, JOSÉ CID CAMPELO
e SÉRGIO FERRAZ, Membros)*

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Sem levar em consideração Excelência que na cidade todos conhecem a honra de tais autoridades e os desequilíbrios do Autor e de parte da sua família.

Ainda, **MM. Juiz**, homens públicos como Juizes e Promotores de Justiça, bem como, Advogados sabem que estão sempre sujeitos a tais imponderações e leviandades, e precisamos estarmos preparados para tais embustes.

O Homem Público é maior que tudo isso.

Por tudo isso, **MM. Juiz**, requeremos que antes de recebida a denúncia que se aguarde o resultado do Exame de Insanidade Mental requerida pelo Ministério Público, o que igualmente requeremos, suspendendo a presente ação.

DOS PEDIDOS FINAIS

LIMINARMENTE

1) Que sejam rejeitadas liminarmente todos pedidos constantes da denúncia tendo em vista que não há queixa expressa nos presentes autos, absolvendo o Acusado sumariamente.

2) Em razão de todo exposto, requeremos a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que reconsidere a Prisão Preventiva por este **r. Juízo** decretada, determinando a soltura do acusado, porém, convertendo em prisão domiciliar, ou determinando outras medidas diversas da prisão contidas no artigo 319 do CPP, ou ainda, deferindo Liberdade Provisória sem fiança ao mesmo (pois suas condições financeiras não permite pagar qualquer valor de fiança), nos termos que ora se requer, tendo em vista que o Acusado possui todos os requisitos para ser por ela beneficiado.

3) DO PEDIDO DE RETRATAÇÃO

DO CRIME DE CALÚNIA

O Acusado se retrata neste momento das calúnias irrogadas às vítimas: Dr.

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP: 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solhetamar@adv.oabsp.org.br


Esse documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 27/08/2020 às 19:09, sob o número WNGA 2070012308. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 5AF0659.

Descondigna

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

65



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO ADVOGADO - OAB/SP-238.365

É lamentável.

Este advogado não diz isso de forma gratuita, vejamos:

Este advogado ao ser indicado para fazer a defesa do seu filho, ora acusado, a genitora do mesmo, o procurou, assim, sem marcar qualquer atendimento, apareceu no escritório de advocacia.

Este já havia lido o processo e em razão de que ela reside fora de São José do Rio Preto-SP., a atendeu de pronto e a ouviu. Chegou em torno das 14 e 30 horas tendo saído do escritório por volta das 18:00 horas ou mais.

Ouviu suas histórias (ou estórias).

Em primeiro momento a mesma queria obrigar este Advogado a fazer o que ela pensava ser correto, ou seja:

- 1) pedir o desaforamento do processo para outro Fórum onde "acha" que as vítimas não tenham qualquer influência;
- 2) Pedir que entrasse com Mandado de Segurança;
- 3) Pedir que entrasse com *Habeas Corpus*;
- 4) Comunicar os fatos ao Tribunal de Direitos Humanos;
- 5) Disse que o filho, ora acusado, está passando por sérias privações e correndo risco de morte;
- 6) Disse que o filho, ora acusado, está sendo torturado junto ao Presídio de Icem e que o mesmo lhe enviou uma carta lhe comunicando tais fatos, e assim segue...

Este advogado ao solicitar para ver tal carta, a mesma disse que não tinha

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: sinherramar@adv.oabsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 27/04/2020 às 19:09, sob o número WNGA.20700123067. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 54F0869.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO ADVOGADO - OAB/SP-238.365

Sem levar em consideração **Excelência** que na cidade todos conhecem a honra de tais autoridades e os desequilíbrios do Autor e de parte da sua família.

Ainda, **MM. Juiz**, homens públicos como Juizes e Promotores de Justiça, bem como, Advogados sabem que estão sempre sujeitos a tais imponderações e leviandades, e precisamos estarmos preparados para tais embustes.

O Homem Público é maior que tudo isso.

Por tudo isso, **MM. Juiz**, requeremos que antes de recebida a denúncia que se aguarde o resultado do Exame de Insanidade Mental requerida pelo Ministério Público, o que igualmente requeremos, suspendendo a presente ação.

DOS PEDIDOS FINAIS

LIMITARMENTE

1) Que sejam rejeitadas liminarmente todos pedidos constantes da denúncia tendo em vista que não há queixa expressa nos presentes autos, absolvendo o Acusado sumariamente.

2) Em razão de todo exposto, requeremos a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que reconsidere a Prisão Preventiva por este **r. Juízo** decretada, determinando a soltura do acusado, porém, convertendo em prisão domiciliar, ou determinando outras medidas diversas da prisão contidas no artigo 319 do CPP., ou ainda, deferindo Liberdade Provisória sem fiança ao mesmo (pois suas condições financeiras não permite pagar qualquer valor de fiança), nos termos que ora se requer, tendo em vista que o Acusado possui todos os requisitos para ser por ela beneficiado.

3) DO PEDIDO DE RETRATAÇÃO

DO CRIME DE CALÚNIA


O Acusado se retrata neste momento das calúnias irrogadas às vítimas: Dr.

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP: 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: sinomaradv@adv.nabsp.org.br

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO



ADVOGADO - OAB/SP-238.365

fls. 1512

Ainda, vemos uma total afronta ao julgado, após terminar sua competência com a prolação do julgado, o juiz singular determinou de ofício e sem qualquer provocação do DONO DA AÇÃO (MINISTÉRIO PÚBLICO), inclusive, estando este *Parquet* contrário a tal realização, violando, claramente a Lei nº13.964/2019.

Tais desmandos **EXCELENCIAS**, não podem mais perdurar, o País já não aguenta mais, estamos deixando de ter as garantias jurídicas necessárias estamos nos conduzindo à falência jurídica, quando deixamos de cumprir com a hierarquia proposto pela própria lei.

A competência do juiz termina com a sua sentença, não pode mais modificá-la ou inová-la, após tal prolação tais modificações ou inovações devem ser realizadas pelo Tribunal *ad quem* e não pelo juiz singular.

O réu não é preto, nem puta, é pobre e estamos abismados de tais ocorridos, hoje, não podemos levar à prisão os "ppp", sem um processo legal e conduzidos dentro dos rigores da Lei, isto é Justiça igual para todos, isto é Democracia.

O réu precisa de tratamento psiquiátrico e não de cadeia, o próprio perito judicial assim alertou e recomendou, não se pode jamais virar as costas a um especialista judicial, a menos que esteja fora de todos os fundamentos científicos, o que não é o caso.

A prisão decretada é ilegal, não pode ser mantida. A sentença é NULA, não pode ser mantida. **NÃO HOUVE ATÉ O MOMENTO TRANSITO EM JULGADO**. É necessário controle do magistrado na presidência processual – não é DEUS, não pode fazer tudo que quer.

A atitude do ré pode ser observada a de uma pessoa afogando e tentando segurar um crocodilo como se fosse um tronco de árvore, ou seja, nem sabe o que está fazendo; agora doutores sintem-se incomodados com tais atitudes isto jamais pode ocorrer dentro do Poder Judiciário.

Agora, como conciliar, o réu foi condenado a pena em regime semiaberto, como agora, leva-lo ao regime fechado com a revogação da liberdade condicional???? Inconsistente...

Assim, aguardamos a reparação da decisão, anulando-a, e que os autos sejam retomados do ponto legal onde pararam, ou seja, seja anulando a decisão de primeiro grau, revogando

Rua Jorge Tibiriçá, nº 3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solteiramar@adv.cubsp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SINOMAR DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 19:03, sob o número WNGA21700136970. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 73F6861.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

68

Má Fé

Art 77 a 81 do Novo CPC

art. 79. 1) Assim como o art. 5º do Novo CPC dispõe que todos aqueles intervêm no processo devem agir conforme a boa-fé processual, o art. 79 do Novo CPC dispõe que aquele que intervir no processo em litigância de má-fé responderá pelos danos que causar a outrem. E remete, assim, ao art. 16 do CPC/1973,

segundo o qual " responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente".

(2) Como o Superior Tribunal de Justiça dispôs em ementa de acórdão de em Embargos de Declaração: "reputa-se litigante de má-fé a parte que deduz pretensão contra expresso texto da lei bem e que altera a verdade dos fatos" (STJ, 2ª Turma, EDcl no AgInt no AREsp 864.850/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 19/05/2016, publicado em 30/05/2016). É, então, o que o art. 80 do Novo CPC fala também, como se verá a seguir.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

69

8s. 1667

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
Oficial de Justiça: Cleonir José Machado De Oliveira (27548)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao r. mandado nº 390.2021/003792-7 dirigi-me ao município de Içém - SP., no endereço mencionado na folha de rosto, e aí sendo, deixei de proceder a INTIMAÇÃO do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não encontrá-lo, obtendo informações no local, através do atual morador Givaldo, que não conhece e nem sabe informar sobre o réu. O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 11 de novembro de 2021.

Número de Cotas: 02.
24 km + 903 m. de ida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLEONIR JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 22/11/2021 às 15:22.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7780780.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

70

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, -, Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

88. 110

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390
Classe - Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM e outro
Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
Oficial de Justiça: Cláudio da Silva Gonçalves (17621)

Tramitação prioritária

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2021/004133-9, **DEIXEI DE CITAR e conduzir** JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, em virtude de que não encontrei o mesmo nos endereços indicados no mandado; dirigindo-me à Av. Horácio Borges da Silveira, 265, Icém/SP, uma pessoa de nome Givaldo, que apresentou-se como morador, informou que não conhece o citando; dirigindo-me à Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Icém /SP, ninguém atendeu ao chamado no portão, uma senhora, próximo ao local, informou que faz 2 meses, mais ou menos, que o imóvel está desocupado, que morava uma senhora, que mudou-se do local, não conseguindo informação sobre o citando.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 25 de novembro de 2021.

Número de Cotas: 2 cotas (Icém / 24,903 Km).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLAUDIO DA SILVA GONCALVES, liberado nos autos em 26/11/2021 às 16:00. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7849F3C.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 12/01/2022 às 09:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7A8EDB7.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

71

Somente Leitura - não é possível...

Fatura de Serviços de Água e Esgoto C.N.P.J. 43.776.517/0001-80
Companhia de saneamento básico do estado de São Paulo - Sabesp

DISCRIMINAÇÃO DO FATURAMENTO

Água:
Esgoto:
Taxa de regulação (TRCF) - 0,50%

TOTAL: R\$
VENCIMENTO: R\$

No caso de pagamento em atraso serão cobradas Multa e Atualização Monetária com base na variação do IPCA/IBGE do mês Juros de Mora de 0,033% ao dia.
Oferecemos datas opcionais de vencimento para sua fatura 01 - 05 - 10 -
Havendo interesse entre em contato com a Sabesp.
SUJEITO A CORTE DO FORNECIMENTO - AM 24/11/2021 não pagamento de 3 faturas de meses de emissão anteriores

Fornecimento No. Documento Fatura Tipo
86040375086144 SOR202138280707 FATURAMENTO

DATA EMISSÃO
26/11/2021
Pág. 1 / 1

Código para débito automático: 3018326840
Tipo de Fornecimento: RESIDENCIAL

Os serviços do aplicativo Sabesp Mobile agora estão disponíveis em agenciavirtual.sabesp.com.br Acesse e solicite nossos serviços sem sair de casa

Cliente: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

CEP: 15460000 **End:** AVENIDA HORACIO B DA SILVEIRA,285 - COMPL.CASA 01/ - CENTRO - ICEM - SP

Cód.Cliente: 1955267561
PdeRgi: 322173310 **Hidrômetro:** A19L087644

Economias: RES: 1 **Tipo de Ligação (TL):** ÁGUA E ESGOTO
Data de apresentação: 30/11/2021 **Próxima Leitura:** 27/12/2021 **Tipo Mercado:** COMUM
Condição de Leitura: LEITURA NORMAL

	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (M3)	Período	Média (M3)
Água	26/10/21 172	26/11/21 179	7	31	9,5

(M3 x Nro.Econ.)	Água (M3)	Tarifa (R\$)	Valor (R\$)	Esgoto (M3)	Tarifa (R\$)	Valor (R\$)
De 0,00 até 10,33	Mínimo	2,900	20,960	Mínimo	2,326	24,030
Subtotal			29,98			24,03
TOTAL (Vl Água + Vl Esgoto)						53,99

Histórico de Consumo (Data de emissão, Consumo em M3 e Tipo)

	21/08/2021	27/08/2021	24/09/2021	26/10/2021
Água:	00(N)	20(L,G)	10(L,G)	9(L,G)

Atendimento Sabesp

P.O. ICEM
Das e horários: DE SEG À SEX, DAS 13h00 ÀS 17h00
End: RUA PREFEITO JOAO RIBEIR
ICEM: SÃO PAULO
Telefone: 0800-055-0195

AVISOS

A fatura não paga até a data de vencimento sujeita o fornecimento ao corte de água

Tributos	Alíquota(%)	Base de Cálculo(R\$)	Valor(R\$)
PIS/PASEP E COFINS	6,00	54,26	3,75

SUJEITO A CORTE NO FORNECIMENTO

Qualidade da Água: Decreto Presidencial 5449/95 - Portaria do Ministério da Saúde 5/17 - Anexo XX

Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	Col. Totais	Escherichia Coli
Mínimo Exigido	013	010	013	013	013
Análises Realizadas	015	015	015	015	015
Amostras que atendem ao Padrão	015	015	015	015	015

Conclusão das Análises: Todas as amostras atenderam a legislação

Sistema de Abastecimento: ETA ICEM **Amostras coletadas em:** 09/2021

82690000000 9 54260097091 8 00730902590 1 19552675613 3

9100730902590

VIA SABESP **ATENÇÃO:** Não danifique a região do ci

Cod. Fornecimento	PDE/RGI	Data Emissão	Vencimento	Total
86040375086144	0322173310	26/11/2021	25/12/2021	R\$

Cod. Sabesp: 346.010.001.0003.049
Autenticação do agente autorizado

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8..26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

72

Endereço da Família Atualizado (acima)

Endereço da Família, Rua Horácio Borges da Silveira, 265, casa 01, centro, icem-
SP.

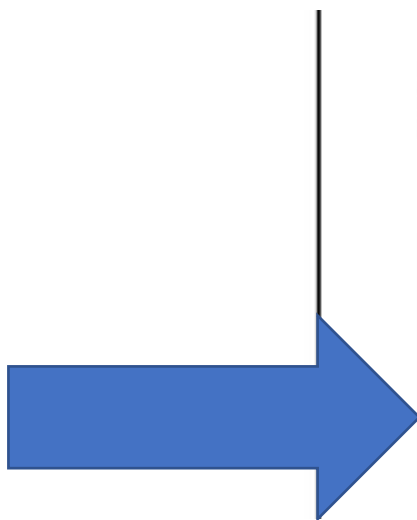


8. Situação difícil, a retratada nestes autos. Não me refiro à questão jurídica, de que tratarei à frente, mas à situação de fato mesmo, aquela vivida no dia a dia da comarca. Temos um réu, já condenado, que teve reconhecida a personalidade paranoide no incidente de insanidade a que foi submetido. Vive ele sob proteção da mãe e irmã, sobre cuja sanidade mental pairam dúvidas também. E, exímio esgrimista das ferramentas da internet, atazana sem

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

73



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

cessar todos os que lhe causam alguma contrariedade: professores, promotores, juízes. No momento atual, o impetrado é seu alvo principal. Chega-se a entender o inconformismo do impetrado, expresso em desabaços como o acima transcrito. Mas, exatamente porque se trata de alguém insano o agressor, não é possível justificar eventuais ilegalidades.

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

74

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ALEGAÇÕES FINAIS

Exmo. ° Sr. Doutor Desembargador e Relator deste Recurso de Nulidades Processuais .

Em relação ao desabafo da Vossa da Excelência, Procurador de Justiça, Paulo Reali Nunes, fls 86, 87 Do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000; baseando-se em teses subscritas pelos próprios denunciados no processo: 1500106-18.2019.8.26.0390 por JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO; que permanecem no processo confrontando com o todo sistema judiciário e causando descredibilizada na sua defesa. No intuito de que todos que alçarem mão deste processo; não sejam punidos por seus feitos. Certamente, vossa excelência se encontra equivocada em seus relatos; desconhecendo verdadeiramente os fatos na sua íntegra.

Quanto o Laudo de insanidade; sendo promovido pelo MP e os outros envolvidos no processo; convenhamos que se torna nulo todo o processo e com prejuízo a parte prejudicada; provendo de reparos ao réu e a toda sua família que fora exposta. Com omissão do advogado da ativa de Souza Castro, o acusado; ainda encontrando-se na preventiva e prazo extrapolado; fora submetido a perícia do IMESC para um laudo de insanidade; sem consentimento do mesmo; após 05 meses de prisão e antes da audiência de instrução e Julgamento.

Agindo de forma covarde e cruel e desumano; debilitando-o e fragilizando-o em prisão e locomoção. Fora levado ao IMESC em um transporte todo fechado, dificultando sua respiração; diminuindo sua oxigenação cerebral. Para que fosse comprometida a sua saúde física e mental; camuflando a veracidade dos fatos; nas denúncias do acusado

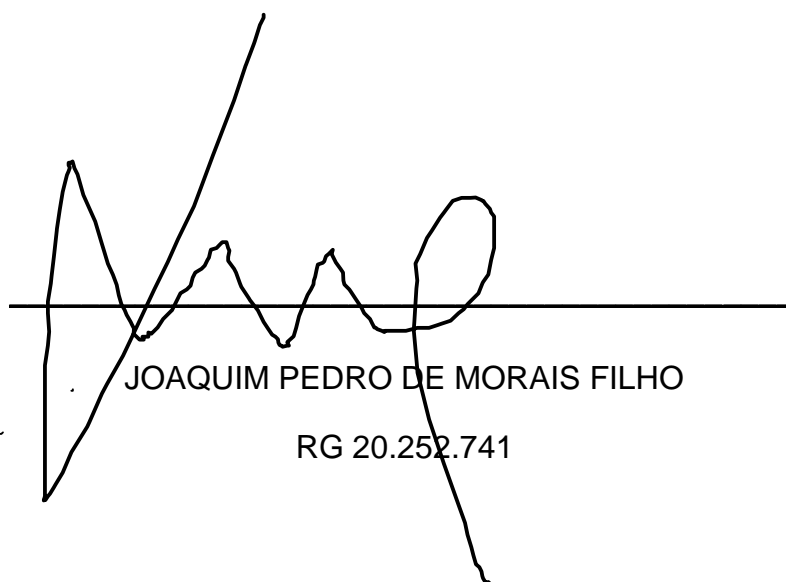
Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

75

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO para saírem impunes. Um jovem que não consta nem um registros de crimes, insanidade ou violência, onde quer que seja...Encontrando nos autos do processo hostilidade, ódio e vingança; sua imagem e seu caráter sendo deturpado; por envolvidos no processo no Judiciário da Comarca Nova Granada e Região

O que seria para Vossa Excelência saúde mental?...Em um processo que é movido por criminosos que utiliza o mecanismo da apoptose; levando o acusado ao suicídio. Caso a Excelência não entenda o conteúdo dessa apelação; concerteza não faltará quem entenda e tomará todas as providências cabíveis.



JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RG 20.252.741

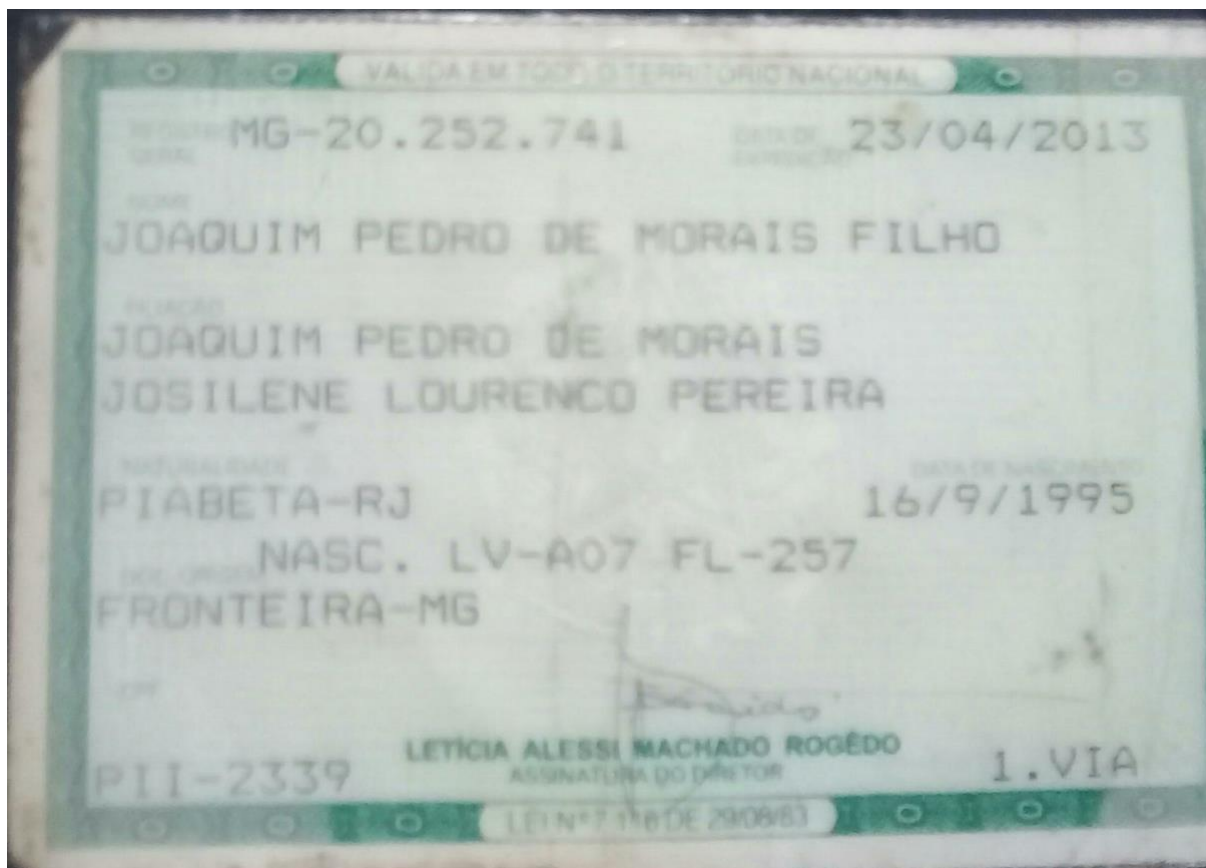
10/01/2022

Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

76

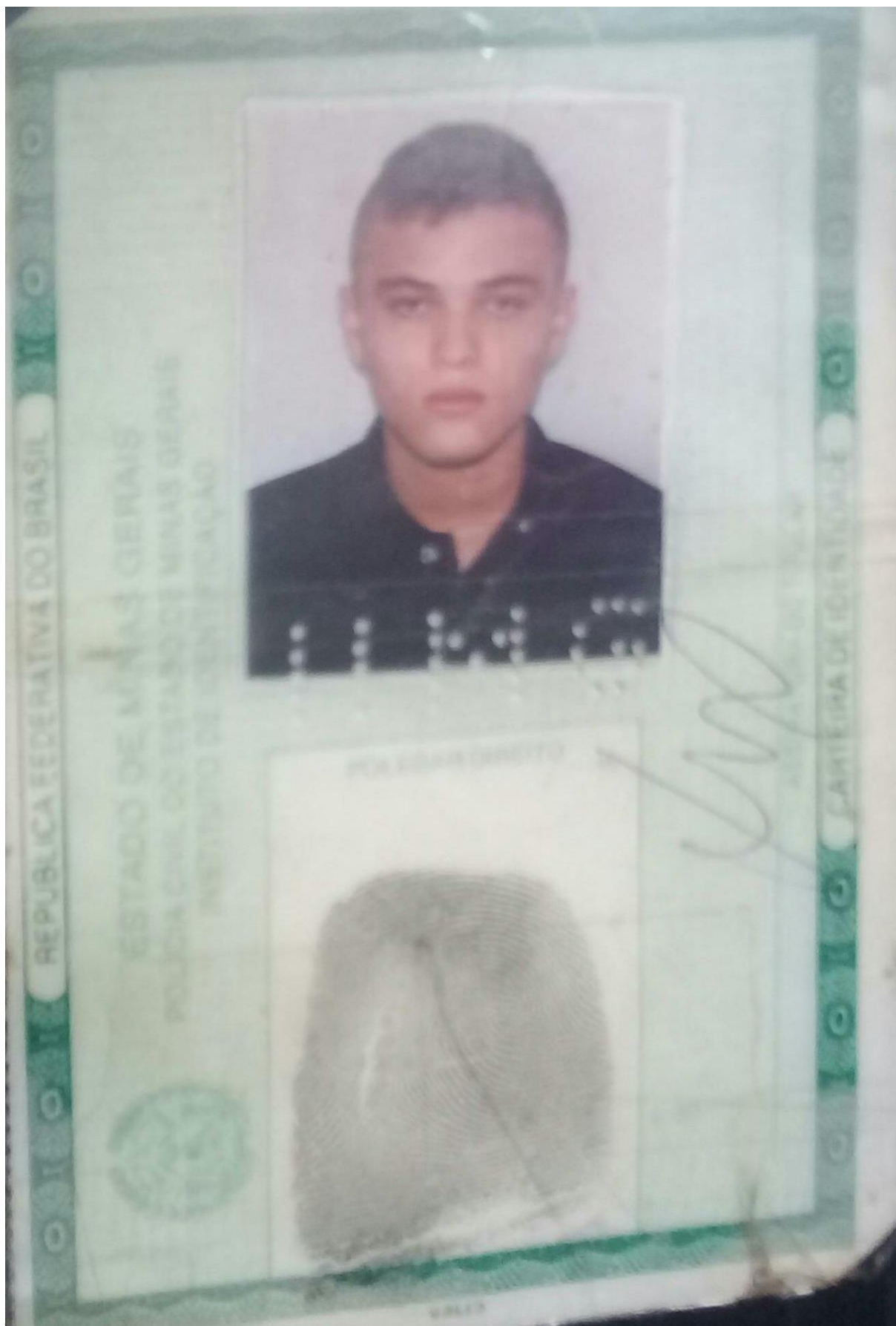
DOCUMENTOS



Processo Originário nº 1500106-18.2019.8.26.0390 / 1500012 -
36.2020.8.26.0390/ 0001446- 37.8.26.0390/ 1001416-48.2021.8.26.0390 /
1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada – SP. Recurso nº : 1500106-
18.2019.8.26.390

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª
CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

77



1504783-23.2021.8.26.0390 Nova Granada - SP. Recurso nº. 1500106-18.2019.8.26.390

INDEXAR E PROTOCOLAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390' com você

Justíça Park <parkjustice46@gmail.com>

Ter, 11/01/2022 19:22

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

 1 anexos (3 MB)

ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

'ADITAR E ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390'

Justíça Park <parkjustice46@gmail.com>

Seg, 17/01/2022 10:20

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA
CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ÔNUS DA PROVA – ADITAR

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, RG 20.252.741, CPF 133.036.496-18, Reside Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP, Profissão empresário e estudante . Vem a Vossa Excelência, vênha máxima, em tempo hábil e oportuno qualifica-se na epígrafe dos autos deste abaixo , sob o **RECURSO DE INSTRUMENTO DE AGRAVO COM PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS COM MANDADO DE SEGURANÇA**, (oriundo das ações Processuais nº: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-36.2020.8.26.0390. Ensejo a Vossas Excelência com fundamentos nos fulcros : **art. 246 – CPC; art. 144 ao art. 148 do Novo – CPC; art. 64 ao 69 – CPC; art. 332 – CP, art. 357 – CP; Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. art. 151 – CC, art. 146 – CP**

URGENTE

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo Senhor Doutor Relator, Heitor Donizete, 12ª Câmara Criminal. Faço saber os eventos e fatos que ainda não vieram ao conhecimento dessa Colenda Corte. Por meu próprio punho, subscrevo.

Segue...

Eu, **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, faz saber à essa Digníssima Corte que, no presente, minha família, trabalha na cidade de Icem- SP e circunvizinha como Vendedoras Autônomas; visto assim, as mesmas estão sendo Descredibilizadas pelas autoridades locais. Reitero que, sua idoneidade vem sendo transtornada por mentiras na Diligência Policial Civil de Icem-SP, no seu ato investigativo. Usam-se dos seus Poderes Discricionários à cometer Abuso de Poder para beneficiar e favorecer os envolvidos no processo. Eu, e minha família, corremos Grave Risco de Vida. Por meio Inconstitucional o trâmite processual discorre ilegalmente, pois não apresenta Requisito, Histórico e Diagnóstico de Insanidade Mental - Grave Ameaça e Violência. Peço Apreciação para que seja tomada mediante à Constituição Federal coibir tais Atos Inadmissíveis dentro da Constituição. O que vemos em tela é a Desordem Jurídica e NÃO se pode Admitir na Jurisprudência.

Excelentíssimo Relator, ciente da estrutura emocional envolvendo esse caso, coloco-lhe em observância: 1) É notável que o Ministério Público causa Prejuízo Processual e Emocional no Sr. Joaquim Pedro e de sua família, causando abalos emocionais no tanger à sanidade. 2) Salieta, enfaticamente, que o Promotor incita o, Sr. Joaquim Pedro, ao Crime art. 286 CP, por meio Torpe e Vingança e ao Suicídio; requerendo, as mesmas autoridades infrigente da lei, torturadora (métodos animalesco). 3) O ato que pratica o Ministério Público, Evidência Parcialidade, temos em mãos um inquérito datado no ano 2020 que ainda está em aberto, o que proponho à Dúvida Razoável de sua Intenção. A 2ª tela abaixo deixa mais consistente a falta de idoneidade da Diligência da Cidade de Icem-sp ao causar Tumulto no Inquérito e Processo.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA


EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Inquerito N° 1504783-23.2021.8.26.0390 (2 fls. Abaixo)

		SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Nº Inquérito: 2295836		Ano: 2021		Delegacia: DEL.POLICEM	
DOCUMENTOS INTERMEDIÁRIOS DELPOL					
RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO					
<p>ASSUNTO: realizar diligências com o objetivo de localizar e notificar o autor JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.</p>					
<p>Exmo. Sr. Delegado:</p>					
<p>Em cumprimento a Ordem de Vossa Excelência, no intuito de realizar diligências com o objetivo de cumprir o acima escrito, informo o que se segue:</p>					
<p>O autor dos fatos, o senhor Joaquim Pedro de Moraes Filho não está mais nesta cidade. Joaquim Pedro pesquisa o andamento do seu processo via internet e desta maneira tomou conhecimento de que havia sido expedido Mandado de Prisão contra ele e por esta razão fugiu desta cidade.</p>					
<p>Foi expedido Contramandado de prisão, porém como há ordem para internação compulsória contra ele, o mesmo continua escondido, não retornando para esta cidade de Icém/SP.</p>					
<p>Importante salientar, que Joaquim Pedro de Moraes Filho contam com o apoio de sua irmã e de sua mãe para que seja mantido em local incerto e não sabido, porém temos informações de que elas vão constantemente para a cidade de Fronteira/MG, o que não ocorria quando Joaquim Pedro de Moraes Filho estava vivendo com ela nesta cidade de Icém/SP. Acredito que Joaquim Pedro de Moraes Filho esteja na cidade de Fronteira/MG se mantendo escondido, fugindo da responsabilidade penal e contando com o apoio de sua irmã e de sua genitora.</p>					
<p>Era o que me cumpria relatar.</p>					
Icém/SP, 13 de Dezembro de 2021.					
<p>MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA</p> <p>Investigador de Polícia</p>					
<p>EXMO. SR.</p> <p>DELEGADO DE POLÍCIA DE ICEM/SP</p>					
<p>Este documento é uma cópia do original, foi assinado digitalmente por: ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO, DELEGADO DE POLÍCIA, certificado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO (02265480001) em 14/12/2021 às 14:01. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7AD762F.</p>					

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2295836

Ano: 2021

Delegacia: DEL.POLICEM

INTIMAÇÃO

IP nº: 2295836/2021

O Excelentíssimo Senhor Doutor **ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO**, nos moldes do artigo 6º e seguintes do Código de Processo Penal, demais dispositivos processuais penais correlatos e Lei nº 12.830/13, no uso de suas atribuições legais.

MANDA qualquer policial desta **DEL.POLICEM**, ou a quem lhe substituir que, em cumprimento ao presente, nos autos do inquérito policial epigrafado **NOTIFIQUE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO RG 45537436 SAO PAULO, residente na AVENIDA SALVADOR GONÇALVES MARTINS, 220, ICÉM/SP**, o qual deverá comparecer nesta Delegacia de Polícia no dia **27 de novembro de 2021, às 14:00 horas**, a fim de prestar **declarações**, sobre o noticiado no citado **Inquérito Policial**, na **RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA 410 - CENTRO**, para que dê sua versão sobre os fatos.

Fica **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** cientificado que, no caso de não comparecimento, estará sujeito às penas do crime de desobediência (art. 330 do Código Penal).

Prazo para cumprimento: **02 dias**.

CUM P R A - S E .

ICEM, 23 de Novembro de 2021

ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO
Delegado de Polícia

Recebi a notificação

..... de de

.....
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Este documento é uma cópia do original, foi assinado digitalmente por:
ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO, DELEGADO DE POLÍCIA, certificado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO 04298548000

Pág. 1

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fatura de Serviço de Água e/ou Esgoto C.B.P.J. 42.776.217/2001-62

Companhia de saneamento básico do estado de São Paulo - Sabesp

Fatura 1/1

DISCRIMINAÇÃO DO FATURAMENTO

Água:	39,58
Esgoto:	34,22
Taxa de regulação (TRGP) - 0,30%:	0,28
Multa:	1,21
At. Resol:	1,15
Juros de Mora:	0,87
Crédito:	97,71

TOTAL: R\$ 100,00

VENCIMENTO: 25/11/2022

Fornecimento No. Documento Fatura Tipo
804027086146 50123210014073 FATURAMENTO

DATA EMISSÃO
23/12/2021
Pag. 1/1

Código para débito automático: 361235940

Tipo de Fornecimento: RESIDENCIAL

Os serviços do aplicativo Sabesp Mobile agora estão disponíveis em aplicativo.sabesp.com.br. Acesse e solicite nossos serviços sem sair de casa.

Cliente: ROSILENE PEREIRA DE MORAIS

DEP: 1549338 **End:** AVENIDA HORACIO S DA SILVEIRA, 305 - COMPL. CASA IV - CENTRO - ICKM - SP

Cód. Cliente: 1435287501

Parâmetro: 322172210 **Medidor:** A101287638

Consumo: RES: 1 **Tipo de Ligação (TL):** ÁGUA E ESGOTO

Data de apresentação: 23/12/2021 **Próxima Fatura:** 24/11/22 **Tipo Mercado:** COMUM

Condição de Fatura: LEITURA NORMAL

	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (M3)	Período	Multa (R\$)
Água	20/11/21 176	27/12/21 186	7	31	8,881

No caso de pagamento em cinco parcelas cobradas Mês a 2% mais Atualização Monetária com base na variação do IPCA/IBGE do mês anterior mais Juros de Mora de 0,222% ao dia.

*Observamos o não pagamento de vencimento para sua fatura 11 - 00 - 10 - 10 - 20.

Requerido interesse em se em contato com a Sabesp.

Até 25/12/2021 não ocorrerá o pagamento da fatura do mês zero da emissão 1001.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA
CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo N° 1001416-48.2020.8.26.0390 (2 fls. Abaixo)

Excelentíssimo Relator, em tela abaixo, vermos o r. Pedido Formal feito pelo Promotor, Carlos Bruno Gaya da Costa. Nessa base, podemos vislumbrar a preocupação ‘ zelo ‘ incôscio do referido., sua real intenção de atuar com autonomia, surpreendendo o acusado por meio sorrateiro e maldoso; como no dia 13 e 14/ 09/2021 Quando dois investigadores evadiram minha residência e de minha família embargado em Carro Normal, com Arma de Fogo na Mão sem apresentação de Mandado de Prisão . Eu, cidadão que Não Possuo Histórico de Violência temo a Covardia, daqueles que usam suas Atribuição para cometer Abuso e Vingança Condoendo -se de seus Amigos de Ofício!. Mais uma vez usando o Ilustre Promotor de suas Artimanhas Maldosas, requereu em juízo de primeira instância, Comarca de Nova Granada, Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza (juiz designado para atuar), Segredo de Justiça .

Peço Apreciação de Mérito.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA
CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 121

MPSPMINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULOPROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390

Meritíssimo Juiz;

Em complemento à petição de fls. 113, requiro
seja encaminhada cópia da decisão de fls. 82/84 e do mandado respectivo
para a Companhia da Polícia Militar de Nova Granada, visando
encaminhamento aos policiais militares que atuam em Icém. Sem prejuízo,
por se tratar de processo que envolve documentação médica do requerido,
requiro seja decretado sigilo dos autos.

Nova Granada, 13 de janeiro de 2022.

Carlos Bruno Gaya da Costa

Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova
Granada/SP


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 13/01/2022 às 14:49, sob o número WHQAJ2700003458.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7AA9696.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-
37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº
DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA
GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Visualizar autos

fls. 102



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº:	1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto:	Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente	Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
Valor da Causa:	R\$ 1.000,00
Nº do Mandado:	390.2021/004133-9

CITAÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

→ Limitação prioritária
Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, com endereço à Av. Horário Borges da Silveira, 265, Centro, e/ou Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icem - SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Antônio Roberto Andolfatto de Souza

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Nova Granada, 17 de novembro de 2021.

39020210041339

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDNA DONIZETE MARCAL, liberado nos autos em 17/11/2021 às 13:27. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 77800A2.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 17/01/2022 às 12:03. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7AD762F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

1001416-48.2021.8.26.0390 Tramitação prioritária

Classe

Ação Civil Coletiva

Assunto

Pessoas com deficiência

Foro

Foro de Nova Granada

Vara

Vara Única

Juiz

Antônio Roberto Andolfatto de Souza

Mais

Menu e-SAJ

- [Consultas Processuais](#)
- [Solicitação de Conciliação](#)
- [Requisitórios](#)
- [Contratos](#)
- [Consultas de Jurisprudência](#)
- [Diário da Justiça Eletrônico](#)
- [Biblioteca](#)
- [Push](#)
- [Certidões](#)
- [Corregedoria](#)
- [Conferência de Documento Digital](#)
- [Consulta de Julgados de 1º Grau](#)
- [Petitionamento Eletrônico](#)



- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Página 10 de 14

⊗ [Minha conta](#)

-
- OAB:
- [Meu perfil](#)
- [Caixa Postal](#)
- [Sair](#)

[e-SAJ](#)

-

PARTES DO PROCESSO

Repte Ministério Público do Estado de São Paulo

Reqdo Joaquim Pedro de Moraes Filho

Reqdo PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

[Recolher](#)

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
13/01/2022	Petição Juntada Nº Protocolo: WNGA.22.70000245-8 Tipo da Petição: Manifestação do MP Data: 13/01/2022 14:49
13/01/2022	Mensagem Eletrônica (e-mail) Juntada

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Página 11 de 14

Data	Movimento
13/01/2022	Mensagem Eletrônica (e-mail) Juntada
12/01/2022	Mensagem Eletrônica (e-mail) Juntada
12/01/2022	Mensagem Eletrônica (e-mail) Juntada

[Mais](#)

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
17/09/2021	Petições Diversas
07/10/2021	Petições Diversas
03/11/2021	Manifestação do MP
29/11/2021	Manifestação do MP
13/01/2022	Manifestação do MP

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

12 de 14

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA
CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS

Não há processos apensados, entranhados e unificados a este processo.

AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

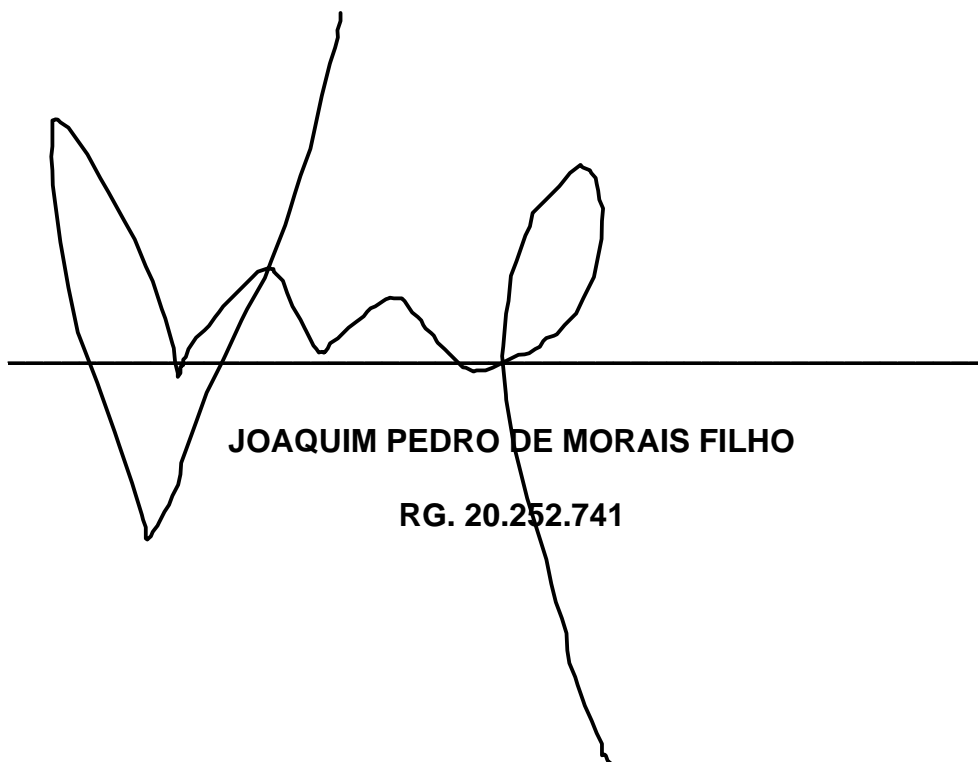
•

Excelentíssimo Relator, em tela acima, enseja o Sarcasmo do Ministério Público inerente à Falta de Justiça Pública. Não há nenhum causídico – Defensor Público art. 133 CF; mas, sim, Sistematicamente Obstrução e Desordem nos Protocolos Constitucionais, Seara dos Direitos Humanos, havendo Inconstitucionalidade. O Processo de Internação deixa evidente a existência de Sarcasmo e Vingança aos Nobres Colegas da Promotoria que Acusa. . Diante de tais alegações probatória e material que causa desde já Prejuízo em todo o Trâmite deste Processo Peço a Vossa Excelência, Relator, que tome suas conclusões justas perante esse Egrégio Corte, cuidando de zelar às leis, doutrinando seus preceitos que lhe coube; na minha humilde deprecação, protesto, respeito e consideração, Peço Deferimento.

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . Nº DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA
CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

13 de 14



JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RG. 20.252.741

17/01/2022

PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSOS ORIUNDOS : 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.8.26.0390 . N° DO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 – COMARCA DE NOVA GRANADA

11ª C.J. - Pirassununga

Dra. ANA CAROLINA ALEIXO CASCALDI MARCELINO GOMES CUNHA, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara Cível da Comarca de Leme, para presidir Plantão Judiciário, 11ª C.J. - Pirassununga de 15/01/2022 a 16/01/2022, em substituição à Dra. FERNANDA OLIVEIRA SILVA.

Dra. JOANNA PALMIERI ABDALLAH, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara da Comarca de Porto Ferreira, para funcionar no processo nº 1002917-82.2021.8.26.0472, 2ª Vara da Comarca de Porto Ferreira a partir de 14/01/2022, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

12ª C.J. - São Carlos

Dr. FELIPE CAVASSO, JUIZ(A) SUBSTITUTO(A), 12ª C.J. - São Carlos, para assumir, 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos de 31/01/2022 a 11/02/2022, sem prejuízo da designação anterior.

16ª C.J. - São José do Rio Preto

Dra. KERLA KAREN RAMALHO DE CASTILHO MAGRINI, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara da Comarca de Monte Aprazível, para acumular remotamente, 1ª Vara da Comarca de Mirassol em 17/01/2022, sem diferença de entrância, sem incidência de diárias e transporte, mediante o crédito de dias de compensação, nos termos do r. despacho da Presidência exarado nos autos nº 2020/89197.

Dr. FLÁVIO ARTACHO, JUIZ(A) DE DIREITO, Vara das Execuções Criminais da Comarca de São José do Rio Preto, para acumular remotamente, 1ª Vara da Comarca de Mirassol de 18/01/2022 a 21/01/2022, sem incidência de diárias e transporte, mediante o crédito de dias de compensação, nos termos do r. despacho da Presidência exarado nos autos nº 2020/89197.

Dr. MARCELO HAGGI ANDREOTTI, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara da Comarca de Mirassol, cessando a designação para funcionar nos processos nºs 1500106-18.2019.8.26.0390 e 1500556-58.2019.8.26.0390, Vara da Comarca de Nova Granada a partir de 14/01/2022, para que os autos retornem ao Juízo de origem.

19ª C.J. - Sorocaba

Dra. ADRIANA TAYANO FANTON FURUKAWA, JUIZ(A) DE DIREITO, 6ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba, para funcionar no processo nº 1049969-14.2017.8.26.0602, 1ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba a partir de 14/01/2022, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. MARIO GAIARA NETO, JUIZ(A) DE DIREITO, 3ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba, para acumular, 1ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Sorocaba em 21/01/2022, sem incidência da Resolução nº 798/2018.

Dr. GUSTAVO SCAF DE MOLON, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Sorocaba, para acumular, 5ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba de 27/01/2022 a 04/02/2022, sem incidência da Resolução nº 798/2018.

Dr. MARCOS JOSE CORREA, JUIZ(A) DE DIREITO, 4ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba, para acumular, 6ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba em 21/01/2022 e de 24/01/2022 a 26/01/2022, sem incidência da Resolução nº 798/2018.

20ª C.J. - Itu

Dra. ANA CRISTINA PAZ NERI VIGNOLA, JUIZ(A) DE DIREITO, 2ª Vara da Comarca de Porto Feliz, para presidir Plantão Judiciário, 20ª C.J. - Itu em 15/01/2022, em substituição ao Dr. JORGE PANSERINI.

Dr. CLAUDIO CAMPOS DA SILVA, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara da Comarca de Salto, para acumular, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Salto em 14/01/2022 e em 17/01/2022.

27ª C.J. - Presidente Prudente

Dr. LUIZ AUGUSTO ESTEVES DE MELLO, JUIZ(A) DE DIREITO, 1ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar no processo nº 1028399-02.2021.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 14/01/2022, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. LEONARDO MAZZILLI MARCONDES, JUIZ(A) DE DIREITO, 4ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar nos processos nºs 1028405-09.2021.8.26.0482, 1028402-54.2021.8.26.0482 e 1028410-31.2021.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 14/01/2022, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

Dr. SERGIO ELORZA BARBOSA DE MORAES, JUIZ(A) DE DIREITO, 5ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, para funcionar nos processos nºs da 1028411-16.2021.8.26.0482, 1028416-38.2021.8.26.0482 e 1028420-75.2021.8.26.0482, 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente a partir de 14/01/2022, mediante compensação, nos termos do Provimento CSM nº 1870/2011.

30ª C.J. - Tupã

Dr. LUCAS RICARDO GUIMARÃES, JUIZ(A) SUBSTITUTO(A), 30ª C.J. - Tupã, para assumir, 2ª Vara Cível da Comarca de Tupã de 07/01/2022 a 17/06/2022, sem prejuízo da designação anterior.

Manifestação no Processo 1504783-23.2021.8.26.0390, 1500106 18 2019 15 10 2020 15 30 e 104702-07.2019.8.26.0066 t 06

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Sex, 04/02/2022 21:58

Para: BARRETOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL <barretosjec@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Em 2019 foi quando começaram fazer maldade comigo, abriram Diversos processos, me Torturam, e eu nunca vi um Advogado e nunca tive Defensor. Não vou ceder em nada, que processem, não vou pagar nada, em processo nenhum, vou até última Instância, que é direito meu.

É um medo que não passa,o medo de ser Agredido pela Polícia,o medo de ser Torturado Pela Polícia,o medo de cair nas mãos de Médicos Corruptos,como foi o exame de Insanidade Mental pela IMESC, que nem olham para sua face,e julgam por uma conversa de 5 minutos e provas da Acusação.

Chega, sinto esse medo desde 2019, me tiraram estudo, dinheiro, não Vou pagar nada. Chega.

Esse sempre foi o medo dessa gente, um pobre lutar pelos seus direitos.

-Joaquim Pedro

'ANEXO - ÔNUS PRECEDENTE À NULIDADES PROCESSUAIS'

Justíce Park <parkjustice46@gmail.com>

Qua, 09/02/2022 10:32

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1

**ÔNUS E PROVAS -
IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO, CONTAMINAÇÃO, TRAFICO DE
INFLUÊNCIA, PREVARICAÇÃO E PREJUÍZO**

Nº RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, RG 20.252.741, CPF 133.036.496-18, Reside Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP, Profissão empresário e estudante. Vem a Vossa Excelência, vênha máxima, em tempo hábil e oportuno qualifica-se na epígrafe dos autos deste abaixo, sob o **RECURSO DE INSTRUMENTO DE AGRAVO COM PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS COM MANDADO DE SEGURANÇA**, (oriundo das ações Processuais nº: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-36.2020.8.26.0390. Ensejo a Vossas Excelência com fundamentos nos fulcros: **art. 246 – CPC; art. 144 ao art. 148 do Novo – CPC; art. 64 ao 69 – CPC; art. 332 – CP, art. 357 – CP; Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. art. 151 – CC, art. 146 – CP, art 322 – CP**

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2

ÔNUS E PROVA

Responsabilidade Civil

Art 927 par únic. , art 186 par únic do CC

Coação

Art 151 do CC

Influencia do Julgador Criminal

Art 935 par únic do CC

Contestação

art 300 par únic , art 301, inciso I, II, III, VI e IX do CPC

Abuso de Poder – Circunstâncias Agravantes

Art 61, I, g, do CP, art 350, par únic, do CP

Perigo a vida e a Saúde de Outrem

Art 132 , par únic, do CP

Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral

Art 181, par únic , do CPP , da Lei 8.862, de 28 de Março de 1994

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador , Heitor Donizete de Oliveira, meus
Singelos Protestos e Considerações

*O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo
clima da época “*

Segue...

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-
36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390,
1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP
– NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 3
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Excelentíssimo Doutor Relator, máxima vênia; o que ensejo em tela abaixo é a evidência probatória do ato ilegal do Ministério Público, como na forma da lei em epígrafe .

Art. 5º, inciso IV, Constituição Federal

“É livre a manifestação de pensamento , sendo vedado o anonimato “

Elevado respeito a Colenda Corte, de estima, considerações e respeito .

Ao Relator

Diante dos eventos e fatos que assim tornaram conhecido a 12ª Câmara Criminal ; na essência límpida e inalterável da legislação, visando atender as necessidades legais no amparo civil.

Venho apresentar os motivos que me levaram ter essa posição, na forma da lei

Contestação Art 300 par únic do CPC, da Lei 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

“Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.”

Contestação Art 301, inciso I, II ,III, VI e IX do CPC , da Lei 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

I - inexistência ou nulidade da citação; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

4

II - incompetência absoluta; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973

III - inépcia da petição inicial; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973

VI - coisa julgada; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

IX - convenção de arbitragem; (Redação dada pela Lei nº 9.307, de 23.9.1996)

Influência do Julgador Criminal Art 935, par único do CC

“A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”

Presente fatos, a qual o réu Joaquim Pedro de Moraes Filho é acusado diversas vezes por Crime de Calúnia, promovido pelo facultado nobre representante ministerial, Carlos Bruno Gaya da Costa, sendo este causador de eventos massivo (discorre nos trâmites processuais) de Vingança, cujo autoria pende para Acusação. No demais, segue...

Proc. nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (distribuído 12/11/2021) , em tramite; e, fase de recurso, proc. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 (distribuído 07/03/2019); outro, em trâmite, visto com decidido intimação compulsória, proc. Nº 1001416-48.2021.8.26.0390 (distribuído 14/09/2021.), e, por fim, inquérito policial cujo autor Carlos Bruno Gaya da Costa -MP' Configura Vitima do Acusado Joaquim Pedro, proc . Nº 1500012-36.2020.8.26.0390 (distribuído 10/01/2020). Salienta observar, que usufrui das suas prerrogativas para Violar

Contraditório e a Ampla Defesa do réu, inciso LV do art. 5º CF, dispõe:

“aos litigantes, em processo distribuidora judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 5
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Examina-se que não se difere o Promotor do juiz designado Marcelo Haggi Andreotti (cessado sua designação 14/01/20 21) que usara de suas atribuições para prática ilegal do exercício , expedindo ofício de prisão proc. nº1500106-18.2019.8.26.0390 fls. 1479/ 1480 . No tanger os processos em sua fase encontra-se Incompatibilidade e Impedimento pelo Nobre Ministério Público ; a maneira que atua como ‘ acusação e vitima ‘ não escusa . Em tela abaixo, segue a cronologia.

- 1) Inquérito Policial nº 1500012-36.2020.8.26.0390 – Vítima: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 2) Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390 (Segredo de Justiça) – Autor da Ação: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 3) Ação Penal nº 1604783-23.2021.8.26.0390 (Segredo de Justiça) – Autor: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 4) Ação Penal nº 1500106-18.2019.8.26.0390 – Autor : Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**



 **e-SAJ** | Consulta de ... 

1500012-36.2020.8.26.0390

Classe
Inquérito Policial

Assunto
Difamação

Foro
Foro de Nova Granada

Vara
Vara Única

Juiz
GABRIEL ALBIERI



Distribuição
10/01/2020 às 08:58 - Livre

Controle

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

7

**PARTES DO PROCESSO**

Autor	Justiça Pública
Averiguado	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Vítima	FABIANO RODRIGUES CREPALDI
Vítima	CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Vítima	SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO
Vítima	ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS

[^Recolher](#)

MOVIMENTAÇÕES

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

8

Ação Civil promovida pela MP. - tela abaixo. Proc nº 1001416-48.2021.8.2021.

MPSP | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

fls. 9

necessárias) que vier(em) a avaliá-lo, observadas as normas de saúde (e demais) vigentes e pertinentes .

i) a imposição de multa diária ao município demandado, que requer seja fixada em 01 (um) salário mínimo, após o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da intimação do deferimento da tutela liminar ou definitiva, em relação à internação compulsória, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

Dá-se à causa, apenas para fins de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), deixando de se pleitear a condenação dos réus em custas e honorários.

Nova Granada, data do protocolo.

Carlos Bruno Gaya da Costa
Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Página 9 de 9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 14/09/2021 às 18:34, sob o número 1001416-48.2021.8.26.0390. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7382780.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

9

Proc nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (tela abaixo)

MPSP	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA	fs. 70
Nova Granada, data do protocolo.			
Carlos Bruno Gaya da Costa			
Promotor de Justiça			
Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro Nova Granada/SP			
Página 2 de 5			

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 31/01/2022 às 14:54, sob o número WNGA22/00011313. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7BCD647.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOARETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 11 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Coação 151, par. único, do CC

“A coação, para viciar e declaração da vontade, há de ser tal que incita ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua família, ou aos bens”

Em observância, podemos vislumbrar também, no ato de fiscalizador, administrador no tanger ao ordenamento jurídico, representante, membro do corpo ministerial, promotor facultado, Carlos Bruno Gaya da Costa, no uso da sua Atribuída Autonomia – Procedimentos Própria da Promotoria violou os códigos éticos ostentando ilegalmente dos dispositivos art 332 – CP, art 319 – CP; configurado como ‘Vítima no inquérito policial 1500012-36.2020.8.26.0390(dilação de prazo há 2 anos, ainda continua) , e promovendo acusações e representando ‘vítimas’ no proc nº 1500106-18.2019.8.26.0390, estas, encontram -se no mesmo inquérito do promotor configurado’. Utiliza-se ele da mesma ‘técnica argumentativa’ que usará no trâmite nº 1500106-18.2019.8.26.0390 , e, com adjunto pedido, nº 10001416-48.2021.8.26.0390 , também tentar aplicar no trâmite processual nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (suspenso ação penal para realizar ,em apenso, Incidente de Exame de Sanidade Mental.

O ‘Tráfico de Influência’, a qual, bem empréstimo pelo nobre promotor, favoreceu em todas as etapas premeditadas e beneficiadas os que julgaram nestas ações civis e penais. No uso da Autonomia – Procedimentos próprio da Promotoria, ficou conferido a estratégia da acusação de promover ‘Atos de Vingança’ contra o réu Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Como se não bastasse, influi também a ‘Prevaricação’ do promotor, que por meios, de interesse pessoal no caso, com sentimentos facciosos procura métodos ‘ilegais’ para camuflar o ressentimento e confundir o juízo do caso.

Em tela abaixo, podemos acompanhar a tática injetada com base em artigos da lei para alçar prestígio de sua conduta ‘plausível’ do promotor, por discurrir com prudência todos os trâmites que lhe fora responsabilizado arguir contra o acusado. Confronto com os arts..

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 12
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abuso de Poder Art 61, I, g do CP

“Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério, ou profissão.”

Abuso de Poder Arr 350, par único, do CP

“ Ordenar ou excitar medidas privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder “

Exames – Laudo Art 181, par único, do CPP

“ No caso de inobservância de formalidade, ou no caso de omissão, obscuridade, ou contradição, a autoridade judiciária mandará suprir a formalidade, complementar ou esclarecer laudo.”

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMARA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

13

fls. 91

Foro de Nova Granada
Certidão - Processo 1001416-48.2021.8.26.0390

Emitido em: 30/09/2021 01:50
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1206/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/09/2021. Considera-se a data de publicação em 01/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:
05/10/2021 - São Benedito - Prorrogação
11/10/2021 à 11/10/2021 - Suspensão de expediente - Prov. CSM nº 2584/2020 - Suspensão
12/10/2021 - Nossa Senhora Aparecida - Prorrogação

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do ato: "Vistos. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM, qualificados no inicial, objetivando, em sede de tutela de urgência, que a segunda requerida providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, a este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, e, após referido tratamento, internação involuntária em clínica especializada. O direito fundamental à saúde, constitucionalmente assegurado, prevê em seu artigo 196/CF que: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação gn. Outrossim, entende-se por "Estado" o ente político, podendo ser a União, os Estados ou os Municípios. Competência concorrente. Por sua vez, a internação compulsória está prevista na lei para aplicação naquelas situações em que há a necessidade de intervenção estatal (questão de saúde pública), mas não há solicitação de internação por familiar, ocasião em que o pedido pode ser realizado diretamente pelo Ministério Público ou órgão público de saúde perante o juiz competente. Ainda, de acordo com o artigo 6º, caput, da Lei nº 10.216/01: A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Os elementos constantes nos autos evidenciam a probabilidade do direito reclamado, diante do laudo médico legal juntado às fls. 17/20, realizado por ocasião do PANI nº MP 36.0351.0000262/2021, atestando que o Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho é portador de personalidade paranoide, bem como o perigo de dano, diante da recusa em iniciar voluntariamente o tratamento especializado recomendado, a fim de lhe garantir uma melhor adaptação afetiva e social e conter as externalizações das reações inadequadas (postagens difamatórias). Nesse sentido: AÇÃO DE INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA - Elementos dos autos que evidenciam a aplicabilidade do art. 4º da Lei nº 10.216/2001 - Requisito elencado no art. 6º caput da Lei nº 10.216/2001 que foi cumprido - Relatório efetuado por profissionais de saúde mental que evidencia o quadro psicótico e de esquizofrenia aguda da agravante, que tende à piora se a paciente permanecer desatendida e isolada - Inexistência de violação à Constituição Federal - Internação compulsória também prevista no art. 1.777 do CC - Precedentes do STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO". (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2068067-25.2014.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator: ALEXANDRE MARCONDES, Data de Julgamento: 2.9.2014). Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar à Prefeitura Municipal de IcêM que providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

14

fls. 92

Foro de Nova Granada
Cartidão - Processo 1001416-48.2021.8.26.0390

Emido em: 30/09/2021 01:50
Página: 2

alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00, a qual, uma vez devida, reverter-se-á ao Fundo Estadual para Reparação de Interesses Difusos Lesados. Oficie-se. Após a comunicação da disponibilização da respectiva vaga hospitalar, expeça-se mandado de condução coercitiva do correquendo Joaquim Pedro de Moraes Filho, ficando autorizada, se necessário, a requisição de força policial para integral cumprimento. Cite-se e intime-se a Prefeitura Municipal de Içem para cumprimento da tutela de urgência, bem como, para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal, com as advertências de praxe. Via digitalmente assinada desta decisão servirá como carta precatória. Intime-se."

Nova Granada, 30 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7459C42.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

15



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 550 – CEP 15460-000 – ICÉM-SP
Fone(17) 3282-9111 – Fax (17) 3282-9115 – email: contato@icem.sp.gov.br
CNPJ 45.726.742/0001-37

fls. 94

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA COMARCA
DE NOVA GRANADA - SP

Processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390

MM Juiz:

Conforme relatório em anexo, apesar do Departamento de Saúde ter providenciado local para a internação compulsória do senhor JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, este não fora localizado.

Segundo informações da Polícia Civil, pesa contra o mesmo mandado de prisão que ainda não foi cumprido por não ser encontrado/localizado no município.

Nestes termos, pede deferimento.

Icém, 15 de setembro de 2021.

Rafael Felisbino de Aquino Silva
OAB/SP 333.128

Nelson Jacob Caminada Filho
OAB/SP 254.371

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAEL FELISBINO DE AQUINO SILVA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 07/10/2021 às 16:16, sob o número WNGA21700149664. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7541241.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 16
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Citação e Condução Coercitiva art 260 CPP – Contraditório e da Ampla Defesa
art 5º, LV, CF (violado)

“Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença”

Proc nº 1001416-48.2021.8.26.0390 – Ação Coletiva

A citação abaixo datada 17/11/2021, fl 102 , realizada 25/11, após Equipe Médica, Assistente Social e cinco Agentes da Polícia Militar comparecer 04/10/21 no endereço do paciente, para realização de ‘ Internação Compulsória proc nº1001416-48.2021.8.26.0390 ‘. Até a presente data, NÃO houve Defensor Público (Causídico ou MII) para fins Constitucionais de defender o interesse do paciente e pleitear sua Contestação da referida Ação Coletiva no prazo legal.

PARTES DO PROCESSO

Reqte	Ministério Público do Estado de São Paulo
Reqdo	Joaquim Pedro de Moraes Filho
Reqdo	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

^Recolher

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

17



Visualizar autos

1001416-48.2021.8.26.0390 **Segredo de Justiça**

Tramitação prioritária

Classe
Ação Civil Coletiva

Assunto
Pessoas com deficiência

Foro
Foro de Nova Granada

Vara
Vara Única

Juiz
GABRIEL ALBIERI

 Recolher

Distribuição
14/09/2021 às 18:48 - Livre

Controle
2021/002034

Área
Cível

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18

fls. 102

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova
Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
Valor da Causa: R\$ 1.000,00
Nº do Mandado: 390.2021.004133-9

Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

CITAÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

Mandado expedido em relação ao (a):

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, com endereço à Av. Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, e/ou Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icêm - SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Antônio Roberto Andolfatto de Souza

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Nova Granada, 17 de novembro de 2021.

39020210041339

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDNA DONIZETE MARCAL, liberado nos autos em 17/11/2021 às 13:27. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 77800A2.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 19 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Proc nº 1504783-23.2021.8.26.0390. fl 74 – Ação Penal . O representante dos funcionários públicos, M.M. Marcelo Haggi Andreotti, João Donizete da Cunha perante o facultado nobre promotor, Carlos Bruno, no uso da amorosidade vingativa aplica-se imperativo categórico , no uso da Prevaricação contra a ética atribuída. O fatos e eventos Prejudicou sua Capacidade de Promover Ações, quando envolvidos elementos Parciais que lhe afetou seu senso de Acusador para Vítima..

fls. 74



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo nº:	1504783-23.2021.8.26.0390
Classe - Assunto	Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor:	Justiça Pública
Averiguado	<u>JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Ignorado, Estudante, RG 45537436-3, pai JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, mãe JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem - SP</u>

JUSTIÇA GRATUITA – AÇÃO PENAL

Juiz de Direito: Dr. GABRIEL ALBIERI

Vistos.

Recebo a denúncia ofertada contra o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso no artigo Art. 138 "caput" (diversas vezes), 71 "caput" e/c Art. 141 "caput", II todos do(a) CP(Denúncia).

Acolho o pedido do Ministério Público (item "4" de fls. 69/70) e, com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, **determino a realização de exame de insanidade mental** do réu acima qualificado. Baixe a Portaria. Providencie a Serventia a instauração de incidente processual, com suspensão da presente ação penal.

Autos em: 03/02/2022 às 18:53
urimento do, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C03FF3.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

20

fls. 135



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA – RITO COMUM - PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390
 Classe – Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
 Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
 Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
 Prazo para Cumprimento: URGENTE
 Valor da Causa: R\$ 1.000,00

Tramitação prioritária
 JUSTIÇA GRATUITA
 CONFIDENCIAL

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG.

O Exmo Sr. Dr. GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe.

FINALIDADE: CITAÇÃO do requerido abaixo, para os atos e termos da ação proposta, de acordo com a seguinte decisão: "Proceda a serventia à tentativa de citação do requerido no endereço de fl. 125. Expeça-se Carta Precatória. Fl. 121: Considerando a juntada de documentos protegidos por sigilo médico, de modo a resguardar a intimidade e dignidade do paciente, nos termos do artigo 2, inciso IV, da lei 10.216/01, DEFIRO a anotação de segredo de justiça. Tarjem-se os autos."

PRAZO PARA DEFESA: 15 (quinze) dias úteis da juntada.

ADVERTÊNCIAS: 1 - Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2 - Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. 3- Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

PESSOA QUE DEVERÁ SER CITADA: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, CPF 133.036.496-18, Rua Rotary, PRÓX A 170, VW/Kombi abandonada na frente do imóvel, Vila da Matinha, CEP 38230-000, Fronteira - MG, conforme informações abaixo (ofício recebido da autoridade policial da cidade de Icê/SP):

1001416-48.2021.8.26.0390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL ALBIERI e JOEL SABINO DA COSTA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C81B1B1.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C81B1B1.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

21

fls. 75



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - 12h30min às 19h00min

Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008.

O oficial de justiça deverá indagar o acusado se possui defensor constituído e, na falta, cientificá-lo de que será nomeado Curador Especial para sua defesa.

Requisite-se pelo Módulo de Indicação de Advogados (MI), a indicação imediata de Curador Especial ao acusado, para no prazo de dez (10) dias apresentar defesa, ficando, desde agora, deferida a nomeação, concedendo-lhe vista dos autos.

Requisite-se a folha de antecedentes e eventuais certidões criminais nos termos do Prov. 49/2017.

Providencie a serventia as anotações e comunicações necessárias.

Intime-se.

Nova Granada, 02 de fevereiro de 2022.

O Oficial de Justiça deverá indagar o(a) acusado(a) se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública, certificando no mandado.

ADVERTÊNCIA: Artigo 367 do Código de Processo Penal - "O Processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo". SOB PENA DE REVELIA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL ALBIERI, liberado nos autos em 03/02/2022 às 18:53.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C03FF3.

Processo nº 1504783-23.2021.8.26.0390 - p. 2

E processo 1504783-23.2021.8.26.0390 (em tela abaixo)

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

22

Rs. 84



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, -, Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL - PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1504783-23.2021.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2295836/2021 - DEL.POLICEM, 15590367 - DEL.POLICEM, 2295836 - DEL.POLICEM**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Vítima: **MARCELO HAGGI ANDREOTTI e outro**
Prazo para Cumprimento: **60 dias**

CONFIDENCIAL

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA
DA COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL-MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: CITAÇÃO para responder à acusação, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias**. Na resposta, o(a) acusado(a) poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o limite legal, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.

O OFICIAL DE JUSTIÇA deverá indagar o(a) acusado(a) se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública. Nesta hipótese, o oficial orientará o(a) acusado(a) ou familiar a comparecer à Defensoria Pública fornecendo-lhe o endereço do referido órgão.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada]. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

PESSOA QUE DEVERÁ SER CITADA: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO,

1504783-23.2021.8.26.0390

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o número do processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C46A5F.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, lib. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o número do processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

23

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Estado 07/02/2022

fls. 85



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Estudante, RG 45537436-3, pai JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, mãe JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, Nascido 16/09/1995, Rua Rotary, próximo ao numeral 170, Vila Matinha, Fronteira-MG. Observação: em frente ao imóvel tem uma VW/Kombi abandonada.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual deprecia a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável "CUMPRA-SE", se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 07 de fevereiro de 2022. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciária.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1504783-23.2021.8.26.0390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e GABRIEL ALBERI, liberado nos autos em 07/02/2022 às 19:14. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C48A5F.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C81B1.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

24

ÔNUS PRECEDENTE À NULIDADE

Art 563 do CPP

Incompatibilidade e Impedimento – Suspeição

Art 112, par único, do CPP

Prevaricação

Art 319, par único, do CP, Decreto -Lei 2.848/40

Tráfico de Influência

art. 332 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Mandado de Segurança

**Art 5º, inciso LXIX; XXXIV , a) da Lei 1.533 de 31 de
Dezembro de 1951,**

Os enfoques adstritos, corrobora aplicabilidade imposta na lei, advém com singeleza e autossuficiência para minuciosidade que a causalidade de Prejuízo, por teor aludido em desfavor da autoria da acusação, de contrair vestígios, tentativas de ‘Prevalecer seus Procedimento com uso de Força Maior’. Para compreensão, podemos ainda mais adentrar...

Incompatibilidade e Impedimento Art 112 do CPP, Decreto Lei 3.68941

“O Juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser argüido

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 25
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.”

O Representante ministerial Assegurado na sua acusação, baseando à condução do réu, Joaquim Pedro, à diligência de icem-sp, sob ‘Forte Coação e Tortura Psíquica como fora periculoso’, por cumprimento do mandado de prisão nº1000811-39.2020.8.26.0390 – 02/07/20; subtraiu o promotor proc.nº 1500106-18.2019.8.26.0390, fl 1179 (abaixo em tela) , argumentando, em hipótese, não concreta , Incidindo um Exame de Insanidade Mental, onde Provocou ‘Marcha Processual’ sem sanar ou reversionar de sua conduta imposta contra este.

Sim, fora Premeditado com Objetivo na esfera de ‘Vingar-se’; procurando Não haver Direito Líquido e Certo para o réu, buscando Impedir o Contraditório e da Ampla Defesa do réu, visando ‘influenciar Decisões’ como sendo a acusação de mérito e considerações por sua idoneidade e intenção obscura facciosa.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

26



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.ICEM
Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42e EMITIDO:02/07/2020 10:36

FOLHA:2

2ª Via KLLQNXCBDEEFHXb

Observações:
SM-G532MT
COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIF E 01 CARTÃO DE
MEMÓRIA.
COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros
- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1
Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG
Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:

Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.

O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município, onde permanecerá a disposição da Justiça.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.
Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS
Exames requisitados: IML
Solução: APRECIACÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICEM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Es. 1127
GA20700106294
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYDA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 09/02/2022 às 13:35. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7C811B1.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 27
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prevaricação Art 319 do CP, Decreto Lei 2.848/40

*“o crime de **prevaricação** é cometido pelo funcionário público que retarda ou deixa de praticar indevidamente ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa na lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.”*

Trafico de Influência Art 322 do Decreto da Lei 2.848/40, de 07 de
Dezembro de 1940

“Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. “

<https://www.conjur.com.br/2009-mai-17/tj-sp-condenada-promotor-prevaricacao-declara-pena-prescrita>

Examina-se.V.Exa, que o ato, na prática de prevaricação, não exime do Órgão Ministerial no tanger seu representante; confronta-se o fato existe para medidas cabíveis que adque a saúde processual que fora deferida no seu funcionamento .

Recobra -se mais apreço de Urgência na apreciação elencada.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 28
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mandado de Segurança Art 5º , inciso LXIX; XXXIV, a); 105 , I, b

LXIX “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”

XXXIV a) “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

Nos limites da lei, Peço Deferimento:

V.Exa. Se parece verídica à vossa Dúvida Razoável, peço, aceite meu Pedido e Otorgue meu Requerimento.

Para o curso não viciar e padecer das Ações Civil e Penal, cabe a V.Exa decidir; pondera cautelar que, os trâmites necessita de intervenção da Corte, impedindo violações de direito. Peço que as Ações seja Anuladas e voltem ao início, e seja Destituído o Promotor Carlos Bruno Gaya da Costa..



Joaquim Pedro de Moraes Filho
20.252.741
09 de Fevereiro de 2022

“Deus Salve seu Povo” Sm.ºg

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

29



PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390 – Nova Granada

Origem: Vara Única da Comarca de Granada

Apelantes: Ministério Público

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEND A CÂMARA,

EMINENTE RELATOR,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Dr. Promotor e pelo réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, irresignados com os termos da r. sentença de fls. 1440-1455 que, julgando PROCEDENTE a pretensão punitiva, condenou o apelante a (i) 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

Em razões de apelação às fls. 1509-1513, a douta Defesa busca, preliminarmente, a revogação da prisão decretada às fls. 1479-1480, pleito prejudicado em vista de posterior decisão liminar dessa Eminente Relatoria nos autos do HC nº 2238572-75.2021.8.26.0000 (fls. 1546-1552), confirmada por essa Colenda Câmara (fls. 1656-1664). Ainda em preliminar, pretende-se a anulação da r. sentença sob o argumento de não haver alegações finais defensivas. No mérito, subscreve os termos da apelação ministerial (fls. 1490-1501 e 1633-1639).

Por meio da petição de fls. 1490-1501 o Dr. Promotor interpõe recurso de apelação cumulado com pedido de reconsideração da prisão preventiva decretada pelo MM. Juiz às fls. 1479-1480, bem como pretende que o magistrado se declare suspeito e deixe de officiar no processo por ter assumido a *"incômoda posição de juiz e vítima"*, pleitos indeferidos às fls. 1514-1515, seguindo-se o ajuizamento, pelo próprio representante do Ministério Público, do pedido de Habeas Corpus de fls. 1526-1545 em favor do acusado, com liminar deferida pelo Eminentíssimo Relator, condicionada à observância de medidas cautelares deferidas anteriormente.

Às fls. 1633-1639, constam as razões do apelo ajuizado pelo Dr. Promotor. Preliminarmente, pede a anulação da r. sentença por falta de alegações finais pela Defesa. Busca ainda que se reconheça a suspeição do magistrado prolator por não possuir mais *"isenção e serenidade necessária para análise dos fatos, por se considerar vítima do sentenciado, situação que aparentemente obnubila seu julgamento e levou a prolação de sentença desproporcional, bem como à ilegal decretação da prisão preventiva de ofício e posteriormente à publicação da sentença"*. No mérito, pede o reconhecimento da figura do crime continuado, redução da pena-base ao mínimo cominado, redução das penas em patamar máximo e fixação do regime inicial aberto para execução da pena corporal.

A título de contrarrazões, as partes se manifestaram às fls. 1642 (MP) e 1678-1681 (Defesa).

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, o parecer é pela rejeição das preliminares e, no mérito, pelo provimento parcial dos apelos.

1 – Quanto à preliminar de nulidade da r. sentença por não apresentação de alegações finais defensivas, peço vênias para subscrever trecho do parecer apresentado pelo Eminentíssimo Procurador de

Justiça Paulo Reali Nunes nos autos do Habeas Corpus de nº 2238572-75.2021.8.26.0000, julgado por essa Colenda Câmara:

"Ao que interessa, agora. Antes de mais nada, convém esclarecer a questão da irregularidade da representação processual do réu e a afirmação de que foi ele condenado sem apresentação de alegações finais. Há, de fato, uma confusão — claramente provocada pela impertinência do réu — na representação processual. Mas não é verdade que ele tenha sido condenado sem apresentação de alegações finais. Vinha ele sendo representado por defensor dativo, o advogado Sinomar de Souza Castro. Ocorre que, em 17 de dezembro de 2020, o réu constituiu defensor o advogado Marco Antonio dos Santos (fls. 1353) que, em 12 de janeiro de 2021, apresentou as alegações finais (fls. 1346-1352). O Ministério Público já havia feito isso em data anterior (fls. 1324/1326). É fato que, à frente, em 6 de maio, ainda antes da sentença, o advogado constituído renunciou ao mandato (fls. 1417). Mas a formalidade já houvera sido cumprida no exercício do mandato. Diante da renúncia, o impetrado, agindo com correta prudência, determinou a intimação do réu para constituir novo defensor, determinando, no mesmo despacho, que, caso isso não ocorresse, ficaria restaurada a nomeação do advogado Sinomar (fls. 1418), o que acabou se concretizando. O processo não padece, pois, dos vícios apontados" (destaquei).

2 - Quanto à alegada suspeição, não procede porque o MM. Juiz, embora decidindo com severidade, não excedeu limites legais nem adotou critérios desarrazoados de avaliação da prova. Por outro lado, o réu adotou conduta deliberada e reiteradamente ofensiva, interessado em afastar qualquer juiz que se disponha a julgá-lo, tendo levado inclusive ao afastamento voluntário de duas magistradas contra as quais dirigiu ofensas morais quando estavam à frente do processo. Com a devida vênia, não pode o apelante tumultuar o andamento do feito e auferir benefícios da própria torpeza ("*Nemo auditur propriam turpitudinem allegans*").

3 – No mérito, procede em parte o apelo ministerial.

Conforme a denúncia de fls. 985-989, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro. Consta, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime. Segundo se apurou, o denunciado, por não concordar com as decisões proferidas pelo ofendido Fabiano Rodrigues Crepaldi, nas ações judiciais que tramitaram nesta comarca de Nova Granada (processos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390), publicou um vídeo no Youtube imputando aos ofendidos a participação em um esquema criminoso, com intuito de auferir dinheiro e prejudicar os jurisdicionados. É dos autos que a genitora do denunciado, Josilene Lourenço Pereira, foi demandada judicialmente por cobrança de alugueres e efetuou acordo, homologado judicialmente para a solução do conflito (cf fls. 620). Sucede que, arrependendo-se da transação, Josilene recorreu da sentença homologatória, que no entanto foi mantida pelo E. Colégio Recursal de São José do Rio Preto, sendo a sucumbente despejada (autos n. 0000735-71.2016.8.26.0390 – cf fls. 628/640, 670, 677 e 705/717), fato que desagradou o denunciado. Consta que, ainda inconformada com a homologação de seu acordo levada a efeito pelo Juiz Fabiano, Josilene buscou atendimento junto aos Promotores de Justiça Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury

e José Heitor dos Santos, os quais atenderam e esclareceram referida senhora, informando que não tinham atribuições para resolver o seu inconformismo, porque se tratava de direito disponível e não envolvia interesses de menores ou incapazes, fato que novamente desagradou sobremaneira o denunciado e sua genitora. Posteriormente, JOAQUIM ingressou com ação de indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c alimentos por miserabilidade em face de seu genitor, a qual, após regular trâmite foi julgada improcedente pela vítima Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi (autos n. 1001943-73.2016.8.26.0390 – cf fls. 02/08, 362/367 e 406). Em razão desses fatos, o denunciado elaborou um vídeo e o publicou no Youtube, mencionando que o Juiz de Direito, Promotores de Justiça, além de Advogados formavam um esquema criminoso na prática de delitos de estelionato, coação, ameaça e obstrução de Justiça. No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi. Após a ilustração do “esquema”, com a imputação falsa de delitos, o denunciado mencionou quem eram os envolvidos, publicando os nomes e fotografia dos ofendidos, causando-lhes, desta forma, graves e inequívocos prejuízos à honra, imagem e boa fama (cf laudo pericial de fls.904/914). Se não bastasse, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO enviou inúmeros e-mails para órgãos correicionais e de ética narrando os mesmos fatos, atribuindo aos ofendidos a prática de infrações penais. Em um dos e-mails, o denunciado chama o Juiz de Direito e o Presidente da OAB de “corruptos” e a Promotora de “fujona” (cf fls.553/561 e 570). Os fatos tornaram conhecidos quando o denunciado encaminhou e-mail para esta Promotoria de Justiça de Nova Granada, através de seu e-mail pessoal. Apurou-se, por fim, que os delitos foram praticados contra funcionários públicos, em razão de suas funções.

Representações a fls.550, 568/569 e 582/583. Perante a Autoridade Policial, o denunciado admitiu que enviou os emails fazendo denúncias contra agentes públicos de Nova Granada (cf fls. 576/578).

Ao fim da instrução, houve por bem o MM. Juiz julgar procedente a ação penal, condenando o réu pelos fatos narrados pela denúncia, quais sejam, dois crimes de injúria contra funcionários públicos em razão de suas funções (artigos 140 c/c 141, II, do CP) e quatro crimes de calúnia contra funcionários públicos em razão de suas funções (artigos 138 c/c 141, II, do CP). Não houve insurgência quanto ao desfecho condenatório, até por quê todos os elementos de convicção colhidos ao longo do procedimento convergem nesse sentido, destacando-se a confirmação das ofensas em juízo por parte das vítimas e testemunhas (advogados que também foram alvo de referências injuriosas pelo réu), juntada de documentos, imagens e arquivo de áudio. O apelante é confesso quanto aos fatos que lhe foram imputados, embora, com a incapacidade de discernimento que parece inerente à sua patologia, não encare as próprias ações como criminosas e sim como exposição pública de pessoas que entende tenham praticado "irregularidades".

O apelo ministerial, endossado pela douta Defesa, ataca a dosimetria da reprimenda.

3-a – O Dr. Promotor busca a redução da pena-base dos crimes ao mínimo cominado. Assiste-lhe parcial razão.

Vê-se que ao definir a pena-base o MM. Juiz anotou:

"As condutas verificadas são de profunda gravidade, senão pela aptidão em violar a paz social e a ordem jurídica; ainda, o réu valeu-se de intensa covardia, utilizando-se de meios eletrônicos difusos - mídias e plataformas sociais eletrônicas - para vulnerar honra, dignidade, sossego e imagem alheias de indivíduos que se dispõem, na rotina diária a servir o Estado e contra quem, absolutamente, nada pesa, moral e

legalmente, em seu desfavor. Assim, diante da intensa gravidade do dolo e das nefastas consequências do delito, extremo as penas bases em 1 ano de detenção por cada um dos crimes de calúnia”.

Vê-se que o magistrado, salvo melhor juízo, valeu-se de expressões que, ou são inerentes aos crimes em geral (*"aptidão em violar a paz social e a ordem jurídica"*) ou carecem de concretude e especificidade (*"profunda gravidade", "gravidade do dolo", "nefastas consequências"*).

Objetivamente, tem-se que o MM. Juiz considerou a utilização pelo réu de *"meios eletrônicos difusos - mídias e plataformas sociais eletrônicas"*, circunstância que, prevista no artigo 141, inciso III, do Código Penal, constitui causa de aumento de pena de 1/3 (um terço), porém, sendo excedente e não considerada a esse título, pode ser valorada na fase do artigo 59 do Código Penal, na esteira de orientação do Colendo STJ: *"Ao exasperar a pena-base com suporte em causa de aumento excedente não utilizada para aumentar a reprimenda na terceira fase da dosimetria, não se está violando qualquer preceito legal, mas atendendo aos vetores axiológicos de individualização da pena, que orientam a busca da pena necessária e adequada à punição à prevenção de ilícitos penais, conduzindo a uma melhor adequação da sanção às circunstâncias fáticas do crime"* (AREsp 1726793 – Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Data da Publicação: 30/08/2021).

Vê-se que o MM. Juiz fixou as bases no dobro do mínimo cominado para cada crime de calúnia (aumento de seis meses para um ano) e injúria (incremento de um mês para dois meses), porém, parece-me que se faça presente apenas uma única circunstância desfavorável (aquela que constitui causa de aumento excedente), o que implicaria majorar as bases de 1/6 (um sexto).

Na segunda fase, o MM. Juiz reduziu as penas de 1/6 (um sexto) por ser o apelante confesso (artigo 65, III, d, do CP). Diante disso, nesse estágio cumpriria retornar as penas ao mínimo cominado.

Na terceira fase, o MM. Juiz aplicou a causa de aumento de 1/3 (um terço) por se tratar de crime praticado contra funcionários públicos em virtude de suas funções, nos termos do artigo 141, II, do CP, e em seguida reduziu as penas também de 1/3 (um terço) por ser o apelante semi-imputável, tal como reconhecido pelo laudo de aferição de insanidade de fls. 1320-1323, nos termos do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal.

Ou seja, ao fim das três fases da dosimetria, as penas seriam mantidas no mínimo cominado.

3.b – Não assiste razão ao Dr. Promotor quando busca redução de pena em patamar superior ao mínimo, pois, como bem observado pelo MM. Juiz, o apelante *"mais se aproxima da sanidade que de uma obscura inimputabilidade"*. De acordo com o laudo de fls. 1320-1323, JOAQUIM PEDRO era bom aluno, nunca reprovou, trabalhou com vendas por muito tempo, estava mexendo com investimento, chegou a cursar duas faculdades, tem preocupação com seu aspecto estético, estabelece bom contato verbal com o entrevistador; responde as questões formuladas de maneira prolixa e confusa; denota clara compreensão dos conteúdos perguntados, tendo atenção e memória preservadas, humor sem polarização evidente e orientação no tempo e no espaço configurada. O apelante tem inteligência relativamente bem preservada e até habilidades especiais em determinados setores. Como descreveu o Dr. Paulo Reali Nunes no parecer já referido: *"exímio esgrimista das ferramentas da internet, atazana sem cessar todos os que lhe causam alguma contrariedade: professores, promotores, juízes..."*.

3.c – Tem razão o Dr. Promotor quando busca o reconhecimento da figura do crime continuado.

Com o devido respeito, discorda-se da assertiva do MM. Juiz no sentido de que o apelante faça do crime contra a honra *"um*

verdadeiro estilo de vida” e que essa renitência criminal seja incompatível com o tratamento benéfico deferido à continuidade delitiva.

Penso que a renitência criminal do apelante decorra de sua patologia, qual seja, personalidade paranóide (CID 10 – F60.0) (fls. 1322).

Os fatos ora em julgamento foram deflagrados, basicamente, pelo insucesso do apelante e seus familiares ao final de duas ações cíveis que tramitaram no Fórum da Comarca de Nova Granada, uma em que JOAQUIM PEDRO e a irmã buscavam indenização do genitor por abandono afetivo cumulada com pedido de alimentos (1001943-73.2016.8.26.0390) e outra que resultou na saída de sua genitora do imóvel por ela locado (0000735-71.2016.8.26.0390).

Sendo típicas da personalidade paranóide a *“sensibilidade excessiva a contratempos e rejeições”* (fls. 1322, “a”), *“combativo e obstinado senso de direitos pessoais em desacordo com a situação real”* (fls. 1322, “d”) mais o *“pensamento com características por vezes delirante e prejuízo do raciocínio lógico”* (fls. 1322) e *“preocupação com explicações ‘conspiratórias’, não substanciadas”* (fls. 1322, “g”), compreende-se que o apelante tenha atribuído seu insucesso nas referidas ações não às causas objetivas e verdadeiras e sim às imaginárias maldade, conspiração e perseguição por parte dos atores processuais, inclusive advogados que o representaram e outros que sequer neles atuaram, mas exerciam funções no Fórum da Comarca de Nova Granada.

Desta forma, conclui-se que a reiteração de crimes (que o apelante sequer reconhece como tais), não é motivada por “estilo de vida”, como entendeu o MM. Juiz ao repelir a continuidade delitiva e optar pelo concurso material de penas, e sim pela doença que o leva a ter uma visão completamente distorcida da realidade. Não deve a patologia, pois, levar ao incremento da resposta penal.

Parecem-me presentes, por outro lado, os requisitos básicos, objetivos e subjetivos, para que se reconheça no caso em tela a continuidade entre os crimes contra a honra praticados pelo réu contra juízes e promotores de justiça da comarca de origem, pois ocorreram no mesmo lugar, na mesma época, com idêntico "modus operandi" (publicações na internet) e liame subjetivo consistente na imaginária situação de injustiça e perseguição movida pelos ofendidos contra o réu.

Nesse sentido: *"A jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que, para fins de reconhecimento da continuidade delitiva, o Código Penal adotou a teoria mista, segundo a qual afigura-se imprescindível o preenchimento de requisitos de ordem objetiva (mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução) e subjetiva (unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos) (RHC n. 43.601/DF, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 18/6/2014; AgRg no REsp n. 1.258.206/SP, Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 16/4/2015 e HC n. 264.649/PR, Ministro Walter de Almeida Guilherme, Desembargador convocado do TJ/SP, Quinta Turma, DJe 27/11/2014)". ("apud" Agravo de Execução Penal nº 9000878-40.2018.8.26.0032 - 12ª Câmara de Direito Criminal – TJSP – Julgado em 29 de janeiro de 2020. PAULO ROSSI, Relator).*

Caso provido o apelo neste capítulo, aguarda-se que ao apelante sejam impostas, pelo crime de "calúnia contra funcionários públicos" (4x na forma do artigo 71 do CP), sanção mínima acrescida de 1/4 (um quarto) e pelo crime de "injúria contra funcionários públicos" (2x na forma do artigo 71 do CP) a sanção mínima acrescida de 1/6 (um sexto), adotando-se critério sedimentado pelo Colendo STJ: *"Esta Corte Superior firmou a compreensão de que a fração de aumento no crime continuado é determinada em função da quantidade de delitos cometidos, 'aplicando-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6*

infrações; e 2/3, para 7 ou mais infrações" (HC 412.651/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 24/11/2017).

Aplica-se, porém, o concurso material (artigo 69 do CP) para soma das penas impostas pelos crimes de calúnia continuada e injúria continuada, em vista da natureza diversa das infrações.

As penas de multa decorrentes da prática dos 6 (seis) crimes deverão ser aplicadas "distinta e integralmente", nos termos do artigo 72 do Código Penal.

3.d – Diante da substancial redução de penas ora proposta, aliada à primariedade e semi-imputabilidade do apelante, parece-me forçosa a reforma do regime inicial para eventual execução da privativa de liberdade, fixando-se o aberto em lugar do semiaberto como entendeu o magistrado sentenciante.

Também não se vislumbra óbice à conversão da detentiva em restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade pelo prazo da pena substituída, desde que tais serviços não impliquem nem facilitem acesso a redes sociais.

Resumindo, o parecer é pela rejeição das preliminares e provimento parcial dos apelos para que as penas sejam reduzidas nos termos propostos nos itens acima (3.a/3.c), fixando-se o regime inicial aberto para execução da pena corporal com substituição por restritiva de direitos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

ELVECIO DE FARIA BARBOSA

PROCURADOR DE JUSTIÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SJ 2.2.5 - Serv. de Proces. do Acervo de Dir. Criminal
 Praça Nami Jafet, 235 - Ipiranga - Sala 04 - CEP: 04205-050

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Apelação Criminal**
 Assunto: **Calúnia**
 Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
 Partes: **é apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado/apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
 Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a)
 Desembargador(a) HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA.
 São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Eu, Carlos Alfredo Gravili, Matr. M356465, Escrevente
 Técnico Judiciário, subscrevi.

Petição, classe Liminar, Ref. ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Sex, 18/02/2022 03:29

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Esse Pedido de Liminar segue para o Juiz da Comarca de Nova Granada para ser Deferido no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, solicitado por Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Solicita-se;

O processo acima como em seu apenso em si, de Mandado de prisão, executado no ano de 2020, nele foi se subtraído pela Polícia Civil em sua suma execução, na Residência de Joaquim Pedro de Moraes Filho, Aparelhos Telefônicos do Réu Joaquim Pedro de Moraes Filho, solicita-se na presente data a Devolução ao legítimo Dono ou Familiares do Tal, tais aparelhos Telefônicos, por se tratar de um processo em Grau de Recurso e tais aparelhos nada acrescentam nas Acusações Processuais.

Por fim nada Declarar.

Dato e Assino

Joaquim Pedro de Moraes Filho
18 de Fevereiro de 2022

Anexo do RG.

ANEXO AO RECURSO ' FAZ SABER'.

Justíce Park <parkjustice46@gmail.com>

Sex, 18/02/2022 09:30

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1

Recurso nº 1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, inscrito no CPF, sob o nº 133.036.496-18, reside e domiciliado , Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, centro, na cidade de Icem -sp, vem à Vossa Excelência, por meio de minha própria representação, infra assinado, ajuizar. **PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADE PROCESSUAIS.**

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2

**Continuidade
ÔNUS E PROVA**

Contestação Abrangente

DAS INTERNAÇÃO, AÇÕES CIVIS E PENAS

“Dormientibus non succurrit jus”

AO Relator

Excelentíssimo Senhor Doutor Relator da 12ª Câmara Criminal do Estado de São Paulo. Fundamento minha Contestação disposto no art 336 – Novo CPC contra o que lhe fora relevante , em tese, pelo Órgão Ministerial, cujo este é representado pelo nobre promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**; elenco à correlaciona-lo, nas ações nº 150012-36.2020.8.26.0390 (distribuído 10/01/2020), onde o facultado membro ministerial, promotor, **Carlos Bruno**

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA DE NOVA GRANADA -SP.

3

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Gaya da Costa Configura-se ‘Vítima’ desse inquérito policial; Intuita este no prosseguimento há mais de 2 anos, sem houvera ‘Relatório Concluso’ da diligência, prorrogando a dilação de prazo; não houve decadência, com redação art 10, § 1º, § 2º e § 3º do CPP.

Ação Coletiva nº 1001416-48.2022.8.26.0390, (distribuído 14/09/2021), segredo de justiça. Reitera, ação promovida pela acusação, nobre promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**. Usando-se da facultada Autonomia da Promotoria; no que tange inconsistente à Ação, esta, ausente de justificação, mostrou-se Incompatibilidade ou Impedimento, dispositivo art. 112- CPP.

O mesmo aproveitou da oportunidade que lhe coubera para adotar medidas como “Vingador”, baseando em apenas num relatório da diligência da cidade de Icem – SP, na captura do cumprimento do Mandado de Prisão nº 1000811-39.2020.8.26.0390, em desfavor de **Joaquim Pedro de Moraes Filho**.

Não obstante, a Ação de Calúnia nº 1500106-18.2019.8.26.0390 (distribuído 07/03/2019) Suscitada pelo **nobre promotor**, após abertura de seu próprio inquérito policial; também, fora designado em operar como ‘Acusação’ nesta ação de Calúnia, e, até a presente data, sob recurso. Mui bem observada e constata a falta *aequidistans*, Restringe o Direito Fundamental do réu, dispõe nos art 93, IX, CF; art. 4º arts, inciso V - CP, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; caput do art. 2º CF, da Lei 9.784/99 e art 5º, inciso LV CF. Exime-se o nobre promotor o Direito *jusnaturalismo*, Positivo e Subjetivos em total sardíssimo.

Passo a Relatar...

V.Exa., vislumbra-se em tela abaixo o que podemos nomear, estarrecidos tal existência de teor probatório, a postura que tomara o **juiz Marcelo Haggi Andreotti**, ‘Ético Imperativo no exercício de seu Poder Discricionário de Magistrado, sob ato Inconstitucional dos dispostos art. 96, incisos I, II e III, sempre do Código Penal; art 1º ao 3º Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941 (incisos que consoa à este cenário).

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

4

O processo nº 1500106-18.2021.8.26.0390. 1º (tela) fl. 1480; 2º (tela) fl. 1229 e 3º (tela) fl. 1503 – , Ação de Calúnia . Precipualemente a verossimilhança de contundência às alegações de Tortura – Lei 9.855/97 CF, sendo nítida arguição em todo deslinde deste processo. Observa -se na 2º tela abaixo, que o réu, por meio de cartas, enquanto estava preso, avisou tanto seu patrono, como o magistrado das condições lá vivida , reportando à Tortura e Omissão art.135 CP do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940; art 127 CP, Lei nº 59/2007 de 04-09-2007; por sua vez, NÃO HOUVE sindicância, apuração e excogitação para tais NEGLIGÊNCIA, art 320, sempre do CP.

A responsabilidade recai, sim, para o **juiz Marcelo Haggi Andreotti e o diretor João Donizete da Cunha**, que , mancomunados, neste processo nº 1504783-23.2021.8.26.0390 , buscou apoio um no outro à ‘ Ocultar nas suas Consciência que o Acusam’ tornam-se ‘Vítimas’ que NÃO existe, no fulcro art 357 CP.

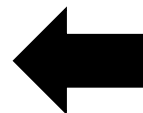
Isso posto, denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública.

Cientifique-se, imediatamente, o órgão colegiado prolator da r. decisão proferida em *Habeas Corpus* do teor desta decisão.

Expeça-se mandado de prisão.

Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

às 15:33,
1106-18.2019.8.26.0390 e código 73941C



RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

5

tal processo é de ~~competência~~ competência federal, pois envolve denúncias e acusações de escala federal.

Fiquei desde já ciente que fui agredido nesta penitenciária e ameaçado de assassinar papéis sumidos, por policiais que me ~~mataram~~ astuciosamente na prisão em 2 julho e policiais penais que me agrediram (com testemunhas). O lugar da audiência, não pude ter retirada de Direitos.

Dia 15 de outubro não iri à audiência, e entendi com ~~flauto~~ flauto de Segurança contra tal juiz; decisão. Por ó ~~congregação~~ também pagou por seu erro e método contra mim. Não que anote por isso, "Retirar Direitos, é Crime!" Joaquim Pires de Faria Filho

- 25/09/2020

BRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 02/10/2020 às 13:40.



RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

6

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação.

Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local.

A questão da internação compulsória não interfere nestes autos; e ao representante ministerial, como qualquer cidadão, recai o direito de impetrar, em prol dos direitos individuais do ora réu, ação constitucional de habeas corpus.

Intime-se.

Nova Granada, 15 de setembro de 2021.

digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 15/09/2021 às 14
15:51:15 (sa) tisp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 18/02/2022 às 14:05:15 (sa) tisp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7D3FC25.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

7

A postura do facultado promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**, não evade dos artigos citados acima, argumentado em desfavor do funcionário público, diretor penitenciário, **João Donizete**, e o magistrado, **Marcelo Haggi**, no coadjuvar da dissolução de NATUREZA ILEGAL PROMOVIDA PELO PROMOTOR, no fulcro art 16 CP, do Decreto Lei nº 3.688 de 03 de Outubro de 1941. Em tela, **processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 . fls. 06 é 07 – Ação Coletiva .**

É de suma pertinência no disposto, art 935 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002; art 322 CP, que em relevância podemos elencar a questão dos disposto Inciso LV do Art 5º da Constituição Federal de 1988, que todavia fora Restringido o Direito do Fundamental do réu .

Deixo manifestado sob Incidente de Exame de Insanidade nº 0000132-85.2022.8.26.0390 (distribuído 10/02/2022). O Constrangimento Ilegal, caput do art 146 CP, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. O Incidente de Insanidade Mental sempre fora uma forma de subterfúgio do Promotor, **Carlos Bruno**, sendo o 2º incidente da acusação para ‘Si Promover ‘, haja vista, Mandado de Intimação, deste, nº 1504783-23.2021.8.26.0390 e Mandado de Citação, Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390.

Relembro Meritíssimo, que havendo Decido de Internação Compulsória, indevidos procedimento de praxe, Citação para Contradição. Podemos contemplar a ‘Desordem Provocada pela Acusação’, o mesmo diz que o réu é ‘Incapaz’, e NÃO possui Causídico, mas ‘Existe Intenção de Vingança da Promotoria ‘. O ar **Joaquim Pedro de Moraes Filho, vem sendo ‘vítima da comarca e seus membros , fragilizando a Vítima e a família,** no caput 1ºCP, inciso li, Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 8

Provocou, o facultado membro ministerial, **Carlos Bruno**, Atos de Vingança, persuadindo e elaborando meios para levar à mérito de sua Prevaricação. Fazer-se-á repertório, quanto a sua necessidade; nessa contextura, elucida-se. 1º a 4º tela abaixo -, Ação Coletiva, nº 1001416-18.2021.8.26.0390 – fls.06 ao 07, 94, 95 e 102 Vislumbramos que o tempo Razoável para Internação é 6 meses à 1 ano, assim, o Máximo ‘Desrazoável’, é 3 anos. Compulsado com o cenário atual, não socorrendo o Direito à Contestação do réu mediante com Decidido Internação Compulsória fls.82 ao

Trata-se de prazo que não se afigura desarrazoado, tampouco desconforme aos princípios estabelecidos pela *Luta Antimanicomial* da Saúde Mental nos planos nacional e internacional, primando-se pela **excepcionalidade e brevidade da medida, consoante doutrina especializada, caso assim se afigure possível e viável**, bem como se insere no modelo de atenção à saúde mental proposto pela reforma que prima pela estruturação de

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Página 6 de 9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAR Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pai>

MPSP

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

fls. 7

uma rede de atenção integral e intersetorial, fundamentado nas diretrizes do cuidado em rede que congrega o manejo adequado da medicação/ psicoterapia/ reabilitação psicossocial.

1 às 18:34, sob o número 1001416482/2021026.0390, digito 7382780.

83.

Obs: Excelentíssimo, um agente, desprovido de sua liberdade por Mandado de Segurança – Internação Compulsória, designando pelo promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**, o acompanhamento de **Internação Involuntária** para um Hospital Psiquiátrico, tentativa de cumprimento, datado 04/11/2021, sem Mandado de Citação, prazo de Contestação, alçando contra ‘Direito inviolável do paciente’. Conquanto, contemplamos que NÃO há defensor

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

9

público; postura de Parcialidade e Vingador do Promotor Imperativo
Categórico, Carlos Bruno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 550 – CEP 15460-000 – ICÉM-SP
Fone(17) 3282-9111 – Fax (17) 3282-9115 – email: contato@icem.sp.gov.br
CNPJ 45.726.742/0001-37

fls. 94

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA COMARCA
DE NOVA GRANADA - SP

Processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390

MM Juiz:

Conforme relatório em anexo, apesar do Departamento de Saúde ter providenciado local para a internação compulsória do senhor JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, este não fora localizado.

Segundo informações da Polícia Civil, pesa contra o mesmo mandado de prisão que ainda não foi cumprido por não ser encontrado/localizado no município.

Nestes termos, pede deferimento.

Içem, 15 de setembro de 2021.

Rafael Felisbino de Aquino Silva
OAB/SP 333.128

Nelson Jacob Caminada Filho
OAB/SP 254.371

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAEL FELISBINO DE AQUINO SILVA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 07/10/2021 às 16:18, sob o número WNGA21700149954. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7541241.

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, libe
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>,
nos autos em 18/02/2022 às 13:21 .
orme o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7D3FC25.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

10



CENTRO DE SAÚDE DE ICÉM/SP

CNIS – 2039133 – IBGE 351980
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
Relatório informativo

Icém – SP, 05 de outubro de 2021

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390

Classe – Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG n. 45.537.436-3, nascido aos 16 de setembro de 1995, filho de Joaquim Pedro de Moraes e de Josilene Lourenço Pereira, residente na Avenida Horácio Borges da Silveira, n. 265 - Centro, na cidade de Icém/SP. PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento ao **Ofício processo digital – Decisão – Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo** em face de **Joaquim Pedro de Moraes Filho e Prefeitura Municipal de Icém/SP**.

No dia 04 de outubro de 2021, providenciamos local para internação compulsória em estabelecimento de saúde especializado conforme decisão, ocorreu que o requerido não foi localizado, no presente momento encontra-se em local desconhecido.

Comunico a Vossa Senhoria, a família mudou-se para outro local, residindo na Avenida Horácio Borges da Silveira, nº 265 – Centro, Icém/SP.

Atenciosamente,

Karina Juliano dos Santos

Assistente Social

Centro de Saúde de Icém/SP

Email: saudeasocial@icem.sp.gov.br

Tel: 3282 9020 - Ramal: 241

Rua Horácio Borges da Silveira, nº 521 – Centro – CEP: 15460-000
Icém/SP telefone: (017) 3282 9020

fls. 95

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAEL FELISBINO DE AQUINO SILVA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 07/10/2021 às 16:18, sob o número WNGA21700149664. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 754124A.


Presente no referido local acima, datado 04/11/2021
RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALE e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 18/02/2022 às 13:21. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7D3FC25.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

11

fls. 102

 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE NOVA GRANADA FORO DE NOVA GRANADA VARA ÚNICA AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000 Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min	
MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital	
Processo Digital nº:	1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto:	Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente	Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
Valor da Causa:	R\$ 1.000,00
Nº do Mandado:	390.2021/004133-9

Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

CITAÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

Mandado expedido em relação ao (a):

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, com endereço à Av. Horário Borges da Silveira, 265, Centro, e/ou Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icêm - SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Antônio Roberto Andolfatto de Souza

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Nova Granada, 17 de novembro de 2021.

39020210041339

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDNA DONIZETE MARCAL, liberado nos autos em 17/11/2021 às 13:27. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 77B00A2.

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 18/02/2022 às 13:21. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7D3FC25.

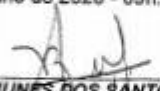
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 12
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Em base nessa arguição, segue os argumentos que levou o nobre promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**, cogitar sua acusação contra o réu **Joaquim Pedro**, nº 1500106-18.2019.8.26.0390. fl 1127. 5ª tela abaixo, podemos perceber os fundamentos vagos promovido pelo mesmo para esquivar dos eventos irreparáveis de tortura, Art. 135 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. **A diligência da cidade Icem -sp , forjou' alegações 'Idôneas da veracidade do fato,** no dispositivo, art 297 CP, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Mandado de Prisão nº 10001811-39.2020.8.26.0390, fl 14.

CERTIDÃO

Certifico ter dado CUMPRIMENTO ao presente
MANDADO DE PRISÃO, expedido em favor do(a) Sr(a) **JOAQUIM PEDRO
DE MORAIS FILHO**, na presente data e hora.

Icém/SP, 02 de Julho de 2020 - 09h:20min.



ROGÉRIO NUNES DOS SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICÉM/SP

CIENTE: 

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

do digitalmente por JULIANA GREIS SE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:57.
(/esaj/tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000811-39.2020.)

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

13



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.ICÊM
Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42 e EMITIDO:02/07/2020 10:36

FOLHA:2

2ª Via

KLLQNXCBDEEFHXb

Observações:

SM-G532MT

COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIP E 01 CARTÃO DE
MEMÓRIA.

COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.

Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1

Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG

Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.

Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:

Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.

O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município, onde permanecerá a disposição da Justiça.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.

Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS

Exames requisitados: IML

Solução: APRECIÇÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICÊM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP:
15460-000

Esse documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYDA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LIGIA PASCHOALETTI DE LIMA, liberado nos autos em 18/02/2022 às 13:21. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7D3FC25.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 14 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Na 3ª tela acima, disponha no art 1º ao 3º, Decreto-Lei 3.688, de 3 de Outubro de 1941. Por formas Arbitrária foi encaminhado por email, sem as formalidades de praxi; designando Local de Internação, nº 1001416-48.2021.8.26.0390, fl. 94; Restringindo o Direito Fundamental Inviolável da Constituição, resolução art 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988.

Refletimos Excelência: desde 2019 até 2022 o Ilustríssimo Promotor abriu três apensos, sendo um recurso.: 1º Exame de Insanidade Mental – 11/08/2020; 2º Pedido de Prisão Preventiva – 02 / 07/20 – e um processo, Ação Coletiva – 14/09/2021 e outro Recurso HC; adverte, ‘tudo promovido pelo promotor.

A 4ª tela abaixo

V.Exa, por todos meios e tentativas, o representante ministerial, **Promotor Carlos Bruno**, fez insertar conceitos da **Seara do Direito Humano**, confrontando-o com o presente cenário atual, link realidade<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/24/direitos-de-doentes-mentais-internados-em-hospitais-de-custodia-e-tema-de-debate.ghtml>; **Fundamento também com ‘Relatório da Pastoral Carcerária lança luz sobre a condição desumana de portadores de transtornos mentais esquecidos em hospitais de custódia’ – Entrevista CartaCapital .reportada 13.08.2018. -**

MENU

CartaCapital **ASSINE**

SOCIEDADE

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 15
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Manicômios judiciais funcionam como prisão e têm 'novo conceito de tortura'

Relatório da Pastoral Carcerária lança luz sobre a condição desumana de

portadores de transtornos mentais esquecidos em hospitais de custódia

POR **GIOVANNA COSTANTI** 13.08.2018 00H30



RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

16



“Dizem que não tem prisão perpétua no Brasil. Mas sabe onde tem? É aqui”. Esse foi o desabafo ouvido por uma equipe da Pastoral Carcerária em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no interior de São Paulo.

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 17 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

“O relato foi feito por um portador de transtornos mentais. Ele cometeu um delito, adentrou o sistema penal, mas não pode ser responsabilizado por suas ações. Em um local que a Pastoral chama de “manicômio judiciário”, ele cumpre sua pena, mascarada por um nome: medida de segurança.

*O relatório Hospitais-prisão: notas sobre os manicômios judiciais de São Paulo, produzido pelo grupo de trabalho Saúde Mental e Liberdade, da Arquidiocese de São Paulo e obtido com exclusividade por **CartaCapital** lança luz sobre a forma como operam as medidas de segurança e os hospitais de custódia.*

O que se viu, em visitas mensais e quinzenais aos hospitais de Franco da Rocha e Taubaté, foi que esses locais funcionam como o cárcere. Lá estão esquecidas pessoas com as quais o Estado não sabe ao certo como lidar. A situação, segundo o grupo de trabalho, é desumana.

“A lógica é totalmente manicomial. As pessoas ficam confinadas por tempo indeterminado, sem liberdade de ir e vir. O hospital de custódia é um prolongamento do sofrimento. A medida de segurança não tem prazo para acabar”, explica Caio Mader, membro do grupo de trabalho.

Além do prolongamento do cumprimento da medida, a forma como esses anos são gastos nos hospitais também preocupa a Pastoral. Há poucas atividades lúdicas ou de lazer. Em algumas unidades, os quartos – que muitas vezes abrigam uma ou duas pessoas – são chamados de celas e o horário de convivência no pátio é chamado de banho de sol. São claras alusões ao cotidiano prisional.

O sono, a refeição e as necessidades fisiológicas são todos feitos dentro da cela. Segundo Caio, há experiência de trabalho, mas a remuneração corresponde, em média, a apenas três quartos de um salário mínimo e o trabalho é manual e repetitivo.

Mauro Aranha, conselheiro e coordenador jurídico do Conselho Regional de Medicina de SP, desaprova a situação. “Não adianta tratar o
RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 18
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

transtorno mental sem prover condições mínimas de vida e ressocialização”, explica.

O que mais chamou a atenção do grupo de trabalho, entretanto, foi o que Caio chamou de “um novo conceito de tortura”: a medicalização exacerbada. Segundo eles, os remédios são usados para acalmar qualquer tipo de comportamento mais agitado. Caio afirma que é comum ver pacientes babando ou em estado de dormência. “Talvez isso seja justificado como terapêutico, mas no fim serve a outros propósitos”.

Segundo o grupo de trabalho, são as mulheres as principais vítimas desse tratamento. O remédio é uma forma de controle das emoções do que Caio chama de “feminino patologizado”, uma clara violência de gênero. Os relatos demonstram o uso excessivo de antidepressivos e calmantes. “Muitas delas enfatizam que basta chorar para que sejam imediatamente medicadas”, afirma o documento.

Para **Mauro Aranha**, essa forma de tratamento, pautada no uso excessivo de remédios e no isolamento, passa longe de ser eficiente. Pior ainda: configura desrespeito aos direitos humanos. “Do ponto de vista humanitário, é inaceitável. Essas pessoas não tiveram responsabilidade pelo ato infracional”, explica ele. “Não é uma lógica da saúde, é a lógica do crime. Não é uma lógica de um Estado que cuida da reabilitação de pessoas.”

“Se eu te der o telefone, você liga pra mim?”

Segundo Caio, a questão familiar gera muita ansiedade nas pessoas que estão sob tratamento. **Mauro** complementa que o isolamento social, comprovadamente, pode levar até mesmo o suicídio, quão grave é à saúde mental.

Em um dos hospitais havia apenas dois assistentes sociais, que não conseguiam prover o contato adequado das pessoas com o mundo externo, nem seu processo de ressocialização. “Pedi para encontrarem meu pai, mas até

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 19
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

agora não tive resposta. Se eu te der o telefone, você liga pra mim?”, foi o que ouviu o grupo em uma das visitas.

Esse tipo de pedido não aconteceu só uma vez. Em quatro anos de visitas, a ânsia pela localização da família foi uma constante. O sentimento de impotência também se personifica nos pedidos de laudos para a desinternação. “Chegamos a conhecer pessoas que ficaram por 30 anos institucionalizadas. Quanto mais tempo ela fica internada, menos ela tem autonomia ou laços familiares para que ela continue uma vida fora dos muros.”

O Supremo Tribunal Federal estabelece um tempo máximo de 30 anos para o cumprimento de pena, mas nos hospitais de custódia esse prazo não costuma ser respeitado. Muitas vezes, segundo Caio, é exigido um vínculo familiar para que a pessoa possa ser desinternada. A ironia é que os laços com parentes são quase que completamente perdidos nesse período.

“Como só há três hospitais no estado de São Paulo, você rompe totalmente os laços de pessoas que são do interior. As vezes a família tem que viajar mais de 500 km, isso sem ajuda financeira”, completa Caio, afirmando que, em geral, os pacientes vêm de cidades pequenas no interior ou de periferias da capital paulistana.

A Reforma Psiquiátrica de 2001, também conhecida como Lei Antimanicomial, gerou um modelo comunitário de tratamento e atenção à saúde mental. Os CAPS – Centros de Atenção Psicossocial – têm o papel de não afastar o paciente da sociedade. Os hospitais de custódia, segundo o relatório, colocam por água abaixo esse formato.

Quem são os “pacientes-detentos”?

“Aquele pátio tem uma cor, e não é a cor branca das pessoas de Pinheiros”, explica Caio, ao contar a sensação visual que tem ao adentrar um hospital de custódia. Segundo o relatório, assim como no sistema carcerário, os

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 20
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

pacientes cumprindo medida de segurança são, em sua maioria, negros, de classes mais baixas e não frequentaram o sistema superior de ensino.

“Algumas vezes perguntamos para a assistência social como é a família do paciente. Em geral a gente recebe como resposta: **É uma família desestruturada**”, conta Caio. “Nesses ambientes, uma família desestruturada é sinônimo de pobreza, de relações conflituosas. **Mas é também um jeito de criminalizar**. Esse termo tem uma carga preconceituosa muito forte, porque é sempre referenciado para famílias de baixa renda”.

Mauro Aranha explica que a miséria agrava o transtorno mental. Segundo o doutor, é um “ciclo injusto”, que segue a lógica da exclusão social. “É perverso você induzir a sociedade a pensar que a miséria decorre das drogas e do transtorno, quando o que acontece é o contrário”. A miséria, na verdade, é facilitadora e perpetuadora do transtorno mental.

De fato, o documento mostra que a maioria daqueles que cumprem a medida de segurança passou por uma vida repleta de entraves sociais e econômicos relacionados à pobreza e à desigualdade social. “Eles não têm uma solução mágica para a desigualdade no Brasil de um dia para o outro, o que eles têm é o antidepressivo”, afirma Caio, em uma crítica ao Estado.

“Então eles dão medicamento como se fosse uma questão ideológica. A gente tenta mostrar que não basta fechar o hospital de custódia e construir CAPS, porque o que for construído no lugar pode muito bem continuar reproduzindo essa lógica”.

Relacionadas

Giovanna

Estagiária de Jornalismo do site de CartaCapital

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 21
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo, data máxima venia; depreco, encarecidamente, o
DEFERIMENTO DE NULIDADE PROCESSUAL; demais provas, apresentarei
no curso das Ações Civil e Penal. Diante da Ausência de Ordem Jurídica, das
desconformidade com lei e 'atos de Vingança' promovida pelo Dr. Promotor,
Carlos Bruno Gaya da Costa, não nos deixa dúvida o que lhe fora ensejado.

Minhas Manifestações de Estima, Considerações e Respeito.



Joaquim Pedro de Moraes Filho

PEÇO DEFERIMENTO

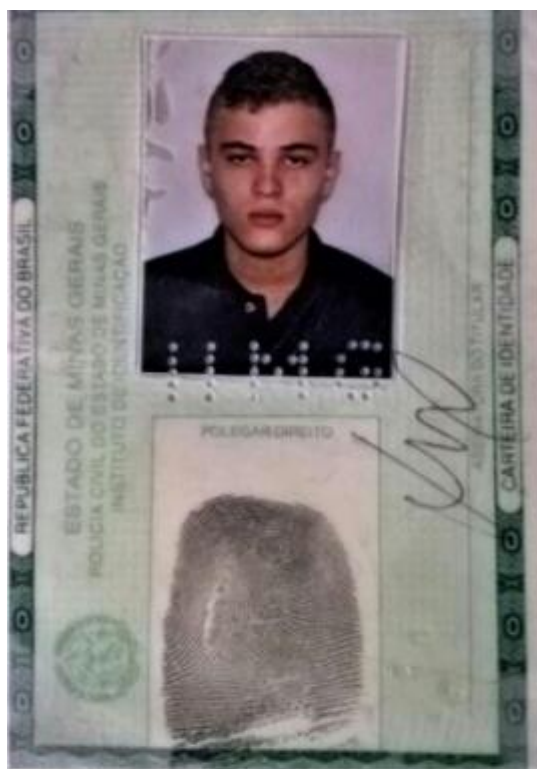
16 de Fevereiro de 2022

Salmo.70.Deus Salve seu Povo

RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

22



RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390. PROCESSOS DE ORIGEM
NSº1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-18.2021.8.26.0390, 1504783-
23.2021.8.26.0390 (apensado nº 0000132-85.2022.8.26.0390). – COMARCA
DE NOVA GRANADA -SP.

Petição, classe Liminar, Ref. ao Processo 1500106-18.2019.8.26.0390

pedro de m. filho filho <pedrodefilho@hotmail.com>

Seg, 21/02/2022 09:41

Para: Zicutake USA Comment <zicutake@live.com>; ADAMANTINA - 2 OFICIO JUDICIAL <adamant2@tjsp.jus.br>; AGUAI - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguai@tjsp.jus.br>; AGUAS DE LINDOIA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <aguaslindoia@tjsp.jus.br>; AGUDOS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <agudosinf@tjsp.jus.br>; ALTINOPOLIS - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <altinop@tjsp.jus.br>; AMERICANA-JURI EXECUCOES CRIMINAIS E DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <americanajuri@tjsp.jus.br>; AMERICO BRASILIENSE - 2 OFICIO JUDICIAL <americo2@tjsp.jus.br>; AMPARO - 2 OFICIO JUDICIAL <amparo2@tjsp.jus.br>; ANDRADINA - 3 OFICIO JUDICIAL <andradina3@tjsp.jus.br>; ANGATUBA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <angatuba@tjsp.jus.br>; APARECIDA - 2 OFICIO JUDICIAL <aparecida2@tjsp.jus.br>; APIAI - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <apiaiinf@tjsp.jus.br>; ARARACATUBA - OFICIO JUDICIAL <araracatubainf@tjsp.jus.br>; ARARAQUARA - OFICIO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <araraqinf@tjsp.jus.br>; ARARAS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <ararasinf@tjsp.jus.br>; ARTUR NOGUEIRA - OFICIO JUDICIAL <arturnogueira@tjsp.jus.br>; ARUJA - 2 OFICIO JUDICIAL <aruja2@tjsp.jus.br>; ASSIS - 3 OFICIO CRIMINAL <assis3cr@tjsp.jus.br>; ASSIS - ANEXO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE <assisinf@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Esse Pedido de Liminar segue para o Juiz da Comarca de Nova Granada para ser Deferido no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390, solicitado por Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Solicita-se;

O processo acima como em seu apenso em si, de Mandado de prisão, executado no ano de 2020, nele foi se subtraído pela Polícia Civil em sua suma execução, na Residência de Joaquim Pedro de Moraes Filho, Aparelhos Telefônicos do Réu Joaquim Pedro de Moraes Filho, solicita-se na presente data a Devolução ao legítimo Dono ou Familiares do Tal, tais aparelhos Telefônicos, por se tratar de um processo em Grau de Recurso e tais aparelhos nada acrescentam nas Acusações Processuais.

Por fim nada Declarar.

Dato e Assino
Joaquim Pedro de Moraes Filho
18 de Fevereiro de 2022

Anexo do RG.



Original Enviado para Comarca de Nova

Granada: http://proclame281119.blogspot.com/2022/02/fw-peticao-classe-liminar-ref-ao_17.html?m=1

ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 (Continuidade e Fundamento)

Justice Park <parkjustice46@gmail.com>

Qua, 23/02/2022 09:08

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 (Nao Fracionar, apenas ao Recurso) Apenas Enfoque... Observe abaixo o Link.

<https://jus.com.br/jurisprudencia/66864/internacao-compulsoria-lei-10-216-2001-violacoes-aos-direitos-fundamentais>

NULIDADE ABSOLUTA N° DO PROCESSO : 1001416-48.2021.8.26.0390
(obs: fl. 95 Internacao Compulsoria - Arbitrariedade) , fl. 102(Citação E Condução Coercitiva) e fl. 135 - 136 (Carta Precatória - Rito Comum)
1504783-23.2021.8.26.0390 (EXAME DE INSANIDADE 0000132-85.2022.8.26.0390

ENC: ANEXAR AO RECURSO DE NULIDADE PROCESSUAIS - POR IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO - URGENTE 1500106-18.2019.8.26.0390' com você

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Seg, 21/03/2022 14:19

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

 2 anexos (2 MB)

RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf; 20220112_195502.png;

**JOEL SABINO DA COSTA**

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: Justiça Park <parkjustice46@gmail.com>**Enviado:** segunda-feira, 21 de março de 2022 13:37**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** ANEXAR AO RECURSO DE NULIDADE PROCESSUAIS - POR IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO - URGENTE 1500106-18.2019.8.26.0390' com você

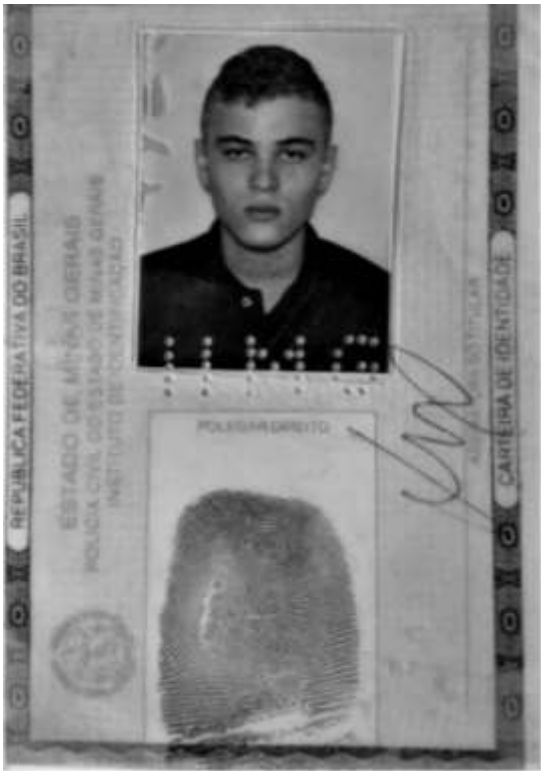
CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



EXELENTESSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 1
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Egrégio Corte

Colenda Câmara

Douta Procuradoria

Autos do Recurso Nº 1500106-18.2019.826.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, inscrito no CPF, sob o nº 133.036.496-18, reside e domiciliado , Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, centro, na cidade de Icem -sp, vem à Vossa Excelência, por meio de minha própria representação, infra assinado, ajuizar. **PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS.**

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

2

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

“O tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época”

Prévia

Excelentíssimo Senhor Doutor Relator, data vênua máxima. Acordo as consoantes normas que rege a legislação; postura que exerce a autodefesa diante da inércia do causídico, passando assim à fundamentar nos **Seção I Da Entrega de Coisa Certa (art. 806, §1º, §2º ao art. 810 do Novo CPC);**

dispõe os **Requisitos Legais para Reintegração de Posse em Ação Civil Comum** Art. 560 ao art. 566 do Novo CPC ; 172 do CPC ; Arts. 64, 65 e 66 do CPC - Da incompetência; Art 308 , § 3º e 334 Novo CPC; Art 157, § 3º e § 5º do CPP, do Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941.

Excludente primícias da marcha processual **Art 3º, inciso I ao IV, § 1º, inciso I ao II** disposto no § 1º do art. 8º desta Lei. 9.099/95,.

**A competência dos Juizados
Especiais Cíveis é delimitada pelo valor da
causa, pela matéria nela debatida, pela
qualidade das partes, e, como regra, desde
que o autor esteja inserido no âmbito do art.
8º daquele diploma legal. Contudo, as
ações sujeitas a procedimento especial, tal**

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 3
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

como a reintegração de posse, independentemente do valor que lhe fora atribuído e das partes envolvidas, refogem da competência do Juízo Especial Cível, em decorrência da circunstância de que os ritos aos quais estão sujeitos não se conformam com o procedimento especial delimitado pela Lei n.º 9.099/1995.

**20020510085232ACJ, Rel. Juiz
TEOFILO RODRIGUES CAETANO NETO,
Data do Julgamento 01/06/2004**

<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/930639270/agravo-interno-no-agravo-interno-no-agravo-em-recurso-especial-agint-no-agint-no-aresp-90747-rs-2011-0288772-6>

Parágrafo 2 Artigo 165 da Lei 13.105 de 16 de Março de 201

Os tribunais criarão centros judiciais de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

§ 1º *A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.*

§ 2º *O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio,*

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 4
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

§ 3º *O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.*

SÚMULA 211 STJ

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.

ÔNUS E PROVA

Das Ação de Calúnia

Excelentíssimo Senhor Doutor Relator, data vênua máxima, meus estimado respeito

Passo a Reportar...

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390
Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

5

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

.No ano de 2016 fora promovido uma Ação de Cobrança de Aluguel/ Sem Despejo, nº 0000735-71.2016.8.26.0390, em desfavor da Sra. **Josilene Lourenço Pereira**, com Petição Inicial fundamentada na Lei Nº 9.0099, de 26

de Setembro de 1995 – Ajuizado Especial Civil (JEC, fl. 01, 1º tela); sob o respectivo, faço menção do deslinde abaixo . Segue...

Em tela podemos acompanhar no deslinde de intencionalidade dos requerentes ou ‘ Autores ‘ Maria Aparecida de Oliveira e outro deixando evidente que estara direcionando o JEC em Ação de Procedimento Cível.

Adiante os Ritos Processuais toma novos desfecho, o que podemos protagonizar nesse fato fora a decisão Suspeita de Estelionato do MM. Fabiano Rodrigues Crepaldi; sem enfoque jurídico Reintegração de Posse contrariando resolução art. 806, §1º, §2º ao art. 810 do Novo CPC – trecho art 806, §2º”

Do mandado de citação constará ordem para imissão na posse ou busca e apreensão, conforme se tratar de bem imóvel ou móvel, cujo cumprimento se dará de imediato, se o executado não satisfizer a obrigação no prazo que lhe foi designado”.

As alegações desenroladas é de teor ciência, pois no tocante nunca no autos deste fora especulado o Mandado de Ofício de ‘Reintegração de Posse’ no Ajuizado Especial Civil, sob âmbito distinto que não se compete.

Bem citada e consciente nos autos aludido , concordância que seria transcorrido por meio legal; de antemão , nada duvidou a requerida Josilene; no que podemos vislumbrar doravante ilegalidades que pudesse suspeitar ?

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 6 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Visto, podemos concluir no dispositivo do Art 831 do CPC “A *penhora* deverá recair sobre tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios” .

Tais eventos que sucederam essa inicial não comportou do mesmo intuito, a propositura de sanar conciliando “ *amigavelmente* ” deixara desejar, as causalidade do ato decisório e posterior a petição de Recurso Inominado de Efeito Devolutivo e Suspensivo, tornara deslustrado a tese pelos membros relatores e votantes do estimado Colégio Recursal e parte contrária - acusação.

O segue sequência argumentativa, do art 319 do CP .

A primeira sessão de conciliação datada 30 de junho de 2016 , fls 17, nº 0000735-71.2016.8.26.0390 , assistindo a Advogada Plantonistas Dra . **Luciana Cristofolo de Lemos (membra da assessoria “Lemos Advogado” – fl 17, 2º tela abaixo)** ; infrutífera acordado. Assim fora marcado a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento datado 25 de julho de 2016, fl 27, bem citada a requerida sob dever e responsabilidade em gerar patrono para causa amparando- á a Justiça Gratuita – Art 334 , §9º , do Novo CPC - prazo de 30 dias antes da audiência; dada exaurida pela mesma, nada contestar.

Iniciada a segunda sessão de Conciliação , fl 29, com presença da Advogada Plantonista Dra. Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro, obs:

- 1) nesse ponto vislumbra ausência do advogado da requerida, Dr. Bruno Henrique Silvestrin Delfino, fl 29 , 3º tela abaixo ;
- 2) Superficialidade, sem enfoque argumentativo do **Ofício de Mandado de Reintegração de Posse (Prevaricação)**
- 3) Ausência da Imparcialidade do Mediador; Igualdade entre as Partes; Oralidade; Informalidade; Vontade das Partes; Busca do Senso Comum ; Confidencialidade; Boa Fé
- 4) Falta de Ética

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 7 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

3 de Agosto de 2016, fl 38, fora nomeado defensor público para ingressar com **Recurso Inominado de Efeito Devolutivo, e Suspensivo** promovido pelo Dr. **Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura com auxílio do Dr. Alberto Cristofolo de Lemos**, fl 40, 4º tela abaixo; na época **Presidente da OAB da Comarca de Nova Granada -sp sendo membro da assessoria ' Lemos Advogado "**, e atuara no processo **Abandono Afetivo N° 1001943-73.2016.8.26.0390** Art 10º do Código de Ética da OAB; Art 25º do Código de Ética da OAB. O Dr. **Antônio Alberto Cristofolo de Lemos**, sempre atuou em desfavor da família do Sr. **Joaquim Pedro de Moraes Filho** nas Ações Alimentícias promovida pela Sra. **Josilene Lourenço Pereira**

Sob o respectivo assessoramento vez que adverte em lei;

*Os **advogados** integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, não podem representar em juízo **clientes** com interesses opostos - Art 17 do Código de Ética da OAB*

Diante da recusa dos nobres operadores da Lei aceitar o caso, no que lhe restara apelar, por aceitação, Dr. **Ernandes**.

Nada reclamar, a elaboração excedeu alguns limites de ética tornando disproporcional; subsequente na **Contrarrazões ao Recurso Inominado**, dirigiu-se à manobrar ou ocultar a prática ilegal do **MM. Fabiana Rodrigues Crepaldi** postulando inexistência de "**Cobrança de Aluguel e Acessório**", ainda que fundada **NÃO** rejeita-se a '**AÇÃO DE PROCEDIMENTO CÍVEL DE IMISSÃO**

DE POSSE E SEUS REQUISITOS LEGAIS, fls. 117 e 118, 5º tela abaixo, sendo pois, desaperecebida pelos Nobres Julgadores do Colégio Recurso e baseando mais nas ofensas e constrangimento ilegal da requerida Josilene, que

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTESSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 8
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

a mesma causara Ato de Má Fé, desfocou a Prevaricação e suposto Estelionato do cometida Juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

9

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1ª TELA

fls. 1



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA**

Av. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Anexo, Cep. 15.440-000 - Fone-0xx17-3261-2399

Proc. n.º

Audiência: 25/08/2016 - Hora: 19:20

Data de Entrada: 28/04/2016

AUTOR (A): 1-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA E/OU 2- OSÓRIO GARCIA DE OLIVEIRA, 1- CPF: 109.500.908-75, 2- CPF: 184.241.048-20, com endereço a Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, nº 670, Centro, ICÉM-SP.

REU (RÉ) (S): JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, residente na Rua Professor José Maria Rodrigues Batata, Nº 895 (praça João do Carmo), Centro, Icém - SP.

AÇÃO: CONDENAÇÃO EM DINHEIRO **VALOR:** R\$ 2.096,84
Pedido escrito () . Pedido oral (X) - Quant. docs:

HISTÓRICO

DOS FATOS: Alega o(a) autor(a) que é credor(a) do(a) requerido(a) da importância supramencionada, dívida esta referente ao não pagamento de 04 (quatro) meses de aluguel, referente ao mês de janeiro a abril de 2016, sendo cada aluguel mensal no valor de 500,00 (quinhentos reais) mensais, e ao não pagamento de Contas de Energia (CPFL), referente ao mês de Março e Abril de 2016, alegou ainda que apesar de diversas tentativas amigáveis para RECEBIMENTO do que lhe é devido, não obteve êxito; esgotados os meios extrajudiciais para resolver o litígio o(a) requerente ingressa com a presente ação. DO PEDIDO: Requer o (a) autor (a), com base no 14 da Lei n.º 9.099/95, a citação do (a) requerido(a) e CONDENAÇÃO do mesmo ao pagamento do valor de R\$ 2.096,84 (Dois Mil, Noventa e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos) corrigido com juros e correção monetária a partir do vencimento, na forma da Lei, e ainda, as prerrogativas do artigo 172, § 2º, do CPC, para as diligências do Sr. oficial de justiça. Nada mais. Eu, JOSE EMILIO T. LOPES, ESCRIVENTE TÉCNICO, digitei a pedido do autor(a) e subscrevi.

DEMAIS REQUERIMENTOS:

Desde já o(a) autor(a) requer: 1. A expedição de mandado de citação com benefícios do parágrafo 2º do Art. 172 do CPC. E a citação por hora certa; 2. Caso o réu seja pessoa jurídica e se for necessário: a desconsideração da personalidade jurídica da empresa - ré que encerrou irregularmente suas atividades, com o prosseguimento da ação contra seus dirigentes, expedindo-se ofício à Junta Comercial para fornecimento dos dados necessários sobre os sócios; e, 3. Após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou procedente o pedido (total ou parcialmente), o início da execução, com elaboração do cálculo de liquidação e a expedição de mandado de penhora e de estimativa de valor. O(A) AUTOR(A), declara estar ciente das disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 9.099/95, e, assim, caso não haja acordo, renuncia, desde logo, o eventual valor que exceda ao mínimo legal. Declara, ainda estar ciente da data e hora da audiência marcada, e que o seu não comparecimento implicará na extinção do feito. Declara também, estar ciente do "roteiro" dos processos de conhecimento.

Icém - SP, 28 de ABRIL de 2016.

Maria Aparecida de Oliveira
AUTOR(A) 1

Osório Garcia de Oliveira
AUTOR(A) 2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TEREZINHA VIRGO FARTO, liberado nos autos em 02/05/2016 às 15:10. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2015.8.26.0390 e código 8A3790.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 10 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2ª TELA

fls. 17



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada
FORO DE NOVA GRANADA
JUZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
AV. DR. HILDEBERTO DE A. FERREIRA, 1001, NOVA GRANADA -
SP - CEP 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO INFRUTÍFERA

Processo nº:	0000735-71.2016.8.26.0390
Classe - Assunto	Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente:	Ozório Garcia de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira
Requerido:	Josilene Lourenço Pereira, CPF 462.642.724-34
Data da audiência:	30 de junho de 2016

Aos 30 de junho de 2016, às 18:15 horas, nesta cidade e Comarca de Nova Granada, na sala de audiências do Juízo de Direito Diretor do Juizado Especial Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito Titular, Exmo(a): Sr(a): Dr(a): **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo escrevente, abaixo assinado. Apregoadas as partes às 21:41 horas relativamente a este feito de Procedimento do Juizado Especial Cível, n.º 486/16, figurando as partes supracitadas. Presentes o(a) requerente e a requerida assistida pela Advogada Plantonista **LUCIANA CRISTOFOLLO LEMOS**. Iniciados os trabalhos em fase de conciliação, pelo(a) DD. Conciliador(a) Dra. **NEUZA DAS GRAÇAS S. DA SILVA** esta restou INFRUTIFERO. As partes requereram a designação de Audiência de Instrução e Julgamento. Em seguida, o feito foi concluso ao MM. Juiz(a) que deliberou o seguinte: **"Consertados os autos tornem conclusos par nova deliberação. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Nada mais."** Eu, _____ (José Emílio T. Lopes), Escrivão Judicial II, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ(A): _____

DD. CONCILIADOR(A): _____

DD. ADVOGADO(A): _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

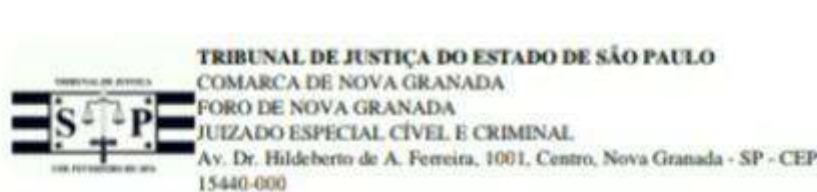
FABIANO RODRIGUES CREPALDI e MARILENE PEREIRA DE SOUZA, liberado nos autos em 06/07/2016 às 13:37.
 adigital@tjsp.jus.br ConferênciaDocumento.do, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código A79800.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

11

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
3ª TELA**



TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº:	0000735-71.2016.8.26.0390
Classe - Assunto	Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerentes:	Maria Aparecida de Oliveira - presente Osório Garcia de Oliveira - presente
Advogado:	- AUSENTE
Requerida:	Josilene Lourenço Pereira - presente
Advogada:	- AUSENTE
Advogada Plantonista:	Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro - OAB/SP 223.494 - presente
Data da audiência:	25/07/2016 às 11h30min

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apreguadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou **frutífera, nos seguintes termos**: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. **Pelo MM. Juiz foi decidido**: "Vistos. 1. **Homologo**, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo **extinto** o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'b', do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.". Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:

A do original, assinado digitalmente por FABIANO RODRIGUES CREPALDI, liberado nos autos em 25/07/2016 às 13:06, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 8168FA.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
4ª TELA**

Requer a requerida os benefícios da assistência judiciária gratuita, vez que é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração.

Requer, que referido recurso seja recebido em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, em decorrência da grave lesão e dano irreparável que o não recebimento no efeito suspensivo, possa acarretar a parte uma vez que é pessoa idosa, com filhos doentes (atestado médico faz prova) e não tem para onde ir.

Termos em que
P. deferimento.

Nova Granada SP, 04 de Agosto de 2016.

ANTONIO ALBERTO C. LEMOS
ADV OAB/SP 113.902

ERNANDES D. A. LEMOS de MOURA
ADV OAB/SP 304.627

fls. 40

DE INQUIRIRIA e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 04/08/2016 às 16:40, sob o número WNCJA16700041597
Aumento do: informe o processo 00007315-71-2016.8.26.0390 e código 67901B.

5ª TELA

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sou pela manutenção da r. Sentença homologatória hostilizada, porquanto ineffectível quanto aos seus termos, bem dirimindo as questões postas à lume de discussão nos autos.

Com manifesto propósito de induzir este Órgão Judicial em erro, vem a recorrente/requerida, por documento cursivamente elaborado (fls. 53/55), proferir ilação quanto ao ato homologatório realizado pela presidência do Douto Magistrado, cuja irretocável sentença é ora recorrida, com incontestável dolo em ser alterada a verdade dos fatos lá realizados.

2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por L.A. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 7F76C9C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO São José do Rio Preto-SP

Nº Processo: 0000735-71.2016.8.26.0390

fls. 118

Igualmente, tenta a recorrente obter com o efeito suspensivo solicitado e indeferido, suspensão ou alargamento de prazo para desocupar o bem *sub judice*, prazo que, ressalta-se, voluntariamente aquiesceu.

Pois, é de concluir interposto o presente Recurso Inominado com manifesto intuito protelatório, em decorrência da alteração da verdade dos fatos processuais.

Assim, pelos próprios e jurídicos fundamentos invocados na r. decisão, e em sendo este o entendimento dos demais Juízes, **VOTO** pelo improvimento do recurso inominado interposto, condenando a recorrente/requerida por litigância de má-fé, razão pela qual deve arcar com a sanção no importe de 1 (um) salário mínimo, em benefício da parte prejudicada, conforme dispõe o artigo 80, incisos II e VII, c.c. artigo 81, § 2º, do Código de Processo Civil, sendo inaplicável à multa os auspícios da gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98, § 4º do CPC.

Sem custas, à vista da gratuidade de justiça, arcando a recorrente/vencida com honorários de advogado, ora arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (um mil reais), cuja exigibilidade fica condicionada à ocorrência da hipótese tratada no artigo 98, § 3º do CPC.

LAVÍNIO PASCHOALÃO

Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LAVÍNIO PASCHOALÃO, liberado nos autos em 27/11/2017 às 09:15. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 1158877.

48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0211),
36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente
85.2022.8.26.0390)

01416-
1500012-
0000132-

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 14 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em tela abaixo, datada 25/07/2016 , Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento; advogada' Plantonista' representante por ambas partes Dra. **Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro**, sendo Ausente o patrono da requerente Maria Aparecida de Oliveira e outro, Dr. Bruno Henrique Silvestrin Delfino, 6ªtela .

Equidistante os requisitos legais; inércia da representante legal , dispõe Novo Código de Ética da OAB, Art 2º , inciso VII a) “ Utilizar de Influência indevida, em seu benefício ou do cliente ; Art. 11,

O advogado, no exercício do mandato, atua como patrono da parte, cumprindo-lhe, por isso, imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, sem se subordinar a intenções contrárias do cliente, mas, antes, procurando esclarecê-lo quanto à estratégia traçada.

Na ocasião apresentada não há equívoco no que fora interpretado no decido pelo MM.Fabiano Rodrigues Crepaldi por tratar-se de contundência do ato que, diante do litígio que fora demandado em desfavor da requerida Sra. Josilene Lourenço Pereira , não havendo sinais de dúvidas, sem formas legal da lei, homologara o Magistrado de intencional Parcialidade para célere produtividade com prejuízo irreparável Art 171 do CP , do Decreto da Lei Nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – **cominado dos incisos dessas art.**

Justifica o lapso que a requerida tomara no curso processual o Direito Subjetivo ao ingressar com recurso, desprovida de defesa e coagida - Constrangimento Ilegal, Art 146 do CP, da Lei 2.848/40; consoar com a Incompetência decisória de Reintegração de Posse Arbitrário , não seguindo nenhum fundamento oportuno naquela presente ocasião.

Pois, ainda que **consentido voluntariamente , a reintegração de posse recai na Fugilidade; Vicia; Desproporciona , Incompetência e fora do**


Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

15

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Procedimento Comum Civil, ocorre abstração genérica tornado -se
 adjudica. - 6º TELA

fls. 29



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
 Av. Dr. Hildeberto de A. Ferreira, 1001, Centro, Nova Granada - SP - CEP
 15440-000

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: 0000735-71.2016.8.26.0390
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Requerentes: Maria Aparecida de Oliveira - presente
 Osório Garcia de Oliveira - presente
 Advogado: - AUSENTE

Requerida: Josilene Lourenço Pereira - presente
 Advogado: - AUSENTE

Advogada Plantonista: Miriam Martha de Souza Barbeiro Ribeiro - OAB/SP 223.494 - presente

Data da audiência: 25/07/2016 às 11h30min

Aos 25 de julho de 2016, às 11 horas e 30 minutos, na sala de audiências do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Nova Granada, Comarca de Nova Granada, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **FABIANO RODRIGUES CREPALDI**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, houve os comparecimentos acima. **Iniciados os trabalhos**, tentada a conciliação pelo MM. Juiz restou *frutífera, nos seguintes termos*: 1- A requerida se compromete em desocupar o imóvel dos autores no dia 10 de agosto de 2016 e os autores se comprometem a entregar nesta data em dinheiro a requerida a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a requerida dá integral quitação neste ato para que a mesma procure outro imóvel para locação; 2- Caso não haja a desocupação no prazo, deverá ser expedido mandado de reintegração de posse. Pelo MM. Juiz foi decidido: "Vistos. 1. *Homologo*, para que produza seus efeitos jurídicos, o acordo acima entabulado entre as partes e, por conseguinte, julgo *extinto* o presente processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'b', do NCPC. 2. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária, expeça-se mandado de reintegração de posse com reforço policial se necessário; 3- Isento de custas. Publicada em audiência. Partes intimadas. Aguarde-se o cumprimento do acordo.". Nada mais. Eu, José Antônio Vazquez Castro Junior, digitei.

MM.Juiz:

Requerente:

Requerida:

Advogada Plantonista:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIANO RODRIGUES CREPALDI, liberado nos autos em 25/07/2016 às 13:06. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código B16EFA.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

16

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª TELA**

fls. 114

Colégio Recursal - São José do Rio Preto
Processamento de Turmas
Relatório Tira de Julgamento

Emitido: 23/11/2017 12:03

3ª Turma Cível


Nº do processo	Número de ordem
0000735-71.2016.8.26.0390	112
Pauta	
Publicado em	Julgado em
	21 de novembro de 2017
Retificado em	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Juiz (a)	
Lincoln Augusto Casconí - S.J.Rio Preto	

Recurso Inominado

Comarca

Nova Granada

Turma Julgadora

Relator(a): Lavinio Donizetti Paschoalão - S.J.Rio	Voto:
2º juiz(a): Preto	
3º juiz(a): Antonio Roberto Andolfato de Sousa - S.J.Rio Preto	
Lincoln Augusto Casconí - S.J.Rio Preto	

Juiz de 1ª Instância

Fabiano Rodrigues Crepaldi

Partes e advogados

Recorrente : Josilene Lourenço Pereira
Advogado : Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura (OAB: 304627/SP)
Recorrida : Maria Aparecida de Oliveira
Recorrido : Ozório Garcia de Oliveira
Advogado : Bruno Henrique Silvestrin Delfino (OAB: 164977/SP)

Súmula

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, POR V. U.

Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.
Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo<<
Campo excluído do banco de dados >>
Impedido(s):

Jurisprudência

SAJ/SG5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIELA BETTI RIBEIRO, liberado nos autos em 23/11/2017 às 12:04.
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000735-71.2016.8.26.0390 e código 1148 EFL.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 17
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

--	--	--

A 7º tela acima , 3º turma julgadora, incluía ,por peculiaridade, de doravante processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 , fl 91 e 92 8º tela abaixo – Ação Coletiva / Sem Ampla Defesa Art 5º, inciso , LV da Constituição Federal de 1988, atuação do Meritíssimo Juiz Votante na Ação de Cobrança de Aluguel /Sem Despejo nº 0000735-71.2016.8.26.0390 , fl 114 , Dr. Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza(3º Vara Civil de São José do Rio Preto -sp) que julgou a presente a **Ação Coletiva**,

Ciente todavia, fl 91 e 92 – 8º tela abaixo , da Ação de Internação Compulsória , eximindo o réu Joaquim Pedro de Moraes Filho do seu Direito Inviolável de Ampla Defesa, incumbiu, tão somente a Prefeitura Municipal de Icem-sp à contestação do mesmo , que nada fez ou fizera para Ampara-lo Constitucionalmente.

Conquanto, enfática e pertinaz Comarca de Nova Granada, no uso atribuído de sua funções pelo facultado nobre promotor , **Carlos Bruno Gaya da Costa** em ir contramão da Reforma Psiquiátrica de 2019 , não seguindo os **Ritos** , mas agindo de **Agressiva Perseguição vingativa** .

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 18 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nesse cenário elencado ensejo, o **Juiz Antônio Roberto Andolfatto de Souza**, delegou seu *Poder Discricionário Ético Imperativo* para julgar causa **incompatível** com mérito.

Visto o decidido é **Contaminado por Culpabilidade versa o Impedimento e Suspeição**; como não houve norteamto de Ampla Defesa – Contestação do Sr. **Joaquim Pedro**, aplicabilidade para sanar agora o processo nº 10001416-48.2021.8.26.0390, e, em todos processos tramitando no “rodapé”, somente será possível com **Nulidade**, pois vem sendo **promovido pelo Órgão Ministerial, nobre promotor, Carlos Bruno Gaya da Costa**, cujo os processos encontra-se no seu Poder: **movimentação, petição, incidentes, recurso e Ações Civil e Criminal**. CC - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002

Institui o Código Civil.

Art. 935. *A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal*

TELA 8º

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 19 12ª CÂMARA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1206/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/09/2021. Considera-se a data de publicação em 01/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:
05/10/2021 - São Benedito - Padroeiro - Prorrogação
11/10/2021 à 11/10/2021 - Suspensão de expediente - Prov. CSM nº 2584/2020 - Suspensão
12/10/2021 - Nossa Senhora Aparecida - Prorrogação

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do ato: 'Vistos. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM, qualificados no inicial, objetivando, em sede de tutela de urgência, que a segunda requerida providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, a este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, e, após referido tratamento, internação involuntária em clínica especializada. O direito fundamental à saúde, constitucionalmente assegurado, prevê em seu artigo 196/CF que: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Outrossim, entende-se por "Estado" o ente político, podendo ser a União, os Estados ou os Municípios. Competência concorrente. Por sua vez, a internação compulsória está prevista na lei para aplicação naquelas situações em que há a necessidade de intervenção estatal (questão de saúde pública), mas não há solicitação de internação por familiar, ocasião em que o pedido pode ser realizado diretamente pelo Ministério Público ou órgão público de saúde perante o juiz competente. Ainda, de acordo com o artigo 8º, caput, da Lei nº 10.216/01: A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Os elementos constantes nos autos evidenciam a probabilidade do direito reclamado, diante do laudo médico legal juntado às fls. 17/20, realizado por ocasião do PANI nº MP 36.0351.0000262/2021, atestando que o Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho é portador de personalidade paranoide, bem como o perigo de dano, diante da recusa em iniciar voluntariamente o tratamento especializado recomendado, a fim de lhe garantir uma melhor adaptação afetiva e social e conter as externalizações das reações inadequadas (postagens difamatórias). Nesse sentido: AÇÃO DE INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA - Elementos dos autos que evidenciam a aplicabilidade do art. 4º da Lei nº 10.216/2001 - Requisito elencado no art. 8º caput da Lei nº 10.216/2001 que foi cumprido - Relatório efetuado por profissionais de saúde mental que evidenciam o quadro psicótico e de esquizofrenia aguda da agravante, que tende à piora se a paciente permanecer desatendida e isolada - Inexistência de violação à Constituição Federal - Internação compulsória também prevista no art. 1.777 do CC - Precedentes do STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO', (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2066067-25.2014.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator: ALEXANDRE MARCONDES, Data de Julgamento: 2.9.2014). Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar à Prefeitura Municipal de IcêM que providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, liberado nos autos em 30/09/2021 às 01:50. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/atilagem/conferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7469C42.

fls. 92

Foto de Nova Granada
Certidão - Processo 1001416-48.2021.8.26.0390

Emissão em: 30/09/2021 01:50
Página: 2

alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00, a qual, uma vez devida, reverter-se-á ao Fundo Estadual para Reparação de Interesses Difusos Lesados. Oficie-se. Após a comunicação da disponibilização da respectiva vaga hospitalar, expeça-se mandado de condução coercitiva do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, ficando autorizada, se necessário, a requisição de força policial para integral cumprimento. Cite-se e intime-se a Prefeitura Municipal de IcêM para cumprimento da tutela de urgência, bem como, para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal, com as advertências de praxe. Via digitalmente assinada desta decisão servirá como carta precatória. Intime-se."

Nova Granada, 30 de setembro de 2021.

30/09/2021 às 01:50
1416-48.2021.8.26.0390 e código 7469C42.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

20

**EXELENTESSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
TELA 9º**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova
Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

magistrada titular, designada pelo Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo, ante o relatório policial de fl. 1034, determinou a citação por hora certa a 19.02.2010, fl. 1.028, levada a termo perante a esclarecedora certidão de fls. 1.031/1.032 a 03 de março de 2020.

Posteriormente, advogado nomeado para defender os interesses do réu declinou da atuação diante do documento de fl. 1051, onde em rede social o réu expõe ofensas graves e descabidas à magistrada Ana Carolina Marchiori Bueno Cosenzo a 02.06.2020, a qual declinou se atuar no feito, fl. 1.052.

Sob o âmbito da convivência social, consta, o réu teria sido objeto de operação policial na cidade de São José do Rio Preto-SP eis que, após disparar ofensas contra instituição de ensino superior, ainda teria ameaçado perpetrar atos bárbaros contra membros dos corpos discente e docente (fl. 828); os documentos seguintes, autuado por um advogado, vítima de ofensas difusas do réu, trazem informes colhidos na mídia sobre as condutas do réu; essas condutas são objeto de apuração na Comarca de São José do Rio Preto-SP (autos 1501594-83.2019.8.26.0359).

As transgressões morais, graves, acintosas, difusas e perpetradas nos presentes autos decorreram de inconformismo digno-se, claramente desprendido de qualquer justificativa material a posicionamentos jurisdicionais, esses, fundamentados e submetidos ao controle dos órgãos superiores e que, no Foro de Nova Granada-SP foram objeto de condução condigna às exigências processuais tal como se depreende de fl. 290/291; não diverge dessa contextura o teor do acórdão proferido nos autos 0000735-71.2016.8.26.0390 (Juizado Especial Cível), em que a genitora do ora réu teria sido despejada e, antes da análise recursal, inseriu nos autos documento cursivo devidamente rechaçado pelo i. relator e com o propósito de desqualificar o n. magistrado do feito. As provas produzidas nos presentes autos, de maneira incontestável, informam que o réu exerce de maneira reiterada e consistente ofício clandestino e juridicamente insuscetível de aceitação, representado pela depreciação e depredação da honra alheia; é o que se infere dos documentos e fls. 553 e seguintes; e-mail por ele direcionado a delegados de cúpula do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Magistrados assessores dos Desembargadores que compõem referidos órgãos, além de incluir no destino das denúncias, impregnadas de evidente teor difamatório, órgãos da segurança pública bandeirante, OAB e órgãos do Ministério Público. Nota-se que aos mesmos destinatários, o ora réu enviou notícias em juízo de servidores municipais do Município de Icém-SP.

As qualificações violadoras da dignidade das vítimas encontram-se, nos termos da denúncia ministerial, em fls. 554 e a incluir ameaças de morte ao

1500106-18.2019.8.26.0390 - lauda 4

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 22/03/2022 às 17:12. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7F76C9C.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 21 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Incorpora SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS – Acusação Causa Prejuízos faço lembrar o que ironiza com DESORDENS JURIDICAS. Também, é oportuno a Vossa Excelência pedir que reexamine em observância e ponha em lumiar conditas nesse documento à improcedência nobre promotor **Carlos Bruno**

1) Destruir, **suprimir** ou ocultar, em **benefício próprio** ou de outrem, ou em **prejuízo alheio**, **documento público** ou **particular** verdadeiro, de que não podia dispor: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular – Art 305 do CP

2) **Recusar ou omitir** dados cadastrais, registros, **documentos e informações** requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de **investigação** ou do processo: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa – Art 21 da Lei 12.850/13

3) Se **for argüida a suspeição do órgão do Ministério Público**, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias. – Art 104 do Decreto da Lei 3.689 de 03 de Outubro de 1941

4) **se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.** – Art 254 do CPP do Decreto da Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941

5) **Inovar artificialmente, na pendência de processo civil** ou administrativo, o **estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz** ou o perito: Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa; Se a inovação se **destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.**

Favorecimento pessoal - Art 347 do CP do Decreto 2.848 de 07 de Dezembro de 1940


Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 22
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TELA 10º – Inquérito policial nº 1500012-36.2020.8.26.0390

fls. 258



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA**

VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA
Autos nº 1500012-36.2020.8.26.0390

Meritíssimo Juiz:

Por primeiro, observo que me **retratei** da representação de fls. 5/6, por intermédio de ofício encaminhado para a delegacia de polícia, cuja cópia junto nesta oportunidade.

Em segundo, aponto que estou impedido de atuar no presente procedimento, com fulcro no art. 252, inciso IV, do CPP.

Informo, por fim, que comuniquei o impedimento ao Procurador-Geral de Justiça nos termos do art. 6º, do Manual de Atuação Funcional do Ministério Público.

Nova Granada, data do protocolo.

Carlos Bruno Gaya da Costa
Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 17/03/2022 às 18:12. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/postadoigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 7F2A68C.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 23
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
TELA 11º

Bs. 269

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA

Ofício n. 01/2021-PJNG

Ref: Inquérito Policial nº 1500012-36.2020.8.26.0390

Nova Granada, 07 de janeiro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Delegado:

Tendo em vista laudo de incidente de insanidade mental realizado no bojo dos autos nº 0001446-37.2020.8.26.0390, que indicou ser o investigado no inquérito policial supra portador de transtorno paranoide, apto a prejudicar a sua capacidade de determinação, me retrato quanto à representação anteriormente oferecida.


CARLOS BRUNO MOYA DA COSTA
 Promotor de Justiça

Excelentíssimo Senhor Doutor

DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR DA

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA

R. Jacinto Ruiz Garcia, 550 – Centro

Nova Granada-SP – CEP: 15440-000

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO MOYA DA COSTA, protocolado em 17/03/2022 às 18:17, sob o número WNCAP2700037332. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 7F24698.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 24 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo Relator, dia 04 / 02 / 20, Fl. 1021, neste recurso, fora designado o nobre promotor, **Carlos Bruno Gaya da Costa**; conquanto menos de um mês à sua designação o mesmo tinha “**Representado Criminalmente o Sr. Joaquim Pedro num Inquérito Policial datado 10/01/20, nº 1500012-36.2020.8.26.0390**”; assim concordância com a fl. 268, 9ª tela acima, declara o promotor **Carlos Bruno**

“Por primeiro, observo que me retratei da representação

de fls. 5/6, por intermédio de ofício encaminhado para a delegacia de polícia,

cuja cópia junto nesta oportunidade.

Em segundo, aponto que estou impedido de atuar no

presente procedimento, com fulcro no art. 252, inciso IV, do CPP.”

Durante e anterior, o órgão ministerial declara Impedido, nenhum fato, dado momento, se declara Suspeito. Segue enforcamentos:

Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

I em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;

SAJ ADV

Art 144 do Novo CPC

I. quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 25 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

IV *quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;*

§1º *Na hipótese do inciso III, o impedimento só se verifica quando o defensor público, o advogado ou o membro do Ministério Público já integrava o processo antes do início da atividade judicante do juiz.*

Art. 146 do Novo CPC. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

Art. 148 do Novo CPC. *Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:*

I. *ao membro do Ministério Público*

Durante 2 anos, 2 meses e 7 dias foram atribuído ao Dr. Promotor Carlos Bruno Gaya da Costa Promover às seguintes (antes dar ciência do seu Impedimento – 17 de Março de 2022 – RETIDO SUA “RETRAÇÃO “ NA DILIGÊNCIA POLICIAL DE NOVA GRANADA-SP DESDE 07/01/2021; ainda movendo Ações de forma CRIMINOSA : nas Ações Civil e Criminal / Incidente e Recurso . Segue.

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 26
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 1) **AÇÃO CRIMINAL – Nº 15000106-18.2019.8.26.0390**
– Calúnia – 07/03/ 2019. “ *Promotor designado 04 de Fevereiro de 2020 – CARLOS BRUNO*”

- 2) **Nº 1000811-39.2020.8.26.0390 – Prisão Preventiva**
– 07/02 /2020 . “*Pedido Promovido pelo Promotor CARLOS BRUNO*

- 3) **INCIDENTE Nº 0001446-37.2020.8.26.0390 - Exame**
de Insanidade Mental – 11/08/2020 ; Realizado – 06/11/2020 .”
A Pedido do MP CARLOS BRUNO para defesa após audiência de
Instrução, Debate e Julgamento datado 15/ 10/2020”

- 4) **Nº 1500012-36.2020.8.26.0390 – inquérito Policia -**
I 10/01/2020 . “ *Representado Criminalmente pelas Vítimas:*
PROMOTOR CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, JUIZ FABIANO
RODRIGUES CREPALDI, ADV SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO E ADV
ANTÔNIO ALBERTO CRISTOFOLO DE LEMOS . – Relatório Final
(distribuído ao cartório 04 de Março de 2022.)

- 5) **Nº 1504783-23.2021.8.26.0390 - Calúnia -**
12/11/2021 – “*Representante da suposta vítima MM.MARCELO HAGGI*
ANDREOTTI pelo Promotor CARLOS BRUNO (anteriormente operava
ambos do 1) processo citado “

- 6) **INCIDENTE Nº 0000132-85.2022.8.26.0390 -**
Exame de Insanidade Mental - 10/02/2022 – *Promovido pelo*
Promotor CARLOS BRUNO

- 7) **AÇÃO CÍVIL – Nº 1001416-48.2021.8.26.0390 –**
Ação Coletiva - 14/09/2021 “*Promovida pelo Promotor CARLOS*
BRUNO - SEM AMPLA DEFESA ;com decidido INTERNAÇÃO
COMPULSÓRIA por seu judicante Impedido e Suspeito – ANTÔNIO

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTEÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 27
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ANDOLFATTO DE SOUZA A, da 3º Vara Civil de São José do Rio

Preto.

8) N° 5000601-76.2022.8.13.0271 - Carta Precatória –
02/02/ 2022

9) RECURSOS – N° 2238572-75.2021.8.26.0000 –
Habeas Corpus - 08/10/2021 “ *Impetrante Promotor CARLOS
BRUNO*”

10) N° 1500106-18.2019.8.26.0390 - Nulidade da
Sentença – 06/12/2021 “ *Apelante Promotor CARLOS BRUNO* ”

Excelentíssimo Relator, de acordo com o dispositivo Artigo 305 do
Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 e o Art 319 do Código Penal
(Decreto-Lei 2848/40. Devido o uso **Indevido de Utilizar-se das Verbas**
Pública do Estado de São Paulo caracterizando e cominado também com o
Art 79 do Novo CPC remete -se Art 16 do CPC de 1973 – **Má Fé** .

ALEGAÇÕES FINAIS

Excelentíssimo Doutor Relator , PEÇO DEFERIMENTO.
Baseando em todas às apresentações relacionadas acima , anexo nesse
Recurso. Haja vista que trata-se de Membros Operantes do Poder

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390
Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-
48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-
36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-
85.2022.8.26.0390)

EXELENTESSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 28 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Judiciário; vosso dever de Extrema Cautela, pois exercem os referidos Cargos Públicos causam “Severos Agravos no Sistema do Poder Judiciário” nas respectivas Comarca de Nova Granada e Diligências de Icem -sp e Região.

É notório que o Órgão Ministerial representado pelo Nobre Promotor **Carlos Bruno Gaya da Costa**, declara-se **IMPEDIDO**, fl 268,

tela 9ª acima, nº **1500012-36.20208.26.0390**, sendo **Culposo e Suspeito das causas**, assim Voluntariamente constata o Documento retido na delegacia de Nova Granada até o dia 17 de Março de 2022, ocultando “Aos Olhos da Constituição – seguindo com Prevaricação art 319, Novo CPP”

Logo o mesmo, de antemão, vinha ‘Se Favorecendo’ querendo também Promover o dativo Dr. Sinomar de Souza Castro, fora lhe ofertado proposta, pelo Promotor Atribuído, **Carlos Bruno Gaya da Costa** de ‘Agilizar o Caso, diante de um “Mercado Leviano Humano”; fora “Comprado o Patrono” com préstimo “Vulgaz” – “Torpe”.

Por esta presente ocasião, neste relatório final, não se distinguem, pois fomos “telespectadores” Celebrando tais eventos neste Recurso que o MM. **Marcelo Haggi Andreotti** quis, por diversas vezes, agir com Prevaricação sendo advertido pelo Promotor Carlos Bruno, “o mesmo se portava Vítima do Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho, não podendo permanecer no processo”.

A ausência de resiliência provocou **Prejuízos**; agora podemos vislumbrar “O Verdadeiro Protagonista dessas Ações Civil, Criminal/ Recurso e Incidente”: **PROMOTOR CARLOS BRUNO CARLOS – CONTAMINADO POR CULPABILIDADE – IMPEDIDO E SUSPEITO NA**

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 29
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ATUAÇÃO DOS FEITOS PROCESSUAIS- PEDI-SE NULIDADE
COM EXTREMA URGÊNCIA, pois o citado encontra -se“
desenfreado”**

A Violação do Estado Direito Democrático - Carta Magna, transgredido pelo nobre promotor **Carlos Bruno** rejeitando à Reforma Psiquiátrica 2019, e, Ultrapassando por forma Sistemática o Sistema Jurisdicional. Por via oblíqua apropriou-se das ações irregularmente e “Criminosa” promovendo Desordem Processual.

Como não bastasse FRACIONOU O LAUDO PSQUIÁTRICO na Ação que se Configura Vítima, e “**Elaborou tese para Suspender Ação Criminal nº 1504783-23.2021.8.0390**” para “Realização de Exame Mental do Acusado **Joaquim Pedro** – Tudo deixa claro que o nobre promotor **Carlos Bruno**, “Durante e Depois” reforça sua **Promoção nestas Ações do rodapé de Internação Compulsória de Joaquim Pedro de Moraes Filho**.

Torna-se APRECIÁVEL E HARMÔNICO no tanger a Derrubada das Preliminares da Acusação apontada pelo **Nobre Procurador desta Colenda Corte**, mostrando -se “Deveras”, que a Capacidade de Determinação Prejudica do Sr.Joaquim Pedro é “Interpretada” com Serenidade, Imparcialidade – Categórico Imperativo.

Respaldo , Tortura Física e Mental, probatória, inquestionável diante de tais provas que demonstram a MALDADE que o facultado promotor com sua “influencia” causando **Desconfiança, descredibilidade e instigando faccioso sentimentos delitivos relação à legitimidade Denúncia pela Vítima Joaquim Pedro de Moraes Filho**

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 30
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PEÇO DEFERIMENTO DE NULIDADES PROCESSUAIS E O
AFASTAMENTO DEFINITIVO DO PROMOTOR CARLOS BRUNO GAYA
DA COSTA E ENVOLVIDOS.**

Por ora, Protestos de Estima Considerações e Respeito.



RG 20.252.741

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

**EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 31
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Salmo 75. Deus Salve seu Povo



Nº do RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

Originários/ Incidentes/ Procedimentos da MP e Precatória : 1001416-48.2021.8.26.0390 (precatória: 50000601-75.2022.8.13.0271), 1500012-36.2020.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390 (incidente 0000132-85.2022.8.26.0390)

ENC: Encaminhamento de documento proc. em grau de recurso (original 1500106-18.2019.8.26.0390)

SJ 5.6.2 - 12 CAMARA - CRIMINAL <sj5.6.2@tjsp.jus.br>

Qua, 09/02/2022 16:46

Para: CAMILA CAROLINE DE CARVALHO <camilacarvalho@tjsp.jus.br>

De: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Enviado: quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 13:50

Para: SJ 5.6.2 - 12 CAMARA - CRIMINAL <sj5.6.2@tjsp.jus.br>

Assunto: Encaminhamento de documento proc. em grau de recurso (original 1500106-18.2019.8.26.0390)

Prezados, boa tarde.

Reencaminho manifestação do réu referente ao processo em Grau de Recurso 1500106-18.2019.8.26.0390, tendo em vista que o anexo é direcionado ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Informo ainda que o referido anexo já foi juntado aos autos originais.
Att.



JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: Justiça Park <parkjustice46@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 10:31

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Assunto: 'ANEXO - ÔNUS PRECEDENTE À NULIDADES PROCESSUAIS'

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1

**ÔNUS E PROVAS -
IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO, CONTAMINAÇÃO, TRAFICO DE
INFLUÊNCIA, PREVARICAÇÃO E PREJUÍZO**

Nº RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, brasileiro, solteiro, RG 20.252.741, CPF 133.036.496-18, Reside Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP, Profissão empresário e estudante. Vem a Vossa Excelência, vênha máxima, em tempo hábil e oportuno qualifica-se na epígrafe dos autos deste abaixo, sob o **RECURSO DE INSTRUMENTO DE AGRAVO COM PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS COM MANDADO DE SEGURANÇA**, (oriundo das ações Processuais nº: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 0001446-36.2020.8.26.0390. Ensejo a Vossas Excelência com fundamentos nos fulcros: **art. 246 – CPC; art. 144 ao art. 148 do Novo – CPC; art. 64 ao 69 – CPC; art. 332 – CP, art. 357 – CP; Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. art. 151 – CC, art. 146 – CP, art 322 – CP**

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2

ÔNUS E PROVA

Responsabilidade Civil

Art 927 par únic. , art 186 par únic do CC

Coação

Art 151 do CC

Influencia do Julgador Criminal

Art 935 par únic do CC

Contestação

art 300 par únic , art 301, inciso I, II, III, VI e IX do CPC

Abuso de Poder – Circunstâncias Agravantes

Art 61, I, g, do CP, art 350, par únic, do CP

Perigo a vida e a Saúde de Outrem

Art 132 , par únic, do CP

Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral

Art 181, par únic , do CPP , da Lei 8.862, de 28 de Março de 1994

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador , Heitor Donizete de Oliveira, meus
Singelos Protestos e Considerações

*O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo
clima da época “*

Segue...

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-
36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390,
1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP
– NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 3
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Excelentíssimo Doutor Relator, máxima vênia; o que ensejo em tela abaixo é a evidência probatória do ato ilegal do Ministério Público, como na forma da lei em epígrafe .

Art. 5º, inciso IV, Constituição Federal

“É livre a manifestação de pensamento , sendo vedado o anonimato “

Elevado respeito a Colenda Corte, de estima, considerações e respeito .

Ao Relator

Diante dos eventos e fatos que assim tornaram conhecido a 12ª Câmara Criminal ; na essência límpida e inalterável da legislação, visando atender as necessidades legais no amparo civil.

Venho apresentar os motivos que me levaram ter essa posição, na forma da lei

Contestação Art 300 par únic do CPC, da Lei 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

“Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.”

Contestação Art 301, inciso I, II ,III, VI e IX do CPC , da Lei 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

I - inexistência ou nulidade da citação; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 4
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

II - incompetência absoluta; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973

III - inépcia da petição inicial; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973

VI - coisa julgada; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

IX - convenção de arbitragem; (Redação dada pela Lei nº 9.307, de 23.9.1996)

Influência do Julgador Criminal Art 935, par único do CC

“A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”

Presente fatos, a qual o réu Joaquim Pedro de Moraes Filho é acusado diversas vezes por Crime de Calúnia, promovido pelo facultado nobre representante ministerial, Carlos Bruno Gaya da Costa, sendo este causador de eventos massivo (discorre nos trâmites processuais) de Vingança, cujo autoria pende para Acusação. No demais, segue...

Proc. nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (distribuído 12/11/2021) , em tramite; e, fase de recurso, proc. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 (distribuído 07/03/2019); outro, em trâmite, visto com decidido intimação compulsória, proc. Nº 1001416-48.2021.8.26.0390 (distribuído 14/09/2021.), e, por fim, inquérito policial cujo autor Carlos Bruno Gaya da Costa -MP' Configura Vitima do Acusado Joaquim Pedro, proc . Nº 1500012-36.2020.8.26.0390 (distribuído 10/01/2020). Salienta observar, que usufrui das suas prerrogativas para Violar

Contraditório e a Ampla Defesa do réu, inciso LV do art. 5º CF, dispõe:

“aos litigantes, em processo distribuidora judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 5
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Examina-se que não se difere o Promotor do juiz designado Marcelo Haggi Andreotti (cessado sua designação 14/01/20 21) que usara de suas atribuições para prática ilegal do exercício , expedindo ofício de prisão proc. nº1500106-18.2019.8.26.0390 fls. 1479/ 1480 . No tanger os processos em sua fase encontra-se Incompatibilidade e Impedimento pelo Nobre Ministério Público ; a maneira que atua como ‘ acusação e vitima ‘ não escusa . Em tela abaixo, segue a cronologia.

- 1) Inquérito Policial nº 1500012-36.2020.8.26.0390 – Vítima: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 2) Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390 (Segredo de Justiça) – Autor da Ação: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 3) Ação Penal nº 1604783-23.2021.8.26.0390 (Segredo de Justiça) – Autor: Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa
- 4) Ação Penal nº 1500106-18.2019.8.26.0390 – Autor : Nobre Promotoria, Carlos Bruno Gaya da Costa

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**



 **e-SAJ** | Consulta de ... 

1500012-36.2020.8.26.0390

Classe
Inquérito Policial

Assunto
Difamação

Foro
Foro de Nova Granada

Vara
Vara Única

Juiz
GABRIEL ALBIERI



Distribuição
10/01/2020 às 08:58 - Livre

Controle

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

7



PARTES DO PROCESSO

Autor	Justiça Pública
Averiguado	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Vítima	FABIANO RODRIGUES CREPALDI
Vítima	CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Vítima	SUZANE KAREN VERRO GIACOMETO
Vítima	ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS

[^Recolher](#)

MOVIMENTAÇÕES



PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

8

Ação Civil promovida pela MP. - tela abaixo. Proc nº 1001416-48.2021.8.2021.

MPSP | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

fls. 9

necessárias) que vier(em) a avaliá-lo, observadas as normas de saúde (e demais) vigentes e pertinentes .

i) a imposição de multa diária ao município demandado, que requer seja fixada em 01 (um) salário mínimo, após o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da intimação do deferimento da tutela liminar ou definitiva, em relação à internação compulsória, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

Dá-se à causa, apenas para fins de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), deixando de se pleitear a condenação dos réus em custas e honorários.

Nova Granada, data do protocolo.

Carlos Bruno Gaya da Costa
Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Página 9 de 9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 14/09/2021 às 18:34, sob o número 1001416-48.2021.8.26.0390. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7382780.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

9

Proc nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (tela abaixo)

MPSP	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA	fs. 70
Nova Granada, data do protocolo.			
Carlos Bruno Gaya da Costa Promotor de Justiça			
Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro Nova Granada/SP			
Página 2 de 5			

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 31/01/2022 às 14:54, sob o número WN(A22/000113)3. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 78CD647.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

10

Proc nº 1500106-18.2019.8.26.0390 (tela abaixo)

fls. 1021

MPSP | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE NOVA GRANADA

Vara Única de Nova Granada
Autos n. 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz:

Considerando que o acusado JOAQUIM PEDRO DE
MORAIS FILHO tem endereço certo, porém está se ocultando, conforme certidão
de fls.1017, requeiro a citação por hora certa, nos termos do artigo 362, do Código
de Processo Penal.

Nova Granada, 4 de fevereiro de 2020.

CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA
Promotor de Justiça

Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro | Nova Granada/SP

Página 1 de 1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA, protocolado em 04/02/2020 às 18:11, sob o número WN0A20700014896
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sigla/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código AEF272C.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 11 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Coação 151, par. único, do CC

“A coação, para viciar e declaração da vontade, há de ser tal que incita ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua família, ou aos bens”

Em observância, podemos vislumbrar também, no ato de fiscalizador, administrador no tanger ao ordenamento jurídico, representante, membro do corpo ministerial, promotor facultado, Carlos Bruno Gaya da Costa, no uso da sua Atribuída Autonomia – Procedimentos Própria da Promotoria violou os códigos éticos ostentando ilegalmente dos dispositivos art 332 – CP, art 319 – CP; configurado como ‘Vítima no inquérito policial 1500012-36.2020.8.26.0390(dilação de prazo há 2 anos, ainda continua) , e promovendo acusações e representando ‘vítimas’ no proc nº 1500106-18.2019.8.26.0390, estas, encontram -se no mesmo inquérito do promotor configurado’. Utiliza-se ele da mesma ‘técnica argumentativa’ que usará no trâmite nº 1500106-18.2019.8.26.0390 , e, com adjunto pedido, nº 10001416-48.2021.8.26.0390 , também tentar aplicar no trâmite processual nº 1504783-23.2021.8.26.0390 (suspenso ação penal para realizar ,em apenso, Incidente de Exame de Sanidade Mental.

O ‘Tráfico de Influência’, a qual, bem empréstimo pelo nobre promotor, favoreceu em todas as etapas premeditadas e beneficiadas os que julgaram nestas ações civis e penais. No uso da Autonomia – Procedimentos próprio da Promotoria, ficou conferido a estratégia da acusação de promover ‘Atos de Vingança’ contra o réu Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Como se não bastasse, influi também a ‘Prevaricação’ do promotor, que por meios, de interesse pessoal no caso, com sentimentos facciosos procura métodos ‘ilegais’ para camuflar o ressentimento e confundir o juízo do caso.

Em tela abaixo, podemos acompanhar a tática injetada com base em artigos da lei para alçar prestígio de sua conduta ‘plausível’ do promotor, por discurrir com prudência todos os trâmites que lhe fora responsabilizado arguir contra o acusado. Confronto com os arts..

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 12
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abuso de Poder Art 61, I, g do CP

“Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério, ou profissão.”

Abuso de Poder Arr 350, par único, do CP

“ Ordenar ou excitar medidas privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder “

Exames – Laudo Art 181, par único, do CPP

“ No caso de inobservância de formalidade, ou no caso de omissão, obscuridade, ou contradição, a autoridade judiciária mandará suprir a formalidade, complementar ou esclarecer laudo.”

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMARA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

13

fls. 91

Foro de Nova Granada
Certidão - Processo 1001416-48.2021.8.26.0390

Emitido em: 30/09/2021 01:50
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1206/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/09/2021. Considera-se a data de publicação em 01/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:
05/10/2021 - São Benedito - Prorrogação
11/10/2021 à 11/10/2021 - Suspensão de expediente - Prov. CSM nº 2584/2020 - Suspensão
12/10/2021 - Nossa Senhora Aparecida - Prorrogação

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do ato: "Vistos. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO E PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM, qualificados no inicial, objetivando, em sede de tutela de urgência, que a segunda requerida providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, a este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, e, após referido tratamento, internação involuntária em clínica especializada. O direito fundamental à saúde, constitucionalmente assegurado, prevê em seu artigo 196/CF que: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação gn. Outrossim, entende-se por "Estado" o ente político, podendo ser a União, os Estados ou os Municípios. Competência concorrente. Por sua vez, a internação compulsória está prevista na lei para aplicação naquelas situações em que há a necessidade de intervenção estatal (questão de saúde pública), mas não há solicitação de internação por familiar, ocasião em que o pedido pode ser realizado diretamente pelo Ministério Público ou órgão público de saúde perante o juiz competente. Ainda, de acordo com o artigo 6º, caput, da Lei nº 10.216/01: A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Os elementos constantes nos autos evidenciam a probabilidade do direito reclamado, diante do laudo médico legal juntado às fls. 17/20, realizado por ocasião do PANI nº MP 36.0351.0000262/2021, atestando que o Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho é portador de personalidade paranoide, bem como o perigo de dano, diante da recusa em iniciar voluntariamente o tratamento especializado recomendado, a fim de lhe garantir uma melhor adaptação afetiva e social e conter as externalizações das reações inadequadas (postagens difamatórias). Nesse sentido: AÇÃO DE INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA - Elementos dos autos que evidenciam a aplicabilidade do art. 4º da Lei nº 10.216/2001 - Requisito elencado no art. 6º caput da Lei nº 10.216/2001 que foi cumprido - Relatório efetuado por profissionais de saúde mental que evidencia o quadro psicótico e de esquizofrenia aguda da agravante, que tende à piora se a paciente permanecer desatendida e isolada - Inexistência de violação à Constituição Federal - Internação compulsória também prevista no art. 1.777 do CC - Precedentes do STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO". (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2068067-25.2014.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator: ALEXANDRE MARCONDES, Data de Julgamento: 2.9.2014). Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar à Prefeitura Municipal de IcêM que providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, arcando com transporte, acolhimento e

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

14

fls. 92

Foro de Nova Granada
Cartidão - Processo 1001416-48.2021.8.26.0390

Emido em: 30/09/2021 01:50
Página: 2

alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00, a qual, uma vez devida, reverter-se-á ao Fundo Estadual para Reparação de Interesses Difusos Lesados. Oficie-se. Após a comunicação da disponibilização da respectiva vaga hospitalar, expeça-se mandado de condução coercitiva do correquendo Joaquim Pedro de Moraes Filho, ficando autorizada, se necessário, a requisição de força policial para integral cumprimento. Cite-se e intime-se a Prefeitura Municipal de Içem para cumprimento da tutela de urgência, bem como, para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal, com as advertências de praxe. Via digitalmente assinada desta decisão servirá como carta precatória. Intime-se."

Nova Granada, 30 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7459C42.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

15



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Rua Prof. João Ribeiro da Silveira, 550 – CEP 15460-000 – ICÉM-SP
Fone(17) 3282-9111 – Fax (17) 3282-9115 – email: contato@icem.sp.gov.br
CNPJ 45.726.742/0001-37

fls. 94

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAEL FELISBINO DE AQUINO SILVA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 07/10/2021 às 16:16, sob o número WNGA21700149664. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7541241.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA COMARCA
DE NOVA GRANADA - SP

Processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390

MM Juiz:

Conforme relatório em anexo, apesar do Departamento de Saúde ter providenciado local para a internação compulsória do senhor JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, este não fora localizado.

Segundo informações da Polícia Civil, pesa contra o mesmo mandado de prisão que ainda não foi cumprido por não ser encontrado/localizado no município.

Nestes termos, pede deferimento.

Icém, 15 de setembro de 2021.

Rafael Felisbino de Aquino Silva
OAB/SP 333.128

Nelson Jacob Caminada Filho
OAB/SP 254.371

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 16
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Citação e Condução Coercitiva art 260 CPP – Contraditório e da Ampla Defesa
art 5º, LV, CF (violado)

“Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença”

Proc nº 1001416-48.2021.8.26.0390 – Ação Coletiva

A citação abaixo datada 17/11/2021, fl 102 , realizada 25/11, após Equipe Médica, Assistente Social e cinco Agentes da Polícia Militar comparecer 04/10/21 no endereço do paciente, para realização de ‘ Internação Compulsória proc nº1001416-48.2021.8.26.0390 ‘. Até a presente data, NÃO houve Defensor Público (Causídico ou MII) para fins Constitucionais de defender o interesse do paciente e pleitear sua Contestação da referida Ação Coletiva no prazo legal.

PARTES DO PROCESSO

Reqte	Ministério Público do Estado de São Paulo
Reqdo	Joaquim Pedro de Moraes Filho
Reqdo	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

 Recolher

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

17



Visualizar autos

1001416-48.2021.8.26.0390 **Segredo de Justiça**

Tramitação prioritária

Classe
Ação Civil Coletiva

Assunto
Pessoas com deficiência

Foro
Foro de Nova Granada

Vara
Vara Única

Juiz
GABRIEL ALBIERI

 **Recolher**

Distribuição
14/09/2021 às 18:48 - Livre

Controle
2021/002034

Área
Cível

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18

fls. 102

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova
Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
Valor da Causa: R\$ 1.000,00
Nº do Mandado: 390.2021.004133-9

Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

CITAÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

Mandado expedido em relação ao (a):

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, com endereço à Av. Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, e/ou Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, CEP 15460-000, Icêm - SP

DILIGÊNCIA: Assistência Judiciária Gratuita

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Antônio Roberto Andolfatto de Souza

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjap.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Nova Granada, 17 de novembro de 2021.

39020210041339

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDNA DONIZETE MARCAL, liberado nos autos em 17/11/2021 às 13:27. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 77600A2.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 19 DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Proc nº 1504783-23.2021.8.26.0390. fl 74 – Ação Penal . O representante dos funcionários públicos, M.M. Marcelo Haggi Andreotti, João Donizete da Cunha perante o facultado nobre promotor, Carlos Bruno, no uso da amorosidade vingativa aplica-se imperativo categórico , no uso da Prevaricação contra a ética atribuída. O fatos e eventos Prejudicou sua Capacidade de Promover Ações, quando envolvidos elementos Parciais que lhe afetou seu senso de Acusador para Vítima..

fls. 74



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo nº:	1504783-23.2021.8.26.0390
Classe - Assunto	Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia
Autor:	Justiça Pública
Averiguado	<u>JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Ignorado, Estudante, RG 45537436-3, pai JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, mãe JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem - SP</u>

JUSTIÇA GRATUITA – AÇÃO PENAL

Juiz de Direito: Dr. GABRIEL ALBIERI

Vistos.

Recebo a denúncia ofertada contra o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso no artigo Art. 138 "caput" (diversas vezes), 71 "caput" e/c Art. 141 "caput", II todos do(a) CP(Denúncia).

Acolho o pedido do Ministério Público (item "4" de fls. 69/70) e, com fundamento no artigo 149 do Código de Processo Penal, **determino a realização de exame de insanidade mental** do réu acima qualificado. Baixe a Portaria. Providencie a Serventia a instauração de incidente processual, com suspensão da presente ação penal.

Autos em: 03/02/2022 às 18:53
urimento do, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 70039F3.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

20

fls. 135

 <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE NOVA GRANADA FORO DE NOVA GRANADA VARA ÚNICA Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min</p>	
CARTA PRECATÓRIA – RITO COMUM - PROCESSO DIGITAL	
Processo Digital nº:	1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto:	Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente:	Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÊM e outro
Prazo para Cumprimento:	URGENTE
Valor da Causa:	R\$ 1.000,00
Tramitação prioritária JUSTIÇA GRATUITA CONFIDENCIAL	
<p>DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA/SP DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL/MG.</p> <p>O Exmo Sr. Dr. GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei,</p> <p>FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe.</p> <p>FINALIDADE: CITAÇÃO do requerido abaixo, para os atos e termos da ação proposta, de acordo com a seguinte decisão: "Proceda a serventia à tentativa de citação do requerido no endereço de fl. 125. Expeça-se Carta Precatória. Fl. 121: Considerando a juntada de documentos protegidos por sigilo médico, de modo a resguardar a intimidade e dignidade do paciente, nos termos do artigo 2, inciso IV, da lei 10.216/01, DEFIRO a anotação de segredo de justiça. Tarjem-se os autos."</p> <p>PRAZO PARA DEFESA: 15 (quinze) dias úteis da juntada.</p> <p>ADVERTÊNCIAS: 1 - Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. 2 - Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada] ou senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. 3- Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.</p> <p>PESSOA QUE DEVERÁ SER CITADA: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG 45537436-3, CPF 133.036.496-18, Rua Rotary, PRÓX A 170, VW/Kombi abandonada na frente do imóvel, Vila da Matinha, CEP 38230-000, Fronteira - MG, conforme informações abaixo (ofício recebido da autoridade policial da cidade de Icê/SP):</p>	

1001416-48.2021.8.26.0390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL ALBIERI e JOEL SABINO DA COSTA, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 78FF957.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

21

fls. 75



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - 12h30min às 19h00min

Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008.

O oficial de justiça deverá indagar o acusado se possui defensor constituído e, na falta, cientificá-lo de que será nomeado Curador Especial para sua defesa.

Requisite-se pelo Módulo de Indicação de Advogados (MI), a indicação imediata de Curador Especial ao acusado, para no prazo de dez (10) dias apresentar defesa, ficando, desde agora, deferida a nomeação, concedendo-lhe vista dos autos.

Requisite-se a folha de antecedentes e eventuais certidões criminais nos termos do Prov. 49/2017.

Providencie a serventia as anotações e comunicações necessárias.

Intime-se.

Nova Granada, 02 de fevereiro de 2022.

O Oficial de Justiça deverá indagar o(a) acusado(a) se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública, certificando no mandado.

ADVERTÊNCIA: Artigo 367 do Código de Processo Penal - "O Processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo". SOB PENA DE REVELIA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL ALBIERI, liberado nos autos em 03/02/2022 às 18:53.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7003FF3.

Processo nº 1504783-23.2021.8.26.0390 - p. 2

E processo 1504783-23.2021.8.26.0390 (em tela abaixo)

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

22

Rs. 84



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, -, Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL - PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº: **1504783-23.2021.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2295836/2021 - DEL.POLICEM, 15590367 - DEL.POLICEM, 2295836 - DEL.POLICEM**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
Vítima: **MARCELO HAGGI ANDREOTTI e outro**
Prazo para Cumprimento: **60 dias**

CONFIDENCIAL

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE NOVA GRANADA DA COMARCA DE NOVA GRANADA

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FRUTAL-MG

O(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais desta passam a fazer parte integrante.

FINALIDADE: CITAÇÃO para responder à acusação, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias**. Na resposta, o(a) acusado(a) poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o limite legal, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008, tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.

O OFICIAL DE JUSTIÇA deverá indagar o(a) acusado(a) se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública. Nesta hipótese, o oficial orientará o(a) acusado(a) ou familiar a comparecer à Defensoria Pública fornecendo-lhe o endereço do referido órgão.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [Senha de acesso da pessoa selecionada]. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

PESSOA QUE DEVERÁ SER CITADA: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO,

1504783-23.2021.8.26.0390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e GABRIEL ALBIERI, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, na forma da lei. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o número do processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C46A5F.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

nos autos em 05/04/2022 às 18:19 :
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liber
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>

23

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Estado 07/02/2022

fls. 85



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Estudante, RG 45537436-3, pai JOAQUIM PEDRO DE MORAIS, mãe JOSILENE LOURENÇO PEREIRA, Nascido 16/09/1995, Rua Rotary, próximo ao numeral 170, Vila Matinha, Fronteira-MG. Observação: em frente ao imóvel tem uma VW/Kombi abandonada.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual deprecia a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável "CUMPRA-SE", se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Nova Granada, 07 de fevereiro de 2022. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciária.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1504783-23.2021.8.26.0390

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e GABRIEL ALBERI, liberado nos autos em 07/02/2022 às 19:14. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 7C48A5F.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

24

ÔNUS PRECEDENTE À NULIDADE

Art 563 do CPP

Incompatibilidade e Impedimento – Suspeição

Art 112, par único, do CPP

Prevaricação

Art 319, par único, do CP, Decreto -Lei 2.848/40

Tráfico de Influência

art. 332 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Mandado de Segurança

**Art 5º, inciso LXIX; XXXIV , a) da Lei 1.533 de 31 de
Dezembro de 1951,**

Os enfoques adstritos, corrobora aplicabilidade imposta na lei, advém com singeleza e autossuficiência para minuciosidade que a causalidade de Prejuízo, por teor aludido em desfavor da autoria da acusação, de contrair vestígios, tentativas de ‘Prevalecer seus Procedimento com uso de Força Maior’. Para compreensão, podemos ainda mais adentrar...

Incompatibilidade e Impedimento Art 112 do CPP, Decreto Lei 3.689/41

“O Juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser argüido

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 25
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.”

O Representante ministerial Assegurado na sua acusação, baseando à condução do réu, Joaquim Pedro, à diligência de icem-sp, sob ‘Forte Coação e Tortura Psíquica como fora periculoso’, por cumprimento do mandado de prisão nº1000811-39.2020.8.26.0390 – 02/07/20; subtraiu o promotor proc.nº 1500106-18.2019.8.26.0390, fl 1179 (abaixo em tela) , argumentando, em hipótese, não concreta , Incidindo um Exame de Insanidade Mental, onde Provocou ‘Marcha Processual’ sem sanar ou reversionar de sua conduta imposta contra este.

Sim, fora Premeditado com Objetivo na esfera de ‘Vingar-se’; procurando Não haver Direito Líquido e Certo para o réu, buscando Impedir o Contraditório e da Ampla Defesa do réu, visando ‘influenciar Decisões’ como sendo a acusação de mérito e considerações por sua idoneidade e intenção obscura facciosa.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

26



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.ICÊM
Boletim No.: 109/2020

INICIADO:02/07/2020 09:42e EMITIDO:02/07/2020 10:36

FOLHA:2

2ª Via KLLQNCBDEEFHXb

Observações:
SM-G532MT
COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIF E 01 CARTÃO DE
MEMÓRIA.
COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros
- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1
Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG
Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:

Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.

O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município, onde permanecerá a disposição da Justiça.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.
Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS
Exames requisitados: IML
Solução: APRECIACÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICÊM

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número GA20700106294. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA CAROLINE DE CARVALHO, liberado nos autos em 05/04/2022 às 18:19. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 19731290.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 27
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prevaricação Art 319 do CP, Decreto Lei 2.848/40

*“o crime de **prevaricação** é cometido pelo funcionário público que retarda ou deixa de praticar indevidamente ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa na lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.”*

Trafico de Influência Art 322 do Decreto da Lei 2.848/40, de 07 de Dezembro de 1940

“Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. “

<https://www.conjur.com.br/2009-mai-17/tj-sp-condenada-promotor-prevaricacao-declara-pena-prescrita>

Examina-se.V.Exa, que o ato, na prática de prevaricação, não exime do Órgão Ministerial no tanger seu representante; confronta-se o fato existe para medidas cabíveis que adque a saúde processual que fora deferida no seu funcionamento .

Recobra -se mais apreço de Urgência na apreciação elencada.

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR 28
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mandado de Segurança Art 5º , inciso LXIX; XXXIV, a); 105 , I, b

LXIX “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”

XXXIV a) “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

Nos limites da lei, Peço Deferimento:

V.Exa. Se parece verídica à vossa Dúvida Razoável, peço, aceite meu Pedido e Otorgue meu Requerimento.

Para o curso não viciar e padecer das Ações Civil e Penal, cabe a V.Exa decidir; pondera cautelar que, os trâmites necessita de intervenção da Corte, impedindo violações de direito. Peço que as Ações seja Anuladas e voltem ao início, e seja Destituído o Promotor Carlos Bruno Gaya da Costa..



Joaquim Pedro de Moraes Filho
20.252.741
09 de Fevereiro de 2022

“Deus Salve seu Povo” Sm.ºg

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. N° RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

29



PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
DA 12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30

PROCESSOS ORIGINÁRIOS: 1500106-18.2019.8.26.0390, 1500012-36.2020.8.26.0390, 0001446-37.2020.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390, 1504783-23.2021.8.26.0390. Nº RECURSO: 1500106-18.2019.8.26.0390 TJSP – NOVA GRANADA -SP.

⏪ Responder a todos

▼

🗑 Excluir


🚫 Lixo Eletrônico

Bloquear remetente

⋮

ENC: ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - ANALISE E NULIDADE AO DESEMBAGADOR-RELATOR

Para: SELMA APARECIDA ALVES DOS SANTOS

 Recurso.pdf

1.003 KB

▼

JOEL SABINO DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Vara Única da Comarca
AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000
Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22
E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: Justice Park <parkjustice46@hotmail.com>
Enviado: quarta-feira, 27 de abril de 2022 10:48
Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>
Cc: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>
Assunto: ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - ANALISE E NULIDADE AO DESEMBAGADOR-RELATOR

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Responder

|

Encaminhar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SELMA APARECIDA ALVES DOS SANTOS, liberado nos autos em 27/04/2022 às 17:26 . Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 81F305F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 1
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Egrégia Corte
Colenda Câmara
Douta Procuradoria

Autos do Recurso. Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, inscrito no CPF, sob o nº 133.036.496-18, reside e domiciliado , Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, centro, na cidade de Icem -sp, vem à Vossa Excelência, por meio de minha própria representação, infra assinado, ajuizar. **PEDIDO DE CONCESSÃO À NULIDADES PROCESSUAIS**

“O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época” – “ Dormientibus non succurrit jus”

Excelentíssimo Doutor Desembargador – Relator, Heitor Donizete de Oliveira, da 12º Câmara Criminal desta estimada Egrégia Corte . Minhas apresentações de protesto e elevado respeito.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 2 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉVIA

Fundamento nos fulcros 564, III, “ e”, Código Processual Penal; art 563 do Código Processual Penal; 564, inciso I, III ‘a’ do Código Processual Penal. art. 7º e 8º do Novo Código Civil/ 2015; Lei Nº 13.709 de 14 de Agosto de 2018, ; Art. 319 do Código Penal , do Decreto da Lei Nº 2848/40; Art. 43 , inciso V, do Código Penal e §1º e 2º do art da Lei 9.455/97; art 5º , LIX , da Constituição Federal.

Haja vista, que o Sr. **Joaquim Pedro** fora vinculado à várias Ações com mesmo teor aludido pela acusação que inferiu Evidência Circunstancial ocasionando Preclusão Processual; essa fora umas das formas Coercitivas da Douta da Promotoria com doravante Restrição de Direito que impetrou, atuou em seu desfavor. Conquanto, a tática acusatória provocou má interpretação do julgador, não trata-se de ‘ Fatos Novos’ , mas o mesmo oculta a Verdade dos Fatos , cenário que põe qualquer relator a ser enganado por este avultado recurso, pois, no tanger, o Órgão Ministerial obscura suas outras Ações em Andamento promovida contra a vítima, ora réu **Joaquim Pedro de Moraes Filho**. Eventos que podemos se aprofundar; analisar o ingresso (rodapé) promovido pelo Ministério Público e questionar ‘ Por quê’.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 3 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Temática do Caso

Cerceando violação explícita nos autos processuais, contrariando a marcha processual por evidências de Nulidade e Provas de Prejuízo, disposto nos art. 564, III, “e”, Código Processual Penal; art. 7º e 8º do Novo Código Civil/ 2015; Lei Nº 13.709 de 14 de Agosto de 2018, lesão de direito arguida – processo. Nº 1001416-48.2021.8.26.0390, fls 85, (DJE). Prevaricação, dispositivo art 319 do Código Penal , do Decreto da Lei Nº 2848/40; assim, por todas fórmulas aludida em juízo.

A temática do caso segue na prática nesta Ação de Calúnia, em grau de recurso, empírica vivido sob Tortura pela vítima Joaquim Pedro (nunca fora excogitada por nenhum Órgão Competente), tendo em vista, que diante das Agressões na Diligência de Icem- sp,, Centro de Detenção Provisória de Icem-sp e Paulo de Faria -sp e sob Exame de Insanidade – 06/11/2020, e na presente decisão de Internação Compulsória SEM AMPLA DEFESA.

Não podemos Caracterizar. “Capacidade de Determinação Prejudicada”, é voluntário diante desse cenário complexo usar-se de subterfúgio concordância correlativa o Estado Mental do Acusado, mas Eximir responsabilidade Provocando medidas ilegais na prática de execuções de decisões ou assim tomar, é Crime; pois , à prognose do nobre promotor em vincular Ações e Suspende—las para Instauração de Incidentes de Exame de Insanidade Mental (citada no rodapé), causando Restrição de Direito. Art 43 , inciso V, do Código Penal , da Lei 9.714 , de 25 Novembro de 1998, Crime praticado contra integridade do outrem art 129 do Código Penal; é aberração!

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

4

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Probatório cognoscível ausência de Ordem Processual. Os substrato, registro dos acontecimentos e rastros deslustrando toda marcha processual, não equidistante dos libelos de inquéritos policiais.

É afrontoso confrontar e pautar respaldo num viés divergência onde os obstáculos a ser enfrentado é de natureza jurídica, na área criminal; observância com os métodos adotados nesta seara jurídica à civis, que diariamente é- lhe Ofertado Acordo do Ministério Público à defesa, vez que o convênio da defensoria se limita em abranger casos em Estância Superiores, desse modo o acusado encontra-se à mercê, sem suporte recursal e sem argumento defensivo. Hoje em dia é fácil ser advogado – **advogado de Acordos**.

Far-se-á notório as informações, e, especular-se o motivos dessas Ações Criminais e a Civil (abaixo) de teor vinculante financiado pelo Estado seguindo mesma trajetória argumentativa de quem lhe promovera; acusação.

Ação de Difamação nº 1500012-36.2020.8.26.0390 (evolução da ação 16/04/2022)

Ação de Calúnia nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390

Ação de Calúnia nº 1504783-23.2021.8.26.0390

Incidente de Exame de Insanidade nº 0000132-85.2022.8.26.0390

Nessa esfera podemos também salientar estas ações no status quo; serventia de praxi nas juntadas de 'Peças Processuais'.

Vislumbra-se que tal esquema funcione com participação e co-participação do Ministério Público e Causídico: O promotor Oferta Acordo à defesa do ora réu em troca de penas mais brandas ou penas alternativas mesmo que seja Institucionalizado Internação Compulsória desde 2019; culpabiliza e vulnerabiliza o pleito Intencionalmente Causando Prejuízo nas Peças Processuais. Nessa fase, o dativo prejulga a marcha e baseia na Folha de Rosto. – Acordo Ofertado da MP; Honorários de Sucumbência Pagos pelo Convênio. Peço vossa Dúvida Razoável, não compete relutar contra as leis, mas estimular e apresentar a Vossa Excelência quesitos nunca fora elencados.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 5
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Em tela abaixo , demonstra a **Violação da Lei de Proteção de Dados N° 13.709/18 – LGPD.**

Passo Reportar...

Dia 28 de Setembro de 2021, nos autos da Ação Coletiva n° **1001416-48.2021.8.26.0390**, decidida pelo Doutor Juiz Designado **Antonio Andefatto de Souza**, - Internação Compulsória, publicado no **Diário Oficial**, 30 de Setembro de 2021; entrara em segredo de justiça 13 de Janeiro de 2022 a pedido do representante ministerial, e autorizado pelo Doutor Juiz **Gabriel Abieri**

2º tela abaixo , 18 de Abril de 2022 , decidido pelo Doutor Juiz **Gabriel Albrieri** da Vara Única de Nova Granada -sp, Proteção de Dados do Acusado

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS N° 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente n° 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 6
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ação Coletiva Processo Nº 1001416-48.2021.8.26.0390

DJSP 30/09/2021 - Pág. 2388 - Judicial
- 1ª Instância - Interior - Parte II - Diário
de Justiça do Estado de São Paulo

Diários Oficiais • 30/09/2021 •

Diário de Justiça do Estado de São Paulo

Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** E PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM, qualificados no inicial, objetivando, em...sede de tutela de urgência, que a segunda requerida providencie local para a internação compulsória do correquerido **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado...**Joaquim Pedro de Moraes Filho** é portador de personalidade paranoide, bem como o perigo de dano, diante da recusa em iniciar voluntariamente o tratamento especializado recomendado, a fim de lhe garantir

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

7

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Ação de Difamação Proc. Nº 1500012-26.2020.8.26.0390



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Figueira, 1001... - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - 12h30min às 19h00min

fls. 286

4) Considerando as renúncias ofertadas pelos ofendidos M. H. (fl. 74), E. A. M. Da S. De L. P. (fl. 100), A. M. T. M. (fl. 148) e da retratação da vítima C. B. G. Da C. (fls. 268/269), acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 274, item "5") e **julgo extinta a punibilidade** do investigado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, quanto ao delito praticado contra as vítimas acima, nos termos do artigo 107, inciso V (renúncia), do Código Penal. Às anotações e comunicações de praxe.

5) Diante da certidão lançada às fls. 282, bem como da ausência de ajuizamento de queixa-crime pelas vítimas H. A. S. K. V. G. (fl. 76) e A. A. C. De L. (fl. 86), acolho a manifestação do representante do Ministério Público (fls. 274, item "6") e **julgo extinta a punibilidade** do investigado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, quanto ao crime contra a honra, nos termos do artigo 107, inciso IV (decadência), do Código Penal. Às anotações e comunicações de praxe.

6) Acolho, também, o pedido formulado pelo Ministério Público e decreto o sigilo processual.

No ordenamento jurídico brasileiro, a regra é a publicidade dos atos jurisdicionais, excepcionada quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, a teor dos artigos 5º, inciso LX, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Além das hipóteses constitucionais vistas acima para a manutenção do sigilo, há a prevista no art. 792, §1º, do CPP. No presente caso, a ampla divulgação dos dados da vítima ou dos fatos que são aqui imputados ao acusado certamente poderia resultar em escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem. No mais, a imposição do segredo de justiça beneficia o próprio acusado, que não terá a sua esfera privada afetada pelos fatos que são a ele imputados pelo Ministério Público.

Importante registrar que o fato de a ação penal estar em segredo de justiça não significa que haverá uma restrição do direito de defesa ou uma violação ao processo legal, tendo em vista que as partes e advogados têm acesso a todos os atos judiciais, permitindo o conhecimento dos atos praticados, bem como o controle, na forma legal, das decisões.

Tarjem-se os autos.

Requisite-se a folha de antecedentes e eventuais certidões criminais nos termos do Prov. 49/2017. Providencie a serventia as anotações e comunicações necessárias.

Intime-se.

Nova Granada, 18 de abril de 2022.

O Oficial de Justiça deverá indagar o(a) acusado(a) se possui defensor constituído e, na falta, se deseja a imediata atuação da Defensoria Pública, certificando no mandado.

ADVERTÊNCIA: Artigo 367 do Código de Processo Penal - "O Processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo". SOB PENA DE REVELIA

Original, assinado digitalmente por GABRIEL ALBIERI, liberado nos autos em 19/04/2022 às 13:55. Se o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 815978A.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 8
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

O conteúdo abaixo. Demonstra Omissão do Órgão Fiscalizador da Administração Pública – MP - diante das provas e Coação Ilegal **art 648, inciso III do Código Penal** e **art 344 do Código Penal**.

Houve por diversas vezes Coação no Curso do Processo art 344 do Código Penal. O Juiz, Acusação, Defesa e vítimas 'doutas da lei' arroladas nesse recurso, complacente: Supressão de Documento Público, art 305 do Código Penal. incumbido ao nobre promotor que 'Ultrajou' sua atribuição causando efeito danoso aos autos das ações Coagindo a Ampla Defesa do ora réu, impetrando Remédio Constitucional para Criminalizar em Hospital Psiquiátrico sem haver Contestação conforme, fl. 94 dos autos nº **1001416-48.2021.8.26.0390 – Ação Coletiva**.

Como se não bastasse, o Dr. **Antonio Alberto Cristofolo de Lemos**, utilizou das ferramentas jurisdicional disponível para assumir como Vítima e possivelmente mudar o Curso do Processo acionando diligência e pedindo à juíza 'Mandado de Segurança' deste autos **em grau de recurso**, intuito de influenciar o Julgador. - 'Tráfico de Influência' **art 332 do Código Penal**, fls, **826 a 827; 831 e 884 a 885**, logo, INDEFERIDO nas fl, **897**, abaixo 1ª tela.

Também, querendo o Dr. Lemos causar ainda mais 'Tumulto'; é o único no discorrer destes processos, como 'Testemunha' se encontra 'Incomodada'. ou, talvez, a '**Consciência lhe Acuse**', pois o mesmo Causou Coação no Curso do Processo, adito os autos nº **1500012-36.2020.8.26.0390**, fl, 184 - o Dr. Lemos solicitou a diligência (de Icem-sp) Endereço do Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho atual.

Queria deixa Excelência mais essa DÚVIDA RAZOÁVEL, numa Folha de depoimento autos nº **1500012-36.2020.8.26.0390**, fl **86**; e, enfática na audiência desta ação, 15 de Outubro de 2020, Dr. **Antonio Alberto Cristofolo de Lemos**; trecho " *Conheço o acusado desde seu nascimento* ". O acusado e sua família **desconhece às alegações da referida 'testemunha'**, também, nunca teve **contato íntimo** (amigo, colega, conhecido ou como profissional nas ações

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº **1500106-18.2019.8.26.0390**

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº **1001416-48.2021.8.26.0390**; **1504783-23.2021.8.23.0390** (incidente nº **0000132- 85.2022.8.26.0390**) ; **1500012-36.2020.8.26.0390**.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 9
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 judiciais) . Dr. Lemos DISTORCE E INVENTA COLUNIANDO FATOS SEM
COMPROVAÇÃO CABAL .

Segue ...

	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Nº Inquérito: 2357698	Ano: 2019	Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA
TERMO DE DECLARAÇÕES		
Inquérito: 2357698-81.2019.110417 Dependência: DEL.POL.NOVA GRANADA		
<p>Aos 18 dias do mês de Agosto de dois mil e vinte, nesta cidade de NOVA GRANADA, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL.NOVA GRANADA, onde presente se achava o Exmo Sr Dr RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS, RG.nº16.222.707/SP, CPF.nº090.607.378-22, filho de MARIA CONCEICAO CRISTOFALO LEMOS e ANTONIO LEMOS DE MOURA, com 53, estado civil Solteiro, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de S.PAULO -SP, de profissão ADVOGADO, residente e domiciliada à residente a RUA JOSÉ BARONE MERCADANTE, nº 763 - CASA, no bairro CENTRO, na cidade NOVA GRANADA - SP, CEP 15440000, fone: (17)98128-8263, e-mail: cristofalolemos@adv.oabsp.org.br. Sabendo ler e escrever, declarou que: sobre os fatos de que tratam estes autos, esclarece o declarante, que conhece o investigado desde o nascimento, vez que, foi procurado</p>		

São Paulo, protocolado em 24/08/2020 às 09:48, sob o nº 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 5AA5DDE.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 10 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Classe - Assunto: Inquérito Policial - Calúnia
Autor: Justiça Pública
Averiguado: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI

Vistos.

Fls. 826/880: um dos supostos caluniados junta mídia de fato havido em São José do Rio Preto/SP, que estaria relacionado com o objeto destes autos, e pede que sejam oficiadas as autoridades policiais de Nova Granada/SP e daquela outra Cidade, solicitando providências que lhe resguardecem a integridade física e moral. Pede, ainda, agilidade na finalização do inquérito policial. Reiterou os pleitos às fls. 884/885.

Indefiro, porque cabe ao cidadão noticiar a Polícia sobre o que lhe cause temor, independentemente de intervenção judicial; e à autoridade policial dar consecução ao seu trabalho investigativo no tempo necessário para um efetivo trabalho, não podendo o Poder Judiciário se imiscuir nesse juízo de valor.

IREM MARCHIORI, liberado nos autos em 01/10/2019 às 10:29.
pdaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 47911

Peço observação do ato abaixo:

‘ Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo ’

Art. 144 e 145, inciso II, IX, § 1º do Novo Código Processual Civil .

O configurado ‘Vítima’ deste autos da Ação de Calúnia, MM. **Fabiano Rodrigues Crepaldi**, deixo DUVIDA RAZOÁVEL dadas condutas que tomo ciência à está Corte .

Passo cientificá-lo: nº 1001703-45.2020.8.26.0390 – Ação de Despejo , promovida em desfavor da Sr. Josilene Lourenco Pereira para desocupar o imóvel, eventos destinatário e sentenciado pelo MM. **Fabiano**: conhecendo a requerida mãe do Sr. **Joaquim Pedro de Moraes Filho** , vez que Doutor Juiz na Ação de Calúnia se declara vítima , e cõnscio do Habeas Corpus resguardando o direito de liberdade do ora réu **Joaquim Pedro** , não equivocado , proferiu Sentença de Despejo, de antemão, sabendo que estava Suspeito e Impedido

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 11
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

de Judicar esse teor, e quaisquer ações contra a família – Cognição de Decisão Prejudicada do Julgador.

Omissa a Contestação da requerida Josilene no andamento processual por motivo de amorosidade. Simplesmente, a Ética do julgador, Doutor **Fabiano**, demonstra Implausível quanto seu modo de dirigir no processo, Parcial

(...) A família da vítima, ora réu, trabalha como Vendedoras Ambulante e de Sorvetes através, de Fornecedores Idôneos e Credenciados; da qual todos da sua localidade as conhecem.

A acusação procurou denegrir, várias vezes, o núcleo familiar do Sr. **Joaquim Pedro**, ousou denegrir—los com ausência de provas nº 1001416-48.2021.8.26.0390, fls, **36 ao 38**, chegando num nível Ridículo e Calunioso (frisa, “que a vítima, ora réu, mencionou na íntegra do One Drive- audiência Debate, Instrução e Julgamento, que havia exposto a família do promotor”), **evidente retaliação por parte do Dr. Carlos Bruno Gaya da Costa**, Sem fundamento substancial, contradizendo a realidade vivida pela família e sem base probatória, mas com teor que lhe competia acusação. Até a presente data não houve Pleito contra atos decisório de Internação Compulsória.

A Promotoria excede usando de **Abuso às suas Atribuições por meio Vingativo PROMOVENDO o Promotor Carlos Bruno Gaya de forma IMPRUDENTE E PREMATURA, vez o mesmo Prejudicou vários processos.**

COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

IMESC – O TEOR ALUDIDO NOS AUTOS DA PEÇA; dada circunstancia Vingativa do Julgador em contrariar o Rito Comum do Processo através Laudo

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

posterior AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento (15 de Novembro de 2020) ,
NÃO POSSUINDO LEGETIMIDADE como PEÇA PROCESSUAL, tão pouco na
Ação Coletiva e às subsequentes Ações Promovida pela Promotoria sendo que,
nos seus bojos, baseiam num Laudo Médico - Prejuízos Processuais – INCLUO
COM PEDIDO À NULIDADE à luz de circunstâncias concretas. Art 563 do Código
Processual Penal; 564, inciso I, III 'a' do Código Processual Penal.

A promotoria visou no Creas, Cras , instituições que viesse comprometer
a Integridade do Processo comprometendo a defesa vítima, ora réu Joaquim
Pedro, praticando Constrangimento Ilegal para Criminalizar nesta e outras
Ações que lhe promovera acusação.

O que apresento abaixo , são as provas arguidas de Tortura § 1 e 2º do
art da Lei 9.455/97; art 5º , LIX , da Constituição Federal.

Faz saber: 01 de Abril de 2022, promotor Carlos Bruno Gaya da Costa
, fora Promovido 'Promotor Intermediário' após agir com Prevaricação no
uso de sua Atribuição na Comarca de Nova Granada -sp (por todos
artigos contra nele ensejando).

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO N° 1500106-
18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS N° 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-
23.2021.8.23.0390 (incidente n° 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-
36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.ICÉM FOLHA: 2
Boletim No.: 109/2020 INICIADO:02/07/2020 09:42e EMITIDO:02/07/2020 10:36

2ª Via KLLQNXCBDEEFHXb

Observações:
SM-GS32MT
COM 01 BATERIA, 01 CAPA PRETA, 01 CHIP E 01 CARTÃO DE MEMÓRIA.
COR DOURADA, EM BOAS CONDIÇÕES.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros
- Tipo: Telecomunicação - Subtipo: Telefone celular - Qtde: 1
Unidade.: Peça - Número: 17 99120-4314 - Marca: LG
Observações: COR PRETA, COM CAPA, SEM MODELO APARENTE E COM A TELA TRINCADA.
Pessoa relacionada: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Origem: Outros

Histórico:
Na presente data, às 09h20min, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.
Na residência estavam presentes, a genitora e irmã de Joaquim, Sras. JOSILENE e ROSILENE, sendo que esta resistiu a prisão de Joaquim, sendo necessário o uso de algemas e sua condução até a Unidade Policial.
O capturado será conduzido ao Centro de Detenção Provisória deste município.

Cumprir informar ainda que durante a realização da diligência de cumprimento do presente mandado de prisão, o capturado mostrou-se totalmente desequilibrado, por vezes apresentando a fala desconexa e aparentemente fora qualquer sentido, demonstrando, de forma leiga, desequilíbrio psicológico. O mesmo também ficava a todo tempo cantando hinos evangélicos e também pediu pra contatar as embaixadas argentina e filandesa.
Nada mais.

Providências tomadas: MSG CAPTURAS

Solução: APRECIAÇÃO DO DELEGADO TITULAR

NIELE DURAES MODENEZ
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

RENATO GOMES CAMACHO
DELEGADO DE POLÍCIA

DEL.POL.ICÉM www.policiacivil.sp.gov.br
Endereço da delegacia : R PREF. JOÃO R DA SILVEIRA, 410 - CENTRO-ICEM-SP. CEP: 15460-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS BRUNO GAYDA DA COSTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 22:20, sob o número 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 591E119.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 14
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 1085

CERTIDÃO

Certifico ter dado CUMPRIMENTO ao presente
MANDADO DE PRISÃO, expedido em favor do(a) Sr(a) JOAQUIM PEDRO
DE MORAIS FILHO, na presente data e hora.

ICêM/SP, 02 de Julho de 2020 - 09h:20min.


ROGÉRIO NUNES DOS SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICÊM/SP

CIENTE: 
JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREIS DE BERTOLDI, liberado nos autos em 02/07/2020 às 15:42.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 576F858.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-
18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-
23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-
36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 15
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extraída dos autos nº 1500012-36.2020.8.26.0390, fls. 69, 02 de Julho



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2357698

Ano: 2019

Delegacia: DEL.POL.NOVA GRANADA

Inquérito: 2357698/2019

Dependência: DEL.POL.NOVA GRANADA

Aos 2 dias do mês de Julho de dois mil e vinte, nesta cidade de ICÊM, Estado de São Paulo, na sede da DEL.POL. ICÊM, onde presente se achava o Exmo Sr Dr RENATO GOMES CAMACHO, Delegado de Polícia respectivo, comigo Escrivão de seu cargo ao final nomeado e assinado, comparece JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, filho de Joaquim Pedro de Moraes e Josilene Lourenço Pereira, RG 20252741/MG, estado civil solteiro, de nacionalidade brasileira, natural de , de profissão estudante, residente e domiciliada à Av. Armando Sales de Oliveira, 220, bairro Centro, Icêm/SP. Sabendo ler e escrever, declarou que: **"CONFIRMA QUE FEZ AS POSTAGENS OFENSIVAS ÀS VÍTIMAS QUALIFICADAS NESTES AUTOS. PORÉM, DECLARA QUE SE RETRATA DAS OFENSAS E AFIRMA QUE NÃO IRÁ MAIS POSTAR QUALQUER TIPO DE MATERIAL INJURIOSO ÀS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS"**. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão(ã) de Polícia que parcialmente o digitei.

ICÉM, 2 de Julho de 2020.

RENATO GOMES CAMACHO
Delegado de Polícia

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Declarante

MATHEUS HENRIQUE TADEU D.SOUZA
Escrivão de Polícia

de 2020.

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS N° 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente n° 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

assinado digitalmente por RENATO GOMES CAMACHO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 23/07/2020 às 12:32, sob o
https://esaj.tjst.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 589E7D7.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 16
12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art 5º, inciso LV, da Constituição Federal . Prova do Prejuízo. - O Laudo da Perícia

		fls. 38
DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO	ADVOGADO - OAB/SP-238.365	
<p>Assim, observando o contido nos autos o ilustríssimo Representante do Ministério Público deixou de oferecer ao Acusado o acordo de não persecução penal previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.</p>		
<p>CPP - Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:</p>		
<p>Assim, antes do Remédio Constitucional sugerido por este Nobre Julgador, que não tinha sido desprezado pela defesa, requer que os autos sejam encaminhados ao representante do Ministério Público para tal apreciação para o oferecimento do acordo ou a sua fundamentação quando a sua negativa.</p>		
<div style="border: 2px solid black; padding: 10px;"> <p align="center">II – Requer, ainda, a reconsideração deste r. Juízo quanto a data da audiência tendo em vista que a audiência marcada é para instrução debate e julgamento, acreditando a defesa que até esta data o Acusado não terá, em tese, sido submetido ao exame de insanidade mental, visto que o IMESC demora não menos que um (01) ano para tal finalização mesmo sendo procedimento de urgência, desta forma, sem tal instrumental a defesa do acusado fica frágil podendo trazer a ele sérios prejuízos, requer, assim e excepcionalmente, que aguarde o expert apresentar seu Laudo conclusivo para designar tal audiência, pois é UNA.</p> </div>		
<p>Termos em que, Pede deferimento. São José do Rio Preto-SP., 18 de setembro de 2020.</p>		
<p align="center">DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO - Advogado – OAB/SP 238.365 -</p>		
<p align="center">Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP: 13.014-040 / Telefone: (017) 90650-9394 E-mail: sinomar@adv.oabsp.org.br</p>		

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 17
12º CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Protesto de Estima, Considerações e Respeito.

PEÇO DEFERIMENTO.
URGÊNCIA. NULIDADE PROCESSUAIS

26 de Abril de 2022

São Paulo

PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO N° 1500106-
18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS N° 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-
23.2021.8.23.0390 (incidente n° 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-
36.2020.8.26.0390.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBAGADOR DA 18 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Scm. 82. Deus Salve seu Povo



PROCESSO DE ORIGEM EM GRAU DE RECURSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

PROCESSOS UNIIFICADOS Nº 1001416-48.2021.8.26.0390; 1504783-23.2021.8.23.0390 (incidente nº 0000132- 85.2022.8.26.0390) ; 1500012-36.2020.8.26.0390.

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1

Egrégia Corte

Comenda Câmara

Douta Procuradoria

Autos do Recurso nº 1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, inscrito no CPF, sob o nº 133.036.496-18, RG nº 20.252.741, reside e domiciliado, Avenida Horácio Borges da Silveira, nº 265, Centro, na cidade de Icem -sp, vem à Vossa Excelência, por meio de minha própria representação, infra assinado, ajuizar –

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2

PRÉVIA

Eminente Relator, que preside essa seção; Nobre Ministrante, Procurador; visto circunspecto no discorrer deste que lhe sendo intempestiva ocasião, e imprescindível diante da **Incompetência Relapsa à Parcialidade**, - da jurisdição da Comarca de Nova Granada, mediante seu insigne promotor de justiça designatório, **José Silvio Codogno**, ciente que encontra-se IMPEDIDO e SUSPEITO, quanto disposto **art 148, inciso I e 145, inciso I – CPC**, fazendo caso, ignorando ‘**Vista ao e-mails de Contestação deste que subscreve**’, de acordo **art 396 A -CPP**.

Acusação tem a intenção por em exercício o código penal, **art 366** da fl. **355** nos autos nº **1500012-36.2020.8.26.0390** – Ação de Difamação (vinculada), lembramo-nos da fl **1480** desse autos em epígrafe, vez que contradiz a legislação vigente em sua resolução **art 96, inciso I e II – Código Penal**.

Conquanto prognóstico predicado acusatório evidencia o seguimento e procedimento abordado pelo juiz Sentenciante, MM. Marcelo Haggi Andreotti, deste recurso; pertinente elucidar detrimento no deslinde provocando na Ação de Difamação; fora nomeado dativo, Dr. WIGSON HENRIQUE, para dar continuidade nos trâmite e solucionar célere o caso, mas, como dito, acusação Coage, ART 151 do Código Civil acompanhado de Constrangimento Ilegal, **ART 146 do Código Penal**, este, ora réu, vítima Joaquim Pedro de Moraes Filho, por todas vias que lhe oportuna, - Viola o princípio ‘*nemo tenetur se detegere*.’ – , resolução **ART 8º, 2 §, ‘g’ (CADH)**.

A idoneidade, Ética Categórica, preceito erradicado do insigne promotor atribuída resguarda a prática explícita à **Tortura, ART 1º, ‘c’, inciso III da Lei Nº 9.455, de 7 de Abril 1997**, vêm bem acompanhada pela inércia do juízo da

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

3

comarca onde tramita a íntegra dos autos citados, pois na fl.284 põe dúvida à integridade da peça processual ,:

“

Com efeito, a denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Estão presentes os pressupostos processuais e as condições necessárias para o exercício da ação penal. Também se verifica, em sede de cognição superficial, a presença de justa causa penal, entendida como um conjunto probante mínimo capaz de formar um juízo de plausibilidade da acusação.

berado nos auto
erenciaDocumen
“

, em desfavor deste que subscreve. porquanto não esqueçamos que fora ‘Decidido ‘ – Internação Compulsória, sem Contraditório e Ampla Defesa, datada 04 de Outubro de 2021, fl. **94/ 95** , cujo juiz da época era Impedido e Suspeito, MM. **Antônio Andefato de Souza**, na qual este baseia numa decisão de ‘INTERNAÇÃO DE ESQUIZOFRENICO , fl **83**, íntegra dos autos nº **1001416-48.2021.8.26.0390**, - Ação Coletiva , possuindo o julgador - Cognição Prejudicada de Discernimento , fatores que nunca fora especulado , causando ‘**Escândalo por Incompetência** ‘ .

Assim, faz ciente Ação de Calúnia nº **1504783-23.20201.8.26.0390**, Incidente de Exame de Insanidade nº **0000132-85.2022.8.26.0390**. Encontra-se temerária tais Ações, conclui que, se o facultado nobre promotor, **José Silvio Codogno**, toma linha voltada à ‘vingador’ , pressupõe que às peças arguida funcione com **Autocomposição Penal** , a qual nenhuma jurisdição adota tais postura que comprometa e vicie o rito comum ao trâmite e julgado, porque assim haver , então teremos **não existiria justiça igualitária**.

Por fim, observa-se mais uma vez, caput art **319 – Código Penal** associado ao **art 357 do Código Penal** ,visto que acomete no seu curso ‘**Fraude Constitucional**; deixo Dúvida Razoável à Vossa Excelência, não ignorando este ‘escrutínio’ , encarecendo de apreciação do douto Relator.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COAÇÃO – ART 151 Código Civil

CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ART 146 Código Penal

TORTURA, ART 1º, 'c', inciso III da Lei Nº 9.455, de 7 de Abril 1997

ART 8º, 2 §, 'g' (CADH

EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO ART 357 do Código Penal

PREVARICAÇÃO ART 318 Código Penal

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO ART 148, INCISO I e 145, INCISO I

Excelentíssimo , abaixo, em tela, extraída dos autos da Ação de Difamação, sem haver SUSPENSÃO desta, acusação possui intuito objetivo direcionar o caso por meios mais **agravante**, visto que a **Coação** é presente por toda vias que promove a mesma ; vez que, **Constrangimento Ilegal** é constatada no seu bojo , **ART 366 do Código Penal , fl, 355.(1º Tela)**

Não há razoabilidade, presente o desrespeito sob o rito comum, - Direitos Humanos , concilia estigmatizando contra este subscrevente por meios ‘ **Covarde e Ilegal** ‘; não há defesa, pleito consolidado movido apresentar arguições, pois a postura da mesma recai para **Autocomposição Penal - ART 8º, 2 §, 'g' (CADH)** , onde a conveniência de interesse está cômico.

Persuade ardilosamente à transgredir , caput **ART 319 do Código Penal** , precipuamente contra Ordenamento Jurídico – Estado Democrático de Direito ; no tanger, o meio que dirige e coordena o designado insigne promotor , **José Silvio Congado** , por meio de **Tortura** , ato relevante entrar em Pauta quanto Abuso Cometido pelo inepante Ministério Público.


PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

5

1º tela. Ação de Difamação nº 1500012-36.2020.8.26.0390, fl 355.

 <p>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO</p>		<p>fls. 355</p> <p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA GRANADA</p>
<p>VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA</p> <p>Autos n. 1500012-36.2020.8.26.0390</p>		
<p>MM. Juiz:</p>		
<p>Reitero os quesitos apresentados pelo Juízo a fls. 285/287.</p>		
<p>No mais, aguardo o decurso do prazo do edital de citação do acusado e, caso não seja constituído advogado, requiero a nomeação de defensor dativo e nova vista para análise do quanto disposto no artigo 366, do CPP.</p>		
<p>Nova Granada, data do protocolo.</p>		
<p>JOSÉ SILVIO CODOGNO Promotor de Justiça Designado</p>		
<p>Matheus Corrêa Marto Analista Jurídico</p>		
<hr style="border: 0.5px solid black;"/> <p>Endereço – Avenida Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro Nova Granada/SP</p>		

ente é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE SILVIO CODOGNO, protocolado em 17/05/2022 às 17:47, sob o número WNGA22700069382. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 837175D.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6

Externo também ao vosso conhecimento , trata-se de representante ministerial designatório – IMPEDIDO E SUSPEITO no seu caput **ART 148, INCISO I e 145, INCISO I. (2º tela)** , sendo cientificado facultado promotor na íntegra dos autos da Ação de Difamação nº **1500012-36.2020.8.26.0390**, fl **328 -**

fls. 328

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA GRANADA SÃO PAULO

10

fls. 1236



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 13/05/2022 às 09:17. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 8323F4F.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 13/05/2022 às 09:17. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500012-36.2020.8.26.0390 e código 8323F4F.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

7

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A linha que apresento ao Douto Relator , do insigne promotor , revela **amorosidade** , pois ambos na suas atribuições (MM. **Marcelo Haggi Andreotti e o promotor designatário José Silvio Codogno – Mirassol -SP**) postergaram o laudo pericial do IMESC , atentando contra à Constituição sendo este **dúvida sob interpretação de seu julgador – IMPEDIDO E SUSPEITO** , MM. **Antônio Andefatto de Souza**, Ação Coletiva nº **1001416-48.2021.8.26.0390**, fl 83.

À ponta , tela abaixo , **Cognição Prejudicada de Discernimento do Julgador** .

Abordagem que adota esse julgador demonstrar falta de discernimento , pois **não há emendas que ampare decisão** , - **Internação Compulsória para (CID 10 – F 60.0) , - Prejudicada Capacidade de Determinação Prejudicada**; pressupõe, conseqüentemente, - Exploração de Prestígio, dispositivo, caput **ART 357 do Código Penal**.

Visto, Excelentíssimo Desembargador ,vez que o LAURO PERICIAL ficou mercê de representante ministerial- SUSPEITO E IMPEDIDO, pois na época era o nobre promotor CARLOS BRUNO GAYA, que fez desta ‘ **interpretação**’ que lhe bem aceitavel, circunstâncias que estara IMPEDIDO, desde 10 de Janeiro de 2020, nos autos nº **1500012-36.2020.8.26.0390** , cujo esse seria VÍTIMA.

Exceto que, no pretérito, visava atender diversos casos relativo à saúde mental , ocasionando descontrole de infraestrutura, pois faziam, clínicas, mora permanente sendo esporádico, mas no presente, tais mmedida; certos casos com este em tela abaixo , **Infringe a legislação**

Ponho em Pauta à DÚVIDA RAZOÁVEL do Eminent Relator e a Douta Procuradoria. consoante às normas legais vigente, apreciação de mérito quanto

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª CÂMARA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8

existência contundente à manipulação de informação, segue: **Fraude ART 171 Código Penal.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 3262-1040 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

realizado diretamente pelo Ministério Público ou órgão público de saúde perante o juiz competente.

Ainda, de acordo com o artigo 6º, "caput", da Lei nº 10.216/01:

"A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos".

Os elementos constantes nos autos evidenciam a probabilidade do direito reclamado, diante do laudo médico legal juntado às fls. 17/20, realizado por ocasião do PANI nº MP 36.0351.0000262/2021, atestando que o Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho é portador de "personalidade paranoide", bem como o perigo de dano, diante da recusa em iniciar voluntariamente o tratamento especializado recomendado, a fim de lhe garantir uma melhor adaptação afetiva e social e conter as externalizações das reações inadequadas (postagens difamatórias).

Nesse sentido:

"AÇÃO DE INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA -

Elementos dos autos que evidenciam a aplicabilidade do art. 4º da Lei nº 10.216/2001 - Requisito elencado no art. 6º caput da Lei nº 10.216/2001 que foi cumprido - Relatório efetuado por profissionais de saúde mental que evidencia o quadro psicótico e de esquizofrenia aguda da agravante, que tende à piora se a paciente permanecer desatendida e isolada - Inexistência de violação à Constituição Federal - Internação compulsória também prevista no art. 1.777 do CC - - Precedentes do STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO". (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2066067-25.2014.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator: ALEXANDRE MARCONDES, Data de Julgamento: 2.9.2014)".

Assim, uma vez preenchidos os requisitos legais, **DEFIRO** o pedido de tutela de urgência para determinar à Prefeitura Municipal de Icém que providencie local para a internação compulsória do correquerido Joaquim Pedro de Moraes Filho, em estabelecimento de saúde especializado, conveniado ou particular (serviço indireto), ou seja, em local adequado para o tratamento de que necessita, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, arcando com transporte, acolhimento e alimentação, garantindo integral tratamento, consoante previsto no artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.216/01, comunicando, imediatamente, este Juízo quando da disponibilização da vaga hospitalar, **sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00**, a qual, uma vez devida, reverter-se-á ao Fundo Estadual para Reparação de Interesses Difusos Lesados. Oficie-se.

Processo nº 1001416-48.2021.8.26.0390 - p. 2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO ROBERTO ANDOLATTO DE SOUZA, liberado nos autos em 28/09/2021 às 15:08. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 74988AC.



PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

" O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

9

**MA FÉ PROCESSUAL Art 79, ART 80, inciso I ao VI –
CPC
SUPRESSÃO DE DOCUMENTO PUBLICO ART 305 – CP**

Apresentação abaixo, prova o uso de **má fé do serventuário , oficial de justiça, desta estimada circunscrição judiciária , no cumprimento do rito comum , - Mandado de Intimação.**

Haja vista que a família do ora réu, vítima, reside no fundo, há quase um ano, não fazendo assim questão de especular à mora do fundo ao vizinho da frente. 1º e 2º tela abaixo

Conquanto, até a diligência local , icem-sp, informada do endereço certo, DISTORCE . 3º e 4º tela abaixo

Podemos apreciar o trabalho feito pelo Corpo Efetivo da Circunscrição Judiciária e Diligência, através dos seus investigadores e oficiais, não esqueçamos da insegurança que a família do ora réu , vítima, corre; obséquio, não sejamos complacente que a responsabilidade recai à está Corte.

Quando confrontado os artigos no bojo processual passa-se notório o fundamento expresso nesses autos, seguindo total compromisso com a vida do ora réu, vítima, **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, pois o maior perigo é a DESORDEM PROCESSUAL que cotidianamente é de **PRAXI** na. Jurisdição de Nova Granada -SP.

Autos Ação de Calúnia, **grau de recurso** , fl. **1667**

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

10

fls. 1667

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Cleonir José Machado De Oliveira (27548)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao r. mandado nº 390.2021/003792-7 dirigi-me ao município de Icém - SP., no endereço mencionado na folha de rosto, e aí sendo, deixei de proceder a INTIMAÇÃO do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não encontra-lo, obtendo informações no local, através do atual morador Givaldo, que não conhece e nem sabe informar sobre o réu. O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 11 de novembro de 2021.

Número de Cotas: 02.
 24 km + 903 m. de ida.

 Original, assinado digitalmente por CLEONIR JOSE MACHADO DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 22/11/2021 às 15:22. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 77BD78D.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.030, fl.110

11

fls. 110



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1001416-48.2021.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM e outro**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Cláudio da Silva Gonçalves (17621)**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2021/004133-9, **DEIXEI DE CITAR e conduzir** JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, em virtude de que não encontrei o mesmo nos endereços indicados no mandado; dirigindo-me à Av. Horácio Borges da Silveira, 265, Icém/SP, uma pessoa de nome Givaldo, que apresentou-se como morador, informou que não conhece o citando; dirigindo-me à Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Icém /SP, ninguém atendeu ao chamado no portão, uma senhora, próximo ao local, informou que faz 2 meses, mais ou menos, que o imóvel está desocupado, que morava uma senhora, que mudou-se do local, não conseguindo informação sobre o citando.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 25 de novembro de 2021.

Número de Cotas: 2 cotas (Icém / 24,903 Km).

Original assinado digitalmente por CLAUDIO DA SILVA GONCALVES, liberado nos autos em 26/11/2021 às 16:00.
 o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001416-48.2021.8.26.0390 e código 7849F3C.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09 .
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

12

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

O subscritor, **Dr. Antônio Honório do Nascimento** (abaixo) , ' MANDA' qualquer 'Policial', não fazendo caso. e 'DESORDEM NO PROCESSO, no cumprimento da intimação , cujo endereço consta, Rua Salvador Gonçalves Martins, 220, vez que reside uma senhora, por nome de Maria Rosa Pereira, **sem nenhum vínculo parentesco com o intimado e sua família.** Calúnia nº **1504783-23.2021.8.26.0390**, fl . 44. (Tela abaixo)



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2295836

Ano: 2021

Delegacia: DEL.POLICÊM

INTIMAÇÃO

IP nº: 2295836/2021

O Excelentíssimo Senhor Doutor **ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO**, nos moldes do artigo 6º e seguintes do Código de Processo Penal, demais dispositivos processuais penais correlatos e Lei nº 12.830/13, no uso de suas atribuições legais

MANDA qualquer policial desta **DEL.POLICÊM**, ou a quem lhe substituir que, em cumprimento ao presente, nos autos do inquérito policial epigrafado **NOTIFIQUE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO RG 45537436 SAO PAULO, residente na AVENIDA SALVADOR GONÇALVES MARTINS, 220, ICÊM/SP**, o qual deverá comparecer nesta Delegacia de Polícia no dia **27 de novembro de 2021, às 14:00 horas**, a fim de prestar **declarações**, sobre o noticiado no citado **Inquérito Policial**, na **RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA 410 - CENTRO**, para que dê sua versão sobre os fatos.

Fica **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** cientificado que, no caso de não comparecimento, estará sujeito às penas do crime de desobediência (art. 330 do Código Penal).

Prazo para cumprimento: **02 dias**.

CUMPRASE.

ICEM, 23 de Novembro de 2021

ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO
Delegado de Polícia

Recebi a notificação

.....de.....de.....

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

Imagem assinada digitalmente por POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 27/11/2021 às 09:04, sob o nº 1504783-23.2021.8.26.0390 e código 786E1DA. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª 13
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dando seguimento, tela abaixo vislumbramos que uns dos investigadores civis, por nome de MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA, com ato de perseguição contra família e parente do ora réu, vítima, Sr. **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, de acordo dispositivo **ART 47 do Código Penal**

“Perseguir alguém, reiteradamente, e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, **invadindo ou perturbando** sua esfera de liberdade ou privacidade.”

A falta de amparo, requisitos legais, estão evidente nesta investigação , resolução do art 1 , § 1º ; **ART 23, inciso II, art 29, do Decreto da Lei 13.869, de 5 de Setembro de 2019 da Constituição Federal.**

“As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por **mero capricho ou satisfação pessoal** “

“**omitir dados ou informações ou divulgar dados ou informações incompletos para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.**”

“Prestar informação **falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado:** “

Podemos vislumbrar , Excelência, que o investigador MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA, **cita** em seu bojo o **Ministério Público**, sendo órgão proveniente o **Mandado de Prisão**.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

14

Ação de Calúnia , grau de recurso , fl.1478



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 5
Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
Delegacia de Polícia de Icém/SP

fls. 1478

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

REFERENTE.....Of. Jud. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Nova Granada/SP.

ASSUNTO:..... Realizar diligências com o objetivo de dar cumprimento ao MP expedido em desfavor de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Exmo. Sr. Delegado:

Em atenção à ordem de Vossa Excelência, no intuito de realizar diligências com o objetivo de localizar o sentenciado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO e dar cumprimento ao Mandado de Prisão Condenatório, informo o que se segue:

Nos dirigimos até o endereço citado no Mandado de Prisão, na Av. Armando Sales de Oliveira, 220 - Icém/SP, no local constatamos que a casa está fechada, não havendo nenhum morador. Conversando com moradores da vizinhança, fomos informados que os moradores foram despejados pela justiça por falta de pagamento de aluguel e em conversa informal conseguimos obter informações sobre o paradeiro da família do sentenciado. Na Avenida Horácio Borges da Silva, n. 265 - Centro, Icém/SP, obtivemos êxito na localização da família do sentenciado, antes de desembarcarmos da viatura avistamos a irmã dele, a Senhorita Rosilene Pereira de Moraes que ao ver a viatura saiu da casa correndo e ficou na rua nos olhando franqueando a entrada no imóvel. Todos os cômodos da casa foram vistoriados e o sentenciado não foi encontrado. Em conversa com os vizinhos, eles alegam não ter visto o sentenciado Joaquim Pedro de Moraes Filho desde quando sua mãe e irmã mudaram para o local.

Continuaremos realizando diligência com o objetivo de dar cumprimento ao Mandado de Prisão em questão.

Era o que me cumpria relatar.

Icém/SP, 14 de Setembro de 2021.


MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
 Investigador de Polícia

**EXMO. SR.
DELEGADO DE POLÍCIA DE ICÉM/SP**

Não é cópia do original, assinado digitalmente por LUAN AUGUSTO LONGO, liberado nos autos em 14/09/2021 às 16:33.
 o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/ag/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 73AE60F.

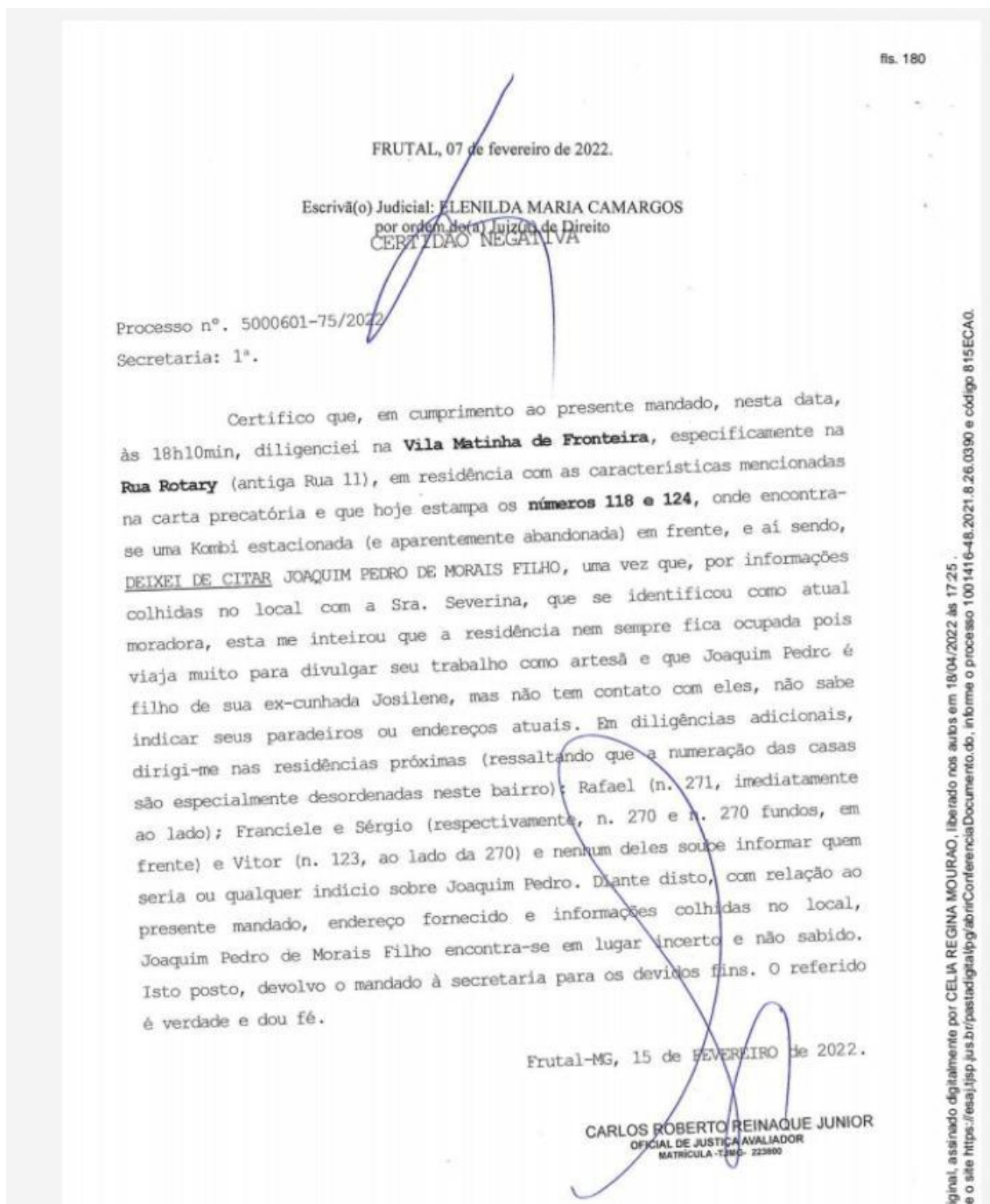
PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

15

Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390 fl. 180.



PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

16

O ensejo da tela abaixo , em relação SUPRESSÃO, mais uma vez observada ; datada 15 de Setembro de 2021 contrária o Relatório de Investigação da diligência de Icem-sp (tela acima), onde fora cumprida o MANDADO DE PRISÃO dia 14 de Setembro de 20221- SEM. TER EXPEDIDO **nos autos do desta Ação em Grau de Recurso**, fl, **1481**; visto , exercício e emprego de INTERESSE PESSOAL , onde os Ministrantes Juiz, Ministério Público, Defesa, cujo coparticipação do Cartório local, e Diligências, **não** encontra-se herege às Leis .

Porventura se os Rito Comum não é respeitado, então podemos concluir que não há **ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**, vez o que empodera é o **ABUSO DE PODER** , “ **MAZELA**” .

Infelizmente , continuando -se desse *modus operandi* em toda esfera no âmbito jurídico , nas sua seara e extensões e OCULTANDO esse feito. estaríamos à mercê da **tiranía**, receio que não é dessa forma que o Nobre Excelentíssimo apoia tais atos, mas Repudia com Veemência.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO

17

fls. 1481

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 3262-1040, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

MANDADO DE PRISÃO

Processo Digital Nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
Mandado BNMP 1.0 Nº: 1500106-18.2019.8.26.0390.0002
Mandado BNMP 2.0 Nº Nacional: 1500106-18.2019.8.26.0390.01.0004-20
Mandado SAJ - Nº: 390.2021/003423-5
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Calúnia
Documento de Origem: Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria,
Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA
Autor: Justiça Pública
Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RJI BNMP 2.0 Nº: 203518350-08
Situação da Parte no BNMP 2.0: A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de
Prisões, na data 13/09/2021 - 15:40:34, retornou as
seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO
DE MORAIS FILHO.
RJI : 203518350-08.
Última situação : Em Liberdade.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, de Nova Granada, Dr(a).
MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição, ou a qualquer Autoridade Policial e seus
agentes, a quem este for apresentado, que **PRENDA E RECOLHA** a qualquer Unidade de
Estabelecimento Prisional deste Estado, à ordem e disposição deste Juízo, a pessoa de seguinte
qualificação:

Nome: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Alcunha: Alcunha do Nome da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>
Documentos: CPF: 133.036.496-18, RG: 2052741MG, RJI: 203518350-08
Filiação: pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira
Nacionalidade: Brasileiro Naturalidade: Naturalidade da Pessoa Seleccionada <<
Informação indisponível >>
Data de Nascto.: 16/09/1995 Sexo: Masculino
Estado Civil: Solteiro Cor: Cor da Pele da Pessoa Seleccionada <<

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL SABINO DA COSTA e MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 15/09/2021 às 14:14. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 7394C4A.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 25/05/2022 às 14:09. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 840CBB3.

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

18

CONCLUSÃO

Excelentíssimo Relator , Heitor Donizete e Oliveira

PEÇO DEFERIDO. - URGENTE:

- 1) Contorno à **NULIDADE PROCESSUAL**, dada PREJUÍZO , VÍCIO , e SUSPEIÇÃO.
- 2) **INTERVENÇÃO** nas Peças Processuais mencionadas neste deslinde .
- 3) **EXPEÇA-SE;** REMETE-SE À SEÇÃO DE JULGAMENTO DE **Mandado de Segurança** por Intermédio da PGJ

Estima Manifesto de Consideração e Elevado Respeito

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR DESEMBAGADOR DA 12ª
CÂMERA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

19

25 de Maio de 2022

SÃO PAULO

Ssomo 82 . Deus Salve seu Povo.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

SILONIA XAVIER DA ROCHA PANE

De: ROGERIO SOARES RANGEL
Enviado em: sexta-feira, 10 de junho de 2022 15:23
Para: SILONIA XAVIER DA ROCHA PANE
Assunto: ENC: 'ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - MANIFESTAÇÃO AO DESEMBAGADOR'
Anexos: ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - CIENCIA AO DESEMBAGADOR.pdf; Viviane 23-09.wav; Régia-cleber24-09-2.wav

Prezada Silonia
 Boa tarde

Segue anexos e manifestação abaixo, para as providências que couber.

Atenciosamente



ROGÉRIO S RANGEL
 Chefe de Seção Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SJ 5.12 -Seção Técnica e Administrativa de Apoio à Diretoria de Processamento de Direito Criminal
 Rua da Glória, 459, 9º andar - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-001
 Tel: (11) 2838-4895
 E-mail: rsrangel@tjsp.jus.br

De: SECRETARIA DA JUDICIARIA <sjudiciaria@tjsp.jus.br>
Enviada em: sexta-feira, 10 de junho de 2022 15:17
Para: DANILO MASCHIO CARDONE <dcardone@tjsp.jus.br>
Cc: ROGERIO SOARES RANGEL <rsrangel@tjsp.jus.br>; Justice Park <parkjustice46@hotmail.com>
Assunto: ENC: 'ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - MANIFESTAÇÃO AO DESEMBAGADOR'

Prezado Diretor boa tarde.
 Encaminhamos e-mail abaixo para serem prestadas informações necessárias.
 Atenciosamente
 Renata



SECRETARIA JUDICIÁRIA

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Secretaria Judiciária
 Praça da Sé, s/n - Sé - São Paulo/SP - CEP: 01018-010
 Tel: (11) 4802-9113
 E-mail: sjudiciaria@tjsp.jus.br

De: PRESIDENCIA - TJ <presidencia@tjsp.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 10 de junho de 2022 10:57

Para: SECRETARIA DA JUDICIARIA <sjudiciaria@tjsp.jus.br>

Cc: parkjustice46@hotmail.com <parkjustice46@hotmail.com>

Assunto: ENC: 'ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - MANIFESTAÇÃO AO DESEMBAGADOR'

Prezados Senhores.

Encaminho o presente e-mail para análise e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Cristiane Zulian Sbrissa

Supervisora

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Secretaria da Presidência

Praça da Sé, s/nº, 5º andar - Sé - São Paulo/SP - CEP: 01001-001

Tel: (11) 4802-9080 e 4802-9077

De: Justice Park <parkjustice46@hotmail.com>

Enviada em: sexta-feira, 10 de junho de 2022 09:04

Para: PRESIDENCIA - TJ <presidencia@tjsp.jus.br>

Cc: PRESIDENCIA - TJ <presidencia@tjsp.jus.br>

Assunto: 'ANEXAR AO RECURSO 1500106-18.2019.8.26.0390 - MANIFESTAÇÃO AO DESEMBAGADOR'

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Prezada Senhoria

Bom Dia

Peço, favor anexar ao Recurso 1500106-18.2019.8.26.0390.

Eis que, não sendo de vossa alçada, gentileza redirecionar 'ANEXOS' à Comarca de Origem para eventual cumprimento visto à serventia de praxi; pois, até presente data, não obtive retorno da mesma há 3 três dias do primeiro envio.

Agradecido.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Egrégia Corte

Colenda Câmera

Douta Procuradoria

Autos do Recurso nº 1500106-18.2019.8.26.0390. Autos da Ação Coletiva nº 1001416-48.2021.8.26.0390. Autos da Ação de Difamação nº 1500012-36.2020.8.26.0390. Autos da Calúnia nº 1504783-23.2021.8.26.0390/ Incidente nº 000132-85.20222.8.26.0390

CIÊNCIA AO DESEMBAGADOR HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, inscrito no CPF, sob o nº 133.036.496-18, RG nº 20.252.741, reside e domiciliado, Avenida Horácio Borges da Silveira, nº 265, Centro, na cidade de Icem -sp, qualificado nos autos em epígrafe, vem à Vossa Excelência, por meio de minha própria representação, infra assinado, ajuizar – **NULIDADE ABSOLUTA**, fundamenta nos fulcros: caput **148º**, inciso I, **145º**, inciso I, dispõe **art 104º do CPP ; 347 do CP; 332 do CP; 357 do CP; 143 do CPC.**

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

2

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PRÉVIA

Eminente Desembargador , Relator, Heitor Donizete de Oliveira , – ds Egrégia Corte, que preside 12ª Câmara Criminal. Carece os fatos circunspectos desse dossiê, visto Interesse Público diante das alegações deste subscrevente; vez que reporta empírica vivida e fatos arguidos de vosso mérito.

Faz saber...

Haja vista os autos processuais da **Ação de Difamação nº 150012-36.2020.8.26.0390**, datado 10 de Janeiro de 2020, Evoluído ação penal 16 de Abril de 2022 , após dois anos e três meses; configurado como ‘ **Vítima**’ , fl, **05-06**, insigne promotor titular, na época, **Carlos Bruno Gaya da Costa**, - **Promovido 01 de Abril de 2022** dispõe de acordo **ART 148 , INCISO I e ART , INCISO II do CPC**.

Vislumbramos os autos da **Ação de Calúnia, grau de recurso, nº1500106-18.2019.8.26.0390**, Evoluída ação penal 27 de Novembro de 2019 , vez que aparição do nobre promotor, data, 4 de Fevereiro de 2020 , fl **1021**; acompanhamos no discorrer que acusação requereu ‘ Exame de Insanidade Mental, 30 de Julho de 2020 , fl **1123**; apreciamos que após captura do **Cumprimento de Mandado de Prisão**. em desfavor deste subscrevente, **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, 02 de Julho de 2020 , os documentos ficara **retidos** na **Diligência de Icem-sp**, fls, **1127**, 30 de Julho de 2020 , enquanto fl, **1085** (disponível no sistema no mesmo dia) , e a fl, **69** , **desviada** para íntegra dos autos nº **1500012-36.2020.8.26.0390**. Ulteriormente, estigmatizado o promotor na fl, **268 – Ação de Difamação**, evidencia **Elementos Concretos**, de acordo com dispositivo **305 do Código Penal** adjunto **ART 319 do Código Penal**.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 3 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Elaborando essa viéis linha , sob ensejo elencado , nesse deslinde, explicitar fundamentos nesta íntegra, à **Ação de Calúnia, grau de recurso**, a qual configura- se **Vítima de TORTURA** , este, **Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho**, que dispõe na resolução, **LEI 9.455, de 7 de Abril de 1997** , **Art 1º** , inciso I, ‘a’ ao ‘c’ , **§ 1º e § 2º**; dispõe sob concordância expressa de acordo com caput **151 do CC – COAÇÃO** ; ‘*Nemo tenetur denegere*’ .

Este, fora submetido , **Realizar Exame de Insanidade Mental** , **06 de Novembro de 2020**, após **5 hrs e 42 min** (483.0 km) – do CDP de Icem-SP ao IMESC ; estando ainda sob **Cautela Preventiva** , visto **ART 146 – Constrangimento Ilegal** , todos do **Código Penal** , sempre por meio **Acebados** , pois tange-se **Cartas durante o período que este estivera Preso**; teor probatório, estando em estado **Vulnerável mediante todas atrocidades** vividas sob **COAÇÃO IRRESISTÍVEL – 22 do CP, TORTURAS na Diligência, Penitenciária – Escolta até o IMESC** , eventos que **nenhum pleito opôs contra o ABUSO DE DIREITO SOB O VIÉIS CIVIL E CONSTITUCIONAL**; outrora, suscitar **Prejuízo e Dano na Peça Processual**, fl **1199**, relação a **Realização de Audiência de Instrução e Julgamento, 15 de Outubro de 2020** , anterior ao Exame.

Observância - Constituição Federal à Prerrogativa do Estado de Democrático de Direito - **Privilégio Contra Autoincriminação**; que este, subscrevente passara, pois, não bastasse, fora submetido; segundo a legislação vigente inviolável caracteriza-se ato de Tortura , disposto, **LEI 9.455, de 7 de Abril de 1997** , **Art 1º** , inciso I, ‘a’ ao ‘c’ , **§ 1º e § 2º**. Arguição , link: <https://m.youtube.com/watch?v=uW9B0Z048kU> ; conduzido por meio **degradante e forte Coação**, obrigado realizar **Exame Pericial sob Tortura**.

Denota que diante dessa **Condição Exposta ao Ora réu** ; fato verídico **O Laudo Médico fora Forjado**, pois os circunstância que reporta e apresenta a Douta Excelência , recai a prática do insigne promotor , **Carlos Bruno Gaya da Costa**, e do Dr. MM. **Marcelo Hagg i Andreotti** (juiz Sentenciante) , de **OMISSÃO**, do caput **ART 5º, Inciso III, XLVIII, XLIX, LXIII e LXXV.**, onde NÃO fora assegurado **nenhum Direito Inviolável a este**.

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 4
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 16

06/09/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.078 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. CÂRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : GIRLEU OLIVEIRA DE ASEVEDO
IMPTE.(S) : MARCELO DA SILVA TROVÃO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA DETERMINAÇÃO DE EXAME DE INSANIDADE MENTAL. LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. No Código Penal Militar, assim como no Código Penal, adotou-se o critério biopsicológico para a análise da imputabilidade do acusado.

2. A circunstância de o agente ter doença mental provisória ou definitiva, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (critério biológico), não é suficiente para ser considerado penalmente inimputável sem análise específica dessa condição para aplicação da legislação penal.

3. Havendo dúvida sobre a imputabilidade, é indispensável verificar-se, por procedimento médico realizado no incidente de insanidade mental, se, ao tempo da ação ou da omissão, o agente era totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (critério psicológico).

4. O incidente de insanidade mental, que subsidiará o juiz na decisão sobre a culpabilidade ou não do réu, é prova pericial constituída em favor da defesa, não sendo possível determiná-la compulsoriamente quando a defesa se opõe.

5. Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em conceder a ordem de habeas**

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima da época.”

5

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TEMÁTICA DO CRIME

Este agente provido nos termos da resolução , de **NULIDADE PROCESSUAL ABSOLUTA** , do Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941, **Art 564, Inciso I, IV**, dispõe. **Art 104 do CPP** , ressalvado no **ART 148, inciso I e 145 , inciso I , do CPC** ; vista embasar neste bojo o Deslinde Detrimento Processual, imprescindível o que tange os eventos no curso dos atos processuais, onde vislumbra-se **Ação de Difamação nº 1500012-36.2020.8.26.0390**, sob Inquérito , **10 de Janeiro de 2020**, evoluído , **16 de Abril de 2022** , configurado como ‘ **Vítima**’ , fl **05/06**, (tela abaixo do esaj) o insigne facultado promotor titular, na época , **Carlos Bruno Gaya da Costa – Comarca de Nova Granada -SP (obs: Promovido 01 de Abril de 2022)**,

Vítima

CARLOS BRUNO GAYA
DA COSTA

Tempestivo que lhe atuou Indiscriminadamente nas **Ação de Calúnia nº 1500106-18.2019.8.26.0390** , fl **1021**, **04 de Fevereiro de 2020** ; relevante pontuar ocasião datada , **24 de Junho de 2020** , - **Requerer Decretação de PRISÃO PREVENTIVA nº 1000811-39.2020.8.26.0390**, fl **06** , em desfavor deste subscrevente .

Faz saber, que este ora réu fora **TORTURA FÍSICA E MENTAL , - Ação de Calúnia nº1500106-18.2019.8.26.0390**, fl **1085 / 1127**, com empregos dos incurso **LEI 9.455, de 7 de Abril de 1997** , **Art 1º , inciso I, ‘ a’ ao ‘ c’ , § 1º e § 2º**.

*I - constranger alguém com **emprego de violência** ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou **mental**:*

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

6

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

a) com o fim de obter *informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;*

b) para provocar ação ou *omissão de natureza criminosa;*

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem *submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.*

§ 2º *Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos."*

Diante **AUTOINCRIMINAÇÃO.- Ação de Difamação** , fl 69 (Obs;: pressupõe a **SUPRESSÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO** , nos dispositivo **Art 305 do CP**, que este fora submetido , sob fulcro, **Decreto Lei 678, de 06 de Novembro de 1992- ART 8º ,2, "g" e 3 - CADH** , adjunto com **CONSTRAGIMENTO ILEGAL** , previsto **ART 146 e § 3º, inciso I** , do CP

g) *direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e*

3. " A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza"

ART 146º - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda

I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

" O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época."

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 7
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Cautelado preventivamente, vista empírica vivida trajada de infortúnio; coube este à notoriedade de casos semelhante ao Abuso de Autoridade, que suscitou intrepidez em enunciar tais **Violação de Direito** argui nessa integra, - **Ação de Calúnia**, fls. 1229 (tela abaixo). segui:

tal processo é de ~~competência~~ competência Federal, pois envolve denúncias e acusações de escala Federal.

Fique desde já ciente que fui agredido numa penitenciária e ameaçado de assassinar papéis sum. ltr, por policiais que me ~~ass~~ asticiaram na viotaria em 2 julho e policiais perais que me agrediram (com testemunhos). O lugar da audiência, não pode ter retirada de Direitos.

Dia 15 de outubro não irei à audiência, e entronui com Mandado de Segurança contra tal juiz; decisão. Por o ~~corregedor~~ também pagaria por seus erros e maltrato contra mim. Nem que arraste por anos, "Retirar Direitos, é crime!" Joaquim Pedro de Faria Filho

- 25/09/2020

TURATO LOPES, liberado nos autos em 02/10/2020 às 13:40
ConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.20

FRAUDE PROCESSUAL ART 347- CP

Requeru o facultado promotor instaurar **Exame de Insanidade** N° **0001446-37.2020.8.26.0390/ Incidente da Ação de Calúnia**, fl 1123 (tela abaixo); haja vista à fl 38, do Incidente (senha 1nhaxq) que fora desentranhada sem os quesitos peticionário

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 8
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

, de acordo ART 195 do CPC; pondera ressaltar importância de seu conteúdo, vez que é avisado que a Realização da Perícia , após Audiência de Instrução, Debate e Julgamento, datada 15 de Outubro de 2020 , poderia acarretar “sérios Prejuízos ao ora réu “ ; contraste oposto, na prática, sem aplicação à defesa pleitear **EMBARGO DECLARATÓRIO**, - disposto na resolução do Decreto Lei 3.689, de 03 de Outubro de 1941 – ART 1.022, inciso I, II, III, par. Inciso I , do CPP , amparado pelo **CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA** , no incurso do ART 5º, inciso LV , da Constituição Federal.

II – Requer, ainda, a reconsideração deste r. Juízo quanto a data da audiência tendo em vista que a audiência marcada é para instrução debate e julgamento, acreditando a defesa que até esta data o Acusado não terá, em tese, sido submetido ao exame de insanidade mental, visto que o IMESC demora não menos que um (01) ano para tal finalização mesmo sendo procedimento de urgência, desta forma, sem tal instrumental a defesa do acusado fica frágil podendo trazer a ele sérios prejuízos, requer, assim e excepcionalmente, que aguarde o expert apresentar seu Laudo conclusivo para designar tal audiência, pois é UNA.

SOLIZA CASTRO Proferido em 18.09.

ART 347 -CP “Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único – Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro”

DIREITO PROCESSUAL - Lei Nº 13105 DE 16 de Março de 2015, ART 3º, 7º, 8º e 10º , do Código Processual Civil

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

9

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12ª CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 3º *Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.*

Art. 7º *“ É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório”*

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ART 1022 do CPP

“Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. *Considera-se omissa a decisão que:*

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;”

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – ART 5º , inciso LV

“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”

Tela abaixo, evidencia que o **exame de Insanidade Mental** , fora realizado , após **audiência**, onde constata que o **Exame da Perita Técnica do IMESC** , causara **Prejuízo** , (tela abaixo).

Não podemos presumir **legitimidade do Laudo Pericial.** ,vez que este paciente estava **exposto à Tortura** que fora imputada antes da realização do **Exame Médico** ; tocante a – **LEI Nº 8.653, de 10 de Maio de 1993** , dispõe :

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 10
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 1º” É proibido o transporte de presos em compartimento de proporções reduzidas, com ventilação deficiente ou ausência de luminosidade.”

Ficando assim, mercê dum **transporte sem ‘ Ventilação, Luminosidade e Alimento ‘** ; permanecendo durante **Escolta, 5 hrs e 22 min à 483 Km do CDP de Icem-sp ao IMESC-SP** , obs : **‘ Estado Degradante**

Em tela abaixo, data do Exame Médico do IMESC , nº **0001446-37.2020.8.26.0390**, fl 64

LAUDO MÉDICO LEGAL

1. PREÂMBULO

1.1. AUTORIDADE REQUISITANTE E DADOS DO PROCESSO:

Juízo requisitante:	Exmo.(a) Sr(a) Dr(a) Juiz de Direito da Vara Unica do Foro de Nova Granada
Processo Nº:	0001446-37.2020.8.26.0390
Requerente:	Justiça Pública
Requerido:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
Registro IMESC:	494324
Natureza da Ação:	PENAL
Perito:	Karine Keiko Leitaó Higa
Data da perícia:	06/11/2020
Assistentes técnicos:	Não consta

PREVARICAÇÃO. ART 319 do CP

Torna-se notável, durante o período que este estivera restrito de liberdade , a Sr. Josilene Lourenço Pereira, genitora, cadastrou no **“ Rol de Visitas”**, por diversas vezes **tolerou represálias dos funcionários que lhe atendia**; quanto à seu tratamento constantemente **‘ insolente , irônico e hostil”**; todavia, as **funções exercidas pelos agentes penitenciários**, era sempre **confusas , sem especificações**, segue links:

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 11 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

[file:///storage/emulated/0/Download/Viviane%2023-09%20\(online-audio-converter.com\).wav](file:///storage/emulated/0/Download/Viviane%2023-09%20(online-audio-converter.com).wav) (áudios deste links estaram disponíveis em anexo abaixo deste arquivo)

<https://s31.aconvert.com/convert/p3r68-cdx67/kqji8-6rwmo.wma>

<https://s31.aconvert.com/convert/p3r68-cdx67/gxiht-uvugx.wma>



Reporta que no dia do **Exame** , **06 de Novembro de 2020**, a Sra. Josilene, entrou em contado para informa-se respeito, deste subscrevente, ‘ Se porventura encontrara nas ‘ Dependência Prisional? ‘ , tendo como resposta do **agente prisional** indenficado por **França**, e confirmado pelo **agente prisional**, cujo função - ‘Portaria’ por nome de José, que ‘ **Levara para o Sistema Prisional Feminino de São Paulo**’;link <https://m.youtube.com/watch?v=uW9B0Z048kU> (prova) .Segue **Protocolo de Manifestação e Denúncias** , da época: **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** Nº00006629/2020; **MPF** nº 20200160033; **COAB** de **S.J.Rio Preto**, protocolo nº1350/2020; **OFÍCIO** nº 206/2021 (SPGJ-JUR - COPP); **CIDH** nº P- 462-20 (CI) , e **CNJ** Nº 0000552-57.2021.2.00.0000

Coação Irresistível ART 22 do CP, voltada à provocar práticas defeituosas do preso: Violência e Grave Ameaça. Ação de Calúnia , fl 1221 - , diante da tortura sofrida.

Aguarde-se audiência, mantida a custódia, eis que desde a análise anterior, as subsequentes circunstâncias de fato e de direito verificadas agravaram a situação do réu, que insiste em menoscabar a reputação de agentes públicos e emitir graves ameaças inclusive contra agentes penitenciários, tal como se infere de missiva interceptada.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 12° CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO. ART 357 do CP

ART 357 “Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:”

Ora ensejo abaixo ; salvo cōnsco do presente exposto, visa atender **apreciação de mérito** quanto no caput **357 do Código Penal**, segue...

Proferida **Sentença Condenatória** pelo **MM Marcelo Haggi Andreotti**. na **Ação de Calúnia** em desfavor deste subscrevente, datada **09 de Setembro de 2021**; eis que, iminente **prazo de 05 dias para este Recorrer na Superior Estância**, fora **Expedido Ofício** , pelo Juiz Sentenciante – “**MANDADO DE PRISÃO**” , fl **1480 e 1503** , na prática de **Crime** de

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA – ART 332: (1° e 2° tela abaixo – prova)

ART 332 “Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Isso posto, denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública.

Cientifique-se, imediatamente, o órgão colegiado prolator da r. decisão proferida em *Habeas Corpus* do teor desta decisão.

Expeça-se mandado de prisão.

Intimem-se e cumpra-se. Nova Granada, 13 de setembro de 2021.

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 13
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO HAGGI ANDREOTTI**

Vistos.

Nada a reconsiderar; trata-se de hipótese excepcionalíssima, como bem suscitado na r. Decisão anteriormente exarada, de se anotar que o controle jurisdicional já está na mesa da superior instância, a quem foi conferida ciência do teor. A remessa difusa de mensagens à rede interna significa, sim, invasão grave, coativa e divorciada dos procedimentos legais; a ponto de o dr. Marcus Vinicius Kioshi Onodera, Juiz de Direito deste E. Tribunal de Justiça e atualmente designado para auxiliar o Ministro Kassio Nunes Marques no Supremo Tribunal Federal e amigo deste subscritor, alertá-lo sobre a gravidade da situação.

Este magistrado noticiou os fatos à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está tomando providências no sentido de prevenir novas ações desta natureza, mediante condução do MM Juiz de Direito Assessor Gustavo Santini Teodoro. Portanto, a vulgaridade da situação, ao que parece, se confina à ótica do representante do Ministério Público local.

A fática elaborada pelo **Dr. Marcelo Haggi Andreotti**, eis que crivo de elementos concretos e subjetivos em face da **ABI TRARIEDADE DO JUIZ**, suprida no molde legal **LEI 13.964/2019 – PAC**. Tela abaixo, [HC 2238572-75.2021.8.26.0000](#), fl **07**.

feito, reviu dispositivo de sua sentença e, **de ofício, sem que fosse aberta vista ao Ministério Público e à Defesa, decretou a prisão preventiva do paciente**, cf. fls. 1479/1480.

À luz dos fatos, nessa linha proveniente de lapsos, salienta escrutinar falta de ORDEM JURIDICA, denota-se que **Relatório Investigativo, 14 de Setembro de 2021**, fl **1478**, divorciada do **libelo**, advertido do art. 10, § 1º, do CPP

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 14
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

“ O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.”



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 5
Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
Delegacia de Polícia de Icém/SP

fls. 1478

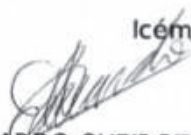
RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

REFERENTE.....Of. Jud. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Nova Granada/SP.

ASSUNTO:..... Realizar diligências com o objetivo de dar
cumprimento ao MP expedido em desfavor de
Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Exmo. Sr. Delegado:

Icém/SP, 14 de Setembro de 2021.


MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
Investigador de Polícia

INTERNAÇÃO ILEGAL

Ação de Coletivo nº 1001416-48.20221.8.26.0390; sucedeu após **cumprimento do ‘Ofício do Juiz’**, dadas elucidação na íntegra deste bojo ; ocasião que a nobre promotoria viu-se oportunidade para promover em face do paciente **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, pois, consoantes desconformidade alçada **Seara dos Direitos Humanos**, onde não adota medidas **drásticas de Inconstitucionalidade**, válida nos seus termos seguinte observância **Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, ART 173, da LEP.**

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 15 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 172.” Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

Art. 173 - A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a subscreverá com o juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterà:

I - a qualificação do agente e o número do registro geral do órgão oficial de identificação;

II - o inteiro teor da denúncia e da sentença que tiver aplicado a medida de segurança, bem como a certidão do trânsito em julgado;

III - a data em que terminará o prazo mínimo de internação, ou do tratamento ambulatorial;

IV - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento ou internamento.

Incube na LEI 10.216 de 06 de Abril de 2001, ART 4º, §2:

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

Tela Abaixo, define juiz **Marcelo H. Andreotti** que considera 'adequado'.- Ação de Calúnia, fl 1480.

Isso posto, denego ao réu o direito de apelar em liberdade e determino sua imediata inserção no regime prisional prescrito na sentença, com anotação de que o mesmo deve ter atendimento médico imediato no âmbito do sistema prisional, de modo a reajustar, dentro das possibilidades, seu quadro clínico à exigência de manutenção da paz pública.

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 16 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

De acordo com os requisito legais, não amparado no dispositivo. ART 172, inciso I, da LEP, segue, fl 96., cumprido 'Ofício' – Sem Citação, 04 de Outubro de 2021

fls. 95



CENTRO DE SAÚDE DE ICÉM/SP

CNIS – 2039133 – IBGE 351980
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
Relatório informativo

Icém – SP, 05 de outubro de 2021

Processo Digital nº: 1001416-48.2021.8.26.0390

Classe – Assunto: Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, RG n. 45.537.436-3, nascido aos 16 de setembro de 1995, filho de Joaquim Pedro de Moraes e de Josilene Lourenço Pereira, residente na Avenida Horácio Borges da Silveira, n. 265 - Centro, na cidade de Icém/SP. PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento ao **Ofício processo digital – Decisão – Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Joaquim Pedro de Moraes Filho e Prefeitura Municipal de Icém/SP.**

Outrora, o Nobre Juiz **designatório, Antônio Andefatto de Souza**, na **Ação Coletiva**, fl 83 baseia o caso de **CID 10 F-060**, num de ESQUIZOFRENIA.

Nesse sentido:

“AÇÃO DE INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA -

Elementos dos autos que evidenciam a aplicabilidade do art. 4º da Lei nº 10.216/2001 - Requisito elencado no art. 6º caput da Lei nº 10.216/2001 que foi cumprido - Relatório efetuado por profissionais de saúde mental que evidencia o quadro psicótico e de esquizofrenia aguda da agravante, que tende à piora se a paciente permanecer desatendida e isolada - Inexistência de violação à Constituição Federal - Internação compulsória também prevista no art. 1.777 do CC - Precedentes do STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO”. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2066067-25.2014.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator: ALEXANDRE MARCONDES, Data de Julgamento: 2.9.2014)”.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 17 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Passo à manifestar , tela abaixo indica que, após **um mês e quinze dias , 17 de Novembro de 2021, fl 102 – SEM AMPLA DEFESA – ART 5º , inciso LV do CF**

LV – “ aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente”

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital	
Processo Digital nº:	1001416-48.2021.8.26.0390
Classe – Assunto:	Ação Civil Coletiva - Pessoas com deficiência
Requerente	Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM e outro
Valor da Causa:	R\$ 1.000,00
Nº do Mandado:	390.2021/004133-9

Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

CITAÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

PRATICA DE DOLO. – ART 143 do CPC

Peço que seja viável o *modus operandi* ajuizado perante esse condão, porquanto o Excelentíssimo Juiz de Direito **Marcelo Haggi Andreotti**, no uso seus Poderes Discrecionários , demonstrou-se abjeto aviltado deslustrando sua labuta, inerente às fl **1411/ 1455 e 1503 – Lesão e Ameaça de Direito , art 5º, inciso XXXV , da CF; – AÇÃO DE CALÚNIA ,** onde configura-se **‘Vítima’** em todo trâmite, e após ele.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 18
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Não bastasse , homologada da sentença 10 de Setembro de 2021, e, expedido ‘Ofício’ , 13 de Setembro de 2021; o mesmo , inconformado, aditivo de influência, não equidistante que tange “ **Diretor Penitenciário, Dr. João Donizete da Cunha**”, no presente feito fora conveniente , na tentativa **desesperada de satisfazer à vingança**, escondendo seu “ **Mandado Transgressor**”, designando para o feito o Diretor, onde por meio **afrontoso ao Ordenamento Jurídico, APENSOU N° 0001026-95.2021.8.26.0390** , 13 de Outubro de 2021 , - **Ação de Calúnia**, vez que denota “ Ofertar Denúncia Possível **Agravamento** dos autos”, dada à **Comunhão de Interesse Ímpar**, tanto do Delator , quanto do Juiz .

Ventura que instaurara Inquérito Policial , 11 de Dezembro de 2021 , tendo como “ VÍTIMAS” : **Marcelo Haggi Andreotti e João Donizete da Cunha**, cujo assunto, “**Ação de Calúnia**” n°1504783-23.2021.8.26.0390 (senha **okbd6q**) , evoluído para Ação Penal , 31 de Janeiro de 2021/ **Apensado n°000132-85.2022.8.26.0390** , 10 de Fevereiro de 2022; sendo o representante da “Vítimas’ , insigne promotor **Carlos Bruno Gaya da Costa**, - “**Vítima**” da **Ação de Difamação – NULIDADE ABSOLUTA – ART 104º do CPP**. Reitero às alegações , vide tela abaixo.

Vítima

MARCELO HAGGI
ANDREOTTI

Vítima

JOAO DONIZETE DA
CUNHA

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 19
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Atualmente, o representante do Órgão Ministerial designatório na atuação do autos descritos neste conteúdo, facultado promotor titular da Comarca de Mirassol -SP , dadas **influência com o caso** , e de antemão avisada a mesma nas fl **369** na **Ação de Difamação**, por encontra-se **IMPEDIDO e SUPEITO** , visto que, fl **383**, (abaixo)

No mais, aguardo o decurso do prazo do edital de citação do acusado e, caso não seja constituído advogado, requeiro a nomeação de defensor dativo e nova vista para análise do quanto disposto no artigo 366, do CPP.

Nova Granada, data do protocolo.

JOSÉ SILVIO CODOGNO

Promotor de Justiça Designado

Levando na percepção do juízo , que tais persuasão , afastado de **Suspeita** em considerar o artigo de **prisão**, contrariando o Incidente de Exame Mental, sem socorrer o direito de **Prova de Inocência do ora Réu**, ao invés, toma medidas desproporcional – Suspendendo Ação Penal; ora tudo exprime **Ocultar Contraditório e Ampla Defesa**, onde vias paralelas não se confrontam , pois a defesa aplica **Autoincriminação do ora réu**, provocando **sem justo juízo** .

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 20
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CRIMES DISCIPLINARES – ART 1º, §2 , Lei nº 9.455 de 07
de Abril de 1997**

Excelentíssimo Doutor , Mário Sarrubo; passo protestar : nomeado ,
11 de Setembro de 2020, na época, ainda estando preso.

O Dr. **Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)** ; visto inscrito e formalizado nos autos da **Ação de Calúnia nº 1500106-18.2019.8.26.0390**, é indispensável analisar a **conduta ‘Desértica’ do Defensor dativo** no deslinde dessa Peça Processual, breve põe à luz que , diante da ‘ **Ora Lesão ou Ameaça de Direito** “, previsto no caput **5º, inciso XXXV , da Constituição Federal**, amparado no **Embargo de Declaratório - Art. 1.022, inciso I ao III, no NCP**, procedendo de acordo com **Habeas Corpus- Art 648, inciso III**, prevenindo inciso **VI** elucidando **NULIDADE ABSOLUTA – ART 104º do CPP; 347º do CP; 357º do CP ; 332º do CP ; validando 32º do CP.**

Prosseguindo à inépcia e irrefutável do Defensor , fl **1198 e 1199**, vez que houve.
Supressão de Documento Público – Art 305 do CP, nos Autos do Incidente Mental nº 0001446-37.2020.8.26.0390, fl 38.

Não houve e **não há**, nenhum dos processos elencados ...

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

21

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

MÁ FÉ. ART 79 do NCPC

Possuindo este subscrevente nítido discernimento sob tais demandas contidas nesta íntegra, visando proteger o DIREITO INVIOLÁVEL que este afrontando Constitucionalmente , onde não fora substituída na **Ação de Calúnia , - RESTRIÇÃO DE DIREITO, LEI Nº 9.714 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

Art. 44. “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.”

Vislumbra-se , tela abaixo, as penas imposta à este subscrevente; no que observa que, o insigne promotor Carlos Bruno Gaya da Costa ‘Vítima’ da Ação de Difamação, procurara “ Subterfúgio’ de por em “Cárcere “; assenhoreou-me sob TOTURA, CONSTRANGIMENTO ILEGAL E COAÇÃO, durante 7 meses , socorrido por Habeas Corpus , - [HC 2001982-83.2021.8.26.0000](#), onde Impetrou o Advogado.

PROCESSO Nº [1500106-18.2019.8.26.0390](#) ; vinculados nº [1500012-36.2020.8.26.0390](#) , [1504783-23.2021.8.26.0390](#)/ incidente [0000132-85.2022.8.26.0390](#), [1001416-48.2021.8.26.0390](#)

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 22
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Marcos Antônio dos Santos . Segue vista à Dúvida Razoável , Ação de Calúnia, fl 1455

– Sentença.

Decreto -Lei N° 2.848, de 07 de DDezembro de 1940 , ART 44 do Código Penal

Art. 44.” As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;(Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – o réu não for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)”

Não concedo substituição por pena alternativa, eis que se trata de conduta grave e, por sua tessitura, a atrair maior reprovabilidade, incluindo-se a exasperação da base penal; ademais, trata-se de réu que, no decurso do processo e após ser solto, insiste em delinquir, claramente desfavorável à benesse da substituição o regramento do artigo 44, inciso III, do Código Penal.

Por estes fundamentos, decreto a procedência da ação penal e a condenação de Joaquim Pedro de Moraes Filho, incurso no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, *caput* cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

O inciso, III, **confronta com artigo de IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO**, características que **NÃO** fora abordada pela Defesa Relapsa à EMBARGO DE DECLARAÇÃO, conseqüentemente HABEAS CORPUS , para que tais ABITRARIEDADE NÃO FOSSE ADOTADA.

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

23

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ABUSO DE PODER. – LEI 13.969/19**

O **Abuso de Poder** , narra a **coparticipação** da **Diligência local – Icem-SP**, efetua toda espécie :

Dando seguimento, tela abaixo, vislumbramos que uns dos investigadores civis, por nome de **MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, com ato de perseguição contra família e parente do ora réu, vítima, Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho, de acordo com **art 147 do Código Penal**

“Perseguir alguém, reiteradamente, e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.”

A falta de amparo, requisitos legais, estão evidente nesta investigação , resolução do **art 1 , § 1º ; art 23, inciso II, art 29, do Decreto da Lei 13.869, de 5 de Setembro de 2019 da Constituição Federal.**

“As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal “

“omitir dados ou informações ou divulgar dados ou informações incompletos para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.”

“Prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado: “

Art 79, art 80, inciso I ao VI do Código Processual Civil

“Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.”

I. deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 24
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

II. alterar a verdade dos fatos;

III. usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV. opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V. proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI. provocar incidente manifestamente infundado

Apresentação abaixo, prova o uso de **má fé do serventuário** , **oficial de justiça**, desta estimada circunscrição judiciária , no cumprimento do rito comum , Mandado de Intimação.

Haja vista que a família do ora réu, vítima, reside no fundo, há quase um ano, não fazendo assim questão de especular à mora do fundo ao vizinho da frente. **1º Ação Coletiva**, fl 69 , e **2º Ação de Calúnia**, fl 1667- tela abaixo

Oficial de Justiça

Cláudio da Silva Gonçalves (17621)

Tramitação prioritária

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 390.2021/004133-9, **DEIXEI DE CITAR e conduzir** JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, em virtude de que não encontrei o mesmo nos endereços indicados no mandado; dirigindo-me à Av. Horácio Borges da Silveira, 265, Icém/SP, uma pessoa de nome Givaldo, que apresentou-se como morador, informou que não conhece o citando; dirigindo-me à Av. Armando Sales de Oliveira, 220, Icém /SP, ninguém atendeu ao chamado no portão, uma senhora, próximo ao local, informou que faz 2 meses, mais ou menos, que o imóvel está desocupado, que morava uma senhora, que mudou-se do local, não conseguindo informação sobre o citando.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 25 de novembro de 2021.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 25 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Oficial de Justiça

Cleonir José Machado De Oliveira (27548)

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao r. mandado nº 390.2021/003792-7 dirigi-me ao município de Icém - SP., no endereço mencionado na folha de rosto, e aí sendo, deixei de proceder a INTIMAÇÃO do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não encontra-lo, obtendo informações no local, através do atual morador Givaldo, que não conhece e nem sabe informar sobre o réu. O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 11 de novembro de 2021.

Conquanto, até a diligência local , Icem-sp, informada do endereço certo, DISTORCE . Ação de Calúnia nº 1504783-23.2021.8.26.0390, fl 44. Tela abaixo.

Nº Inquérito: 2295836

Ano: 2021

Delegacia: DEL.POLICÉM

INTIMAÇÃO

IP nº: 2295836/2021

O Excelentíssimo Senhor Doutor **ANTONIO HONORIO DO NASCIMENTO**, nos moldes do artigo 6º e seguintes do Código de Processo Penal, demais dispositivos processuais penais correlatos e Lei nº 12.830/13, no uso de suas atribuições legais

MANDA qualquer policial desta **DEL.POL.ICÉM**, ou a quem lhe substituir que, em cumprimento ao presente, nos autos do inquérito policial epigrafado **NOTIFIQUE: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO RG 45537436 SAO PAULO, residente na AVENIDA SALVADOR GONÇALVES MARTINS, 220, ICÉM/SP**, o qual deverá comparecer nesta Delegacia de Polícia no dia **27 de novembro de 2021, às 14:00 horas**, a fim de prestar **declarações**, sobre o noticiado no citado **Inquérito Policial**, na **RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA 410 - CENTRO**, para que dê sua versão sobre os fatos.

Fica JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO cientificado que, no caso de não comparecimento, estará sujeito às penas do crime de desobediência (art. 330 do Código Penal).

Prazo para cumprimento: **02 dias**.

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

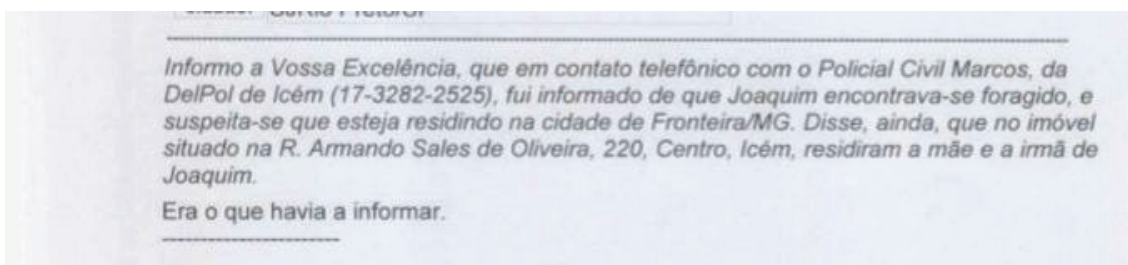
“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 26 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Podemos apreciar o trabalho feito pelo Corpo Efetivo da Circunscrição Judiciária e Diligência, através dos seus investigadores e oficiais, não esqueçamos da insegurança que a família do ora réu, vítima, corre; não sejamos omissos que a responsabilidade recai à esses órgãos.

Quando confrontado os artigos no bojo processual passa-se notório o fundamento expresso nesses autos, seguindo total compromisso com a vida do ora réu, vítima, **Joaquim Pedro de Moraes Filho**, pois o maior perigo é a DESORDEM PROCESSUAL que cotidianamente é de **PRAXI**.

1º tela abaixo, extraído de outro processo, quanto o ato de perseguição é imprudente nesse investigador procurando causa e tumulto. **2º** Abaixo – **Carta Precatória da Ação Coletiva**, fl, **180**



Informo a Vossa Excelência, que em contato telefônico com o Policial Civil Marcos, da DelPol de Icém (17-3282-2525), fui informado de que Joaquim encontrava-se foragido, e suspeita-se que esteja residindo na cidade de Fronteira/MG. Disse, ainda, que no imóvel situado na R. Armando Sales de Oliveira, 220, Centro, Icém, residiram a mãe e a irmã de Joaquim.

Era o que havia a informar.

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 27 12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FRUTAL, 07 de fevereiro de 2022.

Escrivã(o) Judicial: ELENILDA MARIA CAMARGOS
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito
CERTIDÃO NEGATIVA

Processo nº. 5000601-75/2022
Secretaria: 1ª.

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, nesta data, às 18h10min, diligenciei na Vila Matinha de Fronteira, especificamente na Rua Rotary (antiga Rua 11), em residência com as características mencionadas na carta precatória e que hoje estampa os números 118 e 124, onde encontra-se uma Kombi estacionada (e aparentemente abandonada) em frente, e aí sendo, DEIXEI DE CITAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, uma vez que, por informações colhidas no local com a Sra. Severina, que se identificou como atual moradora, esta me inteirou que a residência nem sempre fica ocupada pois viaja muito para divulgar seu trabalho como artesã e que Joaquim Pedro é filho de sua ex-cunhada Josilene, mas não tem contato com eles, não sabe indicar seus paradeiros ou endereços atuais. Em diligências adicionais, dirigi-me nas residências próximas (ressaltando que a numeração das casas são especialmente desordenadas neste bairro): Rafael (n. 271, imediatamente ao lado); Franciele e Sérgio (respectivamente, n. 270 e n. 270 fundos, em frente) e Vitor (n. 123, ao lado da 270) e nenhum deles soube informar quem seria ou qualquer indício sobre Joaquim Pedro. Diante disto, com relação ao presente mandado, endereço fornecido e informações colhidas no local, Joaquim Pedro de Moraes Filho encontra-se em lugar incerto e não sabido. Isto posto, devolvo o mandado à secretaria para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé.

Frutal-MG, 15 de fevereiro de 2022.

CARLOS ROBERTO REINAQUE JUNIOR

PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados nº 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 28
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PEDIDO

Peço, Senhor Doutor Procurador, desta estimada Corte, que seja **deferido** todo conteúdo aludido desta íntegra com vista à vossa Excelência, no uso de suas atribuições, que requeiro de imediato e outorgado este pedido abaixo.

- 1) Nulidade Absoluta (vide íntegra dos autos; ações empígrafe) Vista à Dúvida Razoável
- 2) Mandado de Segurança, caput 5º, LXIX, CF/88

Minha Estima e Formidável Condão perante Egrégia Corte e seu Relator, Heitor Donizete de Oliveira.

Peço Deferimento

07 de Junho de 2022

São Paulo

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBABSDOR DA 29
12º CÂMERA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Alm km. 82

PROCESSO N° 1500106-18.2019.8.26.0390 ; vinculados n° 1500012-36.2020.8.26.0390 , 1504783-23.2021.8.26.0390/ incidente 0000132-85.2022.8.26.0390, 1001416-48.2021.8.26.0390

“ O Tribunal não pode ser afetado pelas condições do dia, mas será pelo clima d a época.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 7º Andar - CEP: 01510-001 - .

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Certifico e dou fé que fiz a juntada do e-mail recebido do d. Defensor, deixando de fazer a juntadas de 02 áudios constantes, tendo em vista que o nosso sistema não permite.

Certifico, outrossim, que o e-mail constando todos os anexos foram encaminhados ao gabinete do Relator do processo para conhecimento.

São Paulo, 15 de junho de 2022

Silonia Xavier Da Rocha Pane - mat: M130288

Supervisora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000790870

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, em que é apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado/apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **deram parcial provimento aos recursos das partes para anular a sentença de folhas 1440/1455, em razão do cerceamento de defesa, determinar a regularização da representação processual do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, e abertura de vista para apresentação de alegações finais defensivas, em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, sentenciando-se, após, o feito V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores VICO MAÑAS (Presidente sem voto), JOÃO MORENGHI E PAULO ROSSI.

São Paulo, 28 de setembro de 2022.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Apelante/Apelado: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Apelado/Apelante: Ministério Público do Estado de São Paulo

Comarca: Nova Granada

Voto nº 5705

Calúnia e injúria qualificadas – Preliminares – Nulidade da sentença – Ausência de novas alegações finais defensivas após retificação dos memoriais escritos por parte da acusação – Cerceamento de defesa e violação do contraditório – Suspeição – Pleito prejudicado – Anulação da sentença – Determinação de constituição de novo defensor para apresentação de alegações finais por escrito – Recursos da defesa e ministerial PARCIALMENTE PROVIDOS.

Através da sentença prolatada nas folhas 1140/1455, o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi condenado(a) nos seguintes moldes: *"incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto"*.

Inconformada, a defesa recorreu nas folhas 1509/1513, pleiteando a anulação da sentença, em razão da suspeição do magistrado de primeiro grau, *"visto que se tornou nos autos vítima e julgador"*, para que seja indicado novo defensor ao réu, apresentando alegações finais. O recurso foi contrarrazoado pela acusação na folha 1642, pugnando pelo provimento.

Também inconformado, o Promotor de Justiça interpôs recurso de apelação nas folhas 1633/1639, pela desproporcionalidade das penas aplicadas. Aduz que o sentenciado é *"jovem com graves problemas psiquiátricos reconhecidos no laudo do incidente de insanidade mental acostado aos autos"*, motivo pelo qual houve *"ajuizamento de ação de internação compulsória, diante da recalcitrância do"*

sentenciado em aderir a tratamento ambulatorial, cf. autos nº 1001416-48.2021.8.26.0390, atualmente com tutela de urgência deferida determinando a internação compulsória". Reitera as alegações defensivas quanto à nulidade da sentença por ausência de alegações finais da defesa, ocorrendo cerceamento de defesa, bem como quanto à suspeição do magistrado. No mérito, requer o reconhecimento da continuidade delitiva, fixação da pena-base no mínimo, redução da pena em patamar máximo pela semi-imputabilidade, e fixação de regime aberto. As contrarrazões foram oferecidas pela defesa nas folhas 1678/1681, pugnando pelo provimento dos recursos, pleiteando, ainda, o afastamento das penas de multa, por se tratar de pessoa miserável.

A d. Procuradoria de Justiça opina pelo provimento parcial do recurso (folhas 1826/1836), rejeitando-se as preliminares, para que as penas sejam reduzidas, fixando-se o regime inicial aberto.

Por fim, consigno que nas folhas 1682/1697, 1698/1790, 1792/1823, 1838/1896, 1929/1965, 1968/1996, **o próprio réu encaminhou "petições" através de e-mails, e não seu defensor,** como constou da certidão de folha 1997.

É o relatório.

Primeiramente, em razão da ausência de capacidade postulatória do acusado, bem como pelas considerações tecidas no laudo pericial de folhas 1320/1323, atestando-se que o réu "*apresenta características de personalidade Paranoide*", "*prejudicada sua capacidade de autodeterminação*", e indicado tratamento especializado, os documentos às folhas 1682/1697, 1698/1790, 1792/1823, 1838/1896, 1929/1965, 1968/1996, não comportam análise nem deliberação, por serem destacados da realidade.

Além disso, nos áudios encaminhados por *e-mail* para este relator (vide certidão de folha 1997), apenas se escuta uma voz feminina solicitando se comunicar com a enfermaria do estabelecimento prisional em que o réu se encontrava, para obter informações sobre seu estado de saúde, não guardando relação com este feito.

Consigno, ainda, que como bem pontuado pelo d. Promotor de Justiça nas razões recursais, foi determinada a internação compulsória do réu nos autos de nº 1001416-48.2021.8.26.0390, não cumprida a decisão diante da não localização do sentenciado.

Passo à análise das preliminares.

Quanto à suscitada nulidade da sentença, assiste parcial razão às partes.

Diante do tumulto processual, necessário recapitular o andamento do feito desde a realização da audiência de instrução de folhas 1237/1238.

Finda a instrução, o magistrado determinou a cobrança do laudo pericial para avaliar a condição mental do réu, conforme se observa da gravação cujo *link* consta da folha 1245.

Nas folhas 1320/1323, aportou aos autos referido laudo médico, no qual constou que o réu *"apresenta características de personalidade Paranoide", "prejudicada sua capacidade de autodeterminação"*, sendo indicado tratamento especializado.

Nas folhas 1324/1326, o digno Promotor de Justiça requereu a absolvição imprópria do réu, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial.

A defesa, exercida naquela oportunidade pelo Dr. Marco Antonio dos Santos, nas folhas 1327/1336, pleiteou a revogação da prisão preventiva do acusado.

Além de indeferir o pedido, na folha 1337, o magistrado consignou não ser caso de acolhimento do pleito formulado pelo representante do Ministério Público na folha 1326, determinou a intimação das partes para requererem outras diligências, no prazo de cinco dias; nada sendo requerido, declarou encerrada a instrução criminal, determinou a conversão dos debates orais pela entrega de memórias escritos, intimando-se as partes para apresentação de alegações finais, por memorial escrito, no prazo sucessivo de cinco dias.

O r. do Ministério Público, nas folhas 1340/1341, reiterou o memorial de folhas 1324/1326.

Na sequência, foram apresentadas alegações finais por memoriais, pela defesa exercida pelo advogado Dr. Marco Antonio dos Santos, nas folhas 1346/1352, com procuração na folha 1353 dos autos.

Em seguida, a prisão preventiva do réu foi revogada em decisão liminar nos autos do *Habeas Corpus* nº 2001982-83.2021.8.26.0000, da lavra do eminente desembargador, Dr. Paulo Antonio Rossi, expedido alvará de soltura nas folhas 1384/1386, devidamente cumprido nas folhas 1394/1397.

Após, nas folhas 1402/1403, o d. Promotor de Justiça retificou o memorial escrito de folhas 1324/1326, ao considerar a semi-imputabilidade do réu, pugnando por sua condenação, fixação da pena-base no mínimo legal, reconhecimento do crime continuado, das causas de aumento de pena, e redução da pena em 2/3 (dois terços), com fixação de regime aberto, substituindo-se a pena por tratamento ambulatorial.

Na folha 1411, o d. Magistrado de primeiro grau determinou a juntada de uma postagem ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2021, nas folhas 1407/1410, converteu o julgamento em diligência e determinou a intimação das partes para manifestação.

Nas folhas 1415/1416, o d. Promotor de Justiça assim se manifestou:

"Nada a requerer nestes autos, já que se trata de fatos estranhos aos contidos na denúncia, peça que impõe os limites objetivos da lide. Demais disso, a instrução já se encontra encerrada, com memoriais apresentados desde janeiro do presente ano, sendo certo que nenhum sentido faria eventual aditamento, notadamente pelo fato de ser o magistrado que conduz o presente feito, aparente vítima dos fatos, o que levaria ao seu impedimento para julgamento.

Observe, no entanto, que caso da confusa narrativa presente nas publicações entenda o e.magistrado ter sido ofendido no exercício de suas funções, é possível, após a oferta da necessária representação, a instauração de novo procedimento investigatório que resultará em ação penal diversa, já que estará o e. magistrado impedido de julgar fatos dos quais seja vítima. (...)"

Na folha 1417, o advogado Dr. Marco Antonio dos Santos

renunciou ao mandato, por motivos de foro íntimo. Na sequência, o magistrado determinou, na folha 1418, a intimação pessoal do acusado para constituir novo advogado, e caso silente, a manutenção da nomeação do defensor dativo, Dr. Sinomar de Souza Castro.

Referido defensor dativo peticionou nas folhas 1427/1428, requerendo a intimação pessoal do réu, bem como aduzindo que *"Por ora, a publicação de fls.1407/1410, não está trazendo qualquer prejuízo, visto que, ainda, não há qualquer comprovação de que tenha sido realizada pelo Acusado"*.

O réu foi intimado (folha 1433) e permaneceu silente, assim, nas folhas 1438/1439, o defensor dativo do réu, Dr. Sinomar de Souza Castro, manifestou-se sobre a publicação de folhas 1407/1410, e requereu sua manutenção na defesa do acusado, com abertura de vistas para alegações finais, manifestando-se, num primeiro momento pela indicação de um novo defensor dativo pelo juízo porque o réu teria alegado que ele, Dr. Sinomar, teria causado prejuízo para ele, réu, como escrito pelo próprio réu no mandado de folha 1432 dos autos.

No entanto, o pedido não foi apreciado, e o feito foi sentenciado nas folhas 1440/1455.

De fato, houve apresentação de alegações finais por parte do advogado Dr. Marco Antonio dos Santos, nas folhas 1346/1352.

Contudo, diante da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, alterando substancialmente o teor das alegações finais apresentadas anteriormente, posto que na oportunidade anterior (folhas 1324/1326), havia pleiteado a absolvição imprópria do acusado, **e na nova manifestação, requereu a condenação,** fixação da pena-base no mínimo legal, reconhecimento do crime continuado, das causas de aumento de pena, e redução da pena em 2/3 (dois terços), com fixação de regime aberto, substituindo-se a pena por tratamento ambulatorial, **diante da conversão do julgamento em diligência, determinada pelo magistrado na folha 1411, bem como pendente de regularização a representação processual do réu nos autos, o feito não poderia ter sido sentenciado sem apreciação da petição de folhas 1438/1439, sendo**

forçoso reconhecer a nulidade por cerceamento de defesa.

Não há como se relativizar a nulidade supracitada e se admitir o sentenciamento do feito sem manifestação final da defesa, após a consubstancial alteração apresentada pela acusação, independente das circunstâncias e dos tumultos causados pelo próprio réu no processo.

A petição de folhas 1438/1439 deveria ter sido devidamente apreciada pelo magistrado, com a manutenção do defensor dativo como representante do réu e a abertura de vista para apresentação de novas alegações finais, sentenciando-se, após, o feito, inexistindo justificativa plausível para o procedimento adotado, sendo inviável validá-lo, ainda mais se considerarmos a atuação diligente e atenta do causídico Dr. Sinomar de Souza Castro nos autos, mesmo com a postura belicosa que o réu lhe destinou.

Necessário assegurar ao réu o direito ao contraditório e à ampla defesa, positivado no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Sobre o direito ao contraditório e à ampla defesa, segue análise constante da obra "*As nulidades no processo penal*"¹:

“Defesa e contraditório são indissoluvelmente ligados, porquanto é do contraditório (visto em seu primeiro momento, da informação) que brota o exercício da defesa; mas é essa – como poder correlato ao da ação – que garante o contraditório. A defesa, assim, garante o contraditório, mas também por este se manifesta e é garantida. Eis a íntima relação e interação da defesa e do contraditório” (p. 71).

À defesa, cabe o direito de se manifestar após a acusação, tendo a última palavra em relação ao *meritum causae*, antes do sentenciamento do feito.

Isto foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 157627/PR,

¹ As nulidades no processo penal / Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes. – 12 ed. - Editora Revista dos Tribunais, 2011

oportunidade em que foi concedida a ordem para anulação de sentença, pois fora fixado prazo comum para apresentação de alegações finais por réus colaboradores e réus delatados, reconhecido o flagrante prejuízo pelos réus delatados não terem se manifestado por último, conforme ementa que segue:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITOS POR RÉUS COLABORADORES E DELATADOS. PRAZO COMUM. INADMISSIBILIDADE. OFENSA ÀS REGRAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NULIDADE. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. EXEGESE IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDEPENDENTEMENTE DA NORMA INFRACONSTITUCIONAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988, E 603, DO CPP. ORDEM CONCEDIDA.

I – Possibilidade de impetração de habeas corpus nos casos em que, configurada flagrante ilegalidade do provimento jurisdicional, descortina-se premente o risco atual ou iminente à liberdade de locomoção, apta, pois, a gerar constrangimento ilegal. Precedentes desta Suprema Corte (HC 87.926/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; HC 136.331, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

II - Decisão de primeiro grau de jurisdição que indefere pedido para apresentação de memoriais escritos após o prazo dos réus colaboradores. Prejuízo demonstrado.

III – Memoriais escritos de réus colaboradores, com nítida carga acusatória, deverão preceder aos dos réus delatados, sob pena de nulidade do julgamento. Exegese imediata dos preceitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/88) que prescindem da previsão expressa de regras infraconstitucionais.

IV – Agravo regimental provido, para conhecer e conceder a ordem."

(STF – AgR no HC 157.627/PR, Rel. Min. Edson Fachin, Redator do Acórdão Min. Ricardo Lewandowski, SEGUNDA TURMA, Data de julgamento: 27/08/2019; DJe: 05/09/2019).

Ainda que a situação analisada nos autos do *Habeas Corpus* seja diversa da tratada nestes autos, extraem-se, **do acórdão de redação do Eminentíssimo Ministro Ricardo Lewandowski, importantes lições sobre o exercício do contraditório e da ampla defesa, as quais colaciono:**

"Registro, de proêmio, que o direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LIV e LV) deve permear todo o processo penal, garantindo sempre, como ônus, a possibilidade de manifestações oportunas e eficazes da defesa e, como se verá no oferecimento, por último, dos memoriais após a acusação, pouco importando a catalogação jurídica do agente acusador (Parquet, testemunhas de acusação ou réus colaboradores).

Assinalo, a propósito, que a compreensão hermenêutica e a incidência das normas fundamentais não estão condicionadas, em princípio, à existência de texto normativo infraconstitucional,

conforme prescreve o disposto no § 1º do art. 5 da CF/88. É cediço, nessa quadra, que o legislador é incapaz de prever, de forma apriorística e com pormenores, as diversas situações em que descortina-se indispensável assegurar o contraditório substancial ao acusado, mormente quando envolver novel diploma legal introduzido no ordenamento jurídico." ²;

"Como se nota, o direito subjetivo do acusado de falar após todo encargo acusatório, ainda que exsurja de parte qualificada juridicamente como réu, não se esgota nas previsões legais existentes. Ou seja, o Código de Processo Penal e a Lei 12.850/2013 não apresentam rol taxativo, nem tampouco condicionam o exercício do contraditório efetivo.

Trata-se, portanto, de um imperativo categórico a determinar um comportamento vigilante do Poder Judiciário em toda persecução criminal, cuidado este que, de outra banda, não trará qualquer prejuízo às partes envolvidas no litígio."³ (grifo meu);

"Assinalo, a propósito, que as alegações finais integram o iter da instrução processual, convergindo, nessa oportunidade final, todas as manifestações da acusação e da defesa. Nesse sentido, destaco a lição doutrinária de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Filho e Antonio Scarance Fernandes (In. As nulidades do processo penal. São Paulo. Revista dos Tribunais, 12 ed. 2011, p. 191), verbis :

"A instrução criminal, entendida em sentido amplo como conjunto de atividades destinadas a preparar o provimento final (do latim, instruere = transmitir conhecimentos), somente se completa e atinge sua finalidade com o oferecimento de alegações pelos participantes do contraditório.

É nesse 'momento argumentativo', com efeito, que os interessados na decisão, criticando as provas, extraindo de seu contexto os fatos sobre os quais constroem suas versões e, sobretudo, buscando demonstrar o direito aplicável à hipótese, exercem com plenitude o poder de influir positivamente sobre o convencimento do juiz, colaborando, assim, no exercício da jurisdição".

Sendo assim, para que todos os argumentos possam ser rebatidos pelos réus, independentemente da natureza da fonte acusatória, é indispensável que se conceda à defesa a última palavra, antes do pronunciamento final, sob pena de nulidade absoluta por violação do disposto no art. 5º, LV, da CF/88." ⁴ (grifo meu)

No presente caso, o Promotor de Justiça havia requerido a absolvição imprópria do réu; após as alegações finais inicialmente apresentadas

² HC 157627 AGR / PR, Inteiro teor do acórdão, p. 48

³ HC 157627 AGR / PR, Inteiro teor do acórdão, p. 49

⁴ HC 157627 AGR / PR, Inteiro teor do acórdão, p. 51 e 52

pela defesa, houve conversão do julgamento em diligência, sobreveio manifestação ministerial retificando os memoriais apresentados anteriormente, para pleitear a condenação do acusado, renúncia do advogado e pedido de regularização da representação defensiva, sem que fosse oportunizado à defesa se manifestar sobre a retificação apresentada pela acusação.

Assim, não resta alternativa a não ser reconhecer a nulidade da sentença, por violação ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal (direito ao contraditório e à ampla defesa).

Em relação à alegada nulidade da sentença pela suspeição do magistrado, uma vez anulada a sentença por motivo diverso e cessada a designação do magistrado Dr. Marcelo Haggi Andreotti nestes autos, conforme publicação juntada na folha 1791, de modo que quando do retorno destes autos à origem, não será o magistrado sentenciante, **resta prejudicada a análise.**

Não obstante, consigno que a interpretação pela gravidade extremada da conduta do réu, bem como uma atuação firme e rigorosa do magistrado, não o torna suspeito. No presente caso, não se configuraram as hipóteses previstas no artigo 254 do Código de Processo Penal, e o magistrado não modificou sua postura de julgador para a de vítima, tanto que não determinou que o d. Promotor de Justiça adotasse providências em relação à publicação juntada nas folhas 1407/1410, mas apenas para que tomassem ciência e se manifestassem, sequer mencionando referida publicação na sentença de folhas 1140/1455.

Ante o exposto, dá-se parcial provimento aos recursos das partes para **anular a sentença de folhas 1440/1455, em razão do cerceamento de defesa, determinar a regularização da representação processual do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, e abertura de vista para apresentação de **alegações finais defensivas**, em decorrência da **retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403**, sentenciando-se, após, o feito.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA
Relator

ENC: COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Ter, 04/10/2022 13:45

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

JOEL SABINO DA COSTA

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br**De:** DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA XAVIER <douglasx@tjsp.jus.br>**Enviado:** terça-feira, 4 de outubro de 2022 13:45**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL**COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL**

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

Encaminho a Vossa Excelência, no anexo, ofício de comunicação do julgamento virtual, da 12ª Câmara de Direito Criminal, da Apelação nº 1500106-18.2019.8.26.0390.

Atenciosamente,

**DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA XAVIER**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SJ 5.6 - 6º Grupo de Câmaras Criminais

Rua da Glória, 459, 7º andar - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-001

Tel: (11) 3209-8275 / Tel (11) 3209-8285

E-mail: douglasx@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.

Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

São Paulo, 4 de outubro de 2022.

Referência: Julgamento Virtual
Recurso : Apelação Criminal
Processo nº : 1500106-18.2019.8.26.0390 .
Outros nºs: 1500106-18.2019.8.26.0390
Partes : Apelante/Apelado: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Apelado/Apelante: Ministério Público do Estado de São Paulo

Senhor(a) Juiz(a) de Direito:

Por determinação da Egrégia Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, comunico a Vossa Excelência que em Sessão de Julgamento Permanente e Virtual realizada pela Colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, julgando Apelação Criminal acima mencionado(a), proferiu a seguinte decisão: DERAM PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DAS PARTES PARA ANULAR A SENTENÇA DE FOLHAS 1440/1455, EM RAZÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA, DETERMINAR A REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO ACUSADO JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, E ABERTURA DE VISTA PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS DEFENSIVAS, EM DECORRÊNCIA DA RETIFICAÇÃO APRESENTADA PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA NAS FOLHAS 1402/1403, SENTENCIANDO-SE, APÓS, O FEITO V.U..

A íntegra do v. Acórdão será disponibilizado no endereço eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br> quando de sua assinatura pelo E. Relator, sendo a sua senha de acesso tcealm.

Apresento a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

Silonia Xavier da Rocha Pane
Supervisor(a) do Serviço de Processamento
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP - .

CERTIDÃO

Processo nº:	1500106-18.2019.8.26.0390
Classe – Assunto:	Apelação Criminal - Calúnia
Apelante/Apelado	Joaquim Pedro de Moraes Filho
Apelado/Apelante	Ministério Público do Estado de São Paulo
Relator(a):	HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA
Órgão Julgador:	12ª Câmara de Direito Criminal

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que encaminhei, por meio eletrônico, o comunicado de resultado do julgamento à Vara de Origem e/ ou à respectiva Vara das Execuções Criminais.

São Paulo, 4 de outubro de 2022.

DOUGLAS HENRIQUE DE SOUZA XAVIER - Matrícula: 371.571
Escrevente Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE hoje.

Considera-se data da publicação o 1º dia útil subsequente.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB: 238365/SP)

São Paulo, 6 de outubro de 2022.

Adriana Fátima de Paula - Matrícula M097281
Escrevente-Chefe



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
 Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

TERMO DE CIÊNCIA À PGJ



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Apelação Criminal**
 Ação: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Calúnia**
 Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
 Relator: **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
 Partes: **é apelante/apelado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado/apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
 Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

São Paulo, 6 de outubro de 2022.

Exmo(a) Senhor(a),

Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço [http://esaj.tjsp.jus.Br](http://esaj.tjsp.jus.br).

Laurecy Da Silva Sant'Anna
Escrevente Técnico Judiciário
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a). Procurador(a) de Justiça.
 Rua Riachuelo, nº 115 – sala 447



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE REMESSA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Apelação Criminal

Partes:

Apelante/Apelado: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Apelado/Apelante: Ministério Público do Estado de São Paulo

CERTIFICA-SE, que em 06/10/2022 o ato abaixo foi encaminhado para intimação no portal eletrônico.

Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço <http://esaj.tjsp.jus.br>.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Tribunal de Justiça

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 12/10/2022 14:54

Prazo: 15 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço [http://esaj.tjsp.jus.Br](http://esaj.tjsp.jus.br).

São Paulo, 12 de Outubro de 2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão do(a) Apelação Criminal, número 1500106-18.2019.8.26.0390, transitou em julgado em 31.10.2022, para efeito de recurso em 2ª Instância, por parte do Ministério Público e em 24.10.2022, para efeito de recurso em 2ª Instância, por parte de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

São Paulo, 3 de novembro de 2022.

Laurecy Da Silva Sant'Anna Matrícula: M130102
Escrevente Técnico Judiciário

REMESSA

Remeto os presentes autos a(o) Vara Única de Nova Granada.
São Paulo, 3 de novembro de 2022.

Laurecy Da Silva Sant'Anna Matrícula: M130102
Escrevente Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP - .

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Calúnia**
Apelante/Apelado: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado/Apelante: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
Vara de Origem: **Vara Única**

CERTIDÃO DE REMESSA

Certifico que o(a) Apelação Criminal de nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ,
movido(a) por Joaquim Pedro de Moraes Filho contra Ministério Público do
Estado de São Paulo foi remetido(a) para a vara de origem.
São Paulo, 3 de novembro de 2022.

Laurecy Da Silva Sant'Anna - Matrícula M130102
Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
 CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
 Telefone: (17) 2186-5958 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **SEIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Diante do decidido pelo Venerando Acórdão datado de 28 de setembro de 2022 (fls. 1998/2007) e considerando que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi intimado pessoalmente (fls. 1433) e não constituiu novo Advogado (fls. 1434), mantenho a nomeação do Nobre Defensor Dativo, Doutor SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365 (fls. 1133).

Intime-se o Nobre Defensor Dativo, para, no prazo de cinco (05) dias, apresentar suas alegações finais defensivas, **em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403**, na forma determinada pelo V. Acórdão acima referido.

Após, tornem conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 07 de novembro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0956/2022, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Diante do decidido pelo Venerando Acórdão datado de 28 de setembro de 2022 (fls. 1998/2007) e considerando que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi intimado pessoalmente (fls. 1433) e não constituiu novo Advogado (fls. 1434), mantenho a nomeação do Nobre Defensor Dativo, Doutor SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365 (fls. 1133). Intime-se o Nobre Defensor Dativo, para, no prazo de cinco (05) dias, apresentar suas alegações finais defensivas, em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, na forma determinada pelo V. Acórdão acima referido. Após, tornem conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 8 de novembro de 2022.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 08/11/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Diante do decidido pelo Venerando Acórdão datado de 28 de setembro de 2022 (fls. 1998/2007) e considerando que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi intimado pessoalmente (fls. 1433) e não constituiu novo Advogado (fls. 1434), mantenho a nomeação do Nobre Defensor Dativo, Doutor SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365 (fls. 1133). Intime-se o Nobre Defensor Dativo, para, no prazo de cinco (05) dias, apresentar suas alegações finais defensivas, em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, na forma determinada pelo V. Acórdão acima referido. Após, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, (SP), 08 de novembro de 2022

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0956/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 09/11/2022. Considera-se a data de publicação em 10/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. Diante do decidido pelo Venerando Acórdão datado de 28 de setembro de 2022 (fls. 1998/2007) e considerando que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi intimado pessoalmente (fls. 1433) e não constituiu novo Advogado (fls. 1434), mantenho a nomeação do Nobre Defensor Dativo, Doutor SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365 (fls. 1133). Intime-se o Nobre Defensor Dativo, para, no prazo de cinco (05) dias, apresentar suas alegações finais defensivas, em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, na forma determinada pelo V. Acórdão acima referido. Após, tornem conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 9 de novembro de 2022.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 09/11/2022 11:06

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Diante do decidido pelo Venerando Acórdão datado de 28 de setembro de 2022 (fls. 1998/2007) e considerando que o réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi intimado pessoalmente (fls. 1433) e não constituiu novo Advogado (fls. 1434), mantenho a nomeação do Nobre Defensor Dativo, Doutor SINOMAR DE SOUZA CASTRO, OAB/SP 238.365 (fls. 1133). Intime-se o Nobre Defensor Dativo, para, no prazo de cinco (05) dias, apresentar suas alegações finais defensivas, em decorrência da retificação apresentada pelo Promotor de Justiça nas folhas 1402/1403, na forma determinada pelo V. Acórdão acima referido. Após, tornem conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, 9 de Novembro de 2022

ENC: Solicitação de Dativo

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Qua, 09/11/2022 11:30

Para: GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Atenciosamente,

**JULIANA GREISSE BERTOLDI**

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br

De: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Enviado:** quarta-feira, 9 de novembro de 2022 11:24**Para:** JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>**Assunto:** ENC: Solicitação de Dativo**JOEL SABINO DA COSTA**

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br**De:** Justice Park <parkjustice46@hotmail.com>**Enviado:** quarta-feira, 9 de novembro de 2022 10:12**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** Solicitação de Dativo

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Prezada

Bom Dia

Peço, por gentileza, a nomeação de novo constutivo causídico nos autos nº 1500106-18.2019.8.26.0390 como assim consta minha solicitação pessoal na folha 1433 dessa ação supracitada.

Peço, encaminhamento desse pedido ao cartório para devidas providências. Reitero esse manifesto disposto no ' v. acórdão ' , por sua Excelência Relator Heitor Donizete de Oliveira à observância deste, vez que tange o ' princípio da ampla defesa' .

Agradecido.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO/OFÍCIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem - SP

Juiz de Direito: Dr. **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

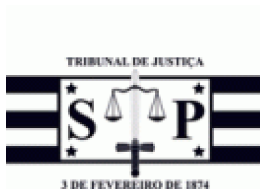
Fls. 2.023. Sequer conheço o pedido do RÉU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO deixando de forma clara que o referido é RÉU e que precisa agir nessa situação.

O acusado não tem *jus postulandi*, devendo-se limitar a responder a ação penal nos moldes e termos do que prevê a legislação de regência. A sua impertente manifestação demonstra de forma cabal o que já realçado nos autos, que é, a sua semi-imputabilidade (ou seja, possui problemas mentais que afetam a sua vida de alguma forma).

Observo que a indicação é prerrogativa da OAB local em convênio realizado com a Defensoria, de modo que modificações na forma de indicação é ferir a autonomia. Sem não antes anotar que o acusado foi devidamente INTIMADO PESSOALMENTE e deixou o prazo transcorrer *in albis*, apenas se manifestando por e-mail (sic), de modo, resalto, a demonstrar que busca tumultuar o processo com suas alucinações e queixas sem sentido.

No mais, caso o acusado quisesse poderia ter contratado advogado de sua escolha. Veja-se que a indicação de advogado dativo segue as normas estabelecidas no Convênio entre a OAB-SP e a Defensoria Pública. A nomeação e indicação de patrono não se curva ao bel-prazer de qualquer réu.

Não há previsão legal de indicação ou escolha de patrono pelo réu. Isto sem não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

antes deixar de observar que o acusado se porta efetivamente como um tumultuador processual, o que ressoa novamente a sua parcial problemática mental.

Aguarde-se a apresentação dos memoriais.

Após, tornem conclusos para sentença.

Intime-se.

Nova Granada, 09 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0968/2022, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Fls. 2.023. Sequer conheço o pedido do RÉU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO deixando de forma clara que o referido é RÉU e que precisa agir nessa situação. O acusado não tem jus postulandi, devendo-se limitar a responder a ação penal nos moldes e termos do que prevê a legislação de regência. A sua impertente manifestação demonstra de forma cabal o que já realçado nos autos, que é, a sua semi-imputabilidade (ou seja, possui problemas mentais que afetam a sua vida de alguma forma). Observo que a indicação é prerrogativa da OAB local em convênio realizado com a Defensoria, de modo que modificações na forma de indicação é ferir a autonomia. Sem não antes anotar que o acusado foi devidamente INTIMADO PESSOALMENTE e deixou o prazo transcorrer in albis, apenas se manifestando por e-mail (sic), de modo, ressaltado, a demonstrar que busca tumultuar o processo com suas alucinações e queixas sem sentido. No mais, caso o acusado quisesse poderia ter contratado advogado de sua escolha. Veja-se que a indicação de advogado dativo segue as normas estabelecidas no Convênio entre a OAB-SP e a Defensoria Pública. A nomeação e indicação de patrono não se curva ao bel-prazer de qualquer réu. Não há previsão legal de indicação ou escolha de patrono pelo réu. Isto sem não antes deixar de observar que o acusado se porta efetivamente como um tumultuador processual, o que ressoa novamente a sua parcial problemática mental. Aguarde-se a apresentação dos memoriais. Após, tornem conclusos para sentença."

Nova Granada, 10 de novembro de 2022.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 10/11/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Fls. 2.023. Sequer conheço o pedido do RÉU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO deixando de forma clara que o referido é RÉU e que precisa agir nessa situação. O acusado não tem jus postulandi, devendo-se limitar a responder a ação penal nos moldes e termos do que prevê a legislação de regência. A sua impertente manifestação demonstra de forma cabal o que já realçado nos autos, que é, a sua semi-imputabilidade (ou seja, possui problemas mentais que afetam a sua vida de alguma forma). Observo que a indicação é prerrogativa da OAB local em convênio realizado com a Defensoria, de modo que modificações na forma de indicação é ferir a autonomia. Sem não antes anotar que o acusado foi devidamente INTIMADO PESSOALMENTE e deixou o prazo transcorrer in albis, apenas se manifestando por e-mail (sic), de modo, ressaltado, a demonstrar que busca tumultuar o processo com suas alucinações e queixas sem sentido. No mais, caso o acusado quisesse poderia ter contratado advogado de sua escolha. Veja-se que a indicação de advogado dativo segue as normas estabelecidas no Convênio entre a OAB-SP e a Defensoria Pública. A nomeação e indicação de patrono não se curva ao bel-prazer de qualquer réu. Não há previsão legal de indicação ou escolha de patrono pelo réu. Isto sem não antes deixar de observar que o acusado se porta efetivamente como um tumultuador processual, o que ressoa novamente a sua parcial problemática mental. Aguarde-se a apresentação dos memoriais. Após, tornem conclusos para sentença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Nova Granada, (SP), 10 de novembro de 2022

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0968/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 11/11/2022. Considera-se a data de publicação em 16/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Fls. 2.023. Sequer conheço o pedido do RÉU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO deixando de forma clara que o referido é RÉU e que precisa agir nessa situação. O acusado não tem jus postulandi, devendo-se limitar a responder a ação penal nos moldes e termos do que prevê a legislação de regência. A sua impertente manifestação demonstra de forma cabal o que já realçado nos autos, que é, a sua semi-imputabilidade (ou seja, possui problemas mentais que afetam a sua vida de alguma forma). Observo que a indicação é prerrogativa da OAB local em convênio realizado com a Defensoria, de modo que modificações na forma de indicação é ferir a autonomia. Sem não antes anotar que o acusado foi devidamente INTIMADO PESSOALMENTE e deixou o prazo transcorrer in albis, apenas se manifestando por e-mail (sic), de modo, ressaltado, a demonstrar que busca tumultuar o processo com suas alucinações e queixas sem sentido. No mais, caso o acusado quisesse poderia ter contratado advogado de sua escolha. Veja-se que a indicação de advogado dativo segue as normas estabelecidas no Convênio entre a OAB-SP e a Defensoria Pública. A nomeação e indicação de patrono não se curva ao bel-prazer de qualquer réu. Não há previsão legal de indicação ou escolha de patrono pelo réu. Isto sem não antes deixar de observar que o acusado se porta efetivamente como um tumultuador processual, o que ressoa novamente a sua parcial problemática mental. Aguarde-se a apresentação dos memoriais. Após, tornem conclusos para sentença."

Nova Granada, 11 de novembro de 2022.



Zicutake
@Zicutake



Agora eu quero ve aquele
Gabriel Albieri colocar algum
processo meu á Revelia...tem
como Provar que o reu
recorreu e se Manifestou
sobre o Processo em si, o tal,
eu, era ciente.

12:11 · 25/08/2022 · Twitter for
Android



Não há revelia no Processo 1001416-48.2021.8.26.0390 há manifestacao se opondo a ação na Pagina 139 a 176 e na pagina 191 á 200. Revelia não vai colar...pra pode impedir Recorrer do Processo GABRIEL ALBIERI, com Base em um laudo de um Processo que vai sofrer Anulidade.



Tweete sua resposta





Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

O Juiz GABRIEL ALBIERI vai ser Denunciado no processo tal por Supressão de documento e Omissão...Já o Desembargador Heitor Donizette,tambem será Denunciado por Omissão comprovada em Crime de Tortura no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 (NÃO QUERO ESSE HOMEN TOCANDO NO MEU NOME).

22:22 · 29/06/2022 · Twitter for Android



Tweete sua resposta





Mas eu digo...GABRIEL
ALBIERI emita o MANDADO
DE PRISÃO...conforme
promotor quer...o Visionário
Jurídico, que diz que o réu
não pode Peticionar, foi com
esse comportamento que o
outro processo pode ser
ANULADO em outras
estâncias conforme a LEI.
Impedir a Defesa é retirar a
Ampla

15:05 · 28/05/2022 · Twitter for
Android



20:31 · 18/07/2022 · Twitter for Android



Twete sua resposta





Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

Esse tal juiz GABRIEL ALBIERI, ele que está guiando o processo, ELE que colocou um advogado dizendo que é em meu nome Wigson Henrique, ELE que Disse que a Acusação se Manifestou...ELE...EU, Joaquim Pedro..não autorize nem advogado, nem manifestação..1500012-36.2020.8.26.0390

15:01 · 28/05/2022 · Twitter for Android



Tweete sua resposta



Anexo de Manifestação:
quinta-feira, 19 de maio de
2022

Fw: Esse Advogado de Nova
Granada Wigson Henrique
(OABSP: 245.272), é Laranja
do Juiz GABRIEL ALBIERI,
pois está usando o meu
nome sem minha
permissão... Ref.:
[proclame281119.blogspot.co
m/2022/05/fw-ess...](https://proclame281119.blogspot.com/2022/05/fw-ess...)

02:49 · 20/05/2022 · Twitter for
Android



Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

O Juiz GABRIEL ALBIERI de Nova Granada não quer que o processo tenha defesa, ele quer guiar o processo Retirando Direitos a Ampla Defes. O Promotor do Processo já trabalhou com Marcelo Haggi Andreotti em Mirassol, o Juiz disse q tinha influência. Eu fui mexer com uma Quadrilha.

14:27 · 18/05/2022 · Twitter for Android



Tweete sua resposta



Esse Advogado de Nova Granada Wigson Henrique, é Laranja do Juiz GABRIEL ALBIERI, pois está usando o meu nome sem minha permissão, jamais iria de abrir mão de que perguntassem, se a "Nunca ter visto advogada Pública, em Julgamento de família contra o pai mexeu com você Joaquim Pedro?"



esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/



Aceita a Denúncia, segundo os termos das folhas 284/286 dos autos, e citado o Réu por Edital – folhas 348/349 dos autos- foi aberto prazo para a Defesa.

Destarte, foi nomeado este defensor dativo, que ora se apresenta.

**Zicutake**

428.064 Tweets

Seguir**Tweets****Tweets e respostas****Mídia****Curtidas****Zicutake** @Zicutake · 16 set.

Até os 30 tabom :)

**Zicutake** @Zicutake · 16 set.

Feliz aniversario Joaquim Pedro de Moraes Filho :) Eu kkkkkkk



Editar perfil

Zicutake

@Zicutake

(c) 2011 - 2022 zicutake@mail.ru - Adleman (ADMAN) is my token. blockchain.adleman.usacomment.com

Comunidade usacomment.com

Feliz aniversário! Entrou em agosto de 2013

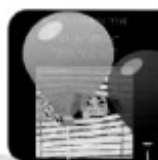
1 Seguindo 2.018 Seguidores

Tweets**Tweets e respostas****Mídia****Curtidas**

Você retweetou

**Zicutake** @Zicutake · 19 ago.

Vi um crime ocorrer! Sou obrigado a "denunciá-lo"? - Victor Emídio

Vi um crime ocorrer!
Sou obrigado a "denun...
emidiovictor.jusbrasil.c...**Zicutake** @Zicutake · 16 set.

De 10000 investido esse fundo renderia reais no mes de setembro. VLOL11





Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

Uma coisa eu te digo Fabiano Rodrigues Crepaldi; "Tudo isso" ainda vai durar por Longos Anos, pois eu Vou Lutar pelos meus Direitos até o fim, que é a ultima estancia, Longe da "Sua Amizade". Criminoso!

01:45 · 28/08/2022 · Twitter for Android



Tweete sua resposta

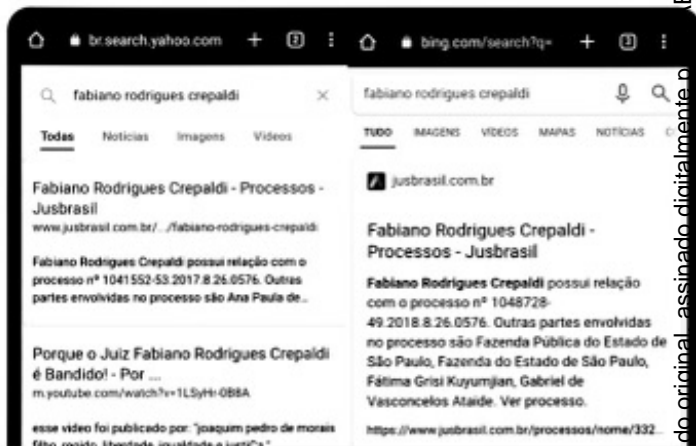




Tweet

**Zicutake**
@Zicutake

Como se existisse o Google
pra ocultar seus Crimes
Fabiano Rodrigues
Crepaldi...o TJSP pode ter
"Tentado" ocultar...mas
quando alguém pesquisar seu
nome, e vai...vai achar sua
Porcaiada! Bandido!



Tweete sua resposta





Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

É como a palavra dele
valesse, e a minha não...isso
é crime em um processo,
Fabiano Rodrigues Crepaldi,
juiz de Votorantim, esta
fraudando a lei no Processo
1003350-61.2022.8.26.066
3

11:07 · 31/08/2022 · Twitter for
Android



Tweete sua resposta



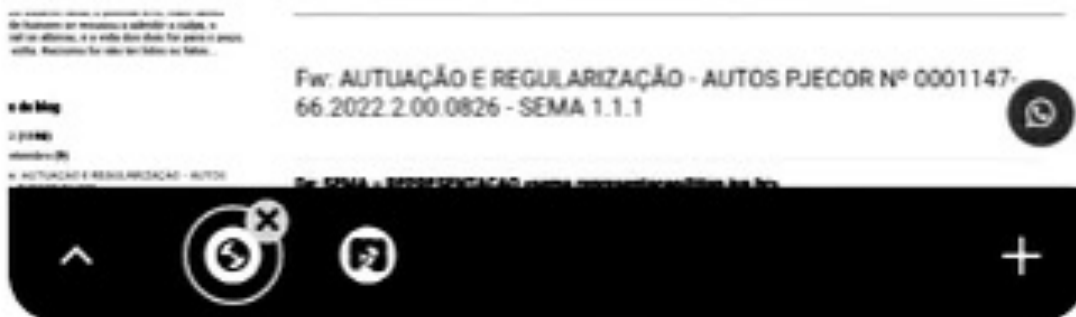
Processo nº
1003350-61.2022.8.26.066
3 TJSP · Foro de Votorantim,
SP (Processo aonde Fabiano
Rodrigues Crepaldi manipula
a Justiça Publica de Forma
Criminosa, pra ocultar
Noticia Crime)
proclame281119.blogspot.co
m/2022/09/proces...



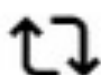


Sequência

fls. 2045



16:23 · 02/09/2022 · Twitter for Android



Zicutake @Zi... · 02/09/2022 ...

Em resposta a @Zicutake
proclame281119.blogspot.com/2022/09/fw-aut...



Zicutake @Zi... · 02/09/2022 ...

Em resposta a @Zicutake
Boa tarde, segue a documentacao, lembra-se quw impedir uma parte envolvida em um processo de ter acesso é Crime.





Sequência



@Zicutake

AUTUAÇÃO E
REGULARIZAÇÃO - AUTOS
PJEOR Nº
0001147-66.2022.2.00.082
6 - SEMA 1.1.1, Ref ao
1003350-61.2022.8.26.066
3 contra Fabiano Rodrigues
Crepaldi, que tenta ocultar
uma Noticia Crime, não
Averiguada Legalmente. Não
é Primeira vez que ele faz isso
com ajuda de Influencia



... (1111)
... (1111)
... (1111)

... (1111)
... (1111)
... (1111)

Fav. AUTUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO - AUTOS PJEOR Nº 0001147-
66.2022.2.00.0826 - SEMA 1.1.1



Dr. Joao Pedro de Moraes Filho joaopedrofilho@hotmail.com
Enviado sexta-feira, 2 de setembro de 2022 17:18



Tweete sua resposta





Zicutake
@Zicutake

BRASIL- JUIZ FABIANO
RODRIGUES CREPALDI E
PROMOTORIA EM ESQUEMA
DE ESTELIONATO E
CORRUPÇÃO



opensea.io

BRASIL- JUIZ FABIANO
RODRIGUES CREPALDI E PROMO...

21:21 · 07/09/2022 · Twitter for
Android



Tweete sua resposta





Tweet

**Zicutake**

@Zicutake

NÃO ME DERAM A SENHA
DE UM PROCESSO QUE
FABIANO RODRIGUES
CREPALDI, MOVEU
CITANDO O MEU NOME E
DENUNCIAS CRIMES EM
QUE TENHO POSSE, SE
ISSO NÃO FOR TRAFICO DE
INFLUENCIA, SE ISSO NÃO
FOR CRIME...A
CONSTITUIÇÃO TA SENDO
TAPIADA!

00:26 · 13/09/2022 · Twitter for
Android



Tweete sua resposta





Tweet



@Zicutake

BRASIL- JUIZ FABIANO
RODRIGUES CREPALDI E
PROMOTORIA EM ESQUEMA
DE ESTELIONATO E
CORRUPÇÃO



opensea.io

BRASIL- JUIZ FABIANO
RODRIGUES CREPALDI E PROMO...

14:52 · 14/09/2022 · Twitter for
Android



Tweete sua resposta



**Sequência**

Corrupto 2020 por
Denunciar um Juiz, que sim
Cometeu crime, Nunca Vi
Advogada ou participei de
Audiencia e mesmo assim a
tal recebeu honorarios e juiz
Fabiano Rodrigues
Crepaldi, se aproveitou

21:44 · 14/09/2022 · Twitter for
Android



Zicutake @Zi... · 14/09/2022

Em resposta a @Zicutake

de uma procuração
CORRUPTO SAFADO! DE 2019
ATÉ HOJE É COMO SE FOSSE
ONTEM!



Twete sua resposta





Sequência

**Zicutake**

@Zicutake

Pensa nisso,e se pergunta se
uma que foi torturada,não vai
querer justiça..fui preso e
torturado 2020 por
Denunciar um Juiz,que sim
Cometeu crime,Nunca Vi
Advogada ou participei de
Audiencia e mesmo assim a
tal recebeu honorarios e juiz
Fabiano Rodrigues
Crepaldi,se aproveitou

21:44 · 14/09/2022 · Twitter for
Android



Tweete sua resposta




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
DECISÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Trata-se de informações recebidas pela Serventia Judicial de Nova Granada a respeito de postagens do acusado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** teria reiterado condutas ofensivas ao magistrado FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outras pessoas.

Observo que o caso tem suas peculiaridades, em especial, que nesse momento processual encontra-se aguardando alegações finais da defesa, portanto, **sem qualquer tipo de sentença e fixação de regime.**

Pois bem.

Anoto que chegaram informações de atuação via twitter do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO com ofensas a alguns magistrados, entre eles uma das vítimas do caso em tela, Dr. Fabiano.

Anoto que recentemente o Supremo Tribunal Federal deu interpretação ao que se entende pro estado flagrancial, em especial no IQ 4781/DF de Relatoria de Sua Excelência, o Ministro Alexandre de Moraes que assim consignou:

*“As condutas criminosas do parlamentar configuram flagrante delito, pois na verifica-se, de maneira clara e evidente, a perpetuação dos delitos acima mencionados, uma vez que **o referido vídeo permanece disponível e acessível a todos os usuários da rede mundial de computadores, sendo que até o momento,** apenas em um canal que fora disponibilizado, o vídeo já conta com mais de 55 mil acessos.”*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Relembre-se que, considera-se em flagrante delito aquele que está cometendo a ação penal, ou ainda acabou de cometê-la.

Na presente hipótese verifica-se que o acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO ao postar e permitir a divulgação de twetees e imagens, que repiso, **permanece disponível nas redes sociais (@Zicutake**, encontra-se em infração permanente e consequentemente em flagrante delito, o que permite a consumação de sua prisão em flagrante.

Anote-se que o acusado já permaneceu preso anteriormente, entretanto, vale-se da rede mundial de computadores para perpetrar seus atos atentatórios contra a dignidade de pessoas.

A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias a ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; 34, III e IV), nem tampouco a realização de manifestações nas redes sociais visando o rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – Separação de Poderes (CF, artigo 60, §4º), com a consequente, instalação do arbítrio.

A liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Dessa maneira, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático; quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas; pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos.

Mas vejamos algumas falas recentes do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO:

“Pensa nisso,e se pergunta se uma que foi torturada,não vai querer justiça.fui preso e torturado 2020 por Denunciar um Juiz,que sim Cometeu crime,Nunca Vi Advogada ou participei de Audiencia e mesmo assim a tal recebeu honorarios e juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi,se aproveitou”

BRASIL- JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

AUTUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO - AUTOS PJEOR Nº 0001147-66.2022.2.00.0826 - SEMA 1.1.1, Ref ao 1003350-61.2022.8.26.0663 contra Fabiano Rodrigues Crepaldi, que tenta ocultar uma Noticia Crime, não Averiguada Legalmente. Não é Primeira vez que ele faz isso com ajuda de Influencia

É como a palavra dele valesse, e a minha não...isso é crime em um processo, Fabiano Rodrigues Crepaldi, juiz de Votorantim, esta fraudando a lei no Processo 1003350-61.2022.8.26.0663

E continua até mesmo contra o relator preventivo no âmbito do Tribunal de Justiça do E. TJSP:

Heitor Donizette *sabia das acusações de tortura. E a falta de audiencia de Custodia. ERA OBRIGAÇÃO DELE, TER SOLICITADO UMA ABERTURA DE UM INQUERITO. NÃO QUERO ESSE HOMEM TOCANDO NO MEU NOME.*

*O Juiz GABRIEL ALBIERI vai ser Denunciado no processo tal por Supressão de documento e Omissão...Já o **Desembargador Heitor Donizette**,tambem será Denunciado por Omissão comprovada em Crime de Tortura no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 (NÃO QUERO ESSE HOMEN TOCANDO NO MEU NOME)."*

O magistrado condutor do feito, Dr. Gabriel Albieri também não foi poupado das ameaças e devaneios do acusado:

Esse Advogado de Nova Granada Wigson Henrique (OABSP: 245.272),é Laranja do Juiz GABRIEL ALBIERI, pois está usando o meu nome sem minha permissão... Ref.: proclame281119.blogspot.com/2022/05/fw-ess...

Esse Advogado de Nova Granada Wigson Henrique,é Laranja do Juiz GABRIEL ALBIERI, pois está usando o meu nome sem minha permissão,jamais iria de abrir mão de que perguntassem,se a"Nunca ter visto advogada Pública,em Julgamento de família contra o pai mexeu com você Joaquim Pedro?"

A reiteração dessas condutas por parte do acusado revela-se gravíssima, pois atentatório ao Estado Democrático de Direito brasileiro e suas Instituições republicanas.

Imprescindível, portanto, **medidas enérgicas** para impedir a perpetuação da atuação criminoso do acusado visando lesar ou expor a perigo de lesão a independência dos Poderes instituídos e ao Estado Democrático de Direito, inclusive com mais de 2000



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

seguidores em sua rede social no twitter e que a ostenta sem qualquer pudor, e ainda, lhe parabeniza pelo aniversário conforme print anexado.

Ainda, entendo que se faz necessária a restrição da conta do twitter do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, devendo-se oficial ao twitter.

As condutas reiteradas estão em flagrante delito, conforme acima mencionado.

Diante do exposto:

- a) **a IMEDIATA EFETIVAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO** por crimes contra a honra; coação no curso do processo; intimidação; retaliação e ameaçados do acusado.
- b) Que se oficie ao twitter para restrição em até 24 horas da conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proibição de novas contas pelo acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.
- c) Determino a imediata retirada do ar do site proclame281119.blogspot.com oficiando-se ao google; e demais provedores para no prazo de 24 horas comunicarem o cumprimento da decisão sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- d) Encaminhe-se cópia desta decisão aos juízes mencionados por e-mail.
- e) Libere-se a presente decisão e prints em anexo somente após a prisão do acusado, sob pena de se esvaziar o efeito, visto que, ao que consta, o acusado manuseia o feito diariamente e mais de 1x ao dia.

SERVIÁ ESSA DECISÃO COMO MANDADO QUE DEVERÁ SER CUMPRIDO IMEDIATAMENTE E INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO POR TRATAR-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

Intime-se.

Nova Granada, 09 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

URGENTE - Mandado de Prisão em Flagrante 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qua, 09/11/2022 12:33

Para: dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>; 52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>

Bom dia!

Segue anexa decisão servindo de mandado de prisão em flagrante para cumprimento pelos crimes cometidos conforme anexos.

Att.

Decisão 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Qui, 10/11/2022 10:20

Para: GABRIEL ALBIERI <galbieri@tjsp.jus.br>;FABIANO RODRIGUES CREPALDI <fcrepaldi@tjsp.jus.br>;MARCELO HAGGI ANDREOTTI <mandreotti@tjsp.jus.br>;GABINETE - JUIZ HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA <gab.heitoroliveira@tjsp.jus.br>

Bom dia!

Segue anexa decisão para conhecimento.

Att.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 10 de novembro de 2022.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, providências necessárias para restrição da conta @zicutake de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, bem como proibição de abertura de novas contas pelo réu, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
 Twitter, Inc.

1500106-18.2019.8.26.0390

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**OFÍCIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima: **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

URGENTE

Nova Granada, 10 de novembro de 2022.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, providências necessárias para que o blog/site *proclame281119.blogspot.com*, de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, natural de Mage - RJ, seja retirado do ar, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Solicito que seja, no mesmo prazo, comunicado a este juízo o cumprimento desta ordem.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)
Google

1500106-18.2019.8.26.0390

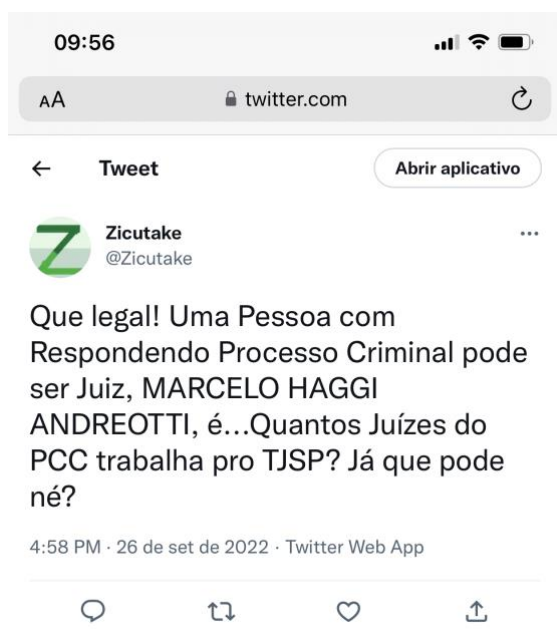


<http://proclame281119.blogspot.com/2021/03/urgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi.html?m=1>

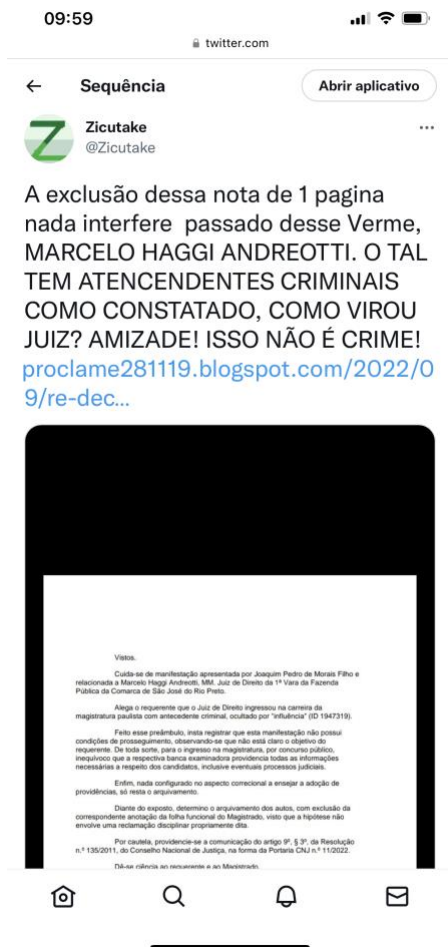
https://twitter.com/Zicutake/status/1370726848213217282?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1370726848213217282%7Ctwgr%5E959274496d84fa43308c6d62e098231ef2b7b907%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=http%3A%2F%2Fproclame281119.blogspot.com%2F2021%2F03%2Furgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi.html



<https://twitter.com/Zicutake/status/1574488566025146369>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1574484313630031873>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1573103765758017541>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1571994204657565697>

<https://kedchain.net/index.php/2021/03/13/urgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi-andreotti-tortura-jovem-por-denunciar-irregularidades-do-juiz-fabiano-rodrigues-crepaldi-na-comarca-de-nova-granada/>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1570805523624394758>

10:08



twitter.com



Tweet

Abrir aplicativo



Zicutake
@Zicutake



Feliz aniversario Joaquim Pedro de
Morais Filho :) Eu kkkkkkk



Editar perfil

Zicutake

@Zicutake

(c) 2011 - 2022 zicutake@mail.ru - Adleman (ADMAN)
is my token. blockchain.adleman.usacomment.com

Comunidade ⓘ usacomment.com

🔍 Feliz aniversário! 📅 Entrou em agosto de 2013

1 Seguindo 2.018 Seguidores

Tweets

Tweets e respostas

Mídia

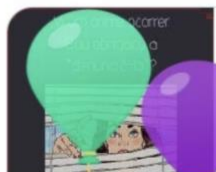
Curtidas



Você retweetou

**Zicutake** @Zicutake · 19 ago.

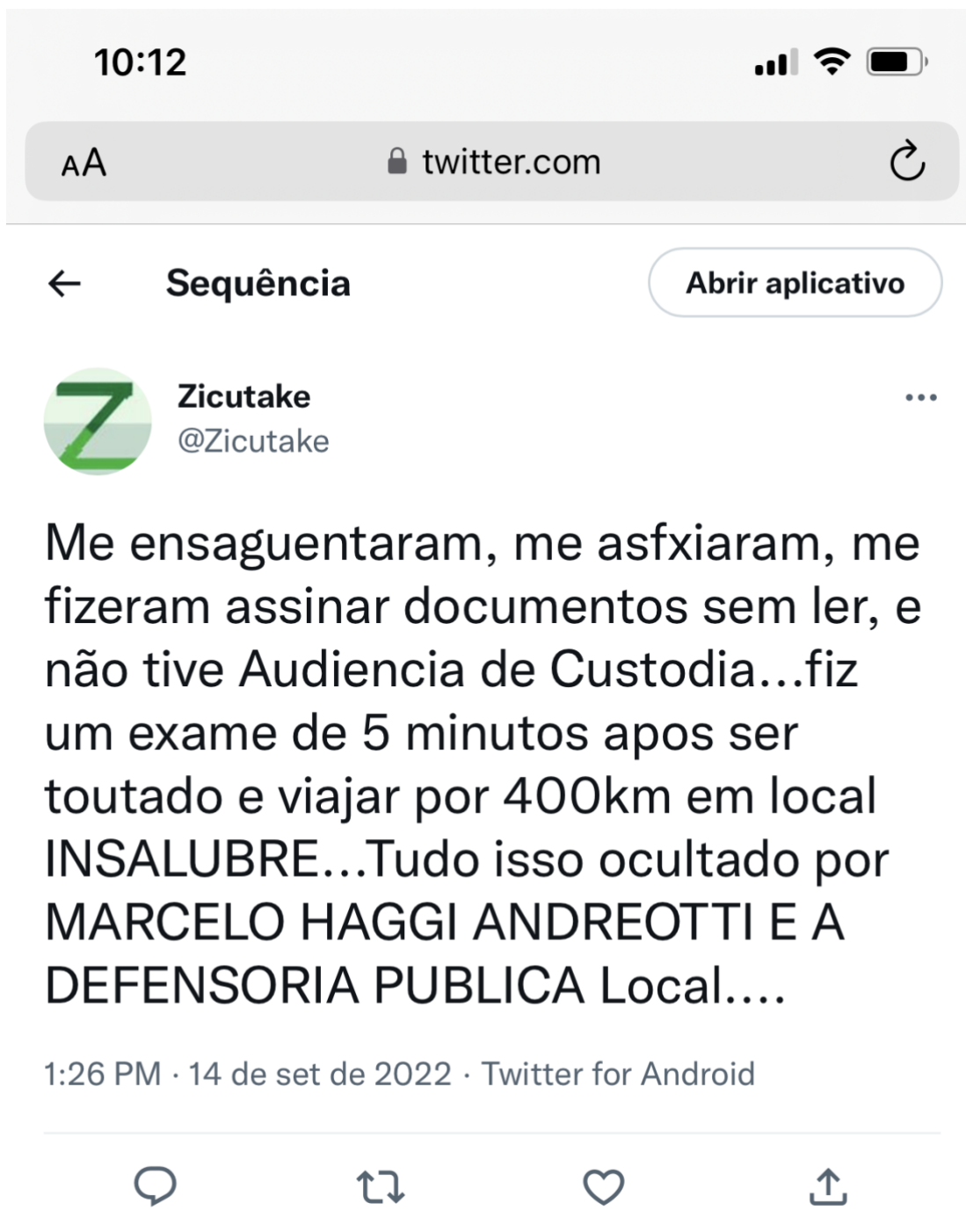
Vi um crime ocorrer! Sou obrigado a
"denunciá-lo"? - Victor Emídio



Vi um crime ocorrer!
Sou obrigado a "denun...
emidiovictor.jusbrasil.c...



<https://twitter.com/Zicutake/status/1570619228188999682>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1570086508257808385>



<https://twitter.com/Zicutake/status/1568233335377256449>

10:16



Leitor Disponível



Tweet

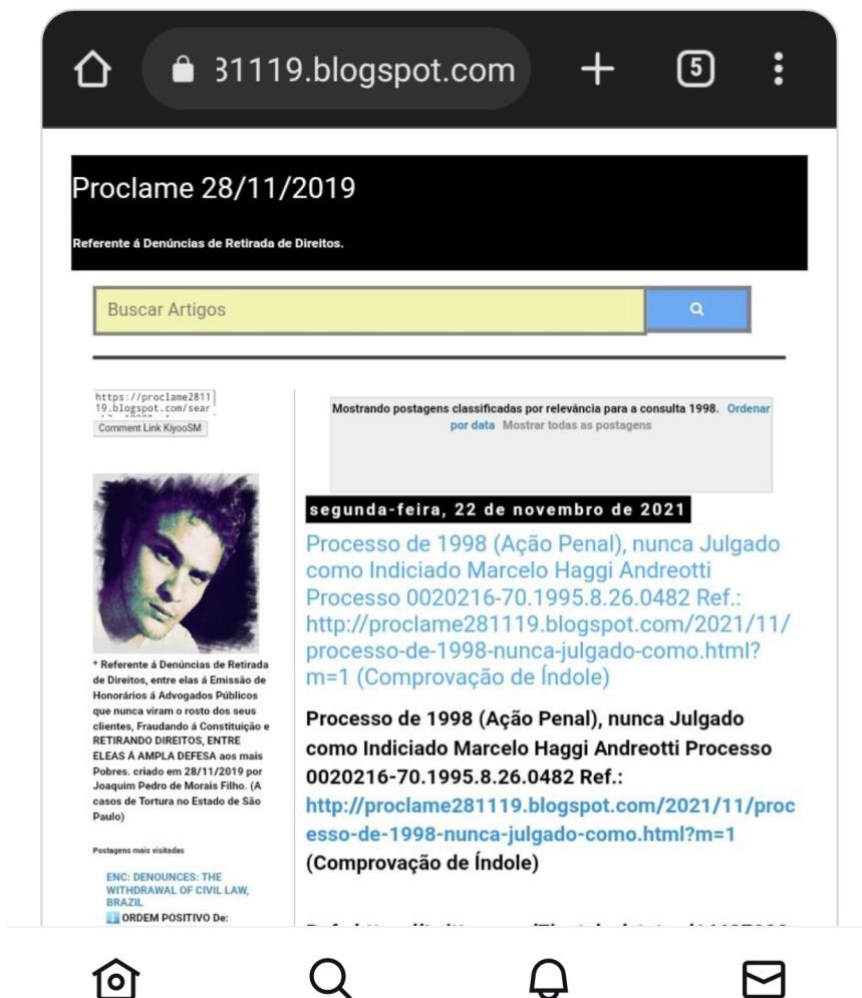
Abrir aplicativo



Zicutake
@Zicutake



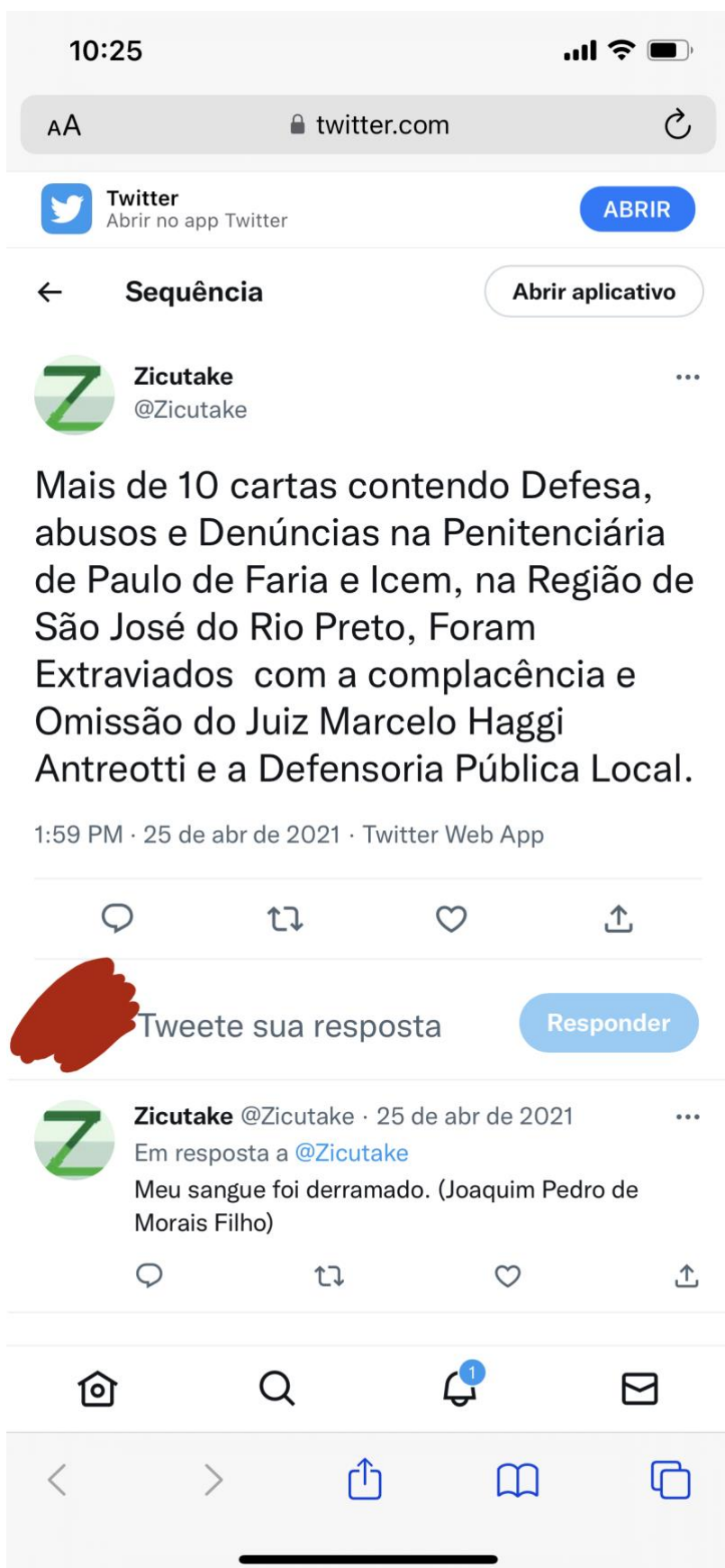
MARCELO HAGGI ANDREOTTI ERA JUIZ CRIMINAL COM ANTECEDENTES CRIMINAIS, COM PROCESSO ABERTO DESDE OS ANOS 90. TUDO ISSO OCULTADO POR INFLUENCIA. proclame281119.blogspot.com/2021/11/proces...



<https://twitter.com/Zicutake/status/1568069250601947138>







<https://twitter.com/Zicutake/status/1567716511397068801>




https://mobile.twitter.com/Zicutake/status/1386364168324984833?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1386364168324984833%7Ctwgr%5Ef68fac4328981e



1a8e2232ada276a107761f2439%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=http%3A%2F%2Fproclame281119.blogspot.com%2F2021%2F03%2Furgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi.html

10:28




AA
twitter.com







Twitter
Abrir no app Twitter
ABRIR

←
Tweet
Abrir aplicativo


Zicutake
@Zicutake


Dias Antes a audiência do processo 1500106-18.2019.8.26.0390 O advogado Sinomar de Souza Castro foi Denunciado em Juízo, aonde o Juiz Marcelo Haggi Antreotti, era ciente que o Advogado foi retirado do processo por Manifestação do réu por carta. Se omitiu causando Danos ao Réu.

10:22 PM · 26 de abr de 2021 · Twitter Web App


https://mobile.twitter.com/Zicutake/status/1386853327858700288?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1386853327858700288%7Ctwgr%5Ef68fac4328981e1a8e2232ada276a107761f2439%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=http%3A%2F%2Fproclame281119.blogspot.com%2F2021%2F03%2Furgente-juiz-de-mirassol-marcelo-haggi.html

<https://m.youtube.com/watch?v=uW9B0Z048kU&feature=youtu.be>

10:32

AA


twitter.com

 **Twitter**
Abrir no app Twitter

ABRIR


← Sequência

Abrir aplicativo



Zicutake @Zicutake · 28 de abr de 2021
ANEXO CRIME DE TORTURA: ÁUDIO DE
CONDUTA CRIMINOSA DE AGENTE DA
PENITENCIÁRIO DE ICEM, SP(7/11/20)
youtu.be/uW9B0Z048kU

1



Zicutake
@Zicutake

Só digo uma coisa...eu quero
Justiça...isso só está
começando...Tortura é Crime!...tem
coisas que é nojenta. Nunca Menti...

12:13 AM · 28 de abr de 2021 · Twitter Web App



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 2186-5958 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Diante da mensagem eletrônica recebida (fls. 2033/2045), dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para eventual manifestação.

No mais, aguarde-se a vinda das alegações finais defensivas (fls. 2018).

Após, tornem os autos conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 11 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 11/11/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Diante da mensagem eletrônica recebida (fls. 2033/2045), dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para eventual manifestação. No mais, aguarde-se a vinda das alegações finais defensivas (fls. 2018). Após, tornem os autos conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, (SP), 11 de novembro de 2022



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**

Documento de Origem: Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria,
Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA
GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 -
DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA

Autor: **Justiça Pública**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que encaminhei os ofícios de fls. 2031/2032 através de carta AR. Nada Mais. Nova Granada, 11 de novembro de 2022. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0980/2022, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Diante da mensagem eletrônica recebida (fls. 2033/2045), dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para eventual manifestação. No mais, aguarde-se a vinda das alegações finais defensivas (fls. 2018). Após, tornem os autos conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 16 de novembro de 2022.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 16/11/2022 14:18

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Fls. 2.023. Sequer conheço o pedido do RÉU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO deixando de forma clara que o referido é RÉU e que precisa agir nessa situação. O acusado não tem jus postulandi, devendo-se limitar a responder a ação penal nos moldes e termos do que prevê a legislação de regência. A sua impertente manifestação demonstra de forma cabal o que já realçado nos autos, que é, a sua semi-imputabilidade (ou seja, possui problemas mentais que afetam a sua vida de alguma forma). Observo que a indicação é prerrogativa da OAB local em convênio realizado com a Defensoria, de modo que modificações na forma de indicação é ferir a autonomia. Sem não antes anotar que o acusado foi devidamente INTIMADO PESSOALMENTE e deixou o prazo transcorrer in albis, apenas se manifestando por e-mail (sic), de modo, ressaltado, a demonstrar que busca tumultuar o processo com suas alucinações e queixas sem sentido. No mais, caso o acusado quisesse poderia ter contratado advogado de sua escolha. Veja-se que a indicação de advogado dativo segue as normas estabelecidas no Convênio entre a OAB-SP e a Defensoria Pública. A nomeação e indicação de patrono não se curva ao bel-prazer de qualquer réu. Não há previsão legal de indicação ou escolha de patrono pelo réu. Isto sem não antes deixar de observar que o acusado se porta efetivamente como um tumultuador processual, o que ressoa novamente a sua parcial problemática mental. Aguarde-se a apresentação dos memoriais. Após, tornem conclusos para sentença.

Nova Granada, 16 de Novembro de 2022

São Paulo, 16 de novembro de 2022

Ao

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nova GranadaE-mail: novagranada@tjsp.jus.br**Ref.: Resposta a Decisão Judicial****Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390**

Na qualidade de procuradores do **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.** (*doc. 01 anexo*), inscrito no CNPJ/MF sob nº 16.954.565/0001-48, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.221, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("TWITTER BRASIL" ou "Oficiado"), vimos prestar os seguintes esclarecimentos e informações em atenção à decisão em referência.

1. Por meio da decisão em referência (*doc. 02 anexo*), este d. Juízo determinou que o TWITTER BRASIL restrinja em até 24 horas a conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proíba novas contas do acusado Joaquim Pedro de Moraes Filho.
2. Em atenção a determinação em referência, o TWITTER BRASIL passa a prestar os seguintes esclarecimentos.

I. ESCLARECIMENTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O TWITTER E SUAS OPERADORAS

3. O Twitter (<https://twitter.com>) é uma plataforma digital de divulgação de informação e uso gratuito, disponibilizado e operado pelas empresas Twitter Inc. e Twitter International Company ("Operadoras do Twitter")¹, cujo conteúdo é exclusivamente criado e postado pelos seus usuários, de modo a permitir o compartilhamento de informações relevantes, sobre os mais variados temas, em tempo real, por meio da postagem de "Tweets" (mensagens eletrônicas contendo imagens, vídeos, links e textos de até 280 [duzentos e oitenta] caracteres).

4. **Para que o usuário do Twitter possa nela ingressar e fazer uso da ferramenta, antes é indispensável que ele crie uma conta de uso pessoal, a qual será identificada com o símbolo "@", acompanhado do nome de usuário escolhido por ele (e que ainda esteja disponível no sistema, no momento do cadastro), v. g. "@Twitter". As contas no Twitter também podem ser identificadas pelas suas respectivas URL's (endereços eletrônicos) como, por exemplo, "<https://twitter.com/Twitter>".**

5. Em seguida, antes de confirmar a criação do seu cadastro, o usuário precisa aceitar os "Termos de Serviço"² e a "Política de Privacidade"³ do Twitter, os quais estabelecem os direitos e as obrigações dos usuários junto à ferramenta.

¹ Todos os usuários localizados nos Estados Unidos e em qualquer outro país fora da União Europeia ou do Espaço Econômico Europeu (inclusive no Brasil) contratam com a empresa norte-americana Twitter Inc., enquanto os usuários localizados em outros países contratam com a empresa irlandesa Twitter International Company. O TWITTER BRASIL, por sua vez, é empresa dotada de personalidade jurídica própria, autônoma e independente das Operadoras do Twitter, não exercendo qualquer tipo de ingerência na disponibilização, operação e/ou administração da plataforma Twitter, de modo que não possui meios técnicos ou jurídicos para intervir no gerenciamento dos usuários ou da mencionada ferramenta.

² <https://twitter.com/pt/tos#update>

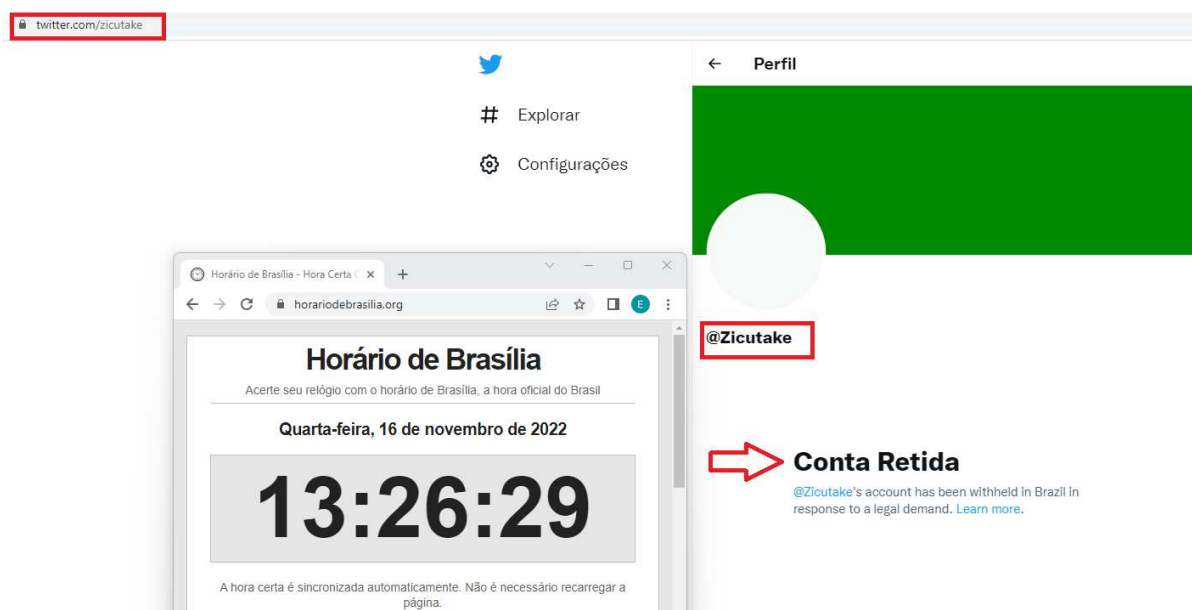
³ <https://twitter.com/pt/privacy>

6. Referidos documentos, em conjunto com as “Regras do Twitter”⁴, consolidam os termos do contrato de utilização da plataforma, nos quais é expressamente alertado aos usuários, dentre outras questões, que todos os atos e conteúdos por eles postados/praticados dentro do Twitter serão de suas exclusivas responsabilidades, já que as Operadoras do Twitter não chancelam as opiniões ou conteúdos inseridos pelos usuários na plataforma.

7. Neste contexto aplica-se o Marco Civil da Internet, caracterizando-se as Operadoras do Twitter como provedores de aplicações da internet.

II. CUMPRIMENTO DA R. DECISÃO E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

8. Com relação à determinação contida na r. decisão, o TWITTER BRASIL informa que, em estrito cumprimento à ordem judicial proferida por Vossa Excelência, as Operadoras do Twitter providenciaram a indisponibilização do perfil @zicutake dentro do prazo consignado, o que evidencia o cumprimento à ordem judicial:



⁴ <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies#twitter-rules>

9. No entanto, no respeitoso entendimento do TWITTER BRASIL, **faz-se necessária a reconsideração da r. decisão, na medida em que o bloqueio integral da conta pode violar dispositivos constitucionais e a própria legislação infraconstitucional relativa à matéria, considerando a possibilidade de caracterização de censura de conteúdo lícito existente nos diversos *Tweets* postados pelo usuário, e também de censura prévia de conteúdo futuro lícito, não necessariamente vinculado ao objeto do inquérito em curso.**

10. Isso porque, a manutenção da ordem de suspensão integral da conta acabaria por atingir não apenas aquele conteúdo tido por ilícito, como também outros que podem ser considerados lícitos e que, portanto, são protegidos pela liberdade de manifestação e de informação, **especialmente em ano eleitoral**. Mais que isso, o bloqueio integral da conta impactaria também conteúdo futuro que poderia ser publicado pelo usuário afetado, independentemente de qualquer avaliação judicial quanto à sua potencialidade delitiva.

11. Frise-se, nesse aspecto, que o TWITTER BRASIL não tem por objetivo, com esta resposta, endossar ou mesmo defender o conteúdo ou a conduta do usuário em questão. No entanto, além da garantia constitucional da vedação à censura (os artigos 5º, inciso IV, e 220, *caput*), a legislação infraconstitucional, qual seja, a Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet"), **aplicando expressamente a garantia constitucional da liberdade de expressão e a vedação à censura**, prevê, em seu artigo 19, que o bloqueio de conteúdo na internet deve se limitar àquele tido por ilícito, e indica expressamente que a ordem de remoção deve conter, sob pena de nulidade, a localização inequívoca do conteúdo a ser removido – isto é, a URL específica do conteúdo reputado infringente⁵.

⁵ URI (Uniform Resource Indicator) e URN (Uniform Resource Name).

12. A indicação da **localização inequívoca** do **conteúdo ilegal** – e não do perfil como um todo – constitui mecanismo simples, mas de fundamental importância para que não haja remoção excessiva – isto é, que desborde para supressão de conteúdo lícito ou para censura prévia.

13. Sobre a especificação do conteúdo tido como ilícito, requisito para sua remoção conforme o dispositivo mencionado, esclarece o Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÃO. REDE SOCIAL. FACEBOOK. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE CONTEÚDO. **FORNECIMENTO DE LOCALIZADOR URL. COMANDO JUDICIAL ESPECÍFICO. NECESSIDADE.** OBRIGAÇÃO DO REQUERENTE. MULTA DIÁRIA. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. DESCABIMENTO.

1. Ação ajuizada em 08/06/2015. Recurso especial interposto em 29/08/2016 e atribuído a este gabinete em 28/09/2016.

2. Esta Corte fixou entendimento de que "(i) não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais; (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários; (iii) devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos; (iv) devem manter um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários, cuja efetividade será avaliada caso a caso".

3. Sobre os provedores de aplicação, incide a tese da responsabilidade subjetiva, segundo a qual o provedor de aplicação torna-se responsável solidariamente com aquele que gerou o conteúdo ofensivo se, ao tomar conhecimento da lesão que determinada informação causa, não tomar as providências necessárias para a sua remoção.

4. **Necessidade de indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo infringente para a validade de comando judicial que ordene sua remoção da internet. O fornecimento do URL é obrigação do requerente. Precedentes deste STJ.**

5. **A necessidade de indicação do localizador URL não é apenas uma garantia aos provedores de aplicação, como forma de reduzir eventuais questões relacionadas à liberdade de expressão, mas também é um critério seguro para verificar o cumprimento das decisões judiciais que determinarem a remoção de conteúdo na internet.**

6. Em hipóteses com ordens vagas e imprecisas, as discussões sobre o cumprimento de decisão judicial e quanto à aplicação de multa diária serão arrastadas sem necessidade até os Tribunais superiores.

7. **O Marco Civil da Internet elenca, entre os requisitos de validade da ordem judicial para a retirada de conteúdo infringente, a “identificação clara e específica do conteúdo”, sob pena de nulidade, sendo necessária a indicação do localizador URL.**

8. Recurso especial provido.

(REsp 1629255/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 25/08/2017) (Grifou-se)

14. Logo, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **é condição *sine qua non* para cumprimento de qualquer ordem de remoção endereçada a provedores de aplicação a indicação do localizador URL do conteúdo tido como ilícito.**

15. Como se percebe, o sistema infraconstitucional reforça as exigências da Constituição Federal de que a remoção de conteúdo seja limitada ao material considerado infringente após análise específica pelo Poder Judiciário. **Muito embora a existência de episódios pretéritos de ofensas por um perfil possa despertar o receio de que haja reincidência, essa hipótese nunca autorizou ou admitiu ao Poder Público a censura prévia, tampouco a remoção de conteúdo lícito – como a que seria levada a cabo com o bloqueio integral de uma conta no *Twitter*.**

16. Tal ordem impediria a veiculação de qualquer espécie de conteúdo pelo usuário em questão, mesmo que eventualmente lícito e revestido de interesse público. Embora o risco de nova violação exista, a solução possível e prevista para excessos e ofensas no sistema constitucional brasileiro é a remoção específica do material infringente – razão pela qual, reitere-se, o TWITTER BRASIL não se opõe a esse tipo de remoção, conquanto o conteúdo específico seja indicado.

17. Como a r. decisão não traz a identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, a peticionária solicita respeitosamente que este d. juízo indique por meio de nova ordem judicial a URL específica do conteúdo-alvo, de modo a evitar que manifestações lícitas ou fora do escopo da investigação sejam censuradas permanentemente.

18. Caso assim não entenda Vossa Excelência, requer o TWITTER BRASIL que a indisponibilização do perfil em questão seja apenas temporária, pelo menos até o final do presente inquérito, para que o usuário não tenha o acesso restrito à sua conta *ad eternum*.

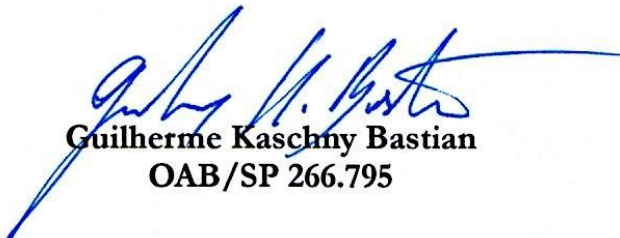
19. Por fim, observa-se que a censura prévia de conteúdo é rechaçada pela Constituição Federal. Os artigos 5º, incisos IV e IX, e 220 da Carta Maior vetam a criação de qualquer embaraço ao exercício da liberdade de expressão, bem como a censura prévia. Ademais, como reconhece o Supremo Tribunal Federal, dos referidos dispositivos constitucionais infere-se a **impossibilidade de controle prévio** da expressão do pensamento, de forma que apenas medidas reparatorias podem ser tomadas, mas jamais preventivas.

20. Não é possível, portanto, a imposição de monitorar o ingresso de pessoas em redes sociais, motivo pelo qual a determinação de impedir a criação de novos perfis pelo investigado não é fática ou juridicamente possível. Nesse sentido, reitera-se que a lei exige a indicação do localizador URL para que se imponha a obrigação de remover determinado conteúdo, de modo que a ordem inibitória incida exclusivamente sobre material ilícito já veiculado, sem ferir a liberdade de expressão em nenhuma outra medida.

III. CONCLUSÃO

21. Assim, sendo estes os esclarecimentos cabíveis para o momento, requer o TWITTER BRASIL (i) seja reconhecido o integral e tempestivo cumprimento da ordem de remoção do perfil; (ii) seja a r. decisão reconsiderada a fim de determinar a remoção apenas do conteúdo específico – identificado através de sua respectiva URL – e tido como potencialmente tipificados como ilícitos penais e seja especificado o conteúdo ilícito a ser removido e; (iii) caso assim não entenda Vossa Excelência, seja especificado o período para que a conta permaneça indisponível.

Termos em que,
pede deferimento.



Guilherme Kaschny Bastian
OAB/SP 266.795

Francisco Kaschny Bastian
OAB/SP 306.020

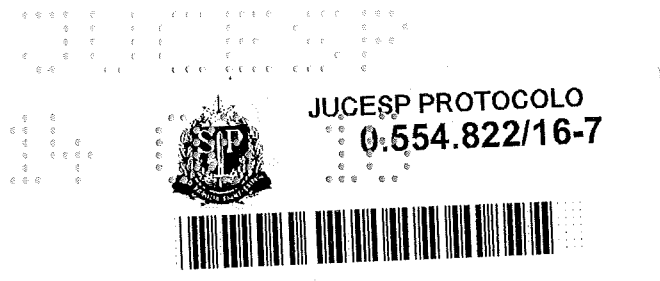
DOCS. 01



Rua Guaraiuva, 135. 11o Andar
Brooklin. São Paulo. SP. Brasil
CEP 04569-000

+55 11 4420.4455
www.bastianadvogados.com.br
contato@bastianadvogados.com.br

Versão Execução

**TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**

CNPJ nº 16.954.565/0001-48

NIRE 35.226.965.189

5ª Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **(a) TWITTER INTERNATIONAL COMPANY**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Irlanda, com sede em The Academy, 42 Pearse Street, Dublin 2, Irlanda, inscrita no CNPJ sob o nº 15.493.642/0001-47, neste ato representada por seu bastante procurador, **Guilherme Ribenboim**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.413.521-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 016.792.147-99; e **(b) T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 3500 South Dupont Highway, Dover, Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ sob nº 15.437.850/0001-29, neste ato representada por seu bastante procurador, **Guilherme Ribenboim**, acima qualificado; sócios representando a totalidade do capital social do **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Prof. Atílio Innocenti, 642/668, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001 com entrada também pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 16.954.565/0001-48, com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35.226.965.189, em sessão de 5.9.2012 e última alteração de contrato social registrada perante a JUCESP sob o nº 422.228/15-1 em sessão de 22.9.2015 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade, como segue:

1. Decidem os sócios, por unanimidade, aumentar o capital social da Sociedade dos atuais R\$481.557.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais) para R\$ 509.185.000,00 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) com efetivo aumento de R\$ 27.628.000,00 (vinte e sete milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) e com a consequente criação de 27.628.000 (vinte e

3. Assim, face à deliberação tomada acima, a Cláusula 5 do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação:

(a) **TWITTER INTERNATIONAL COMPANY** possui 509.184.999 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentas e noventa e nove) quotas, no valor total de R\$ 509.184.999 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais); e

(b) **T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC** possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real).

§1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização.

§2º A sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

§3º A parcela do capital social da Sociedade integralizada em moeda corrente nacional é de R\$ 481.557.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais), dividido em 481.557.000 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e sete mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada, das quais 481.556.999 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, novecentas e noventa e nove) quotas são

detidas pelo sócio Twitter International Company e 1 (uma) quota é detida pelo sócio T.I. Brazil Holdings LLC. O restante do capital social deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, bens ou créditos no prazo de até 1 (um) ano a contar da presente data."

4. Por fim, resolvem os sócios não apenas alterar a Cláusula 5 do Contrato Social da Sociedade, mas também consolidá-lo, para que passe a vigorar, na íntegra, como segue:

**"CONTRATO SOCIAL DO
TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**

1. A sociedade tem a denominação de **TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.**

2. A sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 642/668, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001 com entrada também pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, em reunião.

Parágrafo Único. A Sociedade possui filial localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Praia de Botafogo, 228, 16º andar, CEP 22250-145, inscrita no CNPJ sob o nº 16.954.565/0002-29.

OBJETO SOCIAL

3. O objeto social compreende:

- (i) a comercialização, a monetização e a promoção da rede de informação Twitter, incluindo o website Twitter, rede móvel e outras plataformas;
- (ii) a realização de outros serviços e negócios relacionados com as atividades mencionadas acima;

- (iii) a gestão de participações societárias em outras sociedades; e
- (iv) a veiculação de materiais de publicidade na internet.

DURAÇÃO

4. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

5. O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 509.185.000,00 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) dividido em 509.185.000 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

(a) **TWITTER INTERNATIONAL COMPANY** possui 509.184.999 (quinhentas e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentas e noventa e nove) quotas, no valor total de R\$ 509.184.999 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais); e

(b) **T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC** possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real).

§1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização.

§2º A sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

§3º A parcela do capital social da Sociedade integralizada em moeda corrente nacional é de R\$ 481.557.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais), dividido em 481.557.000 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e sete mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada, das quais 481.556.999 (quatrocentas e oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, novecentas e noventa e nove) quotas são detidas pelo sócio Twitter International

2

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

Company e 1 (uma) quota é detida pelo sócio T.I. Brazil Holdings LLC. O restante do capital social deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, bens ou créditos no prazo de até 1 (um) ano a contar da presente data.

6. Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar qualquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

Parágrafo Único. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento devidamente assinado pelo sócio ou sócios anuentes.

7. É permitida a exclusão de sócio por justa causa, desde que aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS

8. As deliberações de sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do contrato social ou outros atos de deliberação.

§1º A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

§2º As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, nos casos em que maior quorum não for, expressamente, previsto em lei ou neste Contrato Social.

§3º Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, advogado ou procurador devidamente constituído com poderes específicos.

§4º Serão considerados presentes os sócios que transmitirem seus votos por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita.

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

§5º Os sócios poderão participar e votar nas reuniões, ainda que não estejam fisicamente presentes nas mesmas, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros que participaram da reunião.

9. As reuniões de sócios serão convocadas pela administração da sociedade ou pelos próprios sócios nos casos previstos em lei ou neste contrato social ou, ainda, por sócio ou sócios representando mais da metade do capital social, sempre que considerarem necessário. As convocações serão feitas sempre por escrito, mediante carta registrada ou protocolada, enviada com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência, ou, ainda, se necessário, por edital.

§1º A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente.

§2º Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

10. A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, mais da metade do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número.

11. As reuniões serão presididas por sócio, representante de sócio, administrador ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário.

§1º Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião dos sócios, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes, quantos bastem à

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

§2º Cópia da ata será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação, nos termos da legislação aplicável.

§3º A administração da sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar.

MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

12. O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação do sócio ou sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quorum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quorum especial, ainda que inferior ao quorum geral de $\frac{3}{4}$ (três quartos).

ADMINISTRAÇÃO

13. A administração da sociedade será exercida por 1 (um) ou mais administradores, pessoas naturais, residentes no País, designados pelos sócios.

§1º Os sócios poderão designar terceiros não-sócios para exercer a administração social.

§2º A designação dos administradores dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios, caso o capital não esteja totalmente integralizado, ou de sócios titulares, no mínimo, de $\frac{2}{3}$ (dois terços) do capital social, caso o capital esteja integralizado.

§3º Os administradores terão as designações e atribuições que lhes forem atribuídas no ato de sua designação e serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse.

§4º Os mandatos dos administradores serão estabelecidos no momento de suas respectivas designações, sendo admitida a recondução e dispensada a realização de uma

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

reunião anual de sócios para designar administradores.

§5º Os administradores poderão ser destituídos a qualquer tempo, mediante deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

§6º A remuneração dos administradores será estabelecida por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, podendo a deliberação estabelecer que os administradores não perceberão qualquer remuneração.

§7º O administrador da sociedade é o Sr. **Guilherme Ribenboim**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4221, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.413.521-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 016.792.147-99, sem designação específica e com mandato por prazo indeterminado.

14. Os administradores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação escrita de qualquer de seus membros. Para que a reunião possa se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos administradores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois administradores em exercício.

§1º A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito enviado com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse prazo e o aviso escrito sempre que houver reunião com a presença ou a representação da totalidade dos administradores.

§2º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata lavrada no livro de atas da administração.

§3º Qualquer administrador poderá ser representado por outro administrador, sendo então considerado presente à reunião, hipótese em que o substituto votará por si e por aquele que estiver substituindo. Da mesma forma, os administradores que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita serão considerados presentes.

15. Compete aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste contrato social, dispondo, entre outros poderes, dos necessários para:

15. Compete aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste contrato social, dispondo, entre outros poderes, dos necessários para:

(a) zelar pela observância da lei, deste contrato social e pelo cumprimento das deliberações dos sócios;

(b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis ou imóveis da sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições; e

(c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da sociedade.

Parágrafo Único. A representação da sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, pode ser feita, isoladamente, por qualquer administrador.

16. A prática dos seguintes atos ou negócios ficará condicionada à prévia autorização, por escrito, de sócio ou sócios representando mais da metade do capital social, manifestada em reunião, declaração, carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita:

(i) o estabelecimento da política geral da sociedade, necessária à consecução de seu objetivo, bem como da política de investimentos e de expansão de suas atividades;

(ii) a aprovação das despesas anuais do capital social e dos orçamentos preparados pela administração;

(iii) a escolha ou substituição dos auditores independentes da sociedade, bem como a indicação aos mesmos dos princípios normas e prazos a serem seguidos para a prestação de informes;

10. A sociedade não terá conselho fiscal.
 11. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.
 12. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social.
 13. A compra, venda, hipoteca ou por qualquer outro modo a alienação ou a imposição de ônus com relação a bens imóveis;
 14. A contratação de empréstimos, inclusive as operações bancárias de desconto de duplicatas e outros títulos de crédito;
 15. A aquisição, alienação ou oneração de ações, quotas, ou qualquer parcela de capital de outras sociedades;
 16. A concessão de empréstimos quaisquer ou financiamentos a empresas ou indivíduos; e
 17. A prestação de fiança ou aval em nome da Sociedade.

17. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social.

CONSELHO FISCAL

18. A sociedade não terá conselho fiscal.

EXERCÍCIO SOCIAL

19. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

20. Ao fim de cada exercício social, os administradores farão elaborar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As contas dos administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, garantida a todos os sócios a sua participação proporcional.

É dispensada a realização de uma reunião anual de sócios ou de qualquer outro ato de deliberação formal para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações contábeis, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros, salvo nos exercícios em que a realização de uma reunião anual ou de outro ato de deliberação escrito for solicitada por qualquer dos sócios ou administradores.

A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestral ou trimestralmente, ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

A sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

FUSÃO E INCORPORAÇÃO

21. A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CISÃO E TRANSFORMAÇÃO

22. A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Os sócios renunciam ao direito de retirada no caso de transformação em companhia, nos termos do que faculta o parágrafo único do artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

1. O presente Contrato Social é celebrado entre os signatários, que se comprometem a constituir a sociedade, com o objetivo de exercer a atividade de prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, sob o nome de **SOCIEDADE EMPRESARIAL DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, Rua da Consolação, nº 1.234, 1º andar, CEP 01302-000.

2. A sociedade terá como objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, incluindo a elaboração de planos de negócios, estudos de viabilidade, projetos de organização, administração e controle financeiro, bem como a prestação de serviços de assessoria em gestão empresarial.

3. A sociedade será constituída sob a forma de **Sociedade Empresária Limitada**, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, Rua da Consolação, nº 1.234, 1º andar, CEP 01302-000.

4. A sociedade terá como capital social o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, cada uma no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais).

5. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

6. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

7. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

8. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

9. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

10. A sociedade será constituída por 10 (dez) quotas, sendo que cada um dos signatários detém 2 (duas) quotas.

23. A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

24. Em caso de dissolução da sociedade, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Nessa hipótese os haveres da sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a sociedade será declarada extinta por deliberação do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

25. A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem, no mínimo, três quartos do capital social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento.

REGÊNCIA

26. A sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações).

FORO

27. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato

Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE

28. Os quóruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, mesmo nos casos de modificação legal que autorize a sua redução."

E, estando justas assim justas e contratadas, os sócios assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de maio de 2016.

TWITTER INTERNATIONAL COMPANY

P.p. _____

Guilherme Ribenboim

T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC

P.p. _____

Guilherme Ribenboim

Testemunhas:

1. _____

Nome: _____

RG: _____

2. _____

Nome: _____

RG: _____





PROCURAÇÃO

TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.954.565/0001-48, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.221, 9ª andar, Itaim Bibi, CEP 04544-150, pelo presente instrumento particular e por seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados: **GUILHERME KASCHNY BASTIAN**, brasileiro, advogado, casado, portador da cédula de identidade nº 1060559398 SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.987.900-09 e na **OAB/SP sob o nº 266.795**, e-mail gbastian@bastianadvogados.com.br; e **FRANCISCO KASCHNY BASTIAN**, brasileiro, advogado, solteiro, portador da cédula de identidade nº 3096191675 SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.604.660-82 e na **OAB/SP sob o nº 306.020**, e-mail fbastian@bastianadvogados.com.br, ambos sócios e integrantes de **BASTIAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, sociedade inscrita na OAB/SP sob o nº 15.824 e no CNPJ/MF sob o nº 21.370.832/0001-70, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.399, 13º andar, Cj. 137-B, Brooklin Paulista, CEP 04578-000, onde recebem intimações e publicações, aos quais confere os poderes *ad iudicia et extra*, com amplos poderes para o foro em geral, podendo agir em qualquer Juízo, Instância, Tribunal ou fora dele, propondo e acompanhando todas e quaisquer medidas necessárias à defesa dos interesses da Outorgante, até final trânsito em julgado, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para: confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, notificar, dar quitação e firmar compromisso, agindo conjunta ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação supra, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

São Paulo, 03 de março de 2017.

TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA

GUILHERME RIBENBOIM



**LEGAL
TWITTER BRASIL**

DOCS. 02



Rua Guaraiuva, 135. 11o Andar
Brooklin. São Paulo. SP. Brasil
CEP 04569-000

+55 11 4420.4455
www.bastianadvogados.com.br
contato@bastianadvogados.com.br



Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Classe - Assunto **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**

Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**

Autor: **Justiça Pública**

Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Trata-se de informações recebidas pela Serventia Judicial de Nova Granada a respeito de postagens do acusado **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** teria reiterado condutas ofensivas ao magistrado FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outras pessoas.

Observo que o caso tem suas peculiaridades, em especial, que nesse momento processual encontra-se aguardando alegações finais da defesa, portanto, **sem qualquer tipo de sentença e fixação de regime.**

Anoto que chegaram informações de atuação via twitter do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO com ofensas a alguns magistrados, entre eles uma das vítimas do caso em tela, Dr. Fabiano.

Anoto que recentemente o Supremo Tribunal Federal deu interpretação ao que se entende pro estado flagrancial, em especial no IQ 4781/DF de Relatoria de Sua Excelência, o Ministro Alexandre de Moraes que assim consignou:

*“As condutas criminosas do parlamentar configuram flagrante delito, pois na verifica-se, de maneira clara e evidente, a perpetuação dos delitos acima mencionados, uma vez que **o referido vídeo permanece disponível e acessível a todos os usuários da rede mundial de computadores, sendo que até o momento,** apenas em um canal que fora disponibilizado, o vídeo já conta com mais de 55 mil acessos.”*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Relembre-se que, considera-se em flagrante delito aquele que está cometendo a ação penal, ou ainda acabou de cometê-la.

Na presente hipótese verifica-se que o acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO ao postar e permitir a divulgação de twetees e imagens, que repiso, **permanece disponível nas redes sociais (@Zicutake**, encontra-se em infração permanente e consequentemente em flagrante delito, o que permite a consumação de sua prisão em flagrante.

Anote-se que o acusado já permaneceu preso anteriormente, entretanto, vale-se da rede mundial de computadores para perpetrar seus atos atentatórios contra a dignidade de pessoas.

A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias a ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; 34, III e IV), nem tampouco a realização de manifestações nas redes sociais visando o rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – Separação de Poderes (CF, artigo 60, §4º), com a consequente, instalação do arbítrio.

A liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Dessa maneira, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático; quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas; pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos.

Mas vejamos algumas falas recentes do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO:

“Pensa nisso,e se pergunta se uma que foi torturada,não vai querer justiça.fui preso e torturado 2020 por Denunciar um Juiz,que sim Cometeu crime,Nunca Vi Advogada ou participei de Audiencia e mesmo assim a tal recebeu honorarios e juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi,se aproveitou”

BRASIL- JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

AUTUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO - AUTOS PJECOR Nº 0001147-66.2022.2.00.0826 - SEMA 1.1.1, Ref ao 1003350-61.2022.8.26.0663 contra Fabiano Rodrigues Crepaldi, que tenta ocultar uma Noticia Crime, não Averiguada Legalmente. Não é Primeira vez que ele faz isso com ajuda de Influencia

É como a palavra dele valesse, e a minha não...isso é crime em um processo, Fabiano Rodrigues Crepaldi, juiz de Votorantim, esta fraudando a lei no Processo 1003350-61.2022.8.26.0663

E continua até mesmo contra o relator preventivo no âmbito do Tribunal de Justiça do E. TJSP:

Heitor Donizette *sabia das acusações de tortura. E a falta de audiencia de Custodia. ERA OBRIGAÇÃO DELE, TER SOLICITADO UMA ABERTURA DE UM INQUERITO. NÃO QUERO ESSE HOMEM TOCANDO NO MEU NOME.*

*O Juiz GABRIEL ALBIERI vai ser Denunciado no processo tal por Supressão de documento e Omissão...Já o **Desembargador Heitor Donizette**,tambem será Denunciado por Omissão comprovada em Crime de Tortura no Processo 1500106-18.2019.8.26.0390 (NÃO QUERO ESSE HOMEN TOCANDO NO MEU NOME)."*

O magistrado condutor do feito, Dr. Gabriel Albieri também não foi poupado das ameaças e devaneios do acusado:

Esse Advogado de Nova Granada Wigson Henrique (OABSP: 245.272),é Laranja do Juiz GABRIEL ALBIERI, pois está usando o meu nome sem minha permissão... Ref.: proclame281119.blogspot.com/2022/05/fw-ess...

Esse Advogado de Nova Granada Wigson Henrique,é Laranja do Juiz GABRIEL ALBIERI, pois está usando o meu nome sem minha permissão,jamais iria de abrir mão de que perguntassem,se a"Nunca ter visto advogada Pública,em Julgamento de família contra o pai mexeu com você Joaquim Pedro?"

A reiteração dessas condutas por parte do acusado revela-se gravíssima, pois atentatório ao Estado Democrático de Direito brasileiro e suas Instituições republicanas.

Imprescindível, portanto, **medidas enérgicas** para impedir a perpetuação da atuação criminoso do acusado visando lesar ou expor a perigo de lesão a independência dos Poderes instituídos e ao Estado Democrático de Direito, inclusive com mais de 2000



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

seguidores em sua rede social no twitter e que a ostenta sem qualquer pudor, e ainda, lhe parabeniza pelo aniversário conforme print anexado.

Ainda, entendo que se faz necessária a restrição da conta do twitter do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, devendo-se oficializar ao twitter.

As condutas reiteradas estão em flagrante delito, conforme acima mencionado.

Diante do exposto:

- a) **a IMEDIATA EFETIVAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO** por crimes contra a honra; coação no curso do processo; intimidação; retaliação e ameaças do acusado.
- b) Que se oficialize ao twitter para restrição em até 24 horas da conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proibição de novas contas pelo acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.
- c) Determino a imediata retirada do ar do site proclame281119.blogspot.com oficiando-se ao google; e demais provedores para no prazo de 24 horas comunicarem o cumprimento da decisão sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- d) Encaminhe-se cópia desta decisão aos juízes mencionados por e-mail.
- e) Libere-se a presente decisão e prints em anexo somente após a prisão do acusado, sob pena de se esvaziar o efeito, visto que, ao que consta, o acusado manuseia o feito diariamente e mais de 1x ao dia.

SERVI-Á ESSA DECISÃO COMO MANDADO QUE DEVERÁ SER CUMPRIDO IMEDIATAMENTE E INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO POR TRATAR-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

Intime-se.

Nova Granada, 09 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0980/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 17/11/2022. Considera-se a data de publicação em 18/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vistos. Diante da mensagem eletrônica recebida (fls. 2033/2045), dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para eventual manifestação. No mais, aguarde-se a vinda das alegações finais defensivas (fls. 2018). Após, tornem os autos conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 17 de novembro de 2022.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada - FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br - **Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

CERTIDÃO

Certifico de dou fé que decorreu prazo legal e o defensor do acusado não apresentou alegações finais.

Nada Mais. Nova Granada, 17/11/2022.
 Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Vossa Senhoria fica intimada para apresentar alegações finais, conforme decisão de fls. 2.018, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de destituição.

Nada Mais. Nova Granada, 17 de novembro de 2022. Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0988/2022, encaminhada para publicação.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Forma
D.J.E

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada para apresentar alegações finais, conforme decisão de fls. 2.018, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de destituição."

Nova Granada, 17 de novembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0988/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 18/11/2022. Considera-se a data de publicação em 21/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)

Teor do ato: "Vossa Senhoria fica intimada para apresentar alegações finais, conforme decisão de fls. 2.018, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de destituição."

Nova Granada, 18 de novembro de 2022.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 18/11/2022 18:03

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Diante da mensagem eletrônica recebida (fls. 2033/2045), dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para eventual manifestação. No mais, aguarde-se a vinda das alegações finais defensivas (fls. 2018). Após, tornem os autos conclusos para sentença. Int.

Nova Granada, 18 de Novembro de 2022

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

MM. Juiz,

O réu **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** foi denunciado e está sendo processado pois, nas circunstâncias descritas na inicial, teria praticado diversos crimes contra a honra de magistrados e promotores da 16ª Circunscrição Judiciária de São José do Rio Preto.

A pedido do Ministério Público foi decretada a prisão preventiva do acusado nos autos apartados n. 1000811-39.2020.8.26.0390.

Sobreveio audiência de instrução em 15/10/2020, oportunidade em que foram ouvidas as vítimas, testemunhas de acusação e interrogado o réu.

Às fl. 1246 há pedido de liberdade da lavra do Ministério Público por entender ausentes os requisitos autorizadores do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Decisão de fls. 1248/1250 indeferiu o pedido.

Impetrado *Habeas Corpus* pelo Dr. Marcos Antonio dos Santos, a 12ª Câmara de Direito Criminal, no HC n. 2001982-83.2021.8.26.000 concedeu liberdade provisória, mediante as seguintes cautelares previstas no artigo 319 do CPP, quais sejam: *a-) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b-) não*

se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c-) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis. Restou consignado, ainda, que **o não cumprimento acarretará imediata revogação do benefício** (fls.1377/1380).

Após a prolação de sentença condenatória (fls.1440/1455), foi determinada a prisão do acusado, em razão da prática de outras condutas delitivas, com o disparo de mensagens em massa, contra magistrados, sobretudo, aqueles que exercem jurisdição nos processos em que o acusado é parte (réu).

Contudo, em sede de *Habeas Corpus* impetrado pelo Ministério Público (processo n. 2238572-75.2021.8.26.0000), a mesma Câmara Criminal concedeu a ordem pleiteada, para o *fim de conceder ao paciente o direito de aguardar o julgamento de seu recurso, ou aguardar o trânsito em julgado, em liberdade*. Consignou, também, **a soltura do paciente deverá respeitar as medidas cautelares já fixadas no Habeas Corpus n. 2276617-85.2020.8.26.0000** (fls.1546/1553 e 1656/1664).

Houve recurso de apelação contra a sentença condenatória, que foi anulada, devendo a defesa apresentar memorial escrito e, em sequência, seja proferida sentença.

Neste ínterim, o acusado **JOAQUIM PEDRO** reiterou a prática delitiva, publicando fatos que ofendem a honra subjetiva e objetiva, agora do Juiz

de Direito Dr. Marcelo Haggi Andreotti, que conduziu o processo criminal o qual figura como réu (fls.2033/2045).

Se não bastasse, **existe evidente descumprimento das medidas cautelares impostas como condição de sua liberdade**, visto que **JOAQUIM PEDRO** mudou de endereço sem comunicar o juízo e não se tem informação de seu paradeiro.

Nos autos da ação penal n. 1504783-23.2021.8.26.0390 e nos autos da ação civil de internação compulsória n. 1001416-48.2021.8.26.0390 foram realizadas várias tentativas de citação do acusado, mas sem sucesso, pois **JOAQUIM PEDRO** mudou de endereço e fugiu do distrito da culpa.

O descumprimento de obrigação imposta a título de medida cautelar constitui motivo idôneo **à decretação da prisão preventiva**, na dicção dos artigos 282, par. 4º, e 312, par. 1º, ambos do Código de Processo Penal. E isso sucedeu no caso vertente, haja vista que o acusado, mesmo advertido quando da sua soltura de que deveria permanecer em sua residência, mudou de endereço, não se tem notícia de seu paradeiro e continua a disparar mensagens desonrosas a magistrados.

Como se vê, não existe qualquer prova de vínculo do acusado com o distrito da culpa, de maneira que, como o acusado já foi beneficiado com a liberdade provisória anteriormente, não procurou cumprir as medidas cautelares impostas, e nem compareceu em juízo para indicar o endereço onde pudesse ser

encontrado, tudo leva a crer que ele não tem interesse em colaborar com a Justiça, e muito menos submeter-se à aplicação da lei penal.

Nesse sentido: *“Habeas Corpus – Furto – Descumprimento de medida cautelar imposta anteriormente e deu causa à suspensão do processo – Necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, da instrução criminal e aplicação da lei penal – Decisão devidamente fundamentada – Constrangimento ilegal – Inocorrência – Ordem denegada.* (TJSP, HC n. 2251300-17.2022.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, 11ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Alexandre Almeida, j. em 11 de novembro de 2022).

Trata-se de um quadro a revelar um descaso para com a Justiça Penal, de sorte que a prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal viabilizando a continuidade do processo avulta como medida necessária e adequada ao caso, sob pena de desmoralização da atividade jurisdicional do Estado, bem como comprometimento da efetividade do processo penal e da credibilidade da Justiça Penal.

Diante do exposto, requeiro seja **decretada a prisão preventiva do acusado**, pelos fundamentos acima expostos.

Nova Granada, data do protocolo.

VANESSA IBARRECHE SANTA TERRA

Promotora de Justiça Designada

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****DECISÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Inicialmente determino que se proceda a liberação da decisão em sigilo acostada ao caderno processual.

Fls. 2052/2059. Verifica-se que houve o cumprimento por parte da rede social. Anote-se o nome dos procuradores nos autos para fins de publicações via DJE.

Esclarece-se que a rede social, conforme apurado nos autos estava sendo usado como objeto de delito, para disseminar ódio, ofensas e cometimento de crimes, o que inclusive fere a política de privacidade da empresa.

Portanto, não está a se tratar de simples postagens, mas reiteradas postagens do usuário que ofendia a imagem das vítimas dos presentes autos, bem como integrantes do Poder Judiciário, Representantes do MP, bem como seu próprio advogado.

Não está a se falar em liberdade de expressa, mas sim de cometimento de crimes pelo usuário, inclusive que poderá ser objeto de deliberação definitiva quanto a sua conta quando da prolação da sentença, visto que rede social pode ser considerado meio para o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

cometimento de delitos.

Dessa forma, a determinação de retenção da conta, mantém-se incólume, por ora, até a prolação da sentença.

Fls. 2085/2088.

Para a decretação da custódia cautelar, a lei processual exige a reunião de, pelo menos, três requisitos: dois fixos e um variável. Os primeiros são a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. O outro pressuposto pode ser a tutela da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou a garantia da aplicação da lei penal (CPP, art. 312). Ademais, deve-se verificar uma das seguintes hipóteses: **a)** ser o crime doloso apenado com pena privativa de liberdade superior a quatro anos; **b)** ser o investigado reincidente; **c)** pretender-se a garantia da execução das medidas protetivas de urgência – havendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência (CPP, art. 313).

Outrossim, o relator em 2º grau do presente feito, anotou eventual possibilidade de nova segregação cautelar em caso de pedido do MP, bem como descumprimento das cautelares.

Anoto, que esse é o quadrante posto nos autos.

segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal **ou a aplicação da lei penal, ex vi do art. 312 do CPP.**

Observa-se que o fato de réu ter se evadido da Comarca, está foragido em endereço desconhecido e incerto, e mesmo assim, continua propaganda ódio e rancor em rede social, com ofensas a terceiros.

Anote-se que a sua recalcintrancia em portar-se no seio da sociedade com parcimônia e valendo-se as oportunidades que o Poder judiciário lhe deu de responder em liberdade tem limitação na aplicação da lei penal.

Isto porque, não se sabendo o paradeiro do réu, este furtar-se-á a eventual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

cumprimento de pena.

Faz-se, portanto, necessária a prisão cautelar em função de determinados objetivos que se relacionam à garantia da ordem pública, à conveniência da instrução criminal e à efetiva aplicação da lei penal (artigo 312 do Código de Processo Penal).

Aliás, qualquer outra medida prevista no artigo 319 do Código de Processo Penal, eventualmente concedida, não atenderia às finalidades daqueles objetivos, tanto que, quando concedidas, se mostraram absolutamente ineficazes e insuficientes, na medida em que não foram capazes de afastar o requerido da reiterada prática de condutas delituosas. Ao revés, praticamente o encorajaram a seguir ofendendo e, desta vez, com requintes de profissionalismo.

E, nesse passo, observados os postulados trazidos pela Lei nº 12.403/2011, vê-se que o caso também se mostra enquadrado pelos artigos 282, § 6º, 283, caput e 313, inciso I do Código de Processo Penal, não estando incluído na descrição do artigo 321 do Código de Processo Penal.

É certo que a prisão antes da sentença definitiva é medida de exceção, a ponto de impor ao Juiz fundamentar os motivos que levaram à custódia do agente.

In casu, a prisão se faz necessária para proteção dos agentes, da aplicação da lei penal, e impedimento de recalcitrância de novos delitos.

No mais, o réu bem demonstrou inaptidão para se manter afastado de atos delituosos e a ineficácia de medidas diversas da prisão, que se mostraram absolutamente inócuas para conter o seu ímpeto criminoso.

Com efeito, o paciente demonstrou falta de compromisso com a benesse que lhe foi concedida, e descaso com o judiciário, desprezando a confiança que lhe foi depositada.

Como se sabe, o descumprimento de medida cautelar imposta quando do deferimento da liberdade provisória, constitui motivação idônea para a decretação da prisão preventiva, restando demonstrada a presença dos requisitos previstos nos artigos 282, § 4º, e 312, parágrafo único, ambos do CPP e artigo 93, inc. IX, da Constituição Federal (STJ HC 315.102/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, j. 15.09.15;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

TJSP 2075471-32.2016.8.26.0000, Relator Paulo Rossi, 12ª Câmara de Direito Criminal, j. 11.05.2016; 2041427-21.2015.8.26.0000, Relator Guilherme de Souza Nucci, 16ª Câmara de Direito Criminal, j. 16.06.2015), hipótese destes autos.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS. NÃO OCORRÊNCIA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDA PROTETIVA APLICADA ANTERIORMENTE DESCUMPRIDA. APLICAÇÃO DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE.

1. *"Não se presta a via do habeas corpus para análise de desproporcionalidade da prisão em face de eventual condenação do réu, uma vez que tal exame só poderá ser realizado pelo Juízo de primeiro grau, após cognição exauriente de fatos e provas do processo, a fim de definir, se for o caso, a pena e o regime a serem aplicados" (AgRg no RHC n. 167.771/GO, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do Tjdft), Quinta Turma, julgado em 23/8/2022, DJe de 26/8/2022).*

2. *Configura-se idônea a decretação da prisão preventiva com base na reiteração delitiva do réu e no descumprimento de medidas protetivas anteriormente fixadas. Precedentes.*

3. *Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porquanto insuficientes para resguardar a ordem pública.*

4. *Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no HC n. 734.303/MG, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 11/10/2022, DJe de 17/10/2022.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO DA ORIGEM QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR. NÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CABIMENTO. SÚMULA 691/STF. DISPARO DE ARMA DE FOGO. AMEAÇA. DANO. DIFAMAÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUCTA. CUSTÓDIA MANTIDA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

1. "Os fatos são concretamente graves. De acordo com as declarações da vítima, somadas aos depoimentos dos Policiais Militares, há indícios, em tese, da prática de crime de extorsão ou até mesmo de homicídio tentado. Com efeito, o ofendido asseverou que o autuado efetuou cinco disparos de arma de fogo em sua direção, que acabaram atingindo vidros e paredes de sua residência. Ainda, a vítima expôs que se sente ameaçada e que teme por sua vida pelo fato de ter recebido inclusive mensagem do autuado que lhe ordenava a realização de um depósito de quarenta mil reais". (decreto prisional).

2. Foi apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, com indicação de que o agravante descumpriu medidas cautelares anteriormente impostas, o que demonstra o desrespeito e descaso com a lei. O descumprimento de medida cautelar imposta para a concessão da liberdade provisória justifica a custódia cautelar.

3. A periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Registros criminais anteriores, anotações de atos infracionais, inquéritos e ações penais em curso, e condenações ainda não transitadas em julgado são elementos que podem ser utilizados para amparar eventual juízo concreto e cautelar de risco de reiteração delitiva, de modo a justificar a necessidade e adequação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

4. Ausência de violação do art. 7º, inciso V, da Lei n. 8.906/94.

Consta da decisão que indeferiu a liminar, proferida pelo Tribunal a quo, que "o paciente está em sala isolada dos detentos comuns, com preservação da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sua integridade, além de ser possível o atendimento de eventuais necessidades médicas."

5. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 755.801/SP, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 4/10/2022, DJe de 7/10/2022.)

Cite-se precedentes recentes da Corte Bandeirante:

*Habeas Corpus. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. Prisão preventiva. Decretação após descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão. Paciente que não compareceu em juízo após ser solto e mudou de endereço, sob a justificativa esdrúxula de que não fora advertido pelo magistrado acerca das medidas cautelares. **Ciência inequívoca das condições impostas. Hipótese previstas em lei, nos termos do art. 282, §4º e do art. 312, §1º, ambos do Código de Processo Penal.** Fundamentação idônea. Ordem denegada. (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2149836-47.2022.8.26.0000; Relator (a): Amable Lopez Soto; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Fernandópolis - 2ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 11/08/2022; Data de Registro: 11/08/2022)*

*Habeas Corpus. Roubo majorado. Pedido de revogação da prisão preventiva. Presença dos requisitos da medida extrema. Pena máxima abstratamente cominada superior a 04 (quatro) anos. Reincidência. Art. 313, I e II, do CPP. **Necessidade de garantia da ordem pública. Insuficiência de cautelares substitutivas. Ordem denegada.** (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2128418-53.2022.8.26.0000; Relator (a): Vico Mañas; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 22ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 27/07/2022; Data de Registro: 27/07/2022)*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual **DECRETO** a prisão preventiva de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, forte no artigo 312 §1º do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem.

EXPEÇA-SE mandado de prisão.

Aguarde-se a apresentação de alegações finais pelo defensor, providenciando-se inclusive contato telefônico, com a advertência encartada no art. 265 do CPP.

Intime-se.

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
2031	2040
2032	2041
2033	2042
2034	2043
2035	2044
2036	2045
2037	2046
2038	2047
2039	2048
2040	2049
2041	2050
2042	2051
2043	2052
2044	2053
2045	2054
2046	2055
2047	2056
2048	2057
2049	2058
2050	2059
2051	2060
2052	2061
2053	2062
2054	2063
2055	2064
2056	2065
2057	2066
2058	2067
2059	2068
2060	2069
2061	2070
2062	2071

2063	2072
2064	2073
2065	2074
2066	2075
2067	2076
2068	2077
2069	2078
2070	2079
2071	2080
2072	2081
2073	2082
2074	2083
2075	2084
2076	2085
2077	2086
2078	2087
2079	2088
2080	2089
2081	2090
2082	2091
2083	2092
2084	2093
2085	2094
2086	2095
2087	2096
2088	2097
2089	2098
2090	2099
2091	2100
2092	2101
2093	2102
2094	2103
2095	2104
2096	2031
2097	2032
2098	2033
2099	2034
2100	2035
2101	2036
2102	2037

2103	2038
2104	2039

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
2040	2052
2041	2053
2042	2054
2043	2055
2044	2056
2045	2057
2046	2058
2047	2059
2048	2060
2049	2061
2050	2062
2051	2063
2052	2064
2053	2065
2054	2066
2055	2067
2056	2068
2057	2069
2058	2070
2059	2071
2060	2072
2061	2073
2062	2074
2063	2075
2064	2076
2065	2077
2066	2078
2067	2079
2068	2080
2069	2081
2070	2082
2071	2083

2072	2084
2073	2085
2074	2086
2075	2087
2076	2088
2077	2089
2078	2090
2079	2091
2080	2092
2081	2093
2082	2094
2083	2095
2084	2096
2085	2097
2086	2098
2087	2099
2088	2100
2089	2101
2090	2102
2091	2103
2092	2104
2093	2105
2094	2106
2095	2107
2096	2108
2097	2109
2098	2110
2099	2111
2100	2112
2101	2113
2102	2114
2103	2115
2104	2116
2105	2040
2106	2041
2107	2042
2108	2043
2109	2044
2110	2045
2111	2046

2112	2047
2113	2048
2114	2049
2115	2050
2116	2051

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
2052	2056
2053	2057
2054	2058
2055	2059
2056	2060
2057	2061
2058	2062
2059	2063
2060	2064
2061	2065
2062	2066
2063	2067
2064	2068
2065	2069
2066	2070
2067	2071
2068	2072
2069	2073
2070	2074
2071	2075
2072	2076
2073	2077
2074	2078
2075	2079
2076	2080
2077	2081
2078	2082
2079	2083
2080	2084
2081	2085
2082	2086
2083	2087

2084	2088
2085	2089
2086	2090
2087	2091
2088	2092
2089	2093
2090	2094
2091	2095
2092	2096
2093	2097
2094	2098
2095	2099
2096	2100
2097	2101
2098	2102
2099	2103
2100	2104
2101	2105
2102	2106
2103	2107
2104	2108
2105	2109
2106	2110
2107	2111
2108	2112
2109	2113
2110	2114
2111	2115
2112	2116
2113	2117
2114	2118
2115	2119
2116	2120
2117	2052
2118	2053
2119	2054
2120	2055

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
2056	2057
2057	2058
2058	2059
2059	2060
2060	2061
2061	2062
2062	2063
2063	2064
2064	2065
2065	2066
2066	2067
2067	2068
2068	2069
2069	2070
2070	2071
2071	2072
2072	2073
2073	2074
2074	2075
2075	2076
2076	2077
2077	2078
2078	2079
2079	2080
2080	2081
2081	2082
2082	2083
2083	2084
2084	2085
2085	2086
2086	2087
2087	2088

2088	2089
2089	2090
2090	2091
2091	2092
2092	2093
2093	2094
2094	2095
2095	2096
2096	2097
2097	2098
2098	2099
2099	2100
2100	2101
2101	2102
2102	2103
2103	2104
2104	2105
2105	2106
2106	2107
2107	2108
2108	2109
2109	2110
2110	2111
2111	2112
2112	2113
2113	2114
2114	2115
2115	2116
2116	2117
2117	2118
2118	2119
2119	2120
2120	2121
2121	2056

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

Gabriela Colturato Lopes

CERTIDÃO

Autos: 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
2057	2058
2058	2059
2059	2060
2060	2061
2061	2062
2062	2063
2063	2064
2064	2065
2065	2066
2066	2067
2067	2068
2068	2069
2069	2070
2070	2071
2071	2072
2072	2073
2073	2074
2074	2075
2075	2076
2076	2077
2077	2078
2078	2079
2079	2080
2080	2081
2081	2082
2082	2083
2083	2084
2084	2085
2085	2086
2086	2087
2087	2088
2088	2089

2089	2090
2090	2091
2091	2092
2092	2093
2093	2094
2094	2095
2095	2096
2096	2097
2097	2098
2098	2099
2099	2100
2100	2101
2101	2102
2102	2103
2103	2104
2104	2105
2105	2106
2106	2107
2107	2108
2108	2109
2109	2110
2110	2111
2111	2112
2112	2113
2113	2114
2114	2115
2115	2116
2116	2117
2117	2118
2118	2119
2119	2120
2120	2121
2121	2122
2122	2057

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

Gabriela Colturato Lopes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 21/11/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual DECRETO a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, forte no artigo 312 §1º do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem. EXPEÇA-SE mandado de prisão. Aguarde-se a apresentação de alegações finais pelo defensor, providenciando-se inclusive contato telefônico, com a advertência encartada no art. 265 do CPP.

Nova Granada, (SP), 21 de novembro de 2022



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

MANDADO DE PRISÃO

Processo Digital N°:	1500106-18.2019.8.26.0390
Mandado BNMP 1.0 N°:	1500106-18.2019.8.26.0390.0003
Mandado BNMP 2.0 N° Nacional:	1500106-18.2019.8.26.0390.01.0006-24
Mandado SAJ – N°:	390.2022/004726-7
Classe:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto:	Calúnia
Documento de Origem:	Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA
Autor:	Justiça Pública
Réu:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
RJI BNMP 2.0 N° :	203518350-08
Situação da Parte no BNMP 2.0:	A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 21/11/2022 - 14:48:29, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. RJI : 203518350-08. Última situação : Em Liberdade.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, de Nova Granada, Dr(a). **SEINVALDO DOS REIS JUNIOR**, na forma da lei,

MANDA qualquer Autoridade Policial e seus agentes, a quem este for apresentado, que **PRENDA E RECOLHA** a qualquer Unidade de Estabelecimento Prisional deste Estado, à ordem e disposição deste Juízo, a pessoa de seguinte qualificação:

Nome:	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO		
Alcunha:	Alcunha do Nome da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>		
Documentos:	CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741, RJI: 203518350-08		
Filiação:	pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira		
Nacionalidade:	Brasileiro	Naturalidade:	Naturalidade da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>
Data de Nascto.:	16/09/1995	Sexo:	Masculino
Estado Civil:	Solteiro	Cor:	Cor da Pele da Pessoa Seleccionada <<



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Informação indisponível >>

Profissão: **Estudante**

Endereços: **Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP**

Data do Delito: 27/02/2019

Incurso(a) no(s) Artigos(s): **Art. 140 "caput" (duas vezes), 69 "caput" c/c Art. 141 "caput", II c/c Art. 26 "único" e Art. 138 "caput" (quatro vezes) e Art. 138 § 1º todos do(a) CP**

Espécie de Prisão: **Preventiva**

Recaptura:

Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *

DATA DE VALIDADE: 09/09/2025

O presente mandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "**As condutas reiteradas estão em flagrante delito, conforme acima mencionado. Diante do exposto: a IMEDIATA EFETIVAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO por crimes contra a honra; coação no curso do processo; intimidação; retaliação e ameaçados do acusado. Que se officie ao twitter para restrição em até 24 horas da conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proibição de novas contas pelo acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Determino a imediata retirada do ar do site proclame281119.blogspot.com oficiando-se ao google; e demais provedores para no prazo de 24 horas comunicarem o cumprimento da decisão sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Encaminhe-se cópia desta decisão aos juízes mencionados por e-mail. Libere-se a presente decisão e prints em anexo somente após a prisão do acusado, sob pena de se esvaziar o efeito, visto que, ao que consta, o acusado manuseia o feito diariamente e mais de 1x ao dia. SERVIRÁ ESSA DECISÃO COMO MANDADO QUE DEVERÁ SER CUMPRIDO IMEDIATAMENTE E INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO POR TRATAR-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO Intime-se.**"

CUMPRA-SE, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Na data 21/11/2022 - 14:48:38, não foram encontrados outros mandados de prisão para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 21/11/2022 - 14:48:41, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

504634 – Mandado – Prisão Preventiva – Não Cumprido pelo Oficial de Justiça – Crime - (BNMP)

39020220047267



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 21/11/2022 15:13

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo


Teor do Ato: Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual DECRETO a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, forte no artigo 312 §1º do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem. EXPEÇA-SE mandado de prisão. Aguarde-se a apresentação de alegações finais pelo defensor, providenciando-se inclusive contato telefônico, com a advertência encartada no art. 265 do CPP.

Nova Granada, 21 de Novembro de 2022

URGENTE - Mandado de Prisão 1500106-18.2019.8.26.0390**GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>**

Seg, 21/11/2022 15:21

Para: dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>;52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>;52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>;52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br
<52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>;Mandados - IIRGD <mandados.iirgd@sp.gov.br>

 1 anexos (172 KB)

Mandado de Prisão 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

Boa tarde!

Segue anexo mandado de prisão para cumprimento.

Att.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
DECISÃO

Processo Digital nº: **1504783-23.2021.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2295836/2021 -
DEL.POL.ICÊM, 15590367 - DEL.POL.ICÊM, 2295836 -
DEL.POL.ICÊM**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Fls. 190/192. Trata-se de pedido do Ministério Público para a decretação de Prisão Preventiva do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO em razão de fuga do local da culpa, bem como garantia da ordem pública, e também, execução da lei penal.

Para a decretação da custódia cautelar, a lei processual exige a reunião de, pelo menos, três requisitos: dois fixos e um variável. Os primeiros são a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. O outro pressuposto pode ser a tutela da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou a garantia da aplicação da lei penal (CPP, art. 312). Ademais, deve-se verificar uma das seguintes hipóteses: **a)** ser o crime doloso apenado com pena privativa de liberdade superior a quatro anos; **b)** ser o investigado reincidente; **c)** pretender-se a garantia da execução das medidas protetivas de urgência – havendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência (CPP, art. 313).

No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria do crime de **calúnia** (CP, art. 138, por reiteradas vezes) encontram-se evidenciados pelos elementos de prova já constantes da investigação policial. Tanto isso é verdade, que tem-se cópia de eventual ilícito sob argumentação de que o réu teria sofrido torção. Anoto, que o delito foi, supostamente, cometido em outubro de 2021 com a já entrada em vigor da Lei 13.964/2019 que prevê aumento do triplo da pena, portanto, com pena máxima superior a 4


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

anos em razão do aumento e da qualificadora. Resta mais que assentado o *fumus commissi delicti*.

Quanto ao *periculum in libertatis*, verifico que o acusado encontra-se foragido do distrito da culpa, conforme informações extraídas dos autos 1500012-36.2020.8.26.0390; 1001416-48.2021.8.26.0390, bem como informações do feito 1500106-18.2019.8.26.0390.

Não há indicação precisa: de endereço fixo, pelo que a soltura é prejudicial à conveniência da instrução criminal e à (eventual) futura aplicação da lei penal; e de atividade laboral remunerada atual, denotando que a prática de ilícitos porventura seja mesmo adotada como modelo de vida, pelo que a ordem pública deve ser assegurada contra a consecução de novos delitos.

ressalto que a arguição de que as circunstâncias judiciais são favoráveis não é o bastante para recomendar a benesse pretendida. É que “o Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis” (STJ, HC nº 0287288-7, Rel. Min. Moura Ribeiro, Dje. 11/12/2013). A primariedade e a residência fixa na comarca, destarte, não conduzem obrigatoriamente à concessão de liberdade provisória.

É forçoso reconhecer que “aquele que responde a mais de uma ação penal pode ter contra si um juízo ou *prognóstico* desfavorável no que toca à efetiva imposição da pena, se a somatória das sanções ultrapassarem quatro anos. Aí, aquele juízo de proporcionalidade que justificou a *regra* do art. 313, I, haverá que ceder à exceção do concurso de crimes e do cúmulo material de penas. [...] Em resumo: o limite do art. 313, I, atende a critérios *objetivos* de proporção entre a medida cautelar e o resultado final do processo. Por isso, em *regra*, aplica-se aos casos de um único processo (ou inquérito). Havendo outras infrações, a *proporção* pode ser alterada, do mesmo modo que o fazem o já referido art. 44, II e III, do CP, a regular o cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos” (Eugênio Pacelli de Oliveira. Curso de processo penal. 17. ed. São Paulo, Atlas, 2013, p. 563-564, grifo do autor).

Observo que recentemente foi-lhe ajuizada outra ação penal por fatos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
**Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000**
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

análogos, em tramite na cidade de São Paulo (1508036-35.2022.8.26.0050), o que indica que o acusado permanece em situação de recalcitrância a cumprir os deveres de urbanidade em sociedade.

Saliento ainda que verificados os requisitos ensejadores da prisão preventiva, mostra-se insuficiente e inadequada a imposição de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319), já que sua concessão pressupõe a liberdade do indiciado, ainda que condicionada, hipótese incompatível com a situação vislumbrada nestes autos (CPP, art. 282, § 6º).

Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual **DECRETO** a prisão preventiva de **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, forte nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem. **EXPEÇA-SE** mandado de prisão.

Oficie-se aos juízos dos feitos 1500012-36.2020.8.26.0390; 1001416-48.2021.8.26.0390, 1500106-18.2019.8.26.0390.

Determino, ainda, o bloqueio das redes sociais do acusado, tais como twitter sob o perfil @Zicutake; bem como seu blog <http://joaquimpedro.usacomment.com/>, e ainda o site <http://proclame281119.blogspot.com>, encaminhando-se ofício aos big techs, para imediata suspensão sob pena de multa de R\$ 2.000,00 por dia.

Esclarece-se que a rede social, conforme apurado nos autos estava sendo usado como objeto de delito, para disseminar ódio, ofensas e cometimento de crimes, o que inclusive fere a política de privacidade da empresa.

Portanto, não está a se tratar de simples postagens, mas reiteradas postagens do usuário que ofendia a imagem das vítimas dos presentes autos, bem como integrantes do Poder Judiciário, Representantes do MP, bem como seu próprio advogado.

Não está a se falar em liberdade de expressa, mas sim de cometimento de crimes pelo usuário, inclusive que poderá ser objeto de deliberação definitiva quanto a sua

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Nova Granada-SP -
CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

conta quando da prolação da sentença, visto que rede social pode ser considerado meio para o cometimento de delitos.

Dessa forma, a determinação de retenção da conta, mantém-se incólume, por ora, até a prolação da sentença.

Outrossim, para bem aplicação da Lei Penal, determino que a autoridade policial proceda-se com a busca de endereço do acusado, podendo-se valer de “erbs” para se para se apurar a geolocalização do acusado.

Portanto, encaminhe-se cópia desta decisão para o Delegado Local para as devidas apurações e localização do réu.

Não há que se falar em violação ao art. 5º, X e XII, CF/88. Como sabido, os direitos e garantias individuais não são absolutos, devendo ceder passo quando em jogo interesse maior da coletividade. Além do mais, não haverá desvendamento de conteúdo de comunicação, mas somente de cadastro de quem tiver linha telefônica e sua localização, bem como eventual busca de IP do aparelho do acusado para suas postagens ofensivas.

Intime-se.

Nova Granada, 21 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1001/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)	D.J.E
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)	D.J.E

Teor do ato: "As condutas reiteradas estão em flagrante delito, conforme acima mencionado. Diante do exposto: a IMEDIATA EFETIVAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO por crimes contra a honra; coação no curso do processo; intimidação; retaliação e ameaçados do acusado. Que se oficie ao twitter para restrição em até 24 horas da conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proibição de novas contas pelo acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Determino a imediata retirada do ar do site proclame281119.blogspot.com oficiando-se ao google; e demais provedores para no prazo de 24 horas comunicarem o cumprimento da decisão sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Encaminhe-se cópia desta decisão aos juízes mencionados por e-mail. Libere-se a presente decisão e prints em anexo somente após a prisão do acusado, sob pena de se esvaziar o efeito, visto que, ao que consta, o acusado manuseia o feito diariamente e mais de 1x ao dia. SERVIRÁ ESSA DECISÃO COMO MANDADO QUE DEVERÁ SER CUMPRIDO IMEDIATAMENTE E INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO POR TRATAR-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO Intime-se."

Nova Granada, 22 de novembro de 2022.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, movido pelo Ministério Público, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, tendo em vista o r. ato ordinatório publicado em 21/11/2022, expor e requerer o que segue:

MM. JUIZ:

Este causídico possui júri marcado para o dia 23 de novembro de 2022, às 09:00 horas, junto aos autos 1623-91.2004.8.26.0412 em tramite junto a Vara Única da Comarca de Palestina-SP, autos complexos com mais de 3200 páginas a serem estudadas, sendo assim, como o prazo dado por este r. Juízo para apresentações de Alegações Finais junto a estes autos (prazo exíguo) se extingue na mesma data, requeremos a **VOSSA EXCELÊNCIA**, que excepcionalmente, nos acrescente mais prazo para apresentação da peça processual determinada – dilatando referido tempo, até porque não haverá qualquer prejuízo a qualquer das partes, nem ao Juízo.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 22 de novembro de 2022.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Palestina

FORO DE PALESTINA

VARA ÚNICA

RUA CAPITÃO FARIA, ., CENTRO - CEP 15470-000, FONE: (17)3293-1144,
PALESTINA-SP - E-MAIL: PALESTINASP@TJSP.JUS.BR**DECISÃO**

Processo nº: **0001623-91.2004.8.26.0412**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado**
 Requerente: **Justiça Pública**
 Réu: **Anderson da Silva Tavares e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). SENIVALDO DOS REIS JUNIOR

Vistos.

Decidido o mandado de segurança interposto pelo Ministério Público, determino a inclusão em pauta da reunião do Tribunal do Júri, redesignando julgamento **para o dia 23 de novembro de 2022, às 09h.**

Intimem-se o réu Ícaro Augusto de Souza da Silva, testemunhas arroladas pela acusação (fl. 4-7) e extensivas ao réu.

Para a realização do sorteio dos 25 jurados, designo o **dia 3 de novembro de 2022, às 14h**, os quais deverão ser intimados por mandado.

Oficie-se à OAB comunicando essa data, a fim de que, querendo, envie representante para acompanhar o ato.

Via desta decisão, assinada digitalmente, servirá como precatória/mandado/ofício.

Intimem-se.

Palestina, 16 de agosto de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro
CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP
Telefone: (17) 2186-5958 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

Fls. 2146. Diversamente do alegado pelo nobre defensor, o prazo não se extinguiria dia 23/11/2022, mas já tinha se encerrado em 18/11/2022, sendo que lhe foi concedido prazo adicional até a data de 23/11.

Entretanto, por mera liberalidade, concedo ao nobre defensor o prazo adicional até o dia 25/11/2022 para apresentações das razões finais.

Providencie a Serventia a notificação por meio digital ou telefônico, ressaltando a advertência contida no art. 265 do CPP.

Apresenta as alegações finais, conclusos para sentença.

Int.

Nova Granada, 22 de novembro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA - VARA ÚNICA
 Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, nº 1001, Centro
 CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP
 E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

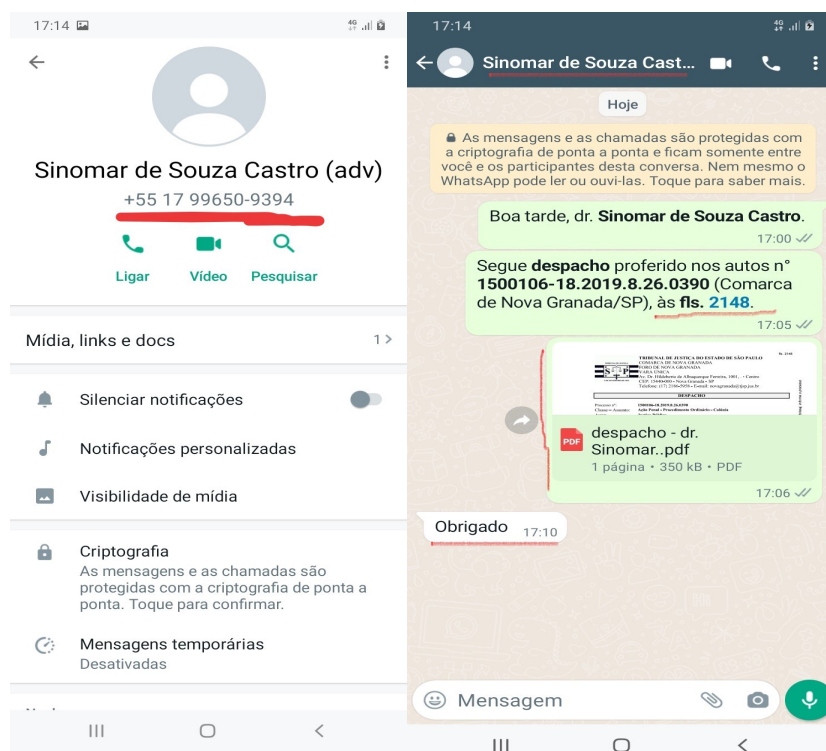
Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi realizada a notificação por meio digital, conforme determinado no **despacho de fls. 2148**, através do telefone informado na petição do Defensor às fls. 2146:

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

– Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
 E-mail: solterramar@adv.oabsp.org.br



Nada Mais. Nova Granada, 22 de novembro de 2022. Eu, ____, José Antônio Vazquez Castro Junior, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1005/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)	D.J.E
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Fls. 2146. Diversamente do alegado pelo nobre defensor, o prazo não se extinguiria dia 23/11/2022, mas já tinha se encerrado em 18/11/2022, sendo que lhe foi concedido prazo adicional até a data de 23/11. Entretanto, por mera liberalidade, concedo ao nobre defensor o prazo adicional até o dia 25/11/2022 para apresentações das razões finais. Providencie a Serventia a notificação por meio digital ou telefônico, ressaltando a advertência contida no art. 265 do CPP. Apresenta as alegações finais, conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 23 de novembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1001/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 23/11/2022. Considera-se a data de publicação em 24/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)

Teor do ato: "As condutas reiteradas estão em flagrante delito, conforme acima mencionado. Diante do exposto: a IMEDIATA EFETIVAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO por crimes contra a honra; coação no curso do processo; intimidação; retaliação e ameaçados do acusado. Que se oficie ao twitter para restrição em até 24 horas da conta @zicutake sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como proibição de novas contas pelo acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. Determino a imediata retirada do ar do site proclame281119.blogspot.com oficiando-se ao google; e demais provedores para no prazo de 24 horas comunicarem o cumprimento da decisão sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Encaminhe-se cópia desta decisão aos juízes mencionados por e-mail. Libere-se a presente decisão e prints em anexo somente após a prisão do acusado, sob pena de se esvaziar o efeito, visto que, ao que consta, o acusado manuseia o feito diariamente e mais de 1x ao dia. SERVIRÁ ESSA DECISÃO COMO MANDADO QUE DEVERÁ SER CUMPRIDO IMEDIATAMENTE E INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO POR TRATAR-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO Intime-se."

Nova Granada, 23 de novembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1005/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 24/11/2022. Considera-se a data de publicação em 25/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 2146. Diversamente do alegado pelo nobre defensor, o prazo não se extinguiria dia 23/11/2022, mas já tinha se encerrado em 18/11/2022, sendo que lhe foi concedido prazo adicional até a data de 23/11. Entretanto, por mera liberalidade, concedo ao nobre defensor o prazo adicional até o dia 25/11/2022 para apresentações das razões finais. Providencie a Serventia a notificação por meio digital ou telefônico, ressaltando a advertência contida no art. 265 do CPP. Apresenta as alegações finais, conclusos para sentença. Int."

Nova Granada, 24 de novembro de 2022.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos epigrafados - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela JUSTIÇA PÚBLICA, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, **sendo nomeado para defender o Acusado através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652** – anexo e nomeação de fls.1115 e 1129/1132, vem a presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS**, conforme segue:

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO**ADVOGADO - OAB/SP-238.365**

NOBRE JULGADOR:

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, foi denunciado às fls.984/989, pelo Representante do Parquet, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigos 141, inciso II, na forma do artigo 69 todos do Código Penal, tendo em vista que injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro, ainda porque, caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.

Pois bem:

Nulidades sanadas.

Defesa prévia apresentada às fls.1158/1170.

Laudo médico do pedido de insanidade mental do acusado apresentado às fls.1320/1323, concluindo que o Autor dos fatos apesar de ter preservada sua capacidade de entendimento, diante da sua característica de personalidade tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto a ação que lhe é imputada.

Desta forma, conforme o Laudo Pericial Judicial concluiu, o Acusado não possui capacidade de auto entendimento do que realiza ou realizou, sendo, desta forma, na forma do artigo 26, do nosso Código Penal, o mesmo é inimputável dos fatos narrados na denúncia, devendo ser absolvido nos termos do artigo 386, VI, do Código de Processo Penal.

Em tese secundária, não sendo este o primeiro entendimento deste

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO - OAB/SP-238.365

NOBRE JULGADOR acreditando na semi-imputabilidade, que lhe seja aplicada a redução máxima prevista no artigo 26, parágrafo único, do Código Penal, aplicando-lhe, em virtude de ser pessoa sem antes ter qualquer envolvimento criminal, sendo primário e de bons antecedentes, a pena mínima aplicada à espécie, reduzindo-a em 2/3, redução máxima, ainda, **aplicando-lhe os benefícios do artigo 71, do mesmo diploma legal**, ou seja, lhe seja aplicada as benesses do crime continuado, assim o fazendo, por fim, aplicando a suspensão condicional da pena nos termos do artigo 77, do Código Penal, ou não sendo o caso, convertendo a pena em restritiva de direito, aplicando-lhe pena diversa de pena de encarceramento.

Termos em que
Pede deferimento,
São José do Rio Preto-SP., 25 de novembro de 2022.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado OAB/SP 238.365 -

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1020/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)	D.J.E
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 2052/2059. Verifica-se que houve o cumprimento por parte da rede social. Anote-se o nome dos procuradores nos autos para fins de publicações via DJE. Esclarece-se que a rede social, conforme apurado nos autos estava sendo usado como objeto de delito, para disseminar ódio, ofensas e cometimento de crimes, o que inclusive fere a política de privacidade da empresa. Portanto, não está a se tratar de simples postagens, mas reiteradas postagens do usuário que ofendia a imagem das vítimas dos presentes autos, bem como integrantes do Poder Judiciário, Representantes do MP, bem como seu próprio advogado. Não está a se falar em liberdade de expressão, mas sim de cometimento de crimes pelo usuário, inclusive que poderá ser objeto de deliberação definitiva quanto a sua conta quando da prolação da sentença, visto que rede social pode ser considerado meio para o cometimento de delitos. Dessa forma, a determinação de retenção da conta, mantém-se incólume, por ora, até a prolação da sentença (...). Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual DECRETO a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, forte no artigo 312 §1º do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem. EXPEÇA-SE mandado de prisão. Aguarde-se a apresentação de alegações finais pelo defensor, providenciandose inclusive contato telefônico, com a advertência encartada no art. 265 do CPP. Intime-se."

Nova Granada, 28 de novembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1020/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 29/11/2022. Considera-se a data de publicação em 30/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)

Teor do ato: "Fls. 2052/2059. Verifica-se que houve o cumprimento por parte da rede social. Anote-se o nome dos procuradores nos autos para fins de publicações via DJE. Esclarece-se que a rede social, conforme apurado nos autos estava sendo usado como objeto de delito, para disseminar ódio, ofensas e cometimento de crimes, o que inclusive fere a política de privacidade da empresa. Portanto, não está a se tratar de simples postagens, mas reiteradas postagens do usuário que ofendia a imagem das vítimas dos presentes autos, bem como integrantes do Poder Judiciário, Representantes do MP, bem como seu próprio advogado. Não está a se falar em liberdade de expressão, mas sim de cometimento de crimes pelo usuário, inclusive que poderá ser objeto de deliberação definitiva quanto a sua conta quando da prolação da sentença, visto que rede social pode ser considerado meio para o cometimento de delitos. Dessa forma, a determinação de retenção da conta, mantém-se incólume, por ora, até a prolação da sentença (...). Estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se a segregação provisória, motivo pelo qual DECRETO a prisão preventiva de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, forte no artigo 312 §1º do Código de Processo Penal, ficando ressalvada a possibilidade de reanálise quando novos elementos fáticos, probatórios ou processuais permitirem. EXPEÇA-SE mandado de prisão. Aguarde-se a apresentação de alegações finais pelo defensor, providenciandose inclusive contato telefônico, com a advertência encartada no art. 265 do CPP. Intime-se."

Nova Granada, 29 de novembro de 2022.

AR - AVISO DE RECEBIMENTO				AUDIÊNCIA:				
PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO: Ofício Judicial				
AR	CARIMBO - MÃO PRÓPRIA	DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM	Nº de Registro Postal				
REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO				Proc 1500106-18-2019 48314887-8				
Juízo de Direito Vara Única Fórum de Nova Granada Av. Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001, -- Centro 15440-000 - Nova Granada - SP				TENTATIVAS DE ENTREGA				
				<table border="1"> <tr> <td>__/__/__ h</td> <td>__/__/__ h</td> <td>__/__/__ h</td> </tr> </table>		__/__/__ h	__/__/__ h	__/__/__ h
__/__/__ h	__/__/__ h	__/__/__ h						
JT 48314887 8 BR				MOTIVO DA DEVOLUÇÃO				
DESTINATÁRIO				CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO				
AO SENHOR DIRETOR DO GOOGLE BRASIL AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3477, 18º ANDAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO CEP 04538-133				<input type="checkbox"/> MUDOU-SE <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO <input type="checkbox"/> RECUSADO <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO <input type="checkbox"/> NÚMERO INEXISTENTE <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE <input type="checkbox"/> NF. ESCR. PORT/SÍNDICO <input type="checkbox"/> OUTROS:				
NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DO RECEBIMENTO:		RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO:				
Renan Loung		18.11.22 RG 37802548		Herique Nunes 88177800				
				DATA				

AR - AVISO DE RECEBIMENTO				AUDIÊNCIA:				
PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO: Ofício Judicial				
AR	CARIMBO - MÃO PRÓPRIA	DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM	Nº de Registro Postal				
REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO				Proc: 1500106-18-2019				
Juízo de Direito Vara Única Fórum de Nova Granada Av. Dr. Hildeberto Albuquerque Ferreira, 1001, -- Centro 15440-000 - Nova Granada - SP				TENTATIVAS DE ENTREGA				
				<table border="1"> <tr> <td>__/__/__ h</td> <td>__/__/__ h</td> <td>__/__/__ h</td> </tr> </table>		__/__/__ h	__/__/__ h	__/__/__ h
__/__/__ h	__/__/__ h	__/__/__ h						
JT 48314886 4 BR				MOTIVO DA DEVOLUÇÃO				
DESTINATÁRIO				CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO				
AO SENHOR DIRETOR DO TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4221, 9º ANDAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO CEP 04538-133				<input type="checkbox"/> MUDOU-SE <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO <input type="checkbox"/> RECUSADO <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO <input type="checkbox"/> NÚMERO INEXISTENTE <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE <input type="checkbox"/> NF. ESCR. PORT/SÍNDICO <input type="checkbox"/> OUTROS:				
NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DO RECEBIMENTO:		RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO:				
Gabriella Gomes		18.11.22 RG 50784641X		Sant Ana Matr.: 81903.195-4 Garcia				
				DATA				
				18/11/22				



São Paulo, 22 de novembro de 2022.

À
Vara Única da Comarca de Nova Granada
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ref: Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Excelentíssimo Senhor Juiz,

Google Brasil Internet Ltda. ("Google Brasil"), sociedade brasileira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento à solicitação contida no presente ofício, apresentar os seguintes esclarecimentos

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Google Brasil é empresa subsidiária da Google LLC (pessoa jurídica estrangeira de direito privado, com sede em 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, California, 94043, EUA,) no território nacional, mas os produtos Google e respectivos dados são controlados exclusivamente pela Google LLC. Esclarece-se também que a Google Brasil é a única procuradora da Google LLC em território nacional com poderes para receber citações e intimações.

A Google Brasil enviou o presente ofício para a sua controladora, Google LLC, por ser ela a empresa que controla os produtos e serviços Google, que informou o seguinte.



Nos presentes autos, Vossa Excelência determinou a expedição de ofício à Google para promover a remoção da URL <https://proclame281119.blogspot.com/>.

Nesse sentido, considerando que somente foi informada a URL de todo o blog e não somente da publicação a ser removida, a Google esclarece que, nos termos do art. 19, §1º, do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), é imprescindível que a ordem judicial determinando a remoção **contenha expressamente a(s) URL(s) específicas de interesse do conteúdo a ser removido.**

Para fins de esclarecimento, vale ressaltar que a URL (Uniform Resource Locator) é a sigla que denomina o endereço de internet que aparece na barra do navegador quando determinada página é exibida. Esse endereço virtual (URL) identifica de modo único e efetivo uma página entre bilhões de outras disponíveis no espaço virtual.

A Google aproveita o ensejo para ressaltar a postura da empresa de absoluto respeito e cooperação com as Autoridades Brasileiras.

Sem mais para o momento, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,
Equipe Google

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA****AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria, Portaria - 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **SENIVALDO DOS REIS JUNIOR**

Vistos.

O representante do Ministério Público ingressou em juízo pedindo a condenação de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, já qualificado nos autos, como incurso nos artigos 138, caput (por 04 vezes), e 140, caput (por 02 vezes), c.c. artigos 141, inciso II, na forma do artigo 69 todos do Código Penal, afirmando que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, o acusado, injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro. Consta, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.

Segundo se apurou no inquérito policial que embasou a denúncia, o denunciado, por não concordar com as decisões proferidas pelo ofendido Fabiano Rodrigues Crepaldi, nas ações judiciais que tramitaram nesta comarca de Nova Granada (processos n. 1001943- 73.2016.8.26.0390 e 0000735-71.2016.8.26.0390), publicou um vídeo no Youtube imputando aos ofendidos a participação em um esquema criminoso, com intuito de auferir


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

dinheiro e prejudicar os jurisdicionados. É dos autos que a genitora do denunciado, Josilene Lourenço Pereira, foi demandada judicialmente por cobrança de alugueres e efetuou acordo, homologado judicialmente para a solução do conflito (cf fls. 620). Sucede que, arrependendo-se da transação, Josilene recorreu da sentença homologatória, que no entanto foi mantida pelo E. Colégio Recursal de São José do Rio Preto, sendo a sucumbente despejada (autos n. 0000735-71.2016.8.26.0390 – cf fls.628/640, 670, 677 e 705/717), fato que desagradou o denunciado.

Consta que, ainda inconformada com a homologação de seu acordo levada a efeito pelo Juiz Fabiano, Josilene buscou atendimento junto aos Promotores de Justiça Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Tasso Denis Campanha Cury e José Heitor dos Santos, os quais atenderam e esclareceram referida senhora, informando que não tinham atribuições para resolver o seu inconformismo, porque se tratava de direito disponível e não envolvia interesses de menores ou incapazes, fato que novamente desagradou sobremaneira o denunciado e sua genitora. Posteriormente, JOAQUIM ingressou com ação de indenização por danos morais em decorrência de abandono afetivo c.c alimentos por miserabilidade em face de seu genitor, a qual, após regular trâmite foi julgada improcedente pela vítima Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi (autos n. 1001943- 73.2016.8.26.0390 – cf fls. 02/08, 362/367 e 406).

Em razão desses fatos, o denunciado elaborou um vídeo e o publicou no Youtube, mencionando que o Juiz de Direito, Promotores de Justiça, além de Advogados formavam um esquema criminoso na prática de delitos de estelionato, coação, ameaça e obstrução de Justiça. No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi. Após a ilustração do “esquema”, com a imputação falsa de delitos, o denunciado mencionou quem eram os envolvidos, publicando os nomes e fotografia dos ofendidos, causando-lhes, desta forma, graves e inequívocos prejuízos à honra, imagem e boa fama (cf laudo pericial de fls.904/914).

Se não bastasse, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO enviou inúmeros e-


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

mails para órgãos correicionais e de ética narrando os mesmos fatos, atribuindo aos ofendidos a prática de infrações penais. Em um dos e-mails, o denunciado chama o Juiz de Direito e o Presidente da OAB de “corruptos” e a Promotora de “fujona” (cf fls.553/561 e 570) Os fatos tornaram conhecidos quando o denunciado encaminhou e-mail para esta Promotoria de Justiça de Nova Granada, através de seu e-mail pessoal. Apurou-se, por fim, que os delitos foram praticados contra funcionários públicos, em razão de suas funções.

Após as investigações, foi oferecida denúncia (fls. 985/989), contra o investigado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, como incurso nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c. artigo 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal. **A denúncia foi recebida por decisão datada de 26/11/2019** (fls. 993/994), bem como determinada a citação do denunciado/paciente.

O **réu/paciente foi citado por hora certa** por Oficial de Justiça (fls. 1031/1032), **ante a suspeita de ocultação do acusado.**

O representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu (fls. 1072/1077). Decretada a prisão preventiva do réu, por decisão de fls. 1068/1071. Expedido mandado de prisão (fls. 1079/1081). O acusado foi preso no dia 02 de julho de 2020 (fls. 1084/1087).

Após várias renúncias de Advogados indicados pela OAB de Nova Granada (fls. 1038; 1049; 1110/1111), foi pela Defensoria Regional de São José do Rio Preto indicado Advogado Dativo ao acusado (fls. 1129/1132). Apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170).

Pelo representante do Ministério Público foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do acusado (fls. 1123/1125), que foi acolhido por decisão datada de 10/08/2020 (fls. 1138/1139).

Foi baixada a Portaria nº 04/2020 datada de 10 de agosto de 2020, com a instauração de incidente de insanidade mental registrado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Por tratar-se de réu preso, não houve a suspensão da ação penal, ante a instauração de incidente de insanidade mental e, por decisão de fls. 1181/1183 foi mantida a prisão preventiva do réu e agendada audiência virtual para o dia 15 de outubro de 2020, às 15:30h.

Em audiência de instrução foram inquiridas três (03) vítimas; duas (02) testemunhas comuns e realizado o interrogatório do acusado (fls. 1237/1244), todos pelo sistema de gravação audiovisual, conforme link de acesso à mídia certificado às fls. 1245.

O representante do Ministério Público peticionou pela supressão da custódia do acusado (fls. 1246).

Foi mantida a prisão preventiva do réu, por decisão datada de 13 de novembro de 2020 (fls. 1248/1250).

No dia 07 de janeiro de 2021 foi juntado o laudo pericial de insanidade mental do réu, realizado no apenso de incidente instaurado sob nº 0001446-37.2020.8.26.0390 (fls. 1320/1323).

As partes manifestaram por memoriais escritos (fls. 1324/1326 e 1346/1352).

Sobreveio sentença condenatória, a qual foi anulada pela instância superior para que se oportunizasse nova manifestação da defesa.

Regularizada a tramitação e apresentada alegações finais pela defesa, os autos vieram à conclusão.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

Das Provas

Peças principais da ação penal: fls. 01 (inquérito policial); fls. 02/547 (cópias extraídas de outros processos); fls. 550; 567; 568/569; 582/583; 726/727; 889/896 (representações das vítimas); fls. 576/578 (declarações do réu perante a autoridade policial); fls. 586/587; 750/751; 753/754; 760/762; 764/765; 766/767; 768/770 e 772 (termos de oitivas das vítimas); fls. 774/775 (relatório final da autoridade policial); fls. 820/821 (decisão retirada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

vídeo do *Youtube*); fls. 985/989 (oferecimento denúncia); fls. 993/994 (decisão recebimento da denúncia); fls. 1031/1032 (certidão citação do réu); fls. 1072/1077 (Manifestação do Ministério Público requerendo o decreto de prisão preventiva do réu); fls. 1068/1071 (decisão de decreto da prisão preventiva do réu); fls. 1079/1081 (mandado de prisão expedido); fls. 1084/1087 (mandado de prisão cumprido); fls. 1129/1132 (nomeação de defensor dativo); fls. 1158/1170 (resposta à acusação); fls. 1138/1139 (decisão instauração incidente insanidade mental); fls. 1181/1183 (decisão agendamento audiência virtual); fls. 1237/1244 (audiência realizada); fls. 1245 (certidão link acesso); fls. 1248/1250 (decisão indeferimento de supressão de custódia); fls. 1320/1323 (Laudo Pericial de Insanidade Mental); fls. 1324/1326 (Memoriais do Ministério Público); fls. 1327/1336 (Revogação da Prisão Preventiva); fls. 1337 (Decisão); fls. 1346/1352 (Memoriais de Defesa); fls. 1353 (Procuração); fls. 1354/1357 (folha de antecedentes e certidões criminais atualizadas).

Em fls. 253 e seguintes expediente afeto ao genitor do réu, que teria, em local pública, sido ofendido moralmente por sua genitora, pessoa de Josilene Lourenço Pereira; os documentos anteriores e subsequentes, referem-se a processos judiciais (fls. 419 e seguintes, v.g.)envolvendo o réu e sua família e que geraram a descabida belicosidade do mesmo contra autoridades e personalidades locais, de maneira infundada. Enuncia o claro distanciamento dos padrões sociais aceitáveis o teor de fls. 357 e seguintes, pedido de indenização no importe de R\$ 200.000,00, por abandono afetivo, julgada improcedente pelo d. juízo local.

Assinalo, inicialmente, que se trata de réu confesso (confissão lançada em audiência); o réu, portanto, não nega ter protagonizado as publicações documentadas nos autos.

Em fls. 449 e seguintes, termo de audiência de conciliação em ação de despejo movida contra a genitora do réu, com a qual o mesmo coabita; esta ação teria sido julgada procedente e causado revolta infundada pelo réu e seu grupo familiar, com nexos às lesões morais irrogadas na inicial acusatória. Neste ponto, o documento de fls. 471 e seguintes, expedido de punho pela genitora do réu e a enunciar um arremedo de recuso processual; o feito, fls. 483ss, culminou com a expedição de mandado de reintegração na posse.

Ofício requisitório, expedido pelo Juízo de Direito da Comarca de Nova


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Granada, para instauração de inquérito policial, fls. 550 e seguintes; os documentos seguintes demonstram que o ora réu enviou mensagens eletrônicas via e-mail para vários órgãos, a incluir juízes, tribunais, OABs, órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público e afins, Corregedoria Geral da Justiça, denunciando um esquema de estelionato, corrupção e tortura na comarca de Nova Granada e região; denúncias e assertivas infamantes, v.g., no sentido de que o Juiz de Direito do Foro, Fabiano Crepaldi, seria corrupto, tal como advogados e outros. Em igual sentido, fls. 570 e seguintes

Em fls. 568/569, representação expedida por membros do Ministério Público ofendidos, Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, José Heitor dos Santos e Tasso Denis Campanhã.

Declarações do réu à Autoridade Policial, fls. 576/578, onde assume a autoria do envio de todos os e-mails denunciando agentes públicos da cidade de Nova Granada-SP e que havia um esquema de estelionato e corrupção a envolver o juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi, a promotoria de justiça sendo que o juiz fora omissos pois não procedeu em face da atuação dos advogados. Relatou denúncias outras e que ocorria imparcialidade e ameaças contra o depoente e sua mãe, Rosilene; imputa atos de corrupção a advogados da localidade, que advogados o prejudicaram, além de policiais e que perante os processos sempre teve sua atuação prejudicada; relatou intimidações por parte do juiz da comarca e de outras pessoas; que haveria ligações entre o juiz e a pessoa de capitão Pedro.

A genitora do réu, fls. 579/580, depôs em igual sentido.

Declarações do MM Juiz de Direito do foro de Nova Granada, Fabiano Rodrigues Crepaldi, fls. 586/587, relatando as condutas do réu. Relatou que não conhece o mesmo e ressaltou, o depoente, a inexistência de qualquer esquema sub-reptício na localidade e que nunca respondeu qualquer processo de qualquer natureza; relatou que tomou conhecimento dos fatos por vídeos, bem como de e-mails; disse que provavelmente a revolta decorre de ações julgadas em contrariedade aos interesses do ora réu; relatou a postura sempre desafiadora da genitora do réu e que sentiu-se profundamente ofendido pelo conteúdo dos e-mails infamantes de sua honra, enviados pelo ora réu a magistrados, ao CNJ e autoridades outras do país.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Em fls. 588 e seguintes, autos de processos judiciais protagonizados pela genitora do réu, sendo que houve recurso perante a superior instância, negado, fls. 705 e seguintes.

Veja-se que a pessoa de Antônio A. Cristófalo de Lemos, advogado, foi instada pelos órgãos censors da Ordem dos Advogados do Brasil, diante das infâmias difundidas pelo réu, fl. 728/730; o dr. Lemos prestou declarações à polícia, fl. 750, exteriorizando seu dissabor com a situação, esclarecendo que defendeu em juízo os interesses do genitor do réu – e contra os interesses do mesmo, no processo judicial já mencionado em que buscavam o ora réu e sua irmã indenização no valor de R\$ 200.000,00 em decorrência de alienação parental; esclareceu as representações expedidas pelo réu e o tumulto provocado na vida do pai do mesmo por Rosilene; tomou conhecimento da veiculação de vídeo na plataforma Youtube, a envolver imagens e uma série de calúnias contra o depoente, o juiz de direito do foro e 4 membros do Ministério Público; as calúnias aludiam à existência de um núcleo de crime organizado destinado a corrupção e desvio de dinheiro público; o vídeo repercutiu, tendo mais de 300 visualizações, sendo o fato objeto de comentários na região toda.

Suzane Karen Verro Giacometo, advogada, fls. 753/754, em uníssono a Lemos, confirmou que fora nomeada para defender os interesses do réu, que foi devidamente atendido pela depoente e que por falta de condições financeiras, não vinha pouco, pois dependia de caronas; o réu e sua irmã trocavam com frequência o número de telefone e tumultuaram, se recusando a deixar documentos com a depoente para confecção de prova; e que não confiavam na depoente, ao que renunciou à nomeação; posteriormente, tomou conhecimento de que o réu expôs o nome da depoente na internet, caluniando-a e denegrindo sua imagem e de autoridades; apresentou os documentos de fls. 755/758.

Aline Kleer da Silva Martins Fernandes (fls. 760/762), que atuou como Promotora de Justiça no foro de Nova Granada, ofertou depoimento em idêntico sentido, ressaltando as acusações descabidas, mesmo após atender adequadamente a genitora do réu, que a acusava de estar conluiada ao juiz da comarca; realçou o profundo constrangimento que a publicação de vídeo contendo seu nome lhe causou, mesmo nunca tendo atuado em processos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

José Heitor dos Santos, também Promotor de Justiça, fls. 764/765, disse que atendeu, na qualidade de Secretário Executivo Criminal em São José do Rio Preto-SP, uma senhora que seria a mãe do réu; a mesma dizia que fora compelida a firmar acordo judicial; orientou a mesma, que reclamava de todos, incluindo o juiz do feito; a mulher passou a hostilizar o depoente de maneira agressiva e desrespeitosa, dando a impressão que pretendia provocar no depoente reação abusiva, o que não ocorreu; após tomou conhecimento de que a mesma e seu filho teriam divulgado vídeo na internet propalando a existência de uma quadrilha de estelionatários no fórum de Nova Granada-SP com participação de juiz, promotor, advogados e funcionários; ressaltou a violação de sua honra e o dissabor.

Rodrigo Pereira dos Reis, fls. 768/770, também Promotor de Justiça, relatou deter conhecimento dos fatos; disse ter sido lotado no foro de Nova Granada-SP, relatando, em uníssono aos demais, o comportamento descabido de Rosilene e a repercussão do vídeo veiculado.

Cláudia Renata da Silva, advogada militante no foro local de Nova Granada-SP, confirmou os fatos e que fora ameaçada pelo réu Joaquim.

Em fl. 820/821, decisão da juízo em exercício no caso, inclusive a determinar a intimação do réu para cessar as condutas caluniosas; sobreveio a certidão de fl. 881, no sentido de que desconhecido o endereço

Petição, fls. 826/827, do Advogado Antônio Alberto C. de Lemos a noticiar que o réu difunde infâmias contra o mesmo em redes sociais e causa terrorismo em faculdade da cidade de São José do Rio Preto-SP; documentos pertinentes em fl. 828/831, os documentos de fls. 832 e seguintes, demonstram publicações do réu em rede social, valendo-se do nome **Zicutake** na plataforma Twitter; em fl. 840, na plataforma Amazon, o réu teria artificializado a venda de um livro em detrimento da faculdade Unirp, sobre venda de diplomas. Neste expediente, ofensas, difamações e calúnias de toda sorte são disparadas, contra advogados, corregedorias e o magistrado do foro local, v.g., fls. 867 e seguintes; refere-se a agentes policiais que oficiaram em diligência a sua casa, diante das ameaças proferidas pelo réu contra a

Manifestação do Ministério Público, fls. 888, para que o réu seja bloqueado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

nas plataformas Facebook, Twitter e outros.

Em fl. 893, fotografias do réu em Brasília-DF, defronte a órgãos públicos.

Decisão em fls. 897/898 proferida pela dra. Andressa M.T. Marchiori a determinar bloqueio de acesso do réu às plataformas Youtube, Facebook e Twitter.

Laudo pericial, fls. 903 e seguintes, centralizado em arquivo de áudio deletério a honra dos ofendidos, a minudenciar as imagens e as legendas em suposto esquema de superfaturamento de valores no âmbito da defensoria pública, com conivência do Poder Judiciário e do Ministério Público local. Em fls. 901 e seguintes, imagens do juiz e de outros caluniados, a incluir o dr. Antônio A. Cristófal de Lemos e os Promotores de Justiça Tasso Cury, José H. dos Santos e Aline Kleer.

O ofício de fls. 958ss, enviado por Twitter Brasil Rede de Informação Ltda., informa a exclusão do perfil: ***<https://mobile.twitter.com/Zicutake de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO> (brasileiro, solteiro, estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida em 16/09/1995, natural de Mage- RJ, com endereço à Rua Antonio Ventura da Silva, 342, Centro, CEP 15460-000, Icem- SP)***”.

A certidão de fl. 1.017 demonstra que o réu se oculta à citação.

Missivas do réu, fls. 1.151/1.152 e 1.215/1.218 e 1.226/1.229.

A carta de fls. 1.226ss enviada pelo réu a este magistrado é no sentido de que este não pode exercer a jurisdição, eis que o réu teria exposto sua família e a pessoa do juiz, publicamente.

Em audiência, singelamente, as vítimas confirmaram as ofensas, dizendo-se ofendidas pelos fatos, tendo o réu assumido a autoria e, de maneira violenta, se insurgido contra as autoridades, questionando, v.g., o Promotor de Justiça dr. Bruno ... sobre os atos do mesmo, como se censor fosse.

Diante disto, o réu foi retirado do ambiente virtual já que, além de agredir os presentes, passou a tumultuar o ato processual.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO em seu interrogatório assim disse:

*ue quando estava solto estudava na mesma faculdades dos advogados e porque percebeu que na faculdade havia falta de ética e tinha problemas; acusou advogados de irregularidades; seus estudos eram pagos pelo depoente, que não trabalhava mas tem inteligência e ganhou bolsa, inclusive de instituições federais. O depoente estudava na cidade de São José do Rio Preto-SP com bolsa integral; nunca teve problemas quando na menoridade; sobre os fatos do processo, ao ser indagado sobre a mensagens, passou a dizer que o promotor do processo foi exposto pelo depoente, que expôs também os pais e familiares do mesmo; disse que expôs, também esse magistrado e parentes dele; disse que, legalmente, pela lei da magistratura, esse subscritor deveria ter nomeado outro juiz para o caso e que já não sabe mais o que é legal. Relatou que foi agredido e que não sabe mais o que é justiça; sobre a publicação das postagens, disse que nunca viu sequer o rosto do juiz do foro de Nova Granada, Fabiano Crepaldi; disse que realmente publicou todas essas notícias e denúncias, eis que não concorda com irregularidades; disse que lançou denúncias na corregedoria, CNJ em decorrência de um processo que o juiz julgou sem lhe conceder defesa, suprimindo os artigos 133 e 134 da Constituição Federal. Quando inquirido em audiência pelo Ministério Público, de maneira agressiva, passou a confrontar o representante ministerial; assim, após ser questionado se tem interesse em se retratar, disse: **Eu lhe faria outra pergunta senhor promotor: o senhor tem alguma divergência comigo? Não pode mentir, o senhor sabe que não pode mentir.** Sucedeu-se intervenção do juízo e encerramento das perguntas pelo órgão ministerial; passada a palavra a I. defesa, o ora réu foi questionado pelo Patrono se as publicações do mesmo eram inventadas ou reais; o réu, em resposta ignorou seu patrocinador e disse que primeiro queria saber do sr. Marcelo e do sr. Carlos (Promotor de Justiça) sobre divergências com o depoente, ao que o depoimento foi encerrado*

Estatui o Código Penal:

Calúnia Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

O tipo penal calúnia protege aquilo que a doutrina chama de “honra objetiva”, ou seja, os atributos morais da pessoa perante a comunidade. O crime verifica-se quando o agente imputa falsamente a ocorrência de um fato concreto definido como crime (não há calúnia se o fato caracterizar contravenção) à vítima (que pode ser menor de idade, pois a circunstância de responder por ato infracional não exclui que a narrativa do agente tenha sido sobre fato definido como crime) para terceiros (desde que não sejam as autoridades do art. 339 do Código Penal, pois estará configurada aí a denúncia caluniosa). É o mais grave dos crimes contra a honra porque na medida em que narra um fato, a mensagem do agente capta maior credibilidade social; e sendo este fato definido como crime, o dano à honra é certamente maior.

Nas palavras de Hungria *“A assacadiha formulada em termos vagos passa, esquece-se, mas se é apontado um fato concreto, dificilmente deixará de ser o ofendido um perpétuo tributário da maledicência”*.

O elemento subjetivo é o dolo específico de ofender, magoar, macular a honra alheia (*animus injuriandi vel diffamandi*). Quem está em dúvida não deve atribuir o fato a outrem; se o faz, age com dolo eventual.

A consumação se dá quando a imputação chega a conhecimento de terceiros. O crime é formal, pois se verifica ainda que a honra objetiva da vítima não tenha sido atingida.

Estatui o Código Penal:

Injúria Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

O tipo penal protege aquilo que a doutrina chama de “honra subjetiva”, ou seja, a percepção que o indivíduo tem de si mesmo acerca de seus atributos morais (“honra-dignidade”), físicos (“honra-decoro”) e intelectuais (“honra-decoro”). Embora não tenha relevância dogmática, tal distinção gera algum incômodo quando se tem em mente a proximidade de sentidos entre as raízes latinas dos termos “moral” e “decoro”, bem como do antecedente grego, a “sofrósina”.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

De todo modo, a proteção criminal incide sobre a autoestima do ofendido. O elemento subjetivo é o dolo específico (*animus injuriandi vel diffamandi*). Por tutelar a “honra subjetiva”, a consumação se dá quando a ofensa chega ao conhecimento da vítima.

Sobre as formas possíveis de se cometer a injúria, aponta Hungria que podem ser explícita; equívoca (ambígua, velada, fugidia); implícita (“Não vou à festa em sua casa porque não sou desclassificado”); por exclusão (quando se declara honestas algumas pessoas de um grupo omitindo referência às demais); interrogativa (“será você um gatuno?”); dubitativa ou suspeitosa (“Talvez seja fulano um intrusão”); irônica; reticente ou elíptica (por supressão de um termo que pode facilmente ser entendido pelo contexto); por fingido quiproquó (“o meretríssimo, digo meritíssimo juiz”); condicionada ou por hipótese (quando se diz que de alguém que seria um canalha, se tivesse praticado tal ou qual ação, sabendo que ele realmente a praticou); truncada (“a senhora X não passa de uma p...”); simbólica (dar o nome de alguém a um cão ou asno; imprimir o retrato de alguém em folhas de papel higiênico; pendurar chifres à porta de um homem casado).

Passo ao exame das provas.

A materialidade está presente.

Convém salientar que o réu não exerceu qualquer direito de liberdade de manifestação ou expressão.

Aduziu o réu em face da vítima Dr. **Fabiano Rodrigues Crepaldi**: o vídeo publicado no youtube e manifestações “anônimas” nas redes sociais imputando ao Magistrado, titular à época desta Comarca, ser participante de esquema criminoso em face de sua pessoa e de seus familiares. Outrossim, as manifestações em face do Dr. Fabiano não se limitaram a uma simples publicação, mas há pelo menos 25 publicações em redes sociais, pelo que em face de tal magistrado a conduta de calúnia deverá ser valorada em tal quantidade.

Anoto, que o réu insiste em tais acusações caluniosas, mesmo após o recebimento da denúncia e interrogatório, sem qualquer pudor a imputar ofensa de “corrupto”; integrante de associação criminosa.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Veja-se alguns posts:

“Pensa nisso, e se pergunta se uma que foi torturada, não vai querer justiça..fui preso e torturado 2020 por Denunciar um Juiz, que sim Cometeu crime, Nunca Vi Advogada ou participei de Audiencia e mesmo assim a tal recebeu honorarios e juiz Fabiano Rodrigues Crepaldi, se aproveitou”

BRASIL- JUIZ FABIANO RODRIGUES CREPALDI E PROMOTORIA EM ESQUEMA DE ESTELIONATO E CORRUPÇÃO

É como a palavra dele valesse, e a minha não...isso é crime em um processo, Fabiano Rodrigues Crepaldi, juiz de Votorantim, esta fraudando a lei no Processo 1003350-61.2022.8.26.0663

Portanto, quanto a esta vítima, em detida e aprofundada análise tem-se prova suficiente de ao menos **2000 postagens** (vídeos; publicações em redes sociais e emails) em face do magistrado imputando-lhe prática de delitos (Calúnia). Observa-se que o acusado encaminhou cópia destas acusações a diversos emails de desembargadores e juízes do TJSP, o que aumenta sensivelmente a contagem, em razão do email ser direcionado a determinada pessoa, sendo que cada abertura é conhecimento de outrem, gerando assim, dano irreparável a honra do nobre Magistrado, que diga-se, nunca sofreu qualquer investigação pelas Corregedorias do Judiciário.

E, da mesma forma, observo que o mesmo *tantum* de publicações em face de sua honra (Injúria).

Aduziu o réu em face da vítima **Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes**, a caluniou dizendo que era parte de quadrilha e que fazia pacto para eventuais corrupções envolvendo a Comarca e prevaricação (No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.). Elaborou vídeo com suposta participação da digna Promotora de Justiça.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Com a aprofundada leitura da exordial percebe-se que tais ofensas do réu à vítima Dra. Aline Kleer se deu por pelo menos **2500 vezes** (Calúnia e injúria), conforme fundamentação anterior, visto que o acusado valeu-se de alguma lista de emails internos do TJSP e repassou aos mais variados juízes, desembargadores e Magistrados, além de órgãos de cúpula.

Aduziu o réu em face da vítima **Dr. Tasso Denis Campanha Cury**, houve vinculação de vídeo com imputação de participação na organização criminosa, bem como imputando-lhe delito de corrupção e prevaricação (No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.), bem como injuriando-lhe a honra, aduzindo eventual participação do representante ministerial em pacto contra si e sua família, de modo que em detida análise ao feito, encontrou-se pelo menos **2500 publicações**, conforme fundamentação retro.

Aduziu o réu em face da vítima **Dr. José Heitor dos Santos** houve vinculação de vídeo com imputação de participação na organização criminosa, bem como imputando-lhe delito de corrupção e prevaricação (No vídeo o denunciado descreve a forma como a “organização criminosa” atuava, se referindo aos ofendidos, sendo certo que, no tocante aos Promotores de Justiça, o denunciado imputou o crime de prevaricação, porque teriam sido omissos ao não tomarem as providências cabíveis diante das informações trazidas pela Sra. Josilene face a conduta do Juiz de Direito, Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi.), bem como injuriando-lhe a honra, aduzindo eventual participação do representante ministerial em pacto contra si e sua família, de modo que em detida análise ao feito, encontrou-se pelo menos **2500 publicações**, conforme fundamentação retro.

Ficou provado, portanto, pelos documentos acostados na longa e bem fundamentada instrução processual dirigida pelo então juiz designado, Dr. Marcelo Haggi Andreotti, bem como pela prova todos os declarantes em juízo, a existência das mensagens


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

narradas na inicial acusatória e a autoria por parte do acusado JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Incontroverso também que JOAQUIM tinha páginas nas redes sociais com diversos seguidores, os quais extrapolam seu círculo normal de amizade. Foi neste ambiente que as mensagens foram veiculadas, sendo que de alguma forma conseguiu informações de emails de magistrados, promotores, órgãos censores, desembargadores, órgãos de cúpula para a disseminação das calúnias e injúrias.

Passo à análise da tipicidade penal dos delitos.

Questiona-se se é legítima a punição por crime contra a honra de quem supostamente estaria apenas exercendo seu direito de liberdade de expressão.

É interessante notarmos que, com diversos graus de especificidade, é verdade, quase todo o arcabouço jurídico envolto da liberdade de expressão traz consigo a previsão de limitação desta liberdade, quase sempre como referência expressa à honra alheia.

Na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, encontramos (grifos nossos):

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

(...)

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

(...)

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 10/12/1948, assinada pelo Brasil) (com grifo meu):

Artigo XII Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

(...)

Artigo XVIII Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

No Pacto de Direitos Civis e Políticos (internalizado pelo Decreto 592/92) (grifos nossos):

ARTIGO 19

1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões.

2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

3. O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para:

a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas;

b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas

Na Convenção Americana de Direito Humanos (internalizada pelo Decreto 678/92) (grifos nossos):

Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.

2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

(...)

Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

a. o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou

b. a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

Na Constituição Cidadã, em seu art. 5º (grifos nossos):

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Na Convenção Europeia de Direitos Humanos, para citar o direito comparado (grifos nossos):

ARTIGO 10º

Liberdade de expressão

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão.

Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

2. O exercício desta liberdade, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

judicial.

Portanto, não há, pois, muita dúvida sobre a possibilidade de limites à liberdade de expressão em face de ofensas à honra alheia.

A questão é precisamente qual é este limite.

Formando uma jurisprudência demasiadamente genérica, o Supremo Tribunal Federal reiterava em suas decisões que a liberdade de expressão não abrangia fatos definidos como crime. Vale citar o precedente do Caso Ellwanger, que tratava da publicação de obra antissemita (HC 82.424, rel. para acórdão Min. Maurício Correa, julgado em 17/09/2003, DJ 19/03/2004):

(...) 13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). (...)

No mesmo sentido, a decisão da 2ª Turma no Agravo em Recurso Extraordinário 891.647, rel. Min. Celso de Mello, julgado em 02/09/2015 (no qual um jornalista estampou a foto de outro sobre a legenda “jornalista bandido”), negando seguimento ao recurso, sob o argumento de que o direito à liberdade de expressão não abrange fatos definidos como crimes:

Essa controvérsia ainda mais se acentua nos casos em que a colisão de princípios é examinada na perspectiva do abuso da liberdade de informar e de opinar, especialmente quando o exercício dessa prerrogativa projeta-se sobre o campo da ilicitude penal.

Não constitui demasia assinalar, presente o contexto ora mencionado, que se reveste de significativa importância a liberdade de informação, notadamente aquela exercida pelos profissionais de imprensa no âmbito de sociedades


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

estruturadas em bases democráticas e regidas pelo princípio fundamental do pluralismo político.

Reconheço, por isso mesmo, que os valores que informam a ordem democrática, dando-lhe o indispensável suporte axiológico, revelam-se conflitantes com toda e qualquer pretensão estatal que vise a nulificar ou a coarctar a hegemonia essencial de que se revestem, em nosso sistema constitucional, as liberdades do pensamento.

Com efeito, a Constituição ao subtrair da interferência do Poder Público, sempre tão expansiva quão prejudicial, o exercício da liberdade de expressão, inclusive da liberdade de divulgação e de crítica jornalísticas mostrou-se atenta à grave advertência de que o Estado não dispõe de autoridade alguma sobre a palavra, sobre as ideias e sobre os modos de sua exteriorização. E isso porque na sempre lúcida ponderação de OCTAVIO PAZ (“O Arco e a Lira”, p. 351, 1982, Nova Fronteira) “O poder político é estéril, porque sua essência consiste na dominação dos homens, qualquer que seja a ideologia que o mascare (...)”.

O direito à livre expressão do pensamento, contudo, não se reveste de caráter absoluto, pois sofre limitações de natureza ética e de caráter jurídico. Os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento, quando praticados, legitimarão, sempre “a posteriori”, a reação estatal aos excessos cometidos, expondo aqueles que os praticarem a sanções jurídicas, de caráter civil ou, até mesmo, de índole penal.

É que, se assim não fosse, os atos de caluniar, de difamar, de injuriar e de fazer apologia de fatos criminosos, por exemplo, não seriam suscetíveis de qualquer punição ou reação do ordenamento jurídico, porque supostamente protegidos pela cláusula da liberdade de expressão.

Daí a advertência do Juiz Oliver Wendell Holmes Jr., proferida em voto memorável, em 1919, no julgamento do caso Schenck v. United States (249 U.S. 47, 52), quando, ao pronunciar-se sobre o caráter não absoluto da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

liberdade de expressão, tal como protegida pela Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, acentuou que “A mais rígida proteção da liberdade de palavra não protegeria um homem que falsamente gritasse fogo num teatro e, assim, causasse pânico”, concluindo, com absoluta exatidão, em lição inteiramente aplicável ao caso, que “a questão em cada caso é saber se as palavras foram usadas em tais circunstâncias e são de tal natureza que envolvem perigo evidente e atual ('clear and present danger') de se produzirem os males gravíssimos que o Congresso tem o direito de prevenir. É uma questão de proximidade e grau”.

O fato irrecusável, neste tema, é um só: o abuso no exercício da liberdade de expressão não pode ser tolerado. Ao contrário, deve ser reprimido e neutralizado, sempre, porém, “a posteriori”, eis que a liberdade de opinião não autoriza nem legitima práticas que atinjam e vulnerem, mediante imputações ofensivas, o patrimônio moral das pessoas, cuja proteção encontra fundamento no próprio texto da Constituição da República (art. 5º, X, c/c o art. 220, § 1º).

*É por essa razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em memorável julgamento a propósito da abrangência da liberdade de expressão, concluiu que essa prerrogativa fundamental não protege nem ampara opiniões, escritos ou palavras cuja exteriorização ou divulgação configure hipótese de ilicitude penal, tal como sucede nas situações que caracterizem crimes contra a honra ou delitos de apologia e de incitação ao crime, uma vez que **a liberdade de palavra insista-se não traduz franquia constitucional ilimitada ou absoluta:***

13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal.

14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o 'direito à incitação ao racismo', dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. (...).” (HC 82.424/RS, Red. p/ o acórdão Min. MAURÍCIO CORRÊA, Pleno grifei)

Cabe referir, neste ponto, a própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), cujo Art. 13, inciso 2, alínea “a”, depois de vedar a censura prévia, prescreve que o exercício do direito à liberdade de manifestação do pensamento sujeitar-se-á “a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar (...) o respeito aos direitos e à reputação das demais pessoas (...)”.

Cumprе rememorar, por oportuno, o magistério de VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI (“Direito Penal Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos”, vol. 4/136, obra conjunta escrita com LUIZ FLÁVIO GOMES, 2008, RT), para quem “O exercício do direito à liberdade de pensamento e de expressão, conquanto não esteja sujeito à censura prévia, está condicionado 'a responsabilidades ulteriores'. Isto quer dizer que não se pode proibir (censurar) a manifestação da liberdade de pensamento ou de expressão; mas, uma vez que se as utilize, ou seja, uma vez que se exerça a liberdade de pensamento ou de expressão, o uso desse direito não pode extrapolar o limite do razoável e violar (...) o respeito aos direitos e à reputação das demais pessoas (...)”.

Irrecusável, por isso mesmo, que publicações que extravasem, abusiva e criminosamente, os limites razoáveis que conformam, no plano ético-jurídico, a prática da liberdade jornalística, degradando-a ao nível primário do insulto e da ofensa, não merecem a dignidade da proteção constitucional, pois o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

direito à livre expressão não pode compreender, em seu âmbito de tutela, exteriorizações revestidas de caráter delituoso.

A prerrogativa concernente à liberdade de manifestação do pensamento, por mais abrangente que deva ser o seu campo de incidência, não constitui meio que possa legitimar a veiculação de insultos ou de crimes contra a honra de terceiros, especialmente quando as expressões moralmente ofensivas manifestadas com evidente superação dos limites da crítica e da opinião jornalísticas transgridem valores tutelados pela própria ordem constitucional.

Tenho por inquestionável, no tema, na linha de diversos pronunciamentos emanados do Supremo Tribunal Federal (RTJ 173/805- -810, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), que não é ilimitada a extensão dos direitos e garantias individuais assegurados pela Carta Política, mesmo tratando-se da liberdade de manifestação do pensamento, cuja invocação não pode nem deve legitimar abusos cuja prática qualifique-se como ato impregnado de ilicitude penal.

O fato é que a liberdade de expressão não pode amparar comportamentos delituosos que tenham, na manifestação do pensamento, um de seus meios de exteriorização, notadamente naqueles casos em que a conduta praticada pelo agente encontra repulsa na própria Constituição ou no ordenamento positivo nacional, que não admitem atos, palavras ou imputações contumeliosas que ofendam, no plano penal, valores fundamentais que a todos assistem, como o da intangibilidade do patrimônio moral das pessoas, tal como entendeu, neste caso, a partir do exame de fatos e provas produzidas no processo penal de conhecimento, o Colégio Recursal que proferiu o julgamento questionado em sede recursal extraordinária.

Embora importantes as orientações do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o direito à liberdade de expressão não conferia permissão para cometer crimes, as razões de decidir dos julgados não informavam os limites desta fronteira, ou seja, quando estaríamos diante de um fato que é exercício regular de um direito e quando estaríamos diante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

de um ilícito.

Isso passou a ficar mais nítido recentemente com a Reclamação 22328, decidida de forma unânime pela Primeira Turma do STF (rel. Min. Roberto Barroso, julgada em 06/03/2018, DJe 10/05/2018), na qual se discutia a revogação da ordem judicial de retirada de uma mensagem do sítio eletrônico de um periódico semanal por ter conteúdo ofensivo à honra do autor da demanda.

Ao analisar o confronto entre o direito à liberdade de expressão, exercido pelo órgão de imprensa, e o direito à honra, da pessoa exposta na publicação, o STF entendeu que a liberdade de expressão, embora não seja hierarquicamente superior aos demais direitos fundamentais, tem uma posição preferencial sobre eles, o que significa dizer que seu afastamento é excepcional e o ônus argumentativo é de quem sustenta o direito oposto; consequentemente, entendeu que deve haver forte suspeição e necessidade de escrutínio rigoroso de todas as medidas restritivas de liberdade de expressão.

Segundo o acórdão, a ponderação deverá ser desenvolvida em três etapas (na primeira, verificam-se as normas que postulam incidência ao caso; na segunda, selecionam-se os fatos relevantes; e, por fim, testam-se as soluções possíveis para verificar, em concreto, qual delas melhor realiza a vontade constitucional) e deverá procurar fazer concessões recíprocas, preservando o máximo possível dos direitos em disputa, aceitando, no limite, a escolha entre eles.

No caso específico da ponderação entre a liberdade de expressão e os direitos a personalidade (dentre os quais se incluem os direitos à honra), o acórdão apontou os seguintes critérios a serem considerados: (i) veracidade do fato; (ii) licitude do meio empregado na obtenção da informação; (iii) personalidade pública ou privada da pessoa objeto da notícia; (iv) local do fato; (v) natureza do fato; (vi) existência de interesse público na divulgação em tese; (vii) existência de interesse público na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos; e (viii) preferência por sanções a posteriori, que não envolvam a proibição prévia da divulgação.

Veja-se a ementa do referido julgado que traz clareza solar ao tema:

Direito Constitucional. Agravo regimental em reclamação. Liberdade de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

expressão. Decisão judicial que determinou a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico. Afronta ao julgado na ADPF 130. Procedência. 1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. 3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. 4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação. 5. Reclamação julgada procedente. (Rcl 22328, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-090 DIVULG 09-05-2018 PUBLIC 10-05-2018)

Para melhor elucidação do tema, permito-me transcrever trechos paradigmáticos e emblemáticos da referida Reclamação com as sempre brilhantes lições do Eminente Ministro Barroso:

9. *Como o passado condenava, a Constituição de 1988 foi obsessiva na proteção da liberdade de expressão, nas suas diversas formas de manifestação, aí incluídas a liberdade de informação, de imprensa e de manifestação do pensamento em geral: intelectual, artístico, científico etc. Veja-se, a propósito, o que dispõe o art. 5º, IV, IX e XIV, bem como art. 220, §§ 1º e 2º, da Constituição:*

“Art. 5º. (...)

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(...)

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação, independentemente de censura ou licença;

(...)

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;”

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

10. Como se constata dos dispositivos referidos, a Constituição proíbe, expressamente, a censura – isto é, a possibilidade de o Estado interferir no conteúdo da manifestação do pensamento – e a licença prévia, bem como protege o sigilo da fonte.

11. A Carta de 88 incorporou um sistema de proteção reforçado às liberdades de expressão, informação e imprensa, reconhecendo uma prioridade prima facie destas liberdades públicas na colisão com outros interesses juridicamente tutelados, inclusive com os direitos da personalidade. Assim, embora não haja hierarquia entre direitos fundamentais, tais liberdades possuem uma posição preferencial (preferred position), o que significa dizer que seu afastamento é excepcional, e o ônus argumentativo é de quem sustenta o direito oposto. Consequentemente, deve haver forte


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

suspeição e necessidade de escrutínio rigoroso de todas as medidas restritivas de liberdade de expressão.

12. *Este lugar privilegiado que a liberdade de expressão ocupa nas ordens interna e internacional tem a sua razão de ser. Ele decorre dos próprios fundamentos filosóficos ou teóricos da sua proteção, entre os quais se destacam cinco principais: (i) a função essencial que desempenha para a democracia, ao assegurar um livre fluxo de informações e a formação de um debate público robusto e irrestrito, condições essenciais para a tomada de decisões da coletividade e para o autogoverno democrático; (ii) a dignidade humana, ao permitir que indivíduos possam exprimir de forma desinibida suas ideias, preferências e visões de mundo, bem como terem acesso às dos demais indivíduos, fatores essenciais ao desenvolvimento da personalidade, à autonomia e à realização existencial; (iii) a busca da verdade, ao contribuir para que ideias só possam ser consideradas ruins ou incorretas após o confronto com outras ideias; (iv) a função instrumental ao gozo de outros direitos fundamentais, como o de participar do debate público, o de reunir-se, de associar-se, e o de exercer direitos políticos, dentre outros; e, conforme destacado anteriormente (v) a preservação da cultura e da história da sociedade, por se tratar de condição para a criação e o avanço do conhecimento e para a formação e preservação do patrimônio cultural de uma nação.*

13. *Não obstante, a mera preferência da liberdade de expressão (ao invés de sua prevalência) decorre do fato de que nenhum direito constitucional é absoluto, tendo em vista que a própria Constituição impõe alguns limites ou algumas qualificações à liberdade de expressão, como por exemplo:*

- a) *vedação do anonimato (art. 5º, IV);*
- b) *direito de resposta (art. 5º, V);*
- c) *restrições à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e terapias (art. 220, § 4º);*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

d) *classificação indicativa (art. 21, XVI); e*

e) *dever de respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5º, X)*

14. *Isso nos conduz ao tema dos direitos da personalidade e sua ponderação com os direitos ligados à liberdade de expressão.*

15. *“Direitos da personalidade” é uma expressão de uso relativamente recente no direito brasileiro, tendo sido desenvolvida pela doutrina contemporânea até ingressar no Código Civil, que abriu para o tema um capítulo específico, logo no Título I. É possível conceituar os direitos da personalidade, inerentes a toda pessoa humana, como a versão privada dos direitos fundamentais, e sua aplicação às relações com outros indivíduos como regra geral.*

16. *Os direitos da personalidade costumam ser divididos pela doutrina civilista em dois grandes grupos: (i) direitos à integridade física, que englobam o direito à vida, o direito ao próprio corpo e o direito ao cadáver; e (ii) direitos à integridade moral, rubrica sob a qual se abrigam, entre outros, os já mencionados direitos à honra, à imagem, à privacidade e o direito moral do autor.*

17. *Tanto a liberdade de expressão como os direitos de privacidade, honra e imagem têm estatura constitucional. Vale dizer: entre eles não há hierarquia. De modo que não é possível estabelecer, em abstrato, qual deve prevalecer.*

18. *Em caso de conflito entre normas dessa natureza, impõe-se a necessidade de ponderação, que, como se sabe, é uma técnica de decisão que se desenvolve em três etapas: (i) na primeira, verificam-se as normas que postulam incidência ao caso; (ii) na segunda, selecionam-se os fatos relevantes; (iii) e, por fim, testam-se as soluções possíveis para verificar, em*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

concreto, qual delas melhor realiza a vontade constitucional. Idealmente, a ponderação deve procurar fazer concessões recíprocas, preservando o máximo possível dos direitos em disputa. No limite, porém, fazem-se escolhas. Todo esse processo intelectual tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade ou razoabilidade.

19. *No estudo acima referido, defendi a aplicação de oito critérios ou elementos a serem considerados na ponderação entre a liberdade de expressão e os direitos da personalidade: (i) veracidade do fato; (ii) licitude do meio empregado na obtenção da informação; (iii) personalidade pública ou privada da pessoa objeto da notícia; (iv) local do fato; (v) natureza do fato; (vi) existência de interesse público na divulgação em tese; (vii) existência de interesse público na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos; e (viii) preferência por sanções a posteriori, que não envolvam a proibição prévia da*

divulgação. Ao menos uma boa parte desses parâmetros parece ter sido acolhida pelo STF ao julgar a ADPF 130, Rel. Min. Ayres Britto, no acórdão ora invocado como paradigma.

20. *Passa-se, então, à aplicação das variáveis acima apontadas às circunstâncias do caso concreto.*

21. *O elemento (i) –veracidade do fato– justifica-se porque a informação que goza de proteção constitucional é a verdadeira. A divulgação deliberada de uma notícia falsa, em detrimento de outrem, não constitui direito fundamental do emissor. Os veículos de comunicação têm o dever de apurar, com boa-fé e dentro de critérios de razoabilidade, a correção do fato ao qual darão publicidade. É bem de ver, no entanto, que não se trata de uma verdade objetiva, mas subjetiva, subordinada a um juízo de plausibilidade e ao ponto de observação de quem a divulga. Para haver responsabilidade, é necessário haver clara negligência na apuração do fato ou dolo na difusão da falsidade.*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

22. *De fato, no mundo atual, no qual se exige que a informação circule cada vez mais rapidamente, seria impossível pretender que apenas verdades incontestáveis fossem divulgadas pela mídia. Em muitos casos, isso seria o mesmo que inviabilizar a liberdade de informação, sobretudo de informação jornalística, marcada por juízos de verossimilhança e probabilidade. Assim, o requisito da verdade deve ser compreendido do ponto de vista subjetivo, equiparando-se à diligência do informador, a quem incumbe apurar de forma séria os fatos que pretende tornar públicos.*

23. *Nessa perspectiva, entendo que a matéria em exame atende ao requisito da veracidade. Não se trata de divulgação deliberada de informação que se sabe falsa, mas sim de informações plausíveis, obtidas, em boa parte, através de entrevista realizada com o autor da ação que corre no TJ/RJ, e de informações obtidas junto a pessoas que com ele travaram relações, ainda que pontuais.*

24. *A propósito do critério (ii) –licitude do meio empregado na obtenção da informação–, ressalte-se que o conhecimento acerca do fato que se pretende divulgar tem de ter sido obtido por meios admitidos pelo direito. A Constituição, da mesma forma que veda a utilização, em juízo, de provas obtidas por meios ilícitos, também interdita a divulgação de notícias às quais se teve acesso mediante cometimento de um crime. Se o jornalista ou alguém empreitado pelo veículo de comunicação realizou, por exemplo, uma interceptação telefônica clandestina, invadiu domicílio, violou o segredo de justiça em um processo de família ou obteve uma informação mediante tortura ou grave ameaça, sua divulgação, em princípio, não será legítima. Note-se ainda que a circunstância de a informação estar disponível em arquivos públicos ou poder ser obtida por meios regulares e lícitos torna-a pública e, portanto, presume-se que a divulgação desse tipo de informação não afeta a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem dos envolvidos.*

26. *No presente caso, conforme já mencionado, grande parte das*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

informações contidas na matéria foi obtida em entrevista realizada com o autor da ação em curso no TJ/RJ (meio lícito), fato incontroverso naqueles autos. O que se questiona é o enfoque dado aos fatos pela parte reclamante, e não o meio através dos quais foram obtidas as informações da reportagem. Porém, a liberdade de expressão inclui, naturalmente, o direito de formar uma opinião crítica a respeito dos fatos divulgados.

27. *A natureza pública da personalidade objeto da notícia— parâmetro (iii) — não é objeto de controvérsia nos autos. Embora não se trate de pessoa que ocupa cargo público, a própria parte autora da ação originária, em sua petição inicial, alega se tratar de pessoa de expressiva participação pública, como se observa em diversas passagens, entre as quais destacam-se as seguintes:*

“[a repórter] aproximou-se do entrevistado, conquistando- lhe a confiança (...) para, ao fim e ao cabo, trazer à tona texto prenhe de adjetivações impróprias e inoportunas, com o único propósito de agredir sua imagem perante milhares de pessoas.

(...) [O] autor exerceu seus misteres nos bastidores da cena artística, esportiva, cultural, política e empresarial, promovendo o Brasil no exterior, atraindo oportunidades e investimentos (...).

Ora, como poderia um 'festeiro' ousado ingressar no Palácio do Alvorada, participar de seleto encontro entre a Presidente da República e a banda U2 e ainda por cima figurar em diversas fotos com a mandatária da nação e os integrantes da banda? O autor não estava lá à toa. Muito ao revés. Pierre Thomé de Souza e seu sócio (...), a pedido de Bono Vox (...) viabilizaram o encontro entre a banda U2 e a Presidente Dilma Roussef, no Palácio da Alvorada. A foto publicada, de Pierre sentado à mesa que seria de despachos da Presidente da República, era apenas um registro, dentre outros tantos, da confraternização.

(...) Pierre é dileto amigo de vários assessores pessoais do Presidente dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Estados Unidos da América Barack Obama, Clinton, e também de outros porta-vozes da Casa Branca, e tem relações diretas com o ex-Presidente Bill Clinton, sendo um dos poucos brasileiros a ter visitado o mítico e celebrado Salão Oval (...).

Não é necessário declinar, mas afigura-se pertinente assinalar que Pierre foi convidado por Jerome Valcke, Secretário-Geral da FIFA, o mesmo que o convocou para cuidar da lista de convidados VIP da Copa do Mundo do Brasil 2014, como Mick Jagger, Tom Brady, Adriana Lima, Ron Burckle, o bilionário californiano, Sérgio Pizzolante, Vice-Presidente Senior da E!TV Networks, dentre outras tantas celebridades.” (sic).

28. *Além dos trechos destacados, em diversas outras passagens o autor da ação originária afirma ser pessoa de relações públicas significativas, alegando, exemplificativamente, que já participou da criação de evento que levou às ruas do Rio de Janeiro mais de duzentas mil pessoas; que contribuiu com autoridades internacionais para projetos assistenciais; que liderou força-tarefa na cidade de Petrópolis na ocasião do recente desastre ecológico lá ocorrido; e que já recebeu a Medalha Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, destinada a premiar pessoas que prestaram relevantes serviços à causa pública, dentre muitas outras passagens de sua petição inicial.*

29. *Diante das afirmações realizadas pelo próprio autor da ação originária, não se controverte acerca de seu significativo grau de exposição pública. Consequentemente, não há controvérsia acerca do parâmetro “(iii)”, correspondente à natureza pública da pessoa objeto da notícia.*

30. *Sobre o aspecto (iv), não há notícia de que os locais dos fatos narrados sejam reservados ou protegidos pelo direito à intimidade: ao contrário, pelo que indicam os documentos juntados aos autos, os fatos foram narrados na entrevista concedida pelo autor da ação*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

originária, assim como as fotos que ilustraram a matéria foram, em parte, fornecidas pelo entrevistado, e, em outra parte, disponibilizadas em rede social, aberta a todos aqueles aceitos pelo entrevistado em seu perfil (inclusive a entrevistadora), conforme afirmado na petição inicial da ação originária.

31. *Anatureza dos fatos— elemento (v) –, consistente na construção do perfil do entrevistado e na narrativa de sua rede de relacionamentos também é um vetor que reforça a impossibilidade de censura da notícia, pois não envolve caráter sigiloso ou de intimidade, tanto que, reitera-se, os fatos foram descritos à reclamante, em boa parte, em entrevista concedida pelo autor da ação originária.*

32. *Presume-se, como regra geral, o interesse público na divulgação de qualquer fato verdadeiro— critério (vi) –, não havendo excepcionalidade a impedir a divulgação da informação.*

33. *Na mesma linha, embora a reportagem não tenha como foco principal a atuação de órgãos públicos, é certo que a rede de contatos do entrevistado, segundo sua própria narrativa, abrange importantes representantes de órgãos públicos, e seu trabalho envolve a aproximação entre investidores privados e diversas pessoas, dentre elas os aludidos representantes de instituições públicas. Sobre o ponto, destaca-se a menção, feita pelo entrevistado na petição inicial da ação originária, à aproximação por ele realizada entre famosa banda musical e a Presidente da República do Brasil, assim como suas alegadas relações diretas com um ex-Presidente dos Estados Unidos da América.*

34. *Logo, existe interesse público na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos, de modo que também está preenchido o elemento (vii).*

35. *Por fim, deve ser dada preferência por sanções a posteriori, que não envolvam a proibição da divulgação— parâmetro (viii). No caso, a matéria já*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

foi publicada, e estava disponível para consulta desde 05.06.2013. A ação somente foi distribuída em 05.05.2015, quase dois anos após sua publicação. A pretensão do entrevistado, portanto, não é de censura prévia, mas de censura posterior. Cabe, então, avaliar se a censura é medida proporcional no caso.

36. *O uso abusivo da liberdade de expressão pode ser reparado por mecanismos diversos, que incluem a retificação, a retratação, o direito de resposta, a responsabilização civil ou penal e a interdição da divulgação. Somente em hipóteses extremas se deverá utilizar a última possibilidade. Nas questões envolvendo honra e imagem, por exemplo, como regra geral será possível obter reparação satisfatória após a divulgação, pelo desmentido – por retificação, retratação ou direito de resposta – e por eventual reparação do dano, quando seja o caso.*

37. *Da posição de preferência da liberdade de expressão deve resultar a absoluta excepcionalidade da proibição de publicações, reservando-se essa medida aos raros casos em que não seja possível a composição posterior do dano que eventualmente seja causado aos direitos da personalidade ou a reparação mediante direito de resposta, retificação ou retratação. A opção por uma dessas alternativas tem a inegável vantagem de não sacrificar totalmente nenhum dos valores envolvidos, realizando a ideia de ponderação.*

38. *A conclusão a que se chega, portanto, é a de que o interesse público na divulgação de informações – reiterando-se a ressalva sobre o conceito já pressupor a satisfação do requisito da verdade subjetiva – é presumido. A superação dessa presunção, por algum outro interesse, público ou privado, somente poderá ocorrer, legitimamente, nas situações-limite, excepcionadíssimas, de quase ruptura do sistema. Como regra geral, não se admitirá a limitação de liberdade de expressão e de informação, tendo-se em conta a já mencionada posição preferencial (preferred position) de que essas garantias gozam.*

Portanto, o Supremo Tribunal Federal admite a repressão penal para proteção


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da honra.

Além disso, entende, como primeiro critério a ser ponderado nos conflitos entre a liberdade de expressão e o direito à honra justamente a veracidade do fato, vez que “a divulgação deliberada de notícia falsa, em detrimento de outrem, não constitui direito fundamental do emissor”.

Quanto à injúria, é sempre mais difícil auferir uma veracidade do fato, pois muitas vezes encerra apenas uma opinião pessoal. Acontece que “opressora” e “parcial” são juízos que subentendem fatos. Chamar alguém de “feia” não exige um ato de feiura anterior, exprime tão só um juízo de constatação feito pelo emissor. De outro lado, denominar um magistrado ou promotor de corrupto, além de cometer delito de prevaricação, bem como propalar vídeo com suposto esquema de autoridades contra si e sua família em nada tem de proteção ao interesse público.

Assim, muito embora os ofendidos sejam funcionários públicos e, portanto, mais expostos às críticas, **não há qualquer interesse público a ser protegido.** O discurso agora analisado não se enquadra em nenhum dos cinco fundamentos que ensejam a proteção da liberdade de expressão, quais sejam, sua função democrática, preservação da dignidade humana, busca da verdade, função instrumental em relação a outros direitos e preservação da cultura e história da sociedade. **Não houve nenhum ganho ao debate público, existindo tão somente o dano à honra.**

No direito internacional, no âmbito regional da proteção aos direitos humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, notadamente a partir da Declaração de Princípio sobre a Liberdade de Expressão (outubro de 2000), vem se manifestando no sentido de que

A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Ademais, nesses casos, deve-se provar que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas.

A posição da Comissão parece refletir a jurisprudência da Suprema Corte dos EUA que desde *New York Times Co. v. Sullivan* (1964), em que se discutia indenização civil contra um jornal, vem se orientando pelo critério da “*actual malice*”, ou seja, de que, em se tratando de assuntos de interesse público, cabe ao ofendido provar que o autor do discurso (ou o veículo por ele utilizado) agiu com conhecimento ou imprudência grosseira sobre a sua falsidade, pouco importando se seu conteúdo foi ou não difamatório. Para aproximar o regime imposto pela Suprema Corte dos EUA, que toma como ponto de partida o abrangente texto da Primeira Emenda (“O congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas”), a Comissão defende uma interpretação restritiva do que sejam as “responsabilidades ulteriores” previstas no art. 13.2 da CADH.

O posicionamento da Comissão tanto em relação à criminalização dos ataques à honra quanto em relação à tipificação do desacato devem ser vistas com reservas. A proteção somente por meio de ações civis expõe consideravelmente o direito à honra, deixando-o muitas vezes completamente a descoberto. Em primeiro lugar porque a própria CADH proíbe a censura prévia (art. 13.2) como sanção civil (ou seja, veda-se a remoção preventiva do ilícito, o evitar o dano). Depois porque a efetividade da sanção civil (execução forçada contra o patrimônio do ofensor) depende de uma série de requisitos que, na imensa maioria dos casos, não se cumpre. Isso, inclusive, permite aos detratores um planejamento de modo a colocar na linha de frente das ofensas pessoa sobre quem não se conseguirá levar a cabo qualquer execução. Tal cenário revela verdadeira proteção insuficiente e pode significar, na prática, o afastamento das pessoas probas dos assuntos de interesse público. De outro lado, a criminalização, tal como feita hoje em dia, não se mostra excessiva (pelo contrário), pois, com rara exceção, são delitos de menor potencial ofensivo, não ensejando encarceramento e, na maioria das vezes, sequer havendo instrução, em razão de sursis processual.

Também há de se ver com ressalvas a transposição das objeções ao desacato


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

no direito nacional, vez que o tipo penal pátrio não constitui óbice à crítica aos agentes públicos. Muito embora não esteja expresso no art. 331 do Código Penal, é unânime na doutrina e na jurisprudência a posição de que o crime somente se verifica quando cometido na presença do funcionário público (havendo entendimentos mais elásticos de que seria possível, a depender da circunstância, ser cometido por meio da imprensa), de modo que a norma pouco se presta à censura prévia ou à paralisação do debate público, visto que não abrange todo o restante do universo de manifestações (seria impraticável a condenação, p. ex., por desacato de quem tenha publicado um livro contra um funcionário público). Mais, mesmo em um país como os EUA, em que se dá larga margem à liberdade de expressão, há a figura, p. ex., do “*contempt of court*” pela qual se pode chegar até a prisão de quem age com desprezo pela autoridade judicial durante o processo, revelando que, ao menos em certos casos, é fundamental a proteção da comunidade que é personificada no ato pelo agente público.

Todavia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em vários julgados, obter dicta, vem reconhecendo que, a despeito de a repressão penal às transgressões ao direito à honra ser o meio mais restritivo e severo (Caso Ricardo Canese vs. Paraguay, 31 de agosto de 2004, par. 104; Caso Palamara Iribarne vs. Chile, 22 de novembro de 2005, par. 79), ela, em tese, é admissível (Caso Kimel vs. Argentina, 02 de maio de 2008, par. 71 e 78; Caso Tristán Donoso vs. Panamá, 27 de janeiro de 2009, par. 118 e 120).

A Corte IDH, seguindo tendência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e da Suprema Corte dos EUA, vem reafirmando que os funcionários públicos e aqueles que se envolvem voluntariamente em assuntos de interesse público estão sujeitos a uma proteção menor contra ataques à honra (autoestima e respeito próprio) e à reputação (opinião que os outros têm de uma pessoa) (Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica, 02 de julho de 2004, par. 128; Caso Kimel vs. Argentina, 02 de maio de 2008, par. 86; Caso Tristán Donoso vs. Panamá, 27 de janeiro de 2009, par. 115 e 122) (sobre a distinção entre honra e reputação na CADH, Caso Tristán Donoso vs. Panamá, 27 de janeiro de 2009, par. 57). É o que passou a se chamar aqui no Brasil, no contexto da liberdade jornalística, de “cláusula de modicidade”, a partir da ADPF 130/DF, rel. Min. Ayres Britto, julgada em 30/04/2009.

Em se tratando de agente público, ainda que injustamente ofendido em sua honra e imagem, subjaz à indenização uma imperiosa cláusula de modicidade.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Isto porque todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si mais fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos, ao julgar o emblemático caso *Lingens vs. Áustria* (1986), deixou clara a posição de Estrasburgo de que os limites de crítica são mais amplos quando o ofendido é um agente do estado. Ao tratar dos fundamentos jurídicos que embasaram a decisão do referido caso, o TEDH reafirmou que o artigo 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos limita a liberdade de expressão para proteger a honra de todas as pessoas, independentemente da função que ocupam, mas que as pessoas que ocupam cargos públicos estão sujeitas a maior exposição e fiscalização. Exigir maior tolerância de pessoas públicas não implica dizer, contudo, que sua honra não possa ser ferida e que a liberdade de expressão de quem a atingiu não seja passível de limitação.

Em *Kimel vs. Argentina*, em que se discutia a condenação por calúnia de um historiador e jornalista pela publicação de um livro que ao tratar do assassinato de cinco religiosos em 1977 sugeriu certa complacência de um juiz local com o regime autoritário vigente à época na investigação dos casos, a Corte IDH reconheceu que os juízes, assim como qualquer outra pessoa, gozam da proteção à honra e estabeleceu critérios para auferir a proporcionalidade da restrição imposta pelo direito penal à liberdade de expressão no contexto de crítica a funcionários públicos:

- (i) *o grau de afetação de um dos bens em jogo, determinando se a intensidade dessa afetação foi grave, mediana ou moderada;*
- (ii) *a importância da satisfação do bem contrário; e*
- (iii) *se a satisfação deste justifica a restrição do outro.*

Este exame da regra de proporcionalidade revela uma concepção instrumental do direito à liberdade de expressão. Muito embora alguns autores, como Dworkin, entendam que a concepção instrumental reduza consideravelmente a liberdade, é a visão que vem prevalecendo na jurisprudência dos tribunais nacionais, pátrios (STF, Rcl 22328, item 18 do voto do relator Roberto Barroso, julgado em 06/03/2018, DJe 10/05/2018) e estrangeiros, e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

internacionais (cf. Corte IDH, Caso Ricardo Canese vs. Paraguay, 31 de agosto de 2004, par. 96), ou seja, a de que os limites da liberdade de expressão devem ser sopesados, caso a caso (operação que Dworkin também critica), com os demais direitos vulnerados.

O TEDH também adota a proporcionalidade na resolução de casos que colocam frente a frente direitos de igual valor, como a liberdade de expressão e o direito à privacidade. Segundo leciona o professor da Universidade de Amsterdam Tarlach McGonagle, em seu livro publicado pelo próprio Conselho da Europa, *Freedom of Expression and Defamation - A study of the case law of the European Court of Human Rights*, ao tratar do direito à liberdade de expressão quando confrontado com o direito à privacidade:

A Corte considerou que os dois direitos são de igual peso e status. Deve-se verificar se um equilíbrio justo foi atingido pelas autoridades nacionais na proteção de dois valores protegidos pela Convenção. A Corte nem sempre foi coerente nessa tarefa e ampliou o escopo e a proteção da privacidade, por exemplo, ao incluir a reputação como um aspecto dela e, portanto, atenuou o escopo e a proteção da liberdade de expressão prevista no artigo 10. Tradução livre.

O conceito de liberdade, estruturalmente, aponta para uma relação de transitividade cujo sentido só pode ser estabelecido diante do outro, ainda que esta alteridade seja meramente hipotética ou simplesmente imaginada.

Liberdade envolve vinculações. Em primeiro lugar, ser livre é sempre ser livre de algo, de alguém. Por ser um conceito abstrato, a liberdade pressupõe diversas vinculações, das quais se é livre. A expressão “livre de” aponta, assim, para uma exceção, pressupõe uma vinculação precedente, na qual se abre uma exceção. Por exemplo, “livre de preocupações” pressupõe que a vida preocupa, como uma vinculação genérica. Destarte, a expressão “livre de”, sem outro qualificativo, pressupõe, igualmente, uma vinculação genérica, não qualificada. Talvez se entenda, por isso, como é possível a tentativa de definir a liberdade como não-impedimento. Este conceito, contudo, é meramente negativo (liberdade negativa) e a mera desvinculação não esgota


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

o conceito. Não obstante, o sentimento de liberdade como desvinculação é muito forte, ainda que o conceito seja insuficiente. Esta insuficiência só é percebida quando se nota que essa mera possibilidade negativa (querer/não querer) só ganha sentido num contexto comunicativo. Mesmo a liberdade percebida na solidão do próprio ser precisa de um outro: Deus, o Estado, a sociedade, o outro indivíduo etc. Assim, de alguma forma, a liberdade como desvinculação pressupõe uma vinculação precedente.

Contudo, a mera desvinculação não esgota, ademais, o conceito. A desvinculação, exceção a uma vinculação genérica, pressupõe que esta seja avaliada negativamente. Quem diz “livre de preocupações” avalia negativamente a vida que preocupa e aponta para uma outra vinculação, avaliada positivamente: a tranquilidade. Aqui se percebe, no uso da expressão, uma relação entre duas vinculações: uma, menos valiosa, na qual se abre uma exceção, e outra, mais valiosa.”Viver sem preocupações” vincula a “viver tranquilamente”. Daí a ideia de ser livre de algo, para uma outra coisa que é uma nova vinculação. Entre a primeira, da qual se é livre, e a segunda, à qual se adere, há uma relação de avaliação hierárquica, sendo a segunda superior à primeira.

A avaliação hierárquica pressupõe, por sua vez, uma ordem no mundo, que a explica e justifica. Dentro dessa ordem alguém é livre de algo, para algo.

Em consequência, em si e por si, a liberdade não faz sentido. Nestes exclusivos termos, a pergunta “que é liberdade” aponta para um vazio substancial, na verdade, para a mera intersecção entre de algo e para algo.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito, São Paulo, Atlas, 2002, p. 108 (Capítulo 3, item 5).

Como não se pode ser livre de tudo e de todos para qualquer coisa, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão precisa ser delimitada frente a outras liberdades e outros direitos. Se é difícil conceituar a liberdade, ou as liberdades, em termos genéricos abstratos,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

como está fadado o legislador, o caminho encontrado pelas sociedades contemporâneas tem sido precisamente dizer o que estas liberdades não são, ou seja, quais os seus limites, tudo por meio de decisões judiciais, as quais embora sejam atos individuais (sentenças) ou de coletivos muito restritos (de três desembargadores, três, cinco ou onze ministros) sem representatividade, estão legitimados socialmente a tal por meio das normas processuais.

As liberdades e direitos têm um custo social, de modo que a extensão dos limites de um geralmente implicará redução ou até mesmo supressão do outro. É sempre uma opção do sistema jurídico.

Um dos argumentos usados para afirmar que os funcionários públicos possuem uma proteção menor à honra é que a discussão sobre os assuntos do estado, da coisa pública, são essenciais para a democracia e permitem uma efetiva participação política do cidadão, donde que, resvalando inevitavelmente neles, pode-se considerar que, ao tomar a investidura, estariam aceitando essa exposição maior. Neste sentido, as liberdades, em especial a liberdade de expressão, devem estar protegidas sobremaneira quando o contexto é justamente a escolha dos representantes do povo na administração do estado, ou seja, as eleições.

Nos últimos anos a ausência de maior regulação nas contribuições financeiras para campanhas políticas gerou um cenário socialmente reprovável com a saída de políticos que eram concebidos como “quadros”, admirados por suas qualidades técnicas e boa reputação, para dar lugar àqueles que possuíam mais destreza (e menor seletividade moral) para angariar recursos para suas campanhas. A resposta foi a vedação das doações de pessoas jurídicas por meio da ADI 4650 (2015). No direito legislado, a liberdade de expressão foi diretamente afetada pela Lei 12.891/13 que proibiu a realização de enquetes durante o processo eleitoral, bem como previu a possibilidade de retirada de conteúdo que contenha agressões ou ataques a candidatos em redes sociais. Hoje em dia há forte preocupação do TSE com a divulgação das chamadas notícias falsas, o que ganha relevo diante das inúmeras avaliações que tais notícias, muitas vezes criadas e disseminadas por máquinas, tiveram papel decisivo nas últimas eleições presidenciais norte-americanas. Além disso, há a questão da Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, que proibiu determinadas pessoas de serem candidatas a cargos eletivos, ou seja, o povo pedindo para restringir suas opções de voto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Percebe-se uma tendência no sistema jurídico brasileiro de limitar as possibilidades de expressão e escolha, bem como da influência sobre o debate público, mesmo quando estamos diante de decisões públicas fundamentais, em nome de outros valores, principalmente igualdade e moralidade. Foi o que se viu, p. ex., no julgamento do já citado Caso Ellwanger, no qual se limitou a liberdade de expressão diante de um discurso racista.

Mesmo no campo da verdade, é preciso citar a nossa tradição de conceder o direito de resposta ou de se fazer a exceção da verdade em processos judiciais. A existência de tradições diversas como a norte-americana, a qual não prima pelo direito de resposta e vê o erro sobre matéria de fato como uma externalidade necessária da liberdade de expressão, e a europeia, que vê na verdade uma limitação ao direito de informar, indicam a opção que fizemos.

Portanto, a despeito de convicções pessoais, nota-se em diversas manifestações do direito brasileiro que, embora haja respeito e comprometimento das instituições com a liberdade de expressão, há limitações que são aceitas quando o discurso em análise mostra-se falso ou quando se mostra exclusivamente ofensivo, sem caráter informativo algum.

No caso do sistema americano de Direito Humanos há orientação mais extensiva da liberdade de expressão. A respeito, p. ex., da manifestação durante campanhas eleitorais, ver Caso Ricardo Canese vs. Paraguay, 31 de agosto de 2004, par. 88 e ss. É interessante notar, no entanto, que os discursos analisados pela Corte IDH tinham, invariavelmente algum lastro. No Caso Ricardo Canese, Wasmosy havia sido, de fato, presidente da CONEMPA; o juiz apontado por Kimel, de fato, havia atuado na apuração do Massacre de São Patrício; houve, de fato, a gravação contra Tristán Donoso autorizada pelo chefe do Ministério Público local. Ou seja, a Corte realizou o sopesamento diante de narrativas importantes, relacionadas a temas extremamente sensíveis às democracias do continente, lastreadas em fatos. Não se deparou, como a Suprema Corte dos EUA, com um caso em que havia evidente falsidade (ao menos parcial) no discurso analisado (New York Times Co. v. Sullivan (1964)).

No sistema regional europeu, o TEDH decidiu no caso Barfod vs. Dinamarca


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(1989) não ter havido violação da liberdade de expressão por conta da ausência de provas a embasar a denúncia feita por um jornalista. Consta no caso que o jornalista não apresentou qualquer prova referente às acusações que fez contra dois juízes de paz, ao afirmar que ambos teriam votado uma demanda de acordo com os interesses do governo local, agindo com parcialidade. Estrasburgo decidiu que a acusação feita era difamatória e destituída de lastro probatório, não incorrendo a sanção perpetrada contra o jornalista em violação à liberdade de expressão.

É exatamente a situação do caso presente, as autoridades mencionadas como criminosas, ou participação de um esdrúxulo (minha afirmação) esquema fraudulento para perseguir o réu não é real, é fictício, que saiu das mais sombrias imaginações de um garoto que, com pesar foi abandonado pelo pai, e, por conta disse deve ter criado problemas mentais com paranoias alucinógenas, o que não impede sua sanção penal, a ser melhor elucidada à frente, o que passou ao largo de ser comprovado pelo réu, que buscou, isso sim, tumultuar a audiência como se fosse senhor da razão, em total desprezo à formalidade do ato, vindo de uma pessoa que se diz conhecedora do direito e sentou nos bancos da Academia. Tampouco há qualquer indício mínimo de que pratique, na opinião de quem quer que seja, atos de prevaricação, corrupção e afins.

As afirmações geraram um abalo significativo na moral dos ofendidos, sendo que todos foram uníssomos em narrar sensível constrangimento perante as pessoas com quem trabalha, seja na sua casa, seja no fórum, bem como por autoridades superiores a si. Essa diversidade de pessoas potencializou o sofrimento na medida em que os ofendidos perceberam o grau de disseminação da informação (falsa, diga-se de passagem), a qual indicou a prática de crimes que tem como vítima a administração pública. Isso se tornou especialmente grave por conta das específicas funções que os ofendidos tem, ou seja, a de julgar as pessoas, até mesmo aquelas envolvidas em crime desta ordem, bem como serem fiscal da ordem jurídica, ambas funções de representação de Poder Estatal. Isto é, sofreu um abalo na sua moral de tal forma a prejudicar, inclusive, o exercício da sua profissão. Além disso, em relação à injúria, foram atacadas qualidades que se exige de alguém em sua função (como, p. ex., imparcialidade).

A proteção da moral da pessoa é importante na medida em que as qualidades


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

que a sociedade percebe na pessoa e que ela estima de si possuem um papel central na sociabilidade do indivíduo. Ela determina os termos pelo quais as relações sociais na família, na vizinhança, no trabalho, nos mais diversos aspectos da vida social, se dão, de forma que configuram a dignidade no seu âmago.

A proteção da honra pelo direito não só tem uma função de garantir essa condição de respeito ao cidadão, como também de pacificação social, pois os ataques à honra, por ferirem de morte a dignidade do ser humano, exaltam os ânimos e eventual inércia do sistema jurídico pode acabar induzindo, indiretamente, à autotutela.

Ademais, eventual diferenciação na proteção da honra, nos termos propostos pela Comissão Interamericana de Direito Humanos, poderá significar o afastamento das pessoas probas do serviço público, vez que as pessoas decentes e com uma moral a zelar não se submeterão a regime do gênero. De outro lado, indiferente a isso, toda a ordem de malfeitores se verá livre para ingressar nas carreiras públicas, pouco ciosos que são do seu patrimônio ético.

Aliás, digno de nota que o réu é valente, mostra-se eloquente em redes sociais e por meio virtual, mas se oculta de receber notificações dos oficiais de justiça, sempre se colocando em defensiva e valendo-se do acobertamento de sua família.

No ambiente virtual mostra-se destemido e disposto a continuar com as suas ofensas, ao passo que tem receio de receber oficial de justiça para se defender, mas sempre se vale dos meios virtuais para destilar ódio e rancor.

A imposição de sanção não privativa da liberdade contra JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO mostra-se adequada e proporcional aos fatos por ele engendrados.

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO não foi capaz de dar um mínimo lastro sobre os fatos imputado ou sobre os juízos emanados a respeito das qualidades dos ofendidos enquanto magistrado e promotores (e como ressaltou o STF, o direito fundamental da liberdade de expressão não alcança a falsidade).

Além disso, o debate incitado por ele foi marcado pela desinformação.

Ou seja, a liberdade de expressão de JOAQUIM PEDRO utilizada tão somente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

no intuito de abalar o patrimônio moral de autoridades sem que houvesse qualquer ganho na esfera pública com as suas manifestações, pelo contrário, elas prestaram um desserviço à verdade, de modo que a restrição, no caso, mostra-se adequada.

Vale dizer, com relação à injúria, que a exigência de eventual prova poderia provocar uma atemorização excessiva em quem quer exercer o direito de crítica. Todavia, no caso, não há um fato, não há conjunto de fatos, não há indícios, não há suspeitas, não há nada que indique qualquer atitude criminosa, imparcial, conluio e afins entre os ofendidos, apenas as ofensas proferidas por JOAQUIM PEDRO.

Portanto, no caso, a imposição da sanção penal é feita segundo os parâmetros estabelecidos pelo direito interno e internacional a respeito da liberdade de expressão.

Ela é adequada porque protege o patrimônio moral, direito humano e fundamental da vítima; é necessária porque somente o temor da sanção penal foi capaz de interromper a agressão cometida pelo réu; é proporcional porque a liberdade de expressão do réu foi usada tão e somente para abalar a moral das vítimas, sem qualquer ganho para o debate público.

Sobre a inimputabilidade do réu.

A imputabilidade pode ser definida como a capacidade de imputação, ou seja, a possibilidade de se atribuir a alguém a responsabilidade pela prática de uma infração penal. É o elemento sem o qual “entende-se que o sujeito carece de liberdade e de faculdade para comportar-se de outro modo, como o que não é capaz de culpabilidade, sendo, portanto, inculpável” (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal – Parte Geral, p. 434).

São dois os elementos que devem se fazer presentes para que haja imputabilidade: intelectual, consistente na higidez psíquica que permita ao agente ter consciência do caráter ilícito do fato; e volitivo, em que o agente domina sua vontade, ou seja, exerce controle sobre a disposição surgida com o entendimento do caráter ilícito do fato, e se determina de acordo com este entendimento.

O caput do art. 26 do Código Penal dispõe ser isento de pena quem “por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

Trata-se da inimputabilidade por anomalia psíquica. O Código Penal adota, nesse caso, o critério biopsicológico, segundo o qual não basta ser portador de anomalia psíquica para ser inimputável. Para que alguém seja considerado inimputável a enfermidade mental deve levar à incapacidade de entendimento e de autodeterminação.

O parágrafo único do artigo 26 anuncia a hipótese de imputabilidade com responsabilidade penal diminuída (semi-imputabilidade). Trata-se do agente que “em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

A consequência jurídica, no caso da inimputabilidade, é a absolvição combinada com a imposição de medida de segurança. No caso da semi-imputabilidade, é a condenação com redução de pena (de um a dois terços) ou substituição da pena por medida de segurança (art. 98 do CP). O juiz, depois de condenar, deve analisar o que é mais adequado à finalidade da sanção penal: se a pena (reduzida) ou se a medida de segurança.

Veja-se um breve resumo do laudo pericial.

Pela descrição do periciando, tais como: tempo de troca de curso (principalmente o motivo), questões afetivas turbulentas. São típicos de quem apresenta o transtorno ditado no laudo.

Lembrando que, transtorno de personalidade não define loucura, e podem ser controlados (e não reduzidos) seguindo as devidas orientações. Claro que, depois de 1 ano se a família tiver dúvidas pode repetir a avaliação Psicológica, por isso, revela-se importante o acompanhamento constante.

O laudo não diz: loucura. Porém no momento que o paciente está acentuado no transtorno paranóide, sua percepção da realidade é afetada.

Na percepção deste julgador e na linha da r. decisão de fl. 100/104, exarada pela superior instância no âmbito de julgamento da ação constitucional de habeas corpus


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

2276617-85.2020.8.26.0000, o réu não é inimputável, mas, reversamente, ostenta mera semi-imputabilidade. Possui, portanto e a teor do laudo pericial médico de fls. 1320 e seguintes, histórico pessoal que mais o aproxima da imputabilidade que da inimputabilidade, malgrado **semi-imputável para fins penais**.

Desse modo, afasto a exclusão e eventual absolvição imprópria.

Portanto, provada a tipicidade dos fatos, estando afastada a excludente de ilicitude, bem como a alegada causa de isenção de pena, há de se fazer a dosimetria da pena.

Ressalto que a fixação dos aumentos da primeira fase sobre a pena mínima constitui procedimento contrário à lei. Em casos em que há grande intervalo entre a mínima e a máxima, esta se torna impossível, frustrando a determinação do legislador. No tráfico, p. ex., o aumento teria de ser de dois inteiros para se chegar aos quinze anos! Imagine o efeito catastrófico desse procedimento em crimes como o peculato ou a lesão corporal qualificada pela violência doméstica! Nunca se chegará ao máximo, o que, na prática, contraria frontalmente a lei.

Mais, o procedimento baseado na pena mínima gera outra injustiça. Percebe-se que em alguns casos a qualificadora somente aumenta a pena máxima: é o que ocorre, a título de exemplo, com a lesão simples no âmbito da violência doméstica.

Ora, calcular os aumentos com base na pena mínima é ignorar o comando legal que deu especial gravidade ao delito cometido naquela situação específica. Os exemplos e razões aqui trazidos são suficientes para demonstrar que a fixação da pena na primeira fase levando em conta somente a pena mínima contraria a lei e o sistema de imposição de sanções por ela previsto.

Como o legislador estabelece sempre um mínimo e um máximo, ambos são a medida legal da gravidade do delito, de modo que o procedimento mais adequado para perceber essa grandeza em sua inteireza é levar em consideração justamente o intervalo de pena, ou seja, a diferença entre o máximo e o mínimo legal; aplica-se o aumento sobre o intervalo, adicionando a pena mínima.

Tampouco se faz aqui tarifação de aumentos em tabelas predeterminadas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Além de não haver respaldo legal, isso fere de morte o espírito do Código Penal que estimula a valoração concreta dos elementos do caso.

Segundo o procedimento que valora cada circunstância judicial com um aumento de 1/6 ou 1/8, merecerá a reprimenda máxima o fato criminoso em que estiverem presentes todas as circunstâncias, pouco importando as suas gravidades, ao passo que um fato criminoso envolto em somente uma circunstância negativa, mas presente em um grau absurdo, sofrerá um aumento mínimo.

Ora, isso é uma má interpretação sobre o sistema de imposição de penas estabelecido pela Reforma de 1984 e um descumprimento da Constituição na medida em que esta impõe a individualização da pena, a qual necessita uma valoração da gravidade concreta das circunstâncias, e o art. 59 do Código Penal exige que a fixação da pena atenda à finalidade de reprovação e prevenção do crime, o que também não se alcança com tabelamentos.

Como diz Roberto Lyra nos seus comentários ao Código Penal, a adoção de um sistema de penas inflexíveis estabelece uma igualdade que é a pior das iniquidades. E continua, "a rigor, há arbítrio na lei, no seu apriorismo, na sua abstração, na sua dureza. Nas mãos dos juizes, o texto deixa de ser arbítrio, humanizando-se, sensibilizando-se, adaptando-se à vida e à personalidade de cada homem. Portanto, é a lei que renuncia ao seu egoísmo e vai palpitar, ao ritmo flagrante do convívio social, através da toga. Os mandamentos legais são frios e autoritários. Para o homicídio de 12 a 30 anos. Por quê? Para quê? Com a liberdade dos juízes responsáveis, não somente em atenção a circunstâncias convencionalmente enumeradas, e sim à realidade integral de cada homem e de cada fato". Para ele, "enquanto se mantiver, com a seleção moral e intelectual, a independência da magistratura, o arbítrio judicial, regulado cautelosamente, como fez o Código, só poderá ser salutar".

Deste modo, o magistrado que fixa os aumentos levando em conta somente o número de circunstâncias e não a suas valorações concretas, age com um automatismo que leva à injustiça e faz pouco de sua toga. Portanto, o grau do aumento depende mais da intensidade concreta das circunstâncias que da extensão com que são encontradas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

É também a posição do Plenário do STF: Ausente a alegada desproporcionalidade entre os parâmetros utilizados na dosimetria das penas dos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha, sobretudo porque se tratam de delitos cujas objetividades jurídicas são distintas e que apresentam diferentes intervalos penais nos respectivos preceitos secundários. AP 470 EDj-sétimos/MG, Plenário, rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 05/09/2013, DJe 10/10/2013.

Não se aplica um critério meramente matemático de comparação entre penas cominadas a delitos distintos, com intervalos diversos entre a pena máxima e a pena mínima, sob pena de violação do princípio da individualização. AP 470 EDj-vigésimos quartos/MG, Plenário, rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 28/08/2013, DJe 10/10/2013.

Aliás, em ações de competência originária das cortes superiores a dosimetria no intervalo da pena é uma constante. Por exemplo, nos dois títulos penais condenatórios emitido pela Suprema Corte em 2019 (AP 892/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 26/02/2019, DJe 20/05/2019, e AP 1030/DF, rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgada em 22/10/2019, DJe 13/02/2020) nota-se claramente este procedimento.

Observo que os delitos foram cometidos contra vítimas diversas em condições de local, tempo e circunstâncias idênticas o que acarreta, em benefício do réu a continuidade delitiva, portanto, observando que delitos foram cometidos em dia 16 de fevereiro de 2021 colacionada aos autos em 23/04/2021 por meio das folhas 1407/1410, portanto, sob a vigência da Lei nº 13.964/19, que instituiu majorante aos delitos contra a honra cometidos por quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores (§2º, art. 141, CP).

Atento ao teor da Súmula 711 do STF com o seguinte teor:

A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

No caso, o acusado continua a proferir calúnias e injúrias em face das vítimas por meio de rede mundial de computadores como redes sociais, blogs e emails.

"O crime continuado, ou delictum continuatum, dá-se quando o agente pratica


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

dois ou mais crimes da mesma espécie, mediante duas ou mais condutas, os quais, pelas condições de tempo, lugar, modo de execução e outras, podem ser tidos uns como continuação dos outros. Exemplo: uma empregada doméstica, visando subtrair o faqueiro de sua patroa, decide furtar uma peça por dia, até ter em sua casa o jogo completo; 120 dias depois, terá completado o faqueiro e cometido 120 furtos! Não fosse a regra do art. 71 do CP, benéfica ao agente, a pena mínima no exemplo proposto corresponderia a 120 anos de reclusão!

Classifica-se em comum ou simples (caput): quando presentes os requisitos acima; e específico ou qualificado (parágrafo único): quando, além disso, tratar-se de crimes dolosos, praticados com violência ou grave ameaça à pessoa e contra vítimas diferentes." (ESTEFAM, André. Direito Penal: Parte Geral (arts. 1º a 120). 8ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 462).

Anote-se também da doutrina:

Crime continuado e unidade de desígnio: Há duas teorias no que diz respeito à necessidade de o crime continuado ser praticado pelo agente com unidade de desígnio: 1ª Teoria objetivo-subjetiva ou mista: Não basta a presença dos requisitos objetivos previstos no art. 71, caput, do CP. Reclama-se também a unidade de desígnio, isto é, os vários crimes resultam de plano previamente elaborado pelo agente. É a posição adotada, entre outros, por Eugênio Raúl Zaffaroni, Magalhães Noronha e Damásio E. de Jesus, e amplamente dominante no âmbito jurisprudencial. Esta teoria permite a diferenciação entre a continuidade delitiva e a habitualidade criminosa. 2ª Teoria objetiva pura ou puramente objetiva: Basta a presença dos requisitos objetivos elencados pelo art. 71, caput, do CP. Sustenta ainda que, como o citado dispositivo legal apresenta apenas requisitos objetivos, as "outras semelhantes" condições ali admitidas devem ser de natureza objetiva, exclusivamente. Traz ainda o argumento arrolado pelo item 59 da Exposição de Motivo da Nova Parte Geral do CP: 'O critério da teoria puramente objetiva não revelou na prática maiores inconvenientes, a despeito das objeções formuladas pelos partidários da teoria objetivo-subjetiva.' Em suma, dispensa-se a intenção do agente de praticar os crimes em continuidade. É suficiente a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

presença das semelhantes condições de índole objetiva. É a posição, na doutrina, de Roberto Lyra, Nélson Hungria e José Frederico Marques." (MASSON, Cleber. Código Penal Comentado. 7ª ed. São Paulo: Método, 2019. p. 430).

"a) Não se deve confundir o crime continuado com o crime habitual. No crime continuado, há diversas condutas que, separadas, constituem crimes autônomos, mas que são reunidas por uma ficção jurídica dentro dos parâmetros do art. 71 do Código Penal. O crime habitual é, normalmente, constituído de uma reiteração de atos, penalmente indiferentes de per si, que constituem um todo, um delito apenas, traduzindo geralmente um modo ou estilo de vida. Exemplos: exercer ilegalmente a Medicina (art. 282 do CP); estabelecimento em que ocorra exploração sexual (art. 229 do CP); participar dos lucros da prostituta (art. 230 do CP) ou se fazer sustentar por ela.

b) Não se deve confundir crime continuado com o crime permanente. No crime continuado, há diversas condutas que, separadas, constituem crimes autônomos, mas que são reunidas por uma ficção jurídica dentro dos parâmetros do art. 71 do Código Penal. No crime permanente há apenas uma conduta, que se prolonga no tempo. Exemplo: sequestro ou cárcere privado (art. 148 do CP).

c) Não se deve confundir o crime continuado com a habitualidade criminosa (perseveratio in crimine). No crime continuado, há diversas condutas que, separadas, constituem crimes autônomos, mas que são reunidas por uma ficção jurídica dentro dos parâmetros do art. 71 do Código Penal. O delinquente habitual faz do crime uma profissão e pode infringir a lei várias vezes, do mesmo modo, mas não comete crime continuado com reiteração das práticas delituosas." (ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de Direito Penal. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 192-193).

Portanto, feitas tais considerações entendo que o acusado praticou mais de 2500 condutas (envio de e-mails, mensagens de ódio em redes sociais, propagações inverídicas de delitos em face dos ofendidos, pelo que lhe será aplicado o art. 71 do CP), bem como as alterações previstas no art. 141, §2º do CP em observância à Súmula 711 do STF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Dos Delitos de calúnia (4x)

Das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal:

a) Culpabilidade: cuida esta circunstância judicial do grau de reprovabilidade da conduta do agente, ou censurabilidade do delito cometido. No caso em apreço, a culpabilidade é acentuada, visto que o réu ofendeu severamente a honra de diversas autoridades, com um vídeo estapafúrdio de organização criminosa. b) Antecedentes: trata-se de acusado sem antecedentes criminais, motivo pelo qual a circunstância não poderá ser valorada negativamente; c) Conduta social: esta deve ser valorada negativamente, em razão da sua atitude em audiência, sua ocultação em receber oficiais de justiça; agressões a promotor em audiência, postura de censor em audiência, bem como, e com sobrepujante relevância, conhecida passagem do acusado na Faculdade UNIRP em que organizou atentado terrorista; d) Personalidade do agente: claramente voltada ao cometimento de delitos e sem qualquer tipo de demonstração de arrependimento, sendo que busca a todo momento arquitetar formas de ofender moralmente e de forma desviada as vítimas; e) Motivos do crime: os motivos do crime são negativos. A busca é por tentativa de valer pela força do ódio remédios jurídicos com trânsito em julgado, com atuações imparciais de magistrados e promotores ao caso. E mais, em ação movida anteriormente em face de seu suposto pai, requereu indenização vultuosa a demonstrar que busca a vida fácil sem qualquer tipo de vontade de trabalhar e alcançar bens materiais com o esforço de seu trabalho e suor; f) Circunstâncias do crime: são negativas. Os delitos foram cometidos em face de autoridades públicas, em momento que a República se volta contra a autoridade de ordens judiciais, e ainda, a ofensa em cidade interiorana, buscando inflamar órgãos censores contra a vítima, com diversas ofensas; g) Consequências do crime: as consequências são nefastas, pois colocariam em xeque a credibilidade do Poder Judiciário, bem como da resposta estatal ao delito. h) Comportamento da vítima: não há motivos para serem consideradas negativas ou positivas.

Por tais razões, aumento cada circunstância negativa (6 ao todo) em 3 meses, fixando, portanto, a pena-base em 3 (três) anos e 6 (seis) meses detenção e 30 dias- multa.

Segunda etapa. Não há circunstâncias agravantes ou atenuantes.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Inviável reconhecer eventual confissão, visto que o réu apenas manifestou-se em sede policial, em audiência de instrução perante o magistrado mostrou-se petulante e censor em face do promotor local e do próprio magistrado, nada confirmando ser o autor dos delitos.

Terceira etapa.

Presente a causa de aumento previstas no art. 141, incisos II do Código Penal.

Veja-se que foi feita em razão das funções do magistrado Dr. Fabiano Crepaldi, bem como dos ilustres Promotores de Justiça: Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes; Dr. Tasso Denis Campanha Cury; Dr. José Heitor dos Santos.

Desse modo, procedo o aumento legal de 1/3, fixando tal pena em 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de detenção.

Anoto que ao caso em tela tem-se a figura do delito continuado em face de cada vítima, conforme fundamentação.

Diz o art. 71 do Código Penal, cujo *caput* assim prevê:

Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

As duas turmas do STF e as duas turmas do STJ com competência criminal entendem que é preciso o liame subjetivo entre os delitos para se configurar a continuidade.

Conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, para a caracterização da continuidade delitiva é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

delituosos.

STF, HC 130832, rel. Min. Edson Fachin, julgado em 01/08/2016, DJe 24/08/2016.

A teoria objetiva (tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes) dispensa a unidade de desígnios, considerada pela teoria objetivo-subjetiva para a caracterização da continuidade delitiva, sendo certo que ambas as Turmas desta Corte adotaram a teoria mista em recentes julgamentos: HC 98.681, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, 2ª Turma, DJe de 18/04/2011, e RHC 107.761, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, 1ª Turma, DJe de 13/09/2011.

STF, HC 108221, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 16/04/2013.

Quanto à continuidade, o art. 71 do Código Penal prescreve que há crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, de forma que os delitos subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro. Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que a caracterização da continuidade delitiva pressupõe a existência de ações praticadas em idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução (requisitos objetivos), além de um liame a indicar a unidade de desígnios (requisito subjetivo).

STJ, HC 398.752/SP, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018.

Ao interpretar o art. 71 do Código Penal, adotou esta Corte a teoria mista, ou objetivo-subjetiva, segundo a qual, caracteriza-se a ficção jurídica do crime continuado quando preenchidos tanto os requisitos de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução do delito -, quanto o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

de ordem subjetiva a denominada unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos criminosos, a exigir a demonstração do entrelaçamento entre as condutas delituosas, ou seja, evidências no sentido de que a ação posterior é um desdobramento da anterior (REsp n. 1.196.358/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 12/6/2015).

STJ, HC 353978/SP, rel. Min. Sebastião Reis Junior, Sexta Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018.

No caso, ficou demonstrada a continuidade, seja em seu aspecto objetivo, quanto em seu aspecto subjetivo, razão pela qual há a incidência da regra do art. 71, a qual é, no caso, mais benéfica ao réu.

Considerando que para cada vítima houveram ao menos 2500 mensagens eletrônicas (emails; postagens, blogs e outros), aplico o aumento no máximo, qual seja, 2/3, firmando a pena em 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 dias, bem como 66 dias-multa.

Considerando que foram 4 vítimas diversas, aplico o disposto no art. 69 do CP (concurso material) fixando a pena em **31 (trinta e um) anos e 1 (mês) de detenção**, bem como 264 dias-multa.

Por fim, aplicável ao caso em tela, por força do laudo pericial, a redução prevista no art. 26, par. Único do CP, sendo que pelas peculiaridades do caso e com força no laudo, entendo que a redução deve ser a mínima, portanto, de 1/3.

Torno, portanto, definitivizada a pena pelos delitos de calúnia em face do réu em 20 (vinte) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, e 176 dias-multa.

Dos Delitos de injúria (2x)

Das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal:

a) Culpabilidade: cuida esta circunstância judicial do grau de reprovabilidade da conduta do agente, ou censurabilidade do delito cometido. No caso em apreço, a culpabilidade é acentuada, visto que o réu ofendeu severamente a honra de diversas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

autoridades, com um vídeo estapafúrdio de organização criminosa. b) Antecedentes: trata-se de acusado sem antecedentes criminais, motivo pelo qual a circunstância não poderá ser valorada negativamente; c) Conduta social: esta deve ser valorada negativamente, em razão da sua atitude em audiência, sua ocultação em receber oficiais de justiça; agressões a promotor em audiência, postura de censor em audiência, bem como, e com sobrepujante relevância, conhecida passagem do acusado na Faculdade UNIRP em que organizou atentado terrorista; d) Personalidade do agente: claramente voltada ao cometimento de delitos e sem qualquer tipo de demonstração de arrependimento, sendo que busca a todo momento arquitetar formas de ofender moralmente e de forma desvairada as vítimas; e) Motivos do crime: os motivos do crime são negativos. A busca é por tentativa de valer pela força do ódio remédios jurídicos com trânsito em julgado, com atuações imparciais de magistrados e promotores ao caso. E mais, em ação movida anteriormente em face de seu suposto pai, requereu indenização vultuosa a demonstrar que busca a vida fácil sem qualquer tipo de vontade de trabalhar e alcançar bens materiais com o esforço de seu trabalho e suor; f) Circunstâncias do crime: são negativas. Os delitos foram cometidos em face de autoridades públicas, em momento que a República se volta contra a autoridade de ordens judiciais, e ainda, a ofensa em cidade interiorana, buscando inflamar órgãos censores contra a vítima, com diversas ofensas; g) Consequências do crime: as consequências são nefastas, pois colocariam em xeque a credibilidade do Poder Judiciário, bem como da resposta estatal ao delito. h) Comportamento da vítima: não há motivos para serem consideradas negativas ou positivas.

Por tais razões, aumento cada circunstância negativa (6 ao todo) em 2 meses, fixando, portanto, a pena-base em 1 (ano) e 3 (três) meses de detenção e 15 dias-multa .

Segunda etapa. Não há circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Inviável reconhecer eventual confissão, visto que o réu apenas manifestou-se em sede policial, em audiência de instrução perante o magistrado mostrou-se petulante e censor em face do promotor local e do próprio magistrado, nada confirmando ser o autor dos delitos.

Terceira etapa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Presente a causa de aumento previstas no art. 141, incisos II do Código Penal.

Veja-se que foi feita em razão das funções do magistrado Dr. Fabiano Crepaldi, bem como da ilustre Promotora de Justiça: Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes.

Desse modo, procedo o aumento legal de 1/3, fixando tal pena em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de detenção.

Anoto que ao caso em tela tem-se a figura do delito continuado em face de cada vítima, conforme fundamentação.

Diz o art. 71 do Código Penal, cujo *caput* assim prevê:

Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

As duas turmas do STF e as duas turmas do STJ com competência criminal entendem que é preciso o liame subjetivo entre os delitos para se configurar a continuidade.

Conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, para a caracterização da continuidade delitiva é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos.

STF, HC 130832, rel. Min. Edson Fachin, julgado em 01/08/2016, DJe 24/08/2016.

A teoria objetiva (tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA
AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

dispensa a unidade de desígnios, considerada pela teoria objetivo-subjetiva para a caracterização da continuidade delitiva, sendo certo que ambas as Turmas desta Corte adotaram a teoria mista em recentes julgamentos: HC 98.681, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, 2ª Turma, DJe de 18/04/2011, e RHC 107.761, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, 1ª Turma, DJe de 13/09/2011.

STF, HC 108221, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 16/04/2013.

Quanto à continuidade, o art. 71 do Código Penal prescreve que há crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, de forma que os delitos subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro. Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que a caracterização da continuidade delitiva pressupõe a existência de ações praticadas em idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução (requisitos objetivos), além de um liame a indicar a unidade de desígnios (requisito subjetivo).

STJ, HC 398.752/SP, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018.

Ao interpretar o art. 71 do Código Penal, adotou esta Corte a teoria mista, ou objetivo-subjetiva, segundo a qual, caracteriza-se a ficção jurídica do crime continuado quando preenchidos tanto os requisitos de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução do delito -, quanto o de ordem subjetiva a denominada unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos criminosos, a exigir a demonstração do entrelaçamento entre as condutas delituosas, ou seja, evidências no sentido de que a ação posterior é um desdobramento da anterior (REsp n. 1.196.358/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 12/6/2015).

STJ, HC 353978/SP, rel. Min. Sebastião Reis Junior, Sexta Turma, julgado em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

08/05/2018, DJe 21/05/2018.

No caso, ficou demonstrada a continuidade, seja em seu aspecto objetivo, quanto em seu aspecto subjetivo, razão pela qual há a incidência da regra do art. 71, a qual é, no caso, mais benéfica ao réu.

Considerando que para cada vítima houveram ao menos 2500 mensagens eletrônicas (emails; postagens, blogs e outros), aplico o aumento no máximo, qual seja, 2/3, firmando a pena em 2 (dois) anos, 9 (nove) meses e 10 dias, bem como 33 dias-multa.

Considerando que foram 2 vítimas diversas, aplico o disposto no art. 69 do CP (concurso material) fixando a pena em **5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de detenção**, bem como 66 dias-multa.

Por fim, aplicável ao caso em tela, por força do laudo pericial, a redução prevista no art. 26, par. Único do CP, sendo que pelas peculiaridades do caso e com força no laudo, entendo que a redução deve ser a mínima, portanto, de 1/3.

Torno, portanto, definitivizada a pena pelos delitos de injúria em face do réu em 3 (três) anos, 8 (oito) meses e 13 (vinte) dias, e 44 dias-multa.

Ainda, aplicável a soma das penas, entre os delitos de calúnia e injúria, a qual finalizo em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias e 220 dias-multa.

Regime inicial de cumprimento. Considerando as circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como o *tantum* da pena, o regime é o **fechado**.

O montante da pena privativa de liberdade exige o regime inicial fechado, impede a substituição por penas restritivas de outros direitos, bem como a sua suspensão condicional.

Valor do dia-multa (artigo 49 do Código Penal): 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo nacional vigente ao tempo do fato, corrigido monetariamente pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir de então. Ausentes provas capazes de aferir a exata capacidade financeira do acusado.

A aplicação da causa de diminuição prescrita no artigo 26, par.único, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Código Penal, promana do artigo 97 do CP, conferindo ao julgador e apenador a faculdade de aplicar a medida ambulatorial; no caso sob jurisdição, demonstrou-se que o réu mais se aproxima da sanidade que de uma obscura inimputabilidade; neste ponto, o laudo pericial foi categorico em reafirmar que prejudicada, meramente, sua capacidade de compreensão; prejudicar implica, neste caso, em desfalcar, desidratar a capacidade de entendimento e não de suprimi-la; é dizer, portanto, que as elementares demonstram que o réu, no espaço de escolha, pese mais restrito e que lhe foi conferido pela sua situação clínica, desde sempre optou pela belicosidade, pela ousadia, pela difusão do ódio e pela busca de valores financeiros – R\$ 200.000,00, que se demonstraram indevidos.

Além disso, possui capacidade de manipulação na internet, havendo denso rastro deletério da moral alheia, lançado pelo réu, na rede mundial de computadores; permite-se concluir que se trata de personalidade antissocial, sobretudo, cujo agravamento pela doença mental já foi objeto de desconto, e que habilita o réu ao experimento da pena corporal.

O percentual eleito, portanto, é legítimo e decorre das escolhas trágicas a cargo do sentenciando que, reconhecidamente, ostenta arbítrio, pese reduzido.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO** à pena de detenção, pelo prazo de em **24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias**, em regime inicial **fechado**, bem como a **220 (duzentos e vinte) dias-multa**, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP.

Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas.

"3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, Nova Granada-SP - CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(...)

5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes."

STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017.

Condeno o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas.

Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual.

Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe.

Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Nova Granada, 02 de dezembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 2186-5958, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR**TERMO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA**

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

TERMO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

Em 02/12/2022 faço pública em cartório a respeitável sentença de fls. 2161/2221. Nada Mais. Nova Granada, 05 de dezembro de 2022. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 05/12/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. "3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta". (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes." STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condeno o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual. Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Nova Granada, (SP), 05 de dezembro de 2022

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br
 novagranada@tjsp.jus.br

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

TERMO DE RECURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, nesta cidade e Comarca de de Icém,
 perante o(a) Oficial(a) de Justiça, Sr.(a) _____, lotado(a) na Vara em epígrafe,
 foi apresentado o(a) réu(é), Sr.(a) JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, e por ele(a) foi
 declarado que não se conformava com a sentença proferida em 02/12/2022 21:40:43, pelo(a) MM.
 Juiz(a) de Direito, Dr.(a) SENIVALDO DOS REIS JUNIOR, da Vara que o(a) condenou como
 incurso no(s) artigo(s)

_____,
 e quer dela recorrer para a Superior Instância, requerendo seja seu recurso recebido e processado
 na forma da Lei. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Eu _____, Oficial de Justiça, subscrevi.

 SENTENCIADO(A)

TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, nesta cidade de _____ no(a) _____,
 perante o(a) Oficial de Justiça, Sr.(a) _____, lotado(a) na Vara em epígrafe, foi
 apresentado o(a) réu(é) JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, que neste ato é intimado(a) do
 inteiro teor da r. sentença proferida em 02/12/2022 21:40:43, que o(a) condenou como incurso(a)
 no(s) artigo(s) _____, à pena
 de

_____, declarando estar conformado(a) com referida
 decisão, não desejando dela recorrer para a Superior Instância. Nada mais. Lido e achado
 conforme, vai devidamente assinado.

Eu _____, Oficial de Justiça, subscrevi.

 SENTENCIADO(A)

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 05/12/2022 11:31

Prazo: 5 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. "3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta". (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes." STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condene o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual.

Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Nova Granada, 5 de Dezembro de 2022

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1044/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)	D.J.E
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. "3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta". (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes." STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condeno o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual. Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se."

Nova Granada, 5 de dezembro de 2022.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada-SP -
 CEP 15440-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **IP, Portaria-2067126/2019 - 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Vítima e Interessado (Terceiro): **FABIANO RODRIGUES CREPALDI e outros**
 Mandado n°: **390.2022/004904-9**

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):

Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995, **Avenida Horácio Borges da Silveira, 265** ou **Avenida Armando Sales de Oliveira, 220**, Centro, Icem - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). GABRIEL ALBIERI, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO, nos endereços indicados ou onde for encontrado, da pessoa acima indicada, do inteiro teor da r. sentença cuja cópia segue anexa, cientificando-o de que o prazo para dela apelar é de 5 (cinco) dias. Segue anexo o TERMO DE RECURSO/RENÚNCIA.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Nova Granada, 05 de dezembro de 2022. Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Recomendação 111/2021 do CNJ: É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil Art. 227 da CF). Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do Disque 100 (Serviço do Ministério da Justiça), por qualquer cidadão. A ligação é gratuita. O serviço funciona para todo o país, todos os dias da semana, das 8 às 22 horas, inclusive nos feriados. Não é preciso identificar-se.

Art. 105, III, das NSCGJ: “É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências”.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. “Texto extraído do Código Penal, artigos 329 “caput” e 331.

39020220049049

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**EDITAL**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 90 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). GABRIEL ALBIERI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao **Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995. E como não foi encontrado expediu-se o presente edital, com **Prazo de 90 dias**, que será publicado e afixado na forma da lei, por meio do qual fica **INTIMADO** da sentença proferida nos autos em epígrafe, cujo tópico final segue transcrito, conforme Provimento 334/88 do Conselho Superior da Magistratura: "JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. 3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta. (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes. STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condeno o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual. Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se". Ciente de que, findo o prazo acima fixado, passará a correr o prazo de recurso, após o qual transitará em julgado a decisão. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 05 de dezembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Sentença 1500106-18.2019.8.26.0390

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Seg, 05/12/2022 12:57

Para: FABIANO RODRIGUES CREPALDI <fcrepaldi@tjsp.jus.br>;sk.giacometo@bol.com.br
<sk.giacometo@bol.com.br>;Claudia Renata
<draclaudiarenata@hotmail.com>;cristofalolemos@adv.oabsp.org.br
<cristofalolemos@adv.oabsp.org.br>;Aline Kleer da Silva Martins Fernandes
<AlineFernandes@mpsp.mp.br>;tassocury@mpsp.mp.br <tassocury@mpsp.mp.br>;Jose Heitor dos
Santos <heitor@mpsp.mp.br>;rodrigoreis@mpsp.mp.br <rodrigoreis@mpsp.mp.br>

 1 anexos (821 KB)

Sentença 1500106-18.2019.8.26.0390.pdf;

Bom dia!

Segue anexa sentença proferida no processo 1500106-18.2019.8.26.0390 - Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Att.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1044/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 07/12/2022. Considera-se a data de publicação em 08/12/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
09/12/2022 - Dia da Justiça (Provimento CSM nº 2677/2022) - Prorrogação

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Francisco Kaschny Bastian (OAB 306020/SP)

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. "3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta". (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes." STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condene o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual. Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se."

Nova Granada, 7 de dezembro de 2022.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

AV. DR. HILDEBERTO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, 1001, .,
CENTRO - CEP 15440-000, FONE: (17) 2186-5958, NOVA GRANADA-
SP - E-MAIL: NOVAGRANADA@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que nesta data afixei o original do edital expedido no Fórum, em lugar de costume. Nada Mais. Nova Granada, 07 de dezembro de 2022. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

1506237-70.2022.8.26.0368

Classe ? Assunto:

Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Posse de Drogas para Consumo Pessoal

Autor:

Justiça Pública

Réu:

GUILHERME AUGUSTO GONZALES BILAO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Monte Alto, Estado de São Paulo, Dr(a). Gilson Miguel Gomes da Silva, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente GUILHERME AUGUSTO GONZALES BILAO, Solteiro, Desempregado, RG 41188317, CPF 34295104817, pai AUGUSTO BILAO, mãe SANDRA LUCIA GONZALES, Nascido/Nascida 20/06/1985, de cor Branco, com endereço à RUA CRISTIANO CARLOS ENKHE, 111, CASA, DISTRITO INDUSTRIAL, RUA CRISTIANO CARLOS ENKHE, CEP 15910-000, Monte Alto - SP, por infração ao(s) artigo(s): Art. 28 "caput" do(a) SISNAD(Denúncia), e que atualmente encontra(m)-se, o(s) réu(s), em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e respectivo cartório tramitam os autos da Ação Penal nº 1506237-70.2022.8.26.0368, que lhe(s) move a Justiça Pública, ficando pelo presente edital CITADO(A)(S) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o(a)(s) acusado(a)(s) poderá(ão) argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à(s) sua(s) defesa(s), oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos dos Arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.719/2008, a respeito dos fatos constantes da denúncia assim resumidos: Consta dos inclusos autos que, na noite de 02 de fevereiro de 2022, por volta das 22h12min, na Avenida Antônio Inforçatti, n. 10, nesta cidade e Comarca, GUILHERME AUGUSTO GONZALES BILÃO, qualificado a fls. 22, após adquirir de maneira escusa, trazia consigo, para consumo pessoal, 1,12 gramas de ?crack?, na forma de três pedras, e 10,51 gramas de ?maconha?, na forma de uma porção, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Segundo o apurado, policiais militares patrulhavam pelo local dos fatos, quando avistaram o denunciado que, ao perceber a presença deles, apresentou certo nervosismo. Diante disso, os agentes públicos abordaram GUILHERME e, no interior da bolsa que ele levava consigo, encontram as porções de drogas. Ainda, elaborado os laudos de exames químicotoxicológicos, confirmou-se que as substâncias apreendidas continham o princípio ativo da ?cocaína? e da ?maconha? (fls. 12/14 e 16/18). Ouvido, GUILHERME admitiu a prática do delito (fls.22). E como não tenha(m) sido(a)(s) encontrado(a)(s), expediu-se o presente edital, com prazo de 15 dias, que será publicado e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Monte Alto, aos 06 de dezembro de 2022.

NOVA GRANADA

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 90 DIAS, expedido nos autos da ação de Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, PROCESSO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390, JUSTIÇA GRATUITA.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). GABRIEL ALBIERI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente ao Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 2052741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido em 16/09/1995. E como não foi encontrado expediu-se o presente edital, com Prazo de 90 dias, que será publicado e afixado na forma da lei, por meio do qual fica INTIMADO da sentença proferida nos autos em epígrafe, cujo tópico final segue transcrito, conforme Provimento 334/88 do Conselho Superior da Magistratura: "JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP. Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas. 3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta. (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes. STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017. Condene o(s) acusado(s) ao pagamento das custas e despesas processuais. Observe-se a assistência judiciária gratuita, uma vez que lhe foi nomeado advogado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Intime-se as vítimas, preferencialmente por email funcional a fim de celeridade processual, e por serem autoridades públicas. Expeçam-se as certidões de honorários advocatícios nos termos do Convênio DPE/OAB para essa espécie processual. Oportunamente, com o trânsito em julgado, procedam-se às comunicações necessárias aos institutos de identificação criminal, ao cartório distribuidor local e ao Tribunal Regional Eleitoral acerca do veredicto condenatório. Depois, ao arquivo com as anotações de praxe. Cópia desta sentença assinada digitalmente servirá como ofício. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se". Ciente de que, findo o prazo acima fixado, passará a correr o prazo de recurso, após o qual transitará em julgado a decisão. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Nova Granada, aos 05 de dezembro de 2022.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Nova Granada, Estado de São Paulo, Dr(a). GABRIEL ALBIERI, na forma da Lei, etc.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE NOVA GRANADA – ESTADO DE SÃO PAULO.**

PROCESSO CRIMINAL Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº 417.158, com endereço comercial localizado na Avenida Doutor Waldemar Lopes Ferraz, nº 794, Centro de Olímpia/SP, correio eletrônico marcosasantos2002@hotmail.com, telefone (17) 9.9732-6682, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer ao final o que segue:

Requer inicialmente a inclusão do nome deste causídico no sistema, para fins de habilitação, recebimento de intimações, consulta processual, notificações, bem como medidas de urgência, **sob pena de nulidade.**

Destarte, requer ainda a juntada do Substabelecimento com o nome dos demais advogados para a devida habilitação.

Termos em,
Que pede o deferimento.
Estância Turística de Olímpia, 26 de agosto de 2022.

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP nº 417.158
ADVOGADO



—ADVOCACIA & CONSULTORIA—
www.msconsultoriajuridica.com.br

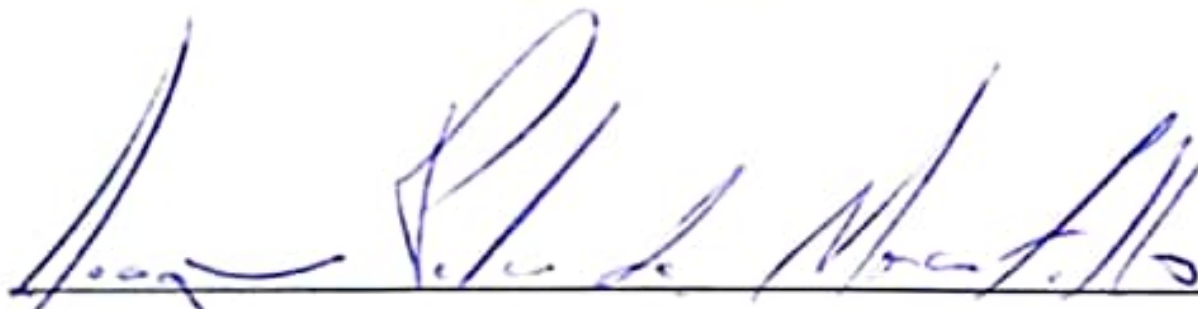
Escritório 2237
- São José do Rio Preto
- Olímpia
- Barretos



Procuração

EU JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, NASCIDO EM 16 DE SETEMBRO DE 1995, PORTADOR DO CPF 133.036.496-18, E PLENA SANIDADE MENTAL, VENHO ATRAVES DESTA AUTORIZAR A NOMEAÇÃO DO ADVOGADO MARCO ANTONIO DOS SANTOS OAB 417.158/SP DE MINHA PLENA CONFIANÇA, PARA QUE SE DESIGNE COMO DEFENSOR DE QUALQUER PROCESSO JUDICIAL CITADO EM MEU NOME, E QUE QUEIRA ATUAR.

DATO E ASSIN0:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joaquim Pedro de Moraes Filho', is written over a horizontal line.



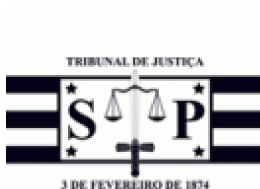
SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, eu, **Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS**, brasileiro, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob nº 417.158, substabeleço, com reserva de poderes, ao **Dr. ARNALDO DOS SANTOS GALBEIRO**, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº 462.626, **Dra. MARIANA SEGURA ALVES DA SILVA**, brasileira, solteira, advogada devidamente inscrita na OAB/SP sob nº 386.412, **Dra. BIANCA FALCÃO FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, devidamente inscrita na OAB/SP sob o nº 461.112, todos com escritório profissional na Avenida Dr. Waldemar Lopes Ferraz, nº 794, Centro, na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, os poderes a mim outorgados pelo instrumento procuratório já devidamente juntado aos autos, podendo praticar todos os atos para o bom desempenho deste mandato, nos autos.

Estância Turística de Olímpia, 08 de dezembro de 2022.

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP nº 417.158
ADVOGADO




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP

15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1500106-18.2019.8.26.0390
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Fls. 2238/2239: advogados cadastrados.

Nada Mais. Nova Granada, 12 de dezembro de 2022. Eu, ____,
 Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>

Seg, 12/12/2022 09:41

Para: PAULO CESAR DE LIMA RODRIGUES <prodrigues1@tjsp.jus.br>

1 anexos (665 KB)
Petição-Procuração-Substabelecimento.pdf;

Bom dia Paulo!

Informo que o paciente Joaquim Pedro de Moraes Filho constituiu advogados no processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390.

Seguem anexas petição, procuração e substabelecimento.

Att.

De: Regional São José do Rio Preto <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>
Enviado: sexta-feira, 2 de dezembro de 2022 11:08
Para: GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>; NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>
Assunto: ENC: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
Prezados/as

Segue abaixo manifestação do Defensor Público com referência ao solicitado, a parte tem advogado nos autos 1500106-18.2019.8.26.0390.

1500106-18.2019.8.26.0390			
Classe	Assunto	Foro	Vara
Ação Penal - Procedimento Ordinário	Calúnia	Foro de Nova Granada	Vara Única

PARTES DO PROCESSO

Autor	Justiça Pública
Réu	JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO Advogado: Sinomar de Souza Castro
Interesdo.	Twitter Brasil Rede de Informação Ltda - Twitter Brasil Advogado: Guilherme Kaschny Bastian Advogado: Francisco Kaschny Bastian

Atenciosamente

Sílvia Cavasana de Paula e Silva
Assistente Técnica de Defensoria II
Diretoria Regional São José do Rio Preto



De: Mario Lucio Pereira Machado
Enviado: quinta-feira, 1 de dezembro de 2022 15:27
Para: Carlos Cesar Carreta <cccarreta@defensoria.sp.def.br>
Assunto: RE: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Carlos, o assistido em tela possui advogado conveniado nomeado no proc. crime 1500106-18.2019.8.26.0390, cujos dados seguem abaixo. Como se trata de processo-crime, não de execução penal, a atribuição é do advogado conveniado. Assim, peço que entre em contato com o mesmo, repassando este e-mail, inclusive.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 12/12/2022 às 09:42 . Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 92A8F74.

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos epigrafados - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, promovido pela JUSTIÇA PÚBLICA, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, sendo nomeado para defender o Acusado através do Convênio feito entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (DESP X OABSP), conforme Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652 – anexo e nomeação de fls.1115 e 1129/1132, vem a presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS**, conforme segue:

Rua Jorge Tibiriçá, nº.3.961 – Vila Santa Cruz – São José do Rio Preto/SP - CEP. 15.014-040 / Telefone: (017) 99650-9394
E-mail: solterramar@adv.oabsp.org.br

Mário Lúcio Pereira Machado
11ª Defensoria Pública de São José do Rio Preto

De: Carlos Cesar Carreta <cccarrreta@defensoria.sp.def.br>
Enviado: quinta-feira, 1 de dezembro de 2022 15:18
Para: Mario Lucio Pereira Machado <mmachado@defensoria.sp.def.br>
Assunto: ENC: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Boa tarde Dr. Mario. Tudo bem?

Pode por favor verificar como devo proceder sobre este e-mail que recebemos (HC). Se for o caso encaminho para o Dr. Leandro.

Obrigado.

Carlos César Carreta

Oficial de Defensoria
Regional de São José do Rio Preto - SP
(17) 3211-9813 - ramal 717



Antes de imprimir esse e-mail, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente. Verifique se o equipamento possui recursos como impressão frente e verso, modo econômico, entre outros.

De: Regional São José do Rio Preto <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>
Enviado: quinta-feira, 1 de dezembro de 2022 12:01
Para: Carlos Cesar Carreta <cccarrreta@defensoria.sp.def.br>
Assunto: ENC: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Carlos boa tarde

Poderia por gentileza verificar a quem de direito pertence e encaminhar o expediente.

Atenciosamente.

Silvia Cavasana de Paula e Silva
Assistente Técnica de Defensoria II
Diretoria Regional São José do Rio Preto



De: GABRIELA COLTURATO LOPES <gabrielal@tjsp.jus.br>
Enviado: quarta-feira, 30 de novembro de 2022 09:55
Para: solterramar@adv.oabsp.org.br <solterramar@adv.oabsp.org.br>; Regional São José do Rio Preto <regional.saojosedoriopreto@defensoria.sp.def.br>; defensoria_indicacao0ab@comunica.defensoria.sp.gov.br <defensoria_indicacao0ab@comunica.defensoria.sp.gov.br>
Assunto: ENC: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Bom dia!

Seguem anexos documentos do HC impetrado por Joaquim Pedro de Moraes Filho (0038764-89.2022.8.26.0000) para intimação, conforme determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ressalto a ausência de Defensoria Pública em nossa Comarca, por isso o encaminhamento à Defensoria Pública regional de São José do Rio Preto-SP.

Att.

De: PAULO CESAR DE LIMA RODRIGUES <prodrigues1@tjsp.jus.br>
Enviado: terça-feira, 29 de novembro de 2022 18:01
Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>
Assunto: 0038764-89.2022 - Nº na origem: 1500106-18.2019.8.26.0390 - Paciente: Joaquim Pedro de Moraes Filho

(URGENTE) HABEAS CORPUS

Senhor(a) coordenador(a),

seguem, anexas, cópias da inicial e do despacho a fim de ser intimada a Defensoria Pública quanto ao teor das alegações feitas pelo paciente JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO no HC em epígrafe.

Caso o paciente possua advogado constituído, solicita-se somente encaminhar aqui cópia da procuração para que seja dado andamento nestes autos.

Atenciosamente,



PAULO CESAR DE LIMA RODRIGUES
Supervisor de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
SJ 5.10 - Serviço de Habeas Corpus e Mandado de Segurança
Rua da Glória, 459, 10º andar - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-001
Tel: (11) 2838-4869
E-mail: prodrigues1@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA COLTURATO LOPES, liberado nos autos em 12/12/2022 às 09:42 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 92A8F74.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1065/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)	D.J.E
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)	D.J.E
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 2238/2239: advogados cadastrados."

Nova Granada, 12 de dezembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1065/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 13/12/2022. Considera-se a data de publicação em 14/12/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)

Teor do ato: "Fls. 2238/2239: advogados cadastrados."

Nova Granada, 13 de dezembro de 2022.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA – ESTAO DE SÃO PAULO.

Processo Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390
Juízo de Origem: Vara Única de Nova Granada/SP
Apelante: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, já qualificado nos autos do processo crime em epígrafe, por intermédio de seu causídico constituído, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, não se conformando com a sentença condenatória encartada nos autos digitas de fls. 2161-2221, com espeque no artigo 593, I, do Código de Processo Penal, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL**, requer após o recebimento desta, sejam os autos encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para que este causídico possa apresentar as razões de apelação, conforme previsto no artigo 600, §4º do Código de Processo Penal.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Estância Turística de Olímpia, 13 de dezembro de 2022.

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP 417.158
ADVOGADO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 2186-5958 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Juiz de Direito: Dr. GABRIEL ALBIERI

Vistos.

O apelante **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**, através de seu advogado constituído (fls. 2238/2239), declarou por petição juntada à fl. 2246 o desejo de arrazoar na Superior Instância (§ 4º, do artigo 600 do CPP). Anote-se.

Assim, recebo o recurso de apelação de fls. 2246, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal.

Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade (fls. 2161/2221), sentença publicada no dia 08 de dezembro de 2022 (fls. 2233), tendo como **termo final da prescrição: 07 de dezembro de 2042**. Anote-se.

Ciência ao Ministério Público e à defesa.

Considerando que o réu constituiu advogado (fls. 2238/2239), expeça-se a certidão de honorários ao Nobre Defensor Dativo (fls. 1171), intimando-o para impressão do documento. Após, proceda a exclusão do nome deste do sistema SAJ, com imediata inclusão dos nomes dos procuradores constituídos.

Cumprida a determinação acima, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Intime-se.

Nova Granada, 14 de dezembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1077/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)	D.J.E
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)	D.J.E
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)	D.J.E
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)	D.J.E

Teor do ato: "O apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, através de seu advogado constituído (fls. 2238/2239), declarou por petição juntada à fl. 2246 o desejo de arrazoar na Superior Instância (§ 4º, do artigo 600 do CPP). Anote-se. Assim, recebo o recurso de apelação de fls. 2246, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade (fls. 2161/2221), sentença publicada no dia 08 de dezembro de 2022 (fls. 2233), tendo como termo final da prescrição: 07 de dezembro de 2042. Anote-se. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Considerando que o réu constituiu advogado (fls. 2238/2239), expeça-se a certidão de honorários ao Nobre Defensor Dativo (fls. 1171), intimando-o para impressão do documento. Após, proceda a exclusão do nome deste do sistema SAJ, com imediata inclusão dos nomes dos procuradores constituídos. Cumprida a determinação acima, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Nova Granada, 14 de dezembro de 2022.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1077/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/12/2022. Considera-se a data de publicação em 16/12/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)

Teor do ato: "O apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, através de seu advogado constituído (fls. 2238/2239), declarou por petição juntada à fl. 2246 o desejo de arrazoar na Superior Instância (§ 4º, do artigo 600 do CPP). Anote-se. Assim, recebo o recurso de apelação de fls. 2246, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade (fls. 2161/2221), sentença publicada no dia 08 de dezembro de 2022 (fls. 2233), tendo como termo final da prescrição: 07 de dezembro de 2042. Anote-se. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Considerando que o réu constituiu advogado (fls. 2238/2239), expeça-se a certidão de honorários ao Nobre Defensor Dativo (fls. 1171), intimando-o para impressão do documento. Após, proceda a exclusão do nome deste do sistema SAJ, com imediata inclusão dos nomes dos procuradores constituídos. Cumprida a determinação acima, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013."

Nova Granada, 15 de dezembro de 2022.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 16/12/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: O apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, através de seu advogado constituído (fls. 2238/2239), declarou por petição juntada à fl. 2246 o desejo de arrazoar na Superior Instância (§ 4º, do artigo 600 do CPP). Anote-se. Assim, recebo o recurso de apelação de fls. 2246, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade (fls. 2161/2221), sentença publicada no dia 08 de dezembro de 2022 (fls. 2233), tendo como termo final da prescrição: 07 de dezembro de 2042. Anote-se. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Considerando que o réu constituiu advogado (fls. 2238/2239), expeça-se a certidão de honorários ao Nobre Defensor Dativo (fls. 1171), intimando-o para impressão do documento. Após, proceda a exclusão do nome deste do sistema SAJ, com imediata inclusão dos nomes dos procuradores constituídos. Cumprida a determinação acima, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, (SP), 16 de dezembro de 2022



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 16/12/2022 16:09

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: O apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, através de seu advogado constituído (fls. 2238/2239), declarou por petição juntada à fl. 2246 o desejo de arrazoar na Superior Instância (§ 4º, do artigo 600 do CPP). Anote-se. Assim, recebo o recurso de apelação de fls. 2246, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Nos termos do Provimento nº 3/94 observo que o sentenciado foi condenado à pena privativa de liberdade (fls. 2161/2221), sentença publicada no dia 08 de dezembro de 2022 (fls. 2233), tendo como termo final da prescrição: 07 de dezembro de 2042. Anote-se. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Considerando que o réu constituiu advogado (fls. 2238/2239), expeça-se a certidão de honorários ao Nobre Defensor Dativo (fls. 1171), intimando-o para impressão do documento. Após, proceda a exclusão do nome deste do sistema SAJ, com imediata inclusão dos nomes dos procuradores constituídos. Cumprida a determinação acima, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP, observando-se as competências das seções do Tribunal de Justiça fixadas pela Resolução nº 623/2013 de 16/10/2013.

Nova Granada, 16 de Dezembro de 2022

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, Nova Granada - SP -
CEP 15440-000**CERTIDÃO PARA FINS DO CONVÊNIO DEFENSORIA/OAB****Juízo de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada****Código de Vara: 488****Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário****Código de Ação: 301****Processo nº: 1500106-18.2019.8.26.0390****Classe – Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia****Advogado(a) nomeado(a): Sinomar de Souza Castro,****Número da OAB: 238365/SP Data da nomeação: 07/08/2020****Beneficiário(a): Joaquim Pedro de Moraes Filho****Autor ()****Réu (X)****Registro Geral de Indicação: 202008 240308 000923 83652****Data da sentença: 28/09/2022**☐ 1- Procedente☒ 2- Parcialmente Procedente☐ 3- Improcedente☐ 6- Acordo com 1 (um) advogado para todas as partes☐ 7 – Acordo com 2 (dois) ou mais advogados☐ 5- Outros:**Data do trânsito em julgado: 12/12/2022****Atos praticados:**☐ 1- Todos os atos do processo☐ 2 – Atuação parcial☒ 4- Recurso☐ 10 - 2º Júri☐ 16 – Produção Antecipada de provas – Art. 366, CPP

Joel Sabino da Costa, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada, certifica que os dados acima foram transcritos dos autos do processo referido e que a presente certidão foi expedida nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB. NADA MAIS, o referido é verdade e dou fé. Nova Granada, 16 de dezembro de 2022.

Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Joel Sabino da Costa, subscrevo e assino.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Eu, Sinomar de Souza Castro, advogado(a) nomeado(a) pelo Juízo para a defesa de parte hipossuficiente neste processo, declaro que estava, à época da nomeação, regularmente inscrito(a) junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do Convênio DEFENSORIA/OAB, declarando aceitar o recebimento dos honorários referentes a este processo dentro dos valores previstos no Anexo II do Termo de Convênio DEFENSORIA/OAB, conforme o Código da causa, para nada mais reclamar a este título.

Assinatura Digital do Advogado(a) nomeado(a)



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 5
 Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
 Delegacia de Polícia de Icém/SP

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

REFERENTE.....Proc.Dig. 1500106-18.2019.8.26.0390 - Nova Granada/SP.

ASSUNTO:..... Realizar diligências com o objetivo de dar cumprimento ao MP expedido em desfavor de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

Exmo. Sr. Delegado:

Em atenção à ordem de Vossa Excelência, no intuito de realizar diligências com o objetivo de localizar o Sr. JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, informo o que se segue:

O denunciado não se encontra nesta cidade de Icém/SP, para continuar sua atividade delituosa e fugir das "garras" policiais e judiciais o Sr. Joaquim Pedro de Moraes Filho fugiu desta cidade, inclusive levando um ele sua mãe e sua irmã.


Em diligências efetuadas com policiais parceiros das cidades vizinhas, em especial a cidade de Fronteira/MG existe a grande suspeita de que o denunciado Joaquim Pedro de Moraes Filho está na cidade de Fronteira/MG.

Foi realizada diligência em Fronteira/MG e constatei que realmente a mãe e a irmã do denunciado está residindo em Fronteira/MG pois eu as vi vendendo picolé na rua, porém não consegui apurar o atual endereço delas.

As diligências continuarão a ser realizadas com o intuito de dar cumprimento a ordem judicial.

Era o que me cumpria relatar.

Icém/SP, 19 de Dezembro de 2022.


MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
 Investigador de Polícia

EXMO. SR.
DELEGADO DE POLÍCIA DE ICEM/SP

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIDÃO - REMESSA DOS AUTOS À 2ª INSTÂNCIA

Certifico e dou fé, nos termos do artigo 102 das NSCGJ, que verificando os presentes autos constatei o que segue:

Houve Suspensão de Expediente:

(X) Não.

() Sim. Data/Período: * Motivo: *

Há Arquivos de Mídia que integram os autos:

() Não.

(X) Sim: **link fls. 1.245****Há Valor do Preparo de Apelação:**

(X) Não.

() Sim. O valor atualizado é de R\$ * (*). Foi integralmente recolhido o valor de R\$ * (*), conforme guia sob nº <<XXX>>, às fls. *, e que efetuei a vinculação da referida guia a este processo, no sistema do Portal de Custas, no acesso "Recolhimentos e Depósitos".

Nada Mais. Nova Granada, 19 de dezembro de 2022, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevo.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TERMO DE VISTA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe: **Apelação Criminal**
Assunto: **Simples**
Partes: **É Apelante Joaquim Pedro de Moraes Filho, é Apelado Ministério Público do Estado de São Paulo**
Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada/Vara Única**
Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

Faço estes autos com vista aos **Drs. Marco Antonio dos Santos, Mariana Segura Alves da Silva e Arnaldo dos Santos Galbeiro** para apresentação das razões de apelação de acordo com o artigo 600, § 4º, do CPP, ou justificativa sobre a impossibilidade de fazê-lo (art.265, do CPP). **PRAZO: 08 (oito) dias.**
São Paulo, 24 de janeiro de 2023.

Andrea Gonçalves Barbosa
Escrevente Técnico Judiciário
(Assinatura Digital)

FOLHA : 1

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

GCAP135/11/01

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

0.000.034

SÃO PAULO, 28 DE DEZEMBRO DE 2022

V COM NOVA GRANADA

SENHOR JUIZ DE DIREITO:

PARA OS EFEITOS DO ARTIGO SEXTO DA RESOLUÇÃO NUMERO 8 (DE 26/12/84) DO ORGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, INFORMAMOS ABAIXO A RELAÇÃO DOS MANDADOS DE PRISÃO CADASTRADOS HA TRINTA DIAS OU MAIS, SEM CUMPRIMENTO REGISTRADO EM COMPUTADOR ATE ESTA DATA.

RG = 45.537.436
NOME = JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO
PAI = JOAQUIM PEDRO DE MORAIS
MAE = JOSILENE LOURENCO PEREIRA
DATA NASCIMENTO = 16/09/1995 NATURALIDADE = MAGE -RJ
AUTOS ORIGINAIS = 1500106/2019 DATA EXPEDIÇÃO = 21/11/2022 DATA PRESCRIÇÃO = 09/09/2025
CLASSIFICAÇÃO = PREVENTIVO
PENA =
INCIDENCIA PENAL = ART. 140 /COD. PENAL
NUMERO CNJ = 1500106 18.2019.8.26.0390 CODIGO DOCUMENTO = 91193FE

TOTAL DE MANDADOS DE PRISÃO IMPRESSOS PARA V COM NOVA GRANADA = 1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

SJ 2.1.12 - Serviço de Processamento do Acervo de Direito Criminal

Praça Nami Jafet, 235 - Sala 04 - Ipiranga - CEP: 04205-050 - São Paulo/SP - Telefone da Vara Não informado

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Morais Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o termo de Vista foi disponibilizado no DJE de hoje.

Considera-se data da publicação o 1º dia útil subsequente.

Advogado

Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB: 462616/SP) - Marco Antonio dos Santos (OAB: 417158/SP) - Mariana Segura Alves da Silva (OAB: 386412/SP)

São Paulo, 27 de janeiro de 2023.

Sandra Stankunas De Lima - Matrícula: M356359
Escrevente-Chefe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato negativo**
 Oficial de Justiça: **Cleonir José Machado De Oliveira (27548)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao r. mandado nº 390.2022/004904-9 dirigi-me ao município de Icém - SP., no endereço mencionado no mandado, e aí sendo, no dia 30/01/23, às 17:41 horas, deixei de proceder a INTIMAÇÃO do réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, por não encontra-lo, sendo que na Av. Armando Sales de Oliveira n. 220, centro, Icém – SP., a residência está fechada e não há morador, e na Av. Horácio Borges da Silveira n. 265, centro, Icém – SP., onde fui informado pelo atual morador Tiago, que no local residia a mãe do réu, que a mesma mudou-se não sabe informar o atual endereço, tendo informado ainda, que o réu nunca foi visto na residência. O referido é verdade e dou fé.

Nova Granada, 30 de janeiro de 2023.

Número de Cotas: 02.
 24 km + 903 m. de ida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023.



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Eminente Senhor Doutor Desembargador Relator

Nobres Senhores Desembargadores Julgadores

Respeitável Representante do Parquet

Processo Originário nº.: 1500106-18.2019.8.26.0390
Juízo de Origem: Vara Única de Nova Granada/SP
Apelante: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

RAZÕES DO RECURSO

Em que pese o notório saber jurídico do magistrado sentenciante, merece reforma a sentença condenatória encartada nos autos digitais às fls. 2161-2221, conclusão que chegará esta Colenda Câmara após a análise das razões fáticas e jurídicas enumeradas a seguir.



DO DIREITO EM RECORRER EM LIBERDADE

Antes de adentrar no mérito, cumpre consignar que a negativa por parte do Juízo sentenciante, que ofuscou o direito do apelante de recorrer em liberdade, está totalmente carente de motivação.

O eminente Juiz *a quo*, ao “fundamentar” sua decisão quanto à negativa do apelante em recorrer em liberdade, às fls. 2220, assim discorreu:

“Confirmando-se agora em cognição plena a existência do crime e sua autoria e não se apurando nada que infirme a periculosidade concreta do acusado, as razões de sua prisão cautelar estão mantidas.

“3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, “o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo (...) 5. A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a sentença condenatória faz remissão às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva no início do feito, tendo em vista que elas permanecem incólumes.” STJ, Sexta Turma, RHC 86.384/SP, rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017.”

Com o devido e merecido respeito ao Magistrado, mas referida fundamentação é **genérica, vaga, acanhada e deficiente**, ferindo o art. 93 IX, da Constituição Federal.

Ínclitos Desembargadores, o entendimento doutrinário e jurisprudencial é o mesmo, quando da sentença condenatória o fato de não ser dispensada a fundamentação quanto ao direito de apelar em liberdade, uma vez que o simples fato de o apelante ter respondido ao processo parcialmente em custódia cautelar, só por só, não significa que o mesmo tenha que permanecer preso “*ad appellandum*”.

Ademais, vale destacar que no referido processo, o apelante, foi beneficiado com a liberdade a liberdade provisória, deferida por este Tribunal de Justiça em sede de *Habeas Corpus* (fls. 1378), vejamos:

“Alega que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente do indeferimento da liberdade provisória pela autoridade coatora,



mediante decisão carente de fundamentação concreta que não enfrentou as teses apresentadas pela defesa, além de ausentes os pressupostos autorizadores par a manutenção da medida extrema.

Pleiteia, em suma, a concessão de medida liminar para liberdade provisória com expedição de competente alvará de soltura e imposição de outro medida cautelar diversa ao cárcere (fls. 01/17).

Defiro a liminar alvitrada.

Em face da primariedade (fls. 1356/1357 – ação penal), da ausência de violência na prática do delito ee do resultado do laudo pericial atestando a capacidade prejudicada do paciente que, em tese, conclui pela semi imputabilidade (fls. 47/50), concedo a liberdade provisória, mediante as seguintes medidascautelares previstas no art. 319 do CPP, quais sejam: a) comparecimento ao juízo sempre que determinado; b) não se ausentar da Comarca sem autorização judicial; c) recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias em que não estiver trabalhando ou quando não estiver procurando emprego nos dias úteis.

O não cumprimento acarretará imediata revogação do benefício.

Audiência admonitória em Primeira Instância.

Expeça-se alvará de soltura se por Al não estiver preso e oficiese ao IIRGD sobre a situação do paciente.

Requisitem-se informações da autoridade judiciária apontada como coatora, em 48 horas, sobre o alegado, remetendo-se, em seguida, os autos a Doutora Procuradoria de Justiça.

Vale destacar que, após o incidente de insanidade mental, o Iminente Relator também opinou por conceder o *writ* – tendo em vista as circunstâncias especiais do caso em questão.

Importante salientar, que os delitos são punidos com detenção, além domais, o apelante é primário, estudante e possuidor de bons antecedentes, sua liberdade em nada atentará e nem tão pouco comprometera a ordem pública.

Assim sendo, pugna o apelante pelo não acolhimento da fundamentação inidônea que lhe negou o direito de recorrer em liberdade, concedendo-lhe, em razão da qual, o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.



SÍNTESE DOS FATOS

Conforme consta na denúncia de fls. 984/989, que o apelante injuriou o Dr. *FABIANO RODRIGUES CREPALDI*, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. *ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES*, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro.

Consta, ainda, que, no último trimestre de 2018, o apelante caluniou o Dr. *FABIANO RODRIGUES CREPALDI*, Juiz de Direito titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. *ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES*, promotora de justiça, o Dr. *TASSO DENIS CAMPANHA CURY*, promotor de Justiça e o Dr. *JOSÉ HEITOR DOS SANTOS*, promotor de justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.

O apelante foi denunciado pelo representante do Ministério Público, como incurso, em tese, nas sanções descritas nos artigos 138, *caput* (por 04 vezes), e 140, *caput* (por 02 vezes), c.c artigos 141, inciso II, na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

O antigo causídico do apelante apresentou resposta à acusação (fls. 1158/1170).

Pelo representante do Ministério foi requerida a instauração de incidente de insanidade mental do apelante (fls. 1123/1125), que foi acolhido pelo Nobre Magistrado nas fls. 1138/1139).

O laudo do incidente de insanidade mental acostado aos autos (fls. 64-67 dos autos em apenso) constatou que o apelante é portador de **personalidade paranóide CID 10 – F60.0**, que indicou **expressamente que tinha prejudicada sua capacidade de determinação quanto às ações que lhe são imputadas e recomendou tratamento especializado**.

Determinada a data de audiência de Instrução e Julgamento, sendo a mesma realizada em 15 de outubro de 2020.

Sobreveio sentença condenatória, a qual foi anulada por este Egrégio Tribunal de Justiça para que se oportunizasse nova manifestação da defesa.

Finda a regularização processual, o apelante restou condenado, nos seguintes termos:



Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO à pena de detenção, pelo prazo de em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP.

Não obstante a sentença condenatória monocrática ser sido exarada pelo Magistrado de grande saber jurídico, a mesma se apresenta equivocada e, desproporcional .

DO DIREITO

PRELIMINARES

DA IMPARCIALIDADE DO MAGISTRADO

Preliminarmente, nobres Desembargadores, vale destacar que o novo Magistrado designado para o julgamento do presente processo, por diversas vezes parece ter expressado sua opinião pessoal perante o apelante, não julgando apenas o fato e sim a pessoa do apelante, vale destacar que o magistrado ou magistrada, deve se ater aos fatos e não a pessoa do processo em questão.

Vejamos algumas passagens de sua sentença:

Em fls. 2212, o Magistrado profere:

*e) Motivos do crime: os motivos do crime são negativos. A busca é por tentativa de valer pela força do ódio remédios jurídicos com trânsito em julgado, com atuações imparciais de magistrados e promotores ao caso. E mais, em ação movida anteriormente em face de seu suposto pai, requereu indenização vultuosa a demonstrar **que busca a vida fácil sem qualquer tipo de vontade de trabalhar e alcançar bens materiais com o esforço de seu trabalho e suor;***



Ora, como sabe o Magistrado afirmar que o mesmo requereu quantia vultuosa em face do seu pai, se não sabe o que se passa no interior do domicílio do apelante? O abandono afetivo e financeiro foi real, e não lhe diz respeito, e muito menos lhe cabe expressar sua opinião acerca do caso.

A sentença anterior, que foi anulada, a pena sequer passou de 4 (quatro) anos! Agora, ao que parece o novo Magistrado em uma espécie de descabimento, majorou a pena do apelante para **MAIS DE 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, EM REGIME INICIAL FECHADO.**

Nota-se que a imposição de tal pena, em que, majorou todas em seu patamar máximo, e minorou todas ao patamar mínimo, como também deixou de acolher a atenuante da confissão.

Além disso, de todas as formas em sua sentença o Magistrado tentou utilizar-se de subterfúgios para se pautar em direito estrangeiro, para assim, justificar uma pena tão desacerbada como foi. Ocorre que, na República Federativa do Brasil, vigora-se o direito brasileiro, nossos doutos e honrosos Código Penal e Código de Processo Penal, não podendo nenhum dos dois serem deixados à escanteio para que possa ser pautado direito difuso de outro país e entendimentos prematuros para fixar a pena de um jovem com problemas mentais gravíssimos.

O conteúdo do laudo do Exame de Insanidade Mental fala por si só. O sentenciado é portador de doença psiquiátrica grave e incurável, tendo lhe sido recomendado tratamento ambulatorial para mitigação dos efeitos da patologia. Portanto, tal decisão do magistrado é inconsequente e irresponsável na aplicação de uma pena tão alta, reputando ao apelante uma pena de **VINTE E QUATRO ANOS EM REGIME FECHADO.**

Ante o exposto, requer que a nulidade da sentença pela imparcialidade do Magistrado, pois ao que se indica, não mais possui a isenção e serenidade necessária para análise dos fatos, por se considerar vítima do sentenciado, situação que aparente obnubila seu julgamento e levou a prolação de sentença desproporcional.

DO LAUDO PERICIAL

Excelências, devemos salientar o que é primordial e foi colocado em escanteio e ignorado pelo Nobre Magistrado na questão do transtorno



do paciente, na brilhante sentença exarada pelo Magistrado, em suas palavras, adotou como critério a teoria biopsicológica, vejamos:

*Trata-se da inimputabilidade por anomalia psíquica. O Código Penal adota, nesse caso, o critério **biopsicológico**, segundo o qual não basta ser portador de anomalia psíquica para ser inimputável. Para que alguém seja considerado inimputável a enfermidade mental deve levar à incapacidade de entendimento e de autodeterminação*

Deste modo, afastou a absolvição imprópria requerida anteriormente pelo ilustre representante do Ministério Público e mais, ignorou também o laudo dado por *expert* do assunto (fls. 1320/1323).

Veja, não se pode por si só, acreditar que o apelante ostenta mera semi-imputabilidade, sendo que com o devido respeito, não é *expert* no assunto, o que não dá aval para que o Magistrado passe por cima de fato o que é nítido com clareza solar, ignorando a condição do réu para jogá-lo em uma prisão em regime fechado, por mais de 20 (vinte) anos.

Sobre o transtorno de personalidade, temos o seguinte:

“Pacientes com transtorno de personalidade paranoide desconfiam dos outros e supõem que os outros pretendem prejudicá-los ou enganá-los, mesmo quando eles não têm justificativa suficiente para esses sentimentos. Estima-se que 2,3% a 4,4% da população norte-americana geralmente tenham transtorno de personalidade paranoide. Acredita-se que seja mais comum entre os homens. Há algumas evidências de maior prevalência em famílias. Algumas evidências sugerem uma ligação entre esse transtorno e abuso emocional e/ou físico e vitimização durante a infância. Muitas vezes, esses pacientes acham que os outros os prejudicaram de modo significativo e irreversível. Eles são hiper vigilantes quanto a potenciais insultos, ofensas, ameaças e deslealdade e procuram significados ocultos em observações e ações. Eles examinam atentamente nos outros evidências para dar suporte às suas suspeitas. Por exemplo, eles podem interpretar mal uma oferta de ajuda como uma implicação de que eles são incapazes de fazer a tarefa por conta própria. Se eles acham que foram insultados ou prejudicados de alguma forma, eles não perdoam a pessoa que os prejudicou. Eles tendem a contra-atacar ou



ficam irritados em resposta a essas ofensas percebidas. Como eles desconfiam dos outros, eles sentem uma necessidade de serem autônomos e estar no controle."

Pois bem, determinada a sua prisão preventiva em estabelecimento prisional **comum** e logo após mantida, mesmo com o advento do laudo pericial, por si só, já consubstancia a omissão do Magistrado em obrigatoriamente colocar o apelante à disposição em estabelecimento competente para seu tratamento.

No mais, como elencado alhures no primeiro parágrafo, pacientes com personalidade paranoide desconfiam de todos, em todos os momentos, ou seja, não desconfiam das pessoas somente em horário comercial, ou com hora marcada, tal mal é inerente e consistente na cabeça do apelante a todo instante, não podendo ser cessado ou amenizado, pois mais uma vez **foi privado de receber tratamento adequado, ou seja, tratamento ambulatorial e psiquiátrico, tratamento este que foi solicitado pelo Membro do Ministério Público nas fls. 1402/1403.**

Outrora, vale destacar que mesmo **sem justificativa plausível** ou suficiente, acreditam que as pessoas querem prejudica-las ou engana-las, o que se amolda claramente no caso em questão, o apelante desde o início alega a suspeição, corrupção, dentre outras coisas esdrúxulas e fantasiosas do Magistrado **FABIANO CREPALDI** e demais promotores, pois acredita que todos querem prejudica-lo, isto tudo advém pelo simples fato de uma sentença improcedente.

Vejamos, que este simples fato, na cabeça do apelante, pessoa que acreditava na justiça, fez com que ele acreditasse que o Magistrado e os outros membros do poder judiciário teriam alguma coisa contra o mesmo, o que é de cunho pessoal e que a todo custo querem prejudica-lo.

O fato de o mesmo não ter sintomas como catatonia eventual ou fase extremamente aguda como outros transtornos psiquiátricos, não anulam ou até mesmo podem suprimir o fato de que é portador de transtorno de personalidade paranoide, que, com muita terapia, uso de medicação e acompanhamento **profissional** pode ser amenizada, mas **não curada**. Então, tal evento e na avassaladora maioria dos transtornos mentais, **não há cura**, portanto, para que haja uma melhora significa, é necessário inserir o apelante em estabelecimento judicial **adequado**. Importante destacar que no Brasil a pena tem **tríplice finalidade**: retributiva, preventiva geral e especial e **reeducativa** ou **ressocializadora**.





No presente caso, ao que tudo indica, o intuito da pena é apenas punir, o deixando em um estabelecimento prisional comum, para que sofra com suas perturbações mentais, sem amparo médico e psicológico.

Novamente, citamos o texto acima elencado:

Há algumas evidências de maior prevalência em famílias. Algumas evidências sugerem uma ligação entre esse transtorno e abuso emocional e/ou físico e vitimização durante a infância.

Analisando o caso concreto, percebemos que desde a infância, o apelante foi fruto de uma alienação parental realizada pela Genitora do apelante.

Desde a infância, o apelante vê sua genitora em constante briga com seu pai, brigas por alimentos e por falta de afetividade do pai para com o filho.

O apelante nestas condições perdeu o parâmetro do lógico, do tempo e da realidade, fazendo morrer a figura do pai em si, ou seja, o filho perdeu completamente a razão de confiar na pessoa em que deveria mais confiar.

De suma importância também cabe destacar a síndrome de transtorno paranoide tem os seguintes sintomas:

Desconfiança e suspeita persistentes sobre os outros. Essa desconfiança e suspeita são demonstradas pela presença de ≥ 4 dos seguintes: 1. Suspeita injustificada de que outras pessoas estão explorando prejudicando ou enganando-os 2. Preocupação com dúvidas injustificadas sobre a confiabilidade de seus amigos e colegas de trabalho 3. Relutância em confiar nos outros, temendo que as informações sejam usadas contra eles 4. Interpretação errônea das observações ou eventos benignos como tendo um significado oculto depreciador, hostil ou ameaçador 5. Reter rancores por insultos, injúrias ou ofensas 6. Propensão a achar que seu caráter ou reputação foi atacado e rapidez para reagir com raiva ou para contra-atacar 7. Suspeitas injustificadas e recorrentes de que o cônjuge ou parceiro é infiel

Vejamos que o apelante se amolda em todos os requisitos dos sintomas da doença.



O código penal é claro quando diz:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Na cabeça do apelante, que é doente mental, sendo totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Em sua concepção, o que diz é inteiramente verdade, e que em suas alucinações, vai provar que existe algo imoral ou irregular, entretanto, **todos sabemos que não há.**

Pois bem, nos termos do art. 98 do Código Penal, prevê:

“Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º”

Tendo em vista o artigo 98 e sua disposição legal, não pode o Magistrado deixar de aplicar o tratamento ambulatorial, quando o incidente de sanidade mental do apelante, conclui pela inimputabilidade do apelante à época dos fatos.

Entendimento este do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES. SUBSTITUIÇÃO. INIMPUTABILIDADE. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ADEQUAÇÃO. 1. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação



processual penal. 2. Todavia, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)". 3. Concluído incidente de sanidade mental do paciente, que concluiu pela inimputabilidade do réu à época dos fatos, tendo inclusive o Ministério Público estadual pugnado pela absolvição imprópria, faz-se necessária a substituição da prisão preventiva pela medida de internação provisória, prevista no art. 319, VII, do Código de Processo Penal. 4. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva pela medida cautelar prevista no art. 319, VII, do Código de Processo Penal a ser providenciada pela família do paciente.

(STJ - HC: 494336 SP 2019/0048456-0, Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 10/12/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2019)

Portanto, pleiteia-se a declaração de inimputabilidade do apelante e conseqüentemente a absolvição imprópria, nos termos do art. 26 do Código Penal, com a imposição da medida de segurança de tratamento ambulatorial, ou caso Vossas Excelências, entendam pela substituição da pena privativa de liberdade por internação em hospital de custódia para tratamento psiquiátrico.

DO MÉRITO

DO CONCURSO DE CRIMES

O nobre magistrado em sua sentença utilizou o concurso material de crime (art. 69 do Código Penal), quando na verdade o fato se amolda ao concurso de crime continuando, previsto no artigo 71 do Código Penal.

Aduz o art. 71 da Lei Penal:

Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras



semelhantes, devem os subseqüentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Necessário salientar que, até o representante do Ministério Público, em suas alegações finais (fls. 1402/1403), foi favorável para o reconhecimento da continuidade delitiva.

A figura do crime continuado do *caput* do artigo 71 do Código Penal constitui um favor legal ao delinquente que comete vários delitos. Cumpridas as condições do mencionado dispositivo, os fatos serão considerados crime único por razões de política criminal, sendo apenas agravada a pena de um deles, se idênticos, ou do mais grave, se diversos, à fração de 1/6 a 2/3.

O reconhecimento de tal modalidade exige uma pluralidade de condutas sucessivas no tempo, que ocorrem de forma periódica e se constituem em delitos da mesma espécie (ofendem o mesmo em jurídico tutelado pela norma – não se exigindo a prática de crimes idênticos), que no presente caso é a honra.

Nesses delitos as condições de tempo, lugar, maneira ou outras semelhantes, devem dar a entender que os delitos posteriores retratariam continuação do primeiro. Nesse diapasão, o **caso concreto se amolda como luva**, visto que o apelante se utilizou de idêntica forma de execução, consistente em postagens em redes sociais, e houve semelhança nas condições de tempo e lugar.

Assim é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME CONTINUADO. TEORIA OBJETIVA-SUBJETIVA. ANÁLISE NECESSÁRIA DA UNIDADE DE DESÍGNIOS. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A decisão recorrida não valorou as circunstâncias dos crimes de roubo para afastar ou manter a unificação das penas, mas apenas se limitou em determinar que o Tribunal de origem proceda à nova análise da incidência do crime continuado, à luz da teoria objetiva-subjetiva, adotada por este Tribunal Superior. 2. Para a caracterização da continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal), é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de



execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1258206 SP 2011/0135871-3, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 07/04/2015, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/04/2015)

Portanto, presente todos os elementos da continuidade delitiva, requer o afastamento do cumulo material (art. 69 do CP) e que seja aplicado ao presente caso as regras do art. 71 do Código Penal, por representar a realidade e dinâmica dos fatos.

DA DOSIMETRIA DA PENA

Quanto á dosimetria da pena, vejamos o que dita o Código Penal, em comparação a sentença *retro*.

“Art. 68. A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuante e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento”.

Em análise perfunctória, necessário demonstrar-se à Vossas Excelências que o decreto condenatório, ora combatido, se queda desproporcional e desarrazoado no que tange à exasperação da pena-base.

O Magistrado *a quo* na primeira fase da dosimetria reconheceu 6 (seis) circunstâncias negativas: a) culpabilidade, b) conduta social, c) personalidade do agente, d) motivos do crime, e) circunstâncias do crime e f) consequências do crime.

A culpabilidade já se apresenta intensificada pelo pleno conhecimento do caráter ilícito da conduta, ou seja, já é elemento subjetivo do crime, não sendo motivo necessário e suficiente para ser negativamente considerado, tendo em vista que disso depende a caracterização do delito.

Ademais, o apelante é pessoa doente, que acabou se influenciando pelo meio que vive. O apelante sempre foi um bom filho, se matriculou no curso de Direito para que assim, pudesse buscar por meios legais as soluções de seus conflitos, frustrado com a resposta judicial que recebeu, o mesmo,



enfraquecido emocionalmente, perdeu totalmente o controle, proferindo as ofensas contra a honra das vítimas.

O apelante não é nenhum marginal, bandido, pelo contrário, sabemos ser uma pessoa do BEM, que necessita de AJUDA.

Portanto, não há o que se falar em circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixando a pena no seu patamar mínimo.

Na segunda fase, o reconhecimento da confissão é medida que se impõe, uma vez que o apelante confessou em inquérito policial que enviou as mensagens.

Na terceira fase deve ser utilizado o mecanismo do crime continuado, já elencado acima, em seu patamar máximo.

Como já muito bem explicado acima, paciente é portador de doença psiquiátrica grave e incurável, em que foi lhe recomendado tratamento ambulatorial, portanto, plenamente cabível a aplicação do redutor de pena, previsto no art. 26 par. Único, em seu patamar máximo, ou seja, 2/3.

DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA

O MM Juiz equivoca-se novamente em fixar o regime fechado para cumprimento de pena, tendo em vista que os crimes praticado pelo apelante possui pena de detenção.

Conforme estabelece o artigo 33, *caput*, do Código Penal, a pena de detenção **deve** ser cumprida em regime semi-aberto ou aberto.

Portanto, já que a pena deverá ser fixada em patamar inferior a 04 anos e o apelante é primário, esta poderá ser cumprida em regime aberto, conforme prevê o artigo 33 § 2º, inciso C, do Código Penal.

No mais, se fixada no patamar inferior a quatro anos, deve-se ser substituída pela pena restritiva de direito, nos termos do art. 44 do Código Penal:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça



à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Excelências, vale destacar que o apelante faz jus a benesse tipificada no art. 44 do Código Penal, uma vez que é primário e de bons antecedentes, como também o crime não foi cometido sem violência ou grave ameaça contra as vítimas em questão.

Outrora, vale destacar que o item III, deve-se ser analisado com cautela, uma vez que a personalidade do condenado é inserida na personalidade paranoide, sendo tida como um **transtorno** e **não** como o caráter do apelante.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se digne essa Egrégia Corte dar **PROVIMENTO** ao presente Recurso de Apelação, para anular a r. sentença, ou, caso não reconhecidas as preliminares, seja reformada a r. sentença nos termos acima postulados, para que haja absolvição imprópria, e subsidiariamente que a pena base seja fixada no mínimo legal, reconhecendo-se a continuidade delitiva, aplicando-se o redutor em seu patamar máximo e fixando-se o regime aberto para cumprimento de pena.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Estância Turística de Olímpia, 07 de fevereiro de 2023.

Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS
OAB/SP 417.158
ADVOGADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

Apelação Criminal n.º 1500106-18.2019.8.26.0390

REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos à Vara Única do Foro de Nova Granada da Comarca de Nova Granada para cumprimento de diligência - apresentação das contrarrazões de apelação pelo Promotor de Justiça Natural, conforme Ato Normativo nº 816, de 23/04/2014 da PGJ.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023.

Mateus Augusto de Souza - Mat. M367053
Escrevente Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretária Judiciária
Órgão Julgador Não informado

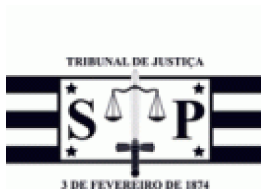
Apelação Criminal n.º 1500106-18.2019.8.26.0390

CERTIDÃO

Certifico que, para os devidos fins que foi realizado o envio do pedido de diligência.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023

Mateus Augusto de Souza- Mat. M367053
Escrevente Técnico Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 08 de fevereiro de 2023.

Eu, ____, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico
Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 08/02/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, (SP), 08 de fevereiro de 2023

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Vara Única da Comarca de Nova Granada

Apelante: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**Apelado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO****CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO**

EGRÉGIO TRIBUNAL
COLEND A CÂMARA
DOUTA PROCURADORIA DE JUSTIÇA

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, qualificado nos autos, inconformado com a sentença de fls. 2161/2221 que, julgando procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia, o condenou “[...] à pena de 24 ano, 05 meses e 03 dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c.c art. 141, § 2º c.c art. 71 c.c. art. 69 c.c art. 25, todos do Código Penal e art. 140 (2x) c.c. art. 141, § 2º c.c. art. 71 c.c. art. 69 c.c. art. 25 ,todos do CP, recorre à Superior Instância.

Em suas razões recursais (fls.2260/2274) aduz, preliminarmente, a nulidade da sentença diante da parcialidade do juiz

sentenciante e, no mérito, requer a absolvição imprópria e redução das penas fixadas, com a fixação de regime aberto para cumprimento de pena.

É o relatório.

Os pressupostos de admissibilidade recursal estão presentes (**art. 3º do Ato Normativo nº 536/2008**), eis que há legitimidade, interesse de agir (sucumbência) e o recurso foi tempestivo.

Assim, o recurso deve ser conhecido e provido parcialmente.

Ressalte-se, inicialmente, que o apelante não se insurge quanto a autoria e materialidade delitiva, que restou sobejamente comprovada nos autos, devendo ser aplicado o princípio “*tantum devolutum, quantum appellatum*”.

Quanto a nulidade da sentença aventada pela douta defesa não merece prosperar. Isto porque, a sentença guerreada encontra-se fundamentada e os argumentos utilizados pelo nobre juiz sentenciante basearam-se nos elementos de provas constantes nos autos, não existe hipótese de parcialidade, suspeição ou impedimento do Juízo *a quo*.

Quanto ao acerto da condenação, peço vênia para reiterar os argumentos despendidos no memorial do Ministério Público (fls.1324/1326), devidamente retificado as fls.1402/1403, que analisou as provas produzidas no curso da persecução penal e concluiu que o caso era de procedência da pretensão

punitiva, tudo com fulcro no **art. 2º do Ato Normativo PGJ-CGMP nº 536/2008**.

No que tange a fixação da pena, noto que merece parcial provimento o recurso defensivo.

O apelante foi condenado como incurso no artigo 138, *caput* (4 vezes) cc artigo 140, *caput* (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, do Código Penal, à 04 penas de 08 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 04 penas de 08 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, *caput* cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e a 02 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, parágrafo único do Código Pena, em regime inicial semiaberto (fls. 1440/1455).

Interposto recurso pela defesa e pela acusação, ambas em benefício do apelante, a r. sentença de fls.1440/1455 foi anulada, para o fim de possibilitar a apresentação de memorial escrito pela defesa.

Em seguida, sobreveio a r. sentença de fls. 2161/2221, ora combatida pelo apelante, que fixou “[...] à pena de 24 ano, 05 meses e 03 dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 dias-multa, fixados no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c.c art. 141, § 2º c.c art. 71 c.c. art. 69 c.c art. 25, todos do Código Penal e art. 140 (2x) c.c. art. 141, § 2º c.c. art. 71 c.c. art. 69 c.c. art. 25 , todos do CP.

No presente caso, em que pese a brilhante fundamentação do Juízo *a quo* na dosimetria da pena, no caso concreto deve ser aplicado o princípio da *ne reformatio in pejus* indireta.

Isto porque, a primeira sentença foi anulada em recurso da defesa e da acusação (mas esta em benefício do apelante) e o juiz sentenciante, ao proferir nova sentença em substituição à anulada fica vinculado ao máximo da pena imposta no primeiro *decisum*, não podendo agravar a situação do apelante.

Nesse sentido, permite-se compilar trecho da obra do eminente magistrado Dr. Guilherme de Souza Nucci, “Código de Processo Penal Comentado”, 9ª edição, Ed. RT, 2.010, p. 994, a saber:

“23. *Reformatio in pejus* indireta: trata-se da anulação da sentença, por recurso exclusivo do réu, vindo outra a ser proferida, devendo respeitar os limites da primeira, sem poder agravar a situação do acusado. Assim, caso o réu seja condenado a 5 anos de reclusão, mas obtenha a defesa a anulação dessa decisão, quando o magistrado ainda que seja outro venha a proferir outra sentença, está adstrito a uma condenação máxima de 5 anos. Se pudesse elevar a pena, ao proferir nova decisão, estaria havendo uma autêntica reforma em prejuízo da parte que recorreu. Em tese, seria melhor ter mantido a sentença, ainda que padecido de nulidade, pois a pena seria menor. Parece-nos justa, portanto, essa posição, que é dominante na jurisprudência atual.”

Deste modo, manter as penas no patamar estabelecido na r. sentença, implica em verdadeiro *reformatio in pejus* indireta, o que não se admite, devendo ser condenado nas penas fixadas na r. sentença anulada.

Ante o exposto, requer o Ministério Público o **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso de apelação interposto, nos termos acima mencionados.

Nova Granada, dato do protocolo.

SERGIO CLEMENTINO

Promotor de Justiça Designado

Matheus Corrêa Marto

Analista Jurídico

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO

Certifica-se que, nesta data, os presentes autos foram
devolvidos à 2ª Instância.

Nova Granada, SP, 09/02/2023.

**DOCUMENTO EMITIDO ELETRONICAMENTE,
PELO SISTEMA INFORMATIZADO**



Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390

RECEBIMENTO

Recebidos os autos da Vara de Origem, remetidos em diligência.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2023.

Carlos Alfredo Gravili
Escrevente Técnico Judiciário
(Assinatura digital)

REMESSA

Remeto os presentes autos ao Serviço de Distribuição de Direito Criminal.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2023.

Carlos Alfredo Gravili
Escrevente Técnico Judiciário
(Assinatura digital)



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 09/02/2023 09:26

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

Nova Granada, 9 de Fevereiro de 2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal
 Praça Nami Jafet, 235 - Ipiranga - Sala 35 - CEP: 04205-050

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM VISTA AO MP



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples Com Revisão**
 Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
 Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
 Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Apelação Criminal Entrado em: 19/12/2022

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390 .

Tipo da Distribuição: Prevenção ao Magistrado

Prevenção: 2276617-85.2020.8.26.0000

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: Des. Heitor Donizete de Oliveira

ÓRGÃO JULGADOR: 12ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

São Paulo, 10/02/2023 09:06:54.

VISTA

Faço estes autos com vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2023.

Eu, Débora Anders Lins, Escrevente-Chefe.

Luis Alberto Estevam
 Supervisor(a) do Serviço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal
Praça Nami Jafet, 235 - Ipiranga - Sala 35 - CEP: 04205-050

TERMO DE VISTA À PGJ



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe: **Apelação Criminal**
Assunto: **Simples**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
Relator: **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Partes: **é apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é
apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO
PAULO**
Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Exmo(a) Senhor(a),

**Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer, ficando
ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no en-
dereço <http://esaj.tjsp.Jus.br>.**

Jane Meire Costa Gomes
Escrevente Técnico Judiciário
da SJ 2.1.10 - Serviço de Distribuição de Direito Criminal

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a). Procurador(a) de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 8 de março de 2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 8 de março de 2023.

Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390 – Nova Granada

Origem: Vara Única da Comarca de Granada

Apelante: JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEND A CÂMARA,

EMINENTE RELATOR,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu, irresignado com os termos da r. sentença de fls. 2161-2221 que, julgando PROCEDENTE a ação penal, condenou-o às penas de detenção de 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 3 (três) dias, em regime inicial fechado, bem como a 220 (duzentos e vinte) dias-multa, fixados no valor unitário mínimo, em virtude das condutas típicas descritas nos artigos 138 (4x) c/c art. 141, § 2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do CP e art. 140 (2x) c/c art. 141, §2º c/c art. 71 c/c art. 69 c/c art. 25, todos do Código Penal.

Pelas razões de apelação de fls. 2260-2274, a douta Defesa busca, preliminarmente, a anulação da r. sentença porque o MM. Juiz prolator não teria se havido com imparcialidade. No mérito, pede que seja reconhecida a inimputabilidade do apelante com imposição de medida de segurança. Subsidiariamente, busca o reconhecimento do crime continuado, a redução das penas, definição de regime inicial menos gravoso que o fechado e conversão da detentiva em restritivas de direitos.

Por meio das contrarrazões de fls. 2279-2283, o Dr. Promotor se manifesta pela rejeição da preliminar deduzida pela douta Defesa e, no mérito, pelo provimento parcial, de modo que a r. sentença seja reformada para se restringir aos limites punitivos da sentença condenatória anterior (fls. 1440-1455), anulada por esse Eg. Tribunal (fls. 1998-2007).

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, o parecer é pela rejeição da preliminar deduzida pela Defesa porque o trecho impugnado integra a fundamentação e deveria ser avaliado quando do julgamento do mérito.

Preliminarmente, porém, parece-nos que assista razão ao Dr. Promotor quando sustenta que as penas e o regime carcerário definidos quando da prolação da r. sentença anulada (fls. 1440-1455) não poderiam ser agravados com a prolação do novo decreto condenatório.

Nesse sentido a Suprema Corte:

"Há reformatio in pejus indireta quando a sentença condenatória é anulada em recurso da defesa e o réu, submetido a novo julgamento, vem a ser condenado a pena superior àquela anteriormente fixada (HC 58.048-PR, DJ de 29.08.80); não, porém, se a sentença cuja nulidade foi reconhecida também havia sido objeto de recurso interposto pela acusação" (HC 65.224-RS (DJ 25.09.87). HC 72.489-SP, Min. Marco Aurélio, 31.10.95).

É certo que da sentença anterior também interpôs recurso o órgão acusatório, porém, o fez em favor do réu, pois pleiteou a anulação da sentença e, no mérito, buscou redução das penas e definição de regime inicial de execução menos gravoso (fls. 1633-1639), de sorte que a proibição da reformatio in pejus indireta se mantém.

Como decorrência da manutenção da quantidade de pena corporal correspondente a cada crime para o máximo definido às fls. 1440-1455, todas abaixo de 1 (um) ano de detenção, salvo melhor juízo, forçoso será o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativamente, pois, tendo a denúncia sido recebida em 27/11/2019 (fls. 993), a r. sentença condenatória de fls. 2161-2221 foi publicada em 02/12/2022 (fls. 2222), de forma que se passaram mais de 3 (três) anos entre um marco e outro, prazo suficiente para extinguir a punibilidade do réu nos termos do artigo 109, VI, combinado com o

artigo 110, § 1º e artigo 119, todos do Código Penal, anotando-se que, uma vez anulada, a r. sentença condenatória anterior perde o efeito de interromper o prazo prescricional, subsistindo apenas para definir o limite máximo de punibilidade.

Nesse sentido o Colendo STJ:

"A sentença penal condenatória anulada não interrompe a prescrição. (Precedentes do STJ e do STF.) II - Ressalvadas as situações excepcionais como a referente à soberania do Tribunal do Júri, quanto aos veredictos, em regra, a pena estabelecida, e não impugnada pela acusação, não pode ser majorada se a sentença vem a ser anulada. (Precedentes)" (HC 30535/PR – Relator Ministro FELIX FISCHER – Quinta Turma - DJ 09/02/2004 p. 196).

Anoto que no curso do procedimento, em 10/08/2020, foi instaurado incidente para aferir eventual insanidade do réu e seu grau de imputabilidade, porém, sem suspender a ação penal pois o apelante se encontrava preso naquela oportunidade - fls. 1138.

No mérito, caso conhecido, peço vênia para reiterar a argumentação lançada no parecer de fls. 1826-1836, pelo provimento parcial do apelo defensivo com reconhecimento da semi-imputabilidade do apelante, redução das penas e alteração do regime inicial de execução, anotando-se que, se acolhido nesses termos, s.m.j., também conduziria ao reconhecimento da prescrição retroativa.

São Paulo, 08 de março de 2023.

ELVECIO DE FARIA BARBOSA

PROCURADOR DE JUSTIÇA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SJ 2.1.12 - Serviço de Processamento do Acervo de Direito Criminal

Praca Nami Jafet, 235 - Sala 04 - Ipiranga - CEP: 04205-050 - São Paulo/SP

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Apelação Criminal**
 Assunto: **Simples**
 Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
 Partes: **é apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
 Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a)
 Desembargador(a) HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA.
 São Paulo, 9 de março de 2023.

Eu, Edgar da Silva Franco, Matr. M353755, Supervisor(a),
 subscrevi.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – CRIMINAL – DA COMARCA DE NOVA GRANADA, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390

JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHOS, já qualificado nos autos em epigrafe - **PROCESSO Nº.1500106-18.2019.8.26.0390**, movido pelo Ministério Público, através do seu procurador e advogado que a presente subscreve, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, expor e requerer o que segue:

MM. Juiz:

A Certidão expedida pela Serventia às fls.1625 para fins de convênio Defensoria/OAB, foi devolvida pela Defensoria Pública, conforme documento anexo, com status da certidão: Com erro, e não paga.

Assim, como os presentes autos já tiveram o recurso já julgado em 2º grau, requeremos que seja expedida nova certidão para o recebimento de honorários em ambas as fases processuais: 1ª instância e fase recursal, anulando a certidão de fls.1625.

Quando pronta, requeremos a intimação via imprensa oficial.

Requeremos urgência por se tratar de verba de caráter alimentar.

Termos em que,
Pede deferimento.
São José do Rio Preto-SP., 14 de março de 2023.

DR. SINOMAR DE SOUZA CASTRO
- Advogado – OAB/SP 238.365 -

**DEFENSORIA ONLINE**
Indicação**Certidão Digital - Processo**

Status da Certidão: Com erro

Número/Ano

2025295 / 2022

Código da Vara

488

Código da Ação

301

Número do Processo

1500106-18.2019.8.26.0390

Número da OAB

238365

Data da Nomeação

07/08/2020

Tipo de Beneficiário

Réu

Número do RGI

20200824030800092383652

Data de Sentença

09/09/2021

Código da Sentença

1

Data Audiência de Custódia**Data Homologação do Acordo****Data do Trânsito****Código do Ato**

1

Ato Praticado

Todos os atos praticados

Descrição de Sentença - Outros**Código Tribunal****Data de Emissão**

18/10/2021

Voltar

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE NOVA GRANADA****FORO DE NOVA GRANADA****VARA ÚNICA**

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Solicito que o defensor dativo nomeado, Sr. Sinomar de Souza Castro, junte a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão, para que esta serventia possa expedir nova.

Nada Mais. Nova Granada, 16 de março de 2023. Eu, Gabriela Colturato Lopes, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0223/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)	D.J.E
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)	D.J.E
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Solicito que o defensor dativo nomeado, Sr. Sinomar de Souza Castro, junte a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão, para que esta serventia possa expedir nova."

Nova Granada, 17 de março de 2023.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0223/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/03/2023. Considera-se a data de publicação em 21/03/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)

Teor do ato: "Solicito que o defensor dativo nomeado, Sr. Sinomar de Souza Castro, junte a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão, para que esta serventia possa expedir nova."

Nova Granada, 20 de março de 2023.



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 5
 Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto
 Delegacia de Polícia de Icém/SP

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

REFERENTE.....MANDADO DE PRISÃO.

PROCEDIMENTO.....PROC. 1504783-23.2021.8.26.0390.

PROCEDIMENTO.....PROC. 1500106-18.2019.8.26.0390.

ASSUNTO:.....Efetuar diligências visando dar cumprimento ao Mandado de Prisão expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Exmo. Sr. Delegado:

Em atenção à ordem de Vossa Excelência, no intuito de realizar diligências com o objetivo de cumprir o acima escrito, informo o que se segue:

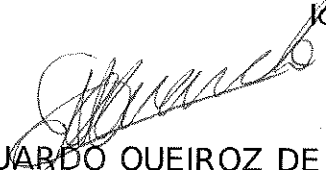
Após diligências, apurei que a genitora do procurado Joaquim Pedro de Moraes Filho está morando da cidade de Fronteira/MG na Rua Herculano Reis, n. 365-fundos na Vila de Furnas. Em diligências pelo local, encontramos a genitora do Joaquim e pudemos então vistoriar o imóvel e não localizamos o procurado e nem mesmo indícios que ele estaria residindo no imóvel. Também diligenciamos na Rua Rotary, 118 - Vila Matinha em Fronteira/MG local onde reside o Tio de Joaquim Pedro e novamente nada foi localizado.

Visando bem realizar meu trabalho, conversei com moradores da vizinhança, e todos informaram que desconhecem o paradeiro de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

As diligências foram realizadas por este Investigador de Polícia acompanhado do Investigador de Polícia Rogério e pelo Investigador de Polícia de Fronteira/MG cujo nome é Davi.

Era o que me cumpria relatar.

Icém/SP, 08 de Maio de 2022.


MARCUS EDUARDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
 Investigador de Polícia

EXMO. SR.
DELEGADO DE POLÍCIA DE ICEM/SP

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Seg, 08/05/2023 15:30

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

 1 anexos (53 KB)

20230508141230067.pdf;

**JOEL SABINO DA COSTA**
ESCRIVÃO JUDICIAL II**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 8 de maio de 2023 15:05**Para:** NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>**Assunto:** Proc. 1504783-23.2021.8.26.0390 e 1500106-18.2019.8.26.0390

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Icém/SP, 08 de Maio de 2023.

Exmo. Sr. Juiz:

Segue em arquivo anexo, novo relatório do Setor de Investigação com o resultado das diligências com o intuito de dar cumprimento ao Mandado de Prisão expedido em desfavor de JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO.

Atenciosamente,

ERICSSON SALLES ABUFARES

Delpol resp. pelo expediente da DP de Icém/SP

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA GREISSE BERTOLDI, liberado nos autos em 08/05/2023 às 19:34. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1500106-18.2019.8.26.0390 e código 9C8AABD.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2023.0000378221

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, em que é apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **deram provimento ao recurso defensivo para declarar extinta a punibilidade do apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, com base no artigo 107, inciso IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, 109, inciso VI, e 119, todos do Código Penal, determinando-se, por conseguinte, a expedição de contramandado de prisão em virtude da decretação da prisão preventiva nas folhas 2116/2122 dos autos, que agora aqui fica expressamente revogada e para anular a decisão de folhas 2052/2055, determinando-se, também, a expedição de contramandado de prisão em favor do apelante, com relação também a esta última decretação de prisão V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.**

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SÉRGIO MAZINA MARTINS (Presidente sem voto), NOGUEIRA NASCIMENTO E VICO MAÑAS.

São Paulo, 11 de maio de 2023.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Criminal nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Apelante: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Comarca: Nova Granada

Voto nº 7633

Calúnia e injúria qualificadas – Preliminar - Fixação de penas superiores às estipuladas na sentença anteriormente anulada – Vedação à "reformatio in pejus" indireta – Penas fixadas anteriormente balizaram a prescrição da pretensão punitiva estatal, reconhecida no interregno do artigo 110, § 1º, do Código Penal, com a redação da Lei 12.234/2010 – Revogação da prisão em flagrante decretada no curso da ação criminal – Violação ao princípio da correlação entre denúncia e sentença – Eventual apuração de prática de novas infrações pelo sentenciado deve ocorrer em inquérito policial próprio - Determinada expedição de contramandado de prisão - Recurso da defesa PROVIDO para se declarar a extinção da punibilidade.

O(a) réu JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO foi condenado(a) à pena de 24 (vinte e quatro) anos, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias de detenção, em regime inicial fechado, e pagamento de 220 (duzentos e vinte) dias-multa, no valor mínimo, por estar incurso no artigo 138, por quatro vezes, combinado com o artigo 141, §2º, o artigo 71, o artigo 69 e o artigo 25, todos do Código Penal, e no artigo 140, por duas vezes, combinado com o artigo 141, § 2º, o artigo 71, o artigo 69 e o artigo 25, todos do Código Penal (folhas 2161/2221).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação (folha 2246), apresentando razões recursais nas folhas 2260/2274, através das quais pleiteia a anulação da sentença ou, não reconhecidas as preliminares, seja reformada a sentença, com absolvição imprópria; subsidiariamente, que seja fixada a pena no mínimo legal, reconhecendo-se a continuidade delitiva, e fixando-se o regime aberto para cumprimento da pena corpórea.

Oferecidas as contrarrazões pelo Ministério Público (folhas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2279/2283), o qual pugna pelo provimento parcial do recurso, para que o sentenciado seja condenado nas penas fixadas na sentença anulada, e não na sentença recorrida, em razão da "reformatio in pejus" indireta.

Por fim, a d. Procuradoria de Justiça anuiu com os apontamentos do Ministério Público (folhas 2291/2293), aduziu que houve indevida "reformatio in pejus" indireta, e opina pela extinção da punibilidade do sentenciado em razão da prescrição.

É o relatório.

Primeiramente, se faz necessário reconhecer que a sentença de folhas 2161/2221, incorreu em indevida "reformatio in pejus" indireta, no momento da dosimetria.

Isto porque foi fixada a pena de 24 (vinte e quatro) anos, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias de detenção, em regime inicial fechado, e pagamento de 220 (duzentos e vinte) dias-multa, no valor mínimo, dado o réu como incurso no artigo 138, por quatro vezes, combinado com o artigo 141, §2º, o artigo 71, o artigo 69 e o artigo 25, todos do Código Penal, e no artigo 140, por duas vezes, combinado com o artigo 141, § 2º, o artigo 71, o artigo 69 e o artigo 25, todos do Código Penal.

Ocorre que anteriormente, havia sido prolatada sentença nas folhas 1140/1455, condenando-se o réu nos seguintes moldes: "incurso no artigo 138, caput (4 vezes) cc artigo 140, caput (2 vezes) cc artigo 141, inciso II cc artigos 26, parágrafo único e 69, sempre do Código Penal, (i) à 4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto".

Anulada a primeira sentença, através do acórdão de folhas 1998/2007, e pelo fato do recurso ministerial interposto nas folhas 1633/1639 ter objetivado a redução das penas outrora aplicadas, pela desproporcionalidade, não pode a situação do réu ser prejudicada na segunda decisão condenatória, sob risco de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

violação indireta ao instituto “non reformatio in pejus”.

Sobre referido instituto, ensina Aury Lopes Jr.:

“(...)Também é vedada a reformatio in pejus indireta, dissimulada, como pode ocorrer no seguinte caso: o juiz condena o réu a uma pena de 4 anos de reclusão por determinado delito. Em grau recursal, o tribunal, acolhendo apelação da defesa, anula a sentença por ter-se baseado em prova ilícita, determinando o desentranhamento e a repetição do ato. Na nova sentença, o réu é condenado a uma pena de 5 anos de reclusão. Trata-se de uma reformatio in pejus indireta, que conduzirá a nova nulidade da sentença. É indireta porque a piora na situação do réu não foi causada, diretamente, pelo tribunal, julgando o recurso. Mas, sem dúvida, o tratamento mais grave foi efeito do acolhimento do recurso da defesa.” (LOPES JR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Vol. II, 5.ª edição, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011, P.473).

Nesse sentido, assim entende o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DA REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA. EXISTÊNCIA DE RECURSO DO PARQUET. NULIDADE. VIOLAÇÃO EFEITO DEVOLUTIVO PROFUNDIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A regra da non reformatio in pejus, consagrado tanto na doutrina quanto na jurisprudência, consiste em um limitador à amplitude do julgamento, impossibilitando o agravamento da situação penal do réu na hipótese de recurso exclusivo da defesa. Por conseguinte, em havendo recurso somente da defesa, sua situação jurídica não poderá ser de qualquer modo piorada, impedindo-se o tolhimento do réu no exercício do seu direito de ampla defesa, e razão de eventual receio de ter sua situação penal agravada no caso de julgamento de recurso somente por ele provocado. 2. **Da referida regra decorre a reformatio in pejus indireta, segundo o qual deve se conferir à decisão cassada o efeito de vedar o agravamento da reprimenda nas posteriores decisões proferidas na mesma ação penal, quando a nulidade for reconhecida a partir de recurso defensivo exclusivo (ou em habeas corpus). (...) (STJ. AgRg no HC 416.858/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/08/2021, DJe 30/08/2021)” (grifo nosso).**

Da mesma forma, a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim já decidiu:

“APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO À SUBTRAÇÃO DA COISA. Artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal. Sentença condenatória. Preliminar de nulidade da sentença. Violação do princípio da non reformatio in pejus indireta. Reconhecimento. Anulada a instrução e, por consequência, a r. sentença condenatória a pedido da defesa, com fundamento em nulidade de natureza absoluta, sua renovação não deve agravar a situação jurídica do sentenciado, comparativamente à decisão anterior. Vício absoluto que determina a anulação do segundo julgamento. Interpretação na seara do processo penal que deve sempre ser orientada pela direção mais benéfica ao réu. Princípio do favor rei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Restituição à origem para providências e realização de novo julgamento nos limites da decisão anterior. PRELIMINAR ACOLHIDA, COM DETERMINAÇÃO. EXAME DO MÉRITO JULGADO PREJUDICADO". (TJSP; Apelação Criminal 0001534-92.2015.8.26.0635; Relator (a): Camargo Aranha Filho; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 4ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 16/02/2017; Data de Registro: 20/02/2017).

E no presente caso, nota-se que o prejuízo foi flagrante e desproporcional, com fixação de penas muito superiores àquelas indicadas anteriormente.

Assim, o teto da dosimetria penal foi aquele constante da sentença de folhas 1140/1455: "4 (quatro) penas de 8 meses e 26 dias de detenção cada, em regime inicial semiaberto e ao desembolso de 4 penas de 8 dias multa no piso legal por incorrer, por 4 vezes, no artigo 138, caput cc artigo 141, inciso II, do Código Penal; e (ii) a 2 penas de 1 mês e 14 dias de detenção por incurso no artigo 138, par. Único do Código Penal, em regime inicial semiaberto".

Versa o artigo 119 do Código Penal que "No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente". Assim, tem-se que o prazo prescricional, para todas as infrações, é de 03 (três) anos, nos termos do artigo 109, inciso VI, do Código Penal.

E no presente caso, a denúncia foi ofertada em 21/11/2019 (folhas 985/989), recebida em 26/11/2019 (folhas 993/994), e uma vez anulada a sentença de folhas 1140/1455, o novo marco interruptivo da prescrição foi a publicação da sentença de folhas 2161/2221, no dia 02/12/2022 (folha 2222). Ultrapassado, portanto, o prazo de três anos.

Portanto, o prazo de três anos foi ultrapassado entre os marcos elencados no parágrafo anterior, tendo em conta, inclusive, que a sentença transitou em julgado para o Ministério Público.

A prescrição é matéria de ordem pública, a qual pode ser reconhecida de ofício em qualquer grau de jurisdição e é preliminar ao mérito, assim, vai ser reconhecida neste momento.

Observe, ainda, que isto não traz nenhum prejuízo para o(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

apelante, pois a declaração da prescrição da pretensão punitiva estatal é simples declaração de que o Estado perdeu o direito de punir, impor sanção penal, e não gera nem mau antecedente e nem reincidência.

Por fim, necessário analisar o teor da decisão de folhas 2052/2055, prolatada em 09/11/2022, na qual se decretou a prisão em flagrante do acusado, por conta de fatos delituosos supostamente praticados por ele após o oferecimento da denúncia.

A ausência de sentença e de fixação de regime, pontuada na folha 2052 da decisão, não permite violar o princípio da correlação e dilatar o escopo da ação penal em curso, devendo o julgador ficar estrito aos fatos narrados na inicial acusatória.

O apelante foi denunciado, nas folhas 985/989, pelos seguintes fatos:

"Consta do incluso inquérito policial que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO injuriou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada e a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, em razão de suas funções, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro.

Consta, ainda, que, no último trimestre de 2018, em horário incerto, no município de Icém, nesta Comarca de Nova Granada, JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO caluniou o Dr. Fabiano Rodrigues Crepaldi, Juiz de Direito Titular da Comarca de Nova Granada, a Dra. Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, Promotora de Justiça, o Dr. Tasso Denis Campanha Cury, Promotor de Justiça e o Dr. José Heitor dos Santos, Promotor de Justiça, imputando-lhes falsamente fato definido como crime."

Apenas sobre estes fatos, datados do ano de 2018, que deve o juízo se manifestar, nestes autos. A suposta prática de novas infrações penais pode ensejar a instauração de novo inquérito policial, nos termos do artigo 5º do Código de Processo Penal, seja de ofício pela autoridade policial (inciso I), ou "*mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo*" (inciso II), para que ocorra a devida apuração.

Assim, mostra-se descabida e viola o Código de Processo Penal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a decretação de prisão em flagrante, por novos fatos, no curso de ação penal que versa sobre fatos datados do ano de 2018.

Nada justifica a excepcionalidade da medida, considerando-se que o ordenamento jurídico já prevê a possibilidade de ser requisitada, pela autoridade judiciária, a instauração de inquérito policial, de modo que assim poderia ter agido o juízo *a quo*, eventualmente decretando a prisão em flagrante do sentenciado.

Uma vez revogada a prisão em flagrante decretada nas folhas 2052/2055, determino, por fim, a expedição de contramandado de prisão em favor do apelante, não se podendo olvidar que nas folhas 82/84 dos autos de nº 1001416-48.2021.8.26.0390, foi deferido o pedido ministerial e concedida a liminar, para determinada a internação compulsória do réu, determinação esta que permanece vigente, e que apenas não foi cumprida até o presente momento em razão da não localização do réu.

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso defensivo para declarar extinta a punibilidade do apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, com base no artigo 107, inciso IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, 109, inciso VI, e 119, todos do Código Penal, determinando-se, por conseguinte, a expedição de contramandado de prisão em virtude da decretação da prisão preventiva nas folhas 2116/2122 dos autos, que agora aqui fica expressamente revogada e para anular a decisão de folhas 2052/2055, determinando-se, também, a expedição de contramandado de prisão em favor do apelante, com relação também a esta última decretação de prisão.

HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP - .

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que encaminhei, por meio eletrônico, o comunicado de resultado do julgamento para à Vara de Origem e/ ou para a respectiva Vara das Execuções Criminais.

São Paulo, 11 de maio de 2023.

Elaine Rodrigues Missias - Matrícula: M808412
Escrevente Técnico Judiciário

NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Qui, 11/05/2023 16:48

Para: JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

1 anexos (398 KB)

1500106-18.2019.pdf;



JOEL SABINO DA COSTA

ESCRIVÃO JUDICIAL II

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ofício Judicial da Vara Única da Comarca

AV. DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001 - CENTRO - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 22 / Tel (17) 3262-1612 - Ramal 22

E-mail: joelcosta@tjsp.jus.br

De: ELAINE RODRIGUES MISSIAS <elaine.da@tjsp.jus.br>

Enviado: quinta-feira, 11 de maio de 2023 16:41

Para: NOVA GRANADA - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <novagranada@tjsp.jus.br>

Assunto: URGENTE COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL - APELAÇÃO Nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, ofício de comunicação do resultado do julgamento Virtual realizado pela colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, no processo em epígrafe.

Atenciosamente,



ELAINE RODRIGUES MISSIAS

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SJ 5.6.1 - 6º Grupo de Câmaras Criminais

Rua da Glória, 459 - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-000

Tel: (11) 28384881

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

São Paulo, 11 de maio de 2023.

Referência: Julgamento Virtual
Recurso : Apelação Criminal
Processo nº : 1500106-18.2019.8.26.0390 .
Outros nºs: 1500106-18.2019.8.26.0390
Partes : Apelante: Joaquim Pedro de Moraes Filho
Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Senhor(a) Juiz(a) de Direito:

Por determinação da Egrégia Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, comunico a Vossa Excelência que em Sessão de Julgamento Permanente e Virtual realizada pela Colenda 12ª Câmara de Direito Criminal, julgando Apelação Criminal acima mencionado(a), proferiu a seguinte decisão: DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DEFENSIVO PARA DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELANTE JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, COM BASE NO ARTIGO 107, INCISO IV (PRIMEIRA PARTE), COMBINADO COM OS ARTIGOS 110, § 1º, 109, INCISO VI, E 119, TODOS DO CÓDIGO PENAL, DETERMINANDO-SE, POR CONSEQUENTE, A EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO EM VIRTUDE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA NAS FOLHAS 2116/2122 DOS AUTOS, QUE AGORA AQUI FICA EXPRESSAMENTE REVOGADA E PARA ANULAR A DECISÃO DE FOLHAS 2052/2055, DETERMINANDO-SE, TAMBÉM, A EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO EM FAVOR DO APELANTE, COM RELAÇÃO TAMBÉM A ESTA ÚLTIMA DECRETAÇÃO DE PRISÃO V.U., DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR, QUE INTEGRA ESTE ACÓRDÃO..

A íntegra do v. Acórdão será disponibilizado no endereço eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br> quando de sua assinatura pelo E. Relator, sendo a sua senha de acesso tcealm.

Apresento a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

Silonia Xavier da Rocha Pane
Supervisor(a) do Serviço de Processamento
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

A(o) Exmo.(a) Senhor(a) Doutor(a)
MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Nova Granada - Comarca de Nova Granada- SP
(ref. Proc. nº 1500106-18.2019.8.26.0390)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP - .

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

Certidão

Certifico e dou fé que, na presente data, entrei em contato telefônico com o Senhor Joel Sabino da Costa, matrícula nº 306596, Diretor do Ofício Judicial e Distribuição da Comarca de Nova Granada-SP, está ciente da determinação e expedição de dois contramandados de prisão conforme v. Acórdão de fls. 2302 à 2308.

São Paulo, 11 de maio de 2023

Elaine Rodrigues Missias - mat: M808412

Escrevente Técnico Judiciário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000,
Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **GABRIEL ALBIERI**

Vistos.

Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), **expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência,** em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122).

Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo **contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado.** Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056).

No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão.

Int.

Nova Granada, 11 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0393/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)	D.J.E
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)	D.J.E
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)	D.J.E
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int."

Nova Granada, 12 de maio de 2023.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

CERTIFICA-SE que em 12/05/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int.

Nova Granada, (SP), 12 de maio de 2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CONTRAMANDADO DE PRISÃO

O CONTRAMANDADO DE PRISÃO DEVE SER ENTREGUE NA DIVISÃO DE CAPTURAS – Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, 7º andar, Luz, São Paulo-SP – CEP 01032-902

Processo Digital N°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Contramandado BNMP 2.0 **1500106-18.2019.8.26.0390.02.0007-04**
Nº Nacional
 Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria 2067126/2019 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA, 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
RJI BNMP 2.0 N° : **203518350-08**
Situação da Parte no BNMP 2.0: **A consulta ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na data 12/05/2023 - 08:54:41, retornou as seguintes informações sobre a parte JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO. RJI : 203518350-08. Última situação : Procurado.**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). **GABRIEL ALBIERI**, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição ou a qualquer Autoridade Policial e seus agentes a quem este for apresentado, indo por ele(a) assinado, que **NÃO EFETUE A PRISÃO** de:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741, RJI: 203518350-08**
 Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Nacionalidade: **Brasileiro**
 Naturalidade: **Naturalidade da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Data de Nascto.: **16/09/1995**
 Sexo: **Masculino**
 Cor: **Cor da Pele da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Estado Civil: **Solteiro**
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Características Físicas Relevantes/Marcas/Sinais: *

Motivo da Expedição do Contramandado: Extinção de punibilidade

Prisão Domiciliar do Contramandado: Não

Outras Medidas Cautelares do Contramandado: Não

Medidas do Cautelares: << Informação indisponível >>

MANDADO DE PRISÃO SELECIONADO PARA O CONTRAMANDADO DO BNMP 2.0:
 1500106-18.2019.8.26.0390.01.0006-24

O presente contramandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Cumprase, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int.". **CUMPRASE**, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 12 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE PRISÃO NO BNMP 2.0:

Número nacional do mandado de prisão	Tribunal de Justiça
Data de expedição / Tipo da prisão	Órgão Judiciário
Situação da peça	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1504783-23.2021.8.26.0390.01.0001-14 21/11/2022 / Preventiva Pendente de Cumprimento	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo VARA UNICA DE NOVA GRANADA
--	--

LISTA DE OUTROS MANDADOS DE INTERNAÇÃO NO BNMP 2.0:

Na data 12/05/2023 - 08:54:50, não foram encontrados outros mandados de internação para a parte no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ.

504714 - Contramandado de Prisão - Crime - (BNMP)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CONTRAMANDADO DE PRISÃO

O CONTRAMANDADO DE PRISÃO DEVE SER ENTREGUE NA DIVISÃO DE
 CAPTURAS – Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, 7º andar, Luz, São Paulo-SP – CEP 01032-902

Processo Digital n.º: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2067126/2019 -
 DEL.POL.NOVA GRANADA, 2208302 - DEL.POL.NOVA GRANADA,
 2067126 - DEL.POL.NOVA GRANADA**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Nova Granada, Dr(a). **GABRIEL ALBIERI**, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição ou a qualquer Autoridade Policial e seus agentes a quem este for apresentado, indo por ele(a) assinado, que **NÃO EFETUE A PRISÃO** de:

Nome: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO**
 Documentos: **CPF: 133.036.496-18, RG: 20252741, RJ: 203518350-08**
 Filiação: **pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira**
 Nacionalidade: **Brasileiro**
 Naturalidade: **Naturalidade da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Data de Nascto.: **16/09/1995**
 Sexo: **Masculino**
 Cor: **Cor da Pele da Pessoa Seleccionada << Informação indisponível >>**
 Estado Civil: **Solteiro**
 Profissão: **Estudante**
 Endereços: **Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem-SP**

O presente contramandado é expedido conforme r. decisão de seguinte teor: "**Vistos. Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE NOVA GRANADA

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:

novagranada@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int.". CUMPRA-SE, sob pena de desobediência e responsabilidade. Nova Granada, 12 de maio de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Sex, 12/05/2023 10:14

Para: DEINTER 5/SEC São José Rio Preto/DM - Icém <dpm.icem@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: 52bpmi2cia - Escoltas <52bpmi2cia@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmi2ciap3 <52bpmi2ciap3@policiamilitar.sp.gov.br>; 52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br <52bpmiinteligencia@policiamilitar.sp.gov.br>; Contramandado - IIRGD <contramandado.iirgd@sp.gov.br>

📎 4 anexos (4 MB)

Acórdão.pdf; contramandado referente mandado prisão em flagrante.pdf; contramandado BNMP.pdf; decisão.pdf;

Seguem contramandados de prisão referente ao processo 1500106-18.2019.8.26.0390.

Observação: Foram expedidos dois contramandados de prisão, sendo um referente ao mandado de prisão preventiva (expedido via BNMP) e outro referente ao mandado de prisão em flagrante delito expedido através de decisão datada de 09 11 2022 (sem comunicação com o BNMP), conforme decisão anexa.

Atenciosamente,



JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 13/05/2023 06:39

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int.

Nova Granada, 13 de Maio de 2023

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0393/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/05/2023. Considera-se a data de publicação em 16/05/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)

Teor do ato: "Vistos. Cumpra-se, a Serventia do Juízo, o julgamento datado de 11 de maio de 2023 da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 2.302-2.308), expedindo-se o respectivo contramandado de prisão, com urgência, em relação ao mandado de prisão de fls. 2.137-2.138, expedido por força da decisão proferida no dia 21/11/2022 (fls. 2.116-2.122). Quanto à decisão proferida no dia 09/11/2022 que serviu de mandado para imediata efetivação da prisão em flagrante delito do réu (fls. 2.052/2.055), anulada pelo V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, expeça-se imediatamente o respectivo contramandado de prisão, fora do BNMP, pois a referida decisão serviu de mandado. Caso não seja possível a expedição de contramandado de prisão, neste caso, servirá a presente decisão, acompanhada do V. Acórdão de fls. 2.302-2.308, como contramandado às Autoridades Policiais Cíveis e Militares que receberam o mandado (ver e-mail datado de 09/11/2022 - fls. 2.056). No mais, aguarde-se o trânsito em julgado final do V. Acórdão. Int."

Nova Granada, 15 de maio de 2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE hoje.

Considera-se data da publicação o 1º dia útil subsequente.

Advogado

Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB: 462616/SP) - Marco Antonio dos Santos (OAB: 417158/SP) - Mariana Segura Alves da Silva (OAB: 386412/SP)

São Paulo, 17 de maio de 2023.

Elaine Rodrigues da Silva - Matrícula M808412
Escrevente Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
 Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP

TERMO DE CIÊNCIA À PGJ



Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe: **Apelação Criminal**
 Ação: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Simples**
 Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
 Relator: **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
 Partes: **é apelante JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Foro/Vara de origem: **Foro de Nova Granada - Vara Única**
 Nº do processo na origem: **1500106-18.2019.8.26.0390**

São Paulo, 17 de maio de 2023.

Exmo(a) Senhor(a),

Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço [http://esaj.tjsp.jus.Br](http://esaj.tjsp.jus.br).

RAFAEL ALVES DE BRITO
Escrevente Técnico Judiciário
da SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a). Procurador(a) de Justiça.
 Rua Riachuelo, nº 115 – sala 447



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE REMESSA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Processo nº 1500106-18.2019.8.26.0390

Classe: Apelação Criminal

Partes:

Apelante: Joaquim Pedro de Moraes Filho

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

CERTIFICA-SE, que em 17/05/2023 o ato abaixo foi encaminhado para intimação no portal eletrônico.

Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço [http://esaj.tjsp.jus.Br](http://esaj.tjsp.jus.br).



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Tribunal de Justiça

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 20/05/2023 10:40

Prazo: 15 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço <http://esaj.tjsp.jus.Br>.

São Paulo, 20 de Maio de 2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão do(a) Apelação Criminal, número 1500106-18.2019.8.26.0390, transitou em julgado em 06.06.2023, para efeito de recurso em 2ª Instância, por parte do Ministério Público e em 02.06.2023, para efeito de recurso em 2ª Instância, por parte de Joaquim Pedro de Moraes Filho.

São Paulo, 7 de junho de 2023.

Laurecy Da Silva Sant'Anna Matrícula: M130102
Escrevente Técnico Judiciário

REMESSA

Remeto os presentes autos a(o) Vara Única de Nova Granada.
São Paulo, 7 de junho de 2023.

Laurecy Da Silva Sant'Anna Matrícula: M130102
Escrevente Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 5.6.2 - Serv. de Proces. da 12ª Câmara de Dir. Criminal
Rua da Glória, 459 - 9º Andar - Liberdade - CEP: 01510-001 - São Paulo/SP - .

CERTIDÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
Classe – Assunto: **Apelação Criminal - Simples**
Apelante: **Joaquim Pedro de Moraes Filho**
Apelado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a): **HEITOR DONIZETE DE OLIVEIRA**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Criminal**
Vara de Origem: **Vara Única**

CERTIDÃO DE REMESSA

Certifico que o(a) Apelação Criminal de nº 1500106-18.2019.8.26.0390 ,
movido(a) por Joaquim Pedro de Moraes Filho contra Ministério Público do
Estado de São Paulo foi remetido(a) para a vara de origem.
São Paulo, 7 de junho de 2023.

Laurecy Da Silva Sant'Anna - Matrícula M130102
Escrevente Técnico Judiciário


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Nova Granada

FORO DE NOVA GRANADA

VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, . - Centro

CEP: 15440-000 - Nova Granada - SP

Telefone: (17) 2186-5958 - E-mail: novagranada@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOAQUIM PEDRO DE MORAIS FILHO, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 20252741, CPF 133.036.496-18, pai Joaquim Pedro de Moraes, mãe Josilene Lourenço Pereira, Nascido/Nascida 16/09/1995, com endereço à Avenida Horácio Borges da Silveira, 265, Centro, Icem - SP**

ACÇÃO PENAL – JUSTIÇA GRATUITA

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Armando Gossn Costantini

Vistos.

Cumpra-se o V. Acórdão.

Considerando a declaração de extinção da punibilidade do réu, nos termo do artigo 107, IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, VI e 119, todos do Código Penal, proceda a serventia as devidas anotações e comunicações.

Fls. 2295/2296: fica o Nobre Defensor nomeado, Dr. Sinomar de Souza Castro, intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão de honorários, para que esta serventia possa expedir nova.

Após, arquivem-se os autos.

Int.

Nova Granada, 12 de junho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE NOVA GRANADA
FORO DE NOVA GRANADA
VARA ÚNICA

Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira, 1001, ., Centro - CEP
 15440-000, Fone: (17) 2186-5958, Nova Granada-SP - E-mail:
 novagranada@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **1500106-18.2019.8.26.0390**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia**
 Autor: **Justiça Pública**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>
 Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:

CERTIFICA-SE que em 13/06/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao
Portal Eletrônico do (a): Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Cumpra-se o V. Acórdão. Considerando a declaração de extinção da punibilidade do réu, nos termo do artigo 107, IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, VI e 119, todos do Código Penal, proceda a serventia as devidas anotações e comunicações. Fls. 2295/2296: fica o Nobre Defensor nomeado, Dr. Sinomar de Souza Castro, intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão de honorários, para que esta serventia possa expedir nova. Após, arquivem-se os autos. Int.

Nova Granada, (SP), 13 de junho de 2023



**ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1500106-18.2019.8.26.0390

Foro: Foro de Nova Granada

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: 13/06/2023 16:43

Prazo: 3 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vistos. Cumpra-se o V. Acórdão. Considerando a declaração de extinção da punibilidade do réu, nos termo do artigo 107, IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, VI e 119, todos do Código Penal, proceda a serventia as devidas anotações e comunicações. Fls. 2295/2296: fica o Nobre Defensor nomeado, Dr. Sinomar de Souza Castro, intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão de honorários, para que esta serventia possa expedir nova. Após, arquivem-se os autos. Int.

Nova Granada, 13 de Junho de 2023

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0495/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 14/06/2023. Considera-se a data de publicação em 15/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado

Sinomar de Souza Castro (OAB 238365/SP)
Marco Antonio dos Santos (OAB 417158/SP)
Mariana Segura Alves da Silva (OAB 386412/SP)
Bianca Falcão Ferreira (OAB 461112/SP)
Arnaldo dos Santos Galbeiro (OAB 462616/SP)

Teor do ato: "Vistos. Cumpra-se o V. Acórdão. Considerando a declaração de extinção da punibilidade do réu, nos termos do artigo 107, IV (primeira parte), combinado com os artigos 110, § 1º, VI e 119, todos do Código Penal, proceda a serventia as devidas anotações e comunicações. Fls. 2295/2296: fica o Nobre Defensor nomeado, Dr. Sinomar de Souza Castro, intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a rejeição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que conste o motivo do não pagamento, ou seja, a informação incorreta da certidão de honorários, para que esta serventia possa expedir nova. Após, arquivem-se os autos. Int."

Nova Granada, 14 de junho de 2023.

JULIANA GREISSE BERTOLDI <jbertoldi@tjsp.jus.br>

Seg, 19/06/2023 08:11

Para:DIPOL/IIRGD/Assistência Policial/ <iirgd.dipol@policiacivil.sp.gov.br>

 1 anexos (481 KB)

oficio.pdf;

Segue ofício para as devidas providências.

Atenciosamente,

JULIANA GREISSE BERTOLDI

Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Única Vara Judicial da Comarca de Nova Granada

Av. Hildeberto de Albuquerque Ferreira , 1001 - Centro - Nova Granada/SP - CEP: 15440-000

Tel: (17) 3262-1040 - Ramal 24

E-mail: jbertoldi@tjsp.jus.br

E-mail da unidade: novagranada@tjsp.jus.br